Marcelo Augusto Moraes Gomes

“A ESPUMA DAS PROVÍNCIAS”

Um estudo sobre os *Inválidos da Pátria* e o *Asilo dos Inválidos da Pátria*, na Corte (1864 – 1930).

Tese de doutorado apresentada ao programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof^a Dr^a Nanci Leonzo.

São Paulo

2006

“O jovem sentia-se um invasor. Aquela parte esquecida do campo de batalha pertencia aos mortos. Apressou-se a ir embora com a vaga sensação de que, dentro de mais um segundo, uma daquelas formas inchadas se levantaria e o mandaria embora.

Chegou finalmente a uma estrada de onde se via, na distância, os corpos escuros e agitados das tropas, franjados de fumaça. O caminho estava tomado por uma multidão manchada de sangue, que seguia pingando um rastro. Os feridos xingavam, gemiam, uivavam. Havia no ar um enorme e permanente vagalhão de som, sob cujo peso a terra parecia vergar. Às palavras corajosas da artilharia pesada e às frases malévolas do tiroteio se fundiam rubras exclamações humanas. Dessa região barulhenta vinha o fluxo estável de mutilados.

(...)

O jovem se juntou a essa multidão e marchou com ela. Os corpos esvaídos davam notícias das terríveis engrenagens em que os homens se emaranharam.”

(Stephen Crane. A Glória de um Covarde: um episódio da Guerra Civil Americana.)

Índice

Agradecimentos	03
Apresentação.	12
1. <i>Inválidos da Pátria</i> e o Asilo dos Inválidos da Pátria.	49
2. Serviços Médicos e Cirúrgicos na Guerra e na Corte.	76
2.1. Acampamentos, Combates, Serviços Médicos e Cirúrgicos na Guerra.	126
2.2. Os Cirurgiões Veteranos	250
2.3. Serviços Médicos e Cirúrgicos na Corte: a assistência aos <i>inválidos da Pátria</i>.	291
3. <i>Inválido da Pátria</i>: um problema social.	343
3.1. <i>Inválidos da Pátria</i>: um problema social, disciplinar e... sanitário.	382
4. Subscrição Pública e Nacional.	540
5. Os Processos de Asilamento.	597
6. O Asilo dos Inválidos da Pátria, no pós-guerra.	625
Considerações Finais	638

Agradecimentos

Por mais que possam, aparentemente, ser clichês de um texto acadêmico, ou talvez algo convencional e tolerado como um gesto polido e compulsório, é a pura verdade, e me sinto à vontade e feliz, ou melhor, como um agradável dever moral, condicionado à uma sincera gratidão, para fazê-los. Este trabalho não seria realizado, de forma alguma, sem a assistência de centenas de pessoas que, igualmente, “cerraram fileira” e “marcharam” comigo nestes últimos anos. Sob o sempre pesado fogo do cotidiano, muitos sustentaram a posição até o fim, alguns foram alvejados pelas vicissitudes diárias advindas dele, poucos degingolaram, e se o fizeram, foi porque eu não fui claro nos objetivos, ou fui muito tíbio na minha condição intrinsecamente humana. De colegas de graduação, da pós, funcionários de arquivos e da USP, à civis e militares da marinha (CIAGA – Centro de Instrução Almirante Graça Aranha) e do exército (CPOR/RJ – Centro Preparatório de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro e MMCL - Museu Militar Conde de Linhares), de quartéis que fiquei hospedado por alguns meses, que, se somados, dão um pouco mais de um ano, quando residi no Rio de Janeiro. Tenho uma dívida de eterna gratidão com todos.

Esse espaço é insuficiente para colocar os seus nomes. No entanto, não posso deixar de expressar um singelo agradecimento para algumas destas pessoas, como a professora Dra. Nanci Leonzo, por sua infinita paciência pedagógica, sua capacidade intelectual, sua orientação objetiva e a confiança em meu trabalho. Suas primeiras referências há muitos anos atrás, em relação ao estudo da guerra e a inicial busca de bibliografia sobre o conflito foram decisivas para a configuração do meu objeto de pesquisa. Da mesma forma, sou grato por sua ampla tolerância, e ainda por ter aceito este projeto, e eu como orientado, pois tenho convicção que um trabalho, como este, nos moldes que gostaria de compôr, não seria visto com bons olhos pelos acadêmicos, muitos deles afeitos à qualquer pesquisa que envolva assuntos ou indivíduos militares, dado o nosso e ainda desconhecido - em seus importantes e até inconfessáveis meandros - passado recente. Nem sempre, por teimosia ou limitação de minha parte, e em todos estes anos, segui suas criteriosas observações; portanto, meu trabalho, com as suas falhas, é de inteira responsabilidade minha.

Ao saudoso Braz de Araújo, pelos anos de convivência acadêmica no antigo NAIPPE, que me forneceram subsídios intelectuais e a preciosa oportunidade para contactar-me com muitos pesquisadores. Este pequeno, mas sincero texto, é

exclusivamente dedicado a sua memória, uma maneira, bem pálida, é verdade, de agradecer pelo que fez por mim e por centenas de outros estudantes e pesquisadores que pelo antigo NAIPPE passaram nos quase treze anos que funcionou no favo 21, da Colméia uspiana. O Braz recebeu todos, sem exceções, e deste gesto eminentemente humano, em sua essência espontâneo e generoso, fui testemunha diária durante anos. Ele, como já tive oportunidade de manifestar, com o seu precoce desaparecimento, deixou uma lacuna afetiva e intelectual que não será preenchida, um claro insubstituível nas fileiras; entretanto, partiu para uma outra campanha, bem mais crucial, essencialmente misteriosa, talvez arquitetada, da qual diariamente, percebendo ou não, nos preparamos, independente de posições sociais, condições financeiras, grau de instrução e até mesmo fé, algo que a nossa contemporaneidade, limitada e condicionada pelo agora, pela felicidade acéfala, das sensações, quase que “uterinas”, mais que frívolas, passageiras e aparentes, de respostas prontas, rápidas, pretensamente seguras e falsamente arrojadas, nunca vai absorver. Sua situação física proporcionava uma sensibilidade inestimável na avaliação do texto, e das vezes que tive uma conversa informal sobre o tema, ele me deu oportunidade, com suas abalizadas reflexões, para pensar questões cruciais sobre os *inválidos da pátria* e suas peculiares condições.

Agradeço igualmente os membros de minha qualificação - e de minha defesa - o professor Dr. Cezar Augusto Carneiro Benevides e ao professor Dr. Francisco Cabral Alambert Júnior, principalmente pelas suas abalizadas observações, críticas e sugestões. Na medida do possível, adotei as mudanças necessárias, os limites imprescindíveis e acrescentei discussões e observações para um melhor entendimento da minha proposta e que foram sugeridas na qualificação, realizada em maio de 2005. Espero ter contemplado a maior parte delas. E, se não as observei em sua integridade, a responsabilidade também é unicamente minha. Sou grato aos membros da arguição, no momento de minha defesa. À professora Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes um agradecimento por sua presença. Também tive o privilégio, no segundo semestre de 2002, de freqüentar sua disciplina de pós-graduação, oferecida no Departamento de História da Universidade de São Paulo. Foi ali, naquele curso, e com aquele grupo, que muitas idéias encerradas nas próximas páginas surgiram, e que procurei desenvolvê-las da maneira mais inteligível ao meu alcance.

Ao bom Augustin Wernet, pela paciência e tolerância que demonstrou nas numerosas vezes que fui seu aluno.

A Adriana Silene Vieira, pela ajuda e o apoio que sempre me deu, nestes mais de dois anos que nos conhecemos. Impressionante o quanto foi tolerante e amorosa, de verdadeira paciência maternal, quando estávamos juntos e o mundo em nossa volta girava, seguindo sua própria e necessária trajetória, e eu permanecia teimosamente, quase de maneira infantil, falando sobre *inválidos da pátria*, fuzis, colunas de ataque, fileiras de atiradores, artilharia raiada e *lisa*, bisturis, couraçados, exércitos, corpos putrefados, guerras e *correrias* de inválidos por Niterói e pela Corte. Em suma, assuntos nem sempre agradáveis, e de interesse geral, e que deveriam ser abordados em criteriosos momentos, coisa, que muitas vezes, não observava por pura imaturidade, chatisse compulsória e entusiasmo. Um agradecimento muito especial.

Aos seletos amigos da graduação, pelos bons e maus momentos que convivemos nos quatro anos de duração “regular” do curso, principalmente os que não se deixaram contaminar por um onipresente sentimento de arrivismo que, parece-me, está cada vez mais fortalecido em todos os ambientes que vivemos. Aos da pós-graduação também, presentes nos cursos obrigatórios, que me acrescentaram como pesquisador e como ser humano, principalmente nossa intrínseca fragilidade; mas, igualmente, nossas boas virtudes.

Não posso deixar de agradecer, principalmente, ao professor Dr. Cesar Campiani Maximiano e o professor Dr. Francisco César Alves Ferraz, sendo que o primeiro, com o seu pequeno e primogênito, mas significativo trabalho sobre a Força Expedicionária Brasileira, *Onde estão nossos heróis – uma breve história dos brasileiros na 2ª guerra*, influenciou-me sobremaneira na pesquisa, ainda na década passada; além, é óbvio, de me oferecer importantes subsídios para pensar sobre os expedicionários brasileiros. Este, como os seus demais trabalhos, são prazerosos em suas leituras, e tenho certeza que continuará produzindo outros, com a mesma qualidade e perspicácia com que sempre trabalhou. Desejo-lhe sucessos em sua profícua e certamente promissora carreira intelectual. Ao segundo, sua larga experiência, maturidade, capacidade intelectual e convivência também muito me acrescentaram e aqui tenho o prazer de agradecê-lo pelos meses de convivência e aprendizado, que me proporcionaram reflexões sobre a história, a carreira e a pesquisa científica, quando freqüentou o antigo NAIPPE. Seu trabalho sobre a reintegração social dos expedicionários, ex-combatentes, também foi fonte importante de inspiração e reflexões sobre os veteranos da campanha do Paraguai, e para futuros trabalhos que desejo encetar.

Um agradecimento ao professor Dr. Fernando Tadeu Miranda Borges, pessoa agradável, provida de um senso de humor aguçado, além de uma sensibilidade fora do comum, com o qual tive oportunidade de trabalhar e aprender durante os anos de 2000 e 2001, quando ele ainda redigia o seu doutorado, e residia na cidade de São Paulo.

Alguns outros membros do NAIPPE igualmente foram muito importantes para as minhas experiências adquiridas em todos aqueles anos que lá trabalhei. Rose Lázaro, a secretária do núcleo, sempre com um bom humor que lhe é peculiar, me auxiliou, e muito, nas fainas diárias, bem como o Rudney Oliveira Lázaro, seu filho, cuja a amizade foi necessária para a convivência diária e sadia em um núcleo que apresentava uma incrível quantidade de problemas para serem, diariamente, resolvidos. Do extinto grupo de história militar que por lá funcionou durante alguns anos, no final da década passada, não posso deixar de agradecer ao sr. Reginaldo Bacchi, e o jornalista Ricardo Bonalume Neto, pela contribuição que proporcionaram, quando participaram dos seminários de pesquisa, e que com boa vontade, e capacidade, sempre colaboraram para acrescentar algo de bom aos mais próximos.

Ao General Morgado (Fundação Cultural do Exército Brasileiro), e ao Almirante Reis (Escola Naval), que por seus contatos me facilitaram alojamentos em organizações militares na cidade do Rio de Janeiro, e que, por conseguinte, foram preciosos para me resguardar financeiramente em uma bela cidade com vocação turística, e portanto, custosa para visitantes remediados como eu.

Aos amigos do Arquivo Histórico do Exército, por me aturarem durante meses, um especial agradecimento ao major Vieira da Fonseca, tenentes Ferreira e Assunção, dona Elizete, sub-tenente Mauro, Sargento S. Rodrigues, cabo Ballejo e soldado Souza Júnior. Este último, em especial, pela ajuda bem humorada quanto ao transporte de centenas de pesadas caixas do acervo *Asilo dos Inválidos da Pátria*.

Ao Museu Imperial, um agradecimento e um elogio, particularmente ao seu arquivo histórico, pois foi o que melhor ofereceu condições de pesquisa. Do alojamento ao interesse em auxiliar de todos os funcionários. Deste só tenho boas lembranças! E desejo que este arquivo seja melhor conhecido pelos pesquisadores. Ali, se encerra, uma importante documentação sobre a guerra, e que deveria ser melhor explorada. São documentos que demandam horas de agradáveis e atentas leituras, e que mereciam no mínimo serem publicados para os pesquisadores de diversas linhas de pesquisa, tendo a guerra como objeto de estudo.

Ao Arquivo Nacional, lugar que freqüentei muito nos últimos cinco anos, principalmente entre os meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro. Fora esses meses, eventualmente, quando de folga, fazia um “bate e volta” ao Rio: um, dois, no máximo três dias que conseguia, para continuar pesquisando. Agradeço a compreensão de muitos funcionários que “abriam uma concessão” para o forasteiro pedir mais caixas de documentos permitidos sem a devida reserva.

Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que apesar da crise financeira que vem vivendo ultimamente, sempre atende os que lhe procuram, e diga-se ao seu mérito, com muita boa vontade. Nunca titubearam em auxiliar quem os procurasse, por mais intrincados que fossem os seus pedidos.

Ao Museu Histórico Nacional, ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro pela simpatia e presteza de seus funcionários nas vezes que consultei seus arquivos e bibliotecas.

Aos funcionários da biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, localizada na ilha do Fundão, por me permitirem copiar as teses de medicina impressas ainda nas décadas de 60 e 70 do XIX, sobre assuntos correlatos observados na guerra do Paraguai por médicos e cirurgiões, muitos deles também veteranos. Segundo suas informações, muitos destes impressos possuem seus originais, manuscritos, e que por lá estão encerrados. Infelizmente, não tive tempo de consultá-los, mas acredito que são ainda mais ricos do que os impressos.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, principalmente das seções de *obras raras*, *iconografia* e *periódicos*, sempre pela gentileza com que fui atendido. Faço sinceros votos de que consigam uma situação melhor de trabalho e salário em meio a aparente-perpétua crise que os estabelecimentos culturais deste país vivem. Esta crise tem se aguçado nos últimos anos, e temo, realmente, que no futuro, bem próximo, e sem ser catastrófico, não teremos mais alguns importantes documentos para estudar e quiza o que se conhece hoje como historiadores(as). Só quem vive o dia-a-dia de um arquivo público sabe dos problemas que são presentes, e cada vez mais graves e que não estão consubstanciados à manutenção física.

Ao Museu Paulista, em especial aos seus funcionários da biblioteca pelo cordial atendimento em todos esses anos, desde os meus primeiros da graduação. Pretendo, ainda em futuro próximo, mas quando me for possível, desenvolver um assunto correlato à guerra, pelos seus recursos de pesquisa, presentes em seu arquivo e biblioteca.

Ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, em especial a sua biblioteca e seus funcionários, por também me aturarem quase que semanalmente durante os últimos oito anos. E, em especial, um agradecimento à Flora e à Maria Itália. O IEB, para quem quer estudar a guerra, é ponto obrigatório em São Paulo. O que está encerrado na coleção *Jorge Tibiriça* é fundamental para qualquer pesquisador que pretende eleger o conflito de 64 – 70 como seu objeto de estudo.

Resumo

Em 1868, foi inaugurado na Ilha do Bom Jesus, na Baía da Guanabara, o *Asilo dos Inválidos da Pátria*, espaço reservado, em um primeiro momento, e segundo as justificativas explícitas e utilizadas, para garantir unicamente, por mera filantropia, o sustento de numeroso contingente de veteranos da “Guerra do Paraguai”, oriundo do exército em operações.

Muitos, entre os anos de 1865 e 1870, foram desmobilizados portando doenças crônicas ou mutilações de seus membros inferiores e superiores, e que se tornaram uma demanda social, grave, para ser revolvada pela administração pública. Eles ficaram conhecidos como os *inválidos da pátria*.

Entretanto, outras intenções foram identificadas, podendo se afirmar que elas determinaram a feitura do estabelecimento, quando provisório, e depois, como efetivo. Intenções emanadas de percepções que existiram sobre aqueles homens, e suas peculiares condições físicas, e até morais. Outros propósitos, não óbvios, definiram a promoção do estabelecimento entre os anos de 1867 e 1868, na ilha, e que não foram observados explicitamente; mas condicionaram as iniciativas que foram providenciadas, relativas aos inválidos que desembarcavam mensalmente no Rio de Janeiro, e assinalam o que eles realmente significaram para determinados segmentos residentes e atuantes na Corte.

Percepção vulgar, sobre o asilo, é que ele foi construído pelos resultados de uma subscrição pública, promovida em todo o império e executada pelos comerciantes estabelecidos no Rio de Janeiro, membros da antiga Praça do Comércio, depois renomeada Associação Comercial do Rio de Janeiro. No entanto, segundo as investigações nos arquivos, desvendou-se que ele foi edificado pelos esforços pessoais de D. Pedro II, coadjuvado por alguns de seus ministros, mormente os que ocuparam o Ministério da Guerra, entre os anos de 1865 e 1868.

O trabalho tem como proposta verificar o que aqueles homens, considerados inúteis e ociosos, representaram. Para isso, e parte importante sobre o entendimento do *inválido da pátria*, procurou investigar algumas particularidades do serviço médico prestado aos militares, principalmente a cirurgia militar praticada. Buscou, da mesma forma, investigar algumas características do combate e dos combatentes pelas memórias de veteranos, entre outros documentos coletados na investigação.

Palavras-chave: *Asilo dos Inválidos da Pátria*, *Guerra do Paraguai*, *Ex-combatentes*, *História Militar* e *Rio de Janeiro*.

Abstract

In 1868, the Asilo dos Inválidos da Pátria was inaugurated on the island of Bom Jesus, at the Guanabara Bay, in Rio de Janeiro. Allegedly, at the moment of its creation, the asylum came into being due to philanthropic motivations, in order to guarantee the well being of numerous veterans of the Triple Alliance War who were returning home from the Theatre of Operations.

Many of these men were demobilized between 1865 and 1870, bearing chronic diseases or mutilations of upper and lower limbs. They originated acute social troubles, to be solved by the public administration. The men were to become known as the inválidos da pátria.

However, some other intentions were identified during the course of the present research. They influenced the trajectory of the institution, from the moment when it was proposed as a temporary shelter for veterans to the point where it was decided that it should be permanent. These intentions were motivated by the then current perceptions that concerned the veterans, their physical conditions and even their moral principles. There were still even other subjacent purposes that influenced the existence of the institution, during the years of 1867 and 1868, but these have not been thoroughly discerned, even if the intentions in question were determinant to the policies that were reserved to the veterans that landed every month in Rio de Janeiro.

Contrary to popular belief, the asylum was not built through the collection of public donations, in an effort supposedly coordinated by businessmen from Rio de Janeiro. Rather, archival research has been able to demonstrate that the asylum was erected thanks to the personal involvement of Emperor Pedro II, seconded by some of his closest ministers, especially those in charge of the Ministério da Guerra between 1865 and 1868.

The present research intends to contextualize the existence of those veterans through historical research, staying clear from the general perceptions that were current in Rio de Janeiro's court society, that considered the wounded veterans to be idle, useless and morally corrupted. The point of departure for this task was the asylum. To understand the situation that led a man to be institutionalized, field operations of the Brazilian Army's Medical Service were investigated, especially when it came to battlefield surgery. Additionally, the research was also concerned with establishing what combat was like for the front line soldiers during the Triple Alliance War, by means of veterans' memoirs, among other documental evidence.

Keywords: Asilo dos Inválidos da Pátria, Triple Alliance War, Veterans, Military History, Rio de Janeiro.

Apresentação

A inserção de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho tem sido um assunto cada vez mais freqüente nos últimos anos. Por exemplo: em setembro de 2004, um jornal de circulação regional, em seu caderno de emprego anuncia¹: *“Vagas para Deficientes – grandes empresas estão abrindo as portas para portadores de deficiência. Por falta de qualificação ou de interesse, sobram vagas. Saiba aqui como conseguir”*. O artigo apresentou alguns exemplos de portadores de deficiência que, agindo contra o senso comum e as concretas dificuldades que se apresentam cotidianamente, ocuparam posições no mercado de trabalho e se destacaram positivamente nas atividades que optaram, ou nas que lhes foram oferecidas.

Seis indivíduos foram entrevistados: dois em cadeiras de rodas; um, sem uma perna que foi amputada; um outro parálítico desde a infância e por fim um que por causa da ação de um tumor ocular, perdeu uma das vistas, sendo obrigado, por longo tempo, a usar um permanente curativo em seu ferimento, que na maioria das vezes gerava uma interpretação equivocada de risco de contágio, por parte dos mais próximos, que ignoravam suas particularidades e que por isso se afastavam de seu convívio.

Um ano e meio depois, novos artigos foram publicados. Novamente no jornal anterior, de circulação regional, há outra matéria sobre o assunto, envolvendo uma deficiente visual.² Uma advogada, dependente de um cão-guia para se locomover com mais segurança, teve seu acesso negado em uma das estações do metrô paulista. Após muita polêmica, conseguiu usufruir do serviço público de transporte; entretanto, o metrô queria estabelecer a obrigatoriedade do uso de uma “carteirinha” aos portadores de necessidades especiais “enquadrados” naquela situação, ou seja, um documento que garantisse o usufruto do serviço, público, e por lei de livre acesso, por usuários acompanhados de animais. A advogada, após um processo movido contra o Metropolitano, conseguiu que o Tribunal de Justiça de São Paulo decidisse, por unanimidade, que deveria ser livre o trânsito de cães que guiassem os deficientes pelas dependências do metrô, e que nenhum fosse obrigado a apresentar “carteirinha” ou o que fosse solicitado pela despreparada companhia. O metropolitano alegou, em todos os momentos, em sua defesa, a questão da segurança destas pessoas; mas, como se pode depreender pelo processo movido, a questão fica restrita, de fato, no despreparo de seus funcionários, de alto ou baixo escalão, super-burocratizados, que não têm capacidade e

¹ Diário de São Paulo. Caderno *Emprego Já*. segunda-feira, 27 de setembro de 2004.

² Diário de São Paulo. *Cão-guia de cego liberado no metrô*. terça-feira, 04 de abril de 2006.

espírito crítico para atenderem demandas que num primeiro momento são inusitadas. Entretanto, não descarto uma forte parcela de responsabilidade de seus dirigentes, mais preocupados, como também o são os da educação, com a imagem, deixando de lado o trabalho prático e o bem servir, que se transforma sempre num refrão, sem sentido e prática, quando não algo visto como quixotesco e ridículo.

Em outro artigo, em um jornal de circulação nacional,³ em um de seus cadernos, há a seguinte notícia: “*Empresas ‘caçam’ portador de deficiência*”. O artigo demonstrou que a lei nº. 8.213, de julho de 1991, que prevê cotas para portadores de deficiências nas contratações de empresas não é cumprida, isto desde sua criação, e que, com o enrijecimento da fiscalização do trabalho e as conseqüentes multas e indenizações, as empresas foram obrigadas a mudarem sua atitude “passiva”. Contudo, o maior problema era que os recursos humanos das empresas não conseguiam, como não conseguem encontrar pessoas, deficientes, com as imprescindíveis qualificações para o preenchimento das vagas. Novamente, alguns deficientes foram apresentados pelo artigo, como exemplo de iniciativas que podem e que deram certo. A primeira, e mais emblemática para este trabalho, é a de um ex-policia militar paulista, paraplégico, que, em 1999, recebeu um tiro na coluna, durante uma ocorrência. Após um período de custosa readaptação, tanto física quanto psicológica, conseguiu um novo emprego em um banco, como monitor de segurança interno.

No mesmo caderno, há outra notícia, dessa vez envolvendo o governo, na verdade o Ministério do Trabalho, que deverá organizar uma cartilha ou manual para orientar órgãos públicos, já que o próprio Estado não cumpre a legislação, com o pretexto do concurso público. O material também será distribuído para as empresas, para auxiliá-las na contratação de portadores de deficiências, posto que uma reclamação constante do setor privado, mormente dos departamentos de recursos humanos, é de que sobre este assunto, as Delegacias Regionais do Trabalho muitas vezes passam informações desencontradas, não precisas, gerando ainda mais confusão e muitas vezes preconceitos e visões estereotipadas. Em um mundo em que a competitividade acaba provocando comportamentos que são facilmente classificáveis como pura selvageria, para não dizer criminosos, e cada vez mais comuns, e não restritos a uma classe social especificamente, ou até mesmo a um certo grau de instrução, ou outras distinções, os deficientes físicos acabam se tornando confusamente, paradoxalmente, para alguns,

³ Folha de São Paulo. Folha Dinheiro, 19 de março de 2006.

peessoas que estão sendo beneficiadas por leis consideradas injustas e que os favorecem em demasia. Para outros, vítimas completamente indefesas e que devem ser amparadas por uma legislação de caráter exageradamente assistencialista, que em prática, acaba eclipsando sua própria vontade e caráter.

Na educação existem recentes documentos, com uma forte e necessária orientação otimista, os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, que prevêem *estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais*.⁴ Dentre os seus objetivos, pode-se apontar para a tentativa de unificar *sistemas de ensino*, e não permitir que a educação especial permaneça um *subsistema, mas sim um conjunto de recursos que devem ser organizados e disponibilizados nas unidades escolares aos alunos que necessitem de apoios diferenciados*. O usuário com a necessidade especial, ou com *necessidades educacionais especiais*, pode ser um portador de deficiência múltipla, somente auditiva, física, mental, visual e até mesmo com superdotação.

Portanto, é com o objetivo de integração das pessoas portadoras de necessidades especiais no âmbito escolar, que a preocupação não se limita à *produção e à difusão do saber culturalmente construído, mas à formação do cidadão crítico, participativo e criativo para fazer face às demandas cada vez mais complexas da sociedade moderna*. A educação na escola é imprescindível, contudo, com essas novas condições e aspirações, igualmente o é no exercício da cidadania, que só pode ser realizada com a integração das pessoas resguardadas em sua dignidade, na igualdade de direitos, na solidariedade, no respeito à diversidade, *bem como na recusa categórica de quaisquer formas de discriminação*. Ou, para ser mais objetivo, *essas condições exigem a atenção da comunidade escolar para viabilizar a todos os alunos, indiscriminadamente, o acesso à aprendizagem, ao conhecimento e ao conjunto de experiências curriculares, disponibilizadas ao ambiente educacional, a despeito de necessidades diferenciadas que possam apresentar*.

O cumprimento desses objetivos, segundo o documento, só pode ser realizado levando-se em consideração a prática representada pelas seguintes considerações: *adaptação curricular, flexibilidade, dinamicidade, adequação, transformação, diferenciação sem isolamento, consideração de interesses e motivações, superação de obstáculos e limitações e capacitação docente*.

⁴BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares. Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais*. Brasília, 1999.

Sugere-se, que *elaborar propostas pedagógicas baseadas na interação com os alunos, desde a concepção dos objetivos; reconhecer todos os tipos de capacidades presentes na escola; seqüenciar conteúdos e adequá-los aos diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos; adotar metodologias diversas e motivadoras; avaliar os educandos numa abordagem processual e emancipadora, em função do seu progresso e do que poderá vir a conquistar* são ações e reflexões necessárias para garantir a inclusão de todos os alunos; todavia, dadas as precárias e atuais condições dos oficiais, midiáticos e insuficientes programas de capacitação docente, muito eficientes apenas quando enfocados magistralmente em propagandas que visam as próximas eleições, o projeto de inserção e os conseqüentes objetivos ficam, em realidade, no mero campo das conjecturas e esperanças. Na prática, e de maneira cruelmente realista, levando-se em conta o exercício diário do efetivo trabalho, observa-se que o corpo docente, em geral, considerando também diretores de ensino, diretores(as) de unidades escolares, vices-diretores(as), coordenadores(as) pedagógicos (as), entre outros, não têm condições nem mesmo para trabalhar com os conteúdos mínimos exigidos pelos programas e currículos - e essa incapacidade não é apenas conseqüência de “indisciplina” discente; mas do empobrecimento intelectual a que os “educadores” ficaram sujeitos, pela falta de boas perspectivas, pelo desprestígio que tomou a profissão (quase que uma humilhação quando revelada para terceiros), e os seus indefectíveis baixos salários. São situações examinadas, diariamente, em escolas públicas e privadas, que não cumprem, em seu conjunto, com as suas mínimas obrigações sociais.

É emblemático que o Senso 2000, do IBGE,⁵ pela primeira vez preparou um questionário, especial, para os portadores de deficiência, sendo mais um indício da crescente preocupação por parte do governo. Acredito que o questionário pode explicitar os antigos e novos problemas enfrentados por essas pessoas, muitas vezes, forçosamente ocultas dos nossos olhares, pois a maioria das cidades brasileiras ainda não possui instalações adequadas para sua livre circulação - inadequações presentes em situações aparentemente simples - como se locomover pelas “bombardeadas” calçadas, ter livre e rápido acesso aos edifícios, públicos ou privados, ou condições apropriadas para usufruir do sofrível “transporte público”, que não oferece chances de pleno uso para grande parte dos portadores de deficiência – talvez até aos que não possuem qualquer tipo de limitação - restringindo-os quase sempre em suas residências.

⁵ www.ibge.gov.br

Mas, em contrapartida e paradoxal, é perceptível o aumento do número de deficientes que gradativamente entram no exíguo mercado de trabalho ou que possuem outras atividades diárias fora do âmbito doméstico. Na verdade, um sinal de que estudos mais pormenorizados e sérios devem ser feitos sobre e para estas pessoas, cada vez mais visíveis.

O tema eleito para a campanha da fraternidade no ano de 2006, do mesmo modo, é um sinal da gradativa importância que o assunto vai recebendo: *fraternidade e pessoas com deficiência*, sendo seu lema: *levanta-te, vem para o meio*. Seu hino, entoado nas igrejas, é:

“LEVANTA-TE!
Levanta-te,
Chega pra cá e vem para o meio!
Levanta-te,
Une teu canto a nosso cantar!
Levanta-te,
Chega pra cá e vem para o meio!
Levanta-te,
Vem companheiro (a) à vida brindar!
João Batista mandou perguntar:
"És tu aquele que Deus enviou?"
Contem a João o que estão a olhar:
Os cegos vêem, escutam os surdos,
Os coxos andam e falam os mudos
Boas notícias a anunciar!
Se o teu olhar mais além enxergar,
Se o teu ouvido escutar as entranhas,
Se a tua mão a do manco apertar,
Dos excluídos se atendes o anseio,
E o solitário, se o trazes pro meio,
Um novo tempo vais inaugurar!”⁶

Pois, então, se é um assunto atualmente candente, cada vez mais freqüente nos meios de comunicação, não se pode perder sua dimensão histórica, isto é, para ser mais explícito: se há portadores de deficiência física hoje, eles existiram também no passado. Qual foi, e é, a ou as relações entre a sociedade e portadores de necessidades especiais, os deficientes físicos em nossa história? Ou, para me aproximar do meu objeto de estudo, como nossa historiografia percebeu o assunto?

Durante o tempo em que estou me dedicando ao tema, consegui encontrar apenas um trabalho, significativo, de um brasileiro, que trata de indivíduos portadores

⁶ Sobre a Campanha da Fraternidade de 2006, bem como dos anos anteriores, encontram-se melhores informações no seu *site* oficial: www.cf.org.br

de alguma deficiência, e as diferentes percepções que diferentes sociedades, em diferentes momentos, tiveram sobre eles. Foi publicado em 1987, por um pesquisador ligado à área de terapia, que há décadas trabalha com pessoas portadoras de deficiências.⁷ Otto Marques da Silva se propôs, durante os anos oitenta, a pesquisar sobre a pessoa com deficiência, *na história do mundo de ontem e de hoje*. Sua intenção, entre muitas outras, era deixar explícitas, para seus leitores, as *dificuldades sentidas pelas pessoas que não têm a capacidade máxima de uso de seu corpo ou de sua inteligência, ao tentar o seu pequeno lugar ao sol*. Possivelmente, foi a maneira que encontrou, mais apropriada, naquele momento, para demonstrar sobre a lentidão da reação da sociedade *em aceitar sua parcela de responsabilidade na solução* dos problemas, presentes da falta de inclusão da pessoa deficiente. Marques da Silva, em sua gigantesca e documentada pesquisa, não se esqueceu do *Asilo dos Inválidos da Pátria*, e dentro de um capítulo intitulado *a pessoa deficiente no Brasil colonial e imperial*, apontou de maneira perspicaz três instituições, inspiradas em modelos europeus, que foram criadas durante o império e que trataram de deficientes: o *Imperial Instituto de Meninos Cegos*, o *Instituto de Surdos Mudos*, e o *Asilo dos Inválidos da Pátria*. Sobre o asilo, para tratá-lo, descrevendo-o, o autor se utilizou largamente do livro de Manoel da Costa Honorato, um dos primeiros capelães que o AIP possuiu, publicado em 1869. Marques definiu bem o conteúdo do livro do capelão:

“Orgulho, ufanía, comiseração, caridade, emoção, interesse genuíno, reconhecimento patriótico a seus heróis, alguns lances literários e pouco práticos sobre integração à família e à sociedade, e muito mais, um leitor curioso poderá encontrar nessa interessante obra”.⁸

Marques da Silva observou que o asilo havia sido inspirado, segundo modelos presentes na Europa, de estabelecimentos criados para receberem homens inválidos em ações militares, como o *Hôtel des Invalides*, francês, e o *Chelsea*, inglês. Ademais, não houve, de sua parte, uma maior análise, ou uma profunda pesquisa em fontes primárias, mesmo porque essa não era a sua intenção. O autor quis saber, em relação ao estabelecimento, e principalmente sobre os *inválidos da pátria*, se conseguiram ser inseridos na sociedade, com as suas particularidades. Digo-lhe que não, e vou procurar respondê-lo durante o presente trabalho. No entanto, a pesquisa de Marques da Silva é

⁷ Otto Marques da Silva. *A Epopéia Ignorada. A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje*. CEDAS. São Paulo, 1987.

⁸ Otto Marques da Silva. *op. cit.*, (página 289).

de boa qualidade, devido ao fato de ter sido composta em uma época em que as informações não eram tão fáceis de se alcançar, ao contrário dos dias atuais, com os recursos eletrônicos. Fora isso, tem a sua relevância social, que não pode ser desprezada.

Se pesquisas promovidas nos departamentos de história não contemplam estas pessoas, não significa, evidentemente, que elas nunca existiram, ou, na verdade, não significa - e aqui é o que me importa - que a relação com, ou a percepção sobre essas pessoas não existiu, algo que Marques da Silva teve a sensibilidade de capitar no desenvolvimento de seu trabalho. Em uma boa biblioteca de ciências humanas encontramos muitos bons escritos, muitos até socialmente relevantes, significativos, mas nunca se encontram pesquisas envolvendo diretamente deficientes, principalmente no Brasil. Este pequeno estudo tem a pretensão, entre outras que serão apresentadas, de preencher parcial e precariamente esta lacuna.

Certamente é assunto atual a inserção de deficientes na sociedade. Porém, acredito e desenvolvo no presente texto a tese de que os deficientes foram igualmente percebidos, de maneira peculiar, em um determinado período de nossa história, mais circunstanciadamente entre 1864 a 1870, durante a guerra contra o Paraguai, quando muitos homens, ex-combatentes, foram desmobilizados com amputações provocadas pelos ferimentos sofridos em combates, produzidas pelos escassos recursos então disponíveis à cirurgia da época, e a situação difícil em que permaneceram, do mesmo modo como produto direto dos poucos recursos e técnicas pós-operatórias não desenvolvidas naquele contexto e que serão trabalhadas no desenvolvimento dos próximos capítulos.

Mas, para iniciar o tema propriamente dito, que é o estudo dos *inválidos da pátria*, são necessárias algumas linhas discorrendo sobre um acontecimento da história do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, conhecido comumente como “Guerra do Paraguai” e algumas das tendências historiográficas atualmente em voga, ou pelo menos, as que considero relevantes ao tema, com contribuições originais, e que sem dúvida possuem forte teor social.

Desde o início da década de noventa, novos trabalhos sobre a guerra têm se evidenciado. Essas pesquisas têm o mérito de explicitarem um conflito de gigantescas proporções que, se não permanece em obscuridade (muitas vezes acalentada pela capenga e artificial política de boa vizinhança), oculto em documentos propositalmente encerrados em arquivos nos países envolvidos, detém inúmeras interpretações

equivocadas que contribuem para a construção e consolidação de uma imagem simplesmente maniqueísta, e conseqüentemente reducionista sobre a guerra, bastando observar as simplificadoras abordagens que ainda recebe nas escolas de ensino fundamental e médio há anos, presentes, sobretudo, na estagnação, no despreparo e no empobrecimento intelectual-financeiro dos professores de educação básica, como a pouca atenção e rigor que lhe são dirigidas no meio acadêmico brasileiro, excetuando-se pontuais, meritórias e recentes exceções. A história conhecida como “revisionista”, por exemplo, ainda é fortemente presente na educação, em geral, como aceita indiscriminadamente nos meios acadêmicos autodenominados de “esquerda”, que buscam no imperialismo, acredito, as explicações seguras, necessárias e talvez “psicológicas” para se entender as condições em que os países subdesenvolvidos vivem atualmente.

Naturalmente, dentre os novos trabalhos publicados, por muitos considerados “neo-revisionistas”, alguns possuem mais significado do que os demais. Ricardo Salles,⁹ Jorge Prata de Souza,¹⁰ entre outros, contribuem para a construção de uma visão mais responsável sobre a guerra, procurando com seus trabalhos investigar questões sociais relevantes. Eles fugiram da história dos “grandes generais”, dos “grandes homens”, ou melhor, para ser bem compreendido, uma história marcada por uma abordagem excessivamente personalista, acentuadamente heróica, e buscaram com novas propostas - paralelas às tradicionais e ainda presentes interpretações que vão e vêm, ao sabor das inconfessáveis conveniências - interpretar a magnitude do conflito, e principalmente dirigindo seus olhares críticos para os mais humildes, que de fato a fizeram.

Ricardo Salles, ainda na década de oitenta, promoveu um interessante trabalho, publicado em 1990, e que sem dúvida fez frente aos revisionistas, os mais divulgados por aqui. Foi a partir dele que novas interpretações sobre a guerra começaram a ser produzidas nos últimos quinze anos, reinaugurando um “novo” período permeado por novas interpretações. A sua originalidade está em sua percepção sobre as contradições que a guerra provocou na estrutura social escravista. Em um primeiro momento, diante dos esforços que a guerra exigiu, e da condição de vitória que se desejava frente à um inimigo externo - pela sua própria dinâmica - a mesma sociedade, excludente, necessitou, para sustentar o esforço, por meios de apelos patrióticos e a formação dos

⁹ Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai – escravidão e cidadania na formação do exército*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.

¹⁰ Jorge Prata de Souza. *Escravidão ou Morte – os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Mauad/ADESA, Rio de Janeiro, 1996.

corpos de voluntários da pátria, de uma população que até então vivia às margens. Era imprescindível, para a formação de um exército profissional, do recrutamento de cerca de 100 000 homens, treinados, fardados, alimentados, armados, motivados e acrescento, tratados nos hospitais. Esse esforço abriu espaços e reconhecimento, ainda que limitados e contraditórios, para que grupos e classes subalternas participassem da mobilização, não mais pelo recrutamento tradicional, dotado de um estigma de degradação social, interpretado como uma punição; mas sim por novos valores, moral e social, ainda que temidos por sua potencial ruptura social, já que a guerra era justificada e legitimada como um conflito do império da civilização, contra a barbárie recalcitrante. Essa ruptura, advinda de uma contradição, residiu igualmente que essas parcelas, vistas como incapazes de fazerem parte da “civilização”, fossem chamadas para defendê-la, e não se pode esquecer que essa mesma sociedade escravista, quando abriu espaço, pelo seu discurso e gesto, a essas parcelas, acabou por criar condições que não poderia suportar sem grandes abalos, no pós-guerra. Talvez, o seu maior desafio, fosse, após o conflito, retornar à antiga ordem vigente.

Jorge Prata de Souza, conforme ele mesmo informou em seu excelente trabalho, tinha a intenção de *pôr em relevo a participação dos negros forros na guerra*.¹¹ É, pela sua perspicácia, e estudo, que notou que o termo *voluntários da pátria*, que se constitui um *mito*, oculta, *indivíduos de diferentes classes sociais, e as formas com que aqueles homens se fizeram voluntários*. O termo, dado que foi caracterizado por muito ufanismo, ocultou as características violentas do recrutamento promovido; mas, como o exército, ao encerrar em suas fileiras indivíduos de várias origens, inclusive escravos, tornou-se, ainda no império, a instituição de maior representatividade popular. Foi, a partir do exame das fontes, não seriadas, que se pode constatar *os mecanismos repressivos do alistamento*, como, igualmente, *as resistências da sociedade a eles*, e o quanto a guerra, e as exigências da mobilização, e recrutamento, desestabilizaram o trabalho escravo.

Porém, são pesquisas, como outras que se revelaram nos últimos dez anos, que oferecem importantes reflexões sobre a guerra, e que inclusive servem como orientadoras à outras, que estão surgindo e que surgirão nestes próximos anos. Não obstante, penso que sobre ela - a guerra, e os indivíduos que dela participaram, direta ou indiretamente - pouco sabemos realmente. Uma situação que é excitante, dado o

¹¹ Jorge Prata de Souza. *op. cit.*, (página 13).

gigantesco trabalho que ainda pode ser promovido, isto é, tendo uma posição bem otimista, e considerando, por exemplo, que os cursos de graduação irão olhar, com mais responsabilidade, a formação dos graduandos, isto é, estimulando que eles pesquem.

A guerra de 1864 a 1870 envolveu direta ou indiretamente milhões de pessoas, sendo o maior e mais sangrento conflito registrado na América do Sul. Dos recantos do Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil pessoas eram recrutadas, sendo que parte significativa das populações dos países envolvidos foi afetada de alguma maneira, pois algum recurso da região poderia ser disponibilizado para o esforço ou o preço de alguns gêneros se elevava, aumentando o custo de vida. No meio urbano, e mesmo no rural, pelos sertões, se não era o pai, filho ou vizinho, poderia ser alguém conhecido que partia rumo ao teatro de operações, alguns até mesmo levando sua companheira.¹² Invariavelmente o conflito “mexia” com a vida de todos. Quando se atenta para os períodos de recrutamento, não se deixa de pensar sobre essa dimensão, ou essas ocorrências que foram presentes na vida de milhões durante todos aqueles anos. Alguns, defendem que ela foi responsável pelo desenvolvimento, pela produção de uma *identidade brasileira*. Em uma campanha inicial de mobilização nacional, formou-se um *entusiasmo cívico*, com a composição de *batalhões patrióticos*, execuções do *hino nacional* e o imperador apresentado como o *líder na nação*. Havia o brado: “- *Brasileiros! Às armas!*”. Nele, Murilo de Carvalho acredita, sobretudo na palavra *brasileiro*, que se indicou, com clareza, *o tipo de identidade que se procurava promover*, isto é, acima de quaisquer possíveis ou efetivas diferenças.¹³

No entanto, por mais que houvesse um entusiasmo cívico, em relação à guerra, ela certamente provocava novas demandas sociais. A assistência a homens que ficaram inválidos é uma; mas, partindo da análise, por exemplo, da documentação sobre pedidos de pensões, descobre-se outra. Esses documentos explicitam uma situação, que, por mais que seja óbvia, possui dimensões inusitadas que devem ser trabalhadas, porque a guerra igualmente fez parte do cotidiano de muitos que estavam distantes, milhares de quilômetros, de lugares como Tuiuti, Curuzú, Curupaiti, Humaita, Lomas Valentinas, Estabelecimento, entre outros; mas suas mentes e corações permaneciam com os que lá estavam, lutando e que por lá pereceram, nunca mais retornando.

¹² Maria Teresa Garritano Dourado. *Mulheres Comuns, Senhoras Respeitáveis: a presença feminina na guerra do Paraguai*. Editora UFMS. Campo Grande, 2005.

¹³ José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2005. (páginas 78 e 79).

E, após o entusiasmo inicial, a guerra, e o compulsório esforço para fazer frente a ela, foi onerando a população, fosse em vítimas, homens mutilados, ou mortos, ou até mesmo na economia. Se as primeiras e tão propaladas unidades voluntárias foram presentes no início, é certo que as que foram, no decorrer da guerra, tornaram-se “voluntárias”, apenas em sua denominação.¹⁴

Não se sabe ao certo os recursos que foram consumidos ou ao menos o número de pessoas mortas. Certamente a guerra trouxe influências marcantes nos campos social, econômico e político. Já é conhecido que destruiu o Paraguai, que perdeu parte significativa de sua população. Ela motivou novas crises políticas na Argentina e no Uruguai. No Brasil, acabou por iniciar, realmente, um processo de desgaste da monarquia, e fortalecimento dos militares, culminando no desfecho de novembro de 1889, como da mesma forma ampliou decisivamente as discussões internas sobre a escravidão que persistia. Parafraseando Joaquim Nabuco,¹⁵ a guerra foi um divisor de períodos de nossa história. Assinalou o apogeu do império e ao mesmo tempo as principais causas de sua decadência, a ascensão e consolidação do meio militar como ator político,¹⁶ como igualmente foi essencial para a discussão e o fortalecimento da campanha contra a manutenção da escravidão, que ainda vigorou por quase vinte anos após a guerra.

Se questões políticas e diplomáticas resultantes do conflito já foram relativamente exploradas, muitas outras, principalmente sociais, ainda não foram devidamente visualizadas por muitos pesquisadores, e é isso o que me importa e preocupa, porque acredito que muitos assuntos podem ser explorados por pesquisadores que queiram realizar novas, originais e relevantes investigações sobre o tema.

Por exemplo: o que se sabe sobre os militares brasileiros após a sua desmobilização? O que se conhece sobre os soldados e imperiais marinheiros após sua dispensa e seu retorno à província de origem? E os que permaneceram no exército e na marinha? Os que se reengajaram e serviram nas longínquas províncias e na Corte? O que sabemos sobre as famílias, tanto de oficiais como de praças, que tiveram seus homens mortos ou feridos? Sobre as condecorações. Quais foram os critérios para serem

¹⁴ José Murilo de Carvalho. *op. cit.*, (página 80).

¹⁵ Joaquim Nabuco. *La Guerra del Paraguay*. Versión castellan de Gonzalo Reparaz, de las sociedades de geografia de Paris y de Madrid. Paris. Garnier Hermanos. 1901.

¹⁶ Wilma Peres Costa. *A Espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império*. Editora Hucitec. São Paulo, 1996.

entregues? Em suma, o que se conhece no Brasil sobre os veteranos da “Guerra do Paraguai”?

Em um artigo, José Murilo de Carvalho levantou interessantes possibilidades a serem examinadas:

“(…) sabemos muito pouco sobre a história social da guerra e de suas consequências. Quem eram os combatentes, como foram recrutados, como era a vida nas trincheiras, como era o tratamento dos soldados, sua alimentação, as doenças, o serviço de saúde, a relação entre eles e os oficiais, a disciplina, a convivência entre soldados de várias partes do país, de libertos com filhos de senhores, de negros, brancos e pardos, como era o relacionamento com o inimigo nos momentos de trégua, a reação à propaganda antiescravista e racista dos paraguaios, a vida após o regresso, no Exército e na vida civil, sobretudo a relação do liberto ex-combatente com seus parentes ainda escravos, com os ex-senhores?”¹⁷

Se hoje há acesso a criteriosas pesquisas sobre as difíceis condições cotidianas dos soldados brasileiros no *front* italiano durante a Segunda Guerra e sobre suas vidas, posteriormente, como veteranos da Força Expedicionária Brasileira,¹⁸ acredito que muito pouco é conhecido sobre os veteranos de 1864 a 1870 e infelizmente de outros conflitos de que o Brasil participou com grandes ou pequenos efetivos, como a Primeira Guerra Mundial, as missões de paz promovidas pela ONU ou mesmo sobre os da Guerra de Independência em nosso território.

Recentemente, observando, pela internet, o que está sendo feito na Câmara dos Deputados, encontrei um projeto de lei (PL 5908), que trata de beneficiar o 20º efetivo que integrou o Batalhão de Suez. Foram ao todo 427 militares que, durante a Guerra dos Seis Dias, atuaram na fronteira entre o Egito e Israel, em condições adversas, que acabaram acarretando a morte de seis homens do efetivo, e que muitos, segundo o deputado responsável pelo projeto,¹⁹ voltaram e foram sumariamente desmobilizados com *traumas de guerra*. A intenção do parlamentar é estender *aos oficiais, recrutas e cabos o mesmo benefício conferido aos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira*

¹⁷ José Murilo de Carvalho. “Um Voluntário na Guerra do Paraguai”. *Folha de São Paulo. Caderno Mais!* 08 de julho de 2001.

¹⁸ Destaco três trabalhos de dois autores com competentes pesquisas sobre a FEB: Francisco César Alves Ferraz. *A Guerra que não Acabou: a reintegração dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira, 1945 – 2000*. Tese de doutorado. História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2003 e Cesar Campiani Maximiano com o trabalho publicado: *Onde Estão Nossos Heróis – uma breve história dos brasileiros na 2ª Guerra*. São Paulo, 1995 e seu doutorado: *Trincheiras da Memória: brasileiros na campanha da Itália, 1944 – 1945*. História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2004.

¹⁹ (<http://www2.camara.gov.br> – “Militares do Batalhão Suez poderão ter pensão especial”, Deputado Pompeo de Mattos).

(...) *A pensão equivale ao soldo de primeiro tenente das Forças Armadas, também será concedida aos dependentes dos militares já falecidos*, já que muitos deles são pobres e sexagenários, tendo ainda o agravante de não terem sido competentemente assistidos no Oriente Médio e durante sua desmobilização, terem sido dispensados sem qualquer auxílio. Porém, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional rejeitou um projeto anterior. O deputado terá problemas em conseguir ver o seu intento contemplado, já que a maioria desconhece a participação do Brasil nesses episódios recentes. O que não significa que seja impossível a sua aprovação; mas sem a divulgação necessária, talvez perca a sua “legitimidade” e relevância, ou, eventualmente, pode se tornar mais um oportunismo parlamentar de carona com o sofrimento alheio, prática bem comum, de dimensões históricas, em nosso país.

Os “traumas de guerra”, ou as “neuroses de guerra” dão muito o que pensar sobre os veteranos do Paraguai. Pelo visto, estes problemas nem eram previstos durante aqueles anos, e os homens que foram desmobilizados na situação, apresentando algumas doenças com características que hoje sabemos traumáticas e nervosas, provavelmente não se beneficiaram de nenhum recurso, porque, parece-me, problemas dessa natureza não eram suscitados pelo pessoal médico, tanto do exército quanto da armada, muito menos entre os ministros e barnabés dos ministérios. Observa-se, em algumas inspeções de saúde, termos como *idiotismo*, principalmente em retornados dos campos; porém, tenho em mente que foram dispensados, sem direito algum. Muitos se tornaram alcoólatras, sendo as suas dificuldades confundidas com outras, emanadas de cotidianos e difíceis problemas de reintegração social nos centros urbanos e nas pequenas cidades. É uma nova e vigorosa possibilidade de pesquisa, principalmente se forem verificados, concomitantemente, os arquivos policiais e principalmente os dos serviços médicos, produzidos entre 1865 até o início do século XX.

A história militar feita com critério pode eleger, em nossa história, um ilimitado número de interessantes temas para serem bem explorados; porém, o acesso às fontes militares e a formação desses pesquisadores não devem ser descurados como comumente o são. Acesso aos arquivos de origem militar é imprescindível, daí a importância da interação entre estudiosos militares e civis, mesmo com os prováveis choques oriundos de “obrigações institucionais” e posições ideológicas adversas. Penso que se existem cursos de pós-graduação, ou os seus arremedos, tendo como tema a *história militar brasileira*, eles poderão não ter legitimidade se apresentarem estudos do tipo: “Caxias – o Cidadão Soldado”; “Caxias – O Pacificador”; “Tamandaré – o Nelson

Brasileiro”, “Tuiuti foi Osório, ontem, hoje e sempre”, entre outras, bem pouco profundas. Não estou dizendo que há, forçosamente, esse tipo de material nas listas de monografias destes estabelecimentos e seus arremedos; mas presumo que cursos, tendo muitos militares como organizadores, principalmente aqueles com uma visão e interpretação tradicionais, os trabalhos que seus alunos possam apresentar não são mais do que esse tipo de coisa, que não tem acrescentado, há décadas, algo de bom à historiografia, a não ser toneladas ufanistas e acrílicas de papel.

Também considero relevante o estudo, ainda que pouco desenvolvido no Brasil, das dimensões técnicas de uma guerra. Digo que para se estudar um conflito, dependendo do enfoque do pesquisador, é necessário o estudo do emprego - por exemplo, quando se tem a campanha do Paraguai como tema - dos armamentos, sejam eles de infantaria, cavalaria ou artilharia, do uso de vários tipos de munição, do estudo e emprego da tática, do exame da capacidade combativa de pequenas e grandes unidades, do grau de instrução de oficiais e recrutas, como da disciplina, da motivação dos combatentes, da logística, da mobilização em território nacional, dos serviços médicos e cirúrgicos oferecidos no teatro de operações e nas províncias, entre outros. Esses estudos sobre as guerras em nosso país, atualmente, ou são produzidos por militares, obrigados pela sua atividade e formação, a prestarem atenção ao tema, e muitos, normalmente, de baixa qualidade, reflexo da instrução que receberam na caserna, ou no meio civil, impulsionados quase sempre por curiosidade, e normalmente sem interlocutores e com grandes deficiências, salvo algumas exceções que têm despontado com excelentes artigos.

Este trabalho tem também a pretensão - é uma tentativa - de preencher parcialmente algo que identifico como uma lacuna na historiografia brasileira; ou seja, a investigação sobre os homens que retornaram da “Guerra do Paraguai”, muitos com marcas indelévels e que por elas ficaram conhecidos como os *inválidos da pátria*. Entrementes, a investigação sobre os veteranos felizmente me condicionou ao estudo do *Asilo dos Inválidos da Pátria* ²⁰ (AIP), e conseqüentemente ao exame de um estabelecimento que recebeu militares inválidos de outras operações em que o exército ou a marinha se envolveram nos séculos XIX e XX, como Canudos, a Revolta da Armada, o Contestado, e os movimentos de 1924 e 1932.

²⁰ Asilo dos Inválidos da Pátria, doravante AIP.

Mas, para entender o grande número de *inválidos da pátria*, presentes na Corte, durante os anos da guerra, não se poderia deixar de visitar, ainda que rapidamente, e não da maneira que gostaria de fazer, os campos de batalha, seus serviços médico-cirúrgicos, alguns de seus cirurgiões veteranos, algumas das unidades que fizeram parte dos combates, observar suas armas individuais, os seus diferentes desempenhos quando comparados com as dos oponentes, as suas munições, também diversas, e que proporcionavam temíveis ferimentos nos homens. Não se poderia deixar de procurar entender o seu cotidiano em avançadas, em linhas entricheiradas, em suas missões de reconhecimento, nos seus ataques, nem sempre contemplados com o sucesso, às fortalezas e fortificações, bem como investigar os seus maiores medos e anseios. Ali será apenas um mais um “reconhecimento”.

A inauguração do AIP, em 1868, na ilha do Bom Jesus, localizada na baía da Guanabara, está inserida no contexto da guerra contra a república do Paraguai. Milhares de brasileiros haviam morrido nos primeiros anos do conflito, ou ainda iriam perecer em terras estrangeiras. Fora muitos outros que retornavam ao Brasil mutilados, sem um ou ambos os braços e mãos, (membros superiores), sem uma ou ambas as pernas, (membros inferiores), sem os dedos das mãos e dos pés, amputações provocadas por corriqueiros ou graves ferimentos em combate, pelo intenso frio presente em alguns lugares e em alguns momentos da guerra e que causava congelamento, a sempre presente gangrena, entre outros temidos “acidentes”, e a conseqüente ablação. Alguns, mesmo não tendo seus membros amputados, ficaram cegos ou inutilizados igualmente por ferimentos ocasionados pelos combates. Muitos retornavam cronicamente enfermos, sendo suas moléstias adquiridas nas precárias condições de vida nos acampamentos, trincheiras e embarcações. Os homens que regressavam nessas condições eram chamados então de *inválidos da pátria*.

Sabendo que as baixas provocadas pelas doenças superaram as ocasionadas por ferimentos de guerra, obriga-me, felizmente, a pensar sobre o que Jorge Prata de Sousa escreveu, em um outro trabalho, quando analisou um quadro comparativo, produzido por informações constantes no relatório da Marinha de 1870:

“Um quadro como esse leva-nos a pensar em dois campos de batalha: de um lado a batalha com o inimigo, neste caso as forças paraguaias; de outro, um inimigo interno, as condições higiênicas e sanitárias do contingente chamado a assentar praça e, nas condições próprias da guerra, a disponibilidade de enfermarias e hospitais equipados para socorro imediato de feridos e enfermos.

O grande combate travado pelas forças militares parece ter sido contra as condições sanitárias e higiênicas durante a guerra e não contra o inimigo paraguaio. Se tal hipótese procede, boa parte da historiografia pátria perde em quantidade heurística, revelando-se impregnada de uma ideologia nacionalista construída e forjada para explicitar, em um contexto republicado, o papel de sujeito histórico das instituições militares.”²¹

Talvez o estudo do AIP possa esclarecer, ou pelo menos auxiliar no entendimento de algumas dessas questões que Prata de Sousa colocou, e que aqui desenvolvo nos próximos capítulos. Possivelmente o asilo, os seus *inválidos da pátria*, os hospitais e enfermarias de campanha, com os seus cirurgiões e enfermeiros, compunham um outro exército, faziam parte de um outro campo de batalha, sem projéteis *esféricos* ou *cilindro cônicos* em movimento, lanças, espadas, balas rasas, cargas de baioneta e metralha, apesar de existirem e se legitimarem por elas. Em dois mapas demonstrativos, apenas fragmentos, recurso este do mesmo modo utilizado por Prata de Sousa, feitos em 1865, pelo pessoal da marinha, as questões sanitárias tomam corpo, e sinalizam a necessidade de um trabalho, ou pesquisas, certamente voltadas para a análise dos documentos disponíveis, redigidos pelos serviços de saúde do exército e da marinha, e que ainda não foram nem ao menos explorados. São documentos que deixam explícito que havia, de fato, uma outra guerra a ser combatida, conforme Prata de Souza bem observou. Em agosto de 1865, Tamandaré, a bordo da corveta *Niterói*, remeteu ao *chefe de divisão encarregado do Quartel General de Marinha*, o *mapa das praças de Marinha e do Exército que faleceram durante o mês findo*; portanto, julho, e que eram do efetivo da *esquadra* que se achava *bloqueando a República do Paraguai*. O mapa disponibilizou as informações da seguinte maneira:

“Marinha Imperiais Marinheiros				07	
Batalhão Naval				01	
Marinhagem				04	12
Exército	1º Bm. de Infantaria			03	
	7º " " "			01	
	9º " " "			07	
	14º " "			06	
	1º " "			01	
	12º " "			20	38
Total					50
Moléstias					
Ascite				01	

²¹ Jorge Prata de Sousa. “As condições sanitárias e higiênicas durante a Guerra do Paraguai (1865 – 1870)”. In *Uma História Brasileira das Doenças*. Paralelo 15. Brasília, 2004.

Anasarca	01	
Bexigas	30	
Diarréia	04	
Estreitamento do orifício ventricular pulmonar do coração	01	
Ferimentos recebidos em combate	03	
Febre perniciosa	03	
Gastroenterite	02	
Infecção purulenta	01	
Meningite	01	
Pneumonia aguda	01	
Tísica pulmonar	02	
Total	50	

Praças da Marinha	12	
Praças do Exército	38	Total 50”. ²²

Foram computados os ferimentos em combate, que causaram apenas três mortes; mas fica claro que as doenças agiam, independentemente, arrancando das fileiras muitos homens, ou que estavam de serviço nos navios, ou constituintes do efetivo do exército embarcado. Possivelmente um quadro relativamente comum em quase todos os meses que a campanha perdurou, exceto os que envolviam grandes operações ofensivas, tanto da armada quanto do exército. Entrementes, para além dos combates, as doenças provocavam grandes claros nos contingentes, e se fossem epidêmicas, a situação tendia a se tornar mais crítica, como igualmente deixavam as forças, seja de terra ou “mar”, inativas, ou quase inativas, com a sua capacidade combativa prejudicada. Penso que o comando do Marquês de Caxias, visto, tradicionalmente, como disciplinador do ponto de vista estrito e limitadamente militar, deveria ser reinterpretado por uma outra possibilidade, baseada em novas pesquisas que poderiam observar, com maior atenção, os serviços médicos prestados na guerra durante aquele período. Não afirmo que seu comando restringiu-se às questões sanitárias e higiênicas; todavia muito do que foi promovido naqueles anos, poderia ser melhor entendido, e principalmente problematizado, se os estudiosos sobre o assunto visassem o serviço médico e cirúrgico, tanto no teatro de operações quanto na Corte.

No documento acima, a *bexiga* foi a maior responsável pelas baixas, causando 30 óbitos (60%), possivelmente, assinalando o começo de uma epidemia de varíola, ou o seu ápice, e que agiu durante um bom tempo no campo de batalha, como outras que exerceram funestas influências nas belonaves, nos hospitais de campanha, nas

²² Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 44 (1181), documento 141. “documentação naval”.

enfermarias, nos transportes de guerra, ou nos exércitos em operações, tanto no Paraguai, ou mesmo no Mato Grosso. Fica explícito, quando se verifica a documentação disponível, que não houve, realmente, um serviço de vacinação que atingisse, integralmente, os homens mobilizados para a guerra. Pelo contrário, se de fato funcionou algo similar, foi apenas um arremedo daquele serviço. No mapa acima, o número de praças do exército excedeu, em mortes, ao da marinha. Foram 38 óbitos (76%) entre os corpos de infantaria empregados nos navios, em detrimento de 12 (24%), da marinha.

No mês posterior, em agosto de 1865, novo mapa demonstrativo foi executado, trazendo, novamente, as informações sobre os falecimentos decorridos naquele mês.

“Resumo das praças de Marinha e do Exército que faleceram na Esquadra Imperial que se acha bloqueando na República do Paraguai, durante o mês de agosto com todas as declarações precisas

Corpos

Aspirante de Marinha	01	
Imperiais Marinheiros 2ª Classe	02	
" " " 3ª Classe	04	
Grumete Imperial	01	
Soldado do Batalhão Naval	02	
2º Marinheiro	01	
Grumetes de Marinhagem	03	14
Soldado do 1º Batalhão de Artilharia	01	
" do 9º " Infantaria	03	
" do 14º " "	04	
" do 14º Voluntários	03	
Tenente do 14º Volº de Cachoeiras	01	
Soldado " " "	06	18
Marinheiro da Barca Ncel. Quarain	01	
Prisioneiro Paraguaio	01	02

Total 34

Moléstias

Abcesso	01
Bexigas	06
Bronquite Capilar	01
Bala na passagem de Barrancos de Cuevas	14
Afogado no rio	01
Diarréia	03
Ferimento do dia 11 de Junho	01
Febre atáxica	01
Febre perniciososa e gastro esplenite	03
Gastro hepato interite aguda	01
Gastro hepatite de caráter tifóide	01

Tubérculos Pulmonares	01	
		Total 34
Praças de Marinha	14	
Praças do Exército	18	
Marinheiro Mercante	01	
Prisioneiro Paraguaio	01	
		Total 34
De Combate	15	
De Moléstias	19	
		Total 34
Diferença para menos do mês de julho	16”. ²³	

No mês seguinte, os casos de *bexiga* foram bem menores, se comparados com o mês anterior; entretanto, considerando apenas os óbitos, ela ficou em segundo lugar, com 06 casos (17,6%); mas, ainda assim, quando se observa e se compara com o número de baixa provocadas pelas outras enfermidades, ela continuou liderando, como a maior causadora de óbitos, sendo que em primeiro lugar ficaram as mortes em decorrência dos combates da passagem de Cuevas, com 14 casos (41,1%), e se houver a distinção em dois grupos, isto é, se forem divididos entre as mortes em decorrência de enfermidades, e as originadas por combates, chega-se, como se chegou no documento, aos seguintes números: 15 óbitos provocados por combate, (44,1%), sendo computado o afogamento nesta soma, e 19 provocados por enfermidades, (55,8%), número esse se for computada a morte de um indivíduo, em decorrência do ferimento provocado no episódio do combate de Riachuelo. Mais uma vez, pelo menos naquele mês, mesmo tendo 16 óbitos a menos que o anterior, as enfermidades permaneceram mais atuantes que os paraguaios, e causando claros nos efetivos, arduamente preenchidos pelo recrutamento, nas várias ocasiões em que foi promovido, sempre motivado pela demanda que a guerra exigia, e que era provocada pela ação de epidemias, intermitentes durante a guerra, bem como na reconstituição dos efetivos que haviam perecido em numerosos combates, envolvendo grandes e pequenos efetivos, tanto da esquadra quanto do exército.

Mas, retornando ao AIP, fruto destas questões, entre outras que se apresentarão na leitura do trabalho, são necessárias mais algumas observações, para se tentar

²³ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 44 (1181), documento 142. “documentação naval”.

entender o porquê da história que ainda se encontra sobre o estabelecimento, de linha tradicional, e comemorativista, presente em eventuais publicações ou até mesmo em *sites* disponíveis pela *Internet*.

Na literatura militar, são poucas as referências sobre o AIP. Destas, uma simplesmente trata dos restos mortais do patrono da infantaria do exército brasileiro, depositados temporariamente em suas dependências, em 1871.²⁴ Conforme desenvolverei, o depósito dos restos mortais de Sampaio, morto em decorrência de ferimentos infringidos no combate de Tuiuti, teve a participação do AIP e amplamente dos asilados. Isso será analisado em momento oportuno. Uma outra referência é de que o asilo foi construído graças à iniciativa de Caxias, costumeiramente apontado, entre outras idéias de sua autoria, como mentor da assistência aos inválidos, sendo o AIP apresentado, meramente, como reflexo do pensamento e vontade do patrono do exército.²⁵ Há uma outra referência, também comum, de que o asilo guardou os restos mortais, durante um tempo, do general Osório, hoje patrono da cavalaria.²⁶ De resto, permanece como um lugar de pouca importância para ser recordado, e simplesmente uma referência, sem maiores estudos, até mesmo pelos que se dedicam ao estudo da guerra. Um, dos poucos, que fez menção sobre o asilo, foi Ricardo Salles, em seu trabalho *Memórias & Imagens*, e que trouxe uma ilustração de sua inauguração, extraída do *Vida Fluminense*, de 1868, e que aqui igualmente reproduzo.²⁷

O que me chama a atenção, talvez por causa do entusiasmo sobre o objeto de estudo, é que um estabelecimento que considero de importância tão significativa no momento da guerra, não tenha sido pesquisado criteriosamente, já que na bela cidade do Rio de Janeiro concentra-se uma quantidade considerável de arquivos de referência para o estudo do AIP, como igualmente e principalmente para a história do país. O asilo existiu por mais de um século e no exército quase nada se comenta ou há escrito sobre ele. Como consequência natural dessa passividade, em uma rápida e corriqueira consulta pela internet, por exemplo, podem ser localizadas algumas páginas *on-line*,

²⁴ Paulo de Queiroz Duarte. *Sampaio*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1988.

²⁵ Soube, sobre a existência do Asilo dos Inválidos da Pátria, ainda na década de noventa, pela leitura do trabalho de Paulo Queiroz Duarte, sobre o General Sampaio, que teve seus restos mortais temporariamente guardados pelo asilo. Neste caso, acredito que isso corrobora o que afirmei. O asilo, infelizmente, é lembrado quando associado a uma figura de grande vulto, normalmente um patrono que teve seus restos mortais encerrados no asilo, ou mesmo o asilo como uma criação, uma medida de justiça, de humanidade, de equidade por iniciativa de alguma outra personalidade ou personalidades ilustres.

²⁶ Olyntho Pillar. *Os Patronos das Forças Armadas*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1982.

²⁷ Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai. Memórias & Imagens*. Edições Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2003.

regularmente atualizadas, com pequenas histórias envolvendo a igreja do Bom Jesus, erguida ainda no século XVIII, (daí o nome da ilha ser *ilha do Bom Jesus*), e o asilo. É notório que quando se encontra alguma informação, das poucas que existem sobre o estabelecimento, ele é retratado, lamentavelmente, na maioria dos casos, como um refúgio de heróis ignorados, um “bastião” das olvidadas tradições militares brasileiras, cujo povo, sem identidade e compromisso, por não cultivar sua história, ainda que bélica, não terá espaço no futuro, no concerto das grandes nações. Declaro desde já que esse não é meu enfoque, e com o desenvolvimento do presente texto, será manifesto que combato frontalmente este tipo de posição, que em minha opinião é desprovida de crítica e costumeiramente “alicerçada” em pouca pesquisa, senão nenhuma.

Em recente pronunciamento no Senado Federal, um senador, que acredito ter tido o bom livro de Otto Marques da Silva como guia, apesar da louvável intenção, cometeu um outro equívoco comum sobre o AIP. Apresentando críticas ao veto do projeto que determina a aplicação de recursos no FUNDEF, na educação de pessoas portadoras de deficiência, acabou por fazer algumas “perigosas” e simplórias considerações de dimensões históricas:

“Antes essa Medida Provisória que o nosso retorno, como disse, a obscurantismo do passado. Como sabemos, durante muitos séculos as pessoas com deficiência sempre estiveram à margens das políticas de Estado. Na Idade Antiga, por exemplo, era o próprio Estado que incentivava as famílias a exterminarem seus deficientes, por entender que essas pessoas não colaboravam com o progresso da humanidade, além de desfrutarem da alimentação escassa que havia na época e dos benefícios produzidos pelas comunidades.

Os hebreus consideravam que os portadores de alguma deficiência, física ou mental, teriam impureza ou pecado. Seria uma punição de Deus.

Na Grécia, onde as crianças pertenciam ao Estado, ao Conselho de Anciãos cabia examiná-las ao nascer e decidir se teriam alguma utilidade para o trabalho ou para a guerra. As consideradas disformes eram jogadas do alto do Taigeto, um abismo de cerca de 2.400 metros de altura, nas proximidades de Esparta.

Aristóteles ensinava que “é mais fácil ensinar uma pessoa com deficiência a desempenhar uma tarefa útil, do que sustentá-la como indigente”, definindo que era preferível dar educação e trabalho aos portadores de deficiência do que conceder óbolos aos mesmos.

Na Idade Média os portadores de deficiência eram considerados como possuidores de poderes especiais, oriundos de bruxas, demônios ou outra divindade maligna. Por este motivo, tinham pouca chance de sobreviver.

A reação data dessa época, quando senhores feudais e governantes, em parceria com a Igreja Católica, criavam abrigos para essas pessoas e começou a ganhar corpo a idéia de que os deficientes deveriam ser engajados no sistema e serem assistidos pelo Estado e pela sociedade.

Ora, o veto ao projeto que destinava recursos do FUNDEF a entidades que se dedicam à educação das pessoas deficientes vai de encontro ao que já se começou a fazer na Idade Média, quando o Estado e a sociedade passaram a se responsabilizar pela inclusão social dessas pessoas.

O Brasil já dispensou melhor tratamento aos seus deficientes. Inspirado pelo modelo europeu, D. Pedro II determinou a construção de três organizações, o Imperial dos

Meninos Cegos, o Instituto dos Surdos-Mudos e o Asilo dos Inválidos da Pátria, este último criado por influência da Guerra do Paraguai e mantido pelo Estado. O mais recente censo do IBGE aponta que 24,5 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, o que totaliza 14,5% da população. E apesar de o país dispor de uma larga legislação assegurando direitos ao cidadão portador de deficiência, o poder público ainda não está consciente da sua responsabilidade na aplicação dessas garantias em todas as áreas de atuação do Estado. O veto em questão é prova cabal do que afirmamos”.²⁸

Segundo ele, o *Brasil já dispensou melhor tratamento aos seus deficientes*, pois, *inspirado pelo modelo europeu*, D. Pedro II ordenou a construção, entre outras instituições copiadas, do *Asilo dos Inválidos da Pátria*. Conforme desenvolvo a tese, e particularmente no capítulo sobre os inválidos interpretados como um problema social e sanitário, não defendo e não comungo da idéia comum que a construção de um estabelecimento que recebeu mutilados e doentes crônicos oriundos do Paraguai foi uma medida visando unicamente dispensar o “melhor tratamento” dos ex-combatentes - servidores da pátria que por ela derramaram seu sangue, e até alguns de seus membros superiores e inferiores - por parte de um paternal e magnânimo monarca. Havia obviamente essa dimensão filantrópica e auspiciosa, e que certamente foi habilmente explorada na campanha sustentada pelos membros da Praça do Comércio do Rio de Janeiro para a construção do asilo, baseada, em um primeiro momento, em intensiva subscrição pública, nacional e que até mesmo recebeu valores de pessoas em outros países, e que na fala do contemporâneo senador sobrevive de alguma maneira. Entrementes, segundo o que pude observar pela análise dos documentos disponíveis em diversos arquivos - notoriamente situados no Rio de Janeiro, e após o devido cotejamento das fontes - existiam e persistiam outras intenções, subjacentes, obscuras e bem mais pragmáticas e objetivas; mas certamente ausentes nos discursos comumente construídos sobre os *inválidos da pátria* e o estabelecimento especial que deveria recebê-los. Portanto, aspirações não identificadas, mas presentes nas intenções e gestos, que visavam de fato o efetivo controle social e cerceamento físico sobre esses homens que em realidade se tornaram um grave problema para ser equacionado pela administração pública, representada pelo ministério da guerra, pela polícia urbana, por médicos higienistas e até mesmo no âmbito da “iniciativa privada”, representada pelos comerciantes estabelecidos na Corte, detentores de grandes negócios e interesses e extremamente ciosos para que as trocas comerciais estabelecidas e sustentadas graças às

²⁸ www.senado.gov.br (Pronunciamento em que aborda o veto ao projeto que determina aplicação de recursos do FUNDEF na educação de pessoas portadoras de deficiência física, dia 13 de novembro de 2003, senador Paulo Paim).

atividades portuárias do então principal porto do império, não fossem prejudicadas, por exemplo, por uma forçosa quarentena, ou por uma funesta epidemia que, se agisse, do mesmo modo traria grandes contratempos aos seus negócios.

Defendo a idéia de que os mutilados e doentes eram interpretados como potenciais ameaças, que serão desenvolvidas do decorrer dos capítulos. Essas reais intenções, que interpretavam os *inválidos da pátria* com suspeição, acabaram se eclipsando por discursos parecidos com o do atual senador, de característica assistencial, ou mesmo por outros discursos originários de outras particularidades, óbvias naquele contexto do conflito, emanados, quase sempre, de atos patrióticos que procuram justificar e colocar em prática a intensa mobilização promovida e mesmo por outros, engendrados por gestos caridosos por parte dos que se envolveram pela concretização de um estabelecimento cuja existência era sempre justificada por suas funções aparentemente caritativas e de justiça. Aqui terei oportunidade de defender as minhas idéias. As reais intenções, responsáveis diretas pela criação do asilo, obviamente não estão explícitas nos documentos, sendo necessárias a investigação e a crítica às fontes encerradas nos arquivos. Requerem localização, identificação e questionamento, observando-se, também, seus resultados práticos naqueles anos. Daí o meu enfoque, prioritariamente, para a grande quantidade de fontes escritas e de origem oficial, isto é, entre as repartições administrativas.

Conversando com militares, notoriamente da força terrestre, e concentrados no Rio de Janeiro, percebi que muitos sabem que existiu um asilo no atual quartel-condomínio do Bom Jesus, por já terem visto as placas comemorativas que se encontram ainda hoje nas antigas instalações e que estão sob a guarda do exército; porém, são poucos os que têm noção da importância histórica do estabelecimento. Dos militares, os que apresentaram algum conhecimento sobre o AIP foram os que servem no arquivo do exército.

Dentre os arquivos por mim visitados no Rio de Janeiro, o Arquivo Histórico do Exército²⁹ possui interessante documentação sobre o asilo. Mantém sob sua guarda processos de asilamento de veteranos de várias campanhas, boletins internos e ordens do dia regimentais, entre outros papéis. Porém, o *arquivo AIP* não está organizado e nunca, pelo que fui informado, tinha sido utilizado por outros pesquisadores até aquele momento, isto é, exceto alguns parentes de antigos asilados que até o início da década

²⁹ Arquivo Histórico do Exército, doravante AHEx.

de oitenta consultavam o arquivo em busca de alguma documentação complementar de seus ancestrais, normalmente aspirando algum remoto e improvável direito pecuniário. Nunca, até então, havia sido consultado para outras finalidades, da mesma forma que a maior parte do riquíssimo e desconhecido acervo localizado no porão do Palácio Duque de Caxias. Convênios colocados em prática e com critérios, entre universidades fluminenses e o AHEx são, mais do que nunca, necessários.

A primeira parte da pesquisa no AHEx consumiu, entre janeiro e maio de 2003, um pouco mais de três meses de trabalho diário, pois pouco se sabia do conteúdo de todas as caixas, pastas ou livros de registro. Tive oportunidade de consultar a documentação em janeiro e abril de 2001 para a elaboração de projeto, não tendo condições de fazer naqueles meses análises mais pormenorizadas.

Muitos processos de asilamento estão irremediavelmente perdidos pela ação de insetos e do tempo, alguns livros estão em adiantado estado de decomposição, bastando tocá-los para se transformarem em poeira; além de papéis avulsos que estão aleatoriamente depositados em pastas e caixas, dificultando ainda mais a consulta. Cabe esclarecer que os militares do AHEx fazem o que podem para conservar corretamente os documentos; mas sem verbas, sem pessoal especializado em quantidade suficiente para trabalhar a grande quantidade de documentos e sem instalações adequadas, não podem fazer muita coisa. Todo o acervo é precioso e o arquivo busca recursos para pelo menos conhecer, catalogar e colocar à disposição o conteúdo de numerosas caixas de metal armazenadas em seu porão.

A documentação depositada no exército tem como característica ser de uso interno, já que era produzida pela administração. Seu exame fornece pistas sobre o dia a dia do estabelecimento. Comecei minha investigação nos livros regimentais do século XIX e a terminei nas cópias dos últimos boletins internos do ano de 1976. Com um pouco de paciência e uma maior atenção, consegui extrair algumas informações interessantes, que proporcionarão algumas reflexões sobre as condições dos inválidos, de suas famílias, além de poder delinear um pouco da história de um estabelecimento do exército que não era de combate e possuía suas peculiaridades. Porém, o grosso desta documentação aqui não será trabalhada, sendo deixada para posteriores trabalhos que penso em desenvolver no futuro próximo, envolvendo novamente veteranos do Paraguai.

O *arquivo AIP* foi depositado no AHEx em 1976, ano da extinção do asilo. Seu último comandante, coronel Sebastião Pinto Filho, por ordens do antigo ministério do

exército, nomeou uma comissão interna para organização do acervo. Ela tinha como uma de suas numerosas finalidades a organização da documentação depositada no arquivo do AIP, transferindo-a ao AHEx logo após cumprir com sua obrigação.

Com a aparentemente árida documentação administrativa, obtive pistas sobre um álbum de fotografias da década de vinte, confeccionado pelo comandante do AIP que após doá-lo recebeu uma carta de agradecimento do diretor do Museu Histórico Nacional, depositário da doação. Ela foi mencionada em um boletim interno e foi por esse documento, que continha o nome da instituição recebedora do álbum, que pude localizá-lo no museu, em março de 2003. No trabalho, reproduzo uma parte desse material.

Devo fazer uma distinção. Quando consultei a documentação, em sua maioria, e normalmente a produzida fora da administração do asilo, encontrei as seguintes denominações: Asilo dos Inválidos da Pátria, Asilo Militar dos Inválidos da Pátria, Asilo de Inválidos da Corte, Asilo dos Inválidos do Exército, Asilo de Inválidos, Asilo Provisório dos Inválidos da Pátria e Asilo dos Inválidos da Marinha. Posso seguramente afirmar que os primeiros se referem ao mesmo estabelecimento, o asilo situado na ilha do Bom Jesus, isso a partir da segunda metade da década de sessenta do século XIX. Já o *Asilo Provisório dos Inválidos da Pátria* funcionou, como o próprio nome define, provisoriamente, na isolada Ponta da Armação, em Niterói, entre os anos de 1866 a 1868; durante a maior parte da guerra, sendo o seu efetivo constantemente acrescentado por novas levas de inválidos que chegavam com certa regularidade do Paraguai. Inválidos estes não só brasileiros, mas também prisioneiros paraguaios. O AIP, quando provisório, e em um determinado momento, funcionou com o seu efetivo fragmentado, já que tenho referências, ainda durante a guerra, de *inválidos da pátria* que foram aquartelados na Corte, nas localidades em que se situavam vários prédios que serviam de quartéis, como da *Praia Vermelha*, do *Campo da Aclamação*, no *Largo do Moura*, e em Niterói, na *Ponta da Armação* e até mesmo na ilha do Bom Jesus, temporariamente, antes de sua inauguração oficial, ou anteriormente ao início da construção do estabelecimento. Existiu na ilha do Governador, contemporaneamente ao AIP, o *Asilo de Inválidos da Marinha* (AIM), que teve seu efetivo somado ao da ilha do Bom Jesus em 1888.³⁰ O contingente transferido foi fonte de desentendimentos entre as forças, notoriamente sobre questões de contribuição pecuniária e disciplina. Nunca

³⁰ Serviço de Documentação da Marinha. “Coletânea sobre leis, portarias e avisos do asilo de inválidos”. Cópia datilografada. s/data.

havia consenso sobre os valores com que os marinheiros deveriam concorrer na manutenção do AIP. Desentendimentos entre os ministérios da guerra e da marinha na aplicação de punições aos seus militares do mesmo modo foram constantes, pois quando marinheiros inválidos cometiam alguma transgressão, o exército deveria puni-los, pois que, esses internos, estavam teoricamente sob os regulamentos do asilo; porém a marinha não tolerava na maioria das vezes que seus homens fossem punidos pela outra força. Durante a guerra, conforme a documentação que consultei, sei que foi ventilada a idéia de se juntar os dois efetivos de inválidos proveniente das forças.

Outros arquivos em que trabalhei foram: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, local em que pesquisei entre 2000 e 2003 os registros sobre a intensa campanha de arrecadação de fundos para a construção do AIP promovida pela Praça do Comércio durante a guerra, ou qualquer informação disponível sobre o asilo e os inválidos na Corte. As pastas que contêm a documentação referente à guerra são tão interessantes que se podem desenvolver muitos outros estudos sobre o assunto. Por lá ficava horas, e nem ao menos chegava a colocar as vistas nos documentos que precisava para desenvolver este texto. Esse belíssimo arquivo público, pelo menos o conteúdo que está sob sua guarda, teve parte de seu acervo iconográfico furtado recentemente, em 2006, parece-me, segundo as informações vinculadas na mídia, que foram gravuras produzidas por Debret, material fotográfico resultante de décadas de trabalho de Augusto Malta, coleções de cartões postais e parte do acervo particular de Lucílio de Albuquerque. Duvido que o produto do roubo tenha sido vendido em alguma feira de antiguidade, eventualmente exposto aos domingos, em enxovalhadas bancas de madeira na praça XV!

Pesquisei no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, sempre em busca de registros sobre os inválidos. Investiguei aí a troca de correspondência entre ministros, o presidente da província e os delegados de polícia e isto se limitou ao século XIX, durante o período da guerra. Neste recinto fui muito bem atendido no primeiro semestre de 2003, apesar das precárias condições físicas do prédio, bem como da falta de segurança que o arquivo enfrentava, inclusive, subordinando o seu funcionamento quando havia seguranças terceirizados disponíveis.

O Arquivo Nacional foi muito consultado entre os anos de 2001 e 2006. Os documentos referentes ao ministério da guerra foram amplamente verificados, como o *fundo Marinha*, que contém importantíssima documentação referente à guerra. Só para se ter uma idéia, os diários de bordo dos principais encouraçados, monitores e

transportes se encontram depositados há anos lá e poucas vezes são consultados. Acredito que eles merecem ser publicados, para a consulta de pesquisadores, pois são preciosas fontes sobre o cotidiano destas embarcações, principais responsáveis pelo transporte da tropa e material de guerra. Foi ali que pesquisei a documentação disponível de alguns generais, que naquele momento tinham postos importantes na administração do exército, e que em sua correspondência, em suas trocas de ofícios e observações em relatórios, encontram-se mais informações sobre o asilo. A documentação desse arquivo faz parte da base documental deste trabalho.

De todos, o que ofereceu maior organização e eficiência foi o Arquivo Histórico do Museu Imperial, situado em Petrópolis, que proporciona até mesmo aos pesquisadores de outras localidades um alojamento. Além do conforto para o físico e para o bolso, as responsáveis pelo arquivo manifestaram sempre interesse em serem prestativas, como demonstraram ter um excelente conhecimento sobre o que estavam gerindo, e isto é sem sobra de dúvida uma exceção nos arquivos. A documentação ali consultada foi basicamente a troca de correspondências entre o imperador, seus ministros e alguns comandantes de tropas.

Freqüentei a Biblioteca Nacional entre os anos 2003 e 2006, quando seus portões não estavam fechados pelas inúmeras paralisações promovidas em busca de melhores condições de salário (inclusive para recebê-lo), e trabalho dos funcionários efetivos e terceirizados. Utilizei-me de suas várias divisões como a de *manuscritos*, sempre à procura de informações sobre o AIP e a ilha do Bom Jesus. De *obras raras*, para uma constante consulta ao importantíssimo trabalho de Manoel da Costa Honorato.³¹ *Iconografia*, em busca de material sobre veteranos e o asilo, como igualmente em *periódicos*, analisando prioritariamente o *Jornal do Commercio* e o *Diário do Rio de Janeiro* entre os anos de 1864 a 1870, fontes inestimáveis sobre a vida na Corte naquele período.³²

Por um breve período, estive no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, em busca de maiores informações sobre as religiosas – irmãs de caridade – que prestaram serviços ao asilo, ainda durante e um pouco após a guerra. Nesse período da pesquisa, e com algumas pistas, cheguei até mesmo a manter contato com algumas

³¹ Manoel da Costa Honorato. *Descrição Topográfica e Histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria pelo seu capellão Manoel da Costa Honorato*. Typographia Americana. Rio de Janeiro, 1869.

³² Delso Renault. *O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais (1870 – 1889)*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1982.

atuais irmãs, cujo convento (São Vicente de Paulo), está localizado no bairro da Tijuca. Elas são muito ciosas de seus arquivos e, por mais que acenassem com possibilidades de pesquisa quando lá estive, na prática não me deram autorização para investigar seus arquivos. Consegui por elas uma rosa, no dia da minha visita ao convento, e infelizmente o que já sabia pela documentação coletada pelas pastas do *Ajudante General do Exército*, no Arquivo Nacional, que foram algumas irmãs de caridade que prestaram serviços no estabelecimento. Acredito que elas, ou a superiora, deixaram registros sobre o que observaram em suas funções - na troca de correspondências entre elas ou mesmo em um diário de serviços - de como era o seu trabalho nos anos que prestaram apoio ao AIP. Aliás, não só no asilo, mas em outros nosocômios militares e na Santa Casa de Misericórdia, e que durante aqueles anos do mesmo modo internaram inválidos, recrutas, prisioneiros, entre outros em seus recintos. Foram nesses lugares que os homens receberam tratamento, em períodos de recuperação física e que alguns deles foram submetidos às cirurgias reparadoras, normalmente executadas em membros já amputados. Mas isso, ter acesso à documentação, é uma outra história ou um outro problema, ou mais um pecado para se pagar.

Em São Paulo, permaneci sendo usuário quase que diário do Instituto de Estudos Brasileiros, para consultar as obras constituintes da *coleção Jorge Tibiriçá*. Foi lá que pude realizar um estudo mais completo sobre as importantes ordens do dia publicadas em 1877, e que me possibilitaram entender a importância desses documentos para os veteranos, quando em busca de informações que comprovassem a sua vida militar, isso após décadas do término da guerra, como serviram, igualmente, e isto é uma nova possibilidade de pesquisa, como fonte para numerosas “reminiscências de veteranos”. Foi ali no instituto que consultei dicionários publicados na segunda metade do XIX, algumas revistas ilustradas do período e grande parte da bibliografia que não se encontra mais para vender, seja em livrarias ou sebos. Foi no IEB que consegui reproduzir, por fotografia digital, todo o livro publicado em 1870, de Carlos Frederico dos Santos Xavier de Azevedo, sobre o serviço médico e cirúrgico da Armada prestado durante a guerra, documento este que exploro, em conjunto com outros, em capítulo próprio do presente texto. Foi por lá, me utilizando do mesmo recurso de reprodução, que obtive cópias dos trabalhos de veteranos argentinos, paraguaios, brasileiros e um uruguaio.

Na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em sua biblioteca central, por um bom tempo permaneci consultando a vasta *coleção de leis do Brasil*, de

1808 até 1964, bem como os relatórios do ministro da guerra referentes aos anos da guerra e os posteriores. Alguns trabalhos de Manoel da Costa Honorato ou outros publicados no século XIX, de que me utilizei, lá também foram consultados.

No Museu Paulista, lugar privilegiado para a pesquisa, fui usuário da biblioteca, consultando uma coleção de jornais publicados por uma associação de veteranos argentinos ou mesmo as obras raras que fazem parte de seu acervo. Essa coleção não será explorada aqui, mas possibilitará futuros trabalhos, inclusive para se investigar algumas associações de veteranos da guerra que por aqui foram presentes, ou pelo menos situadas em São Paulo e Rio de Janeiro, e de que infelizmente só tenho breves referências; mas que, parece-me, mantinham alguma correspondência com a sua congênere, na Argentina.

Todos estes anos, de pesquisa, me proporcionaram algum conhecimento sobre os veteranos, bem como sobre o AIP, cujo fragmento de sua história será trabalhado. Ele funcionou oficialmente na ilha do Bom Jesus, na baía da Guanabara, de 1868 até 1976,³³ ano de sua extinção, já que não havia mais razão de existir por ausência de significativo número de asilados. Dos poucos que existiam e que recebiam seus direitos, a maioria morava em sua terra natal, recebendo suas quantias pelos quartéis mais próximos, sendo que apenas dois permaneceram no aquartelamento, juntamente com uma ou duas viúvas remanescentes que residiam em pequenas casas. Hoje, a “ilha” não existe, pois os sucessivos aterros e a construção da UFRJ anexaram-na ao continente, formando uma pequena península que é perfeitamente visível do alto da famosa igreja de Nossa Senhora da Penha localizada no bairro de mesmo nome. Pode ser observada também do cais da ponta do Caju ou de um trecho da ponte Rio-Niterói. O ingresso na antiga ilha pode ser feito de duas maneiras, a “mais antiga”, pela baía da Guanabara, de barco, algo que não é feito mais com tanta intensidade e que é de certa forma perigoso, para quem não possui autorização para adentrar no condomínio, e não conhece a movimentação de embarcações na região; ou via terrestre, passando pela cidade universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e entrando na antiga ilha pelo corpo da guarda, desde que devidamente autorizado e identificado. Para se chegar aos antigos pavilhões, isto é, tendo como ponto de partida o portão da guarda, o visitante

³³ Arquivo Histórico do Exército - Arquivo AIP: livro s/nº, caixa 43, boletim interno de 05 de agosto de 1976. *Extinção do Asilo dos Inválidos da Pátria*. No mesmo boletim se encontram referências sobre o decreto presidencial 77801, de 09 de junho de 1976, DO de 10 de junho de 1976, NE 4603, de 24 de junho de 1976 e do Boletim Interno da 1ª Região Militar, nº 137 de 23 de julho de 1976. Todos eles tratam da extinção do AIP.

deve optar por dois caminhos. Um, por dentro da vila dos antigos asilados, com casas mais simples, inclusive onde existe um gerador de energia que foi de uso do asilo por décadas, ou pelo outro lado, contrário, voltado em direção ao Caju, com uma menor quantidade de casas e mais ermo. Os dois caminhos circunscrevem o remanescente da ilha.

Atualmente, (abril de 2003), o quartel do Bom Jesus tem apenas um asilado remanescente, o 2º sargento José da Silva, interno desde o ano de 1940, por sofrer de glaucoma, que por intervenção pessoal da esposa do general Goes Monteiro e do próprio militar conseguiu ser humanamente aceito após três insensíveis indeferimentos, muitos meses apenas recebendo a “bóia” e vestindo uma única e puída muda de farda.³⁴ Seu José, antes de ser beneficiado, contou com a solidariedade de seus colegas de farda e a compreensão de seu último comandante em sua unidade de origem, o 2º Batalhão de Caçadores, na época situado na Praia Vermelha. Lá, lhe era permitido se alimentar e no dia do soldo alguns companheiros se reuniam, oferecendo-lhe pequenas quantias para pelo menos adquirir alguma coisa mais necessária, ainda no final dos anos trinta. O último asilado é considerado pelos demais moradores como uma espécie de “museu vivo” - era o termo que empregaram quando alguns moradores do condomínio me informaram sobre ele - pois além de viver na “ilha” há 63 anos, em entrevista afirmou ter sido amigo ou mesmo conhecer em sua juventude veteranos de Canudos, do Contestado e até mesmo um da guerra contra o Paraguai, conhecido como o *Come-Onça*, chamado assim porque era um velho mal humorado, proferia muitos palavrões e tinha uma barba enorme. O senhor José demonstrou ter excelentes conhecimentos sobre o passado do AIP, porque sabia sobre muitas passagens de comandantes que em décadas lhe antecederam no asilo. Sem dúvida, esse conhecimento foi adquirido em conversas com internos mais antigos em sua juventude quando lá era recém chegado.

A população do Bom Jesus é formada em quase sua totalidade por famílias de militares. As antigas e novas casas são o que se conhece no meio militar como PNR (próprio nacional residencial), um conjunto residencial denominado Bom Jesus, inclusive com cobrança de condomínio. A sede administrativa ainda existe, são os dois edifícios inaugurados em 1868 e 1869 (**Figura 02**), já muitas vezes reformados e que, no período de funcionamento do asilo, serviram, dependendo da época, como sede do

³⁴ Entrevista realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2003, no condomínio do Bom Jesus, com o senhor José da Silva, 2º sargento asilado, que permitiu a gravação em sua residência.

comando, corpo da guarda, enfermaria, farmácia, refeitório, prisão militar, alojamento dos oficiais empregados e das irmãs de caridade.

Dos prédios, apenas um é ocupado por uma parte de uma companhia de comando e serviço do exército e ainda permanece em bom estado, o outro foi desocupado e está em precárias condições físicas. Foi neste, que foi instalada a enfermaria, os alojamentos dos oficiais e irmãs de caridade, bem como a farmácia e secretaria da administração do AIP. **(Figura 03)** A igreja do Bom Jesus, situada no topo do morro **(Figura 04)**, localizada atrás dos edifícios, foi construída no início do século XVIII³⁵ e está praticamente em ruínas. Porém, em 2005, procurado por uma pesquisadora de um escritório de arquitetura localizado no Rio de Janeiro, que buscava indicações de documentos sobre a ilha e sobre seus edifícios, soube de um projeto de restauração do templo. Recentemente, em um órgão informativo da Fundação Cultural Exército Brasileiro, foi divulgada a intenção da restauração da igreja, que foi tombada ainda em 1938. Sua recuperação, segundo o projeto, será integral, envolvendo os pisos, alvenaria, pintura, telhado, utensílios internos, e as imagens consideradas de importância histórica.³⁶ Uma delas, reza a tradição, foi retirada da igreja da fortaleza de Humaitá, após a sua ocupação e destruição pelos aliados. Sobre esta última informação, observo uma questão, tendo por base alguns documentos do Arquivo Nacional, e que será desenvolvida na tese.

Os atuais moradores são muito ciosos da história da antiga ilha, e muitos orgulham-se por morar em um lugar que serviu de morada aos veteranos do Paraguai. O mais interessante é que a maioria só cita esses veteranos, sendo que os demais ex-combatentes, de outras campanhas, mesmo com as placas comemorativas, quase nunca são lembrados nas conversas. A maioria igualmente se orgulha de morar tão próximo a uma igreja do século XVIII. Quando aparece um visitante, alguns moradores, certamente os católicos, de boa vontade a abrem, para darem uma *varridinha* de preocupação estudada e afetada, porém de boas intenções, além de mostrá-la e contar suas histórias, como igualmente apresentar a venerada imagem de Santa Ana, supostamente retirada de Humaitá. Já os evangélicos acham muito estranho, ou de mau

³⁵ www.iphan.gov.br: (Igreja do Bom Jesus, Rio de Janeiro) – “A igreja do Bom Jesus da Coluna está situada na Ilha do Bom Jesus, hoje incorporada à do Fundão. Na ilha existiu também uma casa conventual, que junto com a igreja compunha um conjunto. A ilha foi doada à congregação dos padres franciscanos em 1704, e por isso era também conhecida como Ilha dos Frades. O hospício e a Igreja tiveram suas obras iniciadas em 1707 (...). Em 1868 o prédio passou a abrigar o Asilo dos Inválidos da Pátria. O convento arruinou-se, restando, hoje em dia, apenas a Igreja que conserva o partido franciscano primitivo – com galilé, nave única e capela-mor profunda”.

³⁶ Fundação Cultural do Exército. Órgão Informativo, número 07, ano 03.

gosto, e sobretudo anti-higiênico, que a igreja encerre algumas ossadas em seu carneiro. “- *Imagina que coisa, eles enterravam os defuntos lá!*”, “- *Pede pra abrir a tampa, vai lá... você vai ver aquilo num saquinho amarrado!*”, como me alertou, com uma expressão de indignação, igualmente estudada, um atencioso oficial, de infantaria, evangélico, e que convidou um antigo asilado, que eu estava visitando e entrevistando, para acompanhá-lo no culto daquele próximo domingo. “- *O padre fica cavando que nem um canastra no terreno da frente pra procurar, com os outros, pra achar as freiras.*” Uma outra referência do oficial sobre uma história sempre contada entre os católicos do Bom Jesus, emanada das observações de Honorato, em seu livro, de 1869, que afirmou que *alguns padres e irmãos do SS. Coração de Maria*,³⁷ na segunda metade do XIX, quando por lá funcionava um seminário, foram enterrados perto de um antigo cruzeiro, situado no barranco em frente à igreja. Esta história foi recuperada por alguém que teve acesso ao livro do Capelão, mas que o ocultou como fonte de pesquisa. Por isso, um determinado grupo procurava permanecer bem distante daquilo tudo. Já alguns católicos, estavam tristes, e de certa forma raivosos com a conduta do comandante, evangélico: “- *Olha aí, o conjunto caindo, a árvore caída na ladeira (D. Pedro II), a igreja desabando, cobrando o condomínio, e ele não tá nem aí, é crente!*”.

Para quem conhece a documentação, uma visita às antigas instalações do AIP é esclarecedora. O último escaler que fazia o transporte entre a ilha e a cidade ainda existe e está fora da água há anos, deteriorando-se bem em frente aos antigos prédios da administração e museu, e ao lado do desembarque, formado por grandes blocos de pedra, que, mesmo tendo algumas modificações em seu projeto original, permanece em uso nas poucas vezes em que ainda é requisitado (**Figura 05**). Alguns moradores possuem pequeninas embarcações, mas saltam em vários pontos da “ilha”, até mesmo em frente de suas casas, não sendo mais necessário utilizar-se do antigo ponto, que proporcionava controle por parte da administração do antigo asilo.

O caminho que se inicia no desembarque e termina em frente ao templo situado no morro ainda existe. Há, até hoje, a rampa calçada com paralelepípedos, disposta em forma de *zigue-zague*, situada atrás dos antigos prédios da administração e que dá acesso da antiga área do comando até a área frontal da igreja (**Figura 06**). Algumas casas construídas na década de dez ou vinte, hoje, parece-me, as mais antigas, ainda permanecem ocupadas por famílias de militares, e em geral em boas condições de uso,

³⁷ Manoel da Costa Honorato. *op. cit.*, (página 38).

porque sofreram reformas no decorrer do tempo. As demais, fui descobrindo pela leitura da documentação do século XIX, porque elas foram demolidas, e em seu lugar foram construídas outras, as mais recentes.

Das instalações do antigo convento do século XVIII,³⁸ não há mais vestígios explícitos, só alguns degraus que levam para o meio de um matagal, assinalando que havia algo ali. Foi ainda no início do XX, entre a década de dez e a seguinte, que o antigo convento foi demolido, pois mesmo passando por várias reformas, não teve mais condições de funcionar por estar praticamente em ruínas. Os prédios do antigo convento foram usados como alojamento de inválidos, de prisioneiros paraguaios, escola de primeiras letras, de mulheres “asiladas” e eventualmente, em algumas de suas dependências, uma pequena prisão, quando o estabelecimento ainda não tinha uma, com a finalidade específica.

Bem próximo do lugar onde existia o antigo convento, em uma elevação, há o reservatório de água construído na época da inauguração, e que ainda é utilizado pelos atuais moradores. Sem ele a ilha nunca poderia ter sido ocupada por um estabelecimento do porte do AIP, pois não havia água potável suficiente para todos os novos habitantes, que não era, no entanto, ressalto, líquido apenas para se beber, mas utilizado do mesmo modo para a limpeza geral, o que é observado de maneira repetitiva na documentação. A construção e inicial operação do reservatório foi curiosamente supervisionada pelo próprio imperador, demandando, inclusive, algumas técnicas de engenharia até então nunca praticadas no Brasil.³⁹ A questão do fornecimento de água, ou melhor, a possibilidade de seu fornecimento foi crucial para a ocupação da ilha, e sem os “revolucionários” encanamentos submarinos, de chumbo, importados da Inglaterra, o AIP teria que ter existido em um outro lugar. Posteriormente, em passagem oportuna, trabalharei com mais detalhes sobre a questão da água, que considero relevante e que certamente definiu a construção do asilo no Bom Jesus, e não próximo à *Lagoa Rodrigues de Freitas* e próximo à praia de *Copa-Cabana*, na *Restinga*, como foi, brevemente, sugerido.

De um prédio inaugurado em 1868, conhecido na documentação como *chalet*, um edifício de três andares, situado ao lado do antigo convento, e que abrigava

³⁸ BRASIL. Ministério do Exército. Comando Militar do Leste. Capelania da 1ª Região Militar. *Histórico: Igreja do Bom Jesus da Coluna*. (1989).

³⁹ Manoel da Costa Honorato. *op. cit.* página 38: “A colocação do cano que conduz a água do depósito de São Cristóvão para a ilha do Bom Jesus, foi um ensaio excelente feito pelos nossos engenheiros, que, graças ao empenho com que trabalharam, conseguiram ser os primeiros em colocar canos submarinos na grande América do Sul”.

inicialmente asilados e o refeitório, só restam partes de suas fundações, que foram aproveitadas para basear novas casas. Ainda na primeira década do século XX, ele foi destruído por um incêndio causado por dois indisciplinados marinheiros.

No presente trabalho, encontram-se as cópias de dois projetos: um sobre casas que seriam construídas para os asilados e suas famílias (**Projeto para casas de asilados, na Ilha do Bom Jesus**), e outro sobre a sede administrativa e as oficinas de serviço que utilizariam internos como mão-de-obra. Muitas das casas construídas na década de 20, na ilha, seguiram as propostas de projeto que aqui reproduzo, como anexo. São constituídas por um cômodo, um privativo, e uma pequena área de frente. Algumas ainda existem, e no máximo comportam duas pessoas, e de uma maneira desconfortável. Ainda assim, são utilizadas pelos atuais moradores, que acreditam ser vantajoso morar no Bom Jesus, um lugar que apesar de não ser mais uma ilha, ainda assim oferece alguma segurança pelo seu isolamento, além de proporcionar uma vida mais comunitária entre os seus residentes. Por causa da grande violência urbana, e o inchamento dos centros urbanos, morar no Bom Jesus se constitui um privilégio, conforme constatei nas conversas que tive com alguns de seus moradores, e até mesmo com outros militares, normalmente praças, que desejam lá morar com as suas famílias, porque acreditam que no atual condomínio poderiam ter uma vida mais saudável, física e mental. Entretanto, durante a inauguração do asilo, em 1868, este isolamento igualmente foi observado pelos que lá optaram pela sua construção, e ele, naquele contexto, tinha uma outra finalidade. Isto será trabalhado em momento oportuno.

Também foi anexado um raro mapa colorido de 1868, de grandes proporções, feito por engenheiros do exército, sob as ordens do ministro da guerra daquele ano, que desejava conhecer apuradamente a situação do terreno em que se instalou o asilo e o número das casas particulares situadas ao redor do estabelecimento na ilha do Bom Jesus. O mapa serviria para estudo, essa era a intenção, no momento em que a ilha, ou os terrenos particulares, fossem sendo adquiridos para o patrimônio do asilo, o que foi feito em 1872, e por consequência, servindo, exclusivamente, para alojar os inválidos e comportar as instalações do asilo. Apesar dos sucessivos aterros e a ligação do Bom Jesus ao continente, grande parte da antiga ilha ainda é visível, na forma de uma península.

Encontrei, nas pesquisas feitas no Arquivo Nacional, um projeto arquitetônico de um asilo, composto em 1844, como igualmente o de um presídio, projetado no ano de 1944, que seria construído na ilha. Aliás, é bom ressaltar, que na documentação

interna do asilo, ele havia se transformado, durante um tempo, em AIP e *Presídio Militar*. Foi durante a segunda guerra mundial, que a ilha, isto segundo a documentação, havia se transformado em *depósito da FEB*. Os dois projetos foram reproduzidos no trabalho. O primeiro, nos fornece pistas sobre um Asilo de Inválidos da Pátria idealizado, e creio eu, tendo como fonte de inspiração, *L'hôtel des Invalides*,⁴⁰ e, se esse projeto, de 1844, for comparado com o que foi realmente construído entre os anos de 1867 e 1868, dá azo para muitas questões sobre o porquê de os asilos, o idealizado, e o que existiu, diferirem tanto entre si. Já o presídio era uma idéia antiga que orbitava em torno da ilha do Bom Jesus, como se verá em momento oportuno, pelo menos desde 1877, quando consegui identificar um primeiro documento, expedido naquele ano, e que encerrava a idéia.

Existem alguns projetos para se dar um conveniente destino a todas estas instalações, pelo menos do antigo asilo. Alguns comentam que o condomínio poderia, como na prática já acontece, receber alguns visitantes, controlados, para praticar a pesca. Sobre os antigos prédios do AIP, os remanescentes, há a intenção de se restaurá-los, transformando-os em centro de convenções, que seria administrado pelo exército. Porém, projeto é apenas projeto, e para ser colocado em prática precisa de duas coisas essenciais nesses momentos, vontade e dinheiro. A primeira, parece-me que já existe, presente nos documentos, a segunda é bem mais complicada.

Acredito que uma prova de que os inválidos não passaram despercebidos durante a guerra, é a de que se encontram diversas representações de *inválidos da pátria* publicadas em periódicos que circularam naquele período e que reproduzo ao longo do presente texto. São homens sem pernas, braços ou olhos. Alguns com amputações, utilizando-se de pernas de pau e tapa-olho, outros, em ilustrações mais “leves”, que visavam retratá-los como inválidos temporários, utilizando-se de tipóias e muletas, e por consequência oferecendo a idéia que era uma questão de tempo para sua recuperação. Certamente que as ilustrações igualmente fornecem pistas sobre o direcionamento político dos periódicos, porque acredito que os que tomavam posições a favor do governo retratavam o inválido como temporário, como alguém que se recuperaria brevemente; os que seriam oposição, ou mais cáusticos ou críticos, desenhavam-no como um inválido permanente, apresentando amputações em membros inferiores e superiores, e geralmente seguido com uma legenda sarcástica ou irônica. Porém aqui,

⁴⁰ Anne Muratori-Philip. *Histoire des Invalides*. Perrin. 2001.

apesar de reconhecer a grande relevância do assunto, e da possibilidade de exploração de documentos tão interessantes, decidi não trabalhar com essa dimensão, deixando-os sub-explorados; mas, tendo a intenção de trabalhá-los em futuros escritos, que não estarão limitados aos *inválidos da pátria*.

Também optei por transcrever alguns documentos, ou mesmo trazer algumas informações que considero relevantes para tornar este texto mais inteligível. O anexo A reproduz, integralmente, as instruções que vigoraram por décadas no asilo, e foram colocadas em prática, efetivamente, no ano de 1867, quando ele ainda permanecia instalado na Armação, em Niterói. No anexo B, transcrevi um interessante documento sobre a *Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria*, criada por membros da Praça do Comércio do Rio de Janeiro. O assunto será desenvolvido em capítulo próprio. No anexo C, reproduzi um interessante documento redigido por José Pereira Rego (Barão do Lavradio); e posteriormente impresso e distribuído em todas as repartições públicas, sobre as instruções sanitárias e higiênicas tomadas no Rio de Janeiro, a partir de 1865, para garantir a segurança da cidade em relação aos perigos epidêmicos, provenientes de doenças como o cólera, a febre amarela ou até mesmo a varíola. Assunto que será desenvolvido no desenrolar de dois capítulos. Por último, (Anexo D), uma relação dos gabinetes, ou melhor, dos nomes dos homens que ocuparam os ministérios durante os anos da guerra. Como trabalho com muitos documentos oriundo destes lugares, decidi, para facilitar a identificação, reproduzir a lista para uma eventual consulta.

“O Asilo dos Inválidos da Pátria é um estabelecimento pio que atualmente chama a atenção de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, em razão da grande dívida de que são credores aqueles, que aí são recolhidos a fim de receber os cuidados do governo e dos corações generosos”.

“Quando pensaram nossos antepassados que o Brasil possuiria um estabelecimento tão importante, que transmitirá às gerações vindouras a idéia de verdadeiro reconhecimento aos que por ela sacrificaram-se? Pois bem; o Brasil já não deve estar tão atrás da civilização; o Brasil, rico em tudo, será também nobre de sentimentos. Os inválidos são pobres, é verdade; porém são nobres; eles deram em favor da pátria tudo quanto tinham, a vida, a saúde, o sangue, tudo eles expuseram; e por atos de tanta generosidade são credores de tudo quanto em seu favor se possa fazer”.

(Manoel da Costa Honorato. *Descrição Topográfica e Histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria pelo seu capellão Manoel da Costa Honorato*. Typographia Americana. Rio de Janeiro, 1869).

1. *Inválidos da Pátria* e o Asilo dos Inválidos da Pátria

Segundo Antônio de Moraes Silva, em seu dicionário, na edição de 1858, o adjetivo *inválido* foi definido como: “*fraco, enfermo, que não pode servir por doença, ou velhice*”, que poderia ser também: “*nulo, não obrigatório, insubsistente*”.⁴¹ Em uma outra edição, possivelmente a seguinte, de 1878, ele permaneceu com a conceituação anterior.⁴²

Só o adjetivo, não conseguiria definir em todas as suas “nuanças”, as condições físicas, as particularidades e principalmente em que contexto, bem complexo, alguns milhares de homens retornaram da guerra de 1864-70. Era necessário algo mais, um “aditivo” que o transformasse, ainda que fosse algo intrinsecamente negativo, em outro, necessariamente positivo. Permanecer o antigo, seria até perigoso, porque o antigo igualmente era sinônimo de vício, ociosidade, de crápula, etc. Sim, era imprescindível que recebesse um novo tratamento, até mesmo porque precisava ser operacionalizado, e só o seria se, de antemão, pudesse ser enquadrado em alguma possibilidade, rápida, de identificação, e portanto, de um suposto controle.

Durante a mesma guerra, um substantivo, feminino, relativamente novo, mas aparentemente maternal, foi somado ao antigo. Foi a fórmula que se encontrou, naquele momento, para o controle. É certo que do mesmo modo foi pego de empréstimo, como tantos outros. E o novo se transformou em um termo que se fez intensamente presente, junto com outros, e que igualmente, todos, foram evidentes naqueles anos, mormente nos documentos como os ofícios e jornais que circulavam pela Corte e nas demais províncias, entre os que por lá viveram os momentos conturbados e difíceis que a guerra proporcionou, quando as dúvidas e anseios atingiam os indivíduos, principalmente os que estivessem em combate, e as pessoas que aguardassem o seu retorno, sempre incerto.

Certamente era um novo termo em que os que fossem mobilizados não desejavam ser enquadrados, nem eles, nem os seus próximos, e até mesmo pela administração, porque significava maiores ônus, e talvez, por essa razão, fosse um termo até temido em um primeiro momento, e possivelmente, em um segundo, um

⁴¹ Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 6ª edição, melhorada e muito acrescentada pelo desembargador Agostinho de Mendonça Falcão, socio da academia real das sciencias de Lisboa. Typographia de Antonio José da Rocha. (Tomo II F-Z). Lisboa, 1858,

⁴² Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 7ª edição, melhorada e muito acrescentada com grande numero de termos usados no Brasil e no portuguez da India. Typographia de Joaquim Germano de Sousa Neves. (Tomo II F-Z). Lisboa, 1878.

alívio por ser, igualmente, sinônimo de sobrevivência. Esta soma, estranha e contraditória, mormente quando inserida, ou postíça, em um império escravista, baseado em uma sociedade caracterizada por forte exclusão social, gerou um novo termo por aqui, muito explorado naqueles anos, e que é esquecido, mesmo pelos acadêmicos.

Quem era os *inválidos da pátria*? Em uma definição simplificadora, seriam os homens que retornavam da guerra, ainda naqueles anos, com alguns de seus membros amputados, portando doenças crônicas, e que por sua condição, debilitante, deveriam receber o apoio, ou a assistência, da pátria agradecida, pela qual lutaram e se tornaram inválidos. Entretanto, prefiro observar, objetiva e inicialmente, o termo, utilizando-me de outros recursos. A definição de *inválido da pátria* que faço é bem ampla; porém, limita-se a abranger os mais de cem anos que o *Asilo dos Inválidos da Pátria* funcionou, escapando-me o seu sentido anteriormente. Quando defino *inválido da pátria*, estou pensando justamente o que caracterizava, o que identificava um sujeito para que conseguisse ser admitido como interno no AIP, em seu efetivo ou mesmo sendo adido ao estabelecimento, mesmo percebendo soldo em sua terra, em sua província. Tenho como guia a documentação, tanto a confeccionada durante a guerra, como a produzida nas décadas posteriores.

Inválido da pátria poderia ser o militar ferido gravemente e sem condições de pleno restabelecimento físico, o mutilado em campanha em decorrência de ferimentos e da cirurgia de então, que não possuía outros recursos - por si só limitados naquele contexto - senão apelar para a amputação. Poderia ser o doente crônico, sendo a moléstia adquirida em serviço do dia-a-dia, em condições adversas no quartel, em um navio ou em operações em que o exército ou marinha se envolviam. Poderia ser o militar já idoso, reformado, sem condições de adquirir seu próprio sustento ou que não teria alguém para mantê-lo. Muitas vezes era um veterano, ex-voluntário da pátria, que após muitos anos subsistindo na miséria, já no fim de sua vida, requeria no ministério da guerra o asilamento; no entanto, não era removido ao AIP, quase sempre, por opção prevista legalmente, percebia seu soldo em sua terra de origem, pela unidade mais próxima de onde residia. O ex-combatente protocolava seu processo baseado em sua documentação pessoal remanescente, que poderia ser um diploma de medalha, como a *Geral de Campanha da Guerra do Paraguai*. Nesse último caso, esses *inválidos da pátria* recebiam seus direitos após a aprovação de decretos do governo que eram aprovados ainda na década de vinte visando beneficiá-los.

Durante o conflito o *inválido* poderia ser temporário se sua doença ou ferimento exigissem meses de tratamento para serem curados convenientemente, o que tornava sua prestação do serviço militar inviável. Nessas situações, o sujeito era removido para as companhias de inválidos, enfermarias ou hospitais situados na rota que ligava o teatro de operações ao Rio de Janeiro, e neles, se tivesse restabelecido sua saúde em um breve período, conforme parecer de uma nova inspeção, era novamente transportado para a frente de combate, se não, encaminhado para a Corte e após mais uma avaliação médica, recambiado para sua província de origem. As companhias situadas na rota que ligava a Corte ao Paraguai tiveram duração efêmera, como muitos hospitais e enfermarias de que, infelizmente, só tenho poucas referências.

Poderia ser aquele que por ineficiente, irresponsável ou fraudador exame médico recrutador era mobilizado; mas que posteriormente, apresentando problemas de saúde, quase sempre sífilis bem adiantada, cáries em estado avançado de desenvolvimento⁴³ ou mesmo velhice,⁴⁴ era removido na condição de inválido, recebendo ração, soldo e passagem de volta para a sua província.

Em uma documentação oriunda da marinha, guardada pelo Arquivo Nacional, alguns dos problemas que se faziam presentes nas inspeções de saúde são claros, e uma parte deles traz histórias envolvendo homens sem o mínimo de condições físicas para serem recrutados. Em setembro de 1867, o médico responsável pelo exame em um substituto constatou:

“Inspeção feita no dia 4 de sbrº de 1867, no substituto abaixo declarado.

Foi inspecionado o substituto Joaquim José Lopes, e nele reconhecemos a falta de dentes incisivos, cárie de outros, e além disto é maior de quarenta anos: incapaz”.⁴⁵

No caso, o substituto foi recusado, era considerado velho para o serviço, além de possuir dentes cariados e até mesmo a ausência de alguns deles, o que não significa que em uma outra ocasião, pudesse ter sido aceito para o serviço militar e

⁴³ BRASIL. Ministério da Guerra. *Exército em operações na República do Paraguai – 2º corpo – sob o comando em chefe do exm. Sr. Tenente General Manoel Marques de Souza – Conde de Porto Alegre – Ordens do Dia*. 1º volume (compreendendo as de nº 1 a 49). 1865. Re-impressa por Ordem do Governo. Rio de Janeiro. Thypographia de Francisco Alves de Souza. 1877. (ordem do dia nº 38, de 22 de novembro de 1865).

⁴⁴ BRASIL. Ministério da Guerra. *Exército em operações na República do Paraguai – 2º corpo...Ordens do Dia*. 2º volume (compreendendo as de nº 50 a 103) 1866 a 1867. Re-impressa por Ordem do Governo. Rio de Janeiro. Thypographia de Francisco Alves de Souza. 1877. (ordem do dia nº 57, de 25 de janeiro de 1866).

⁴⁵ Arquivo Nacional. III M 759. Ministério da Marinha. Quartel General e Conselho Naval.

conseqüentemente, não se conseguindo evitar o problema de muitos destes homens, após o recrutamento, serem desmobilizados na condição de inválidos, antes mesmo de serem mandados para a guerra. Na mesma pasta há uma interessante observação do médico, presente em um outro documento, de novembro de 1867, que trata de uma outra inspeção de saúde em substitutos, que, segundo ele, eram *escravos*. Um, o de nome Antônio, *crioulo*, 25 anos, era considerado incapaz, sendo que já havia sido apresentado pela terceira vez,⁴⁶ o que indica que o seu proprietário tinha a esperança de poder bular a inspeção, conseguindo recrutá-lo e por conseguinte recebendo o *prêmio* devido. Poderia, neste caso, como em centenas de outros que foram presentes, naquele contexto, que o “escravo” fosse apresentado para o serviço do exército, e aceito pelo serviço de inspeção de saúde em uma outra oportunidade? É provável que sim.

O inválido, foi definido anteriormente, já o asilado era o militar admitido no asilo, fazendo parte de seu efetivo por ser considerado inválido; portanto, sem condições de prover o próprio sustento. Para ser admitido, o indivíduo era submetido ao exame médico, ou inspeção de saúde, que verificava se sua moléstia foi adquirida em serviço diário ou de campanha. Muitas vezes, o requerente, no mesmo processo, solicitava residência no asilo, e se tivesse a autorização do ministério da guerra, era encaminhado ao AIP. O processo não tinha solução rápida, isto no pós-guerra, e arrastava-se por anos em alguns casos, mas no mínimo consumia de um ano e meio a dois anos, dependendo de vários fatores, burocráticos, que serão trabalhados posteriormente na análise de alguns requerimentos protocolados nos primeiros trinta anos do século XX.

O asilado poderia morar nas dependências do AIP, sendo um interno nos alojamentos de solteiros, de famílias ou em qualquer outro lugar na Ilha do Bom Jesus, e neste último caso desde que construísse uma casa e abrisse mão de sua propriedade à União. Foram erguidas com madeira ordinária e latão, normalmente materiais impróprios, muitas “casas” de *famílias asiladas*. Excetuando-se alguns momentos e conforme a característica de cada comandante, no geral, a administração do asilo não atribuía tanta importância ao problema, porque mesmo que o regulamento não permitisse tais construções, o soldo não possibilitava que os internos adquirissem o material apropriado para a edificação de uma em um padrão aceitável.

⁴⁶ Arquivo Nacional. III M 759. Ministério da Marinha. Quartel General e Conselho Naval.

Cheguei mesmo a encontrar documentos de denominavam *asilados*, muitos homens que eram aceitos no asilo, que faziam parte de seu efetivo, mas que por opção própria, previamente aprovada segundo os regulamentos, residiam em suas províncias.

Os filhos, filhas ou viúvas *asiladas* recebiam as etapas legalmente estipuladas. Aos filhos até os dezesseis anos de idade, sendo o direito transmitido, mediante requerimento deferido, para outros da mesma família, todos necessariamente menores de dezesseis anos. As que residiam no asilo provinham de dois tipos: dos militares asilados; denominadas na documentação como *famílias asiladas*, e de oficiais ou praças que serviam no efetivo administrativo do estabelecimento e que permaneciam apenas o tempo que o militar prestava seu serviço. Há a presença de funcionários civis do próprio AIP, que atuavam na administração, executando serviços burocráticos, remadores e patrão do escaler, que durante décadas serviram ao asilo e aos seus habitantes, transportando-os até a ponta do Caju, local que servia para o desembarque, como lá também residiram funcionários da administração remanejados do ministério ou alguns pequenos comerciantes que se estabeleceram com algum tipo de negócio que fornecia mercadorias aos moradores.

Outra igualmente necessária distinção - pois é um equívoco freqüente nos documentos, mais recentes - é a de inválido e voluntário. Não são a mesma coisa. *Inválido da Pátria* poderia ser um voluntário; mas, do mesmo modo, poderia ser um recruta do exército de linha, um oficial de comissão, um imperial marinha, um guarda nacional designado, ou até mesmo um praça proveniente de corpos policiais que foram mobilizados e que, devido aos seus ferimentos e doenças, fosse temporariamente adido ao AIP. É comum, na documentação mais recente, a informação de que o estabelecimento só recebia voluntários da pátria. Isto não corresponde à verdade, e de certa forma, abriu espaço para um outro erro, que é denominar o AIP de *Asilo de Voluntários da Pátria*.

A existência de algo com as funções do AIP era algo que a administração aspirava muitas décadas antes de sua inauguração oficial em 1868. Debruçando-me sobre a *Coleção de Leis do Brasil*, localizei alguns decretos determinando a criação de locais que abrigassem militares inválidos, bem como regulassem os poucos serviços que pudessem ainda prestar. Limitei-me a pesquisar até o início do século XIX, em busca de leis que assistissem militares desamparados. Minha limitação procurou observar um marco da administração no Brasil, a vinda da família real em 1808, apesar de ter tido referências, durante o período colonial, da existência de um prédio que abrigou

inválidos no Rio de Janeiro, que não mais existe e que acabou por originar o nome da rua onde se localizava.⁴⁷

Entretanto, em 1810, por decreto de vinte e quatro de junho, criou-se um *corpo de inválidos* para a guarda de presos. Sua formação deveria respeitar as seguintes exigências: todos os militares que compusessem o efetivo deveriam ter servido por pelo menos vinte anos com boa conduta e não estar mais em condições de prestar seus serviços em seu regimento. O corpo estaria às ordens do *comandante do calabouço*, como do *comandante dos guardas de polícia*:

“Decreto de 24 de Junho de 1810 – Cria um Corpo de Inválidos para a guarda dos presos de galé no seu trabalho.

Sendo-me presente a necessidade, que há, de guardar os presos sentenciados à galé, e a castigo público exemplar, e os inconvenientes que resultam, seja de se confiar esta guarda aos Regimentos de Linha da Guarnição desta Corte, sobre os quais pesava mui duramente este serviço juntamente com os outros de que estão encarregados, seja de verificar ao Corpo Miliciano denominado dos Henriques, ao qual também era penosa aquela guarda apesar da compensação, que ordenei, que se lhe distribuisse; sou servido criar um corpo de Inválidos do Exército destinado particularmente para este serviço conforme o plano que com este baixa assinado pelo meu Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e faça executar. (...)”⁴⁸

Os inválidos seriam ocupados na vigilância dos presos no Rio de Janeiro. Um ano e meio depois, novas instruções do decreto de vinte de dezembro determinaram um acréscimo em seu efetivo, com instruções mais pormenorizadas sobre os serviços que poderiam ainda ser prestados pelos militares inválidos:

“(…)”

2º Os libambos nunca serão acompanhados por menos de dois soldados, estes nunca os largarão nos trabalhos a que forem destinados.

“(…)”

3º Será obrigado um dos oficiais inferiores do corpo, a rondar todos os dias a horas incertas, nos lugares em que estiverem empregados os presos, para examinar, se os soldados cumprem com a sua obrigação (...)”

⁴⁷ Vivaldo Coaracy. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Editoras Itatiaia/Edusp. São Paulo. 1988. Rol de Ruas: “*Rua dos Inválidos – Iniciada pelo Marquês do Lavradio quando este vice-rei empreendeu o saneamento dos pantanais de Pedro Dias, que o Conde de Resende concluiria. Chamou Rua de São Lourenço, por ter sido colocado um oratório em honra deste santo na esquina da Rua do Conde. Tendo o Conde de Resende mandado construir em 1794 um edificio destinado a asilo para recolher os militares inválidos no serviço, passou a rua a ser chamada dos Inválidos, nome que se tem mantido, mesmo depois de desaparecer o asilo, cujo prédio, próprio nacional, foi por D. João VI doado ao seu médico particular, o Barão de Alvarazere*”. (página 345)

⁴⁸ BRASIL. *Coleção das Leis do Brasil de 1810*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1891.

4º Dever-se-há proceder logo à fatura de cadeados com segredo, que não sejam fáceis a abrir, para usos dos presos, devendo evitar-se, que estes deixem de andar acorrentados a dois a dois (...).⁴⁹

Segundo Carlos Eugênio, os *libambos* eram grupos de negros encarcerados que saíam acorrentados para a realização de serviços fora das celas e que se incorporaram à paisagem da cidade escrava.⁵⁰ Segundo Juvenal Greenhalgh, a palavra 'libambo', da língua africana 'quimbundo', significava também argolas de diferentes feitios, algumas com um pequeno sino que se aplicava aos escravos fujões. Outrossim, eram assim chamadas as prisões que dispunham de gargalheiras para acorrentar os presos.⁵¹

Entretanto, Carlos Eugênio, em seu estudo, deu mais informações do porquê a unidade de inválidos não se perpetuou. Ainda nos primeiros anos do serviço, um intendente reclamou da negligência com que os guardas escoltavam os negros e de como isto facilitava a fuga (...) O caso mais antigo de fuga de libambos possivelmente seja de 1811, quando um grupo de dez negros fugiu porque sua escolta, um soldado do Batalhão de Inválidos, estava "passeando" pelo terreiro do Paço. Em um canto do morro do Castelo, eles quebraram as correntes.⁵²

Em 1815, por decreto de onze de dezembro, criou-se na Corte uma nova unidade denominada *corpo de veteranos*,⁵³ em substituição ao abolido *corpo de inválidos*, que teve seu efetivo absorvido e quartel ocupado pela nova organização. A recém unidade, cujos membros recebiam soldo e possuíam farda, era constituída por oficiais, inferiores e soldados dos regimentos de infantaria, cavalaria, artilharia e do corpo da guarda real de polícia que não estavam em condições de serem reformados por insuficiente tempo de serviço; mas capazes de *serviços menos ativos* e que poderiam ser empregados nos diferentes destacamentos em fortalezas e guardas de presos.

O novo corpo especial deveria estar sob as ordens do *general das armas da corte e província*, teria um estado-maior formado por um comandante e um subcomandante, um secretário, um ajudante, um cirurgião-mór e um cirurgião-ajudante. Deveria ter seis companhias, a primeira de artilharia e as demais de infantaria e cavalaria. A companhia de artilharia deveria ser constituída por um comandante, dois subalternos, três oficiais

⁴⁹ BRASIL. *Coleção das Leis do Brasil de 1811*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1890.

⁵⁰ Carlos Eugênio Libano Soares. *A Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. Editora da Unicamp. Campinas, 2001. (página 447).

⁵¹ Juvenal Greenhalgh. *Presigangas & Calabouços. Prisões da Marinha no Século XIX*. Serviço de Documentação da Marinha. Rio de Janeiro, 1998. (página 69, "A chibata e a espada de prancha").

⁵² Carlos Eugênio Libano Soares. *op. cit.* pg. 447.

⁵³ BRASIL. *Coleção das Leis do Brasil de 1815*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1890.

inferiores, quatro cabos, um tambor ou pífano e sessenta soldados. As demais deveriam ser formadas por um comandante, dois subalternos, três oficiais inferiores, quatro cabos, quatro anseçadas, um tambor, pífano ou trombeta e cinquenta e seis soldados. O efetivo deveria ter pelo menos quatrocentos e trinta e duas praças. Esse corpo foi extinto em 1831⁵⁴, pelo decreto de nove de dezembro, sendo o seu efetivo distribuído em outras unidades do exército.

Somente em 1840,⁵⁵ pelo decreto de onze de março se criou na Corte, na fortaleza de São João, como nas províncias do Pará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, *asilos de inválidos* para praças de *pret* que estivessem nas circunstâncias de serem reformadas. Em suas instruções, os asilos deveriam de preferência ter alojamentos e pertences próprios, bem como anexo ao seu edifício um terreno que servisse de horta ao estabelecimento. Deveriam receber praças reformadas, que formariam esquadras ou companhias, sendo que os estabelecimentos seriam comandados por oficiais da reserva, que teriam como obrigação a administração, disciplina militar e responsabilidade com a prática religiosa dos internos. Era obrigatório o trabalho para os inválidos que tivessem condições físicas para tal. Poderiam ter alguma atividade na horta, ou em qualquer *ofício mecânico* que tivessem prática ou conhecessem. Toda a sua atuação deveria ser em proveito do próprio estabelecimento.

Em 1841, pelo decreto de número duzentos e quarenta e quatro, de trinta de novembro, o governo autorizou a criação de um *asilo de inválidos* nas imediações da Corte. Só poderiam fazer parte de seu efetivo os militares:

“(...) do exército que por ferimentos ou moléstias adquiridas em consequência dos trabalhos e fadigas do serviço se acharem inabilitados para continuarem a servir, e proverem por outros meios ao seu necessário sustento(...)

“Art 3º: Os oficiais que no mesmo Asilo forem admitidos vencerão soldo correspondente às suas patentes. As praças de pret serão abonadas de soldo, etapa e fardamento, pagando-se tudo a dinheiro (...)”.⁵⁶

Os artigos continuaram flexíveis, pois o estabelecimento poderia receber militares que tivessem ferimentos ou doenças provenientes de trabalhos e fadigas do serviço e não somente militares inválidos em ações de guerra ou com muitos anos de serviços prestados.

⁵⁴ BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1831.

⁵⁵ BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1840* – tomo III/parte II. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1863.

⁵⁶ BRASIL. *Leis e decisões do Império do Brasil de 1841* – tomo IV/parte I. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1864.

Acredito que os decretos regulando os estabelecimentos de inválidos de 1840 e 1841 serviram de modelo para a composição das instruções do AIP durante a guerra. Sobre o asilo de 1841, sei que existiu, sem muita importância, com reduzido número de asilados e funcionando precariamente, instalado até o seu final na fortaleza de São João, na baía da Guanabara, mas certamente não podendo atender à demanda do conflito a partir de 1865.

Em relatório de 1867, o ministro da guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá, traçou um pequeno histórico sobre esses asilos, como também apontou as razões por eles não terem persistido:

“É geralmente reconhecida a necessidade de um asilo, onde achem abrigo da miséria e da mendicância os defensores da pátria, que por ela derramaram o seu sangue, e invalidaram-se.

Em todos os tempos e em todos os povos, os poderes públicos tem estendido sua generosa proteção, criando casas para seguro amparo daqueles cidadãos que, animados de verdadeiro patriotismo, são mutilados nos campos de batalha, ou encanecem no serviço militar, sob o peso das armas.

(...)

Entre nós sentiu-se de há muito a mesma necessidade, e por decreto de 11 de Março de 1840, criaram-se na Corte e nas províncias fronteiras do Pará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, asilos para receberem as praças de pret em circunstâncias de serem reformadas.

Posteriormente várias disposições publicou o governo tendentes todas a melhorar essa instituição, e por decreto de 30 de Novembro de 1841, foi autorizado a criar nas imediações da Corte um asilo de inválidos em virtude de uma resolução da assembléa geral, na qual vieram consignadas as condições de admissão no mesmo asilo e a lei de 6 de Maio de 1843 mandou nele recolher os marinheiros completamente inutilizados.

Pouco, porém, se fez; a instituição nenhum incremento teve; limitava-se apenas a companhias estabelecidas na fortaleza de São João, e em algumas províncias. Sem disciplina, ordem e asseio, eram essas companhias mais centros de distúrbios, e focos de vícios do que asilos protetores dos mutilados da pátria.”⁵⁷

O primeiro fator a observar é que o governo se inspirou no que já era feito no exterior, sobre esse assunto, para tomar providências, em relação ao mesmo problema, durante a guerra. Estabelecimentos, correspondentes ao efetivo de companhia, *sem disciplina, ordem e asseio*. Daí a razão, segundo o ministro, de não terem resistido às pressões oriundas da guerra, presentes pelo grande contingente de inválidos que gradativamente era remetido do teatro de operações e províncias para a Corte. Se a proposta inicial era dar condições de sobrevivência aos seus internos, servidores da pátria; para a administração não poderia ocorrer em inconvenientes lugares que fossem

⁵⁷ BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado a Assembléa Geral na Primeira Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá*. Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1867.

centros de distúrbios e focos de vícios que invariavelmente se tornariam um outro problema a resolver, possivelmente mais graves se ocorressem na Corte. A criação do AIP, com a dinâmica da guerra, além de atender a essa demanda, especial e até então nunca vista pelo expressivo número de homens atingidos, igualmente visou se assegurar de não repetir os erros anteriores, tornando-se, com planejamento, ainda que rápido, idealmente um lugar de disciplina e higiene, conforme desenvolvo na tese.

É nítido que as experiências, efetuadas na Europa, serviram como modelo para a formatação do novo estabelecimento de inválidos na Corte, inaugurado em 1868. Segundo se observa, o que serviu de modelo, o que mais influência exerceu na feitura do AIP, numa pálida tentativa de copiá-lo no que fosse possível, foi de fato o *l'hôtel des Invalides*, situado na França, em Paris, criado em 1674, por Luís XIV. Em um livro sobre a história dos inválidos na França,⁵⁸ pode-se constatar que muito do que foi adotado na instituição francesa, através dos muitos anos que funcionou, e que ainda funciona, tentou-se absorver para ser implantado no estabelecimento inaugurado em 1868, de proporções e capacidade muito mais modestas em relação ao seu modelo europeu. Esta simplicidade, certamente adveio da rápida construção promovida para realizá-lo no Bom Jesus, bem como dos problemas que os *inválidos da pátria* estavam ocasionando para a administração pública, quando circulavam pelas ruas de Niterói e na Corte.

As instruções do AIP, que estão integralmente reproduzidas no anexo do texto, trazem muitos itens em comum com os regulamentos de asilos ou companhias para inválidos criadas em décadas anteriores. Por ausência de espaço, não posso aqui reproduzir em sua integridade as instruções, que estão no anexo final (Anexo A), mas saliento alguns artigos que considero relevantes, como:

“Art. 2º. Serão admitidos no asilo:

Parágrafo 1º As praças do exército, que se impossibilitarem para o serviço militar em consequência de ferimentos recebidos em combate, velhice, desastres ou moléstias adquiridas no mesmo serviço e não poderem, por qualquer destes motivos, obter os meios de sua subsistência.

Parágrafo 2º As praças de pret do exército, reformadas, que não se acharem inteiramente impossibilitadas de promover os meios de sua subsistência e o requererem.

(...)

Art. 7º Haverá no estabelecimento os seguintes empregados:

1º Um comandante, oficial superior.

2º Um fiscal, capitão ou oficial superior.

3º Um ajudante, oficial subalterno.

⁵⁸ Anne Muratori-Philip. *Histoire des Invalides*. Perrin, 2001.

- 4º Um quartel-mestre, *idem*.
- 5º Um secretário, capitão ou subalterno.
- 6º Tantos comandantes de companhias quantas forem as companhias, podendo ser capitães ou subalternos.
- 7º Dois cirurgiões do corpo de saúde ou contratados e um farmacêutico.
- 8º Um capelão.
- 9º Irmãs de Caridade, enfermeiros e serventes em número suficiente.”⁵⁹

Durante a guerra, muitos oficiais não eram meramente designados para prestar serviço. Poderiam ser *inválidos da pátria* e deveriam ser distribuídos entre as companhias que seriam criadas ou extintas conforme o número de militares que seriam incorporados. No livro de Honorato há uma lista, com o nome dos comandantes e demais oficiais com seus postos e cargos de todas as companhias no momento da inauguração do AIP. Quase todos eles eram inválidos e veteranos do Paraguai.⁶⁰ Normalmente, as sub-unidades eram formadas por cem praças, isso segundo o regulamento; mas nos mapas remanescentes de efetivos feitos durante o conflito, pode-se observar que elas excediam o número fixado. Aliás, um dos maiores problemas que o asilo enfrentou durante a guerra foi a grande quantidade de internos em suas instalações, o que acabou gerando denúncias em jornais e sendo fonte de preocupação constante do imperador e seus ministros da guerra, e que será trabalhado. Em sua história, o número de companhias nunca se manteve fixo - como o seu efetivo - que eram ampliados ou reduzidos conforme a demanda do período.

Como o AIP era um estabelecimento especial do exército, isto é, não era uma unidade de combate, inicialmente possuía em seus quadros dois cirurgiões, um farmacêutico, irmãs de caridade e enfermeiros. Os primeiros poderiam ser vistos em todas as unidades do exército; no entanto, as irmãs de caridade só eram encontradas em nosocômios. A demanda pelos serviços de saúde deveria ser alta, pelo menos no tempo da guerra, já que o asilo abrigava homens mutilados, feridos ou doentes crônicos. Se o pequeno efetivo de saúde não conseguisse dar conta da demanda ou possuísse casos mais complexos que não poderiam ser tratados convenientemente, o AIP os encaminhava aos hospitais do exército situados no morro do Castelo ou em Andaraí. A própria farmácia, enquanto existiu, tinha que encomendar algumas substâncias ou fórmulas prontas, mais especiais, por não tê-las em seu estoque.

⁵⁹ Manoel da Costa Honorato. *Descrição Topográfica e Histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria pelo seu capellão Manoel da Costa Honorato*. Typographia Americana, Rio de Janeiro, 1869. (pg. 82).

⁶⁰ *Ibid*, páginas 96 a 106.

Semelhantes aos demais regulamentos e instruções das companhias da década de quarenta, o comandante, conforme previsto no nono artigo, deveria:

“1º Inspeccionar, sempre que julgar conveniente, e pelo menos uma vez por semana, os dormitórios, móveis, roupa, lavanderia, dispensa, cozinha e todas as dependências do estabelecimento, dando logo as providências para remediar as faltas que encontrar (...)

4º Manter a disciplina, o asseio e economia do estabelecimento.

5º Fazer observar as práticas religiosas.

6º Obrigar os inválidos a que trabalhem no horto, nas oficinas, conforme suas aptidões e forças físicas”.⁶¹

Certamente esse item foi retirado das instruções anteriores. Durante anos o estabelecimento manteve uma horta para economizar recursos na aquisição de gêneros e algumas oficinas de trabalho - que empregavam os inválidos - e que prestavam pequenos e periódicos serviços para o arsenal de guerra, como executar as costuras de calçados que seriam entregues junto com os uniformes dos militares. Durante certo tempo, e décadas após a inauguração do AIP, os asilados chegaram a criar *bacorinhos* para o seu consumo e os seus excedentes para serem vendidos, sendo o lucro revertido para a própria subsistência. O ócio, considerado fonte de vícios, deveria ser evitado, e, para contraponto, seriam promovidas as atividades que envolveriam os inválidos, que, apesar de serem comumente considerados inúteis ou sem conhecimentos para exercerem atividades elaboradas, foram aproveitados para executarem vários trabalhos previstos nos regulamentos.

É significativo que durante a guerra, em 1866, um pequeno industrial com negócio *de fiar e tecer algodão* situado na Bahia, em Santo Antônio do Queimado, chegou a propor ao governo, emprego aos *feridos, vítimas da guerra, que* quisessem e pudessem se empregar *nos trabalhos da fábrica*. Paulo Pereira Monteiro já empregava cerca de 90 funcionários, entre *homens, mulheres e crianças*, em seu negócio, todos sem contrato, *porque preferiam a liberdade de poderem despedir-se quando assim o entendessem*. O astucioso industrial ofereceu até mesmo *terra, pedra e água gratuitamente para construir-se nas proximidades de Queimado a casa para asilo das vítimas da guerra; e com promessa de admitir feridos*.⁶²

Foi também, pela documentação disponível no Arquivo Nacional, que localizei algumas pistas sobre o aproveitamento de “inválidos” para o trabalho. Em março de

⁶¹Manoel da Costa Honorato. *op. cit.* pg 83.

⁶² Agostinho Victor de Borja Castro. “Relatório do 2º grupo”, in “*Relatório da 2ª Exposição Nacional de 1866*”. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1869. (página 42)

1867, há um pedido que se fizesse *empregar convenientemente no laboratório de Campinho, praças reformadas do exército que se inutilizaram no serviço de guerra*. Em outros meses, posteriores, existem mais pedidos de emprego para outros militares reformados, no mesmo estabelecimento, com *ferimentos recebidos em combate* e que ficaram inutilizados *para o serviço do exército*.⁶³ Em maio do mesmo ano, há um outra requisição ao arsenal de guerra, por parte do inspetor das obras públicas, solicitando *duas barracas de duas praças para os inválidos empregados na medição da 2ª base do Jardim Botânico*.⁶⁴ Em janeiro de 1869, o imperador fez uma inspeção à Fortaleza de São João, lugar onde funcionava o *depósito de aprendizes artilheiros*. Naquele dia visitou os *alojamentos, rancho, cozinha, enfermaria e o destacamento de inválidos* que lá se encontrava. Isto quer dizer que o efetivo de *inválidos da pátria* era numeroso, tendo que distribuí-lo pela Corte, porque aqueles inválidos que estavam passando pela inspeção do imperador eram empregados em alguma função considerada moderada, para que prestassem algum serviço que estava ao seu alcance, possivelmente a guarda do estabelecimento.⁶⁵ E há, até mesmo, um veterano, o *ex-voluntário da pátria Antônio Tomas da Rosa*, que foi devolvido, por *procedimento irregular*, em 1872, pelo presidente de província de São Paulo, João Fernandes da Costa Pereira Júnior. Tomas da Rosa esteve empregado na *fábrica de ferro de São João de Ipanema*, anteriormente remetido *com mais alguns outros operários, pelo ministro da guerra*, que pelo seu estado físico, só pode ser empregado na *enfermaria da fábrica*.⁶⁶

Nas instruções do AIP, a assistência religiosa foi prevista, e era considerada como parte fundamental, quando colocada em prática, para o bom andamento e disciplina do serviço. A sua prática era uma tentativa de se garantir a harmonia do estabelecimento e não foi à toa que foi prevista, no regulamento, a presença de um clérigo. Manoel da Costa Honorato, pernambucano, foi um dos primeiros capelães que o asilo possuiu. Ele foi autor, entre outros livros publicados, de um único trabalho sobre o AIP e a ilha do Bom Jesus impresso em 1869, e de que me utilizo. Seu livro serviu aos “historiadores”, comandantes e asilados. Todos que procuraram fazer algum resumo histórico do estabelecimento usavam seus escritos nos boletins internos; mas sempre o ocultavam como fonte de pesquisa. Há, inclusive, pequenos relatórios, mais recentes, de

⁶³ Arquivo Nacional. IG 7 401. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra da Corte. (1867).

⁶⁴ Arquivo Nacional. IG 7 408. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra da Corte. (1867).

⁶⁵ Arquivo Nacional. IG 2 20. Ministério da Guerra. Administração/Ajudante General. (1868).

⁶⁶ Arquivo Nacional. IG 1 160. Correspondência do Presidente de Província de São Paulo com o Ministro da Guerra. (1870 – 1873).

origem militar, encontrados na capelania da *1ª Região Militar*, sobre a história da ilha do Bom Jesus e do asilo, em que o utilizam como fonte, mas nunca o citam.

Honorato publicou o trabalho em 1869, primeiro porque obviamente queria tornar público um estabelecimento onde foi um dos seus primeiros capelães. Acredito que era vantajoso, para ele, tornar público que fazia parte da administração de um estabelecimento que no momento da guerra tornou-se conhecido nacionalmente, conforme trabalho na presente tese; mas que também, informou no próprio texto que os excedentes, após cobrir as despesas com a publicação, seriam revertidos ao asilo. Em 1870, chegou a doar quatrocentos exemplares da obra para o ministério da guerra, *destinando o respectivo produto liquido para auxílio do mesmo asilo*,⁶⁷ que devido ao grande número de homens aquartelados, demandava uma vultosa quantia para sua administração e manutenção.

É segundo ele que pode-se saber, em julho de 1869, que o efetivo do asilo possuía mais de mil indivíduos como subordinados, discriminados da seguinte maneira:

“No dia 29 de Julho, em que inaugurou-se o Asilo dos Inválidos da Pátria, existiam neste estabelecimento 29 oficiais, 2 sargentos ajudantes, 2 cornetas-mores, 1 coronheiro, 7 músicos, 19 1º sargentos, 46 2º sargentos, 17 furriéis, 136 cabos de esquadra, 86 anseçadas, 1010 soldados, 4 cornetas, 1 tambor, 42 prisioneiros paraguaios e 6 irmãos de caridade.”⁶⁸

Em seu livro de 1869, que computava informações de 1868, certamente não contabilizou os *inválidos da pátria* que já haviam sido remetidos para suas províncias de origem nos anos anteriores. O trabalho foi publicado durante a guerra da qual fez parte e provavelmente, além de querer divulgar seu nome, junto a um estabelecimento que ficava conhecido, o capelão pode ter tido uma outra intenção. Não se deve descartar outra forte razão que particularmente acredito para tê-lo redigido. É crível que o fez igualmente para agradar o imperador, porque, além de ter aparentemente arcado com todos os gastos com a publicação, ficou encarregado da distribuição de parte do que foi impresso, o que fez por vários anos, como teve a iniciativa de entregar os valores auferidos das vendas em benefício do estabelecimento. Provavelmente, o jovem clérigo aspirasse executar um serviço que resultasse em uma compensação, mas não necessariamente pecuniária, tanto que na *seção de obras raras* da Biblioteca Nacional há uma edição ricamente encadernada da *Coleção Thereza Christina Maria*, oferecida

⁶⁷ Arquivo Nacional. Coleção Eclesiástica. Requerimentos, caixa 935, pacote 106, documento 64.

⁶⁸ Manoel da Costa Honorato. *op. cit.*, (página 29).

pelo próprio capelão. Um outro exemplar de que freqüentemente me utilizei, e de que tenho uma cópia, que faz parte do acervo do IEB,⁶⁹ foi oferecido por ele ao *Conselheiro Doutor Antônio da Costa Pinto Silva*,⁷⁰ em julho de 1877. Isto pode ser constatado na dedicatória manuscrita em sua folha de rosto, e dá muito o que pensar sobre a atuante vida do sacerdote veterano.

Como no passado, e até hoje, o livro é usado quando se quer estudar a história do AIP, pois é o único escrito conhecido, de referência, sobre o estabelecimento. Sem exceção, em todos os pequenos textos com que me deparei, e que discorriam sobre a história do asilo, o livro era invariavelmente utilizado como fonte de informações; entretanto, na maioria das vezes, não chegava nem a ser citado. Isto é, quando não as próprias informações - sem identificação da fonte, original - são repassadas, mecanicamente, para novos trabalhos, “sepultando” de vez o pobre capelão e seu pequeno trabalho. Como é uma publicação com mais de 136 anos; por consequência, não é fácil encontrá-la no comércio, ou até mesmo no conjunto das bibliotecas, sendo que muitos de seus consulentes-historiadores, inclusive alguns militares-eruditos, “esquecem” de citá-la, tentando transformar o próprio trabalho, seja uma página *on-line*, um projeto mirabolante, ou mesmo alguma monografia, como se fosse algo fruto de uma séria pesquisa, bem fundamentada, inusitada e original.

O asilo chegou a ter alguns volumes do livro de Honorato; mas, depois de muitos anos passados, só fui ter novas referências na documentação interna do AIP, sobre a obra, na década de trinta, cujo possuidor foi um asilado. Um dia, segundo informações provenientes de um interno, remanescente, um comandante solicitou o livro para estudá-lo, por não tê-lo mais na administração e para conhecer a história do AIP, nunca mais o devolvendo ao seu antigo e legítimo dono.

A vida de Honorato pode ser parcialmente trazida, tendo por base a documentação encontrada nos arquivos. Inicialmente, em Sacramento Blake, encontram-se informações⁷¹ sobre um homem do século XIX e que durante boa parte de sua vida buscou reconhecimento e ascensão na sociedade imperial. Porém, Blake retirou

⁶⁹Instituto de Estudos Brasileiros. *Coleção Jorge Tibiriçá Filho*.

⁷⁰Acredito que o recebedor do exemplar depositado no IEB tenha sido *Antonio da Costa Pinto*, que segundo informações da página *on-line* do *supremo tribunal federal*, exerceu, entre outros cargos e funções, a presidência da província de Pernambuco (1848), bem como defensor do bispo de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, em 1874. (www.stf.gov.br).

⁷¹ Sacramento Blake. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Conselho Federal de Cultura, 6º volume, 1970.

muitas informações que possuo dos documentos encontrados no Arquivo Nacional, da *coleção eclesiástica*, da qual pesquisei.

Nascido em Recife, em primeiro de janeiro de 1838, Manoel da Costa Honorato formou-se em direito na mesma cidade. Como estudante e seminarista, para sobreviver, ministrava aulas particulares em colégios e em preparatórios e ainda, concomitantemente, cursava a faculdade de direito e o seminário, tendo completado seus estudos respectivamente em 1863 e 1864. Atuante no meio intelectual de seu tempo, foi membro de algumas instituições literárias e científicas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Recebeu a *honra de Cônego Honorário da Capela Imperial* em 1868,⁷² em retribuição aos serviços prestados no Paraguai, quando marchou como *capelão voluntário*, servindo como *capelão capitão no espaço de quase dois anos em navios, transportes flutuantes, nos combates da ilha de Cabrita, na passagem do rio Paraná e no Estero Bellaco, em hospitais de sangue, de epidemias e de outras enfermidades. Encarregou-se de cinco hospitais organizados em Corrientes, em março de 1867, para tratamento dos acometidos de cólera-morbus. Sofrendo de grave enfermidade, retornou ao Brasil em agosto de 1867*,⁷³ sendo condecorado com a medalha da campanha do Paraguai. No Arquivo Nacional há uma lista datada de dois de novembro de 1865, encaminhada ao arsenal de guerra da Corte, contendo paramentos e demais objetos eclesiásticos que Honorato considerava *indispensáveis* para sua missão na frente de combate.⁷⁴

Em 1867, provavelmente por ser um veterano, foi nomeado capelão do AIP, exercendo a função até dezembro de 1868, interrompida por adoecer de *febres paludosas*, que o obrigaram a se afastar; mas que, após sua recuperação, *passou a servir nos corpos da guarnição da Corte de 1869 a 1875. Foi examinador dos preparatórios na Inspeção Geral de Instrução Pública da Corte, de 1872 a 1878, sem receber por isso remuneração alguma pecuniária. Também foi vigário nas freguesias de Nossa Senhora da Candelária e Nossa Senhora da Glória, falecendo nesta em agosto de 1891, no chalet dos fundos da Matriz. Em seu testamento, tendo como testamenteiro seu irmão, instituído herdeiro dos remanescentes, na condição de se responsabilizar pelo sustento de uma velha tia, em Pernambuco, deixou seus paramentos e livros que tratavam de assuntos eclesiásticos, literários, militares (coleção de ordens do dia), de*

⁷² Arquivo Nacional. Coleção Eclesiástica, códice 500, folha 38.

⁷³ Arquivo Nacional. Coleção Eclesiástica. Requerimentos, caixa 935, pacote 106, documento 64.

⁷⁴ Arquivo Nacional. IG 7 502. Arsenal de Guerra. (1865).

direito e diversas quantias aos seus irmãos, sobrinhos, afilhados, amigos, farmacêutico e empregado.⁷⁵

Honorato, em um de seus trabalhos publicados,⁷⁶ deixou algumas informações sobre hospitais de campanha. Como capelão, visitou-os, descrevendo-os sucintamente em seu livro. Igualmente publicou, até onde pude investigar, os: “*Diccionario Topographico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco*”, de 1863. “*Esboço Histórico e Topográfico da Cidade de Corrientes (província argentina), acompanhado da planta da mesma cidade*”, em 1869, trabalho que está no mesmo volume do AIP. “*Synopse da Grammatica Ingleza extrahida de diversos autores pelo cônego M. C. Honorato, bacharel em direito*”, em 1874, que segundo documentos no Arquivo Nacional, entregou 500 exemplares à Secretaria do Império, remeteu outros 500 às presidências das províncias e distribuiu mais 800, total de 1800 às escolas públicas e particulares, afim de serem gratuitamente distribuídas aos respectivos alunos. “*Discurso pronunciado na Augusta presença de Suas Magestades Imperiaes por ocasião da solemidade da distribuição dos prêmios e collação de grão de bacharel em lettras do Imperial Collegio de Pedro II, em 21 de fevereiro de 1879, pelo Cônego Dr. Manoel da Costa Honorato, professor interino de rhetórica, poética e litteratura nacional do mesmo imperial collégio*” e “*These para o concurso ao logar de substituto da cadeira de Rhetorica, Poética e Litteratura Nacional do Imperial Collegio Pedro II*”, os dois últimos em 1879.

Outros trabalhos, citados, não consegui localizar na capelania da 1ª Região Militar, bem como nas bibliotecas, como: “*Os capelãos do Exercito Brasileiro*”, de 1874 e “*Ligeiras considerações sobre a repartição eclesiástica do exército*”, feitos também às suas custas, de 1872, distribuídos às câmaras e repartições militares, e que segundo documentação de Honorato, serviram de base à reforma desse corpo em junho de 1874. Publicou, segundo Blake, do mesmo modo baseado na documentação descritiva encerrada no Arquivo Nacional: “*A religião no Exército*”, e “*O decreto de 7 de janeiro*”, este, que tratou da separação entre igreja e Estado, em 1890.

Pela documentação, nota-se que o religioso era um homem ambicioso, pelo menos nos aspectos intelectual e social. O único registro fotográfico que encontrei dele talvez revele suas aspirações. Vestido como um clérigo, devidamente paramentado, está

⁷⁵Arquivo Nacional. Verba Testamentária. Livro 58, número 129, galeria B, folha 38, (ano 1891).

⁷⁶Manoel da Costa Honorato. *Esboço Histórico e Topographico da Cidade de Corrientes (Província Argentina), acompanhado da planta da mesma cidade*. Typographia Americana. Rio de Janeiro, 1869

em pé, com o braço direito sobressaindo-se com a mão pousada sobre uma pilha de livros (**Figura 07**). A fotografia foi oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era membro. Acredito que quando morreu, em agosto de 1891, com 53 anos de idade, acumulava uma série de amarguras, provavelmente produzidas pelo resultado final do concurso no colégio D. Pedro II, do qual foi preterido; mas acredito que apenas exercendo a atividade como professor interino; além disso, a proclamação da república talvez não o tenha agradado, apesar de não ter nenhum documento sobre as suas posições sobre o novo regime sob o qual viveu durante quase dois anos. Na coleção eclesiástica existem vários requerimentos de Honorato ao governo imperial. Nos anos de 1870 e 1873, rogou ser nomeado cônego efetivo da capela imperial, a primeira, espontaneamente, e a segunda, tentando preencher a vaga desocupada por um cônego recentemente falecido; entretanto, não conseguiu atingir seu intento, permanecendo apenas como honorário.⁷⁷ Curiosamente, em sua segunda tentativa, teve problemas em apresentar suas *habilitações e serviços, porque os documentos que poderia juntar se achavam nas secretarias de Estado, e outros que poderia exhibir constavam de repartições que estavam distantes da Corte*. Provavelmente os documentos comprobatórios estavam sendo utilizados em outras petições que o padre ambicionava. Honorário e interino foram duas situações constantes que possivelmente amargaram o atuante e desejoso padre pernambucano. Não era algo à toa o fato de ele possuir uma coleção de *ordens do dia* que foi mencionada em seu testamento. Era com esses documentos que se comprovava sua atuação na guerra, e nas edições de 1877, publicadas pela tipografia de *Francisco Alves de Souza*, há até mesmo um *índice com os nomes dos indivíduos mencionados* pelas ordens, o que facilitava a consulta, por exemplo, para os que procuravam comprovar sua vida militar, no Paraguai, ou mesmo para que os funcionários do ministério da guerra, como Lima Barreto, observassem as provas que muitos peticionários apresentavam, utilizando-se destes documentos. Honorato a possuía porque, em uma primeira oportunidade, entraria com os pedidos para usufruir de algum ato administrativo que beneficiasse veteranos no pós guerra.

Existem vários requerimentos de Honorato solicitando *a graça de se mandar abrir o competente lançamento na folha do Tesouro Nacional*. Em 1875, quando ainda vigário da freguesia de Nossa Senhora da Candelária, é o primeiro que tenho registrado. Em 1876, transferiu-se para a freguesia de Nossa Senhora da Glória e continuou a

⁷⁷ Arquivo Nacional. Coleção Eclesiástica, Requerimentos, caixa 935, pacote 106, documento 64.

requerer participação para receber a *côngrua* a que tinha direito pelos anos de 1877 - exceto 1878 - até 1888. Em 1882, foi nomeado pela Santa Sé, *Monsenhor Protonotario Apostólico Titular*, sendo obrigado a solicitar o *beneplácito* imperial para usufruir da nomeação e poder usar as devidas insígnias. Em 1885, após ser nomeado em janeiro daquele ano, *por Breve de Sua Santidade o Papa Leão XIII* como *Protonotario Apostólico ad instar Participantium*, nova solicitação do *beneplácito* foi feita, *afim de poder aceitar o referido título, usar e gozar das insígnias e privilégios, direitos, isenções e imunidades que lhes eram inerentes*.⁷⁸ Parece-me que o padre só conseguia algum reconhecimento no exterior.

Tânia Bessone, em seu estudo,⁷⁹ igualmente pesquisou sobre o capelão, que deixou em testamento uma pequena biblioteca para vários herdeiros. O valor de sua biblioteca, em quadro comparativo preparado por Bessone, não é dos maiores; aliás, nos nomes e valores elencados, é o menor. Porém, sabe-se que Honorato teve uma vida intelectual intensa representada pelas publicações de que foi autor, como da participação em várias sociedades e serviços prestados voluntariamente à instrução na Corte e em Pernambuco. Na leitura do excelente trabalho de Cláudia Rodrigues,⁸⁰ algumas pistas talvez provem minha afirmação.

No final da década de 60 do século XIX, uma discussão apareceu na imprensa pernambucana. Seu fundo era religioso e envolvia, inicialmente, o general Abreu e Lima, defensor, entre outras coisas, da distribuição de bíblias protestantes e do casamento civil, e, em contrapartida, havia religiosos, conservadores, escandalizados pelas posições liberais do general pernambucano. Quando o militar agonizava, o clero, conservador, procurou com que Abreu e Lima se retratasse perante a igreja, coisa que não conseguiu. Já no final, os partidários do general e do bispo se enfrentaram nos jornais, sendo que a contenda acabou chegando ao Rio de Janeiro. Quando o militar morreu, o bispo de Pernambuco, de orientação ultramontana, recusou-se a enterrá-lo no “cemitério católico” público de Recife, o que gerou mais discussões e conseqüentes ataques à figura do clérigo pelos jornais.

⁷⁸ Arquivo Nacional. Coleção Eclesiástica, Requerimentos, caixa 935, pacote 106, documento 64.

⁷⁹ Tania Maria Bessone. *Palácio de Destinos Cruzados. Bibliotecas homens e livros no Rio de Janeiro (1870 – 1920)*. Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1997. Rio de Janeiro, 1999.

⁸⁰ Claudia Rodrigues. *Nas Fronteiras do Além. A secularização da morte no Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa. 2003. Rio de Janeiro, 2005.

Em meio à controvérsia, numa publicação em um jornal católico, *O Apóstolo*, de 1869, um artigo assinado pelas iniciais M.C.H.⁸¹ foi publicado em defesa do bispo. A autora, Claudia Rodrigues, não identificou M.C.H. como Manoel da Costa Honorato; mas certamente o capelão pernambucano saiu em defesa de um superior na província natal, revelando sua posição sobre o assunto, e o que é mais importante, ser um indivíduo que não ignorava as questões que eram colocadas envolvendo suas atividades e posições políticas e religiosas. Honorato, ainda segundo Blake, produziu “*O Sr. Bispo de Pernambuco e o general Abreu Lima*”, em 1869. Material esse, como muitos outros, que não encontrei ou que não pude pesquisar, e a que igualmente, como Blake, só tive referências presentes nestes documentos, redigidos pelo próprio Honorato, quando ele mesmo apresentava um histórico de suas realizações, e normalmente rogando algo em seu proveito. O exemplar atualmente depositado no IEB, sobre o AIP, se minha assertiva estiver correta sobre o recebedor desse volume, do mesmo modo corrobora com a minha observação sobre o atuante padre.

Honorato é emblemático, para se entender como os padres se constituíam *matizes da ordem*, conforme pensou José Murilo de Carvalho.⁸² O capelão do asilo – função considerada de suma importância pelo imperador, para que fosse promovida a disciplina do estabelecimento – entre os anos de 1867 e 1868, igualmente fazia parte da burocracia imperial. Como um indivíduo do clero, era do mesmo modo um *funcionário público*, que recebia pelo tesouro, conforme se observa nos pedidos da *côngrua*. A formação social do clero, ao contrário dos magistrados, era mais democrática, pois, tudo leva a crer, a precária situação dos seminários, após a expulsão dos jesuítas, tenha, por consequência, relaxado nas limitações impostas para o recrutamento de novos quadros. Percebe-se, pela documentação, que Honorato era um homem sem maiores recursos, mas não apenas. Ele possuía grandes aspirações até mesmo intelectuais, dada a sua constante preocupação em apresentar publicações, que na maioria das vezes, envolvia a instrução. É certo que quando as compunha, não estava pensando em apenas um provável prestígio que desfrutaria; mas, do mesmo modo pensava na formação da juventude, dentro de uma instrução que procurava respeitar os preceitos católicos.

⁸¹ Claudia Rodrigues, *op. cit.* (página 167).

⁸² José Murilo de Carvalho. *A construção da Ordem. A elite política imperial*. Editora UFRJ/Relume & Dumará. Rio de Janeiro, 1996. (página 165, “Juizes, padres e soldados: os matizes da ordem”)

Mas, retornando aos regulamentos internos do AIP, especialmente sobre o serviço religioso e sobre o capelão, aqui há o artigo dezesseis que prevê suas responsabilidades:

“Art. 16 Ao capelão do estabelecimento, além da conservação e boa guarda dos objetos necessários ao culto divino, incumbe:

1º Celebrar missa em todos os domingos e dias santificados, no fim da qual fará uma prática sobre a doutrina do evangelho do dia.

2º Ouvir de confissão e administrar a comunhão aos indivíduos do estabelecimento, prestando-lhes todos os auxílios do seu sagrado ministério.

3º Ensinar a ler e escrever aos inválidos e seus filhos, para o que terá um ajudante, que poderá ser um dos empregados do estabelecimento.”⁸³

O capelão, entre outras obrigações, como o evangelho, ministrado na histórica igreja do próprio asilo, tinha como responsabilidade uma escola de primeiras letras, dirigida para as crianças e principalmente para os asilados que manifestassem vontade de aprender a ler e escrever. Quando não era ele, na prática, segundo as ordens de dia à disposição no Arquivo do Exército, alguns oficiais da administração ou internos alfabetizados e voluntários a organizavam. A escola, depois da inauguração, funcionou precariamente, e posteriormente, com a pendência entre o exército e a associação comercial do Rio de Janeiro que será trabalhada no presente texto, ficou com a sua manutenção dependendo da boa vontade e dos controlados recursos dos raivosos comerciantes fluminenses, o que conseqüentemente tornou sua atividade inconstante. A demanda por uma escola foi crescendo, conforme militares inválidos e até mesmo os que serviam ao estabelecimento traziam suas famílias para a ilha do Bom Jesus. O aumento gradativo do número de crianças durante o passar dos anos provocava essa necessidade.

O estabelecimento ficava sujeito aos regulamentos militares; portanto, os inválidos deveriam prestar serviços na medida de suas possibilidades físicas, pelo menos era a intenção. Sobre punições, os internos poderiam ser presos caso transgredissem o regulamento disciplinar. Como um estabelecimento especial, não era prática, até onde pesquisei, os castigos de pancadas ou a costumeira diminuição de alimentação, situações comuns no exército daquele tempo. Em alguns boletins internos encontrei instruções do comandante da unidade aos de companhia, exortando-os a não aplicarem rigorosos castigos aos asilados, como os de pancada. Se os exortavam, é que,

⁸³ Manoel da Costa Honorato, *op. cit.* (página 84).

provavelmente, na prática, eventualmente, um ou outro asilado, mais indisciplinado, apanhava. No máximo, segundo os documentos, os transgressores deveriam ser trancafiados na pequena prisão que lá existiu. Agressões físicas entre asilados existiram e são encontradas referências na documentação da administração. Elas eram quase sempre motivadas por banalidades. Há também violência física praticada contra esposas, filhas ou filhos. A instrução sobre punições está neste artigo:

“Art. 35. Às praças inválidas serão aplicados correccionalmente, pelas faltas que cometerem, castigos moderados e prisão solitária, sem redução de alimentação ou com esta, conforme a gravidade do delito; para que haverá no estabelecimento uma prisão apropriada;

Parágrafo 1º Não será aplicado, em caso algum, o castigo de pancadas aos inválidos.

Parágrafo 2º Serão, por ordem do ministério da guerra, expulsos do asilo os inválidos que se mostrarem incorrigíveis, ouvindo-se sempre um conselho de disciplina, de nomeação do ajudante general do exército.”⁸⁴

A expulsão do asilo dependia do rigor do comandante do estabelecimento e da autorização do ministério da guerra. Quando pesquisei a documentação interna, procurei observar a administração de cada comandante e aí identifiquei o tipo de comando que cada um exercia. Alguns eram menos rigorosos, aplicando penas leves aos internos ou mesmo libertando quase todos os prisioneiros por ordem de seu comando em alguma data comemorativa como o aniversário de alguma batalha do Paraguai. Outros eram inflexíveis, encaminhando asilados para fortalezas da baía de Guanabara para cumprirem pena disciplinar junto a outros prisioneiros militares ou expulsando mulheres ou adolescentes de *famílias asiladas* que estivessem grávidas; mas que não eram casadas ou mesmo fossem viúvas. Curiosamente, muitos veteranos receberam, décadas depois da guerra, títulos honorários, normalmente de oficiais. Muitos se recusavam a receber ordens de serviços que acreditavam não serem equânimes com os seus “novos postos”, outros, simplesmente não aceitavam receber ordens de oficiais que consideravam, após a contemplação desses títulos honorários, inferiores. Isto foi fonte de desentendimentos e o asilo, pelo menos o seu comando, acabou adotando uma postura, quando necessário, de se ignorar este tipo de comportamento, e punindo os que insistiam em seus “postos” e honras de oficiais. Essas particularidades sobre o AIP, e os seus internos não foram aqui trabalhadas, mas serão exploradas em posteriores estudos,

⁸⁴ Manoel da Costa Honorato. *op. cit.* (página 85).

principalmente os que irão ampliar as investigações sobre os veteranos da guerra. Nesta pesquisa, decidi priorizar o asilo, e os *inválidos da pátria* durante os anos do conflito.

Em outro artigo, o acolhimento de internos casados é previsto:

“Art. 26. Os inválidos casados residirão em quartos separados; suas mulheres e filhos serão alimentados à custa do estabelecimento; dentre aquelas, pelos seus bons costumes e comportamento serão escolhidas as que forem necessárias para coadjuvarem o serviço das irmãs de caridade”.⁸⁵

A ilha do Bom Jesus já era habitada por religiosos e civis há mais de um século antes da construção do asilo. Posteriormente, com a demanda da guerra e a fixação do estabelecimento, o exército, por intermédio da associação comercial, em 1872, acabou adquirindo todos os terrenos e casebres remanescentes de particulares. Foi em março de 1865 que alguns destacamentos do exército para lá foram deslocados, parece-me que temporariamente, por falta de aquartelamento. Acredito que eram unidades recém chegadas à Corte, oriundas das províncias, e que por lá ficavam aguardando seus equipamentos, novas inspeções de saúde, bem como em convalescença, já que nos próprios transportes de guerra se manifestavam doenças que atingiam essas unidades. Nesse mês, localizei uma ordem do ministério da guerra dirigida ao diretor do arsenal, para que todos os dias providenciasse, com o vapor *Santa Isabel*, uma viagem à ilha do Bom Jesus, e se esse barco não estivesse à disposição, outro deveria substituí-lo nessa faina diária.⁸⁶ O vapor deveria, então, levar material aos que lá estivessem alojados. E, alguns dias depois, nova ordem é emanada pela mesma fonte, comunicando que o arsenal deveria fornecer serventes e ferramentas necessárias ao *capitão Manoel Joaquim Guedes*, que foi encarregado de providenciar *sobre o arranjo e limpeza dos aquartelamentos estabelecidos na ilha do Bom Jesus e Armação em Niterói*.⁸⁷ Parece-me, então, que foi decidido, ao mesmo tempo, ainda no início de 1865, que tanto a ilha quanto a Armação, em Niterói, seriam utilizadas para receberem as tropas em trânsito. Isso não foi um mero acaso, pois conforme desenvolvo no texto, Bom Jesus não teve apenas a função de receber um asilo; mas algo com as mesmas funções da Armação naquele momento, ou seja, isolamento, mormente de unidades oriundas de outras províncias e que pudessem trazer doenças epidêmicas à Corte. Tanto que antes e durante a construção do AIP, entre 1865 a 1868, a ilha comportou unidades de *voluntários da*

⁸⁵ Manoel da Costa Honorato. *op. cit.* pg. 85.

⁸⁶ Arquivo Nacional. IG 7 383. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra. (1865).

⁸⁷ Arquivo Nacional. IG 7 383. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra. (1865).

pátria, bem como enfermarias dessas unidades recém chegadas e que iriam ser novamente embarcadas em direção ao Paraguai, aparecendo com a nítida função de “quarentena”. O bisonho Dionísio se recordou do lugar, em Niterói, que serviu para receber algumas unidades recém chegadas da Bahia, e que estavam recebendo equipamentos e tratamento médico, um pouco antes de rumarem, como ele, para o Paraguai:

“Alguns dias depois, chegaram três batalhões da Bahia: o 8º e o 16º de linha e o corpo de polícia. Comandava o 16º o Coronel D. José Baltazar da Silveira, e o último o Coronel Joaquim Maurício Ferreira, velhos amigos da minha família. Fui mandado adir ao 16º, que ficou aquartelado na Armação, em Niterói.”⁸⁸

Alguns meses depois, em junho de 1865, um novo documento é feito, ordenando que o diretor do arsenal de guerra mandasse, *sem mais demora, uma barça de água para suprimentos da Enfermaria Militar da Ilha de Santo Antônio do Bom Jesus*.⁸⁹ A enfermaria demandou uma grande quantidade de recursos materiais, e que é possível rastrear nos documentos em arquivos. A ilha não era servida de água potável, o que obrigava que constantemente, enquanto recebia os efetivos em trânsito, principalmente de indivíduos que demandavam alguma recuperação física, o seu pessoal administrativo solicitasse o fornecimento do líquido pelo arsenal.

Posteriormente, ou após 1868, com o estabelecimento do AIP, e em vários locais da ilha, com o passar do tempo, foram construídas pequenas casas para abrigarem internos e suas famílias. Quem era casado e não tinha condições para construir sua pequena casa, morava no alojamento de *famílias asiladas*. Os que não quisessem residir em suas dependências, tinham a liberdade, mediante autorização concedida pelo ministério da guerra, de morar em suas províncias de origem:

“Art. 37. As praças do asilo, que preferirem residir nas províncias às vantagens do estabelecimento, deverão para isso requerer ao governo pelos trâmites legais.”⁹⁰

Após se tornar um interno, muitas vezes a autorização para residir fora da ilha não era tão simples para ser aprovada. Há casos de processos que se arrastaram durante meses para que o requerente conseguisse se retirar. Muitas vezes, a demora na resolução

⁸⁸ Dionísio Cerqueira. *Reminiscência da Campanha do Paraguai*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1980. (página 51)

⁸⁹ Arquivo Nacional. IG 7 456. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra. (1865).

⁹⁰ Manoel da Costa Honorato. *op. cit.*, pg. 85.

era motivada pelo parecer do comandante, que se manifestava em algumas ocasiões contrário à petição na troca de ofícios com o ministério. Quase sempre alegava que o peticionário era útil no serviço do quartel e que a escala de serviço era composta por poucos, não se permitindo uma defecção nos quadros. Há casos nas primeiras décadas do século XX, em que o comandante, em um ato mais extremo, proibia, após aprovação do ministério, a saída de internos ou viúvas asiladas que não tinham condições físicas para se retirar. A justificativa era de que o interno não poderia sobreviver fora porque não teria competente auxílio em outros lugares e que só no quartel do Bom Jesus seria convenientemente tratado. Os que necessitavam de um tratamento mais intensivo eram acompanhados por outros *asilados*, segundo algumas passagens dos boletins internos, constituindo-se uma rede de solidariedade entre eles.

Como já foi tratado, o AIP não possuía apenas militares em suas dependências. Existiam mulheres, crianças, idosos, irmãs de caridade e até mesmo prisioneiros paraguaios, estes somente durante a guerra, após 1871 e 1872, não consegui mais referências sobre eles. Estranhamente, na documentação consultada, limitada a uma fonte, os paraguaios desapareceram sem deixar vestígios. Talvez tenham retornado ao Paraguai para reconstruí-lo; eventualmente alguns continuaram residindo no Rio de Janeiro, tendo constituído família, desaparecendo seus registros com o tempo. Porém, a documentação encontrada em arquivos e em jornais, principalmente a que está localizada no Rio de Janeiro, me permite afirmar que investigações sobre esses homens podem ser feitas. Encontram-se vários registros sobre eles, seja nos arquivos militares, seja nos arquivos civis. Sem dúvida, é mais uma interessante possibilidade de pesquisa. Eles prestaram serviços ao AIP, auxiliando-o em sua construção, ou quando fizeram parte, inclusive, de seu efetivo e receberam até mesmo fardamento. Em outros casos, foram utilizados como auxiliares dos enfermeiros e das irmãs de caridade. Esse último aspecto será trabalhado em outro capítulo.

Em poucas ocasiões os internos do AIP, solteiros, se casavam, e só conseguiam isso mediante autorização do comando. Na maioria das vezes o matrimônio era realizado com viúvas asiladas, mas com o cuidado, pela administração, de não haver o acúmulo de pensão. Havia, muitos anos após a guerra, idosos, quase sempre veteranos, normalmente com um, dois ou mais dependentes, pois tinham condições de ajudar alguém mais próximo por receberem o soldo e etapas. Em alguns casos, acredito que veladamente, esses homens assumiam a paternidade de crianças muito pequenas, mesmo tendo mais de oitenta anos de idade. Outros, nos processos de asilamento e

solicitação de etapa, simplesmente procuravam justificar seus requerimentos informando que eram responsáveis por um número de pessoas que eram declaradas seus dependentes. Algo comum é que, décadas recebendo seus direitos, solicitavam novos valores, ou reajustes, pois alegavam que o que percebiam mal dava para sua alimentação.

O AIP recebeu, certamente, apenas militares como internos. Mas, investigando nos arquivos, descobre-se que a guerra não só causou mortes e mutilações em militares, mas em civis igualmente. Deparei-me, durante a pesquisa, eventualmente, com documentos que comunicam sobre acidentes que aconteceram tanto no Paraguai, quanto na própria Corte. Um exemplo é de um ofício que localizei, de janeiro de 1870, comunicando a morte de nove operários, bem como os seus nomes e funções, mortos *por uma explosão que teve lugar nas proximidades do Estabelecimento Naval do Cerrito*, quando provavelmente preparavam, ou operavam algo, alguma máquina, que seria utilizada para a manutenção das belonaves, ou mesmo para a fabricação de algum equipamento utilizado por esses navios.⁹¹ Sabe-se que em Cerrito foi instalado, entre outros estabelecimentos, uma enfermaria, um cemitério e um pequeno arsenal, para executar a manutenção das embarcações de guerra, bem como o fabrico de equipamentos mais simples, que fossem, com maior praticidade, construídos ou montados ali, ao invés de serem manufaturados no Rio de Janeiro, e que invariavelmente demandariam um maior tempo para serem entregues.

Foram milhares de civis recrutados, durante todos aqueles anos, para executarem os serviços que se apresentavam para sustentar um número considerável de militares. Desde escriturários até operários. Porém se desconhece, ou ignora-se propositalmente, essa faceta que a guerra proporcionou, o que é mais uma necessária possibilidade de pesquisa.

⁹¹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1185(I), documento 269. “documentos navais”.

“A la verdad; es preciso presenciar una guerra para saber lo que es; no basta leer descripciones que no dan de ella sino una imperfecta idea; es preciso comprobar con la vista sus horripilantes huellas; es preciso oír los quejidos y ayes de los heridos y moribundos que quedan tendidos, en el campo de acción, para poder apreciar las espantosas consecuencias de la guerra...”

(Juan Crisostomo Centurion, veterano paraguaio. *Memorias o Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay*).

“Ofícios Bárbaros

Que pode opor o espírito à matéria? Como um único homem pode ser capaz de redimir a maldade em sua expressão coletiva? As guerras são ofícios bárbaros onde sempre se sacrificam mais vítimas inocentes, enquanto os ministros observam, a partir da frieza dos cálculos e das estratégias – a logística sem lógica –, as mortes convertidas em baixas e as baixas conversas da morte rezando o obituário diário. A liturgia bélica requer o fausto de uma cerimônia coletiva com seus emblemas e cores, seus bandos de bons e de maus, seus ritos pagãos ensalmados com pólvora e sangue. Cada devoto oficia fatalmente a cerimônia do extermínio como que em sonhos, obedecendo a sinais cegos, instintos desconhecidos, confundindo razões com paixões ocultas. Os homens se espreitam como feras e no encontro se desconhecem. Acreditam que somos diferentes e que tudo o que é diferente deve ser exterminado, para que reine a igualdade da morte.

Uma vez iniciada a destruição, não há como deter o massacre na fusão da confusão dos sentidos. Entre o troar dos canhões só se ouve a voz humilhante do outro que nos ameaça e deve ser destruído. Os olhos só vêem inimigos na turbidez de dias malogrados que devem voltar ao passado, levando definitivamente a carniça e os cadáveres, com seus mutilados e aleijados. Fareja-se apenas o miasma das feridas, na boca fica um travo de sal, amargura e medo. A condição humana retrocedeu à escuridão das manadas que adoravam o fogo para conjurar o temor à extinção”.

(Augusto Roas Bastos. *Em frente à frente paraguaia*).

“A secção do osso deve ser feita no ponto mais próximo possível da inserção das carnes. Para praticá-la; abarca-se com a mão esquerda a porção do membro que lhe corresponde, marca-se com a unha do polegar desta mesma mão, o ponto onde o instrumento tem de ser aplicado, e tomando a serra com a direita, começa-se a secção, tendo a preocupação de fazer um ajudante arregaçar os tecidos, ou simplesmente com as mãos aplicadas sobre a ferida ou por meio de compressa apropriada. Em seus primeiros movimentos a serra deve ser levada vagarosa e levemente até abrir caminho no osso, depois o operador retira a unha do polegar, que não é mais necessária, e conservando sempre firmeza em seu braço, acelera progressivamente os movimentos do instrumento até chegar às últimas porções do osso, onde convém diminuí-los gradualmente até terminar a secção para evitar que se frature. Dando-se este acidente ou pela ação da serra ou por ter o ajudante abaixado o membro cuja extremidade mantém, deve se igualar a extremidade óssea ou com uma pequena serra ou com a pinça incisiva”.

(Antônio Caetano de Almeida, cirurgião do Hospital Militar do Andaraí, que praticou a amputação reparadora em numerosos *inválidos da pátria*, tratando-os durante alguns anos e após a guerra. *“Da amputação em geral”*. Typographia Perseverança. Rio de Janeiro, 1872).

2. Serviços Médicos e Cirúrgicos na Guerra e na Corte.

Questão verdadeiramente crucial e que ainda não foi explorada devidamente é o entendimento dos serviços médicos e cirúrgicos militares brasileiros no século XIX. Ainda não existem criteriosos estudos sobre os serviços de saúde oferecidos pela marinha e exército aos militares durante o conflito de 1864 a 1870. Acredito, pela documentação disponível nos arquivos públicos que verifiquei, que é possível a investigação sobre os numerosos hospitais e enfermarias que serviram às tropas durante a guerra, tanto os que se localizavam no teatro de operações, como os que eram instalados na rota que ligava a Corte ao Paraguai. Há um pequeno texto, por exemplo, sobre as condições sanitárias e higiênicas da guerra,⁹² e que aqui já foi explorado, elucidativo em alguns aspectos, desafiante em outros e explícito que muito há de ser pesquisado sobre a questão. Os arquivos, suas caixas e pastas, estão aguardando os que desejarem enveredar por novos, tortuosos e obscuros caminhos.

Outro assunto, ao meu ver, que merece uma pesquisa mais criteriosa, é a influência que obras européias, sobre a cirurgia militar, exerceram nos brasileiros, e que serviram como “manuais” aos profissionais. É comum, quando se lê uma dissertação ou outros trabalhos publicados por brasileiros, participantes dos corpos de saúde que se estabeleceram no Paraguai que, apesar de se utilizarem destes modelos europeus, alguns, em suas práticas, chegaram a discordar de seus exemplos. Essas discordâncias são comuns nas descrições e estudos de casos observados e deveriam ser trabalhadas pelos pesquisadores, com suficiente formação técnica e profissional, proporcionando, com reflexões, um maior enriquecimento e maiores questionamentos sobre o assunto; além, é óbvio, de procurarem identificar algumas particularidades ou identidades do pensamento médico-cirúrgico brasileiro do século XIX, principalmente no pós guerra. Urgem trabalhos referentes a esses aspectos, e para quem quer pesquisar os serviços médicos e cirúrgicos militares, por este viés, não faltam documentos nos arquivos públicos, sendo possível trabalhos que elejam, como objeto de estudo, os serviços prestados pela marinha e exército, em campanha, bem como os que foram oferecidos na Corte, durante os anos de 1865 a 1870.

Certamente a guerra provocou milhares de mortos; porém, ainda hoje não se sabe o número de vítimas, civis e militares, tanto das forças brasileiras como nas demais

⁹² Jorge Prata de Sousa. “As condições sanitárias e higiênicas durante a Guerra do Paraguai (1865 – 1870)”, In “*Uma História Brasileira das Doenças*”. Paralelo 15. Brasília, 2004.

dos outros países envolvidos, ou mesmo, precisas informações, quantitativas, sobre os números de óbitos que foram infringidos à população civil no Paraguai, nas províncias argentinas invadidas e cidades ou vilas brasileiras localizadas nas regiões fronteiriças nas províncias do Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Se no cômputo, forem considerados os números provocados por epidemias, nestas localidades, o trabalho tende a ser algo praticamente impossível de se realizar. Todas as pesquisas estatísticas, mesmo sendo executadas pelos melhores métodos e intenções, são interessantes e necessárias hipóteses, de aproximação, mas suposições de algo que pode ter se perdido, dada a inconstância ou inconsistência da documentação original sobre esses aspectos. Entrementes, é de conhecimento que os combates e as adversas condições do campo provocaram numerosas baixas. Analisando o trabalho de um cirurgião que serviu na esquadra brasileira durante a guerra e que foi publicado em 1870,⁹³ há a possibilidade de se estudar as atividades executadas pelo corpo de saúde da marinha, pois no referido livro se encontram descrições dos ferimentos e respectivos tratamentos executados pelos integrantes do quadro médico-cirúrgico. Para quem quer analisar a questão de medicina e cirurgia, o livro é de consulta obrigatória. Trabalharei com o documento tentando examinar os serviços e compreender o conseqüente grande número de inválidos que retornavam ao Brasil. E, a leitura dele é muito mais fecunda, quando confrontada pela própria documentação encontrada nos arquivos, expedida pelo cirurgião-mór da armada, nos mais de quatro anos que serviu no Paraguai. Seus documentos estão espalhados pelos vários arquivos públicos.

As memórias de veteranos dos países envolvidos possibilitam observações precisas sobre as difíceis condições dos soldados, as descrições, sempre aflitivas, sobre os muitos ferimentos ocasionados pelas ações bélicas, a situação higiênica dos acampamentos, dos transportes de tropas e equipamentos de toda ordem. Suas reminiscências oferecem subsídios para a análise da qualidade do material oferecido, do serviço médico-cirúrgico militar ou das variadas rações consumidas, entre outros assuntos relativos à campanha. Algo que sempre me chamou a atenção, quando lia seus trabalhos, foi a maneira como combatiam os maiores problemas, ou os medos que afligiam a eles e aos soldados, e como - isto será uma tentativa - era o dia-a-dia destes homens nos acampamentos do exército ou mesmo embarcados nos navios de guerra que operaram por todos aqueles anos. Assuntos que são ignorados ou trazidos de maneira

⁹³ Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo. *História Médico-Cirúrgica da Esquadra Brasileira nas Campanhas do Uruguay e Paraguay de 1864 a 1869*. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1870.

muito superficial nos trabalhos sobre o conflito. É neste mesmo capítulo que vou tentar desenvolver algumas idéias, ou observações sobre os combates, que serão relacionados, penso eu, com os serviços médicos e cirúrgicos, ou melhor, com os ferimentos adquiridos em combate e o conseqüente tratamento que poderiam receber de profissionais médicos que, acredito, não estavam capacitados para enfrentarem as situações que se apresentaram durante a campanha. Se houve um aprimoramento sobre o lidar com esses problemas, constantes em hospitais e enfermarias militares e de campanha, o aperfeiçoamento ocorreu na prática diária, consubstanciada nos mais de cinco anos que a guerra perdurou, o que obrigava que os componentes dos quadros de saúde tanto da marinha quanto do exército buscassem soluções ao seu alcance para resolverem os problemas que se apresentavam cotidianamente, isto é, lutando contra a falta de recursos materiais, bem como a falta de qualificação de seus ajudantes, e com as suas próprias limitações, dado a sua inexperiência no tratamento de ferimentos ocasionados pela ação nos campos, nas abordagens, na ação da artilharia, etc. O número de feridos foi alto, principalmente após os grandes combates, que foram presentes em todos os anos; porém, havia também um outro grande problema, e de conseqüências muito mais graves para os efetivos - as atuantes e funestas epidemias – do mesmo modo influentes entre os exércitos, e responsáveis pelas mortes de numerosos militares e até mesmo civis estacionados nos acampamentos, mas que são apenas citadas, superficialmente, pela maioria que investiga a guerra.

Também trabalharei com algumas teses defendidas nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro ou da Bahia, em sua maioria feitas por profissionais que atuaram nos campos de batalha, que tiveram que paralisar os seus estudos teóricos, e substituí-los pelos práticos, e que observavam em suas lides, numerosos estudos de caso envolvendo os problemas mais comuns da cirurgia militar que se apresentavam nos hospitais e enfermarias de campanha. Em seu retorno ao Brasil, terminaram sua formação, e para minha sorte, bem como de outros pesquisadores, defenderam teses tendo como seus objetos de estudos: *ferimentos por armas de fogo, contusões e feridas contusas*, entre outros instigantes assuntos. Trabalharei com alguns outros candidatos, que se não atuaram na guerra, tiveram-na como pano de fundo para defenderem suas idéias naquele contexto. Todas elas são datadas dos anos da guerra ou imediatamente posteriores.

Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo (**Figura 08**), procurando *acompanhar as pegadas* de outros famosos cirurgiões militares europeus como *Larrey* e *Boudin*, compôs um livro analisando o serviço médico-cirúrgico prestado pelo corpo de

saúde da esquadra. Em sua *fé de ofício*,⁹⁴ assentou, como *primeira praça* em abril de 1848, e foi promovido como *cirurgião-mór da Armada* em março de 1869. Em novembro de 1864, foi nomeado *Chefe de Saúde da Estação Naval do Rio da Prata*. Após a campanha do Uruguai, foi para Buenos Aires onde *dirigiu os hospitais da marinha*, em Corrientes, *estabeleceu* um outro hospital. *Assistiu* os combates de *Itapirú no Passo da Pátria*, igualmente os de *Curuzú e Curupaiti*, quando *tratou feridos do Exército*, oriundos de *todos os combates e os da marinha*. Atendeu, igualmente, os feridos do combate de 24 de maio (Tuiuti), retornando ao Brasil em 1869, quando *foi nomeado para fazer parte da comissão, como Presidente*, que tinha que fornecer o *parecer sobre as condições higiênicas da Fazenda de São Sebastião na Ilha do Governador*, se poderia *servir para asilo de inválidos, e hospital de convalescentes*, da marinha. Carlos Frederico, após a guerra, continuou servindo até a República, e segundo consta em seus documentos, faleceu em junho de 1893.

Segundo o cirurgião-mór, inicialmente no Uruguai, os profissionais brasileiros tiveram oportunidade de estudar a importância da higiene e se aprofundarem no *vasto campo da cirurgia*, já que tinham em suas mãos muitos pacientes como objetos de estudo. A gravidade dos ferimentos e o conseqüente tratamento auxiliam no entendimento do grande número de homens mutilados que retornavam periodicamente ao Brasil, e a importância da criação de um estabelecimento nas proporções e funções do AIP. Carlos Frederico, com o seu trabalho publicado, visava:

“Estudos importantes reclamavam a confecção desse trabalho, que consistia na apreciação médica e cirúrgica dos fatos mais importantes da campanha, onde a corporação médica militar tanto se distinguiu. Clima, elementos de guerra, moléstias próprias do país, estudos reclamados pela cirúrgia, ofereciam vasto campo às nossas observações. Tudo era novo, a cirurgia reclamava atenções especiais, a criação de Hospitais de Sangue despertava o cuidado daquele, sobre quem pesava a árdua missão da direção do serviço médico em campanha”.⁹⁵

Tudo, naquele contexto, era novo. E os profissionais tiveram que atuar em novas situações. Carlos Frederico observou as condições impróprias dos transportes que levavam as tropas ao Paraguai. Muitas embarcações, segundo ele, não tinham as mínimas condições higiênicas para transportar pessoas, por exalarem *vapores prejudiciais e tóxicos* provenientes dos motores. A alimentação da marujada e das

⁹⁴ Serviço de Documentação da Marinha. (Fé de Ofício de “Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo”).

⁹⁵ Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo. *op. cit.*, (prefácio).

tropas embarcadas provocava doenças, por nunca ser fresca, e em algumas ocasiões, não apresentava boa qualidade. Em um parágrafo, o cirurgião, de orientação *não contagionista*, definiu as situações inicialmente mais inusitadas, mas que se tornaram comuns, e que foram enfrentadas pelo pessoal médico naqueles anos, nas operações militares:

“ Nos navios que compunham-se a Esquadra, observávamos a falta de enfermarias. A corveta à vapor *Niterói*, um dos melhores vasos da esquadra brasileira, tem por enfermaria a coberta, que corresponde em espaço à praça de armas de um pequeno navio, onde o ar pode dificilmente girar, e ser renovado. Esta simples consideração, *espaço*, e *ar*, é suficiente para explicar-se o desenvolvimento de certas enfermidades, que manifestaram-se na Esquadra durante a campanha do Uruguai (...).

Na apreciação das causas, que predominam nos navios, movidos a vapor, para a insalubridade destes, é incontestavelmente prejudicial o estado do carvão, o calor, que partindo da máquina, distribuí-se por todo o navio, o desenvolvimento de gases, que desprendem-se da decomposição da graxa, e que são outras tantas causas ocasionais de enfermidades graves.

A guerra, na qual nos achávamos empenhados, exigia trabalhos árduos, comissões importantes, transportes de tropa, vindo tudo isto reunir-se ao quadro, no qual se achavam esboçadas novas causas de moléstia, produzidas pela aglomeração de indivíduos, clima, temperatura do país, transições bruscas desta, privação de fresca alimentação, qualidade das águas potáveis, e finalmente a influência moral, uma das causas, que mais avultam no número das enfermidades, que afetam o organismo”.⁹⁶

Muitas enfermidades foram comuns nos anos da guerra, e em todos os exércitos envolvidos. Nas memórias dos veteranos em campanha, algumas delas são mencionadas. José Luiz Rodrigues da Silva, em suas memórias, trabalho infelizmente ainda esquecido, mas visivelmente influenciado pelo de Dionísio Cerqueira, recordou-se de alguns dos males, mormente quando os exércitos aliados, com seus efetivos bisonhos e não aclimatados, se deslocavam para o Paraguai:

“Em S. Francisco e no Dayman, proximidades do Salto, as tropas novatas e as antigas, entregavam-se a continuados exercícios, conquanto as primeiras sofrendo imenso com a mudança do clima, de alimentação, mormente as procedidas do norte do Brasil.

Aí registramos baixas enormes, e os cemitérios atulharam-se.

Causava lástima, ver como a disenteria ceifava impiedosamente.

Houve necessidade palpitante de suspenderem-se os exercícios diários e apressar a transposição do Uruguai”.⁹⁷

“O Exército brasileiro pisou terras da confederação platina, indo acampar a duas léguas da cidade da Concórdia, como assim o argentino e uruguaio, estes perfazendo mais ou menos 15.000 homens.

⁹⁶ *Ibid.*, (página 05).

⁹⁷ José Luiz Rodrigues da Silva. *Recordações da Campanha do Paraguay*. Comp. Melhoramentos de São Paulo. São Paulo, 1924. (página 27).

Também nesse ponto, as nossas perdas pessoais se avolumaram. Lembro-me ainda com mágua que o infeliz corpo de polícia do Pará quase se extinguiu totalmente. As poucas praças que restaram foram incluídas em outros batalhões. A esse tempo o inverno surgiu rigorosíssimo.”⁹⁸

E, segundo Juan Crisostomo Centurion, o próprio exército paraguaio enfrentou esses problemas durante toda a campanha:

“Los que más morían eran los reclutas, pues los veteranos resistían mejor. Al principio de la guerra, es decir, después del reclutamiento general, en los diferentes campamentos, habían muerto de 15 a 20 mil hombres, haciendo un total más o menos de 36.000 hombres entre muertos y rendidos, cuando la guerra (...) estaba por empezarse. Las enfermedades reinantes em el ejército desde el principio hasta el fin, con más o menos intensidad, eran la diarrea y la disentería. Ellas eran debidas al cambio de alimentación y de las aguas. Pero la que causó mayor estrago en Humaitá, meses antes de nuestro regreso, fué el sarampion acompañado de diarrea. El ejército, cuando el mal llegó a su mayor desarrollo, no se ocupaba de otra cosa que de enterrar los muertos.”⁹⁹

É digna de nota, segundo a lembrança de Centurion, a mudança de dieta, e às vezes até mesmo a falta de uma condizente para se manter, diariamente, um exército em operações. Foi uma situação comum em todos os exércitos envolvidos nas operações de guerra. No brasileiro, que era formado por efetivos oriundos de várias regiões do país, com hábitos alimentares distintos, a alteração de alimentação poderia se constituir em um problema, e isto possivelmente já se iniciava nos transportes que saíam das províncias em direção à Corte e que levavam as guarnições recrutadas. José Rodrigues da Silva recorda-se desta questão, entre outras:

“Os gêneros alimentícios, de qualidades invariáveis, insuficientes, distribuídos ainda mais a seco, na ausência do trem de cozinha e outros misteres de comissariado, quando acampávamos com certa permanência; o fardamento impróprio às estações, mal confeccionado e assim mesmo não alcançando a todos os corpos; a oficialidade, a exceção do Comandante e Fiscal, marchando a pé pela exigüidade de meios pecuniários para aquisição de cavalgadas, e, a quem, como dissemos algures, também não se permitia o fornecimento de víveres por conta da nação, nem um adiantamento para desconto, tudo isso, por último, pesava grandemente na balança dos maus tratos a que se obrigavam cruelmente, desumanamente, os pobres servidores que, impulsionados por um patriotismo sem igual, quase, nos países civilizados, suportavam com ânimo sereno, estoicismo requintado, as injustiças, e até a ignorância criminosa dos nossos pro-homens de governo”.¹⁰⁰

⁹⁸ José Luiz Rodrigues da Silva. *op. cit.*, (página 28).

⁹⁹ Juan Crisostomo Centurion. *Memorias o Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Tomo II. Editorial Guaranía. Asuncion. Paraguay, 1944. (página 08).

¹⁰⁰ José Luiz Rodrigues da Silva. *op. cit.*, (página 122).

A ausência de alimentos frescos, ou a presença de alimentos impróprios para o consumo, nas embarcações, como em estabelecimentos em que funcionavam enfermarias ou hospitais ou simplesmente que foram utilizados para alojarem tropas foi um outro problema comum durante a campanha. Os desentendimentos com os fornecedores, ou a ausência desses negociantes, do mesmo modo foram presentes, e, eventualmente acarretavam problemas de abastecimentos para as tropas, obrigando os comandantes a adquirirem dietas diferentes das que eram ministradas durante um certo período, modificando, completamente, em curto espaço de tempo, os hábitos alimentares dos soldados.¹⁰¹ Em dois documentos distintos, pode-se observar esses casos comuns:

“Hospital da Marinha em Corrientes, 11 de janeiro de 1868.

Illmo. Exmo. Snr.

Em resposta a Ordem de V. Excia, para que se faça pedido de verduras em conservas, caso estas possam substituir as naturais na alimentação dos doentes que sofrem escorbuto: tenho à honra de dizer a V. Excia. que as conservas não preenchendo totalmente o fim desejado, em comparação as verduras frescas, são contudo uma poderosa auxiliar; pelo que me louvo na quantidade, e qualidade das que V. Excia. quiser por bem enviar-nos, tendo em vista não pequeno número de doentes.

Deus Guarde V. Excia.

Illmo. Exmo. Snr. Chefe de Divisão Elisário Antônio dos Santos
Chefe de Estado Maior e Comandante Chefe da 2ª Divisão.

Dr. B. de Carvalho

Cirurgião de Divisão – Diretor”.¹⁰²

“Quartel do Comando de Contingente Alemães, Ilha de Cerrito no dia 11 de Dezembro de 1867.

Illmo. Exmo. Snr.

Entre os gêneros que recebi ultimamente, fora a alimentação de Contingente Alemães, acha-se o arroz de péssima qualidade e todo coberto de mofô, o que sem dúvida, pode ser muito prejudicial na quadra atual, sendo sobretudo este gênero de primeira necessidade para as praças deste Contingente, e para que V. Excia aprecie melhor o que levo dito, remeto nessa ocasião uma pequena quantidade do dito arroz, esperando que V. Excia. resolva o que julgar mais conveniente.

Deus Guarde V. Excia.

Illmo. Exmo. Snr. Elisário Antônio dos Santos
Chefe de Divisão e do Estado Maior, Comandante
Da 2ª Grande Divisão da Esquadra Imperial

Luiz Endrényi

Tenente Comde. Do Contgte. Alemão”.¹⁰³

¹⁰¹ Divalte Garcia Figueira. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. Humanitas/Fapesp. São Paulo, 2001.

¹⁰² Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1142, documento 200. “documentos navais”.

¹⁰³ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1151(20), documento 134. “documentação naval”.

Rodrigues da Silva, apesar de alguns exageros em seus escritos, recordou-se dos transportes de tropas, muito utilizados durante o período, e quase nunca explorados nas pesquisas que envolvem a guerra. Tudo o que chegou ao Paraguai, foi, praticamente, levado por essas embarcações, que foram intensamente empregadas na “linha” que ligava a Corte ao teatro de operações, durante todos aqueles anos, e que quase sempre faziam escalas nos portos situados nas províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como em algumas situações, paravam em Montevideu e Buenos Aires, para carregar e descarregar cargas de toda a ordem, entregar e receber correspondências, como recebiam ou despachavam passageiros civis, soldados, prisioneiros e inválidos:

“O asseio do compartimento de refeições, camarotes e mais dependências do navio não correspondia às exigências higiênicas.

Os transportes encalhavam seguidamente, dois e três dias no rio Uruguai. Então, o mal estar de todos incrementava-se, ultrapassando os limites traçados à resignação.

Imagine-se a angustiosa emergência resultante do aglomerado de 2500 e tantos indivíduos a bordo de um paquete imobilizado no meio do rio, sem o conforto preciso no mês de Março, em que a canícula senegalesca quase ferve. Essa era, em miniatura, o belo prenúncio do que haveríamos de experimentar nas plagas que serviram de túmulo a mais de 100.000 brasileiros patriotas.”¹⁰⁴

Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel, mais um veterano brasileiro, fez outras observações sobre a mobilização e as condições sanitárias dos homens recrutados para a guerra, bem como algumas dificuldades que passavam em alto-mar, quando se deslocavam para o teatro de operações nos transportes de guerra:

“dia 23 (maio de 1865) Às 3 horas da tarde, paramos em frente à barra do norte em Caieiras (Santa Catarina), onde deixamos alguns variolosos. Às 5 horas fizemos prôa ao sul, continuando a viagem; a essa hora formavam-se a sudoeste pesados castelos de nuvens negras. Era o pampeiro que se avizinhava. Efetivamente, meia hora depois os cílios do vendaval anunciavam a sua violenta queda, um trovão nos ares estrugiu medonhamente e o temporal desabou com máxima violência acompanhado de chuva miúda e vento frio. Ninguém se sustinha na tolda, à meia noite eram calculadas as ondas em 12 m de altura. O navio forte e bem construído resistia como que se desconjuntando (...)

O navio guinava medonhamente e sua oficialidade descalça agarrava-se de amurada a amurada, nas cobertas os pobres soldados relavam como se fossem barris vazios, ouvindo-se com tristeza como que um só gemido partido de mais de mil corações aflitos.

(...)

¹⁰⁴ José Luiz Rodrigues da Silva. *Recordações da Campanha do Paraguay*. Companhia Melhoramentos de São Paulo. São Paulo, 1924. (página 22).

Às 6 horas continuamos a viagem e às 10 horas, descendo, passava por nós o vapor Princesa. Às 4 horas da tarde saltamos e acampamos no arroio Daymann, junto à vila do Salto. O batalhão que deixara doentes na Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Montevideu, chegou a Daymam com 938 homens, sendo difícil encontrar barracas no depósito para tão crescido número”.¹⁰⁵

Parte da unidade, originalmente mobilizada, foi deixada, em convalescença, em várias localidades portuárias, sendo que o restante permaneceu, com efetivo remanescente, em direção a frente de combate. Além de questões sanitárias, sempre presentes na mobilização e até mesmo na desmobilização, como será observado, fica claro, quando se lê a documentação disponível, que as unidades, no início da guerra, em sua chegada à uma localidade, não tinham a sua disposição nem ao menos barracas suficientes, que deveriam ser entregues aos militares, e que, como a de Azevedo Pimentel, ficaram provavelmente sujeitas às intempéries ou tiveram que providenciar outros lugares, possivelmente impróprios, para o bivaque.

Leon de Palleja, coronel que lutou pelo exército uruguaio, morto em combate, ainda no início do conflito, no Paraguai, fez algumas interessantes anotações em seu diário, sobre estes transportes, e a displicência com que seus homens foram tratados, bem como as observações, nada agradáveis, sobre as condições em que os seus aliados, brasileiros, chegavam à capital de seu país:

“...con gran trabajo nos embarcamos à bordo del “Roman”; el cúmulo de poblacion que queria ver y tocar la mano una vez mas à sus amigos y parientes obstruia los muelles, y la mar que estaba bastante ajitada, no dejaba de molestarnos tambien. A bordo nos encontramos con todo el buque ocupado por el Batallón 24 de Abril, y solo al cabo de tres horas de improbo trabajo, logramos colocar y deslindar el lugar de cada cuerpo; no se puede transitar por el buque; la tropa hacinada, no permite casi moverse: vá a ser una penosa travesía.
(...)
(...) à puestas de sol, desapareció la Capital, y no nos ocupamos jamás que de buscar alguna comodidad y alimento para nuestros pobres soldados.
Se pasó la noche sin novedad, y hemos amanecido frente à las Pipas à 7 leguas de la Colonia, no se há podido conseguir desayuno alguno de la tropa, solo se procuró poderles dar una comida de carne sancochada, ní caldo se puede obtener para la tropa.
La administracion de estos buques es pésima; no hay nada previsto, esto explica el triste estado en que han llegado à Montevideo los contingentes brasileiros, que llenos de entusiasmo y patriotismo vuelan al enemigo y encuentran una muerte estéril y desgraciada, por la mala administracion que es el todo, para poder presentar al enemigo soldados llenos de vigor y robustez.”.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel. *O Onze de Voluntários da Pátria (depois 42º Corpo da mesma denominação)*. Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1909. (página 34).

¹⁰⁶ Leon de Palleja. *Diario de la Campaña de las Fuerzas Aliadas contra el Paraguay*. Imp. De El Pueblo. Montevideo, 1865. (páginas 07 e 08).

Em um outro documento,¹⁰⁷ encerrado no arquivo do Museu Imperial, pode-se ter uma pálida idéia de como eram os transportes, ou pelo menos no que se refere a sua capacidade, apesar da informação, se estava ou não em seus limites, não estar presente no referido documento. O *Vassimon*, que foi muito utilizado durante boa parte da guerra e após ela, na condução das tropas mobilizadas e desmobilizadas, de inválidos, prisioneiros paraguaios, empregados civis, bem como no deslocamento de suprimentos que seriam fornecidos ao exército ou à marinha, fossem eles equipamentos bélicos de ampla variedade, cavalgadura ou qualquer outro tipo de material necessário ao esforço, tinha a bordo, no dia 14 de agosto de 1870, no período de desmobilização, quatrocentos e trinta e três passageiros a bordo - não computados os seus tripulantes, bem como eventuais passageiros civis - todos do 1º Batalhão de Artilharia, discriminados desta maneira:

Anexo 01

ESTADO MAIOR	
Coronel	1
Major	2
Ajudante	1
Secretário	1
Of. Mestre	1
ESTADO MENOR	
Espingardeiro	1
Tambor Mor	1
Músicos	16
Pífaros	2
OFICIAES	
Capitães	4
1º Tenente	1
Tenentes	4
2º Tenentes	8
Alferes	1
PRAÇAS	
1º Sargentos	3
2º Sargentos	8
Furriéis	6
Cabos	43
Anspeçadas	46
Soldados	269

¹⁰⁷ Arquivo Histórico do Museu Imperial. Pasta 157, documento 7350.

Tambores	14
TOTAL	433

Observações sobre a higienização das embarcações, ou dos perigos relacionados com a sua falta de asseio, principalmente os transportes, são encontradas nas correspondências entre D. Pedro II e seus ministros.¹⁰⁸ Acreditava-se que eles eram responsáveis, ou responsáveis em potencial por trazerem epidemias para a Corte ou transportá-las da Corte para outros lugares, como os campos do Paraguai. Não se deve perder de vista que durante os anos da guerra, eram quase que semanais os desembarques de passageiros no porto do Rio de Janeiro provenientes do Paraguai, Uruguai e Argentina. Nos trabalhos do médico José Pereira Rego¹⁰⁹ - que recebeu o título de *Barão do Lavradio* em setembro de 1874, e figura proeminente das políticas e ações de saúde pública no Brasil do século XIX, cujos escritos, em ofícios, aqui serão explorados - a preocupação com as embarcações que vinham de fora é constante. Muitas das epidemias que atacaram a cidade durante o século XIX eram oriundas, pelo menos era a suspeita quando se investigavam suas origens em seus estudos, dos navios que atracavam em seu porto. Os perigos, segundo a visão de Pereira Rego, poderiam, igualmente, vir de fora, seja de recrutas debilitados de outras províncias e não vacinados durante a mobilização para a guerra, ou de escravos, vistos igualmente como elementos perigosos por trazerem inúmeras doenças em seus organismos debilitados por sua condição servil e degradante, de imigrantes enfermos e de navios infectados. Foi assim com a epidemia de *febre tifóide* em 1836,¹¹⁰ trazida, segundo investigações, por *colonos vindos das ilhas Canárias*, ou a de cólera morbo, no ano de 1855,¹¹¹ transportado pelo vapor *S. Salvador*, que chegou ao Rio de Janeiro no dia 11 de julho daquele ano.

Para se ter uma idéia dos intrincados problemas que envolviam o assunto, em um documento, de abril de 1866, Pereira Rego, encarregado do serviço de Inspeção de Saúde do Porto do Rio de Janeiro, observou, ao ministro do império, que os comandantes de navios de guerra não respeitavam os regulamentos sanitários do porto, e que, segundo observações de um colaborador seu, os da *nação inglesa*. O que chama a atenção são os eventuais inconvenientes sanitários decorrentes deste problema, pois, para Pereira Rego, além de *denunciarem o menosprezo* que os estrangeiros tinham *pelas*

¹⁰⁸ Arquivo Histórico do Museu Imperial. Pasta 142-6992, documento 1729/77.

¹⁰⁹ José Pereira Rego. *Esboço Histórico das Epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro, desde 1830 a 1870*. Typographia Nacional, 1872.

¹¹⁰ *Ibid.*, (página 11).

¹¹¹ José Pereira Rego. *op. cit.* (página 85).

leis do país, poderiam *ser muito prejudiciais às condições sanitárias do porto nas ocasiões que grassava nos portos de procedência dos navios ali chegados alguma epidemia*. O médico sanitarista queria providências para assegurar os portos brasileiros, ou pelo menos o da Corte, contra a *importação de qualquer epidemia*, e que as leis que regiam o assunto deveriam ser respeitadas, tanto pelos *nacionais*, quanto pelos *estranhos*.¹¹² Não se deve perder de vista, entretanto, que a *questão Christie* era algo muito recente, e de certa forma candente nas mentes e corações de muitos brasileiros. Porém, o que interessa depreender, nesta documentação trocada entre as autoridades sanitárias e políticas, é a cautela, o temor, a angústia em relação às possíveis doenças epidêmicas que poderiam invadir a Corte, vindas em navios, em seus passageiros *contaminados*, ou nas próprias embarcações, interpretadas como *infeccionadas*.

Sidney Chalhoub, em um trabalho sobre as epidemias na Corte, identificou que durante o século XIX, uma discussão se fez presente entre os profissionais da saúde no Brasil, e em boa parte do mundo, sobre a *questão teórica* proveniente entre partidários do contágio (contagionistas) e infecção (não-contagionistas). Ele procurou definir o que seria esse embate, em capítulo próprio, quando analisou a *febre amarela* na Corte:

“Como em toda parte, a questão teórica mais geral para os médicos brasileiros consistia em descobrir se a febre amarela se propagava por contágio ou infecção. Os contagionistas acreditavam que a doença podia ser transmitida de pessoa a pessoa, ou diretamente, através do contato físico, ou indiretamente, através do toque em objetos contaminados pelos doentes ou da respiração do ar que os circundava. Em outras palavras, os contagionistas achavam que o aparecimento de uma determinada moléstia sempre se explicava pela existência de um veneno específico que, uma vez produzido, podia se reproduzir no indivíduo doente e assim se espalhar na comunidade, e isso independentemente da continuação das causas originais reinantes quando da produção do veneno.

Por infecção se entendia a “ação exercida na economia por miasmas morbíficos”. Ou seja, a infecção se devia à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente. A infecção não atuava senão na esfera do foco do qual se emanavam os tais “miasmas morbíficos”. Era possível que uma doença infecciosa se propagasse de um indivíduo doente a outro são; contudo, tal processo não ocorria propriamente por contágio: o indivíduo doente agia sobre o são ao alterar o ar ambiente que os circundava. Os paradigmas médicos do contágio e da infecção se combinavam com frequência, de maneiras imprevistas e originais, quando os esculápios do século XIX discutiam a etiologia e as formas de transmissão de moléstias como o cólera e a febre amarela.

Os médicos higienistas – brasileiros e outros – defendiam interminavelmente seus pontos de vista sobre as idéias de contágio e infecção; na realidade, muitos passaram boa parte de suas vidas debruçados sobre o assunto. (...)

O que importa registrar é que aqueles que acreditavam no contágio da febre amarela recomendavam medidas como quarentenas para navios que chegavam ao porto e isolamento rigoroso dos doentes em hospitais estabelecidos em locais distantes do centro

¹¹² Arquivo Nacional. IS 4 11. Ministério do Império. Inspeção de Saúde dos Portos.

da cidade. Os infeccionistas, por seu turno, consideravam tais providências ineficazes, e advogavam medidas mais abrangentes para transformar as condições locais e impedir a produção das temidas “emanações miasmáticas”. Foram os philosophos infeccionistas, na verdade, que produziram o arcabouço ideológico básico às reformas urbanas realizadas em várias cidades ocidentais na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.”¹¹³

A *questão teórica* não ficou, obviamente, restrita à febre amarela. A discussão sobre o cólera, como se confirmará, também ficou subordinada a esta questão, particularmente, para este trabalho, e seu recorte e limitações, quando envolvia a vinda de *inválidos da pátria*, homens debilitados fisicamente, que seriam desmobilizados no Rio de Janeiro. Se havia, então, um embate entre os defensores das distintas teorias, por outro lado, e de maneira muito clara nas práticas ou tentativas de promoção da boa higiene e das satisfatórias condições sanitárias, *os paradigmas se combinavam com frequência, de maneiras imprevistas e originais, quando os esculápios do século XIX discutiam a etiologia e as formas de transmissão de moléstias como o cólera e a febre amarela*. Conforme se observará, o AIP, e os milhares de *inválidos da pátria*, não ficaram de fora desta questão, candente naquele momento. Defendo que a criação do estabelecimento que recebia os homens inválidos tinha como objetivo - tanto quando foi fixado na Armação, em Niterói, ou mesmo na ilha do Bom Jesus, entre outros lugares que receberam frações de seu efetivo e que serão trabalhados - ser igualmente, sobretudo, uma medida que visava a boa salubridade, a manutenção das consideradas aceitáveis condições sanitárias e higiênicas da Corte; entrementes, esse objetivo, que visava a segurança da cidade, nunca foi disposto de maneira explícita quando o AIP era abordado, e executado, entre os anos de 1865 a 1870. Existiam outros, que foram operacionalizados para se justificar a sua construção, e que serão trabalhados em capítulo próprio.

Em uma dissertação sobre o cólera - defendida pelo médico veterano da armada, Rosendo Moniz Barreto, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro,¹¹⁴ no ano de 1868 - novas pistas sobre o transporte de guerra *Vassimon* aparecem. O referido trabalho acadêmico buscava traçar uma *história do cólera no Paraguai*, e para isso, o candidato, que exerceu seus conhecimentos médicos e cirúrgicos na guerra, procurou obter informações com outros colegas, do mesmo modo atuantes nos hospitais e

¹¹³ Sidney Chalhoub. *Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. 3ª Reimpressão. Companhia das Letras. São Paulo, 2004. (páginas 64 e 65).

¹¹⁴ Rosendo Moniz Barreto. *Dissertação (secção médica) Chólера-Morbus...* Typographia Perseverança. Rio de Janeiro, 1868.

enfermarias de campanha, sobre suas primeiras observações e experiências sobre a doença, descrevendo as suas próprias e o procedimento que teve para lidar com as suspeitas do flagelo, no caso, quando estava voltando do Paraguai e rumando para a Corte, após prestar os seus serviços médicos e cirúrgicos nos hospitais militares:

“Saí de Humaitá para o Rio de Janeiro, a bordo do vapor *Vassimon*, que conduzia então mais de 200 enfermos de moléstias agudas e crônicas, e tendo falecido, entre os doentes a meu cargo, um que apresentou alguns dos sintomas do cólera, fui mais inclinado a crer que esse homem, que já sofria de uma flegmasia intestinal, faleceu vítima dessa moléstia, agravada por uma formidável indigestão de peixe de água doce, do que em consequência da enfermidade indiana.

Fosse como fosse, participei tudo ao médico da saúde do porto do Rio de Janeiro, e felizmente, até hoje não consta que nesta Corte haja epidemia de cólera, conquanto a esta hora talvez esteja o flagelo a lavar nos acampamentos do exército e na esquadra”.¹¹⁵

Rosendo afirmou que saiu de Humaitá, com cerca de *200 enfermos de moléstias agudas e crônicas*; talvez, inválidos, que estavam sendo evacuados do teatro de operações e que foram remetidos à Corte, para um melhor tratamento, bem como muitos, que provavelmente foram definitivamente desmobilizados, por não terem mais condições de saúde para permanecer em campanha, prestando o serviço militar, sejam suas baixas provocadas por doenças ou mesmo por mutilações oriundas dos combates e eventuais acidentes. Nota-se que Rosendo, quando afirmou que havia participado de tudo o que havia ocorrido a bordo, na viagem, às autoridades competentes da inspeção de saúde portuária, procurava se justificar de algo. Aliás, isso fica mais explícito quando ele afirma que, apesar de um dos sujeitos que tinha sob sua responsabilidade ter uma *formidável indigestão de peixe de água doce*, e falecido com os sintomas de cólera, não constava que na Corte uma epidemia atuasse. Por que essa posição?

Neste mesmo episódio, no qual Rosendo esteve envolvido, e trazido por informações, que se constatará, discordantes, em setembro de 1868, que o *Vassimon* foi alvo de observações sanitárias que foram encontradas em uma documentação referente ao serviço de *Inspeção de Saúde do Porto*, depositada no Arquivo Nacional. José Pereira Rego, responsável pelo serviço, remeteu ao ministro do império, seu superior imediato, no dia 28 de setembro daquele ano, os papéis referentes à *visita que desimpediu o Transporte Vassimon*. Eram cópias de atestados provenientes do *médico de visita*, e um outro, *do médico que vinha a bordo*, que certificavam o estado sanitário do navio, e junto, um ofício, que trazia algumas observações feitas pela visita sanitária.

¹¹⁵ Rozendo Moniz Barretto. *op. cit.*, (página 83).

No próprio ofício, o médico higienista solicitou que aqueles documentos fossem devolvidos e que o ministro do império, recebedor dos papéis, teria a oportunidade de ver o que *ocorreu durante a visita, e as razões porque o médico da visita não impediu o navio*.¹¹⁶

Talvez, o serviço de visita, de vistoria sanitária, não tivesse sido bem executado, alguma displicência havia ocorrido, sendo que os indivíduos, com algo suspeito, provenientes da embarcação, teriam sido irregularmente liberados para o desembarque sem as devidas observações das medidas e práticas sanitárias vigentes naquele porto. Se Pereira Rego teve que prestar contas ao ministro, ressaltando, o seu superior imediato, foi porque algo irregular teria ocorrido, possivelmente trazendo uma situação de risco à Corte, e fonte de temor às autoridades, obrigando-o a se justificar ao ministro, e este, prestando contas a uma outra instância, superior.

O provável membro da *visita sanitária do Porto*, subordinado a Pereira Rego, chamado José Maria de Matos Guaíba, fez a seguinte observação quando esteve a bordo do transporte:

“Atendendo ao grande número de inválidos e passageiros recomendei ao Comandante do transporte a maior limpeza à bordo e o pronto desembarque dos mesmos.”

O doutor Rosendo Moniz Barreto, médico a bordo, 2º cirurgião em comissão, que estava retornando do Paraguai, igualmente se manifestou em um atestado:

“Atesto que no porto de procedência e nos em que tocou o transporte de guerra “Vassimon” não reinavam enfermidades epidêmicas e que a bordo do mesmo transporte, no curso da viagem, também não manifestou-se epidemia alguma, acrescendo que esse navio comunicou francamente em livre prática em dois portos.

Atesto mais que os enfermos que atualmente se acham no “Vassimon” não apresentam características de moléstia alguma epidêmica. Bordo do transporte de guerra “Vassimon” no Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 1868. Rosendo Moniz Barreto. 2º Cirurgião em Comissão.

Atesto que dos doentes de moléstia que por mim foram tratados, faleceram cinco de moléstias crônicas. Rosendo Moniz Barreto.”

É nesse mesmo dia, 28 de setembro, que aparece o seguinte documento, depositado no arquivo do Museu Imperial, proveniente da troca de correspondências com o imperador. Alguns ministros dirigiam sua atenção aos doentes oriundos do Paraguai, e que eram desembarcados na Corte, já que aqueles homens representavam,

¹¹⁶ Arquivo Nacional. IS 4 12. Ministério do Império. Inspeção de Saúde dos Portos. (1868 – 1870).

entre outros problemas para serem solucionados pela administração, o perigo, em potencial, de contágio. Nele, há as informações sobre as mesmas ocorrências acima trabalhadas, a chegada do *Vassimon* ao Rio de Janeiro, com *grande número*, conforme Guaíba define, *de inválidos e passageiros*:

“Senhor

Dois paraguaios desembarcados do *Vassimon* foi (sic) ontem atacados de moléstia que parece cólera. Faleceu hoje na enfermaria da Gâmbua um prisioneiro paraguaio e hoje manifestou-se também a mesma moléstia em um soldado do 47 de voluntários vindo do referido vapor. Dei ordem para que às 4 horas da tarde sigam para Jurujuba todos os prisioneiros últimos chegados, e os doentes que baixaram ao hospital, indo acompanhados 2 médicos e dos mais socorros necessários.

Conta-me agora que o *Vassimon* teve na viagem 14 mortos, e não obstante isso não foi impedido pela Saúde até ser desinfectado. Dizem que desembarcaram 2 cadáveres (...) enterrados e que isso se ocultara a visita por temer-se a quarentena.

Tenho a honra de ser de Vossa Majestade, Humilde e Fiel súdito

Barão de Muritiba

28 de setembro de 1868”.¹¹⁷

A primeira questão é que o Barão de Muritiba, então ministro da guerra, aparentemente, sabia de informações a mais das que foram prestadas pelas autoridades responsáveis pelo controle sanitário do porto, e que envolviam a mesma ocorrência, a chegada do *Vassimon* ao Rio de Janeiro, proveniente do sul, para ser mais exato, de Humaitá, transportando inválidos, prisioneiros paraguaios, passageiros e tripulação. Tanto que o ministro deu ordens para que *todos os prisioneiros e os doentes que baixaram no hospital* fossem para Jurujuba, ou Hospital Marítimo de Santa Isabel, que tinha como função isolar e tratar de pacientes com suspeitas de estarem sofrendo de doenças potencialmente epidêmicas. Se as informações de Muritiba estivessem corretas, só durante a viagem, 14 pessoas haviam morrido, o que contradizia em alguns aspectos, e ampliava em outros, e muito, os atestados fornecidos pela visita sanitária do porto, bem como, e principalmente, o parecer do médico de bordo, que seriam os responsáveis pela vigilância do serviço; aliás, esquivas e lacônicas comunicações, porque quando se lê o que Guaíba escreveu, tem-se a impressão de que liberou o navio por causa do péssimo estado físico dos inválidos, que possivelmente necessitavam serem desembarcados para receberem tratamento condizente com a sua situação, além de estarem juntos com *passageiros*, receando-se, talvez, que estes se contaminassem com o contato ou proximidade física com os enfermos, bem como seriam prejudicados, pois se

¹¹⁷ Arquivo Histórico do Museu Imperial. Pasta (142-6997), documento 1777/77.

o navio não fosse considerado em *livre prática*, teriam que amargar uma quarentena, mesmo não estando, aparentemente, doentes. O próprio Rosendo talvez tenha redigido seu atestado, de maneira bem “leve”, ocultando uma situação mais grave, porque deveria saber que se colocasse mais informações, referentes ao péssimo estado sanitário e higiênico do transporte, ou mesmo relatasse, integralmente, as mortes que ocorreram na viagem, sofreria uma “pena” adicional, que era o necessário isolamento, para observação se seus ocupantes desenvolveriam alguma doença. Possivelmente, o médico veterano, de vários combates, porque trabalhou exaustivamente nos hospitais de sangue, estivesse cansado, e quiçá ansioso para andar pelas ruas da Corte e novamente desfrutar os seus sempre belos atrativos. Provavelmente pensava que já tinha contribuído com o seu quinhão no esforço de guerra. O cirurgião de comissão, que estava retornando no *Vassimon*, após prestar seus serviços no Paraguai, teve também a oportunidade de observar as mortíferas conseqüências que o cólera acarretava no campo, nos acampamentos de Curuzú e Tuiuti, ou, do mesmo modo, longe desses campos, quando o flagelo poderia manifestar-se em um navio, carregado de *inválidos e paraguaios*, homens debilitados que, por suas condições peculiares, poderiam se transformar em elementos perigosos para uma cidade que desejava manter suas situações higiênicas e sanitárias, senão inabaláveis, pelo menos satisfatórias. Seu trabalho, publicado em várias secções de estudo, será explorado em momentos oportunos.

No dia 29, Muritiba voltou a se comunicar com o imperador, em resposta a um bilhete remetido, no mesmo dia, pelo próprio monarca, sobre a mesma ocorrência. D. Pedro II fez algumas indagações e observações sobre o evento de alguns dias anteriores. Primeiramente, perguntou se os *inválidos também* tinham sido remetidos à Jurujuba. Observou, como uma crítica velada, que deveria haver *muito cuidado* com os vapores que chegassem do Paraguai, e principalmente com os contatos que os seus passageiros e tripulantes tivessem com a terra. O serviço de saúde deveria ter o primeiro contato, e exercer a sua função, era imprescindível respeitar, não contrariar as *providências de inspeção de saúde*. Todo o cuidado era pouco numa situação como aquela. Entre outras observações, o monarca recordou que eram necessárias essas cautelas, pois as medidas que deveriam ser tomadas, seriam inúteis, após a chegada de uma *epidemia ao Rio de Janeiro*. O entendimento entre o ministro da guerra, do império, e da marinha era necessário nesses casos, que envolvessem indivíduos do exército, o serviço de inspeção

do porto e os transportes de guerra, daí a obrigação de haver uma maior interação entre eles, e que foi ordenado pelo próprio monarca.¹¹⁸

Muritiba respondeu o seu bilhete, sendo que em princípio observou que *nada tinha aparecido quanto ao cólera*, exceto os dois casos que foram levados no dia anterior ao seu *alto conhecimento*. Os prisioneiros paraguaios e os inválidos foram removidos, quase que em sua totalidade, para o hospital de Jurujuba, (Santa Isabel), sendo que alguns inválidos ficaram no *hospital militar quase moribundos de outras moléstias, ou amputados*, e que por isso, dada a grande debilidade que atingia seus organismos doentes, não poderiam *ser transferidos*. O ministro assegurou ao imperador que estava se entendendo com o seu colega do império, *acerca das cautelas que convinhão tomar*.¹¹⁹ O próprio monarca, em outra ocasião, havia manifestado, publicamente, preocupação com a eventual e temida epidemia de cólera morbo, quando nas falas *do Trono* dos anos de 1867 e 1868, demonstrou receio com o aparecimento de alguns casos na Corte, ou mesmo no sul, no primeiro ano, e no seguinte, quando lamentou que a doença havia assolado *Montevideu e a República Argentina*, como fez vítimas nos *transportes e depósitos* brasileiros, *dando-se alguns casos no exército*. Para ele, foi graças à *Divina Providência* que ela não havia se propagado mais, e que foi de caráter benigno, permanecendo, depois da crise, o estado geral de saúde pública em uma situação ligeiramente mais satisfatória.¹²⁰

É no mesmo dia, 28 de setembro, segundo um documento disponível do *fundo marinha*, referente a hospitais e enfermarias militares, depositado no Arquivo Nacional, que encontra-se o pedido de quarentena do *Vassimon*, para ser desinfetado. A operação envolveu a participação do *cirurgião-mór* no Rio de Janeiro, bem como a presença do *primeiro boticário com os meios necessários* para executar o serviço, o que igualmente prova que a chegada do navio, naquelas condições sanitárias, trouxe grande apreensão às autoridades, sanitárias e principalmente políticas. A opinião de um profissional foi necessária sobre a decisão de se fazer algo com o transporte de guerra e com os suspeitos de portarem o mal:

“Ilm. Exmo. Snr.

¹¹⁸ Arquivo Histórico do Museu Imperial. Pasta 144 – 7045.

¹¹⁹ Arquivo Histórico do Museu Imperial. Pasta 142-6997, documento 1778/77.

¹²⁰ BRASIL. *Fallas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889, acompanhadas dos respectivos votos de graças da câmara temporária*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1889. (A *Fala do Trono* do ano de 1867, com as observações sobre o flagelo, nesta edição, se encontram a partir da página 625, e a do ano seguinte, 1868, na página 638).

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia., afim de que se digne comunicar à superior autoridade, que na tarde de 26 do corrente entrou para este Hospital um cabo de esquadra do Batalhão Naval, apresentando sintomas de coléricos, falecendo às 3 horas da manhã de ontem, 27. Não sendo a moléstia bem caracterizada, pois só se apresentando como sintomas suspeitos a algidez e (...), predominando violenta dor intestinal, sem que houvesse sinal algum posterior patognomônico, pelo qual se pudesse (...) na existência do cólera epidêmico, por isso não foi logo V. Excia. informado do fato. Veio esse cabo de esquadra em operações, a bordo do Vassimon, como se soube depois, e chamava-se Cândido dos Santos Matraco, natural do Maranhão.

Ontem, porém, recolheram-se mais dois indivíduos ao Hospital já com a moléstia mais claramente (...), tornando-se evidente que o *Vassimon* importou, sendo o cólera morbus asiático, ao menos, por enquanto, uma colerina muito grave e que reclama prontas providências. Pelas onze horas da manhã entrou o Grumete Luis Antônio, do Vassimon, e quase à noite o Soldado Naval José Porcino, vindo do seu quartel, mas há pouco chegado do Sul no Vassimon como os precedentes. Este último veio em péssimas condições, algido, com muitas características, e (...) alguma decomposição de traços fisionômicos, mas sem dejeções alvinas. No primeiro os sintomas coleriformes foram menos pronunciados, e já está em período de reação.

A vista do que acabo de responder, torna-se evidente a necessidade de sequestrar quanto antes o Vassimon, estabelecendo-se-lhe rigorosa quarentena, durante a qual se aplicarão os processos de desinfecção; assim procedendo, se conseguirá, talvez, minorar o desenvolvimento do mal de que foi importado esse navio.

Resta-me agora solicitar de V. Exa. a pronta remessa dos afetados do cólera e colerina não só existentes no Hospital, como dos que a ele se recolherem, para a Enfermaria da Gambôa como estava estabelecido, ou para outro qualquer ponto que o Governo determinar; pois não pode escapar à perspicácia de V. Excia. o dano que pode causar a permanência desses afetados no meio de homens já doentes, fracos e predispostos a contrair qualquer moléstia. Outrossim, solicito a intervenção de V. Excia. para com as autoridades superiores, afim de que expressem-se as ordens necessárias para que os indivíduos que foram atacados do mal, sejam logo remetidos para a Enfermaria que for destinada a recebê-los e não para o Hospital; sendo este meu pedido a reprodução do que já, mais de uma vez, tenho feito e tem sido atendido.

Deus Guarde a V. Excia.

Hospital de Marinha, 28 de setembro de 1868.

Illmo. e Exmo. Snr. Benjamin Carneiro de Campos
Chefe de Esquadra Reformado, Diretor do Hospital

Dr. João Ribeiro de Almeida
Cirurgião de Divisão 1º Médico”.¹²¹

O dr. João Ribeiro de Almeida, personagem de frequência constante na documentação referente à saúde na Corte naquele período e principalmente ligada à elementos militares; além de outras observações sobre a ocorrência do *Vassimon*, alertou para o perigo que se constituía o contato dos coléricos, ou suspeitos da doença, como os portadores de *colerina* – isto é, indivíduos que possuíam sinais premonitórios, segundo interpretações do momento, inequívocos do flagelo, e que ainda serão

¹²¹ Arquivo Nacional. XM 309. Marinha. 2º secção – ofícios sobre hospitais e enfermarias (1868 – 1869).

trabalhados - com outros *homens já doentes, fracos e predispostos a contrair qualquer moléstia*. Acreditava-se que era mais seguro a remoção dos suspeitos ou doentes de cólera, provenientes do *sul*, para a Gambôa, local considerado apropriado para o tratamento desse tipo de paciente, com determinada doença, do que deixá-los juntos com outros, encerrados no hospital militar, em que poderiam ser contaminados e que, provavelmente, então, se tornariam, junto com o local que os encerrava, um perigoso “foco epidêmico” para se tratar e controlar. Enclausurar aqueles homens em um lugar específico, visava impedir, somados a outros meios creditados como apropriados, o funesto avanço de uma nascente epidemia de cólera para outras áreas da cidade. Ribeiro de Almeida observou que até um outro lugar, determinado pelo governo, poderia receber esses enfermos, desde, é óbvio, fosse espacialmente conveniente e dirigido para alojar pessoas supostamente portadoras de cólera, e portanto, isolado. O que foi feito com o *Vassimon*, isto é, a execução da quarentena, foi providenciada com grande retardo, tendo em vista que o navio, segundo informações do médico de bordo e do membro da inspeção, havia chegado no dia 26; mas que só dois dias depois é que o transporte receberia o tratamento considerado condizente para se tentar acabar com sua péssima situação sanitária, tanto que a preocupação não ficou restrita a apenas a sua desinfecção, pois deveria ser seqüestrado; mas igualmente com os homens que tinham recentemente desembarcado dele no porto do Rio de Janeiro, para receberem um tratamento pertinente, e que visasse sanar suas precárias condições físicas, pois haviam sido evacuados em Humaitá, como inválidos das forças em operações no Paraguai. Parece-me que Rosendo conseguiu escapar da quarentena, mas não se pode dizer o mesmo sobre os inválidos que haviam sido transportados junto com o veterano médico de bordo.

Entre outros relevantes assuntos, os documentos transcritos, ou melhor, as trocas de observações por ofícios ou bilhetes, acima reproduzidos, envolvendo o *Vassimon*, proporcionam outras constatações, necessárias, ainda que rápidas.

José Murilo de Carvalho, quando estudou *a manutenção da unidade política*, pela *elite imperial*,¹²² reparou que a solução monárquica, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um estável governo civil só foram realizáveis, devido ao fato de já existir uma elite política, durante a formalização da independência, gerada pela elite colonial portuguesa. Era a existência de uma que se caracterizava, fortemente,

¹²² José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial*. Editoras UFRJ/Relume&Dumará. Rio de Janeiro, 1996.

pela homogeneidade ideológica e de treinamento. É certo que ela era recrutada entre os setores sociais dominantes, e que por mais que conflitassem, a homogeneidade ideológica e de treinamento reduziam os choques, ou conflitos intra-elite, o que possibilitava implementar um determinado modelo de dominação política, e duradouro.

A homogeneidade provinha da socialização da elite, mormente da educação, ocupação e carreira política. Se havia uma sistematicamente treinada, sobretudo pelo ensino do direito na universidade de Coimbra, é certo que o modelo foi para aqui transplantado, porque brasileiros para lá foram se formar, e, como consequência, quando retornavam, implementavam-no com as faculdades de direito. Foi durante a independência, em que o país já possuía uma elite ideologicamente homogênea, devido a sua formação jurídica em Portugal, e que conseguiu se reproduzir nas duas escolas de direito inauguradas. Ainda que existissem duas gerações distintas de políticos, os de Coimbra, e dos cursos jurídicos aqui estabelecidos, a primeira permaneceu dominante durante um período, ou até o fim da primeira metade do XIX, sendo que a partir daqueles anos, a “brasileira” predominou. Foram gerações distintas, que portavam algumas diferenças, a “brasileira” permaneceu com as diretrizes de compromisso e quando necessário, adaptação; pois, operava em um país constitucional, sob uma carta liberal, e coexistindo com oligarquias rurais e a escravidão.

Era da estabilidade, que foi possível a construção *de longas carreiras políticas, fazendo com que a elite como um todo pudesse acumular vasta experiência de governo*. No geral, para se atingir os mais altos graus da carreira, era imprescindível que os que ocupassem os importantes postos, fossem submetidos a uma intensa circulação geográfica como magistrados e presidentes de província. Como era um longo percurso, e diversificado, possibilitava que os seus ocupantes adquirissem vasta experiência administrativa e política. E os seus ocupantes, quando assumiam essas carreiras públicas, *tinham também um interesse material muito concreto na manutenção da burocracia*.

Não foi exceção com os ministros de que me utilizo, quando investiguei a correspondência entre o imperador, Muritiba, Paranaguá, entre outros. Paranaguá, por exemplo, era piauiense, formado na faculdade de direito de Olinda, e exerceu, em sua vida política, numerosos cargos e mandatos, como juiz, ministro da guerra, do império,

de negócios estrangeiros, da fazenda, além de ter sido deputado, presidente de província e senador, este último, entre 1865 a 1889.¹²³

Manuel Viera Tosta (Barão de Muritiba), segundo página *on-line* do senado, era formado *em humanidades*, exercendo o cargo de juiz, ministro da guerra, marinha, justiça, do supremo tribunal de justiça, e vários mandatos como deputado, presidente de província e senador.¹²⁴

É certo que eram homens que buscavam servir, das maneiras mais apropriadas e convenientes, porque possuíam ambição, e inseridos na carreira pública, em suas maiores esferas, tinham a oportunidade de realizar os seus maiores desejos quando bem serviam. Quando estou dizendo que buscavam servir, penso que não ao país; mas como ministros, com contato direto e pessoal com o imperador. Era naquela situação que pretendiam, sempre, melhor satisfazê-lo, e concretizando, na medida de suas possibilidades, os desejos do monarca. Talvez um dos maiores temores de D. Pedro II era que alguma epidemia assolasse a Corte, e por isso, os homens que estavam próximos, exercendo importantes cargos, igualmente dirigiam a sua atenção para as circunstâncias que envolviam perigos em potenciais que possibilitassem a chegada de uma. Sua família havia sido atingida pela ação de epidemias. Em 1845, seu primeiro filho, d. Afonso, nasceu; mas em 11 de junho de 1846, faleceu em decorrência da febre amarela.¹²⁵

Não só o *Vassimon* foi alvo de atenções, mas um outro, o *Marcílio Dias*, igualmente foi fonte de preocupações. Em janeiro de 1868, foi impedido pelo *doutor Guaíba* quando chegou ao Rio de Janeiro, vindo de Montevidéu, porque além de *ter falecido a bordo, um homem com fenômenos de cólera-morbus*, havia um outro, debilitado, com sintomas de diarreia.¹²⁶

Além de navios suspeitos, indivíduos com *diarreia premonitória* igualmente supunham perigos por parte das autoridades sanitárias como o *doutor Gaíba*. Em uma dissertação de 1869, sobre o cólera, defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, por um *ex-cirurgião do exército brasileiro em operações na república do Paraguai*, chamado Silvino José de Almeida,¹²⁷ algumas observações sobre o problema

¹²³ www.senado.gov.br (biografia João Lustosa da Cunha Paranaguá).

¹²⁴ www.senado.gov.br (biografia Manoel Vieira Tosta).

¹²⁵ Lilia Moritz Schwarcz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Companhia das Letras. São Paulo, 2002. (página 98).

¹²⁶ Arquivo Nacional. IS 4 12. Ministério do Império. Inspeção de Saúde dos Portos. (1868 – 1870).

¹²⁷ Silvino José de Almeida. *Dissertação (Da Cholera-Morbus)*. Typographia Universal de Laemmert. Rio de Janeiro, 1869.

foram feitas. Ele acreditava que o cólera era uma moléstia contagiosa,¹²⁸ pois *o homem atacado de cólera era o principal agente de importação e propagação da moléstia*,¹²⁹ sendo que *a natureza do meio de transporte exercia uma grande influência sobre a probabilidade da propagação do cólera, de um ponto a outro. Um navio poderia conter em seus flancos tudo o que constituía um foco colérico, em condições de contaminação e confinamento que constituíam uma das circunstâncias mais agravantes. Para ele, o transporte marítimo era o mais perigoso e o mais apto para a propagação da moléstia, de longe*.¹³⁰ E um homem, *sofrendo de diarreia, proveniente de um foco epidêmico, poderia dar lugar ao desenvolvimento da epidemia, achando circunstância que favorecessem a transmissão, pois a diarreia premonitória não era senão um grau ligeiro da moléstia, tão perigoso, debaixo do ponto de vista da transmissão, como o ataque mais grave*.¹³¹

Os sintomas comuns de um portador de cólera, em período de reação, são marcados *por uma diarreia intensa que leva à desidratação, redução do volume do sangue, resfriamento das partes periféricas do corpo, cianose (cor azulada do sangue pouco oxigenado) e redução do ritmo cardíaco*.¹³²

Os transportes que traziam levas de recrutas, de outras províncias, e que faziam uma escala obrigatória na Corte, muitas vezes para que os efetivos recebessem nova inspeção de saúde e equipamentos, ou mesmo que levaram esses homens para o Paraguai, eram também fontes de preocupação. Isso é notável na documentação encontrada. Em dezembro de 1867, João Lustosa da Cunha Paranaguá, um outro ministro da guerra, cujo asilo foi inaugurado em sua pasta, comunicou ao imperador a chegada, dos *portos do norte*, de 993 praças, sendo 658 recrutas e voluntários para o exército, 149 recrutas para a marinha e 186 libertos, que seriam inspecionados e equipados. Por mais que não tivesse observado, a preocupação era alojar os homens, convenientemente, sem que ficassem amontoados.¹³³ Seria, então, essa preocupação do ministro restrita a apenas uma questão de conforto, e por consequência disciplinar? Afinal, homens acumulados, mobilizados para a guerra, sem nenhum conforto, poderiam acarretar alguns problemas às autoridades, motivados por sua insatisfação

¹²⁸ Silvino José de Almeida. *op. cit.*, (página 14).

¹²⁹ *Ibid.*, (página 17).

¹³⁰ *Ibid.*, (página 18).

¹³¹ *Ibid.*, (página 17).

¹³² Isaías Raw e Osvaldo Augusto Sant'Anna. *Aventuras da Microbiologia*. Hacker/narrativa.um. São Paulo, 2002. (página 81, "O cólera").

¹³³ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (142-6992).

resultante do descaso do governo para com eles. Cerca de um mês depois, Paranaguá fez mais reparos sobre as demandas que envolviam a operação de transporte de recrutas para o sul. Em janeiro de 1868, comunicou ao monarca que era *necessário desinfetar-se os dois transportes* que conduziram *as praças para o sul*, pois o embarque seria naquele próximo sábado, às seis da manhã. Era previsto que saíssem *três vapores*, ou transportes de guerra, *com cerca de mil praças*.¹³⁴

A inquietação não ficava restrita, certamente, aos navios mercantes ou de transportes que adentravam o porto do Rio de Janeiro. Em outros documentos, distinguiu-se que havia a mesmo desassossego nos de guerra, no Paraguai. Em novembro de 1868, Delfim Carlos de Carvalho, o *Barão da Passagem*, comunicou o *chefe de Estado Maior da Esquadra, Francisco Cordeiro Torres e Alvim*, sobre a *lisonjeira parte* de ter se conseguido extinguir *a epidemia de cólera morbo que reinou na fragata Lima Barros*. Junto, estava o *relatório do médico respectivo, expondo o estado sanitário do navio e as causas* que influenciavam o seu *estado sanitário*, naquele momento, não completamente livre do flagelo. O relatório foi datado do dia nove daquele mês, pelo doutor José Caetano da Costa, de orientação não contagionista, mas não exclusiva, que relatou, a bordo do *Lima Barros*, como procedeu para extinguir a tal epidemia:

“É com a mais viva satisfação, que comunico a V. S., achar-se, por assim dizer, extinta, mercê de Deus, a epidemia cólera morbo, que durante doze dias consecutivamente flagelou a guarnição deste navio.

O primeiro caso manifestou-se no dia 21 do mês próximo passado, a noite, em um soldado naval, que se achava doente na coberta, e daí começaram os casos progressivamente a crescer até o dia 29, em que eles tenderam a diminuir.

Essa diminuição foi decrescendo consideravelmente até o dia 2 do corrente, em que se não manifestou mais caso algum, salvo a de um outro soldado naval, que, chegando do Hospital de Humaitá, com alta, apresentou-se aqui a bordo já atacado da moléstia, sucumbindo no seguinte dia.

Tivemos somente daquela data em diante, das praças existentes no navio, dois atacados de diarréia, dos quais – um – já foi curado, e o outro ainda acha-se em tratamento.

(...) foram atacados 53 praças, um pouco menor de um terço da tripulação do navio, que naquela época, era de 177 homens.

Como em todas as epidemias, os primeiros casos foram violentos; os segundos duraram mais de 24 horas; e os últimos três e mais dias.

Em geral, posso informar à V. S. que à exceção de três a quatro casos, todos os outros foram de indivíduos, mais ou menos, caquéticos ou achacados de moléstia química, ou então debilitados pelo excesso de bebidas alcoólicas, ou, finalmente, por uma idade já um pouco avançada.

Graças á solicitude e interesse de V. S. na adoção de todas as medidas, que lhe foram apresentadas, deve-se, em parte, o pronto melhoramento de nosso estado de saúde.

¹³⁴ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (142-6992).

Tenho a convicção, pela marca e intensidade que ia levando a moléstia, que se elas não fossem tão energicamente postas em prática, maior seria ainda o número das perdas a lamentar:

A mudança de ancoradouro, no dia 26; porquanto este navio achava-se fundiado junto à uma ilha extremamente alagada, prenhe de produtos orgânicos em putrefação -

O isolamento das praças enfermas dentre as sãs -

As distrações e trabalhos moderados em terra, durante o dia, respirando a guarnição um ar mais oxigenado pela (...) do Chaco, onde se acampou ela .

O estabelecimento da enfermaria na tolda do navio, ao ar livre -

A inutilização do fogão da coberta -

A proibição dela para dormitório dos marinheiros, evitando-se assim o acúmulo de pessoas -

As fumigações de alcatrão e pólvora, em fato de outras -

O asseio do navio, com preservação da umidade pelas (...), igualmente o asseio do corpo de todos as praças -

A maior aeração possível em todos os alojamentos -

A diminuição das rações, e tantas outras medidas aqui postas em prática -

Eis, pois, no meu modo de entender, as principais condições, que atuaram de pronto para o melhoramento do nosso estado de salubridade.

A nossa atual situação de guerra, por parte desta Divisão, não nos prometeu fazer mais.

Assim é que não pode o navio ser completamente desinfestado; toda a sua guarnição dele absolutamente isolada; como também não se pode mudar de alimentação, tão nociva e tais casos, da carne de charque, de que ainda, não obstante, fazemos uso hoje.

Achando-me um pouco doente, e não podendo a minha organização suportar com muitos trabalhos e fadigas repetidos; pedi, por intermédio de V. Sr. o auxílio de mais um médico, e foi-nos mandado o Dr. Netomio, o qual foi, (...) depois, substituído pelo Dr. Neimann, prestando ambos estes cirurgiões, como foi V. S. testemunha, principalmente o segundo, importantíssimos serviços.

Foram inicansáveis (sic) no tratamento dos coléricos o grumete da marinhagem Manoel José Pereira, e o imperial marinheiro, Pedro Alexandrino (...).

Tornaram-se credores dos maiores elogios, muito principalmente quando, voluntariamente prestaram-se à tão penosa missão.

Tivemos de lamentar uma perda extremamente sensível, que foi a do soldado naval, Procópio (...), que servindo de enfermeiro, foi atacado da moléstia, sucumbindo cinquenta e quatro horas depois.

Esta praça foi vítima de seu desvelo e dedicação!

Felizmente, durante a epidemia, sempre tive, mais ou menos, recursos terapêuticos de que pudesse lançar mão.

Acabando-se aqueles de que eu dispunha à bordo; acorri à meus colegas desta Divisão.

Cedeu-me cada um deles uma parte dos medicamentos precisos de que podiam dispor, e eu pude assim, socorrer-me de uma pequena ambulância, com que procurei debelar a moléstia.

Hoje, porém, acha-se este navio bem suprido de medicamentos.

S. Exa, o Snr. Barão da Passagem, chefe desta Divisão, que tanto robusteceu, com o seu prestígio e autoridade, todas as medidas que lhe foram apresentadas; ordenou-me que formulasse um grande pedido de medicamentos e dietas para toda a Divisão, as quais acabam agora de ser distribuídas.

Desenvolvo presentemente no navio as fumigações clóricas ou guytonianas.

Sou de opinião que na primeira oportunidade, seja ele completamente desinfestado, sob todas as condições recomendadas pela arte.

O nosso fundeadouro ainda não é o melhor.

Um bom ancoradouro é uma grande medida higiênica.

A posição é barlavento é mais conveniente, (...) buscando-se sempre a linha da correnteza dos ventos reinantes gerais.

O estado de salubridade do navio, que se acha sob o digno comando de V. S. reclama a maior atenção dos médicos higienistas de nossa marinha de guerra.

Nos fins do ano passado, apresentou ele um fenômeno extremamente notável.

A sua guarnição, quase que epidemicamente, foi afetada da intoxicação palustre, fazendo-lhe ele grandes e sensíveis estragos.

O resto da esquadra, no entanto, em pequena escala, sofria dessa temível moléstia.

Neste ano, um ou outro caso de cólera morbus deu-se nesta Divisão.

A bordo desta Fragata, é a sua guarnição epidemicamente atacada desse devastador flagelo!

Será que o seu fundeadouro, pela força do acaso ou da fatalidade, seja sempre pouco vantajoso para o estado de saúde?

Existirão nela mesma, em sua própria construção, elementos mórbidos de tal ordem, capazes de produzir todas essas graves alterações na saúde de suas praças?

Será tudo isto dependente do miasma náutico, de que falam os médicos higienistas das grandes marinhas do mundo?

Como quer que seja, a questão precisa ser estudada, e sujeita à sérias refletidas observações.

Dando parte de tudo a V. S., creio ter cumprido o meu dever.

Deus Guarde a V. S.

Illmo. Snr. Joaquim Francisco de Abreu
Capitão de Fragata, Comandante desta Fragata.

Dr. José Caetano da Costa
1º Cirurgião”.¹³⁵

O *Lima Barros*, parece-me que temporariamente, para alívio dos comandantes, estava livre da epidemia pela ação de um profissional da saúde e seus voluntários ajudantes, e se estava nessa situação, livre por um lapso de tempo, quer dizer que ele poderia estar infectado, ou pelo menos considerava-se essa possibilidade, o que não se descartava que continuaria, inopinadamente, sendo um foco de infecção. Uma belonave, de grande importância nas operações executadas pela marinha de guerra, naquelas condições sanitárias, não teria como sustentar combate. No entanto, exceto este aspecto, chamam a atenção as prováveis causas que contribuíram, segundo a visão do médico, para que o navio fosse tomado pela doença. José Caetano da Costa chegou a incluir em seu relatório um *mapa estatístico*, para ilustrar a situação que enfrentou.

¹³⁵ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1157 (24), documento 115 – “documentação naval”.

Anexo 02

Mapa estatístico do movimento dos doentes atacados de cólera morbo durante a epidemia de 21 de outubro a 9 de novembro de 1868						
Moléstia	Entradas	Curados	Mortos	Existentes	Total	Observações
Coléra Morbo	23	6	17		23	Das praças curadas, algumas se acham ainda na enfermaria, concluindo a sua convalescença
Colerina	5	5			5	
Diarréia	25	25			25	
	53	36	17		53	

Durante dezenove dias, espaço de tempo que foi utilizado para neutralizar a presença do mal, e por consequência, quantificar o movimento dos doentes a bordo (de 21 de outubro a 9 de novembro de 1868), de um total de 177 tripulantes, 17 faleceram em decorrência direta da ação da cólera (9,6%), 53 foram atingidos por algum mal premonitório da doença (29,9%), pois as que estão descritas no mapa eram consideradas, pelos médicos, como sintomas que advertiam sobre a presença devastadora do cólera, como a diarréia e a colerina, e por fim, 36 tripulantes foram curados (20,3%). Não tive como verificar se o *Lima Barros*, durante o período em questão, foi utilizado nas operações no rio Paraguai, onde ele estava servindo naquele momento; mas acredito que por sua situação, que inclusive poderia oferecer riscos às demais belonaves, foi isolado, sendo então a prioridade dos chefes militares, bem como do corpo médico da marinha, a erradicação do atuante flagelo, deixando-o inoperante, para a realização das medidas sanitárias e higiênicas creditadas como convenientes.

De um total de 177 tripulantes do *Lima Barros*, quase 30% foram atingidos, de uma forma ou de outra, pelos sintomas do cólera, o que constitui-se num elevado grau, considerando que eram homens responsáveis por um navio de guerra, em operações no Paraguai, e de grande importância para o controle do rio, bem como o bombardeamento das fortalezas e pontos onde ainda havia presença inimiga. Não sei dizer se dos 30% de atingidos, a maioria se constituía de praças concentrados na casa de máquinas, que tinham como responsabilidade o funcionamento e deslocamento do navio, se faziam parte da cozinha, e portanto responsáveis pela faxina e pela administração das provisões na embarcação, ou se eram artilheiros, responsáveis pelas peças e os demais armamentos embarcados, fora a segurança da belonave, no caso da tentativa de uma abordagem (algo temido, sendo que a maior parte do tempo os homens ficavam vigilantes nas toldas, seteiras e em outros lugares). Aliás, funções não muito claras, pelo menos em sua prática. Talvez, em combate, todos que tinham funções específicas,

passavam a ter outras, muito mais amplas, conforme a demanda do momento. Certamente operar uma peça exigia conhecimentos específicos; que poderiam ser adquiridos com camaradas mais próximos, em momentos de calma. A operação dela não exigia apenas um homem. Haveria, para apoiá-lo, outros, como remuniadores, que trouxessem munições de outros compartimentos, que fossem obrigados a mantê-la limpa e em condições de pronto emprego, e que auxiliassem os artilheiros, propriamente ditos, em suas necessidades durante o combate. Porém, portar um fuzil, machados, espadas, entre outras armas de uso portátil, comumente utilizadas naquela guerra, poderia ser um evento comum, condicionado pelas circunstâncias do combate. O cólera, ou os seus sintomas premonitórios, certamente não respeitavam essas supostas divisões de tarefas, que mereciam ser estudadas, para um melhor entendimento do cotidiano nas embarcações, principalmente as de combate e nos períodos em que as epidemias foram atuantes no Paraguai. Dos atacados, aproximadamente 10% faleceram em decorrência do mal, e não deixa de ser conveniente pensar, e observar, que um médico foi deslocado até o encouraçado, com os recursos disponíveis, segundo o relatório, colocados à disposição pelos próprios comandantes e outros colegas, para tratar dos pacientes, bem como tentar melhorar as condições higiênicas, procurando-se evitar, com várias medidas tomadas, explícitas no documento, que a epidemia se propagasse para os tripulantes saudáveis. Se com todos os recursos, creditados como eficazes ou mais apropriados para o combate da epidemia em um navio, o índice, a meu ver, de óbitos, foi significativo, raciocina-se, então, o que acontecia nos acampamentos do exército, costumeiramente dotados de menores recursos, sem controle sobre o efetivo que transitava pelos acampamentos, bem como de uma quantidade insuficiente de médicos capacitados para lidarem com a doença da melhor maneira possível, e normalmente com número insuficiente de auxiliares. Fora a coleta de água, geralmente encerrada, segundo passagens comuns nas memórias e documentos, em lugares inapropriados e sujeitos à contaminação. Mas isto é uma outra pesquisa que pode e deve ser promovida.

Após o desembarque de um transporte de guerra, Leon de Palleja fez as seguintes observações sobre a ausência de medicamentos e recursos, que deveriam existir para o tratamento dos soldados recém mobilizados:

“Fondeamos, habiéndolo hecho antes el vapor que nos precedia, bajé à tierra en compania del General Castro, nuestra carne fresca estaba terminada y es preciso procurar mas galleta. Mi enfermo há pasado muy mala noche, y se desespera de su vida, vaos a peder un soldado por falta de medicamentos y cuidados: terrible responsabilidade para los

Chefes superiores encargados del arreglo del Ejército; en cada cuerpo debia haver no solo cirujano, sono toda clase de medicamentos.

(...)

A las 2 de la tarde regresó el vapor e el General quedó em tierra activando el negocio de la carne, que parece bastante difícil. Murió despues de una penosa agonía mi soldado Barrios, pobre infeliz! Uno que ya no volvera à ver Montevideo (...)" ¹³⁶

Não tendo comida suficiente, insuficiência que possivelmente acarretou fome aos soldados, e até mesmo perigosas e bruscas mudanças de dieta (entre alimentos considerados frescos e conservas, estas últimas muito presentes na armada e no exército), algo quase nunca detectado nas pesquisas, e que sempre resultava em males ao sistema digestivo, além da falta de medicamentos e pessoal médico, faziam com que o estado sanitário do navio se deteriorasse, principalmente por causa do grande número de homens, acumulados em um espaço limitado, como o é um navio. É certo que várias doenças eram introduzidas de uma região a outra pela presença das embarcações, ou melhor, pelo deslocamento humano assinalado em migrações, mobilizações para a guerra, e até mesmo na promoção do comércio.¹³⁷ Igualmente é certo que tropas mobilizadas, quando em deslocamento, tinham a sua dieta modificada, e muitas vezes, com o seu serviço de saúde precário, muitos que foram mobilizados, adentravam nos navios, e em péssimo estado físico rumavam para a guerra.

Mas os problemas não se restringiam às dificuldades logísticas, da ausência de materiais necessários ou falta de pessoal médico para o devido tratamento dos doentes. Segundo a lógica das questões entre *contagionistas* e *não contagionistas*, existiam outras situações complicadas para serem resolvidas, ou pelo menos administradas.

Considerando o relatório do médico acima transcrito, é necessário observar que o *Lima Barros* estava posicionado em um lugar que foi considerado insalubre, que era interpretado como emanador de miasmas, o que lesava perigosamente sua guarnição, quando fez uso de lugar tão prejudicial - uma *ilha extremamente alagada, prenhe de produtos orgânicos em putrefação* – e que, pela sua situação, exercia funestas influências aos que permaneciam próximos à ela, como obviamente os tripulantes do navio.

Exceto alguns, a maioria dos atacados pela enfermidade tinha hábitos considerados condenáveis pelo médico, como o *excesso de bebidas alcoólicas*, ou que,

¹³⁶ Leon de Halleja. *Diario de la Campaña de las Fuerzas Aliadas contra el Paraguay*. Imp. de El Pueblo. Montevideo, 1865. (páginas 11 e 12).

¹³⁷ Stefan Cunha Ujvari. *História e suas Epidemias. A convivência do homem com os microorganismos*. Editora Senac. Rio de Janeiro. São Paulo, 2003.

os que não portassem esse péssimo costume - moralmente condenável e passível de ser combatido pelos médicos - prejudicial ao organismo, poderiam estar debilitados por *moléstia química* ou por ser de *idade já um pouco avançada*. Dentre as medidas tomadas, separou-se os doentes dos *sãos*, proporcionou-se *distrações*, na verdade, um recurso para ocupar saudavelmente os marinheiros com *trabalhos moderados*. Aliás, expediente este que já havia sido empregado em navios da Armada em abril de 1867, quando o chefe do estado maior recomendou, para se evitar uma temida epidemia de cólera, seguindo prescrições do *chefe de saúde*, que se evitasse que as guarnições pernoitassem na tolda, que o comando executasse a baldeação do navio, cerca de uma hora depois do almoço, como a providência da total *limpeza no vestuário da guarnição e asseio do corpo*, fora que promovesse *as distrações* que se pudessem fazer à *bordo*, bem como *distribuir-se café de manhã e a tarde*.¹³⁸ Era, sempre necessário discipliná-los, segundo a opinião dos profissionais médicos e vontade dos comandantes. As palavras de ordem médica, para melhor definir a intenção do seu pessoal eram disciplina, higiene, controle e auto-equilíbrio, moral e físico.

No *Lima Barros*, algumas providências foram tomadas, análogas às observadas no ano anterior pelo chefe de estado maior, como o *estabelecimento da enfermaria na tolda*, buscando o *ar livre*, e não corrompido por emanções provenientes dos doentes, que foram devidamente isolados dos demais, que ainda mantinham a saúde, apesar de serem suspeitos de carregarem em seus corpos algum elemento nocivo, e que poderia permanecer incubado por um determinado tempo. Como, de maneira útil, ou profilática, evitou-se a aglomeração destas praças, e que por conseguinte, evitar-se-ia mais um foco pestilencial. Desativou-se o fogão utilizado na tolda, primeiro porque o calor era considerado como um elemento de propagação de doenças, como os gases que emanavam da queima do combustível, além de ser anti-higiênico o preparo de alimentos próximo aos doentes de enfermidade tão devastadora. A limpeza geral, principalmente *do corpo de todas as praças*, igualmente foi executada, como no interior do navio, sendo que os alojamentos ficaram abertos para receber novos ares, e como resultado dessa ação, levar os que estavam viciados ou pestilentos. O médico contou com o auxílio de ajudantes, voluntários, para o combate ao mal presente. Não possuía enfermeiros militares que o pudessem ajudar, só os que se prontificaram a executar, voluntariamente, *tão penosa missão*, e dentre os que lhe coadjuvaram, um faleceu por se

¹³⁸ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1150(14), documento 83. “documentação naval”.

expor aos riscos. Ele mereceu, no documento, como os demais auxiliares, uma menção especial.

E, se havia uma ilha insalubre, que deveria ser evitada, como no caso do *Lima Barros*, prejudicado por uma que se acreditava emanadora de perigosos miasmas, existiam outras ilhas que serviam apropriadamente para isolar elementos suspeitos ou atacados por doenças epidêmicas. Em maio de 1867, o vapor *Leopoldina* passou por problemas provenientes de uma epidemia que grassou à bordo. Após zarpar do porto de Santa Catarina, manifestaram-se alguns casos de *cólera benigna*, e entre Castilho e Montevideu, o navio perdeu mais *sete praças*, sendo que quando chegou em Guassú, foi decidido, pelas *autoridades competentes*, que a embarcação fosse para as *ilhas de Hornos* (?), levando à *reboque o Pontão Vinte de Outubro – Enfermaria Militar Brasileira*. Após chegar às tais ilhas, vinte e dois doentes foram recolocados no pontão, e o navio, livre destes enfermos, mas não completamente seguro, voltou para o Guassú - com suspeitas de estar infectado - para passar a um outro vapor uma importante *carga* para a marinha e o exército, e desembarcar *passageiros*. O comandante do *Leopoldina* observou ao seu superior, *Chefe de Divisão e do Estado Maior da Esquadra em operações no Rio Paraguai*:

“Cumpre-me significar a V. Excia. Que tudo quanto humanamente tem sido possível fazer-se a bordo deste navio para a extinção do mal, que nos acometeu, se tem feito. Durante a minha estada faleceu um grumete criado vítima de cólera e apareceram dois de diarréia. Sigo hoje para Hornos a reunir-me ao Pontão e desembarcar toda a guarnição deste navio”.¹³⁹

Em Cerrito, devido à particularidade de ser uma ilha, do mesmo modo recebeu um estabelecimento com idênticas funções das *ilhas de Hornos*. Em relatório, manuscrito - que aliás, complementa e aprofunda em muitos aspectos o seu livro publicado - dirigido ao chefe da esquadra em operações no Paraguai, em março de 1869, quando de retorno ao Brasil, Carlos Frederico observou, quando relatou o seu procedimento, sob ordens, para combater o cólera entre os efetivos da Armada:

“Não podendo obter o isolamento dos coléricos, criando uma Enfermaria, longe da Esquadra, foi esta estabelecida por ordem do Exmo. Snr. Chefe de Estado Maior, nessa época na Ilha do Cerrito; enfermaria que mais tarde recebeu doentes afetados de diversas enfermidades”.¹⁴⁰

¹³⁹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1143 (13), documento 57 – “documentação naval”.

¹⁴⁰ Arquivo Nacional. XM 309. 2ª Secção. Ofícios sobre Hospitais e Enfermarias. (1868 – 1869).

É, no transporte *Werneck*, que os problemas de contágio e infecção foram novamente suscitados. Outra vez Carlos Frederico esteve envolvido com a ocorrência. Ele comunicou, em setembro de 1867, que em um hospital de que era responsável, uma praça do navio havia recentemente entrado, e falecido poucas horas antes de seu ofício.¹⁴¹ Observou que alguns dias, anteriores ao último óbito, uma outra praça, proveniente do mesmo transporte, igualmente havia falecido, em idênticas condições. Sugeriu, então, que a embarcação recebesse uma *comissão médica* para examinar o seu estado, e principalmente *estudar a enfermidade* que por lá, se suspeitava, reinava à bordo. No mesmo dia, há um novo comunicado, parece-me que do próprio Carlos Frederico, a letra é a mesma; porém sem a sua assinatura, (não se deve perder de vista a existência dos escriturários, comuns na guerra), que avisou ao chefe de estado maior da 2ª divisão que existiam quatro doentes embarcados, sendo que pelo menos um *sofria de bexigas*. Nestas circunstâncias, solicitou a remoção para os hospitais. O médico cirurgião aproveitou o comunicado, para pedir a contratação de um enfermeiro francês, que havia novamente se apresentado, e que anteriormente havia trabalhado com o próprio chefe de saúde da marinha, por muito tempo, em Buenos Aires, e que pediu para servir, sob contrato, no próprio navio ou em outros estabelecimentos hospitalares da marinha, durante a campanha. A prestação de serviço, feita por homens hábeis no serviço de enfermagem, era algo difícil de se providenciar. Sempre foi um problema, para os chefes de saúde, localizar, em quantidade e qualidade suficientes, enfermeiros aptos para o pesado serviço hospitalar de campanha. É algo constante, na leitura dos documentos sobre os serviços médicos, essa deficiência. No fim de seu documento, solicitou novamente *as ordens precisas* para que o vapor *Werneck* fosse examinado, para a realização de um estudo, de *uma moléstia de caráter suspeito* que por lá era presente.

A verificação ocorreu no dia 31 daquele mesmo mês, e apesar de um *minucioso exame, exceto no porão, por estar carregado de munições de guerra*, não localizou, ou identificou, *em nenhum ponto do navio, explicação* para os casos que ali se originaram. O maior problema considerado foi a presença de umidade, que era interpretada como natural; mas, o estado geral de salubridade da guarnição era satisfatório. Nada, então, foi feito para a promoção de uma necessária mudança sanitária, nenhuma medida foi

¹⁴¹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1142 (12). “documentação naval”.

tomada, apesar das autoridades, militares e médicas, estarem atentas para o que acontecia nos hospitais, e principalmente nas embarcações, especialmente as de guerra. É nessa mesma coletânea de papéis trocados entre o chefe de saúde da Armada, e o chefe de estado maior da 2ª divisão, que se encontra uma interessante observação sobre o mesmo assunto, agora em terra. Carlos Frederico, em visita ao *acampamento do riacho do Valmar*, encontrou *seis praças afetadas de cólera*, sendo duas *gravemente* e as demais *em princípio de convalescença*. A necessidade da inspeção da enfermaria que lá se localizava foi imprescindível. O chefe de saúde observou que o cólera por lá se desenvolvida, não *só pela umidade*, que ali era presente, como também *pela proximidade de pântanos*, já que prestou sua atenção na *topografia do lugar*. Para ele, como não havia um outro recinto, mais apropriado para se estabelecer a enfermaria, urgia, então, que os afetados ali não fossem tratados, e logo que apresentassem *os sintomas dessa terrível enfermidade*, seriam *reunidos os doentes para a Enfermaria de Cerrito ou para o Hospital de Corrientes*, locais considerados mais apropriados, e portanto delimitados, para o seu tratamento. Carlos Frederico reparou que era necessária, naqueles lugares visitados, a presença de um médico e farmacêutico.

Foi estudando esses cuidados e temores manifestos nos documentos, que passei a fazer duas afirmações sobre os *inválidos da pátria* e que desenvolvo ao longo do texto: além de serem vistos como um perigo do ponto de vista social, como homens desocupados, ameaçadores a uma ordem que procurava se estabelecer, poderiam ser interpretados como elementos fisicamente inconvenientes, principalmente do ponto de vista médico, higiênico ou sanitário, já que muitos traziam consigo doenças crônicas, vistas como contagiosas ou infecciosas ou ferimentos que poderiam – igualmente interpretados naquele contexto – proporcionar contágio e acarretarem epidemias a alguma localidade, como por exemplo, a Corte. Em uma sequência de documentos trocados entre Zacarias de Goes e Vasconcelos, senador, exercendo a pasta do ministério da fazenda e presidente do conselho, e o próprio imperador, a preocupação em relação ao cólera, na Corte, se torna explícita e geral, não ficando restrita apenas aos transportes de guerra. Zacarias, no dia sete de fevereiro de 1867, comunicou ao monarca que parecia que o cólera invadia *a cidade*. Mais dois casos haviam aparecido no dia anterior no *Hospital da Misericórdia*, sendo que mais dois haviam sido registrados naquele dia. Ele observou que a opinião dos *médicos* e das *Irmãs de Caridade*, era de que, *a toda pressa*, fosse providenciada uma *enfermaria separada*, para lá se recolherem *os acometidos* para que pudessem ser tratados ou enquanto não fossem enviados para

o Hospital de Santa Isabel.¹⁴² Um dia depois, Zacarias voltou a fazer mais algumas observações. Em primeiro lugar, informou que só naquele momento, poderia dar mais alguma informação, *relativa ao cólera*. Parece-me que tudo estava pelo avesso, e que passou boa parte daquelas horas, temerosas, atrás das informações. Segundo ele, do dia anterior até aquele momento, só havia sido registrado um caso na *Misericórdia*; mas segundo informações prestadas a ele pelo Dr. Pereira Rego - o médico higienista que aqui já foi tratado, e que ainda o será - *ser o único caso inequívoco de cólera-morbo que tinha chegado ao conhecimento*.¹⁴³ Alguns meses depois, Cunha Paranaguá fez observações semelhantes em relação ao mesmo assunto. Paranaguá informou que naquele dia *não havia falecido nenhum dos coléricos*, que *os presos* haviam sido *removidos do xadrez, e desinfectados os compartimentos das companhias*, sendo que havia determinado *que se expedisse o quanto antes as baixas das praças e recrutas julgadas incapazes para aliviar o quartel*. A preocupação era diminuir, por causa de seus altos números, a quantidade de indivíduos que estavam encerrados, ou melhor, aglomerados, em um quartel. Por último, Paranaguá observou que para ele, dava-se *um muito cuidado o Asilo provisório da Armação, onde existiam mais de mil inválidos*, daí a razão de ter determinado ao Dr. Fontes e ao Raposo - personagens que aparecerão mais vezes na tese, envolvidos em questões sanitárias e higiênicas, como, do mesmo modo, sobre inválidos e a construção de asilos - que no dia seguinte, bem cedo, *fossem examinar a lavanderia do Hospício, e o edifício (...), afim de efetuar-se a remoção de alguns inválidos*. No caso de alguma necessidade, existiam os *quartéis do Campo Grande*.¹⁴⁴

Não se pode perder de vista que aqueles homens, os *inválidos da pátria*, mesmo que sendo retirados do exército ou marinha em vários momentos no decorrer dos anos de 1865 a 1870, em sua totalidade, retornavam ao Brasil com os seus organismos debilitados pelos ferimentos de combate, pelas doenças e as difíceis condições de vida nos acampamentos. Uma situação análoga à dos prisioneiros paraguaios trazidos para a Corte, conforme se constatou na ocorrência do transporte *Vassimon*, em setembro de 1868. Possivelmente, muitos daqueles ex-combatentes, ou melhor, *inválidos da pátria*, recentemente desmobilizados, eram sobreviventes das doenças epidêmicas que comumente assolaram os acampamentos e regiões ocupadas naqueles anos da guerra, e

¹⁴² Arquivo Histórico do Museu Imperial. (pasta 141 – 6939).

¹⁴³ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (pasta 141 – 6939).

¹⁴⁴ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (pasta 141 – 6918).

isso poderia, igualmente, ser um fator a mais de preocupação sanitária, conforme se constatará.

Deveria haver um serviço de triagem, nos hospitais e até mesmo nas enfermarias de campanha, para se identificar os inválidos. Em novembro de 1866, o comandante da fragata *Constituição*, remeteu ao chefe de esquadra, José Joaquim Ignácio (Visconde de Inhaúma) - outro personagem que aparecerá em mais ocorrências envolvendo os estudos para a construção de asilos para inválidos - uma relação dos inválidos a bordo de seu navio. Parece-me que, durante aquele momento, a embarcação tinha como função receber os inválidos da marinha, enquanto não pudessem ser evacuados para o Brasil, ou um outro porto, como Buenos Aires ou Montevideu, para um melhor tratamento. Segundo ele, o documento continha *todas as praças de marinha* que tinham *se invalidado no Rio da Prata, quer em combate, quer por outras causas*.¹⁴⁵

Na primeira lista, em anexo, há cinco indivíduos, elencados segundo a discriminação de suas *classes* (postos), com seus *nomes, vencimento mensal, destino que tiveram e observações*. Dos cinco, parece-me que em nova inspeção de saúde, dois, um marinheiro e um cozinheiro, tiveram, cada um, abaixo de seus nomes, uma anotação comunicando “*não é inválido*”. O cozinheiro, mesmo apresentando *queimaduras pelo corpo*, e que segundo observações, ignorava-se a causa dos ferimentos, por não ter vindo acompanhado de guia (um importante documento para os feridos), não foi considerado na categoria de inválido e possivelmente nada informou sobre a sua particular situação ao médico, primeiro porque não há nada observado sobre isso, no campo destinado a essas observações, e segundo porque devido às suas condições físicas, talvez estivesse inconsciente ou não possuísse condições, naquele momento, para falar. Dos três restantes, um 1º marinheiro foi considerado inválido por ter um ferimento no olho esquerdo, causado pela ação de um estilhaço no combate de Riachuelo. Um outro, *cozinheiro*, que não tinha uma guia o acompanhando, e que apresentava *mutilação no rosto*, declarou, ele mesmo, *ter sido ferido em combate*. E por último, um *grumete*, que perdeu o *braço direito*, também no combate de Riachuelo. Na segunda lista, em anexo, só os três *inválidos* foram elencados, sendo suprimidos os nomes dos outros dois.

Os inválidos ficavam por certo tempo nos hospitais e enfermarias, ou mesmo em navios; porém, o tempo de permanência naqueles lugares não era longo. Parece-me, que

¹⁴⁵ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1195 (X), documento 117. “documentação naval”.

em inspeções de saúde, se verificava se os indivíduos ainda tinham condições de voltar para os navios ou exército. Se não fosse possível, dada a necessidade, por exemplo, de um maior e melhor tratamento, ou mesmo por invalidez perpétua, provocada por mutilações ou doenças crônicas e debilitantes, eram remetidos à Corte, e de lá, despachados para suas províncias de origem. Quanto tempo, então, os inválidos ficavam nestes locais, aguardando a remoção para o Brasil? A sua permanência poderia provocar algum problema?

Em outro documento, novamente a situação desses homens se torna mais explícita. Eram indivíduos com *doenças crônicas, incuráveis* ou que possuíam *enfermidades* que exigiam um *longo tratamento*. O diretor do hospital da marinha de Corrientes, comunicou ao chefe do estado maior da 2ª divisão, o seguinte:

“Hospital de Marinha em Corrientes, 27 de outubro de 1867.

Ilm. Snr.

Tenho a honra de passar as mãos de V.Sa. a inclusa relação de algumas praças deste hospital, que foram em inspeção de saúde, julgadas dever partir para o Brasil, em consequência de sofrerem moléstias crônicas e incuráveis, ou enfermidades que exigem longo tratamento e que a continuação neste hospital pode ser prejudicial, para que V. Sa. dê a respeito as ordens que julgar conveniente”.¹⁴⁶

O que seria essa inconveniência, esse prejuízo, se os doentes permanecessem, e que foi observado pelo diretor do hospital situado em Corrientes? Seriam maiores gastos, a necessidade de se procurar um lugar com maiores e melhores recursos para tratá-los?

Carlos Frederico, em carta ao chefe do estado maior da 2ª *Grande Divisão*, pode esclarecer sobre o assunto. O acúmulo de doentes poderia acarretar graves consequências, e se o seu número fosse grande, a situação que já era grave, e demandava maiores cuidados, poderia se tornar mais crítica e incontrolável. O nome do navio não foi encontrado no documento, mas é possível que seja um dos que serviram como *hospital flutuante* durante a campanha, cujas histórias merecem ser resgatadas porque o são comumente ignoradas:

“Levo ao conhecimento de V. Sa. que estão preparando alguns dos medicamentos pedidos para a ambulância do Chaco, faltando os utensílios, que não há neste hospital.

¹⁴⁶ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1201 (XV), documentos 54 e 57. – “documentação naval”.

Outrossim achando-se este navio nas piores condições higiênicas para receber doentes, pois que se acha muito infeccionado pelo grande número de doentes graves, que se têm recebido, tais como coléricos, tíficos, e outros sofrendo de febres perniciosas, e sendo urgente não só para os doentes, que se tenham de receber, como para a própria guarnição dele, pintá-lo, e desinfectá-lo segundo os preceitos da ciência, fazendo desenvolver o (cólera?) por dois ou três dias e receiando a estação calmosa, em que vamos entrar, vou solicitar de V.Sa. as providências precisas a bem da salubridade.

Deus Guarde a V. Sa.

Hospital de Sangue da Esquadra no Rio Paraguai, 1 de outubro de 1867.

Illmo. Luiz (...) Moreira, Capitão de Fragata, e Chefe do Estado Maior do Comando da 2ª Grande Divisão.

Dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier
Chefe de Saúde”.¹⁴⁷

Havia o perigo de contágio, pelo *grande número de doentes graves, tais como coléricos e tíficos, e outros sofrendo de febres perniciosas*. O hospital-navio poderia estar *infeccionado*, pelas *piores condições higiênicas*, que poderiam agravar a saúde dos enfermos, bem como atingir a guarnição do navio. Era necessário *pintá-lo, desinfectá-lo*, pois poderia desenvolver o flagelo, além de ter de passar, brevemente, por uma *estação calmosa*, que possivelmente agravaria sua situação sanitária. Tudo deveria ser feito *a bem da salubridade*. Se não fosse possível retirar os doentes do hospital, era pelo menos necessário tomar aquelas medidas para diminuir o risco de uma epidemia. Os doentes se constituíam em um problema a ser equacionado, mas não somente ligado à cirurgia ou ao tratamento de seus males, propriamente ditos. Ofereciam outros inconvenientes, sugeridos pelas doenças epidêmicas, pois aglomerados eram um grande risco, não só ao navio. Esses perigos possivelmente poderiam ocasionar problemas em sua tripulação, nos elementos de ligação com o navio e o comando, bem como, eventualmente, infectar outros, mais próximos, de guerra ou transporte, que operavam no rio.

E, as ocorrências com o transporte de guerra *Vassimon*, no Rio de Janeiro, não foram encerradas em 1868. No ano posterior, no mês de fevereiro, autoridades sanitárias da marinha dirigiram sua atenção para o aparecimento de dois casos de cólera surgidos na fortaleza de Villegagnon, próxima à Corte, mas situada em uma ilha, portanto isolada. Os dois pacientes foram removidos para o hospital da marinha, sendo que um faleceu depois. Os praças permaneceram em um aquartelamento, antes de serem transferidos ao hospital, e foi recomendado que o comandante, por causa do problema,

¹⁴⁷ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1201 (XV), documentos 48 e 50. “documentos navais”.

providenciasse a *caiação*, o *maior asseio*, as *fumigações clóricas*, como igualmente foi recomendado que se outros fossem *atacados de diarréia*, deveriam ser remetidos imediatamente ao hospital. O dr. João Ribeiro de Almeida, envolvido no primeiro caso do *Vassimon*, em setembro do ano anterior, voltou a se manifestar:

“

Illmo. Exmo. Snr.

Sendo o meu rigoroso dever, na forma do Regulamento, participar por intermédio de V. Excia. como diretor do Hospital, às Autoridades Superiores, o aparecimento de qualquer moléstia epidêmica, contagiosa, ou que possa assim tornar-se; por isso dirijo a V. Excia. para participar-lhe que no dia 28 de Janeiro próximo passado foi atacado de cólera morbus e faleceu no dia 30 o Grumete Imperial Joaquim Rodrigues de Moraes, que se recolheu ao Hospital no dia 25, vindo de Villegaignon, onde esteve depositado poucas horas, porque baixara de bordo do *Vassimon*, que o trouxe do Paraguai, com ferimento de bala e escorbuto; sendo este a causa de sua entrada para o Hospital. Podendo ser um caso esporádico e sem conseqüência, não levei logo ao conhecimento de V. Excia. o acontecimento; ontem, porém, baixou da Fortaleza da Villegaignon ao Hospital, o Grumete de Marinhagem Manoel Amâncio Bezerra, chegado há um mês do Sul e desde então depositado na dita Fortaleza em conseqüência de aleijão na mão; esta praça apresentou à sua entrada no Hospital evidentes sintomas de colerina, de que vai felizmente melhorando.

Como estas duas praças tivessem estado em contato na Fortaleza de Villegaignon, embora por pouco tempo; como era possível e até provável que a primeira já estivesse com diarréia colérica quando desembarcou do *Vassimon* para a dita Fortaleza; como desse tempo de contato, no dia 25, até o dia 31 em que foi atacado o Grumete Bezerra só mediassem 6 dias, tempo que não é necessário para a incubação do mal; por isso julgo de meu dever comunicar a V. Excia. estes fatos, afim de que na Fortaleza haja deles ciência e se possa tomar as precisas cautelas e a vigilância em tais casos empregada; afim também de sequestrar qualquer praça que manifeste diarréia, ainda mesmo que não seja suspeita a princípio.

Deus. G. a V^a Ex^a

Hospital da Marinha; 1 de Fevereiro de 1869.

Illmo. e Exmo. Snr. Benjamin Carneiro de Campos
Chefe de Esquadra Reformado, Diretor do Hospital.

Dr. João Ribeiro de Almeida.
1^o Médico”.¹⁴⁸

Dois inválidos foram atacados pela moléstia, um ferido a bala, e com escorbuto - mal comum entre os marinheiros que serviram no Paraguai, porque a base de sua alimentação era de conservas - recentemente desembarcado do *Vassimon*, e um outro, que já havia chegado *do Sul* há pelo menos um mês, que portava um ferimento na mão, e que possivelmente havia perdido o movimento do membro. Parece-me que estavam em um depósito, apropriado para recebê-los, que tinha como função segregá-los durante um período, talvez de recuperação, ou mesmo adequado para alojar homens que

¹⁴⁸Arquivo Nacional. XM 309. Ministério da Marinha. 2^a Secção. Offícios sobre Hospitais e Enfermarias.

aguardavam uma vaga, um leito, em um concorrido hospital da marinha durante aqueles anos. Pode-se pensar que fosse, possivelmente, uma quarentena; mas não explícita, isto é, existia apenas em sua prática; mas, sobretudo, situada em um lugar isolado. No documento, o médico manifestou preocupação em relação ao início de uma epidemia de cólera. Seu escrito diz respeito ao potencial de uma, com conseqüências desastrosas. Tanto, que procurou se justificar - de maneira parecida com a qual o dr. Rosendo Moniz Barreto, médico de bordo do *Vassimon*, na ocorrência de 1868 o fez em sua tese - quando não havia comunicado às autoridades competentes sobre o primeiro caso; mas, ficando alerta quando um segundo apareceu, com traços premonitórios, na fortaleza de Villegagnon, sinalizando que algo de anormal estava acontecendo no depósito. Daí a sua comunicação aos seus superiores. O contato foi no dia 25, e o segundo doente manifestou sintomas premonitórios do flagelo cerca de seis dias depois. Por ventura, segundo o médico, não tenha sido por causa do que comumente se acreditava ser um período de incubação a manifestação do mal no segundo doente, mas que as condições da fortaleza fossem impróprias, principalmente em seus aspectos higiênicos e sanitários. Se fosse essa razão, a situação tenderia a ser bem pior. Era, segundo concepções do momento, que a incubação poderia trazer contratempos às condições higiênicas e sanitárias de uma localidade. Era crível que muitos pacientes, ou indivíduos, pudessem carregar, incubadas, algumas moléstias de caráter epidêmico. Encerrar indivíduos com essas suspeitas era necessário para se observar se alguma enfermidade se desenvolveria em um espaço de tempo determinado; mas, por questões de segurança, em locais previamente escolhidos e preparados, que não proporcionariam contágio, ou melhor, contato, por limitar os movimentos dos indivíduos em um espaço demarcado.

É investigando o cotidiano dos navios utilizados na guerra que reinício algumas hipóteses sobre o AIP. O próximo documento, que também trata do assunto, medidas sanitárias, higiene e navios, pode, talvez, clarear um pouco mais essa possibilidade de interpretação:

“Rio de Janeiro. Secretaria do Corpo de Saúde da Armada em 10 de outubro de 1868.

Illmo. Exmo. Snr.

Cumprindo a ordem de V. Excia. datada de 8 do corrente, tenho a honra de informar que tendo se aumentado progressivamente os doentes do Hospital da Marinha, já pelo crescido número de navios e maior quantidade de guarnição, já pelas epidemias e ferimentos, conseqüência da guerra atual, não bastarão as enfermarias para os conter, e aparecendo o pensamento de comprar uma chácara ou casa de saúde para os convalescentes, e já tendo sido indicada a de Botafogo, eu lembrei ao Exmo. Ministro de então que a nação possui prédios seus na ilha e próximos ao hospital, que poderiam prestar-se aos doentes ou

convalescentes, e foi por isso que sendo por S. Excia. examinada a propriedade de que se trata, e foi mandada entregar ao Hospital.

Atualmente existem menos doentes, e para trezentos as enfermarias antigas bastam; mas nós estamos em tempo de calor e de guerra; podem aparecer epidemias, e sempre convêm que haja espaço e largueza para acomodação dos doentes: portanto a entrega da casa ocupada reclama a necessidade ou de pronto acabamento das novas enfermarias ou de designação, aluguel ou compra de prédios onde se possam colocar os doentes que excederem a lotação, os convalescentes, ou os de moléstia que possam trazer epidemias ou causar o contágio.

Deus Guarde a V.Excia.

Illmo. Exmo. Snr. Conselheiro Barão de Cotegipe
Ministro Secretário de Estado Inspetor Geral da Marinha.

Dr. José Maria da Cunha (...)
Cirurgião-Mór (...) Armada".¹⁴⁹

Era aguardado um maior número de doentes e convalescentes, dada a presença cada vez crescente de navios no porto, sobretudo os que transportassem feridos oriundos da guerra, bem como a tropa mobilizada. Epidemias já haviam atingido os militares no Paraguai e poderiam ser trazidas para a Corte, cujos habitantes, não importando sua classe, haviam visto e principalmente sentido a devastação delas nos anos anteriores, conforme se constata na leitura dos trabalhos de Pereira Rego. Era necessário que os serviços médicos da marinha, lá localizados, segundo as observações do médico, providenciassem, com esse crescimento, condições ou recursos para suportar a demanda e os eventuais perigos presentes dessas situações. O aumento de calor, bem como as doenças epidêmicas, que poderiam ser transportadas pelos navios, já manifestadas ou incubadas nos veteranos, inválidos, exigiam que providências fossem tomadas. Novos prédios fossem ocupados, para que os enfermos fossem distribuídos e que; portanto, não se convertessem em um foco epidêmico. A divisão entre convalescentes e doentes era essencial. Os últimos poderiam contaminar os primeiros.

Tendo o AIP como objeto de estudo, bem como as razões que motivaram a sua criação, pelo menos as explícitas, de caráter caritativo ou assistencial, creio que não foi à toa que durante o início da guerra, foi estabelecido, provisoriamente, o asilo de inválidos na Ponta da Armação, em Niterói, lugar notoriamente isolado e relativamente distante da Corte, como sua posterior transferência nos finais de 1868, para ser mais exato, e efetivamente, em outubro daquele ano, para a ilha do Bom Jesus, na baía de Guanabara, localidade igualmente afastada, e certamente isolada, onde permaneceu instalado por mais de um século. Segundo informações provenientes da história do Rio

¹⁴⁹ Arquivo Nacional. XM 309. Ministério da Marinha. 2ª Seção. Ofícios sobre hospitais e enfermarias.

de Janeiro, o convento dos franciscanos, depois administrado pelo governo,¹⁵⁰ na ilha do Bom Jesus,¹⁵¹ durante décadas antes da inauguração do AIP, serviu de *hospital lazareto*,¹⁵² posto de *isolamento de coléricos* e hospedaria para os crescente número de *imigrantes* provenientes de embarcações suspeitas que chegavam ao Rio, sendo então um lugar considerado relativamente longínquo e seguro, próprio para isolamento, afastamento, para a promoção da quarentena.

Tanto é que a ilha era interpretada dessa maneira, ainda entre os anos de 1865 a 1870, que em alguns documentos novas pistas são fornecidas sobre o assunto. O que me chama a atenção é que a documentação que fez menção à ilha do Bom Jesus, foi redigida durante e imediatamente após a guerra; portanto, antes do início da construção do asilo, durante as suas aceleradas obras, ou mesmo quando já havia sido inaugurado e estava funcionando no local, alojando todo o efetivo de *inválidos da pátria* que permanecia na Corte, pois muitos inválidos, entre os anos de 1866 e 1869, já tinham sido remetidos para suas províncias de origem, e aguardavam os seus despachos junto ao ministério da guerra, referentes às suas pensões, ou direitos adquiridos. Em janeiro de 1868, durante a construção dos prédios, bem como das reformas e adaptações necessárias no antigo convento, o ministro do império, em um momento em que a epidemia de cólera era temida, que poderia atacar a Corte, solicitou ao seu colega da guerra:

“5ª Secção

Rio de Janeiro Ministério dos
Negócios do Império, em 14 de janeiro de 1868.

Illmo. e Exmo. Snr

Como medida de precaução contra o desenvolvimento da epidemia de cólera morbo que se manifestou nesta cidade, digne-se V. Excia. de expedir ordem para que fique à

¹⁵⁰ Tania Fridman. *Donos do Rio em Nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Jorge Zahar Editores/Garamond. Rio de Janeiro, 1999.

¹⁵¹ Vivaldo Coaracy. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Editoras Itatiaia/Edusp. São Paulo, 1988.

¹⁵² (n. 85 – Reino – Em 27 de Julho de 1822. Manda entregar o Convento do Bom Jesus para servir interinamente de Hospital de Lázaros desta cidade. Tendo a junta Administrativa do Hospital dos Lázaros representados a S. A. Real o Príncipe Regente a necessidade de melhorar de sítio o mesmo Hospital, pelos incômodos e prejuízos que sofrem os doentes na Ilha das Enxadas; e, sendo mui digna de sua Real Consideração e Piedade a sorte desgraçada dos referidos enfermos, que pode receber alguns alívios com a mudança do Hospital para lugar, onde seja mais fácil tratá-los convenientemente: Manda pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino que o Ministro Provincial dos Menores Observantes da Província da Conceição, faça entregar à referida junta o Convento do Bom Jesus, para ser inteiramente ocupado pelo mesmo Hospital, não só por haver nele todas as comodidades necessárias, e lhe parecer que pode ser dispensado do uso a que atualmente está destinando, mas também por estar certo que de muito bom grado se fará esta cessão, pelo útil e piedoso fim a que se destina. Palácio do Rio de Janeiro em 27 de Julho de 1822 – José Bonifácio de Andrade e Silva). BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1822*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1822

disposição do Inspetor de Saúde do porto qualquer das salas do Asilo dos Inválidos, estabelecido na ilha do Bom Jesus, que esteja concluída, afim de estabelecer-se nela um lazareto para desembarque dos passageiros dos navios procedentes de portos infeccionados da mesma epidemia.

Deus Guarde a V. Excia.
José Joaquim Fernandes Torres.

Snr. João Lustosa da Cunha Paranaguá”.¹⁵³

Um pouco mais de três anos depois, o médico José Pereira Rego, da Junta Central de Higiene Pública, observou ao ministro do império, em ofício reservado:

“Reservado Junta Central de Higiene Pública

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1871.

Satisfazendo ao que V. Excia. determina em Aviso de hoje com relação às medidas a tomar para evitar que a febre amarela que grassa em Buenos Aires seja para aqui importada pelos passageiros que se dirigem para esta Corte ou vão em trânsito para a Europa, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia., que tem sido postos em observação os navios que dali tem chegado, segundo prescreve o regulamento de saúde do porto, sendo certo que felizmente nenhum tem trazido doentes à bordo, e que os passageiros que vêm com destino à esta Corte tem desembarcado logo para terra por não se poderem os vapores demorar, e não ter a Inspeção de Saúde lugar para os receber por alguns dias, como era de vigor, embora venham sãos, porque a observação tem demonstrado que as vezes a moléstia leva de incubação muitos dias antes de fazer explosão.

Não podendo, porém, apesar da estação em que entramos, continuar este estado de coisas sem risco para a saúde pública, lembro a V. Excia. como o meio mais pronto e expedido de remediar este inconveniente, pôr o Governo, à disposição da Inspeção de Saúde, um navio desarmado na baía de Jurujuba ou no porto à distância de 2000 metros do Asilo dos Inválidos, para onde sejam enviados os passageiros que vierem de Buenos Aires com destino à esta Corte, em o qual fiquem em observação por sete dias, possam lavar-se e mudar de roupa, bem como desinfectarem-se as roupas sujas, quer sejam sustentados eles pelo Governo, quer pelos consulados respectivos, como me parece mais acertado, uma vez que não há no nosso litoral, nem nas ilhas existentes no porto, lugar onde se possa construir um lazareto.

Quanto às outras medidas, umas se referem ao desenvolvimento da epidemia no mar, outras em terra, se infelizmente ela realizar-se. Com relação às primeiras insistirei nas já lembradas no meu ofício de 3 de Dezembro último, e sobre as quais não sei o que foi resolvido, e lembrarei a necessidade das visitas à bordo dos navios surtos no porto, a abertura do hospital marítimo de Santa Isabel para tratamento dos doentes de bordo dos navios ancorados na baía, afim de evitar a aglomeração de doentes nos hospitais desta cidade e a criação de grandes focos de infecção, enfim todas as medidas que foram executadas por ocasião da epidemia que grassou no ano findo. Quanto às providências a tomar com relação ao desenvolvimento da epidemia em terra, convém proibir que em princípio sejam recolhidos doentes ao hospital da Misericórdia, que sejam transferidos todos para o da Saúde, retirando-se dali os de outras moléstias para não serem contaminados do mal; que se proíbam as escavações simultâneas das ruas, permitindo só aquelas de que se não puder prescindir, e que estas mesmas sejam feitas por partes e reconstruídos logo os calçamentos; que se proíbam os aterros com lixo e imundícies; que se vele incansavelmente no asseio das ruas, dos estabelecimentos públicos, e de todos

¹⁵³ Arquivo Nacional. IG 1 352. Ministério da Guerra. Correspondência do Ministério do Império ao Ministério da Guerra. (1868 – 1869).

aqueles de que possa provir dano à saúde pública, quer pela aglomeração de gente, quer por falta de asseio e outras condições higiênicas indispensáveis. Para esse fim reclamo nesta data o auxílio de Illma. Câmara Municipal e da Polícia, solicitando a execução das instruções que tem sido dadas em outras circunstâncias.

Eis de um modo genérico as providências que julgo deverem ser adotadas para prevenir a invasão da epidemia de febre amarela, ou atenuar seus males no caso de sermos infelizmente por ela assaltados.

Deus Guarde V. Excia.

Illmo. Exmo. Snr. Conselheiro Doutor João Alfredo Correia de Oliveira
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.

Dr. José Pereira Rego”.¹⁵⁴

Pereira Rego, com esse documento, deixa claro que apesar de emitir numerosas sugestões sobre o procedimento correto quanto às causas que poderiam contribuir com o aparecimento, e o aumento de uma epidemia, permanecia subordinado às ações dos que ocupavam os cargos públicos, em esferas mais altas. Ele dependia do ministro, para que fossem promovidos os atos que visavam a manutenção, e não possuía poderes para fazê-los, exceto, limitar-se a observar e comunicar o seu superior sobre as faltas e deficiências correlatas à higiene e salubridade da Corte. Segundo ele, não havia mais um lugar apropriado, nem no litoral, nem em ilhas próximas, para receber, com um adequado *lazareto*, os passageiros provenientes do contaminado porto de Buenos Aires que, mesmo que fossem indivíduos aparentando saúde, poderiam estar com o mal incubado em seus organismos. Ele sugeriu que a baía de Jurujuba, em Niterói, próxima ao hospital (Santa Isabel), conhecido pelo mesmo nome da baía em que se localizava, com a função de tratar pacientes com doenças epidêmicas, fosse utilizado. E, apresentou a ilha do Bom Jesus, onde se localizava o AIP, quase dois anos após sua inauguração oficial, para que uma embarcação, providenciada pelo governo, permanecesse próxima, cerca de *2000 metros*, e que possivelmente facilitaria o desembarque de passageiros para realizar sua higiene pessoal ou outras atividades mais urgentes; mas que, ainda assim, permaneceriam isolados do resto da cidade, e de seus habitantes, por cerca de sete dias. Conforme aqui já foi trabalhado, essa preocupação não permanecia restrita aos imigrantes, ou mesmo aos passageiros civis provenientes de portos infectados ou suspeitos. Os navios de guerra igualmente eram vistos com reservas, ou melhor, com suspeição, bem como homens provenientes do Paraguai que desembarcavam debilitados por ferimentos ou por doenças crônicas, que retornavam ao Brasil para receberem um tratamento mais apropriado, e provavelmente para desmobilização, e que por essa razão

¹⁵⁴ Arquivo Nacional. IS 4 27. Saúde. Ministério do Império. Junta Central de Higiene Pública.

eram conhecidos como *inválidos da pátria*. Os sinais de alerta para as autoridades, tanto as sanitárias quanto as políticas, eram a mudança das estações, principalmente com a chegada do calor, e a vinda de navios, que atracavam diariamente no porto. Dentre as medidas necessárias para se evitar um provável mal, isto é, que atingisse a cidade, era imprescindível que fosse providenciada a manutenção da limpeza nos logradouros públicos. Pereira Rego, com certas orientações não contagionistas, reparou que as escavações realizadas na cidade deveriam ser proibidas, principalmente as que fossem executadas simultaneamente. Evitar-se a formação de aglomerações de pessoas foi um outro recurso sugerido para se combater as ameaças epidêmicas, e, se fossem pessoas doentes, a divisão por enfermidades era indispensável, pois a fragmentação do contingente de pacientes, alocados em diversos espaços específicos, preparados e especializados ao seu tratamento resultaria, com a sua ação, ou de seu pessoal médico, no enfraquecimento de possíveis focos epidêmicos, além de se evitar, com a distribuição, que várias doenças atacassem os organismos debilitados, isto é, se um paciente de cólera fosse alojado com outros, portadores de outras doenças, o primeiro poderia contaminar os demais, tornando-se uma sede epidêmica e transformando o local numa ameaça, para a região e, obviamente, para o próprio estabelecimento. Com a repartição dos casos que apresentavam doenças, além de classificá-los segundo os males, limitaria a sua maléfica atuação em apenas um local, já determinado - como facilitaria seu combate - evitando-se, com essa delimitação espacial, que as moléstias se propagassem na cidade.

No próprio exército, a ilha era interpretada como um lugar oportuno para isolamento, tanto que em fevereiro de 1870, após quatro inválidos contraírem a febre amarela, o cirurgião-mór do exército, Dr. José Ribeiro de Sousa Fontes, ou o *Dr. Fontes*, propôs, ao ajudante general, *a abertura de uma enfermaria especial no Asilo de Inválidos para as praças que ali fossem acometidas da moléstia reinante*.¹⁵⁵ Neste caso, não era necessário a remoção dos pacientes atacados para outras enfermarias especializadas, mas podia-se aproveitar a própria ilha para segregar os atingidos pelo mal.

Em julho de 1868, o chefe do corpo de saúde do exército, em um ofício louvando os serviços que considerava relevantes, prestados por seus subordinados,

¹⁵⁵ Arquivo Nacional. IG 6 15. Ministério da Guerra. Hospitais.

descreveu o histórico das ações de cada competente subalterno. Um deles, O dr. Luiz Bandeira de Gouveia, teve a seguinte e laudatória descrição sobre seus serviços:

“ (...) nomeado 1º Médico interino do Hospital Militar da Guarnição da Corte por Portaria de 2 de maio de 1865, apressou-se em assumir o dito lugar onde poucos dias depois e em presença de mais de 600 enfermos, representou a bem do serviço público às autoridades competentes contra semelhante acumulação, e sendo atendido foi encarregado pelo antecessor de V. Excia de montar um Hospital Provisório na Jurujuba, o que em poucos dias conseguiu exercendo ativa fiscalização, até mudar-se esse Hospital para a Ilha do Bom Jesus.

Tendo-se distribuído doentes por ordem superior para o Hospital da Misericórdia, Andaraí, e Casas de Saúde dos Drs. Godinho, Fragoso e Eiras, situadas em pontos da cidade quase diametralmente opostos...”.¹⁵⁶

Era um recurso comum, para se evitar que a epidemia grassasse *em terra*, distribuir os enfermos, para que não se constituíssem em um foco epidêmico, que se transformassem em “vetores” da moléstia à outros enfermos, colegas de um mesmo quarto, ou ala de hospitais e enfermarias que poderiam estar apenas convalescendo, ou sofrendo de alguma doença diferente do companheiro próximo. Os que estivessem com uma determinada moléstia, ou suspeitos de portá-la, deveriam ser evacuados para estabelecimentos voltados exclusivamente ao seu atendimento, que fossem especializados em seus cuidados. A aglomeração de indivíduos, bem como a falta de asseio, entre outros problemas higiênicos, deveriam ser combatidos para se tentar manter a saúde da localidade. Interessante é que o *Hospital Provisório na Jurujuba*, que era utilizado com funções de isolamento e quarentena, principalmente por abrigar pacientes considerados suspeitos por trazer doenças pestilenciais, e que foi utilizado pelo exército durante algum tempo, provisoriamente, até ser devolvido, foi substituído, em suas funções, pela *Ilha do Bom Jesus*. Igualmente o é quando mencionou outros estabelecimentos, como *Andaraí* e o *Hospital Militar da Guarnição da Corte*, locais que receberam, por anos, os inválidos, para que fossem melhor tratados, e em diversas ocasiões, promoveram cirurgias reparadoras em amputações já promovidas.

O empréstimo desse hospital, Jurujuba ou Santa Isabel, do qual o ministério da guerra se utilizou por um tempo, por não haver vagas disponíveis nos hospitais militares da Corte, acabou, inclusive, acarretando alguns problemas com os seus arquivos, e uma troca de ofícios entre as autoridades encarregadas da documentação.

¹⁵⁶ Arquivo Nacional. IG 6 14. Ministério da Guerra. Hospitais.

Parece-me que tudo começou quando, em um ofício, o Marquês de Olinda, então ministro do império, solicitou ao seu colega da guerra, Angelo Muniz da Silva Ferraz, providências sobre o problema, em abril de 1866, porque quando o *inspetor de saúde do porto* precisou consultar o arquivo e os livros de assentamentos, não os encontrou para *passar uma certidão de óbito*. Aliás, parece-me que uma série de objetos que pertenciam ao hospital foram retirados, e não foram entregues aos empregados do ministério do império pelos da guerra. No final de abril daquele ano, o Marquês de Olinda voltou a se comunicar com o seu colega. Segundo as informações, Olinda recordou que no ano anterior, o hospital, no dia 16 de maio, havia sido transferido ao ministério da guerra, inclusive por sua própria solicitação, *afim de serem ali recolhidas e tratadas praças do Exército, que pelo crescido número já não cabiam nos hospitais militares*. O ministro lembrou que o Hospital Marítimo de Santa Isabel poderia, havia sido criado para isso, ser utilizado para *se evitar o desenvolvimento da epidemia de Cólera Morbo, que grassava em algumas Cidades da Europa*, já que o estabelecimento funcionava, convenientemente, para *recolher os indivíduos que chegassem acometidos pelo mal*. No mês de novembro do ano anterior, foram removidos dali os *doentes militares* que lá estavam, exceto *sete que absolutamente não podiam, pelo seu estado grave, suportar o abalo da remoção*.

O que importa neste documento é saber a razão, o porquê foi utilizado pelo ministério da guerra. Pois já se sabe, então, que era para alojar doentes com suspeitas de cólera, principalmente oriundos do exército, e normalmente praças evacuadas do Paraguai, pelos transportes de guerra, com suspeitas ou mesmo atacadas pelo mal. É certo que ele foi utilizado por mais de uma vez pelo exército, e durante a guerra, recebeu, com certa regularidade, os indivíduos oriundos das forças em operações, que eram desembarcados pelos navios que ligavam a Corte ao sul.

O problema com os navios suspeitos, e seus passageiros, foi algo tão presente que Pereira Rego, em setembro de 1866, por ordens verbais de um antigo ministro, que da pasta havia saído, apresentou ao novo ocupante do ministério do império um *projeto de reforma do regulamento* que tratava da *inspeção de saúde do porto*.¹⁵⁷ Além das atribuições para cada um dos seus membros, foram previstas as funções de inspetor, ajudantes, agente e guarda, que serviriam na Corte, como foi sugerida a existência de empregados, com idênticas funções, nas províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão,

¹⁵⁷ Arquivo Nacional. IS 4 11. Saúde. Ministério do Império. Inspeção de Saúde dos Portos.

Pará e São Pedro (do Sul), que teriam, cada uma, um inspetor, um secretário e dois guardas.

O inspetor deveria visitar *todas as embarcações suspeitas* – e estas eram definidas como *todas as embarcações nacionais ou estrangeiras mercantes ou de guerra* - e quando fosse necessário, visitasse o *hospital marítimo e os lazaretos*. Todas as medidas deveriam ser tomadas *para garantir a saúde pública*, sendo que os ajudantes teriam a obrigação de *visitar diariamente os navios surtos no porto que possuíssem doentes de moléstias pestilenciais*, e promover a remoção dos pacientes para o *Hospital Marítimo de Santa Isabel*, responsabilizando-se pela execução da *desinfecção das embarcações* e de *remover para os Lazaretos as pessoas suspeitas de moléstia pestilencial*. E, para evitar problemas que deveriam ser comuns sobre as atribuições da cada autoridade, seria determinado que *a visita sanitária aos navios que entrassem seria feita antes da Polícia da Alfândega, as quais não poderiam atracar antes do navio estar desimpedido pela Saúde*. As moléstias pestilenciais seriam, por definição de Pereira Rego: *o cólera morbo, a febre amarela, a peste do oriente, a tifo, e as contagiosas: a bexiga, sarampão e escarlatina*.

Algumas *hipóteses* foram observadas, que serviriam como guia e definiriam o procedimento dos empregados responsáveis pela fiscalização. As embarcações, enquadradas nestas *hipóteses*, não seriam consideradas em *livre prática*:

“1º Se proceder de porto infeccionado, embora não se tenha desenvolvido alguma das moléstias de que trata a 2ª parte do artº 13.

2º Se durante a viagem tiver tido doentes de qualquer das mesmas moléstias.

3º Se chegar com eles”.

Nos casos enquadrados na primeira hipótese, *toda roupa suja* que houvesse ou pertencesse *à tripulação, ou aos passageiros, e os tecidos que houvessem sido usados por qualquer pessoa* seriam *sem perda de tempo desinfectados pela gente de bordo, a quem se forneceria as substâncias a isso necessárias*. A água a bordo seria jogada *fora*, sendo o navio lavado, *nos intervalos das cavernas onde fosse possível por meio de bombas com água limpa, assim como toda a embarcação*, sendo necessária a *caiação do lugar destinado para dormitório dos marinheiros, e outros que estivessem em condições de pouco asseio*. Só após essas medidas, o navio receberia a *livre prática*.

Se a embarcação estivesse na segunda hipótese, além de ter que cumprir as medidas previstas para a primeira, do mesmo modo estaria sujeita *a duas ou três*

desinfecções, sendo que só após realizar essa determinação, receberia a *livre prática*. Já na terceira hipótese, deveria proceder da seguinte maneira: *as pessoas, depois de serem submetidas a desinfecção possível a bordo*, seriam *imediatamente transportadas para o Lazareto*, onde seriam novamente *desinfectadas*, e *constantemente observadas para serem medicadas aos primeiros sintomas do mal*. Se, após *quatro dias de observação*, nenhum pessoa apresentasse os sintomas de moléstia pestilencial; portanto, quando havia o vencimento do prazo de incubação de determinadas doenças, poderiam *no quinto dia em diante* ser dispensadas, *com autorização do Inspetor*. Se o contrário acontecesse, e os doentes tivessem de ser tratados no *mesmo Lazareto*, o *médico, do quinto dia em diante*, procederia com nova *desinfecção das roupas dos que estivessem isentos do mal*, e lhes autorizaria a *livre-prática*. Se fosse possível a transferência dos doentes para o Hospital Marítimo, o médico poderia *prolongar por mais alguns dias a observação*.

A carga, se impedisse a desinfecção do navio, deveria ser baldeada *em todo ou em parte para alvarengas*, e *mesmo conduzida para o Lazareto* se fosse necessário, onde, depois de desinfectada, seria transportada *sem demora para a alfândega*. Afinal, o comércio não poderia ser muito prejudicado em uma cidade portuária como é o Rio de Janeiro. As preocupações com as epidemias não se limitavam à saúde dos habitantes, mas igualmente eram extensivas às trocas comerciais, que eventualmente, dada a sua intensa atividade, poderia trazer alguma epidemia. A atenção voltada para o porto do Rio de Janeiro, e a tentativa de se regularizar o serviço de inspeção sanitária portuária é uma prova dessa preocupação, e das ações, ainda que tímidas e circunstanciais, tomadas visando evitar-se os problemas decorrentes. Chama a atenção que nesse documento, Pereira Rego não entrou em minudências sobre as cargas. Sua atenção foi dirigida às pessoas e navios. Talvez, muitas das suas propostas não eram observadas, na prática, por causa das cargas, e principalmente pelos interesses comerciais envolvidos nessas questões. Os navios que adentravam ao porto do Rio de Janeiro não traziam, apenas, passageiros; mas, do mesmo modo, cargas e correspondências. Segundo a proposta de Pereira Rego, pessoas e navios até poderiam ficar alguns dias em “quarentena”, já uma carga deveria ser rapidamente desinfectada, desimpedida e levada para a alfândega, sem perda de tempo. Pereira Rego, dadas as suas atividades, ainda que limitadas pela relação de subordinação com a burocracia imperial, mormente com o ministério do império e principalmente por seus pensamentos, poderia ser fonte de problemas para negociantes que dependessem da *livre prática*, para manterem satisfatoriamente suas atividades

comerciais? Provavelmente sim; no entanto, essa interessante e intrincada possibilidade de investigação foge à minha delimitação. Mas, acreditar que os médicos higienistas, naquele contexto, e nomeados para os serviços de inspeção sanitária e higiênica portassem plenos poderes frente à burocracia imperial, ou o seu alto escalão, como os ministros, é um equívoco; mas um outro, talvez maior, é que fossem “onipotentes” em relação a outros interesses, principalmente comerciais, ou melhor, de grandes comerciantes estabelecidos na capital do império há tempos. Interesses estes que se confundiam entre os altos membros do comércio e da administração pública. Sobre as embarcações e a inspeção de saúde do porto, Pereira Rego sempre prestava contas ao seu superior, e não ao contrário. Sempre se manifestava quando o seu superior o solicitasse, e só apresentava sugestões quando inquirido. Se elas eram colocadas em prática, só a burocracia imperial é que determinava a sua ação. As ocorrências com os navios, principalmente o *Vassimon*, comprovam que, na prática, muitas observações médico-sanitárias não eram observadas estritamente, e nem ao menos pelos responsáveis por elas, que respondiam pela sua execução. Durante aqueles anos da década de sessenta do século XIX, os médicos não tinham tanto poder quanto se acredita nos dias de hoje. Seu conhecimento ainda lutava para se consolidar, seu prestígio profissional era cambaleante, suas instituições de ensino não tinham tanto poder ou autonomia, e só depois de muitos anos, não sem resistência, que ainda existe, conseguiu se consolidar.¹⁵⁸

É, importante salientar que se os médicos não possuíram tanto poder, e prestígio. Pelo menos as suas idéias, referentes à profilaxia, a etiologia, a patologia e a nosologia não passavam despercebidas pelos administradores situados nas altas esferas burocráticas, principalmente os homens que exerciam suas funções, de treinamento, em vários cargos, como à frente dos ministérios, e principalmente o imperador, que segundo a documentação, já vista e que será observada, detinha algumas preocupações sobre os mesmos assuntos que os médicos eram responsáveis.

E, certamente, por cautela, *ninguém* poderia *entrar ou sair da embarcação que fosse detida para se proceder a desinfecção, antes de ter sido ela declarada em livre prática. Em tempos suspeitos, nenhum passageiro poderia desembarcar antes da visita sanitária, excetuando-se o Inspetor e seus Ajudantes, que poderiam visitar sempre que*

¹⁵⁸ Flavio Coelho Edler. *As Reformas do Ensino Médico e a Profissionalização da Medicina na Corte do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. História. São Paulo, 1992.

fosse conveniente, sujeitando-se de cada vez que tivessem estado em contato com as pessoas de bordo, a uma desinfecção em seus vestidos, e outros objetos que consigo levassem.

Recordo os problemas causados pelo transporte de guerra *Vassimon*. O navio, carregado de inválidos e prisioneiros, que não foi bem vistoriado pelos responsáveis pela inspeção de saúde, (doutores Gaíba e Rosendo), e que não observaram as medidas sanitárias que deveriam ser tomadas, isto dois anos após a proposta de Pereira Rego ter sido feita, o que acarretou, em setembro de 1868 - com o desembarque de suspeitos de cólera, provenientes do Paraguai - grandes apreensões no imperador, nos ministros da guerra e império, bem como nos funcionários empregados no serviço de inspeção, e no próprio Pereira Rego, que teve que prestar contas, naqueles receosos dias, pelo acontecido, ao seu superior. O próprio imperador, em seu bilhete a Muritiba, referente ao acontecimento do *Vassimon*, recordou da importância de se cumprir as normas estabelecidas pela junta de higiene. O documento de 1866, de Pereira Rego ao ministro, é um projeto, mas as práticas previstas nele já eram tomadas, na medida do possível, e a ocorrência envolvendo o transporte de guerra, dois anos depois de sua redação, bem como toda a atenção que foi dirigida pelos ministros e o imperador, naquele momento, provam a minha assertiva. Rosendo, o médico de bordo, sabedor das atribuições da *Inspeção de Saúde do Porto*, e possivelmente ansioso para desembarcar, não relatou tudo o que aconteceu no navio – o que as observações de Muritiba ao imperador fizeram - porque sabia das práticas sanitárias previstas, consubstanciadas no documento de Pereira Rego.

2.1. Acampamentos, Combates, Serviços Médicos e Cirúrgicos na Guerra.

Mas, as condições sanitárias no teatro de operações, e até mesmo na Corte - aliás, que não estão isoladas entre elas, pelo contrário, pois durante a guerra estão intimamente ligadas - não residem apenas nas questões de transportes impróprios, potenciais portadores de doenças epidêmicas, quando *infeccionados*, ou carregando elementos potencialmente *contaminadores*, e por isso temidos e considerados relevantes, quando efetivamente identificados e vigiados, ou não, para a manutenção da saúde no Rio de Janeiro. A água, por exemplo, foi fonte de constantes problemas durante a guerra, tanto no campo quanto na Corte, conforme se observará nos próximos capítulos. Pode-se mesmo afirmar que a opção que restava era minorar os males causados pelo líquido no Paraguai, já que não havia, aparentemente, um controle eficaz sobre sua qualidade. A que era fornecida na maioria das vezes não era potável, provocando enfermidades no *aparelho gastro-intestinal*.¹⁵⁹ As praças recrutadas que chegavam do Brasil logo experimentavam os seus efeitos, sendo atingidas por diarreias e disenterias, males comuns durante toda a campanha e que podem ser constatados cotidianamente em ordens do dia, diários e correspondências trocadas entre os militares. Eram males comuns e temidos porque igualmente assinalavam a presença, ainda que suspeita, do cólera, bem como normalmente, dependendo de sua gravidade, acabavam forçando os atingidos a uma temporária baixa em enfermarias e hospitais, lugares não muito apreciados pelos soldados, e que devido às suas péssimas condições de higiene e salubridade, poderiam transformar alguns destes problemas aparentemente corriqueiros em males graves, resultando em uma “estada”, perpétua, em algum cemitério de campanha.

Nos navios da esquadra, a água era “purificada” da seguinte maneira:

“Nos navios da Esquadra procurava minorar-se a influência perniciosa delas, e preparavam-se sacos de lona, onde depositavam-na, ou conservavam-na em tanques, para depois fazerem dela uso, desembaraçando-se deste modo alguns corpos estranhos que pudessem conter, tornando-se então menos turva”.¹⁶⁰

Em Jataí, no ano de 1865, o cirurgião-mór observou um quadro que foi comum durante muitos anos no Paraguai, e principalmente nas adjacências dos acampamentos aliados:

¹⁵⁹ Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo. *op. cit.* (página 24).

¹⁶⁰ Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo. *op. cit.* (página 137).

“Horrível era o quadro, que presenciávamos no campo onde deu-se a batalha, centenas de cadáveres paraguaios, em completa putrefação, achavam-se disseminados em todos os pontos, no meio dos pântanos e lagoas, bebendo os nossos soldados água imunda destas lagoas”.¹⁶¹

É conhecido de todos os estudiosos da guerra que, muitas vezes, os soldados não consumiram água potável. Eu diria que na maioria das vezes. As reminiscências de veteranos como as de Dionísio Cerqueira¹⁶² possuem muitas passagens sobre a vida das tropas nos acampamentos e, que em suas observações, esse problema sempre foi presente - a péssima qualidade do líquido à disposição. Dionísio se lembra, em trecho já muito conhecido, da que se consumia:

“Continuava-se, porém, a beber água das cacimbas rasas, cavadas no areial; água poluída pela vizinhança de cadáveres, amarelenta e grossa”.¹⁶³

Em um estudo contemporâneo envolvendo a ação do necrochorume¹⁶⁴ e sua presença nos cemitérios – *neologismo que designa o líquido liberado intermitentemente pelos cadáveres em putrefação, que também pode conter microorganismos patogênicos, transportados pelas chuvas infiltradas nas covas, ou pelo contato dos corpos com a água subterrânea. Trata-se de uma solução aquosa rica em sais minerais e substâncias orgânicas degradáveis, de cor castanho-acinzentada, viscosa, polimerizável, de cheiro forte e com grau variável de patogenicidade*¹⁶⁵ – pode-se entender quais os males que esse tipo de substância expelida causa nos organismos. A contaminação dos lençóis d’água é uma forte possibilidade nos casos em que corpos acabam se decompondo em lugares impróprios.

“Depois de morto, o corpo humano se transforma. Passa a ser um ecossistema de populações formado por artrópodes, bactérias, microorganismos patogênicos, destruidores de matéria orgânica e outros, podendo pôr em risco o meio ambiente e a saúde pública. Sendo os cemitérios repositórios de cadáveres e laboratórios de decomposição, apresentam riscos que exigem cuidados técnicos e científicos na sua implantação e operação”.¹⁶⁶

¹⁶¹ *Ibid.*, (página 150).

¹⁶² Dionísio Cerqueira. *Reminiscências da Campanha do Paraguay, 1865 – 1870*. 2ª edição. F. Briguiet & Cia. Editores. Rio de Janeiro, 1929.

¹⁶³ *Ibid.* 1929. (página 167).

¹⁶⁴ Bolívar Antunes Matos. *Avaliação da Ocorrência e do Transporte de Microrganismos no Aquífero Freático do Cemitério da Vila Nova Cachoeirinha, Município de São Paulo*. Tese de doutorado. Instituto de Geociências. Universidade de São Paulo, 2001.

¹⁶⁵ *Ibid.*, (página 06).

¹⁶⁶ *Ibid.*, (página 02).

Francisco Seeber, veterano argentino, e, parece-me, o que apresentou observações mais detalhadas ou pretensamente sinceras sobre o dia-a-dia na guerra, recordou-se da área de Tuiuti, em seus escritos, em forma de missiva:

“Excuso decirte que Tuyutí quiere decir barro blanco, y que seguimos empantanados por el barro blanco y negro del Estero y ahogados por la arena, que en los días de seca y viento es insoportable! En las avanzadas, además, las fuerzas destacadas han sufrido por muchos días de las miasmas que despiden los cadáveres insepultos y los caballos en estado de putrefacción. No hemos tenido ni una tregua siquiera para enterrar a los muertos; ya pagaremos con vidas caras esta negligencia é inhumanidad. La fiebre intermitente aumenta los estragos.”¹⁶⁷

Considerando que o exército ficou praticamente imobilizado durante anos na região de Tuiuti, ou próximo a ela, como Curuzú, é necessário o estudo também de como a água era adquirida durante a guerra. A contaminação não era somente proveniente da decomposição de cadáveres humanos, aliados ou paraguaios; mas quando se observa as descrições das carneações nas memórias de guerra, bem como nas observações higiênicas presentes em ordens de dia que tentavam regularizar o serviço de carneação, nota-se que não havia muita preocupação em se dar um destino corretamente higiênico às centenas de carcaças bovinas produzidas diariamente na distribuição das rações aos milhares de soldados. Fora a decomposição da cavallhada morta, particularidade observada por Seeber, e que foi amplamente utilizada nos anos da campanha, e que, pelas memórias de outros antigos combatentes, sabe-se que morriam em grande número e que talvez, por essa razão, ou porque demandavam maiores esforços para serem enterradas, esquartejadas ou queimadas, não eram nem ao menos removidas das áreas próximas aos acampamentos dos exércitos aliados. Durante um determinado período da campanha, a cavalaria ficou praticamente inativa porque seus cavalos estavam, em sua maioria, ou mortos, ou muito debilitados, o que impossibilitava de serem utilizados nas operações de reconhecimento e ataque e quiçá para serem montados. Esta questão, como muitas outras que se apresentam ao investigador da vida nos acampamentos, só poderá ser convenientemente respondida, na minha opinião, se for feito um criterioso e interessante estudo nos lugares onde os exércitos aliados acamparam, principalmente na região de Tuiuti. Os documentos nos arquivos auxiliam, e muito, este tipo de investigação; entretanto, a arqueologia tem oferecido instrumentos e argumentos muito mais consistentes em outros campos de

¹⁶⁷ Francisco Seeber. *Cartas sobre la Guerra del Paraguay (1865 – 1866)*. Talleres Graficos de L. J. Rosso. Buenos Aires, 1907. (páginas 103 e 104).

batalha pelo mundo afora, cujo trabalho pode-se simplesmente acompanhar em cotidianos e populares programas de televisão à cabo, produzidos nos Estados Unidos ou em países da Europa. Ela tem a possibilidade, com pessoal realmente especializado, de investigar: sobre a água consumida, a existência de fossas sanitárias coletivas (?) e os depósitos de detritos (?). Francisco Seeber falou sobre um destes lugares diária e forçosamente freqüentados pelos soldados, de grande importância quando se estuda as questões sanitárias e médicas levantadas em campanha; mas espaços que sempre foram esquecidos ou propositalmente ignorados nas pesquisas que envolvem a guerra, os acampamentos e a vida dos militares:

“Las latrinas son un foco de infección: se componen de un espacio circular cerrado, por troncos de palmeras, y cada uno se va acomodando como puede, con el peligro de quemarse y presenciando los estragos intestinales de los malos alimentos, de la carne flaca y cansada y del exceso de conservas.”¹⁶⁸

Seeber, deixando o refinamento de lado, primeiro observou que aquele recinto era fechado por troncos de palmeiras, o que denota pudor; mas não se pode perder de vista, que era um tolerável “foco de infecção”, porque as latrinas de campanha eram oriundas das observações médicas que visavam disciplinar a vida nos acampamentos, pelo menos em seus aspectos higiênicos e sanitários. Uma tentativa para se evitar que os soldados saíssem pelos acampamentos e adjacências, e “operacionalizassem” suas necessidades mais elementares. Era necessário enquadrá-los, algo que nem sempre a disciplinar militar, a sua necessária hierarquia, poderia fazer ou legitimar. Não deixa de ser um desafio, e com humor, pensar como outros comandantes, pelo menos os mais importantes, se viravam, literalmente, junto com os seus ordenanças e louças, nestes assuntos, fora outros oficiais, superiores e inferiores, que deveriam ter os seus próprios lugares, cantos bem privativos, não se sabendo se de uso particular ou coletivo entre eles, porque quase não há referências sobre esses aspectos comumente constrangedores. Em alguns momentos, chegou-se no Paraguai, em uma área relativamente pequena como Tuiuti, a se concentrar mais de 25 mil homens, fora o trânsito, proveniente das embarcações, de centenas de fornecedores, de mulheres e crianças, entre outros que por lá viveram ou visitaram. No entanto, Seeber, quando dirigiu o seu olhar a coisas ou substâncias nada agradáveis, informou até mesmo sobre o problema da alimentação

¹⁶⁸ Francisco Seeber. *Cartas sobre la Guerra del Paraguay. (1865 – 1866)*. Talleres Gráficos de L. J. Rosso. Buenos Aires, 1907. (página 80).

imprópria, (conservas), intensamente consumida naquela campanha, em um lugar que muitos pesquisadores nem pensam em entrar. Mas é neste espaço, nada agradável, ou melhor, dependendo do ponto de vista de quem o vê, e que, pela observação de Seeber, do mesmo modo não era apreciado pelos soldados, que as respostas sobre as epidemias, principalmente de cólera, se encontram, ainda mais se forem consideradas as regiões de Tuiuti e Curuzú, entre os anos de 1866 a 1869, ou outras, que receberam um numeroso contingente de militares, em acampamentos, por alguns meses.

As pesquisas arqueológicas podem esclarecer sobre a disposição dos acampamentos e áreas utilizadas para tal fim, das técnicas de construção de trincheiras e zonas fortificadas, tanto aliadas quanto paraguaias, dos materiais com que foram construídas, dos utensílios utilizados diariamente pelos soldados, seus prováveis e pouco numerosos objetos pessoais, suas refeições, seus passatempos, seus hábitos, suas eventuais companheiras, o sepultamento de soldados aliados e paraguaios(?), os objetos, se os havia, que acompanhavam esses homens em suas sepulturas(?), a eficácia e qualidade das granadas de artilharia, tanto a naval (embarcada), quanto a do exército. As granadas remanescentes, e enterradas bem próximas das localidades fortificadas, ou até mesmo em seu interior, regiões estas ainda perfeitamente identificáveis, por mais que o tempo e a ação humana tenham agido sobre elas, que podem, com escavações em seu interior, e ao redor, dar pistas, com o material remanescente descoberto, sobre a eficiência destas armas, bem como a qualidade do material de artilharia empregado, tanto no exército quanto na marinha. Fora outras questões bem mais refinadas e que tratariam sobre o nível de treinamento dos artilheiros.

Quando os “arraiais” eram desocupados, apresentavam a seguinte situação:

“Quando abandonávamos os arraiais, o campo ficava coberto de destroços Na área de alguns quilômetros quadrados, viam-se sapatos velhos, armas quebradas, pedaços de couro, painéis furados, freios partidos, contos de lanças, latas abertas, caveiras de boi, baralhos espalhados, garrafas vazias, bonés sem pala, espartilhos em pedaços, saias rasgadas, paus de barraca fincados...”¹⁶⁹

A disposição, no terreno, das unidades na hora do combate, tanto as aliadas quanto as inimigas, pode ser trazida ao lume, justamente pelos remanescentes projéteis semi enterrados, (de infantaria e artilharia), cuja localização fornece pistas sobre o posicionamento, sua movimentação e a maneira como foram atacadas e atacaram. Isso

¹⁶⁹ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 99).

não é um preciosismo, principalmente se o estudo for confrontado com as numerosas partes oficiais redigidas logo após as contentas (que as descrevem), pelos comandantes das unidades, bem como as memórias dos veteranos que lá estiveram, independentemente de a qual exército fizeram parte. A arqueologia pode estudar sobre as ferramentas de sapa à disposição, em eventuais fragmentos localizados no campo, da mesma forma o armamento portátil, também enterrado, e possivelmente fragmentado, ou mesmo, e importante estudo, revelando os restos mortais de soldados mortos em combate e de enfermidades¹⁷⁰ que não foram incinerados ou simplesmente queimados, e que trazem muitos sinais e informações para quem sabe lê-las. Até onde pude identificar, localizei alguns cemitérios de campanha, médios e pequenos, remanescentes, que foram utilizados para o sepultamento de soldados brasileiros, mortos em decorrência do combate, e que acredito que alguns deles permaneçam com as ossadas, e quiçá, nem ao menos identificados como cemitérios, pois são meramente descritos, em documentos de época, com um sinal que os identificava com toscas cruces de madeira, há muito desaparecidas. Acredito que os de campanha, são em maior número e de todas as proporções possíveis, desde alguns, maiores, nascidos dos catastróficos resultados de ataques mal planejados contra zonas fortificadas, até outros, possivelmente contendo apenas alguns corpos, resultantes das constantes e comuns escaramuças, que nunca recebem a devida atenção, que envolveram entre 20 a 60 indivíduos de ambos os lados, no máximo; e que se situam, provavelmente, bem próximo do lugar onde se deu o pequeno embate. Chamo a atenção para as telas do veterano, inválido argentino, Candido Lopez, que quando retratou os acampamentos, pintou toscas cruces de madeira, geralmente próximas aos redutos.¹⁷¹ Foi assim nas telas: “*Vista do Interior da Fortaleza de Curuzú, Tomada de Montante*”; “*Hospital de Sangue Brasileiro. Paso de la Patria*”; “*Clareia do Outro Lado do Rio Santa Lucia*” e “*Acampamento Incendiado do Exército Paraguaio Sob as Ordens do General Resquin na Margem Direita do Rio Santa Lucia*”.

Em algumas situações, isto é, dependendo do período, ou nos lugares em que se deram as pelejas, os corpos ficaram ao relento e só depois de algum tempo foram convenientemente enterrados. Aliás, essas pequenas pelejas, envolvendo destacamentos, em avançadas, nascidas das necessidades de reconhecimento do terreno, da

¹⁷⁰ Calvin Wells. *Ossos, Corpos e Doenças*. Editora Verbo. Lisboa, 1971.

¹⁷¹ Candido Lopez. *A Campanha do Paraguai. De Corrientes a Curupaiti. Vista pelo Tenente Candido Lopez*. Apresentação de Marcos Tamoyo. Distribuidora Record S.A. 1973.

movimentação do inimigo, da escolta de numerosa carga, valores e correspondências, do transporte de gado, para a realização do sempre presente e necessário serviço de *faxina* (adquirir lenha para queima, ou qualquer outro material necessário nos acampamentos, zonas fortificadas, etc), são numerosas nos relatos, e não envolviam, certamente, grande efetivo. No máximo 20 a 60 homens dos dois lados, e eram determinadas por rápidos embates entre infantaria, normalmente iniciados com troca de tiros e encerrados, ou com a fuga de um dos contendores, ou com a utilização de *armas brancas*, e algumas vezes se caracterizaram com choques entre a infantaria e cavalaria, pois esta se locomovia rapidamente, podendo, então, isolar e imobilizar algum destacamento com a função de desempenhar algumas daquelas necessidades já citadas. Porém, o maior desafio é identificar os cemitérios, porque eles foram criados tanto por paraguaios quanto por aliados, que em passagens os citam, ou quando muito, há apenas breves referências nos documentos, sem maior identificação de sua localização exata. Fora esses, existem outros, conhecidos, localizados em Corrientes (que possivelmente encerra ossadas, em sua maioria de mortos por epidemias e outras doenças, bem como de combate), Buenos Aires e até mesmo Assunção.

Outra lacuna, na pesquisa, é sobre esse mesmo assunto: corpos. Durante a guerra, ou pelo menos durante a ocupação em Assunção, não houve algum movimento, por parte dos militares, e talvez de muitos familiares, para que alguns dos corpos fossem exumados e transladados para o Brasil? E depois? Durante a atuação da divisão de ocupação, durante a década de setenta? Não houve nada similar? Os corpos permaneceram nesses “cemitérios”, e foram esquecidos com o passar do tempo? Quando nas pesquisas, eventualmente se depara com algumas observações sobre esses assuntos, mas que foram eclipsados pela própria dinâmica da guerra, já que o governo, os serviços logísticos, os de transporte, e os próprios militares, tinham outras prioridades e estavam restritas aos vivos. Além do mais, tenho a impressão que não houve, em absoluto, a identificação das sepulturas e os que as ocuparam, tornando-se, ainda naquele tempo, impossível de se saber quem havia sido enterrado em tal lugar. Os números de mortos, por combate, enfermidades e epidemias, eram excessivos, e periódicos, e não havia recursos e tempo suficientes para se preocupar com esse detalhe. Parece-me que não havia tempo para rituais fúnebres, quando morriam-se às dezenas, em pequenos combates, e às centenas, em grandes batalhas ou sob a ação das intermitentes epidemias. Os vivos se transformavam em mortos, mesmo possuindo uma centelha de vida, ainda *quentes*, conforme Dionísio observou:

“Medonhos cadáveres! Um dia entrei numa enfermaria próxima do batalhão. Havia um montão deles arrumados em andaina nas tarimbas. Tinham a pele enrugada e os olhos fundos. Estavam azulados, escaveirados como se tivessem morrido de fome. Uns mexiam-se, outros não tinham a algidez da morte; eram cadáveres quentes. Os músculos do peito e dos braços contraíam-se como se aqueles mortos ainda vivessem.”¹⁷²

José Garmendia, como outros veteranos, lembrou-se dos moribundos e cadáveres, promiscuamente caídos e espalhados, talvez indistinguíveis em um primeiro momento, encerrados em um pequeno espaço; mas não necessariamente de um mesmo combate:

“Una tropa paraguaya que estaba oculta para sostén de los defensores, se levantó de repente y rompió en una descarga voraz. A la sorpresa de esta detonacion unisóna, siguió un segundo de silencio, y en seguida un fuego mortífero. Debajo de la nube de humo que envolvió a los asaltantes, se pude ser entonces un espectáculo aterrador. El suelo acababa de ser cubierto con nuevos muertos y moribundos; estos últimos se habian mesclado à mas de trescientos de los caidos de los combates anteriores. Espantosa, perspectiva presentaba aquel suelo de manchas rojas! Paraguayos, argentinos, brasileros, orientales, estaban allí confundidos en su infortunio; estendidos alguns; encojidos otros; sentados, de bruces, en diferentes posiciones, cubrian materialmente el suelo antes de llegar á la trinchera. Los vivos se movian desesperados agitándose con el desasosiego del dolor, ó en silencio miraban azorados à los nuevos combatientes, esperando ansiosos el triunfo de sus banderas, para tener segura la vida; los que morian dejaban oír el estertor de la agonía, con los labios espumosos: los cadáveres color de cera, reflejaban en sus rostros y en su actitud inerte la última impresion violenta da vida, tumefactos ya algunos, presentaban el aspecto de una muerte de dias anteriores. El conjunto de aquel campo horrible heria la vista con el matiz funerario de variados uniformes ensangrentados (...)”.¹⁷³

As descrições sobre cadáveres, inimigos e dos camaradas, são constantes nas memórias de guerra. Até em ordens de dia, sempre há passagens sobre corpos que eram localizados nos campos e costumeiramente identificados pelo fardamento, isto é, quando ainda estavam vestindo algo, remanescente, porque muitas vezes tinham os seus pertences saqueados pelos oponentes, quando não pelos próprios camaradas, mais próximos. Frédéric Rousseau aponta algumas particularidades sobre o assunto,¹⁷⁴ quando estudou as memórias de veteranos da Primeira Guerra Mundial. Seu estudo, que visou eminentemente os homens, porque, a despeito da evolução técnica da guerra

¹⁷² Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 183).

¹⁷³ José Ignacio Garmendia. *Recuerdos de la Guerra del Paraguay (Batalla del Sauce – Combate de Yatayti Corá – Curupaity)*. 2ª edición corregida y aumentada. Jacobo Peuser. Buenos Aires, 1885. (página 55).

¹⁷⁴ Frédéric Rousseau. *La Guerre Censurée. Une histoire des combattants européens de 14 – 18*. Éditions du Seuil, 2003. (“*Mortelles randonnées*”).

moderna, malgrado o nascimento das armas ditas inteligentes - Rousseau, tendo em vista um outro estudioso do assunto que será aqui rapidamente tratado, e que lhe serviu de inspiração, Ardant Du Picq - ¹⁷⁵ o homem é o “centro de todo o dispositivo militar e de todo sistema de defesa, ele permanece o instrumento primeiro do combate”.¹⁷⁶ No entanto, Rousseau possui diferenças em relação a Du Picq. As mais notórias são, que se por um lado, igualmente considera a importância da moral e da motivação para o combate - afinal, as suas reflexões estão inseridas no desenvolvimento de uma série de outras que foram inauguradas por Du Picq, não deixou de dar grande atenção, e estudar, a psicologia do homem em guerra. Homens que definiram as suas ações, e a própria vida, por sensações inerentes de sua própria natureza, humana, emanadas, ou condicionadas pela fome, pelo frio, a solidão, o medo, os anseios, o temor do sofrimento, dos graves ferimentos, das amputações e principalmente da morte.

Os cadáveres no conflito de 1914-18, como no Paraguai, foram intensamente presentes, pois a disposição das tropas, no terreno, e em uma guerra em sua maior parte de posição, muitas vezes determinaram situações que não ofereciam chances para que fossem enterrados. Algumas vezes, chegavam a ser enterrados pela ação da artilharia, outras vezes exumados pela ação da mesma arma. Ela não respeitava os ritos funerários, como o dia-a-dia da guerra e as suas exigências que igualmente não observavam nenhuma regra sobre aquelas práticas. Regressava-se para uma condição anterior aos próprios ritos, e esta situação, ou o choque advindo dele foi presente nas memórias dos veteranos.

As relações físicas e psicológicas entre vivos e mortos foram intensas nos quatro anos de conflito da Primeira Guerra e acrescento nos mais de cinco no Paraguai. Fora isso, Rousseau constatou que os recrutas, os recém chegados, quando sob sua vista o primeiro cadáver, ficavam mais traumatizados porque não haviam - como os seus demais colegas, experimentados - criado defesas psicológicas para lidar com o que viam, sentiam e ainda entendiam, algo que só aconteceria com o tempo e as experiências singulares proporcionadas pela guerra. A morte era diária, presente e muito próxima. A essência material, a finitude, a fraqueza humana eram bruscamente reveladas aos homens-combatentes. Todos viam a monstruosidade dos espetáculos, impregnados de horror, consubstanciados nas péssimas condições físicas dos corpos, sendo determinadas pelos pavorosos ferimentos e mutilações, ou pela repugnância da

¹⁷⁵ Ardant Du Picq. *Estudos Sobre o Combate*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 2000.

¹⁷⁶ Frédéric Rousseau. *op. cit.*, (página 25 – “introduction”).

decomposição cadavérica, cruamente observada em seus vários estágios e particularidades, e que obrigavam os sobreviventes a tomarem consciência daquilo que haviam repellido durante toda a sua vida precedente, consciência aquela, com as situações novas, e presentes, abalada. Desse abalo, não era raro que os combatentes, com a moral destruída, se identicassem com os cadáveres que observavam, atingindo negativamente o seu gosto de viver, e seu instinto de conservação, e que por isso são tão presentes nas memórias.

Havia algumas distinções entre eles, ou melhor, três tipos de cadáveres, os dos “inimigos”, de valor reconhecido ou sem valor, os “nossos”, indistintos e despossuídos de individualidade e os dos “camaradas”, cujas as mortes eram muito sentidas pelos seus mais próximos, uma perda até mesmo de si mesmo, porque a morte dos mais próximos poderia anunciar a própria morte, que naqueles momentos parecia imediata.

Algumas vezes, os corpos só eram reconhecidos pelos traços do fardamento que vestiam, distinto entre os exércitos. No Paraguai havia do mesmo modo essa distinção, e as suas conseqüências. Os do inimigos, em sua maioria, eram queimados, os do próprio exército enterrados pelos seus camaradas, ou os mais próximos. Eles, os corpos, representam também um dos sinais da violência dos combates, e em que situação ficava um sujeito após um. Dionísio bem o lembrou, porque lhe ficou marcado - apesar do floreio em todos os seus sentidos possíveis - em uma das primeiras ações no Paraguai:

“A tarde, depois de repelidas as forças atacantes para além do Estero Bellaco, fomos visitar o campo de batalha. Estava bem assinalado o caminho percorrido pela “Brigada Ligeira”. Era um extensíssimo tendal de cadáveres, horivelmente mutilados e amontoados em confusão. Havia cabeças decepadas, com olhos bem abertos; umas, presas ainda ao tronco por músculos ensangüentados; outras, rachadas de meio a meio, mostrando os miolos transbordando; narizes cortados, braços mutilados, queixos partidos, peitos esburacados. Que golpes aqueles! Que talhos e estocadas! Era o caminho da morte para o inimigo e da glória para nós...Que morte gloriosa e que glória cheia de lágrimas! Era, entretanto, a que fascina e deslumbra os povos, era a glória de Osório, de Napoleão e de Frederico – a glória da morte.”¹⁷⁷

Em outro sugestivo subcapítulo intitulado “*Écrire la mort...*”¹⁷⁸, Rousseu percebeu alguns traços que são comumente presentes nas memórias dos veteranos da Primeira Guerra, e acrescento, novamente, nos do Paraguai igualmente. Entre eles, há sempre a referência aos desagradáveis odores exalados pelos corpos já em estado de putrefação, que fora esse aspecto - e diga-se pela observações de pessoas cujas

¹⁷⁷ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 142 e 144).

¹⁷⁸ Frédéric Rousseau. *op. cit.*, (páginas 231 a 234).

profissões acabam condicionando os seus praticantes para lidarem com esses problemas, como policiais e até mesmo legistas, entre outros, que sempre observam que marca indelevelmente a memória olfativa de qualquer sujeito que o já respirou, principalmente vindos de decomposição humana - também faziam com que os corpos inchassem, mormente os membros, o rosto e o ventre, que aumentavam de volume, em proporções consideradas improváveis, transfigurando contornos que foram humanos - alguns até próximos em vida - em outras formas, aparentemente não humanas e assustadoras.

As queimas dos corpos, comumente descritas nas memórias dos ex-combatentes do Paraguai, poderiam se restringir a apenas uma medida higiênica? Havia falta de braços dispostos a sepultar os cadáveres inimigos, tarefa por si só ingrata, ainda mais se os corpos já estivessem no local há bastante tempo, apesar de eventualmente proporcionar alguma pilhagem? E, se esta já não houvesse sido feita? Seja em objetos de uso pessoal, como pentes, agulhas, linhas que serviam para remendos nas vestimentas, até mesmo tabaco, erva-mate e as tão consumidas bebidas alcoólicas, que pela documentação encontrada nos arquivos, bem como em algumas passagens das memórias dos veteranos, foram sempre presentes, e em grandes quantidades, naqueles anos de combate. Objetos e substâncias que hoje parecem singelos, ou de pouca importância, mas certamente ambicionados pelos soldados, porque simplesmente os auxiliavam a sobreviver, com um pouco mais de conforto, nas difíceis condições que se apresentavam diuturnamente. Tanto que acredito, que quando havia a oportunidade, os mortos eram simplesmente despidos de seus objetos, principalmente se fossem inimigos, e possivelmente o comando tolerava esse comportamento, visto como algo natural pela tropa, talvez uma compensação pelos esforços no combate, ou das difíceis condições de vida, presentes nos campos, e não deixava de ser um dos espaços de negociação entre o comando e os soldados. Matava-se o oponente, portanto havia algum direito sobre os seus despojos.

Aliás, o álcool era comumente utilizado pelos soldados. Utilização essa que é uma pista da dureza dos combates e das condições que a guerra proporcionava em seu dia-a-dia. Dionísio fez uma importante referência sobre a ração de aguardente, e que denotou alguma compensação, ou troca, entre o comando e os subordinados, fora ter sido utilizado, em campanha, em outra referência de Dionísio, como uma desejada substância contra o temido cólera, e possivelmente uma boa justificativa para o seu largo e indiscriminado consumo:

“Mal conciliávamos o sono, fomos despertados para a formatura do *alarma*, em madrugada alta, muito antes do toque de alvorada. Era o quarto de modorra, que todo o exército fazia em forma.

Distribuía-se às praças nessa ocasião meio decilitro de aguardente, e depois tomavam café. Todo o exército conservava-se em forma até depois de romper o sol, e destroçava ao toque de *ensarilhar* – dado pelo corneta do quartel-general do exército”.¹⁷⁹

“Médicos aconselharam o álcool como profilático (*para se evitar o cólera*). Os barracões do comércio encheram-se de vinhos e síceras de todas as marcas e qualidades, cada qual mais falsificado e mais danoso.

Oficiais começaram a sacrificar muito a Baco. Felizmente foram poucos; e alguns se coibiram mais tarde de tanto zelo e devoção.”¹⁸⁰

Não só no exército o álcool foi presente. Foi, do mesmo modo, nos navios. No *fundo marinha*, mormente nos diários de bordo, se constata as mesmas circunstâncias observadas por Dionísio. Digno de nota, é que alguns veteranos, não importando de que exército faziam parte, nem fazem menção sobre o seu consumo, ou quando o assinalam, é para acusar que seus inimigos só tinham coragem de atacá-los, depois que recebessem bebidas, para, só assim, embriagados, realizarem as ações contra eles. Entrementes, sabe-se que foi consumido no Paraguai, por todos os exércitos envolvidos.

Se por um lado, pode-se afirmar que o seu consumo pudesse ser um hábito entre os homens, costume transferido para a guerra, quando procuravam manter alguns confortos que possuíam em sua vida civil, por outro, não se deve descartar a forte possibilidade de o beberem em grande quantidade para terem igualmente algum consolo perante as situações comuns que um conflito pode proporcionar aos seus participantes.

Rousseau chamou a atenção para o detalhe, em dois subcapítulos intitulados “*Le bouclier alcoolique...*” e “*Une fourniture gouvernementale...*”¹⁸¹ Se ele era aproveitado para que os combatentes reagissem bem às condições de temperatura, ou até mesmo físicas, em locais caracterizados por grandes desconfortos e que não proporcionavam descanso aos que deles fizessem uso, igualmente era utilizado para aplacar a fome e a fadiga; porém, as autoridades responsáveis pelo bem estar dos soldados eram as fornecedoras do álcool, em grandes quantidades, pela simples razão de que o combatente, sempre colocado em situações difíceis, tem a necessidade de se dopar, para continuar tendo condições de sobrevivência em um meio hostil; mas igualmente a inevitabilidade que os exércitos possuem por homens dispostos ao combate, e que não tenham medo. O álcool foi, e o é, entre outras substâncias atualmente presentes,

¹⁷⁹ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 174).

¹⁸⁰ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 184).

¹⁸¹ Frédéric Rousseau. *op. cit.*, (páginas 192 a 200).

apontado como um inibidor do medo e do senso crítico. Inibe, do mesmo modo, sentimentos construídos, culturalmente, que impedem um sujeito de matar ou ferir um outro. Ele oferece uma “defesa ou escudo artificial”, propicia segurança, ainda que falsa pelas circunstância ao redor, e se torna ainda mais sedutor, quando exala um agradável odor, e quando consumido, presta-se a um indescritível bem estar físico, e por consequência, mental. Se na Primeira Guerra, não havia ataque sem álcool, é certo que no Paraguai igualmente se apresentava a mesma situação. Os homens, ali, naqueles anos, deparavam-se com inúmeras cenas cruentas, fora serem submetidos às condições dos combates, sob fogo.

Juan Crisostomo Centurion fez a seguinte observação sobre o destino dos cadáveres de compatriotas que eram queimados pelos aliados, e como estes tratavam dos cadáveres de seus camaradas:

“Los aliados enterraron sus muertos; pero los cadáveres paraguayos fueron quemados, colocados en capas alternadas con leña, por piras de 50 a 100 hombres”.¹⁸²

Sobre a queima dos cadáveres. Era simplesmente desprezo em relação ao oponente, e uma maneira mais fácil de se livrar de corpos que se putrefariam, ocasionando maiores problemas sanitários e higiênicos às posições aliadas mais próximas, isto, quando não restabelecidas no ponto conquistado, obrigando os aliados e paraguaios a queimarem os corpos dos inimigos, quando na eminência de um contra-ataque, e portanto, não tendo tempo para realizar tarefas consideradas menos importantes, desagradáveis ou até mesmo desprezíveis?

Sabe-se que os paraguaios, após o frustrado ataque à Curupaiti, pelos aliados, jogaram no rio centenas de corpos, que foram recolhidos mais abaixo, pela esquadra, e posteriormente enterrados. Os paraguaios recolherem os mortos que estavam na proximidade da fortificação, nos fossos, abatizes e no campo imediatamente à frente da posição, não sem antes despí-los de suas vestimentas e objetos, fora o dinheiro, já que, segundo passagens, os homens haviam recentemente recebido seus soldos, e pela ausência de um banco, ou algo similar, guardavam esses valores consigo.

Muito do que os brasileiros sabiam, nas informações vinculadas nos jornais paraguaios, foram adquiridas nas vestes dos combatentes paraguaios mortos, quando eram revistados, antes de, provavelmente, serem queimados. Dionísio tratou da questão:

¹⁸² Juan Crisostomo Centurion. *Memorias o Reminiscencias Historicas sobre la Guerra del Paraguay*. Tomo II. Editorial Guaranía. Asuncion. Paraguay, 1944 (página 99).

“O combate de Corrales foi festejado pelo exército de López como um grandioso feito. Os nossos aliados celebram também essa vitória.

No dia seguinte, os paraguaios vogavam nas suas canoas, para a margem oposta, e lá contaram a história desse feito, exaltando ainda mais a imaginação ardente do Ditador – que mandou fazer pelo *Cabichuy* a sua descrição humorística em Guaraní. O número onde a lemos encontrou-se no bolso de um oficial morto em Tuiuti”.¹⁸³

São assuntos possíveis para, além de serem desenvolvidos em futuras pesquisas que visem a guerra, deixarem explícito em que condições os indivíduos viveram naqueles anos, no Paraguai. São assuntos, como o consumo de água - que podem esclarecer sobre mais particularidades que definiam a vida de milhares de pessoas que por lá viveram durante anos. Sobre a água, a imprópria, contaminada por substâncias orgânicas provenientes da decomposição, quando consumida, pode acarretar vários problemas:

“...as águas subterrâneas podem ser contaminadas por microorganismos existentes nos corpos em decomposição. Se essa água for captada por poços, quem fizer uso da mesma, corre, eventualmente, riscos de saúde, pois este recurso pode veicular doenças como a febre tifóide, paratifóide, cólera e outras.

Em geral, as doenças de veiculação hídrica causam fortes distúrbios gastrintestinais, tais como vômitos, cólicas e diarréias.”¹⁸⁴

Vômitos, cólicas e diarréias e cólera são expressões comuns quando se lê as observações médicas sobre os combatentes. Do mesmo modo são encontradas nas observações que os comandantes redigiam, participando sobre os maiores males que atingiam suas tropas. São habituais, fortemente presentes nos documentos sobre observações sanitárias na campanha do Paraguai. Talvez, haja aí, nesse pequeno fragmento de um contemporâneo texto, fora da área da história, e até mesmo das ciências humanas, uma pista sobre as condições higiênicas na guerra.

Seeber, com uma franqueza que lhe parece peculiar, em mais uma passagem, descreveu os incômodos e doenças mais comuns que atingiam os soldados:

“Estamos acampados en antiguos campamentos paraguayos, llenos de gérmenes de enfermedades contagiosas, lo que unido a las aguas estancadas, que hay que beber, llenan los hospitales de enfermos de fiebres intermitentes, tifoides y palúdicas. La sarna tambien se manifiesta, y somos pocos los que escapamos a su contagio. Dias pasados me encontré una ampola blanca en la planta del pie, que la reventé, sin saber que era un pique, insecto,

¹⁸³ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (páginas 110 e 111).

¹⁸⁴ Bolívar Antunes de Matos. *op. cit.*, (página 08).

que anida debajo de la piel, y cuya extracción es peligrosa, porque se no se hace de raíz se propagala facilmente, y puede producir serias complicaciones. Las moscas, las pulgas, los piojos y las hormigas tienen proporciones enormes. (...). Los mosquitos y zancudas que también son bravos, no nos molestan mucho, por el humo de los fogones los ahuyenta”.

¹⁸⁵

Além das questões sobre a água consumida e a higiene nos acampamentos onde os exércitos se concentravam, se fizeram presentes os contratempos provenientes da péssima qualidade dos materiais fornecidos pelo exército. As barracas ou tendas, que foram acessórios extremamente importantes em uma campanha como a do Paraguai, por sua aparente fragilidade ou pela baixa qualidade do material com que foram feitas, isto é, quando estavam à disposição para toda a tropa, acarretaram problemas aos que delas se utilizassem diariamente para se abrigar:

“As chuvas torrenciais, longe de pararem, caíam cada vez mais copiosas, molhando tudo, apodrecendo as barracas, adoecendo a gente e transformando o campo num lamaçal imenso que cada vez atolava mais (...)”.

¹⁸⁶

“Un huracan deshecho se desencadenó y cayo con terrible acompanamiento de agua y truenos sobre nuestros pobres lomos; porque las carpas, con muy raras excepciones, volaron todas dejando sus duenos a la espectacion del publico”.

¹⁸⁷

“As barracas que usávamos no Paraguai, fabricadas com fazenda frágil, de má qualidade, pouco resistiam à ação do clima, em detrimento da saúde geral. Não sei se porque naqueles tempos de antanho a boa matéria-prima escasseava, por dificuldades de manufatura, ou, se no caso predominava a tal economia *muritibana*. O que é bem verdade, é que nos serviam com gênero de pior espécie, quase nada preenchendo o fim destinado. E não era só neste particular que, sem necessidade alguma, sofria-se a privação do conforto relativo, tendo como tivemos, de ordinário, incólumes todas as nossas bases de operações, que deveriam ser abastecidas à farta de tudo concernentes às exigências pessoais e imprescindíveis ao bem estar do Exército em campanha, para poder arcar com a maior soma de sacrifícios em perspectiva, mormente em um país de paragens inóspitas, de caráter pouco comum.”

¹⁸⁸

Esta última passagem de Rodrigues da Silva encerra, na verdade, uma crítica ao Barão de Muritiba, que foi ministro da guerra durante o período de julho de 1868 a setembro de 1870,¹⁸⁹ já que *a tal economia muritibana* era predominante, e dava o tom

¹⁸⁵ Francisco Seeber. *op. cit.*, (páginas 79 e 80).

¹⁸⁶ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 50).

¹⁸⁷ Leon de Palleja. *Diario de la Campana de las Fuerzas Aliadas Contra el Paraguay*. Imp. del Pueblo. Montevideo, 1865. (página 75).

¹⁸⁸ José Luis Rodrigues da Silva. *op. cit.*, (páginas 121 e 122).

¹⁸⁹ Miguel Arcanjo Galvão. *Relação dos Cidadãos que Tomaram Parte no Governo do Brasil no Período de Março de 1808 a 15 de Novembro de 1889*. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1969

da qualidade do material, costumeiramente apontado como de baixíssima qualidade. André Rebouças,¹⁹⁰ outro veterano, recorda-se dos acampamentos e das péssimas condições que os brasileiros enfrentavam, algumas, oriundas da má qualidade do material que compunha a sua barraca, bem como das carneações, e os resíduos, orgânicos, que produziam e que ficavam ao relento, nos acampamentos:

“(...) a chuva, que atravessava a minha barraca, bem que fechada, obrigou-me a fechar este meu jornal. O chão alagou de meia polegada, todo o vale fronteiro está completamente alagado; nele grassam já um grande número de rãs. Quanto se sofre num dia destes! E os míseros soldados! Tantos padecimentos devidos ao orgulho (...) desse infernal Lopes!”.¹⁹¹

“As moléstias parecem ter principalmente por causa a mudança de clima, a epidemia de bexiga transportada do Norte, principalmente do Maranhão, pelos voluntários e a falta de medidas higiênicas no acampamento. O Hospital de São Francisco porque passamos, era uma simples palhoça situada num terreno que havia sido alagado numas grandes chuvas que caíram pouco depois da chegada das tropas (...) O acampamento tinha um péssimo cheiro, devido principalmente a se carnear em todas as barracas desde a guarda do Porto até atrás da barraca do próprio General, deixando-se pelo chão as peles e os ossos. Acrescentando-se a tudo isso a ignorância e a revoltante indiferença da mor parte dos médicos do Exército”.¹⁹²

E, certamente, em arquivos, descobre-se algumas pistas sobre as condições do militares em campanha e os equipamentos que carregavam consigo, sendo possível fazer avaliações sobre eles. Em uma pasta de documentos referentes ao arsenal de guerra (1865), que está sob a guarda do Arquivo Nacional, sabe-se que foram providenciadas *8400 espingardas Enfield para as forças que se achavam em missões*, como documentos sobre a aquisição de barracas e outros equipamentos, onde há uma amostra do tecido que compunha alguns acessórios, sendo realizável, com o auxílio de pessoal especializado, um estudo sobre a sua eficácia, por exemplo, em campanha, considerando as condições que se apresentavam cotidianamente, quando utilizados em navios e acampamentos, com a presença de umidade, pelas chuvas quase que diárias em determinados períodos, com calor excessivo, referência constante feita por todos os veteranos; com a resistência aos ventos, e mesmo com sua dobragem, regular ou irregular, que poderia, feita de maneira imprópria, causar danos irremediáveis ao tecido, etc.

¹⁹⁰ André Rebouças. *Diário e Notas Autobiográficas*. Texto escolhido e anotações por Ana Flora e Inácio José Veríssimo. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1938.

¹⁹¹ André Rebouças. *op. cit.*, (página 77, “anotações do dia 18 de junho de 1865).

¹⁹² *Ibid.*, (página 69, “anotações do dia 01 de junho de 1865).

Dionísio, como outros veteranos, com suas reminiscências, pode auxiliar sobre a pesquisa deste material:

“Quando passamos o arroio Empedrado, o céu ficou negro e o dia escureceu de repente. Desciam até o horizonte, que parecia ter-se avizinado muito, grandes nuvens semelhantes a cortinas, que se moviam agitadas por ventania, cujas lufadas ainda não sentíamos. O calor era abrasador e o ar, que respirávamos, pesado e asfíxiante. Armamos rapidamente as barracas, sem *couraça*, já apodrecidas junto às alças e cobertas de mofo pela umidade constante de tantos meses”.¹⁹³

É com os documentos do arsenal de guerra, quando lidos superficialmente, que se percebe as emergências que a guerra trouxe aos serviços administrativos do arsenal de guerra, na Corte, com os serviços logísticos que aparentemente sofreram, naquele momento, grandes transformações, decorrentes de grandes demandas até então nunca vistas, e até mesmo sobre as sempre presentes irregularidades que se apresentavam periodicamente com a mobilização de material para se sustentar uma guerra como foi a do Paraguai. Nas pastas, se encontra uma curiosa troca de correspondência entre um fornecedor de barracas e o arsenal de guerra. Este, acreditando não ser vantajoso o contrato já estabelecido com Marcelino Ferreira de Medeiros, para o fornecimento de dez mil barracas, queria anular o contrato, a não ser que o comerciante reduzisse o valor por unidade fornecida, o que acabou sendo obrigado a fazer para não ser prejudicado e perder o contrato, principalmente porque, parece-me, já tinha recrutado os trabalhadores (costureiras?) que seriam utilizados no serviço, bem como adquirido o material para a confecção das peças, pois já tinha entregue cerca de seiscentas ao arsenal. Fica a pergunta, então, em quais condições as barracas foram fornecidas?¹⁹⁴ Satisfatórias?! Tendo em conta as passagens que trazem observações sobre elas nos anos da guerra? A sua baixa qualidade foi durante todo o período? Os corpos de exército receberam material de qualidade superior, para substituir e até mesmo suprir novas demandas? Os homens eram treinados para terem o procedimento correto com o material, visando conservá-lo?

São constantes as referências sobre as más condições higiênicas nos acampamentos, nas marchas, nos transportes, hospitais e enfermarias. Os soldados viviam em precárias situações, com inexpressiva assistência, sujeitos a todos os tipos de

¹⁹³ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 102).

¹⁹⁴ Sobre essa questão entre o fornecedor Marcelino Ferreira de Medeiros e o Ministério da Guerra, são localizados os respectivos documentos no Arquivo Nacional, nas pastas IG 7 456 e IG 7 501, referentes ao Arsenal da Guerra, no ano de 1865. (Ministério da Guerra).

doenças. Apelar para um hospital de campanha era um último recurso de que o militar se valia para tratar-se, pois é conhecido o temor que os soldados tinham das enfermarias. Temor esse, acredito, só ultrapassado pelas peculiaridades dos combates, ou melhor, dos ferimentos e suas terríveis conseqüências nos corpos. Dionísio Cerqueira escreveu, em outra passagem bem conhecida, sobre um desses estabelecimentos:

“Impressionou-me mal o cheiro nauseabundo que exalava aquele estabelecimento sanitário improvisado. Haviám-no colocado num saladeiro, onde se batia grande número de rezes e preparava-se o charque. Não sei porque, sempre tivemos pronunciada predileção pelos lugares insalubres para quartéis e hospitais”.¹⁹⁵

Hospitais e enfermarias que ocupavam lugares impróprios são evocados por outros que combateram ou puderem visitar os acampamentos e instalações do exército:

“(…) quanto perdeu o exército no maldito acampamento do Cerro em que permaneceu desde 20 de fevereiro pela inércia do Ministro Furtado! – 900 praças aí ficaram sepultadas e 460 no Hospital de Montevideu, miserável enfermaria estabelecida em um saladeiro e alugada por 800 patações por mês”.¹⁹⁶

“Um pouco além fica o hospital militar brasileiro, ocupando um saladeiro (...)”.¹⁹⁷

Se os hospitais ou enfermarias apresentavam vários problemas por estarem distantes das tropas ou ocuparem lugares insalubres, não recomendáveis, a prática em seu interior era algo ainda mais preocupante. Novamente, mais uma famosa passagem de Dionísio Cerqueira:

“A água para os curativos vinha numa bacia de ferro, que passava por centenaes de feridos, até de gangrenosos”.¹⁹⁸

Seeber se recordou sobre um, mas do exército argentino:

“De día hace mucho calor y las noches son frescas, y hasta frías. Los hospitales carecen de medicamentos, y algunos médicos administran arsenico à falta de quinina, para las fiebres (...)”.¹⁹⁹

¹⁹⁵ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 16).

¹⁹⁶ André Rebouças. *op. cit.*, (página 71, “anotações do dia 02 de junho de 1865).

¹⁹⁷ Richard F. Burton. *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1997. (página 235).

¹⁹⁸ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 294).

¹⁹⁹ Francisco Seeber. *op. cit.*, (página 81).

Não muito diferente dos estabelecimentos que serviram aos indivíduos do exército paraguaio. Masterman, que durante a guerra atuou em alguns deles, pode trazer mais informações. A próxima trata do hospital geral paraguaio:

“Era un elevado salón, que tenia cien pies de largo y veinte y cinco de ancho; el (...) consistía en troncos de palmas y de bambús colocados bajo tejas macizas, y estaba ennegrecido con la acumulación del fumo y de la tierra de cincuenta años; el piso de baldosa era húmido y desigual. Las ventanas que se hallaban todas de un lado, eran bajas y angostas, de modo que las partes laterales de la sala estaban envueltas en la sombra de la oscuridad. Llenaban todo el espacio camas muy rudas, hechas de palos unidos con una red de huascas. Estaban tan juntas que apenas habia lugar para pasar entre elas; porque aunque el hospital no debería contener más de trescientos hombres, se hallaban dentro de sus paredes cerca de novecientos.

Al entrar encontraba en cada cama un herido, algunos en colchones rellenos con musgo y otros sobre huascas que dejaban profundas huellas en su carne, cuando la tenían. La mayor parte estaban desnudos y sin más abrigo que las vendas que les ligaban las heridas y sus destrozados miembros (...).²⁰⁰

Dionísio se lembrou de um nosocômio paraguaio, quando uma posição foi ocupada pelos brasileiros, e que explicitava as condições difíceis que viviam, por causa da guerra, e do bloqueio:

“Caacupê era o arsenal de Lopez, onde fabricavam armas portáteis e canhões, operários ingleses e paraguaios. Achamos grande quantidade de máquinas e material mal-acomodados em galpões de ligeira construção e mal-abrigados. Ali estava também o hospital militar, asqueroso e imundo, onde os doentes e feridos gemiam em promiscuidade ao lado de cadáveres em estado adiantado de putrefação.”²⁰¹

O serviço médico, no geral, deixava muito a desejar, André Rebouças, em seu diário, no dia cinco de junho de 1865, apontou outros problemas:

“(...) ainda não há no exército carros nem redes para transportar doentes. Os que podem andar têm ido a pé para o Hospital do Salto – isto para uma distância de uma légua e um quarto. Os que não podem andar são envolvidos em um lençol amarrado pelas duas pontas em um pau nos ombros de dois soldados”.²⁰²

José Luiz Rodrigues da Silva, como outros brasileiros, se recordou de uma sociedade promovida, principalmente, para que os militares a ela associados, notoriamente oficiais, não fossem usuários destes insuficientes e até mesmo perigosos

²⁰⁰ Jorge Federico Masterman. *Siete Años de Aventuras en el Paraguay*. Juan Palumbo Editor. Buenos Aires. 1911. (Página 86 e 87).

²⁰¹ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 322)

²⁰² André Rebouças. *op. cit.*, (página 73, “anotações do dia 05 de junho de 1865).

serviços médicos e cirurgicos prestados em campanha. Há referência da mesma sociedade em jornais que circularam no Brasil, e que reproduziam cartas de alguns dos seus membros, que descreveram, por exemplo, uma missa promovida no acampamento, que envolveu centenas de homens, e como eles prepararam uma cerimônia de grande monta, sem os materiais necessários para realizá-la. Essas particularidades dos acampamentos precisam ainda ser pesquisadas:

“Para evitar, pois, que os oficiais, tendo a desgraça de recorrer a esses hospitais, experimentassem tratamento alheio aos comezinhos preceitos de humanidade, à carência de meios condignos, na Lagoa-Brava, antes da homérica passagem para o Paraguai, fundou-se a sociedade denominada “*Saudades do Brasil*”, no 13º Batalhão de Infantaria, admitindo-se sócios de outros corpos, a qual prestou relevantíssimos serviços enquanto estacionados por largo período em diferentes pontos”.²⁰³

É em um ofício redigido no dia 26 de janeiro de 1869, no *hospital de marinha de Humaitá*, que se pode perceber alguns problemas que os estabelecimentos hospitalares enfrentavam no teatro de operações, e talvez, porque eram tão temidos pelos militares que deles tivessem que se servir. O diretor, em correspondência ao comandante chefe das forças navais brasileiras, comunicou que o estabelecimento, naquele momento, possuía *três 1º cirurgiões, um capelão, um 1º farmacêutico, e três segundos, um Fiel, um Escrevente, cinco Enfermeiros, vinte Serventes e uma faxina de oito paraguaios*. A reclamação do responsável, era de que os enfermeiros não eram *idôneos*, e os *serventes*, embora em grande número, satisfaziam mal às *exigências do serviço*, porque não tinham aptidão. O hospital passava por dificuldades oriundas da *falta de um fornecedor* contratado, principalmente porque Humaitá não estava em um lugar em que o *mercado* fosse *abundante*. Segundo as observações, o estabelecimento também tinha problemas pela falta de um *escrivão*, o que atrapalhava a escrituração de todo o hospital, e que, presume-se, era de grande monta. Carlos Frederico apontou outros problemas comuns, como a constante falta de enfermeiros. Em março de 1869, tratando dos trâmites para a contratação de dois, o cirurgião observou ao ministro da marinha, que achava conveniente a contratação dos dois indivíduos, que poderiam ser aproveitados nos *navios da esquadra, ou no hospital, visto a falta quase constante que havia de*

²⁰³ José Rodrigues da Silva. *op. cit.*, (página 114).

*enfermeiros hábeis, e a dificuldade que sempre teve em contratar aqueles indivíduos para tais serviços.*²⁰⁴

Em ordens do dia do exército, fonte importante para estudo do cotidiano dos acampamentos, do mesmo modo é possível estudar outros eventuais problemas que os hospitais ou enfermarias enfrentavam por desídia:

“Comando em Chefe de todas as forças brasileiras em operações contra o Governo do Paraguai.

Quartel-General em Tuiuti, 09 de fevereiro de 1867.
Ordem do dia nº 40

Tendo chegado ao conhecimento de S.Ex. o Sr. Marques Marechal e Comandante em Chefe, que grande parte dos doentes da enfermaria central do 1º Corpo do Exército, dirigida pelo Sr. Cirurgião-mór de brigada em comissão Dr. Júlio César da Silva, havia passado a noite tempestuosa de ontem, exposta à chuva e vento, o que prova falta de zelo e até de caridade da parte do dito Sr. Cirurgião-mór de brigada e do Delegado do Cirurgião-mór do Exército, Dr. Manoel Adriano da Silva Pontes, visto que deviam ter providenciado em tempo, para que não se desse tão grande falta e representado, caso não se lhes tivesse fornecido o que para isso exigissem: determina o mesmo Exm. Sr. que os referidos Srs. Cirurgiões considerem presos (...).

O Coronel João de Souza da Fonseca Costa
Chefe do Estado-Maior”.²⁰⁵

E, em certas ocasiões, dado ao grande número de convalescentes, alguns navios da armada foram requisitados para alojarem os pacientes, talvez o único lugar apropriado para receberem tratamento condizente com a sua situação. Foi o caso da canhoneira *Ivaí*, que em setembro de 1867, posicionada próxima a Cerrito, recebeu *um enfermeiro e nove doentes*, porque eles não cabiam na *enfermaria da marinha*.²⁰⁶

Rodrigues da Silva, que fez toda a campanha, se recordou dos estabelecimentos hospitalares, ou melhor, os do exército:

“Companheiros, uns, infelizmente, por malavisados, outros por batidos pelo sopro maligno do infortúnio, viviam em um “mare-magnum”, de privações e necessidades. Sucedia, quando enfermos, avolumar-se o mal estar, baixando aos hospitais, cujos estabelecimentos no Exército, mal atendidos, num lamentável descaso, desaparelhados de tudo, mormente de abundante pessoal de enfermeiros com o necessário preparo, de bom arsenal cirúrgico, de utensílios indispensáveis, enfim, daquilo que concerne ao conforto

²⁰⁴ Arquivo Nacional. XM 309. Ministério da Marinha. Ofícios sobre Hospitais e Enfermarias. (1868 – 1869).

²⁰⁵ BRASIL. Ministério da Guerra. *Exército em operações na República do Paraguay, sob o comando em chefe de todas as forças de S. Ex. o Sr. Marechal do Exército Luiz Alves de Lima e Silva. Duque de Caxias. Ordens de Dia*. 1º volume, (compreendendo as de números 01 a 96), 1866 – 1867. Re-impressa por ordem do governo. Typographia de Francisco Alves de Souza. Rio de Janeiro, 1877.

²⁰⁶ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1196 (XI), documento 113. “documentação naval”.

relativo, inspiravam em geral entranhada repulsa, horror mesmo, subindo de ponto, quanto aos feridos em combate. Os instrumentos de operações, talvez por força de circunstâncias, gosavam de fama funesta, ou pela má qualidade, ou por não os sujeitarem a uma assepsia completa, perfeita. Mui raramente escapava das garras da morte quem se via na obrigação de amputar um braço ou uma perna, sem falar em outras intervenções de cirurgia.

O corpo de saúde, escandalosamente deficiente, contava até estudantes do 1º ano das escolas de medicina, que seguiam para a campanha contratados, aliás, com pingues honorários, às vezes superiores aos dos médicos antigos do quadro. Semelhantes indivíduos desempenhavam trabalhos peculiares à alta cirurgia, empunhavam um ferro com a maior sem-cerimônia, cortando, retalhando carne humana, desalmadamente.

Um sem número de vezes, vimos no hospital central do Exército, em barraquinhas mal armadas, de porta aberta, soldados doentes deitados em puro e frio chão, desapidadamente”.²⁰⁷

Instrumentos cirúrgicos de baixa qualidade, ou que não recebiam a necessária manutenção higiênica foram observados. Da mesma forma, “cirurgiões”, não capacitados, que empunhavam aqueles instrumentos, e que praticavam a amputação, sem muitos critérios. Segundo ele, as chances de sobrevivência dos que recebiam a amputação era algo remoto, mas não impossível. O AIP é fruto da possibilidade, ainda que distante, de sobrevivência naquelas condições. Muitos resistiram às adversidades e retornaram para suas províncias. As *barraquinhas mal armadas* a que o veterano fez referência, são visíveis em fotografias tiradas em 1869,²⁰⁸ onde se observa algumas delas montadas em frente a uma pequena casa, que deveria servir de estabelecimento hospitalar, ou *hospital de sangue*.²⁰⁹ São documentos amplamente divulgados em publicações que vieram à lume nos últimos anos.²¹⁰

É comum observar, nas memórias dos antigos combatentes, que os serviços médicos e cirúrgicos oferecidos aos militares fossem de baixa qualidade ou deficientes. De falta de pessoal qualificado para o atendimento, resultante da ausência, ou do reduzido número de especialistas em cirurgia, da carência de enfermeiros especializados ou experimentados nos serviços médicos, seja a ausência marcada por simples dispensa do serviço, ou mesmo falecimento; da falta de farmacêuticos com título, ou até mesmo deficiências no próprio corpo médico, já que muitos estudantes de medicina, sem o curso completo, eram comissionados para o atendimento dos feridos, e este problema

²⁰⁷ José Luiz Rodrigues da Silva. *Recordações da Campanha do Paraguay*. Comp. Melhoramentos de São Paulo. São Paulo, 1924. (páginas 113 e 114).

²⁰⁸ Biblioteca Nacional. Iconografia. C. I. 1.24 (Guerra do Paraguay – 1869).

²⁰⁹ Biblioteca Nacional. *op. cit.*, foto 02 (negativo 05132).

²¹⁰ Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai. Memórias & Imagens*. Edições Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2003.

foi comum em todos aqueles anos. É no relatório, manuscrito, de Carlos Frederico, de 1869, que se observa mais algumas deficiências do serviço de saúde:

“É ainda que todas as nossas medidas dedicaram-se com zelo ao estudo da cirurgia, que representou nesta guerra importante papel, contudo ela forma por si só uma especialidade, que era abraçado por poucos.

(...)

E já que trato do pessoal médico, permitirá V. Excia. que lembre a inconveniência de contratar-se para o serviço jovens do 3º, 4º e 5º anos, com a graduação de 2º Cirurgiões de Comissão. Estes alunos da Escola de Medicina, muitos dos quais apresentam grande aptidão, e dedicação ao trabalho, não podem tomar sobre si responsabilidade médica, e vem estorvar a marcha do serviço, por isso que o Chefe de Saúde vê-se obrigado a empregá-los como auxiliares dos médicos, não os podendo destacar para os navios.

Estes alunos prestariam melhores serviços se fossem nomeados pelo Governo para servirem como alunos pensionistas nos Hospitais de Campanha, aumentando-se-lhes o ordenado, que na Corte têm nos hospitais.

O contrato que também se fez de homens sem título algum científico de Farmácia, veio trazer algumas dificuldades na marcha do serviço (...)

A falta de Enfermeiros se fez sentir em toda a Campanha e ainda hoje os Hospitais deles carecem. Alguns contratados por mim, na iniciação da guerra, na Cidade de Buenos Aires, ou sucumbiram à moléstia, ou retiraram-se incapazes do serviço.”²¹¹

As questões acima abordadas são pontos que se apresentam quando se procura entender a existência de um estabelecimento como o asilo, inclusive, porque no momento da guerra – pelos remanescentes mapas de movimentação de pessoal do AIP e pela inquietação manifestada na troca de correspondência entre o imperador e seus ministros – sei que há um excessivo número de inválidos que chegam à Corte periodicamente, principalmente do exército. Evidentemente que eles não eram oriundos apenas dos combates, dos ferimentos proporcionados durante o choque, por armas de fogo da artilharia e infantaria, ou instrumentos perfurantes e cortantes ainda amplamente usados por todos os exércitos envolvidos. Certamente estes inválidos também compunham parte significativa do efetivo do AIP durante a guerra, mas muitos outros eram originários das péssimas condições presentes nos acampamentos, das difíceis situações encontradas nos transportes ou de doenças provocadas, igualmente, pela baixa qualidade do material fornecido à tropa, como as barracas de campanha que foram alvo de reclamação geral ou mesmo da duvidosa qualidade das inconstantes e diversas rações fornecidas aos soldados em distintos tempos.²¹² Muitos homens adquiriram doenças pela ausência de mínimas condições higiênicas em seu cotidiano ou por não receberem

²¹¹ Arquivo Nacional. XM 309. Ministério da Marinha. 2ª Secção. Ofícios sobre Hospitais e Enfermarias. (1868 – 1869).

²¹² Divalte Garcia Figueira. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. Humanitas/Fapesp. São Paulo, 2001.

em hospitais e enfermarias um tratamento conveniente, porque naqueles locais, nem havia pessoal capacitado, e munido de recursos, para tratá-los.

De fato, conforme observou o *cirurgião-mór*, muitos enfermeiros, indivíduos fundamentais no tratamento dos milhares de pacientes dos hospitais de campanha, flutuantes e enfermarias, ficavam doentes e até mesmo faleciam em decorrência das doenças que adquiriam em suas lides diárias. Paulo Barbosa Guimarães, *primeiro Enfermeiro do Vapor Onze de Junho*, e *servindo no Hospital de Sangue da Esquadra no rio Paraguai*, tendo chegado à Corte *em serviço no transporte Werneck*, e que serviu durante *três anos e três meses* na guerra, solicitou, em abril de 1869, *dois meses de licença para tratar da moléstia que adquiriu na Esquadra*. Além da licença, seus vencimentos, segundo seu pedido, deveriam ser *por inteiro*. É no mesmo documento, que Carlos Frederico observou que o pedido do enfermeiro parecia *de justiça, pois o suplicante durante o tempo em que esteve servindo na Esquadra foi sempre cumpridor dos seus deveres, e muito zeloso e humanitário, tendo adquirido essas moléstias em Campanha, e pelo excessivo trabalho que tinha*. Em uma primeira inspeção de saúde feita no dia 19 de abril, foram descritas as seguintes moléstias que o enfermeiro veterano havia adquirido:

“Paulo Barbosa Guimarães – Sofre de congestão do fígado em consequência de febres intermitentes paludosa, moléstia adquirida em serviço. Precisa de três meses para seu tratamento”.²¹³

Em uma nova inspeção, rogada pelo próprio Paulo Barbosa, feita no dia 22 de julho, constatou-se novos problemas, mais graves:

“Extrato da Inspeção efetuada no dia 22 de Julho de 1869.
Enfermeiro Paulo Barbosa Guimarães. Sofre de hepatite crônica e adenite. Incapaz.
Quartel General da Marinha em 24 de Julho de 1869”.

Os enfermeiros foram elementos de grande importância no tratamento dos feridos e doentes da guerra. O número de médicos, se for comparado ao de pacientes que eram admitidos nos nosocômios militares, era bem menor, sendo, então, obrigatoriamente, os enfermeiros responsáveis pela recuperação de muitos, no serviço de saúde. Certamente que o contato dos enfermos era maior com esses homens.

²¹³ Arquivo Nacional. XM 309. Ministério da Marinha. Ministério da Marinha. 2ª Secção. Ofícios sobre Hospitais e Enfermarias. (1868 – 1869).

Os feridos e mortos em decorrência de combate eram numerosos. Foi representativo o grande número deles após choques como Riachuelo, Tuiuti ou Curupaiti e que pode ser observado nas memórias de veteranos, em ordens do dia e em documentos. A batalha do Riachuelo, em um documento, apresentou estes números, entre mortos e feridos:

Anexo 03

“Relação das praças mortas, feridas e extraviadas no Combate da Esquadra Imperial com a Esquadra Paraguai e Baterias do Riachuelo, nos dias 11, 13 e 18 de Junho de 1865.

Dia 11 de Junho de 1865

Fragata à vapor Amazonas			
Guardião	morto 01		
Serralheiro	morto 01		
Marinhagem	mortos 06		
Soldado do Exército	mortos 05	13 mortos	
Marinhagem	feridos 03		
Cadetes	feridos 02		
Soldados	feridos 17	22 feridos	35

Corveta à hélice Jequitinhonha			
Guarda Marinha	morto 01		
Prático	morto 01		
Marinhagem	mortos 06		
Soldados do Exército	mortos 10	18 mortos	
Oficiais de Marinha	feridos 03		
Marinhagem	feridos 09		
Oficial do Exército	ferido 01		
Soldados do Exército	feridos 12	25 feridos	43

Corveta à hélice Beberibe			
Mestre de armas	morto 01		
Marinhagem	mortos 03		
Soldado do Exército	morto 01	05 mortos	
Marinhagem	feridos 11		
Soldado do Batalhão Naval	feridos 02		
Oficial do Exército	ferido 01		
Soldado do Exército	ferido 03	17 feridos	22

Canhoneira Belmonte			
Oficial de Marinha	morto 01		
Marinhagem	mortos 03		
Soldado do Exército	mortos 05	09 mortos	
Comandante	ferido 01		
Prático	ferido 01		
Marinhagem	feridos 08		
Soldado do Batalhão Naval	ferido 01		

Soldados do Exército	feridos 11	22 feridos	31
Canhoneira Parnaíba			
Guarda Marinha	morto 01		
Mestre	morto 01		
Marinhagem	mortos 10		
Soldado do Batalhão Naval	mortos 06		
Oficiais do Exército	mortos 02		
Cadete do Exército	morto 01		
Soldados do Exército	mortos 12	33 mortos	
Fiel	ferido 01		
Marinhagem	feridos 08		
Soldado do Batalhão Naval	ferido 01		
Oficiais do Exército	feridos 02		
Cadetes do Exército	feridos 03		
Soldados do Exército	feridos 12	27 feridos	
Marinhagem	extraviados 07		
Soldado do Batalhão Naval	extraviados 02		
Soldado do Exército	extraviados 10	19 extraviados	79
Canhoneira Araguari			
Marinhagem	morto 01		
Soldado do Exército	morto 01	02 mortos	
Marinhagem	feridos 02	02 feridos	04
Canhoneira Ipiranga			
Marinhagem	morto 01	01 morto	
Escrevente	ferido 01		
Marinhagem	ferido 01		
Oficial do Exército	ferido 01		
Soldados do Exército	feridos 02	05 feridos	06
Canhoneira Mearim			
Oficial de Marinha	morto 01		
Soldado do Exército	morto 01	02 mortos	
Marinhagem	feridos 03		
Soldados do Exército	feridos 04	07 feridos	
Oficial do Exército	extraviado 01	01 extraviado	10
Canhoneira Iguatemi			
Oficial de Marinha	morto 01	01 morto	
Comandante	ferido 01		
Marinhagem	ferido 01		
Soldados do Exército	feridos 03	05 feridos	06
Total			236

Dia 13 de Junho de 1865

Jequitinhonha			
Marinhagem	ferido 01	01 ferido	01
Araguari			

Marinhagem	feridos 02	02 feridos	02
Mearim			
Soldados do Exército	mortos 04	04 mortos	
Marinhagem	ferido 01		
Soldado do Exército	ferido 01	02 feridos	06
Total			09

Dia 18 de Junho de 1865

Amazonas			
Marinhagem	ferido 01		
Soldado do Exército	ferido 01	02 feridos	02
Beberibe			
Comandante	ferido 01		
Marinhagem	ferido 01		
Soldado do Batalhão Naval	ferido 02		
Soldado do Exército	ferido 01	05 feridos	05
Itajaí			
Marinhagem	morto 01	01 morto	
Marinhagem	ferido 01	01 ferido	02
Iguatemi			
Marinhagem	feridos 02	02 feridos	02

Fora de Combate no dia 11	236
Fora de Combate no dia 13	09
Fora de Combate no dia 18	13

Total 258
(...)»²¹⁴

Após os três dias de combates - sendo um, de uma grande batalha, que nos quatro últimos anos, e provavelmente nos próximo quatro, curiosamente, voltou a ser comemorada na marinha de guerra do Brasil -²¹⁵ alguns feridos foram desembarcados em Buenos Aires, para serem tratados no *hospital brasileiro*, provavelmente o da marinha. Apesar de ser óbvio, há, sempre, uma consequência dos combates, e não é limitado às questões estratégicas e militares.

²¹⁴ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1167 (33), documento 29. “documentação naval”.

²¹⁵ Nestes últimos anos, o dia *11 de junho* voltou a ser comemorado na marinha, em solenidades que envolvem efetivos militares, algumas lideranças políticas e a presença de estudantes de escolas públicas e privadas. Surpreendente, é o material de divulgação do fato, pois em 2006, encontrei, afixado nos corredores de várias escolas públicas em São Paulo, um pôster, com uma ilustração da referida batalha, tendo a seguinte legenda: “*Batalha Naval do Riachuelo - 11 de Junho de 1865 – A história de um Brasil vencedor*”. O material foi impresso sob encomenda da Marinha de Guerra do Brasil e o Ministério da Defesa, e distribuído às repartições públicas nos Estados.

Com a grande demanda, alguns problemas se apresentaram para o pessoal médico. Em correspondência entre Carlos Frederico e Tamandaré,²¹⁶ o cirurgião apontou algumas dificuldades em relação ao transporte dos feridos, principalmente os originários daqueles três dias de combate, em junho de 1865. O documento foi redigido no dia 25 daquele mês. Carlos Frederico informou que haviam recentemente vindo dos campos, *30 feridos*, e que o *Governo de Estado* ofereceu *praças e padiolas para conduzirem até o fim do mole os feridos*; mas o oficial responsável pelo auxílio informou ao brasileiro que não tinha ordens para *acompanhá-los ao hospital*. Havia um problema, essencial, que era a condução dos pacientes até o nosocômio. Alguns oficiais, que provavelmente prestavam serviços no hospital, ou estavam embarcados no navio, junto com *estrangeiros* e do *País*, auxiliaram na condução das padiolas. Essa situação chama a atenção pela falta de pessoal até mesmo para o transporte. E, ainda com o auxílio, Carlos Frederico, responsável pelo serviço de saúde da marinha, teve que ajudar a transportar os homens ao hospital, carregando-os, e sendo coadjuvado por mais 17 outros, voluntários, que foram elencados em uma lista para Tamandaré, provavelmente para que recebessem pelo ato que praticaram alguma recompensa, mesmo que fosse apenas uma citação em ordens do dia, e uma referência elogiosa e cínica dirigida ao governo argentino. Havia, então, naquele hospital, enfermeiros disponíveis para o serviço exigido pelo tratamento dos pacientes? É neste mesmo documento que Carlos Frederico informou que foi oferecida por um médico nativo - durante algum tempo prestador de serviços estabelecidos por contrato feito entre ele e a marinha - uma ambulância para os *primeiros curativos* daqueles feridos, bem como quatro irmãos de caridade que se ofereceram *obsequiosamente* para tratar dos pacientes.

O que se sabe sobre o funcionamento dos hospitais espalhados pela rota que ligava a Corte ao teatro de operações? Existiam os hospitais de campanha do exército e da marinha, localizados na frente de combate e as enfermarias, muitas delas de duração efêmera - que para mim funcionaram segundo a lógica da divisão de enfermidades, e o conseqüente combate às específicas epidemias - como outros que foram instalados em Corrientes, Buenos Aires e Montevidéu, e que pouco se sabe sobre suas atividades. Quais foram os critérios para a sua execução e operação? Se sabe que funcionaram naqueles anos. Alguns durante quase toda a guerra, outros, durante um período curto. Em passagens nos documentos, o argumento mais utilizado para a remoção ou mesmo

²¹⁶ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1143 (13), documento 10. “documentos navais”.

fixação desses estabelecimentos se refere, exclusivamente, à facilidade de estarem próximos dos comandos gerais, que com o desenrolar da guerra, e a sua conseqüente movimentação, eram removidos para as proximidades das novas bases de comando. Esse foi o caso do ofício trocado entre Elisário Antônio dos Santos, chefe da esquadra, e o Barão de Cotegipe, ministro da marinha. Em 27 de fevereiro de 1869, o militar informou ao ministro que transferiria o *hospital de marinha de Humaitá*, para Assunção, porque o nosocômio estava situado a grande distância da capital do Paraguai, onde se concentravam *todas as forças de mar*. A transferência do estabelecimento hospitalar, obrigaria que fossem extintas as *enfermarias existentes no Chaco, em frente a Assunção*, porque perderiam *a sua razão de existir*, tendo um hospital tão próximo. Além disso, havia, segundo as observações do militar, a conveniência de se ocupar um prédio, na cidade, em *excelentes condições higiênicas*, sendo que ele havia sido originalmente edificado, especialmente, para *servir de hospital aos enfermos do exército paraguaio*.²¹⁷

As experiências adquiridas em decorrência dos combates não acarretavam, apenas, novos estudos e observações sobre os serviços médicos e cirúrgicos militares brasileiros. Não apresentavam apenas novos problemas para serem equacionados pelos médicos e a administração. Abro um parêntese, para tratar rapidamente da dimensão técnica de uma guerra, quase sempre restrita aos estudiosos militares. As pesquisas, se bem sustentadas, podem enveredar para outras direções, que são aparentemente estranhas aos historiadores civis brasileiros. Essas novas direções, ou novas questões que podem ser colocadas, oferecem numerosos subsídios para o entendimento sobre o conflito.

Os embates entre a artilharia paraguaia - baseada em chatas, fortalezas, ou mesmo postadas em terra, às margens dos rios - e a marinha brasileira, logicamente provocavam alguns danos nas belonaves, e durante o período se manifestou a intenção de se estudá-los, pois serviriam para futuras análises, proporcionando, essa era a intenção, os aperfeiçoamentos necessários que os navios deveriam receber, para se adaptarem às novas exigências do que se acreditava ser o combate moderno. Esse foi o desejo manifestado em um documento,²¹⁸ uma circular de abril de 1869, redigido à bordo do *vapor Princesa*, atracado na cidade de Assunção.

²¹⁷ Arquivo Nacional. XM 309. 2ª Secção. Ofícios sobre Hospitais e Enfermarias. (1868 – 1869).

²¹⁸ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1158 (25), documento 145. “documentação naval”.

Solicitando a cooperação dos demais *camaradas*, o chefe de estado maior, sob ordens, pediu para que todos, juntos com o *1º tenente Luis Felipe de Saldanha da Gama*, informassem sobre os *tragos que sofreram os encouraçados da força por virtude do choque das balas inimigas*, a fim de escrever uma obra com o título '*Os encouraçados na Campanha do Paraguai*'. Os que pudessem, deveriam *concorrer com as precisas informações que solicitava o oficial*, principalmente as que se referissem a *projeções longitudinais dos costados, das faces de ré e avante das casamatas*, e que deveriam ser desenhados *os sinais das mossas de que tiveram lugar*, e em qual região da superfície foram atingidos, bem como *as baterias que as fizeram*, ou quaisquer *outras notas* que contribuíssem com o estudo. O documento, uma circular, deveria ser comunicado aos comandantes, de divisões, bem dos *navios soltos*, e aos oficiais, para que ficassem *cientes* e contribuíssem com a pesquisa.

Os estudos sobre as experiências que a guerra proporcionou não ficaram restritos ao serviço médico. A parte técnica igualmente foi estudada. Entretanto, parece-me que não foram aproveitados, pois essa pesquisa sobre os encouraçados não foi localizada, e nem documentos que trouxessem as informações solicitadas. Qual a razão desta aparente apatia dos oficiais, que deveriam colaborar com o estudo? Que deveriam trazer as suas observações e experiências, acumuladas por anos de cruentos combates, e uma vida difícil, embarcada, para auxiliarem a feitura de um trabalho que considero de suma importância? Estariam, por causa de todos aqueles anos difíceis, apáticos sobre o “pensar” o combate? Isto, então, não seria uma contradição? Pura e simples displicência? Por que não foi desenvolvida a pesquisa? E, se ela existir - o que estou mais propenso em acreditar, apesar de não ter prova alguma sobre, apenas suspeitas - e nunca foi divulgada, essa falta é intencional? Esses “esquecimentos”, tanto de não colaborar com a pesquisa, quanto de uma suposta ocultação, não dizem muita coisa? Talvez, a documentação imediatamente posterior à guerra possa esclarecer essa questão, entre outras que se apresentam aos que elegeram a guerra para os seus questionamentos e buscas. Entretanto, Carlos Braconot, oficial de marinha, e que estudou engenharia naval na Inglaterra,²¹⁹ foi responsável pela fabricação das couraças de até cem milímetros de espessura que compunham os navios ditos encouraçados utilizados na guerra. Ele, do mesmo modo, dada a sua atividade, solicitou algumas informações sobre os danos nas couraças, causados pelos combates, notoriamente de artilharia, para o

²¹⁹ Pedro Carlos da Silva Telles. *História da Construção Naval no Brasil*. Fundação de Estudos do Mar/Liga dos Amigos do Museu Naval. Rio de Janeiro, 2001. (páginas 254 e 255).

estudo, e provável remodelamento do fabrico do material, de suma importância para a continuação daquela campanha e certamente para novos projetos que a marinha deveria encampar. Em julho de 1866, o engenheiro recebeu algumas informações sobre as avarias provocadas nos combates em que a esquadra havia se envolvido recentemente, o que deixa claro sobre a capacidade da artilharia paraguaia, independente de estar situada em fortalezas ou chatas, em provocar grandes danos, e principalmente, pelo tirocínio de seus artilheiros. Algumas delas foram provocadas por granadas de 68, artefato temido entre os aliados, ou, para ser mais exato, por quem ficava sob o fogo desta arma:

“O Barroso na distância de uma amarra na chapa da face de vante a B.B. próximo a portinhola levou uma bala de 68 de 1º calibre e fez uma depressão de 1 ¼ polegadas, e afastou do lugar ½

Polegada. Na chapa da face de vante a E. B. próximo à aresta levou uma outra do mesmo calibre e fez uma depressão de 5/16 e afastou-se do lugar 3/16.

A bombordo abaixo da primeira porta de vante desse lado, levou 4 balas do mesmo calibre, as quais fizeram as depressões seguintes: 1 1/4 , 13/16, 5/8 e 5/8, e essa chapa foi afastada do seu lugar ½. No lume d'água de lado B.B. avante da casamata levou uma outra do mesmo calibre, que fez uma depressão de 1 1/4 , e fez afastar do seu lugar 5/16.

O Brasil na mesma distância. Na chapa do lume d'água, 85 mm da aresta de vante e 180 mm da aresta superior, ou 7 1/8 e 3 2/8. A bala penetrou 45 mm ou 1 6/8. Na primeira chapa acima do lume d'água acima desse lugar onde está uma cavilha 13 ½ polegadas. A bala penetrou 25 mm ou 1 polegada.

(...)

O Tamandaré na distância de 2 amarras na face de vante a B.B. uma bala de 68 de 1ª classe fez uma depressão de 1 1/8, afastou o extremo dessa chapa 1 1/4 , e as chapas contíguas 3/8.

A E.B. na aresta da portinhola da face de vante da casamata, uma bala do mesmo calibre fez uma depressão de 1 3/8. Há ainda uma depressão no ângulo inferior da portinhola de B.B. a vante de ½ de profundidade, parece ter sido feita por um estilhaço de bala; pela irregularidade da massa.

O Bahia em distância de uma amarra e meia, recebeu no costado de B.B. oito balas de 68 1ª classe, a 1ª a vante da torre na intersecção do convés com a torre, fez uma depressão de 1 6/8, de de diâmetro de 8 ditas. A segunda na altura da torre acima da linha d'água, fez uma depressão de 6/8 de diâmetro de 5 1/2 . A 3ª na altura da torre na intersecção do convés com a couraça fez uma depressão de 1 1/8 de diâmetro 9, essa chocou a couraça obliquamente. A 4ª na altura da máquina, acima da linha d'água, fez uma depressão de 5/8, e de diâmetro 5. A 5ª e 6ª, no portaló da mesma chapa sendo as depressões de 5/8, e de diâmetro 5 1/2 , afastou essa chapa 1/8 polegada. A 7ª a ré do portaló abaixo da intersecção do convés com a couraça, sendo a depressão de 1 3/8, e de diâmetro 6. Essa chapa abriu para a parte interna do navio (...)”²²⁰

Quando as *portinholas* eram atacadas, recebendo o impacto das granadas, é porque os artilheiros paraguaios visavam causar danos internos nas belonaves, já que sua artilharia não conseguia infligir maiores avarias - ou avarias internas - além de

²²⁰ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento M 138 – 6788).

mossas, em sua superfície, por possuir couraças que protegiam os seus tripulantes, e visavam preservar o navio para responder ao fogo e continuar hostilizando as posições inimigas. As portinholas possivelmente fossem mais finas, isto é, se estivessem fechadas, porque no combate permaneciam obrigatoriamente abertas, para que a peça a bordo respondesse o fogo, e se não fosse esse o caso, como eram móveis, poderiam, num recurso dos tripulantes, visando a sua própria proteção, serem abertas exclusivamente naqueles momentos para o disparo, sendo fechadas depois, para o remuniamento da peça, e nesta situação poderiam ser deslocadas com o impacto, ou até mesmo arrebatadas pela ação de uma granada paraguaia. E se isso for confirmado, fica explícito que os paraguaios estudavam as maneiras, ou faziam uso dos modos ao seu alcance para causar o maiores danos possíveis nos encouraçados com as suas peças, muitas delas sem raio, o que tornava o seu trabalho exasperante. Seus artilheiros, então, no geral, eram sim bem treinados e sabiam o que estavam fazendo. Os *brulotes e torpedos* também utilizados pelos paraguaios são uma prova disso, dessa exasperação. E no caso desta descrição das avarias nas couraças, as granadas acertaram outros lugares em que a blindagem não era, parece-me, uma superfície completa, haviam *arestas*, ou regiões próximas ao *lume d'água*. Normalmente, mais frágeis ou com blindagem menor. Esses aspectos merecem mais atenção, porque um documento como este, por mais estranho que possa parecer, deixa algumas possibilidades para se levantar outras questões, não essencialmente técnicas; mas que são emanadas por elas e podem dar condições para se entender como os homens viviam, quando tripulantes desses navios, e em situações de combate que envolveram eventuais efetivos do exército que permaneciam à bordo.

Ainda que estivessem relativamente protegidos pelas couraças, os homens padeciam por outros problemas presentes nestas embarcações, por causa de suas particularidades e principalmente durante esses momentos de confronto, que absolutamente não foram raros, muito pelo contrário. A primeira, e a mais notória, é que as granadas paraguaias, no impacto com a couraça, causavam um som particularmente incômodo, principalmente aos que estivessem dentro da embarcação, e próximos à região do impacto. E, não se deve perder de vista que as granadas provavelmente não se chocavam, uma após a outra, com uma cadência que chamaria de respeitosa. Normalmente, nas baterias das fortalezas ou fortificações paraguaias, à beira do rio, havia, pelo menos, algumas dezenas de peças cobrindo cada ângulo possível, e acredito, os paraguaios disciplinavam o fogo de sua artilharia contra esses navios, porque estes

recebiam diversos impactos, simultaneamente. Acredito que durante esses momentos, nos confrontos entre as artilharias, e conforme a sua distância das baterias inimigas, e sua posição no rio, as belonaves se transformavam em “sinos”; afinal, quando as granadas chocavam-se em suas couraças, o som deveria reverberar por toda a embarcação, e possivelmente traziam conseqüências aos tripulantes. Somado a esta situação, o navio costumava responder ao fogo, e com mais de uma peça; poderia ser um *rodísio*; portanto, uma soma de sons potencialmente perturbadores, como as granadas paraguaias, de 68, entre outros tipos, tamanhos e formatos, que se chocavam na couraça, cujo som do impacto reverberava pelo navio, fora as das peças embarcadas, que invariavelmente respondiam, e por isso mesmo contribuíam com o perturbativo som. Não se encerra aí a questão. O encouraçado estava em movimento, e devidamente fechado, com todos em seu interior, buscando abrigo, instintivamente. Havia a fumaça expelida de sua chaminé, pois ele estava se deslocando - já que se estivesse estático, receberia um número maior de impactos, além de não se posicionar para um disparo melhor contra o alvo, porque estava em um rio, e portanto havia uma correnteza a ser vencida - bem como o calor das suas máquinas, que deveria permanecer internamente, e atingindo, em menores graus, a tripulação que estivesse nas partes superiores, ou casamatas, fora os que fossem responsáveis pelo funcionamento das caldeiras, em partes inferiores, e alimentando-as com carvão, que deveria ser transportado por vários homens, de um compartimento a outro, e por isso mais expostos ao calor emanado pelo sistema, e outros materiais e substâncias que eram forçosamente presentes como a fumaça, os vapores, as fuligens e possivelmente tudo isto em locais escuros, mal iluminados e insuficientemente arejados. Havia igualmente a fumaça e o calor oriundos das peças embarcadas que estavam sendo disparadas pelos artilheiros, e que, acredito, por mais que houvesse algum dispositivo de ventilação desenvolvido, não era realmente eficiente, sendo que talvez muito dessa fumaça e calor ficavam encerrados no interior do encouraçado. Eventualmente, na superfície, as granadas paraguaias destruíam o que estivesse ao seu alcance, como os *turcos*,²²¹ eventuais *escaleres*, entre outros acessórios obrigatórios ou circunstanciais localizados no convés ou do casco situados no convés, e expostos, logicamente não blindados, constituídos de metal ou madeira, que se transformavam, após receber o impacto de uma granada, em outros pequenos

²²¹ *Turco* é um acessórios do casco, situado no convés. Em um trabalho sobre a nomenclatura dos navios, tem a seguinte definição: “*Turco: Coluna de ferro tendo a parte superior recurvada para receber um aparelho de içar; serve para içar embarcações ou outros pesos*”, In “Maurílio M. Fonseca. *Arte Naval*. 6ª edição. Volumes I e II. Serviço de Documentação da Marinha. Rio de Janeiro, 2002.” (página 45)

fragmentos, de grande velocidade, dos mesmo modo mortais, fora os estilhaços das próprias granadas, que podiam atingir a atenta e perturbada tripulação pelas *seteiras*²²² ou outras regiões em que os tripulantes pudessem estar relativamente expostos. Além do mais, a tripulação deveria ocupar os seus postos, e depois de ter adquirido algumas experiências de combate, só permaneciam nas peças os homens fundamentais para o seu funcionamento, como os artilheiros e os remuniadores, e com eles, os seus oficiais comandantes. Uma desagradável experiência na *casamata do Tamandaré*, em uma outra ocasião, no início da guerra, lhes ensinou isso. Se a casamata fosse atingida, só seriam “prejudicados” os que realmente deveriam estar nela para operacionalizá-la. Existiam oficiais com funções distintas, os artilheiros e os que controlavam os movimentos do navio, bem como o seu funcionamento. O primeiros, atentos ao que estava acontecendo, pelas seteiras, e avaliando o ataque paraguaio e respondendo-o, e os segundos, posicionando o navio para os melhores disparos, vencendo a correnteza, dando ordens aos homens nas máquinas, dirigindo sua atenção aos movimentos dos demais navios que estavam operando, e se comunicando por sinais, bem como procurando, quando possível, fugir das granadas paraguaias. O resto da tripulação, que era numerosa, então deveria ocupar outros lugares, fora das casamatas, mas possivelmente de prontidão para as necessidades que fossem surgindo, e sob ordens do comando.

No relatório enviado à Braconnot, sobre as avarias do *Tamandaré*, aquela *depressão no ângulo inferior da portinhola*, que se acreditava ter sido feita por um *estilhaço de bala*, e que demonstrava uma *irregularidade da moessa*, talvez tenha sido provocada por um destes mortais fragmentos provenientes da própria embarcação, já que a moessa possuía um formato diferente das que eram comumente ocasionadas pela ação direta da artilharia paraguaia. Por mais experimentado que fosse um tripulante, em anos de serviço, sobrevivente e calejado de numerosos combates ou pela ação de epidemias, seus nervos não eram como as couraças que o protegiam. Sobre o desgaste nervoso que este tipo de combate podia acarretar, Carlos Frederico fez uma observação, mas muito superficial e tímida:

“O choque das balas, que vão quebrar-se sobre a couraça, as vibrações, que comunicam-se ao navio, o troar do canhão, que torna-se mais sensível em navios desta ordem, dão lugar à manifestação de enfermidades de tipos diversos, e que especialmente afetam os centros nervosos e tivemos com os nossos colegas ocasião de apreciar depois de

²²² *Seteiras* são definidas como aberturas no casco. Tem a seguinte definição: “*Seteiras: Aberturas estreitas feitas nas torres ou no passadiço dos navios a fim de permitir a observação do exterior*”. In “Maurílio M. Fonseca. *op. cit.*, 2002”. (página 30)

bombardeamentos, ou combates, em que se empenhava a Esquadra, agravarem-se os sintomas de febres intensas, sucumbindo, algumas vezes, os doentes”.²²³

Fica a pergunta sobre os homens que não possuíam mais condições mentais para continuar combatendo. Eram desmobilizados em que categoria? Eram considerados covardes? Como foi ministrado o tratamento para eles? Isto é, se foram considerados dignos de receber algum apoio. Para essas questões não consegui obter respostas, apenas algumas pistas para posteriores trabalhos, que necessitam de uma melhor abordagem. O conceito de “neurose de guerra”, ou “traumas de guerra” não era algo ainda presente, e tenho a impressão de que era interpretado, na maioria das vezes, como covardia ou problemas inerentes a “espíritos fracos”. É, por exemplo, no serviço de inspeção de saúde da armada que se observa mais algumas pistas sobre o problema. Em julho de 1869, em uma lista com o posto, o nome e os motivos de afastamento de vários praças, encontra-se, dentre os males de saúde apresentados, um grumete afastado por *idiotismo*, e outros dois, também do mesmo posto, sendo que um sofria de *alienação mental* e o outro de *alienação mental periódica*.²²⁴ É na mesma lista que se depara com outros militares que foram afastados por serem atacados por *tubérculos pulmonares*, *hipertrofia do coração*, *reumatismo crônico*, e até mesmo um, que sofria de *paralisia do braço direito desde o Paraguai*. Não há a confirmação de que fossem veteranos, mas, não deve-se descartar essa hipótese, ainda mais quando havia a falta de homens disponíveis para serem recrutados para a guerra, e se no grupo havia um, com paralisia em um braço, *desde o Paraguai*, provavelmente o grupo, ou grande parte dele, havia retornado do teatro de operações, e naquele dia passaria pela inspeção médica. É, certamente, mais uma interessante possibilidade de pesquisa.

Depois dos combates, os hospitais e enfermarias tinham todos os “leitos” preenchidos pelos feridos, sendo o pessoal médico, quase sempre em número insuficiente, requisitado até a exaustão. Pelo trabalho do cirurgião-mór da esquadra, pode-se examinar mais detalhadamente os feridos em pelejas e identificar os ferimentos encontrados pelo pessoal médico, como as formas de que esse mesmo pessoal se utilizou para tratamento dos incontáveis ferimentos apresentados.

²²³ Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo. *op. cit.*, (Páginas 146 e 147).

²²⁴ Arquivo Nacional. III M761. Ministério da Marinha. Quartel General e o Conselho Naval. Ofícios da Secretaria do Corpo de Saúde da Armada.

Em um combate, trazido por Carlos Frederico, envolvendo alguns marinheiros, embarcados no *Colombo*, que operavam uma *metralha* contra uma posição paraguaia, pode-se depreender como eram alguns dos combates:

“Ferimento, por estilhaço de bala, penetrante da bexiga com fratura cominutiva do osso ilíaco.

Camilo Jacinto Fernandes, natural da província de Santa Catarina, idade 19 anos, Imperial de 2ª classe, e praça do encouraçado *Colombo*, entrou para o Hospital de Sangue da Esquadra, em operações do Rio Paraguai, a 5 de Outubro, trazendo um ferimento, por estilhado de bala, na região ilíaca externa do lado esquerdo.

História – Camilo narra, que se achava com mais dois companheiros encarregado do prumo ao lado de bombordo, atrás da casamata do navio, que estava em frente da bateria inimiga na barranca de Angostura metralhando-a, quando em ocasião, que o navio guinava para estibordo, uma bala bateu na borda do costado de vante a bombordo, produzindo vários estilhados, e que destes um matou ao seu companheiro da direita, outro feriu levemente ao da esquerda, e que um outro o veio ferir, que depois de ferido não pode curvar a coxa, nem estender a perna, que sentia muitas dores no ventre para baixo do umbigo, onde dizia estar o estilhaço, que horas depois tinha um peso na bexiga, e desejos freqüentes de urinar.

Estado atual – Camilo é de constituição forte, de temperamento sangüíneo, de fisionomia inteligente, de juízo claro, e estatura regular, pele de cor parda, língua boa, pele quente, pulso freqüente, e cheio, dando 140 pulsações por minuto, inquietações repetidas, sucedendo-se a um estado de cansaço com alguns momentos de abatimento, ventre flácido, doloroso na região hipogástrica (...), impossibilidade dos movimentos de extensão e adução da coxa; duas polegadas acima da articulação ileo-femural há uma solução de continuidade, de forma circular, e bordos irregulares, de polegada e meia de diâmetro, denotando, que a destruição dos tecidos fora feita por corpo cilíndrico, ou esférico; não havia hemorragia nem dores na região externa do ferimento (...)

Exploração da ferida – O ferimento da forma, e dimensão acima referidas compreende uma solução de continuidade, dirigida de fora para dentro, e quase horizontalmente de detrás para diante, o diâmetro externo é o mesmo em todo o trajeto da solução, formando um verdadeiro canal, que permitia a fácil introdução do dedo indicador, o qual encontrava o osso ilíaco fraturado, e a existência de muitas esquirolas.”²²⁵

Camilo, em combate, recebeu um ferimento proveniente de um estilhaço de, talvez, granada, vindo da posição fortificada paraguaia. Nele, quando entrou no hospital, estava o *corpo estranho*, que após algumas investigações, foi localizado em sua bexiga, sinal de que percorreu uma trajetória em seu corpo. O jovem grumete faleceu algum tempo depois, antes mesmo de ter sido operado, para a tentativa de extração do objeto. Em sua *autópsia*, revelou-se que o corpo que havia ferido Camilo não era proveniente, diretamente, da granada paraguaia, ou melhor, de seus próprios estilhaços; mas uma peça constituinte da estrutura do navio, que quando recebeu o impacto direto da granada - pois foi reproduzida, com uma moça - se transformou em um outro veloz projétil,

²²⁵ Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo. *op. cit.*, (páginas 374 a 378)

atingindo o jovem, que estava respondendo, com os seus demais colegas, ao fogo vindo de Angostura (**Figura 09**).

Carlos Frederico chegou mesmo a reproduzir outros objetos localizados nos corpos de soldados feridos nos embates. Aqui transcrevo a passagem do 27º caso do seu livro, o *tratamento conveniente* que o paciente recebeu - e que hoje se mostra diverso do que receberia em idênticas circunstâncias - bem como reproduzo a ilustração do fragmento que foi localizado e extraído (**Figura 10**). Ao final da descrição, o cirurgião indagou, surpreso, de como o paciente havia conseguido sobreviver por tanto tempo, com as faculdades mentais sem alteração, tendo um ferimento daquela gravidade, justamente por observar em que região estava localizado. Este caso foi observado no hospital de Buenos Aires, ainda durante a campanha do Uruguai, em um *cadete do 6º batalhão de infantaria*, chamado *João Fernandes Eiras*, de 22 anos de idade, natural de *Pernambuco*, e que não resistiu ao ferimento:

“Esta praça entrou para o hospital com uma solução de continuidade, que tinha polegada e meia de extensão, dirigida um pouco obliquamente, na região frontal, entre as duas arcadas superciliares. Essa solução de continuidade estava em parte cicatrizada por primeira intenção e tinha uma terça parte a cicatrizar, e em supuração. Além deste ferimento, o doente acusava uma sensibilidade exagerada no canal da uretra, e espasmos no colo da bexiga, quando urinava; as faculdades intelectuais estavam em perfeito estado, de caráter folgazão, gracejando sempre com os seus companheiros. A ferida não cicatrizava, atribuindo ele isso à influência de sífilis, que por vezes tinha sofrido.

Trinta dias depois de sua entrada para o hospital, foi à noite o Dr. Balduino chamado apressadamente para vê-lo e encontrou-o no seguinte estado: convulsões, coma e uma ligeira hemorragia pelo ferimento. Examinando este, encontrou-se na parte cicatrizada uma elevação subcutânea, que o cirurgião pensou ser uma porção do osso frontal. Feita uma incisão, e foi pouco a pouco extraí-lo, teve de alargar-se a incisão e foi pouco a pouco extraído-se um pedaço de cano de espingarda, achatado, de 2 ½ polegadas de comprimento e 1/3 de largura. Esse corpo tinha atravessado o frontal, e encravado-se no encéfalo em sua parte antero-inferior

O doente foi submetido a um tratamento conveniente: sangria de braço, sanguessugas nas apófises mastóides, compressas frias na cabeça, revulsivos às extremidades, bebidas nitradas, purgativas, etc. O estado do doente não melhorou com nenhuma dessas aplicações, um profundo coma sucedeu à convulsão, e paulatinamente a paralisia foi-se manifestando, falecendo ao terceiro dia dos padecimentos descritos

Feita a autópsia, encontrou-se o frontal fendido no ponto, por onde tinha entrado o corpo estranho, as meninges muito injetadas, e toda a porção anterior do encéfalo, de cor arroxada internamente, notando-se na parte inferior o ponto, de onde se tinha extraído o corpo estranho, a massa encefálica, que formava as paredes do trajeto, onde existiu o corpo estranho, estava endurecida, infiltrada de pús, e sangue denegrado”.²²⁶

Fragmentos provenientes de canos de fuzis que explodiam no momento do disparo, ocasionados por uma carga de pólvora mal acondicionada, por uma arma

²²⁶ Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo. *op. cit.*, (página 104 e 105).

portátil mal mantida, pela baixa qualidade da munição empregada, ou mesmo por receber dois projéteis, ao invés do “regulamentar” um projétil, conforme se observará adiante e talvez, este último recurso, de dois projéteis, fosse a explicação do ferimento acima transcrito, porque com dois, um deles possa ter se prendido internamente, e com o impacto de um segundo, ocasionado a explosão do cano da arma, transformado-o em um projétil. Objetos como pregos, os próprios ossos - fragmentados após receber um impacto de uma granada de artilharia - madeiras e outros fragmentos metálicos usados nas metralhas - ou que no momento do impacto atingiam alguma superfície, ou objeto, que se transformava, do mesmo modo, em outros fragmentos, impulsionados em alta velocidade e que acabavam ferindo os que estavam mais próximos - estilhaços de granadas de artilharia e projéteis de fuzis eram constantemente removidos dos feridos. Além destes *corpos estranhos* - temidos pelos cirurgiões de campanha e certamente pelos combatentes - eles operavam em profundos ferimentos provocados por baionetas, lanças, sabres, espadas, facas, machados e outros objetos cortantes ou perfurantes que eventualmente os soldados carregavam, e de manufatura provavelmente própria. No combate corpo-a-corpo, valia tudo para vencer o inimigo, inclusive as coronhadas de fuzil, porretadas e talvez até mesmo golpes de capoeira.²²⁷

As armas, com aperfeiçoamentos técnicos, fizeram com que os médicos e cirurgiões militares tivessem a oportunidade de estudarem novos casos. O aperfeiçoamento do material não passou despercebido aos profissionais da saúde. O *cirurgião-mór* da esquadra reparou que:

“Estudado o projétil do fuzil moderno, com que jogava o nosso soldado de mar e terra, vê-se a diferença de distância, que este percorre, produzindo deste modo maior estrago, pois que as observações demonstram, que as balas esféricas expedidas por fuzis lisos não passam de 150 a 200 metros, enquanto que as cilindros cônicas tocam o alvo de 1.000 a 1.200 metros, explicando-se desse modo o pequeno número de feridos, oferecido em grandes batalhas, em tempos remotos, e o grande número apresentado hoje pelas armas modernas”.²²⁸

A observação sobre as diferenças entre as *balas esféricas* e as *cilindros cônicas*, bem como entre os *fuzis lisos* e os que eram raiados, pode oferecer subsídios para pensar sobre outras situações, não restrita aos ferimentos que se tornavam mais graves na medida em que havia a adoção dos aperfeiçoamentos técnicos das armas e munições

²²⁷ Marco Antonio Cunha. *A Chama da Nacionalidade. Ecos da Guerra do Paraguai*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 2000.

²²⁸ Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo, *op. cit.*, (página 251).

de toda espécie, e que obviamente influenciaram diretamente os cirurgiões na hora - sempre breve em um hospital de campanha, com centenas ou pelo menos dezenas de feridos - de se decidirem sobre a amputação de um indivíduo atingido por uma das armas. Esta importante particularidade, isto é, a diferenciação das munições empregadas pelos exércitos envolvidos, bem como as suas aflitivas conseqüências nas “economias” serão trabalhadas no capítulo. Entretanto, sabe-se que no geral, o armamento individual do soldado paraguaio era constituído por aqueles *fuzis lisos* (pederneira), de pouca precisão e baixo alcance e que possuía suas particularidades ou deficiências, quando comparado com o armamento utilizado pelos aliados, ou pelo menos o adotado pelos brasileiros (Minié), que era raiado e de maior precisão e alcance. Sendo assim, com essas informações de Carlos Frederico, e ciente dessas diferenças, pergunto, tendo em vista as formações de combate entre as infantarias: os paraguaios não deveriam se aproximar mais, arriscadamente, para conseguir um mínimo de eficácia quando atacavam as posições brasileiras? E, se precisavam se aproximar, supostamente, por cerca de 150 a 250 metros da posição inimiga, para efetuarem disparos com um mínimo de chances de êxito, utilizando-se destes fuzis, mas não necessariamente escolhendo um alvo, em particular, dada a sua grande distância dele, ou apenas dirigindo os disparos de sua arma em direção à formação inimiga, intentando causar o máximo possível de baixas, já que os atiradores estavam em uma formação; portanto, com uma concentração de fogo máxima, antes do choque ou contacto, propriamente dito e quando havia um; não ficavam sob o fogo dos aliados, ou brasileiros, que tinham uma situação mais vantajosa quando se utilizavam de armas individuais com pelo menos, supondo, 350 a 500 metros de alcance com boa precisão, fora a ação de sua artilharia, que bem posicionada, ou quando necessária, oportuna e rapidamente deslocada até mesmo com o auxílio da infantaria, e que poderia causar mais baixas?

Rodrigues da Silva, recordou-se sobre a questão do armamento empregado pelos brasileiros e sua superioridade técnica, quando comparada ao que os paraguaios se utilizavam:

“Nesta localidade recebemos grandes reforços e o Exército já se apresentava bem numeroso. Avaliavam-no em perto de 30.000 combatentes, bem fardados, bem equipados, mas armados com as tais carabinas e mosquetões a Minié, de carregar pela boca com o auxílio indispensável da vareta que, uma vez desaparecida, impossibilitava a arma de funcionar, para servir-se o homem unicamente do sabre-baioneta. Como se vê, um fuzil inconveniente, e, além de tudo, muito pesado. No entanto, avantajava-se ao de pederneira, usado pelo inimigo.

Tivéssemos naquela época da campanha, a magnífica carabina retrocarga, mesmo a antiga Comblain de tiro tão preciso e certo, embora de igual modo pesada e propensa a esquentar o cano facilmente, defeito removido com a colocação de telha no sítio conveniente”.²²⁹

Um problema comum, no armamento, utilizado pelos aliados, e bem observado pelo veterano brasileiro, era a perda da *vareta* que auxiliava o condicionamento da munição, que era encerrada pela “boca” da arma, ou a abertura do cano. A sua ausência significava, teoricamente, que o fuzil não poderia ser mais utilizado para disparo, ficando, apenas, no combate, armado com sua baioneta e portanto limitado ao combate corpo-a-corpo. Penso que haveria outros meios, durante a guerra, para substituí-la, ou por peças de reposição, confeccionadas no próprio arsenal de guerra - já que a sua feitura, parece-me, não era algo tão complexo - e a disposição nos acampamentos. Ou por uma outra maneira, talvez com a criatividade dos soldados, que dependiam desses simples acessórios para efetuarem os seus disparos e terem maiores chances de sobrevivência. Deveria haver, então, medidas disciplinares para os que as perdessem. Nas ordens de dia encontram-se punições por incúria com o armamento. Fora isso, ela também era utilizada como um recurso de comunicação noturna, entre as sentinelas dispostas em avançadas:

“As sentinelas postadas no alto do parapeito davam de quando em quando sinal de alerta, batendo nas varetas das espingardas”.²³⁰

Não obstante, em uma passagem de Dionísio, lembrando-se de um combate, outras questões sobre esse simples, mas na maioria das vezes importante acessório, se apresentam:

“A briga andava cada vez mais travada. Os soldados já não tiravam a vareta para calcar a bala. Derramavam a pólvora no cano, metiam o projétil e batiam com o coice no chão. Em combate geralmente o soldado não aponta; por isso as zonas perigosas são as do ponto em branco e do maior alcance da arma. Há entre eles uma zona neutra, onde são raros os *impactos*.

É preciso, por isso, insistir nos exercícios de tiro ao alvo para que o soldado adquira, por assim *dizer*, o instinto de atirar.”²³¹

²²⁹ José Luiz Rodrigues da Silva. *op. cit.*, (página 29).

²³⁰ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 176).

²³¹ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 232).

Neste pequeno fragmento, as observações referentes às *zonas perigosas*, *as do ponto em branco* ou *do maior alcance da arma*, são necessárias, parcialmente, para se entender as vantagens, se foram aproveitadas ou não, que os brasileiros possuíam, condicionadas à superioridade técnica de suas armas de uso individual, e que possivelmente proporcionavam aos seus atiradores infringirem um maior número de baixas aos paraguaios, procurando mesmo desbaratar os seus dispositivos de ataque, ou mesmo enfraquecendo-os por alvejarem um maior número possível de combatentes paraguaios dispostos em suas fileiras de atiradores - disposição que poderia ser tanto em fileiras quanto em colunas, conforme as circunstâncias - e que se aproximava durante os ataques.

Na peleja entre as frações, a questão numérica definia, teoricamente, vencedores e vencidos, e as frações paraguaias - já desfalcadas pelas baixas ocasionadas pela ação do armamento raiado, de *maior alcance*, com munição *cilindro-cônica*, e com maior precisão, agindo também sobre as *zonas em ponto em branco* ou de *maior alcance da arma* - ofereciam menor resistência, e estes detalhes, sempre ignorados, possivelmente deram o tom de muitos combates. Frações enfraquecidas tinham, é óbvio, um menor número de combatentes, e portanto, conseqüentemente perdendo seu poder de fogo, a sua capacidade de combate corpo-a-corpo, e possivelmente ficando sujeitas ao aniquilamento completo, quando não a uma debandada com funestas conseqüências. Isto é, os efeitos mais visíveis, pois se os seus integrantes já estavam sendo feridos ou mortos em uma marcha de aproximação, para tomar de vez os seus dispositivos de ataque, por exemplo, certamente sua moral igualmente não entrava ou permanecia incólume, o que poderia ocasionar maiores problemas durante o assalto, além de inspirar uma crescente confiança aos que estivessem efetuando os disparos e infringindo os ferimentos, dando-lhes condições “morais” até mesmo para uma carga de baioneta.

No caso da vareta, em algumas ocasiões, conforme observou Dionísio, ela nem mesmo era utilizada, dependendo, é claro, da demanda de disparo, subordinada à rápida e perigosa aproximação do inimigo, sempre retratada como “animalesca”, “bárbara”, entre outras definições ofensivas, sendo que talvez a vantagem do melhor alcance do *minié*, ou sua maior precisão, em detrimento do de *pederneira*, fosse explorada ao seu máximo. Mas penso que os brasileiros, quando já tirocinados pelas experiências proporcionadas pelos combates, deveriam observar a distância suficiente entre eles, e o inimigo, e talvez explorar essa distância, ou melhor, o seu armamento, a sua maior capacidade, quando possível, porque sabiam até em que momento poderiam alvejar os

paraguaios com uma certa impunidade, antes de entrarem na zona de alcance de suas próprias armas, de *pederneira*, e assim disparar, e começar a alvejá-los em seus próprios dispositivos. Isto, possivelmente, nas situações em que pudessem visualizar os paraguaios se aproximando, em suas formações, com um distanciamento de pelo menos 400 a 600 metros entre eles. Dispensar o uso da vareta, naquela difícil condição, poupava, talvez, cerca de três movimentos, ou *tempos*, imprescindíveis para o disparo da arma. Digo talvez, porque isso, entre outras particularidades, merece um estudo sério e crítico, utilizando-se dos relatórios ou outros documentos publicados sobre as armas, durante e após a guerra, bem como o cotejamento com as reminiscências dos veteranos e os documentos disponíveis nos arquivos. Brasileiros e paraguaios sabiam muito bem de suas limitações, recursos e eventuais vantagens, principalmente os homens que eram experimentados nos campos, nas técnicas e em diversos combates, e quando se estuda a guerra, nota-se que os segundos começaram a abrir mão desse tipo de combate, que exigia essa formação, optando, sempre que possível, por emboscadas, resistência em zonas fortificadas, que foram numerosas, ou mesmo tentando atrair seus oponentes para situações que obtivessem alguma vantagem tática, e que a inferioridade do seu armamento não fosse tão latente e perigosa. Nestas ocasiões, especiais, essas questões começam a ficar mais intrincadas.

Entrementes, esse tipo de movimento e ação demandavam, essencialmente, às unidades brasileiras, duas qualidades: muito treinamento, condicionado pelas condições do combate, e familiaridade com o armamento para se explorar o seu melhor alcance, que não dispunha, após percorrerem médias distâncias, projéteis em trajetória necessariamente tensa. Talvez com uma boa precisão entre 450 a 550 metros, e isto se forem consideradas condições satisfatórias ou ideais de manutenção e qualidade de armas e munições. Armas que tinham o seu *coice* batido no *chão*, para se poupar um *tempo*, ou a utilização da vareta, certamente estavam em condições de preservação aquém do ideal. Um armamento portátil, numa guerra, por melhor manutenção que receba, passa pelos desgastes que são inerentes às condições de combate e manuseio diário. Daí, talvez, destas particularidades, entre outras como o medo, as *zonas perigosas* que Dionísio menciona, bem como a falta de pontaria dos soldados, e que só eram perigosas pela concentração de muitos homens atirando da maneira, ou melhor, com uma cadência a mais rápida possível, e ressaltado, é o tipo de ação que necessitava de muita coesão entre a fração que estava efetuando o disparo (não se pode esquecer dos movimentos, ou os *tempos*, que o armamento exigia para ser disparado, e isto se torna

mais importante quando pelo menos cinco a dez homens estavam atirando simultaneamente, em uma fileira), e se movimentando, e sem essa imprescindível coesão, nunca poderia ser feita. Fica a questão do choque propriamente dito entre as frações. Nas memórias de guerra, o combate corpo-a-corpo é comumente valorizado. Não estou certo de que o tipo de combate fosse tão apreciado assim, por mais que a honra ou outro qualquer sentimento, como a coragem, fossem necessários, ou melhor, tivessem a necessidade de serem explicitados por oficiais e soldados. Sim, haviam muitos choques, ou combates corpo-a-corpo, e demonstrações inequívocas de coragem, talvez muitos comandantes apreciassem a modalidade de combate, mais direto e aparentemente simples, porque quando se observa o histórico de algumas unidades que atuaram, principalmente em ordens do dia, se repara que alguns de seus comandantes tinham, de fato, predileção à ação aproximada; mas penso que as pesquisas podem dar mais detalhes e esclarecimentos sobre o aproveitamento da superioridade do armamento utilizado pelos brasileiros. Daí também, por exemplo, a necessidade dos estudos que buscarão entender o relacionamento entre oficiais e soldados, e a suas motivações para e no combate. Este é um dos ricos e possíveis caminhos, se bem que difíceis, e aqui só realizei um entendimento, bem imperfeito e breve, sem considerar uma série de outras particularidades também importantes, sobre essas possibilidades, mais para compreender algumas características dos ferimentos ocasionados *por arma de fogo*, do que um estudo sério e técnico do armamento.

Chamo novamente a atenção para o caso da *vareta*, e o quanto isso pode significar, para além de uma mera questão técnica crucial. Juan Crisostomo Centurion, veterano paraguaio, em suas memórias, fez uma interessante observação, de vários significados, sobre um episódio do combate da *ilha de Itapiru*, quando os paraguaios haviam sido desbaratados por um destacamento brasileiro que lá havia se intrincheirado:

“...los que tenían las piernas heridas, remaban sentados; los que tenían un de sus brazos imposibilitado, hacían uso del otro para manejar la pala, y, finalmente, los que no cabían en la embarcación o que no habían podido embarcarse por lo crítico del momento, venían nadando asidos fuertemente de los lordes. Uno de éstos era mi hermano, Fernando A. Centurión, cabo de infantería del batallón núm. 9, que vino trayendo al través de la garganta y la cara una baqueta de fusil!

Parece que uno de los soldados enemigos, en la precipitación de cargar su arma, y tirar sobre los asaltantes, se había olvidado de sacar la baqueta del cañon del fusil, y al disparar, aquella fué como una flecha a la garganta, salió por la faz izquierda de la cara, quedando sujeta del botón o casquilho que tiene en su extremidade, lo que naturalmente no pudo conseguir por el botón que la sujetaba del otro lado, y, como no había tiempo que perder, se vió obligado a echarse al agua al lado de la canoa, y agarrándose con una mano

del borde, y sujetando el peso de la baqueta con la otra, vino nadando hasta llegar a Itapirú, donde un cirujano se la sacó”.²³²

A primeira coisa a se observar é o tipo de ferimento que se poderia encontrar em um hospital de campanha, logo após um combate, e por mais inusitado que fosse, como muitos outros, que surgiam periodicamente em um nosocômio militar, como o 27º caso trazido por Carlos Frederico, sobre o *cadete do 6º batalhão de infantaria*, em seu livro. No caso, o irmão de Centurion recebeu um ferimento, não sendo atingindo pelo projétil da arma, propriamente dito, mas apenas por uma vareta, que foi “esquecida” no cano da arma, sendo disparada como se fosse um projétil, e perfurando o seu rosto e a garganta, e por lá ficando alojada. Mas, fora isso, também interessante, o próprio ferimento infringido em Fernando denota algo mais grave, que é a impostura militar, ou para ser mais simples - medo. Principalmente em um momento que o destemor sobre fogo era comumente valorizado e sempre que possível, explicitado. O brasileiro que disparou a arma, demonstrou-se com tanto medo, ou possivelmente em uma situação de pânico, que acabou por perder esse acessório essencial para se continuar atirando, e portanto resistindo. Os paraguaios, argentinos e uruguaios, no geral, olhavam os brasileiros como seres covardes, medrosos, quando não chamados pejorativamente de *macacos*, vistos como elementos escravizados, e que não sustentavam, dadas as suas péssimas condições morais, as posições que ocupavam por muito tempo, quando não facilmente repelidos por não manterem, no campo, um combate renhido e agressivo. Em suma, não eram merecedores de respeito. Talvez, com o tempo, os paraguaios foram obrigados a mudar de opinião e em suas práticas de combate, por mais que continuassem a escrever e publicar sobre essa suposta tibieza dos brasileiros. Mesmo porque, isso, para as tropas brasileiras, que possivelmente sabiam sobre as opiniões, afinal, conversavam com os prisioneiros e tinham acesso aos jornais paraguaios, encontrados nos bolsos das vestimentas dos cadáveres, deveria ser bem ofensivo, e, não se deve perder de vista que as humilhações e ultrajes provavelmente causaram inúmeras represálias de militares brasileiros contra paraguaios, seja qual posto ocupavam.

Seeber observou sobre a questão, quando da batalha de Tuiuti:

“Los brasileiros han sufrido la mayor parte de las bajas, tienen cuatro veces más muertos y heridos que nosotros. Parece que los paraguayos prefieren atacarlos a ellos, porque los

²³² Juan Crisostomo Centurion. *op. cit.*, Tomo I (página 50).

consideran menos resistentes, pero se han llevado um bien chasco y han probado que se baten bien y sobre todo está mejor armados, en general, que nosotros”.²³³

Daí, talvez, uma certa virulência, que foi algo bem comum quando o inimigo era subjugado após os combates, e que teoricamente seria feito prisioneiro, pois, se essa violência foi presente em todos os anos, se acentuou, sobretudo, entre 1869 e 1870. Há uma outra lacuna, nas pesquisas referentes à guerra, sobre o assunto: o tratamento dos prisioneiros de guerra. Não se sabe onde eram colocados após os combates, como do mesmo modo se ignora se eram realmente tratados nos hospitais de campanha aliados. E, se eram tratados, havia uma ordem de atendimento, dando prioridade para aliados, e só depois daqueles serem atendidos é que se cuidavam dos prisioneiros?

Rebouças, no fim do combate da Ilha de Itapirú, fez algumas lacônicas, mas objetivas observações:

“Computa-se em 900 a 1000 os míseros paraguaios que pereceram neste combate; fizeram-se apenas uns 14 prisioneiros, sendo mesmo difícil aprisioná-los. Recomendávamos muita moderação aos soldados e logo que aparecia um prisioneiro, ficava com sentinela até ser embarcado.”²³⁴

Taunay, se recorda, em passagem de suas memórias, algumas situações que a foram submetidos os prisioneiros, e uma observação, crua, sobre o seu tratamento:

“Faziam-se prisioneiros, no momento em que eu passava; e, entre parênteses, ainda se matava, bem inutilmente aliás. Salvei um dos desgraçados, que iam ser degolados, e ele se agarrou a mim, não me deixando mais (...).”²³⁵

Em uma outra interessante recordação de Dionísio, pode-se conjecturar, muito levemente, sobre o destino dos prisioneiros:

“A nossa linha avançou e achou em um lago de sangue coalhado, um menino de cabelos louros, cortados à escovinha, olhos azuis, branco como um sudário. Teria, quando muito, quinze anos. Perto, estava a perna cortada acima do joelho por um projétil da esquadra. O menino fitou-nos com olhar amortecido, e sorrindo tristemente, disse em bom espanhol: - *Yo soy guapo*. (...)

²³³ Francisco Seeber. *op. cit.*, (página 86).

²³⁴ André Rebouças. *Diário. A Guerra do Paraguai (1866)*. Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1973. (página 85).

²³⁵ Alfredo d’Escagnolle Taunay. *Memórias do Visconde de Taunay*. Instituto Progresso Editorial. São Paulo, 1948. (páginas 504 e 505).

Mandei buscar uma padiola e eu mesmo acompanhei-o até o nosso hospital improvisado. Nunca vi palidez com a sua. E que sorriso triste! Morreu naquele mesmo dia”.²³⁶

Esse foi digno de nota, por parte de Dionísio, porque possuía traços bem diferentes da maioria dos paraguaios, normalmente apontados como *caboclos* pela soldadesca, e, fora ter merecido sua atenção, na reminiscência, muitos anos depois do fato, por suas particularidades físicas e quase angelicais ou santas. Foi recolhido e tentou-se dar a ele um tratamento. No entanto, outros, que não apresentavam esses traços, que chamaram a atenção de Dionísio, podem não ter tido o mesmo tratamento. Os prisioneiros, em sua maioria, eram mortos? Principalmente em algumas ocasiões, ou combates em localidades que cobravam um alto preço de vidas e ferimentos para serem conquistados? O pequeno trecho de Dionísio deixa algumas perguntas para serem respondidas em outras pesquisas, sobre assuntos que passam completamente distantes dos que se debruçam sobre a guerra. Sabe-se, pelos documentos, que o tratamento reservado aos brasileiros, nas mãos dos paraguaios, não era dos melhores; porém, pouco se conhece sobre prisioneiros, as táticas empregadas, e até mesmo sobre os armamentos utilizados e da maneira com que eram operados pelos soldados. Aliás, é desconhecida a relação entre os soldados veteranos e os que chegavam do Brasil, recrutados de novas levadas. Como eram treinados? Como os “antigos” recebiam os soldados bisonhos? Havia alguma seleção entre os novos, os que tivessem condições de combater, e que eram passíveis de confiança em ação em uma fileira, e outros que não tinham a menor aptidão para o combate?

Como combater em uma fileira de atiradores exigia coesão, certamente os veteranos procuravam passar as suas experiências aos novos. A sobrevivência de ambos residia nestes aspectos aparentemente sem importância, ou significado.

Os argentinos não deixaram de fazer suas críticas e observações sobre os armamentos disponíveis, a munição - que não era padronizada - sobre a instrução de tiro, sobre a ausência dela e o nível de instrução de seus oficiais, notoriamente os oriundos da sua guarda nacional. É digno de nota que as observações estão concentradas no começo da guerra, e são situações análogas, quando se estuda estas questões no exército brasileiro:

“...los fusiles que nos han dado son de muy mala calidad. Son de fulminante, factura alemana para la exportación, y en muchos no revienta el fulminante al primer golpe de

²³⁶ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 240).

gatillo. Muy poco tiramos al blanco y la economía de pólvora se traducirá más tarde em derroche de vidas. Poco parece que han aprendido nuestros militares de la reciente guerra de secesion de los Estados Unidos; los fusiles de retro-carga y el cartucho metálico aún no lo hemos adaptado. Los norteamericanos tienen más de cien mil carabinas y fusiles Spencer. Algunos batallones de línea tienen rifle, pero la mayor parte están armados de fuzil de fulminante. Verdade es que vamos à combatir à um enemigo que está armado de fusiles de chispa, anda descalzo y se viste com calzoncillos y en pequeno chiripá”.²³⁷

“La guarda nacional, que forma la mitad de nuestro ejército esta mal armada, los fusiles son muy ordinarios, fabricacion europea, *pour l’exportation*, y á veces nos dan balas que no entran, porque no todos los calibres son iguales. Yo tengo fusiles en los que el gatillo no sienpre rompe el fulminante al primer golpe, lo que he pedido comprobar en las poquisimas veces que hemos tirado al blanco. Verdade es que tenemos que combatir à um enemigo que, en su mayor parte, tiene fusiles de chispa y nos opone soldados hasta de 14 años.

He podido notar que nuestros oficiales de línea no tienen, em general, uma instruccion táctica muy profunda. Hay uma anarquía descomunal; cada cuerpo maniobra según el capricho y la inteligencia de su jefe. La táctica de Perea, que se há mandado observar, no se cumple, y nos pocos jefes y hasta oficiales inventam movimientos propios, y así salen de ellos”.²³⁸

Estes fragmentos de reminiscências de veteranos dão muito o que pensar, e não somente sobre o armamento propriamente dito. Talvez, muitos dos ataques paraguaios que ficaram conhecidos pela literatura de guerra como impetuosos e surpreendentes, quase sempre descritos como traiçoeiros, não fossem somente causados por coragem e determinação, quando não outros sentimentos baixos, apontados como desprezíveis e animalescos pelos aliados; mas, verdadeiramente, uma real necessidade tática, subordinada e limitada pela inferioridade técnica de seu armamento que era utilizado pela maioria de seus soldados. Ficam várias perguntas que o assunto sugere e que estão intimamente ligadas. São sempre presentes, nas ordens de dia e em reminiscências, ataques de baionetas feitos pelos brasileiros. Era comum o uso do instrumento nos ataques - não seria tolo de dizer que todos eles foram pura ficção, criação de mentes férteis ou ambiciosas, e que visavam promoções ou menções laudatórias nos documentos, algo provavelmente muito desejado pelos oficiais e praças - mas, muitos destes ataques aconteceram de fato? Ou foram impetuosas arremetidas de papel e pena, criadas, apenas, para se dar um tom mais heróico e retumbante aos combates que seriam descritos e conseqüentemente publicados tanto nas ordens de dia, quanto na documentação remetida ao ministério da guerra, e que sempre chegavam ao Paço, à Quinta da Boa Vista, ou em Petrópolis, bem como eventualmente seriam publicadas em

²³⁷ Francisco Seeber. *op. cit.*, (página 38).

²³⁸ Francisco Seeber. *op. cit.*, (página 81 e 82).

jornais que circulariam por todo o Império, divulgando atos de heroísmo aos que pertencessem às unidades envolvidas? Quais foram os critérios utilizados para as condecorações recebidas, sejam elas de qualquer natureza, principalmente durante a guerra? No Arquivo Nacional há um armário, com fichas amareladas, com os nomes dos que receberam algum tipo de condecoração pela sua conduta da guerra. Essas informações, por mais lacônicas que sejam, somadas à análise das ordens de dia publicadas, e o estudo dos combates, podem iniciar uma interessante investigação sobre essa questão, entre outras.

A vantagem técnica de seu armamento foi comumente aproveitada pelos oficiais brasileiros? A munição fornecida aos soldados obtinha um resultado satisfatório quando empregada? Nos documentos, encontram-se nomes como *Enfield* e *Minié*. Existia padronização de armas e munições? Os sistemas eram únicos, ou melhor, eram compatíveis? Como os serviços logísticos administraram esses problemas? E, quais foram os resultados práticos durante a campanha? Algumas simples “olhadas” nos documentos deixam explícitas estas questões, que por consequência, foram igualmente presentes na vida dos soldados; mas as pesquisas aprofundadas podem oferecer mais alguns recursos para se entender o combate, ou os combates durante a guerra, e como os homens lutaram contra elas e seus adversários. Ao meu ver, mais uma grande lacuna, que aparentemente é irrelevante; mas que se for preenchida com estudos, pode, por exemplo, ajudar a esclarecer, entre outros diversos, interessantes e relevantes assuntos, sobre com que critérios muitos documentos oficiais foram redigidos nos acampamentos e remetidos para a Corte. Fora novas percepções acerca dos combates, demonstrando que muito do que ficou sobre a peleja, é o oposto dos “embates cavalheirescos”, cujos comandantes das frações aguardavam, idealizadamente, o ataque do oponente, para revidar. Fora o desnudamento de questões mais intrincadas como demonstrações de bravura, de coragem sob fogo, do combate corpo-a-corpo, etc. Seria nestas novas investigações que a idéia, também vulgar, que tudo se resolvia, entre as infantarias, no combate corpo-a-corpo, tomaria, provavelmente, uma nova direção. A violência desta guerra é algo que ainda não se captou, nem mesmo nas reminiscências, pois muitas delas, apesar de trazerem inúmeras passagens cruentas, tinham a pretensão de serem elegantes, ou que por pudor ocultavam uma série de interessantes e necessárias informações e observações, e que por isso eram limitadoras por si mesmas. O combate entre a infantaria, é algo, parece-me, ainda inalcançável para a maioria dos pesquisadores que estuda o conflito. No entanto, se essa violência ainda não foi captada,

as técnicas e experiências adquiridas no cotidiano dos combates, pelos homens, nem sequer foram suscitadas. Talvez os ferimentos sejam uma pista da violência e da técnica de matar que ainda são nebulosas.

Silveira da Mota, em passagem generalizante, observou a alta mortandade em combate dos paraguaios. Ele igualmente dirigiu sua atenção à questão da superioridade dos armamentos aliados em detrimento do inimigo, que atacava de maneira impetuosa, ou quase desesperada, além, é claro, de diminuir a importância desse fator, sinalizando que os paraguaios tinham uma péssima tática - deixa entrever que eram estupidamente bestiais - quando atacavam, porque no caso, a artilharia brasileira não teve nem o trabalho, nesse combate, de deslocar as suas peças:

“A mortandade descomunal que experimentaram os paraguaios, conquanto devida em parte à superioridade do nosso armamento, é prova cabal de que os ataques principais foram dirigidos contra os pontos em que os Aliados se achavam mais fortes. O bravo Mallet não teve necessidade de manobrar a sua artilharia para contribuir em imensa proporção nas perdas do adversário; ao contrário, ele se considerou tão bem apoiado na posição que ocupava, que esperou para romper fogo que o inimigo chegasse a alcance de metralha, com alça zero na sua bateria”.²³⁹

As experiências proporcionadas pela guerra civil nos Estados Unidos não foram ignoradas pelos comandantes e até mesmo os responsáveis, técnicos e militares, para se adotar um novo armamento, que era carregado pela culatra; porém, a baixa qualidade da munição, segundo a maioria das passagens que trataram sobre o tema, feita no arsenal de guerra, obrigou os combatentes a colocarem de lado esse novo armamento. No exército brasileiro tentou-se utilizá-los ainda durante a do Paraguai. Rodrigues da Silva, se recordou sobre uma malfadada e perigosa experiência envolvendo o emprego de armamentos tecnicamente mais modernos, de uso portátil, em mais um dos combates, conhecido como o de *Estabelecimento*:

“Outro sistema de espingarda apareceu no exército, suponho de origem belga, e a experiência a que se procedeu no combate do Estabelecimento, deu como resultado um completo desastre.

O Major Meyer, alemão, antigo instrutor de Infantaria na Escola Militar da Praia Vermelha, passou a comandar o 15º batalhão, ao qual estava distribuída essa arma de agulha, com a obrigação de preparar no manejo e em esgrima a baioneta, um oficial e um inferior de cada corpo.

Quando tivemos que distrair a atenção do inimigo e avançar àquela fortificação a peito descoberto, para poder a esquadra encouraçada, onde pessoa alguma aparecia, atravessar

²³⁹ Artur Silveira da Mota. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. Serviço de Documentação da Marinha. Rio de Janeiro, 1982. (página 113).

pela frente das afamadas baterias de Humaitá, o batalhão incorporou-se à coluna de ataque e marchou na vanguarda.

Aos primeiros disparos, as armas se inutilizaram, não conseguindo o projétil ser expelido na forma precisa, ficando aderente às paredes interiores da boca do cano.

Um descalabro horroroso!

O autor destas linhas, testemunha ocular do monumental fracasso, verificou a realidade do fato, ao empunhar uma das malfadadas espingardas.

Os soldados, inteiramente desarmados, porque não podiam fazer uso da baioneta à beira do largo fosso do parapeito, suportando bárbaro fogo de metralha, metidos bem dentro de um ângulo reentrante, que os fulminara aos punhados, esperavam a queda dos companheiros servidos da Minié, para se apoderarem dos meios de agressão e defesa”.²⁴⁰

Após a guerra, é perceptível que a preocupação com o armamento foi algo presente, e isto pode ser constatado nos relatórios do ministério da guerra, no pós-guerra, quando durante a década de 70 foi organizada uma comissão de estudos, que deveria especular sobre as experiências com o equipamento, para providenciarem a adoção de novas posturas e práticas em relação ao assunto. Quem capitaneou o estudo, e a vontade de mudança foi o próprio Conde d’Eu, que pôde observar os problemas quando comandou as tropas no Paraguai, e que antes de para lá ir, quando certamente teve contatos com oficiais que periodicamente o visitavam, relatando os maiores problemas enfrentados pelo exército e a esquadra.²⁴¹ Cabe verificar se ele tentou alguma coisa, sobre esse assunto, efetivamente, quando comandou as forças no último ano da guerra. E se houve a tentativa, é necessário constatar quais foram os seus resultados práticos.

Com o andamento dos combates, as experiências cotidianas que só uma campanha pode oferecer, os militares, até então bisonhos, foram se adaptando, das maneiras as mais possíveis, com o dia-a-dia da guerra. Foram até condicionados a distinguir o som característico produzido por um disparo proveniente do armamento individual dos paraguaios. Era um conhecimento essencial para a sobrevivência no campo, principalmente em vanguardas e no período noturno. Dionísio, na seguinte passagem, fez uma crítica ao procedimento dos brasileiros em relação ao gasto de munição, e uma lembrança, sobre os condicionamentos que a guerra proporcionava:

“Tocou-me o comando o piquete mais avançado, à direita da *bocaina*. Recebi ordem de poupar a munição e não tirotear cada instante. Diziam alguns camaradas, *más línguas*, que o comandante tinha medo de provocar o inimigo. Não me parecia verdade. Havíamos

²⁴⁰ José Luiz Rodrigues da Silva. *op. cit.*, (páginas 29 e 30).

²⁴¹ BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatorio apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na primeira sessão da decima-quinta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, João José de Oliveira Junqueira*. Typographia Universal de Laemmert. Rio de Janeiro, 1972.

contraído o mau vêzo de fazer incessantemente fogo nas avançadas contra um inimigo, que nem sempre se mostrava a peito descoberto. O consumo de cartuchos era enorme. Os paraguaios poupavam mais. Os seus tiros, que conhecíamos bem, e distinguíamos claramente dos nossos, pelo estampido semelhante ao da explosão de um foguete do ar; devido ao grande adame das suas espingardas”.²⁴²

Esse condicionamento não se resumia à identificação de sons característicos dos disparos das armas de infantaria; mas os de artilharia também, mormente os que tinham um maior calibre e uma maior precisão, como as peças de 68, e por consequência, mais mortais e temidas. Eram armas que certamente inspiravam temor aos homens, e ceifaram a vida de centenas, talvez milhares, durante o conflito (**Figura 11**). Uma das utilizadas pelos paraguaios recebeu o apelido de *vovó*, e Dionísio se recordou muito bem dela, como das suas funestas consequências, um indício de que aquilo tudo não foi algo tão indiferente e habitual quanto quer convencer seus leitores:

“Tínhamo-nos habituado àquela vida, ouvindo tiros a cada instante. Adormecíamos animados pela fatídica *vovó* e nos não impressionava mais o tilintar das bombas dos morteiros, que explodiam no meio do nosso acampamento, rasgando as nossas barracas e furando os nossos travesseiros. Já nos era indiferente a morte. Ninguém acariciava mais a dourada quimera de rever a terra abençoada da pátria. As nossas saudades eram flores fanadas, sem o viço da esperança. Contávamos ficar ali, dormindo para sempre naqueles esteiros e *macegais* desolados, com os amigos e camaradas, que víamos, a cada hora, cair cumprindo o seu dever”.²⁴³

“Depois, os bombardeamentos foram quotidianos. Ficamos habituados. As bombas de morteiros, as granadas de 68, as balas rasas passavam sem merecer um olhar de curiosidade, nem mesmo de desprezo. Entretanto, faziam das suas, de vez em quando; quebravam uma perna; arrancavam um coração. Mais tarde, foram também noturnos. Nas primeiras noites, nos assustamos muito; nas outras, nem o ouvíamos mais. Continuamos a dormir acalentados pelo fatídico rumor de silvos e de explosões. O homem é um animal de hábitos”.²⁴⁴

Os paraguaios tiveram que desenvolver a mesma competência que os seus oponentes, para tentar garantir a sua sobrevivência em um meio completamente hostil, apesar de Centurion, como Dionísio, querer passar uma imagem de indiferença sob o fogo que os atingia diuturnamente:

“Nuestras tropas que vivían bajo una atmósfera de pólvora y acostumbradas al tronar incesante de los cañones, llegaron a familiarizarse con los proyectiles que cruzaban zumbando minuto por minuto, mirándolos con la mayor indiferencia.”²⁴⁵

²⁴² Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 182)

²⁴³ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 192)

²⁴⁴ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 166).

²⁴⁵ Juan Crisostomo Centurion. *op. cit.*, Tomo II. (página 242).

Sobre este mesmo assunto - observar, ouvir e distinguir o armamento do inimigo, e por consequência a sua capacidade de infringir danos, materiais ou físicos - George Thompson lembrou-se de um recurso utilizado pelos paraguaios, por causa da ação de uma peça argentina, que, mesmo inferior à brasileira, ainda assim era melhor operada, já que, para ele, tinha argentinos e não brasileiros a operando, e que sempre conseguia acertar a sua posição:

“Durante a sua construção, foi esta posição continuamente bombardeada pelo inimigo com tiros partidos de dois pontos, de peças Whitworth de 32 libras e de um canhão Krupp de 12, raiado, de aço, pertencente aos argentinos. Esta última boca-de-fogo, embora muito inferior à Whitworth, estava em mãos muito melhores, e realizava excelentes tiros. Disparava quase exclusivamente granadas de percussão, e magnificamente dirigidas, que todas caíam exatamente sobre a bateria, e dentro dela, onde os homens trabalhavam. Havia sempre um vigia, para dar o alarma no momento em que era vista a fumaça da boca da peça, situada a 2.500 jardas da bateria, e como tinham os homens tempo de abrigar-se sob o parapeito, os tiros causavam poucos estragos.”²⁴⁶

Não foi algo sem importância, ou mera formalidade emanada da burocracia administrativa militar, que as ordens de dia do exército brasileiro comunicassem sobre os armamentos que eram apreendidos com os prisioneiros paraguaios. Era por eles, capturados, junto com os prisioneiros ou os mortos, que os comandantes brasileiros se informavam sobre as condições do oponente, que se observava a aptidão combativa do inimigo, e por consequência, a capacidade que eles tinham em infringir ferimentos aos efetivos aliados, resultantes de seu poder de fogo, bem como de sua capacidade de resistência, em combate. Há casos em que se encontram desde simples e corriqueiras armas, como lanças e espadas, amplamente utilizadas em todos os anos da guerra, por todos os exércitos envolvidos, como fuzis idênticos aos utilizados pelos brasileiros, ou aliados, um sinal de que era armamento proveniente de prisioneiros de guerra, de desertores ou mesmo de soldados aliados mortos, e que foram recolhidos após os embates pelos paraguaios, mormente os que obtiveram êxito. Quando se recuperava os armamentos perdidos, de fuzis a peças de artilharia e que foram recapturadas, a preocupação limitava-se apenas à reabilitação da “honra”, por ter-se novamente posse do armamento? Em várias passagens sobre a história da guerra, publicadas em décadas de trabalhos que foram compostos, é essa reabilitação da honra que se faz presente nos argumentos; porém, penso um pouco diferente quanto a este aspecto.

²⁴⁶ George Thompson. *A Guerra do Paraguai*. Editora Conquista. Rio de Janeiro, 1968. (página 160).

São nas reminiscências de Masterman, que atuou também como cirurgião no exército paraguaio, que se pode entender, parcialmente, essa questão, em passagem sobre o início da guerra:

“Entretanto se procedía rápidamente à la concentración de las tropas en Cerro León y Humaitá, ya a principios de 1865 Lopez tenía bajo su mando 100.000 hombres, hermosos, robustos y aguerridos, que bien mandados y con buena oficialidad, no hubieran sido inferiores à las mejores tropas del mundo. Al principio estaban mal armados, una quinta parte solamente tenía fusiles fulminantes, otros tantos estaban armados con fusiles de chispas, y los demás llevaban lanzas y facones. Pero, los brasileiros fueron bastante buenos para suministrarles pronto y gratis todo lo que les hacía falta: en una palabra, creíamos que los “cambas” tenían miedo à sus propia armas y que las arrojaban por temor de que les reventasen.”.²⁴⁷

Pode-se, então, afirmar, que a recuperação do armamento era de fato a reabilitação de honra, já que eventualmente muitos foram capturados por causa de atos de covardia, como estes, genericamente observados por Masterman; entretanto, os armamentos raiados, utilizados pelos brasileiros, possuíam a vantagem técnica acima trabalhada, e por consequência, em um combate de infantaria, entre as formações, poderiam infringir mais baixas, antes do choque propriamente dito, isto é, quando houvesse um, e talvez, por causa destas baixas, consubstanciadas em mortes e ferimentos, e a perda de uma relevante vantagem técnica, presente na diferença das armas empregadas nos dois exércitos, o resgate do que havia sido perdido fosse necessário. Os paraguaios os desejavam, para poder tornar seus ataques menos “animalescos”, e os brasileiros, que para além da honra, preocupação presente e que não pode ser descartada pela sua importância, não perderem a vantagem técnica que detinham, e com todas as suas óbvias e desastrosas consequências, que viam nos malogrados ataques inimigos. Outra lacuna, sobre os estudos, é em que circunstâncias o armamento brasileiro foi adquirido, ainda no Brasil. O exército não o possuía, inicialmente, em quantidades necessárias, pelo menos os de uso portátil, para armar um numeroso exército que estava sendo mobilizado. Nota-se, pela documentação, que ele foi sendo adquirido, no começo da guerra, das maneiras mais ao alcance dos administradores:

“Reservado – doc. nº 86 – Ministério dos Negócios da Justiça
Rio de Janeiro, 31 de Maio de 1865.

²⁴⁷ Jorge Federico Masterman. *op. cit.*, (página 65).

Faça V. Excia com que até amanhã por todo o dia seja recolhido ao Arsenal de Guerra da Corte, à disposição do respectivo Ministério, todo o armamento à Minié, que foi distribuído ao Corpo de seu Comando, substituindo V. Excia. provisoriamente pelo de percussão ou de pederneira que existir à esse Quartel.

Outrossim fica V. Excia autorizado a entregar ao Comandante superior da Guarda Nacional da Corte, separando desde logo, as armas de percussão, que este requisitar-lhe para igual substituição, que também nesta data ordeno, e todo o restante, que tiver em depósito, remeterá ao mesmo Arsenal em seguida de que acima trato.

Deus Guarde a V. Excia.

José Thomas Nabuco Araújo

Sr. Coronel Comandante do Corpo Policial da Corte.”²⁴⁸

Os anos de 1864 e 65 são indispensáveis para se compreender a grande mobilização do material, seja ele qual fosse, e não se deve descartar os demais anos, que apresentaram particularidades relevantes referentes aos mesmos assuntos. Os serviços logísticos, tanto na Corte, quanto nas províncias, tiveram que se desdobrar para sanar, na medida do possível, as demandas que se apresentavam periodicamente, e que exigiam uma resposta rápida dos administradores.

Mas, não somente esses temas precisam receber uma nova atenção. A ausência de estudos sobre os prisioneiros paraguaios, presentes na guerra, e na Corte, é uma outra grande limitação que é presente para os que elegeram o conflito, e suas conseqüências, como objetos de suas questões. É com eles que se obtinham importantes informações sobre as condições e intenções dos paraguaios durante todos os anos de campanha. Os brasileiros, quando tinham os prisioneiros sob sua custódia, promoviam os interrogatórios, coligidos, com base em informações prestadas por aqueles homens.²⁴⁹ Recolhi alguns,²⁵⁰ e aqui devo brevemente explorá-los.

O primeiro, em um documento de 1869, de nome *Domingos Hybran, soldado de cavalaria*, informou que havia, em determinada localidade, uma força de *cinco ou seis batalhões de infantaria armados com fuzil e lança*, e que existiam *muitas peças em torno do povoado*. Ele reparou que a mãe de Lopes estava em uma localidade, e que em outra não havia *a presença de cavalaria*. Um outro, *Nicolas Canête*, do *batalhão de infantaria número 25*, informou que *escapou*, porque não tinha *mais confiança nos seus*. Declarou que o inimigo estava *mal armado e enfraquecido*, sendo que algumas unidades possuíam armas e uma outra, não. Se estes documentos estão encerrados no arquivo do Museu Imperial, e faziam parte da documentação do imperador, quer dizer

²⁴⁸ Arquivo Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro. (Livro D-39).

²⁴⁹ Alfredo d’Escragno Taunay. *Diário do Exército. 1869 – 1870. De Campo Grande a Aquidabã. A Campanha da Cordilheira*. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1958.

²⁵⁰ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento M. 148 – 7164).

que as informações prestadas pelos prisioneiros eram consideradas relevantes, e muito do que os aliados sabiam, era fornecido por esses homens, que se entregavam ou eram capturados pelas forças aliadas. Não se deve descartar a hipótese de que os desertores brasileiros, ou aliados, tiveram a mesma função para os paraguaios, que, segundo passagens, dispunham de espiões nos acampamentos. Chama a atenção a preocupação, no final da guerra, em saber sobre os armamentos que os paraguaios portavam - ainda que não haja a diferenciação dos seus sistemas - porque, provavelmente, já estavam muitíssimo enfraquecidos, e se utilizando de *armas brancas* para a defesa e duvidosos ataques, bem como as suas condições morais, porque elas definiam a sua capacidade combativa, e pelas informações, os comandantes aliados, mormente os destacados, com cavalaria e infantaria, saberiam o que iriam enfrentar e se de fato se deparariam com algo, ou alguma resistência maior.

Mas, nem todos os paraguaios prisioneiros permaneceram nos acampamentos, prestando serviços ou até mesmo sendo recrutados para as fileiras de unidades que estariam dispostas a recebê-los, ou outras criadas especificamente para tê-los como combatentes. Foram com eles que muitos serviços foram realizados na Corte, mas não apenas lá. Há registros de que foram transportados para outras províncias do império. A sua presença é marcada em vários documentos à disposição em arquivos, sendo um trabalho perfeitamente realizável. Na Corte, eles se constituíram em um problema disciplinar e sanitário, da mesma forma que os *inválidos da pátria*. Foram distribuídos em vários aquartelamentos, e até mesmo nas províncias, para prestarem algum serviço, normalmente o de limpeza, ou trabalho considerado pesado e sujo, e conforme uma documentação encontrada, alguns, como os escravos, fugiram dos lugares em que estavam prestando serviço,²⁵¹ se embebedavam,²⁵² arrumavam confusões,²⁵³ alguns se recusaram a trabalhar, outros até ameaçaram as autoridades em provocar uma rebelião, que foi fonte de apreensões do imperador, e que pode ser observado em seus escritos, localizados no arquivo do Museu Imperial. O que aconteceu com esses homens no pós-guerra? Retornaram ao Paraguai para reconstruí-lo? Alguns permaneceram no Brasil? Entre 1870, e no posterior, alguns deles pediram licenças, que foram concedidas, para

²⁵¹ Arquivo Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro. (D-43).

²⁵² Arquivo Geral da Polícia do Rio de Janeiro. (D-41)

²⁵³ Arquivo Geral da Polícia do Rio de Janeiro. (D-42)

trabalharem por conta própria e se sustentarem na Corte, outros pediram permissão para retornarem ao Paraguai.²⁵⁴

Em campanha, nota-se que a preocupação com eles não se limitava a questões de segurança e eventuais serviços que pudessem prestar. Um comandante uruguaio, morto em combate, ainda no começo da guerra, que recebeu muitos deles, durante a marcha em território argentino, em aproximação ao território inimigo, fez, constantemente, várias observações sanitárias e higiênicas sobre os que tinha sob custódia:

“Tenemos infinidad de enfermos en los cuerpos, es una verdadera peste de sarampion y fiebre, sobre todo en las altas de los paraguayos, que el cambio de alimento, o los escesos que han hecho, les originan dolencias endemicas”.²⁵⁵

“...hoy en el Hospital Oriental de Mercedes han falecido once; en el campamento han sucumbido casi otros tantos, ya la epidemia segui pertinaz, se dirá que son estas bajas paraguayas en casi su totalidad; pero acaso non son hombres? No los hemos asimilado a nuestros propios soldados? Esto parte el corazon, de los paraguayos se contagia el mal à nuestros veteranos y todos sufrimos y experimentamos pérdidas”.²⁵⁶

Os maiores problemas sanitários estavam presentes nos homens doentes, debilitados, e seu grande número poderia trazer maiores problemas quando encerrados em hospitais e enfermarias. Os estabelecimentos hospitalares tinham que oferecer numerosos serviços aos seus usuários. De tratamento às enfermidades, ao serviço cirúrgico.

A partir daqui farei a análise das questões cirúrgicas, que se apresentavam cotidianamente nos estabelecimentos que recebiam feridos, no exército e marinha. Mas, não se deve perder de vista, e conforme se constatará na leitura de algumas teses de cirurgiões que atuaram nos campos de batalha, que os recursos que foram proporcionados aos profissionais eram quase sempre insuficientes para o devido tratamento de grande quantidade de pacientes que recebiam, mormente após os combates. E, quando estou pensando nos recursos, igualmente penso a questão higiênica dos estabelecimentos, porque, na maioria das vezes, eles não ofereciam grandes chances de plena recuperação aos homens depauperados e com ferimentos graves, que poderiam morrer de infecção ou até mesmo pela falta de um tratamento conveniente dirigido aos seus ferimentos de natureza mais grave. Tendo essa premissa, começo a trazê-los, para o

²⁵⁴ Arquivo Geral da Polícia do Rio de Janeiro. (D-44)

²⁵⁵ Leon de Palleja. *op. cit.*, (página 206).

²⁵⁶ Leon de Palleja. *op. cit.*, (páginas 268 e 269).

entendimento das situações que os soldados passavam, e talvez os seus maiores temores, fora a morte, que possivelmente fosse a sua maior preocupação.

O médico e cirurgião, veterano, Rosendo Moniz Barreto, o que estava ansioso para desembarcar na Corte, e desfrutar de seus atrativos, em setembro de 1868, na segunda parte de seu trabalho, para ser mais exato em sua *secção cirúrgica*, intitulada “*Das amputações nas feridas por arma de fogo*”, pode trazer mais subsídios para a análise.²⁵⁷

Para ele - e em oposição a outros profissionais, como até mesmo Carlos Frederico, que era partidário de se respeitar um determinado tempo, para se decidir sobre a amputação - este tipo de ferimento exigia *prontamente a operação*, dada a sua gravidade. Aliás, posição semelhante, como se verá, entre os cirurgiões veteranos, cujas práticas diárias foram forjadas em suas experiências cirúrgicas de guerra, atendendo numerosos militares feridos nos combates. Moniz Barreto - *acadêmico do 4º ano*, cirurgião veterano de Curupaiti, com *zelo, dedicação e inteligência*, quando prestou seus serviços, como adjunto, em um grupo mobilizado às pressas, que atendeu os numerosos feridos por *arma de fogo* -²⁵⁸ se justificou com vários argumentos, frutos de suas observações e experiências na guerra, pois que, se a amputação de *um braço ou uma perna* salvasse a vida de um soldado, embora ficasse ele *retirado para sempre dos prêlios*, a operação poderia ser realizada, porque, afinal, a sua oportunidade definiria um bom desenlace. Também, para justificar-se, Rosendo acreditava que, segundo *a experiência universal*, os *indivíduos gravemente feridos* que não recebessem a amputação, sucumbiam *em consequência* daquela *grande falta*, e se, *os indivíduos em idênticas circunstâncias* não morressem, sucedia-se que curavam-se *incompletamente, adquirindo graves e inúmeros acidentes*. A referência sobre os acidentes é emblemática para se entender o grande número de inválidos mutilados que o AIP recebeu. Estabelecimento que tem uma das chaves para a sua compreensão situada nos longínquos hospitais de campanha e na prática diária de homens que, como Rosendo, foram partidários das *amputações imediatas*.

Ele, de maneira breve, definiu quais as situações que exigiam uma amputação. Membros feridos *por uma granada, por um estilhaço de bomba ou por outro qualquer*

²⁵⁷ Rosendo Moniz Barreto. *Das amputações nas feridas por arma de fogo. (Secção Cirúrgica)*.

“Proposições”. Typographia Perseverança. Rio de Janeiro, 1868. (páginas 85 a 92).

²⁵⁸ BRASIL. Ministério da Guerra. *Exército em Operações na Guerra do Paraguay. 2º Corpo, sob o commando em chefe do Ex. Sr. Tenente-General Manuel Marques de Souza – Conde de Porto Alegre. Ordens do Dia. 2º volume, (compreendendo as de n. 50 a 103). 1866 a 1867*. Typographia de Francisco Alves de Souza. Rio de Janeiro, 1877. (ordem do dia nº 88, páginas 395 a 524, sobre Curupaiti).

projétil, apresentando-se *inteiramente* arrancados ou suspensos *apenas por alguns retalhos de partes moles* exigiam tão radical ação cirúrgica. Ossos que se fraturassem *cominutivamente e feridos em grande extensão, principalmente nas extremidades*, bem como a lesão da *artéria principal de um membro*, e que não permitisse *laqueação*, igualmente requeriam a operação. Ele era partidário da amputação imediata, após os combates, porque a *tentativa de conservar* seria *detrimentosa aos indivíduos e contrária às regras científicas, porque não só expunha a enormes sofrimentos e até a morte os feridos, como também tornaria mais tarde improficua a operação que, pouco depois do ferimento, seria de resultados magníficos*. Os “acidentes” que os pacientes estavam sujeitos quando feridos, e que será trabalhado adiante, bem como da ausência de recursos, já relativamente tratada em outras passagens, que os médicos enfrentavam em seu dia-a-dia em campanha, definiram a ação dos profissionais. Após os combates, dada então a ausência de maiores e apropriados recursos para tratamento, e um grande número de feridos, os cirurgiões, como Rosendo, deveriam ser condicionados à amputação de membros superiores e inferiores.

Tendo em vista os rápidos resultados, bem como a ausência de maiores auxílios, Moniz Barreto defendia que a *amputação* imediata tinha a *vantagem de substituir uma ferida complicada e eminentemente contusa por uma ferida simples e de pronta cicatrização*. Os perigos, nestes casos, eram de uma *ferida eminentemente contusa e impregnada de fluídos pútridos*, que concorria para uma *reabsorção purulenta e até para graves acidentes tíficos*, e após um “acidente” como esse, era inútil a tentativa de amputação, pelo menos a entendida como eficaz. Normalmente os pacientes pereciam de infecção, desidratação, e até falta de sangue, proporcionada pelas hemorragias dos ferimentos, no momento em que foram infringidos e até mesmo após uma eventual amputação, muitas vezes corroborada com as sempre presentes sangrias. Em outros casos, se sobreviesse a *gangrena numa ferida por arma de fogo*, a amputação deveria ser praticada após a verificação da *linha divisória entre a parte viva e a morta*. A operação também era recomendada por ele, quando a *osteomielite*, igualmente comum nos hospitais de campanha, atacasse o osso atingido.

Nos locais corporais onde deveria ocorrer a ação cirúrgica, Rosendo constatou que *as amputações na contiguidade da coxa (desarticulação coxo-femural)* eram *sempre de prognóstico fatal*. Durante a guerra, as que foram praticadas redundaram em quase 100% de óbitos, segundo os esparsos registros médicos-cirúrgicos.

Após a amputação, recomendava que era conveniente a extração de *coalhos de sangue*, e a limpeza, *com água fria, das partes circunvizinhas da ferida*. Ele constatou que, *antes ou depois da operação, os feridos sofriam grandes hemorragias*, por isso, aconselhava, *para restaurar-lhes paulatinamente as forças, uma poção de vinho generoso e água*. É necessário recordar que não havia transfusão de sangue.

Mesmo após a operação, o *cirurgião* deveria ter a cautela com as *disposições do leito e na qualidade do coxim*, que deveria *receber e acomodar o amputado*. Isto não deveria ser algo *indiferente*, porque era importante observar *a disposição em que deveria ficar o couro do membro operado*.

Sem dúvida, observações importantes, de um *cirurgião* que defendia as amputações imediatas, e que deveria, então, ter produzido centenas delas durante o tempo que prestou serviços no Paraguai. Tanto que observou, com maiores detalhes, sobre os cuidados que deveriam ser presentes no pós-operatório, e que deixa a dúvida se também foram observados, na prática, em hospitais e enfermarias de campanha, dada a sua perpétua falta de recurso - falta essa que condicionava as amputações - e meios para até mesmo o atendimento de casos mais simples. Os ferimentos ocasionados pelas armas de fogo e até outros, provenientes de instrumentos cortantes e perfurantes se fizeram presentes em todos aqueles anos, e é necessário estudar alguns, para se entender melhor o assunto, compreender as situações que muitos viveram em seus corpos e a maneira com que os *cirurgiões* operavam, e talvez, até mesmo, os seus maiores medos, tanto dos soldados quando do pessoal médico.

A partir da página 284 do trabalho do *cirurgião-mór* da esquadra, pode-se observar a descrição de algumas feridas causadas por armas de fogo, sua localização e divididas em 1º e 2º ordens, respectivamente. As primeiras contendo “corpos estranhos”, comuns nos combates, “objetos” temidos tanto pelos soldados como pelos *cirurgiões*, pela gravidade com que se revestiam esses corpos, tanto para os que os possuíam nos organismos, quanto para os que fossem extraí-los. E as segundas, “feridas complicadas”, causadas por fuzilaria e artilharia:

“Feridas por armas de fogo.

Variedades da mesma espécie: resumem-se elas em feridas contendo os corpos estranhos, e naquelas em que, além deles, havia outras complicações sérias.

1ª ordem.

1ª ferida: na parte superior da região carotidiana direita, contendo três estilhaços de madeira, a forma de alfinetes.

2ª ferida: no escroto interessando até o testículo direito, de oito linhas de profundidade, contendo uma polegada quadrada de pano.

3ª ferida: na parte lateral interna da região da perna esquerda, alojando um estilhaço de bala oca de polegada e meia de comprimento, sobre uma largura, abaixo dos músculos gêmeos; ferida já complicada por violenta inflamação.

4ª ferida: com duas aberturas, distando uma da outra duas polegadas, na região da coxa esquerda, na parte antero lateral externa, na união do terço inferior com o médio, com direção oblíqua.

2ª ordem, feridas complicadas

1ª fratura cominutiva no terço inferior do braço – fiz a amputação pelo método misto de Sedillot, dando excelente resultado.

2ª fratura cominutiva no terço inferior do antebraço: amputação no lugar de eleição.

3º esmagamento por estilhaço da falange esquerda – desarticulação.

4º ferida complicada de fratura dupla (...) e contendo bala de fuzil. Ressecção do fragmento, que era no quarto superior do osso.”

Nas feridas de *1º ordem*, alguns *corpos estranhos* foram encontrados nos organismos dos soldados. Eram fragmentos de madeira (provavelmente do choque de granadas de artilharia em alguma superfície constituída por esse material - talvez o fuzil que o militar estava portando - transformando-a em outros pequenos projéteis, também em alta velocidade que atingiam os mais próximos), tecidos - provenientes de sua própria farda, ou vestimento, e que adentraram na “economia” junto com os projéteis, e fragmentos, ou estilhaços de granadas empregadas. Já as feridas de *2º ordem*, com *fratura* e *esmagamento* ocasionaram, na maioria dos casos, amputações ou *desarticulações*. Em algumas ordens de dia, existem descrições de ferimentos adquiridos em combates do exército:

“Comando em Chefe do Exército em operações na Província de S. Pedro do Sul – Quartel-General na Vila de São Borja, 12 de novembro de 1865.

Ordem do dia nº 35

Relação nominal de algumas praças existentes na enfermaria militar da cidade de Alegrete, e que se acham inutilizadas para o serviço em consequência de graves ferimentos, recebidos em combate.

1º Corpo de Voluntários da Pátria.

Cabo de esquadra Felix da Silva Braga. Ferimento por arma de fogo no antebraço direito, em combate, determinando embaraço nos movimentos das articulações do punho e falangianas.

Soldado Francisco Feliciano da Silva. Perda do braço direito por amputação, em consequência de ferimentos por arma de fogo em combate.

Corpo de Cavalaria.

Soldado Manoel Antonio de Matos. Ferimento por arma de fogo na perna esquerda, em combate, determinando aleijão da mesma.

19º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional.

Soldado Basílio Gomes da Silva. Ferimento por arma de fogo na boca, em combate, determinando perda da substância muscular, óssea e dentária.

Alegrete, 07 de outubro de 1865.

Antonio José do Amaral
Capitão oficial de gabinete”.²⁵⁹

Na canhoneira *Parnaíba* e no vapor *Brasil*, o Dr. José Pereira Guimarães, Drs. Odorico Bacellar Antunes e Manoel Baptista Valadão executaram as seguintes operações, provavelmente pela ação da artilharia paraguaia, pois atuaram em membros que foram esmagados. Curioso foi a trajetória *de um estilhaço de bala*, do segundo caso:

“Amputação do antebraço direito no seu terço inferior – Método circular reclamada por uma fratura com esmagamento dos ossos do carpo, metacarpo, e falanges, com destruição e ruptura da pele da mão, até junto da articulação radiocarpiana.

Extração de um estilhaço de bala, que penetrando na parte ântero-superior do braço direito, pouco abaixo da articulação escápulo-humeral, fora alojar-se na parte posterior do tórax, logo atrás da cavidade axilar.”²⁶⁰

Feridos do exército, logo após o malogrado ataque a Curupaiti, foram também atendidos pelos cirurgiões da marinha, como Rosendo, em seu hospital de sangue. Pelas observações, os números totais foram de 307 pacientes, mas apenas 117 atendidos no referido hospital é que foram tabelados com mais detalhes, representados no que se referia sobre um quadro informativo denominado “*extrações de balas e estilhaços de metralha*”, apontando em que parte do corpo tais fragmentos foram extraídos, ou para ser mais exato, a *sede dos ferimentos*, sendo predominantes os localizados nos *membros superiores* (25), *inferiores* (23) e na região da *cabeça* (17). Já em outras regiões, como o tronco (03), e abdômen (09), os números, comparativamente, foram bem menores:

Anexo 04

“Cabeça	17	
Pescoço	02	
Tronco	03	
M.superiores	25	
M. inferiores	23	
Abdômen	09	
Contusos	38	(em diversas regiões)
Total:	117	
amputados	09”	²⁶¹

²⁵⁹ BRASIL. Ministério da Guerra. *Exército em operações na República do Paraguay. 2º Corpo. Sob o comando em chefe do Exm. Sr. Tenente General Manoel Marques de Souza. Conde de Porto Alegre. Ordens de Dia. 1º volume* (compreendendo as de números 01 a 49). Re-impressa por ordem do governo. Tipografia de Francisco Alves de Souza. Rio de Janeiro, 1877.

²⁶⁰ Carlos Frederico Xavier Azevedo. *op. cit.*, (página

Os ferimentos provenientes de armas de fogo de uso individual não eram um problema apenas que atingia os soldados do exército. Os imperais marinheiros tiveram que enfrentar essas situações, e temores, em combate. As ações em que elementos da armada se envolviam, não estavam limitadas aos confrontos com outras belonaves paraguaias, que foram, *grosso modo*, em Riachuelo, ou mesmo os bombardeamentos de posições fortificadas inimigas, situadas na margem do rio e que respondiam, invariavelmente, ao ataque, com a sua artilharia. Nota-se, nos documentos médicos e cirúrgicos, ou no trabalho de Carlos Frederico, que existiram muitos ferimentos ocasionados até mesmo por fuzilaria, isto é, por armas empregadas pela infantaria inimiga, que muitas vezes se posicionava nas barrancas ou outros pontos ocultos, que proporcionavam um disparo certo, principalmente quando os paraguaios tinham a oportunidade de alvejar os seus desavisados tripulantes, ou mesmo os homens embarcados em escaleres que se situavam à frente dos navios, cuja a função era vigiar a vanguarda da divisão encouraçada em operações, como também interceptar, recolher e até mesmo, se necessário, explodir ou anular artefatos colocados no rio, como os *brulotes*²⁶² ou mesmo *torpedos flutuantes ou errantes*,²⁶³ capazes de afundar um encouraçado, como o fizeram com o *Rio de Janeiro* em frente a Curuzú. Em outras circunstâncias, a artilharia e até mesmo a fuzilaria infringiam estranhíssimos ferimentos, como este, cujo *corpo estranho*, proveniente não de um impacto direto, mas indireto, pois a *bala*, seja qual fosse a sua origem, primeiro se chocou no que havia sido uma baioneta, transformando-a em um outro “projétil”, que em alta velocidade - neste caso

²⁶¹ Carlos Frederico Xavier Azevedo. *op. cit.*, (página 328).

²⁶² “*Brulote – Navio carregado de matérias inflamáveis para deitar fogo a navios inimigos. Uma vez, era deixado ir com a corrente ou com o vento, e então, já com o fogo pegado a um rastilho; outras, ia, ou por si ou rebocado, encostar ao navio inimigo*”. In “**Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual**”. Lisboa, 1990. (página 113). Os brulotes empregados pelos paraguaios eram mais simples. Eram baseados em canoas, ou superfícies flutuantes, cujos recipientes possuíam substâncias inflamáveis, quando eram colocados à correnteza do rio, e em um eventual contato com as belonaves brasileiras, poderiam causar um incêndio a bordo, destruindo todo o navio, ou causando grandes ou pequenas avarias, principalmente nos navios de madeira, que por lá também operaram, e que davam apoio aos demais, em operações propriamente de combate.

²⁶³ “*Torpedos flutuantes ou errantes – Os que se destinavam a ser abandonados na água para irem levados pelas correntes*”. In “**Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual**”. Lisboa, 1990. (página 313). No Paraguai, esses torpedos foram usados, como uma tentativa dos paraguaios para afundar ou mesmo avariar as belonaves brasileiras. Normalmente, muitas dessas armas foram colocadas fora de ação por ter sua carga umidecida, por causa da vedação falha do invólucro que continha os explosivos, ou mesmo inutilizadas graças à ação das guarnições dos escaleres brasileiros, que ficavam a frente dos navios, cujos os homens, atentos, destruíam os artefatos antes de atingirem a esquadra. Durante a guerra, alguns desses escaleres “desapareceram”, junto com suas guarnições, quando, por um acidente, acabavam tocando os artefatos, de maneira imprudente, ou mesmo procurando colhê-los.

ilustrado, e aqui reproduzido (**Figura 12**) - percorria uma estranha *trajetória* nas “economias”:

“Chegados à Vila de Uruguaiana, o Dr. Caminhoá, que por nós tinha sido nomeado para coadjuvar os trabalhos dos nossos colegas do Exército na Vila da Restauração, em um relatório, que fez de seus serviços, e que por ele nos foi dirigido, exprime-se deste modo: ‘No dia em que cheguei, haviam os seguintes casos mais notáveis: Feridos no combate do Jataí cinco, dos quais por bala de fuzil no pé três, no quinto superior da coxa um, todos sem fratura, um por ponta de baioneta de duas polegadas, e duas a três linhas de comprimento, que provavelmente fora quebrada por bala de fuzil, ou estilhaço de bomba, e que penetrou pela extremidade mais grossa na região cervical posterior sobre a apófise espinhosa da sétima vértebra, e seguindo muito obliquamente para fora, para diante, e para cima, saindo na parte lateral esquerda do pescoço abaixo do ângulo do maxilar inferior, podendo avaliar-se a natureza do ferimento. O Dr. Alfredo Guimarães havia já feito a extração do corpo vulnerante.’”²⁶⁴

Mas os ferimentos ocasionados pela artilharia paraguaia - baseada em terra, como em barrancas, em fortalezas, ou até mesmo embarcadas nas *chatas* - somados à total falta de experiência dos combatentes embarcados se fizeram presentes. Em uma das primeiras operações em que a esquadra se envolvia no Paraguai, Artur Silveira da Mota (Barão de Jaceguai), em suas reminiscências observou, entre outros importantes assuntos, um curioso e bisonho paliativo que resultou ao oposto do que havia sido originalmente desejado:

“(…)

Se as *chatas*, também, condenadas a ser destruídas pela superioridade esmagadora da Esquadra, não é menos certo que um único tiro feliz, poderia infligir-nos danos muito mais consideráveis do que a destruição de todas elas. E o mesmo raciocínio que induz a admitir que há toda vantagem em arriscar um frágil torpedeiro contra o mais formidável encouraçado de combate. E foi o que confirmou o acidente que pôs fora de combate o *Tamandaré* na lutuosa jornada que venho descrevendo (*Bombardeamento do Forte de Itapirú*).

O inimigo já apercebido de que com os seus projéteis de ferro fundido da sua artilharia de alma lisa não podia por a pique os navios encouraçados, só alvejava as portinholas, que eram em número de oito nos navios casamatados, duas em cada face. Essas portinholas de forma retangular eram bastante grandes para permitir boa pontaria no tiro horizontal, isto é, a pequena distância, o que constituía o maior defeito nos encouraçados da classe do *Tamandaré*.

Bastava, todavia, que as balas chocassem a couraça nas imediações das portinholas para que os seus estilhaços, pela força de projeção que traziam, penetrassem pelas suas aberturas produzindo no interior das casamatas o efeito da mais perigosa metralha.

Quase todos os projéteis, portanto, que tocavam a casamata eram mais ou menos mortíferos para os que as guarneciam.

No *Tamandaré* havia-se procurado reduzir a abertura das portinholas, contra o risco dos estilhaços e das balas de fuzil, guarnecendo-as de cortinas de cerradas redes de ferro,

²⁶⁴ Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo. *op. cit.*, (página 208).

precaução esta que como se viu depois só podia ser inspirada pela mais absoluta in experiência da guerra. Foi ainda por in experiência que das primeiras vezes que os nossos encouraçados se aproximavam das chatas paraguaias, punham as suas guarnições a postos, isto é, com toda a artilharia guarnecida e todos os combatentes agrupados no interior da casamata. A bordo do *Tamandaré* naquele dia nefasto achavam-se também na casamata, por tolerância do comandante, atraídos pela curiosidade, o cirurgião, o comissário, o escrivão e outros não combatentes. Que mal aproveitado exemplo de temeridades coletiva? Queimem! Exclamavam inconscientemente os nossos marinheiros todas as vezes que disparavam os canhões inimigos e mediava sempre instantes até sentir-se o choque da bala contra a couraça invulnerável que os enchia de confiança e orgulho. Assim aconteceu com a primeira e com a segunda bala de 68 inimiga. A terceira, porém, quando o *Tamandaré* envolto no fumo de sua própria artilharia avançava sempre para a frente, a última sílaba, já havia sido abafada em muitas bocas pela morte instantânea e pela dor de um ferimento!”²⁶⁵

Daí, entende-se porque os paraguaios visavam sempre as *portinholas*, ou as *arestas* conforme, inclusive, pode-se observar no relatório anônimo de danos remetido ao engenheiro Carlos Braconnot, responsável pela fabricação das couraças que compunham os navios. Elas se constituíam na parte da superfície mais frágil, ou as mais suscetíveis, e um disparo certo, ou muito próximo, que pela ação de seus estilhaços, poderia causar danos internos na belonave e por conseqüência em seus atentos tripulantes, que procuravam acompanhar o que estava acontecendo pelas *portinholas* e *seteiras*. Porém, isto não é tão simples, pois os navios eram de classes diferentes, e possuíam particularidades em suas blindagens. Para cada navio, havia a necessidade de um conhecimento, a exigência de um discernimento por parte dos artilheiros paraguaios, em particular, para tentarem, com as suas peças, muitas limitadas até mesmo por serem *lisas*, a causar danos de grande monta, e ainda assim, seus tripulantes, com o andamento da guerra, e as experiências que lhe foram proporcionadas, procuravam, por outros meios e práticas, neutralizar as deficiências que se apresentavam em seus navios, sempre buscando diminuir as eventuais oportunidades que os artilheiros paraguaios pudessem explorar. No caso do *Tamandaré*, parece-me que a “cortina”, recebendo o impacto direto, ou mesmo os estilhaços e o conseqüente deslocamento, de uma temerária granada de 68, apelidada pela soldadesca de “queijo do reino”,²⁶⁶ transformou-se em “metralha”, produzindo o efeito da arma dentro da sua casamata e provocando a morte de muitos que ali estavam, tanto os artilheiros posicionados em suas peças, ou apenas os “curiosos” que por lá permaneceram indevidamente. Esta é uma ocorrência singular, por mais que já seja conhecida, por várias razões. A principal é

²⁶⁵ Artur Silveira da Motta. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. 2ª edição. Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, 1982. (páginas 85 e 86)

²⁶⁶ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 121).

que ela acaba fugindo das tradicionais narrativas heróicas, que apontam muitos militares, notoriamente oficiais, retratados como homens muito ousados, que no momento de um embate como esse ficavam andando calmamente, ou destemerosamente, e comandando em partes desabrigadas dos navios, sujeitos à ação dos projéteis inimigos, dando exemplo aos demais tripulantes, ou subordinados, de grande valor moral, intrepidez, bravura, valentia, abnegação, destemor, audácia e determinação pela pátria. Há casos individuais, igualmente numerosos, de oficiais que se arriscavam, de fato, sob o fogo inimigo, tanto os da marinha quanto do exército. É notório o grande número deles, mortos e feridos, durante toda a campanha, cujos nomes foram reproduzidos em ordens do dia do exército, ou em documentos do serviço de saúde da marinha ou do exército. Também se salienta numerosos oficiais superiores mortos e feridos nos combates. Não se pode perder de vista que as formações de combate de infantaria, por exemplo, obrigavam com que os oficiais tomassem posição frente aos seus efetivos, montados ou não, e durante o ataque, nesta posição, igualmente os determinavam na condução da unidade, para mantê-la coesa e sempre exortando seus homens ao ataque, procurando controlar seus movimentos, algumas vezes subordinados à movimentação dos inimigos, e sempre que possível explorando as vantagens táticas que apareciam. Não obstante, o Marquês de Caxias, logo após assumir o comando das forças brasileiras, no Paraguai, estabeleceu uma interessante e cautelosa ordem:

“Comando em Chefe de todas as Forças Brasileiras em operações contra o Governo do Paraguai.

Quartel General em Tuiuti, 30 novembro de 1866.

Ordem do Dia N. 5

Sua Excia. o Sr. Marechal de Exército, Marquês de Caxias, comandante em chefe, manda expressadamente proibir aos srs. Oficiais de quaisquer graduações, apresentarem-se nas ocasiões de combate, ou para os serviços dos postos avançados, com algum outro distintivo próprio do grau que ocupam, além das suas espadas; devendo mesmo os bonés serem cobertos com uma capa branca semelhante à de que usam os soldados.

A intrepidez e bravura têm, como sempre, caracterizado o procedimento do militar Brasileiro; e um exército aguerrido e forte pode bem dispensar provas que teriam sido necessárias no começo das operações; além disto, aquela é a prática geralmente admitida nos países mais adiantados em civilização (...).²⁶⁷

²⁶⁷ BRASIL. Ministério da Guerra. *Exército em Operações na República do Paraguay, sob o commando em chefe de todas as forças de S. Ex. o sr. Marechal de Exército Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. Ordens do Dia (compreendendo as de n. 1 a 96), 1866 a 1867*. 1º volume. Typ. de Francisco Alves de Souza. Rio de Janeiro, 1877.

Com uma ordem dessa, muito do caráter heróico - fortemente presente em numerosos escritos e documentos produzidos sobre a guerra, realimentados periodicamente por uma historiografia de tendências “neoconservadoras” que se quer, muito pretensamente, imparcial - se enfraquece; mas, em contrapartida oferece a oportunidade para pensar sobre como era, aproximadamente, a rotina na frente de combate. Muitos oficiais deveriam morrer, ou pelo menos serem feridos, porque tinham - quando não estavam montados - no fardamento, e em outros equipamentos ou acessórios, uma maneira de serem identificados em seus postos, tanto pelas unidades paraguaias durante o combate em campo aberto, seja em grandes formações de ataque e defesa - ou pequenas escaramuças, provenientes da ação de *vanguardas*, de reconhecimento, também comuns - quanto nas *avançadas*, em linhas entrincheiradas, quando havia a presença e ação de atiradores individuais, tirocinados, que alvejavam, quando possível, alguém que não se “adaptava” ao terreno.

Uma outra questão permanece em aberto, e é objeto para posteriores pesquisas. Antes desta ordem, provavelmente, os oficiais, por uma obrigação regulamentar, mais acima de tudo moral, para com seus superiores, com eles mesmos, com os seus pares e subordinados, deveriam ser obrigados a carregarem consigo, e de maneira explícita, os sinais que os diferenciavam. Porém, como muitos, provavelmente, foram mortos e feridos, achou-se mais razoável que não adotassem mais a prática. Além de poupar vidas e leitos nos hospitais e enfermarias, algo comumente ignorado nos trabalhos sobre a guerra, constitui-se, certamente, um temor a menos para os homens administrarem consigo mesmos, e possivelmente com a ordem emanada do comandante das forças, uma justificativa moral entre seus pares e perante seus comandados.

E, sobre a relação entre eles, comandantes e comandados, ou melhor, oficiais e praças, reduzir o entendimento sobre o seu relacionamento, como se fosse, por analogia, de feitores e escravos, é algo no mínimo simplório, como aqui já exemplifiquei, quando observei apenas uma característica da atuação das frações de infantaria, os seus diferentes fuzis, e algumas demandas que eram exigidas, na prática, para sobreviverem, e que se apresentavam para as frações, ou fileiras de atiradores, durante a peleja. Nas formações de combate, dado o grande número de oficiais e praças mortos e feridos, simplesmente verificáveis nos numerosos volumes de ordens do dia publicados, é impossível que o contato entre esses homens fosse pautado, unicamente, em disciplina ferrenha e imobilizadora, que não oferecia espaço para solidariedade, camaradagem e espírito de corpo, e até mesmo de trocas de favores entre eles, mesmo estando em vigor

o regulamento do *Conde de Lippe*, interpretado como um documento “intransigente” e vigoroso contra a indisciplina. Na prática, os oficiais, obrigados a marcharem com seus comandados, nas formações, e em combate, igualmente ficavam sob a ação do fogo inimigo, e não poderiam, apenas, ressaltar, obrigar seus subordinados ao combate, baseados no “argumento” das pranchadas ou outros constrangimentos físicos. Certamente estes existiram, e talvez nos momentos em que a morte, sob fogo, era eminente, e os soldados pudessem ser tomados por pânico. Também é certo que foram muito utilizados durante os anos da guerra. Porém, o relacionamento entre os homens deve ser estudado, pois se há assassinatos cometidos por praças contra seus oficiais, e até mesmo entre praças, assunto localizado nos processos de condenação de militares, pela justiça militar em campanha,²⁶⁸ não significa, absolutamente, que as relações, majoritariamente, fossem pautadas pela violência entre superiores e inferiores, mesmo porque, haveria, sempre presente, a eminência do oficial receber uma bala, ou até mesmo uma estocada, mortal, em um momento oportuno, e que não seria necessariamente infringido pelos paraguaios; mas por um outro “inimigo”. Esse momento poderia acontecer em um combate, onde a fumaça, sempre descrita nas memórias, (comum nos combates, provenientes da combustão da pólvora negra), a formação dos dispositivos (algo difícil de se manter sem o mínimo de coesão, pois só para preparar a arma para o disparo, exige-se, condicionalmente, numerosos movimentos sincronizados aos que compunham a fração, e ela só teria razão de existir se boa parte de seus membros atirassem juntos e tivessem seus movimentos, para disparo e deslocamento, coordenados por um outro elemento, o oficial ou até mesmo um sargento, dependendo das circunstâncias e efetivo), os sons (dos tiros da fuzilaria e da artilharia, próprias ou inimigas, dos cavalos avançando para e contra as suas posições e que na maioria das vezes inspirava terror aos que estavam sendo atacados), os gritos (dos feridos, dos oficiais, dos camaradas ao lado, a frente e na retaguarda, dos tomados por pânico, dos inimigos que certamente praguejavam quando próximos), possibilitassem um assassinato seguro pelo seu executor, simulando que o oficial houvesse sido morto em combate. E provavelmente alguns tenentes e capitães foram mortos por seus comandados nestas ocasiões, quando não ao contrário, e talvez alguns oficiais, entre eles, ou entre eles e os praças, do mesmo modo pudessem, nestas

²⁶⁸ *Consulta do Conselho de Estado sobre Negocios Relativos ao Ministerio da Guerra. Colligidos e anotados por Manoel Joaquim do Nascimento e Silva – Chefe de Secção da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra – Cavalleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo e Official da da Rosa. Publicadas por ordem do Governo. (1867 – 1872). Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1885.*

circunstâncias, resolver alguns assuntos pendentes decorrentes dos acampamentos e marchas.

Uma das possibilidades para se observar e estudar a relação, ou as relação entre os homens foi apontada pelo estudo de Frédéric Rousseau,²⁶⁹ que sempre dirige sua atenção para uma série de particularidades realmente importantes na frente de combate, nos homens que se fizeram presentes nela, e todas numa dimensão, ou por um viés notoriamente psicológico. Para Rousseau - tendo em vista as reminiscências dos veteranos, e entre elas, as de Marc Bloch - as informações a que os soldados tinham acesso eram imprescindíveis para um melhor relacionamento entre oficiais e praças. A ausência delas, em algumas ocasiões, poderia “azedar” a relação entre eles. O homem, por mais que esteja dentro de uma relação hierárquica, mergulhado em disciplina militar, aparentemente ferrenha e sem espaço aparente para contestações, é ainda um ser pensante, e por mais que a curiosidade seja inerente à condição humana, há sempre a necessidade de se imprimir compreensão, de se ter a capacidade de tornar inteligível - uma razão - para os próprios olhos e justificar a ação pessoal. O combatente tem a indispensabilidade de dar e ter um sentido à sua presença e aos seus atos. A falta de informações acarreta grandes preocupações aos homens que estão na frente de combate, e os rumores os mais extravagantes têm livre curso entre a tropa. Na maioria das vezes, os boatos exacerbam o sentimento de insegurança dos que estão na linha de frente, distantes de maiores contatos com o mundo exterior - sempre longínquo, não necessariamente pela distância espacial, mera e exatamente quantificada - e absorvidos, apenas, no que está ao seu redor, em seus camaradas, nos inimigos, pelo contato visual, e no que acontece com todos que estão próximos e consigo mesmo. Com a falta de comunicação, ou melhor, com um estado geral de não comunicação, se aprofunda o fosso entre oficiais e praças, engendrando um sentimento de total falta de confiança dos homens para com os seus comandantes. A ausência de comunicação e informação obra, igualmente, e isto é crucial, para outras questões, mais candentes em uma frente de combate. Ela gera um sentimento de traição, que é assim interpretado pelos comandados em relação aos seus falhos chefes, da mesma forma que desmoraliza e desmobiliza as suas próprias energias, desmotivando-os, e portanto reduzindo, perigosamente, a sua capacidade combativa, ligada e condicionada, do mesmo modo, a um desengajamento mental e portanto moral. Em suma, uma situação interpretada pelos comandados como

²⁶⁹ Frédéric Rousseau. *op. cit.*, (páginas 33 a 56: “*Le pouvoir des mots*”, “*La cultura du troupeau...*” e “*Les filières de l’information du soldat*”).

sem ordem, sem comando, e que pode resultar, nas melhores hipóteses, em uma debandada, ou nas piores, em situações mais violentas ou explosivas consubstanciadas em uma revolta ou na recusa, frontal, sempre com as armas à mão, de não cumprir as ordens.

Os sentimentos de mutilação moral são perceptíveis, porque a prisão do silêncio, da ausência das informações, simplifica os homens, os diminui como adultos, os infantiliza, eximindo-os de toda a responsabilidade perante à eles mesmos e aos seus superiores. Todas as informações possíveis, nestas situações, deveriam ser muitíssimo desejadas. Como o próprio Rousseau observou, pouco importaria se elas fossem ou não confiáveis, e que de certo modo eram errôneas; entretanto, o mais importante era apreender algo.

Os homens, no Paraguai, tinham acesso a alguma informação. A maioria não possuía cultura letrada, mas certamente alguns eram alfabetizados, e tinham condições de lerem, em voz alta, para os seus demais camaradas, alguns jornais provenientes das províncias e até mesmo eventuais escritos, impressos ou redigidos, que pudessem chegar, com camaradas recém vindos das suas províncias. No entanto, essa maioria tinha certamente acesso a vários níveis de informação, no campo, algumas delas sem controle, ou como Rousseau define e diferencia, *canais espontâneos* e *canais oficiais*. Os primeiros poderiam se configurar, no Paraguai, do contato com recrutas recém chegados, com intermitência. Poderiam vir, igualmente, com outros homens (comerciantes, funcionários civis, tripulantes dos transportes), e mulheres que iam e vinham entre as províncias da Argentina, Uruguai e Brasil e dos próprios paraguaios, em eventuais contatos e principalmente dos prisioneiros. Os segundos, *os canais oficiais*, presentes nos comunicados, em jornais ou ordens do dia, e que em algumas ocasiões se sabe que eram lidos para a tropa formada. Nos arquivos depara-se, eventualmente, com comunicados, ou ordens do dia, impressos, no próprio campo - já que há referências de uma tipografia de uso do comando - que comunicam algum ataque, na véspera, ou até mesmo outros documentos, impressos no fim da guerra, mais ainda em campanha, como uma interessante coletânea encerrada no Museu Imperial, que trata da despedida de algumas unidades veteranas, que estavam partindo rumo ao Brasil em fevereiro de 1870.

Uma delas, o 40ºCVP, corpo organizado em Salvador, que apesar da renumeração dos *corpos de voluntários*, em dezembro de 1866, permaneceu com a antiga, e aqui conjecturo sobre essa permanência, que pode ter sido condicionada pelo

enraizamento de um espírito de corpo e solidariedade profundamente desenvolvidos e mantidos entre os seus elementos, e que pode ter servido ao comando disciplinador na hora de se decidir a não fragmentá-la, extingui-la e ou renumerá-la, porque os elementos se identificam com a sua unidade, situação essa que pode estar acentuadamente presente em sua designação numérica. Nesse caso, não se pode perder de vista a ligação afetiva que Dionísio Cerqueira possuía com o seu *Dezesseis*, sentimento constantemente demonstrado em suas reminiscências, em numerosas passagens.

Em 1865, os elementos que formariam o 40º CVP, foram mobilizados para a guerra, tendo como núcleo o 3º *Batalhões da Guarda Nacional*, por consequência, os homens já possuíam alguma vivência em comum. Em setembro daquele ano, eles seguiram para o Rio de Janeiro, e no mês seguinte, foram novamente embarcados em um transporte de guerra em direção à Montevideu. Sua viagem foi atribulada, sendo que somente dois meses e meio depois é que o corpo conseguiu chegar a Corrientes, após os atrasos oriundos da falta de material e o encalhe dos transportes, de grande calado, que fez uso. Se fez presente em *Estero Bellaco*, *Tuiuti*, e vários outros combates, provavelmente retornando com parte bem inferior de seu efetivo original, e que foi, durante aqueles anos, recebendo mais homens provenientes de novas levadas que chegavam do Brasil, para substituir os seus claros.²⁷⁰

Na coletânea de documentos, impressos no Paraguai, certamente lidos para a tropa, são evidentes as promessas para os veteranos, mas não necessariamente materiais. Em um trecho percebe-se o teor que marcou a maior parte delas, dirigido ao 40º CVP e uma outra unidade:

“Camaradas: ides repousar de vossas fadigas, no seio da Pátria reconhecida, no regaço de vossas famílias e dos vossos amigos que vos esperam para abraçar, ébrios de prazer, extasiados de júbilo.

(...)

Ides, adiante de todos nós, receber as coroas de flôres dos vencedores; as manifestações públicas, e as ovações que vos hão de dirigir a Pátria agradecida, o Monarca entusiasmado de vossos feitos, e o governo amigo e patriótico.”

Em outro documento, da mesma pasta, mais elogios, reconhecimentos dos esforços, de um descanso merecido, e ao mesmo tempo a presença das exortações às obrigações, apesar de não mencionar, em hipótese alguma, sobre qualquer direito que os veteranos possuíam:

²⁷⁰ Paulo de Queiroz Duarte. *op. cit.*, Volume 02, Tomo V. (páginas 09 a 32).

“Agora que, no remanso da paz, no grêmio de vossas famílias e ao abrigo das mais liberais e salutareis instituições do nosso país, ides gosar do fruto de vossas vigílias e fadigas, assim como de vossas glórias, um compromisso ainda vos resta na esfera útil e pacífica de vossos deveres e profissões, que é em tudo serdes, os mesmos cidadãos obedientes à lei, para que com justiça possaes orgulhar-vos, de que já umas vezes soubesteis, em desafronta de nossa dignidade nacional atrozmente ultrajada, acudir ao reclamo que vós fez a pátria e o nosso idolatrado Imperador.”²⁷¹

As situações acima, presentes nos documentos, por mais que se referissem a despedidas destas unidades, ainda no Paraguai, deixam antever que havia uma comunicação entre o comando e os comandados. E durante a guerra, não só as ordens de dia eram lidas, mas igualmente, seguindo as características das informações provenientes dos *canais oficiais*, deveria existir um contato maior, quando as tropas se formavam para as constantes paradas, ou mesmo outros chefes, inferiores, que obrigatoriamente mantinham um contato mais estreito com os seus homens, nos anos em que conviveram no dia-a-dia da vida nos acampamentos. Isto denota que a relação entre eles não era permeada, exclusivamente, por violência ou outros constrangimentos físicos utilizados para se reafirmar, diuturnamente, a autoridade dos chefes ou a manutenção da hierarquia militar, ou que o silêncio dos chefes fosse algo onipresente nos anos da campanha.

Na guerra, continuando a seguir as observações de Rousseau, entre as soluções que poderiam ser tomadas, os comandantes deveriam dirigir algumas palavras de reconforto e até mesmo dar algumas explicações, talvez as menos importantes, aos seus homens. Combatentes o mínimo informados e conscientes, por exemplo, do caráter desesperador de alguma situação - e no caso do Paraguai, um ataque a uma posição efetivamente fortificada, com os seus obstáculos inerentes, situações comuns durante aqueles anos - poderiam ser resolutos a fazerem o seu máximo, ou o que estivesse em seu alcance. No entanto, a informação deveria ser controlada, principalmente quando havia alguma ação extremamente arriscada pela frente. A falta de controle das informações, ou dos dados, poderia trazer mais agonia aos homens, uma angústia de morte programada, e que neste caso, em particular, não deixa de ser estimulante quando se pensa sobre um grande revés, do qual foi o ataque de Curupaiti, em setembro de 1866, e que pode ter acarretado graves seqüelas aos homens, em sua confiança, que poderia ter sido plena, nos dias anteriores ao ataque, dado às outras vitórias, ainda que

²⁷¹ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (M 156 – documento “7266”).

tivessem cobrado um alto preço; mas que depois do malogrado ataque à fortificação, se manteve cambaleante, independente do posto que ocupavam, e o quanto isso foi um impedimento moral para a conquista - propriamente dita - de lugares como Humaitá, ou até mesmo como a ausência de confiança dificultou outros ataques a posições similares nos anos posteriores; e esses impedimentos podem não ter sido meramente físicos, evidentes nos fossos, paliçadas, abatizes, entre outros obstáculos físicos. E, o mais interessante, como os homens, oficiais e praças, se relacionaram após uma derrota como essa, que trouxe conseqüências para a aliança, como a mudança dos comandos gerais, e exerceu até mesmo influências no andamento da política no império.

Os oficiais comandantes das unidades, e de suas frações, sabiam muito que deveriam buscar o melhor relacionamento com seus homens, e se não imaginaram, em sua maioria, essa situação, isto é, serem mortos pelos próprios comandados, intencionalmente, as experiências da guerra e a convivência diária lhes proporcionaram novos aprendizados. Um oficial mal comunado com a tropa não teria chances de proteção com alguns elementos, em detrimento de outros. Fossem eles os inimigos ou os seus próprios desafetos. Seguindo a linha de pensamento de Rousseau sobre o assunto,²⁷² um oficial necessitava de certos comportamentos e atos para ter o seu comando legitimado pelos seus soldados. O fato de ser um superior, não era a garantia de que ele fosse depositário de confiança e, apesar de haver um fosso social, ele tinha a obrigação de proximidade e presença com os seus homens, deveria dirigir sua atenção para os aspectos morais e físicos de seus mais próximos. Ele deveria ser zeloso com sua unidade, ou com os homens que estivessem sob o seu comando. Deveria, igualmente, respeitá-los, ser íntegro em suas promessas, cumprindo-as, porque se não as fosse, perderia sua legitimidade, emanada e avaliada, constantemente, por um senso de justiça entre os soldados, e que poderia, com a falta, proporcionar desordens. Seus homens, em uma situação frustrante, produzida pelas deficiências de seus superiores, não atenderiam mais às ordens e promoveriam um processo de inércia, ou falta de energia, muito prejudiciais em um campo de batalha, que, constantemente, apresentava condições adversas. Um chefe tinha a obrigação de se expor, junto com os homens, sob o fogo, porque ele deveria dar o exemplo com a sua atitude, e evitar, sempre, demonstrações de medo em situações em que a sua integridade fosse submetida a algum risco. Somente nessas horas, é que era realmente admirado pelos que estivessem sob o seu comando,

²⁷² Frédéric Rousseau. *op. cit.*, (páginas 64 a 92, “*Chefs, ‘gradaille’ et ‘galonnards’*”, “*Le principe d’inégalité*”, “*Le principe de distance*”, “*Chef, un grand rôle; peu d’élus...*”).

que deveria se reafirmar sempre, por meio de comportamentos que denotassem segurança e justiça. Só atento a essas questões, é que um chefe era admirado como um exemplo a ser seguido, e esse reconhecimento, que é necessariamente recíproco, assinalava uma forte coesão da unidade combatente, e por consequência, sobre a sua disciplina. Em combate, o chefe que tivesse adquirido a confiança, a admiração e o respeito de seus subordinados, por consequência, adquiria a sua segurança, e não só a de seu comando sobre a unidade combatente, mas a própria, isto é, a física. Se ferido, ou em difíceis condições proporcionadas pelos combates, ele recebia o apoio dos que estivessem mais próximos; afinal, era mais um camarada, e ao contrário, se não possuísse legitimidade perante os seus homens, era simplesmente abandonado, nas piores condições proporcionadas pelo dia-a-dia da guerra.

A sua proximidade poderia ser executada quando demonstrava preocupação com o bem estar dos subordinados, com a sua segurança, e que na medida do possível, repartisse muitos sofrimentos com eles, fora sempre estar atento com os elogios dirigidos à ação de cada um, porque os homens tinham, igualmente, a necessidade de serem notados, e isso seria muito melhor se fosse em seus aspectos positivos e valorizados em uma unidade combatente.

Certamente havia camaradagem, alguma solidariedade entre os homens. Dionísio, por exemplo, considerou, em suas reminiscências, seus mais próximos, inferiores, como *camaradas*; mas, antes mesmo de serem isso, eram, acima de tudo - e isto é constantemente assinalado em suas memórias - o *faxineiro* e o *bagageiro*, seus imediatamente mais próximos e inferiores, Antônio Faustino, Anselmo da Pureza e Francisco Antônio, que o acompanharam na guerra, servindo-o - eram pagos por ele para isso, graças à mesada que recebia regularmente de seu pai na Bahia, como o soldo a que fazia jus - e principalmente executando os trabalhos braçais, algo que Dionísio nunca faz. Seus maiores sacrifícios, nesse aspecto, ficaram restritos e censurados no começo da guerra, quando ainda era um praça. Porém, não havia, penso eu, um relacionamento cronicamente conflitante, e Dionísio nunca o demonstrou em suas reminiscências, pelo contrário, há sinais de uma certa afeição pelos seus mais próximos, e que é pautada pela única proximidade que aparentemente havia entre eles, isto é, um elo, pois parece-me que todos haviam nascido na mesma província, eram conterrâneos e “filhos da Bahia”. As páginas finais de suas reminiscências são tocantes quanto a esta questão. Entrementes, essa proximidade pode igualmente ter sido forjada no dia-a-dia da guerra, nos constantes combates, quando as dificuldades os “igualavam” perante os

“critérios” e “argumentos” dos velozes projéteis *esféricos* e *cilindro cônicos*, e os obrigavam a se irmanarem, nem que fosse nos breves momentos em que a metralha e fuzilaria paraguaia entravam em ação.

No entanto, é comum, nas memórias redigidas sobre a guerra, sempre existirem punições rigorosas em passagens perturbadoras, e muitos chefes serem retratados como brutais, principalmente com os seus comandados, o que acarretava, algumas vezes, que aqueles fossem assassinados ou feridos. Mais uma lacuna para ser preenchida. Rousseau, neste aspecto, trabalha com o conceito de “teatro da justiça militar”²⁷³ Todo soldado buscava distância do conselho de guerra, por várias razões. As mais importantes estão relacionadas com a pressão moral que pairava sobre ele, emanada de seus camaradas mais próximos - do grupo de combate - e que compartilhavam dos mesmos valores do *front*, isto é, obrigando-lhe, para não ser considerado covarde, que continuasse a resistir, física e mentalmente, às adversidades. A pressão do grupo, na maioria das vezes, era muito mais forte que os anseios e medos interiores. Os que procuravam o serviço médico, sob o pretexto de estarem portando alguma doença, simulada, igualmente eram considerados medrosos e afeminados; entretanto, um outro relevante fator para que os homens permanecessem em combate, mesmo nas situações mais exasperantes, tanto física, quanto mental, era o risco, que pairava sobre todos, da execução pública, por atos desonrosos, contrários aos valores que os homens possuíam nas trincheiras, engendrados pela convivência diária, com todas as suas dificuldades.

Em Dionísio, como em outros veteranos, que redigiram reminiscências, são constantes as referências sobre a execução de soldados que, ou eram desertores, ou responsáveis pelo assassinato de um camarada ou de um superior. Isso, se está presente nas lembranças, é óbvio que ficou marcado nos ex-combatentes, porque era um recurso pedagógico. Muitos comandantes observavam esses importantes detalhes, pois quando colocavam os exércitos em forma, para observarem o que acontecia com os que tivessem cometido transgressões graves, além de se utilizarem de um recurso disciplinar, previsto nos regulamentos. Revestiam o evento, nessas ocasiões, de uma virtude pedagógica, quando era necessário punir, ensinar, mostrar o exemplo e reafirmar a autoridade, perante todo o exército.

Vitor Izecksohn, em seu importante trabalho, chama a atenção para o nível de tensão a que os homens foram submetidos nos acampamentos, notoriamente no

²⁷³ Frédéric Rousseau. *op. cit.*, (páginas 116 a 125, “Pour l’exemple, le théâtre de la justice militaire...”).

comando de Caxias, visto, comumente, como disciplinador. Era naqueles lugares que havia a deserção, *e os crimes que constantemente expunham os ressentimentos dos soldados frente ao tratamento desumano por parte de seus superiores*.²⁷⁴ Algo bem perceptível, simplesmente, nas ordens de dia referentes ao seu comando, devido ao grande número de punições reproduzidas.

Entretanto, e forçosamente, o combate exige, dos homens empenhados, coesão e disciplina, ou até mesmo o que se conhece como espírito de corpo, identificação total com a unidade e com os camaradas, independente dos postos e patentes que ocupavam. Em uma passagem em que o exército brasileiro debandava, observa-se essas questões que se põem aos que estudam o assunto, isto, por um relato de um veterano paraguaio; mas uma passagem evocada constantemente, sobre o mesmo episódio, em outras observações de veteranos da guerra:

“En uno de los avances de los paraguayos para reconquistar ésta, arreando por delante a los brasileiros en medio de gritos de entusiasmo, manifestó el coronel Aquino el deseo de matar por su propia mano algunos negros, y acto continuo con miraba alegre y sonrisa en los labios, picó espuelas al caballo overo que montaba, el cual pegó un salto lanzándose en medio del enemigo que se retiraba en desorden, encontró a su paso a un soldado africano retinto, cayó sobre él y lo mató; pero uno de los compañeros de éste, dando vuelta, apuntó con su rifle y le metió una bala en el vientre que lo bandeó destrozando las visceras”.²⁷⁵

Em uma debandada, ainda sob o eminente risco de ser morto, ou de pelo menos ferido, um soldado brasileiro não titubeou, se voltou em direção ao coronel Aquino, que estava montado, e o matou, como um ato de vingança pela morte de um camarada que foi morto pelo oficial paraguaio. Ele, por uma interpretação mais simplista, seria considerado no mínimo um herói, por ter, mesmo naquela situação humilhante, arriscado a sua vida, para vingar um camarada, fora ter matado um dos importantes comandantes inimigos. Entretanto, para mim, denota algo muito mais interessante, como a camaradagem, o espírito de corpo e a confiança entre os seus mais próximos. São questões que estão muito, mas muito além do que é produzido atualmente sobre a guerra. Da mesma forma, a indicação da presença constante de atiradores paraguaios, e que provavelmente foram fonte de preocupação de Caxias, consubstanciada na ordem de dia número cinco, que foi registrada por veteranos e que fornece pistas sobre alguns

²⁷⁴ Vitor Izecksohn. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. E-Papers. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002. (página 141)

²⁷⁵ Juan Crisostomo Centurion. *op. cit.*, Tomo II. (página 157).

medos que atingiam os homens que lá viveram. Dionísio recordou-se deles, dos atiradores, em mais de uma ocasião quando tratou da *linha negra*, e, é certo, um inequívoco sinal de que tudo aquilo o havia realmente marcado, em situações que lhe inspiravam, no mínimo, temor:

“Ali se representavam diariamente, a cada hora, as cenas mais interessantes daquele drama pungente do extermínio de homens que não se conheciam. Não havia um dia em que aquele solo trágico não fosse tinto pelo sangue de muitos brasileiros: oficiais e soldados pagavam à porfia, o tributo da vida à pátria amada.

Ao render da linha, recrudescia, sempre, o tiroteio, e caíam bravos amigos e camaradas cheios de esperança. Se algum oficial se distraía e deixava arrastar a espada, cai ferido ou morto; o ruído denunciava-o.

Quantas vezes camaradas do rancho, agrupando-se despreocupados em torno da *bóia* ingrata, foram interrompidos por uma bala que virava e enchia a terra o prato do pirão, ou derribava um dos convivas...

Havia atiradores paraguaios que nos alvejavam de cima das árvores, ocultos nos galhos frondosos”.²⁷⁶

Em outra ocasião, mais um atirador paraguaio, de grande fama nas linhas aliadas, foi lembrado:

“...havia um velho, que cada vez que levantava a cabeça acima do parapeito e disparava a espingarda, levava-nos um camarada. Que boa pontaria e que calma daquele homem! Foi alvejado com cuidado e sumiu-se para sempre”.²⁷⁷

Dionísio se lembrou de um - diziam os soldados – estranhamente negro, uma referência indireta, como em outras passagens de suas reminiscências, como de outros veteranos, sobre a existência de desertores integrados nas fileiras paraguaias, algo que ainda não foi pesquisado:

“Havia um atirador paraguaio, de fama terrível. Diziam os soldados que era negro. Alguns o tinham avistado. Matava muita gente nossa, de preferência oficiais. Atirava de cima das árvores, oculto atrás dos galhos frondosos.

Quantos camaradas pagaram a esse monstro o descuido e indiferença pela morte!

O *Dezesseis* tinha um jovem alferes, baiano e bravo. Chamava-se Aristides Bibiano Pereira de Faria. Estava de ronda comigo na Linha Negra. Era cedo: não nos haviam chegado aos ouvidos as notas longínquas do toque de meio-dia. Percorríamos a picada até as extremidades e nos encontrávamos no meio. Tínhamos parado para conversar. Pediu-se uma *mortalha*, fez um cigarro e separamo-nos. Mal cheguei ao posto das *Chapas de ferro*, um soldado que vinha a *marche-marche*, disse-me ofeguento:

O Sr. Alferes Aristides está baleado e manda chamar Vossa Senhoria.

²⁷⁶ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 191)

²⁷⁷ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 316).

Apesar do hábito daquelas cenas, senti-me profundamente comovido ao aspecto do amigo mal ferido.

Chegaram o comandante e outros oficiais a socorrê-lo. Era muito estimado. Pedi licença para o levar ao hospital, que ficava longe; arranjei uma padiola de varas, atadas com cipós; forrei-as de mantas; fiz de um capote travesseiro e cobri-as com raminhos para interceptar o sol.

No hospital, o médico de dia, meu bom amigo Alexandre Baima, examinou-o com carinho e disse-me que era gravíssimo o ferimento. A bala, depois de atravessar um baralho inteiro, penetrou no abdome, interessando o fígado”.²⁷⁸

Um negro, exímio atirador, que matava preferencialmente oficiais, pode auxiliar, entre outras questões interessantes, no entendimento da existência da ordem de dia número cinco, de Caxias. Aliás, na outra passagem de Dionísio, isso vai ficando claro, principalmente quando observou que o oficial que se deixasse denunciar pelo ruído de sua espada arrastando pelo chão, era alvejado.

Mas o veterano do *Dezesseis* desejava dizer, simplesmente, que os atiradores paraguaios tinham predileção para matarem ou ferirem os oficiais que, andando pelas trincheiras, com a cabeça para fora do parapeito, se sobressaíssem, principalmente quando portassem alguma cobertura com a devida e regulamentar identificação do posto. Também era uma situação perigosa quando carregassem outro obrigatório “acessório” (uma espada), ou que proporcionasse qualquer tipo de identificação, no fardamento. Era fácil, então, ser alvejado por um disparo vindo da posição paraguaia mais próxima, e melhor seria se o atirador portasse um fuzil *minié*, utilizado pelos aliados e de melhor precisão. São questões necessárias para novos estudos sobre a guerra.

Entretanto, o que me importa aqui é sobre um ferimento que atingiu a região do abdômen, costumeiramente mortal, e o foi igualmente para o camarada de *linha negra* de Dionísio, do *Dezesseis*, um *baiano e bravo* que faleceu alguns dias depois. Possivelmente, em uma tese defendida em 1874; sobre *feridas penetrantes no peito*; portanto já distante da guerra, de Carlos Pereira da Silva Guimarães, pode-se esclarecer sobre a gravidade dos ferimentos localizados nas regiões do torác e até, acredito, do abdômen, comuns nos campos de batalha, onde os soldados ainda se utilizavam de lanças, espadas, sabres, baionetas, fora os fuzis, revólveres e pistolas. Os dois últimos,

²⁷⁸ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 202).

teoricamente, de uso exclusivo para oficiais. Seu texto pode trazer, entre outros interessantes assuntos, algumas particularidades da cirurgia brasileira do século XIX.²⁷⁹

Não sei se ele serviu no Paraguai, pois não há referências diretas em sua dissertação, e não localizei informações suas em ordens de dia, não do exército, o que não significa muito já que poderia ter serviço na armada; mas que, do mesmo modo, não é algo, no caso dele, muito significativo, porque, em sua publicação, se utilizou, por diversas vezes, do trabalho de Carlos Frederico e seus estudos de caso, trazendo outros, aparentemente relatados por colegas veteranos da guerra, fora as suas próprias experiências proporcionadas pelo trabalho cotidiano na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, quando atendeu ocorrências resultantes de brigas, e portanto decorrentes da violência urbana, já presente na cidade. O mais interessante, sobre essa tese, além das observações cirúrgicas, propriamente ditas, é que, quando se utilizou das outras experiências, feitas pelos cirurgiões veteranos, aproveitando-se dos seus escritos em seu trabalho, provou que as práticas cirúrgicas adquiridas na guerra não foram esquecidas, não naqueles anos imediatamente posteriores ao conflito. Sua dissertação não se refere aos ferimentos na região do abdômen; mas tratou, unicamente, em sua seção cirúrgica, das feridas penetrantes no peito, muito comuns na guerra e normalmente, ou na maioria dos casos, apresentando graves particularidades e com desfechos mortais.

Sua definição deste tipo de lesão era a seguinte: *são aquelas que eram caracterizadas pela abertura da cavidade pleurítica com ou sem lesão dos órgãos contidos nessa cavidade*, ou melhor, eram *feridas penetrantes do peito as que consistiam na abertura da cavidade torácica por um instrumento que tendo atravessado toda a espessura de suas paredes em um ponto qualquer, estabeleceu uma comunicação entre essa cavidade e o exterior*. Ele as dividiu em *simples e complicadas*. As primeiras eram caracterizadas *pela ferida somente da parede torácica, sem que acidente algum notável se desse, ou para o lado dessas paredes, ou para o lado dos órgãos intra-torácicos*. Já as *complicadas* tinham a seguinte definição: eram *ao contrário, acompanhadas de um acidente ou mais ou menos grave, e que exigiam uma indicação especial*.

Curiosamente, Silva Guimarães descreveu algumas particularidades no ato dos ferimentos, bem como uma distinção entre os instrumentos que poderiam ser utilizados para infringi-los:

²⁷⁹ Carlos Pereira da Silva Guimarães. *Das feridas penetrantes do peito. (Ciências Cirúrgicas)*. Typographia Cinco de Março. Rio de Janeiro, 1874.

“É sobretudo nos casos de ferimentos penetrantes do peito praticados durante o tempo da expiração, isto é, quando o pulmão, obedecendo à sua força contrátil se retrai afim de expelir do interior de suas vesículas o ar atmosférico aí acumulado pela inspiração, é durante aquele tempo, dizemos, que um maior espaço se torna intermediário ao pulmão e à parede torácica, permitindo assim ao instrumento vulnerante a possibilidade de comprometer a folha parietal da pleura sem lesar a outra folha dessa membrana e portanto sem lesar o pulmão.

Admitindo, pois, a possibilidade deste fato, vejamos o que se passa quando recebe um indivíduo um ferimento penetrante desta natureza.

Quando a ferida penetrante é produzida por um instrumento cortante ou perfurante, é a dor, que o indivíduo acusa no ponto por onde o instrumento penetrou, o primeiro fenômeno observado, dor que é mais ou menos intensa segundo a maior ou menor extensão da ferida, e segundo circunstâncias especiais ao indivíduo.

Quando é a ferida causada por um projétil arremessado pela explosão da pólvora, é esta dor substituída antes por uma sensação de torpor (...)

A hemorragia que se faz quando se dá uma ferida penetrante simples do peito, é mais ou menos abundante, conforme o número de vasos sangüíneos que guarnecendo as paredes do peito são dilaceradas pelo instrumento sendo essa hemorragia pouco abundante ou mesmo nula nos casos de feridas por armas de fogo, propriedade esta de que gozam esses ferimentos.

(...)

As feridas por armas de fogo, cujos projéteis são diretamente arremessados contra a parede torácica, sem que esta os desvie de sua direção, apresentam uma forma mais ou menos arredondada como acontece geralmente nas feridas causadas por balas de revólver, fuzil, etc.

Quanto a essas últimas formas, nos referimos somente às que são causadas por instrumentos de fogo de pequeno calibre, e facilmente portáteis como sejam o revólver, o fuzil, pois que são estes os únicos capazes de produzir essas feridas.”²⁸⁰

Os ferimentos provocados pela ação de armas de fogo, de infantaria, ou portáteis, eram facilmente identificados, já que possuíam particularidades externas observáveis aos cirurgiões, ou melhor, formatos simplesmente identificáveis pelas suas características externas. Tanto que Silva Guimarães observou, isto apenas quando havia a entrada de ar na cavidade pleurítica, e que o pulmão não havia sido atingido, diretamente:

“A penetração de ar na cavidade pleurítica pela ferida, e que se faz durante os movimentos de inspiração, produz algumas vezes ao passar pela abertura dessa ferida um ruído particular tanto mais pronunciado quanto mais larga é a ferida, e segundo a disposição de suas bordas em relação umas às outras, e ruído este que ainda se percebe, posto que de um modo menos pronunciado, durante o tempo de expiração, cuja passagem de ar então se faz de dentro para fora

Essa entrada e saída de ar pela ferida, como dissemos, nem sempre ocasiona, esse ruído de que acabamos de referir, mas será ainda percebida se aproximarmos à ferida a chama de uma vela, esta sofrerá algumas oscilações, produzidas pela coluna de ar que entra e sai por essa abertura”.

²⁸⁰ Carlos Pereira da Silva Guimarães. *op. cit.*, (páginas 05 e 06).

O acúmulo de ar na cavidade pleurítica, ainda que em mui pequena quantidade, ocasiona desordens mais ou menos pronunciadas para o lado do pulmão, impedindo que este órgão funcione regularmente, e dando em resultado a dispnéia mais ou menos intensa que acomete o indivíduo logo que é ferido”.²⁸¹

Entretanto, as feridas causadas por armas de fogo, ou até mesmo por instrumentos ponteagudos, utilizados comumente no combate, tinham as suas particularidades, e que dificultavam a necessária identificação da gravidade - ou para ser mais exato, se eram penetrantes ou não - por parte dos profissionais:

“Nem sempre é fácil ao cirurgião reconhecer se uma ferida é ou não penetrante, em virtude da ausência completa dos sinais que acabamos de indicar, ausência essa que é determinada por circunstâncias particulares que muitas vezes se apresentam nos casos das feridas penetrantes do peito. A entrada do ar, por exemplo, na cavidade pleurítica é um fenômeno que nem sempre é observado em um ferimento penetrante dessa região; e isso acontece quando é a ferida causada por um instrumento ponteagudo, e cuja solução de continuidade por esta feita é tão pequena que logo após a retirada do instrumento, esta ferida se fecha de tal modo que impossibilita a passagem do ar exterior para o interior. Ainda uma outra influe poderosamente para que o ar não possa penetrar no interior da cavidade pleurítica, e é a disposição mais ou menos sinuosa, do trajeto da ferida, como se observa algumas vezes nas feridas produzidas por armas de fogo, cujo projétil, indo de encontro a uma parte sólida resistente como seja uma costela, ou uma vértebra, desvia-se de sua direção e percorre um trajeto mais ou menos longo entre as partes moles até penetrar no interior da cavidade pleurítica, por um ponto mui distante do de encontro com qualquer desses ossos. Nestes casos é a entrada de ar impedida pela união entre si das partes moles que formam o trajeto da ferida.”²⁸²

Mas, como as feridas, nesta região, e com estas características, eram difíceis de serem reconhecidas em todas as suas particularidades e limitavam os profissionais em identificá-las, mormente quando procuravam observar os instrumentos que as haviam provocado, algo nada singelo nas que fossem provenientes dos combates, podia-se apelar para a utilização de *sondas e estiletas*; entretanto, havia o grande risco de serem, com a ação destes instrumentos, transformadas de simples em realmente penetrantes. Silva Guimarães recomendava, isto, é claro, em tempos de paz:

“O cirurgião deve pois ser o mais cauteloso possível quando tenha de formar um juízo prognóstico à respeito de um ferimento dessa natureza, pois que muitas vezes uma ferida que é julgada simples ou mesmo não penetrante é mais tarde acompanhada dos mais graves acidentes para o lado de alguns órgãos intra-torácicos.”²⁸³

²⁸¹ Carlos Pereira da Silva Guimarães. *op. cit.*, (página 07).

²⁸² Carlos Pereira da Silva Guimarães. *op. cit.*, (página 08).

²⁸³ Carlos Pereira da Silva Guimarães. *op. cit.*, (página 09).

Esse tipo de lesão não apresentava apenas dificuldades em ser identificada em suas particularidades internas. Silva Guimarães observou que os *acidentes*, comuns, eram graves, porque eles que constituíam o *principal estado mórbido* no indivíduo que recebeu *um ferimento penetrante no peito*. Tudo isto, pela simples razão de que nessa região corporal se encerram *os importantes órgãos da economia que se acham contidos no interior da caixa torácica, a necessidade de seu perfeito funcionalismo, e as relações íntimas anato-fisiológicas que existem entre uns e outros desses órgãos*. Daí, a razão da gravidade de um ferimento no local, principalmente quando atingia um órgão que acabava sendo lesado, e trazendo graves resultados. Neste trabalho decidi por apenas limitar as observações até os ferimentos no pulmão, não dando enfoque, ou explorando os causados no coração, mas que do mesmo modo eram, como ainda o são, costumeiramente, mortais.

Para tanto, Silva Guimarães dividiu os *acidentes* em duas ordens: os *primitivos*, portanto, quando se apresentavam *na ocasião mesma do ferimento*, e os *consecutivos*, *que se manifestavam algum tempo depois desse ferimento*. Dos acidentes, era observado que eles tinham *a sua sede nos diversos órgãos ou tecidos das paredes torácicas, ou se apresentavam para o lado dos que se acham no interior dessa cavidade*. Definiu também os *acidentes primitivos*, que eram, para ele, *os ferimentos das artérias mamárias internas, e intercostais, as fraturas de costelas, do sternon, a presença de corpos estranhos nessas feridas, etc.*

Alguns dos *acidentes primitivos* aqui não serão trabalhados, mas outros sim, pois se referem à ação das armas de fogo, como *os corpos estranhos*, que foram acidentes muito comuns nas observações de todos os cirurgiões que atuaram na guerra. Silva Guimarães ofereceu mais subsídios:

“É sobretudo nos campos onde se ferem grandes batalhas, nas guerras enfim que o maior número desses casos se apresenta à observação. É aí que vamos mais facilmente encontrar os elementos que geralmente constituem os corpos estranhos que se apresentam em uma ferida penetrante do peito. De diversa natureza são os tecidos que entram na composição dos corpos estranhos nessas feridas: ora são eles provenientes do agente vulnerante que produz o ferimento, como sejam pedaços de lâmina do instrumento quando este é perfurante ou cortante, as balas de pequeno calibre, os estilhaços de projéteis diversos, buchas, etc.; ora provêm esses corpos das vestes do indivíduo que é ferido, é assim que se encontra também nessas feridas botões, pedaços de pano de tecido variável, etc”.²⁸⁴

²⁸⁴ Carlos Pereira da Silva Guimarães. *op. cit.*, (página 13).

Os ferimentos oriundos dos combates, nessa região, possuíam suas particularidades, ou melhor, gravidades, pois nas costelas, *quando fraturadas*, e no caso desse tipo, isto é, *penetrantes do peito*, colaboravam com a sua própria fragmentação para preenchê-las de *corpos estranhos*, provenientes dos ossos. Pois, as costelas, *quando fraturadas*, davam *em resultado a separação de algumas porções do osso, ou esquirolas que, ficando na ferida*, obravam como um corpo estranho. Em outras ocasiões, *levando o agente vulnerante* (projéteis ou estilhaços), *diante de si uma porção das vestes do indivíduo e que foi encontrada em seu trajeto, estas ainda poderiam ser introduzidas na ferida e ali permanecerem*. Já as armas de fogo ou os seus projéteis, apresentavam as suas “curiosas” particularidades, como foram vistas, e ainda o serão, em outras observações de veteranos cirurgiões. Os projéteis é que ofereciam os maiores problemas como *corpos estranhos*, porque eram as *balas de pequeno calibre e estilhaços de grandes balas* (artilharia) que atuavam nos organismos. Os projéteis percorriam as trajetórias mais complicadas e aparentemente improváveis nos corpos dos combatentes. Pois, conforme observação de Silva Guimarães:

“Esses corpos estranhos ora são encontrados exatamente no ponto por onde o instrumento penetrou, ora se apresentam em pontos das paredes do peito que se acham distantes daquele outro, como acontece nos casos em que um projétil é arremessado de encontro a uma costela, e que esta desviando a sua direção faz com que ele venha parar em outro ponto da parede torácica que não aquele onde a costela foi atingida”.²⁸⁵

No primeiro caso, o profissional observou que era *fácil ao prático reconhecer a presença de um corpo estranho na ferida, e dela se certificaria se com um simples exame feito cuidadosamente com o dedo ele pudesse encontrá-lo*. Entretanto, quando após um primeiro e superficial exame feito na ferida, o prático *não tivesse encontrado corpo algum estranho, então passaria a examinar as partes próximas à ferida a fim de encontrá-la*, e essa ação deveria ser praticada *apenas pela apalpação dessas partes*.

Novamente Silva Guimarães condenou a utilização de sondas ou estiletos, na investigação; porque podia-se, perigosamente, *ocasionar a entrada desse corpo estranho, que se achava retido na espessura da parede do peito, para dentro da cavidade torácica*. Entrementes, quando havia a localização dos corpos nas feridas, deveria *ser feita a extração com todo o cuidado, o qual poderia executá-la ou com os dedos, se esses corpos fossem facilmente acessíveis, ou por meio de pinças*; e se o corpo

²⁸⁵ Carlos Pereira da Silva Guimarães. *op. cit.*, (página 16).

estivesse colocado de maneira que por esses meios brandos ele não pudesse ser retirado, deveria-se, nesse caso, abandonar outra qualquer tentativa a fim de extraí-lo, e esperar que a supuração da ferida se manifestasse, porque, para Silva Guimarães, a supuração poderia arrastar o corpo pouco a pouco para o exterior. Para tanto, recomendou que o paciente ficasse em uma posição que favorecesse a saída do corpo pela abertura da ferida. Mas, e se mesmo assim o corpo estranho não pudesse ser retirado?!

O cirurgião procurou manifestar sua opinião, no estudo de um funesto caso, envolvendo o *doente Robles*, um prisioneiro paraguaio, de 45 anos de idade, *comandante do Marquês de Olinda, de gênio concentrado, temperamento bilioso, constituição forte*, que no *combate naval de Riachuelo* estava dirigindo as manobras do seu navio, quando recebeu dois grandes ferimentos, sendo um no braço esquerdo, que causou-lhe a fratura do humeros em seu terço médio, acompanhada de contusão e dilaceração de todos os tecidos moles dessa região (e que foi amputado), e outro ferimento produzido por uma bala esférica de pequeno calibre que, perfurando a pele que forra a sexta costela esquerda a uma e meia polegada distante da coluna vertebral, percorreu a face externa da costela e foi parar diante desse osso no ponto da união do terço anterior com os dois terços posteriores. Um tal Sr. Dr. Guimarães (?), quando foi tratar de Robles, um prisioneiro de guerra de certa importância, observou que o corpo estranho achava-se tão afastado da abertura feita por ele, que teve de lançar mão de um meio especial a fim de praticar a sua extração, que consistiu em fazer com o bisturi uma pequena incisão sobre a pele que cobria o corpo estranho até descobri-lo, e com uma pinça retirar esse corpo que se compunha de uma bala esférica pequena, e de pedaços de lã da vestimenta do ferido, servindo esse corpo de rolha à abertura que havia naquele ponto e que comunicava com a cavidade pleurítica. Entrementes, conforme observou:

“Sendo este o procedimento desse prático para com o doente Robles, seria ele talvez coroadado do mais feliz sucesso se não fosse o aparecimento de um forte delírio e o desgosto do doente por ter sofrido um revés, o que fizeram com que ele arrancasse o aparelho e curativo que lhe tinham sido colocados pelo hábil e humanitário médico que o assistia, procedimento este que deu em resultado a morte.

Nos casos em que os corpos estranhos caem no interior da cavidade do peito e aí ficam livres, somos de parecer que esses corpos aí devem ser abandonados, porquanto muitos fatos existem na ciência de corpos estranhos contidos nessa cavidade sem que haja

sofrimento algum para o indivíduo, do que lançar mão de meios quase sempre infrutíferos”.²⁸⁶

Robles, devido ao seu estado delirante, não colaborou com a sua própria recuperação, e provocou a sua própria morte, porque além de *arrancar os aparelhos que tinham sido colocados em suas feridas, complicadas*, batia o *coto do braço*, recém amputado, *de encontro ao beliche*. Esse comportamento, segundo as observações do médico que lhe tratou, colaborou com o seu final, que já era de difícil recuperação, porque um de seus ferimentos, infringido na região aqui tratada, era costumeiramente grave, e que provavelmente, mesmo recebendo a atenção devida, não oferecia grandes chances de sobrevivência aos que ali fossem feridos. E neste caso, em particular, foram dois graves, sendo um penetrante no peito, e um outro, que acabou por obrigar o cirurgião a providenciar uma perigosa amputação. Tudo isto sem transfusão de sangue, que não era prevista, ou outros meios mais apropriados para a sua restauração física. Fratura de osso e dilaceração de tecidos moles sempre determinavam a amputação do membro atingido. Curiosamente, voltando à questão dos atiradores, estes eram atuantes nas linhas aliadas, e igualmente embarcados, já que, pelas observações, Robles recebeu os dois ferimentos, na mesma ação. Um, o que estava situado no peito, onde dali foi extraída uma *bala esférica*, e um outro, no braço, extremamente violento, por ter *fraturado o húmero* e *dilacerado o tecido mole* em volta, e que deixa dúvidas se foi ocasionado por um projétil oriundo de um disparo de fuzil, pois pela sua gravidade, conforme aqui será trabalho, tem fortes possibilidades de ter sido provocado pela ação de um grande estilhaço de granada, disparada pela artilharia embarcada de navios brasileiros, ou mesmo um fragmento de metralha; mas, não se deve descartar a hipótese de ter sido provocado por um projétil de fuzil, conforme se observará em um caso envolvendo um *inválido da pátria*, portador de um ferimento semelhante ao de Robles, tratado no Hospital Militar de Andaraí, na Corte. Ainda assim, mais algumas questões permanecem. Considerando-se que os ferimentos não foram causados simultaneamente. Se o primeiro ferimento foi causado pelo projétil esférico, então Robles recebeu o segundo quando já estava ferido, e fora de ação, daí depreende-se que pode ter sido por artilharia, quando estava caído em algum lugar do seu navio, que deve ter sido submetido pelo nutrido fogo de metralha dos brasileiros, que se aproximavam. Entretanto, se o primeiro foi o do braço, aí talvez se tenha mais alguma pista. Como ele era grave, Robles ali igualmente caiu, e se recebeu o segundo, do projétil, foi quando já

²⁸⁶ Carlos Pereira da Silva Guimarães. *op. cit.*, (página 18 e 19).

estava fora de combate, e alguém, relativamente próximo, pôde alvejá-lo. Como foi descrito um projétil esférico, pressupõem que foi pelos seus camaradas, que se utilizavam do *pederneira*, e pode ter sido causado por “fogo amigo”, durante a confusão do combate; no entanto, é certo que essas armas, ainda no começo da guerra, pudessem ser utilizadas nas embarcações brasileiras, dada a falta de material, pois Riachuelo foi em 1865, quando havia mobilização, de homens e armas, e como a prioridade daquele tipo de armamento, raiada ou minié, era para o exército, fica mais uma questão para ser pensada, e o quanto um ferimento pode auxiliar o estudo sobre os combates, propriamente ditos, saindo da mera descrição de movimentação das unidades ou pequenas frações.

Entre outros problemas que este tipo de ferimento ocasionava, Silva Guimarães apontou para a *hérnia do pulmão*, ou *a passagem ou a insinuação de uma porção do pulmão através da abertura feita na parede torácica pelo agente vulnerante*. Ela poderia ser *primitiva* ou *consecutiva*, e na maioria dos casos, apresentava um desfecho fatal.

O candidato apresentou algumas observações sobre os *ferimentos do pulmão*, que segundo ele, era *o órgão mais freqüentemente lesado nos casos de feridas penetrantes do peito*. Suas considerações sobre a particularidade são válidas, do mesmo modo, para os cirurgiões de campanha, e as situações cotidianas com que se deparavam nos hospitais e enfermarias militares:

“A natureza do tecido que entra na constituição do pulmão, os constantes movimentos que executa esse órgão com o fim de exercer a função de que se acha encarregado, também concorrem para que seja ele de todas as vísceras intra-torácicas aquela que comumente sofre a ação dos agentes exteriores quando penetram a cavidade pleurítica.

As feridas do pulmão podem ser produzidas por instrumentos picantes, cortantes, ou por armas de fogo, ou mesmo por esquirolas ósseas, que se destacando das paredes torácicas vêm sobre ele atuar, determinando uma lesão mais ou menos grave.

Os ferimentos do pulmão variam de extensão e profundidade segundo a natureza do instrumento vulnerante, e de circunstâncias que muitas vezes se apresentam, quer para o lado do indivíduo que recebe o ferimento como também daquele que o pratica.

De qualquer natureza que seja o instrumento que produz o ferimento do pulmão, vejamos o que sucede quando é este órgão interessado nos casos de feridas penetrantes do peito.

A hemorragia é o fenômeno que quase sempre se apresenta em primeiro lugar, e que mais particularmente fere a nossa atenção quando aquela víscera é comprometida, hemorragia que é tanto mais abundante, quanto mais profunda e extensa é a ferida desse órgão”.²⁸⁷

²⁸⁷ Carlos Pereira da Silva Guimarães. *op. cit.*, (página 28).

Um outro fenômeno observado nesse tipo de ferida era a *dispnéia*, que se apresentava *com maior ou menor intensidade segundo a gravidade do ferimento*, porque era devido *à dor que experimentava o indivíduo cujo pulmão tinha sido interessado, e que por isso ele se via impossibilitado de ampliar esse órgão completamente*. A tosse naqueles circunstâncias era presente, e poderia ser *simples e seca*, e em outras situações mais graves, *acompanhada de escarros sangüíneos*, estes últimos, provas incontestáveis desse tipo de ferimento. *A entrada e saída de ar pela ferida exterior era também um sinal que geralmente se observava nos casos de ferida do pulmão*.

A sua identificação poderia ser fácil em algumas situações; porém, não em outras ocasiões, o que tornava o seu tratamento complicado:

“Além destes fenômenos locais que quase sempre acompanham os ferimentos do pulmão logo que ele é ferido, outros se apresentam, e que são comuns a quase todos os ferimentos graves, como sejam a síncope, lipotimias, resfriamento da pele, pulso filiforme, irregular, etc., fenômenos estes que estão também em relação com a gravidade do ferimento.

Quando além do aparecimento de todos estes sintomas, a ferida que se apresenta na parede torácica oferece uma abertura tal que por ela possa o cirurgião observar a ferida feita no pulmão, esta será fácil de ser reconhecida: outras vezes, porém, acontece que sendo essa abertura muito pequena, e apesar da manifestação de alguns dos sinais que acabamos de descrever e que são próprios desses ferimentos, o diagnóstico de uma ferida do pulmão se torna difícil, e às vezes mesmo impossível.

(...)

Outras vezes, porém, o contrário se observa, isto é, essas hemorragias não se manifestam, ou pela insignificância da extensão e profundidade da ferida que é feita no pulmão pelo instrumento vulnerante, ou pela formação de coágulos formados nessa ferida e que impedem a saída do sangue pelos vasos dilacerados.

A dispnéia, é também um fenômeno que nem sempre exprime o ferimento do pulmão, porquanto é ela muitas vezes observada em casos de feridas penetrantes sem que o pulmão seja ferido.”²⁸⁸

Os ferimentos determinados por armas de fogo, exigiam, como ainda o exigem, um amplo conhecimento sobre o assunto, dadas as suas dificuldades e gravidades intrínsecas e que comumente se apresentavam, ainda mais quando houvesse grande dificuldade em serem identificadas em suas particularidades. Mais uma vez, Silva Guimarães esclareceu:

“ A direção que segue o instrumento penetrando na cavidade pleurítica poderá algumas vezes auxiliar ao prático no reconhecimento de uma ferida de pulmão.

²⁸⁸ Carlos Pereira da Silva Guimarães. *op. cit.*, (página 29, 30 e 31).

É nas feridas produzidas por armas de fogo que mais freqüentemente se serve desse elemento o prático que procura reconhecer se o pulmão foi ou não interessado pelo projétil.

Esse elemento, porém, por si só não bastará para que devamos acreditar que houve lesão do pulmão.

Quando, tendo penetrado uma bala por um ponto qualquer do peito e saído em outro ponto oposto àquele, e que os sinais próprios de uma ferida feita no pulmão se manifestam, devemos acreditar que este órgão foi interessado. Se porém, apesar de duas aberturas encontradas nas paredes torácicas e ocupando pontos que indiquem que o pulmão foi atravessado por esse projétil, mas que outros sintomas não se apresentam para o lado do pulmão, então nunca deverá o prático com certeza declarar que o pulmão foi ferido. Entre os diversos fatos, que apresentam os patologistas, de feridas penetrantes do peito, alguns se encontram que nos provam essa asserção.”²⁸⁹

E, para corroborar com as suas assertivas, ele citou um caso observado pelo *cirurgião brasileiro Dr. Nascimento*, constituinte do livro de Carlos Frederico, em *um soldado do nosso exército que durante o combate de Paissandú, recebeu um ferimento de bala de fuzil, tendo o projétil penetrado pela parte antero-superior do tórax, do lado esquerdo e abaixo da clavícula, e saindo abaixo do omoplata deste mesmo lado. Tudo fazia crer que o pulmão esquerdo tivesse sido atravessado, no entretanto, não houve fenômeno algum para o lado desse órgão que fizesse crer que ele tivesse sido ferido. As duas feridas produzidas pela bala cicatrizaram completamente, e esse soldado seguiu inspecionado para o Brasil!*

Para a identificação mais segura, Silva Guimarães novamente foi contra a utilização de qualquer instrumento com o fim de conhecer uma ferida do pulmão, que para ele era *geralmente nocivo ao doente*. Algo, neste sentido, o havia traumatizado. No entanto, os médicos deveriam observar outros sinais, como a *enfisema pulmonar*, que era *um dos acidentes geralmente observados*; porém, só havia sua manifestação *depois de passado algum tempo em que aquele órgão era comprometido*. A *auscultação e a percussão feitas sobre o lado do peito correspondente ao pulmão interessado* forneceria os *sinais próprios desse acidente*. A *inflamação do órgão* era uma outra importante manifestação.

Como já foi observado, as feridas ocasionadas pela ação de armas de fogo provocavam os *corpos estranhos*. Nesses casos, ele notou alguns problemas de identificação e tratamento:

“As feridas do pulmão, são em um grande número de casos ainda complicadas da presença nelas de corpos estranhos.

²⁸⁹ Carlos Pereira da Silva Guimarães. *op. cit.*, (página 31).

E quase sempre nas feridas produzidas por armas de fogo que esta complicação se dá, e os corpos estranhos que a constituem, ou se compõem do próprio projétil arremessado, ou de fragmentos ósseos que sendo destacados das paredes do tórax, se vão implantar no pulmão.

Apesar da certeza que muitas vezes tem o prático da presença de um corpo estranho no interior da cavidade do peito, ele não poderá afiançar que ele se ache na ferida feita no pulmão, porquanto nenhum sinal existe que nos possa garantir que ele aí permanece. Nenhuma tentativa exploradora deve ser feita pelo prático afim de reconhecer a presença no pulmão de qualquer corpo estranho, pois que além de difícil, essa prática é quase sempre de resultados duvidosos.

O procedimento do prático nestes casos é abandonar esse corpo na ferida, porque mais tarde ele poderá sair do pulmão onde se acha implantado em virtude da supuração que necessariamente há de ter lugar nesse ponto e que pode acarretá-lo, ou para o exterior da cavidade torácica, ou mais facilmente para dentro da cavidade pleurítica.

Em alguns casos, porém, estes corpos podem aí permanecer implantados sem que por isso seja impedida a cura do doente. Inúmeros exemplos existem de feridas do pulmão em que estes corpos permanecendo no interior deste órgão, não impossibilitaram a cura do doente”.²⁹⁰

Eram problemas que se apresentavam, invariavelmente, quando se tratavam dessas feridas, e sobretudo nos campos de batalha. Silva Guimarães apresentou dois estudos de caso, e que aqui estão transcritos, por serem relevantes ao entendimento da questão, bem como envolverem um oficial, durante a guerra do Paraguai e um outro, ex-combatente - que pode ser considerado um *inválido da pátria* - quando já desmobilizado, e que demonstram os problemas de saúde que os homens enfrentavam, mesmo distantes da guerra, e longe das pelepas; mas, que no entanto, possuíam em seus corpos os sinais, internos e externos, remanescentes, da violência do combate.

O primeiro caso tratado foi do primeiro tenente da armada, *João Maria Wandenkolk*, comandante do navio *Silvado*, situado no rio Paraguai, em operações da esquadra, que no dia dois de março de 1869, às duas horas da manhã, foi atacado por um grande número de canoas tripuladas por paraguaios, ou melhor - uma temível abordagem - sempre noturna, para surpreender os tripulantes do navio. Esse combate foi caracterizado pela utilização de *fogo vivo de artilharia*, acrescento, certamente dos navios brasileiros postados nas proximidades do *Silvado* e até por parte da própria embarcação, isto é, se teve tempo hábil em responder ao ataque surpresa, no início da abordagem, com a aproximação das canoas; bem como, e principalmente, *por arma branca* quando houve a invasão, porque os paraguaios não estavam munidos de artilharia, (primeiro porque as canoas não comportavam as peças, e segundo nem era o intuito de se usar este tipo de arma naquela operação); mas provavelmente apenas de

²⁹⁰ Carlos Pereira da Silva Guimarães. *op. cit.*, (página 33).

espadas, facas, machados e eventualmente fuzis. Digo eventualmente, porque é discutível a sua presença na ação, já que uma abordagem deveria se aproveitar sorrateiramente da completa escuridão, como deve ter sido o caso daquela noite, sem lua cheia ou minguante, e que numa situação de intenso nervosismo, ou ansiedade, alguns dos atacantes, poderiam, em um ato menos pensado, e mais instintivo, provocado por temor, disparar o fuzil que portavam, revelando o intento e perdendo o elemento surpresa que tanto necessitavam para obter alguma chance de bom êxito. O referido oficial foi ferido, e caiu, sendo somente atendido por volta das seis horas da manhã, por um médico, o *dr. Carneiro da Rocha*, de um outro navio, situado nas imediações e que prestou os primeiros socorros. Se as outras belonaves conseguiram se aproximar, cerca de quatro horas depois do início do ataque, para desembarcarem seus tripulantes no *Silvado*, era porque deveria ou haver a presença de paraguaios naquelas longas horas, algo um tanto quanto improvável, ou porque, naquele momento, o céu começou a clarear, a receber alguma luminosidade, possibilitando, só então, que as demais embarcações se aproximassem cautelosamente do *Silvado*, com alguma segurança, para prestar, pelos seus tripulantes, efetivo auxílio.

Em um primeiro exame, no ferido, constatou-se que:

“Colocado o ferido sobre uma mesa, e procedendo-se ao exame, encontrou-se: na parte posterior e direita do tórax em o ponto correspondente à 7ª costela uma grande solução de continuidade de bordos irregulares e da qual saía uma grande quantidade de sangue de mistura com o ar; o ferido tinha tosse acompanhada de escarros sanguíneos e espumosos, dispnéia, acusando fortes dores por todo o lado direito do peito; pulso pequeno, filiforme, resfriamento considerável de quase todo o corpo, etc. Por estes sintomas descritos, e pela sede do ferimento, reconheceu aquele cirurgião que a ferida, além de ser penetrante do peito, tinha interessado grande parte do pulmão direito, e que pela forma e disposição da ferida, parecia ter sido ele feito por um corpo ao mesmo tempo perfurante e contundente, julgando por isso ser algum estilhaço de metralha.

Em virtude da copiosa hemorragia que se fazia para o lado da ferida, mandou-se fazer a aplicação de compressas embebidas em uma solução de percloro de ferro, e contidas por uma atadura própria.”²⁹¹

Se fosse, de fato, *algum estilhaço de metralha* – importante particularidade que só foi mencionada nesta parte do estudo de caso, porque não houve a extração do *corpo estranho* - o que provocou o ferimento no jovem tenente, mais algumas pistas sobre aquela longa noite, de trevas, se apresentam. O *Silvado* foi pego de surpresa, sendo sua tripulação, inclusive as sentinelas de serviço na tolda ou em outros locais, surpreendidas

²⁹¹ Carlos Pereira da Silva Guimarães. *op. cit.*, (página 37).

por paraguaios que subiram pelo convés, e começaram a matar os que estivessem à sua frente e ao seu alcance. A tripulação do navio deveria estar disposta em vários lugares da embarcação, dormindo, e nos primeiros gritos, despertou confusa, armou-se de fuzis, espadas ou qualquer outra arma que estivesse ao seu alcance para repelir os atacantes. Seus artilheiros, instintivamente, quando foram se posicionar em suas peças, provavelmente se surpreenderam com a presença dos paraguaios, costumeiramente distantes e relativamente visíveis pelas seteiras, mas naquele momento em cima delas, entrando pelas portinholas. Enquanto isso, os navios que estavam nas proximidades, se estivessem com os *fogos acessos*, ouvindo o sinal de alarme do *Silvado*, provavelmente feito por confusos toques de sinos, e dos próprios gritos e tiros vindos do combate, se aproximaram cautelosamente - porque, ressaltado, ninguém sabia se a abordagem poderia se desenvolver em outros navios, em plena escuridão - distinguindo apenas a sua silhueta, e posicionando-se próximos, para o auxiliarem contra a abordagem. Se os *fogos* não estivessem *acessos*, então, nesta situação, demoraram-se mais para a aproximação, e um bom pretexto para se justificarem quando se atrasaram para prestar qualquer apoio. No entanto, nesse ínterim, talvez longo, os paraguaios já estavam dentro do navio, em sua superfície e até mesmo alguns avançando em outros compartimentos, em combate com a guarnição, que teve que lutar naqueles pequenos e mal iluminados espaços para repeli-los. Foi no desenrolar da luta na e pela belonave, que Wandenkolk foi ferido. Ele, como seus demais comandados, deveria já estar no convés, lutando contra os paraguaios remanescentes, não sem numerosas baixas entre os homens, de ambos os lados, quando os navios, agora resguardados, se posicionaram nas proximidades, e na escuridão abriram fogo de metralha contra as silhuetas que confusamente, para os seus artilheiros, se movimentavam pelo convés.

A hemorragia em Wandenkolk permaneceu, *aumentando o estado de fraqueza do ferido*, sendo que *foram de novo aplicadas as compressas e sobre elas, uma lâmina de chumbo que adaptando-se à curvatura do tórax, mantinha os tópicos em contato com a ferida, e impedia ao mesmo tempo que o ar continuasse a passar pela ferida, penetrando no interior da cavidade pleurítica*. O primeiro tenente, enquanto esteve vivo, sempre manifestou uma terrível sede, até os seus momentos finais.

No dia três, apesar da entrada e saída do ar pelo ferimento ter cessado, o paciente *queixava-se de uma dor lancinante no ponto correspondente à ferida e que se exacerbava pela inspiração*. Logo após o ferimento, devido à hemorragia, não foi possível identificar o *corpo estranho* que se suspeitava estar presente; entretanto, no dia

anterior, *procedeu-se à exploração (...) com um estilete com o qual nada* foi encontrado, mas que *apenas serviu para mostrar a direção da ferida*. Foi neste dia que lhe foram ministradas algumas bebidas, como de *Stoll* e *vinho*, para tentar reanimá-lo, e insisto, numa época em que a transfusão de sangue não era praticada, procurando-se “reanimar” os feridos com prescritas doses de bebidas como vinho, e até em algumas circunstâncias, quando possível, se utilizava de cerveja para a recuperação.

Nos dias quatro, cinco e seis, Wandenkolk apresentava, fisicamente, *um estado um tanto animador, ainda que sem grande confiança*. Sua situação, nestes dias, passou a piorar em alguns quesitos já observados nos dias anteriores, porque *os escarros sanguíneos espumosos passaram a verdadeiros coágulos que eram expelidos pela tosse*. E o ferimento ainda não havia reagido positivamente, porque, parece-me, *algumas gotas de pús* se apresentaram em sua superfície.

No dia sete, apesar da tosse ter diminuído, *os escarros sanguíneos foram substituídos por escarros purulentos e abundantes* - inequívoco sinal de infecção - seu pulso era *pequeno e freqüente*, e durante aquela tarde sentiu *calafrios*. Como o médico, diante de todas as evidências, suspeitava que havia alguma *infecção purulenta*, prescreveu-lhe *água inglesa*, sendo que o seu ferimento continuou a ser lavado com o *cosimento de quina, e tintura de mirra*.

No dia oito, a expectativa *purulenta* permaneceu, agora *acompanhada de tosse*, sendo que seu pulso permaneceu *fraco e regular*, como também o paciente apresentava *alguma sede*. Porém, às *10 horas da noite*, Wandenkolk *começou a sofrer de uma diarréia abundante*, e sua sede *aumentou, bem como a debilidade da qual se queixava*. Foi-lhe receitado, então, o *cosimento branco gomado, com algumas gotas de láudano*.

No dia nove houve uma *exacerbação de todos os fenômenos*. Durante a noite, o paciente foi transferido para o vapor *Lindóia para ser levado para o hospital*, e por lá permaneceu dormindo *até as 3 horas da manhã*, sendo naquela hora chamado o médico, que *notou que o doente estava muito inquieto, pedindo sempre água para beber*, seu pulso *pequeno e freqüente*, com *adimania considerável*, *resfriamento das extremidades*, *respiração estertorosa*, *voz entrecortada*, *decomposição da face*. *Estes fenômenos foram se agravando*, e às *6 horas da manhã do dia 10*, o derradeiro, o tenente *faleceu*.

Wandenkolk agonizou por pouco mais de sete dias, após receber o ferimento em uma abordagem noturna, infringido talvez, por algum *estilhaço*, não ficando claro o que lhe causou a lesão, que foi violenta, mesmo porque não foi apresentada uma necropsia, e mesmo após todo o tratamento ministrado - possivelmente de melhor qualidade, pois

era um oficial, porque tinha direito à dietas especiais, previstas em regulamentos, e certamente à maior atenção pelos seus colegas, oficiais médicos - foi transferido ao hospital, e por lá morreu na manhã do dia dez.

No entanto, volto a trabalhar, rapidamente, no momento que o jovem tenente foi ferido. Nas observações médicas, só há a referência de que ele foi atingido por um provável *estilhaço de metralha*, não havendo a remoção ou até mesmo a identificação do *corpo estranho*, não pelo menos no estudo, informação que designa que algo mais sério ocorreu naquela madrugada. Sendo assim, Wandenkolk não foi ferido pelos paraguaios; mas tudo leva a crer que o foi pela ação da artilharia de seus camaradas, situada nas belonaves que se aproximaram do *Silvado*, para ajudá-lo, e que na escuridão abriram fogo nas silhuetas que estavam se movimentando em seu convés. Silva Guimarães se limitou a estudar o caso do ponto de vista médico; mas tudo leva a crer que seu ferimento foi provocado por um estilhaço de metralha, já que a lesão, pela sua descrição e gravidade, provavelmente foi causada por um instrumento em alta velocidade, *contudente e perfurante*, e ainda assim, se não foi apresentada a “autópsia”, como no próximo caso que será estudado, é de se reparar, inclusive, que a citação da suspeita do objeto que infringiu o ferimento seja uma espécie de censura, ainda que velada, à ação, ou à falta dela. Entrementes com complacência, oculta em uma mera descrição, afinal, foi uma temível abordagem, em uma noite de trevas, em que todos estavam cautelosos, para não dizer com temor, e deste sentimento, que na maioria das vezes “cega”, não atirando com muitos critérios em direção às silhuetas que estavam se movimentando, violentamente, pelo convés da embarcação atacada.

Os ferimentos do pulmão, constituintes dos conhecidos *ferimentos penetrantes no peito* não proporcionavam, realmente, grandes chances de sobrevivência aos que fossem atingidos na região, seja por *arma branca* ou de *fogo*. A morte, invariavelmente, não distinguia posto ou nacionalidade, alcançando a todos, quando envolvia um ferimento dessa gravidade, que deveria ser costumeiramente mortal nos hospitais de campanha, isto é, quando os homens conseguissem chegar, ou serem levados aos nosocômios, pois, provavelmente, a maioria perecia onde havia caído. Permanece uma outra indagação: com uma ocorrência como esta, igual ou próxima à do jovem tenente do *Silvado*, os cirurgiões não promoviam uma seleção nos casos que lhe apareciam, principalmente nas ocasiões em que os pacientes se tornavam numerosos, optando por deixar os *penetrantes no peito*, como talvez outros, da mesma forma graves, como não prioritários? Conforme será observado, os cirurgiões de um hospital

de campanha não dispunham de grandes recursos e tempo suficiente para tratar de todos que lhes procuravam ou que lhes eram levados, principalmente após os combates.

Uma prova da gravidade, e das complicações que uma lesão poderia ocasionar está presente em um outro estudo de caso, trazido pela tese, de *fistula pulmonar, consecutiva a um ferimento do pulmão (por arma de fogo)*, que envolveu um inválido da guerra, que aqui será parcialmente transcrito. Este próximo deixa bem explícito os problemas de saúde que muitos veteranos enfrentaram, mesmo alguns anos depois de sua desmobilização. Os homens poderiam ter sido feridos por *armas de fogo*, ou até mesmo por outros instrumentos, cujos ferimentos, aparentemente, em um primeiro momento, foram tratados e não ofereciam mais perigos, mas que deixaram seqüelas, e destas a morte e outros problemas de saúde poderiam surgir:

“Laurindo José Lucas, branco, livre, natural de Minas Gerais, 30 anos, solteiro, trabalhador, ex-voluntário da pátria: refere que marchando para o Sul como voluntário da pátria em 1867, e aí chegando entrou em serviço de campanha até que no dia 2 de Maio de 1868 entrou em combate no qual recebeu um ferimento de bala de carabina, penetrando a bala na parte anterior do peito e abaixo da clavícula esquerda, e saindo pelas costas; que a ferida ou a abertura por onde a bala tinha entrado havia se cicatrizado algum tempo depois do ferimento, restando, porém, aberta a de saída, sentido logo depois do ferimento uma forte dor abaixo do coração, dor essa que ainda hoje persiste; e que continuando aberta a ferida das costas de onde corria pus constantemente, conseguiu retirar-se para o Brasil e melhorando o seu estado empregou-se na Estrada de Ferro de Cantagalo, onde contraiu em Março de 1872, uma forte constipação a qual não foi convenientemente tratada, e sentindo-se cada vez mais debilitado e incapaz de trabalhar, recolheu-se ao hospital da Misericórdia no dia 6 de Setembro deste último ano, indo ocupar o leito n. 10 da enfermaria de clínica cirúrgica à cargo do Sr. Dr. Sabóia.”²⁹²

Laurindo, recrutado em mais uma leva, para ser exato, a de 1867, e desmobilizado como inválido, após receber um ferimento por *arma de fogo*, em combate, em maio de 1868, procurou sobreviver com os meios ao seu alcance, pois arrumou um emprego em uma ferrovia, não se detalhando a função que exercia por lá, provavelmente braçal. Sobre ele, não consegui localizar qualquer documento no *arquivo AIP*; mas apenas, pelas ordens do dia, identifiquei a sua reforma. Porém, dada a gravidade do ferimento que recebeu e as suas conseqüentes complicações, alguns anos depois, em setembro de 1872, um pouco mais de quatro anos do ato do ferimento infringido, procurou um hospital, a *Misericórdia*, no dia seis de setembro, para receber tratamento, já que acusava dores e que se suspeitava, eram ocasionadas por seqüelas que, possivelmente, naquelas circunstâncias, não possuíam um *corpo estranho*, porque,

²⁹² Carlos Pereira da Silva Guimarães. *op. cit.*, (página 39).

segundo suas próprias informações, e a presença de uma cicatriz de entrada e uma abertura de saída, o projétil havia transfixado o local. Uma delas, a de entrada, realmente já havia cicatrizado, a outra, a de saída, ou abertura, segundo as observações constantes no trecho, ainda não, o que lhe acarretava, fora a dor, um estado de completo desconforto ocasionado pela provável e constante infecção, em seus diversos graus, de que foi vítima por, talvez, todos aqueles anos, sendo que a tal *constipação*, fosse apenas alguma doença oportunista, dado o seu estado debilitante. As minhas observações sobre os *corpos estranhos* não são meros detalhes. Conforme se constatará nos relatos dos cirurgiões veteranos, um organismo que apresentasse um ferimento, por *arma de fogo*, com uma entrada e uma saída, não era garantia, em absoluto, de que o projétil havia transfixado o corpo, porque, em sua estranha trajetória nas “economias”, os projéteis poderiam deixar outros “corpos”, provenientes dos tecidos constituintes das vestimentas ou que eventualmente, quando se chocavam com algum osso, provocavam a sua fragmentação, resultando na multiplicação de *corpos estranhos*, quando não o próprio projétil que se fragmentava, chocando-se com alguma superfície mais “dura”, como as cartilagens, e saindo apenas algumas de suas partes, e até, em determinadas situações, provocando mais de uma saída.

Os projéteis utilizados no século XIX, se comparados com os atuais, utilizados nas forças armadas, possuíam algumas particularidades que não se pode perder de vista, e que já foram e serão aqui trabalhadas. Em primeiro lugar, eram disparados em menores velocidades, e se contrapostos com os atuais, possuíam formatos diferentes. Todos aqueles que foram utilizados pelos paraguaios ou aliados eram expelidos por armas *lisas* e *raiadadas*, e ao contrário do que hoje possa acontecer com um, de 7,62 ou 5,56 mm, proveniente de armamentos raiados, que o expelem em altíssima velocidade, e em movimento helicoidal, os utilizados no Paraguai eram, independente de serem oriundos de *armas lisas* ou *raiadadas*, ou melhor, *esféricos* ou *cilindro cônicos*, muitas vezes “barrados”, ou com a sua trajetória modificada, quando “encontravam” os ossos e cartilagens, fragmentando-se nos organismos, achatando-se em uma superfície dura e quase sempre fraturando os ossos, e neste último caso, ocasionando uma amputação, principalmente se localizado nos membros superiores e inferiores. Quando não, percorrendo o seu estranho trajeto pelos corpos e eventualmente saindo por outras localidades corporais completamente estranhas.

O veterano, então, foi internado, para receber o tratamento ao alcance do médico. Segundo suas observações, no dia *sete*, o *ex-voluntário da pátria* achava-se

com o corpo emagrecido, face amarelada, cor de cera suja, conjuntivas descoradas e queixava-se de grande debilidade. Em um exame, notou-se que havia uma cicatriz que determinava o ponto por onde penetrou a bala; na parte posterior daquela mesma região e naquele mesmo lado encontrava-se uma pequena abertura através da sétima costela, por onde se notava um corrimento muco-purulento pouco abundante, ouvindo-se também, naquele ponto, a saída de ar com precipitação quando o doente falava ou tossia. A pele naquele ponto era descolada e separada da parede torácica por uma porção de ar que ali penetrava constantemente. Nesse ponto, o doente dizia não sentir dor, sendo a única que sentia era a que existia abaixo do coração. Fora esse quadro, foi inquirido pelo médico sobre outros problemas que já sofrera. O antigo combatente informou que já havia, em Minas Gerais, sofrido de febre intermitente (intermitente?), fora um bubão e um cancro sífilítico dos quais conservava as cicatrizes.

O diagnóstico foi de *fístula supurativa do pulmão esquerdo e tuberculose-pulmonar*, sendo o seu prognóstico *fatal*. O veterano, ainda assim, recebeu, prescritos, a *infusão de musgo islândico*, *xarope de helicina*, *cosimento de malvas*, *hidroclorado de amônia* e *xarope de amêndoas*, para gargarejos.

No dia oito os fenômenos anteriormente observados se exacerbaram, e Laurindo acusava *muita debilidade*. Seu pulso foi avaliado em 110 batimentos, apresentando a temperatura de 38°C, sendo que, mesmo nessa situação, continuou-se a ministrar a mesma prescrição. Nos dias nove e dez seu estado permaneceu inalterado, mas ainda assim, foram-lhe ministradas algumas *colheres de vinho do Porto*. No dia onze, faleceu às 3 horas da tarde.

Em sua *autópsia*, algumas particularidades sobre o seu ferimento foram esclarecidas:

“Dia 12 *Autópsia* – Aberta a cavidade craniana, notou-se que a massa encefálica e os seus envoltórios acham-se anêmicos, mas sem derramamento seroso.

O tórax sendo aberto e examinados os pulmões, reconheceu-se nestes: que o direito apresenta um grande número de granulações para o ápice, e fenômenos de fusão em outros pontos.

O trajeto da fístula começa na camada exterior do peito formada pela pele e músculos, entre estes ela se expande e aí forma uma vasta bolsa que alternadamente se enche e esvazia de ar, ou de líquido purulento que vem pelo canal fistuloso e aí se deposita; daí dirige-se o canal da fístula para a 7ª costela através da qual passa e penetra no pulmão esquerdo onde comunica, entre si, 3 cavernas que existem nesse pulmão. A 2ª costela esquerda apresenta em sua parte anterior uma cicatriz que indica o ponto de penetração da bala. As pleuras acham-se muito aderentes às paredes, principalmente a esquerda que não pode ser destacada senão por meio do escalpelo.

O coração está em estado normal. O fígado um pouco aumentado de volume, bem como o baço que está além disso difluente.
Os outros órgãos acham em estado normal.”²⁹³

Laurindo José Lucas, segundo as informações disponíveis na ordem de dia número 14, de 24 de maio de 1869,²⁹⁴ foi soldado do *16º Batalhão de Infantaria*, e teve sua reforma aprovada, com outros camaradas, em circunstâncias parecidas, com *soldo por inteiro*, por ter recebido um ferimento *de bala de carabina* em decorrência do combate, segundo outras observações que constam na tese, do dia dois de maio de 1868. Foi neste dia, quando as operações sobre Humaitá estavam se desdobrando, e inclusive nos seus momentos mais críticos, que o seu batalhão foi incumbido, junto com outros, para uma intrincada missão na outra margem do rio Paraguai, quase em frente à fortaleza. Há tempos que a localidade fortificada estava sofrendo um cerco; mas, ainda assim, mantinha, pelo rio, na margem oposta, uma estrada que ainda a ligava com o mundo exterior. Era por lá que os paraguaios conseguiam passar, por canoas, o que fosse necessário para dentro e para fora de Humaitá, normalmente em ações noturnas, e uma frustração para o comando que queria isolar, parece-me que completamente, o inimigo, já que não conseguia tomá-la pelas armas, e se o pudesse, teria um alto custo de vidas, observado no ataque de Curupaiti.

A unidade do paciente que serviu de estudo de caso do doutor Carlos, era o famoso *Dezesseis*, amplamente conhecido pelos que leram as reminiscências do veterano baiano. Dionísio certamente conheceu Laurindo, e juntos marcharam, chefe e subordinado, com outro personagem famoso, Tibúrcio de Souza, que os comandava naquele dia dois de maio, em uma operação que seria hoje considerada anfíbia, para expulsar os paraguaios daquela localidade, e de suas posições, algumas ligeiramente fortificadas.

Segundo Dionísio, *a arraia miúda* sabia que algo aconteceria por aqueles dias, para *fechar o cerco como diziam os soldados*. O que foi confirmado, primeiro, pela movimentação incomum das tropas, para aquele período, e depois, quando embarcaram, no dia dois de maio, no encouraçado *Tamandaré*, e sua unidade *encheu o tombadilho*, para ser transportada próxima às posições da outra margem.

²⁹³ Carlos Pereira da Silva Guimarães. *op. cit.*, (página 40).

²⁹⁴ BRASIL. Ministério da Guerra. *Exército em Operações na Guerra do Paraguay, sob o commando em chefe de todas as forças de Sua Alteza o Senhor Príncipe Marechal do Exército Luiz Felipe Fernando Gastão de Orleans, Conde D'Eu. Ordens do Dia (compreendendo as de n. 1 a 47). 1869 a 1870*. Typographia de Francisco Alves de Souza. Rio de Janeiro, 1877.

Quando estavam se aproximando da *margem paraguaia*, a *mata espessa fumegou*, e as *balas choveram sobre ele* e os demais, *como granizo*, trazendo apenas contratempos para eles, e não aos tripulantes do encouraçado, que estavam acautelados em seu interior e que tinham proteção eficaz contra projéteis oriundos de armas portáteis. Em frente a uma *barranca alta* saltaram, galgaram-na *debaixo de fuzilaria cerrada*, e acrescento de certa forma rarefeita, dada a ação da artilharia do navio que os transportava, e caíram, segundo Dionísio, à *baioneta*, sobre os defensores, acrescento novamente, remanescentes, que se retiraram *fazendo fogo*. Nestas circunstâncias, para consolidar a posição e igualmente garantir o desembarque dos reforços que fariam parte da divisão atacante, Dionísio se separou de parte de sua unidade, o *Dezesseis*, para comandar uma fração, cerca de vinte homens, de vanguarda, posicionada em uma mata, que teria duas outras, comandadas por um outro camarada seu, o *Alcântara*, que ficaria à sua *esquerda*, e na *retaguarda*. O contra-ataque paraguaio - fortalecido por novas unidades que estavam mais atrás, com elementos de outras que ainda não haviam se engajado, junto com outros, os remanescentes das posições atacadas pela artilharia e as forças desembarcadas e que se reagruparam - não se fez por esperar e, ressaltado, não foi o único naquele dia. A ação foi descrita da seguinte maneira pelo veterano baiano:

“Cumpri a ordem – estendendo os meus vinte e tantos homens, pela fechada mata; mandei que se ocultassem atrás dos troncos e um deles, ágil e vivo, subir a uma árvore adiante da linha para espreitar o inimigo. A minha gente era magnífica. Todos estavam atentos e calados. Eu passava de um ponto a outro, recomendando boas pontarias e pé firme, - quando a minha vedeta bradou:

- *Seu ajudante*, os caboclos estão aí.

- Desce! Gritei.

Ouviu-se uma alarida infernal: parecia um bando de porcos. Os nossos gritavam também. As folhas cortadas pelas balas caíam das árvores, como açoitadas pelos ventos do outono. O combate travou-se violento, na mata sombria.

Os paraguaios que apareciam, eram fuzilados. Os meus soldados resistiam bravamente. Havia um – o cabo Pio José Dias, dos sertões do rio. S. Francisco, que não dava um tiro sem gritar: - Viva São Bom Jesus da Lapa. Tinha, assim, mais fé na pontaria. Chegou-se a mim um velho cabo da força do Alcântara, e me falou baixinho, meio desconcertado:

- *Seu ajudante*, os caboclos já estão na nossa retaguarda.

- Cala-te – segredei-lhe.

A mata nos favorecia. Chamei os meus homens e desfilei com eles para a margem do rio, tiroteando sempre, e fui sair muito abaixo na picada, onde a grande divisão, que me protegia pelejava dizimada sob o comando de um sargento – O Silvino – bravo camarada. O Alcântara e todos os oficiais da sua força estavam fora de combate.

(...)

O verde-negro da mata tinha tons vermelhos, que distinguíamos através dos nevoeiros do tiroteio: eram os paraguaios, avançando em bandos.”²⁹⁵

²⁹⁵ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (páginas 230 a 232).

A unidade de Dionísio teve pesadas baixas naquele dia, quando posicionada como força atacante, e de vanguarda, e combateu em outras situações, parecidas com esta, até o final da tarde, quando conseguiu, finalmente, com o auxílio de outras, repelir os paraguaios. Foi naquele dia que Cerqueira, como Laurindo, recebeu um ferimento, mas foi, no seu caso, ao contrário do de Laurindo, salvo por um dos acessórios que carregava consigo:

“Ao cair da tarde, eu estava na estrada com a espada desembainhada na mão direita e na esquerda o revólver, cuja capa de sola amarela tinha um bocal de bronze que me pendia ao lado esquerdo, cobrindo-me o peito, descendo até a cintura e presa a tiracolo pelo cinturão armado em talabarte. Senti um golpe fortíssimo na virilha esquerda e caí estendido a fio comprido. Não perdi os sentidos, nem senti dor. Levantei-me. A capa do revólver salvara-me: a bala batera no local de bronze, achatara-o como uma lâmina, resvalara, rasgando-me a blusa e a calça, e não penetrando muito nesse ponto de ferimentos mortais. Ainda pude continuar, mas, no dia seguinte, só Deus sabe como marchei, sentindo dores na região, toda inflamada, e quase impossibilitado de mover-me. Fiquei com o meu fardamento novo, comprado em Paracuê, todo esburacado. O boné, a blusa, a calça, as botas e até a capa do meu revólver foram baleados. O Antônio Faustino teve, depois, grande trabalho para coser tudo aquilo.”²⁹⁶

Sim, se não fosse a *capa do revólver*, e os seus detalhes, Dionísio muito provavelmente não teria redigido as reminiscências, simplesmente porque não teria sobrevivido ao ferimento, pois, como o tórax, o abdômen, se constituía numa localidade corporal perigosa para receber ferimentos por *arma de fogo* ou *branca*. Certamente foi um combate caracterizado somente pela ação da infantaria, com troca de tiros entre as frações, atacantes e ocultas nas matas, e cargas de baionetas executadas em numerosas e oportunas ocasiões naquelas horas, difíceis, para a maioria dos homens que lá estavam, inclusive Laurindo, que recebeu seu ferimento em algum momento da ação.

No entanto, permanece, como de costume, mais uma questão complicada para ser respondida. Laurindo foi ferido no dia 2 de maio de 1868, recebendo a sua reforma um pouco mais de um ano depois da ação. Neste tempo, por onde ficou o veterano, ex-anônimo, do *Dezesseis*? Tudo leva a crer que permaneceu, devido às suas condições de saúde, por um tempo, recuperando-se em algum estabelecimento hospitalar de campanha, podendo, posteriormente, ter retornado para a sua antiga unidade, e dado o seu estado físico não completamente recuperado e depauperando-se fisicamente naqueles meses, recebido a reforma em maio do ano anterior. Isso no espaço de um ano,

²⁹⁶ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 233 e 234).

no próprio Paraguai. Esta, seria a interpretação mais lógica; porém, não descarto que Laurindo possa ter retornado ao Rio de Janeiro, ou sido despachado para qualquer outro hospital em Corrientes, Buenos Aires ou outra localidade - algo que não pude verificar pela documentação - recebido tratamento em algum hospital militar, como da Corte ou do Andaraí, e por lá ter sido dispensado, e aproveitando-se de sua estada na cidade - já que pelas informações presentes na tese do doutor Carlos, levam a crer que era mineiro - arrumou um emprego na ferrovia. Se isso aconteceu, a ordem do dia, com o seu nome, pode ter sido, meramente, uma formalidade administrativa, sendo que o ex-combatente já pudesse estar longe há tempos. Mas isso é uma outra hipótese, que deve ser desenvolvida em uma outra pesquisa.

Laurindo, como possivelmente centenas de outros antigos combatentes, senão milhares, voltaram com essas marcas indeléveis em seus corpos, sinais externos e internos, em decorrência dos ferimentos proporcionados pelos combates, fora outras doenças que poderiam ser adquiridas nos campos de batalha, e que acompanharam os sobreviventes e portadores até o final de suas vidas. Eram sinais, como as amputações, indeléveis. Defendo a idéia de que esses ferimentos - e suas complicações - em hipótese alguma foram ignorados pelos que realmente lutaram na guerra, que de fato eram combatentes, que permaneciam sob o fogo. Alguns hospitais e enfermarias ficavam dentro do acampamento, e à vista dos camaradas mais próximos muitos morreram. Outros homens possivelmente deveriam agonizar na própria área do acampamento, em suas barracas, fora outros, atingidos e mortos dentro das formações de combate, vanguardas, escoltas, entre outras ações, e que davam a oportunidade para os demais, sobreviventes, de observarem a gravidade de um ferimento ocasionado por *arma branca* ou *arma de fogo*, e principalmente, o sofrimento de que eram acometidos os atingidos, muitos, companheiros antigos, de província. Fora os paraguaios, que eram feridos, e morriam nos combates aproximados, também dando chances para serem observados nesses momentos de agonia e morte. Sem dúvida, um grande temor dos que lutavam nas avançadas, nos navios e em outras situações que os combates determinavam. Segundo Frédéric Rousseau,²⁹⁷ indivíduos que estavam próximos da linha de frente, onde a morte se fazia mais presente, desenvolviam uma vigilância particular, uma concentração de todos os sentidos, da mesma forma que a tensão era reforçada pela ambiência do noturno, sendo que naqueles lugares, próximos ao perigo eminente, quando

²⁹⁷ Frédéric Rousseau. *op. cit.*, (páginas 177 a 179, “*Les cent visages de la peur*”).

imobilizados, a imaginação corria solta, quase sempre junto com o temor, porque, muitas vezes, era mais desgastante, ou impressionante, estar próximo ao perigo, do que necessariamente nele.

Um serviço na famosa *linha negra*, nas memórias, era sempre temido, pois proporcionava difíceis condições até mesmo para se adentrar nela, e, pode-se dizer que se for estudada, em conjunto com as linhas de entrincheiramento, presentes na Primeira Guerra, apresentam-se alguns pontos em comum. Quando de guarda naquela localidade, os militares sabiam, por vivenciar situações diárias de combate, e suas conseqüências, dos reais riscos de ferimentos localizados na cabeça, no rosto, nas regiões do abdômen e do tórax provocados por atiradores situados na linha à frente, ou posicionados e camuflados nas copas das árvores, não muito distantes, e que ofereciam, devido à sua altura, aos que delas se utilizassem, melhores condições para alvejarem essas regiões dos corpos, e que eram, normalmente, mortais, conforme foi visto aqui, pela tese de Silva Guimarães, sobre os *ferimentos penetrantes no peito*. Rodrigues da Silva descreveu a posição, como se fosse uma das famosas linhas entrincheiradas da Primeira Guerra Mundial, evento recente quando redigiu o seu trabalho publicado em 1924, e que lhe serviu, inegavelmente, junto com o trabalho de Dionísio, como fonte de inspiração; mas não acredito, com fantasia, talvez por ter observado um ponto íntimo, uma ligação, de grande identificação com as linhas européias e a *linha negra*, e as suas difíceis condições de sobrevivência para os seus habitantes. Suas próximas observações são contrárias à aquela visão, igualmente comum, de muitos militares que ficavam impassíveis sob o fogo do inimigo, não demonstrando qualquer tipo de preocupação, nem ao menos quando um projétil passava rente às suas cabeças:

“A terrível “linha negra” – vamos tentar descrevê-la – situava-se na mata cerrada, com pequenas soluções de continuidade em partes baixas e altas, depressões sensíveis do terreno, mais ou menos alagadiço, onde parcimoniosamente penetrava o ar e a luz.

Em dias enuvitados, fazia-se a escuridão.

Na retaguarda, qualquer elevação obrigava a força, em direção a ela a marchar em acelerado, quase de cócoras, outras ocasiões a arrastar-se, afim de evitar as pontarias certeiras do inimigo, descobrindo-se através da ramagem. Nos lugares secos, sacos de areia sobrepostos; nos úmidos, chapas de ferro da espessura de um centímetro, serviam de abrigo passageiro às sentinelas, rendidas de hora em hora, às vezes, em menos tempo, tal a exalação pútrida e deletéria de cadáveres em decomposição adiantada, nunca sepultados por se acharem entre as duas linhas beligerantes”.²⁹⁸

²⁹⁸ José Luiz Rodrigues da Silva. *op. cit.*, (página 51).

A guerra oferecia novos aprendizados, não só técnicos, ou médicos, mas igualmente essenciais para a sobrevivência no campo, e todos que lá estavam, independente do exército do qual faziam parte, exerciam cotidianamente esse tirocínio. Novamente, Centurion aqui é utilizado, quando se recordou sobre a ocasião da morte de seu irmão, em uma linha avançada, e sobrevivente do combate de Itapirú, e que, inclusive, havia sido promovido ao posto de alferes, por razão de seu comportamento, mesmo ferido com a vareta de um fuzil, naquele combate:

“A principios de Junio, le tocó el turno en esa avanzada a mi hermano el alférez Fernando Centurion. Al aclarar el día, estaba sentado al borde del foso interior de la trinchera, dando las espaldas hacia el enemigo. De repente, se sintió sacudir un poncho en el piquete enemigo, entonces dijo, “tiren a esé que sacude el poncho” volviendo al mismo tiempo la cara hacia el enemigo, pero! Oh desgracia! Al hacer este movimiento, vino una bala de esas llamadas descarriadas del naranjal, frente a la posición de Flores, y le tocó en la nuca, dejándolo muerto en el acto”.²⁹⁹

Nas reminiscências de argentinos, curiosa observação foi feita sobre os momentos que precediam os combates, em que o medo dos ferimentos e da própria morte, apesar de não estar explícito, era algo muito presente:

“Tenía curiosidade de asistir à una batalla para saber la impresión que sentiría. Los momentos que preceden son siempre más desagradables que durante la acción. No se he encontrado en lo más recio del fuego, solamente pasaron sobre nuestras cabezas algunas balas de fusil, porque las punterías eran muy altas, y veíamos à la caballería enemiga que combatía al arma blanca”.³⁰⁰

Talvez, a batalha realmente não tenha sido tudo o que tivesse idealizado; entretanto, Seeber afirmou que não era medo o que sentia. Afirmação essa que se coloca em dúvida, e, ainda assim, se não fosse medo, propriamente dito, pelo menos sentia-se uma angústia, a ansiedade, a espera de algo ruim, principalmente nos desagradáveis momentos que precediam um combate, pois deveria passar aos homens que estavam muito próximos de eventualmente receberem um ferimento, entre aqueles, dos que apresentavam maior gravidade, como os por *armas de fogo*, atingindo regiões como a cabeça ou mesmo o peito e o ventre, ou até serem mortos. Em sugestivo capítulo intitulado “*Les hommes nus*”, sendo um sub-capítulo do mesmo modo com o nome insinuante de “*La peur au front*”,³⁰¹ Rousseau observou que nas memórias de veteranos

²⁹⁹ Juan Crisostomo Centurion. *op. cit.*, Tomo II, (página 128)

³⁰⁰ Francisco Seeber. *op. cit.*, (página 93).

³⁰¹ Frédéric Rousseau. *op. cit.*, (páginas 177 a 182).

por ele trabalhadas, entre outros autores que estudaram o mesmo assunto, os minutos que precedem os assaltos são particularmente sofríveis aos combatentes. São momentos que se transformam em horas para os homens que estão aguardando as ordens do seu comando, porque a ansiedade de cada um transfigurava o tempo para si próprio, alongando-o. Ela, a angústia, nestes instantes, se torna mais constante, mais permanente, mais terrivelmente intensa. Rousseau trouxe uma série de sinais, corporais, que indicam esse medo. Pernas moles, aceleração do ritmo cardíaco, mãos que tremem, palidez e até mesmo, que por pudor, muitos deixavam de registrar em suas memórias, a “*colique du feu*”, proveniente do “corpo traidor” - do corpo descontrolado ou indomável - necessariamente muito expontânea, e certamente constrangedora para os que dela fossem atacados, principalmente quando sob fogo de artilharia. É em algumas passagens, como a de Seeber, que se observa esse medo, sempre nos momentos que precedem os combates; mas que, na imensa maioria das vezes, esses sinais corporais são escrupulosamente “traduzidos”, pelos veteranos, durante a descrição, quando compunham as suas reminiscências, como oriundos da forte emoção por lutar pela pátria, pela grande ansiedade em vencer o bárbaro e animalesco inimigo, pela extrema felicidade, quase em arroubos de loucura, em poder desafrontar a honra da pátria que havia sido ultrajada pela pífia invasão das províncias, pela traiçoeira captura do *Marquês de Olinda*, etc.

A morte, aliás, que deveria novamente parecer muito próxima naqueles momentos, quando da proximidade da infantaria e cavalaria inimigas, digo parecia porque a morte era sempre próxima no Paraguai. Ela estava fortemente presente na ação da artilharia, que disparava todos os tipos de granadas ao seu alcance. Da *metralha* à *bala rasa*. Seeber se recordou dos projéteis que passavam sob a sua cabeça, que certamente não os via, mas os ouvia, pois possuíam um som particular, como todos os projéteis expelidos por qualquer arma de fogo possuem. Lembrança essa comum entre os demais veteranos, não importando suas nacionalidades. A morte, bem como os ferimentos, estavam indefectivelmente presentes em suas rotinas, e essencialmente ligados entre si, e são recordados em numerosas passagens, fossem nos companheiros, *camaradas*, que pereciam ou eram feridos nos diversos combates, nos que desapareciam pela ação das doenças epidêmicas, dos inimigos mortos em ação, quando não mortos por eles mesmos, ou nos prisioneiros feridos que apresentavam as mesmas lesões ocasionadas pelas ações, presentes também nos corpos putrefados, alguns *mumificados* (normalmente dos inimigos), espalhados pelos campos, ou mesmo nos cavalos mortos.

Dionísio descrevia os mortos e de uma maneira realista. A sua maneira de notar a decomposição cadavérica, se comparada com material fotográfico trazendo a mesma situação, impressiona. Sinal de que tudo aquilo de fato ficou gravado em suas memória e consciência, algo que foi, de fato, por um momento, importante em sua vida, e essa importância nasceu, talvez, desses temores comuns entre os que estavam lutando.

Situações de pânico, por exemplo, nascidas destes temores, igualmente foram presentes, e neste próximo, mais um ataque paraguaio, de certa forma retratado com uma impetuosidade bestial:

“Cuatro regimientos de caballería paraguaya, apoyados por igual numero de infantería, cargaron con ímpeto à nuestra artillería e infantería, hasta entreverarse con algunos de nuestros cuerpos. Traían los de caballería un artillero à la grupa, sin más arma que um filoso machete. López se havia propuesto tomar nuestros cañones por sorpresa y hacerlos servir com esos artilleros contra nosotros. Empresa temeraria y más que original, que no podía resultar sino un fracaso. El 3, que fué destacado, sufrió un serio contraste. Los soldados avanzados no pudieron hacer fuego, por defecto de las cápsulas, tenían à los paraguayos encima y se apoderó de ellos el pánico. No hay nada más comunicativo que el susto, y de él participó la mayor parte del batallón. También se commovió el 5º. Muchos fueron sableados por los paraguayos hasta com machetes”.³⁰²

Seeber reconheceu que, dada a situação difícil, segundo ele, da falha do armamento, utilizada aqui como uma justificativa, uma unidade foi tomada do que ele denominou, após mencionar o *pánico*, simploriamente, de *susto*, nada mais que uma sensação de medo, a preocupação com algo inesperado e suas funestas consequências. Esse medo foi sentido por uma outra unidade. Era uma sensação que se transmitia facilmente entre os que estivessem próximos, e que ainda hoje o é. Em outras passagens, de outros veteranos, sempre são mencionados alguns oficiais ou mesmo praças que se acovardaram durante uma refrega, e que eram vistos com certa piedade, mas nunca isenta de ironia.

Essa guerra perde muito do seu caráter heróico, e comemorativista, quando analisada por um viés nascido de novas questões que são colocadas com a leitura dos documentos - muitos relativamente explorados – mas, tendo como premissa a busca de novas interpretações. No assalto a Curupaiti, tradicionalmente descrito como um ataque organizado, quando foram dadas inequívocas provas de heroísmo sob fogo, o sustento da posição até que as ordens do comando mandassem os homens retrocederem, como em outros combates, encontram-se pistas de situações provocadas pelo medo, nos

³⁰² Francisco Seeber. *op. cit.*, (página 90).

momentos que precederam os assaltos, e de pânico, quando sob fogo, ocasiões estas que envolveram pelo menos algumas centenas de homens, sem distinção de posto. Durante o ataque, e presentes nas oficiais ordens de dia, nota-se que algumas unidades não tiveram nenhum desempenho, porque simplesmente não se engajaram e intentaram de alguma maneira se ocultar durante a marcha de aproximação à fortificação, ou quando se situaram na mata em frente, local que serviu de concentração para as tropas atacantes, como foi o caso do 8º e do 20º CVP, sendo que o primeiro, quando foi descoberto pelo comando, foi-lhe ordenado, virulentamente, que entrasse no assalto, o que fez naquelas circunstâncias ameaçadoras; mas, que, no entanto, percorrendo o maior caminho entre ele e a fortificação e só chegando em seu destino, ainda que sob ordens e vigilância, em Curupaiti, no final do combate, quando já havia partido as ordens de retirada, e o outro corpo de voluntários, que, do mesmo modo, foi descoberto nas mesmas circunstâncias do 8º, recebendo ordens então para permanecer com a artilharia posicionada mais atrás, por não ter participado do ataque, e para pelo menos proteger a “retirada” dos assaltantes, missão essa que igualmente não cumpriu, porque um dos ajudantes do comando geral havia encontrado *uma ala do batalhão em linha por dentro do parapeito da bateria e a outra ala à vontade, por detrás do mato e os seus oficiais dispersos em grupos*.³⁰³ O *detrás do mato* significa evidentemente que estavam buscando proteção dos fortuitos projéteis que lá conseguiam chegar, dada a grande concentração de fogo proveniente de Curupaiti, e *dispersos em grupos*, uma atitude, vista como altamente condenável, de oficiais e por consequência praças, aproveitando-se, também, cada “acidente” do terreno, ainda que bem a retaguarda, para se protegerem deles, e dos olhares dos comandantes superiores. Uma outra pista sobre esta última unidade está encerrada na própria ordem do comando. Quando ele mandou que os homens fossem dispostos juntos com a artilharia, na retaguarda, próximo ao primeiro parapeito, ou trincheira, para cobrir seus camaradas que estavam atacando, foi, provavelmente, porque o comando notou que não tinha como mandá-los ao ataque. Naquele dia e naquele momento, os homens deveriam estar demonstrando pânico, e por mais que fossem criticados ou recebessem ameaças, estavam preocupados, se essa é a melhor

³⁰³ (ordem de dia nº 88, sobre Curupaiti). BRASIL. Ministério da Guerra. *Exército em Operações na República do Paraguay. (Anteriormente, exército em operações na Província de S. Pedro do Sul). 2º Corpo. Sob o commando em Chefe do Exm. Sr. Tenente-General Manoel Marques de Souza. Conde de Porto Alegre. Ordens do Dia. 2º volume, (compreendendo as de n. 50 a 103). 1866 a 1867.* Typographia de Francisco Alves de Souza. Rio de Janeiro, 1877. (ordem de dia número 88).

expressão para traduzir o que sentiam, quando puderam ver o que estava acontecendo em frente a Curupaiti.

Fica a pergunta. Como os dois comandantes lidavam com os seus homens? Aparentemente não deram “pranchadas” em ninguém, mesmo porque bater em cerca de 300 homens não deveria ser nada prático, e havia uma forte possibilidade de serem mortos quando tentassem naquela situação; mas, parece-me, que “toleraram” esse comportamento de suas unidades, quando não eles mesmos a aprovaram e justificaram com a sua “autoridade”, ambas, se foram estas as razões, sinais inequívocos, fora não terem participado do assalto, que não tinham controle da situação e de seus homens, como, igualmente, a sua autoridade era relativa e nem sempre respeitada em todas as situações que se apresentavam, mormente em combates encarniçados, e acrescento, contra localidades fortificadas, que sempre, invariavelmente, demandavam grandes quantidades de homens, de vidas e ferimentos, para serem subjulgadas.

O comandante do 8º CVP, nem tempo teve para ver a decisão tomada sobre a sua conduta em Curupaiti, quando solicitou um *Conselho de Justificação*, porque morreu de cólera-morbo, em abril do outro ano.³⁰⁴

Sob fogo, houve uma outra ocorrência - e comum durante ataques a posições fortificadas; apesar de serem censuradas na maioria das vezes, nos documentos - mas muito importante para se entender alguns momentos que foram definidores deste assalto, em Curupaiti, e possivelmente uma das chaves para se compreender o seu malogro. Em uma parte oficial redigida no dia posterior, 23 de setembro, em Cruzú, quando ainda não se sabia ao certo quem estava morto ou ferido, tamanha foi a confusão daquelas horas, o tenente coronel Landulpho de Rocha Medrado, comunicou o seguinte sobre o combate, e a conduta das unidades sob seu comando, tentando se justificar perante aos seus superiores:

“Os 3 Corpos de Brigada deram 3 violentos ataques com alguns outros Corpos da coluna do centro até que a chegada de alguns Corpos nossos, lanceiros a pé, fez sair dentre eles gritos de – *a Cavalaria nos corta a retaguarda* – que fizeram debandar muitos Corpos, e as linhas recuando em desordem, entrincheiraram-se na mata, sem que se conseguisse mais fazê-los avançar, e aí sustentaram o fogo até o toque de retirar, combatendo já dispersados.

Posso garantir à V. S. que a 3ª Brigada cumpriu o seu dever, combatendo com a maior coragem, debaixo de vivíssimo fogo de Artilharia e fuzilaria inimiga em uma posição que nos dominava completamente.”³⁰⁵

³⁰⁴ Paulo Queiroz Duarte. *op. cit.*, Volume 2, Tomo II. (página 19)

³⁰⁵ BRASIL. Ministério da Guerra. *op. cit.*, (páginas 460 e 461).

Estes três *violentos ataques* são discutíveis. Em uma primeira leitura, aparentam terem sido três furiosas arremetidas, seguidas de retrocessos; mas, dado o constante fogo, possivelmente foi apenas um assalto em três estágios; isto é, subordinado por lances, e não três assaltos, distintos, partidos de uma única linha, que obrigavam os homens a atacarem, serem repelidos e retrocederem para ali se reagruparem e partirem para uma nova arremetida. Algo impossível para os oficiais comandarem e controlarem naquela circunstância. E, se esta situação descrita no documento fosse a presente naquele dia, o que é improvável, fica a dúvida de que permaneceram em pé ou agachados, atirando incessantemente em cada novo “ataque”. Interessante foi a maneira como o comandante culpou os *lanceiros a pé*, homens que não eram da infantaria, afeitos àquele tipo de combate e logo responsabilizando-os do malogro, pois em plena refrega, com as suas informações, aos gritos, que prestaram aos seus demais colegas - um ataque de cavalaria que pela sua retaguarda estava em andamento – fez com que um suposto dispositivo tomado se desmanchasse, provocando um “recuo”, ou para ser mais exato, a Brigada foi tomada por um “eletrizante” - perpétuamente confuso e quase sempre censurado nos documentos - sentimento de pânico. Eles estavam sob fogo pesado, completamente perdidos, não sabiam ao certo o que deveriam fazer e testemunhavam seus camaradas mais próximos perecerem e eventualmente receberem algum ferimento. As informações dos lanceiros foram a situação cúmulo para se retirarem daquele lugar, em completa desordem e correndo em direção à mata. Se os lanceiros gritaram algo, certamente apenas os mais próximos ouviram, e este ato do primeiro grupamento que correu para a retaguarda, obrigou os demais, vendo seus colegas retrocederem, a fazerem o mesmo, porque não sabiam o que estava acontecendo. O ataque paraguaio era algo bem improvável naquele dia, e se fosse realizável, os que estivessem na retaguarda, na mata, como a artilharia e algumas frações de infantaria, se engajariam contra ele. Mas, boato esse que provocou uma situação contagiante de pânico nos atacantes - pelo menos em uma linha de ataque - que se permaneciam em uma situação desesperadora, dado ao pesado fogo a que estavam sendo submetidos, justificou o seu “recuo”, *em desordem*, uma debandada, dispersos, *com muitos Corpos*, e a sua recusa para uma nova arremetida, ainda que atirando, ou sustentando *o fogo* contra a posição paraguaia, e sendo exortados pelos comandantes a um novo assalto, o que provavelmente não aconteceu, dada a grande distância que os separava das posições paraguaias, e ainda assim, se tivesse ocorrido, não havia uma boa

possibilidade de acertarem os paraguaios atrás dos parapeitos e os seus artilheiros, envolvidos pela fumaça de suas peças e dos fuzis disparados na fortificação, sendo que o mais provável, nesta situação descrita pelo comandante da brigada, é que alvejassem os que ainda estivessem no ataque, ou provavelmente que estavam correndo em direção à mata, como retardatários.

A ordem de dia número cinco, emanada por Caxias, recém chegado ao campo, sugere, entre outras importantes características dos exércitos e os militares naquele momento, que existia uma proximidade entre os combatentes das forças beligerantes, e essa proximidade pode até ser menos impessoal do que comumente se pensa. Talvez, a passagem de Dionísio, que fez uma visita ao velho comandante paraguaio, da trincheira oposta à sua, na *linha negra*, e havendo entre eles até mesmo uma troca de lembranças de seus pertences mais valiosos naquele momento, para comemorar aquele ato tão espontâneo, e irregular, não tenha sido produto de sua imaginação, ou uma tentativa, sempre comum nas reminiscências, de mostrar destemor.³⁰⁶ E, se naquele dia os homens se aproximaram para se conhecerem em outros aspectos, até então ocultos e mesmo negados quando se enfrentavam nos campos, avançadas e destacadas, nas outras situações, as mais comuns, os soldados tinham o contato visual sobre seus oponentes, e na refrega, em campo aberto, igualmente tinham a oportunidade, talvez curta, de escolher rapidamente seus alvos, quando identificados, tentando abatê-los, intento que, se fosse frustrado nestes momentos, certamente seria realizável - quando possível, e isto se já não estivesse ferido por tiros disparados pelo inimigo, sejam eles de fuzilaria ou artilharia - com uma carga de baioneta, quando provavelmente, outros instrumentos perfurantes e cortantes seriam oportunamente utilizados. Estes outros instrumentos poderiam ser um punhal, uma faca, ou qualquer outro material que proporcionasse um ferimento, e que poderiam ter sido feitos pelos próprios soldados, em seus momentos de folga. Buscar a sobrevivência era o anseio da maioria naquele meio hostil.

Preocupações com estandartes e peças que fossem eventualmente capturadas foram presentes, mas tenho a impressão de que não eram essencialmente prioritárias naquele meio e naquelas circunstâncias. As formações de combate exigiam que os homens atuassem sempre juntos e principalmente coesos para fazer frente às cargas de cavalaria ou ataques da infantaria inimiga, fora se safarem dos disparos ocasionados pela artilharia, daí, dessas situações, serem feridos e mortos em grande número, quando

³⁰⁶ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (páginas 200 e 201).

o fogo era dirigido a estas frações, oriundo de outras formações de infantaria e da ação da artilharia inimiga. A bandeira que cada unidade portava, não permanecia, apenas, ligada ou restrita ao campo da honra, do pundonor militar, dimensões essas que de fato existiram para aqueles homens que atrás dela ficaram e que tinham como uma real premissa defendê-la. Sabe-se que, em algumas ocasiões de combate, grande parte de um batalhão, independente do exército do qual era integrante, recebeu algum ferimento ou mesmo foi morto por tentar defendê-la, capturá-la ou mesmo resgatá-la; porém, não se deve perder o indício de que o estandarte também servia como orientador da direção que as unidades deveriam tomar em grandes combates. Ele ficava acima de qualquer homem, e servia de referência para os que estavam mais à retaguarda ou relativamente distantes das formações, perdidos por não haverem seguido os movimentos que as frações, em seus deslocamentos, exigiam. John Keegan, quando analisou a batalha de Waterloo, apontou sobre um episódio envolvendo uma disputa ocasionada pela tentativa de captura de uma bandeira regimental, entre os que a portavam e que a defenderam, e um outro indivíduo que assaltava, e que tinha como intento tomar o estandarte.³⁰⁷ A sua posse, pelo inimigo, ainda mais em combate corpo-a-corpo, constituía-se em algo pavorosamente desestimulante, e de certa forma considerada uma grande derrota, moral, e por consequência de influência física. No entanto, Keegan igualmente chamou a atenção sobre a limitação que os homens tinham em identificar, quando em combate, dentro de suas formações, o que estava acontecendo nos arredores, porque em um campo de batalha, onde ainda os militares tomavam dispositivos de coluna e fileira, os acidentes do terreno, a movimentação das tropas, sejam de infantaria ou cavalaria, o fogo e a fumaça causados pelos disparos, obrigavam com que os homens - principalmente os que estivessem na retaguarda ou mesmo dentro das formações com o seu campo de visão limitado, quase sempre circunscrito ao que estava imediatamente próximo - precisassem de algum referencial para poderem dirigir seus disparos e até mesmo manter a tão imprescindível coesão. A bandeira poderia, nestas situações, auxiliá-los, com a sua simples presença. Keegan argumentou, tendo como base as memórias dos veteranos de Waterloo, que a bandeira, fora outras características relevantes, pois é um símbolo, portanto exigia dos homens identificação e integração, tinha *importância como ponto de reagrupamento e fonte de inspiração*, esta última muito acentuada.³⁰⁸

³⁰⁷ John Keegan. *O Rosto da Batalha*. Editora Fragmentos. Lisboa, 1987. (página 111).

³⁰⁸ John Keegan. *op. cit.*, (página 141).

No ataque da cavalaria paraguaia, descrito por Seeber, os artilheiros que estavam na garupa das montarias, portavam machetes e na primeira oportunidade, quando seus colegas cavalarianos conseguissem penetrar no dispositivo de defesa da artilharia argentina, não sem antes sofrer pesadas baixas, isto é, se houvesse resistência, desmontariam e num rápido combate corpo-a-corpo “perfurariam” os que guarnecessem as peças, conquistando-as. Aquelas duas unidades argentinas foram tomadas por algo mais simples do que se possa imaginar - foram tomadas, como o próprio Seeber informou, de pânico – sentimento igualmente presente em outros episódios envolvendo os outros exércitos. No paraguaio, algumas unidades, em idênticas circunstâncias, foram dissolvidas, e alguns de seus membros chegaram, por um macabro sorteio, a serem fuzilados pelo seu mau procedimento. No brasileiro, até mesmo algumas unidades também foram extintas e seus membros distribuídos a outras, por razão de sua “má conduta” sob fogo, e este comportamento, negativo, ressaltou, que não se tratava de oportunos saques ou execução de prisioneiros, algo tolerado pelo comando; mas sim um mau comportamento dado à tibieza nos ataques, demonstrações inequívocas de covardia e pânico e que geralmente terminavam com uma grande e perigosa debandada, e para o seu comando, ou oficiais, humilhações indeléveis em sua vida militar.

A identificação do inimigo não era, aparentemente, algo complicado. Em Dionísio, é sempre observada uma maneira de distingui-los, e no caso, durante um grande combate, do qual Laurindo também participou, sempre permeado por inúmeros sinais que poderiam causar confusão, como a fumaça e os sons emanados das armas e dos gritos:

“A distância que nos separava diminuía rapidamente; nós, a pé firme, acertando as pontarias; eles, avançando decididos e gritando. Víamos bem a faixa tricolor das pesadas barretinas de sola, as chapas dos talabartes esbranquiçados e as pontas das baionetas, que cintilavam menos do que as chispas que despendiam os olhos torvos e ameaçadores.”³⁰⁹

Neste pequeno trecho pode-se ressaltar várias características, comuns, na maioria dos combates entre as infantarias e que foram presentes naquela guerra. O primeiro é de que ele era realmente aproximado. O veterano baiano notou que havia uma perigosa aproximação, muito veloz, dos paraguaios, que estavam atacando e por isso, a fração da qual fazia parte estava “acertando” as pontarias, isto é, conforme a aproximação do inimigo, ela disparava com o máximo de sincronia os seus fuzis, de

³⁰⁹ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 231).

maior alcance, sobre os atacantes, procurando, com o fogo dirigido, obrigá-los a perderem o seu dispositivo; mas, que no entanto, não o faziam, ou não o queriam fazer, porque os paraguaios sabiam que se perdessem estes iniciais dispositivos, por mais mortal que fosse a permanência neles, sob o fogo da fuzilaria brasileira, *raçada*, uma debandada seria uma situação pior, que poderiam, sem a coesão necessária para se manterem, serem facilmente mortos por uma oportuna carga de baioneta, quando em uma forçosa debandada, já que com a perda de sua formação, não teriam como atacar ou até mesmo resistir. Chama a atenção como ficou gravada em sua memória a proximidade entre os combatentes. Ele recordou, nitidamente, a *faixa tricolor* das barretinas, de que todos os soldados paraguaios se utilizavam, e os seus acessórios costumeiramente feitos de metais, e por isso brilhantes, como as *chapas dos talabartes* e as baionetas e que possivelmente serviam de “balizas” para um disparo. Os paraguaios, próximos, praguejavam contra eles, e é em Dionísio que há algumas passagens de brasileiros praguejando contra os paraguaios, e normalmente utilizando-se da palavra *Diabo*.

Se sabe, por exemplo, que os oficiais paraguaios utilizavam-se de calçados e os soldados não, fora a túnica encarnada, comum a ambos, que chamava a atenção por si mesma. Talvez, a falta de material entre os paraguaios, em decorrência do bloqueio que sofreram, acabou por diminuir essa diferença; mas certamente outros modos de fazer a diferenciação foram eleitos entre os aliados. Dionísio se recordou quando um dos seus subordinados o alertou - quando estava descansando, eventualmente guardando o *sarilho*, e os seus demais comandados trabalhando - no princípio do que seria conhecido como a batalha de Tuiuti, na manhã de 24 de maio, sobre a presença dos paraguaios, nas matas próximas, ocultos, formando os dispositivos para o ataque. Curiosa, foi a maneira como a atenção do subordinado foi chamada, identificando a presença do inimigo:

“Antes do toque de parada, tocou faxina. Os sargentos entregaram ao *brigada*, os homens escalados. Recebi-os do ajudante; eram vinte. Mandeí – *três à direita, volver* – e marcheí com eles para a mata da esquerda. Ali, ensarilharam as armas, e dispersaram-se em busca de lenha. Fiquei só junto ao sarilho. Passava o tempo, e devagar. Olhei para o relógio: era mais de 10 horas. Daí a pouco, fez alto, na minha frente, o soldado José de Barros; *quadrou-se*, levou a mão direita à pala do boné, e disse, em voz clara e bem timbrada, com o sotaque de sertanejo:

- Saiba vossa senhoria, sô alferes, que o mato está *avermelhando* de caboclos.

Encarei-o: não parecia assustado. Fui ver se era verdade; penetrei no bosque por uma das tortuosas trilhas, e esguardei a espessura sombria e longe, meio ocultos pelas árvores,

vultos vermelhos apareciam cobertos por grandes barretinas de sola: eram os paraguaios.”³¹⁰

Sobre esses aspectos do fardamento e seus resultados práticos, ou para ser mais exato, em seus inconvenientes, para os oficiais, novamente me apóio nas perspicazes memórias de um veterano argentino, no caso, duas interessantíssimas passagens proporcionadas por Seeber, sendo a última, sobre como os homens estavam vestidos, antes de atacarem Curupaiti. Novamente, fica claro que os combates eram aproximados:

“(…) volviendo à los franceses, aquí em el ejército hay una simpatía demedida por todo lo que es francés, y las memorias de Marmont es la obra favorita de los pocos que leen. Usamos en el combate la bombacha grancé con sus incómodas güeltras y polanas, que encanta al mayor numero, incomoda para marchar y es um excelente blanco junto com la chaquetilla de azul oscuro. Felizmente las armas que usa el enemigo son de poco alcance y los encuentros tienen lugar siempre à medio tiro de fusil, à cuya distancia cualquier color es igual. Hemos recebido unos trajes ingleses color gris, muchos oficiales los usamos y creo que es el color más conveniente, porque es sufrido y se ve menos à la distancia. El color grancé y el azul oscuro pueden pasar para los uniformes de parada: en la guerra constituyen un peligro.”³¹¹

“Las tropas en general bien vestidas, los jefes y oficiales de gala, con sus colores llamativas, sus galones relumbrantes y hasta calzando guante blanco, haciendo alarde de coraje.”³¹²

Seeber, no primeiro fragmento, cita *Marmont*, marechal francês, das guerras napoleônicas, que tinha como a estratégia principal a simples virtuosidade. Porém, o fardamento, copiado dos franceses, servia como excelente alvo para os paraguaios; sendo que, novamente, observou que o armamento utilizado pelo inimigo era de pouco alcance. A maioria dos combates era *à medio tiro de fusil*, e se na proximidade as cores das vestimentas não faziam mais a diferença - o que não sou muito afeito a aceitar, pensando principalmente nas particularidades do combate, como a sempre presente confusão, ocasionada pela indefectível fumaça, nos gritos, nos dispositivos de *coluna* e depois *fileiras*, etc, etc - a ação dos atiradores sem dúvida cobrava o preço de se vestir fardamentos vistosos. Mas, conforme se observará em outra passagem, dedicada ao estudo da cirurgia militar, que traz dados sobre o tratamento que as *feridas por armas de fogo* causavam, existiam outros inconvenientes que fardamentos ostentosos ocasionavam. Talvez, quando Seeber disse que *Marmont* era a leitura favorita dos poucos que liam, principalmente os oficiais superiores, era uma maneira de criticá-los,

³¹⁰ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 156).

³¹¹ Francisco Seeber. *op. cit.*, (página 113).

³¹² Francisco Seeber. *op. cit.*, (página 161).

porque se inspiravam em condutas não muito práticas, *a virtuosidade*, ou inviáveis para a sua sobrevivência e a dos demais no dia-a-dia da guerra. A cautela da ordem número cinco, de Caxias, o episódio do *Tamandaré*, bem como as observações de Seeber, entre outros episódios contidos até nos tão evitados documentos oficiais, como as ordens de dia, vão explicitando que nos combates, o espírito de abnegação, as demonstrações constantes e inequívocas de coragem, de sacrifício pela pátria, de arrojo desmedido, eram mais raros do que se possam imaginar, mesmo que alguns tivessem se inspirado, em sua conduta, na literatura produzida sobre as guerras napoleônicas. Certamente existiram exemplos; mas as suas práticas não foram tão vulgares. As características e particularidades dos uniformes, principalmente de oficiais, que atuavam como critérios dos combatentes nas linhas, no momento da peleja e a tentativa de ocultá-los de alguma maneira são uma prova disso. Além do mais, todos que morreram na casamata do *Tamandaré*, segundo as observações de Silveira da Mota, estavam buscando abrigo - em um momento que estavam atacando um forte paraguaio, numa das primeiras ações contra fortes na guerra, e que respondia, invariavelmente, com fogo de artilharia, baseada em sua bateria ou nas chatas que ainda não haviam sido destruídas - no que acreditavam ser um lugar seguro, apesar de inadvertidamente colocarem algo tão “contraproducente”, por pura inexperiência, para aumentar sua proteção, mesmo que estivessem em um navio encouraçado. Porém, alguns destes mortos do *Tamandaré* foram transformados em heróis durante aqueles anos³¹³ - foram temerários sob fogo - e seus nomes foram igualmente conhecidos e propagados em todo o Brasil, bastando uma breve consulta nos jornais e livros publicados no período para se constatar isso, e recordando-se o que Murilo de Carvalho afirmou, pois, até então, o país era desprovido de heróis, algo que a imprensa tratou de sanar, com a criação de vários, militares, naqueles anos.³¹⁴ Um dos seus mortos, do *Tamandaré*, o 1º tenente Francisco Antônio de Vassimon, chegou a emprestar, involuntariamente, o seu nome para um obscuro e temido transporte de guerra utilizado durante a campanha.

Mas, como se pode observar, na transcrição de uma tabela reproduzida em outra passagem do presente subcapítulo – “*extrações de balas e estilhaços de metralha*”, o fogo da metralha e o fogo proporcionado pela infantaria paraguaia atingiam, principalmente, os membros superiores, inferiores e a cabeça. Esses casos de elementos

³¹³Francisco Felix Pereira da Costa. *História da Guerra do Paraguay*. Volumes I e II. Livraria de A. G. Guimarães & Cia. Rio de Janeiro, 1870. (volume II, páginas 397 e 398).

³¹⁴ José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2005. (página 78).

oriundos do exército que foram feridos no combate e tratados pelos médicos da marinha demonstraram isso. Nos dispositivos de combate de infantaria, homens dispostos lado a lado, em formação em um primeiro momento de *coluna*, para a aproximação, e posteriormente desenvolvido em *fileira*, com ou sem intervalos; os fragmentos atingiam as partes mais expostas: tronco, braços e pernas. Ferimentos na cabeça eram comuns, e aqui recordo o que Dionísio Cerqueira recebeu, quando estava montado, no ataque à posição fortificada de Lomas Valentinas - e que aqui será trabalhado, em conjunto com as observações dos cirurgiões veteranos - e inclusive no rosto, como no caso do irmão de Centurion, no episódio da *lha de Itapirú*. Porém, seria mais lógico, ou razoável, que os ferimentos presentes no tórax e no abdômen se constituíssem nos mais numerosos nesse documento, ou, numa observação mais cautelosa, pelo menos páreos, pelo seu número, com as outras regiões corporais. Estando de frente ao inimigo, no caso o ataque à fortificação de Curupaiti, (do qual a referida tabela trata, pois recordo que aqueles feridos eram oriundos desse combate, sendo todos do exército, que por causa de seu grande número, foram repassados e tratados, em seus primeiros socorros, pelos médicos da Esquadra), a região do tórax (*tronco*) e do ventre (*abdômen*), representavam as maiores superfícies possíveis, como um “alvo” para a *fuzilaria* da infantaria paraguaia, situada nos parapeitos projetados, construídos e rapidamente aperfeiçoados - para proteger e proporcionar à infantaria paraguaia as melhores condições de defesa - conforme se pode observar nos escritos de Thompson,³¹⁵ engenheiro inglês responsável pela construção ou aperfeiçoamento delas, entre outras zonas fortificadas célebres na guerra. O que aconteceu então? Por que os ferimentos nos membros superiores e inferiores foram registrados em maior número?

Sobre Curupaiti, um veterano argentino se recorda do ataque, e os obstáculos que os aliados tiveram que enfrentar na malograda tentativa:

“Sus jefes y oficiales rivalizaban en el ardor de la pelea y conducen à sus tropas, por el camino más corto, para vencer al enemigo. Los obstáculos que encuentran, sin embargo, son superiores à sus previsiones. Los 50 cañones del enemigo no cesan de hacer fuego un solo instante, la escuadra no hábia alcanzado à desmontar uno solo, los “abatis” esparcidos com habilidade rompían la unidad de los asaltantes, el humo de pajonales incendiados impedía ver à su frente, el agua de los esteros imposibilitada la marcha, el fuego de 3.000 infantes enemigo, ocultos em zanjás y detrás de parapetos de tierra, hacían bajas numerosas e incesantes. No obstante esto, se llega à las primeras zanjás y el enemigo se retira à las segundas. Parte de nuestras fuerzas avanzan hasta la segunda zanja,

³¹⁵George Thompson. *A Guerra do Paraguai, com um esboço histórico do país e do povo paraguaio, e notas sobre a engenharia militar durante a guerra*. Editora Conquista. Rio de Janeiro, 1968.

profunda y llena de agua. Allí quieren hacer uso de las escaleras, pero éstas, en su mayor parte, estaban deshechas; se baten parcialmente à tiro de pistola con ardor incomparable, pero caem hombres tras hombres, y el sacrificio resulta totalmente esteril. Después de una luta encarnizada de dos horas, en la que las granadas, la metralla y la bala rasa enemiga habían diezclado nuestras tropas, barriendo compañías enteras y raleadas enormemente las filas, vivo la orden de retirada...”³¹⁶

Outro argentino, José Garmendia, se lembrou de uma outra posição fortificada, como as dificultades inherentes quando se tentava o assalto a elas, às trincheiras de Potreiro Sauce:

“Esta vía tenía como cuarenta metros de ancho, encajonada entre dos muros de árboles enmarañados que le daban un aspecto sombrío, se encontraba obstruida por la pequeña trinchera artillada con 3 piezas y formada por un foso y un parapeto sin berma. En el glasis no existían defensas accessorias, ni presentaba à primera vista grandes dificultades su aceso.

Lo sério de la empresa no estaba en el obstáculo artificial, fácil de allanar con zapadores, sinó en aquel largo callejon barrido por la metralla y la muerte, sin presentarse otro punto inmediato para poder flanquear la posición, defendida ao Oeste como ya se há dicho, por espesos bosques y grandes pantanos, y al Este por pasos precisos del profundo Estero Bellaco del Norte.

La columna de asalto tenía que recorrer cuatro cientos metros por aquella calle del infierno, sufriendo el fuego de metralla por el frente y por los flancos, y contrarestase el ataque con fuerzas superiores que ya habían rechazado anteriormente la primera intontona. Estaba, pues, prevenido”.³¹⁷

Em outra passagem de sua memória, José Garmendia também se recordou de Curupaiti, em capítulo próprio, quando as tropas se aproximavam para o ataque:

“El aspecto de las columnas es grave e imponente, su uniforme sombrío; llevan sobre sí todo el material del asalto, hachas, palas, escaleras, faginas...

Los batallones marchan con lentitud, serpenteando, sin guardar una rigurosa formación; alguna vez su paso se hace difícil por entre los matorrales entretejidos salpicados de pantanos.

(...)

Aquella faja ondulante y negra, imponente y taciturna, que arranca de la orilla del Paraná, se extiende serpenteando hasta Tuyutí como un boa de mar que se pierde en un pasaje de agua y de espesos bosques que un lejos vaporoso hace entreveer azulado.

Esta línea formidable de ángulos salientes, está artillada por cuarenta y nueve piezas de posición, cuyas troneras se distinguen como manchas oscuras, y trece coheteras que harán mas infernal el combate, y defendido sus glasis por una tala de árboles verdes recién cortados de imposible incendio y de difícil acceso.

(...)”.³¹⁸

³¹⁶ Francisco Seeber. *op. cit.*, (páginas 162 e 163).

³¹⁷ José Ignacio Garmendia. *Recuerdos de la Guerra del Paraguay. (Batalla del Sauce) – Combate de Yatayti-Corá – Curupaiti*. 2ª edición corregida y aumentada. Jacobo Peuser. Buenos Aires, 1885. (página 40).

³¹⁸ José Ignacio Garmendia. *op. cit.*, (páginas 115 e 117).

Acredito que os obstáculos dispostos à frente das linhas de defesa paraguaias, propriamente ditas, em Curupaiti, tanto naturais quanto artificiais, além de atrapalharem o avanço, serviram igualmente como proteção aos atacantes. A artilharia paraguaia, previamente posicionada, dirigia o seu disciplinado e estudado fogo para essas regiões, concentrando seus disparos de metralha e *balas rasas*³¹⁹ contra os atacantes. Junto a ela, a fuzilaria da infantaria paraguaia, relativamente bem protegida e igualmente bem posicionada - quando havia a necessidade móvel - na primeira linha de defesa da fortificação, e que repelia, quando entrava ao alcance de suas armas, o enfraquecido ataque dos remanescentes aliados que conseguissem escapar vivos da aproximação - da qual já estavam sendo alvejados pela artilharia, desde a mata, à retaguarda - em formação de coluna e posteriormente desenvolvendo-se em fileira.

Se os homens conseguissem chegar à escarpa, teriam, para invadir a linha, que vencer os obstáculos físicos e combater a infantaria posicionada nos parapeitos, pois esta era a garantia que os paraguaios possuíam para expulsar os incursores da posição, rechaçando-os, e se houvesse a ocupação da primeira linha pelos homens, os paraguaios poderiam, então, recuar para uma segunda “linha” de defesa, e que servia de base de partida para um contra-ataque, sempre reforçado com os que estivessem na retaguarda, desempenhando outras atividades ou até mesmo uma reserva que não pudesse ter sido disposta nos parapeitos. Curiosamente, até a tradicional história das batalhas, da guerra, consubstanciada, simplesmente, nas descrições dos combates, são desencontradas e discordantes entre si, isso, tendo unicamente como objeto de estudo os escritos de veteranos, que tiveram percepções diferentes. Se forem observadas as telas pintadas por Candido Lopez³²⁰ (que nesse combate foi ferido em sua mão direita, por um estilhaço de granada, e que para evitar-se o *acidente* da gangrena, teve o antebraço amputado), chega-se a uma conclusão diferente, referente a fortificação, ao seu formato e ao malogrado ataque, principalmente se for colocado, também em análise, em conjunto, os desenhos de Emilio Carlos Jourdan.³²¹ Eles apresentam algumas diferenças, mormente as que se referem sobre a linha paraguaia, o que não deixa de ser interessante para se

³¹⁹ *Bala Rasa*: Munição esférica, de vários calibres, constituída, na maioria das vezes, de ferro, que era costumeiramente disparada de peças lisas, e em alguns casos, de raiadas. Normalmente causavam, pelo seu movimento, e dependendo de sua velocidade, o esmagamento e o arrancamento de membros, ossos e órgãos, isto é, dependendo da localidade corpórea que atingiam.

³²⁰ Candido Lopez. *A Campanha do Paraguay, vista pelo Tenente Candido Lopez*. Apresentação de Marcos Tamoyo. Distribuidora Record S.A., 1973.

³²¹ Emilio Jourdan. *Atlas Historico da Guerra do Paraguay*. Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg. Rio de Janeiro, 1871.

analisar a visão que um veterano ferido teve sobre um combate que redefiniu a sua vida, ou mesmo que quase a ceifou e que difere de um outro, do mesmo modo veterano, mas engenheiro, que procurava dar um toque “exato” em seus desenhos, principalmente os relacionados às fortalezas e zonas fortificadas, compondo um interessante atlas sobre a guerra e que merecia uma nova edição.

No entanto, se sabe que os obstáculos como abatizes, água dos esteros e a fumaça atrapalhavam os aliados em seu senso de direção, obrigando-os a perderem ou saírem de seus originais dispositivos de ataque - isto é, se ainda existissem depois de uma longa e dificultosa aproximação, em que permaneciam desprotegidos e suportando tanto fogo de fuzilaria como de artilharia, simultaneamente, causando-lhes confusão e morte, além de enfraquecer o ímpeto de seu ataque. Acrescento, conforme se lê na reminiscência de Garmendia, que todos os homens portavam seus equipamentos, seja o seu pesado fuzil, as munições, alguns outros acessórios também custosos de se carregar, bem como muitos deles portavam ferramentas e escadas, que seriam utilizadas para subjulgar os obstáculos posicionados na fortificação, para assaltá-la, e que eram distribuídas aos combatentes. Em algumas telas de Candido Lopez,³²² referentes ao ataque (*Ataque da Terceira Coluna Argentina a Curupaiti sob o Comando do General Wenceslau Paunero; Ataque da Quarta Coluna Argentina, sob o Comando do General Emilio Mitre e Depois da Batalha de Curupaiti*), visualizam-se as escadas sendo carregadas pelos atacantes, ou espalhadas pelo chão, junto com mortos, feridos e moribundos. Quem chegasse incólume ou com ferimentos de menor importância, próximo à escarpa paraguaia, deveria tê-las, para que os demais camaradas bem como o próprio portador conseguissem escalá-la e tentarem conquistar a linha de defesa da fortificação, propriamente dita, em combate com a infantaria paraguaia e ainda sendo acossados por sua artilharia, isto é, se realmente estivesse, segundo passagens de alguns veteranos, posicionada nos *ángulos salientes*. Era um verdadeiro drama combater assim. Pois, os homens, além de carregarem um excessivo peso, presente em seu equipamento, traziam ferramentas de sapa, que lhes atrapalhavam os movimentos, principalmente para correr e e até mesmo se deitar, somada a falta de visão e de direção segura, obstruída pela presença da constante fumaça - que ou quase impedia a visão, ou deformava as imagens que eles conseguiam captar, fazendo com que perdessem o seu senso de direção e profundidade, e que todos os veteranos aludem em suas memórias - e por

³²² Candido Lopez. *op. cit.* (1973)

outros obstáculos: como os feridos, as suas prováveis e dramáticas manifestações, pois deveriam receber mais de um ferimento em diversos momentos do ataque - fora serem açoitados, constantemente, pelo fogo inimigo. O revide ao fogo paraguaio era algo possível, mas inexpressivo, pois se conseguia, naquele dia, mas no máximo, disparar em direção às posições, principalmente contra os artilheiros - mais expostos, dada a necessária falta de proteção, para atirar com as suas peças, e normalmente colocadas em uma posição superior, para cobrir o terreno em frente com os seus disparos - e mesmo a infantaria, disposta atrás dos parapeitos, isto é, quando se estava próximo o suficiente de sua linha de defesa e dentro do alcance da própria arma e que se conseguisse visualizá-los. As baixas paraguaias, se comparadas com as dos aliados, foram ínfimas, e provavelmente foram infringidas, em sua maior parte, pela artilharia da esquadra, posicionada no rio, e que atirava “às escuras”, ou mesmo pelos tiros de fuzilaria das forças atacantes, quando nas proximidades, ou de alguma artilharia, na retaguarda, e que dirigia o fogo para o que pudessem visualizar. O problema não se encerra aí. O ataque de Curupaiti durou algumas horas - do momento em que as tropas começaram a se concentrar e depois, quando tomaram os dispositivos e atacaram - os homens ficaram espalhados no terreno em frente à fortificação, ou próximos à linha paraguaia, entre ela e os últimos obstáculos, para quem estava atacando, e principalmente levando tiros da artilharia (metralha, bala rasa, etc), e fuzilaria. Sobre esta última, trago uma observação de Thompson, e que novamente faz a distinção entre o armamento paraguaio e o aliado:

“Os aliados mantiveram um bom fogo com seus fuzis raiados logo que chegaram ao alcance de tiro, mas mataram ou feriram apenas uns poucos artilheiros, pois a infantaria paraguaia ficou sentada atrás dos parapeitos até que os aliados chegassem ao alcance de seus pobres e velhos mosquetes de pederneira, quando então os paraguaios se levantaram e abriram fogo.”³²³

Nesta situação, cuja superioridade do armamento *raiado* se perdia, dando condições para os paraguaios, ainda que se utilizando dos seus *fuzis lisos*, de pederneira, agora em uma situação relativamente segura, com vantagens, porque aguardaram a aproximação dos assaltantes e portanto transferiram os seus comumente impetuosos e “bestiais” ataques aos aliados. Provavelmente todos, ou pelo menos uma grande parte dos atacantes permaneceu deitada próxima à linha de defesa paraguaia, na tentativa de não receber um ferimento, ou mais um, e eventualmente, levantando ou agachando-se e

³²³ George Thompson. *op. cit.*, (página 149).

disparando, quando havia a oportunidade para tanto. Os projéteis passavam em todos os momentos sobre eles, com o seu sombrio sibilo e eventualmente com outros ruídos, justamente quando se chocavam com os que estavam de pé ou ajoelhados, atirando. Estes, que permaneceram em pé, ajoelhados, agachados ou abaixados, tentando abater o maior número possível de “cabeças”, ou melhor, de “barretinas com as faixas tricolores”, que conseguiam visualizar atrás e acima dos parapeitos. Durante o ataque, todas as saliências, buracos, fossas, corpos, alguns cavalos moribundos e outros já mortos, entre outros lugares e “objetos” que ofereciam alguma proteção, e que existiam ou surgiram no terreno, foram certamente visitados pelos homens. Alguns permaneceram de pé, outros se levantaram e se destacaram, atravessaram vários obstáculos contíguos às linhas paraguaias e foram morrer na escarpa, abaixo dos paraguaios, que só nestas ocasiões, imperdíveis, possivelmente deveriam se salientar pelos parapeitos, para alvejá-los melhor, ou quando tinham um alvo igualmente imperdível como um oficial montado, ou mesmo que estivesse a pé, com a sua vestimenta, vistosa, destacando-se dos demais, como por exemplo, utilizando-se de calças com cores vivas. O maior problema naquela situação, com o avanço impedido, sendo massacrados e mesmo que o comando ordenasse uma nova arremetida, algo que foi constantemente tentado, seja por toques de corneta, também em uma situação difícil, ou mesmo de alguns oficiais, montados ou a pé, que procuravam exortar seus homens ao avanço, e que foram invariavelmente alvejados, era virar as costas para Curupaiti, e correr o mais velozmente possível, ou de maneira a mais segura, algo improvável, de volta à posição inicial de ataque, na mata ou bosque à frente, teoricamente com todos os seus equipamentos, o que certamente acabou causando mais baixas. Garmendia se recordou deste importante detalhe:

“Aquella retirada es terrible, el fuego de la muerte es mas tranquilo, mas reflexionado, certero, horrible, incesante, insufrible; es una epidemia de plomo que hace palidecer a los mas bravos: los heridos se arrastran con inauditos esfuerzos, caen, se levantan pálidos, helados por la proximidad de una muerte inmortal, dan pasos vacilantes dejando um reguero de sangre; desesperados los que mais aliento tienen, en vano se enpeñan por seguir a sus banderas; suplican con ayes desgarradores (...), los moribundos ahogan el estertor de su agonía en el silbo de la metralha que horada nuevas víctimas”.³²⁴

Os feridos costumeiramente são mais lentos, e se não estavam seguindo as “bandeiras”, é porque os que as portavam, e os que permaneciam “atrás”, estavam

³²⁴ Jose Ignacio Garmendia. *Recuerdos de la Guerra del Paraguay. Batalla del Sauce, Combate de Yataytí-Corá e Curupaytí*. Jacobo Peuser. Buenos Ayres, 1885. (página 123).

correndo de volta às suas posições iniciais, junto com outros camaradas, sem ao menos se preocuparem com *ayes desgarradores* e gemidos dos moribundos, pois a maior preocupação era sair daquele lugar, vivos, ou com ferimentos de pequena importância, como o de Candido Lopez, porque não morreu no dia, como aconteceu com algumas centenas de homens, e só teve o antebraço amputado.³²⁵ Talvez, alguns, auxiliaram os seus camaradas mais próximos, quanto retrocediam, e que poderiam, então, se tornar alvos mais fáceis devido à sua maior lentidão, afinal, quando se destacavam no terreno, sozinhos, e por isso mais perceptíveis, deveriam servir de alvo, bem simples e divertido, para os vários atiradores postados no parapeito à frente e nas proximidades e que estavam, depois do grande momento de tensão passado, extasiados com outros alvos, mais oportunos e que se alvejados, proporcionavam a prazerosa certeza do tiro. Na tela de Lopes, intitulada “*Depois da Batalha de Curupaiti*”, observa-se, entre numerosos detalhes, o saque promovido pelos defensores da fortificação, quando estavam despindo os mortos, alguns corpos já despojados de seus pertences, outros com as artérias rompidas pelos projéteis que os atingiram, dada a imensa quantidade de sangue derramada ao redor, cavalos mortos e feridos, bem como a execução dos prisioneiros - segundo as passagens dos veteranos aliados, os que não pudessem andar - outros, os que poderiam, sendo escoltados e um até recebendo uma coronhada de fuzil nas costas, e ainda, em algumas outras partes da tela, outros homens, parece-me que feridos, um oficial (vestindo uma calça vermelha), e dois praças, impossibilitados de se locomoverem, dirigindo seus olhares inquietantes - os gestos corporais deixam essa interpretação - para os paraguaios que estavam se aproximando em uma área em que ainda não haviam explorado. Creio que uma situação comum durante a guerra, e prática recorrente em todos os exércitos, inclusive o brasileiro.

Um outro veterano, brasileiro, que fez toda a campanha, também escreveu sobre as fortificações - suas dificuldades intrínsecas - que os aliados tiveram que atacar. Para ele, talvez, a valorização da capacidade combativa e de resistência do inimigo vencido não era apenas a valorização de si mesmo, o vencedor. É bem provável que esses obstáculos ficaram claramente marcados em suas lembranças, por serem apavorantes:

“Dia 12 de setembro de 1866. Às 8 horas da manhã saltamos abaixo meia légua de Curuzú, e marchamos a nos reunir ao 2º Corpo do Exército. A tomada desse forte, foi sem

³²⁵ Augusto Roa Bastos. *Cándido López*. Parma: Franco Maria Ricci. Rio de Janeiro: Confraria dos Amigos do Livro, 1977.

dúvida um feito de armas digno de louvor, atendo os obstáculos que o inimigo ali amontoara, pois construir trincheiras quase inexpugnáveis como os paraguaios, poucos o sabem; - abatizes, fossos e parapeitos ninguém os fazia melhores”.³²⁶

Por sua vez, o fogo de artilharia, ou de metralha, paraguaia, posicionada em Curupaiti, em algumas dezenas de peças, era voltado em direção aos alvos, principalmente aos “cerrados”, (formação de ataque da infantaria), logicamente não escolhendo, propriamente dito, o lugar de eleição nos corpos dos atacantes; mas certamente atingindo também as maiores superfícies possíveis (tórax e abdômen). No entanto, são abundantes, ou melhor, em maior número, os ferimentos relatados, localizados nos membros inferiores e superiores e até na cabeça, e isto pode-se depreender das informações presentes na lista transcrita que foi retirada do livro de Carlos Frederico, quando o seu pessoal tratou dos feridos oriundos do exército, e do ataque a Curupaiti, e entre a equipe médica estava o doutor Rosendo Moniz Barreto, segundo as partes oficiais do exército.

Muitos mutilados de guerra, sem braços, antebraços e parte das pernas, por causa de amputações abaixo da linha do joelho, eram do efetivo do AIP e foram comumente retratados em desenhos publicados em jornais de época, que no trabalho estão anexados. O que acontecia então? Sobre as *feridas penetrantes do peito* já existem algumas possibilidades, trazidas pelo trabalho de Silva Guimarães.

José Rodrigues se recordou de um outro fracassado assalto, ou *reconhecimento armado da fortaleza de Humaitá*, em 16 de julho de 1868, e que os paraguaios, ainda presentes na fortaleza, ao contrário do que Caxias erroneamente intuía, reagiram, repelindo os combatentes atacantes, com a sua artilharia e fuzilaria bem posicionadas, e que acarretaram ferimentos no pessoal do serviço médico que tinha como função recolher os feridos no campo, ou próximo a ele. Não deixa de ser interessante a sua peculiar lembrança dos projéteis que passavam próximo:

“Comparando a bandos de passarinhos pretos a quantidade incalculável de projéteis de metralha partidos das faces dos ângulos reentrantes. Deste modo, consistia a trincheira com pequenas intermitências, prevenindo-se um ataque. Em menos de uma hora estávamos reduzidos a terço da força. Na retirada, o prejuízo avolumou-se. Homens, já com ferimentos, recebiam 2 ou 3 outros, em direção ao hospital de sangue. As carroças que entravam para retirá-los, aí ficavam com os animais mortos. Os padioleiros, raros, regressavam incólumes”.³²⁷

³²⁶ Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel. *op. cit.*,

³²⁷ José Luiz Rodrigues da Silva. *op. cit.*, (página 62).

Quando a fortaleza caiu, ou melhor, quando os paraguaios a abandonaram, os brasileiros puderam ver, alguns dias depois, o lugar do malogrado “reconhecimento”, sob o comando de Osório, sob ordens diretas de Caxias. Novamente, uma passagem que deixa claro como era a ferocidade do combate, e igualmente, por que não? Os maiores temores dos soldados:

“Por isso, tratou de abandona-lá, incontinentemente, atravessando para o Chaco, e, decorridos poucos dias, entrávamos ali, a galope e de mão direita armas. Uns mil e tantos homens que logo se entregaram, deixou-os pairando defronte à fortaleza, para proteger a fuga rápida. Horrorizada, afligia o coração, encarar o campo do combate de 16, quando ocupamos a posição: cadáveres de homens e animais, disformemente inchados, olhos esbugalhados, aqui e ali em várias atitudes, muitos aos pedaços, veículos destruídos, peças de armamento, bonés, arreios por toda parte, tudo em pronunciada promiscuidade. O Tenente Parrot, na ocasião empunhando uma enxada, ele próprio cava a sepultura do irmão, a seu lado, partido ao meio na refrega”.³²⁸

Segundo observações de Tasso Fragoso, tendo como guia as feitas por Rio Branco, só neste “reconhecimento”, as tropas comandadas por Osório tiveram 1010 baixas.³²⁹ As teses dos cirurgiões que atuaram na guerra esclarecem, parcialmente, alguns aspectos dessa questão, ou melhor, sobre os ferimentos, entre outras que são levantadas pela leitura desses documentos, apesar de não tratarem sobre este episódio.

Daí, destas constantes situações de sacrifício, de dificuldades, e acréscimo de “estrabismo” estratégico, que acredito que Seeber fez algumas observações, com certa ironia, sobre os combatentes brasileiros - e a sua peculiar maneira de agir nesse tipo de combate, contra posições fortificadas e que sempre, não poderia ser diferente, ficavam sob fogo de artilharia e infantaria paraguaios - quando se referia a um outro episódio, e que aparentemente fugia, *grosso modo*, ou pelo menos em seu comportamento nada exemplar, ou idealizado, da maioria dos exércitos de então:

“Los brasileiros se lanzaron con brio extraordinario al asalto, y los paraguayos retrocedieron ocultándose en los montes, desde donde hacían un fuego mortífero. Reforzados los paraguayos por tres nuevos batallones, volvieron a reconquistar la primera trinchera, bayo el comando del coronel Aquino. Este jefe, al tiempo de matar a un brasilero, fué herido mortalmente por otro compañero de este. Antes del medio día la división del general Souza, que había combatido durante cinco horas consecutivas perdiendo como 1.000 hombres, fué relevada por la del general Argollo, que con éxito variado, y reforzado por tres batallones más, se batió hasta la tarde. Mucha gente había

³²⁸ José Luiz Rodrigues da Silva. *op. cit.*, (página 63).

³²⁹ Augusto Tasso Fragoso. *História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai*. 3º volume. Imprensa do Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 1934. (páginas 428 a 435).

caído y hubo un momento en que Polidoro dijo al general Mitre que su ejército estaba deshecho.

El general le observó que no era tanto, pues muchos de sus soldados estaban em las carpas; así sucede con los brasileiros: combaten hasta que se cansan ò agotan sus municiones, entonces regresan tranquilos à sus carpas, comen um poco de fariña, se proveen de municiones y vuelven al lugar del combate. En el fuego à pie firme, los brasileiros son insuperables”.³³⁰

Dionísio, também o fez sobre uma outra ocorrência, já consumada, e que até mesmo dirigiu uma censura quando observou sobre o *assalto inútil*:

“Nas proximidades das trincheiras, tropeçávamos nos cadáveres inchados e disformes dos nossos camaradas, que caíram no assalto inútil de 28 de junho. No fosso, havia alguns em decomposição adiantada, cobertos por nuvens de moscas, que esvoaçavam em roda macabra, num zumbido atordoador. Com os braços pendidos para dentro, a cabeça na crista, rachada de meio a meio e o corpo agarrado ao parapeito, por um prodígio do equilíbrio, vimos um soldado do 5º. Foi um valente que ali tombou para sempre, e cujo nome nenhum de nós conhecia”.³³¹

Mais questões surgem e outras permanecem. Os brasileiros saíam, voluntariamente de suas posições, ou ataques, que cobravam um alto preço de vidas e em ferimentos, para providenciar remuniciamento, tanto das armas quanto de boca. Isto pode ser interpretado de duas maneiras, e me sinto livre para fazê-las. A primeira era que não possuíam muita disciplina, isto, segundo uma percepção disciplinar nascente ou que se arrogava originária dos exércitos europeus, e certamente presente em livros sobre as guerras napoleônicas, entre outros episódios da tradicional história militar, e que, igualmente lidos pelos oficiais que escreveram suas reminiscências baseadas em outras, publicadas na Europa, e que escreviam as suas baseadas nestes “modelos”. Talvez, para eles, o verdadeiro soldado era aquele que mantinha o campo da honra, literalmente, que permanecesse em seu posto, até que uma ordem em contrário o mandasse, ou para um assalto, com poucas chances de êxito, ou mesmo que recuasse, com o estandarte incólume, ou com honrosas perfurações de projéteis, sem não antes ter recebido algum ferimento de honra, ou que a sua unidade voltasse com grandes claros. Era uma prova de heroísmo, de coragem, de abnegação, e de completa e boa passividade à disciplina militar. Porém, interpreto essa passagem da seguinte maneira: duvido que um oficial, seja de qual exército pertencesse, ou até mesmo o posto, ousaria barrar, violentamente, com gritos ou espadadas, o deslocamento desses homens, solitários e solidários entre si,

³³⁰ Francisco Seeber. *op. cit.*, (página 135).

³³¹ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 255).

que não estariam, dadas as circunstâncias, muito afeitos a seguirem, passivamente, alguma ordem que os mandasse imediatamente e novamente para essas “regiões da morte”. Quando não, o próprio oficial, superior imediato que poderia comandar o recuo. Pelo visto, a maioria não se recusava ao combate, haja visto os numerosos cemitérios de campanha, de todas as proporções, que encerravam os que pereceram nos ataques, e a existência do próprio AIP; no entanto, certamente tinham espaços para negociarem até mesmo a autoridade de seus superiores, que era limitada.

De onde poderiam, então, emanar esses prováveis espaços de negociação, contrários à uma disciplina militar ferrenha ou total? Ou melhor, em um ambiente não familiar, mas completamente hostil, distante de seus lares e de sua terra, nas situações as mais difíceis e comuns, com hospitais de campanha costumeiramente deficientes, o que era mais temido entre os soldados em combate, para que a autoridade de seus superiores fosse relativa? Começo a tentar responder a essa pergunta, trazendo algumas teses de cirurgiões que atuaram no Paraguai, durante a guerra. Sem, não antes trazer mais uma observação de Seeber, e outra de Dionísio, sobre o comportamento dos brasileiros, quando ocupavam determinada localidade:

“Los brasileiros que nos precedieron construyeron fosos y trincheras, inmediatamente, para resguardarse de los tiros de la artillería enemiga. Esto no dejó de ser criticado por algunos de nuestros militares de la escuela antigua, que hacen alarde de valor y de desprecio por la vida. En la guerra moderna hay que economizar vidas y hacerla en las condiciones menos crueles posibles. Esto no parece ser el propósito en el ejército argentino”.³³²

“Na divisão do General Argolo, à qual pertencia o *Dezesseis*, trabalhava-se muito e vivia-se satisfeito. Era febril a atividade do nosso ilustre divisionário. Levantava trincheiras por toda parte. Os soldados dobravam nas faxinas, cortando leivas onde havia gramados, tirando cipós para trancar cestões, arrumando ramúsculos e enfeixando salsichões, cortando madeira para ranchos e enfermarias, limpando os nossos reais, abrindo valetas para escoamento das águas...”³³³

Pelo visto, então, os brasileiros, segundo as observações de Seeber, e do próprio Dionísio, tinham mais cautela do que os demais, o que possivelmente não corresponde à realidade do dia-a-dia na frente. Acredito que todos possuíam essas preocupações. Se existissem comandantes de uma “escola antiga”, a maioria, inclusive oficiais, não era partidária da “depreciação” pela própria vida, ou como bem define, refinadamente, Du Picq - em seus estudos sobre o combate e que acreditava no caráter imutável da natureza

³³² Francisco Seeber. *op. cit.*, (página 75).

³³³ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 181).

humana - da *força de impulsão moral*,³³⁴ que forçosamente contava, idealizadamente, com a ação desmoralizadora de assaltantes impetuosos, ato aquele que tinha como suas bases, fundamentais, definidoras, a ação moral para provocar o terror; a ação material que era a capacidade de provocar, com tenacidade, a destruição do oponente; a solidariedade, a coragem, a confiança para a realização do ataque; a necessidade de uma organização racional, objetiva, eficiente e portadora de iniciativas; a forte disciplina, o espírito de corpo, a vigilância para o enquadramento dos homens e a coesão moral e física. Essas qualidades certamente existiram na guerra, e em seus homens; mas igualmente foram presentes, concomitantemente - com o medo - certamente fonte de inspiração para os escritos do coronel Du Picq, que, com a sua obra, tinha como proposta apresentar fórmulas, sugestões e reflexões para “domá-lo”, e portanto controlar os homens. O medo promovia o recuo, a fraqueza, a desmoralização, a fuga, a desordem vulnerável e o pior, era contagiante. Sentimentos emanados, naturalmente, dos instintos de conservação, dos sentimentos naturais de auto preservação; em suma, da sede interminável, mas controlável racionalmente, que o medo se constitui, que, observo, foram dimensões presentes em todos os homens e em todos os anos de campanha, independente dos postos que ocupavam.

De onde, então, vinha essa suposta prudência, interpretada como sinônimo de covardia ou outros sentimentos menos nobres, não condizentes com a imagem, idealizada, de militares, que se sacrificavam e que eram, igualmente, não importando em que condições, cumpridores de seus deveres?³³⁵ E que, invariavelmente, quase nunca é tratada nas memórias, ou quando surge, é para denotar sentimentos menos nobres, indignos de verdadeiros militares.

Esta pergunta já comecei a responder quando analisei alguns documentos referentes ao serviço médico na guerra, reflexo, do mesmo modo, do instinto de conservação de todos, agora desenvolvo-os.

³³⁴ Ardant Du Picq. *op. cit.*, (página 111 a 162, “*O Combate Moderno*”).

³³⁵ Alfred de Vigny. *Servitude et grandeur militaires*. Le Livre de Poche, 1988.

2.2. Os Cirurgiões Veteranos.

Em princípio, há a necessidade de se fazer algumas diferenciações, sobre as definições das lesões sempre presentes nas teses, principalmente aquelas que tiveram como tema os *ferimentos por armas de fogo*. A principal é saber distinguir *contusão* e *feridas contusas*, algo que chega a ser confuso quando se busca entendê-las lendo os trabalhos publicados dos cirurgiões veteranos. Confusão resultante das particularidades de alguns ferimentos que apareciam nos hospitais, nos corpos dos combatentes, e em que os médicos tiveram que atuar.

Alguns profissionais ampliaram as definições, chegando até mesmo a confundi-las, outros as definiram das maneiras mais simples possíveis, e alguns apontando até mesmo, tendo em conta a análise de casos inusitados de ferimentos em combate observados durante a guerra, que naquelas ocasiões, com aquelas lesões, não se poderia nem mesmo defini-las com exatidão, ou melhor, se seriam ou não contusões ou ferimentos contusos. Para isso, vou me utilizar de mais um veterano do serviço de saúde, que com os seus escritos pode auxiliar para um melhor entendimento da questão.

Ulysses Leonesy Pontes, *aluno pensionista de medicina e cirurgia do hospital militar* de Salvador, e *ex 2º cirurgião de comissão do corpo de saúde do exército* publicou sua tese, que sustentou em março de 1867, para receber o grau de doutor, pela Faculdade de Medicina da Bahia.³³⁶

Pontes, no prólogo, informou que havia sacrificado o seu sexto ano letivo, para marchar para o sul, e foi por essa razão que atrasou o seus estudos, recebendo com retardo o grau de doutor, da qual fazia jus. Situação comum a outros médicos que foram mobilizados nos cinco anos e meio de duração do conflito.

O candidato definiu o que seria uma *contusão*, que para ele era *toda a lesão de tecido vivo sem divisão de tegumentos produzida pela pressão instantânea de um agente externo qualquer, e acompanhada de extravasão de líquidos*. Para que ela acontecesse, definiu, tomando de empréstimo a definição de *Velpeau*, era necessária a ação de *três forças*: o *ponto fixo*, a *potência* e a *resistência*. A primeira era representada *por um corpo exterior, ou pelos tecidos subjacentes aos que sofrem o choque*; a segundo *é sempre por um corpo estranho, que obra por seu próprio peso, por sua velocidade, ou pelo concurso das duas forças reunidas*; a terceira *se acha na razão composta da densidade dos tecidos submetidos à ação do corpo contundente*.

³³⁶ Ulysses Leonesy Pontes. *Contusão e Feridas Contusas. (Secção Cirúrgica)*. Typographia da Constituição de F. A. de Freitas. Bahia, 1867.

As contusões foram divididas em *quatro graus*. O primeiro, que era *caracterizado por uma equimose de cor violeta mais ou menos carregada, a qual se formava logo depois do choque*. A segunda, que era *caracterizada pelo despedaçamento do trama orgânico, e expandimento do sangue, podendo todo se reunir em um ou mais focos*. A terceira, *caracterizada pelo despedaçamento do tecido celular, e adiposo, e pela ruptura dos vasos e nervos, sendo que a parte se apresentava fria, lívida e insensível; mas a vida, ali, poderia reanimar-se pelo aparecimento de calor brando, sensibilidade etc, ou perigar pelo aparecimento de inflamação, que ordinariamente trazia consigo um flegmão, uma erisipela, uma gangrena, etc*. Era neste grau que poderiam aparecer *as escaras em tudo parecidas às de queimaduras do quarto grau*. Pontes não definiu, contudo, naquela parte, as de quarto grau, limitando-se a observar que deixava *de ser teatro de grandes padecimentos aquela parte do corpo vivo onde se desse uma contusão do quarto grau*. Qual seria a razão dessa lacônica e taxativa definição? Simples, os homens nesta situação deixavam de ser pacientes, se algum momento estiveram naquela situação, para serem cadáveres.

Como tratamento para as contusões recomendou a utilização *de água fria*, substância comum e com essa particularidade nas observações de outros cirurgiões, e que segundo ele, foi *de aplicação muito comum em campanha, como as sangrias, escarificações, os emolientes, resolutivos, repercussivos e antesflogísticos*.

Já as *feridas contusas* foram definidas da seguinte maneira: eram *soluções de continuidade causadas por um corpo contundente, que obrava por seu próprio peso, por uma impulsão muscular, ou por projéteis postos em movimento pela deflagração da pólvora e daí a divisão de feridas contusas ordinárias e feridas de arma de fogo*. As primeiras eram definidas como *soluções de continuidade irregulares, de cor violeta, terminadas por bordos desiguais, com dor viva e escorrimento de sangue pouco considerável*. Elas poderiam ser complicadas *de descolamento, inflamação, esmagamento, diatése purulenta, tétanos e fratura cominutiva*. Quando havia o aparecimento de *escaras*, a *parte ofendida* era lavada *com o cosimento de cardo, e depois sobre ela era aplicado cataplasma de farinha de linhaça*, sendo que em *poucos dias se dava a queda*, nada mais havendo do que *uma úlcera simples*.

As *feridas de arma de fogo* exigiam uma atenção maior, porque eram *contusas ao mais alto grau*. Eram acompanhadas *de uma lividez extraordinária, desorganização mais ou menos extensa, estupor, e enfim uma sequidão notável*. Depois, vinham os maiores problemas, ou *acidentes*, que eram *a inflamação, supuração abundante,*

hemorragias secundárias e muitas vezes o tétano. Segundo Pontes, o delírio nervoso sucedia quase sempre ao esmagamento dos ossos, e das articulações, sendo também quando o projétil ficasse na ferida, situação essa nada anormal. Esse corpo estranho poderia causar graves desarranjos, poderia igualmente ali permanecer impunemente ou mesmo sair sem causar dor alguma.

Sobre a trajetória dos projéteis, Pontes fez importantes observações, que aqui serão aperfeiçoadas por outros colegas seus, do mesmo modo veteranos. *As feridas por bala* poderiam *ter uma ou duas aberturas*, sendo que para ele, diferente de outras concepções de seus colegas, *a de entrada era deprimida, e a da saída saliente, seus bordos eram enegrecidos e o trajeto da ferida estava em relação com o capricho do projétil reto, anguloso, curvelíneo, etc.* E entre os casos que teve oportunidade de observar, o mais inusitado foi o de um, na guerra, que *ao entrar uma bala na parte média da frente, saindo ao lado da protuberância occipital sem lesão dos ossos, tendo feito seu tirocínio pelo alto da cabeça.* Entre outros casos que chamaram a sua atenção, pela estranha trajetória do projétil nos organismos, citou mais alguns:

“Um outro caso digno de atenção foi o entrar uma bala ao lado direito do freio da língua de um soldado, tendo quebrado quatro dentes incisivos, dois superiores, e dois inferiores, tenteada a ferida, a bala parava na parede posterior da faringe; o doente afiançava não ter saído a bala: prevenimos ao enfermeiro para todos os dias dar uma busca nas fezes do doente, no quarto dia a bala foi encontrada nas fezes, como o havíamos previsto: este doente teve alta quinze dias depois por curado, tendo apenas usado de cosimento de quina em gargarejos.

Em uma das enfermarias do saladeiro, em Corrientes, havia um doente que tinha levado uma bala no hipogástrico, e que não tinha sido encontrada, apesar dos exames minuciosos que fizeram alguns dos facultativos deste hospital; nenhum acidente lhe sobreveio nem da bala, nem do exame, teve alta em poucos dias e recolheu-se ao batalhão provisório; em um bom dia quando o médico desse corpo passava sua visita costumeira, apresentou-se este soldado queixando-se de um tumor nos testículos; teve baixa para o hospital da quinta de Avalos, em Corrientes, onde depois de um exame minucioso, fez-se uma pequena incisão e extraiu-se a bala que o tinha ferido no ventre.”³³⁷

Ulysses citou a existência de um *batalhão provisório*. Seria uma unidade composta de soldados que ainda estavam convalescentes, não completamente recuperados, mas dada a sua situação, um pouco melhor, ficavam subordinados a unidade provisória e liberavam os leitos para outros pacientes? A tal unidade recebia visitas periódicas de um médico adido a ela, e foi em uma que o militar pôde apresentar um “novo” problema que enfrentava, em sensível localidade corporal, por um *corpo*

³³⁷ Ulysses Leonesy Pontes. *op. cit.*, (páginas 03 e 04).

estranho, de estranha trajetória, possivelmente esférico, que estava perdido em seu organismo, causado pelo primeiro ferimento, e que sentia certamente muito desconforto.

Outros trabalhos, sobre ferimentos provenientes da ação de armas de fogo, foram impressos na mesma época. São de cirurgiões veteranos, que precisavam apresentar suas teses, nas faculdades de medicina, para terminarem de vez os seus estudos acadêmicos.

Raimundo Caetano da Cunha, *aluno mestre pela antiga Escola Normal, e 2º Cirurgião do Exército em operações, condecorado com os hábitos das Imperiais ordens da Rosa e Cristo* pôde aprofundar o assunto, já que teve como tema, em sua tese defendida na Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1868, em sua secção cirúrgica, o estudo das *feridas por armas de guerra*.³³⁸

Além de ter observado, como os demais que trataram do assunto, sobre as características que eram relevantes para se entender esses ferimentos, principalmente as inerentes aos projéteis, como a sua *forma*, sua *natureza* e o seu *impulso*. Caetano da Cunha informou que *as lições preciosas colhidas nos campos de batalha* seriam levadas em consideração. Era, a partir de sua experiência, de sua prática, que aquele trabalho seria feito - *lições escritas em sua memória com o sangue vertido de centenas de feridos*. Suas definições de *feridas de armas de fogo* eram as seguintes: eram *essencialmente contusas, de bordos secos, enegrecidos, apresentando equimoses, de diâmetro que variava segundo o volume e forma do projétil*, algumas provocavam *hemorragia*, outras, porém, pelo contrário, de sorte que muitos feridos sucumbiam por causa das *tais hemorragias*. Em alguns casos, aqueles ferimentos apresentavam *natureza idêntica à da queimadura, principalmente quando ao projétil era dado grande impulso, com uma coloração negra e coberta de uma escara semelhante à que era produzida na aplicação de um cautério*.³³⁹

Raimundo fez uma importante diferenciação entre as *feridas produzidas pelas balas esféricas e pelas cilindro-cônicas*. Distinção presente em outras teses, feitas por candidatos veteranos. Sobre esse aspecto; no entanto, Raymundo fez uma ressalva:

“...se bem que possamos asseverar que muita vez o mesmo projétil não é que vai ferir e sim qualquer outro corpo que ele encontra em sua trajetória, assim veremos muitas vezes

³³⁸ Raymundo Caetano da Cunha. *Feridas por Armas de Guerra. (secção cirúrgica)*. Typographia de Camillo de Lellis Masson & C., Bahia, 1868.

³³⁹ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 02).

feridas produzidas por estilhaços de paus, peças de armamento, etc, etc., objetos esses que tornão-se por sua vez agentes de destruição.”³⁴⁰

E, como os demais, ressaltou que *os efeitos* que os projéteis produziam eram dois: *contusões e feridas*. Entretanto, apresentou mais alguns critérios, certamente nascidos de suas experiências recolhidas nos campos do Paraguai, e que deixavam essas distinções, sempre difíceis, ainda mais complicadas quando eram observadas em inúmeros ferimentos que se apresentavam cotidianamente no corpo dos militares:

“Muita vez não se poderá distinguir a contusão da ferida: por exemplo, quando um grande projétil animado por um forte impulso ofende um órgão, produzindo fratura de ossos e desorganização dos tecidos subjacentes, sem que sofra desorganização aparente a pele, haverá ferimento ou contusão? Quando lesão tal se der em uma cavidade esplâncnica, e houver despedaçamento do fígado, baço, etc ou rotura de intestinos, como tive ocasião de observar no campo, sobre o infeliz Tenente do 10º de voluntários Deolisano de Miranda Chaves, que recebendo na chapa do talim uma bala de cacho de uva, bala que tornou a chapa, de plana que era, côncava, determinando momentos depois vômitos de materiais fecais, e em seguida a morte.

O que seria isso? Como classificar de ferimento ou contusão? São fatos que se dão constantemente no campo do combate, e aos quais sobrevêm sem se esperar, nem deduzir pelo que exteriormente se observa a existência de tão grandes e tão profundas desordens do organismo.”³⁴¹

Na prática diária do Paraguai, muitos conhecimentos adquiridos pelos livros, que serviam de modelos e eram em sua maioria de autores europeus, veteranos eles também de outras campanhas, não tinham nem mesmo a exatidão que os ferimentos cobravam dos cirurgiões brasileiros, e no caso, Deolisano, de uma unidade de *voluntários da pátria*, ou o 10º CVP - oriundo da Bahia, organizado em Salvador com o batalhão de polícia militar local, uma das primeiras unidades combatentes da guerra, e que se engajou, entre outros combates, em Tuiuti e Curupaiti, inclusive no último tendo o seu comandante na qualidade de interino morto, porque o primeiro havia sido ferido em Tuiuti, e que por seus grandes claros recebeu, em 1866, no comando de Caxias, uma nova denominação, o 41º CVP³⁴² - recebeu um fragmento proveniente de uma *lanterneta*, em seu *talim*, falecendo em decorrência deste estranho e inusitado ferimento, porque o choque do fragmento naquele acessório, que passou de *plano* para *côncavo*, foi transmitido ao seu corpo, bem no local em que estava fixado, entre o peito e o ventre, possivelmente nem causando uma perfuração ou mesmo uma grande contusão, mas

³⁴⁰ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 03).

³⁴¹ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 03).

³⁴² Paulo de Queiroz Duarte. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (o comando de Osório)*. Volume 2, Tomo II. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1983. (página 39).

ainda assim infringido uma terrível situação, ou uma “desorganização” de seus órgãos mais próximos, aparentemente, em um primeiro momento, incólumes, conforme Raimundo observou, para morrer logo depois. O ferimento do tenente não foi comum na guerra e foi descrito, como estudo de caso, porque houve, no trabalho, e segundo as observações diárias em campanha, um ferimento que não poderia ser enquadrado nem como *contusão*, nem como *ferida contusa*, propriamente ditas. Este, como alguns outros, eventualmente apareciam nos hospitais, quando não apenas chegavam ao conhecimento dos cirurgiões, e que eram presentes nos combates, narrados pelos colegas mais próximos, que deveriam ficar realmente perturbados com as suas mortíferas conseqüências. Raymundo não deve ter marchado, sob fogo, com o 10º CVP, ao lado do infeliz tenente, e se ficou sabendo dos detalhes do *cacho de uva*, e dos *vômitos de materiais fecais*, foi porque os mais próximos de Deolisano, que estavam com ele na ação, que privavam com ele no dia-a-dia dos acampamentos e ações, e de certa forma chocados, puderam descrever a ocorrência em seus pavorosos detalhes.

Caetano da Cunha permaneceu discorrendo sobre as feridas e algumas outras de suas particularidades. A trajetória do projétil era um dos maiores problemas para serem investigados pelos cirurgiões. Uma *bala* poderia *atravessar pequena distância dos tegumentos, perdendo-se no meio dos mesmos, encontrando-se muitas vezes partes das vestimentas* e até mesmo formando - utilizando-se de expressão de Sedillot - o *dedo de luva*, algo igualmente presente em outras teses, que mesmo sendo retirado, junto com o projétil, ainda assim o profissional deveria ter a cautela de observar se permanecia algum outro *corpo estranho no canal traumático*.

Algumas vezes, o projétil atravessava todo o membro, *produzindo uma abertura de entrada e outra de saída*, só que, isso não significava que o organismo estava livre de qualquer outro fragmento estranho. Nesses casos, era necessário investigar a *diferença entre a abertura de entrada e a de saída*, era imprescindível a *atenção* para determinar a *direção oblíqua das feridas, a de formação do projétil, sua força de impulsão, a distância* em que veio, etc. Entretanto, sobre essa investigação, Raimundo, tendo a experiência oriunda dos combates, foi bem realista, quando observou:

“Em nossos trabalhos nos hospitais de sangue nunca podemos entrar nestas apreciações, pois que nos faltava o tempo para tais minuciosidades.”³⁴³

³⁴³ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 04).

Uma observação sincera, e presente em outras teses, de cirurgiões que atuaram nos hospitais e enfermarias de campanha, com as suas grandes e complicadas demandas.

A direção de um projétil, dentro da “economia”, poderia mudar a sua original ou teórica trajetória, subordinada ao seu movimento inicial, por vários fatores, como a *contração muscular*, a *resistência de aponevroses* e *os ossos*. O problema de identificação exigia atenção redobrada, porque *o trajeto das balas através dos tecidos do corpo humano não era sempre direto. Esses projéteis* sofriam muitas vezes desvios, *algumas vezes mui singulares*. Para um melhor entendimento das estranhas trajetórias, o candidato observou que:

“...ora é uma bala, que entra na região frontal, caminha entre os ossos do crânio e aponevrose epicraniana, e vai se escapar na região temporal, ou mesmo na região occipital, por um ponto diametralmente oposto à abertura de entrada; ora é uma outra bala que apresenta suas aberturas de entrada e saída.

(...)

Muitos feridos temos visto, que, a princípio nos parecendo graves, com tudo a gravidade não era a que se julgava, se bem que graves sejam todos os ferimentos por armas de fogo; assim temos visto duas aberturas opostas nas paredes do tórax, sem que o projétil o tenha atravessado, e sim contornado a caixa óssea, dando-se o mesmo em relação a cabeça. Nem sempre as aberturas são opostas, pelo contrário, às vezes muito divergentes são, pelo que dificuldades imensas tem trazido para sua explicação, assim temos visto uma abertura de entrada no alto do crânio e a de saída na região glútea, como observamos no combate de 21 de Março do ano vigente em uma praça do 34º corpo de voluntários, na qual desenvolveram-se os fenômenos de meningite, mas que em poucos momentos deixou de existir.”³⁴⁴

Depois de todas as observações, Raimundo afirmou que nem sempre, quando se apresentava em um órgão uma ferida produzida por arma de fogo, se deveria concluir que ela era *complicada* com a presença do projétil, ou de qualquer outro *corpo estranho*, mas que ainda assim, era compulsório ao prático, providenciar o reconhecimento no organismo do paciente, para detectar, ou não, a presença do próprio projétil ou outro corpo. Retirar os fragmentos era necessário, porque a ferida tinha grandes chances de não se cicatrizar, trazendo outros problemas, igualmente graves, para os que fossem acometidos pelo ferimento. O problema de uma abertura e uma de saída continuou sendo estudado, em mais uma interessante observação, proveniente de sua prática:

“Muita atenção também se deve ter mesmo quando haja aberturas de entrada e saída; pois que se pode dar o caso de estar a arma carregada com duas balas, e somente uma ter saído; de que mesmo sendo uma, essa pelo encontro de um osso se dividisse, saindo uma

³⁴⁴ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 04).

parte, e ficando outro; ou ainda pode acontecer que um corpo qualquer, acompanhando a bala no seu trajeto, se deixe ficar, quer esse corpo, quer a bala no mesmo trajeto, tendo um deles feito a abertura de saída, também pode ainda haver esquirolas ósseas, que se acham no vácuo do canal; pelo que toda precaução é pouca, quando se trata de examinar uma ferida por arma de fogo.”³⁴⁵

Fora os problemas dos eventuais choques com ossos e a sua tendência à fragmentação, ou mesmo a do próprio projétil, que poderia, nestas ocasiões, provocar mais de uma saída, um cirurgião militar deveria observar a maneira de combater do inimigo. Colocar duas *balas*, ao invés de uma, poderia ser uma grande vantagem de que um combatente se valia, para infringir o maior número de baixas aos seus oponentes. Como os fuzis eram de carregamento pela boca, pela abertura do cano, e que permitia apenas, quando carregados, um disparo por vez; acondicionar dois, dentro do cano, em uma arma, significava a ação de dois disparos em apenas um, e isto teria lógica se fosse utilizado contra uma fração inimiga, com homens dispostos lado à lado, se aproximando ou se movimentando no terreno ou em uma distância que a arma não teria tanta precisão, mas ainda assim, poderia ou atingir pelo menos dois homens, ou causar dois ferimentos em um indivíduo, e ainda seria bem melhor que elas transfixassem os corpos, atingindo os que estivessem atrás, quando não, modificassem a sua trajetória nas “economias” e saíssem por outras regiões, atingindo os que estivessem ao lado, e até mesmo em frente. Essas particularidades das feridas e dos armamentos, eram de fato algo intrincado para ser entendido, diagnosticado e tratado em um hospital de campanha, normalmente lotado de pacientes com esses problemas, e sobretudo após grandes combates.

Raymundo procurou fazer uma importante distinção entre as feridas causadas *pelas balas esféricas*, e *pelas cilindro-cônicas*. Para ele, as últimas apresentavam a seguinte característica:

“O trajeto das balas cilindro-cônicas é em geral reto, e atravessa os tecidos orgânicos que se lhe apresentam, sendo um osso, uma aponevrose ou um músculo bastantes para o fazer desviar de seu curso; se ela encontra um osso a fratura cominutiva se lhe segue, ou então se sua força de impulsão vem diminuída, ela se encrava no mesmo osso, elas não se dividem, como acontece com as esféricas; podem, porém, ser deformadas, como observamos em um ferimento no maxilar superior, que, ou pela falta de impulsão, ou pela resistência que apresentou o osso, o projétil atravessou os tecidos moles e se foi quase se achatar sobre o mesmo osso.”³⁴⁶

³⁴⁵ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 05).

³⁴⁶ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 05).

Os projéteis provenientes dos dois armamentos apresentavam, cada um, os seus inconvenientes para os homens que fossem alvejados. Os *cilindro-cônicos* poderiam se achatar, o que obrigava o cirurgião a ter um maior trabalho, e perigoso, para retirá-lo, normalmente, dependendo do lugar em que estivesse, e em que profundidade, fazendo uma *contra-abertura* ou até mesmo um *desbridamento*, recursos estes que aqui serão estudados. Já o *esférico*, comumente utilizado pelos paraguaios, poderia se dividir na “economia”, trazendo igualmente outros problemas, como mais de uma saída do projétil, fragmentação ou fratura dos ossos, e invariavelmente criando outros e perigosos *corpos estranhos* para serem detectados, identificados e removidos pelos práticos. Entre outras lesões graves, um projétil poderia contundir uma artéria, o que se constituía em um ferimento mortal, principalmente em um campo de batalha.

Os sintomas das *feridas por armas de fogo* foram divididos em *gerais e locais*. Raimundo, quando observava os seus pacientes, chegou às seguintes definições:

“Os sintomas das feridas de armas de fogo estão em relação com a região lesada e a extensão do ferimento; assim quando é ferida uma das cavidades esplancnicas ou mesmo um membro em toda sua extensão imediatamente se apodera do doente um resfriamento súbito e geral com horripilação, palidez do rosto, concentração do pulso, tendência a síncope, soluço, náuseas e vômitos. Outras vezes não se dão estes sintomas, o doente perde o conhecimento, e é agitado de movimentos convulsivos. Outras vezes, conquanto se conheça existir esses sintomas *in totum*, ou em parte com tudo, o doente aparenta sangue frio e calma, o que de ordinário se dá nos militares.

(...)

Uma comoção, um abalo que se comunica às partes vizinhas as articulações experimenta a parte ferida sobrevindo a inflamação e o abcesso das mesmas, principalmente se se transmite a todo sistema nervoso.

Este abalo determina, muitas vezes, um estado de estupor local, que torna a parte insensível, fria, pesada, inábil a mover-se, e que a dispõe a engorgitamento e a mortificação.”³⁴⁷

Fora as outras observações, que palidamente trazem em que situação um ferido por *arma de fogo* permanecia, logo após receber um projétil, a que trata dos militares é certamente exagerada. Talvez, em combate, muitos, dependendo é claro da gravidade de seu ferimento, isto é, que não atingissem partes “nervosas”, não percebiam nem que haviam sido alvejados, mais por causa do nervosismo e da forte tensão ou qualquer outro sentimento exacerbado produzido durante a refrega. Sensações estas muito mais plausíveis para se entender o porquê de não perceberem o ferimento, ou mesmo não acusarem uma dor lancinante, do que buscar explicações em uma suposta coragem

³⁴⁷ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 06 e 07).

inaudita, com determinação e convicção de se estar cumprindo o seu dever e sacrifício de patriota. É comum quando se lê relatos sobre os combates, principalmente os de infantaria, independente do conflito que se estuda, que em algumas ocasiões, alguns militares, ou até mesmo civis, não percebem que foram feridos por projéteis e estilhaços, situação determinada pelo seu estado emocional no ato de serem feridos, e ressaltado, principalmente quando não eram atingidos em zonas realmente debilitantes.

A dor de um ferimento dessa natureza apresentava outras particularidades, razoáveis quando se tratava de eventos envolvendo militares:

“A dor que acompanha as feridas de armas de fogo não é muito viva, assim muitos militares são feridos no campo do combate, e só se percebem do seu ferimento ou pelo sangue que tem manchado seus uniformes, ou pela dificuldade de movimento, que sente no membro lesado. Se, porém, a ferida compreende um ou mais troncos nervosos, o doente sente dores agudíssimas, que revela por gemidos clamorosos.”³⁴⁸

Gemidos estes que devem ter ficado com o candidato para sempre. Quando se está tratando aqui de *armas de fogo*, Raimundo não se limitou, apenas, a pensar sobre fuzis, pistolas ou revólveres, amplamente utilizados na guerra; mas estava se referindo também à ação das granadas provenientes de peças de artilharia, com ou sem raio. Sobre os sintomas de um atingido por uma granada, sempre em grande velocidade, o candidato foi mais contundente, como os ferimentos que tratou e descreveu:

“Quando o projétil produtor da ferida é uma bala de artilharia, que produz então ou o arrancamento de um órgão, ou a inflamação traumática, de víceras, muito é para recear a morte instantânea.”³⁴⁹

A cicatrização de um ferimento dessa natureza, causado por projétil, do mesmo modo impunha dificuldades aos práticos, para identificar o seu trajeto, bem como dos eventuais “acidentes” que costumeiramente se apresentavam. Em um outro fragmento, muito próximo com os de outros colegas, ou pelo menos no que se refere às observações e dificuldades, Raimundo esclareceu:

“A marcha das feridas de armas de fogo muito diversifica das outras feridas; é raro que se dê a cicatrização pela reunião imediata. Se o projétil faz uma ferida superficial em goteira, dá-se a eliminação da camada superficial da pele, e por baixo dela nasce uma camada de botões carnosos, que segue a marcha das feridas ordinárias; mas se o projétil atravessa completamente um órgão, convém ainda distinguir se ele fez o seu trajeto por entre os

³⁴⁸ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (páginas 06 e 07).

³⁴⁹ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 06).

tecidos, ou se por baixo dos tegumentos. Cicatrizam bem as feridas quando o trajeto foi subcutâneo, depois da eliminação de sua camada interna de supuração.

Fenômenos outros se dão se o projétil atravessou as camadas musculares; há engorgitamento, infiltração de sorosidade esbranquiçada; a parte torna-se pastosa, indolente umas vezes, outras porém ela enrubesce-se; sua temperatura eleva-se, torna-se dolorosa e não se demora, quer a gangrena por inflamação, quer a infiltração purulenta.”

350

Os perigosos “acidentes” poderiam sobrevir de algumas situações, desde aquelas de *corpos estranhos*, de fraturas mal tratadas ou que no seu processo de consolidação óssea não se efetivassem satisfatoriamente. Os projéteis, quando atuavam sob membros superiores e inferiores, costumavam fraturar os ossos, isto é, quando se chocavam com eles. Segundo Raimundo, se um osso fosse *comprometido com as partes moles*, a marcha de cicatrização era *mais longa e difícil*, e em *uma ferida complicada de fratura*, não se poderia contar *como bem firme* a sua cicatrização, ocasionando dessa situação; por exemplo, as complicações como o *tétano*, a *gangrena*, a *podridão de hospital*, a *osteomielite*, entre outros “acidentes” e obrigando o cirurgião a amputar o membro lesado, que em um primeiro momento se tentou salvar. Daí a posição de Rosendo Moniz Barreto, em sua *secção cirúrgica*, quando teve por tema as *amputações nas feridas por armas de fogo* aqui trabalhado. O cirurgião a bordo do transporte de guerra *Vassimon* era partidário da *amputação imediata*, porque, para ele, como para vários de seus colegas, a amputação do membro ferido, complicado com fratura, era mais que necessária para se evitar esses “acidentes”, e por isso sua prática foi bem comum na guerra. Se for ponderado o quanto de tempo se poupava com uma *amputação imediata*, fica manifesto que a preferência da maioria dos cirurgiões atuantes era de praticá-la, tentando economizar tempo e recursos, porque se o paciente não fosse amputado, imediatamente, poderia apresentar posteriormente os “acidentes”. No entanto, existiram outras situações proporcionadas e que exigiam, forçosamente, a operação, e que serão trabalhadas.

Mas, os problemas poderiam não acabar por aí, porque se deve pensar em outras prováveis condições decorrentes de uma amputação, ainda mais se fossem promovidas em um hospital de campanha. Depois de ter um membro amputado os mesmos acidentes que se procurava evitar com a *imediata*, poderiam tomar o coto, fora a operação que é radical, e portanto, provocando grande perda de sangue, causada pelas hemorragias, tanto do ferimento, quanto posteriormente, da operação, sendo que o

³⁵⁰ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 07).

paciente poderia morrer das complicações. Isto é, para não dizer sobre as condições higiênicas e sanitárias dos hospitais, e que provavelmente colaboravam para o agravamento do quadro.

Raimundo, em mais uma passagem, pode esclarecer sobre as dificuldades que se apresentavam:

“Diversos acidentes e complicações se dão nas feridas por arma de guerra, entre outros o tétano, a podridão dos hospitais, e corpos estranhos detidos no trajeto dos projéteis.

(...)

Além dos projéteis, outros corpos estranhos são com ele introduzidos no organismo, assim se tem visto porções dos uniformes, do armamento, munição, etc, etc. Impelidos pelo projétil, penetrar nas carnes, e aí se demorar; mesmo partes do corpo do indivíduo ferido podem ser inteiramente separadas e arrastadas. Esses corpos estranhos implantam-se nos tecidos, e difícil é sua exploração, e portanto sua extração: sobrevivendo muitas vezes, depois da cicatrização, tumores, cuja supuração chama para a superfície da pele estes objetos, afim de serem expelidos; outras vezes eles se enquistam, e não é extraordinário o dizer-se, que indivíduos há que vivem contendo corpos estranhos em seus tecidos.”³⁵¹

O candidato fez referências sobre as *porções dos uniformes* que eram introduzidas nos ferimentos, se transformando em *corpos estranhos*. É daí, desta informação, que se entende outra, feita por Seeber, o veterano argentino, quando insinuou algo sobre o perigo do fardamento, para os ferimentos:

“Estos pobres paraguayos, tiranizados, fanatizados y extenuados por el hambre, viejos hasta de 60 años y niños de catorce, se lanzan sin temor y con ardor a la pelea. Todos usan morriones de cuero, algunos camiseta y los hay em mangas de camisa; talvez el uniforme más cómodo para combatir y el menos peligroso para las heridas”.³⁵²

Visualizando as fotografias, no livro de Seeber, feitas em estúdio, e tendo muitos oficiais retratados, repara-se que alguns dos fardamentos utilizados pelos argentinos, notoriamente oficiais, possuíam muitos botões, vistosos, fora outras partes de suas vestimentas, que carregavam outras peças, decorativas, diferentes das mais simples de que os paraguaios se utilizavam, da qual Seeber fez a comparação. Daí a necessidade de se investigar se estes militares, como o próprio Seeber define, partidários “da escola antiga”, portavam essas mesmas vestimentas quando na frente de combate, e se, igualmente, possuíam uma conduta pouco prática para a sobrevivência no campo, quando nem tinham o trabalho de mandar cavar trincheiras e construir zonas

³⁵¹ Raimundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 08).

³⁵² Francisco Seeber. *op. cit.*, (página 93).

fortificadas, como os demais. É pelo mesmo material fotográfico, à disposição por outras fontes, que se nota que as fardas paraguaias eram muito mais simples, e se for observado o mesmo assunto, sobre os oficiais brasileiros - exceto alguns, principalmente os superiores - suas fardas eram mais modestas, apesar de apresentarem, em alguns casos, e em determinados indivíduos, algumas peças decorativas do fardamento. As dos soldados igualmente eram singelas, mas não tanto quanto as dos seus adversários.

A maneira como os ferimentos eram tratados foi assunto que Raimundo explorou em seu trabalho. Para ele:

“Se o projétil tem somente produzido uma simples contusão; o tratamento a seguir deve ser facilitar a queda da escara com os emolientes, que ao mesmo tempo desengorgitam as circunvizinhas e lubrificam a parte; depois da queda da escara, o simples curativo trará a cicatrização”.³⁵³

Sobre esta última observação, trago o tratamento que o preocupado Dionísio Cerqueira recebeu, oriundo de um *ferimento por arma de fogo* infringido no combate de Lomas Valentinas -³⁵⁴ não sem antes ter escapado, com o pretexto de estar abarrotado de *mutilados e moribundos*, que, segundo ele, tinham prioridade de atendimento em um temido estabelecimento, improvisado, próximo ao campo - e mesmo já tendo recebido os primeiros socorros *do farmacêutico Marcondes, de São Paulo*. As maneiras que Raimundo observou, no tratamento indicado de uma ferida contusa, e com que foi tratado o veterano baiano, particularmente pelo Dr. Artur, são bem próximas:

“- Não sabia que estavas ferido; teria ido ver-te.
- Pois vê – tornei eu – estado a que me acho reduzido. Creio que tenha a cabeça gangrenada. Vim pedir-te que me trates.
Abraçou-me afetuoso e fiquei. Veio água fenicada muito clara, numa bacia muito limpa. Os fios eram longos e alvos. Descobriu-me a ferida; lavou-a cuidadosamente; cortou em redor o cabelo, de que fiz uma trança que mandei à minha mãe, e minha mulher conserva com uma relíquia. Nessa época usava os cabelos muito compridos.
Caíam-me sobre os ombros. Era uma infração do regulamento, mas tolerada. Preferia isso à tosquia, às panderetas de alguns *figaros* do batalhão. O Artur, depois desse trabalho preliminar, abriu o estojo e abluir a chaga, cortando a tesoura os pedaços de carne corrompida; lavou tudo com clorato de potássio, que a princípio não me doeu; e a ferida ficou enorme, descoberto o crânio num círculo de oito centímetros de diâmetro. Toda aquela carne corrompida caiu: o osso ficou limpo como uma caveira de museu. Mais

³⁵³ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 09).

³⁵⁴ Augusto Tasso Fragoso. *op. cit.*, (volume IV).

tarde, foram saindo esquirolas grandes e grossas, que minha mãe conserva numa caixa de ouro aos pés de Nossa Senhora da Piedade.”³⁵⁵

Segundo a definição de Raimundo, Dionísio provavelmente teve apenas uma *simples contusão*, que apesar de ter sido inflingida em uma região particularmente perigosa, e por um projétil proveniente de uma *arma de fogo*, ainda assim não provocou maiores problemas ao veterano de Lomas Valentinas, a não ser os desconfortos e a dor, descritos em suas memórias, como também a necrose do tecido, pois exalava mau cheiro; mas que, entretanto, poderia ter a sua situação agravada se fosse tratada em um daqueles estabelecimentos de campanha, pelo menos esse era o seu medo.

Naquela ocasião, o primeiro, o mais próximo ao campo, e que oferecia um primeiro atendimento foi *um pobre rancho paraguaio*, com todas as suas conhecidas complicações higiênicas e sanitárias. Depois deste, Dionísio foi levado, não sem antes um dos seus colegas mais próximos ter resistido à idéia, a um outro local, ou *num compartimento da igreja de Vileta*, cujas *camas eram mantas estendidas no piso de terra batida, por onde a vassoura não passava desde muito. As paredes de barro não tinham caiação, e o teto de telha vã mal o abrigava*. Nesse, Dionísio foi *curado apenas uma vez*, e ainda recordou-se da água dos curativos, em famosa passagem, sempre transcrita nos trabalhos sobre a guerra, da *“bacia de ferro, que passava por centenares de feridos, até de grangrenosos”*. É no livro de Carlos Frederico que se constata que, ou Dionísio tinha uma excelente memória, inclusive para os detalhes, principalmente quando enfrentou toda aquela situação do ferimento ou certamente se valeu do trabalho do cirurgião, publicado em 1870, como de outros, principalmente as ordens de dia, para desenvolver as suas “reminiscências”, pelo menos quando recordava-se de seu ferimento:

“Podridão de hospital – As observações feitas no Hospital de Corrientes, e principalmente em Vileta, depois dos combates de Lomas Valentinas, demonstraram-nos tantos bravos feridos no campo de batalha, o operados pelos nossos colegas.

A aglomeração de grande número de feridos paraguaios, e soldados nossos, ocupando a Igreja da vila, pequenas choças e barracas, deu lugar ao desenvolvimento deste acidente, que era impossível evitar, atentas as circunstâncias especiais, em que se achava o Exército, lutando os nossos colegas, com um número extraordinário de feridos, que eram dia, e noite, conduzidos do campo da ação.

Em Corrientes, nos combates de 2 e 24 de Maio, as enfermarias estavam repletas de feridos, e grandes eram os obstáculos, que ofereciam-se para a distribuição e remoção destes.”³⁵⁶

³⁵⁵ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 289).

³⁵⁶ Carlos Frederico Xavier Azevedo. *op. cit.*, (página 417).

A primeira observação aqui é sobre o combate de Lomas Valentinas, do qual saiu ferido Dionísio. Foi igualmente na enfermaria, ou hospital provisório estabelecido em Vileta, em sua igreja, que o veterano baiano pôde ver a bacia que circulava entre os feridos, em sua famosa passagem. Talvez, o trecho “*aglomeração de grande número de feridos paraguaios e soldados nossos, ocupando a Igreja da Vila*” possa ter-lhe inspirado ou feito rememorar situações que havia enfrentando décadas antes.

No entanto, sinto-me tentado em recordar sobre outras situações, do mesmo modo relevantes, presentes no pequeno trecho das memórias e possivelmente comuns aos demais veteranos que em seu cotidiano enfrentavam condições semelhantes ou mais graves que o combatente baiano. Dionísio remeteu os seus cabelos, *uma trança*, para sua mãe, e que foi mantida como uma *reliquia*, “até hoje”, pela sua esposa. Era uma lembrança de si mesmo, em uma difícil e perigosa quadra, para quem estava distante, mas com ele em seus pensamentos. As *esquírolas* igualmente foram guardadas, em um primeiro momento certamente por ele mesmo, e depois foram colocadas *numa caixa de ouro aos pés de Nossa Senhora da Piedade*, também conhecida como das Dores, das Angústias, das Lágrimas, do Pranto, das Sete Dores e do Calvário. A Senhora que conduziu o Senhor, em seus braços, no descimento da cruz, para levá-lo ao sepulcro acompanhada pelos seus discípulos e compadecidas mulheres, e que ao final de três dias Ressuscitou. Um sinal, entre outros, de que, dependendo do ferimento, não havia boas possibilidades de sobrevivência, e talvez uma promessa, oculta em suas reminiscências ou aparentemente transferida à sua mãe, que se escapasse a ele, ou aos seus funestos resultados - que em uma passagem lhe parecia grave porque pensou que o sangue coagulado fosse, pela sua consistência, massa encefálica - colocaria em uma *caixa de ouro* os seus resíduos, as suas “chagas”, para a santa de devoção e de proteção. Apesar do que acreditava ter sido um auxílio divino, Dionísio não se esqueceu de Artur, que foi padrinho de sua primeira filha, aproximando-o, como o outro *camarada*, Antonio Faustino, de sua família, quando retornou à Bahia.

Neste combate, a unidade de Dionísio, o *glorioso Dezesseis* perdeu *quase dois terços do seu efetivo*. Somente fora de combate ficaram 22 oficiais, *dos 28 que entraram em ação* naquele assalto. Se um grande número de oficiais foi ferido, é porque eles entravam, junto com os soldados, sob o fogo. E se o seu número foi alto, é de se pensar sobre o número de baixas, em feridos e mortos, entre os praças que estavam em maior número.

Mais problemas em um ferimento *por arma de fogo* se apresentavam aos práticos. O candidato apontou alguns, e graves:

“O desbridamento ocupa um ponto importante na cirurgia relativamente as feridas por armas de guerra. Consiste ele em incisões praticadas ou nas aberturas de entrada ou nas de saída, ou em todo trajeto da ferida, com o fim de transformar a ferida de arma de fogo em ferida por instrumento cortante.”³⁵⁷

E, por que transformar as feridas em outras? Segundo Raimundo, para *desafogar os tecidos, prevenir a tumefação, facilitar o desengorgitamento da parte, a saída dos líquidos dos corpos estranhos, prevenir uma hemorragia, quando a ferida fosse em regiões revestidas por fortes aponevroses, etc.* Essa operação poderia ser feita com o *dedo, uma tenta canulada* e um *bisturi abotoado*. Os três recursos deveriam ser utilizados em conjunto, e da seguinte maneira:

“Se a ferida não oferece uma abertura, que dê entrada ao dedo, a tenta canula será introduzida, e o bisturi alargará esta entrada, tanto quanto for suficiente, prestando-se todo cuidado à algum vaso que passe pela região; feita esta dilatação, o dedo será introduzido, acompanhando-o o bisturi, deitado sobre o mesmo; chegando até onde for preciso, ou possível, o cortante do instrumento será levantado contra a parede da ferida oposta ao dedo, e se praticará a incisão ou incisões, conservando a ponta abotoada do bisturi, apoiada sobre o fundo da ferida. Se houver fortes aponevroses, se as incisará em forma dentada.”³⁵⁸

O desbridamento foi comum em campanha, como nos hospitais civis que possuíam casos de ferimentos *por armas de fogo*. Mas, como tudo, haviam as contra-indicações em alguns casos. Para Raimundo, era impedido o uso do desbridamento quando o projétil havia atravessado uma região *onde se achavam situadas profundamente muitas artérias, e que o sangue se escapava pelas aberturas*. Nessas situações, o candidato indagou - se deveria *incisar profundamente o canal todo do projétil, com o fim de descobrir o vaso lesado*? Ele julgava que não, pois apresentavam-se muitas dificuldades que não poderiam ser vencidas.

A extração de *corpos estranhos* ocupou uma parte considerável de seu trabalho, provavelmente por ter executado, numerosas vezes, essa operação, quando atuou no Paraguai. Novamente as questões de trajetória e características do tecido lesado se fizeram presentes:

³⁵⁷ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 09).

³⁵⁸ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 10).

“Se tem vivido placidamente alguns indivíduos com os corpos estranhos em seus tecidos, outros, pelo contrário, não os suportam, senão com muitas dores, com fístulas, que pelo entretenimento dos mesmos corpos tornam-se crônicas, e muita vez arrasta o cirurgião a praticar a amputação da parte se à isso ela se presta, ou a fazer incisões com o fim de procurá-los; isto depois de longos sofrimentos, e talvez de abatimento geral do doente, que assim bem dificultoso senão impossível torna-se seu restabelecimento.

Façamos algumas considerações relativamente aos corpos estranhos nos tecidos para depois entrarmos nos meios de extração. Não será por se apresentar uma só abertura, que se concluirá que o projétil exista na ferida; pois que ele pode ter sido expelido pela elasticidade das partes feridas, arrastado pelo seu próprio peso pela mesma abertura de entrada, ou ainda sendo introduzido com as roupas, retirar-se com elas, quando se tratar de despir o ferido; porém haverá casos, em que, sendo expelido o projétil, com tudo um corpo estranho qualquer arrastado pelo mesmo, se ache introduzido nos tecidos. Se duas aberturas se apresentam, não concluiremos que o projétil ou outro corpo estranho não se ache nos tecidos; porque muita vez sucede que o fuzil é carregado com mais de uma bala, e que somente uma delas foi expelida; ou sendo mesmo com uma só bala, esta encontrando um osso se divide em dous ou mais fragmentos, tendo se escapado uns e ficado outros.

Muitos outros casos se oferecem, podendo-se crer, que exista corpo estranho nos tecidos, sem que existam; a inspeção, porém, resolverá esta questão.

O instrumento melhor explorador para se reconhecer os corpos estranhos nas feridas é o dedo, que, sendo introduzido, tanto quanto possível, percorre as diversas faces da superfície da ferida, sendo, porém, necessário recorrer a uma sonda metálica, quando a ferida for estreita e profunda. Quase sempre a sonda de mulher é de preferência empregada.

Não se creia ser fácil o sondar uma ferida; porque muitas vezes, sendo introduzido o instrumento, não passa dos tecidos subjacentes, e grande resistência encontra; pelo que será preciso investigar a posição em que se achava o indivíduo no momento, em que foi ferido, convidá-lo a contrair, e relaxar os músculos da região ferida, imprimindo-lhe movimentos e pressões contínuas sobre o ponto oposto a ferida, afim de estreitar o canal, e reconhecer se há corpo estranho. O exame não se limitará somente ao ponto ferido e suas circunvizinhanças. As mãos percorrendo o exterior certificarão ao cirurgião se há ou não corpo estranho, levando-se ao exame ao canal mesmo da ferida, se a inspeção não for suficiente, para reconhecer-se sua presença.”³⁵⁹

Novamente, as dificuldades em se identificar os fragmentos eventualmente alojados no organismo foram observadas. E, numa época em que não havia maiores recursos, era necessária a utilização dos dedos, mãos, sondas, desbridamentos, incisões e *contra aberturas*:

“...se o corpo estranho se apresenta perto da entrada, ou se sua extração for mais fácil pela ferida mesmo, pratique-se-a; porém se ele não estiver em relação com a ferida, ou se se apresentar embaraços para sua extração pelo trajeto, deve-se praticar a contra-abertura.”³⁶⁰

Vários processos deveriam ser empregados pelos práticos, na hora de extrair os objetos nas “economias”. E, não se deve perder de vista, ressaltar, que após um combate

³⁵⁹ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 12).

³⁶⁰ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 12).

envolvendo algumas unidades, era de presença obrigatória, nos hospitais, de pelo menos algumas dezenas de homens com esses ferimentos. É, nesses textos, que se consegue identificar, em situações com muitos feridos, que os cirurgiões não observavam alguns detalhes que deveriam ser respeitados, na hora de tratar de um paciente portador de um ferimento ocasionado por *arma de fogo*.

Ele sugeriu a utilização de alguns instrumentos, específicos para a extração dos *corpos estranhos*. Algumas *pinças de curativo* serviam para a *extração de pedaços de vestidos*. O *trepano* servia nos casos em que a *bala estivesse encravada no osso*.

Os curativos não foram esquecidos, sendo que nos primeiros dias podia-se utilizar dos *escudetes de fios embebidos na água fria*, com uma *atadura contentiva*. Em outras ocasiões, deveria-se usar os *fios untados de creto, ou bálsamo de copaíba*.

Outra vez as fraturas foram alvo de sua atenção, e mais uma pista sobre os *inválidos da pátria* que tiveram seus membros superiores e inferiores amputados:

“A fratura que acompanha as vezes a ferida por arma de fogo pede que o membro seja colocado em aparelho conveniente, e que o doente fique privado dos movimentos, se a fratura for simples. Se porém for cominutiva e acompanhada de esquirolas soltas e aderentes, deve-se fazer a extração das livres, deixando para mais tarde a das aderentes, isto é, para quando se estabelecer a supuração, que ajudará a extração delas, e isto quando houver probabilidade da consolidação óssea; porém do contrário, só a amputação prévia remediará, se a isso se prestar a região”.³⁶¹

Se as fraturas, com essas complicações, exigiam a amputação, esta deveria ser executada seguindo esses critérios, de um cirurgião veterano partidário da *amputação imediata*:

“Quando deve se praticar a amputação de um membro ferido por arma de fogo? Muitos cirurgiões se opõem a amputação e acusam os cirurgiões militares por praticarem muitas amputações; entretanto nos parece que se deve amputar sempre que uma bala de artilharia leva parte de um membro, dilacerando seus tecidos, contundindo, esmagando e dilacerando-os com os ossos respectivos, que uma bala de fuzil penetrar em uma articulação, ou esta é aberta por um estilhaço.

As fraturas cominutivas reclamam amputação da parte, quando o osso e as partes moles forem reduzidos em massa informe, ou mesmo quando ela tem por sede um dos pontos da extensão do fêmur, ou de qualquer outro osso importante.

A ruptura dos vasos arteriais, venosos, e dos nervos, só reclamam amputação, quando for de recear a gangrena pelo derramamento do sangue, ou pela perda da ação nervosa.

Decidida a amputação quando deve ela ser praticada? A prática tem demonstrado que a amputação imediata deve ser praticada de preferência à consecutiva; devendo-se, porém, esperar que desapareçam os fenômenos de estupor geral, e que o ferido reconheça a

³⁶¹ Raymundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 14).

necessidade de ser praticada a amputação pelas dores que sente, e pelo estrago de seu membro.

A recessão é uma operação que reclama tempo e cuidado, pelo que só deve ser praticada nestas circunstâncias, conquanto a estatística seja à seu favor.

Terminaremos, declarando que somos partidários da amputação imediata”.³⁶²

Entre outros, um detalhe importante está encerrado neste fragmento. Raimundo afirmou que o prático deveria aguardar a passagem do *estupor*, sempre descrito como um sintoma comum aos que fossem feridos por *arma de fogo*, para que reconhecessem sua situação, grave, e que aceitassem a amputação. Para ele, quando o ferido voltasse à relativa sobriedade, e sentindo dores, provavelmente lancinantes, poderia, só assim, acrescento, se tivesse condições, reconhecer o seu estado e a necessidade da operação, legitimada por sua aprovação, e um alívio moral para os que fossem executar o ato cirúrgico. Outros cirurgiões veteranos tiveram opinião diferente deste candidato, e nos hospitais de campanha, com todos os problemas que lhe eram pertinentes, como a lotação, a gravidade dos ferimentos apresentados, principalmente os dessa ordem, fora a ausência de recursos e pessoal para auxiliar o cirurgião, condicionaram a amputação, com ou sem permissão do ferido, e em circunstâncias bem diferentes das que defendeu. Nem todos certamente tiveram condições de falar, ouvir ou até compreender o que estava acontecendo consigo e em sua volta. Recordo o caso do *cozinheiro* que não portava uma guia, informando de sua situação, e que por conseqüência não foi considerado na condição de inválido, mesmo que, eventualmente, tenha sido ferido em combate ou algum acidente proveniente de suas atividades a bordo de um navio envolvido em operações militares. Ainda assim, mesmo sendo partidário da *amputação imediata*, o candidato apresentou bons critérios para amputar os membros.

Um outro seu colega, veterano da campanha que ainda se desenvolvia, chamado Luiz Terêncio de Carvalhal, se propôs a escrever sobre o mesmo tema, quando publicou sua dissertação intitulada: *feridas por armas de fogo*,³⁶³ na Faculdade de Medicina da Bahia.

Em linhas gerais, Carvalhal seguiu com as mesmas observações que seu colega Raimundo; mas em algumas passagens fez determinadas diferenciações e desenvolveu assuntos e particularidades sobre o tema. Em suas definições sobre os projéteis, informou que eles eram formados por *chumbo ou ferro*. Eram utilizados por causa de

³⁶² Raimundo Caetano da Cunha. *op. cit.*, (página 15).

³⁶³ Luiz Terêncio de Carvalhal. *Feridas por Armas de Fogo*. Typographia de J. G. Tourinho. Bahia, 1869.

seu baixo preço, de seu peso e densidade *consideráveis* e que ainda eram *mais capazes de vencer todos os obstáculos, quando* eram animadas, as *balas*, por uma *força extrema*.

Como os demais, diferenciou os projéteis, definindo-os como *esféricos* e *cilindro-cônicos*. Interessantes são as suas observações sobre as suas particularidades e os seus desempenhos nas “economias”:

“Desviam-se facilmente de sua direção primitiva as balas esféricas, em razão do movimento de rotação por elas feito ao acaso, e por não ficarem adaptadas convenientemente as paredes da arma. Pelo efeito da conflagração da pólvora, uma bala esférica executa diferentes choques nas paredes da arma, até que o último dado na parede superior ou inferior lhe imprime um movimento para baixo ou para cima de que sempre provém um ângulo de desvio.

Este desvio não se dá, entretanto, com os projéteis de forma oblonga, e que são impelidos por armas de paredes raiadas, por que o seu movimento é sempre helicóide, sendo o eixo de sua translação. Não existe o que se chama vento d’arma, o qual é suprimido então pela pressão que o projétil exerce contra as paredes dela. Toda a pressão dos gases se dá na base da bala, de sorte que lhe comunica mais força de impulsão, e facilita uma direção sempre reta, ainda mesmo por entre os tecidos.”³⁶⁴

Daí depreende-se que os fuzis paraguaios tinham as suas limitações, e graves, quando comparados ao armamento utilizado pelos aliados, ou brasileiros. Ainda assim, os projéteis esféricos tinham igualmente as suas mortais características, quando impulsionados. Eles costumavam se fracionar quando se chocavam com ossos, igualmente fragmentando-os e espalhando *corpos estranhos* pelo organismo, ou, nesta mesma situação, provocando mais de uma saída, ou mesmo percorrendo estranhas trajetórias pelas “economias”. Como o último choque *dado na parede superior e inferior* do cano da arma imprimisse ao projétil o seu último movimento, é certo que os paraguaios, dependendo da situação, precisavam se aproximar mais, não fazendo pontaria propriamente dita, mas apenas dirigindo seus disparos para tentarem acertar as frações opostas, ao contrário de seus adversários, que se utilizavam do raiado, que imprimia uma maior *força de impulsão, sempre reta, ainda mesmo por entre os tecidos*, e portanto com maior e melhor desempenhos, mesmo quando utilizados, ou empregados nos *pontos em branco* ou de melhor *alcance da arma*.

Carvalho definiu os *caracteres locais das feridas*, fazendo importantes diferenciações:

“Se o projétil é de volume pouco considerável pode atravessar diversos órgãos e sair por um ponto muito diferente, dando lugar à uma ferida com duas aberturas, das quais é

³⁶⁴ Luiz Terêncio de Carvalho. *op. cit.*, (página 04).

menor e mais regular a de entrada, cujos bordos ficam deprimidos, e com menores despedaçamentos.

As feridas determinadas pelos grandes projéteis são sempre mortais se eles obrem por uma parte maior de seu próprio diâmetro.

São sempre conseqüências das contusões dos grossos projéteis a destruição de um ou mais órgãos do tronco, as fraturas e as dilacerações dos membros: é raro que a ferida não seja quase tão extensa, quando o diâmetro do membro, se eles ferem os membros, porém ordinariamente ficam estes suspensos por alguma porção dos tecidos moles”.³⁶⁵

Os projéteis da artilharia causavam maiores estragos e definiam, quando o atingido sobrevivia, uma amputação. Esse tipo de ferimento provocava o seguinte problema:

“Nos casos de fratura dos ossos dos membros, não se limitam estas somente à parte que o projétil tem tocado, estendem-se à lugares mais ou menos distantes, quer no cumprimento dos ossos, os quais fendem-se muitas vezes do alto à baixo, quer ainda em outros pontos, dando lugar a que o mesmo osso apresente duas ou mais fraturas, como já tivemos muitas ocasiões de ver

É raro que projéteis de grande calibre sejam encontrados na economia; em geral contundem, esmagam e em virtude de seu próprio peso tendem à separar-se das partes lesadas.”³⁶⁶

Já as *feridas produzidas pelos pequenos projéteis* reclamavam algumas atenções aqui já trabalhadas, por parte dos práticos. Os projéteis definiam na maior parte das vezes as *feridas contusas*, algumas vezes ofendendo apenas a pele - como provavelmente o foi em Dionísio, que depois da necrose - que sempre exala mau cheiro - ficou com oito centímetros de diâmetro do seu crânio à mostra, depois da atuação do dr. Artur - outras vezes ofendiam *uma profundidade maior, rasgando as camadas mais profundas, e até atravessando-as, para deixar ferimentos de duas aberturas*. Outra vez, o problema do trajetória nas “economias”:

“Se uma bala penetra nos tecidos, fazendo uma só abertura, é de supôr que ela tenha ficado no interior, e então deve o cirurgião empregar atenção minuciosa para verificar e proceder à sua extração. No caso da produção de duas aberturas, é muito provável que não se ache mais no interior dos órgãos corpo estranho, se bem que em alguns casos se tem verificado a existência de corpos estranhos no interior dos ferimentos de duas aberturas.”³⁶⁷

Ainda que fosse relativamente fácil identificar a entrada e a saída do projétil, porque as aberturas nunca tinham *a mesma extensão*, isto é, em situações aparentemente

³⁶⁵ Luiz Terêncio de Carvalho. *op. cit.*, (página 05).

³⁶⁶ Luiz Terêncio de Carvalho. *op. cit.*, (página 06).

³⁶⁷ Luiz Terêncio de Carvalho. *op. cit.*, (página 07).

corriqueiras ou quando o disparo fosse feito a pouca distância, a trajetória do projétil, e o que encontrasse em seu caminho, cobravam maiores preocupações dos cirurgiões militares:

“Se a bala, a proporção que penetra na economia, encontra tecidos mais densos e os arrasta, se divide em sua passagem, e entra perpendicularmente às partes e sai em direção oblíqua, a abertura da entrada é menor do que a da saída.

Quando o projétil arrasta consigo uma porção dos vestidos, quando os tecidos vivos são mais densos do lado de entrada do que do de saída, quando a bala ao entrar apresenta uma superfície maior do que em sua saída, a abertura de entrada também é maior.”³⁶⁸

Os projéteis esféricos provavelmente foram os mais encontrados nos organismos dos soldados aliados, pois eram utilizados pelos paraguaios, em suas armas *lisas*:

“As balas esféricas produzem uma abertura arredondada, de bordos deprimidos, cheios de equimoses; o centro da ferida apresenta uma perda de substância, ou é ocupado pelos retalhos do derma e tecido celular mortificados. Sua cor é enegrecida, em razão da contusão e dos sedimentos de pólvora queimada que dissolvem-se nos líquidos da ferida.

As aberturas de saída das balas esféricas nem sempre tomam a forma arredondada; os seus bordos são voltados para fora, e a equimose não aparece senão alguns dias depois.

Não é raro ver-se uma mesma bala produzir três e mais aberturas na superfície do corpo, assim como duas balas penetrarem pelo mesmo lugar, e saírem em pontos diversos, determinando o que se chama feridas múltiplas”.³⁶⁹

Em suas última linhas, Carvalhal observou os casos de *duas balas penetrarem pelo mesmo lugar*, ferimento do mesmo modo observado pelos seus demais colegas. Isto se deve ao recurso de duas *balas* acondicionadas no cano que aqui já foi mencionado, conforme se observou em outras passagens, e que era um proveito explorado pelos paraguaios, parece-me que para diminuir a sua desvantagem técnica, a que se apresentava em seu armamento, e que poderia receber algum tipo de compensação como esta, intentando causar maiores danos às formações aliadas. Fora isso, segundo as observações do candidato, não era *raro* que um mesmo projétil, normalmente esférico, produzisse *três e mais aberturas na superfície do corpo*, pois costumeiramente se fragmentava quando se chocava com os ossos, e portanto, seguindo uma “lógica” das trajetórias dos projéteis e suas especificidades, acrescento, poderia causar eventuais ferimentos nos que estavam ao lado, à frente ou atrás do que recebesse o disparo e dependendo da região corporal que houvesse sido alvejada. Homens formando *coluna*, *fileira*, ou um *quadrado*, isto é, dependendo da situação tática que

³⁶⁸ Luiz Terêncio de Carvalhal. *op. cit.*, (página 07).

³⁶⁹ Luiz Terêncio de Carvalhal. *op. cit.*, (página 07).

fossem exigidos, era de se temer que o ferimento do camarada ao lado pudesse, em especiais circunstâncias, com a utilização do projétil esférico, de uso do inimigo, causar um outro ferimento aos mais próximos. Fora as características, já observadas, da munição empregada pela artilharia, que, se não se chocava, em um impacto direto, com os indivíduos, pelo menos poderia transformar outros objetos, como armas, ou os acessórios, até mesmo pedras que estavam no chão e os corpos dos que fossem diretamente alvejados, em outros objetos de alta velocidade, que feriam ou mesmo provocavam a morte dos que estivessem mais próximos.

O que acontecia quando estes artefatos penetrassem nos corpos? Carvalho procurou observar essa outra particularidade:

“Quando os projéteis penetram na economia, obram de diversa maneira sobre os diversos tecidos. O tecido celular é sempre perfurado; as aponevroses e o tecido fibroso podem apresentar perdas de substâncias ou dar lugar a passagem do corpo estranho por uma simples fenda no sentido da direção das fibras; os tendões em razão da sua mobilidade, e umedecidos pelos líquidos das bolsas sinoviais, podem ser despedaçados e contusos, ou escapar à ação dos projéteis. O tecido muscular é dentre todos o que oferece menos resistência aos projéteis, que o podem dividir e atravessar mais ou menos diretamente, esteja ele em estado de contração, ou de relaxamento.

A tensão e a contração dos músculos favorecem a sua divisão, apresentando às balas a resistência necessária para firmar sua ação, que será amortecida pelo estado de relaxamento. Em consequência, pois da contração de uns e relaxamento de outros músculos no momento do ferimento, os projéteis tendem sempre a mudar a direção quando se introduzem nos tecidos.

As partes duras da economia sofrem lesões diferentes. As cartilagens podem escapar à ação dos projéteis por causa de sua elasticidade, mas outras vezes podem sofrer lesões bastante extensas; os ossos pela sua dureza podem resistir aos projéteis, mas ordinariamente são fraturados.

Os canais formados pelas balas são pois irregulares desde o ponto de entrada até o de saída, pelo que a teoria de Dupuytren, a qual sustenta que todo canal construído por uma bala representa um cone, cuja base está na sua abertura de saída, não pode ser explicada.”

³⁷⁰

Não só os ossos poderiam ser barreiras ou superfícies desviantes dos projéteis, outras *partes duras da economia* poderiam provocar o mesmo efeito, como as *cartilagens*, que tinham, naquelas situações, propriedades elásticas; mas em outras circunstâncias, condicionadas pela velocidade, peso e movimento do projétil, poderiam se fragmentar, transformando-se em inconvenientes *corpos estranhos* que deveriam ser removidos, isto é, quando possível. Justiniano de Castro Rebello, um outro cirurgião veterano, da *Armada*, observou que a *cartilagem* e os *ossos* poderiam ser contundidos,

³⁷⁰ Luiz Terêncio Carvalho. *op. cit.*, (página 08).

fraturados, perfurados e desorganizados.³⁷¹ Se os ossos na maioria das vezes eram fraturados, a única solução, ou meio apropriado para tratar esse tipo de lesão, nas condições agravantes consubstanciadas nos “acidentes”, decorrentes de uma recuperação incompleta, e interpretada como a ação mais indicada, era a amputação do membro atingido, que poderia ser um braço, parte dele, da mão, ou mesmo do pé, ou outras partes dos membros inferiores. Nota-se, na leitura, entre outros documentos, das ordens do dia, que a perda dos dedos da mão foi comum para muitos combatentes. Talvez essa amputação fosse causada pelos estilhaços e projéteis, que praticavam, pelos seus próprios movimentos, a “amputação” dos pequenos membros, e que nos hospitais simplesmente recebiam uma outra, para corrigir prováveis falhas da primeira, e involuntária. O pacato lavrador de Itaquí, ex-combatente, reformado sem receber seus direitos, José Rodrigues da Silva, que será conhecido em outro capítulo, pode ter perdido seus dedos e um de seus olhos em uma dessas situações.

Na sintomatologia dos *ferimentos por armas de fogo*, outras características e diferenciações foram apreciadas. Para Carvalhal, como outros colegas, as feridas determinavam *dores que estavam em relação com a sensibilidade e condições morais de cada indivíduo*. Uma clara referência aos *ferimentos por arma de fogo* nos militares, supostamente mais aptos para receberem esse ferimento e que tinham condições, por sua profissão, de suportá-los com “estoicismo”. Em algumas ocasiões, *no momento do ferimento*, alguns se tornavam *insensíveis à ele, e continuavam no mesmo ardor do combate, despertando só a vista do sangue*; outros tinham *a sensação surda de uma pancada*. Entretanto, as hemorragias aconteciam *quando eram lesados os grossos vasos*, mas o fenômeno mais comum no ato do ferimento era a *comoção*, definida por ele da seguinte maneira:

“O abalo produzido pelo choque do projétil, repercutindo-se pela economia produz o que se chama comoção; mas para que esta apareça, é preciso que o choque do projétil tenha sido dado em alguma parte sólida do corpo, a qual posta em oscilação o transmita a todo organismo. Manifesta-se a comoção nos membros e nas vísceras, e é tanto mais grave, quando mais moles e mais vasculares são as partes afetadas.

O estupor é caracterizado pelo entorpecimento, e pela insensibilidade das partes feridas, pela suspensão da circulação, e pelo abaixamento da temperatura, fenômenos que ou cessam proporcionalmente, se a lesão é pouco considerável, ou são seguidos, nos casos de maior gravidade de congestões ativas, acidentes inflamatórios, supurações profundas, ou mesmo de esfacêlo das partes lesadas.

³⁷¹ Justiniano de Castro Rebello. *Das Operações Reclamadas pelas Feridas por Armas de Fogo*. Tipographia de Rensburg. Rio de Janeiro, 1868. (página 07)

Além do estupor local, o que o choque violento dos grossos projéteis dá lugar a um estupor geral, que chega ao ponto de obstar toda a ação vital do organismo: neste caso tudo que se passa ao redor dos doentes, mesmo relativamente à sua situação, lhes é estranho; a sua pele fria, o pulso fraco, e muitas vezes intermitente; a respiração é lenta e o olhar fixo. Eles ficam insensíveis à dor, em contínua sonolência, e a morte quase sempre os vem tirar deste estado.”³⁷²

Essa descrição pode ser dirigida aos casos mais graves, normalmente os que fossem atingidos por qualquer artefato proveniente do fogo de artilharia. Mas, existiam outros sintomas, normalmente resultantes de situações menos graves:

“Nos casos mais felizes, quando se declara a reação desde logo, sobrevêm frios, febres com intermitência, calor, delírio e vômitos, que são outros tantos sintomas gerais que sempre se deve temer.

Passados os primeiros instantes reaparece a sensibilidade nas partes afetadas, e os feridos voltam ao estado normal de suas faculdades, se estas se perturbaram um momento pelo estado de comoção e de torpor; a dor-surda torna-se pouco à pouco muito viva e prolongada, principalmente se foram destruídos grossos troncos nervosos. Declara-se geralmente no segundo dia a inflamação das partes visinhas da ferida, e é tanto mais considerável quanto maior é a ferida ou a contusão, e casos há em que ela se estende à um membro inteiro, dando lugar à uma dor incessante, à uma febre intensa, e muitas vezes à mortificação dos tecidos; porém, a supuração não tarda também a estabelecer-se, sobrevindo a separação das escaras, pelo que se aprecia a grandeza total da ferida; é muitas vezes em tão grande abundância esta supuração, principalmente nas feridas das articulações, que as forças dos feridos se esgotam pouco a pouco até a extinção completa da vida.”³⁷³

Essas últimas observações podem ser utilizadas para procurar algum entendimento sobre o ato do ferimento de Dionísio Cerqueira, do qual só trabalhei no momento em que começou a receber o seu tratamento. Em Lomas Valentinas, o combatente baiano estava montado, e de maneira muito feliz descreveu os sintomas, os *primários* ou *primitivos* e os *consecutivos*, quando foi ferido por um projétil, em sua cabeça, em seu lado esquerdo:

“De repente, senti à esquerda um grande clarão na cabeça, um golpe pesado, que pareceu a pancada de um martelo e me produziu no cérebro uma zuniada, que bem se podia comparar ao tinido de um malho contundindo bigorna de aço. Tonteei e agarrei-me ao arção da sela com as duas mãos. O cavalo empinou-se. Caí sem sentidos. Tudo isso passou rápido como o relâmpago, que me atordoou.

Depois...não posso dizer quanto tempo durou essa vertigem; tornei a mim e sentei-me no chão. A minha blusa já não era branca, estava vermelha do sangue, que me empastava o rosto e saía copioso, turvando-me a vista. Não sentia dores. Levantei-me cambaleando. (...) Tudo andava-me a roda. Sentei-me de novo.”³⁷⁴

³⁷² Luiz Terêncio Carvalhal. *op. cit.*, (página 09).

³⁷³ Luiz Terêncio Carvalhal. *op. cit.*, (página 09).

³⁷⁴ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 283).

Dionísio sentiu um *estupor local*? Uma *comoção*? Seu ferimento, conforme já foi visto, não foi grave, apesar de ter sido infringido em uma região particularmente perigosa e sensível, a cabeça. Em todos os momentos, após o ferimento, o combatente não conseguia identificar claramente o que estava acontecendo, sendo que depois, a sua situação foi se estabilizando; mas não em condições satisfatórias:

“...conduzido pelo cavalo manco, lentamente e atordoad. Não me lembro claramente do que vi até chegar ao hospital. Era uma confusão violenta de homens a *marche-marche* e cavalos a galope, brados de avançar, feridos e mortos, toques de corneta incessantes e tiros de fuzil, surriadas de canhões e foguetes à Congrève, gemidos e vivas, que faziam trepidar o meu pobre corpo, provocando-me uma sensação de náusea indefinível.”³⁷⁵

Depois de ter recebido o primeiro curativo, apenas um paliativo se for considerada a sua real situação, obteve um *cartucho* retirado da *patrona*, de seu *camarada*, Antônio Faustino, que já havia sido ferido no combate do *Estabelecimento*, e que, por experiência, alertou-o que o ferimento causava muita sede. Dionísio continuou a sua confusa e solitária marcha em direção ao acampamento:

“Devia ser interessante a minha figura naquela estado. Parti, deixando-me conduzir pelo cavalo, naquele momento superior pelo instinto. Escureceu completamente, nem uma estrela brilhava no céu. A chuva flagelava-me em bátegas. Rompiam as trevas os clarões dos relâmpagos e dos canhões. Lembrei-me que tinha cigarros feitos e um isqueiro. Pretendi fumar; não pude erquer o braço direito para meter a mão no bolso da calça, estava parálítico do lado direito. Pela face esquerda escorria-me um filete de sangue quente, que descia da ferida, a poucos centímetros acima da orelha esquerda. Não tinha perfeita consciência do meu estado; estava ainda atordoad.”³⁷⁶

Foi no caminho que encontrou um grupo de soldados, que, como ele, estavam feridos e procurando algum auxílio:

“Quis perguntar-lhes se era aquele o caminho para Vileta; não pude lembrar-me das palavras para formular a pergunta. Tinha perdido a memória da linguagem. Os sons que pude proferir eram como gritos de mudo. Segui. O que se passou, na minha alma de angústia e dor, não posso descrever. Aterrou-me a minha situação; considerava-me perdido. A consciência era lúcida, mas eu não sabia falar, nem sabia dar nome às coisas. Estava afásico e amnésico. Quis blasfemar; desejei a morte; mas venceu a santa imagem da mãe que me havia inoculado a alma idéias profundamente cristãs, e, quase consolado,

³⁷⁵ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 284).

³⁷⁶ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 288).

resignei-me à minha triste sorte. E continuei a viajar. Alta noite vi luzes. O cavalo seguia sempre, manco e sangrando, conduzindo-me lentamente.”³⁷⁷

Dionísio havia perdido a fala, os movimentos do braço direito e grande parte de sua clarividência. Permanecia com o seu ferimento na cabeça sem um tratamento condizente pela sua gravidade, estava atordoado, permanecia sozinho, desconfortavelmente molhado, montado em um cavalo que lhe conduzia pelo *instinto*, que igualmente estava ferido, e ambos perdidos, sem apoio ou assistência. Interessante ter se recordado da figura materna. Rousseau, em seu estudo, notou, em algumas passagens de seu trabalho, que os homens, quando em uma situação desesperadora, de incomensuráveis desgates físico e psicológico, com a proximidade da morte, da ameaça dos ferimentos graves, costumam clamar pela figura materna, à procura de segurança, em busca de um recurso que não existe no mundo exterior,³⁷⁸ mas apenas no interior. Qual foi a *santa imagem* materna que lhe veio em sua consciência? A figura da mãe, propriamente dita, ou da *Piedade*? Não estavam incorporadas em uma só entidade?

Dionísio conseguiu chegar ao acampamento, onde estavam outros de seus *camaradas*, e foi lá que conseguiu, por causa das perguntas preocupadas de seus amigos, apenas balbuciar a palavra “*furudu*”. Foi recolhido, sendo-lhe ministrada uma substância, costumeiramente aplicada para restabelecer as forças dos que estivessem doentes e feridos, principalmente os que tivessem perdido sangue, em pequenas ou grandes hemorragias:

“Eram meus amigos: condoeram-se de mim. Tiraram-me as botas, despiram-me e deitaram-me no jirau do Tupinambá. Mandaram chamar um médico; veio o Acióli, estudante de medicina, que fora meu colega no colégio Dois de Julho, na Bahia. Como eu tivesse perdido muito sangue, mandou vir uma garrafa de vinho do Porto e deu-me a beber um copo cheio. Dentro em pouco, sentia náuseas; quis pedir uma bacia, mas não sabia como: vomitei no chão e fui acometido de uma dor de cabeça que me matava. Dormi pesadamente. No dia seguinte, falava claro, e voltava-me a memória.”³⁷⁹

Dionísio ainda pôde contar com o auxílio de outros camaradas, e isto significa o quanto era importante tê-los para sobreviver naquele meio. No caso, nem sempre se poderia contar com o auxílio de um nosocômio, e ainda assim, quando caído no campo, em decorrência dos ferimentos recebidos, era preciso ser levado a um estabelecimento,

³⁷⁷ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 288).

³⁷⁸ Frédéric Rousseau. *op. cit.*, (página 253).

³⁷⁹ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 288).

sendo que muitas vezes esse transporte era feito pelos próximos, e não pelo serviço médico que era sempre falho, inclusive na remoção dos feridos.

No geral Luiz Carvalhal segue as mesmas linhas do trabalho anterior, observando e descrevendo os principais “acidentes” que acometiam os pacientes feridos por armas de fogo, como a *gangrena*, o *tétano*, a *podridão de hospital*, as *hemorragias*, etc. E para a extração dos *corpos estranhos*, também indicou o *desbriamento*, a *contra-abertura*, que deveriam ser promovidas com os instrumentos que possuíam, como o *saca-balas*, *pinças* e *bisturis*.

Outro veterano, Justiniano de Castro Rebello, *cavaleiro da ordem imperial do cruzeiro*, *da ordem de cristo*, *oficial e cavaleiro da ordem da rosa*, *condecorado com a medalha da campanha oriental de 1865*, e *2º cirurgião honorário da armada brasileira e 1º cirurgião da comissão da esquadra contra o Paraguai*, do mesmo modo publicou sua tese com o título de *Das operações reclamadas pelas feridas por armas de fogo*,³⁸⁰ defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Na sua introdução, Justiniano informou que havia sido contratado em 1864, para servir no *Corpo de Saúde da Armada Imperial*, e que no *espaço de mais de três anos* foi-lhe *confiado o honroso cargo de segundo Cirurgião de um navio encouraçado*.

Em seus estudos sobre a *anatomias patológicas* dos ferimentos desta natureza, não se distinguiu dos seus demais colegas, definindo quais as principais características e diferenciações dos projéteis utilizados em combate, tanto da infantaria, quanto da artilharia e principalmente os seus efeitos nos organismos. No entanto, fez uma importante diferenciação quanto à distância dos disparos e de como isso influenciava os ferimentos, no ato em que eram infligidos:

“Ordinariamente, quando o tiro parte de mui perto, e a bala atravessa perpendicularmente os tecidos moles, as dimensões das duas aberturas são pouco mais ou menos as mesmas. Se, porém, penetra em direção oblíqua, pode arrancar uma porção mais considerável de tecidos, e a abertura de entrada torna-se naturalmente maior, principalmente quando o projétil sai em sentido perpendicular. O mesmo acontece nos casos em que a bucha da arma, ou fragmento dos vestidos do ofendido mergulha na ferida, e fica no trajeto da bala, e quando a densidade dos tecidos é mais forte do lado da entrada.”³⁸¹

³⁸⁰ Justiniano de Castro Rebello. *Das operações reclamadas pelas feridas por armas de fogo*. Typographia de Rensburg. Rio de Janeiro, 1868.

³⁸¹ Justiniano de Castro Rebello. *op. cit.*, (página 06).

É a esta questão, as trajetórias dos projéteis, que mais este candidato dirige sua atenção, e o quanto de relevante se revestia o assunto, para que o paciente recebesse o melhor tratamento, ou o mais ao alcance.

Em *sintomalogia* (sintomatologia), Justiniano, diferente de seus colegas, foi um pouco mais criterioso em relação aos militares:

“As vezes, posto que raro, o militar morre exaurido no campo de batalha, se o ferimento, que recebeu, interessou regiões ricas, separando completa ou incompletamente artérias volumosas.

Muitos só percebem, que estão feridos, pelo corrimento do sangue, ou avisado, pelos seus camaradas, e não podem caminhar, supondo atirados em um fosso.

Uns sentem dores gravativas; outros experimentam torpor local, que ordinariamente se propaga até as articulações próximas.”³⁸²

Os sintomas poderiam ser divididos em *primitivos* e *consecutivos*. Os primeiros poderiam ser o *torpor geral*, a *prostração*, a *palidez*, os *suores frios*, *dejeções involuntárias* e a *insensibilidade*. Os segundos acusavam o aparecimento da *gangrena*, ou *mortificação produzida pela máxima contusão*, do mesmo modo era presente, em vários estágios, a coloração do ferimento, que ia mudando de tons conforme o tempo, mormente se possuísse complicações.

A originalidade de Justiniano, se confrontado com os outros veteranos, reside em suas observações sobre os problemas mais comuns, para os profissionais de saúde, ou cirurgiões militares, em nosocômios de campanha, isto é, quando na prática, com numerosos feridos e suas demandas particulares, atuantes em lugares habitualmente dotados de poucos recursos. Na parte relativa ao *diagnóstico*, ele esclareceu:

“Trataremos somente do diagnóstico geral das feridas por armas de fogo; pois que a ele basta acrescentar os sintomas, e sinais próprios, ensinados pela Cirurgia especial, como particulares das lesões deste ou daquele órgão.

Em geral a lividez pronunciada, a desorganização mais ou menos extensa, a secura, e estupor da parte lesada bastam para distinguí-las das outras espécies de feridas.

Este diagnóstico deve ser estabelecido com alguma rapidez no campo de batalha, num hospital de sangue, onde a cada ferido se pode apenas consagrar poucos minutos, tendo todos igual direito.

O Cirurgião deverá informar-se dos enfermeiros soldados de qualquer circunstância do fato, como hemorragia havia, etc.”³⁸³

³⁸² Justiniano de Castro Rebello. *op. cit.*, (página 10).

³⁸³ Justiniano de Castro Rebello. *op. cit.*, (página 14).

Em primeiro lugar, Justiano bem observou, segundo as suas práticas, de pelo menos três anos, na guerra, que um médico não dispunha de muito tempo, ou o realmente necessário, para avaliar toda a extensão e a gravidade de um ferimento por arma de fogo, que demandava um maior tempo, inclusive para tratamento. É óbvio que essas situações foram corriqueiras até nos períodos em que os combates, ou pelo menos os de maior monta, diminuíram, o que não impedia o aparecimento de outros, de menor grau, envolvendo menores efetivos, em situações já descritas, como nas avançadas, destacamentos, etc. Em um hospital de campanha, deveriam aparecer inúmeros outros casos, e não necessariamente provocados por *armas de fogo*. O quadro nosológico, médico e cirúrgico da guerra foi amplo, e igualmente oferece oportunidades para posteriores trabalhos. O candidato chamou a atenção para a importância dos *enfermeiros soldados*. Eram eles, na verdade, que passavam a maior parte do tempo com os pacientes, e provavelmente eram responsáveis, quando necessário, até na execução de tratamentos de maior monta, e que não contavam com o auxílio ostensivo dos médicos. Eles tinham como função, e obrigação, executar o serviço das maneiras mais ao seu alcance.

Quando havia a necessidade de verificação dos corpos estranhos, Justiniano fez interessante ressalva sobre a falta de tempo, a gravidade dos ferimentos e suas conseqüentes exigências:

“Os corpos estranhos são que mais comumente necessitam o emprego de práticas especiais para o seu descobrimento.

(...)

Assim, pois, se o Cirurgião por encontrar uma ferida tendo uma só abertura, e por qualquer outro indício presumir a existência de um corpo estranho, pode empregar o diagnóstico o mesmo instrumento, que vai servir na extração.

A presença de uma única abertura nem sempre significa, entretanto, que existe no interior da ferida um corpo estranho: porque, como já dissemos, uma bala pode levar adiante de si uma parte dos vestidos, sem os romper, e sair com eles no despir do doente.

Não se deve, também, em rigor, afirmar que não há corpo estranho na ferida, que tiver duas aberturas; porque a mesma arma pode conter duas balas, e estas penetrando, muitas vezes se desviam, ficando uma, e saindo a outra.

Ordinariamente, o Cirurgião introduz na ferida seu dedo indicador, dilata-a se ela não é bastante ampla, ou serve-se de uma sonda, sobretudo da tenta canula.

Nos hospitais de sangue quase não há ocasião, nem tempo para o emprego da sonda de porcelana, mesmo quando seja infalível seu resultado.

O doente, que passa de um hospital de sangue para outro, definitivo, tanto quanto for possível, deve ser acompanhado de um sinal, qualquer, que indique se houve extração, ou não, de corpos estranhos, afim de evitar-se nova exploração da ferida, a qual nem sempre é inocente.”³⁸⁴

³⁸⁴ Justiniano de Castro Rebello. *op. cit.*, (página 15).

Entre outras ações que aqui já foram vistas por outros cirurgiões, Justiniano observou, em mais de uma passagem, sobre um problema que sem dúvida alguma era presente nos hospitais de campanha - a falta de tempo - até mesmo para empregar instrumentos que exigissem maiores trabalhos para serem utilizados e proporcionassem um diagnóstico mais seguro, ou *infalível*. Os problemas, porém, não ficavam restritos ao tempo, exíguo; mas se desenvolviam, do mesmo modo, na falta de materiais. O candidato, quando observou sobre a *hemostasia*, também fez interessantes comparações, e mais uma ressalva:

“As hemorragias nos ferimentos por armas de fogo aparecem (...) no momento do acidente, ou se manifestam algum tempo depois.

(...)

Em todo o caso, deve-se o mais breve possível sustá-las, e prevenir a sua volta.

Na prática civil, a ligadura é o meio por excelência empregado, quando o corrimento sanguíneo é abundante, e o vaso lesado calibroso: pratica-se sobre a ferida mesma, ou em um ponto afastado.

(...)

Cumprir observar, que nem sempre no campo de batalha se pode ter à mão, e empregar todos estes meios, inclusive a ligadura, em todas as feridas complicadas de hemorragia; por isso, que muitas vezes o cirurgião se vê forçado a servir-se de objetos, que pouco próprios na verdade, podem entretanto sustar provisoriamente a perda de sangue.

Pedaços de pau, e mesmo pedras envolvidas em panos, e aplicados como torniquete por meio de lenços, gravatas, correias, etc., já tem servido com proveito nas grandes guerras.”³⁸⁵

Se os *ferimentos por arma de fogo* exigiam maior atenção para serem diagnosticados, igualmente demandavam maiores intervalos e recurso para serem tratados. Sendo assim, os pacientes deveriam ser transferidos para outros locais, também eles estabelecimentos voltados ao tratamento, situados no próprio Paraguai ou próximos, localizados na rota que ligava o teatro de operações com a Corte. Levando-se em consideração a remoção dos inválidos, muitos eram remetidos para os hospitais da Corte, para continuar com sua terapia, quando não submetidos a novas operações reparadoras em suas antigas amputações, que exigiam, como o antigo ferimento, dependendo de sua gravidade, maiores recursos e tempo. Sim, certamente o paciente deveria ir, teoricamente, *acompanhado de um sinal*, porque se chegasse aos novos lugares, e o novo *prático* ignorasse as suas particularidades, se desconhecesse a ocorrência com um paciente que havia recebido um *ferimento por arma de fogo*, com

³⁸⁵ Justiniano de Castro Rebello. *op. cit.*, (páginas 22 e 23).

todas as suas complicações aqui exaustivamente trabalhadas, provavelmente o ferimento receberia uma nova e prejudicial investigação, isto é, se não pudesse o paciente informar o que lhe havia acontecido, algo remoto quando se tratava destes ferimentos, e ainda assim, mesmo que estivesse lúcido quando recebeu os primeiros socorros, talvez não se mantivesse na mesma circunstância durante todo o tratamento, para saber o que estava acontecendo, e ter ciência de suas particularidades. Possivelmente, a ausência de guias, ou outros *sinais* - como no caso do *cozinheiro* que não foi considerado inválido, e nada informou porque não tinha condições de falar - tenha agravado o quadro de muitos que ainda sobreviveram aos combates, por *armas brancas* ou de *fogo*, aos ferimentos que sempre possuíam as suas numerosas complicações, *primitivas* e *consecutivas*, aos temidos hospitais de campanha, seus atarefados cirurgiões militares e *enfermeiros soldados*, aos transportes de guerra, e que conseguiram chegar com vida na Corte; mas que, ainda assim, depois de tudo, por lá possam ter ficado em algum cemitério nas redondezas da cidade.

O número de amputações foi significativo em todas as intervenções cirúrgicas promovidas após os combates. Entretanto, Justiniano se diferenciou mais uma vez de seu demais colegas, pela seguinte opinião quanto à amputação, ou melhor, em que situações ela poderia ser promovida, sobretudo no campo:

“...resta a questão da amputação imediata ou consecutiva, a cujo respeito tem havido opiniões em contrário.

Faure em uma memória laureada pela Academia francesa, sustenta a operação consecutiva, posto que gabe as vantagens da primitiva, que foi igualmente combatida por Hunter. Hoje, porém, a maioria dos Cirurgiões se declara em favor desta última, e as estatísticas colhidas nas guerras recentes da Europa testemunham os insucessos das amputações consecutivas.

A vista disto somos mais em favor do método das operações primitivas adotado pelos médicos franceses, que amputam, logo que o torpor tenha passado.

Entretanto, quando o período inflamatório sobrevêm, é conveniente esperar, que ele desapareça, afim de praticar-se a operação, a menos que não hajam complicações graves, que a reclamem imediatamente.

Vem aqui, naturalmente, a questão da anestesia, que nos parece de bom senso. Os meios anestésicos são em geral desnecessários uma vez que se pratica a operação quando o doente, posto que já tenha saído um pouco do estado de torpor profundo, e principie a reanimar-se, não tem, entretanto, recuperado ainda a sensibilidade normal

O clorofórmio será portanto reservado para os casos de exaltação de sensibilidade, o que é raro como fato primitivo.”³⁸⁶

³⁸⁶ Justiniano de Castro Rebello. *op. cit.*, (página 29).

O candidato era partidário das *amputações imediatas*, cujas vantagens, ou suas interpretações, já foram trabalhadas. Mas, a observação sobre a anestesia é o que chama a atenção. Parece, então, que Justiniano aproveitava o estado de *torpor*, profundo, para praticar a amputação de um membro gravemente atingido por um projétil ou talvez qualquer outro instrumento perfurante, contundente ou cortante. Isto demonstra que nem todos os cirurgiões, em campanha, utilizavam-se do *clorofórmio*, e que possivelmente fosse uma substância mais rara e menos usada do que comumente se pensa. Ela, realmente, como observou o candidato, deveria ser reservada para os casos que apresentassem alguma sensibilidade exacerbada, ou, talvez, permanece a dúvida, fosse apenas empregada no tratamento de determinados indivíduos, como os oficiais superiores e até inferiores. As listas - com o material e substâncias de uso cirúrgico, estas tendo as suas quantidades discriminadas - são relativamente numerosas, e são encontradas nos arquivos, por isso, aguardam novos questionamentos.

A secção era uma operação amplamente praticada. Muitos pacientes não sobreviviam após a cirurgia, não só pela gravidade do ato cirúrgico que é extremo; mas igualmente pelas péssimas condições higiênicas encontradas nos hospitais e enfermarias, o que acabava acarretando graves e quase sempre mortais prejuízos pós-operatórios, os “acidentes” a que todos os cirurgiões se referem em suas teses. Justiano indicou em que situações deveria haver a amputação, no caso, considerando-se os *ferimentos por armas de fogo*:

“Isto posto, nós procuraremos expôr as indicações das amputações na generalidade dos ferimentos por armas de fogo (...)

Em geral, a amputação é indicada nas circunstâncias seguintes:

1º Quando um membro é arrancado por um grosso projétil.

2º Quando uma extremidade fortemente contundida apresenta perda considerável de tecidos moles com fraturas dos ossos.

3º Quando uma bala fere obliquamente um membro, dilacerando os músculos, nervos e vasos, fraturando os ossos em muitos pedaços sem que a pele apresente vestígios de alteração profunda.

4º Quando o projétil leva adiante de si porção de tecidos moles, deixando grande parte do osso desnudado.

5º Quando os ossos são fraturados cominutivamente com lesão dos vasos principais.

6º Quando uma articulação importante é aberta, e que uma extremidade articular do osso é fraturada.

7º Quando existe fratura cominutiva nas extremidades articulares, com dilaceração das partes moles e engastamento do projétil.

8º Quando estas extremidades são luxadas, e que há arrancamento das inserções ligamentosas, e rotura de vasos e nervos.

9º Quando finalmente aparece gangrena traumática, e supuração muito abundante.

As diversas complicações, de que tais ferimentos são de ordinário acompanhados, a dificuldade de fazer-se a ligadura dos vasos, e as cicatrizes irregulares, que se formam, são dados suficientes para decidir o Cirurgião militar a praticar a amputação, sobretudo no campo de batalha.”³⁸⁷

Fora as indicações estabelecidas em nove itens, e que serviam como orientadoras da maioria dos cirurgiões militares, as observações sobre as operações custosas para se tentar salvar um membro são novamente presentes, o que indica, sem dúvida, que uma amputação era bem mais prática para eles, cirurgiões militares, bem como para os pacientes; e com a sua realização, procurava-se evitar o aparecimento de *complicações* ou os *acidentes*, mas, na página trezentos e quarenta, o cirurgião-mór informou sobre a questão:

“Tive informações, de que grande número dos amputados do Exército, por ferimentos recebidos na batalha do dia 03 do corrente, em Tuiuti, teve o tétanos, complicando seus ferimentos, e causando-lhes morte.”³⁸⁸

Carlos Frederico limitou suas críticas ao serviço de saúde do exército. No entanto, o corpo de saúde da esquadra, mesmo sendo aparentemente mais organizado, possuía muitos pacientes amputados, sendo numerosos os falecimentos após o ato cirúrgico. A medicina de então não detinha amplos recursos, ou otimistas chances de sobrevivência aos mutilados. A limitação não ficava restrita, apenas, aos recursos físicos, aos instrumentos, à investigação cirúrgica e à higiene. Após Curupaiti, quando os hospitais estavam com excesso de pacientes, um oficial fez interessantes observações sobre o exaustivo serviço:

“Os trabalhos do hospital de sangue encerraram-se no dia 22 à meia hora depois da meia noite, e no dia 23 às 4 ½ da tarde, sendo interrompidos no dia 22 em consequência de não ser prudente a prática de amputações durante a noite, ficando por isso 19 desses casos para serem operados no dia 23, como efetivamente forão.”³⁸⁹

³⁸⁷ Justiniano de Castro Rebello. *op. cit.*, (páginas 25).

³⁸⁸ Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo. *op. cit.*, (página 340).

³⁸⁹ (ordem de dia nº 88, sobre Curupaiti). BRASIL. Ministério da Guerra. *Exército em Operações na República do Paraguay. (Anteriormente exército em operações na Província de S. Pedro do Sul). 2º Corpo, sob commando em chefe do Exm. Sr. Tenente-General Manoel Marques de Souza. Conde de Porto Alegre. Ordem do dia. 2º volume. (compreendendo as de n. 50 a 103). 1866 a 1867.* Thypographia de Francisco Alves de Souza. Rio de Janeiro, 1877. (páginas 410 e 411).

Segundo Lycurgo Santos Filho, em seu trabalho sobre a história geral da medicina no Brasil, na parte referente à medicina militar durante a guerra, a amputação foi de fato um recurso comum:

“As amputações constituíram a maioria dos atos cirúrgicos. Eram praticadas sob anestesia, pelo clorofórmio, algum tempo depois de o combatente haver sido ferido. E a percentagem de óbitos foi bastante elevada. A “gangrena dos hospitais”, resultante da ausência de assepsia, infectou grande parte dos operados, causando-lhes a morte.”³⁹⁰

Não estou bem certo de que a amputação, conforme observou Lycurgo, tenha sido praticada com *anestesia, pelo clorofórmio, algum tempo depois* do paciente ter sido ferido em combate, conforme as observações de um cirurgião veterano. Entrementes, Lycurgo estava certo de que as amputações foram as mais numerosas operações praticadas no campo, e isto pode ser constatado, por exemplo, no diário do Capitão-Tenente Manuel Carneiro da Rocha, integrante do estado-maior de Tamandaré na esquadra, em suas anotações dos dias 22 de setembro (Curupaiti), e 13 e 17 de outubro de 1866, respectivamente:

“Tivemos quatro mortos e oito feridos, dois dos quais foram amputados nas pernas”.

“Houve tiroteio forte entre as avançadas do 2º Corpo, resultando a morte de quatro soldados e ferimentos em seis, dois dos quais foram amputados.”

“Cinco balas chegaram a bordo, felizmente só houve um soldado ferido na mão, a qual foi amputada logo.”³⁹¹

Como nas memórias de Von Hoonholtz (posteriormente, Barão de Teffê), participante da guerra, veterano da batalha do Riachuelo e de outras operações em que a marinha participou durante o conflito:

“Ocupei o meu tempo em visitar os meus 5 feridos (dos quais dois amputados) e também os paraguaio, um amputado e outro sem o olho direito.”³⁹²

³⁹⁰ Lycurgo de Castro Santos Filho. *História Geral da Medicina Brasileira*. Hucitec/Edusp Editoras. São Paulo, 1991. (página 566).

³⁹¹ Manuel Carneiro da Rocha. *Diário da Campanha Naval do Paraguai. 1866*. Serviço de Documentação da Marinha. Rio de Janeiro, 1999.

³⁹² Antonio Luiz Von Hoonholtz. *Memórias do Almirante Barão de Teffê. A Batalha Naval do Riachuelo contada à família em carta íntima poucos dias depois d’esse feito pelo 1º Tenente Antonio Luiz Von Hoonholtz (mais tarde Barão de Teffê). Junho de 1865*. Livraria Guarnier Irmãos. Rio de Janeiro, 1911. (página 100).

É em documentos, para ser mais exato, em uma requisição para ser admitido ao *Asilo dos Inválidos da Marinha*, que as situações cotidianas de combate que os homens enfrentavam na guerra podem ser parcialmente trazidas. Em 1876, um *inválido da pátria*, chamado Guilherme Sebastião de Santana, reformado, sem o seu braço esquerdo, que fora amputado no ano de 1868, no Paraguai, entrou com um pedido, no ministério da marinha, solicitando *a graça de lhe ser concedida uma pensão além do soldo* que já recebia na condição de inválido. Em março de 1868, Santana era tripulante do vapor *Magé*, e quando *patrão do 5º escaler, foi atingido, na margem direita do Paraguai, por descarga de fuzilaria inimiga, na ocasião em que seguia a serviço na vanguarda dos Encouraçados*.³⁹³

Santana foi designado, junto com outros companheiros, para interceptar prováveis ataques de torpedos e brulotes no rio; mas, em serviço, acabou sendo surpreendido por uma força inimiga, oculta nas matas às margens, que aguardava a aproximação do escaler de serviço, sem qualquer tipo de proteção, para lhe dirigir uma descarga, atingindo o marinheiro, e possivelmente outros tripulantes. Esse, por exemplo, era um serviço prestado por indivíduos da marinha, e que era temido pelos perigos e dificuldades inerentes.

Artur Silveira da Mota discorreu sobre os artefatos lançados ao rio, quando em capítulo próprio sobre as operações realizadas no Rio Paraguai pelos navios da esquadra, como apontou um outro caso envolvendo escaleres de serviço, com funestas consequências:

“ Grande foi o número de torpedos que explodiram nas proximidades dos navios-testa das duas linhas da fila em que a Esquadra estava ancorada. Os que apreendemos intactos, eram de dois feitios, ambos móveis pela ação da correnteza. Diferençavam-se na forma e no aparelho de disparo. Uns poderiam ser classificados como brulotes explosivos. Consistiam em uma grande caixa de madeira reforçada com aros de ferro, fixa no fundo de uma chalana e contendo quantidade de pólvora fina que variava de 500 a mil libras. Para fazê-los detonar à vontade da pessoa que os dirija, havia uma pistola introduzida na face posterior da caixa, que disparava sobre a carga por meio de um fiel fixo no gatilho. Com uma direção tão defectiva, é claro que só a falta absoluta de vigilância na vanguarda da Esquadra, poderia permitir ao inimigo trazer tão grosseira máquina ao contato de um dos navios; por isso se contentavam em fazê-los explodir no ponto mais próximo dos navios ou das embarcações de ronda no rio. Além disso, os navios, mesmo fundeados, tinham o recurso de uma manobra para desviarem-se da direção do torpedo. Era utilizar a ação da correnteza sobre o leme, determinando forte guinada para qualquer dos bordos. Quando se dava a explosão, à pequena distância da proa ou do través dos navios, não deixava de produzir forte abalo a bordo, a ponto de apagarem todas as luzes de iluminação interna, quebrarem vidros e objetos de louça. Acontecia, também, cair a

³⁹³ Arquivo Nacional. XM 154. Ministério da Marinha. Inválidos.

bordo uma chuva perigosa de estilhaços de madeira e de ferro do próprio torpedo. Tendo sucedido em noites de nevoeiro explodirem torpedos entre os navios da vanguarda, e, julgando o Almirante que isso só se poderia dar por negligência ou timidez dos oficiais de ronda dos escalares, chamou os comandantes dos navios da vanguarda e recomendou-lhes que fizessem sentir aos oficiais que o dever das rondas a uma Esquadra era de sacrificarem-se pelos navios, agarrando à unha quaisquer objetos suspeitos que avistassem flutuando. Alguns dias depois um jovem oficial brioso, o Segundo-Tenente Couto foi vítima da abnegação espartana com que, observando estritamente a recomendação do Almirante, lançou-se com um escaler em que fazia a ronda, sobre um torpedo, fazendo-o explodir para salvar o segundo navio da linha sobre a proa do qual deslizava, já a pequena distância, o engenho destruidor. Como o denodado Tenente Couto pereceram mais marinheiros naquele belo lance de dedicação ao cumprimento do dever militar.

Utilizavam, também, os paraguaios a correnteza do rio para lançarem sobre a Esquadra torpedos automáticos do mesmo sistema dos que empregaram fundeados nos canais de Curuzú, Curupaiti e Humaitá. Parece que os dirigiam homens a nado até certa distância da proa dos navios, onde eram largados ao azar da corrente. O certo é que aconteceu encontrar-se alguns desses torpedos emaranhados nas amarras dos navios, felizmente, já inofensivos por defeito do detonador ou por se achar a carga explosiva inutilizada pela penetração da água”.³⁹⁴

Interceptar um desses artefatos flutuantes, e explosivos, não era uma operação fácil, pelo contrário, era muitíssimo complicado e arriscado interceptá-los, e até localizá-los, e contradizendo o que Silveira da Motta afirmou, recordei que o encouraçado *Rio de Janeiro*, posicionado próximo a Curuzú, foi rapidamente a pique pela ação de um artefato, sendo que metade de sua tripulação foi tragada junto, por não ter tempo de chegar até as saídas, ou mesmo morta ou ferida devido à violência da explosão. Quando eles explodiam próximos aos navios, seus estilhaços poderiam ferir a tripulação e mesmo causarem danos em suas estruturas. Impressionante é a sua violência, já que as belonaves tinham suas luzes apagadas, bem como seus utensílios danificados. No exército, alguns se recordavam dessas explosões, lembrando-se, sempre, de sua violência, já que a região era iluminada, como se fosse a luz do dia ocupando o espaço, em um breve lapso de tempo. O perigo da morte eminente e dos ferimentos, não ficava restrito às unidades de infantaria ou cavalaria; mas os elementos da marinha, embarcados, do mesmo modo enfrentavam situações arriscadas e que causavam, sem dúvida, desgastes aos que delas ficavam à mercê diariamente, por longos períodos.

Além da descrição dos ferimentos provocados pelo fogo inimigo, há casos de *congelamento* de praças, normalmente do exército, que são abordados no trabalho do cirurgião-mór. A gangrena por congelamento foi abundante e surpreendeu outros

³⁹⁴ Artur Silveira da Motta. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. 2ª edição. Serviço de Documentação da Marinha. Rio de Janeiro, 1982. (páginas 103 e 104).

médicos de campanha.³⁹⁵ Ela acontecia na maioria das vezes porque alguns militares se perdiam de suas unidades ou estavam designados em postos avançados, isolados de qualquer tipo de assistência ou conforto, ficando expostos às intempéries. O congelamento levava à gangrena e à conseqüente amputação da parte atingida, normalmente os dedos das mãos e dos pés. Dionísio se recordou de um que especificamente lhe marcou:

“Estávamos nos últimos dias de junho; o frio tornava-se mais intenso e as baixas aos hospitais cresciam dia a dia.

Entre as vítimas daquela época, não posso esquecer um amigo, o 2º Tenente Vicente Polidoro Ferreira, filho do Paraná e uma das mais belas esperanças do nosso jovem exército. Distinguia-se entre os colegas não só pelo talento peregrino e educação primorosa, como pela beleza física e bondade afetuosa. Fazia-me pensar naqueles moços atenienses, que brilhavam na escola de Sócrates. O frio matou-o, apesar de ter nascido numa terra onde cai neve e o termômetro centígrado desce muitas vezes a 10 graus negativos. Dizem que lhe aprazia aquecer os pés ao calor de uma fogueira. Ficaram congelados. Sendo impossível o restabelecimento da circulação, gangrenaram-se e foram amputados. Há mais de quarenta anos que se deu essa desgraça, e o perfil elegante e nobre do jovem oficial passa pela minha memória, iluminado por tons de luz suave através dos tênues véus de uma saudade que ainda dura.

Foi-se para sempre o Polidoro e ficou sepultado na margem do grande rio, com todas as suas esperanças e sonhos de glória”.³⁹⁶

Nas observações de um cirurgião, S. Souto, datadas de abril de 1868, em Montevideú, recém chegado ao serviço, em correspondência de ordem pessoal a Cunha Paranaguá, se nota que não foram ferimentos incomuns:

“Aqui cheguei desde o dia 6 e no imediato tomei conta de uma enfermaria, onde comecei a cortar duas metades anteriores dos dois pés, cujos dedos foram gangrenados pelo frio”.³⁹⁷

Nas reminiscências de veteranos, brasileiros, argentinos e uruguaios se nota o problema da falta de recursos para se manter com um mínimo de condições as tropas aliadas que estavam se deslocando nas províncias argentinas rumo ao Paraguai. O problema de *congelção*, durante aquele período, foi algo vulgar, principalmente porque os exércitos em deslocamento sofriam com as condições difíceis que o clima

³⁹⁵ Carlos Frederico Xavier Azevedo. *op. cit.*, “O que mais prendeu minha atenção, quer pela abundância, quer pelo grande desenvolvimento, foi a gangrena por congelção, Dr. Caminhoá”. (página 299).

³⁹⁶ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 70).

³⁹⁷ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 313, pasta 24. “Marquês de Paranaguá”.

proporcinava nas províncias argentinas, e que foram percorridas pelo exército aliado, quando avançavam.

Azevedo Pimentel se recordou das más condições, quando avançava, aproximando-se do território inimigo:

“dia 11 (fevereiro de 1866). Depois de todas essas marchas forçadas em que deixámos a retaguarda um grande número de estropiados, acampamos em Talacorá às 11 horas da manhã, célebre acampamento atormentado pelas moscas. Tal era o número delas que nem de noite ingeria qualquer alimentação sem que envolta com ela fossem pelo menos uns tantos desses insetos para o estômago”.³⁹⁸

Além dos *estropiados*, a marcha poderia oferecer os seus riscos, em situações aparentemente sem importância. Azevedo Pimentel, com sua unidade, quando foi atravessar um rio, observou que um grande número de homens, bem como os animais da montaria, foram atacados por *sanguessugas monstruosas*, sendo que alguns de seus camaradas foram colocados em *ambulâncias*, porque devido ao sangramento provocado, não tinham mais condições de continuar marchando, “por recursos próprios”.³⁹⁹

Com a chegada ao Paraguai, os problemas não se acabaram. Novamente, o mesmo veterano se recordou de uma situação que foi comum durante o desembarque:

“16 de abril de 1866. Começou o céu a nublar-se e caiu um calor infernal. Pouco avançamos nesse dia, em razão do mau terreno pantanoso e alagado em que era necessária a força muscular para arrancar nossas carretas de artilharia atoladas. Às 2 da tarde desabou o temporal com seu companheiro inseparável do sul, o pampeiro, e chuvas de pedras.

Quando se empreende uma operação dessa ordem é desnecessário dizer que o soldado só conduz a munição, a roupa que tem vestida, e o alimento.

Depois de meia hora dessa terrível tempestade (a mais formidável que tivemos desde que estamos em campanha), o enregelamento e a inanição nervosa sobreveio. Choveu até meia noite e nossa felicidade foi que o inimigo não nos quis atacar seriamente nessa noite, porque a vitória talvez lhes sorriu-se, acostumados como estavam a suportar, molhados, um temporal daqueles”.⁴⁰⁰

Submetidos ao tempo inclemente, exaustos pelas marchas no território argentino, muitas vezes com uma dieta imprópria, muitos deles já haviam sido atacados pelas epidemias em desenvolvimento no interior dos exércitos recentemente organizados, e devido aos problemas que se apresentavam diariamente, essas situações não ficaram

³⁹⁸ Joaquim Silverio de Azevedo Pimentel. *O Onze de Voluntários da Pátria (depois 42º Corpo da mesma denominação)*. Oficinas Graphics do Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1909 (página 47).

³⁹⁹ Joaquim Silverio de Azevedo Pimentel. *op. cit.*, (página 40).

⁴⁰⁰ *Ibid.*, (página ?).

restritas, apenas, ao deslocamento ou à marcha de aproximação ao território inimigo. No Paraguai, permaneceram acossando as tropas, independentemente de qual o exército atacado. E, ainda lá, devido aos combates, novas situações, provenientes dos ferimentos por *armas de fogo* ou *arma branca* se fizeram presentes, como as amputações promovidas em membros superiores e inferiores. Um exemplo disso são as observações de Carlos Frederico, que tinha certeza de que a guerra propiciou novas abordagens sobre as práticas cirúrgicas:

“Se o médico da armada apreciou no correr desta longa campanha os ferimentos propriamente de guerra (...) também teve de reconhecer alguns ferimentos acidentais, que se produziram em praças dos navios, ferimentos resultantes ou do fogo da nossa artilharia, das abordagens, do embarque de material bélico, e muitos outros que estendiam o campo de seu estudo.

O invento dos canhões raiados, as armas de precisão, a forma dos novos projéteis, fizeram uma completa revolução, dando também novas e importantes modificações por armas de fogo.”⁴⁰¹

As experiências produzidas pela cirurgia de campanha contribuíram na formação profissional dos cirurgiões mobilizados. A guerra proporcionou novos tipos de ferimentos causados pelas novas armas e munições da infantaria e das granadas da artilharia que, cada vez mais aperfeiçoadas, causavam estragos mais significativos nos corpos dos combatentes, e se muitos, possivelmente a maioria nos pacientes do exército brasileiro, foram causados por antigas armas, ou que fossem inferiores às dos aliados, ainda assim, as experiências permaneceram sendo novas, porque nenhum dos praticantes do serviço cirúrgico havia se deparado, anteriormente, com aqueles ferimentos. A prática cirúrgica nessas circunstâncias especiais exigia maior atenção dos profissionais de saúde que até então possuíam apenas o conhecimento teórico sobre o tema, pois haviam tido contato com os trabalhos de europeus ou norte-americanos participantes de outras guerras ou expedições do século XIX e que inclusive influenciaram Carlos Frederico, motivando-o a compor e publicar seu estudo sobre a história médico-cirúrgica da Esquadra. Não se deve olvidar que os cirurgiões trataram tanto de brasileiros como de paraguaios que eram feitos prisioneiros. Investigação interessante seria aquela, feita por historiadores da ciência, que verificasse as mudanças nas práticas cirúrgicas após 1870, no Brasil, quando os profissionais retornaram e atuaram em suas cidades de origem, exercendo muitos conhecimentos adquiridos no Paraguai ou que muitas vezes, na academia, praticaram e transmitiram seus

⁴⁰¹ Carlos Frederico Xavier Azevedo. *op. cit.*, (página 251).

conhecimentos, já que alguns lecionaram nas faculdades de medicina. Um trabalho comparando as obras de cirurgiões estrangeiros e as descrições observadas e que estão presentes nas teses e outras publicações de médicos que atuaram nos campos de batalha igualmente é mais do que necessário.

Sei da existência de hospitais localizados em Buenos Aires, Montevideu e até mesmo em Corrientes. Alguns tiveram duração relativamente efêmera, e parece-me, funcionaram - apesar de oferecerem, no geral, melhores recursos que os localizados em campanha - também de maneira precária. Algumas vezes, pela falta de pacientes, ou o seu número diminuto, as enfermarias, ou pelo menos o seu pessoal médico, bem como os pacientes remanescentes, eram integrados a outros estabelecimentos, *a bem do serviço e da economia*. Esse foi o teor de uma comunicação datada de setembro de 1867, de um médico, diretor do hospital de marinha em Corrientes, para o chefe do estado maior da 2ª divisão.⁴⁰²

Também o foi em um ofício de Curitiba, em novembro de 1869, quatro meses antes do fim da guerra, sob ordens do Conde d'Eu, que ordenou, não havendo *inconveniente para o serviço*, que fosse extinta a *enfermaria e o Depósito de Convalescentes estabelecidos em Montevideu*, bem como a redução do pessoal militar na mesma Cidade.⁴⁰³

Mas, e os casos mais complicados que exigiam um tratamento mais prolongado, e com maiores recursos? Muitos homens conseguiram sobreviver às difíceis condições dos hospitais e enfermarias de campanha. Como eram tratados? Na frente de combate ou em um outro lugar? Eles eram removidos?

⁴⁰² Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 1142 (12), documento 143. "documentos navais".

⁴⁰³ Arquivo Nacional. XM 309. Ministério da Marinha. 2ª Secção. Ofícios sobre Hospitais e Enfermarias. (1868 – 1869).

2.3. Serviços Médicos e Cirúrgicos na Corte: a assistência aos *inválidos da Pátria*.

No dia 15 de outubro de 1868 - apenas alguns dias após o episódio do transporte *Vassimon* e possivelmente envolvendo parte do efetivo que por ele foi transportado, somado a outro, igualmente recém chegado do Paraguai - Sebastião Francisco de Oliveira Chagas, parece-me que diretor interino da *enfermaria provisória de Jurujuba*, em Niterói, comunicou ao Barão de Muritiba, ministro da guerra de então, sobre alguns problemas que eram presentes no estabelecimento.⁴⁰⁴ A enfermaria havia recebido *praças chegadas* recentemente à Corte, *vindas do Exército em operações*, que eram *entre brasileiros e paraguaios*, uma quantidade que estava acima de uma centena e com elas, para tratá-las, um estudante de medicina chamado Antônio Correia de Barros Leite. O estudante comunicou ao seu superior que alguns daqueles homens eram enfermos e feridos gravemente e que necessitavam de *cuidados devidos ao seu estado*, e que para agravar a situação, as praças estavam *privadas* de maiores cuidados, *por não haver enfermeiro, nem pessoal algum para esse serviço* no estabelecimento. Barros Leite informou que *julgava-se incompetente para encarregar-se daqueles (...) indivíduos*. Oliveira Chagas, então, pediu para que o ministro tomasse providências em relação ao assunto; mas, aproveitou para sugerir que Muritiba mandasse, sem demora, o *pessoal hospitaleiro necessário para prestar cuidados aos enfermos*. Provavelmente, o estudante de medicina, desprovido da experiência necessária, quando pôde verificar, com calma, a gravidade de muitos casos ali presentes, e que seria responsável pelo seu tratamento, aparentemente o mais deficiente, decidiu-se por recuar, mesmo se utilizando do argumento de falta de pessoal especializado para coadjuvá-lo nas tarefas e procurou uma justificativa na ausência de dietas apropriadas para tratamento dos pacientes, mormente oficiais e ainda se justificou porque era um estudante. Existia uma dieta para oficiais e outra para os praças, tanto foi, que o diretor interino sugeriu ao ministro que a partir dali, o oficial encarregado do desembarque das praças vindas do sul, mencionasse, pelo menos, o número exato de oficiais e cadetes, para que o médico encarregado da enfermaria provisória de Jurujuba fizesse os pedidos *declarando* quais *as classes* das dietas *precisas também para oficiais*.

Jurujuba, ou Hospital Marítimo de Santa Isabel, havia realmente se transformado em um local de quarentena, sobretudo para os recém chegados do Paraguai. No caso, paraguaios e brasileiros foram desembarcados e exigiam, para a sua recuperação,

⁴⁰⁴ Arquivo Nacional. IG 6 9. Ministério da Guerra. Hospitais.

tratamento mais específico, como igualmente as observações de pessoal habilitado que verificasse se os recém desembarcados portavam alguma doença, entre os males mais comuns e que pudessem resultar em um perigoso foco epidêmico. Se Jurujuba tinha a função de execução da quarentena e até mesmo de um local, ainda que deficiente, ou improvisado, que providenciasse o início da recuperação; como ficavam os mais críticos, crônicos, que precisassem de um tratamento mais específico e de maior tempo, dirigido, para minorar os efeitos de suas doenças, muitas delas adquiridas em campanha, bem como eventualmente reparações cirúrgicas em amputações já executadas, ou um tratamento mais apropriado em feridas, muitas delas graves, ocasionadas pelos combates, ainda atuantes nos corpos dos veteranos?

Os inválidos não vinham, pelo menos em sua maioria, completamente curados de suas moléstias ou com suas amputações plenamente cicatrizadas, ou melhor, que as suas condições físicas não exigissem qualquer outro tipo de tratamento, já que os hospitais de campanha eram limitados. Conforme se observa na documentação trabalhada, pelo menos a maioria dos homens, permanecia enferma e alguns, principalmente os amputados, necessitavam de cirurgias reparadoras em ferimentos, particularmente os ocasionados pela ação das *armas de fogo*; e outras operações, provocadas pela ação de *acidentes*, como a *gangrena*, o *tétano* e a *podridão de hospital*, atuantes em enfermarias e hospitais, e comumente observados pelos cirurgiões. Pode-se mesmo dizer que, fora a preocupação com o êxito de uma amputação – a sobrevivência do ferido - a outra apreensão era com as influências dos acidentes após as cirurgias, ou mesmo que surgissem, inoportunamente, nos ferimentos causados pelos combates.

É importante frisar, que os hospitais ficavam sujeitos a todos os tipos de infecção, pois só depois das ações anti-sépticas proporcionadas por Joseph Lister, os hospitais conseguiram, parcialmente, se livrar do problema. Seu método consistiu, entre os anos de 1865 a 1869, em colocar uma *barreira entre o ferimento e o ar, esterilizando os instrumentos e realizando a assepsia*.⁴⁰⁵ Se no Paraguai os seus métodos e observações fossem conhecidos, provavelmente a maioria dos amputados, entre outros submetidos às cirurgias, teriam sobrevivido, e não perecido das supurações que foram comuns. Se Lister conseguiu obter algum êxito, foi devido à disciplina que um ambiente hospitalar requeria, algo que tem o seu mérito. Mas, se por um lado havia um aspecto

⁴⁰⁵ Isaias Raw, Osvaldo A. Sant'Anna. *op. cit.*, (página 32, “*A batalha contra as infecções*”).

positivo na disciplina, é certo que ela, quando organizava e mantinha um espaço específico, promovia outros problemas.

É fundamental, neste aspecto, salientar algumas observações de Foucault sobre os hospitais marítimos, quando analisou as *localizações funcionais*,⁴⁰⁶ que se constituíam em lugares que, imersos nas *instituições disciplinares*, codificavam *um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos*. Se possuíam uma função essencialmente disciplinar, porque procediam, em primeiro lugar, à distribuição e organização dos indivíduos no espaço; os hospitais marítimos eram locais determinados, que se definiam para o cumprimento de não apenas *uma necessidade* de vigilância, não somente para *romper comunicações perigosas, mas*, do mesmo modo, serem *um espaço útil*, que se adaptava conforme as exigências ou demandas. Era nos hospitais marítimos, que esse processo foi mais explícito, porque em um porto, como o do Rio de Janeiro, com o seu forçoso movimento - presente nas pessoas, seus interesses, nas mercadorias que iam e vinham - detinha a potencialidade de apresentar a deserção militar, a fuga, o contrabando, o contágio, isto é, a *encruzilhada de misturas perigosas, cruzamento de circulações proibidas*. O hospital marítimo, então, deveria zelar por esse espaço, e só o faria se operasse como um *filtro*, *um dispositivo que afixasse e quadriculasse*, isto é, que determinasse que cada indivíduo ficasse no seu lugar, e em cada lugar, específico, um indivíduo. Era esse estabelecimento que tinha que *realizar uma apropriação sobre toda aquela mobilidade e aquele formigar humano, decompondo a confusão da ilegalidade e do mal*. A *vigilância médica das doenças e dos contágios* poderia ali se instrumentalizar, poderia ser *militar sobre os desertores, fiscal sobre as mercadorias, administrativo sobre os remédios, as rações, os desaparecimentos, as curas, as mortes, as simulações*. Daí a necessidade de distribuição e divisão do espaço, com rigor. Posteriormente, viria o *isolamento dos contagiosos, os leitos separados*, pois, *pouco a pouco em um espaço administrativo e político se articulava em espaço terapêutico*, com a tendência para individualizar *os corpos, as singularidades justapostas, e cuidadosamente distintas*. Nascia *da disciplina um espaço útil do ponto de vista médico*.

Certamente, Santa Isabel era um espaço da disciplina, e que portava os traços apontados por Foucault - amplos por serem úteis e livres para adaptações, imprescindíveis para a execução do controle das mercadorias – ainda que durante a

⁴⁰⁶ Michel Foucault. *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*. 30ª edição. Editora Vozes. Petrópolis, 2005. (página 121 a 127, “A arte das distribuições”).

guerra, essa tarefa, específica, fosse realizada por um outro, a alfândega, conforme deixaram explícitas as sugestões de Pereira Rego - ainda assim, o Hospital Marítimo de Santa Isabel, ou Jurujuba, permanecia com a função primordial de disciplina, o *quadriculamento*, subordinado à terapêutica, à observação inquietante. Foi utilizado pelo ministério da guerra, da marinha e do império. Os homens, oriundos dos transportes de guerra, para ali eram remetidos imediatamente, e ficavam o tempo necessário, para serem observados, evitando-se a distribuição descontrolada e amontoadora, prejudicial à salubridade; e só ali, então eram repartidos, segundo as suas necessidades físicas e da administração, para o bem da economia. Alguns eram remetidos para o asilo provisório da Armação, outros para o Hospital da Corte, no Castelo, (Morro do Castelo), e em algumas situações, condicionadas pela avaliação, disciplina e exigências terapêuticas deste último nosocômio, enviados para um outro, o do longínquo Andaraí.

Na Corte, em janeiro de 1869, foi redigido um relatório, dividido em cinco partes, referente ao seu serviço, pelo diretor do Hospital Militar Provisório do Andaraí,⁴⁰⁷ estabelecimento isolado do meio urbano e que recebeu durante alguns anos feridos e doentes inválidos vindos do Paraguai. Muitos *inválidos da pátria* foram atendidos pelos profissionais atuantes no estabelecimento, em cirurgias reparadoras ou mesmo para tratamento quando a doença de que eram portadores fosse acentuada e sobretudo porque não era possível que fossem tratados no próprio AIP. O relatório, sendo redigido em janeiro de 1869, se referia ao ano de exercício de 1868 e chegou a apresentar algumas informações de 1867.

O doutor Antônio Correia de Souza Costa expôs interessantes dados em seu documento. O primeiro, na parte intitulada *movimento estatístico do hospital*, informou de que o nosocômio foi instalado em fevereiro de 1867, e naqueles quase dois anos de funcionamento, tratou de 863 pacientes em 1868, e de 1357 em 1867. No ano de 1868, as observações foram mais detalhadas. Do total de 863 pacientes, 641 tiveram alta (74%), 84 faleceram (9,7%), 2 “pacientes” se evadiram e 135 (15,6%) passaram para o ano de exercício de 1869, permanecendo internados no estabelecimento. Segundo o profissional, as moléstias que predominaram *foram as dos aparelhos respiratórios, digestivo e do tato, os ferimentos por armas de fogo, as afecções constituídas por um estado anormal do sangue, as febres eruptivas e a sífilis*.

⁴⁰⁷ Arquivo Nacional. IG 6 9. Ministério da Guerra. Hospitais. Hospital Militar. 1868.

As moléstias do aparelho respiratório se constituíram de 188 casos (21,7%), *predominando as afecções brônquicas agudas e crônicas e a tuberculose pulmonar*. As que se referiam ao aparelho digestivo se manifestaram em 102 casos (11,8%), ressaltando-se *as hepatites, as diarréias catarráis esporádicas, as entero colites e as disenterias*. Os pacientes portadores de *ferimentos de armas de fogo* foram 83 indivíduos, *sendo a maior parte ferida, curiosamente, em seus membros superiores e inferiores*. As moléstias originárias *por um estado anormal do sangue* manifestaram-se em 81 pacientes (9,3%), sendo a *caquexia paludosa e a hipoemia* as principais responsáveis. As moléstias que atingiram o *aparelho do tato*, ocasionaram 75 casos (8,6%), sendo que a *sarna* foi predominante e a *sífilis apenas concorreu com 69 doentes* (7,9%). As *febres eruptivas* contribuíram com 56 casos e foi representada *quase que exclusivamente pela varíola de caráter grave*.

Nota-se que alguns desses males são resultantes da ausência de boas condições higiênicas. A sarna é um exemplo. As *afecções brônquicas e a tuberculosa pulmonar* também, se forem levadas em conta as péssimas condições higiênicas que os militares enfrentavam no Paraguai já trabalhadas, somadas à alimentação deficiente que em alguns períodos foi presente.

O hospital, em números totais, abrigava mais doentes crônicos do que feridos em combates. Estes últimos constituíram-se em um total de 83 pacientes (9,6%), mas os enfermos em situação grave, em decorrência de moléstias, eram a maioria dos atendidos. Segundo o diretor, o hospital, no ano de 1868, teve 84 falecimentos (9,7%), o que era algo a ser considerado como sem gravidade, já que, segundo suas observações, comparando esse número com os altos índices de óbitos dos *primeiros hospitais da Europa e com a do Hospital da Misericórdia da Corte*, os números do Andaraí eram baixos, e seriam menores, segundo o seu responsável, *se houvessem cumprido ordens que receberam de fazer a remoção imediata dos doentes variolosos para o Hospital especial da Gâmboa. Se com efeito aquela ordem fosse executada, teriam desaparecido da mortalidade geral 18 casos de varíola que terminaram fatalmente*; porém, com a transferência, haveria o perigo de *influir faltamente na terminação da moléstia por causa da grande distância e da natureza dos meios de transporte de que poderiam dispor*. Acreditando mais conveniente manter esses pacientes de varíola; mas tentando evitar o perigo de contágio, foi criada uma *sala especial* para recebê-los; entretanto, *sucessivamente novos doentes eram acometidos do mal, e tendo sem resultado ensaiado a vacinação e revacinação, provocada pela má qualidade da linfa-vacínica*, a direção

propôs e executou novas medidas, presentes na solicitação da *remoção pronta de todos os variolosos para edifício separado do hospital, na desinfecção e caiação da sala* que era ocupada pelos doentes. Achou-se mais conveniente que a nova enfermaria funcionasse no anexo que *tinha sido preparado para habilitação das irmãs de caridade*. A nova funcionou por pouco mais de dois meses, entre abril e junho de 1868, sendo seu responsável um facultativo do hospital, para tratar dos *infelizes*. Quando houve a separação, o diretor notou que apresentaram-se *benéficos resultados, pois a moléstia tomou uma forma benigna, a mortalidade diminuiu e finalmente extinguiu-se completamente a varíola que com tanta intensidade grassava*.

Como no asilo, as irmãs foram solicitadas; mas, parece que não se apresentaram em Andaraí, porque os seus alojamentos foram ocupados pelos doentes de varíola, como igualmente não foram mencionadas - exceto nesta parte - em qualquer outra observação do relatório, inclusive nas explanações sobre o pessoal médico que por lá prestava serviços, lugar mais óbvio para acusar a sua presença.

No cômputo geral de mortalidade, a principal responsável pelos óbitos foi a *tuberculose pulmonar*, com 20 óbitos, *a varíola com 18, a diarréia com 7, a febre perniciosa com 4, a tifoide com outros 4, a cachexia palustre com 4 e a anemia com 4*.

Abro um parênteses na análise do relatório, do diretor do Andaraí, para aprofundá-la. Em um outro documento, dirigido ao diretor geral da secretaria da guerra, Mariano Carlos de Souza Correia, em julho de 1869, foi apresentada uma tabela, contendo *a mortalidade ordinária nos hospitais militares*. Os números foram baseados na estatística do trimestre *findo* daquele ano; portanto, se referiam aos meses de abril, maio e junho. As informações foram discriminadas da seguinte maneira:

“Em cumprimento à ordem de Sua Excelência o Snr. Conselheiro Ministro da Guerra, transmitida em ofício de V. Excia. de ontem datado, mandando que eu informe a essa Secretaria de Estado, com a possível brevidade, qual é a mortalidade ordinária dos hospitais militares, cumpre-me informar que, consultando os dados estatísticos dos mesmos hospitais, durante o trimestre findo, achei a mortalidade seguinte:

Escola Militar	0%
Asilo de Inválidos	7,2%
Laboratório de Campinho	2,4%
Depósito de Aprendizes Artilheiros	1,7%
Enfermaria de Menores	0,5%
Hospital de Andaraí	7,5%
Hospital Militar do Castelo e enfermaria da Armação	5,2%
A mortalidade ordinária dos hospitais e enfermarias militares da Corte é 4,8%” ⁴⁰⁸	

⁴⁰⁸ Arquivo Nacional. IG 6 9. Ministério da Guerra. Hospitais.

Não sei ao certo como foram computados os inválidos, se foram no próprio AIP, ou se contabilizados quando faleciam nos hospitais militares da Corte; porém adidos, na documentação, e oficialmente, à sua unidade de origem. Tudo leva a crer que fosse esta última a situação quando o documento estatístico foi redigido.

O asilo foi considerado, do mesmo modo que Campinho - é importante salientar este aspecto - como um estabelecimento militar, mas igualmente hospitalar, apresentando uma porcentagem alta de óbitos (7,2%), se comparado, naquele trimestre, com os demais; porém, as informações não trazem maiores detalhes. Ignoro se os óbitos ocorreram nas enfermarias do AIP, tanto na Armação, quanto no Bom Jesus, (em 1868, ele funcionou até outubro em Niterói e naquele mês foi transferido definitivamente para a ilha, mas há referências, ainda que esparsas nos documentos, que após a sua inauguração, algumas frações do seu efetivo começaram a ser alojadas no Bom Jesus), ou se foram nos hospitais, como Castelo e Andaraí, pois esses estabelecimentos não trataram somente de *inválidos da pátria*, mas de numerosos pacientes, de variadas origens, como recrutas recém-chegados à Corte, entre outros mobilizados para a guerra. Andaraí, com base nestas informações, que se referiam a um trimestre, comparado com os demais estabelecimentos hospitalares, apresentou (7,5%) de óbitos; no entanto, não tenho as informações sobre aquele ano, integralmente.

O doutor Antonio, em seu relatório, observou uma diferença crucial entre o hospital de que era responsável, e o militar da Corte, que lhe remetia seus pacientes, e portanto subordinado a esse nosocômio. Segundo ele, seu distante estabelecimento recebia *doentes afectados de moléstias crônicas e de longa marcha*, e o da Corte mantinha sob tratamento pacientes que sofriam *moléstias agudas e de marcha rápida*. Ele chegou mesmo a dizer que o Andaraí era próprio para receber e tratar de *afecções crônicas e para a convalescência dos doentes depauperados e anêmicos*. No documento anterior, com a porcentagem de óbitos à vista, essa informação é corroborada, apesar de se tratar de 1869, e corresponder a apenas um trimestre. Entretanto, Andaraí apresentou 7,5% de óbitos, enquanto o hospital do Castelo, ou militar da Corte, ofereceu, para o mesmo item, com os mesmos critérios, 5,2% de óbitos, quando computados pelo número geral. Se Andaraí recebesse casos mais graves, *crônicos, de longa marcha, para convalescência* de homens *depauperados e anêmicos*, muitos, oriundos dos hospitais de campanha aqui já estudados, certamente possuía número maior de óbitos, levando-se, neste importante aspecto, em consideração, as cotidianas situações sanitárias e

higiênicas de um nosocômio militar brasileiro, inicialmente provisório, depois como efetivo, com todas as deficiências, comuns na segunda metade do século XIX.

Possivelmente, seus pacientes eram mais propícios às outras perigosas doenças, devido ao estado de debilidade de seus organismos, já muito enfraquecidos por outras enfermidades e ferimentos. Era, de fato, um estabelecimento especializado em um tipo de paciente, ou os que apresentavam, em linhas gerais, características patológicas próximas entre si. E, se ficou muito acima do da Corte, estabelecimento que lhe remetia os seus internos, teve uma percentagem muito próxima, na verdade ligeiramente superior a do AIP, quando este foi considerado um *hospital militar*. São documentos esclarecedores das péssimas condições de saúde dos *inválidos da pátria*, porque o asilo e Andaraí trataram e encerraram aqueles homens durante os anos da guerra.

Em sua parte cirúrgica, o diretor apresentou no relatório os seguintes dados: 369 operações foram praticadas, sendo 9 de *altas cirurgias* e 300 de *pequenas cirurgias*. *Estas operações foram seguidas de feliz resultado, à exceção apenas da extração de uma bala de fuzil alojada havia bastante tempo entre a parede superior da órbita e o globo ocular de um doente, que sucumbiu repentinamente dois dias depois da operação, verificando-se pela autópsia, necrose do teto da órbita e gangrena na porção correspondente do cérebro.* Entre outras operações, representaram a maior parte dos atos cirúrgicos as *reclamadas por ferimentos de arma de fogo e suas conseqüências, consistindo em extrações de balas, de estilhaços de metralha e de seqüestros ósseos de diversas regiões mais ou menos importantes e sobressaindo-se entre elas uma desarticulação escapulo-humeral pelo processo de Larrey, reclamada por extensa necrose do húmero.*

Fica explícito que casos mais graves eram removidos para a Corte, pelo menos os sobreviventes, para serem tratados de maneira mais apropriada em seus hospitais militares. A cirurgia praticada nos campos de batalha era limitada, algo comum, observado nos escritos constituintes das teses de cirurgiões veteranos. As amputações eram executadas em Andaraí como reparadoras, que procuravam melhorar o “corte” de uma primeira; igualmente agiam em antigas, provocadas pelas ações do tétano, necrose ou outras doenças (acidentes), geradas pela falta eficaz de meios, e até eram promovidas novas, quando não havia uma boa probabilidade de um membro ser recuperado pela atuação dos efeitos do ferimento. Em Andaraí, ou melhor, os seus cirurgiões, tinham que localizar e remover *balas e estilhaços de metralha*, isto é, corpos estranhos que, ou não foram localizados pelos profissionais e seus auxiliares nos hospitais de campanha,

quando se faziam presentes as indefectíveis situações difíceis, como a ausência de tempo ou recursos. Eram corpos estranhos que acompanhavam os feridos porque estavam situados em regiões corpóreas de difícil acesso e até que ofereceriam riscos para sofrerem um *desbridamento* ou *contra-abertura*. Em nenhum momento o diretor fez menção sobre as guias que os pacientes deveriam carregar, o que dá a entender ou que era algo óbvio, que fazia parte da rotina do estabelecimento, ou que não se utilizavam delas, e que os pacientes, quando chegavam ao hospital, recebiam uma nova investigação por parte dos cirurgiões e enfermeiros.

A segunda parte tem como título *condições higiênicas e de salubridade*. O diretor informou que as condições do nosocômico estavam melhorando, graças à *construção de latrinas no pavimento inferior e superior, à criação de salas de banho, à colocação de maior número de ventiladores, ao aterro e nivelamento de grande parte do terreno, ao melhor asseio da enfermaria, à melhor preparação da dieta*. Com exceção da *importação dos germens de varíola, nenhuma outra moléstia tomou a forma epidêmica*. A *elevação e nivelamento do terreno* contribuíam para o bom estado sanitário, que seria aperfeiçoado se *a existência de uma zona de terreno baixa e sujeita a inundações dentro da área do hospital* fosse feita, segundo suas observações, por uma módica quantia, se poderia acabar com um fator que atuava *contra a salubridade* do estabelecimento. Acreditava-se que em Andaraí, *em certas épocas do ano*, reinavam *febres intermitentes, em cujo desenvolvimento* deveriam *influir poderosamente as condições do terreno*.

A limpeza, a providência da manutenção, de aparelhos sanitários, da constante caiação, da ventilação, do asseio e do nivelamento. Tudo para se tentar afastar os “miasmas deletérios” que eram expelidos pelos organismos doentes e debilitados dos pacientes e de áreas consideradas insalubres e que deveriam ser devidamente niveladas. Entretanto, apesar da disciplina, e do quadriculamento, o hospital, por mais organizado e administrado, ainda se constituía e era interpretado assim, como um forte emissor de substâncias pútridas, o que explica o isolamento de Andaraí, do meio urbano. Sua influência deletéria seria pelo menos enfraquecida, quando homens como o doutor Antonio, coadjuvado por uma equipe de cirurgiões e enfermeiros, atuassem em sua atividade racionalizada, que visava a economia, o controle e a manutenção.

Algo que o preocupava era a *serviço dietético*. Segundo o diretor, as tabelas que previam as dietas, e que há tempos estavam em vigor, não respondiam mais para o bom andamento do serviço por serem consideradas deficientes. Nas de 1844 e 1861, a

quantidade de alimentos eram insuficientes, ainda mais em Andaraí, porque *ambas as tabelas* era imperfeitas e não satisfaziam às necessidades do serviço, principalmente em um hospital como aquele, que recebia grande número de feridos, de convalescentes e de indivíduos de constituição deteriorada e afetados de moléstias crônicas. As refeições continham carne, pão, arroz, açúcar, mate, chá ou café, mas em quantidades reduzidas, que eram, segundo ponderou, *suficientes em muitas circunstâncias, mas quando o indivíduo era puramente convalescente ou sofria de moléstia cirúrgica, quando não havia lesão de aparelho digestivo, aquelas dietas eram notoriamente insuficientes*. As praças que se achavam naquelas circunstâncias reclamavam *constantemente contra a insuficiência das dietas e muitas delas chegaram a dizer ao facultativo no ato da visita que o maior mal era a fome!* Das dez onças de carne regulamentares, uma parte era descartada, pois continha ossos e cartilagens, e que *depois de preparadas* ficavam *reduzidas à metade do seu peso*. O fornecimento de pão igualmente era precário, porque era entregue, a cada paciente, 280 gramas. Para o diretor, *as tabelas* que vigoravam nos hospitais militares deveriam ser reconsideradas e modificadas, aumentando-se os elementos que eram a base da alimentação do homem são ou doente, para não permitir que as moléstias persistissem por falta de reação orgânica, e que não prejudicassem a tão necessária reação para a sua evolução natural, evitando-se, daquele maneira, a transformação das moléstias agudas em crônicas e o desenvolvimento da anemia que eram freqüente nos hospitais.

Para preencher essa falha, era permitido, extraordinariamente, que o facultativo fornecesse um pão a mais e uma certa quantidade de farinha de mandioca para cada paciente, o que o regulamento não permitia; mas cabendo ao superior que fosse avaliar o relatório, o juízo de tal ato, interpretado pelo diretor como uma *prática humanitária*.

Como, com uma dieta imprópria, os convalescentes se recuperariam? Além do mais, eram doentes crônicos, cujos organismos sofriam com a presença e ação de graves moléstias. Com a falta de alimentação não poderia, então, fazer com que as condições sanitárias do nosocômio piorassem, e o local se transformasse em um perigoso foco epidêmico provocado por organismos debilitados sujeitos às tão temíveis moléstias? Esses homens eram inválidos, todos com maior ou menor grau de males que, invariavelmente, eram temidos. Se não recebessem o tratamento apropriado, poderiam, então, trazer maiores problemas? Talvez, a transformação das moléstias agudas em crônicas e o desenvolvimento da anemia não fossem somente o foco de preocupações do doutor Antônio. Possivelmente haja algo por detrás. Uma situação mais perigosa que

poderia se desenvolver pela ausência de alimentação adequada, que deveria ser ministrada aos homens que estavam sendo tratados no estabelecimento.

A terceira parte foi intitulada *serviço e pessoal médico*. O hospital tinha em suas dependências um *Primeiro Médico e três segundos cirurgiões* que se alternavam no *serviço diário*. Seu número era considerado insuficiente, já que, com a falta de um facultativo, os outros dois acabavam assumindo todo o serviço. Além disso, esses profissionais recebiam os mesmos salários que seus colegas que serviam no Hospital Militar da Corte e que trabalhavam em um recinto situado no centro urbano e em maior número, podendo desfrutar de maiores folgas. Os do Andaraí, segundo o seu diretor, não possuíam esses benefícios, ou facilidades, porque a escala era pequena, era constituída por pequeno número de profissionais, não permitindo praticamente o desfrute de folga. Seus médicos e cirurgiões eram obrigados, pelo fato de o hospital ser distante da cidade, a dispender maiores valores, gastos com o seu transporte.

É necessário pensar sobre o isolamento de Andaraí, ainda naquele momento, isto é, em janeiro de 1869. Era afastado do centro urbano, e não acredito que tenha sido a esmo o seu estabelecimento em lugar tão distante, mesmo porque, já existia o hospital militar da Corte, há décadas situado no Morro do Castelo e que, inclusive, remetia parte de seus pacientes para esse hospital. Qual a razão de haver dois estabelecimentos? Provavelmente, pode estar relacionado com a iniciativa de medidas profiláticas que visavam impedir, ou mesmo evitar o aparecimento de epidemias que pudessem atingir a Corte, e não somente subordinada, como comumente se escreve e pensa, ao grande número de pacientes que foram regularmente presentes nos mais de cinco anos de duração da guerra.⁴⁰⁹ Casos mais crônicos, de recuperação demorada, eram encaminhados para o estabelecimento de Andaraí. O argumento de grande número de usuários dos serviços não se sustenta como a única razão para a manutenção de mais de um estabelecimento médico, pois no relatório, o diretor fez uma importante diferenciação entre o tipo de paciente que recebia e os que permaneciam no hospital da Corte. Além disso, e para continuar desenvolvendo o entendimento sobre aquele hospital que recebia inválidos, nas investigações promovidas no Arquivo Nacional,

⁴⁰⁹ Em página oficial, *on-line*, do Hospital Central do Exército, o General-de-Brigada Médico Alberto Martins da Silva, ex-diretor do atual estabelecimento, defende, em um belo trabalho intitulado: “*Histórico do HCE*”, com um subcapítulo que redigiu, denominado: “*Hospital Militar da Guarnição da Corte – 1844 a 1899*”, que: “*O grande número de enfermos chegados do Paraguai, no tempo da Guerra, já não cabia no velho casarão do Morro do Castelo. O governo determinou, diante desta emergência, que fosse instalada uma enfermaria militar no Andaraí, com duzentos leitos, à Rua Pinto de Figueiredo, no número 11. Inicialmente funcionou como Enfermaria Militar, passando depois a ser Hospital Militar, dependente do Hospital Militar da Guarnição da Corte*”. (<http://www.hce.eb.mil.br/historico/default.htm#t6>).

encontrei um projeto, sobre um curioso *chafariz e tanque para abastecimento de água, para o Quartel dos Inválidos de Andaraí (Figura 13)*. Infelizmente, na documentação consultada, do período, entre as repartições militares, não localizei mais dados sobre o projeto de um estabelecimento que receberia os inválidos, ou até a sua execução, situado naquela região. Pode ser, não descarto a possibilidade, que seja o *Asilo de Inválidos* de que por lá também encontrei o projeto arquitetônico; mas deste não possuo informações pormenorizadas. No entanto, o projeto, que está em anexo, ligado ao fornecimento de água, para um estabelecimento que estaria localizado em lugar tão afastado, dá muito o que pensar sobre o AIP inaugurado em 1868. O desenho foi feito por *Júlio Lohman*; no entanto, parece-me, que ordenado pelo tenente coronel C. P. Azeredo Coutinho, *Inspetor Geral das Obras Públicas*, e segundo a data que lá está, foi feito em *dezembro de 1861*.⁴¹⁰ Para comportar um aquartelamento de inválidos, ou pelo menos a intenção de tal ato, Andaraí não seria, então, um lugar isolado da Corte? Mas, com um *chafariz*, certamente um lugar habitável, segundo os mais modernos preceitos higiênicos.

Novamente, aqui, faço uma outra interrupção da análise do relatório, e tendo o *chafariz com o tanque para o Quartel de Inválidos*, que seria construído no distante Andaraí como objeto de estudo, para explorar em conjunto uma importante pesquisa sobre o Rio de Janeiro, de Jaime Benchimol.⁴¹¹

O autor, para fazer o seu trabalho sobre a renovação urbana da cidade no início do século XX, teve que recuar ainda mais no tempo para compreendê-la. Começou sua investigação na cidade escravista e suas particularidades. A partir de 1808, sob a *tutela do poder metropolitano*, a cidade, como espaço de circulação de escravos, começou a receber melhorias urbanas, promovidas também pelos grandes proprietários e comerciantes, e é durante o período que sofreu uma crucial redefinição de seu papel e função, superando o seu estatuto colonial. Sua população duplicou em menos de duas décadas e suas construções multiplicam-se em novos formados, intencionais, oriundos de uma atuação remodeladora, promovida contra uma arquitetura interpretada como arcaica, ou atrasada, procurando-se, igualmente, com a ação, romper o equilíbrio que havia na cidade colonial. Em um momento em que se apresentavam grandes transformações proporcionadas pela *revolução industrial*, o *nascimento de uma*

⁴¹⁰ Arquivo Nacional. 4y / Map 607 16/6. Cartografia. Projeto de um chafariz e tanque – Júlio Lohman (1861).

⁴¹¹ Jaime Larry Benchimol. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1992.

indústria capitalista, o fim dos entraves *monopolistas à circulação de mercadorias*, o Rio de Janeiro tornou-se a sede deste governo metropolitano e em alguns anos, após a independência formalizada, o centro do nascente império. É igualmente no período, que a cidade passou por um dos seus momentos de modernização, ou melhor, que inicia o processo de modernização, a que, *grosso modo*, até hoje está submetida, com todas as suas contradições. Com a abertura de seu porto, houve o aumento febril de sua atividade comercial e financeira.

Áreas até então desocupadas pelos seus impedimentos naturais, e vistas como insalubres, começaram a ser alvo da administração, que incrementou aterros, dessecamentos e a canalização das águas estagnadas, interpretadas como dotadas de um poder acentuado de destruição que poderia agir sobre organismos, desorganizando-os.

Foram sendo providenciadas, em algumas décadas, a abertura de novos caminhos e a ocupação de lugares até então inabitáveis, a reformulação de antigas e estreitas vias, que devido ao aumento de trânsito subordinado ao crescimento populacional e comercial, precisaram ser alargadas. Foram igualmente promovidas as ocupações de praias desertas próximas à região central - uma demanda da ampliação do porto - e com a economia do café, as atividades portuárias, que se já estavam em grande atividade, exigiram, naquele momento, maiores investimentos para conseguirem escoar o produto, cada vez em maior quantidade, oriundo do Vale do Paraíba.

A prestação de serviços essenciais à vida, como o fornecimento de água, e o esgoto, da mesma forma passaram por essas mudanças. Tradicionalmente, a água era fornecida por fontes, chafarizes e poços, com a forte presença de escravos, domésticos ou de ganho, como mantenedores do sistema de distribuição, levando de casa em casa a água, por meio de utensílios; mas que com o aumento populacional em poucos anos, passou a ser insuficiente para o abastecimento de seus habitantes.

As próprias fontes tradicionais de abastecimento, igualmente não conseguiram suportar a crescente demanda. Seja pelo reduzido volume de água que originalmente comportavam e ofereciam - já prejudicado pelo desmatamento das matas ao redor da cidade - seja pelo maior consumo, ou mesmo pela contaminação do solo, ocasionada pela sobeja ocupação espacial. A água tornou-se mais um grave problema para ser resolvido pelas autoridades. Essa questão não estava restrita ao simples consumo; para se aplacar a sede; mas, do mesmo modo, à manutenção das importantes e interpretadas boas condições de salubridade e higiene que na Corte deveria permanecer ou procurar manter, evitando-se, desta maneira, a agudeza das epidemias que se tornavam, a partir

de 1850, cada vez mais constantes na vida de seus habitantes, e portanto temidas. É, durante aqueles difíceis anos, das primeiras grandes epidemias, que surgiram as comissões de saúde, que tinham como premissa regular e exercerem as medidas de controle da vida urbana, visando os seus aspectos sanitários e higiênicos; munidas de leis e um suposto poder, para tentarem promover os dispositivos de esquadramento e disciplina do espaço urbano, contra a promiscuidade igualmente causadora das pestes, e que observavam, por consequência de suas ações no espaço, o controle dos corpos que por ele transitavam.

Certamente a água fazia parte desse espaço e de suas relações sociais. Sua presença, abundante, determinava, igualmente, quando garantida, as boas condições higiênicas da cidade. Nos anos 50 e início da década de 60, o sistema antigo, de bicas, fontes e chafarizes ainda estava sendo utilizado, e se expandindo, o que explica o projeto, para o *Quartel de Inválidos*; porém, *cada vez mais defasado e insuficiente*. Se Andaraí era distante, do mesmo modo não possuía um inovador, privado e caro sistema domiciliar de fornecimento, o que obrigava os engenheiros que pensaram no novo chafariz, a captar o recurso pelos mananciais que estivessem ao alcance, e conseqüentemente proporcionando condições, de boa higiene, para que a localidade - então necessariamente isolada, mas ainda passível de ser atingida pelo antigo sistema - fosse ocupada por um *Quartel de inválidos*, e talvez outros estabelecimentos. Naquela década, e na posterior, durante a guerra, os encanamentos estavam em expansão, juntamente com a cidade, e foi ainda naquele período que o líquido começou a ser comercializado, pois havia deixado *de ser um bem natural, para se transformar em mercadoria*. Era o capital, que determinava essa situação,⁴¹² que, se estava, em um primeiro momento, limitada à estrutura portuária; em um segundo, adentrava, gradativamente, em outras esferas - principalmente pelo fim do tráfico de escravos - e de indispensabilidade, como o abastecimento de água e do serviço de esgoto. *O capital – e com ele, uma nova base tecnológica – penetraram na esfera de uma necessidade vital, potencializada pelo crescimento da população e pelo conjunto de transformações sócio-econômicas que resolviam a estrutura urbana da cidade.*⁴¹³ É certo que o novo sistema, domiciliar, que estava sendo implantado, só beneficiou os setores privilegiados que residiam na cidade, não chegando a ser usufruído pela maioria da população; porém, fora a questão da mão-de-obra utilizada no sistema anterior, para a sua

⁴¹² Eric Hobsbawm. *A Era do Capital*. 9ª edição. Editora Paz e Terra. São Paulo, 2002.

⁴¹³ Jaime Larry Benchimol. *op. cit.*, (página 66).

distribuição, isto é, os antigos escravos, que foram sendo gradativamente alocados para as fazendas, devido à falta de braços ocasionada pelo fim do tráfico; a falta de água continuava sendo, malgrado o seu *sui generis* processo de modernização e expansão, um problema para a saúde pública. Além do mais, se ela era a garantia, com a sua abundante presença, da higiene; era de se precaver que depois de utilizada, necessitasse, do mesmo modo, de um apropriado processo de escoamento. O tradicional *sistema colonial, escravagista de esgoto* não respondia mais por essa função. Ele representava, segundo novas concepções, um foco, de *perene infecção e insalubridade*, potencialmente epidêmico, arcaico e portanto passível de ser combatido. É, a partir de 1850, com o aparecimento das grandes epidemias, que *o sistema de esgoto tornou-se o principal alvo da campanha movida pelos médicos e, logo, por toda a “opinião pública” ilustrada em favor de melhoramentos que saneassem a capital do Império.*⁴¹⁴ As valas, sumidouros e fossas causavam a infecção do lençol de água subterrâneo, e segundo uma forte concepção médica, ainda dominante por algumas décadas, *contaminavam o ar com seus pútridos miasmas, propiciando o desenvolvimento da febre tifóide, cólera, diarréias infecciosas, febre amarela e de um sem-número de moléstias.* Há fortes pistas da preocupação com esse aspecto, já que consta que o Rio foi uma das primeiras capitais a providenciar um moderno sistema domiciliar de esgotos. Esse serviço igualmente, como o de água, foi entregue a uma companhia particular que explorou o “manancial” durante décadas. Em 1864, *entraram em funcionamento os primeiros segmentos da rede domiciliar de esgotos implantados pela companhia, e, até o fim do império, parcela ponderável da população foi atingida pelos serviços.*⁴¹⁵

Malgrados os demais serviços que foram observados por Benchimol, ligados à infra-estrutura, foi necessário salientar estes dois últimos, pela razão da questão sanitária e principalmente pela presença da medicina social, que procurava agir no espaço e nos corpos, ordenando-os, fora tentar entender o significado do chafariz que seria construído em Andaraí, ainda isolado, em um quartelamento de inválidos.

Entre 1850, até a década de 70, com o fim do tráfico de escravos e a transição do trabalho daqueles pelo assalariado, o capital, especialmente o estrangeiro, beneficiário das concessões e privilégios cedidos pelo Estado imperial, fortemente presente na segunda metade do século XIX, necessitava se expandir cada vez mais em uma cidade que ainda possuía algumas características de sua época colonial. Suas ruas, centrais, e

⁴¹⁴ Jaime Larry Benchimol. *op. cit.*, (página 72).

⁴¹⁵ Jaime Larry Benchimol. *op. cit.*, (página 73).

outros logradouros, por mais que estivessem patrulhados - por uma vigilância policial e militarizada cada vez mais organizada, e brutal, conforme se verá em outro capítulo - ainda assim, comportava um *contingente multiforme e flutuante de livres e libertos, cada vez mais numeroso, que trabalhava, residia e perambulava nos limites dessa mesma área*.⁴¹⁶ Ainda que houvesse um gradativo aumento de construções, e que se procurasse disciplinar a sua configuração, a cidade, pelo menos em seu centro, era recortada por um *dédalo de ruas estreitas e congestionadas*, onde se erguiam, *indiferenciadamente, pequenas oficinas e fábricas, casas de cômodos, cortiços, estalagens e hospedarias, onde se alojava a maioria da população trabalhadora*, e igualmente caracterizada por um *contingente numeroso e flutuante de estrangeiros*. É nesse ambiente que há a ação de uma funesta epidemia de febre amarela, que, se originando da área portuária, alastrou-se em diversos de seus pontos, *propagando-se rapidamente por toda a cidade, infundindo terror à população*.⁴¹⁷

Principalmente emanada do medo, mas como mais uma tentativa de disciplinarização, nasce, sob a influência de uma funesta e arrebatadora epidemia de febre amarela, entre 1849, e o ano seguinte, a *Comissão Central de Saúde Pública*, e um “*Regulamento Sanitário*”, que buscava normalizar novas ações para a fiscalização e controle das áreas públicas. Depois, chegou-se à conclusão, em setembro de 1850, *em caráter permanente, para a defesa sanitária da capital do Império*, que deveria haver a promoção da *Junta de Higiene Pública, encarregada de propor e executar as medidas necessárias à preservação da saúde pública na Corte e nas províncias. Regulamentada em setembro de 1851, passou a chamar-se Junta Central de Higiene Pública*.⁴¹⁸ José Pereira Rego respondeu por ela nos anos da guerra; mas, igualmente, durante o período, pela *Inspeção de Saúde do Porto*.

Tendo o trabalho de referência, *Danação da Norma*, mais algumas questões são necessárias para o entendimento do período.⁴¹⁹

É, ainda no início do XIX, que já há a tentativa da medicina, ou os seus profissionais, de controlarem e normalizarem a disciplina no espaço, a ordem das coisas e dos corpos e a saúde da população. Havia, no Rio de Janeiro, a *Sociedade de Medicina*, que buscava, junto ao nascente Estado, oferecer sua ajuda, e ao mesmo

⁴¹⁶ Jaime Larry Benchimol. *op. cit.*, (página 112).

⁴¹⁷ Jaime Larry Benchimol. *op. cit.*, (página 113).

⁴¹⁸ Jaime Larry Benchimol. *op. cit.*, (página 114).

⁴¹⁹ Roberto Machado *et ali*. *Danação da Norma. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Editora Graal. Rio de Janeiro, 1978. (a partir da página 213. “*Medicina, táticas e focos de poder*”).

tempo, ser legitimada por ele. Ela se arrogava e procurava se justificar como legítima orientadora, neutra, isenta de paixões políticas, e eminentemente científica – especificamente médica - que pelo seu saber - determinaria e conduziria as melhores condições para a boa manutenção da saúde da população; como, igualmente, faria parte de um Estado, que por estas ações, seria interpretado como esclarecido e guiado pelas luzes médicas, responsável, junto com ela, e fortalecendo-se mutuamente, como anuladores do caos, construtores da ordem e promotores do progresso, material e moral. A *Sociedade* oferecia uma medicina, social, que seria um instrumento de paz, de ordem, de luz e tranquilidade. Mas, deveria haver uma troca, isto é, se esta medicina auxiliasse o Estado, deveria por ele ser ajudada e fortalecida, porque como ela relacionava - por seu conhecimento e ação - a doença com as condições de sua produção localizadas no meio ambiente, e inseridas no espaço urbano, só conseguiria realizar o seu intento se recebesse apoio e garantia do Estado para atuar nesses âmbitos. As práticas higiênicas consideradas normalizadoras, de boa manutenção, só seriam efetivadas se fossem instrumentalizadas através do Estado, do próprio poder, porque o saber médico era ao mesmo tempo universal e especializado, podendo, então, atuar em todas as estâncias possíveis, com seus instrumentos de execução, em nome dos interesses nacionais. Por isso, era, igualmente, uma medicina política, porque intervinha e penetrava na sociedade, em suas instituições, em seus espaços; mas do mesmo modo era dependente e orientadora do Estado, porque desprovida de poder, seria ineficaz e vã.

É neste contexto que há o aparecimento, cada vez maior, com regularidade, das epidemias. Principalmente a de febre amarela, em 1849. São elas uma oportunidade única para o saber médico se fortalecer, se imiscuir gradativamente na vida da cidade e dos seus habitantes. Os flagelos que vinham do externo e do interno seriam responsáveis pela nova orientação a ser dada à organização da higiene pública. Havia uma nova ameaça que pairava, constantemente, sobre a cidade e sua população, e só esta medicina social, segundo seus saberes, argumentos e ações, poderia operar um modelo de ação preventiva, que se desejava salvadora, regeneradora, de busca, estabelecimento e manutenção de bem estar social geral - que deveria ser uma medicina, e o seu saber - operacionalizados em nível governamental. O perigo que vinha de fora, a constante relação, intermitente, com o externo, e os seus conseqüentes perigos, servia, ininterruptamente, como um reforço da necessidade das propaladas, por décadas, medidas de salubridade previstas pelo saber médico, que só seriam praticadas, e exacerbadas, em todas as instâncias possíveis, ou melhor, dispostas em uma dimensão

de totalidade, sem fronteiras, com o imprescindível apoio do Estado, que por um lado, seria o instrumento das ações médicas, mas por outro, gradativamente dependente do seu saber específico para implementar as políticas de higienização, de intervenção nos espaços, nos costumes, nas práticas e nas paixões dominantes.

Era, do mesmo modo, importante, que esse saber médico penetrasse em outras instituições, que envolvesse elementos de importância estratégica como políticos, militares e clérigos. Era a tentativa de ampliação da luta, em espaços maiores, mais estratégicos, que, articulados, transformariam o projeto em realidade. Seus recursos seriam mais amplos, se fossem organizados estatisticamente por todos os territórios possíveis, que fossem constituídos e fundamentados em saberes especializados, capazes de entendimento e articulação. A intenção era a constituição de um conhecimento construído, prévio, promovido pela coleta e organização das informações provenientes de vários espaços, por toda a região possível e passível de ser esquadrinhada, quantificada, separada e articulada. Essas informações deveriam ser centralizadas em um organismo situado no Rio de Janeiro. A intenção da polícia médica era de ocupação do terreno, prerrogativa, prioritária, para o exercício local de controle sanitário. Ela necessitava, para se concretizar, de um órgão dirigente, que, junto com os seus congêneres, esquadrinhasse o urbano, dividindo-o por paróquias, e estas em distritos; que receberiam as comissões paroquiais, compostas de subdelegados, dos fiscais e de pelo menos três médicos.

A polícia médica também se valeria do assistencialismo. Um ato gratuito e humanitário aos pobres, que receberiam o apoio médico, os medicamentos, as dietas e o recolhimento, quando isso fosse necessário para a sua segurança e certamente da coletividade. Da mesma forma, a polícia se valeria da inspeção sanitária, para a visita e fiscalização de seu bom estado sanitário, dos navios, mercados, prisões, hospitais, conventos, colégios, oficinas, quartelamentos, teatros, estalagens, matadouros, cavalariças, cocheiras, cemitérios e igrejas. Estabelecimentos, que, por encerrarem, de maneira aglomerada, pessoas e animais, ou melhor, corpos, eram perigosamente passíveis de transmitirem alguma moléstia. Eram focos de contágio e infecção. Os lugares deveriam receber um asseio mais elaborado, seriam caiados, lavados e fumigados. A manutenção física dos estabelecimentos era necessária para a saúde. A identificação e separação, imprescindíveis.

A polícia deveria estar atenta para o exercício da medicina, cirurgia e farmácia, afastando os que não fossem da área, como os charlatães. Estes poderiam ser falsos

médicos, pseudo-cirurgiões, curandeiros e golpistas que comercializavam substâncias interpretadas como dotadas de poderes degeneradores, quando não anódinos.

Sua operacionalidade residiria, igualmente, no acúmulo de informações que pudesse reunir, dos estabelecimentos; das epidemias, suas características e estatísticas mortuárias, divididas por área, sexo, profissões, etc. Isso seria a base de ações futuras, de planejamento, de aprendizagem, de um combate mais eficaz.

Se, durante a presença dos *inválidos da pátria*, circulando livremente pelos logradouros de Niterói e da Corte não os impediram em um primeiro momento, de serem encerrados em estabelecimentos que os controlassem, esquadrihassem e os disciplinassem, uma primeira tentativa, ainda que malograda, foi promovida na Armação, em Niterói, e posteriormente uma outra foi tomada, não em caráter provisório, mas efetivo, dotada de um novo planejamento, na Ilha do Bom Jesus. Pela lógica da informação, divisão e disciplina, Jurujuba era o primeiro lugar, como o deve ter sido na Gambôa, entre outros espaços reservados para recebê-los em um primeiro momento, tanto os que vinham de outras províncias, quanto os que desembarcavam pelos transportes de guerra, oriundos do Paraguai. Pela captação das primeiras informações, havia a divisão de enfermidades, as separações imprescindíveis determinada pela nosologia, para não ocorrer a contaminação e até a infecção. Eram assim, só depois dessa primeira ação, remetidos aos hospitais militares, que igualmente promoviam novas triagens, (Castelo e Andaraí), e se eventualmente muitos não portassem feridas ou doenças crônicas, em favor da economia de leitos e de outros recursos, seriam remetidos para os asilo, o provisório, e depois de 1868, para a ilha. Em algumas ocasiões, do mesmo modo seriam remetidos para outros aquartelamentos e fortalezas, para que fossem aproveitados, à bem da economia, e prestassem algum serviço se tivessem condições físicas para fazê-lo.

Se as comissões paroquiais, as junta de higiene e a fiscalização sanitária do porto não conseguiram impedir o avanço das epidemias no Rio de Janeiro, algo que até hoje nunca foi alcançado pelos seus contemporâneos congêneres, mormente na estação de calor, quando é visível a apreensão da mídia, da população e dos dirigentes, consubstanciados em pedagógicas, cansativas e intensivas campanhas de precaução; pelo menos, com a sua existência, e operação, marcaram uma nova etapa na organização da saúde pública, como igualmente auxiliaram na evolução do conhecimento sobre os temas que eram elencados pelos médicos e suas organizações. Se por um lado foram fundamentais para o estabelecimento e aperfeiçoamento de uma organização pública

mais eficiente que visava melhorar a qualidade de vida dos habitantes da cidade, algo que é inquestionável, inclusive em seus resultados; por outro acarretaram uma série de problemas ligados às questões sociais, ou melhor, podendo-se afirmar que inclusive ampliaram e refinaram o processo de exclusão de parcelas significativas da população, fora terem, igualmente, dilatado os espaços e instrumentos de controle das camadas mais privilegiadas. Certamente os poderes políticos e decisórios, propriamente ditos: o imperador, seus ministros, seus demais participantes e colaboradores, não passaram incólumes nessas radicais mudanças de pensamento, organização e atos. O processo foi longo, e os obrigou a se adaptarem às mudanças que se operavam. Seus pensamentos e ações carregaram muito do que a medicina social - que visava a higiene - defendeu, e pode-se dizer que, se por um lado os médicos não tinham tanto poder quanto se pensa, naquele contexto, por outro era a burocracia imperial, principalmente a alta que realmente tomava as providências em relação ao assunto, pelo menos no que se referia à Corte, sede do governo, ministérios, entre outras importantes referências, porque a sua manutenção era estratégia. Defendo que a construção do AIP, e o tratamento dos *inválidos da pátria*, tributários diretos, como aqui se verá, do esforço pessoal de D. Pedro II, não tenham sido meros frutos de um espírito altruísta, fundamentalmente caridoso e magnânimo; algo que só, na verdade, corresponde ao “superficial”; mas de um outro, que se queria erudito, igualmente ilustrado pelo saber médico e portanto acautelado, pode-se dizer com temor das epidemias, suas desastrosas conseqüências e certamente angustiado com a possibilidade de ser flagelado, novamente, em seu “domínio”, do qual era responsável pela manutenção, ordem e harmonia.

Em 1865, no início da guerra, em uma documentação encontrada no arquivo do Museu Imperial - cópia de ofícios que estavam na documentação do imperador - novamente mais algumas pistas sobre Andaraí aparecem. Em abril daquele ano, uma correspondência entre o ajudante geral e o cirurgião-mór do exército, comunicou o grave estado sanitário do *hospital militar*, que naquele momento, de mobilização de grandes contingentes para a guerra, recebia grande quantidade de doentes, para ser mais exato, *518 enfermos, para somente 417 leitos*, dos quais alguns eram, como nos tempos de antanho, até mesmo ocupados por *dois doentes*. Em uma enfermaria, havia o mesmo problema, *35 camas para 77 doentes*, e a de *bexiguentos*, além de ter o mesmo problema, era muito fechada e exalava *vapores tão nauseabundos*, que era quase impossível lá respirar. No documento, pediam-se providências, rápidas, para que não se desenvolvesse *alguma horrível epidemia* que parecia ser tão eminente, e que, em

contrapartida àquela situação, havia a sugestão de que alguns daqueles doentes pudessem ser transportados *para outros edifícios como os de S. João e Próprio do Andaraí*.⁴²⁰

Deve-se, então, com esta última informação, e retornando ao relatório do diretor do hospital do Andaraí, estudar alguns dos problemas que um nosocômio enfrentava no século XIX, e os maiores cuidados que deveria receber para se evitar certos problemas. Em 1868, Manoel Pedro dos Santos Lima apresentou sua dissertação, dividida em quatro seções, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.⁴²¹ A última, que se referia à seção cirúrgica, tinha como tema a *difteria das feridas*. Ele entendia como *difteria*, a *podridão de hospital* e a *gangrena nosocomial*. Ele dividiu as suas causas em *predisponentes gerais* e *predisponentes individuais*.

As causas *predisponentes gerais* eram a *acumulação de um grande número de feridos em um lugar baixo, úmido e mal ventilado, a viciação do ar pelos miasmas de algumas afecções epidêmicas, tais como o cólera, o tifo, a febre amarela, etc.* Já as *predisponentes individuais* eram a *constituição naturalmente fraca, ou a debilidade por moléstias anteriores, como o escorbuto, o tifo, a disenteria e os curativos mal feitos*. Santos Lima era de orientação contagionista, porque acreditava que a *causa determinante da difteria das feridas* era o *contágio*, sendo que os fatores que contribuíam eram *os resultados fornecidos pela inoculação, o desenvolvimento da moléstia em um hospital em que até então não havia, depois da entrada de um doente afetado de difteria das feridas, a sua transmissão pelo fios e esponjas, que tiveram servido para o curativo desses doentes, a frequência da moléstia nas feridas mais expostas, e o seu desenvolvimento na equipe hospitalar, tais como médicos, estudantes e enfermeiros encarregados do tratamento dos doentes*. Para corroborar com sua posição *contagionista*, afirmou que a moléstia era presente em todos os climas e estações.

Existiam dois tipos, ou formas em que ela comumente se apresentava, poderia ser tanto a *ulcerosa*, quanto a *polposa*. Esta última, particularmente dolorosa, mutava-se constantemente. Depois de algum tempo, apresentava um inchamento *extremamente fétido*. Era comum, que a difteria atacasse o *tecido celular*, caminhando *por baixo da pele e produzindo descolamentos extensos, contornando os tendões, os vasos, etc.* Segundo Santos Lima, não era um *modo de propagação raro na axila, como nos cotos*

⁴²⁰ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (M 136 – Doc. 6666).

⁴²¹ Manoel Pedro dos Santos Lima. *Da Diphtheria das Feridas (secção cirúrgica)*. Typographia Perseverança. Rio de Janeiro, 1868.

dos amputados. Em seu avanço, ela provocava *febre renitente*, a *língua seca*, o *apetite* desaparecia, vinham os *suores noturnos*, a *diarréia*, o pulso tornava-se *pequeno*, *frequente e irregular* e nesta fase, os doentes caíam em um *marasmo*, para depois sucumbirem. Ela tinha um caráter mais grave em períodos epidêmicos do que quando fosse *esporádica*.

Então, tendo em conta o isolado Andaraí, entre outros estabelecimentos hospitalares, existem algumas possibilidades a mais para se entender os seus problemas comuns, ou os mais perigosos, que eles enfrentavam diariamente. A primeira é de que, então, dado um grande número de pacientes, os hospitais poderiam sofrer graves *acidentes*, como a ação da *difteria*, em um meio tão propenso para o seu desenvolvimento. Se o estabelecimento não oferecesse condições físicas ideais, poderia desenvolver a moléstia, e esta ampliaria o seu poder de desorganização pelo ar viciado, pelos miasmas das afecções epidêmicas, expelidas, por exemplo, de indivíduos com uma potencial predisponência individual, como os *inválidos da pátria* desmobilizados, portando o cólera, tifo, febre amarela e possivelmente, em muitos casos, a varíola. Organismos já debilitados pela ação do escorbuto, tifo, e da disenteria igualmente eram suscetíveis à contaminação. Oras, todas essas doenças foram comuns em *inválidos da pátria*, que desembarcavam no porto. Eram indivíduos - possivelmente aglomerados, pelo seu grande número - que as apresentavam em seus organismos. Existiam marinheiros com *escorbuto*, muitos com *disenteria*, outros, atacados pelo *cólera* quando ainda estavam nos acampamentos, ou mesmo nos transportes de guerra, e que retornavam com os seus organismos enfraquecidos, e até mesmo com corpos interpretados, e temidos, com o flagelo incubado. Igualmente existiam outros, com amputações, cujos cotos eram um perigo em potencial, não só pela operação ou suas conseqüências, que exigiam lenta recuperação, adaptação pessoal e motora, ou porque estavam em convalescença; mas igualmente, se não houvesse um maior cuidado, o funesto desenvolvimento da *difteria*. Por mais que Lima Santos não desenvolvesse, já que tratou de uma moléstia que poderia surgir quando havia a atuação de outras, era claro que os hospitais e enfermarias deveriam dividir os seus casos, se especializar conforme a nosologia em vigor. O hospital de Andaraí era uma tentativa subordinada a essa especialização. Poderia não ser o ideal para uma divisão completa, pois existiam pacientes com quadro patológico variável; porém, recebia casos, segundo o seu diretor, mais graves e crônicos, encaminhados pelo hospital militar da Corte e que demandavam um maior tempo de tratamento e possivelmente uma maior dificuldade, ou um trabalho

mais elaborado para serem administrados e curados pela equipe médica que era exígua, porém atuante.

Na parte reservada às observações sobre o pessoal que servia ao estabelecimento - no relatório do doutor Antônio Correia de Souza - a ausência de um *primeiro cirurgião* não era sensível ao bom andamento do serviço, porque a presença e atuação do *doutor Antonio Caetano de Almeida, que exercia a cirurgia com raro talento, praticando com o mais feliz êxito todas as operações* que eram necessárias *pelas numerosas afecções do domínio da cirurgia*, conseguia, com muita competência, dar conta da grande demanda. O diretor opinou, inclusive, que o referido profissional fosse *elevado a tal categoria, de primeiro cirurgião*, pois perceberia *vantagens equivalentes aos serviços* que prestava, exaustivamente, em Andaraí.

A quarta parte foi denominada *serviço das enfermarias e pessoal de enfermeiros*. Segundo as observações, o setor apresentou algumas dificuldades para a administração. Durante muito tempo, o pessoal que realizava a atividade *foi péssimo*; mas, nos últimos tempos, havia *melhorado*. Um dos maiores contratempos advindos desse serviço, era o pouco tempo que os enfermeiros permaneciam no estabelecimento. O diretor ponderou que a alta rotatividade deles era fruto de *capricho, a falta de sujeição, a ignorância e a modicidade dos salários*. O médico foi cauteloso e fez a diferenciação entre o pessoal civil e militar, porque acreditava que aqueles problemas eram ocasionados pelos civis. Já os militares, *após concluída a guerra*, com o seu retorno, ampliariam a companhia de enfermeiros militares, acabando completamente com aquele *inconveniente*. A observação do doutor Antônio pode ter sido errônea, dada a provável alta mortalidade entre os enfermeiros militares; fora as dificuldades, constantes, para que os chefes dos serviços de saúde, como Carlos Frederico, os contratassem em números convenientes para o serviço, e com as imprescindíveis qualificações que a atividade demandava.

O cargo, em Andaraí, de *enfermeiro-mór*, era exercido por seis indivíduos, mas a desvantagem era, novamente, a inconstância de pessoal, que, pela insatisfação resultante dos *exíguos honorários*, se retirava. Era uma função julgada importante, porque seu executor deveria *cuidar da distribuição dos medicamentos, cuidar das dietas, fiscalizar o asseio e a polícia nas enfermarias, ter uma grande responsabilidade*; mas que, por receber *quarenta mil réis mensais* - o mesmo que um simples enfermeiro, e costumeiramente de qualidade inferior - não se sustentavam em seu posto.

A última parte nomeada *farmácia e pessoal farmacêutico*, trouxe outras observações interessantes. A farmácia que o estabelecimento possuía, apesar de não estar devidamente instalada, em um local satisfatório, era bem gerida por seu responsável. Entretanto, um outro problema foi apresentado, antigo, foi a falta de medicamento, e que foi sendo sanada com o decorrer do tempo. Esse problema, segundo o seu diretor, colocou por um tempo os *facultativos em sérias dificuldades*. Apesar de tudo, naquele momento, a farmácia se achava *provida de todas as substâncias terapêuticas mais necessárias, possuindo um depósito de drogas nas condições de satisfazer de pronto às exigências do serviço clínico*. Muitos medicamentos caros, que eram até então importados, após a reestruturação do estabelecimento, acabaram sendo produzidos ali, em sua própria farmácia. O maior problema era a falta de um *alambique*, que com outros utensílios e aparelhos, deveria ser fornecido pelo arsenal de guerra, e que, apesar dos constantes pedidos, *geralmente nunca chegavam ao hospital*.

Depois da leitura do relatório, é necessário verificar o papel do hospital naquele contexto. Se, em outros tempos, ele tinha uma função restrita à assistência social e à caridade, na era contemporânea - já configurado como espaço terapêutico - um dos grandes desafios dos médicos - já inseridos e atuantes em seu interior - era; além de agirem eficazmente sobre os seus doentes, internados, e portanto pacientes; que procurassem com o seu conhecimento a superação de sua condição sempre insalubre, mormente quando inscrito no espaço urbano. Andaraí se concretizou como um espaço eminentemente terapêutico, que visava a cura e o tratamento; entrementes, naquele momento, era afastado do centro urbano, posto que certamente era considerado, sob a impressão das concepções ainda vigentes, como um poderoso emanador de miasmas, gerador, ainda que se queria controlar, de substâncias físicas infectas, não apenas restritas em seu interior; mas que, pelo ar, poderiam escapar e invadir a cidade. O seu isolamento foi a busca da neutralização dos seus maléficos efeitos, como o contágio e a propagação do mal presentes nos miasmas. Entrementes, o seu interior era marcado por uma forte característica disciplinar, de divisão, regulamentado e observado em relatórios e estatísticas – que foram promovidos para a recuperação física e moral de seus usuários. É nítido, pelo relatório, e o que ele representava, que havia a presença de um olhar minucioso sobre o seu *funcionamento*, que determinava, quando possível, *a sua forma arquitetônica, o cálculo da relação entre o número de doentes e a extensão das salas*; a disposição entre suas alas; as suas divisões e até subdivisões segundo a

nosologia; na descrição ou referência a outros acessórios cruciais para a manutenção da boa higiene.⁴²² Porém, nem sempre foi assim.

Segundo Ferreira Antunes,⁴²³ se anteriormente, um hospital, em um primeiro momento, possuía a função eminente de assistência social, fruto da caridade cristã; em um segundo, o movimento hospitalar se implementou, na Europa, durante a idade média, pelo acirramento de um terrível mal. A lepra, doença que cada vez mais tomava o continente. Foi uma situação que provocou a execração pública dos portadores da doença, interpretados como “mortos” e pecadores. Para encerrá-los convenientemente, com a missão de vigilância, foram criadas novas instalações, nos arredores dos povoados e cidades, cuja função principal era apenas o asilamento e a segregação, e não o tratamento e a cura de seu mal. O leprosário tinha forte dimensão piedosa, mas, ao mesmo tempo, uma aspiração profilática. Era a concretização de uma exclusão social, de características binárias, definidora do puro e o impuro, do normal e anormal, da doença e saúde, da vida e da morte, e mesmo quando a intensidade da doença sobre a Europa diminuiu, constatou-se que um modelo havia sido criado, de significado relevante, e que cada vez mais era praticado, porque se essa enfermidade infecciosa não representava mais grandes perigos, o surgimento de outras epidemias, como a peste, permitiram que o modelo de exclusão se conservasse, mas é certo, travestido de um método eficiente de prevenção de epidemias. Havia um novo paradigma, que determinava a separação social dos doentes e a sua retenção em instituições. Um, não mais restrito ao leproso; pois que, como Foucault observou, ainda que a lepra houvesse *se retirado*, deixou *lugares obscuros* e os ritos, *que não estavam destinados a suprimi-la, mas sim a mantê-la a uma distância sacramentada e fixá-la em uma exaltação inversa*. Era um modelo que mantinha e engendrava *os valores e as imagens que tinham aderido à personagem do leproso*, pois com o seu desaparecimento, ou o seu apagamento da memória, as estruturas criadas para ele permaneceram, com frequência, nos mesmos locais, e *os jogos de exclusão* seriam *retomados, estranhamente semelhantes aos primeiros*, envolvendo, mais tarde, *pobres, vagabundos, presidiários,*

⁴²² Roberto Machado *et al.* *Danação da Norma – Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Editora Graal. Rio de Janeiro, 1978. (página 284 – “Hospitais”).

⁴²³ José Leopoldo Ferreira Antunes. *Hospital. Instituição e História Social*. Letras&Letras. São Paulo, 1991.

“cabeças alienadas” e acrescento, para e pelo meu objeto de estudo, *inválidos da pátria*.⁴²⁴

No século XV, apareceu um outro estabelecimento, denominado *lazareto*, destinado a recolher e isolar pessoas vindas de outras cidades e regiões onde grassavam a peste, para se observar se os viajantes manifestariam ou não os sintomas. A peste havia impresso sua marca nos procedimentos institucionais de atenção às enfermidades e gerou, conforme Ferreira Antunes define, *tipos inéditos de estabelecimentos hospitalares*. Este outro local, também denominando hospital marítimo, igualmente esteve associado à realização de quarentenas preventivas para o controle dos fluxos migratórios e comércio marítimo, e sua eficácia era aprimorada quando instalado em uma ilha, que permitia o conveniente isolamento e controle sobre os internos e o fluxo dos que chegavam e saíam. Foi nas quarentenas que, com rigor, foi enunciado um movimento *disciplinador dos procedimentos institucionais de atenção às doenças*, ainda que tivesse forte *cunho hospitalar*, porque aqueles espaços, em um primeiro momento, não ofereciam terapêutica, de assistência terapêutica individualizada. Sua função principal era de proteger a saúde coletiva, intervir na vida das pessoas e dos indivíduos.

Os estabelecimentos do meio hospitalar aduziam medidas simultâneas de proximidade e distância, que condicionavam o movimento entre o que vinha do externo e do interno. Mas sempre, com o fundamento da segregação, afastando e excluindo. Em um lapso de tempo, esses estabelecimentos foram adquirindo novas orientações em sua função essencial, e executaram, igualmente, o encerramento de pessoas cujos comportamentos afastavam-se dos padrões considerados normais, imputáveis de desestabilizarem uma ordem social, vigente. Contingentes populacionais interpretados como perigosos ao convívio e que deveriam ser submetidos sob um regime de controle e disciplinamento exigidos por uma nascente vida urbana que se queria organizada; mas, que, ainda assim, apesar de serem espaços desejados, ao mesmo tempo ofereciam riscos porque encerravam em seu interior os efeitos patológicos que o saber médico queria evitar ou buscava controlar. Daí a necessidade da divisão dos enfermos, para melhor administrar a ação terapêutica de um espaço específico, que deveria ser promovida para que fosse combatida, ou superada em suas condições insalubres.

⁴²⁴ Michel Foucault. *História da Loucura*. 8ª edição. Perspectiva. São Paulo, 2005. (página 06, “*stultifera navis*”).

Havia, em Andaraí, uma lógica de ordenação, de organização interior, subordinada à questões técnicas e médicas. Existia a divisão de enfermidades e a busca do distanciamento físico com o centro político e econômico, e portanto urbano. Se aqui foi explorado um relatório, isto deixa inscrito que havia uma outra dimensão, a da imposição da disciplina, da reorganização, cujos registros, estatísticas e regulamentos são uma prova. O documento do diretor é um relatório, dividido em cinco partes, sugerindo a disciplina e o registro, da mesma forma que assinala a busca de planejamento para a contínua regularização e normalização de todos os aspectos relativos ao seu funcionamento. O planejamento é, em essência, uma reunião de dados, por um olhar que deseja antever o futuro; mas que, não deixa de se basear em um aprendizado, necessariamente constante e proporcionado pela prática. Quando o seu diretor observou sobre a divisão espacial do nosocômio, igualmente notou e mesmo promoveu a segregação de determinados pacientes, portadores da varíola, dentro de seu próprio *microcosmo terapêutico*, isto é, lugar que receberia organização e divisão interna, para, ali, inserir os pacientes e agir sobre eles, segundo suas enfermidades. Indivíduos aqueles, não se pode olvidar, oriundos de um outro grande estabelecimento, que pela divisão nosocomial, obrigava e condicionava Andaraí a operar com um tipo de paciente, ou atuando sobre um quadro nosológico que possuía “linhas comuns”. Segundo Ferreira Antunes,⁴²⁵ era nesse *microcosmo terapêutico*, já que havia sido efetivada a promoção da associação das *séries hospitalar e médica*, há tempos; que deveria ser arranjado de modo individualizado, específico e modificável, *de acordo com a doença, com o tratamento a ser seguido e com a evolução do quadro clínico apresentado pelo enfermo*.⁴²⁶ Sendo assim, efetivamente, Andaraí era um hospital, um espaço privilegiado para a ação terapêutica, sob o total controle do médico em todos os seus aspectos possíveis, algo que o AIP não era, apesar de possuir algumas características de um estabelecimento com função terapêutica.

⁴²⁵ José Leopoldo Ferreira Antunes. *op. cit.*,

⁴²⁶ José Leopoldo Ferreira Antunes. *op. cit.*, (páginas 129 a 157, “*O hospital geral na idade moderna e as origens do hospital contemporâneo*”).

Em 1872, o Dr. Antônio Caetano de Almeida,⁴²⁷ o cirurgião do Hospital Militar de Andaraí, e que ali começou a sua carreira exercendo a cirurgia *com raro talento*, publicou sua “*these de concurso para o oppositorado da secção de sciências cirúrgicas*”, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Baseado em suas observações e aprendizados por pelo menos quatro anos de prática diária, compôs um interessante trabalho.⁴²⁸ Vale dizer, novamente, que Andaraí recebeu mutilados e doentes crônicos, oriundos da guerra, por todos aqueles anos, pelo menos de 1867, quando inicia suas atividades em fevereiro, até quando o cirurgião publicou o seu referido texto. Sendo assim, é certo que o hospital não era unicamente um lugar de cura, mas também o era de aprendizado para os seus médicos, e Caetano de Almeida, bem como outros, que atuaram nos de campanha, na *Misericórdia*, no da Marinha e em *Castelo* fizeram o mesmo, com os seus pacientes e estabelecimentos. Estes ofereciam a oportunidade de pesquisa e aprendizado.

Sua dissertação tem como tema “*da amputação em geral*”. Na introdução, Caetano de Almeida informou que visava escrever sobre um assunto que para ele era *um objeto mais ou menos familiar*, por ter se deparado com esses casos em sua prática diária, e que, por ela, teve a oportunidade de observar as *dificuldades e escolhos* com que *frequentemente* se deparava.

O cirurgião, que aparentemente tinha uma maior predileção pela prática, apresentou uma observação sobre os autores que serviam de guia aos profissionais brasileiros:

“A cirurgia didática, necessária e indispensável para o exercício clínico, não satisfaz, no entanto, por si só, a complexidade das exigências práticas. Por mais providentes que sejam os autores, por mais prolixos que se mostrem em seus sábios e prudentes conselhos, nunca conseguirão abranger minuciosamente todas as circunstâncias e todos os acidentes que podem acompanhar cada caso, cujas condições e etiologia, como se sabe, são suscetíveis de infinitas variedades.

⁴²⁷“Antônio Caetano de Almeida nasceu, em 1842, na cidade do Rio de Janeiro. Faleceu em março de 1889 na mesma cidade. Formou-se como bacharel em letras, no Colégio de Pedro II, no Rio de Janeiro, e doutorou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1866), apresentando a tese intitulada “Tenotomia”. Nesta instituição, em 1872, venceu o concurso para opositor de ciências cirúrgicas, com a tese “Da amputação em geral”, e foi lente catedrático de histologia teórica e prática (1886). Como segundo cirurgião do Corpo de Saúde do Exército, realizou inúmeras cirurgias, com baixo índice de mortalidade no Hospital Militar da Guarnição da Corte, onde exerceu a medicina de 1877 a 1889. Neste período foi também facultativo clínico do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.” In “**Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832 – 1930)**”. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br).

⁴²⁸ Antonio Caetano de Almeida. *These de Concurso para o Oppositorado da Secção de Sciencias Cirurgicas*. Typographia Perseverança. Rio de Janeiro, 1872.

Em cirurgia, bem como em medicina prática, impôr-se para cada preceitos e regras, sem sujeita-los às modificações que possam resultar de sua apreciação especial, seria enunciar um paradoxo e impelir-se o prático a freqüentes claudicações: é dessa necessidade de apreciar, da responsabilidade que se assume sobre os casos, e do hábito de exercer a profissão em tal ou qual localidade, que resulta principalmente a ciência prática; foi pois por procurarmos nos colocar em condições de apreciar bem, os fatos que, como dissemos, preferimos este assunto a outros, quíça mais importantes em relação aos interesses atuais da ciência.”⁴²⁹

Sem dúvida, uma posição diferenciada da maioria dos cirurgiões que atuaram na guerra. Antônio de Almeida, pelo seu trabalho diário, em centenas de pacientes que freqüentaram Andaraí, buscava novas interpretações, pois cada um poderia apresentar uma particularidade, e por conseqüência, um tratamento diferenciado.

Sua definição de *amputação* era limitadora, porque informou que a expressão tinha se tornado *extensiva à ablação de certos órgãos mais ou menos proeminentes e isolados, como a mama, o pênis, a língua, etc.* Mas que apenas seria aplicada em seu trabalho, *em relação às extremidades torácicas e abdominais*; portanto, os membros superiores e inferiores. Como sua prática estava ligada a um hospital militar, distante dos campos de batalha, Caetano de Almeida apresentou mais uma diferença em relação aos seus colegas de profissão, que atuaram no Paraguai:

“A gravidade que resulta das grandes operações cirúrgicas, as críticas circunstanciais em que ficam colocados os doentes que têm sofrido amputações de membros, já em conseqüência da violência da própria operação e dos sérios acidentes que lhes podem sobrevir; já em relação à sensível perda de um órgão que muitas vezes lhes garantia os meios de subsistência, devem atuar poderosamente no espírito do cirurgião, quando na prática houver de decidir-se por tão grave iniciativa...”⁴³⁰

Algumas de suas observações não estão muito presentes nas ações de cirurgiões militares, que tinham outros problemas, mais prioritários, para equacionarem nos hospitais de campanha, principalmente após os embates, que envolvessem um grande número de homens. Suas atenções estavam dirigidas, nos primeiros momentos, na busca imediata da sobrevivência dos pacientes feridos, cujas lesões eram passíveis de agravamento. Os profissionais, em campo, conforme aqui já foi visto, não titubeavam em cortar dedos da mão e do pé, braços, antebraços e partes da perna e dos pés, e em sua maioria, eram favoráveis à *imediata*, porque desejavam evitar os *acidentes*, e portanto, promoverem, com os meios possíveis, a sobrevivência dos seus pacientes.

⁴²⁹ Antônio Caetano de Almeida. *op. cit.*, (páginas 01 e 02).

⁴³⁰ Antônio Caetano de Almeida. *op. cit.*, (página 04).

Depois, os homens - dentro do processo de sua recuperação, que dada àquelas circunstâncias era lenta e arriscada - eram transportados para os hospitais localizados na rota que ligava o teatro de operações com a Corte, ou até nesta, como o do Castelo e Andaraí, não sem antes alguns dias, de “descanso”, ou uma primeira recuperação, e outra avaliação, em Santa Isabel ou Jurujuba. Suas amputações, em algumas passagens, como em Curupaiti, só foram limitadas e impedidas pela ausência de luz, importante critério para não haver uma, *imediate*, cujo paciente e cirurgião deveriam aguardar o clarear do próximo dia. Se alguns, como foi visto, esperavam que o paciente voltasse a si, para comunicar e esclarecê-lo que seria melhor receber a amputação para ser salvo, certamente foram exceções, ou mais certo, um gesto registrado nos textos, mas pouco provável na prática, servindo, apenas, como um “desencargo de consciência”, moral, para alguns dos candidatos-veteranos. Caetano de Almeida, no trecho acima, mencionou sobre estes acidentes e critérios; aqueles como problemas decorrentes das amputações consumadas, e os critérios, mais equilibrados, porque operava em um hospital longe dos campos, sempre dotado de tempo para ações mais calculadas e servindo-se de maiores recursos. O que fica claro é que, com ou sem recursos, ou pelo menos os que estivessem mais à mão; mas, parece-me, quase nunca eficientes; eles, os *acidentes*, poderiam ocorrer sem a amputação, agindo, apenas, em um ferimento ou após a drástica operação, em seu toco. A tese sobre a diferença das feridas é fundamental para o entendimento destes problemas, e, os que os amputados representavam, quando observados por um olhar embuído de valores egendrados pelo saber médico, impregnado de idéias como a boa higiene e a manutenção sanitária.

Como exemplo dessa distinção, entre os que atuaram nos campos, e Caetano de Almeida, é necessário apresentar alguns estudos de casos que o cirurgião do Andaraí produziu em seu trabalho. Ele descreveu um, do mês de maio de 1869, que envolveu uma *desarticulação escápulo humeral*, com as *graves circunstâncias que o acompanhavam*:

“Inocência Januário da Silva, praça do Asilo de Inválidos, tendo na campanha do sul em 1868, recebido um ferimento de bala de fuzil na articulação escápulo humeral direita, entrou para o hospital de Andaraí em princípios de abril de 1869.

Seu estado geral era mau: extremamente depauperado e emagrecido, por inúmeras fistulas que apresentava nos tegumentos que cobriam a articulação e todo o braço, perdia, talvez, diariamente 150 gramas de pús fétido e discrático; suores noturnos abundantes, reações febris para a tarde, enfraquecimento extremo e palidez excessiva dos tegumentos.

Felizmente não havia a menor anorexia, nem diarreia; pelo contrário, seu apetite era considerável, e até nos admirava como, em um organismo naquelas condições, as forças

digestivas podiam conservar tal integridade. O exame local nos revelava necrose extensa da cabeça e corpo do húmero, fistulas comunicando com o canal medular do osso e necrose do omoplata. Apesar da sofreguidão com que desde sua entrada o doente instava pela operação, julgamos prudente esperar algum tempo, já para tentarmos reconstituí-lo um pouco, já mesmo para nos dar tempo a percebermos bem claramente a extensão da lesão e refletirmos no processo que deveríamos empregar. Com efeito, um mês depois, não havendo modificação sensível no estado geral, e continuando os mesmos fenômenos de supuração, praticamos a desarticulação do braço, fazendo um só retalho anterior, não só por ser esta a única porção de tecido que se achava em melhor estado; como também porque, devendo praticar simultaneamente, como pretendíamos, a ressecção da parte do omoplata que estivesse necrosada; este processo nos pareceu ser o que mais se prestaria. Foi porém depois de feita a separação do membro que percebemos que a necrose se estendia por todo o osso da escápula e que o único recurso que nos restava era fazermos sua ablação completa; ora, estando nesta ocasião o doente em estado de colapso provocado pela cloroformização e por sua debilidade, e aparecendo além disso graves fenômenos de hemofilia, julgamos prudente suspender a operação, interpôr uma compressa de pano crivado com ceroto e um pouco de fios nos lábios da ferida e adiar a extração do osso. Realmente, daí a 22 dias, tendo a supuração diminuído sensivelmente, cloroformizamos de novo o nosso doente, e excisando uma porção dos tecidos que constituíam o bordo posterior da ferida, fizemos o descolamento de todo o omoplata. O doente obteve alta três meses depois em excelentes condições.

Mais alguma timidez de nossa parte, e teríamos reputado este caso inoperável, e privado o doente dos benéficos resultados que evidentemente colheu da intervenção, posto que um tanto ousada, da medicina operatória. Tínhamos notícia de observações de Petrequin, Janso e Barrier sobre ressecções da porção sub-espinhosa do omoplata; conhecíamos as de Cuning e Rigaud de extirpação completa deste osso, e sabíamos qual a sua gravidade, principalmente com a desarticulação simultânea do braço; mas ponderando que o doente sucumbiria infalivelmente, se continuasse a se esgotar por tão abundante supuração, e observando que suas forças digestivas conservavam toda sua operação para dar-lhe ao menos uma probabilidade de vida”.⁴³¹

O *inválido da pátria* Inocêncio Januário da Silva havia sido ferido em 1868, por um projétil disparado de um fuzil, e há pelo menos quatro meses permanecia com o problema, porque mesmo, hipoteticamente, que o projétil tivesse sido removido, algo que o cirurgião não fez menção - e o que provavelmente já se tinha feito ou pela sua remoção ou mesmo por ter transfixado a região atingida - o ferimento permanecia, sem solução, referente ao seu braço direito, aliás, situação parecida com um dos ferimentos encontrados em Robles, o *comandante do Marquês de Olinda*, que faleceu em decorrência, segundo a visão do cirurgião que lhe tratou, trazida por Carlos Guimarães, de seu comportamento irregular quando em recuperação daquele ferimento no *húmeros* e um outro *penetrante no peito*. A situação de Inocêncio poderia piorar se nenhuma iniciativa fosse tomada. O inválido estava *depauperado*, parece-me que subnutrido, sendo que o seu organismo, ainda com o ferimento presente, expelia *pús fétido e discrásico*. O problema da alimentação insuficiente dos pacientes, salientada pelo

⁴³¹ *Ibid.*, (páginas 06, 07 e 08).

diretor de Andaraí, no relatório de 1868, demonstrou-se fundamentada pelo estudo deste caso. Segundo Caetano de Almeida, o paciente pediu que fosse feita a operação, provavelmente por causa do desconforto e da dor provocados por sua ferida; entretanto, achou-se melhor, para a sua recuperação, um maior tempo, que poderia fortalecê-lo com a alimentação ministrada, como oportunamente o caso seria melhor estudado pelo profissional, que teria condições mais seguras para a decisão de uma operação satisfatória, após dias de observação e restabelecimento.

Inocência não foi atendido no AIP, que possuía recursos e pessoal limitados, e se foi remetido para o Andaraí, por intermédio do hospital da Corte, era porque neste não poderia ser tratado convenientemente, afinal a sua doença era de demorada recuperação. O ferido poderia oferecer, por causa de seu organismo debilitado e apresentando este tipo de ferida, algum perigo de contágio? Poderia adquirir alguma moléstia pestilencial? Pelas observações do cirurgião, ele chegou em princípios de abril de 1869, e tentou-se recuperá-lo fisicamente durante um mês. O tempo que separa a primeira intervenção cirúrgica, com clorofórmio, da segunda, quando, igualmente, se utilizou da substância, foram vinte e dois dias. Portanto, em tratamento pré-operatório, propriamente dito, Inocência por lá ficou até fins de maio ou início de junho de 1869, com o ferimento expelindo as substâncias nocivas, fora os três meses da recuperação do pós-operatório, chegando a permanecer, provavelmente em Andaraí, até os meses de setembro ou outubro daquele ano.

O cirurgião continuou suas explanações, indicando quais lesões deveriam *reclamar a amputação*. Ele apresentou várias delas; mas, neste trabalho, são as feridas por armas de fogo que interessam:

“Os ferimentos por arma de fogo fornecem tantas vezes indicações para a amputação dos membros que, sem exageração, pode se dizer que são estas as operações que mais freqüentemente se praticam em cirurgia militar.

Em nossa estatística das operações praticadas no Hospital Militar de Andaraí desde 1867, abstraindo das de pequena cirurgia, o algarismo que mais avulta é exatamente o das amputações dos membros, dos dedos e dos artelhos, tanto na continuidade, como na contiguidade dos ossos. Esta freqüência se explica naturalmente desde que se ponderar que, ficando no campo de batalha os ferimentos de tronco que são em geral mortais, a maioria dos que são recolhidos aos hospitais é de ferimentos das extremidades. Os caracteres especiais que afetam ordinariamente estas lesões, sua extensão muitas vezes considerável, posto que aparentemente limitada; colocam não poucas vezes o cirurgião na contingência de não poder apelar para outro recurso, além da ablação do membro, receioso de que, não só as desordens atuais, como as consecutivas, venham ameaçar seriamente a vida do doente.

É tal a variedade que podem apresentar estas lesões que se torna bem difícil enunciar de um modo geral quais as que reclamam as amputações como tratamento. Nos casos de

ferimentos consideráveis, quando uma bala tem levado uma parte do membro a indicação torna-se bem clara; algumas vezes, porém, a ferida se apresenta com toda a nitidez, as regiões adjacentes simulam estar em perfeita harmonia, e no entanto a amputação é também necessária, para evitar-se que tecidos moles contusos e fragmentos ósseos ocultos no interior do membro venham provocar funestas supurações.

Nos ferimentos que dão resultado a abertura de grandes articulações, como as do joelho, da espádua, etc., a ablação do membro é indicação geral; nestes casos, porém, é necessário ainda distinguir a gravidade da lesão em relação a sua sede: assim a experiência tem mostrado que nas articulações humero-cubital e tíbio-astragaliana se pode em algumas circunstâncias esperar a conservação do membro. Na continuidade dos ossos e nas fraturas cominutivas, quando estes e as partes moles ficam reduzidos a uma substância verdadeiramente polposa, a amputação é o único recurso.”⁴³²

Tendo em vista os trabalhos de outros cirurgiões militares, aqui trabalhados, Antônio Caetano de Almeida apresentou mais critérios que os seus demais colegas, para a decisão da amputação. Ele tinha maiores recursos e tempo disponíveis para as suas escolhas que acreditava corretas. O que me chama a atenção, é sobre a cautela quanto aos *tecidos moles contusos e fragmentos ósseos ocultos no interior do membro* que poderiam *provocar funestas supurações*. Em nenhum momento mencionou, em sua publicação, sobre os fragmentos provenientes, propriamente ditos, dos combates, apesar de fazer menção, indiretamente, sobre eles, quando considerou genericamente os problemas decorrentes dos fragmentos que pudessem estar ocultos. Esse serviço possivelmente era feito pelos cirurgiões de guerra, tão explorados no presente capítulo. Todavia, o relatório de 1868, sobre o serviço cirúrgico de Andaraí menciona também de maneira genérica o aparecimento de feridos com “corpos estranhos” nos organismos de seus pacientes, mas não chega a detalhar os casos, em números. É óbvio que alguns pacientes apresentavam esse tipo de ferimento que continha fragmentos de projéteis ou outros corpos estranhos provenientes da peleja; mas que certamente em menor número, pelo fato de no próprio campo, nos primeiros socorros logo após as ações, serem removidos pelos profissionais no pouco tempo que tinham à sua disposição. Caetano de Almeida não observou essa particularidade, importante, talvez porque não considerava o seu número representativo, e que por esta razão não merecesse uma menção, ou mesmo, em respeito aos colegas, evitou-as, para não causar, inclusive, suscetibilidades entre alguns, já que todos eram médicos e cirurgiões, colegas de profissão.

Interessante é que ele informou que os ferimentos na região do tronco eram *no geral mortais, a maioria dos que eram recolhidos aos hospitais era de ferimentos das extremidades*. As observações dos profissionais que atuavam na guerra apresentaram

⁴³² *Ibid.*, (páginas 12 e 13).

alguns casos dessa categoria, e se eram mortais em sua maioria, eram porque, muito provavelmente, o combate era aproximado, seja pela troca de tiros de fuzil, de alcance limitado; a aterrorizante permanência sob o fogo de metralha e obviamente por instrumentos perfurantes e cortantes, que não deixavam muitas possibilidades de salvação para suas vítimas, principalmente quando eram infringidos nessas regiões do tronco. As armas individuais de infantaria, de fogo, em *tiro direto*, ou *trajetória tensa*, ainda assim, tinham um alcance menor, obrigando, para se explorar o seu melhor desempenho em conjunto, em um batalhão, por exemplo, maior aproximação do alvo. Nessas aproximações, a artilharia, quando bem posicionada, e móvel quando necessário, provocava muitas baixas nas formações de infantaria e cavalaria, com a utilização da metralha, ou mesmo com suas peças de maior alcance, se fossem raiadas, e de maior poder, bombardeando zonas fortificadas ou posições de infantaria, situadas nas linhas avançadas, obrigando os soldados a permanecerem em sua posição, ou no dispositivo, mesmo com o ataque. Acredito que aqui se esclarece, parcialmente, a questão dos ferimentos na região torácica e no abdômen. Essas regiões proporcionavam a maior superfície possível para receber uma bala ou mesmo um fragmento de metralha, e apresentavam alta letalidade aos que nelas fossem feridos. Também, é digna de recordação a morte do colega de Dionísio na *linha negra*, o alferes Aristides Bibiano Pereira de Faria, que recebeu um mortal ferimento na região; como a maneira de combater dos brasileiros quando atacaram uma fortificação e que foram observados por Seeber. Esses ferimentos certamente eram mais temidos pelos soldados, que observavam sempre, em seus combates, essas situações. Eram seus camaradas e até mesmo os inimigos que morriam, apresentando o ferimento temido. A autoridade militar, ou melhor, os seus superiores, quer os mais próximos, como alferes, tenentes ou mesmo capitães, quer outros, maiores, coronéis e até mesmo generais, por mais que tivessem sinas disciplinadoras, deveriam, naquelas ocasiões, antes e durante um ataque, negociar sua autoridade sobre esses homens, muitos dos quais mais dispostos a enfrentá-los do que enfrentar um combate que poderia ocasionar os ferimentos no tronco. Os homens, em sua maioria, não se recusavam à ação, mas certamente não marchavam sem antes ter algum tipo de garantia, ou segurança, nem que ela fosse moral. As pranchadas podem ter sido largamente utilizadas, mas tenho convicção de que foram mais presentes, e atuantes, os laços de solidariedade, de camaradagem e o espírito de corpo.

O cirurgião de Andaraí reconheceu a diferença entre a situação que operava e a dos demais colegas, que no Paraguai trabalharam:

“Devemos ainda consignar aqui as indicações que os cirurgiões militares denominam especiais por serem peculiares à cirurgia do campo de batalha, e se basearam sobretudo nas circunstâncias excepcionais em que se acham os doentes. Com efeito, um traumatismo que na clínica civil muitas vezes comportaria a conservação do membro, em cirurgia militar indica forçosamente sua amputação; já porque as condições em que está o doente não permitem que se lhe prodigalisem cuidados de certa ordem; já mesmo porque podem existir focos epidêmicos, falta de alimentação conveniente, acúmulo de doentes em um só hospital e milhares de outras circunstâncias que, viciando as condições de salubridade do lugar, destroem também as probabilidades de cicatrização regular de ferimentos graves e complicados que exigiam cuidados especiais.”⁴³³

Os ferimentos no campo eram mais graves, pela ausência de tempo e recursos disponíveis em época de paz, ou em centros cirúrgicos distantes das frentes de combate. O medo dos *focos epidêmicos* era presente. Eles poderiam gerar maiores males. O *acúmulo de doentes em um só hospital* poderia gerar a *podridão do hospital*, mal temível para esses profissionais, que em ação poderia frustrar todos os seus esforços. Os problemas que poderiam viciar *as condições de salubridade do lugar* destruíam as boas chances *de cicatrização regular de ferimentos graves e complicados que exigiam cuidados especiais* e eram, pelas observações, os numerosos casos que Andaraí tratava.

Doentes e convalescentes eram encontrados no AIP e no hospital da Corte. Esses homens poderiam inspirar medo às autoridades administrativas, policiais e sanitárias? Que males ou acidentes poderiam atingir um militar convalescente em um hospital? O doutor Antônio elencou alguns:

“Tétano – o tétano traumático tem sido considerado por alguns práticos como indicação para a amputação. Nós, de acordo com o professor Chassaignac, julgamos tal preceito um perfeito contrasenso, porquanto, além de ser esta prática irracional, a amputação, como bem pondera Velpeu, é uma causa poderosa do mal que se deseja combater.

(...)

Lesões orgânicas – Gangrena – Posto que a gangrena seja uma das indicações mais positivas para a amputação, inúmeros casos se podem apresentar na prática em que o cirurgião deve prescindir de uma intervenção desta ordem.

Para que a indicação seja bem baseada, é ordinariamente necessário que o mal invada a totalidade ou ao menos a mór parte da espessura do membro e que não permita a esperança de conservarem-se os elementos principais depois da queda da escara.

(...)

Um nosso amputado de coxa, tendo contundido a extremidade do coto em sua parte externa, ofereceu-nos também um caso em que depois da queda da escara, que felizmente só era constituída pelos tegumentos, o tecido muscular ficou patente e se cobriu depois de botões carnosos.

⁴³³ *Ibid.*, (páginas 14 e 15).

(...)

A gangrena ataca o coto, continua em sua marcha ascendente e, ou limita-se mais acima inutilizando a primeira operação, ou o doente sucumbe.

(...)

Podridão de hospital – Esta gravíssima afecção, que muitas vezes toma um caráter epidêmico nos hospitais onde há acúmulo de feridos, costuma a ceder posto que dificilmente a aplicações de anti-sépticos e de cauterizações mais ou menos enérgicas; entretanto casos há em que, para reprimir uma hemorragia grave ou para impedir desorganizações consideráveis, o cirurgião se vê forçado a praticar a ablação do membro, ainda na contingência de poder o mal afetar de novo a superfície da secção.”⁴³⁴

Devido aos poucos recursos, amputar um membro sofrendo de *tétano*, poderia proporcionar maiores danos e sua presença não seria extinguida. Já a *gangrena*, em um lugar provido de recursos, muitas vezes o membro atacado não precisava sofrer um novo processo de amputação. A *podridão de hospital* era algo presente, como no episódio da bacia, em Dionísio Cerqueira e as observações referentes ao mesmo assunto, por Carlos Frederico, ainda mais com instalações portando aglomeração de doentes, e onde não havia a correta observação dos preceitos higiênicos em voga.

A *tuberculose pulmonar* foi atuante em Andaraí, e isto pode ser observado no relatório de 1868, sendo que, inclusive, a doença foi responsável pelo maior número de óbitos registrados naquele ano. Caetano de Almeida cita um caso, que exigiu maiores cuidados:

“Em relação à tuberculose pulmonar, a prática nos tem todavia mostrado, de acordo com a observação dos autores, que algumas vezes a operação praticada com certas reservas, pode dar um resultado verdadeiramente maravilhoso. Para nossa enfermaria do hospital de Andaraí entrou um doente que operamos nestas condições, e cuja impressão ainda conservamos. Tratava-se de um indivíduo que tendo recebido, havia um ano, um ferimento por arma de fogo na articulação tibio-femural esquerda, se apresentava com supuração abundante das cartilagens articulares, emagrecido extremo, e tubérculos pulmonares mais pronunciados para o lado esquerdo, onde pela auscultação se percebia na parte superior estertores subcrepitantes e *craquements* úmidos.

Julgando que o melhor tônico, que lhe poderíamos indicar, era a eliminação do foco que o depauperava, praticamos a amputação da coxa, e daí a dois meses o doente a seu pedido obteve alta nas melhores condições possíveis. Seis ou oito meses depois este indivíduo nos apareceu no hospital tão bem disposto e tão nutrito, que o teríamos desconhecido, se ele não se tivesse denunciado como o mesmo. Na ocasião de o operarmos, seu estado geral era tal que, manifestando nós receio de alguma repercussão para o lado dos pulmões em consequência da ablação súbita do foco já habitual, o ilustrado professor de higiene desta Faculdade, que então nos ajudava, aconselhou-nos a aplicação de alguns fontículos como derivativo, caso tal acidente se realizasse.”⁴³⁵

⁴³⁴ *Ibid.*, (páginas 15 e 16).

⁴³⁵ *Ibid.*, (página 21).

Mais um *inválido da pátria* foi devidamente tratado, mesmo que tivesse adquirido o ferimento muito tempo antes de ser apresentado no Andaraí. No caso, esse veterano foi tratado apropriadamente após se ter passado um ano que havia recebido *um ferimento por arma de fogo na articulação tibio femural*. Havia mais um agravante, a presença da tuberculose, o que dificultava o seu restabelecimento. Este paciente foi uma exceção, pois além de ter sobrevivido à radical cirurgia, conseguiu viver, não se sabe quanto tempo, com a doença.

Entretando, localizei uma curiosa, mas simples lista, referente à um soldado que morreu quando em tratamento no Andaraí. O *soldado do asilo de inválidos Francisco da Costa Santiago* não teve a mesma sorte que os seus colegas descritos na tese do cirurgião. Em março de 1869, seu espólio foi colocado à disposição, demonstrando que os homens não carregavam muitas coisas:

“Relação do espólio da praça abaixo declarada pertencente ao Asilo dos Inválidos da Pátria falecida nesse hospital no corrente mês.

Espólio do soldado do Asilo de inválidos da Pátria Francisco da Costa Santiago, falecido neste Hospital a 7 de março de 1869 – uma blusa de pano, uma camisa de algodão, uma dita de flanela, uma calça de algodão riscado e uma mochila de oleado.

Hospital Militar Provisório em Andaraí, 8 de março de 1869”.⁴³⁶

Ainda quando discorreu sobre em que situação se deveria praticar a amputação, tendo como base vários métodos da cirurgia, Caetano de Almeida comprovou que seu trabalho se diferenciava das práticas cirúrgicas presentes em outros lugares, tanto que reconheceu:

“Em nossa clínica não possuímos, infelizmente, elementos pelos quais possamos pessoalmente avaliar da excelência desta ou daquela prática: todas as amputações, que temos tido ocasião de praticar, não são sempre reclamadas por indicações consecutivas e só nos serviriam para confirmarmos a opinião geralmente aceita sobre os excelentes resultados que dão tais operações, quando são indicadas por lesões mais ou menos antigas; porquanto em um número já um pouco avultado, nenhuma vez, felizmente, tivemos de lastimar um doente perdido. Se, porém, em alguma ocasião tivermos de decidir sobre um caso cujo traumatismo não permita a menor probabilidade de conservar o membro, não hesitaremos em praticar a amputação imediata.”⁴³⁷

Ele avaliou sobre o *lugar de eleição* para os atos cirúrgicos. A *natureza da lesão e o estado do doente* eram os critérios que se apresentavam na hora de se fazer a opção julgada a mais apropriada. Porém, acreditava que:

⁴³⁶ Arquivo Nacional. IG 7 377. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra (1869).

⁴³⁷ *Ibid.*, (página 26).

“Somente a amputação da perna tem um lugar de eleição designado pelos autores, qualquer que seja o ponto abaixo deste em que a lesão se apresente, e isto unicamente porque devendo posteriormente o doente usar o aparelho conhecido com o nome de *perna de pau*, e tendo seu principal ponto de apoio sobre o joelho, todo o excedente do coto traria um grande incômodo. Hoje, porém que estes aparelhos se acham muito aperfeiçoados e modificados, podendo ser aplicados a qualquer ponto da perna, a vantagem da amputação no lugar da eleição só existe para os indivíduos que não tem recursos para possuírem os de modificações modernas.”⁴³⁸

Devido aos problemas de deambulação, a perna possuía um lugar de eleição para a amputação. Por mais que os aparelhos ortopédicos, segundo o otimista cirurgião, estivessem aperfeiçoados naquele contexto, os *inválidos da pátria* fizeram uso de incômodas pernas de pau, do sistema mais simples, ou rústico, bem como de outros acessórios, como muletas, pernas de mola e até mesmo cadeiras de roda, feitas de ferro (**Figura 14**).

Na documentação do Arquivo Nacional, depositada nas pastas do arsenal de guerra, encontrei alguns papéis que tratam sobre o assunto. Em novembro de 1866, foi mandado ser entregue ao comandante do AIP, *as pernas e braços de pau vindos da Europa*, mas, como deveriam ser dispendiosas, *uma peça de cada espécie* deveria ficar no arsenal de guerra para servir de modelo para se fazerem outras.⁴³⁹ Em fevereiro de 1867, foi pedida *uma perna de pau* para o primeiro sargento Antonio Carlos, e se o estabelecimento não possuísse uma, deveria ser feita a de *modelo francês* pelo arsenal.⁴⁴⁰ Além de pernas, localizei pedidos de cadeiras de rodas. Um, de julho de 1867, pedia *um meio de locomoção* para três praças recolhidas no AIP - o cabo de esquadra Martins Pereira Peixoto do 34º CVP, o anspeçada Manoel Joaquim Gomes do 47º CVP e o soldado Proxedes Francisco da Conceição, do 24º CVP - que *vieram inutilizadas do exército em operações*. Trata-se de um pedido de compra de *três cadeiras americanas com assento e encosto (...) armação e rodas de ferro, segundo se achavam no mercado ao preço de oitenta mil réis*.⁴⁴¹ No mesmo mês, e possivelmente tratando-se do mesmo caso das três praças do AIP, há um outro documento perguntando sobre *por que preço se poderiam obter cadeiras de rodas que se prestassem a locomoção de inválidos que perderam ambas as pernas*.⁴⁴² O próprio imperador,

⁴³⁸ *Ibid.*, (página 28).

⁴³⁹ Arquivo Nacional. IG 7 350. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra da Corte. (1866).

⁴⁴⁰ Arquivo Nacional. IG 7 509. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra da Corte. (1867).

⁴⁴¹ Arquivo Nacional. IG 7 410. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra da Corte. (1867).

⁴⁴² Arquivo Nacional. IG 7 410. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra da Corte. (1867).

quando em visita ao efetivo do AIP, e às instalações do asilo, em julho de 1870, notou que havia um inválido, um oficial, necessitando de uma *perna de pau*, para conseguir se locomover. Ele observou ao seu ministro da guerra, que:

“O oficial Chilon José (...) que perdeu uma perna na guerra pede-a de pau, e entendo que se pode fazer esse favor. Consta-me que há na rua do Ouvidor um fabricante dessas pernas com a maior parte dos movimentos, muito hábil”.⁴⁴³

No mês de agosto de 1867, foi solicitada uma *perna de pau ao Anspeçada do 26º CVP Ricardo Nunes dos Santos*.⁴⁴⁴ Em 1866, foi pedida uma *perna de mola*,⁴⁴⁵ e no mesmo ano foi feito um outro pedido, solicitando que o estabelecimento fornecesse ao *Asilo de Inválidos as muletas que fossem necessárias*.⁴⁴⁶ Em julho de 1867, um outro documento mais detalhado trouxe mais informações sobre o número de aparelhos. O arsenal de guerra deveria fornecer ao asilo, naquele mês, *15 pernas de pau para o lado esquerdo, 10 para o lado direito, 25 pares de muletas, 6 mochos de pau e seis camas de ferro*, além de ter de fornecer *5 barris de água*.⁴⁴⁷ Em 1869, no mês de maio, foram pedidos *36 ponteiros para pernas de pau*.⁴⁴⁸ Neste último caso, alguns inválidos recuperados já se locomoviam, e com seus movimentos, desgastavam os ponteiros originais, necessitando, então, de novos para não estragarem seus novos “membros”.

Curiosamente, Caetano de Almeida citou os *instrumentos necessários para as amputações*. De facas, serra, bisturis até pinças, tentáculos, agulhas e tesouras, apresentou sobre todos os objetos vantagens e desvantagens em sua aplicação. Não havia um só tipo de faca, como não havia apenas um tipo de bisturi empregados nas intervenções cirúrgicas. Da mesma forma os curativos, que deveriam ser executados com os materiais apropriados. *O aparelho curativo* deveria ser composto *essencialmente das seguintes peças: pano crivado com cerôto, atadura de duas ou três tiras, fios brutos e longos, compressas quadradas e cortadas em forma de Cruz de Malta, fios de linha encerados, tiras aglutinativas, ataduras circulares, esponjas como bacias com água fria, meios de aquecer as tiras aglutinativas, vinagre aromático, amônia líquida ou outras quaisquer substâncias que pudessem servir para ocorrer a alguma lipotimia ou a outros acidentes*. Alguns dos instrumentos deveriam ter uma

⁴⁴³ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 144 – 7045).

⁴⁴⁴ Arquivo Nacional. IG 7 353. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra da Corte. (1867).

⁴⁴⁵ Arquivo Nacional. IG 7 449. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra da Corte. (1866).

⁴⁴⁶ Arquivo Nacional. IG 7 461. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra da Corte. (1866).

⁴⁴⁷ Arquivo Nacional. IG 7 410. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra da Corte. (1867).

⁴⁴⁸ Arquivo Nacional. IG 7 439. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra da Corte. (1869).

duplicata, principalmente os perfurantes e cortantes, como a *faca* e a *serra*, porque podendo no decurso da operação ficar, por qualquer circunstância, inutilizados, era conveniente que fossem prontamente substituídos.

Em outra parte, apresentou o capítulo *preliminares da operação*. Elas eram importantes porque *a amputação é sempre uma operação extremamente complexa e exige a observância de inúmeras circunstâncias para garantia de sua prática e bom êxito de seus resultados*. Estavam previstas as melhores posições em que deveriam ser colocados os pacientes, os ajudantes e o próprio cirurgião. Para auxiliar o operador, era recomendado que *sete* ajudantes o auxiliassem na tarefa, sendo que cada um ficaria responsável por uma específica:

“A cada ajudante incumbe misteres especiais. Devem ser pelo menos em número de sete, distribuídos do seguinte modo: um, incumbido do clorofórmio (quando é aplicado), ocupa o extremo da mesa, correspondente à cabeça do doente; outro faz a compressão da artéria que deve ser mantida desde que se começa a secção dos tecidos moles até se efetuar a ligadura; outro arregaa os tecidos já seccionados, afim de que a faca possa obrar mais livremente sobre as partes que tem de ser cortadas; o quarto sustenta o segmento do membro que tem de ser separado, deve manter a imobilidade do osso durante sua secção, e tem de evitar dois escolhos: um apertar a serra elevando o membro, outro fraturar o osso abaixando-o antes de terminada a secção; o quinto ocupa-se em dar os instrumentos, à proporção que foram exigidos; os outros dois finalmente se incumbem de manter o doente de aproximar as bacias e esponjas, substituir as águas, etc.”⁴⁴⁹

Quantos cirurgiões, em tempo de guerra, tiveram disponíveis sete ajudantes para os auxiliarem em uma operação tão crítica quanto a amputação? O mais comum foi a reclamação, do pessoal médico, de que havia falta de pessoal ajudante. Além do mais, outras questões permanecem presentes após a leitura do trecho. O clorofórmio era a substância anestésica mais utilizada na guerra, mas, e se, eventualmente, não causasse o efeito desejado? Caetano de Almeida fez uma observação, entre parênteses, em seu texto original. Havia outra substância anestésica? Em campanha, se poderia contar com a inconsciência do paciente. Recordo sobre o cirurgião veterano que observou que preferia amputar seus pacientes quando estivessem no estado de *torpor profundo*, logo após serem feridos por armas de fogo; portanto, que praticava as amputações imediatamente após os homens terem recebido os ferimentos. É certo que o clorofórmio não era aplicado na maioria das intervenções cirúrgicas.

⁴⁴⁹ *Ibid.*, (páginas 30 e 31).

É possível o estudo sobre as substâncias que compunham as boticas utilizadas na guerra. Depara-se, eventualmente, com listas nominais, bem como a sua quantidade, que foram remetidas aos serviços médico e cirúrgicos.

Após os combates, os hospitais e enfermarias possuíam muitos feridos. Como esses homens eram então tratados? Havia um número suficiente de auxiliares após os combates como Tuiuti, Curupaiti, cerco de Humaitá entre outros combates, que em conjunto produziram milhares de feridos? É sabido que os prisioneiros paraguaios, pelo menos segundo os documentos oficiais, eram atendidos pelos cirurgiões. Recebiam eles o mesmo tratamento? Havia alguma prioridade de serviço que estabelecia o atendimento dos soldados aliados e prisioneiros de guerra paraguaios dentro de um hospital de campanha?

Antonio Caetano de Almeida operava, como já foi dito, em um hospital distante do Paraguai, que recebia inválidos e veteranos. Trabalhava com recursos e tempos praticamente ilimitados, em detrimento de seus colegas no sul. Ele tinha a vantagem de aceitar e recusar os conselhos e observações presentes nos manuais europeus. Conforme o que encontrava em sua prática diária, os diversos métodos aconselhados ficavam à escolha do profissional cirúrgico:

“Em nossa opinião não é possível em matéria de amputação, ter-se predileção por este ou aquele processo, com exclusão de outros. Todos são mais ou menos aceitáveis, e a excelência de cada um só se ostenta quando se encontra oportunidade de praticá-lo. Outras vezes nenhum se presta às exigências do caso, e a lesão insta pelo recurso operatório.

(...)

Professando portanto nesta questão um perfeito ecletismo, nós aceitaremos indistintamente o que houver de aproveitável em cada um dos métodos, e conforme as necessidades da prática preferiremos uns aos outros.”⁴⁵⁰

Em seus escritos, os curativos não foram esquecidos, porque o tratamento da ferida reclamava do *cirurgião importantes cuidados*. Novamente, citou os instrumentos e objetos mais importantes para os melhores curativos, e em que casos deveriam ser executados. As práticas pós-operatórias foram melhor observadas pelo cirurgião do Andaraí. De *curativos, acidentes, hemorragias, estrangulamento do coto até abcessos, tétano, necrose e conicidade do coto* foram previstos em seus escritos, produtos de suas experiências em anos de trabalho no hospital.

⁴⁵⁰ *Ibid.*, (páginas 43 e 51).

Entretanto, apesar de contextos diferentes, acredito que nos dias atuais haja uma situação muito parecida enfrentada pelos contemporâneos médicos e cirurgiões brasileiros, pois nos últimos anos, com a explosão de violência nos grandes centros urbanos, os hospitais públicos se deparam, diariamente, com situações que eram raras até algum tempo atrás. Os profissionais operam em pacientes cujas feridas são causadas em embates noturnos - longe das câmeras de televisão, de emissoras preocupadas com seus patrocinadores e com a audiência - nas periferias, por projéteis de fuzis automáticos, submetralhadoras, pistolas de grosso calibre, estilhaços de granada-de-mão, ou de armamento anti-carro portátil, entre outros. Eles exigem tratamentos e estudos específicos e que só podem ser encontrados na literatura médica internacional, produzida por médicos e cirurgiões que atuaram em guerras recentes, nas frentes de combate.

Tanto é verdade, que recentemente, em um jornal fluminense, foi publicada uma matéria sobre as novas exigências na formação dos médicos que exercem suas atividades nos hospitais públicos cariocas, e as particulares situações cirúrgicas que estão se tornando cada vez mais comuns, como consequência da explosão da violência e das novas armas, de maior letalidade, que são empregadas em maior número, tanto pelas forças policiais, quanto pelo crime organizado.⁴⁵¹ Segundo o jornal, 100 mil brasileiros são feridos anualmente, em decorrência da violência. Os gastos totais, calculados pelo ministério da saúde, giram em torno de R\$ 12 bilhões em tratamento. Sendo que no Estado do Rio de Janeiro, nove mil pessoas são mutiladas por armas de fogo anualmente. São pelo menos 12 pessoas por dia que terão seqüelas por ferimentos causados por armas de fogo, só naquele Estado.

Em números totais, morrem-se mais pessoas no Rio, do que, por exemplo, soldados aliados atuando na atual guerra do Iraque. Em três hospitais públicos da cidade, o *Souza Aguiar*, o *Miguel Couto* e o *Salgado Filho*, que vivem sendo objetos de pauta jornalística - seus nomes soam muito familiares - únicos especializados no tratamento desse tipo de ferimento, cerca de 80% dos atingidos sequer conseguem ser atendidos nos hospitais. Morrem no próprio local em que foram atacados, como muitos dos militares que foram alvejados no tórax e abdômen em Curupaiti, entre outros combates celebrados pela história militar tradicional. Dos que conseguem chegar, metade falece, e os outros 25% ficam com seqüelas. As armas empregadas são

⁴⁵¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 116, nº 134, 20 de agosto de 2006. "Mutilados da Guerra Brasileira".

praticamente as mesmas que foram utilizadas na guerra do Vietnã, ou até mesmo nas guerras modernas, isto é, as que são portáteis, e de uso no combate individual.

É neste quadro, que os profissionais da saúde precisam conhecer tanto as armas, como as técnicas médicas e cirúrgicas empregadas nas guerras modernas, para o tratamento dos ferimentos, específicos, e que exigem excelente formação profissional. Os casos são diários e comumente surgem com certa gravidade. Segundo as informações de um profissional da área, não há, oficialmente, uma guerra declarada; mas os dados quantitativos e a natureza dos ferimentos configuram um campo de batalha, contínuo. Interessante, na matéria, é a inusitada história de um profissional brasileiro que foi estagiar em Israel, visando o aprimoramento do conhecimento sobre o tratamento desse tipo de ferida, mas que acabou ensinando mais os seus colegas israelenses, e trocando conhecimentos com os outros estagiários, colombianos. Os israelenses possuíam larga e competente experiência com bombas e granadas, enquanto o brasileiro, bem como os seus colegas colombianos, detinham maior experiência com ferimentos ocasionados por projéteis disparados por fuzis e submetralhadoras. Daí a razão dos sul americanos trocarem mais conhecimentos e experiências.

Até pode não parecer, mas um trabalho, promovido pelo ministério da saúde, com o formato e o objetivo do de Carlos Frederico, certamente com adaptações, modificações e atualizações, infelizmente, é necessário para as equipes médicas dos hospitais públicos brasileiros. Teria vendagem garantida nas livrarias especializadas e localizadas nas grandes capitais, e seria um *best-seller* em São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente entre os profissionais de saúde atuantes em estabelecimentos públicos, localizados nas periferias e centros cirúrgicos.

Caetano de Almeida, e os cirurgiões veteranos, se depararam com problemas parecidos com os seus atuais colegas dos hospitais públicos cariocas e quiça de outras capitais brasileiras. Porém, o trabalho do cirurgião de Andaraí transmite algumas informações e idéias sobre os veteranos, inválidos do exército, submetidos ao tratamento de recuperação física. Em um outro documento, pode-se tentar trazer algumas informações sobre os da marinha.

Entre dezembro de 1868, e janeiro do ano posterior, há uma curiosa e rica correspondência entre o pessoal médico do hospital da marinha e o ministro, e que tratou sobre o consumo de *cerveja inglesa* em um trimestre daquele ano. Achava-se que o seu consumo havia sido excessivo naquele período, e por isso, os responsáveis pelo estabelecimento foram obrigados a prestar contas do serviço sob sua responsabilidade.

Um dos médicos, doutor João Ribeiro de Almeida, aqui já presente, em outra passagem, explicou-se ao diretor do estabelecimento, Benjamin Carneiro de Campos, justificando a utilização e consumo de tão suspeita substância:

“Illmo. Exmo. Snr.

Havendo-me V. Excia ordenado que enuncie por escrito e desenvolva as explicações que dei verbalmente na presença do Exmo. Snr. Conselheiro Encarregado do Quartel General da Marinha, acerca do grande consumo de cerveja que teve lugar neste hospital durante o trimestre findo em Junho do corrente ano, passo a cumprir a ordem de V. Excia.

Como V. Excia. perfeitamente sabe, desde que o começou a guerra em que o país se acha empenhado, o número de doentes existentes neste Hospital aumentou progressivamente enquanto houve levas de voluntários e remessa de recrutas, chegando a cerca de 500, na época em que em maior escala se fez aquisição de libertos para o serviço da Marinha. Exceção feita das epidemias de bexiga e disenteria em 1865, as moléstias não apresentavam em geral, o cunho de maior gravidade, não obstante a grande acumulação de doentes. Elas atuavam sobre constituições não deterioradas e apresentavam em geral caráter agudo e franco. Graças aos cuidados higiênicos e aos recursos terapêuticos, de que podiam dispôr sem peias, os médicos deste Estabelecimento conseguiram manter o pé de superioridade em que ele esteve sempre, em relação aos outros Estabelecimentos da mesma natureza, quanto a média da mortalidade anual.

Diminuiu, depois, o número de enfermos com a escassez de remessas de recrutas das Províncias e sobretudo com a cessação da aquisição de libertos; mas o caráter de gravidade e sobretudo de cronicidade das moléstias aumentava consideravelmente, pela seguinte razão: A permanência no teatro da guerra, sob a influência das diversas causas deletérias e deprimentes imprimira nas praças da Marinha um cunho particular de anemia e depauperação de forças, que as predispunha por toda a ordem de afecções astênicas; e isto na escala a mais lata, por isso que prolongando-se a luta, quase todo o pessoal da Armada tem passado pela fieira, isto é, tem estado submetido às influências a que me refiro.

Desde então, cada transporte que chega do Sul, trazem certo número de praças, que os Hospitais e Navios da Esquadra evacua para o Hospital da Corte; e como estas praças cheguem em geral no mais deplorável estado de fraqueza, profundo deterioramento e exigindo demorado tratamento; e que, por outro lado, os transportes se sucedam às vezes com muita freqüência e curto intervalo, tem acontecido que em certas ocasiões se reúna grande número de doentes nas condições mencionadas, antes que as baixas do serviço, as reformas e a morte cheguem a reduzir a menores proporções esse número de casos graves. Do que levo exposto, já V. Excia. depreenderá que a terapêutica neste Hospital deve-se ter modificado singularmente; com efeito assim tem sucedido. Há três anos que a quantidade despendida de tónicos de todas as ordens, os amargos, os ferruginosos, os iodados, o óleo de fígado de bacalhau, os alcóolicos, os alimentos corroborantes, a nóz vômica (...), tem tido considerável aumento. A hidroterapia e a eletroterapia são de emprego cotidiano, como V. Excia. já se terá apercebido pela freqüência dos consertos dos dois únicos e insuficientes aparelhos elétricos que possui o Hospital.

Estava já nestas condições o fundo patológico do Hospital, quando avultou no trimestre em questão, e nos fins do procedente, o número de praças remetidas pela Esquadra e suas Enfermarias, afetadas de escorbuto, beriberi, cachexia paludosa, cloroanemias e o seu séquito de nevroses, paralisias e outras moléstias que tem de comum profundo empobrecimento do sangue e astenia geral. Um grande número desses doentes, ou por haverem permanecido mais tempo no foco das moléstias, ou pela freqüência das recaídas, ou ainda por afecções antigas e predisposição mórbida, apresentavam-se num estado de atonia geral, verdadeiramente desesperador. Estes homens não toleravam medicamentos nem alimentos, pelos quais manifestavam decidida repugnância, pronunciando-se cada

vez mais o enfraquecimento geral, a que nem todos puderam resistir depois. Nestas circunstâncias, convinha lançar mão de um meio terapêutico, que sendo agradável ao doente, fosse também um tônico assaz enérgico para excitar as forças digestivas, servindo também para contribuir à alimentação do doente, enquanto este não tomasse outro alimento mais corroborante. Não se conhece ainda até hoje um meio na terapêutica que preenchesse esta tríplice indicação, senão a cerveja, que foi administrada, não com prodigalidade, mas sim com moderação; pois é para admirar que só se gastasse pouco mais de 700 garrafas por mês, quantidade que 70 homens tomariam em dez dias (...).

O emprego da cerveja nos casos descritos, produziu quase sempre excelentes resultados; tivemos alguns casos de verdadeiras ressurreições. Se nem sempre foi possível obter completo restabelecimento, ao menos contribuiu-se por aquele poderoso meio para melhorar o estado dos doentes e colocá-los em condições de suportarem outros medicamentos e a alimentação conveniente. Quando menos se obteve, prolongou-se a existência de alguns defensores da Nação, restituindo-se-lhes, embora momentaneamente, algumas forças.

(...)

Passarei, agora, a fazer algumas considerações de outra ordem, acerca do assunto em questão. Poderiam ou deveriam os médicos deste Hospital deixar de proceder como fizeram?

Em minha consciência, como médico, declaro que não; como Funcionário Público, tão pouco. Nos casos gravíssimos que citei, o uso da cerveja era a única medicação a seguir-se, pois que não só convinha, como era a única tolerada; nos casos menos graves, mas ainda mui sérios, a cerveja era perfeitamente indicada como tônico, reconstituente e amargo, que os doentes tomavam com prazer, e não consideravam remédio, a que todos tinham decidida repugnância, pelo muito que já haviam tomado.

(...)

Ainda há um outro ponto de vista econômico; vem a ser o mais rápido restabelecimento do doente de modo a poder voltar para o serviço mais cedo, ou suas melhoras, que lhe permitem ganhar forças, afim de poder ser presente à inspeção de saúde, para obter baixa do serviço se o seu estado é tal, por alguma moléstia crônica ou mutilações, que ele não possa mais continuar como praça.

(...)”.⁴⁵²

De suas observações, primeiro chama a atenção em que estado os libertos se apresentavam, ou melhor, em que eram apresentados ao serviço de guerra, junto com recrutas e voluntários. Fazendo uma ligação com a inspeção de saúde de libertos, e de um que chegou a ser apresentado por três vezes, aqui tratado, fica claro em que situação esses homens, ou pelo menos a maioria, foi recrutada, e como muitos auferiram grandes valores, agenciando os homens. Aliás, na leitura dos jornais que circularam na Corte, como em todo o império, pelas malas de correspondência, nota-se, durante a guerra, e principalmente nos meses em que foram promovidos grandes recrutamentos, numerosas agências que recrutavam homens, tanto substitutos quanto livres. Esse comércio humano, e “patriótico” deveria receber uma maior atenção, da mesma forma que no início do conflito, alguns, igualmente em anúncios, ofereceram seus serviços para instruírem jovens nas artes militares. Seria uma interessante possibilidade de trabalho se

⁴⁵² Arquivo Nacional. XM 309. Ministério da Marinha. 2ª Secção. Ofícios sobre Hospitais e Enfermarias. (1868 – 1869).

fosse investigado, pelos documentos dos cartórios, quem foram os proprietários de tais agências recrutadoras e as suas ligações com a marinha e o exército.

Mas, entre os argumentos utilizados, pelo médico, para a justificativa do consumo da bebida tonificante, foram descritas as péssimas condições em que muitos inválidos da marinha chegavam ao hospital, evacuados do Paraguai. Homens indefectivelmente debilitados, sempre em péssimo estado físico, e alguns, até emocional.

Quando o relator se utilizou do argumento de que a cerveja, tonificante, era usada para o fortalecimento físico de pacientes inválidos, para que a sua recuperação fosse acelerada, dando condições para que sua baixa fosse realizada com mais rapidez, e portanto, sua dispensa fosse consumada, igualmente forneceu condições para se refletir sobre algumas hipóteses. A primeira, é de que os inválidos se tornaram um problema, dado o seu grande número, para os estabelecimentos hospitalares, e esse contratempo não era restrito às questões que envolviam riscos de epidemia. Estas eram relevantes, no entanto, não foram as únicas. Não se pode perder de vista a grande quantidade de feridos que chegavam com certa regularidade à Corte, demandando maiores esforços dos corpos de saúde militares. Isto fica claro no trecho do relator. Como esses serviços resolveram o problema? Certamente, em 1865, por exemplo, ficava explícito que o trabalho, adaptado ou condicionado às demandas do tempo de paz, não responderia eficazmente quando tivesse que atender maiores exigências promovidas pela guerra. Era necessário, idealmente, que sofresse uma substancial modificação. E, sofreu? Os serviços médicos foram pautados, naqueles anos, geralmente, por um clima de improvisação e urgência?

Era o mesmo problema enfrentado pelos serviços prestados pelo arsenal de guerra da Corte, no fornecimento de material para o exército. Deveria haver, era a intenção, médicos suficientes para, além de prestarem seu serviço nas frentes de combate, para igualmente servirem na Corte, nos hospitais e enfermarias militares, nos quartéis localizados na região, nas inspeções de saúde executadas em novos recrutas e no tratamento de convalescentes e inválidos que eram desembarcados regularmente.

Em segunda lugar, fica a questão das finanças públicas. Cada convalescente, inválido e recrutado, longe das frentes de combate, se constituía em um gasto a mais, uma nova demanda e sem retorno, já que não estava lutando, ou servindo nas forças militares. Talvez, daí, a rapidez, ou a intenção de se recuperar rapidamente aqueles homens, para serem desmobilizados e remetidos aos seus lugares de origem, o que não

significa que os problemas acabariam, pois, segundo as exigências, ou as leis estabelecidas e vigentes, e teoricamente respeitadas, deveriam receber sua reforma, continuando a demandar outros gastos aos cofres públicos, até o fim de suas vidas. Fica, sempre a pergunta de como homens que passaram situações extremamente perigosas, acompanhados pela presença da morte violenta, constantemente, conseguiam se readaptar à vida em suas cidades e províncias? Aliás, essa questão não se limita só a esse aspecto. Como os *inválidos da pátria* se adaptaram em sua nova condição física? Principalmente os mutilados?

Tendo como fonte um trabalho contemporâneo sobre o *tratamento do paciente com amputação*,⁴⁵³ sustento mais algumas observações sobre os *inválidos da pátria*, principalmente os mutilados, no século XIX.

Intentando ser uma reflexão *multidisciplinar e multiprofissional*, recentemente, por iniciativa de um profissional envolvido no tratamento de pacientes amputados, e da mesma forma por ser *um assunto escasso no mercado literário*, foi publicado um livro, composto por trinta e seis capítulos escritos por vários profissionais que atuam na área da saúde e que prestam seus serviços especializados tendo principalmente esses pacientes que passam por uma *fase difícil de transição em suas vidas e de adaptação a uma nova imagem corporal*. De aspectos históricos, princípios gerais aos métodos de amputação, os profissionais colaboraram, baseados em suas experiências diárias em hospitais e clínicas de reabilitação, na divulgação de um assunto que permanece evidente nos centros cirúrgicos do mundo, e que envolve várias e complexas dimensões, sejam elas físicas, psicológicas, sociais, econômicas e até mesmo estéticas. Segundo o próprio organizador, *o livro aborda as causas para amputação, os tipos de cirurgias, o membro a ser amputado com suas afecções prévias e posteriores, o apoio e o auxílio da equipe de enfermagem, o acompanhamento pós-operatório e a fisioterapia imediata, os diferentes tipos de próteses, métodos para avaliações, a reabilitação do paciente nos casos comuns e especiais, atividades físicas, cuidados psicológicos, treinamento pré e pós-protetização e a dor*.

Pedrinelli aponta que, *apesar de ser o procedimento cirúrgico mais antigo descrito na história da medicina, a amputação ainda é muito utilizada até os dias de hoje, em grande parte pelos acidentes automobilísticos*; portanto, amputações de origem traumática. Ele observou que, *na história médica, a grande maioria das*

⁴⁵³ André Pedrinelli. *Tratamento do Paciente com Amputação*. Editora Roca. São Paulo, 2004.

*amputações é ocasionada na época das guerras, contudo, outras causas são responsáveis pela prática cirúrgica, como a deficiência congênita, os tumores e surpreendentemente, com a ampliação da expectativa de vida, e a maior incidência de doenças vasculares, a maior causa de amputação de extremidade inferior é decorrente de complicações do diabetes.*⁴⁵⁴

Em alguns aspectos, muito próximos dos cirurgiões atuantes, já trabalhados, atualmente, *a cirurgia de amputação, mesmo eletiva, é frustrante para a maioria dos cirurgiões, porque indica que ele foi incapaz de resolver o problema do paciente. (...) Esta atitude derrotista complica o resultado de todo o tratamento do paciente em que a amputação é apenas o primeiro passo no longo processo de reabilitação. O cirurgião deve ter em mente que, ao amputar um segmento corporal (...), está criando um novo órgão de contato com o meio exterior, o seu coto de amputação.*

Se na guerra, em um primeiro momento, a amputação fosse interpretada como uma frustração, e de certa forma o foi, já que alguns cirurgiões procuraram se justificar por suas ações, quando “consultavam” os seus pacientes nos hospitais de campanha; ainda assim, malgrado tudo, era a garantia, ou pelo menos vista desta maneira, principalmente as *imediatas*, para que os homens continuassem sobrevivendo, diante dos problemas que se apresentavam nos estabelecimentos hospitalares e da falta de recursos e meios para o tratamento de suas feridas. A preocupação maior, do pós-operatório, com a recuperação física dos mutilados, era com o seu sustento, já que muitos não poderiam trabalhar. A perda de um membro era comumente retratada como sinônimo de inutilidade, e foi instrumentalizada para a promoção da subscrição pública, que arrecadaria fundos para a construção do AIP. Hoje, ainda existem essas dimensões, no entanto, a estética se faz igualmente presente. Se esta última foi relevante durante aquele contexto, tenho a impressão de que era de relevância secundária, porque o mais certo, entre cirurgiões e pacientes, era a sobrevivência, muito mais difícil de ser obtida nos hospitais do XIX.

As próteses atuais são mais eficazes, permitindo uma melhor deambulação, porque são compostas e montadas por materiais mais leves e resistentes. A preservação de cada articulação *é um ônus mecânico a menos para o paciente*; entretanto, apesar de toda a evolução material, um problema mais concreto, apresentado tanto ao cirurgião quanto ao paciente é o financeiro, pois *a qualidade e o suporte técnico protético*

⁴⁵⁴ André Pedrinelli e Willian Gemio J. Teixeira. “Princípios gerais na cirurgia de amputação”. In “*Tratamento do Paciente com Amputação*”. Editora Roca. São Paulo, 2004.

disponível (...) influenciam a decisão ao nível da amputação, evitando soluções que necessitem de alto grau de sofisticação tecnológica, impossibilitando o paciente menos favorecido de obtê-la. Daí a importância de se ter um bom coto, quando os músculos são muito importantes no tratamento dos cotos de amputação. Além de serem o coxim natural de proteção das partes ósseas, se forem bem tratados, desenvolvem função ativa no controle e suspensão da prótese, bem como melhoram a propriocepção e estimulam a circulação local.

Durante a guerra, apesar de não ter encontrado tantas preocupações quanto ao coto, é certo que cirurgiões como Caetano de Almeida atentavam para esse importante detalhe, mormente quando estavam pensando nos acessórios que os amputados pudessem utilizar, como os *inválidos da pátria* fizeram uso. Não se pode esquecer que Andaraí operava em pacientes que necessitavam de intervenções cirúrgicas reparadoras em antigas amputações. Porém, pelo visto, ficaram restritas na cirurgia praticada longe dos hospitais de campanha, e por mais que os cirurgiões veteranos, pelo menos alguns, discorressem sobre os curativos, e a sua importância para a cicatrização e a recuperação geral do paciente, essas preocupações não estão explícitas, ou não são consideradas de extrema relevância, para que recebessem a devida atenção.

Apesar de haver melhorias em todos os aspectos que envolvem o ato da amputação contemporânea, chama a atenção a presença de uma sensação específica nos pacientes, principalmente em condições pós-operatórias. Em capítulo especial, esse assunto é tratado.⁴⁵⁵ *A maioria dos amputados apresenta a sensação fantasma ou sensação do membro fantasma, ou seja, a consciência da região amputada, porém, sem dor. A sensação aparece no pós-operatório e tende a diminuir gradativamente sua intensidade com o tempo; porém, persiste por longos períodos e caso torne crônico, doloroso e incomodativo é denominado dor fantasma, que incide de 3% a 100% nos pacientes amputados.*

Entre outras particularidades, *estudos mostram que, se o paciente já apresentava dor no membro previamente amputado, será maior a probabilidade de desenvolver a dor tipo fantasma, a qual manterá as mesmas características e a mesma localização da dor presente anteriormente ao ato cirúrgico.* Com baseado em estudos, chegou-se à conclusão de que quanto maior for o intervalo entre a experiência dolorosa e a amputação, a incidência de dor fantasma no pós-operatório diminui, entretanto, se essa

⁴⁵⁵ Elaine Scaff Hadad e Maria Inês Benedetti. “Dor no paciente com amputação”, In “Tratamento do Paciente com Amputação”. Editora Roca, São Paulo, 2004.

experiência ocorrer próxima à amputação, é grande a chance da dor fantasma se desenvolver.

Os sistemas neuronais sensitivos são complexos, com vários mecanismos interagindo simultaneamente. A intensidade da dor varia de indivíduo para indivíduo, a depender de fatores raciais, culturais, socioeconômicos, do estado mental do paciente e se participaram ou não de experiências dolorosas semelhantes. Além disso, o amputado pode ser acometido por situações anteriores, já que as dores antigas podem ser reativadas meses ou anos após a lesão original primária. Em muitos casos ocorre a ativação de pontos de gatilhos no coto de amputação que mandam estímulos suficientes para ativar estruturas centrais responsáveis pela memória dolorosa. Dessa maneira surge a dor com a mesma qualidade e a mesma localização que o paciente havia experimentado no passado. A dor fantasma é mais freqüente em indivíduos que apresentam personalidade rígida e compulsiva e nos desempregados, aposentados e marginalizados.

*Pode-se definir, então, que o fantasma, ou membro fantasma, é a sensação de presença de uma parte do corpo não existente com uma forma específica, peso e amplitude articular. Já a dor fantasma é a presença de sensações dolorosas no membro fantasma com proporções tais que tragam prejuízo ao paciente na realização de suas atividades de vida diária.*⁴⁵⁶

Pesquisas apontam que de 60 a 80% de todos os amputados são acometidos pela dor fantasma. São diversos os tipos de sensações relatadas pelos pacientes, sendo os mais comuns a coceira, formigamento, agulhadas, choque e pressão.

Sobre o fantasma ou membro fantasma, alguns chegam mesmo a experimentar uma sensação de encolhimento do membro fantasma, em que a parte distal vai se localizando cada vez mais próxima do coto. Outros pacientes, descrevem a posição do membro fantasma semelhante àquela na hora da amputação, principalmente nas amputações traumáticas ou nos casos em que o membro apresentava imobilidade por muito tempo antes da amputação. Contudo, a intensidade e freqüência das sensações fantasma tendem a diminuir ao longo do tempo, deixando de existir em muitos casos, com variações individuais.

Certamente o “membro fantasma” foi sentido pela maioria dos que receberam a amputação, já que seu membro era operado logo após o ferimento ter sido infringido, e

⁴⁵⁶ Márcia I. Coutinho e Rosalina de J. Moura. “Aspectos psicológicos relacionados à reabilitação do paciente com amputação”. In “Tratamento do Paciente com Amputação”. Editora Roca. São Paulo, 2004.

que sempre, era de origem *traumática*. Foi algo presente naquelas circunstâncias, e um outro problema que deveria ser enfrentado, na medida do possível, pelo pessoal médico, mas que nunca, nas teses, foi citado. A sensação do membro, não mais existente, e da dor fantasma poderiam ter causado outros problemas, eu diria psicológicos. Talvez, muitos nem ao menos conseguiram se adaptar em um primeiro momento, por causa delas, o que significa que sua situação, depois de desmobilizados, fosse crítica, não só no aspecto físico, mas, da mesma forma, e com os seus agravantes, no emocional, que se constituiu numa dimensão muito difícil de se estudar, pelos documentos, mas que faz pensar sobre as remotas possibilidades de adaptação e reintegração de muitos veteranos inválidos, com membros mutilados.

Muitos dos problemas que os inválidos estavam passando, possivelmente foram ignorados ou não receberam a devida atenção, restando aos pacientes se resignar com o seu destino. A amputação é uma ação realmente radical, e se adaptar a “nova forma corporal”, por menor importância que tivesse naquele contexto, foi algo eminentemente compulsório, solitário, e sem qualquer auxílio. Acredito que a maior preocupação, naquele momento, era de que o paciente sobrevivesse a ela. Esse era o grande objetivo, porque a mortalidade entre os homens, principalmente os amputados, era atuante.

“O exemplo grandioso de civismo que nos deu o Imperador nos dias de maiores tribulações desta capital, indo em pessoa visitar as enfermarias públicas, consolar os doentes, e inquiri-los de seus sofrimentos, além de mostrar o interesse que tomava pela sorte dos infelizes que gemiam ao peso da epidemia, contribuiu, sem dúvida muito para encorajar o espírito público, e o zelo de todas as autoridades no cumprimento de seus deveres; e a gratidão nacional jamais deixará de registrar nas páginas de nossa história estes e outros exemplos de sacrifício por ele dados em prol desta terra que nasceu”.

(José Pereira Rego, comentando sobre o comportamento do imperador frente a epidemia de cólera morbo que grassou no Rio de Janeiro, durante o ano de 1855).

“Meus inválidos camaradas, Imperial Senhor, oficiais e praças, humildes como eu, na sua posição precária, sentem-se engrandecidos e ufanos, como eu também, quando V. M. sempre magnânimo, sublime, maior em sua singeleza, despido do rígido gládio do rei, descer como soldado e amigo até o infeliz *Inválido da Pátria*, a quem a morte poupou, talvez para que conhecesse quanto é grande e bom o coração do Imperador, e de que quilate é o amor dos brasileiros, e dos amigos do Brasil, que, pelo civismo da praça do comércio desta cidade, souberam, como cristãos, concorrer com o óbulo para a fundação deste Asilo, que será sempre um padrão de nosso patriotismo, e de nossa civilização”.

(Discurso do Tenente-Coronel Manoel da Cunha Barbosa, comandante do Asilo dos Inválidos da Pátria, em sua inauguração no dia 29 de julho de 1868, perante outros *inválidos da pátria* e o próprio imperador).

“O corpo dos inválidos era composto de oficiais, cadetes, inferiores, e soldados quase todos mutilados, e aqueles que não eram mutilados estavam inutilizados pelas moléstias adquiridas na campanha; todos pobres, que não recebiam da sociedade amante do luxo e da vaidade mais do que um pouco de compaixão, e que deveriam dar graças a Deus por se lhes oferecer uma casa para abrigo da miséria; homens na maior parte ignorantes, e que não compreendiam o alcance deste ato, e da honra que se lhes fazia, e que entretanto não receberiam de muitos que se dizem filhos da filosofia moderna, os quais, por muito favor dar-lhe-iam, quando muito, passagem franca. Mas não, aqueles homens foram os que se inutilizaram-se pela pátria, foram os bravos que regaram o campo da batalha com o sangue de suas veias, foram os que viram para sempre a estrela fagueira, que lhes acenava para o futuro, desaparecer; eles não mereciam tal desprezo.

(observações de Manoel da Costa Honorato, sobre a inauguração do Asilo dos Inválidos da Pátria, no dia 29 de julho de 1869).

3. Inválido da Pátria: um problema social

Sobre uma extensa documentação depositada no Arquivo Nacional, da *série marinha*, inicio algumas outras observações necessárias sobre os inválidos, antes e durante a guerra. Entre as numerosas pastas contendo trocas de ofícios entre autoridades militares e civis, me deparei com a extensa proposta e estudo da construção de um asilo provisório para os inválidos da marinha, entre os anos de 1853 até 1859; isto é, algum tempo antes do início do conflito. Uma comissão nomeada por um decreto de abril de 1853, composta por Joaquim Marques Lisboa (futuro Marquês de Tamandaré), Joaquim José Ignácio (futuro Visconde de Inhaúma) e o Capitão Tenente João Maria Pereira de Lacerda ficou encarregada, naqueles anos, de *administrar a obra do asilo de inválidos da Marinha*.⁴⁵⁷ Era a tentativa da concretização de um asilo provisório, previsto segundo informações constantes no próprio documento, pela *lei de número 514, de 1848*, que estabelecia em seu *artigo 23*, que deveria ser construído um, enquanto *não estivesse definitivamente organizado o de inválidos do exército*.

Em dezembro de 1853, no início de seus trabalhos, a comissão escolheu a *parte oriental do morro da Armação*, em Niterói, para construir o asilo. Ela alegou que aquela *posição era perfeitamente ventilada, com vista magnífica para a baía, para as Capitais do Império e Província, e seus subúrbios, com abundância de excelente água potável; com fácil desembarque, fora do imediato contato com uma povoação da qual, contudo, não era muito distante; oferecendo meios de distração a homens do mar, que ali teriam sempre presente o elemento em que se passaram os primeiros dias da sua juventude, oferecendo igualmente grandes vantagens à edificação pela abundância de granito, facilidade de condução de materiais e aquisição de operários*, pois parecia, já naquele momento, *a melhor que se poderia desejar*.

A comissão, entre os seus afazeres, e mesmo tendo a Armação como localidade predileta, permaneceu estudando a aquisição de terrenos situados próximos à Corte. No ano de 1855, no mês de janeiro, ela relatou ao ministro da marinha as seguintes conclusões: as ilhas de Mocanguê, tanto a *grande* quanto a *pequena*, não ofereciam os *quesitos* que requeria *um estabelecimento* por causa do seu *terreno montanhoso, árido e baldio de água* a qual era *fornecida por poços* que possuíam *água salobra, tendo mesmo falta desta a do Mocanguê pequeno*. Algo que chamou a atenção da comissão foi o fato das ilhas estarem *desamparadas de seus proprietários, a ponto de se acharem os*

⁴⁵⁷ Arquivo Nacional. XM 676. Ministério da Marinha.

edifícios em completa ruína, o que provava que a vivenda delas não era agradável nem útil. Os militares, naquela parte do documento, outra vez repararam sobre o lugar que até ali lhes havia agradado, a *localidade do morro da Armação*, em Niterói, e que foi posteriormente comprada pela marinha, pois segundo suas análises, oferecia vantagens. Além desses estudos, os membros da comissão opinaram, extraordinariamente, que o asilo *não deveria ser estabelecido em uma ilha, que só por isso pareceria aos homens que se inutilizaram no serviço da Nação, uma prisão, idéia que mesmo nos regulamentos que os regeram se deveria ter todo o cuidado de banir, a fim de que o Asilo fosse um lugar de descanso e de liberdade.*

Há um parecer de julho de 1854, endereçado ao encarregado do quartel general, que o repassou ao então ministro da marinha, José Maria da Silva Paranhos⁴⁵⁸ (futuro Visconde do Rio Branco), do cirurgião em chefe do corpo de saúde da Armada, Joaquim Cândido Soares, sobre mais alguns lugares examinados. O primeiro localizava-se na Fortaleza de São João, lugar *excelente para ser fundado o Asilo de Inválidos, pois além da salubridade, havia suficiente água potável, e que possuía excelentes acomodações, enquanto não podia se fazer melhorias.* Outro, em Botafogo, com *excelente água, suficiente terreno e matas para lenha, com todas as proporções para ali se fundar o Asilo, tendo sobre o outro local a vantagem de ser perto da cidade, e não havia a necessidade de transporte por mar.* Por último, foi avaliada uma chácara, no caminho da *Lagoa de Rodrigo de Freitas*, igualmente boa, mas apresentando qualidades inferiores aos demais estudados.

Na mesma pasta, há um outro documento de janeiro de 1854, de um cirurgião, chefe do corpo de saúde da Armada, mas não identificado, que forneceu um parecer *referido às condições higiênicas necessárias que embasavam os estabelecimentos daquela natureza.* Por questões pessoais, antes mesmo de se manifestar pelo parecer, teceu algumas observações sobre ter sido esquecido na composição original dos membros da comissão. Explicitamente magoado, o cirurgião lembrou que era *membro nato de todas as comissões que se criassem com o fim de estabelecer Quartéis, Hospitais, Oficinas, onde se tinha de reunir muitos homens, fosse para habitar permanentemente ou temporariamente, fosse para trabalho. Não era só onde existiam homens doentes que convinha chamar o conselho médico; onde sua saúde poderia*

⁴⁵⁸ José Maria da Silva Paranhos exerceu a pasta do dia 15 de fevereiro de 1853, até o dia 14 de junho de 1855. Posteriormente, voltou a exercer a mesma função, interinamente, entre os anos de 1856 e 1857. A relação dos ministros da marinha é encontrada no *site*: (www.mar.mil.br).

alterar-se ou pela inconveniência do local, ou pelas substâncias que se manipulassem para qualquer fim, era mister a sua intervenção e juízo para modificar ou remover as causas nocivas, ou aconselhar à autoridade o expediente que convinha seguir. O cirurgião deixou explícito algo cada vez mais presente; portanto, que a opinião profissional de quem estudava sobre as questões médicas e sanitárias, abalizada pelo seu conhecimento científico, poderia evitar, entre outros sérios contratempos, que um estabelecimento como o asilo, lugar que reuniria grande número de homens, fosse instalado em lugar impróprio segundo as concepções de higiene e salubridade presentes.

Sobre o lugar escolhido, a Armação, o cirurgião manifestou-se primeiramente sobre o acesso ao local, *pitoresca posição, agradável a todas as vistas, particularmente às do homem do mar, à sua salubridade e suficiência de terreno, em que se pudessem fazer edifícios úteis à Marinha, e onde poderiam os inválidos entreter-se em cultivo proveitoso*; entretanto, o asilo seria construído em cima de um rochedo, e sofreria com a falta de água para *abastecer o estabelecimento, para todos os misteres, como para banhos, que de nenhum modo se poderiam prescindir, pois a todos não convinha banhos de mar.* A *insuficiência de água, que ali existia, era um poderoso motivo, que embaraçava a edificação do Asilo de Inválidos no lugar escolhido pela comissão.* O cirurgião, anônimo no documento, lembrou que convinha não se iludir com a água que ali corria, em abundância, já que naquele momento *as chuvas tinham sido abundantes*, e que no decorrer do tempo, *se não desaparecesse do todo, ficaria tão escassa, que não seria possível que bastasse levar-se ao edifício por meio de tubos, para o serviço do Asilo, lavagem de roupas e banhos.* E, era *de presumir que de todo desaparecesse a água, e sem água, senão abundante, pelo menos suficiente, não era de boa razão que se fundasse um estabelecimento da natureza de que se propunha.*

Como a Armação fica próxima ao mar, o cirurgião, em seu parecer, que não desprezava a *conveniência de oferecer às vistas dos homens, que viveram no mar, o elemento em que passaram grande parte de sua vida*, argumentou que não era uma razão maior, pois o *Hotel dos Inválidos de França estava em Paris, e o Greenwich em Londres.* Para ele, o lugar *por excelência era a chácara de Manoel Álvares da Glória, pois tinha suficiente espaço de terreno, excelente localidade para a edificação de um palácio próprio, aguada suficiente, que se podia transformar em mais abundante, pela organização do encanamento do Chafariz da Glória, observando que, se durante uma grande parte da vida daqueles homens, eles tinham vivido sobre as águas, afastados da comunicação com a sociedade, de que eram membros; não convinha também no resto*

de suas vidas *relegá-los para longe do povoado, do centro (...) da Capital do Império. Paris e Londres eram a sede da hospedagem dos inválidos* daquelas duas grandes nações, por isso, eram exemplos que deveriam ser seguidos.

Junto ao estudo, há o relatório de Joaquim José Ignácio, ao ministro da marinha, de outubro de 1859, sobre o parecer da comissão. Ele foi redigido em três partes, sendo a primeira intitulada *fundos*, na verdade uma pequena digressão sobre a receita disponível para a construção do asilo e a seu mais eficaz emprego para a construção de *um edifício monumental, dirigido àqueles, que, para desenvolver o progresso (da Nação Brasileira), sofreram mutilações em combate, e por outros acidentes da vida do mar, (...), arruinaram, ou perderam sua saúde*. Com um projeto da Academia Nacional de Belas Artes, cujo desenho não está junto ao documento, Ignácio ressaltou que convinha *lembrar que ao plano de edificação faltavam muitos acessórios, sem os quais não se podia passar, como um muro que separasse o terreno das propriedades particulares que lhe ficavam contíguas*. A área construída teria, além do *edifício, jardim, horta, tanques de banhos e lavagem e as ruas de recreio, os edifícios separados para moradia dos empregados, e suas famílias, que não deveriam ser no interior do hospício dos inválidos*. Na segunda parte, intitulada *execução*, Ignácio opinou inserir, nas instruções originais, os *princípios seguintes*: pela *exclusão da idéia de entregar a obra a empresário algum* - o termo *empresário*, acredito, foi empregado em oposição às seguintes idéias manifestadas na segunda parte – e *a comissão pediria semanalmente ao Banco, um ofício afigurando por toda ela, a quantia que lhes seria necessária para suas transações e as contas das despesas seriam apresentadas trimestralmente, acompanhadas do relatório das obras durante (...), o espaço de tempo feitas, ao Chefe do Quartel General, que, depois de inspecionado, em seguida àquela apresentação, o estado, e progresso da obra, e a moralidade da despesa com ela fosse feita, levaria tudo ao conhecimento do Ministro, que enviaria as contas à contadoria para serem logo tomadas*. O Banco deveria fornecer *à comissão sempre que esta o exigisse, um balanço dos dinheiros recebidos, e despendidos, e do fundo existente em caixa, e a comissão prestaria ao Governo todos os esclarecimentos que por este fossem reclamados, tendentes à sua administração, sendo que nenhuma despesa poderia fazer, nem poderia mesmo ser ordenada, senão a que tivesse relação com a obra do asilo, e todos os misteres para a obra seriam comprados por meio de concorrência, e guardadas as formalidades que estavam vigorando na Repartição da Marinha*.

Na terceira e última parte, *observações*, Ignácio sugeriu a substituição da comissão já existente, por uma outra, formada por membros que não teriam *encargos do serviço, que lhes tomassem tempo*, e que pudessem *aplicar toda a sua atividade e zelo unicamente à administração e fiscalização da obra*. Da mesma forma era necessário retribuir *aos membros da comissão com um ordenado equivalente ao seu trabalho*, pois o que se economizasse com aquele, *filho do zelo pela própria reputação, e do interesse pelo bem da sua classe*, evitaria o ganho do *empresário*, quantia que seria utilmente revertida para *pagar generosamente à comissão*.

Entretanto, o militar não concordou com o parecer do *engenheiro das obras civis e militares de reservar para hospital da Marinha metade do edifício*. Ele, de maneira transparente, explicou sua oposição: que uma lei de 1848, *criou o Asilo de Inválidos e não um Hospital da Marinha*, e que o asilo seria *sustentado pela contribuição que a lei lhe marcou, e o Hospital por um mui diverso sistema*, que *diversas eram as administrações do Asilo e do Hospital, que não poderiam, nem deveriam funcionar juntamente* e, mais importante, *o contato dos doentes com os inválidos seria pernicioso*, pois, *se o espetáculo da dor influísse sobre as mais fortes compleições*, observou; *como não atuaria sobre a do mutilado, e raquítico, a quem a intenção benigna da lei foi tornar menos penosa a existência?!*

O terreno em Niterói, segundo a documentação, foi adquirido em 1855 para a construção do asilo. Durante a guerra, parece-me, foi utilizado para fins idênticos quando recebeu as instalações provisórias do AIP, lá funcionando, ou exatamente naquele terreno ou muito próximo até finais de 1868. Entrementes, com a troca de correspondência, de observações, posso iniciar algumas considerações sobre inválidos e asilos. A primeira delas é sobre a demanda. Conforme já foi trabalhado, militares inválidos eram fontes de problemas à administração pública, notoriamente militares, desde pelo menos o início daquele século, porque isso transparece nos decretos reais ou imperiais que visavam a regulamentação de inválidos, aqui já apresentados em outro capítulo. Não seria diferente na década de 50, com a possibilidade do gradual aumento de efetivo militar. Uma segunda consideração é sobre a expansão da cidade do Rio de Janeiro. A partir de 1850, inicia-se a sua expansão para a periferia, além de receber gradativamente um maior número de imigrantes, e igualmente ser o destino de muitos escravos, deslocados de suas províncias pelo tráfico interno e que foram redistribuídos às zonas cafeeiras. Não se pode perder de vista que era, como é, uma cidade portuária, ou para ser mais exato, naquele contexto, o principal porto do país, responsável pelo

gradativo aumento do comércio transoceânico, como também um porto, praticamente de parada obrigatória para embarcações provenientes de outras províncias, ou mesmo de cabotagem.⁴⁵⁹ É, segundo Maurício de Abreu, no século XIX que *a cidade do Rio de Janeiro começa a se transformar radicalmente, em sua forma urbana, e a apresentar uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais. Até então, o Rio era uma cidade apertada, limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição.*⁴⁶⁰

Não era fácil, já no início da segunda metade do XIX, providenciar um lugar com abastecimento de água regular, para sobrevivência e limpeza, com terreno suficiente para acomodar a construção dos edifícios, de uma horta, de passeio, etc. Uma localidade que deveria estar, obrigatoriamente, nem muito próxima, nem distante da cidade ou povoado, e que reunisse condições sanitárias satisfatórias, de boa salubridade em um recinto em que seria agrupada uma grande quantidade de homens, doentes e possivelmente mutilados, que teriam seu cotidiano intencionalmente ocupado por afazeres construtivos e atividades que lhe proporcionariam distração saudável. Nota-se, pela leitura dos relatórios, da comissão e dos cirurgiões, que a busca de tal lugar, ideal, não era uma atividade simples. Pela leitura da documentação, repara-se que era um trabalho árduo, dado principalmente pelas opiniões divergentes quanto ao local a ser escolhido para receber o asilo. A comissão era contrária à fixação do estabelecimento em uma ilha, poderia dar a impressão de isolamento, de *uma prisão* aos que se *inutilizaram* servindo à nação, e não se deveria olvidar, que não se estava tratando de dar um conveniente destino a criminosos perigosos, indesejáveis, que deveriam ser afastados do convívio com a sociedade – e aqui me recorro da ilha de Fernando de Noronha, lugar mais conveniente para essa necessidade,⁴⁶¹ - mas fornecendo alojamento aos servidores da nação que pelos seus serviços prestados mereciam a recompensa de poderem viver em um estabelecimento que os protegeria, além de sustentá-los, ocupando-os com atividades produtivas e assegurando-lhes uma velhice estável, com *descanso e liberdade*. Depreende-se que a água, potável, em quantidade suficiente, era mais um fator essencial para a predileção ou descarte dos locais que foram investigados.

A impressão do cirurgião deixa claro que a Armação, em Niterói, era um lugar isolado, e por isso ele propôs - tendo suas vistas e desejos voltados aos exemplos da

⁴⁵⁹ Maurício de Abreu. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1987.

⁴⁶⁰ Maurício de Abreu. *op. cit.*, (página 35).

⁴⁶¹ Gláucia Tomaz de Aquino Pessoa. *Fernando de Noronha, uma ilha-presídio nos trópicos (1833 – 1894)*. Caderno de Pesquisa, número 01. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1994.

França e da Inglaterra, modelos europeus, e portanto civilizados - a construção do asilo na Corte - e não exterior a ela, como desejavam os membros da comissão. Aliás, é oportuno recordar que é no mesmo documento que se constata a importância que gradativamente recebia a opinião de um homem ligado às ciências médicas, em um parecer sobre um estabelecimento que receberia grande quantidade de homens. Quando preterido inicialmente como membro, talvez esquecido, ressaltou que seu juízo, abalizado pelo rigor científico, tinha força, era imprescindível, principalmente quanto combinado com questões sanitárias, de higiene, de boa salubridade.

Algo que do mesmo modo chama a atenção é a recusa, por parte da comissão, de ter um *empresário* responsável pelo andamento das futuras obras. Acreditava-se mais conveniente a formação de uma nova comissão, composta por membros oriundos da marinha, que, acredito, além de serem mais confiáveis com a vultosa quantia disponível, e de origem pública, teriam sensibilidade suficiente para saber escolher o que seria mais conveniente para os militares inválidos. Afinal, a nova comissão seria integrada por membros da própria força naval que saberiam avaliar apropriadamente sobre as necessidades de homens acostumados aos serviços marítimos. A existência de um empresário obrigatoriamente desviaria uma boa parte da verba para pagá-lo, e por mais que não esteja sublinhado, fica subjacente que não era um elemento confiável, e possivelmente tendo isso em conta, a proposta que defendia a organização de uma comissão composta exclusivamente por militares da força foi formalizada no relatório.

Alguns anos depois, já durante a guerra, em dezembro de 1866, o responsável pela *Diretoria Geral de Obras Militares da Corte*, Antônio Carneiro Leão - inclusive, responsável pela construção do AIP, na ilha do Bom Jesus - em ofício ao ministro da guerra respondeu sobre uma inspeção, solicitada pelo ministério, feita em um terreno cujo proprietário desejava doar para a construção do asilo.⁴⁶² Pelo que pude verificar posteriormente, o doador se dirigiu primeiramente ao ministério da justiça, em agosto de 1866, na época ocupado por Cunha Paranaguá, que então remeteu no mesmo mês a carta do major Barbosa Braga, manifestando o desejo de doação de um de seus terrenos para a construção do AIP, ao ministro da guerra de então, Angelo Muniz da Silva Ferraz.

Antônio Carneiro Leão, junto com o major da guarda nacional, Barbosa Braga, o doador, visitou o terreno, e teceu, em seu relatório, algumas observações sobre a

⁴⁶² Arquivo Nacional. IG 1 399. Correspondência do Ministério da Justiça ao Ministério da Guerra. (1865 – 1866).

inconveniência da construção do estabelecimento naquela localidade, que se situava na *Praia Grande, ou Restinga, indo do Jardim Botânico para a Copa-Cabana, com frente para o mar e para a Lagoa Rodrigues de Freitas.*

“O terreno faz parte do istmo arenoso que fecha a Lagoa Rodrigues de Freitas; bastante desabrigado recebe as ventanias do mar, e nos dias calmosos as evaporações da Lagoa, por sua natureza é impróprio para a cultura, além de que ressen-te-se da falta muito sensível de água para os misteres de um estabelecimento dessa ordem.

As 551 braças de terreno, que são oferecidas estão intercaladas por outros terrenos pertencentes a senhorios diversos, cuja desapropriação tornar-se-ia indispensável.

A construção de uma nova estrada para comunicar o Asilo com a cidade, e o encanamento de água que não satisfaria a todas as necessidades, seriam muito dispendiosos; não obstante o Major Braga oferecer, ainda gratuitamente, a pedra e o barro de sua propriedade, nas montanhas de suas chácaras na Fonte da Saudade, por onde seria mais fácil passar a estrada.

Parece-nos pois, que esses terrenos reúnem todos os inconvenientes; para acomodar um Asilo de Inválidos.

Entretanto convinha a aceitação dessas terras a vista da declaração que nos fez o Major Braga, de que o oferecimento não era para um fim específico, mas que o Governo podia dispôr deles como julgar melhor.

Como efeito, quando não tivessem outra aplicação em todo o caso ficariam sendo próprio nacional e em circunstâncias extraordinárias teriam utilidade na defesa do litoral.

Não é essa a primeira vez que o Major Braga faz os seus oferecimentos gratuitos.

Em épocas dolorosas para o país, ele tem oferecido, concorrendo em favor do Estado. Durante o cólera morbus, na questão inglesa e na guerra atual, pôr à disposição prédios seus para estabelecer-se enfermarias e aquartelamentos de tropas, além de outros donativos pecuniários, tornando-se por seu louvável comportamento recomendável ao Governo”.⁴⁶³

Entre os impedimentos colocados pelas observações de Carneiro Leão, os mais importantes eram: a insuficiência de elementos naturais para a realização de *cultura*, que pelos regulamentos de um asilo, deveria existir, tanto para mantê-lo com o fornecimento de produtos comestíveis; quanto para ocupar de maneira salutar os seus internos, e também a ausência de água, *para os misteres de um estabelecimento daquela ordem*. O problema, pelo visto, não era o isolamento do terreno, que possuía outros *senhorios* como vizinhos; aliás, conforme se observou, seria necessário desapropriá-los se o terreno fosse aceito para a construção do asilo. O isolamento era imprescindível. A construção de uma estrada que ligasse o estabelecimento com a cidade, bem como os importantes e necessários encanamentos de água seriam muito dispendiosos, e sem água, esse líquido indispensável, o asilo não poderia existir.

Mas, não dando, por ora, mais atenção ao asilo que seria construído na Armação, e mesmo este, na região da *Lagoa Rodrigues de Freitas*, com o início da guerra no

⁴⁶³ Arquivo Nacional. IG 1 481. Ministério da Guerra. Ofícios Antônio Carneiro Leão.

Uruguai e após, contra o Paraguai, a presença dos *inválidos da pátria* se tornava evidente. Se não era inicialmente visível, poderia ser pelo menos presumível ao governo, já nos primeiros meses de 1865, como natural consequência das mobilizações em massa promovidas nas províncias, ou pela própria dinâmica da guerra que exigia gradativamente maiores recursos e, em contrapartida, reclamava soluções sobre os problemas fatalmente advindos como inválidos, órfãos, viúvas, etc.

A questão já não era mais simples, de inválidos oriundos das fainas diárias na execução dos serviços executados em tempos de paz, e que por consequência envolvia um menor número de indivíduos; mas de milhares de *inválidos da pátria* provenientes de anos de combates, de intermitentes epidemias, das más condições de vida no campo, de deslocamentos gigantescos em todo o território nacional e fora dele. Com o passar dos meses, e até dos primeiros anos, é crível que não deveria passar despercebido o grande número de homens que periodicamente eram desembarcados nos portos, patentemente da Corte, sem condições satisfatórias de saúde, muitos impedidos até fisicamente de se locomover, que necessitavam de tratamentos mais específicos, e outros que igualmente não podiam prover o próprio sustento e o da família durante um determinado período, tempo esse, condicionado muitas vezes por uma custosa e demorada recuperação. Há casos, também numerosos, em que o restabelecimento físico era impossível, tornando os homens inválidos perpetuamente. As autoridades certamente se perguntavam aflitas desde o início: o que fazer com os veteranos inválidos?

Como esses homens, recrutados de várias maneiras, nem todas pacíficas, voluntárias e regulares se sustentariam? Como responder aos anseios de homens inválidos que foram mobilizados durante os vários anos do conflito sob muitas promessas de benefícios? Concretizando-se uma mobilização nacional, a formação, pela primeira vez, de um exército de massas oriundo de quase todas as províncias, como a sociedade e o governo poderiam ignorar os que voltassem inválidos por ferimentos, amputações ou doenças? Qual seria o impacto quando eles retornassem e fossem desmobilizados em suas províncias de origem? Havia, naquele momento, instituições que poderiam recebê-los, tratá-los em suas particularidades e deficiências adquiridas?

Nos relatórios do ministro da guerra, pode-se saber o número de inválidos subordinados ao AIP no ano de 1868, que era de 32 oficiais e 1.163 praças⁴⁶⁴. Em outros documentos, fracionados, da mesma forma pode-se ter uma idéia sobre o assunto, que foi um problema enfrentando pelo ministério durante a guerra e que aqui será parcialmente explorado. Porém, antes mesmo da questão numérica, da grande quantidade de homens mutilados e doentes crônicos que a guerra provocou, urge entender quais as preocupações que os inválidos de guerra suscitavam nos anos do conflito. Pode-se encontrar um, nesta carta trocada entre dois oficiais da marinha brasileira, em agosto de 1865, e um forte indício de que a marinha ainda não possuía, naquele momento, um estabelecimento pronto, apropriado ou com ampla e efetiva capacidade de alojá-los:

“Seguem no *Apa* dois infelizes inválidos, praças desta canhoneira, mutilados no combate de 11 de junho, um é o imperial João Inácio, ex-patrão do 3º escaler, o outro é o Feliciano, que ajudava o fiel no serviço do paiol. É realmente pena que se inutilizassem estas duas praças, porquanto ambos são valentes e vivos. Não sei se no Rio de Janeiro já haverá alguma casa preparada para abrigar da miséria a estes e outros mártires, e é isso que me dá cuidado. Sou da opinião que eles ficassem embarcados na *Niterói* até a conclusão da guerra; ao menos, ali venceriam eles o soldo e a ração, porque, no Rio, quem sabe o que lhes vai acontecer? (...) Peço ao meu amigo para eles sua proteção. Ontem, quando os vi embarcar para o *Apa*, senti-me comovido até às lágrimas, porque choraram eles como dois meninos. Também vai no *Apa*, um dos meus prisioneiros, homem humilde que estava empregado na máquina, saiu também muito saudoso e me pediu para que eu alcançasse um lugar para ele na máquina da *Niterói*. Quem sabe como receberão no *Niterói* os prisioneiros? Eles são por demais humildes e inofensivos.”⁴⁶⁵

O oficial manifestou preocupação com os inválidos e prisioneiros. Ignorava-se sobre o que fazer com eles. Não se sabia se no Rio de Janeiro haveria pelo menos uma *casa para abrigar da miséria* os inválidos. O comandante da *Mearim* sugeriu mantê-los embarcados, para pelo menos receberem as rações e o soldo, condições essenciais para sua sobrevivência. As grandes questões sempre presentes são estas: como os inválidos sobreviveriam? Como manteriam suas famílias? O que seria de suas vidas no futuro?

Aparentemente, a marinha executou um paliativo para tentar sanar o problema, pelo menos nos primeiros anos da guerra. Utilizou-se de uma embarcação, pelas pistas

⁴⁶⁴ BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na Segunda Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra, João Lustoza da Cunha Paranaguá*. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1868.

⁴⁶⁵ *apud*. Arthur Silveira da Motta. *De Aspirante a Almirante. Minha fê de Ofício documentada*. Tomo I. Serviço de Documentação da Marinha. Rio de Janeiro, 1985. (carta redigida em Goya, dia 18 de agosto de 1865, pelo Primeiro-Tenente Elisário José Barbosa, comandante da Canhoneira *Mearim*, remetido a Arthur Silveira da Motta, página 201).

que encontrei, a fragata *Paraguassú*, mas que não foi a única que realizou essa tarefa, de alojar os homens que voltavam inválidos do Paraguai. Em ofícios do ministério, existem alguns nomes, dispostos em listas, dos marinheiros inválidos provenientes do Paraguai, todos de junho de 1866, que informavam que as praças haviam sido *aquarteladas provisoriamente, a bordo da fragata Paraguassú*.⁴⁶⁶

Se era fácil prometer e criar leis para estimular as mobilizações em períodos em que elas se tornaram primordiais ao esforço de guerra, certamente não era simples garantir a sobrevivência de homens que retornaram inválidos e que necessitavam de auxílio pelas suas peculiares condições físicas.

Em uma circular impressa, datada de outubro de 1867 – ainda em período crucial do recrutamento⁴⁶⁷ – localizei instruções que João Lustosa da Cunha Paranaguá transmitiu aos presidentes de província para que conseguissem remeter para a Corte recrutas, voluntários e guardas nacionais para o exército. O ministro da guerra recomendava aos responsáveis que deveriam redobrar esforços e que seu empenho fosse constante. Para isso baixava uma série de vantagens que poderiam ser oferecidas aos recrutados:

1. Aos guardas nacionais designados e aos voluntários se abonará no ato de embarque, a título de gratificação a quantia equivalente a um mês de soldo e etapa, sem prejuízo das gratificações e vantagens concedidas pelo decreto (...).
2. As famílias dos guardas nacionais e voluntários, que forem casados, viúvos com filhos, ou filhos a vista de documentos, que comprovem aquelas circunstâncias uma etapa diária, desde o dia do embarque dos mesmos guardas nacionais e voluntários; os filhos e filhas menores serão recolhidos a algum estabelecimento de instrução pública existente nessa capital a fim de nele receberem educação, se seus pais o quiserem.
3. Aos que se apresentarem voluntariamente para a marcha, se abonará por ocasião de embarque na Corte a quantia de 300\$000, sem prejuízo do abono garantido no artigo 1º e das vantagens (...).
4. Promover-se a criação de sociedades protetoras das famílias dos voluntários e de guardas nacionais que tiverem marchado, comunicando logo ao governo imperial quais as que se estabeleceram ou já estiveram estabelecidas (...).
5. Ativar-se o recrutamento providenciando-se em ordem a evitar quaisquer abusos (...).
6. Proceder-se as inspeções rigorosas nas praças que tiverem de marchar, de modo que não venham inválidas ou incapazes do serviço, muito especialmente libertos e substitutos”.⁴⁶⁸

⁴⁶⁶ Arquivo Nacional. IG 1 420. Ministério da Guerra. Correspondência do Ministério da Marinha ao Ministério da Guerra. (1865 – 1866).

⁴⁶⁷ Vitor Izecksohn. “Recrutamento Militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In “*Nova História Militar Brasileira*”. FGV Editora/Bom Texto. Rio de Janeiro, 2004.

⁴⁶⁸ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Presidente de Província. (coleção 08/dossiê 68/caixa 24/1867 – 1868/ “maço 14”).

Inicialmente, quando era necessário mandar urgentemente para o Paraguai novos recrutas, mais levas de soldados, procurava-se dar ou prometer todas as possíveis garantias aos soldados para que seguissem para o sul com um pouco mais de segurança, pois suas famílias teriam algum apoio, e os homens receberiam benefícios quando fossem voluntários. Os filhos dos que seguissem para a guerra teriam, teoricamente, se assim os pais desejassem, encaminhamento em alguma instituição de ensino. Algo constante é a preocupação que se manifestava em relação às crianças de militares mobilizados. Ela sempre dizia respeito à educação dos filhos dos homens que estivessem ausentes, mortos ou inválidos.

No documento, em seu item de número seis, existe a orientação em não recrutar inválidos e incapazes, principalmente oriundos de libertos e substitutos. O governo, desde 1865, enfrentava muitos problemas com os inaptos para o serviço militar. Era grande o número de doentes e sem condições físicas para enfrentar as situações adversas nos campos do Paraguai e que eram mobilizados de maneira ilícita e abusiva, muitos certamente arremessados nos porões dos transportes marítimos como substitutos de outros que não queriam ir para guerra ou que não teriam coragem para tanto; mas que tinham poder financeiro e político ou estavam sob a proteção de alguma autoridade, quando não tudo isso reunido, motivando-os a procurar outros para a sua substituição. O inválido mobilizado deveria causar muitos transtornos por não ter condições de combater, o que acabava onerando as finanças do governo com gastos de transporte, alimentação e fardamento. Sobre esses casos, foi publicado o aviso de número 144 que determinava que se evitasse a remessa de homens inúteis para o serviço:

“Nº 26 – Diretoria Central – 2ª Seção – Rio de Janeiro – Ministério dos Negócios da Guerra em 6 de abril de 1866.

Illm. e Exm. Sr. – Ordenando-se nesta data ao Presidente da Província do Maranhão, que faça regressar para aí o Guarda Nacional designado para o serviço de guerra, Raimundo Nonato, e os recrutas Romão de Meneses, João Pedro e Paulino Ponciano, que naquela Província se acham em tratamento e foram julgados incapazes do serviço, dispensando-se o Guarda Nacional do serviço de guerra e dando-se baixa do serviço do Exército aos três recrutas, assim o declaro a V. Ex. para seu devido conhecimento.

Por esta ocasião recomendo a V. Ex., que expeça as mais terminantes ordens para que se evite a remessa de homens inúteis para a guerra, visto que disso resulta gravame para os Cofres Públicos com as despesas de transporte, soldos e fardamentos.

Deus Guarde a V. Ex. – Ângelo Moniz da Silva Ferraz – Sr. Presidente da Província do Pará”.⁴⁶⁹

⁴⁶⁹ BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1866*. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional. 1866.

Mas, com a mobilização, a administração se deparava com o problema resultante das muitas famílias que acompanhavam seus homens recrutados, que se retiravam de suas províncias e cidades em direção à Corte. Isto pode ser observado no início, pois no aviso de cinco de junho de 1865, do ministério da guerra, dirigido ao inspetor da pagadoria das tropas, há a autorização para que se abonasse uma *ração de etapa* às famílias de soldados que seguiram para o sul:

“Sua Majestade o Imperador, Condoendo-se da penúria e desamparo em que se acham as famílias dos militares praças de pret que seguiram para o sul, e não menos da falta de meios que estão sofrendo as dos destacados nas fortalezas e outros estabelecimentos. Houve por bem conceder-lhes uma ração de etapa, a contar o 1º deste mês (...)”⁴⁷⁰

Quando se investiga os jornais da época, encontram-se numerosas pistas de famílias que viviam miseravelmente, na indigência, quando acompanhavam seus homens, no Rio de Janeiro. Nos anos de mobilização, foi uma situação presente a chegada de novos efetivos, recrutados nas províncias, pelas necessidades de guerra, e que alguns soldados traziam as suas. Alguns exemplos são:

“Ao Público

Em uma das baías das estribarias do quartel velho de cavalaria, no Campo da Aclamação, e bem perto à casa do Senado, existe a família de um sargento de voluntários da pátria em extrema miséria, tendo já lhe morrido dois filhos e estão três a morrer, entre estes, uma de 11 anos e outra do peito. Temos visto tantos rasgos a respeito dessas miseráveis famílias, no entanto que esta vai se exterminando à mingua e ao abandono e os jornais recheados de generosidades e filantropias.

Crescencio José da Silva.”⁴⁷¹

“Honra aos homens bons!

Aos compadecidos da miséria e desolamento de uma infeliz família, cujo chefe tinha de marchar para o campo de batalha do Paraguai, em seguimento da bandeira que jurara defender.

Eis o (...)

Ontem na ocasião em que marchava do quartel do campo o contingente de 1º de linha que devia embarcar para o sul um soldado casado e pai de quatro filhos, custava separar-se de sua mísera mulher e desgraçada prole, quando chocados pelos sentimentos que despertara esse quadro tão vivo quanto enternecedor, cotizaram-se os srs. José Joaquim da Silva Fonte Junior, com a quantia de 150\$, Francisco Alves da Mota, com 100\$, Pedro Augusto do Amorim Lisboa com 100\$, Manoel João da Fonseca Lessa com 50\$, Jorge Adolfo Raoux com 30\$, Joaquim da Silva Alves Junior com 20\$ e remiram a farda, embora nobre e honrada, aquele bravo que a luta entre o dever de soldado e o de pai de família optava já pela bandeira que jurara defender.

⁴⁷⁰ BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1865*. Tomo XXIII. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1865. (número 247, Ministério da Guerra. Aviso de 05 de junho de 1865).

⁴⁷¹ *Jornal do Commercio*, 01 de julho de 1865.

Honra aos homens bons que assim procederam”.⁴⁷²

No Rio de Janeiro, como as famílias dos mobilizados, não beneficiadas pelo aviso de junho de 1865, possivelmente a grande maioria, poderiam se sustentar? Em alguns documentos encontram-se pedidos de trabalho para famílias que tinham seus homens no Paraguai. É o caso desse próximo artigo de jornal, de 1866, que é corroborado por uma documentação que encontrei no Arquivo Nacional; porém, obviamente, quando se lê o referido texto, não se pode deixar de suspeitar que tenha sido feito por iniciativa de algum fornecedor insatisfeito por ter sido preterido com suas mercadorias em detrimento de material importado, conforme pode ser constatado:

“A S. Ex. o Sr. ministro da guerra

Muitas famílias desses patriotas que marcharam para o sul em defesa dos brios nacionais vivem de costuras, desse pequeno meio de subsistência, ficando privadas desde que se mandou vir da Europa calças, camisas, capotes e tudo quanto era necessário para o nosso exército; todos estes artigos manufaturados no país ficam mais baratos, e o governo tem direito de recusar tudo quanto não estiver bem feito, como não tem acontecido como tem vindo, que tudo tem ficado mais caro. Sr. conselheiro Paranaguá, compadeça-se das famílias brasileiras e mande cessar os meios de encher as barrigas a ociosos, que em país estrangeiro mofam da prodigalidade e falta de calculo de nosso governo; se o negociante que aqui lucrar já tem pago os direitos à nação, e tem famílias brasileiras, e concorrem para as despesas do Estado a todos os mais sacrificios. Sr. conselheiro Paranaguá, Zacarias e mais colegas de VV.EEx. lembrem-se das famílias brasileiras e dos brasileiros que vivem no país carregando com tributos e outros sacrificios; deixem de engordar os que vivem em Londres e Paris, fazendo má idéia do nosso país.”⁴⁷³

Como qualquer empresário brasileiro acuado nos dias de hoje, o articulista utilizou-se de alguns argumentos comuns para a defesa dos *artigos manufaturados no país*. O mais claro é que as famílias dos *patriotas que marcharam para o sul em defesa dos brios nacionais* ficariam sem sustento, famílias que precisavam do compadecimento dos ministros para continuar a sobreviverem. Por consequência, se o fornecedor não tivesse pedidos, não poderia empregá-las, as mais necessitadas que sobreviviam da costura. É possível que alguns fornecedores se utilizavam dos mais necessitados, de famílias com ou sem homens mobilizados, para pressionar o governo nos serviços e encomendas. Era uma maneira de “sensibilizar” a opinião pública e os ministros. No Arquivo Nacional, há um pedido dirigido ao próprio imperador, encontrado nos documentos do arsenal de guerra, de uma viúva com quatro filhos, que pede que lhe sejam entregues a costura de mil barracas, para sua subsistência e educação dos filhos e

⁴⁷² *Jornal do Commercio*, 28 de setembro de 1866.

⁴⁷³ *Jornal do Commercio*, 06 de novembro de 1866.

que só assim tornariam-se *úteis à pátria*, isso em 1865.⁴⁷⁴ Pelo número de barracas, não era ela a única, certamente, que faria a costura, e é bem provável que pudesse estar sendo usada por algum empresário, ou até mesmo ela poderia ser a empreendedora, “terceirizando” o serviço para outras.

Possivelmente em consequência do artigo acima transcrito, Cunha Paranaguá, em ofício de 1866, ordenou:

“Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios da Guerra, em 18 de Dezembro de 1866.

Declaro a V.s. para seu conhecimento e devida execução que na distribuição das costuras que tenham de ser manufaturados fora do Arsenal de Guerra da Corte devem ser de preferência contempladas, não só as viúvas de órfãos dos que tem falecido em consequência de ferimentos ou moléstias adquiridos em campanha, como também as famílias dos oficiais e praças que se acham em serviço no teatro da guerra.

Depois dessas famílias devem ser igualmente contempladas as dos oficiais e empregados da Repartição da Guerra, e em geral as famílias supracitadas, fazendo-se a distribuição por modo tal que sejam atendidas em igualdade todas as julgadas contempladas, de sorte que umas não obtenham maior quinhão do que outras. E será conveniente que V.s. fiscalize semelhante serviço, a fim de evitar-me o grande número de reclamações que sempre aparecem, encarregando da distribuição um oficial cujos precedentes imprimem confiança.

O que tudo haja V.s. por muito recomendado.

Deus Guarde a Vs.

João Lustosa da C. Paranaguá

Francisco Raposo”.⁴⁷⁵

Em outros casos, quando o recrutamento voltou a se intensificar, em resposta à nova fase da guerra e para preencher os grandes claros nos efetivos, abertos pelas difíceis condições nos campos, com a atuação de mortíferas epidemias e combates, fora as críticas condições higiênicas e de alimentação as quais se apresentavam cotidianamente nos acampamentos, era flagrante que homens, teoricamente isentos, logo supostamente responsáveis pelo sustento dos mais próximos, estavam sendo mobilizados, agravando o problema. Essa foi a situação de sujeitos integrantes de uma unidade de voluntários da pátria, de Pernambuco:

“Aos Exms. Srs. Ministros da guerra e marinha

Caridade e justiça para as vítimas do recrutamento feroz de Pernambuco.

Chegaram ontem no Guará os seguintes recrutas (voluntários da pátria!), para o exército e marinha.

João Manoel dos Santos, ou Silva, casado e com filhos.

⁴⁷⁴ Arquivo Nacional. IG 7 456. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra (1865).

⁴⁷⁵ Arquivo Nacional. IG 7 350. Ministério da Guerra. Arsenal da Guerra da Corte. Diretoria Central. (1866)

Manoel Joaquim da Silva, idem.
 Alexandre Pereira da Silva, idem.
 Joaquim Ignácio da Silva, idem.
 Manoel da Costa, idem.
 Manoel da Paz da Vera-Cruz, idem.
 Antonio Coelho da Silva, idem.
 Francisco Antonio Teixeira de Barros, idem.
 Manoel Gervásio Bezerra, idem.
 Francisco de Souza Rosendo, idem.
 Manoel Soares Lino, idem.
 Custódio Gomes dos Santos, idem.
 Galdino José Francisco, idem.
 José Patrício da Cunha, idem.
 Manoel Marques da Silva, idem.
 Alexandre José Nicolau, idem.
 Joaquim Fortunato, idem.
 Firmino da Silva Albuquerque, idem.
 Teburtino José Teixeira, idem.
 João Manoel Reis Junior, solteiro, único arrimo de suas irmãs e mãe.
 Todos estes infelizes requereram ao presidente daquela província prazo para provarem suas isenções, o presidente, fê-los embarcar incontinentem sem despacho algum!
 Mande S. Ex. chamar esses infelizes alguns dos quais trazem documentos comprobatórios das isenções, e restitua a seus lares esses vinte e dois pais de família, cuja prostituição e miséria não resolverá por certo a nossa guerra de honra.

Um companheiro de viagem”.⁴⁷⁶

Se o chefe da família era mobilizado, sendo ele o responsável pelo sustento, o conjunto de pessoas dependentes ficava em difíceis condições de sobrevivência. Isso pode ser observado no caso de Benjamin Constant, durante a sua breve participação no conflito como capitão engenheiro.⁴⁷⁷ As cartas trocadas entre ele e a esposa explicitam a preocupação do casal em relação à sobrevivência de sua família no Rio de Janeiro. Quando a guerra foi deflagrada, ele era responsável pelo sustento de numeroso contingente: esposa, filha, dois irmãos, a mãe que era doente mental e uma tia em idade avançada. Em carta ao amigo Tibúrcio,⁴⁷⁸ Benjamin Constant manifestou algumas preocupações:

“Em relação à guerra estou neutro, como dizem alguns gaiatos que por aqui tem ficado. O governo não tem mexido comigo, também não me tenho oferecido, pois nas circunstâncias em que me acho, oferecer-me seria oferecer à miséria toda a minha família. Não obstante tenho estado na firme resolução de seguir à primeira [convocação] sem uma palavra de recusa. Compreendes também que não me tenho empenhado para não ir nem isso me era possível. Com o fim de ver se presto algum pequeno serviço, estou

⁴⁷⁶ *Jornal do Commercio*, 11 de agosto de 1867.

⁴⁷⁷ Renato Lemos. *Benjamin Constant: Vida e História*. Topbooks. Rio de Janeiro, 1999.

⁴⁷⁸ José Aurélio Saraiva Câmara. *Um Soldado do Império. O General Tibúrcio e seu tempo*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 2003.

escrevendo um compêndio de álgebra que tem por título – Estudo dos elementos d’álgebra, que pretendo oferecer ao imperador e cujo produto destino inteiro ao asilo dos inválidos da pátria.”⁴⁷⁹

Sabendo das responsabilidades que possuía, Constant não poderia ir para a guerra e deixar os seus próximos desamparados, coisa comum durante a mobilização. Interessante é a disposição de prestar *algum pequeno serviço*. Não querendo ser recrutado, tinha em vista pelo menos escrever um compêndio de álgebra que seria oferecido ao imperador, e cujo produto seria destinado ao asilo. Muitas vezes pessoas ou grupos faziam contribuições ao AIP visando, além de um ato caridoso, demonstrar algum serviço ao país.

Antes de partir, o militar, já consciente de futuras dificuldades, deixou montado um plano para garantir uma pequena renda mensal doméstica. Seus amigos, Guimarães e Veiga, que estavam substituindo-o respectivamente nos institutos dos cegos e comercial, repassariam à sua esposa uma parte de seus vencimentos. Outro colega, Coimbra, também entregaria a Maria Joaquina um terço do rendimento do curso de explicações em que era sócio de Benjamin. Entrementes, seus dependentes continuavam passando por dificuldades que se tornaram maiores após o nascimento da segunda filha, elevando os gastos domésticos.

Constant, em outra carta, manifestava um pensamento comum:

“Os oficiais e soldados vão desaparecendo fulminados pela peste e pelas balas inimigas nos contínuos tiroteios (...) E em geral cada homem que morre é uma família que fica ao desamparo e que tem para futuro a miséria e muitas vezes a prostituição.”⁴⁸⁰

Se no caso ele, que era um oficial engenheiro, passava por toda sorte de dificuldades, os soldados, sargentos ou mesmo outros oficiais, tanto de linha quanto de comissão, que se tornavam inválidos nos campos do Paraguai deveriam passar por dificuldades idênticas, senão maiores. Como ficariam os homens que ocupavam postos inferiores com soldos costumeiramente módicos ou mesmo que não tinham perspectivas de promoção ou reengajamento no exército ou marinha?

Encontrei documentos que trazem situações parecidas como a de Benjamim Constant. O próximo trata de um oficial de artilharia, aparentemente desesperado, que escreveu uma carta a Cunha Paranaguá:

⁴⁷⁹ *apud.* Renato Lemos. *op. cit.* (página 94).

⁴⁸⁰ *apud.* Renato Lemos. *op. cit.* (página 142)

“Illmo. Exmo. Snr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá.
Tuiuti, 7 de dezembro de 1866.

Cumprimento à V. Excia. e sua Illustríssima Família. Sou o Cap. de Artilharia que abaixo assino que venho pedir à V. Excia. o deferimento de um requerimento em que peço minha demissão do serviço do Exército. Sei que meu requerimento levou a informação de ser eu necessário, e que o Governo perderia concedendo-me a minha demissão. Sei também que V. Excia. perguntará por meu patriotismo nesta ocasião que se carece dele; mas eu peço permissão a V. Excia. para responder: Sou casado e a morte de meu cunhado, Jorge Buaventura Avena, fez que minha família não pudesse dispôr de mim nem um outro recurso, que da minguada consignação de 72\$, que eu lhe fazia; logo que eu soube dessa terrível notícia, elevei a minha consignação à 100\$, ficando eu aqui somente com 61\$; mas desde Junho, em que fiz o meu requerimento, até hoje ainda não se satisfaz tal pagamento, que entretanto desde essa data em desconto aqui! Mas, quando mesmo se satisfaça tal pagamento, será possível que uma família passe na Corte com 100\$ tendo de pagar casa, escrava (...) ? Além disto acabaram aqui de reduzir os vencimentos dos oficiais de fileira, e eu fiquei somente com 40\$, com os quais de forma alguma se pode passar aqui. Eu não desejo nem ver minha família envergonhada junto das que a conhecem nem tão pouco viver envergonhado, e envergonhar a classe a que pertenço; vivendo tão sem recursos; eis aí pois a razão porque eu não posso de forma alguma continuar a servir. O amor da Pátria não é (...) uma extinção do amor da família; não se pode curar da Pátria; quando se é reclamado pela família. Como tratar da honra comum, da honra Nacional, quando a comunidade se dispensa de velar sobre o viver dos vossos?

É por sem dúvida, lisongeiro para mim, a informação de meu requerimento, mas é de estranhar, que o bom e necessário oficial (quando pede a sua demissão), tenha sido o único comandante de bateria do 3º Bam. de Artrª, que pela batalha de 24 de Maio tivesse o hábito da Rosa, quando todos os mesmos tiveram o do Cruzeiro; entretanto quem ler a parte do Comando Geral de Artilharia e do Comando da 19ª Brigada (de Artilharia) verá logo que a 2ª Bateria do 3º Batalhão foi a que mais trabalhou naquele dia!

E a 2ª é a do meu comando. Este bom oficial só serve para os lugares arriscados, conservando-se-o 3 meses sem o renderem na posição a mais arriscada do Exército (vanguarda da 1ª Divisão), e não se aproveita esse préstimo para um desses empregos de grandes gratificações, sabendo-se que ele precisa??

Enquanto a nossa organização for tal que as gratificações estejam na razão inversa da distância do inimigo; não se poderá ser soldado!

Além destas razões, acresce a de estar minha mulher sofrendo do peito, e precisa de um tratamento (...); eu logo que tive esta notícia pedi licença para ir a Corte esperar a minha demissão. Negaram-me. Desesperei-me; não pensava que o Brasil fosse tão pouco livre que obrigasse seus oficiais a servirem contra a vontade! Tive por vezes vontade de fazer o que fez Napoleão 3º, quando retido no Castelo de Ham, lhe negaram licença para ir ver seu pai, que estava prestes a morrer; felizmente pude conter-me.

Peço porém a V. Excia. que me livre de um maior desespero, minhas esperanças se resumem no despacho de V. Excia. Devo lembrar à V. Excia. que a razão humana embotando-se contra a dureza das contrariedades da vida, se reduz muitas vezes ao instinto de fera, o desespero é a loucura. Como pois quer o Brasil fiar seus canhões a um desesperado, à um homem que vê sua família na miséria e não lhe permitem ir socorrê-la? Pode este homem responder por suas ações, quando o desespero causado pela ingratidão de sua Pátria o (...)? Por certo que não.

Talvez esta carta vá chegar tarde, talvez meu requerimento já esteja indeferido, se assim for, eu aqui envio outro a V. Excia. pedindo, que por agora seja atendido.

Desculpe-me V. Excia. haver-lhe roubado seu precioso tempo.

De V. Excia.

Crº e vº respeitoso

O tom da carta redigida no acampamento em Tuiuti a Paranaguá é dramático, e encerra, em algumas passagens, umas tantas ameaças veladas. Para um oficial escrever algo dessa natureza ao ministro, sua situação não era confortável, e não acredito que tenha sido um recurso de dramaticidade para obter o seu intento, e nem que era tão próximo para se manifestar daquela maneira. Ele ressaltou, que se não foi preterido quando recebeu alguma compensação pelos seus serviços prestados, foi contemplado com uma, inferior, se comparada com as que seus demais colegas receberam, principalmente no que ficou conhecido como a *batalha de Tuiuti*.⁴⁸² Apelou para que o ministro verificasse as partes oficiais, referentes às suas ações, para se constatar a injustiça do caso. Os seus problemas de ordem familiar não ficaram de fora. Com a morte de um parente, que provavelmente o auxiliava no sustento da família; sua situação, somada ao parco soldo, colocava os seus dependentes, e ele mesmo, em uma situação difícil, vicissitude análoga à de Benjamin Constant. Apesar de já estarem sendo descontados os valores em sua *consignação*, parece que os que ficaram no Brasil não a recebiam. Sua vontade de se licenciar era grande, somada ao desejo de retorno, para, segundo suas justificativas, auxiliar no sustento de sua família, bem como no tratamento de sua esposa. Não se deve descartar, no entanto, que ele já tinha, até aquele momento, visto alguns combates bem de perto, e talvez se assustado com as circunstâncias, mas isso é uma outra história.

Outra lacuna sobre a guerra, se refere ao pagamento de soldos aos militares. Não se sabe os seus valores, corretos, isto é, se existiram, bem como a sua (ir)regularidade. Rodrigues da Silva se recordou dos “serviços bancários” prestados na guerra, de uma agência sediada no Rio de Janeiro, que se comprometeu remeter aos credores, de oficiais unicamente, quantias que lhe fossem dirigidas. Rodrigues da Silva não teve o mesmo problema que o oficial de artilharia, que foi a ausência do recebimento da quantia transferida; entretanto, enfrentou outros, igualmente graves:

“...surgiu em certo dia no Exército a agência de um Banco do Rio de Janeiro, oferecendo-se com alto empenho para mandar entregar no ponto determinado do Brasil, isenta de despesa ou contribuição, qualquer quantia dos oficiais, na mesma espécie, declaração do cunho monetário, para prova da sua nímia lealdade. O gerente alardeava os únicos, os

⁴⁸¹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 312, pasta 28. (Marquês de Paranaguá).

⁴⁸² Augusto Tasso Fragoso. *História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai*. II Volume. Imprensa do Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 1934. (página 375).

exclusivismos intuitos do bem conhecido estabelecimento de crédito, que era prestar um insignificante serviço aos seus patrícios que se batiam pela Pátria à distância considerável, nem sempre com proporções fáceis de remeterem as suas economias à família: interesse pecuniário, dizia, nenhum... Todo o mundo no acampamento encheu-se de entusiasmo, sentimentalizou-se, bebeu os ares pela artimanha, e caiu na armadilha. Houve quem repetisse o brocardo italiana: “Si non é véro, é bene trovato”.

Os soberanos, as onças, as libras esterlinas, os dólares rolaram em profusão para a sacola sinistra do finório preposto.

Posteriormente à sua retirada do Exército, a um tempo só, soube-se que o dinheiro havia sido entregue aos destinatários, mas... em papel moeda e não em ouro como fora confiado para o envio.

Nota-se que, na época do fato pérfido, o ágio do precioso metal excedia em muito do dobro do valor real; consequentemente, uma perfeita extorsão, praticada sem alma e sem pudor, à luz meridiana, saudada pelo ribombar do canhão. O autor destas linhas foi uma das vítimas do astuto e perverso banqueiro.

Como se vê em todos os tempos sempre foi mais que conhecido o artístico conto do vigário. A pilhagem elevou-se a bons milhares de libras. A calculada deslealdade visou somente o latrocínio miserável”.⁴⁸³

São mais algumas questões que se apresentam, porque nem ao menos se sabe os valores que eram recebidos pelos marinheiros e soldados durante a guerra, isto é, se eram realmente pagos nos acampamentos.

Em alguns artigos do decreto de sete de janeiro de 1865,⁴⁸⁴ que criou o corpo de voluntários da pátria, pode-se formular algumas questões que merecem ser trabalhadas. Em seu nono artigo,⁴⁸⁵ os voluntários teriam preferência em igualdade de habilitações aos empregos públicos. No décimo,⁴⁸⁶ as famílias dos voluntários que falecessem nos campos de batalha teriam direito à pensão ou meio soldo, sendo que os que se inutilizassem por ferimentos recebidos em combate receberiam durante toda a sua vida soldo dobrado de voluntário.

Sobre os empregos públicos, não tenho condições para analisar a questão; isto é uma outra pesquisa, visando a “integração” social dos veteranos; porém, acredito que os que se beneficiaram seriam os oficiais que após a guerra, já desmobilizados, apresentavam o referido artigo e conseguiam uma posição no serviço público. Da mesma forma acredito que o benefício dependia do direcionamento político que o veterano, ex-oficial, abraçava. Aqui vale lembrar de Benjamin Constant que foi vítima,

⁴⁸³ José Luiz Rodrigues da Silva. *op. cit.*, (páginas 110 e 111).

⁴⁸⁴ BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Tomo XXVIII, parte II. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1865. (decreto de número 3371, de 07 de janeiro de 1865).

⁴⁸⁵ “Art. 9º Os voluntários terão direito aos empregos públicos, de preferência, em igualdade de habilitações, a quaisquer outros indivíduos”.

⁴⁸⁶ “Art. 10º As famílias dos voluntários que falecerem no campo de batalha, ou em consequência de ferimentos recebidos nela, terão direito à pensão ou meio soldo, conforme se acha estabelecido para os oficiais e praças do Exército. Os que ficarem inutilizados por ferimentos recebidos em combate, perceberão durante a vida, soldo dobrado de voluntário”.

apesar de possuir os melhores conceitos, de inúmeras fraudes nos concursos públicos por não ser apadrinhado. Outra personalidade de quem posso tratar é o príncipe Obá II, negro, filho de alforriados, alferes veterano voluntário da guerra contra o Paraguai, usuário temporário da condição de inválido da pátria, personagem marcante da Corte e que era comumente retratado em sua época como um excêntrico.

Considerado um bom combatente, Cândido da Fonseca Galvão, o príncipe Obá II,⁴⁸⁷ conseguiu, por ferimento *na mão direita, ou “vítima de cruel enfermidade”*, segundo pesquisa de Silva,⁴⁸⁸ êxito em alguns pedidos ao governo, como ser incorporado na companhia de inválidos da Província da Bahia. Parece que no *imediato pós-guerra*, Galvão começou a se alcoolizar constantemente e manifestar problemas mentais. Segundo Silva, começou *o seu difícil processo de readaptação à vida civil*.⁴⁸⁹ Durante anos, *Galvão buscava, em primeiro lugar, o reconhecimento social de seus feitos e valimentos. Para tanto percorria os trâmites legais, dirigindo-se preferencialmente ao próprio imperador. O pedido, contudo, esbarrava em dificuldades burocráticas e teve uma tramitação difícil, devido à exigência de apresentação de uma fé de ofício*, que provava seus serviços em campanha. O maior problema, então, era que o referido papel não existia mais, porque a casa onde residia em Lençóis havia se incendiado. Mesmo recebendo *as honras do posto de alferes*, Obá II permanecia insatisfeito com o que havia conseguido, ainda mais porque *não podendo aplicar-se às suas antigas ocupações, em conseqüência de moléstia que adquiriu no Campo (...) da Guerra*, deu entrada ao pedido de pensão.

Em 1876 ou 1877 foi dispensado do AIP - ou talvez de uma companhia de inválidos situada em Salvador, algo que não ficou claro – lugar em que conseguia sobreviver e receber os meios necessários para sua sobrevivência e da família, sendo, inclusive, retratado como *insolente e insuportável* pelo próprio comandante do AIP (?) e desligado do efetivo do asilo.⁴⁹⁰ Após a guerra, por si só uma experiência traumática, deveria ser difícil aos veteranos retornarem à sua vida civil. Certamente muitos ex-voluntários, como Fonseca Galvão, buscavam reconhecimento oficial nos direitos que

⁴⁸⁷ Eduardo Silva. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo. Vida, Tempo e Pensamento de um Homem Livre de Cor*. Companhia das Letras. São Paulo. 1997

⁴⁸⁸ Eduardo Silva. *op. cit.* (página 57).

⁴⁸⁹ Eduardo Silva. *op. cit.* (página 57).

⁴⁹⁰ *Apud*, “... este oficial, dando-se há muito tempo ao vício da embriaguez vem ultimamente entregando-se tão frequentemente a ele, que além de já não ser muito conveniente em seu estado natural, torna-se ainda mais insolente e insuportável no estado de embriaguez, não respeitando a pessoa alguma, nem procurando distinguir a quem deva fazer o alvo de suas grosserias e injuriosas expressões”. Eduardo Silva. *op. cit.* (página 60).

teoricamente possuíam, mas eram frustrados em suas tentativas. Cândido ficou conhecido como um excêntrico alferes, um veterano da guerra do Paraguai que em ocasiões especiais, depois da guerra, andava quixotescamente trajado com seu uniforme.

O 9º artigo, sobre os empregos públicos é aqui comentado por causa das condições que encontrei de muitos veteranos, praças, isso já na década de vinte, que suplicavam ao ministério da guerra o asilamento no AIP, isto é, pleiteavam o direito de receber soldo e etapa pelo governo. Durante toda sua vida depois da desmobilização – e isto transparece nos processos de asilamento coletados – esses homens trabalharam até a velhice, não conseguindo, durante todas aquelas décadas uma vida respaldada em alguma segurança financeira. Pelos mesmos documentos observa-se o contrário. Na verdade, muitos não conseguiam adquirir renda nem para seu próprio sustento alimentar e por isso suplicavam o asilamento em busca de sua própria sobrevivência e dos dependentes de que ainda eram responsáveis. Todos eles se valeram, durante aqueles anos, de decretos que beneficiavam veteranos da guerra, aprovadas desde o início do século XX até a década de trinta e que serão mencionados com maiores detalhes no presente texto, em capítulo próprio.

Há muitos casos de militares que se inutilizaram e que receberam pensão já durante a guerra. Esses podem ser caracterizados como os *inválidos da pátria* que tiveram sua reforma aprovada ainda nos anos do conflito ou após, nas décadas finais do século XIX. É o caso do capitão da guarda nacional, do 1º corpo de caçadores a cavalo do Rio Grande do Sul, Antônio Joaquim da Silva Camboim, que perdeu um braço em consequência de ferimentos adquiridos em combate. Em ofício do dia 28 de fevereiro de 1867,⁴⁹¹ do ministério dos negócios do império, um funcionário respondeu às indagações do ministro da guerra, Cunha Paranaquá, informando-o de que a pensão do capitão já havia sido concedida por decreto. Aqui há um caso de um oficial, provavelmente com alguma ligação no ministério ou mesmo com relações com alguma autoridade em sua província, que poderia exercer pressão para que o veterano conseguisse a sua pensão. Mas, pergunto: e os praças? Soldados, cabos e sargentos? Em que circunstâncias ficaram? Como ficou a situação dos inválidos ou mesmo dos oficiais que não tinham força para se beneficiar dentro das estruturas de poder então estabelecidas? Haveria a possibilidade de ascender na carreira?

⁴⁹¹ Arquivo Nacional. IG 351. Ministério da Guerra. Gabinete do Ministro. (fevereiro de 1867).

Em outras situações, observa-se a difícil posição de homens que ficaram inválidos quando em ação, e nem ao menos foram aceitos, durante um certo tempo, oficialmente, na condição de *inválidos da pátria*, que representava a garantia de sobrevivência, pelo menos aos que não tinham como obter ajuda por outros meios, a não ser pelo governo. O seguinte documento aponta para algumas dificuldades de reconhecimento e prestação de auxílio por parte do ministério da guerra, bem como a falta de sensibilidade dos administradores para com esses homens:

“Palácio do Governo da Província do Rio de Janeiro.

1º Secção Niterói, 7 de junho de 1867.

Ilmo. Exmo. Snr.

Em ofício de 24 do mês passado comunicou o Ajudante General ao meu antecessor que, por ordem de V. Excia. determinara naquela data ao Comando do Asilo de Inválidos que dele desligasse e mandasse apresentar ao Comandante do Corpo Policial Provisório desta Província, com guia de socorrimento, dez praças à ele pertencentes vindas do Exército por incapacidade do serviço, as quais são o furriel Epifânio Faria de Menezes Teixeira, anspeçada Francisco Ferreira da Silva e os soldados Calisto José Eduardo, José Antônio de Oliveira, João de Matos Rangel, Francisco Ferreira Leal, Paulino Teixeira de Faria, Manoel Jacinto de Matos, Francisco Batista Monteiro e Luiz José de Sousa.

Algumas dessas praças têm solicitado a sua baixa e sendo o motivo alegado para isso a circunstância de acharem-se mutiladas para todo o serviço em consequência de ferimentos recebidos no ataque de Curupaiti, conforme declarou a Junta de Saúde, que os inspecionou, e não podendo nesse caso ser-lhes aplicada a disposição do artigo 5º da Lei provincial nº 1349 de 31 de dezembro do ano findo, que só lhes manda abonar os vencimentos nos casos de moléstia e não de invalidez, rogo a V. Excia. que se digne de mandar admiti-las no mencionado asilo para assim livrar esta Província da mácula de as haver abandonado na ocasião em que o seu infortúnio mais reclama o amparo da gratidão nacional.

Deus Guarde V. Excia.

Ilmo. Exmo. Snr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios
da Guerra.

Eduardo Pindaíba de Matos”.⁴⁹²

Cunha Paranaguá havia despachado anteriormente, dez homens, recrutados originalmente entre os efetivos da polícia do Rio de Janeiro, incorporados pelo exército, que lutaram no Paraguai, e que por fim foram feridos no combate de Curupaiti,⁴⁹³ retornando à Corte, como *inválidos da pátria*, para serem assumidos pela administração provincial. Esse problema era resultado do grande número de homens inválidos que, teoricamente, deveriam ser assistidos pelo ministério da guerra. Aqueles eram

⁴⁹² Arquivo Nacional. IG 1 46. Ministério da Guerra. Correspondência do Presidente de Província do Rio de Janeiro. (1866 – 1870).

⁴⁹³ Augusto Tasso Fragoso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 3º Volume. Imprensa do Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 1934. (página 111).

provenientes de *Curupaiti*, não haviam se inutilizado em serviço da polícia da província; mas no exército em operações, e em um dos combates mais difíceis enfrentados pelos aliados, e acredito que crucial para o entendimento da motivação dos combatentes naquela guerra, a partir de 1866. Pindaíba de Matos, com muita prudência, informou que uma lei da província impedia que aqueles homens fossem sustentados pela polícia, como da mesma forma recordou em que situação os militares foram inutilizados, de maneira cortêz, recordando, não explicitamente, de quem era a responsabilidade sobre o pequeno grupo de *inválidos da pátria*. O que fica claro é que houve, naquele momento, falta de sensibilidade por parte do ministro da guerra, na verdade um certo oportunismo, quando remeteu indivíduos que estavam sob sua responsabilidade, ou sob a responsabilidade do AIP, para a administração da província do Rio de Janeiro, e que se Pindaíba de Matos não se manifestasse cautelosamente com um homem considerado seu superior, era um ministro, e até mesmo com certa dramaticidade, quando pediu que a autoridade ministerial livrasse a província de uma *mácula*, como talvez o seu antecessor não tivesse feito, seria um problema a menos para ser resolvido no ministério da guerra. Nota-se, e isto será bem mais perceptível no desenvolvimento do presente capítulo, que os veteranos formavam um grande contingente, problemático, para ser administrado, talvez financeiro, já que as contas do império, devido à guerra, estavam em uma situação crítica. Além do mais, fica sempre a dúvida, ou uma suspeita sobre o que poderia acarretar, para a Corte, e por conseqüência, à sua elite que lá vivia, o que um grande número de homens, veteranos e inválidos, concentrados em uma cidade e insatisfeitos, poderiam fazer, como talvez o fizeram e aqui será desenvolvido. Porém, tenho em mente que não foram apenas presentes problemas disciplinares, mas igualmente os sanitários.

Dionísio, várias vezes preterido nas questões de promoções, recordou-se de um camarada, quando foi cumprimentar o imperador:

“Em Lomas Valentinas o meu bravo camarada Olímpio Aurélio de Lima Câmara perdeu um braço. Voltara mutilado ao Brasil, tendo marchado como oficial no princípio da campanha. Tinha de ser reformado. Elogiado e condecorado por bravura, pediu ao ministro da guerra que o promovesse a tenente, para se reformar neste posto. O soldo de tenente então era de 42.000 réis, seis mil mais do que o de alferes. O ministro era inexorável: e não fazia aos militares a mínima concessão. Quando terminou a guerra o Lima Câmara foi cumprimentar o Imperador, metido na sua farda de alferes e a manga do braço direito presa ao peito por um alfinete. O monarca sempre bondoso e indulgente, perguntou-lhe se estava muito satisfeito com o termo da guerra. O bravo veterano

respondeu: “Certamente, Imperial Senhor, porque se fechou a fábrica de homens de um braço só, que debalde pedem aos ministros a recompensa dos seus serviços”.⁴⁹⁴

Lendo esse trecho de um veterano, cujas reminiscências transformaram-se em um clássico, a primeira questão a entender, é que de fato, durante e após a guerra, o exército foi *desprezado*, por não ter recebido o necessário reconhecimento. Ele foi ignorado pelos homens públicos, e como resultante, houve um crescente ressentimento dos oficiais, principalmente veteranos da guerra.⁴⁹⁵ Algumas vezes, mesmo sendo citados nos documentos oficiais, muitos oficiais, como o próprio Dionísio, eram preteridos em suas aspirações. Em uma carta, de 1867, dirigida ao então ministro da guerra, percebe-se a ansiedade do veterano baiano:

“Illms. Exm. Sr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá

Potreiro Pires – 2 de Maio de 1867.

Confiado na relação de amizade, que ligaram sempre V. Exa. e minha família, tomo a liberdade de dirigir-me a V. Exa., com o fim de fazer uma reclamação, à qual julgo assistir-me algum direito. – V. Exa. Com o juízo reto e justo apreciará e depois resolverá como melhor entender. – Assisti como Alferes de comissão, o que hoje ainda sou, a memorável batalha de 24 de Maio do ano passado; pertencia então ao 4º Batalhão de Infantaria; fui mencionado na parte dada pelo comando do Batalhão e transcrito em ordem do dia do Exército; meus companheiros foram agraciados com condecorações honoríficas, ultimamente, com pesar vi meu nome esquecido na relação das condecorações e como me parece ser esta omissão involuntária peço a V. Exa. não uma condecoração, mas alguma remuneração que de qualquer modo compense a preterição que sofri, afim de poder eu dar à minha família, aos meus amigos e ao Público uma prova de que não tem sido inteiramente inúteis os meus serviços, desde dois anos e três meses que sirvo à Nação em efetivo serviço de campanha. –

Peço a V.Exa. que me recomende à sua Exma. Família e mande as suas ordens, para o 16º Batalhão de Infantaria, ao

De V.Exa. Amigo e Venerador (...)

Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira.”⁴⁹⁶

Cerqueira já era um oficial, oriundo de uma família distinta da Bahia, e que teve uma rápida carreira durante a campanha. Por mais que reclamasse da falta recompensas, é certo que possuía uma notoriedade bem maior do que qualquer soldado, que aliás, são sempre anônimos e seus nomes aparecem, quase sempre, nas ordens do dia, como transferidos, mortos, feridos, julgados em tribunal militar e algumas vezes,

⁴⁹⁴ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 291).

⁴⁹⁵ John Schulz. *O Exército na Política. Origens da intervenção militar. (1850 – 1894)*. Edusp. São Paulo, 1994. (páginas 53 a 74 “*O Exército Desprezado*”).

⁴⁹⁶ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 312, pasta 57 (Marquês de Paranaguá).

coletivamente, recebendo menções elogiosas quando tiveram alguma boa conduta durante algum episódio da guerra, normalmente os combates.

Muitos dos colegas, que com Dionísio marcharam, como voluntários e praças, permaneceram no mesmo posto quando retornaram ao Brasil.⁴⁹⁷ Vitor Izecksohn bem observou o quanto o comando de Caxias ao mesmo tempo que procurou dar homogeneidade ao núcleo dirigente, ou uma identidade corporativa, ainda que engendrada pelos descontentamentos em relação ao regime, formado por uma oficialidade variada, incorporando-a às fileiras; ignorou completamente o conceito do “soldado-cidadão”; pois o marquês era uma personalidade ligada à manutenção das regras do projeto conservador, e excludente, que possibilitava o funcionamento do sistema político monárquico. Ele foi uma de suas bases, fundamentais, de sustentação, durante o segundo reinado. Do mesmo modo é certo que buscou dar uma identidade sincrética ao exército, porque, se ao mesmo tempo promovia a homogeneidade da oficialidade variada, ainda a fez condicionando relegar a força, ou mantê-la, em uma posição subalterna na hierarquia social, conforme foi a opção da elite dirigente. O exército deveria ser, apenas, obediente e sempre subalterno. Entretanto, e isto é um desafio que requer buscas, pouco se sabe dos praças, veteranos da guerra, porque se igualmente é certo que não foram integrados ao sistema, e muitos nem ao menos receberam os seus direitos, sobre eles não há nada ainda suscitado ao menos no pós guerra.

Mas, e mais importante para esse trabalho é, que ter o nome publicado nas ordens do dia ou nos documentos oficiais, reproduzidos oficialmente pelo ministério da guerra e por consequência nos jornais, era a garantia de se estar sendo notado e, logicamente, se algo acontecesse, se poderia apelar para essa documentação para comprovar a vida militar e a morte também! O que quero dizer é que se a imensa maioria dos praças não teve acesso às promoções, como a do frustrado Cerqueira, no mínimo, precisavam ter os seus nomes registrados nos documentos, como nas ordens de dia, para darem entrada em seus direitos, adquiridos, como veteranos, e era obrigatório portarem esses papéis, ou as devidas referências, para serem considerados *inválidos da pátria*. No entanto, não se pode perder de vista, e isto é relevante, que igualmente, fora os militares ou ex-militares, de baixa patente, que não eram influentes, os familiares e procuradores precisavam desses documentos, com os nomes impressos, para protocolar

⁴⁹⁷ Vitor Izecksohn. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. E-Papers. Rio de Janeiro, 2002. (página 125).

qualquer pedido de pecúlio ou qualquer outro direito previsto em lei ou por decisão do imperador. Manoel da Cunha Honorato, por exemplo, o capelão voluntário, veterano da campanha, que atuou nos hospitais e que foi desmobilizado por ter adquirido moléstias na guerra, e que sempre, como aqui já foi visto, buscava ascensão, possuía uma coleção delas - as ordens de dia - no momento em que faleceu, e em seu inventário deixou-a para um de seus herdeiros. Isso pode parecer algo corriqueiro, ou óbvio; porém, aí reside uma possibilidade de pesquisa que esses documentos deixaram para os historiadores, ou até mesmo um problema que são as lacunas que da mesma forma deixaram, seja ao sabor da política, seja pela incúria e falta de comunicação entre setores administrativos dos corpos de exército no Paraguai, e os setores de mesma função na Corte.

Em um artigo de jornal, de novembro de 1866, as questões ficam mais explícitas:

“O governo e a guerra

O Jornal do Commercio de ontem publicou um artigo, o primeiro a pedido, com o título que adotamos para este.

O pensamento do autor desse artigo pode-se resumir em duas palavras:

“Ou mais 40.000 soldados para a guerra, ou paz vergonhosa”.

A alternativa é triste, é muito triste, e o país preferirá o sacrifício de sangue ao da honra. Mas antes de fazer esse sacrifício de mais 40.000 dos seus filhos, quer o país que se faça justiça. Quer ver o mérito premiado, o crime e a inércia punidos.

Quereis 40.000 soldados, mas esqueceis que diariamente saltam em nossas praias, oficiais e praças de linha e de voluntários que em seis ou sete batalhas derramaram o seu sangue, perderam um membro ou ficaram de alguma forma inutilizados, e que muitos desses voltam no mesmo posto em que foram sem a menor distinção, ao passo que outros, que se distinguiram sempre pela ausência sistemática, dos lugares do perigo que nunca ouviram o sibilar de uma bala e que se tornaram célebres pela sua presença em todos os pagodes e vivas que davam, tem galgado postos e têm obtido condecorações.

O militar que vai expôr a sua vida, não só aos azares do campo de batalha, mas ainda aos miasmas de um acampamento insalubre, se não tem, aqui e lá, um bom padrinho, ou morre mouro, ou volta estropiado pagão.

(...)

Por que se suprimem listas de mortos e feridos? Por que não se publicam as partes parciais dos últimos combates? Por que se demoram as promoções?

As condecorações para os paisanos e para os que fizeram a gloriosa e sangrenta campanha da Uruguiana não se fizeram esperar.

Faça o governo justiça, repila o patronato e apele para o país, que este saberá responder dignamente; mas comece o governo por mostrar que não há no Brasil, quem esteja fora do alcance do braço da lei.”⁴⁹⁸

Foram desses documentos, posteriormente, décadas após a guerra, por exemplo, que muitos veteranos, já idosos, se utilizavam para solicitar o asilamento, e para garantir

⁴⁹⁸ *Jornal do Commercio*, domingo, 04 de novembro de 1866.

um final de vida com algum conforto, já que o benefício possibilitava o recebimento de um módico soldo e até mesmo uma etapa; além, é claro, de estender esse último benefício a um menor de 16 anos do qual eram, eventualmente, responsáveis.

É durante a guerra, e após o seu término, que se encontra, facilmente, uma série de pedidos de pensões de familiares, ou mesmo de inválidos, ao governo imperial. As solicitações foram localizadas no Arquivo Nacional, e não são exploradas, ou mesmo conhecidas. Muitas petições se utilizavam das ordens de dia para verificar e provar se os mortos, que estavam nos documentos de pedido de pensão de viúvas, órfãos, mães e irmãs solteiras, eram oriundos dos combates ou doenças. Também exigiam, para serem completas, outros curiosos documentos comprobatórios dos(as) peticionários(as). Poderiam ser uma certidão de casamento, de nascimento dos filhos, e até cartas de “boa conduta”, despachadas pelos delegados da região que os(as) peticionárias(as) residiam.

Mas, voltando para a questão dos *inválidos da pátria*. Algumas denúncias, ainda durante a guerra, dão conta de que praças inválidos não recebiam seus direitos e que estavam sendo embarcados para suas províncias de origem. As acusações tomaram alguma proporção porque foram publicadas em jornais da Corte. O *Diário do Rio de Janeiro*, no dia vinte e um de setembro de 1867, em sua página de *a pedidos* trazia indagações de um mutilado que queria saber o motivo do embarque, para as suas províncias, dos *mutilados da pátria*, sem que estivessem pagos os seus *prets*, e sem *fardamento*, *achando-se muitos deles com uma muda de roupa e em mau estado: sem terem ainda suas reformas e pensões*. Em ofício feito em dia posterior ao artigo, o então ajudante general do exército, João Frederico Caldwell, apresentou as denúncias e em anexo um ofício do comandante do AIP. Caldwell se adiantou no mesmo documento ao ministro da guerra, procurando explicar qual era a real situação das praças do asilo, acusando o correspondente do jornal de ser *inexato* em suas informações:

“(…) por quanto; as ordens que existem em reformar as praças do asilo, que tendo sido inspecionadas de saúde e julgadas incapazes para o serviço do Exército se devam retirar para suas Províncias, entendessem unicamente com aquelas que, por espontânea vontade desejam ou querem ir aguardar nas mesmas Províncias a decisão do governo proferida em vista dos atos de inspeção.

Quando as praças, porém, já tem recebido suas reformas e cartas de pensão, se a esta tem direito, então são mandadas para suas Províncias, por isso que, pelo fato da reforma consideram desligadas do Asilo de Inválidos. Se, porém assim se proceder, é de justiça confessar que as praças, por ocasião de seu desligamento ajustam contas no mesmo Asilo, dos vencimentos que lhes são devidos, e se algumas vezes por falta de guias vindas do Exército, deixam de receber antes de sua partida vencimentos atrasados a que tem direito, esta Repartição com o maior escrúpulo, logo que recebe as guias pertencentes às praças

que se acham em tais condições, as envia para as Províncias, para onde foram elas residir, e por ali lhes são ajustadas suas contas. Releva acrescentar, que ainda se procedendo, se por ventura alguma praça já reformada e pensionada manifestar o desejo de permanecer na Corte até o completo ajustamento de suas contas, semelhante licença lhe é concedida sem a menor dificuldade, e imediatamente é mandada encostar ao Asilo para por ali receber a etapa”.⁴⁹⁹

Caldwell nada menciona sobre o problema de fardamento no asilo de inválidos; entretanto o comandante do estabelecimento tratou de responder e justificar essa questão no ofício em anexo:

“O fato da apreensão feita na Cidade de Niterói (...) de peças de fardamento de praças deste Asilo, explica a nudez de alguns que certamente não podem receber novos uniformes, desde que poucos instantes depois de receber aqueles a que tem direito a vão vender”.

Sobre a ausência de fardas, trarei mais informações em outra passagem do presente texto. O fardamento desviado em Niterói acabou por originar uma curiosa troca de ofícios sobre os inválidos, envolvendo a polícia, o presidente de província e o ministério da guerra, e que esclarece, parcialmente, quem formava o efetivo do AIP.

Novamente, no dia trinta de junho de 1868, outro artigo, agora pelo *Jornal do Commercio*, denuncia o comandante do AIP sobre o contrato firmado de gêneros alimentícios fornecidos ao estabelecimento, naquele momento ainda situado na isolada Ponta da Armação, em Niterói.

O comandante do asilo mais uma vez negou que havia irregularidades no contrato de fornecimento, inclusive afirmando que o melhor fornecedor foi o escolhido, pois além de proporcionar os gêneros *a contento*, apresentava os melhores preços. O militar, em seu ofício ao ajudante general, prestou interessante informação:

“V. Excia. bem sabe que este estabelecimento é hoje um dos mais freqüentados por visitas, quer oficiais, quer particulares, além da assiduidade de S.M. O Imperador, cujo interesse paternal pelos Inválidos da Pátria é geralmente conhecido. Se pois, não bastasse a este Comando a mais perfeita calma em sua consciência, bastaria por certo apelar para aqueles testemunhos, louvando-se no juízo deles. Acrescentarei ainda que como V. Excia. sabe, a arrecadação dos gêneros deste Asilo, não só tem a fiscalização do Corpo, como ainda mais acha-se entregue as Irmãs de Caridade, cujos precedentes de dedicação são bastantes para destruírem a frívola e exagerada acusação de que os gêneros são substituídos não vindo para a caldeira os que estão na arrecadação”.⁵⁰⁰

⁴⁹⁹ Arquivo Nacional. IG 19. Ministério da Guerra. Administração. Ajudante General. (ofícios 1866 – 1867).

⁵⁰⁰ Arquivo Nacional. IG 20. Ministério da Guerra. Administração. Ajudante General. (ofícios 1868 – 1869), “julho 1869”.

O asilo, durante a guerra, era um dos estabelecimentos do império que mais se destacava, principalmente porque recebia visitas das mais diversas em suas instalações e ainda era objeto de *interesse paternal* por parte do imperador. Como era um local tão bem freqüentado, atacá-lo certamente deveria chamar atenção e poderia mesmo ser usado politicamente, já que estaria sob a égide de autoridades como D. Pedro II ou que respondiam pela sua administração como o ministro da guerra. No caso de fornecimento de gêneros e as conseqüentes denúncias, não descarto a forte possibilidade de ser o seu autor um comerciante preterido, em alguma grande concorrência para a prestação de serviço ou gêneros alimentares, pois o asilo possuía um grande efetivo, e fornecer produtos para aquele estabelecimento deveria proporcionar segurança de pagamento e bons lucros ao negociante que melhor preços oferecesse.

Em 1869, o comandante do asilo apontou um responsável por outro artigo publicado no *Jornal do Commercio*,⁵⁰¹ do dia dois de fevereiro daquele ano e que provocou mal-estar no ministério da guerra. Um ex-tenente de comissão chamado *Tito Lívio*, inválido, subordinado ao AIP, insatisfeito com o decreto que proibia pagamento de soldo a oficiais pensionados, fez críticas ao governo imperial por tal ato. No ministério, talvez por pressão do próprio governo, se exigiam culpados pela denúncia. Infelizmente ignoro o que aconteceu ao oficial, provavelmente punido de alguma forma.

Em março do mesmo ano, as denúncias nos periódicos não cessavam, pelo contrário. No dia seis o *Diário do Povo* publicou o seguinte artigo, envolvendo um outro ministro, o Barão de Muritiba (Manoel Vieira Tosta):

“Os inválidos e o Sr. Ministro da Guerra – Pessoas que tem visitado o asilo do Bom Jesus dão-nos as seguintes informações:

Que os oficiais inválidos, cujas pensões dependem da aprovação das câmaras, foram pelo Sr. Ministro da Guerra, privados dos respectivos soldos, achando-se, portanto, reduzidos à etapa e adicional (40\$000), o que certamente não os isenta de privações e apuros, principalmente os que têm família.

Que entretanto, mais infelizes do que estes que se acham no asilo, é grande o número de seus companheiros que o Sr. Ministro em vez de os asilar fez seguir para as províncias, apesar de cegos, mutilados, sem braços ou pernas, etc, etc, a esmolar a caridade pública.

Dando publicação a estas informações e a todas quantas a tal respeito vierem ao nosso conhecimento por pessoas competentes, temos por fim registrar a fidelidade com que o Imperador cumpre as suas mais solenes promessas.

Quanto aos infelizes pacientes, estes em vez de melhoramentos, hão de sofrer novas ameaças do Sr. Muritiba, de serem remetidos para as províncias, ou serão mesmo desde

⁵⁰¹ Arquivo Nacional. IG 20. Ministério da Guerra. Administração. Ajudante General. (ofícios 1868), “fevereiro 1869”.

já, pois que é este o deferimento que o Sr. Ministro da guerra costuma levar em pessoa aos inválidos, quando os jornais publicam as injustiças de que são vítimas”.⁵⁰²

No *Diário do Povo*, Pedro II não foi poupado, nem Muritiba, que foi retratado como pessoa má e autoritária, que ia pessoalmente aos inválidos levar os deferimentos dos processos sempre após as denúncias dos jornais. Talvez aí haja alguma pista do que aconteceu a *Tito Lívio*, que poderia ter recebido uma “visita” do ministro. Outro fato curioso, e que não deixa de estar ligado à ocorrência anterior, é de que quando estudei as ordens de dia e boletins internos do AIP em diferentes épocas, encontrei publicadas punições de internos que ameaçavam o comando com denúncias em periódicos, querendo relatar alguns desmazelos do asilo. Problemas entre o AIP e os diários foram constantes, no império e na república, e muitos foram promovidos por causa da pendenga entre o exército e a Associação Comercial do Rio de Janeiro, e o dinheiro resultante da subscrição pública e nacional promovida durante a guerra.

Mas sobre o último artigo, em anexo, novamente o ajudante general procurou se explicar ao ministro em um documento infelizmente incompleto:

“ Julguei do meu dever ouvir imediatamente ao Comandante do Asilo de Inválidos, que respondeu pela maneira constante do ofício incluso, que submeto à consideração de V. Excia.

Nem de outra forma poderia informar aquele Comando, porquanto, tais são as falsidades existentes no artigo aludido, por tal maneira se pretende descobrir atos censuráveis, que só por espírito de maledicência se poderiam aventurar semelhantes asserções.

V. Excia. não determinou que se deixasse de pagar os vencimentos do soldo aos oficiais que ainda não percebem as suas pensões. V. Excia. não ordenou em tempo algum que, independente dos desejos de quaisquer oficiais ou praças mutiladas ou invalidadas, fossem elas remetidas para as Províncias, sem recursos.

É certo que muitos oficiais e praças tem seguido para as Províncias, por seu próprio pedido, depois que chegam do Exército considerados inválidos para o serviço, mas isso acontece depois de um verdadeiro exame do seu estado, das condições em que ficarão nas Províncias para onde se dirigem com ordem do Governo Imperial de serem socorridas de vencimentos nas mesmas Províncias.

Tal tem sido o meu escrúpulo neste serviço, que muitas vezes, quando as praças declaram não terem família e o seu estado demanda tratamento desvelado e cuidados incessantes, não tenho permitido a retirada do Asilo, onde ficam permanecendo.

Quanto aos oficiais, tem sido de tal ordem o escrúpulo do Governo Imperial, que conquanto sejam eles em inspeção de saúde julgados incapazes para o serviço, por ferimentos recebidos em combate, contudo se lhes tem concedida licença com vencimentos. Devo ainda ponderar a V. Excia. que às praças de pret inválidas se não permite a retirada do Asilo, desde que apresentem a mais insignificante reclamação de vencimentos a que se julguem (...)”.

⁵⁰² Arquivo Nacional. IG 20. Ministério da Guerra. Administração. Ajudante General. (ofícios 1868 – 1869).

Por seu lado, o comandante, em ofício também anexo, procurou esclarecer sobre suas atribuições e prováveis lapsos:

“(…) cumpre-me declarar a V.Excia. que não é oficial deste Asilo o autor daquele comunicado.

Já tive ocasião de oficiar a V. Excia, a propósito de uma outra publicação feita no Jornal do Comércio, e que tratava do decreto que priva de soldo aos oficiais pensionados, declarando naquele ofício quem o mandara publicar.

Se tivesse lido o artigo de que se trata antes de receber o ofício de V. Excia. a que respondo, igual declaração teria feito, porque é minha convicção que provem do artigo de hoje da pessoa que fez publicar o primeiro.

Assegurando, repito, não ter a oficialidade sob meu comando parte nessa censura. Passarei informar, como me cumpre, sobre os pontos que serviram de base a pretendida acusação.

Não é exato que à ordem de V. Excia. prive de soldo ao oficial pensionado ainda não na posse da respectiva carta, por que foi determinado que a isso se pagasse o soldo enquanto não tivesse lugar a aprovação das Câmaras.

É certo que essa ordem ainda não foi cumprida e que alguns oficiais deixaram de receber os soldos correspondentes aos meses de Janeiro e Fevereiro findos.

Não é porém isso devido à falta de ordem, me parecendo originar-se da falta de comunicação a Pagadoria Militar.

Além dessa acusação, diz o artigo, que as praças inválidas são remetidas para as Províncias, cegas e mutiladas, contra os seus desejos, obrigando-as a esmolar a caridade pública em suas Províncias.

Desde Julho de 1867, em que me acho neste estabelecimento, ainda não passei guia a praça alguma, para aguardar destino em sua Província, sem que fosse isso a pedido dela.

Antes de serem essas praças embarcadas, são apresentadas à V. Excia. que, ouvindo-as, muitas vezes tem feito voltar para o Asilo, não porque desejem ficar, mas porque não se acham pagas de vencimentos do campo, por falta de guia, e até porque reclamam indevidamente uma ou outra peça de fardamento

Creio ter respondido o citado ofício de V. Excia.

Deus Guarde a V. Excia.

Illmo. Exmo. Senhor Cons. João Frederico Caldwell

(...) Ajudante General do Exército”

O comandante primeiro descartou a hipótese de que fosse algum oficial subordinado ao AIP o autor das denúncias. Isso se deve, provavelmente, a *Tito Lívio*, responsável pela acusação anterior e que provavelmente lhe causou problemas, pois o tinha como subordinado; portanto, respondia por suas ações. Ele igualmente aceitou a possibilidade de falta de comunicação entre a administração do asilo e a pagadoria militar sobre os direitos dos oficiais inválidos, o que acarretou o não pagamento de janeiro e fevereiro daquele ano. No ofício, há também a observação de que quando havia uma autoridade em visita ao estabelecimento era para tornar o serviço mais eficiente e justo. Ela ia para regularizar os direitos desses homens e não para exercer pressão, oprimir inválidos insatisfeitos com a sua presença, algo que o artigo deixou transparecer.

Ainda no mês de março daquele ano, o jornal *Opinião Liberal* publicou algumas linhas que censuravam os atos do ministro da guerra, agora envolvendo as irmãs de caridade que prestavam serviços no asilo, um oficial inválido e um prisioneiro paraguaio. Não consegui o artigo; mas em ofícios novamente trocados entre o comandante, o ajudante-general e o ministério da guerra, pode-se ter noção do que se tratava.

Um oficial inválido, por causa de um prisioneiro que requisitou para seu serviço particular, acabou tendo uma discussão com uma das irmãs de caridade que tinha o paraguaio como auxiliar. A presença de prisioneiros em estabelecimentos do governo foi comum durante a guerra. Eles prestaram serviços em construções, ferrovias ou mesmo enfermarias, fazendo quase sempre o trabalho pesado, arriscado e sujo. Por meio de um mapa demonstrativo de maio de 1868,⁵⁰³ sabe-se que existiram na Corte 913 prisioneiros, que foram distribuídos em vários aquartelamentos para prestarem seus serviços.

O oficial, provavelmente insatisfeito com a ausência de providências contra a irmã, acabou pedindo dispensa ou foi dispensado, se retirando do estabelecimento. Parece que o autor do artigo não tolerava o fato de que um oficial tenha ido embora do asilo, dispensado, por uma discussão com uma irmã de caridade. Não ficou claro se o oficial pediu dispensa ou foi dispensado, pois a referência sobre o artigo foi retirada das trocas de ofícios entre as seções do asilo e do ministério.

O ajudante-general, em seu ofício ao ministro, esclarece:

“O periódico *Opinião Liberal* de 18 do corrente, em um artigo, censura o Ministro da Guerra por se achar, segundo o periódico, o estabelecimento Asilo dos Inválidos da Pátria sob a Direção Suprema das Irmãs de Caridade, que impõe aos oficiais o seu regime (...) que um jovem oficial mutilado fora mandado sair do Asilo por ter querido sustentar a sua dignidade de oficial para com um prisioneiro paraguaio (...) protegido por uma das irmãs”.⁵⁰⁴

O ajudante informou ao ministro que tudo não passava de falsidades e que o referido oficial, um alferes, foi dispensado por outros motivos não descritos no documento; mas que não o impediam de continuar na condição de asilado; portanto, de continuar recebendo seus direitos, mesmo não residindo no AIP. Por seu turno, o

⁵⁰³ BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na Segunda Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra, João Lustoza da Cunha Paranaguá*. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1868.

⁵⁰⁴ Arquivo Nacional. IG 20. Ministro da Guerra. Administração. Ajudante General. (ofícios 1868 – 1869), “março 1869”.

comandante, já exausto de tantas denúncias, em seu ofício em anexo explicou confusamente:

“Côncio da posição que ocupo neste estabelecimento, responderei apenas ao que se refere aquele oficial, por quem, sem dúvida foi levada à redação daquele jornal a sua queixa desvirtuada, o fato para fazer-se vítima de V. Excia. o Senhor Conselheiro Ministro da Guerra, que nada tem com o desligamento havido.

Esse alferes é o alferes José Batista Pinto com que ocorreu o seguinte:

Achando-se em seu quarto particular, o referido alferes chamou um prisioneiro de guerra, empregado na enfermaria, para ocupá-lo em seu serviço particular. Ponderou-lhe o prisioneiro: sua ocupação em a qual era necessário cuidar, resultando disso receber ordem de prisão por ter o oficial julgado haver nessa resposta seu desligamento.

Respondido por este modo ao que se refere propriamente ao Asilo sob meu comando, nada mais me cumpre acrescentar; rogando apenas a V. Excia. declarar que o fato do desligamento não lhe tirou o direito de ser asilado, em cuja condição, entretanto, garanto a V. Excia., não se sujeitar o Alferes José Batista Pinto, por não ter ainda bem compreendido a honrosa posição de inválido.

Deus Guarde a V. Excia.

Illm. Exmo. Senhor Conselheiro Tenente General João Frederico Caldwell
Ajudante General”.

Novamente o ministro da guerra foi atacado. Qualquer coisa poderia ser denunciada nos diários. Na documentação administrativa não consegui investigar “o clima” no asilo durante o período; mas em outras épocas o AIP serviu novamente como alvo de denúncias dos periódicos do Rio, estabelecendo-se um “clima policialesco” na ilha, inclusive com rigorosas ordens de comandantes para que ninguém tivesse acesso aos arquivos da administração e que determinados assuntos não fossem tratados com pessoas de fora. Segundo os boletins internos do AIP, e isto nas primeiras décadas do século XX, há ordens para que documentos, após algum período, fossem queimados e que somente oficiais honorários de confiança do comando, como veteranos do Paraguai que há muito tempo residiam na ilha, executassem alguns trabalhos na administração.

Mas, sobre o serviço das irmãs de caridade e dos paraguaios, em fevereiro de 1867, publicou-se um aviso de número 53, regulando a maneira de sua execução no depósito do asilo de inválidos:

“Diretoria Central – 1ª Seção – Rio de Janeiro – Ministério dos Negócios da Guerra em 4 de Fevereiro de 1867.

Tendo sido remetido para o Asilo, por V. S. comandado, algumas irmãs de caridade a fim de serem especialmente incumbidas do serviço interno, econômico, de asseio do estabelecimento e do tratamento dos inválidos, cumpre que V. S. concorra para a ordem e o bem estar dos inválidos de acordo com aquelas irmãs, cuja autoridade V. S. procurará sempre manter, observando-se o seguinte:

1º Os paraguaios em serviço no estabelecimento ficarão à disposição das irmãs de caridade, cuja Superiora de acordo com o comandante do Asilo, detalhará diariamente o serviço de faxina, que deva ser feito pelos mesmos paraguaios.

2º O Comandante do Depósito (...) organizará uma tabela de distribuição diária, declarando-se a natureza e quantidade dos gêneros de que se deve compor cada ração do rancho dos inválidos; tendo-se em vista que os gêneros devem ser de primeira qualidade, e as rações abundantes, porém sem desperdício.

3º Os gêneros comprados e recebidos pelo Agente do estabelecimento serão entregues à Superiora das irmãs de caridade, por meio de peso e medida; e no ato da recepção uma irmã, designada pela Superiora, examinará com o Médico do estabelecimento a qualidade dos gêneros, rejeitando-se o que forem julgados maus.

4º A cozinha, dispensa, arrecadação do fardamento, roupa de enfermaria e utensílios, ficará tudo sob a guarda e fiscalização das irmãs de caridade, assim como ficará sob sua fiscalização o asseio de todo o estabelecimento e serviço interno da enfermaria.

5º Às 6 horas da tarde de cada dia será entregue à irmã Superiora uma nota do número de praças arranchadas do dia seguinte, e por essa nota será feita a distribuição.

6º Entre as mulheres casadas com inválidos será escolhida uma de bons costumes, e comportamento bom, para coadjuvar no serviço interno às irmãs de caridade, a cuja disposição ficará, arbitrando-lhe uma gratificação mensal.

Deus Guarde a V. S. – João Lustosa da Cunha Paranaguá – Sr. Comandante do Depósito de Asilo de Inválidos”⁵⁰⁵

Ficam explícitas as atribuições das irmãs de caridade, que tinham além de outras obrigações - como a escolha e preparação dos alimentos, a dispensa, as roupas e utensílios de uso diário, o asseio do estabelecimento - a responsabilidade para manter a enfermaria interna do asilo que, por fazer parte de um estabelecimento especial, deveria ter seus leitos ocupados diariamente. Os prisioneiros paraguaios seriam seus ajudantes no serviço e uma esposa de asilado, de bom comportamento, auxiliaria em suas tarefas rotineiras. De 12 de dezembro de 1868, existe outro aviso, de número 547, fornecendo instruções para o serviço de hospitais e enfermarias militares que tivessem irmãs de caridade.⁵⁰⁶ Essas mulheres prestaram serviços em nosocômios militares, e parece-me que em civis, durante a guerra, e o asilo recebeu-as durante alguns anos. Acredito que elas deixaram escritos sobre os seus préstimos em vários estabelecimentos, possivelmente relatórios e até mesmo a correspondência entre as que estiveram no asilo e sua superiora; no entanto, acesso a esses papéis é um outro problema, pois não estão guardados por um arquivo público, mas por particulares.

Em dezembro de 1866, o ministro da guerra autorizou a instalação de *aposenso em que deveriam permanecer as Irmãs de Caridade incumbidas do competente serviço*

⁵⁰⁵ BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1867*. Tomo XXX. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1868.

⁵⁰⁶ BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1868*. Tomo XXXI, Parte II. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1868.

no Depósito de Inválidos, na Armação,⁵⁰⁷ e que se proporcionaria *transporte e condução para qualquer bagagem que lhes pertencesse*. Acredito que foi um alívio para o governo que as irmãs se incumbissem nos cuidados dos inválidos, pois um dos problemas enfrentados era a ausência de pessoas dispostas e qualificadas até mesmo para prestarem os serviços de enfermagem. Recordo, o relatório do responsável pelo hospital em Andaraí, de 1868, que foi apresentado em capítulo anterior, que não conseguia preencher a função com pessoal habilitado, e que aguardava, com o fim da guerra, a vinda de enfermeiros militares, que formariam uma companhia e que só assim teria efetivos disponíveis e suficientes para resolver a questão. Bem como as constantes observações feitas por Carlos Frederico, que se preocupava com a ausência e o contrato de enfermeiros hábeis no serviço prestado nos hospitais de campanha, flutuantes ou não, e até mesmo nas enfermarias da marinha.

Ainda na documentação, tendo as atribuições das irmãs como guia, encontrei *uma relação dos objetos que pela Diretoria Central do Ministério da Guerra, foram remetidos ao AIP, para o serviço das Irmãs de Caridade*.⁵⁰⁸ Além de listas, com artigos para uso pessoal, há a resposta das providências que foram tomadas, por conta do comandante do AIP, para alojá-las:

“ nº 45 Quartel do Comando do Asilo dos Inválidos da Corte, 29 de Novembro de 1866.

Illmo. Exmo. Snr.

Em resposta ao Ofício de V. Excia. Com data de ontem, sob 10691, dirigido a este comando pelo Coronel Graduado diretor interino da Repartição do Ajudante General; tenho a informar a V. Excia. que Sua Excelência, o Snr. Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Guerra em data também de ontem determinando que com toda a urgência mandasse aprontar acomodações para quatro irmãs de caridade para esse fim destinasse a casa em que atualmente residem os oficiais, a quem manda que sede cômodo no edifício do Asilo para posteriormente se providenciar sobre qualquer reclamação.

Em consequência, acha-se a casa desocupada pelo Major, um Capitão, o Médico e o Alferes Farmacêutico, as quais ficam morando por um quarto nos salões do edifício outrora cadeias, até que, cada um possa achar cômodo fora do quartel, a que acha nisso inconveniência para a regularidade do serviço do Asilo (...)

Determinou mais Sua Excelência o Snr. Ministro da Guerra que sem demora enviasse os pedidos de mobília (...) mais necessário para o serviço das mesmas irmãs de caridade; a que envio nesta data ao mesmo Exmo. Snr.

Deus Guarde a V. Excia.

Illmo. Exmo. Snr. Tenente General João Frederico
Caldwell, Ajudante General

⁵⁰⁷ Arquivo Nacional. IG 7 350. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra da Corte. Diretoria Central (1866).

⁵⁰⁸ Arquivo Nacional. IG 2 19. Ministério da Guerra. Ajudante General. (ofícios 1866-1867).

Talvez nesta resposta, existam os indícios da origem dos constantes choques entre as irmãs e os oficiais, e principalmente porque muito da discórdia era oriundo, acredito, da falta de comunicação entre o comando e o ministro. O alferes inválido Agostinho José de Andrade, nomeado agente do estabelecimento, em julho de 1867, pediu esclarecimentos sobre as suas verdadeiras funções. Havia uma dúvida, entre a execução das suas, previstas em regulamento, e as das irmãs, que gradativamente, e na prática, assumiram muitas responsabilidades no asilo, mormente que estavam acima do que originalmente havia sido previsto. Em ofício dirigido ao comandante do AIP, Agostinho perguntou e ao mesmo tempo, esclareceu:

“Illm. Snr. Capitão Commte. Interino

O Alferes reformado do Exército Agostinho José de Andrade em serviço no Asilo de Inválidos da Pátria sob o interino comando de V. Sa., sendo eleito Agente para funcionar no 2º semestre do corrente ano, a bem de poder cumprir com as obrigações que lhe devem competir, passa a fazer algumas ponderações, que pede a V. Sa. faz elas chegar ao conhecimento de Sua Ex. o Sr. Conselheiro Ajudante General.

1º Se havendo o Asilo contratado com particulares o fornecimento de gêneros para o rancho das praças e Enfermaria, devem os pedidos ser feitos e recebidos pelo Agente, ou pelas Irmãs de Caridade, visto que elas confeccionam o pedido e recebem os gêneros, sem que o Agente, tenha conhecimento.

2º Se as compras de objetos precisos ao rancho das praças e Enfermarias, devem ser feitas pelas Irmãs de Caridade, ou pelo Agente, por quanto elas fazem por sua deliberação todas as compras; procedendo desta forma de encontro ao Art. 31 das instruções ultimamente mandadas adotar neste Asilo.

3º Se havendo um Conselho Econômico no Corpo, por quem, devem ser apresentadas mensalmente as contas de despesa.

4º Quais as atribuições que de direito devem competir ao Agente.

5º Finalmente se o Agente deve ficar com a responsabilidade dos atos praticados pelas referidas Irmãs de Caridade.

Rio de Janeiro, 9 de Julho de 1867.

Agostinho J. de Andrade”.⁵¹⁰

Nota-se certa animosidade por parte do alferes em suas relações com as irmãs. Houve um choque de atribuições. Emergencialmente elas foram utilizadas pelo ministério, quando o grande número de inválidos era um grave problema para se resolver. Mas, com a chegada, sobretudo de oficiais, o estabelecimento ia tomando novos contornos, tendo mais efetivos, recebendo homens que pudessem preencher e

⁵⁰⁹ Arquivo Nacional. IG 2 19. Ministério da Guerra. Ajudante General. (ofícios 1866 – 1867).

⁵¹⁰ Arquivo Nacional. IG 2 19. Ministério da Guerra. Ajudante General. (ofícios 1866 – 1867).

exercer as funções e cargos previstos nas instruções do AIP, para a formação e manutenção da administração. Choques desse tipo eram inevitáveis.

Encontrei um recorte de anúncio e o pedido de uma irmã de caridade, de dez unidades de uma novidade na época, um *bule monstro*, vendido na rua do Ouvidor, noticiado e ilustrado nos jornais e que tinha considerável capacidade de armazenamento de líquido, por isso, poderia ser usado convenientemente para ser servido no rancho dos numerosos inválidos, contendo café ou mate.⁵¹¹ É neste documento, de fevereiro de 1867, que há o pedido de vinte e um lampiões grandes para a iluminação das companhias dos diversos compartimentos do asilo, então já lotado, cujo efetivo não estava somente presente na Armação, mas havia sido distribuído em outros aquartelamentos situados na Corte.

Provavelmente, procurando contemporizar prováveis animosidades e insatisfações e, mais importante, assegurar os imprescindíveis serviços das irmãs, pela ausência de suficiente número de enfermeiros, particularmente os militares, o próprio ministro reconheceu, no ano de 1867, os importantes serviços prestados por elas no trato dos inválidos:

“Na Armação, o edifício está nas melhores condições higiênicas; são bem arejados os alojamentos; as dependências do estabelecimento estão asseadas, e a alimentação é boa, o que seguramente deve-se ao zelo das irmãs de caridade, requisitadas por mim à provedoria da Santa Casa de Misericórdia para exercerem sua sagrada missão junto àqueles infelizes, que tanto necessitam de conforto nas suas aflições, e de uma mão caridosa para pensar suas feridas, guia-los e até mesmo dar-lhes alimento. As santas mulheres a tudo isto se prestam em dedicação e doçura; acrescentando mais que, sob sua desvelada direção, faz-se o servido do asseio do estabelecimento; tratam elas da cozinha, lavanderia, arrecadações e enfermarias, colhendo-se de tão benéfica administração vantajosa economia e os mais lisonjeiros resultados”.⁵¹²

Os problemas com as irmãs de caridade não se encerraram. Em fevereiro de 1869, o alferes inválido Agostinho voltou a fazer nova representação,⁵¹³ sobre os inconvenientes do choque advindo das atribuições previstas no regulamento, e das irmãs, e que lá permaneciam, prestando os seus serviços, desde quando o asilo esteve estabelecido na Armação. Segundo algumas passagens desse extenso documento, é recordado que aquilo tudo estava acontecendo porque não havia sido redigido um ofício

⁵¹¹ Arquivo Nacional. IG 7 509. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra da Corte (1867).

⁵¹² BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na Primeira Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá*. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1867.

⁵¹³ Arquivo Nacional. IG 2 20. Ministério da Guerra. Administração. Ajudante General. Ofícios (1868 – 1869).

comunicando a ampliação dos serviços das irmãs. Situação que na prática, e contra o que estava inicialmente previsto na divisão de tarefas previstas nos regulamentos. Elas acabaram cumprindo tarefas pelas as quais Agostinho era teoricamente responsável, e como o alferes e os seus demais camaradas não deveriam tolerar a situação, os choques foram gradativamente mais constantes. O mais estranho é que a ordem de Paranaguá tenha sido simplesmente verbal. É certo, que durante, pelo menos, o espaço de tempo que separou a primeira da segunda queixa do alferes, as relações entre elas e os oficiais da administração permaneceram, no mínimo, tensas. Nos documentos, os argumentos dos militares, contra as irmãs, era de que, apesar de serem honestas e competentes no que faziam, não podiam aglutinar tanto poder e controle como estavam fazendo, isto é, desde quando Paranaguá delegou poder à elas, mas verbalmente. O ministro não havia redigido ou publicado qualquer coisa ao seu respeito, fora o que estava previsto no regimento do AIP, e que elas, segundo se observa, cumpriam a sua parte, mas igualmente, se condicionaram, através dos anos, das práticas e das dificuldades que se fizeram presentes nos primeiros anos do asilo, na Armação, a desempenharem outras funções, como a de Agostinho, agente, da qual tinha sido nomeado no segundo semestre de 1867. Pelo visto, tendo o artigo do oficial que saiu do asilo, por causa de uma pedência com uma das irmãs e de um prisioneiro paraguaio, bem como as representações do alferes; fica claro que as relações entre eles foram se deteriorando. No entanto, o que chama a atenção é que Paranaguá era um homem, segundo se observa em sua documentação, metucioso e principalmente cauteloso. O que teria acontecido? Certamente ele, como o seu substituto, no ministério, sabiam desses problemas de atribuições. Porque não tomaram nenhuma iniciativa, naquele momento? Cunha Paranaguá, na verdade, estava respondendo as ordens de uma outra instância.

Entretanto, além dos problemas internos, presentes na administração do asilo, e trazidos pela documentação, não se deve perder a perspectiva de que foram originados, principalmente, por causa da grande quantidade de homens que precisou alojar durante aqueles anos - *inválidos da pátria* - que se tornaram um problema social. Agostinho provavelmente chegou após as irmãs, e ele, como muitos outros oficiais, foram recebendo suas atribuições conforme eram incorporados no efetivo do asilo, que estava sendo ampliado, em efetivos, ainda que muitos inválidos, oficiais e praças, tivessem sido remetidos para as suas províncias de origem.

3.1. Inválidos da Pátria, um problema social, disciplinar... e sanitário

Tendo algumas suspeitas sobre as questões social e sanitária, fui aos arquivos pesquisar sobre os assuntos, e acabei me deparando com interessantes documentos, como a circular reservada de dezembro de 1869; portanto, no final da guerra, quando havia grande desmobilização e retorno de significativo número de veteranos do Paraguai. Considero o documento emitido pelo ministro da guerra esclarecedor, possibilitando a afirmação de que o inválido tornou-se um problema social:

“Rio de Janeiro – Ministério dos Negócios da Guerra em
31 de Dezembro de 1869

Circular Reservada

Illmo. Exmo. Sr.

Havendo seguido já para as Províncias algumas praças Voluntárias da Pátria, Guardas Nacionais designadas, vindas do Exército em operações no Paraguai, e aguardando-se a chegada de outras que terão igual destino, o Governo Imperial recomenda a V. Excia que expeça as precisas ordens não só para que se recolham ao seio de suas famílias aquelas que as tiverem, mas também para que se obste à aglomeração de praças inválidas e ociosas nas capitais e mais povoações das referidas Províncias. A que declaro a V. Excia para seu conhecimento e execução, prevenindo-a de que deverá remeter, com urgência, à esta Secretaria de Estado uma relação de todas as praças impossibilitadas de ganhar os meios de subsistência que existirem nessa Província, para se resolver sobre a admissão, no Asilo de Inválidos da Pátria, das que estiverem nas condições de ser recolhidas ao mencionado Estabelecimento.

Deus Guarde a V. Excia
Barão de Muritiba

Snr. Presidente da Província do Rio de Janeiro.”⁵¹⁴

Com esse documento, acredito que tenho condições de iniciar mais algumas indagações sobre os *inválidos da pátria*. Parece-me que a circular era dirigida aos presidentes das províncias, para que tomassem as medidas necessárias, evitando a *aglomeração de praças inválidas e ociosas nas capitais e mais povoações*. Certamente era retransmitido aos chefes de polícia para que da mesma forma empregassem as providências necessárias junto aos seus delegados e subdelegados nos distritos.

Por que evitar aglomeração das praças inválidas? Os homens estavam causando problemas nas cidades? O ministro temia ser novamente alvo de denúncias nos jornais do Rio de Janeiro? Sua circular foi fruto dessas denúncias já trabalhadas e; por conseguinte, uma providência para não ser atacado por intermédio da imprensa?

⁵¹⁴ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Presidente de Província. (coleção 8/dossiê69/1870/maço 15).

Acredito que posso responder às perguntas, pois quando procurei me aprofundar nas investigações em arquivos, principalmente os que possuem documentos entre repartições do exército e a polícia do Rio de Janeiro ou mesmo do presidente de província, acabei me deparando com algumas trocas de ofícios transmitindo informações que envolviam inválidos aquartelados em vários locais da Corte, em brigas, furtos, homicídios, tumultos, golpes e transgressões. Confirmadas também pela leitura dos principais jornais que eram publicados e que circulavam na Corte. A idéia de que o inválido era considerado um problema, pelo menos em potencial, começou a se confirmar a partir da circular transcrita. Sem condições de se sustentar, sem perspectivas, alguns inválidos acabavam muitas vezes cometendo crimes, transgressões, o que certamente causava algum receio entre as autoridades, principalmente quando isto ocorria na província do Rio de Janeiro, na Corte e nas localidades próximas. No entanto, as transgressões não eram somente provenientes de ausência de perspectivas. Existiram outras particularidades, ou pistas, que serão observadas em momento oportuno.

Como estudo e não respeitando uma ordem cronológica, inicialmente posso trabalhar com um processo de 1867,⁵¹⁵ em que há praças inválidas envolvidas no desvio de fardamento e objetos do asilo, anteriormente citado em passagem do presente capítulo. Infelizmente não há minuciosos esclarecimentos sobre a ação dos inválidos; mas informações pormenorizadas sobre os receptadores dos produtos furtados do quartel de inválidos da Armação e que não eram inválidos, apenas os tinham como fornecedores do fardamento. Os documentos são ofícios trocados entre o presidente de província do Rio de Janeiro, ministério da guerra, chefe de polícia da província interino e o delegado de polícia de Niterói.

Aqui, antes mesmo de examiná-lo, devo recordar algumas situações sobre o asilo, pois no ano de 1867, as instalações do AIP na ilha do Bom Jesus estavam sendo construídas, funcionando temporariamente um, de grandes proporções na Ponta da Armação, em Niterói, lugar isolado que recebia os militares oriundos do Paraguai.

No dia 22 ou 23 de junho de 1867, um *guarda urbano*, Antonio da Cunha Azeredo apreendeu na estação Ferry, de Niterói, oito fardos antes de serem embarcados para a Corte.⁵¹⁶ Cada um possuía as iniciais (J.P.). Junto foi detido um jovem de nome

⁵¹⁵ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Presidente de Província. (coleção 8/dossiê 68/caixa 24/1867/maço 13).

⁵¹⁶ Thomas Holloway, em seu trabalho, quando descreve as funções da Guarda Urbana (1866), trouxe algumas informações curiosas e esclarecedoras que auxiliam sobre o entendimento do caso que será tratado: “*Segundo seus defensores, uma força de patrulheiros uniformizados e não-militarizados ajudaria*

Marcolino, de 15 ou 16 anos, pardo, escravo de Manoel Correia da Rosa. Na delegacia, o urbano metodicamente relacionou os objetos contidos nos fardos e contabilizou 394 peças, sendo essas blusas, calças, meias, cobertores e camisas. No interrogatório, Marcolino se identificou. Disse que morava com seu senhor na rua da Praia nº 91 em Niterói e que os fardos apreendidos pertenciam a Francisco Manoel de Figueiredo, que também morava com eles, e que Francisco negociava com os inválidos aquartelados na Armação, tanto de dia como de noite. Marcolino igualmente informou que seu senhor negociava algumas vezes os objetos na própria casa ou mesmo na Corte, e que os inválidos levavam os objetos aos poucos e que *eram soldados, havendo entre eles alguns cabos*.

Alguns dias antes da apreensão do dia 22 ou 23 de junho, na estação *Ferry*, o delegado de polícia de Niterói, talvez por alguma denúncia ou observação de movimentação suspeita, havia recebido ordens superiores para mandar os *urbanos* fazerem buscas em algumas casas, principalmente as que se suspeitava, guardassem produtos como fardas e objetos de origem ilícita. No dia 18 de junho, a casa onde Marcolino vivia com seu senhor e Francisco Manoel Figueiredo, foi revistada; porém nada incriminador foi encontrado. Mesmo assim, o delegado recomendou aos seus homens que *tivessem muito em vista aquela casa*, já que apresentava intenso movimento de praças durante o dia e a noite. Por que essa atenção, dirigida, com suspeição, sobre a presença e movimentação daqueles homens durante as 24 horas do dia?

Os inválidos ainda poderiam se locomover em Niterói. A livre circulação deles não possibilitava ao comando ou à polícia exercerem controle sobre o inconstante efetivo do AIP. Quando digo variável, é porque havia o inválido temporário, aquele que recebia teoricamente seus direitos e posteriormente era embarcado para sua província de origem. O número de asilados durante a guerra oscilava mensalmente, e em alguns períodos, subordinado à chegada dos transportes de guerra, semanalmente, sendo difícil para a administração do estabelecimento até mesmo manter os mapas de efetivo

a prevenir muitos crimes e a evitar atividades que, mesmo não constituindo crime, eram os passos preliminares para atos criminosos. Conseqüentemente, as instruções operacionais ordenavam que os guardas urbanos prendessem pessoas por comportamentos que não eram nem crime nem infração das posturas, como por exemplo “indivíduos que forem encontrados conduzindo objetos ou volumes que, em razão de sua qualidade ou condição de tais indivíduos, se tornarem suspeitos”. Não era crime carregar pacotes em público, mas, se parecesse a um guarda da ronda que determinado tipo de pessoa não condizia com o tipo de pacote que estava levando, o “acusado” poderia ser preso”. In **“Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX”**. Fundação Getúlio Vargas Editora. Rio de Janeiro, 1997. (página 217).

corretamente atualizados. Isto é notório pelos remanescentes mapas de movimentação de pessoal que são encontrados nos arquivos.

No mesmo maço de documentos encerrados no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, localizei uma carta do dia 13 de agosto de 1867, sobre o espancamento de um soldado reformado *encostado no Asilo de Inválidos*,⁵¹⁷ de Cunha Paranaguá, solicitando que o presidente mandasse proceder na *forma da lei contra os autores de semelhante crime*. Após algumas investigações, dois portugueses foram acusados; mas apenas um foi preso, sendo o outro foragido. Não se sabe a razão do espancamento, e a desavença entre o inválido e os portugueses; mas, outra vez, há um problema envolvendo um soldado do AIP, sendo o ministro da guerra e o presidente de província mobilizados pela ocorrência.

Um pouco mais de um mês depois do espancamento, há um novo ofício, datado do dia 18 de setembro - remetido pelo ministro Cunha Paranaguá ao presidente da província - documento também esclarecedor de como a situação em Niterói se desenvolvia - e que merece ser transcrito. Cabe aqui esclarecer que esses próximos documentos podem ser explorados no que se refere ao recrutamento, no esforço de guerra, bem como os choques advindos de várias esferas de poder e as atribuições provenientes da administração pública; no entanto, decidi, aqui, como em outros já transcritos ou que serão, examinar apenas a questão disciplinar suscitada por inválidos:

“Rio de Janeiro Ministério dos Negócios da Guerra em
18 de setembro de 1867

Diretoria Central 1ª Seção

Illm. e Exmo. Snr

Em resposta ao ofício de 2, do corrente, com que V. Excia remeteu-me cópia do que lhe dirigiu o Chefe de Polícia interino dessa Província, relativamente à conveniência do estabelecimento da ronda noturna feita por praças do Asilo de Inválidos, com o fim de evitar a estada fora do quartel das praças do mesmo Asilo, e bem assim que cometam estes excessos e desordens nas ruas de Niterói, comunico a V. Excia que se expede ordem para que aquelas rondas se façam, porém unicamente de acordo com os estilos militares, limitando-se as patrulhas a fazer-se tirar para o quartel ao toque de recolher as praças do Asilo, e recolhendo-se também por seu turno, depois de haverem prestado aquele serviço.

Deus Guarde a V. Excia.

João Lustosa da C. Paranaguá

Sr. Presidente de Província do Rio de Janeiro”.⁵¹⁸

⁵¹⁷ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Presidente de Província. (coleção 8/caixa 24/dossiê 68/1867/maço 13).

⁵¹⁸ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Presidente de Província. (coleção 8/caixa 24/dossiê 68/1867/maço 13).

No caso, o chefe de polícia interino, que deveria estar enfrentando numerosos problemas, sugeriu uma ronda de praças do asilo para que controlassem o trânsito dos demais inválidos e que essa mesma guarda policial, segundo ordens do ministro, retornasse ao quartel após o serviço de ronda. Obviamente a sugestão não fazia parte das corriqueiras tarefas da polícia de Niterói. Conforme foi visto, a presença dos inválidos no aquartelamento da Armação criou alguns problemas, dando trabalho à polícia, ao presidente de província e sendo fonte de constantes inquietações no ministério da guerra, que já tinha preocupações em demasia provenientes do sul e do Mato Grosso. A intenção é clara, após o toque, todos os inválidos, sem exceções, deveriam se recolher ao asilo provisório, afim de não causarem problemas, *excessos e desordens nas ruas de Niterói*, principalmente no período noturno.

Posteriormente, avançando nas investigações, quando pesquisando no Arquivo Nacional, acabei me deparando novamente com o caso, sendo que consegui a cópia de algumas observações, datadas do dia 10 de setembro, do referido chefe de polícia, o preocupado Antonio Carneiro de Campos, feitas ao vice-presidente de província, encerradas nos papéis do ministério, e por consequência, o que estava acontecendo com os inválidos situados na Armação, naquele momento:

“Secretaria da Polícia da Província do Rio de Janeiro
Niterói, 10 de setembro de 1867.
n. 935.

Illmo. Exmo. Snr.

Subsistindo ainda as dificuldades que tem impedido o engajamento para o corpo Policial Provisório desta Província parecendo-me que se conseguirá completá-lo uma vez que se permita aquisição das praças inválidas aquarteladas na Armação, a maior parte das quais podem prestar serviços superiores aos que são sujeitos naquele corpo, convencido da utilidade e proficuidade desta medida em relação a ordem e tranquilidade pública constantemente perturbada pelas rivalidades das referidas praças com as do Corpo Provisório e da Companhia de Urbanos, rogo a V. Excia se sirva obter do Ministério competente a necessária autorização que solicito para por fim indicado, ainda por me constar que muitos indivíduos naquele Corpo de Inválidos manifestam desejos de servir no Corpo Policial, conservadas em toda ordem, parte as vantagens de que gozão como praças reformadas do exército. É para notar que a referida autorização proveitosa em todos os sentidos, será mais um prêmio a esses beneméritos.

Deus Guarde V. Excia.

Illm. Exmo. Snr. Dr. Eduardo Pindaíba de Matos
Vice Presidente da Província

Antonio Carneiro de Campos.

A primeira observação feita é sobre a incorporação de inválidos ao efetivo do corpo provisório de polícia, e não propriamente sobre uma patrulha de inválidos. A idéia de uma guarda rondante, até pode ter sido sugerida pelo chefe de polícia, mas foi executada no ministério, para se tentar resolver a questão disciplinar presente em Niterói. Não descarto a hipótese de que Paranaguá tenha habilmente interpretado a incorporação de inválidos na guarda como uma simples patrulha de inválidos, *unicamente de acordo com os estilos militares*, e ainda como efetivo do AIP. A maior dificuldade, ou impedimento, então, era a aceitação da sugestão pelo ministério, que cautelosamente ofereceu uma outra saída; mas não aprovou a incorporação de inválidos no corpo policial, mesmo que aqueles, estranhamente, segundo as observações do chefe de polícia, poderiam *prestar serviços superiores* ao que estavam sujeitos.

Os problemas disciplinares ocorreram, segundo as informações do chefe de polícia, por causa da grande rivalidade entre os inválidos aquartelados na Armação, com os do *Corpo Provisório*, bem como a polícia, representada pelo efetivo de *urbanos*. Porém, observo que se a questão disciplinar se resumisse em apenas uma rivalidade entre homens fardados, provavelmente a crítica situação teria sido contornada, com a transferência de parte do efetivo; como foi tentada naquele ano e nos anteriores; todavia, conforme se constatará em outras passagens, a circunstância não era tão simples. Cunha Paranaguá, como sempre, foi cauteloso, e decidiu que a patrulha, ou o serviço de polícia, deveria ser executado pelos próprios inválidos, e não incorporá-los ao efetivo de polícia, mesmo que provisório, “livrando” outros policiais para o engajamento em novas unidades que seriam mandadas para a guerra, para preencherem os grandes claros. Se, alguns inválidos se tornassem guardas propriamente ditos, talvez a situação teria piorado, e a rivalidade tomado proporções maiores e por extensão fora de domínio de qualquer autoridade. Mas, não deixaria de observar que a não incorporação dos inválidos na guarda tenha sido um alívio para muitos urbanos, porque assim não teriam como ir para a guerra, porque simplesmente, então, dada a falta de pessoal, não seriam promovidas as substituições em seus postos.

Se o comando do asilo não conseguia controlar os homens, talvez a chefia de polícia da mesma forma não alcançaria o intento. É claro que os inválidos eram

⁵¹⁹ Arquivo Nacional. IG 1 146. Ministério da Guerra. Correspondência Presidente de Província do Rio de Janeiro. (1866 – 1870).

praticamente intocáveis, e uma maneira de exercer influência sobre eles, em Niterói, era incorporá-los, pelo menos alguns de seus elementos, provavelmente os que lideravam as transgressões, na força policial, algo que Cunha Paranaguá provavelmente percebeu, e evitou (**Figura 15**).

Uma outra observação, e que será presente em outros documentos, é de que muitos inválidos que estavam na Armação, tinham condições de prestar algum serviço superior ao que estavam fazendo no asilo provisório. E, não foi a única vez que inválidos foram requisitados para prestarem algum serviço. Vitor Izecksohn, em artigo, também localizou, quando analisa a questão do recrutamento militar, uma sugestão do presidente de província para que *veteranos inválidos ou mutilados* assumissem a guarda da cadeia municipal de Vassouras, liberando os guardas nacionais para outros serviços ou mesmo para o recrutamento.⁵²⁰

Do dia 12 de setembro de 1867, dois dias depois do ofício da autoridade policial de Niterói ao vice presidente de província, e seis anteriores da comunicação entre o ministro da guerra ao presidente sobre a decisão tomada, localizei uma lista de pedido de *armamentos*, feita por requisição do comandante do AIP ao arsenal de guerra. Um sinal de que a decisão da patrulha por inválidos foi tomada no ministério, e uma original interpretação das sugestões da autoridade policial de Niterói, por parte de Paranaguá. Foram *25 espingardas de percussão, completas de adarme 12 e 25 correames completos*.⁵²¹ Algo grave, relacionado à disciplina, estava ocorrendo próximo ao asilo provisório, em suas imediações e na cidade, e o ministério procurava, com a execução de uma guarda, uma patrulha armada, com pelo menos 25 homens portando fuzis, ou melhor, *por ronda noturna*, controlar a movimentação dos indisciplinados inválidos; mas certamente *de acordo com os estilos militares*! Se havia uma ronda noturna, era sinal de que os inválidos promoviam as suas ações neste período, e mais uma pista sobre o que eles seriam, fora serem *inválidos da pátria*. Isso será trabalhado em outra oportunidade.

Com o emprego dos inválidos, pelo menos em suas intenções, dois problemas poderiam ser minorados, a prestação de seu serviço no que ainda fosse possível, liberando outros militares, ativos, para funções mais urgentes e importantes ou até para o recrutamento, e mesmo não deixando que veteranos, por suas condições peculiares,

⁵²⁰ Vitor Izecksohn. *Recrutamento Militar durante a Guerra do Paraguai*. In “*Nova História Militar Brasileira*”. FGV Editora/Bom Texto. Rio de Janeiro, 2004. (página 196).

⁵²¹ Arquivo Nacional. IG 7 480. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra. (1867)

ficassem sem atividade e portanto ociosos. Poderiam ser, idealizadamente, aproveitados pela administração. Essa preocupação não era tola e foi sempre presente quando aqueles homens estavam no cerne de alguma questão suscitada na administração pública, e principalmente quando envolviam problemas disciplinares e, por consequência, discutia-se ou observava-se a ociosidade em que estavam sujeitos.

Em curiosa troca de ofícios sobre um falso recrutador que agia em vilas e municípios do Rio de Janeiro, acabei por obter mais alguns indícios sobre problemas que um inválido estava causando.

Teófilo Carneiro de Mendonça, que possivelmente não era um inválido, a documentação nada menciona sobre essa particularidade, recrutava voluntários no município de Pirai. Autoridades locais, desconfiadas pela presença desse tipo nunca bem visto, consultaram o ministério da guerra, manifestando dúvidas sobre a sua legitimidade. Posteriormente, em ofício de dezoito de dezembro de 1869, Muritiba respondeu negativamente, informando que não havia concedido autorização e que desconhecia o indivíduo que atuava ali. Parece-me que ele não portava qualquer registro ou autorização, do ministério, para realizar o serviço que estava “cumprindo”. No processo de investigação aberto sobre o caso, o delegado de Pirai, em carta ao chefe de polícia da província, respondeu negativamente sobre a existência de um homem que tivesse o nome de Teófilo Carneiro agindo na vila e que sua equipe de subdelegados tivesse conhecimento de suas atividades. O prestativo servidor, possivelmente colocado em uma situação constrangedora, por ter provavelmente um falso recrutador agindo em seu distrito, bem abaixo de seu nariz, procurava demonstrar eficiência e justificar seu lapso quando combatia os criminosos e não recuava um milímetro sequer de suas obrigações, ou, o mais provável, ocultar uma inconfessável cumplicidade, que só existia naquela época, entre autoridades policiais e criminosos. Tanto foi assim que deu um exemplo de sua atuação exemplar contra golpistas, entre outros transgressores, quando se justificou em ofício anexo:

“Há talvez dois para três anos, que um indivíduo andou por aqui recrutando com bulas falsas, e os recrutados eram substituídos, que alguns especuladores da Corte apresentavam ao Quartel General. E fruíam por semelhante traficância lucros enormes. Por fim entendeu o larápio que devia também recrutar animais, foi preso e reconheceu-se a esperteza: era um Alferes inválido que voltara do Paraguai!”.⁵²²

⁵²² Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Presidente de Província. (coleção 8/caixa 24/dossiê 68/1868 – 1869/maço 14).

Nesse fragmento interessante e certamente divertido, há a oportunidade de se observar alguns dos golpes que oportunistas e seus cúmplices aplicavam durante a guerra; porém, a pequena parte que trata sobre o alferes inválido é a fonte de reflexão. Não podendo se sustentar, desmobilizado, provavelmente não vencendo soldo, ou recebendo um, mas inconstante, o inválido recorreria ao golpe, à transgressão, porque seriam os únicos recursos para sua sobrevivência, ainda mais se não estivesse sob a égide do governo.

Novamente insisto na existência de milhares de homens que não tinham o mínimo apoio após a sua desmobilização, ficando à própria sorte após retornarem à vida civil e impossibilitados de se sustentarem, sendo portadores de doenças crônicas e mutilações que os impediam de trabalhar, fora a dimensão psicológica, ou melhor, dos traumas, das neuroses de guerra que possivelmente atingiram veteranos e principalmente inválidos, pois carregariam consigo, para sempre - muitas vezes “afogadas” na *paraty* – traumas propriamente físicos e neuroses provocadas pelas singulares experiências procedentes dos encarniçados combates, e da morte, sempre presente, constante em suas vidas em campanha. Porque, mesmo não encontrando muitas referências sobre este aspecto, sei que certamente muitos portavam essas doenças, e que em sua vida, no pós-guerra, foram condicionados, ou prejudicados por essas dificuldades, mentais, inerentes às suas experiências de guerra.

A documentação não se limita aqui. Ainda no início de outubro de 1868, há um conflito, de maior seriedade, entre praças inválidas, marinheiros franceses e uma sentinela do hospital militar de Jurujuba ou Hospital Marítimo de Santa Isabel, estabelecimento de isolamento, em Niterói,⁵²³ que foi por um tempo utilizado pelo ministério da guerra por falta de *hospitais militares suficientes* para tratarem das *praças do exército enfermas*.⁵²⁴ Alguns marinheiros franceses, embriagados, desembarcaram de um escaler em Jurujuba. Em terra, acabaram tendo uma *atracação* com algumas praças da enfermaria que eram do efetivo do asilo dos inválidos. Um guarda do hospital, soldado Antonio Pereira de Magalhães, intercedendo por seus colegas enfermos, primeiramente trocou *bofetadas* com um dos marinheiros, o mais exaltado, depois acabou ferindo-o com *uma canivetada nas costelas*, o que para mim é um forte indício de capoeiragem, levando em consideração que os seus praticantes lutavam usando instrumentos perfurantes e cortantes. Isto ainda será trabalhado.

⁵²³ Arquivo Nacional. IG 2 20. Ministério da Guerra. Administração. Ajudante General (ofícios 1868).

⁵²⁴ Arquivo Nacional. IS 4 11. Inspeção de Saúde dos Portos.

A ocorrência acabou por se desdobrar em maiores problemas, envolvendo então a polícia da província, o ministro da guerra, e até mesmo o *ministro de estrangeiros*. Alguns dias depois, o presidente de província comunicou ao ministro sobre um provável *corpo de delito* que seria feito com o marinheiro ferido, da fragata, que deveria ser executado, porém:

“Em aditamento ao meu ofício de 10 do corrente, tenho a honra de passar às mãos de V. Excia. a inclusa cópia de que acaba de dirigir-me o Chefe de Polícia da Província, mostrando a conveniência de se proceder perante o sr. Chefe de Polícia da Corte, ao corpo de delito na pessoa do marinheiro da fragata francesa de que trata o aviso de 5 deste mês, cabendo-me declarar a V. Excia que até agora não se recebeu comunicação alguma da parte do respectivo almirante, sobre o dia em que deverá ter lugar aquele exame, à bordo, não obstante a intervenção do Exmo. Snr. Ministro de Estrangeiros (...)”.⁵²⁵

Acredito que quando retornavam ao Brasil, os homens tinham algumas dificuldades com a sua readaptação. Os inválidos eram desprovidos de boas perspectivas, já que não tinham mais condições de trabalhar ou pelo menos eram interpretados sem aptidão para tanto. Faltava-lhes trabalho, ausência motivada por suas condições peculiares, somadas à discriminação, já que não eram teoricamente produtivos e em sua maioria eram homens de origem simples, humildes, sem qualquer tipo de instrução regular, ou até profissão definida ou ofício, e portanto, os menores dentro da hierarquia social e que estariam, a partir da condição de inválidos, sujeitos à caridade pública. Ainda, não se deve esquecer que dentre os efetivos do exército e da marinha constituídos, muitos eram negros, necessariamente soldados e marinheiros⁵²⁶ – praças – muitos recém-alforriados, que poderiam ser substitutos ou libertos;⁵²⁷ mas todos com o estigma da cor. Estigma certamente produzido do medo, que o negro inspirava entre a elite.⁵²⁸

Não é minha intenção criar, nem mesmo alimentar e desenvolver uma visão preconceituosa sobre os inválidos. No entanto, não posso e não devo fechar os olhos sobre as ocorrências já trabalhadas. Como já disse, a ausência de perspectivas, muitas vezes o estigma da cor, a condição de pessoa simples. Isso tudo somado transformava o

⁵²⁵ Arquivo Nacional. IG 1 146. Ministério da Guerra. Correspondência Presidente de Província do Rio de Janeiro. (1866 – 1870).

⁵²⁶ Álvaro Pereira do Nascimento. *A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa. Rio de Janeiro, 1999.

⁵²⁷ Jorge Prata de Sousa. *Escravidão ou Morte. Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Maudad/Adesa. Rio de Janeiro, 1996.

⁵²⁸ Celia Maria Marinho de Azevedo. *Onda Negra Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites, século XIX*. Paz e Terra. São Paulo, 1987.

inválido da pátria em um perigo em potencial para a sociedade ou pelo menos setores dela olhavam e interpretavam ele como uma ameaça à ordem estabelecida, procurando, com a criação do AIP, subjugar-lo, isolá-lo, utilizando-se de um regime de disciplina, de hierarquia e regulamentos militares, de controle diário a que - se o inválido quisesse sobreviver - deveria submeter-se, porque talvez seria sua única opção segura.

O próprio estudo das condições, percepções e intenções do recrutamento suscitam uma série de questões que podem ser colocadas sobre os inválidos, bem como para uma parte dos efetivos que fizeram aquela guerra, como soldados:

“Guerra do Paraguai – É chegada a hora dos grandes sacrifícios. Unamo-nos todo como um só homem e de um golpe certo demos fim à guerra, fazendo tombar sobre suas charnecas o régulo do Paraguai e sua nefanda política.

Basta, basta que a progredir esta ceifa de vidas perderemos tudo, até a honra.

Os filhos da terra de Santa Cruz, agricultores da pequena lavoura, e que abasteciam o nosso mercado, os artistas e artesãos, os pescadores, e toda essa massa útil e laboriosa de Brasileiros, tudo desapareceu! E onde está?

Afundado nos charcos impuros do Paraguai e Corrientes, sorvedouros insaciáveis, tumba inglória dos nossos bravos irmãos!!

Tantos mortos, tantos, desterrados em uma população pequena e disseminada pela imensa área deste grande Império, digno de melhor sorte, abençoado por Deus e malquerido dos homens. E porque? (...)”.⁵²⁹

Ir para a guerra era cada vez mais uma causa impopular. Ela causava reações destas, explícitas, como outras, mais incisivas:

“Contingente da guarda nacional

Felizmente já se designaram os guardas que tem que engrossar as fracas fileiras do nosso exército em guerra contra o Paraguai. Deus queira que fique somente neste contingente e não haja rebordosa.

(...)

Por falar em contingente, permita-se nos que digamos que nenhum outro comandante procedeu com mais justiça do que o de artilharia, não só o porque presidiu a sua designação de guardas e mais pensada e rigorosa justiça, como também, segundo sabe-se, não deixou à sorte, como fizeram os comandantes dos outros corpos, recaindo assim a designação naquele que era talvez o mais pronto e ficando livre o mais rebelde.

(...)

Conta-nos que esse comandante designara um homem casado, indo assim de encontro à lei; mas, em vez de censurarmos esse seu procedimento, ao contrário, o elogiamos, ou antes dizemos que nunca S.S. obrou em sua vida com mais critério do que agora, livrando a humanidade de um verdadeiro cancro social.

Falamos da designação de um célebre guarda que na sua vida privada muito tem o público que apreciar.

(...)

Honra, pois, a tão digno comandante, que procurou não só livrar o mundo inteiro de um tal flagelo, como também poupar aquele que, sendo pronto ao serviço, e não sendo

⁵²⁹ *Jornal do Commercio*, 21 de outubro de 1866.

casado, todavia tem uma mulher e filhos, que de alguma maneira lhe é necessário trabalhar para eles”.⁵³⁰

O recrutamento poderia ter este aspecto que denomino como “pragmático”, quando levava para bem longe sujeitos considerados como um *cranco social*. É sabido, por exemplo, segundo recentes pesquisas, que muitos capoeiras foram mobilizados⁵³¹ no esforço de guerra, e que o seu retorno, pelo menos os sobreviventes, mudou a configuração, e principalmente a relação entre essa parcela considerada marginal, freqüentadora assídua e problemática das ruas da Corte, e o próprio poder. Pois, e se o tal *cranco social* retornasse, por ter sobrevivido à guerra e suas péssimas condições? É relevante que ex-escravos, ou mesmo outros, considerados como a escória da sociedade foram para a guerra, e que quando voltaram, poderiam estar na condição de *inválidos da pátria*. Deveriam receber, por esta particularidade, um tratamento diferenciado, contrário da que tinham em uma outra condição; mas que com a sua participação na guerra, obrigava-os a ascenderem a uma nova posição e situação. Seria o que Ricardo Salles define como uma condição paradoxal, isto é, homens, proprietários apenas de si mesmos, inseridos em uma sociedade fortemente excludente, e que durante a guerra, por apelos patrióticos, foram mobilizados, lutaram, sobreviveram e foram desmobilizados.

Se num primeiro momento, logo no início da guerra, o recrutamento conseguiu ser efetuado também por apelos patrióticos, o que foi algo presente, concomitantemente com muitos outros recrutamentos, “estimulados” por outros meios, normalmente utilizando-se de coerção; posteriormente, com o andamento da guerra, com os reveses como Curupaiti, a ação mortífera das epidemias e a inércia com que os exércitos aliados permaneceram por um certo tempo, o inicial entusiasmo arrefeceu-se, sendo as novas levadas de recrutas preenchidas, muitas vezes, por violência.⁵³² Fica uma outra intenção de pesquisa, nascida destas questões sobre recrutamento e estímulos, e que sempre me chamaram a atenção, mormente sobre o impacto dos reveses e inclusive das mortes provocadas pela guerra, e como as notícias - ou melhor, as listas contendo os nomes dos mortos por combate e epidemias, tanto oficiais como praças, bem como os feridos, que foram numerosos - tiveram impacto nas cidades e vilas. Sei que almirantes⁵³³ e

⁵³⁰ *Jornal do Commercio*, 21 de outubro de 1866.

⁵³¹ Carlos Eugênio Líbano Soares. *A Negregada Instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro*. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1994.

⁵³² Vitor Izecksohn. “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In “Nova História Militar Brasileira. FGV Editora/Bom Texto. Rio de Janeiro, 2004. (páginas 179 a 208).

⁵³³ *Honras Fúnebres em Memória do Visconde de Inhaúma*. Typographia Perseverança. Rio de Janeiro, 1869.

gerais, quando mortos em combate, ou falecidos em decorrência de moléstias adquiridas em campanha, foram noticiados, e certamente causaram impacto. Mas e os praças, suas mortes e ferimentos causaram algum? Ou melhor, como as pessoas tomavam conhecimento de que seus conhecidos ou mais próximos foram mortos e eventualmente feridos? Só quando a guerra acabava e não retornavam mais? Como eles obtinham a informação? Por colegas sobreviventes desmobilizados? Por listas eventualmente impressas nos jornais? Por ordens de dia que traziam os seus nomes, como feridos e mortos, e que eram remetidas, impressas, para os quartéis espalhados pelas províncias, bem como para as sedes administrativas dessas mesmas províncias? Eram lidas e afixadas? As notícias sobre os mortos não tiveram realmente impacto sobre as novas levas de recrutamento, bem como no equilíbrio social e econômico das vilas, cidades e províncias? Muitos pesquisadores ficam, exaustivamente, presos às questões de recrutamentos como se fossem, meramente, problemas de ordem política, presentes nos gabinetes, nas trocas de pastas e nas cordas dos policiais-recrutadores que saíam, em passos ligeiros, atrás dos “voluntários”. Tenho em mente que as notícias sobre a guerra derramadas pelas províncias podem trazer mais subsídios sobre a questão, e envolvem dimensões muito mais significativas.

Sabe-se que a maioria dos praças não era alfabetizada, o que os impossibilitava de escreverem missivas ou reminiscências; porém, havia um constante fluxo de militares brasileiros entre o Paraguai e o Brasil, presente nos transportes de guerra aqui trabalhados. Oficiais que recebiam licença para tratamento, outros, comissionados, que quando terminavam de cumprir o seu contrato, retornavam para o país. Igualmente, foram presentes nos acampamentos, e até mesmo na ocupação de Assunção, funcionários civis que prestavam serviço, temporariamente, em alguma função administrativa, do mesmo modo existiram mulheres que eventualmente visitavam seus homens ou talvez irmãos e pais; os tripulantes das embarcações, entre outras pessoas que sempre estavam presentes nos navios, e que viajavam pela rota que ligava a Corte ao teatro de operações. Não seriam, também, os responsáveis pela comunicação de alguma notícia sobre os soldados? Um elo entre quem ficava no Brasil e os que permaneciam no Paraguai? Talvez, os transportes de guerra, não só os que ligavam a Corte ao Paraguai, não fossem apenas temidos por suas condições sanitárias e higiênicas; pelas autoridades; mas, como o próprio Delumeau apontou,⁵³⁴ o mar era o

⁵³⁴ Jean Delumeau. *História do Medo no Ocidente. 1300-1800. Uma cidade sitiada*. Companhia das Letras. São Paulo, 1996. (“Onipresença do Medo”).

lugar do medo por excelência. Além de ser um elemento hostil, porque, inúmeros *são os males trazidos pela imensidão líquida*: as epidemias, as invasões, o desconhecido e até, as más notícias.

Em outro documento, de janeiro de 1871,⁵³⁵ o major João Antonio Garcez Palha d'Almeida, um dos primeiros comandantes do asilo na ilha do Bom Jesus, respondeu a um ofício de João Frederico Caldwell. O documento do major responde negativamente sobre uma consulta do ajudante general: se no asilo dos inválidos haveria inferior ou praça *que estivesse no caso* de ser enfermeiro-mór do hospital militar. Palha d'Almeida informou que todos no AIP eram *aleijados ou doentes*, e que não teriam condições de exercer a função, e que os que não se achavam nesse estado ou não sabiam ler, o que era um outro impedimento considerado pertinente, ou não tinham *conduta bastante moralizada para (...) tal emprego*. É interessante novamente pensar, refletir sobre a imagem negativa que os inválidos possuíam ou que era construída sobre eles.

É compreensível que Caldwell, ansioso por encontrar um enfermeiro, procurasse um candidato no asilo. A ausência de pessoas dispostas a exercer essa função era um problema sempre presente porque não era um serviço apreciado, oferecia riscos de contágio aos seus executores, fora a má remuneração, um outro problema do mesmo modo constantemente observado na documentação sobre o assunto. Todavia, o major eliminou todas as possibilidades, informando que nem *inferiores ou praças* estariam em condições de preencherem a vaga. O comandante do AIP não demonstrou boa vontade, parece-me que não queria ter o trabalho de apresentar alguém e até, talvez, temendo que numa futura falha ocasionada por alguma transgressão do apresentado, acabasse respondendo invariavelmente pelos seus atos. Acabou, no início de sua resposta, considerando seus comandados incapazes de exercer qualquer função. Uma maneira irônica de responder à consulta de Caldwell é tê-lo lembrado que ali só havia em sua grande maioria, *aleijados e doentes*, recordando ao ajudante general a finalidade do AIP, que era dar guarida aos inválidos porque não podiam trabalhar.

Após apresentar parte da documentação, sobre o asilo e os *inválidos da pátria*, é ainda indispensável apontar o que eles poderiam efetivamente representar na Corte, durante os anos da guerra.

Com a vinda da família real portuguesa, o Rio de Janeiro decisivamente se destaca frente às demais regiões em importância política, já que seria por anos a sede da

⁵³⁵ Arquivo Nacional. IG 10. Ministério da Guerra. Hospitais. Hospital Militar (1870).

administração portuguesa. A partir de 1822 sediou a monarquia brasileira durante toda a sua existência, como a maior parte dos governos da república. No XIX, principalmente na segunda metade, passou por aceleradas transformações e apresentou acentuado aumento populacional resultante de migrações internas e de movimentos imigratórios, como também naqueles anos, expandiu-se para áreas até então consideradas fora de sua tradicional delimitação.⁵³⁶ Pode-se dizer que, nas décadas finais do período colonial, o Rio de Janeiro era a cidade mais importante da América portuguesa, apesar de ainda não apresentar as características de metrópole, que posteriormente se tornou identificada.⁵³⁷ A partir de 1808 as transformações foram cada vez mais rápidas, *já não era mais a capital da colônia, da América portuguesa, das províncias ultramarinas sul-americanas, mas a capital de um vasto império luso-brasileiro, que compreendia áreas européias, áreas americanas, africanas e asiáticas*. O Rio não tinha mais o papel de *porta de entrada e saída das minas*. Era, a partir daí, *metrópole com sentido universal*, transformou-se de *pequeno burgo colonial* e *tacanho*, em *metrópole real*.⁵³⁸

Com o aumento de sua importância política, recebendo inicialmente um contingente excessivo para as suas insuficientes estruturas urbanas, o Rio atravessou intensas e aceleradas transformações. Ampliou-se, por exemplo, para outras regiões como *Laranjeiras*, *Botafogo* e *Catete*. Suas administrações, responsáveis pela *segurança coletiva* e os *melhoramentos urbanos*, criaram novas ruas, calçaram as antigas e principais vias, aperfeiçoaram a iluminação e o fornecimento de água, além de originarem na zona norte, a *Cidade Nova*, que obrigou, para sua realização, a drenagem dos mangues, considerados insalubres, focos pestilenciais, tendo, por consequência, a realização de aterramentos na região.

As mudanças físicas foram muito rápidas:

“A carta da cidade, levantada logo em 1808, vale como um retrato do Rio ao iniciar-se a sua transformação. Isto pode ser constatado pela carta de 1820, que registra a grandeza alcançada. A cidade era outra. Perdera o caráter de núcleo bisonho para transformar-se num centro ativo da vida política, social, cultural e econômica. Como sede da Monarquia, além do corpo diplomático das nações que mantinham relações com Portugal, os órgãos ministeriais, toda uma vasta burocracia, que dava movimento aos serviços que o Estado instalara – Ministérios do Reino, Marinha e Ultramar, Guerra e Negócios Estrangeiros,

⁵³⁶ Maurício de Abreu. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1987.

⁵³⁷ “A Província do Rio de Janeiro e o Município Neutro”, in “*História Geral da Civilização Brasileira*”. (4), tomo II (O Brasil Monárquico), 2º volume (Dispersão e Unidade). Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1997.

⁵³⁸ *Ibid.*, (páginas 322 e 323).

Erário Régio, Mesa da Consciência e Ordens, Desembargo do Paço, Junta do Comércio, Agricultura e Navegação”.⁵³⁹

Entre outros atos, foi revogado um antigo, que estabelecia a proibição de estrangeiros na colônia. Gradativamente, então, muitos deles adentraram ao Brasil, e destacaram-se em várias atividades, notoriamente no comércio, que se ampliava velozmente em decorrência da abertura dos portos e o conseqüente aumento do *comércio internacional*, sendo o porto do Rio o de maior importância para o *intercâmbio mercantil*, cada vez mais crescente. A região, com essas mudanças, se destacou em *centro consumidor* pela demanda conseqüentemente cada vez maior, e *distribuidor, verdadeiro entreposto para o vaivém dos negócios com o interior*.⁵⁴⁰

Houve também, a implementação de povoadamentos, com a irradiação de pequenos núcleos urbanos, subordinados ao trabalho agrícola, que posteriormente se transformaram em *vilas-sedes de novos municípios*. A cultura do café estendia-se em substituição à da cana de açúcar.⁵⁴¹

Na esfera cultural, a sociedade refinava-se. O surgimento dos salões para interações sociais é uma prova. É, neste mesmo período que surgem o *Jardim Botânico*, a *Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura*, a *Imprensa Régia*, a *Escola Médico-Cirurgia*, a *Biblioteca Real*, a *Academia de Marinha*, a de *Artilharia e Fortificações*, o *Teatro S. João*, compreendendo todo um amplo movimento de difusão e de criação cultural.

Com essas transformações, o Rio de fato não era um mero e acanhado povoamento colonial; mas *o grande teatro dos acontecimentos que marcavam o movimento político*, principalmente nos anos anteriores à independência. Sua imprensa ganhou um novo papel na *movimentação ideológica*. *Do Rio saíam, para as capitanias, as sugestões e as instruções visando encaminhar a solução do problema brasileiro no sentido da autonomia local. O Rio, comandando as grandes iniciativas, assumia o seu grande papel na unificação do país*.⁵⁴²

Após a independência, com a *Carta Constitucional* em vigor, a *Capitania do Rio de Janeiro* não se viu, no entanto, graduada na condição de *Província*, com *presidente próprio e Conselho do Governo*, como acontecera com as outras parcelas políticas do *novo Estado*. Manteve-se, particularmente, sob a administração direta do Ministério do

⁵³⁹ *Ibid.*, (páginas 323 e 324).

⁵⁴⁰ *Ibid.*, (página 325).

⁵⁴¹ *Ibid.*, (página 326).

⁵⁴² *Ibid.*, (página 328).

Império - constituía-se dentro do *organismo político administrativo* do novo Estado - porém, como uma *província sui generis*. Pois *sua vida política* operava-se na esfera municipal, em sua mais importante cidade, *onde os futuros homens públicos da Província, os que nela permaneceriam servindo-a em postos do governo e de administração e os que lhe dignificariam o nome em postos de governo e de administração do Império, principiavam a experiência política, aprendendo o manejo da coisa pública e educando-os para as provas maiores das lutas partidárias*.⁵⁴³

Com a criação da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, a província passava a ter vida política própria, saindo da *interferência* direta, *político-administrativa*, do *ministro do Império*, enquanto a Corte ficava *com o seu governo de vereadores e uma direção mais alta, representada no Ministro do Império* e permanecendo um *Município Neutro*, Capital do Estado brasileiro. Procurou-se, com esse ato, acabar com a situação aberrante; portanto, que a *cidade principal, sede do governo imperial, não* poderia, *realmente, continuar integrante de uma Província, que devia possuir governo próprio, como as demais, submetendo-se ao controle administrativo de um Ministério de Estado*. O intuito era óbvio, *a Corte precisava funcionar em centro urbano onde não interferissem os elementos regionais, libertada de todas aquelas forças que perturbassem a ação do poder central, desviando-o para as competições e paixões puramente locais. Uma cidade com tais predicados e sem a responsabilidade de ter de estar atenta à obrigação para com outros centros urbanos e grupos regionais, dominados por suas querelas internas, domésticas, era o ideal*.⁵⁴⁴ Foi uma decisão correta, porque:

“O Rio ia agora exercer, com muito mais liberdade de movimentos, com muito maior impetuosidade, o seu grande papel de Capital do Império, centro aglutinador das vontades nacionais, ponto de encontro de todos os anseios que movimentavam as áreas regionais, tirando-lhes os aspectos rudes, aplainando-lhes e disciplinando-lhes os entusiasmos que pudessem prejudicar a unidade nacional. Porque, na verdade, se desde a chegada do Príncipe D. João, o Rio principiara a registrar uma função unificadora ponderável, pelo controle que possuía da América portuguesa, competindo com Lisboa e por fim substituindo-a totalmente apesar dos esforços das Cortes da velha metrópole peninsular para destruí-la nessa função nacionalizante, na verdade agora é que ia executar, com largueza e profundidade, esta tarefa de alto sentido político.

Como Município Neutro, recebia e agasalhava brasileiros de todos os recantos da pátria, que vinham buscar o prestígio da Corte ou nela instalar-se para uma vivência definitiva. Pacificado o Império, desaparecido o perigo de uma secessão, que viria a destruir o que de melhor legara o colonizador, a unidade territorial, humana e cultural do mais vasto espaço

⁵⁴³ *Ibid.*, (página 329).

⁵⁴⁴ *Ibid.*, (página 334).

trabalhado pelos europeus na sua obra imperial nas Américas, o Rio daria ao país, no Parlamento, nas decisões dos Gabinetes Ministeriais, nos debates de imprensa, as providências governamentais que expediam às Províncias, com a sua equidistância das paixões locais, insistia-se nesse aspecto de sua personalidade, o que era necessário para o equilíbrio político do Império, conseqüentemente para a manutenção da unidade nacional”.⁵⁴⁵

O ritmo de crescimento não perdeu o ímpeto, ao contrário, se manteve alto durante as décadas posteriores, e inclusive, com o surgimento dos problemas resultantes de sua nova dinâmica urbana, necessitando, a partir daí, do aprimoramento, com urgência, de uma administração mais “eficaz” para garantir a boa administração e a segurança da Corte, capital do Império. Em 1834, foi aprovado o *Código de Posturas* que regravava às *áreas urbanas e suburbanas do Rio e o procedimento dos habitantes* em relação à cidade. O documento previa muitas regras, do *alinhamento das casas* aos *problemas de asseio e alimentação*.

Era a concretização de algo que havia começado décadas antes, pois:

“Sede da monarquia, no Rio funcionavam, para todo o Império, os serviços centrais da administração nacional, os Ministérios e repartições subordinadas, o Parlamento, o Poder Judiciário na sua mais alta expressão.

(...)

A composição da sociedade carioca, ao atingir o Rio o meado do século, era variada. No Rio viviam, além daqueles elementos comuns a um centro urbano com foros de capital do país, como sejam os servidores do Estado e seus familiares, toda a coorte, representada nos homens de negócios e seus subordinados. Evidentemente sendo a Corte, toda essa população era quantitativa e qualitativamente muito mais expressiva que a das capitais das Províncias. A burguesia que se formava no Império encontrava no Rio, um ambiente seguro, que lhe garantia o crescimento e o poder. O Rio, Município Neutro, em 1850 realizava-se efetivamente, como Corte do Império Brasileiro.”⁵⁴⁶

Durante este período é identificável o desenvolvimento da *administração competente*, termo feliz utilizado por Sidney Chalhoub⁵⁴⁷ para caracterizar a direção que não ficava restrita aos assuntos somente administrativos, mas que por influência cada vez maior de higienistas, tomava decisões políticas com *sentido classista*; porém dissimuladas, como executar a remoção de cortiços do centro da cidade alegando que eram locais detentores de focos de contágio e infecção que provocavam doenças na população. Contudo, o dismantelamento desses pontos era também uma maneira de atingir oportunamente todos os tipos de indivíduos que lá se abrigavam, visualizados

⁵⁴⁵ *Ibid.*, (páginas 334 e 335).

⁵⁴⁶ *Ibid.*, (página 342).

⁵⁴⁷ Sidney Chalhoub. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. Companhia das Letras. São Paulo, 1996.

então como portadores de vícios e hábitos condenáveis, comportamentos contrários à progressão de um *novo projeto de ordenamento social* que gradativamente ia sendo implementado no meio urbano carioca.

Maurício de Abreu também observou o reordenamento urbano, como igualmente, sob com que critérios foi gradativamente sendo implementado:

“Só a partir do século XIX que a cidade começa a transformar a sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais.

(...)

No decorrer do século XIX assiste-se, entretanto, a modificações substanciais tanto na aparência como no conteúdo da cidade. A vinda da família real impõe ao Rio uma classe social até então praticamente inexistente. Impõe também novas necessidades materiais que atendam não só os anseios dessa classe, como facilitem o desempenho das atividades econômicas, políticas e ideológicas que a cidade passa a exercer. A independência política e o reinado do café geram, por sua vez, uma nova fase de expansão econômica, resultando daí a atração – no decorrer do século e em progressão crescente – de grande número de trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros. A partir de meados do século a cidade passa a atrair também numerosos capitais internacionais, cada vez mais disponíveis e à procura de novas fontes de reprodução. Grande parte deles é utilizada no setor de serviços públicos (transporte, esgoto, gás, etc.), via concessões obtidas do Estado.

Baseada em relações de produção arcaicas, de base escravista, a formação social brasileira ainda conviveria algum tempo com esses novos elementos, essencialmente capitalistas, que aqui se introduziam. As contradições daí decorrentes não tardaram, entretanto, a aparecer. Com efeito, pouco a pouco, a cidade passa a ser movida por duas lógicas distintas (escravista e capitalista), e os conflitos gerados por esse movimento irão se refletir claramente no seu espaço urbano”.⁵⁴⁸

O contínuo reordenamento da cidade necessitava, para a sua própria expansão, e manutenção, além de uma nova infra-estrutura, igualmente de novas possibilidades, fundamentais, de controle e disciplina. Eram indispensáveis novas possibilidades de segurança, ainda que se utilizando de modelos já inaugurados e complementados com a vinda da família real; mas que, pela própria dinâmica do crescimento da cidade, cobravam uma reformulação. Algo que é observado quando se estuda, em paralelo, o processo de desenvolvimento e evolução das forças policiais localizadas no Rio. Neste caso, o excelente trabalho de Thomas Holloway⁵⁴⁹ é uma excelente referência para este texto, e um marco sobre os estudos que envolvem o aparelho policial no Rio de Janeiro, e quiçá no Brasil, já que a cidade, e as políticas de segurança pública que por lá foram implementadas, e experimentadas, serviram de modelo, inicial, para as demais localidades brasileiras.

⁵⁴⁸ Maurício de Abreu. *op. cit.*, (páginas 35 e 36).

⁵⁴⁹ Thomas Holloway. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. FGV Editora. Rio de Janeiro, 1997.

Segundo ele, com a vinda da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, houve a necessidade desta elite, recém-chegada, de obter os meios necessários para controlar uma população hostil e perigosa, que lhe inspirava medo, formada, em sua maioria, de escravos que circulavam livremente pelas ruas. Desta indispensabilidade, criou-se um aparato repressor. Com o desenvolvimento de uma rudimentar burocracia administrativa, o exercício do poder policial tornou-se gradativamente mais padronizado e eficiente. Essa força deveria ser militar e coercitiva, e controlada pela disciplina e hierarquia, já que os elementos que a formavam vinham, do mesmo modo, das temidas camadas mais baixas da população. Ela, a força recém-formada, tinha como premissa exercer o controle e vigilância do espaço social e geográfico, deveria estar atenta às regras de comportamento estabelecidas pela elite política que eram projetadas arbitrariamente como padrão de conduta para as camadas mais baixas; combater às violações individuais, controlando os numerosos escravos e capturando, principalmente, os fugitivos. Da mesma forma, a polícia não deveria tolerar violações individuais, que não respeitassem o toque de recolher, e tinha suas como funções, essenciais, e prementes, manter a ordem, a administração, a estabilidade, as instalações portuárias, os crescentes serviços comerciais e financeiros, que igualmente passavam por um remodelamento com a vinda da corte portuguesa. Foi neste contexto, em uma atmosfera de incerteza e de medo, que a polícia do Rio de Janeiro nasceu, ou melhor, foi reconfigurada por novas ações emanadas do poder, que tinha ciência que o policiamento da capital significava a sua segurança, e por efeito, uma resposta à ameaça representada pelas não elites que estavam presentes fisicamente na cidade. É no mesmo período que a carceragem passa por reformulações, sendo que as fortalezas e fortes, imprescindíveis para a consolidação do domínio português em sua colônia, em tempos anteriores, situados na localidade, e que não possuíam mais utilidades do ponto de vista estritamente militar no início do XIX, foram adaptados, devido às suas particularidades - constituídos por muros, espaços para vigilância, grossas paredes - para neles se manterem encerrados um crescente número de prisioneiros, recolhidos nas ruas, nas ações cada vez mais regulares das novas forças policiais.

No período regencial, há a presença de desordens propiciadas pelo conturbado ambiente político que marcou o momento. Havia uma incerteza institucional, que provocava medo, vacilações e situações críticas para a economia, para a elite e suas propriedades. Ainda assim, não impediu que a força policial, nos demais anos, se desenvolvesse, e se aperfeiçoasse, porque dado o desenvolvimento do setor cafeeiro no

interior, houve a ampliação dos serviços financeiros, comerciais, administrativos e de transportes na Corte. Foi no bojo deste desenvolvimento econômico, na implementação de uma infra-estrutura urbana, no processo cada vez maior de uma modernização, que a montagem do sistema de vigilância, controle e disciplina foi sendo igualmente ampliado, e se refinando.

Em 1838, por exemplo, há a proposta para se encerrar na Ilha de Santa Bárbara, submetido a um regime de trabalho, um numeroso contingente formado por mendigos e vadios que ainda conseguiam circular pela Corte, com certa impunidade. Naquele ano, por ordens do chefe de polícia de então, foram realizadas algumas *batidas*, para o recolhimento destes indesejáveis, o que mostrava, segundo a percepção de Holloway, como a elite percebia a questão social. Ela fazia associações entre pobreza, caridade, obrigação do indivíduo sadio ao trabalho e, principalmente, promovia a imposição de se remover o *detrito social* das vistas do público. Foi também, neste período, que a polícia começou a engendrar alguns critérios, ainda hoje fortemente presentes, para configurar e enquadrar os indivíduos potencialmente suspeitos. A identidade racial era um dos juízos; mas, a maneira de falar, agir, as vestimentas e o local e hora da circulação do mesmo modo estavam se transformando em objetos e procedimentos para a aguçada e cada vez mais treinada atenção da polícia, que, como corpo militarizado, igualmente percebia mais um conflito - um foco para sua atuação - porque a desordem, a rebeldia e a indisciplina de indivíduos ou grupos eram comportamentos que invariavelmente denotavam falta de respeito, e portanto conseqüentes e potenciais choques, ou contraposições à sua autoridade delegada e hierarquizada.

Seguindo a lógica da expansão do Rio de Janeiro, e a sua gradativa importância política, transformando-se em centro de decisões nacionais, e modelo para as demais províncias; as atividades comerciais e profissionais da classe proprietária também se tornavam cada vez mais especializadas e exigentes. Não se deve, novamente, perder de vista que a cidade possuía o porto mais importante do império, e que por lá as trocas comerciais cada vez mais crescentes eram operacionalizadas. Foi na mesma cidade portuária que se estabeleceu a sede do governo, configurando-se, igualmente, como centro do capitalismo comercial e da administração burocrática especializada, e por isso um centro que demandava cada vez mais condições, com segurança, para continuar com as suas atividades, fossem as econômicas ou as administrativas. Neste mesmo espaço, havia a circulação, quase que incontrolável, de escravos, ex-cativos, marinheiros, mulatos, mestiços sem propriedades, imigrantes indigentes, errantes, ex-soldados

inválidos, em suma, indivíduos que formavam uma *ralé livre*. O sistema policial, criado décadas antes, firmava-se, cada vez mais, na rotina de vigilância e supressão do comportamento destas camadas sociais consideradas inferiores, interpretadas como passíveis de uma atuação gradativamente correcional, e com a criação de novas forças de polícia, como a guarda nacional, ou outras, a vigilância foi sendo consolidada, constituindo-se em uma ampla rede de controle e cobertura. É nessa fase que Holloway identifica o aparecimento de *territórios justapostos com jurisdições interligadas*, cujas práticas eram a prevenção e o estabelecimento de uma melhor vigilância, ou uma atividade de polícia mais eficaz. Houve, ali, durante esse crescimento comercial, financeiro e administrativo, a institucionalização da vigilância e do controle sobre o comportamento público dos pobres, pois que, ainda que não fosse efetivamente lesivo à pessoa e à propriedade, era interpretado como violador de uma regra justaposta arbitrariamente, e portanto, uma conduta potencialmente perturbadora de uma “ordem e tranquilidade públicas”, que visavam a manutenção da elite, do Estado, de sua burocracia, das suas atividades comerciais, financeiras e também de suas satisfatórias condições higiênica e sanitária. Com o comportamento, agora sob constante suspeição, o indivíduo que praticava atos ou gestos fora da “regra arbitrária”, certamente tornou-se o objeto principal da atividade policial.

Os comportamentos que começaram a ser duramente reprimidos foram a embriaguez, a desordem nas ruas, a capoeira, os insultos, o vagar fora de horas, o porte de armas de defesa, a vadiagem e o jogo. Situações e condutas inaceitáveis pela elite, que impunha, pelo seu aparato repressor, a coerção aos indivíduos e grupos que ainda os tinham como prática.

Foi nos anos sessenta, durante o desenrolar da guerra, que a instituição da repressão sofreu um novo processo de modernização e padronização, porque os escrivães começaram a executar o cadastramento e a compilação de registros estatísticos; mas, em contrapartida ao crescente e eficiente aparato policial, foi no mesmo período que se começou a observar a formação de uma resistência organizada, ou melhor, o seu explicitamento, pois já existia desde pelo menos o começo daquele século,⁵⁵⁰ configurada em uma atividade séria e perigosa, imbuída de técnicas de combate e golpes mortais, tanto com os pés, como reforçada pela utilização de instrumentos cortantes e perfurantes, como punhais, navalhas e até pedras e cacetes,

⁵⁵⁰ Carlos Eugênio Líbano Soares. *A Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. Editora da Unicamp. Campinas, 2001.

utilizados por grupos organizados, identificados como as *maltas* ou *badernas* de capoeira. Esses grupos, a partir daqueles anos, tornaram-se um problema cada vez mais intrincado para ser resolvido pelas autoridades e combatido pelas forças policiais. Era uma fonte de resistência contra a gradativa hostilidade e imposição das forças repressivas igualmente organizadas desde o começo do século, tornando-se, então, objeto de intensa perseguição policial.

Era uma cidade que se expandia, cuja parte significativa de sua população, mão-de-obra utilizada pela infra-estrutura portuária, ou mesmo de serviços, e portanto barata, morava e sobrevivia em cortiços; situados no centro. Sendo assim, a orla marítima, os locais públicos de reunião e as principais vias públicas eram constantemente vigiadas, e, os grupos de resistência, que residiam nos cortiços, e que agiam nestes logradouros públicos, foram em ambos os espaços, de residência e circulação, perseguidos. A repressão foi uma tentativa presente por décadas, e um sinal da continuidade do fenômeno contestador. Essas *maltas* ou *badernas* atuavam em territórios eleitos por elas mesmas, e que segundo um código próprio - ou melhor, dos grupos - lhes pertenciam, eram suas “jurisdições”, e passíveis de serem defendidos, tanto de outros grupos rivais, quanto das freqüentes e cada vez mais truculentas ações policiais. Os que eram presos por serem capoeiras recebiam punições severas, mesmo que não existisse lei que proibisse a sua prática. Ainda que o aparelho repressor se desenvolvesse, reforçando e “legitimando” o controle tradicional dos dominadores sobre os dominados, a persistência da capoeira indica, principalmente pelas observações de um pesquisador sobre o tema, e que será explorado em momento oportuno, envolvendo alguns *inválidos da pátria*, que existiam muitos indivíduos inseridos na vida urbana da Corte, que não aceitaram passivamente o controle exercido e praticado pelos que estavam no poder, e que, por suas ações e comportamentos, contestavam-no abertamente pela sua simples existência fora das “regras arbitrárias”. E, segundo este mesmo pesquisador, se na primeira metade do século, havia a capoeira formada por uma maioria *negra e africana*, seus valores e práticas seriam introjetados *entre os homens livres e estrangeiros*, notoriamente portugueses, *nos próximos cinqüenta anos*.⁵⁵¹ O que tornava o problema uma “fonte” interminável para ser combatida pela polícia, e é certo que justificava a sua própria existência como aparelho de repressão. Este aparelho foi se aprimorando com o

⁵⁵¹ Carlos Eugênio Líbano Soares. *A Negregada Instituição – os escravos capoeiras no Rio de Janeiro*. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1993. (página 33).

tempo, mas nunca deixou de lado as suas formas de eleição, arbitrárias, sobre os sujeitos passíveis de vigilância.⁵⁵²

Segundo Michelle Perrot,⁵⁵³ para a manutenção e desenvolvimento da sociedade burguesa, são necessárias uma nova ordem e uma nova racionalidade, estabelecidas como fatores determinantes na regulamentação e controle sobre a produção que é crucial no desenvolvimento da industrialização, e acréscimo, para uma civilização que também detinha o seu poder na exploração agrária e comercial-exportadora. Todavia, esta mesma sociedade depende, além das transformações de ordem econômica e tecnológica, do condicionamento de uma nova disciplina que deve ser obrigatoriamente incorporada no cotidiano das fábricas, mas, do mesmo modo, em várias outras instituições como a escola, a prisão e o exército. A disciplina é necessária para manutenção e desenvolvimento da ordem que é pautada pela ideologia do trabalho, da higiene e da limpeza. Pessoas que não se enquadravam dentro desses critérios de manutenção e idealização de desenvolvimento social eram então consideradas indesejáveis, excluídas pelo seu ócio ocasionado pelas difíceis condições de inserção do mercado de trabalho, marginalizadas por suas particularidades de vida ou por serem simplesmente pobres e portanto detestáveis e passíveis de serem perseguidas, punidas ou mesmo encerradas em locais convenientemente criados para segregá-las. Outras vezes esses grupos sujeitos a constante suspeição eram compelidos a ocuparem regiões suburbanas, tudo para tentar se manter a boa disciplina e limpeza que deveriam caracterizar a vida dentro das cidades ou, para ser mais exato, a boa manutenção da ordem dentro de um ambiente, bem policiado em todos os sentidos alcançáveis, onde a burguesia poderia desfrutar as benesses da vida capitalista e industrial, sem a presença desorientadora e repugnante de elementos que não se enquadravam dentro de seus valores.

Os cortiços no centro do Rio de Janeiro eram portadores dessas *classes perigosas*,⁵⁵⁴ formadas por indivíduos reputados como propagadores de doenças, de hábitos condenáveis e que desafiavam com a sua simples sobrevivência as políticas de controle social que atuavam na ordenação disciplinar de toda a vida inserida em um meio urbano crescente. A eliminação desses lugares inconvenientes, vistos como de

⁵⁵² Marcos Luiz Bretas. *A Guerra das Ruas. Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1995.

⁵⁵³ Michelle Perrot. *Os Excluídos da História. Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Paz e Terra. São Paulo, 1988.

⁵⁵⁴ Louis Chevalier. *Classes Laborieuses et Classe Dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIX siècle*. Hachette. Paris, 1984.

amontoamento humano, era desejada. É nítido que havia uma preocupação cada vez maior em “limpar” o centro carioca, separar e posteriormente retirar das ruas todo o grupo considerado repulsivo, que representasse ameaça e que era visado pela polícia e pela elite. Este conjunto inescusável de pessoas era formado por libertos, escravos fugitivos, capoeiras, desocupados, prostitutas, menores, mendigos e loucos.

Sendo assim, defendo novamente a hipótese de que o AIP tinha como função alcançar duplo objetivo: a disciplina e a higienização, isto é, encerrar homens improdutos e indesejáveis, os *inválidos da pátria*, em um lugar isolado e que só assim não poderiam oferecer perigos à sociedade e às autoridades.

O asilo foi definitivamente criado em uma ilha, com uma interessante história de ocupação, em uma região notoriamente afastada, isolada do centro da cidade, para receber homens improdutos por serem inválidos; por conseguinte, interpretados como não capazes de prestar mais serviços e ociosos, o que por si só representava ameaça a uma sociedade constituída sob o lema do trabalho, da ocupação produtiva e que era, e ainda o é, pouco flexível à absorção de mão-de-obra impossibilitada ao trabalho pleno executado por sujeitos sadios. Esses indivíduos com mutilações e doenças, se não fossem assistidos, seriam, conforme uma forte percepção do momento, obrigados a apelar à mendicância, conseqüentemente permaneceriam desocupados, ociosos, e se somariam ao imenso grupo social considerado nocivo. A circular reservada de dezembro de 1869, do ministro da guerra, orientando para que os presidentes de província impedissem a *aglomeração de praças inválidas e ociosas nas capitais e mais povoações das referidas Províncias* não era mero ato burocrático, que visava o conforto e traduzia uma preocupação de uma autoridade “caritativa”, de *auto conhecimento*, sobre os homens, muito menos, por exemplo, a suposta sugestão dada pelo chefe de polícia interino do Rio de Janeiro, que procurava de alguma forma, com o seu juízo, tolher a movimentação dos inválidos na cidade. Os dois documentos traduziam a vontade de segregar aqueles homens desocupados, improdutos e doentes, que não eram proprietários de absolutamente nada, a não ser de organismos doentes ou mutilados, portanto pouco produtivos, quando não completamente onerosos.

Posso afirmar que os inválidos se tornaram indesejáveis porque, além de serem considerados ociosos e sujeitos a vários vícios, muitos traziam em seus corpos, as doenças - acredito que eram vistos assim naquele contexto - contagiosas - e por isso suscetíveis ao isolamento promovido por uma higienização pública, já que eram elementos enfermos que poderiam contaminar a sociedade ou pelo menos sua base

produtiva. Dentre eles, existiam os portadores de ferimentos ainda cicatrizantes, alguns exalando mau cheiro, principalmente os que gangrenavam, ou melhor, os que necrosavam. Segundo uma percepção fortemente presente no século XIX, haveria a possibilidade de os doentes e feridos emanarem miasmas, ameaças invisíveis, mas presentes no ar e que possibilitavam a identificação à distância de uma *podridão nociva* captada pelo “olfato sentinela”.⁵⁵⁵ Entre os séculos XVIII e XIX, o olfato se transformou em censor, sendo-lhe atribuída a capacidade, o poder para avaliar as emanações *pútridas* de substâncias em suspensão que eram expelidas pelos organismos, principalmente os debilitados. As emanações *pútridas* tinham o poder de contaminar os sãos. Havia, e ainda mantinha-se presente no século XIX, a idéia de um *ar pestilencial*, porque, se até então um homem contaminasse um outro, o ar que estava aos arredores, era fundamental para haver a ação.⁵⁵⁶ Passíveis, eles também, homens, espaço e ar, da atuação do saber médico normalizador, disciplinador e ordenador.

Durante a guerra, milhares de doentes desembarcavam no porto do Rio de Janeiro com uma variedade ampla de enfermidades, outros, recentemente mutilados, com amputações apresentando ainda restos de tecidos necrosados, ou mesmo expelindo substâncias provenientes de infecções. Muitos ainda portavam ferimentos ou contusões em braços e pernas que, devido às péssimas condições sanitárias e aos poucos recursos médicos e cirúrgicos, simplesmente degeneravam em gangrena, ou qualquer outro *acidente*, motivando, quando em situações graves, sem qualquer tipo de recuperação, mais uma amputação, a promoção da secção do membro apodrecido, conforme aqui já foi visto, em capítulo próprio, quando se tratou de estudar o Hospital Militar de Andaraí.

Segundo Alain Corbin, uma das grandes preocupações era com o “*ar degenerado*”, resultante da *proximidade do nauseabundo*, da *molécula pútrida emanada da corrupção*, em suma, do “*miasma aéreo*” e contagioso que perigosamente *perdeu sua origem, mas cujo poder dissolvente de matéria viva aumentou consideravelmente*.⁵⁵⁷ Imagine-se então como eram vistos os homens inválidos, percebidos como geradores de miasmas, de um *odor de cadáver (...) que se eleva de*

⁵⁵⁵ Alain Corbin. *Saberes e Odores. O Olfato e o Imaginário Social nos Séculos Dezoito e Dezenove*. Companhia das Letras. São Paulo, 1987.

⁵⁵⁶ Dina Czeresnia. *Do Contágio à Transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico*. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 1997.

⁵⁵⁷ Alain Corbin. *op. cit.* (página 32).

membros gangrenados ⁵⁵⁸ ou igualmente como potenciais vetores de doenças epidêmicas. Não foi à toa a constante preocupação sanitária, e aqui recordo a comunicação entre o imperador, os ministros, José Pereira Rego, bem como cirurgiões e médicos militares, com os navios que entravam na baía de Guanabara, no porto do Rio de Janeiro, e que desembarcavam soldados e prisioneiros feridos, suspeitos de portarem o cólera, mas, da mesma forma, com outros problemas que sinalizavam perigos para a saúde pública. Acredito que a “segurança da cidade”, pelo menos em seus aspectos higiênicos e sanitários, residia no confinamento desses indivíduos em um lugar apropriado, ou melhor, devidamente estudado, para seu isolamento.

A gangrena foi um mal comum, que atingiu os pacientes com ferimentos por *armas de fogo*. Em uma tese defendida em 1868, há mais informações, detalhadas, sobre a doença. Naquele ano, Sócrates de Araújo Bitencourt, da Faculdade de Medicina da Bahia, defendeu sua tese, que tratava sobre o assunto.⁵⁵⁹

De início, definiu-a como *uma lesão que consiste na mortificação de uma parte circunscrita do corpo, isto é – a abolição completa do sentimento, do movimento, e de toda ação orgânica de qualquer parte da economia. A ausência de toda esta ação orgânica, é condição absolutamente necessária para que exista gangrena*. Ele dividiu o mal em duas formas, *a úmida* e *a seca*. Sendo que a primeira fazia *afluir grande quantidade de humores, o engorgitamento* precedia à *mortificação*, e a *gangrena* era *seguida de perto pela putrefação*, já a *seca*, coagulava os *líquidos*, o *órgão* diminuía *de volume*, dissecava-se, *as carnes* tornavam-se *duras e por assim dizer coriáceas*, e mais *difíceis de cortar-se que as carnes vivas*.

Entre outras observações, Sócrates dividiu a doença em quatro níveis, sendo que em um deles, fez uma interessante observação. Quando havia a gangrena úmida, *os pontos mortificados se engrossavam e amoleciam, tomando o aspecto de esponja*, havia, então, *a desagregação da epiderme, seguida de perto pela putrefação, que é logo anunciada pela exalação de gases de naturezas diversas, e que tem a funesta propriedade de acelerar a marcha do mal*. Esses gases eram de fato muito prejudiciais, porque, para ele:

“São eles, além disto, que se espalham na atmosfera com outras emanações que acarretam consigo, e dão o cheiro infecto característico da grangrena.

⁵⁵⁸ *Ibid.* (página 71).

⁵⁵⁹ Sócrates de Araújo Bittencourt. *Gangrenas*. Typographia Conservadora. Bahia, 1868.

Aos fenômenos referidos, sucedem muitas outras transformações, as quais posto que submetidas as leis físicas, e emanadas da influência mútua das partes elementares de nossos tecidos quando privados de vida, diferem com tudo em sua essência, das que tem lugar na putrefação cadavérica, ainda mesmo presumindo-se que haja trabalho de decomposição, nesta forma de mortificação”.

Qual seria, então, o entendimento sobre esses gases, ou melhor, os miasmas que eram emanados destas feridas? Entre as teorias em voga naquele contexto, as explicações da origem das epidemias também se apoiavam no olfato. E, os modelos da medicina urbana e da higiene pública, desenvolvidos na segunda metade do século XVIII, e para cá transplantados, igualmente se apoiavam em uma concepção “miasmática”. Dirigiam sua atenção para análise dos lugares de acúmulo e amontoamento, da circulação da água e do ar, como, igualmente, a organização dos lugares, dos esgotos e das fontes. Se, em outros momentos, os miasmas representaram concepções vagas e imprecisas, a partir da idéia e execução de higiene pública, e a atuação da medicina urbana, presentes na Corte, passavam ali a serem pensados e interpretados como originários de condições objetivas de vida, da ação humana, construídas no espaço social.⁵⁶⁰

Muitos inválidos desembarcavam doentes, e apresentando ferimentos ainda cicatrizantes. As observações já vistas do cirurgião de Andaraí deixam antever esses problemas. Um outro cirurgião, apontou que homens com membros amputados poderiam, realmente, apresentar os seguintes males:

“Nas gangrenas muito extensas, algumas vezes é necessário separar-se inteiramente a parte mortificada, operação que é de domínio da alta cirurgia.

Quando a gangrena invadir toda a espessura de um membro, deve-se deixar a natureza incumbida de eliminar este membro esfacelado, ou se deve praticar a amputação? É uma questão da mais subida importância, e que julgamos dever discutir, pois que os cirurgiões de nossos dias concordam em considerar a amputação dos membros esfacelados como positivamente indicada. Eis as razões em que eles se fundam para prescrever a operação: 1. a amputação desembaraça imediatamente o doente de um membro, que ficaria unido ao corpo durante muitos meses, e do qual se exalariam continuamente vapores infectos. 2. pela amputação, se obtém um coto regular, com cicatriz linear, em quanto que a eliminação espontânea, sucede uma chaga desigual, do centro da qual se elevam os ossos, cobertos por uma cicatriz delicada, que se ulcêra pelos mais leves choques. 3. o perigo da amputação por mais que seja, não pode ser comparado à aquele que ameaça a todo instante o doente, entregue aos esforços da natureza, e exposto às funestas conseqüências de uma supuração abundante, e da absorção continua de líquidos sépticos, fornecidos pelas partes gangrenadas. Em vista destas razões, somos levados à concordar com a opinião dos partidários da amputação, e não com a dos que consideram a eliminação espontânea, como mais vantajosa, atendendo somente às conseqüências ou perigos da amputação. E uma vez que somos da opinião, que a amputação deve ser preferida nos

⁵⁶⁰ Dina Czeresnia. *op. cit.*, 1997.

casos de esfacelo, duas questões se nos apresentam a resolver: 1. deve-se esperar que a gangrena seja limitada, para praticar-se a amputação? A solução desta questão não sendo a mesma para todas as espécies de gangrena, deixamos de desenvolvê-la por não tratarmos de cada uma delas, em particular: 2. a gangrena estando limitada, convém praticar-se a operação, na parte morta, na viva, ou sobre os limites de uma, ou de outra?

Os antigos temendo as hemorragias, e não tendo outro fim, senão desembaraçar o doente de um foco de infecção, usavam cortar o membro nas partes gangrenadas, à pouca distância do círculo inflamatório. Este método apenas livra em parte o doente, das exalações sépticas, e nauseantes, que se desprendem do membro esfacelado, mas não o preserva das outras consequências da eliminação espontânea. A amputação entre a parte viva e a morta dá um resultado diferente segundo a época em que é praticada. Com efeito, segundo que se amputar mais cedo ou mais tarde, ter-se-há a cortar uma certa espessura de carnes vivas, ou então não restará mais, senão alguns tecidos fibrosos à dividir, e os ossos à serrar.

(...)

Desta discussão resulta que, se se quiser tirar da amputação as vantagens próprias deste método de tratamento, tais como, presteza na cura, cicatriz firme, e coto regular; a operação deve ser praticada nos tecidos sãos, pouco acima do círculo inflamatório que limita a gangrena. E tal tem sido a prática seguida pelos cirurgiões de nossos dias”.⁵⁶¹

Esses *acidentes* poderiam acontecer com os que já estivessem amputados. E definiram a ação, ainda que limitada, de muitos cirurgiões em campanha, que se precavam a eles quando promoviam as *amputações imediatas*. Dada a falta de maiores recursos, bem como as péssimas condições higiênicas dos estabelecimentos hospitalares no Paraguai, a decisão de uma amputação condicionava as cirurgias por armas de fogo, e até mesmo ferimentos ocasionados por instrumentos perfurantes e cortantes. Nas teses dos cirurgiões veteranos, e que tratavam sobre ferimentos por arma de fogo, essa cautela dava o tom em suas ações. Mas, se por ventura, alguns sobreviviam às difíceis condições, e eram evacuados pelos transportes de guerra, para a Corte, portando a gangrena, entre outras doenças e seus sinais anunciadores, como *diarréia*, *colerina*, ou até mesmo o flagelo? Certamente poderiam se transformar, pelas interpretações em voga, em focos pestilenciais.

O medo igualmente compele vigorosamente os homens para as decisões e atos, e principalmente os que detêm o poder. Foucault,⁵⁶² observou que mesmo os lugares de internamento careciam de uma maior organização, dado que, mesmo encerrando e excluindo os corpos, ainda assim, eram espaços que encerravam a perigosa insalubridade. Eram locais que poderiam proporcionar o *horror medieval*, porque *a casa de internamento não era mais apenas o leprosário, afastado das cidades: era a própria lepra na cidade*. Enfim, o leproso, apesar de não existir mais, como o mal principal, era

⁵⁶¹ Sócrates de Araújo Bittencourt. *op. cit.*, (páginas 15 e 16).

⁵⁶² Michel Foucault. *História da Loucura*. 8ª edição. Editora Perspectiva. São Paulo, 2005. (páginas 353 a 355, “O Grande Medo”).

o morador simbólico dos espaços de reclusão. O mal que corrompe, que se tinha evitado com o internamento, reaparece, nasce e ramifica-se *em todos os sentidos, (...) físico e moral ao mesmo tempo que envolve, nessa indecisão, poderes confusos de corrosão e horror*. Era o mal que imperava, mas o fazia com *uma espécie de imagem indiferenciada da “podridão”, que dizia respeito tanto à corrupção dos costumes quanto à decomposição da carne, e pela qual irão pautar-se a repugnância e a piedade sentidas em relação aos internos*. O mal entrava *em fermentação nos espaços fechados do internamento*. Um nosocômio, ainda que situado no XIX, poderia fazer com que os miasmas se espalhassem pelo ar, que se tornava *viciado*, e que se atingisse as imediações, impregnaria *os corpos, contaminando as almas*. É a concretização da *idéia de um contágio do mal-podridão*. Os homens, o distante Andaraí, as isoladas Bom Jesus e Armação, todos aqueles locais, específicos, ainda que levando o nome de “provisórios”, eram passíveis da administração, da disciplina e do ordenamento, condições essenciais para que, qualquer que fosse o espaço que visasse encerrar os corpos, evitasse os males morais e os orgânicos.

Em uma reconstituição, inquirindo suas funções sociais,⁵⁶³ pode-se dizer que o asilo, situado no Bom Jesus, detinha várias características de um estabelecimento hospitalar e terapêutico, algumas salientes, outras remotas, mas igualmente presentes. Vale dizer que ocupava o espaço de um antigo convento, com a sua capela, (1705) e que, situado em uma ilha, possuía algumas particularidades daqueles estabelecimentos, tão presentes na idade média. Era um lugar isolado, e comparado com a movimentação urbana, um lugar ermo. Seus internos só não praticavam um modo ascético de vida, idealizadamente, porque alguns traziam suas famílias, e as oficinas foram construídas para que todos os que pudessem, trabalhassem, e obtivessem, com o seu produto, ou com o moralizador “seu suor”, alguma renda extra, fora o que lhes era pago, segundo as leis que previam benefícios aos veteranos. A intenção não era deixá-los contemplativos. Poder-se-ia considerá-lo como uma hospedaria, por encerrar temporariamente soldados de unidades em trânsito e inválidos de passagem pela Corte, antes de serem reembarcados para suas províncias; era um asilo que encerrava mutilados e pobres, além de proporcionar abrigo e tratamento, em suma, assistência social aos mais simples, aos doentes. Anteriormente, com a presença dos religiosos, o convento comportou um leprosário, no início do XIX, e posteriormente transformou-se em um posto de

⁵⁶³ José Leopoldo Ferreira Antunes. *Hospital. Instituição e História Social*. Editora Letras&Letras. São Paulo, 1991.

quarentena (lazareto), para as embarcações que chegavam ao porto do Rio de Janeiro. Estudando a ocupação da ilha do Bom Jesus, chega-se à conclusão, *grosso modo*, que desde os primórdios de sua ocupação, pelos religiosos, franciscanos, em 1705, até 1868, ano da inauguração do AIP, em aproximadamente um século e meio, a ilha passou por um interessante processo de ocupação e mutações de função, de seus estabelecimentos, que a Europa, com os seus, hospitalares e terapêuticos, percorreu durante os séculos. Algo que se pode denominar de “nossas especificidades nos processos de modernização”.

Porém, uma questão é fundamental para ser compreendida. Com que critérios, então, o AIP foi construído na ilha do Bom Jesus? Talvez o engenheiro, responsável direto pela obra, do mesmo modo possa trazer mais subsídios para a tese. Recordo que em 1866, em inspeção em um terreno que seria doado pelo Major Barbosa Braga; Antônio Carneiro Leão, então o responsável pela *Diretoria Geral de Obras Militares na Corte*, recusou a doação, alegando que além de não se poder aproveitar o local para a cultura de qualquer recurso para o sustento do estabelecimento, atividade prevista em regulamentos de estabelecimentos daquela natureza, e que deveriam ser cumpridos; não possuía água suficiente, somado o inconveniente da ausência de uma estrada, para ligar o centro urbano com o local, que naquele momento era isolado, só sendo efetivamente ocupado alguns anos depois porque foi entregue a concessão dos serviços de transporte para a iniciativa privada, que só assim, levou a infra-estrutura para a região.⁵⁶⁴

Mas, antes, é necessário salientar que em um momento de mão-de-obra indisponível, em números apropriados, para a construção do AIP, no Bom Jesus, foram empregados operários de várias origens, ou os que estivessem mais à mão, da *Diretoria das Obras Militares*. Provavelmente foram utilizados, nas construções, em conjunto, homens livres, escravos e prisioneiros paraguaios, que durante meses trabalharam nas obras, tanto na reforma do antigo convento, quanto na construção do *chalet*, bem como no erguimento dos edifícios que serviriam como museu militar, oficinas, alojamento para oficiais, irmãs de caridade e enfermaria. Em dezembro de 1867, em um momento em que o asilo ainda era um grande canteiro de trabalho, foram colocados à disposição do coronel Carneiro Leão, *dez prisioneiros paraguaios, a fim de que os mesmos prisioneiros recebessem o fardamento necessário, para que fossem postos à disposição*

⁵⁶⁴ Jaime Larry Benchimol. *op.cit.*, (página 96, “A formação das companhias de carris e sua influência sobre o espaço urbano carioca”).

do referido coronel.⁵⁶⁵ Aliás, na documentação do período, nota-se, que eles foram utilizados pelo governo, em várias obras promovidas pela Corte, e que eram, certamente, substitutos de muitos que foram recrutados para a guerra.

Mas, em outubro de 1866, Carneiro Leão remeteu ao ministro da guerra, então na pasta, Angelo Moniz da Silva Ferraz, o orçamento para o *encanamento de água para o Asilo de Inválidos na Ilha do Bom Jesus, na importância de Rs. 6:557,070*. É importante salientar que esse ofício foi expedido dois meses antes de sua inspeção na região da *Lagoa Rodrigues de Freitas*, e quando lá esteve, já estava com a ordem de estudar e construir o AIP na ilha do Bom Jesus. As observações de um auxiliar, sobre o fornecimento de água e o orçamento dos recursos materiais a serem utilizados, foram importantes para a garantia da construção do projeto:

“Orçamento provável da despesa a fazer com um encanamento para conduzir água potável ao Asilo de Inválidos na Ilha do Bom Jesus, organizado em virtude da portaria de 18 de setembro último, da Repartição do Quartel Mestre General.

O encanamento para conduzir água potável para o Asilo de Inválidos na Ilha do Bom Jesus, deve ligar-se ao encanamento geral da Cidade, na ponta do Cajú, junto a pilastra de cantaria, onde existe uma torneira pública próxima à uma fábrica de sabão, por ser o ponto de derivação mais conveniente, visto ser o mais próximo daquela ilha, seguindo depois pela praia, e atravessando depois o mar até a ilha.

Presentemente a força da água das torneiras existentes na ponta do Cajú é pequena, e a água só (...) à Ilha do Bom Jesus à noite, quando as torneiras do encanamento geral da Cidade não fornecer água aos seus habitantes; esse inconveniente, porém tem de desaparecer brevemente, por estar sendo construído pela Repartição das Obras Públicas, uma caixa de água no morro do barro-vermelho, em S. Cristóvão, que pelo estado em que se acha e pelo número de operários que ali trabalham, creio que ficará concluída no fim do mês de dezembro próximo. Essa caixa tornando muito abundante a água do encanamento da cidade, pelo bairro do Cajú, a permitirá servir até os pavimentos altos do Asilo de Inválidos na Ilha do Bom Jesus, por ser o seu nível superior àquele edifício. A distância dos tanques existentes sobre a frente do edifício do Asilo de Inválidos na Ilha do Bom Jesus, aos tanques situados na praça da mesma Ilha é de 277 palmos. A distância dos tanques que se acham colocados na praia da Ilha, à pilastra existente na praia da ponta do Cajú, compreendendo a curva do fundo do mar, é de 5684 palmos. Ao atravessar o encanamento pelas pedras da ponta do Cajú, é necessário fazer-se sobre a pedra uma calha, colocar o encanamento, cobrindo depois com cimento. Tem portanto o encanamento que percorrer uma distância de 696 braças e 1 palmo a 8 (...) a braça compreendendo a solda e o respectivo assentamento, devendo o tubo de chumbo ser a uma polegada de diâmetro

5:568.800

Na praia do Cajú, na cidade, é necessário construir-se uma caixa de alvenaria, para receber o registro do encanamento, para o que é necessário

4.000

Uma pedra de cantaria lavrada, sendo de forma quadrada com a competente tampa, também de cantaria lavrada, tendo a respectiva argola para a caixa de alvenaria do registro
15.000

⁵⁶⁵ Arquivo Nacional. IG 2 19. Ministério da Guerra. Administração. Ajudante General. (1866 – 1867).

Um registro de latão	18.000
Duas torneiras de bóia, sendo uma para os tanques da praia, outra para os tanques em frente ao edifício na Ilha do Bom Jesus a 18'000 cada uma	
36.000	
Para cimentar internamente os tanques de ferro existentes na praia e em frente ao edifício na Ilha do Bom Jesus, por estar já estragado o cimento interno das mesmas	
50.000	
	Rs. 5:701,800
Eventuais 15%	855,270
Soma	6:557,070
Rio de Janeiro 5 de outubro de 1866 – Carlos Frederico de Lima. Capitão Ajudante”. ⁵⁶⁶	

A construção de um novo reservatório, no morro em São Cristovão, garantiria o fornecimento do líquido no Bom Jesus durante todo o dia, situação bem diferente se fossem aproveitados os encanamentos que já estavam à disposição no Caju, porque se o asilo se servisse deles, só teria o abastecimento de água garantido durante a noite, quando os habitantes da cidade, ou da região, não se utilizassem das torneiras disponíveis. A água foi fundamental para a fixação do AIP na ilha, e o seu fornecimento está ligado, essencialmente, com questões higiênicas e sanitárias, e não somente com a simples preocupação com o consumo da água potável, o abastecimento que poderia ser feito facilmente com o transporte de água por pequenos barcos a vela ou a vapor que levariam o líquido em barris. Aliás, jeito aplicado para garantir a provisão durante a ocupação da ilha, nos primeiros anos da guerra, quando algumas unidades de *voluntários da pátria* por lá ficaram aquarteladas, bem como as enfermarias que por lá se estabeleceram temporariamente, ou mesmo décadas antes, no início do XIX, quando a ilha foi ocupada por uma ordem religiosa que administrou no local um *hospital de lázaros*, e que recebia a água por barcas.⁵⁶⁷ Carneiro Leão, quando em visita ao terreno que seria doado pelo major Barbosa Braga, sabia dessa questão, e parece-me, calculou bem os gastos quando prestava contas ao ministério, acreditando que a ilha do Bom Jesus poderia ser melhor ocupada pela dispensa de um valor menor quando considerou os gastos com os acessórios necessários para o fornecimento de água. O terreno que poderia ser doado, localizado próximo à *Lagoa Rodrigues de Freitas*, para ser aproveitado convenientemente, reclamaria maiores valores da administração, e Bom Jesus, nem tão perto, nem tão longe da Corte, ofereceria a mesma característica procurada para a fixação de um estabelecimento como o AIP - o isolamento –

⁵⁶⁶ Arquivo Nacional. IG 1 481. Ministério da Guerra. Ofícios Antônio Carneiro Leão.

⁵⁶⁷ Tania Fridman. *Donos do Rio em Nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Jorge Zahar Editor/Garamond. Rio de Janeiro, 1999. (página 60).

proporcionado por uma excelente ilha, mesmo que fosse necessário, como o foi no Bom Jesus, da construção de um dispendioso sistema de abastecimento de água, que igualmente era uma demanda na região da Lagoa, mas que, segundo suas observações, para aproveitar-se o terreno que seria doado, era imprescindível se fazer uma onerosa estrada, talvez até mesmo com a sua circulação fora de controle e que por isso demandaria algum efetivo de polícia - tão escassa durante a guerra - porque estaria situada em uma região praticamente ausente da presença humana naquele momento. Com a ocupação da ilha pelo AIP, com o fornecimento de simples escaleres, guarnições correspondentes e equipamentos essenciais, pelas quais a administração do asilo seria responsável, proporcionaria menores gastos, bem como a ligação necessária e controlada com a Corte, em seu ponto mais próximo, a ponta do Caju.

Para a construção do sistema no Bom Jesus, foi importado da Inglaterra, (Liverpool), o material necessário que estava acondicionado *em 123 caixas que se achavam na alfândega da Corte, contendo tubos de chumbo*.⁵⁶⁸ A realização do projeto, foi mais um sinal, por suas particularidades, da pretensa modernidade em que o império adentrava. Sua implantação contou com o amplo entusiasmo do monarca, inclusive na hora em que foi, divertidamente, operacionalizado,⁵⁶⁹ como demandou práticas de engenharia nunca antes executadas no Brasil, conforme foi observado em passagem trazida por Honorato, pois a construção da rede de abastecimento, além de ter que fixar os encanamentos no leito do mar (canos submarinos), no espaço que separava o Caju da ilha, a primeira experiência desse tipo de obra na América do Sul, foi supervisionada pelo próprio imperador. Algo que pode ser constatado pelas diárias notícias dos jornais impressos e circulantes pela Corte. No entanto, o seu custo foi alto, já que no relatório

⁵⁶⁸ Arquivo Nacional. IG 1 481. Ministério da Guerra. Ofícios Antônio Carneiro Leão.

⁵⁶⁹ *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 23 de setembro de 1868: “ *Encanamento Submarino – Comunicam-nos o seguinte: Tendo ficado concluído o novo encanamento que deve conduzir água para o asilo de inválidos da pátria da ilha do Bom Jesus, dignou-se Sua Majestade achar-se, anteontem, as 4 ½ horas da tarde na caixa de água situada no morro do Barro Vermelho em S. Cristóvão, e aí seguido dos seus semanários, do diretor de obras militares, seus ajudantes e o engenheiro das obras públicas, examinou com cuidado a sua construção e colocação, notando a escassez de água e a necessidade urgente de ser esta aumentada. Sua Majestade abriu o registro do novo encanamento e fez correr a primeira água que deve servir àqueles que derramaram o seu sangue em defesa da pátria. Depois disto, Sua Majestade embarcando na galeota à vapor seguiu para a ilha do Bom Jesus e subindo ao depósito de água da mesma ilha, presenciou a queda de água que havia feito entrar no encanamento pouco tempo antes em S. Cristóvão, e que percorrera a distância de perto de três milhas, sendo destas 1 1/5 submarino, e existindo neste espaço profundidades superiores a 10 metros. O tubo de chumbo empregado é de 3,2 ¼ e 2 polegadas de diâmetro, com a espessura necessária para resistir às grandes pressões que resultam da altura a que tem que chegar. Este serviço foi desempenhado pela repartição das obras militares e é o primeiro neste gênero realizado entre nós*”.

da diretoria de obras, de 1868, Carneiro Leão retomou as informações sobre a construção do AIP, e em uma passagem, observou que:

“Na Ilha do Bom Jesus

Muitos e importantes tem sido as obras feitas nesta Ilha para estabelecerem-se aí o Asilo dos Inválidos da Pátria.

Para avaliar-se a natureza e extensão dessas obras basta dizer-se que o antigo convento, que apenas consistia em uma casa de acanhadas proporções para residência dos poucos frades, que neste habitavam, tendo uma pequena capela ao lado, acha-se hoje convertido em vastos edifícios, onde se acomodam vantajosamente os militares para os quais é destinado.

Por meio de um encanamento submarino levou-se da cidade água potável para essa Ilha, a fim de abastecê-la deste vital elemento, de que absolutamente carecia, tendo-se para o obtê-lo de despendar mensalmente avultadas somas do Tesouro.

(...)

As obras, que ainda estão em andamento, consistem:

Na construção de um edifício para enfermaria dos Inválidos, com acomodação para oficiais, Irmãs de Caridade, (...) por 64:654\$600...”⁵⁷⁰

Carneiro Leão queria, é certo, valorizar os seus trabalhos. O convento não era tão acanhado como queria fazer pensar, apesar de não poder alojar numeroso efetivo de inválidos, e não ter as condições higiênicas, ideias, para tanto. O prédios antigos foram reaproveitados para, devidamente reformados, serem utilizados pelo AIP, e os que ficavam atrás daqueles, foram construídos respeitando a proporção dos mais antigos. Talvez, só assim, 500 a 1000 homens pudessem ser alojados com certo conforto. **(Figura 16).**

A construção e montagem do encanamento consumiam *avultadas somas* para sua realização. Um dos prédios, que existe até os dias de hoje, seria utilizado, subordinado ao número de inválidos, como o foi durante muito tempo, como enfermaria, contendo espaço suficiente para alojar oficiais, irmãs de caridade e um grande número de *inválidos da pátria* enfermos. Mas, foi o engenheiro Carneiro Leão o que pensou sobre esse prédio, crucial, que alojaria todo o pessoal “operacional” do asilo?

No ano de 1868, a construção do AIP foi a maior despesa, quando comparada com outras obras e encargos da *Diretoria Geral das Obras Militares da Corte*⁵⁷¹ :

Anexo 05

⁵⁷⁰Arquivo Nacional. IG 1 481. Ministério da Guerra. Ofícios Antônio Carneiro Leão.

⁵⁷¹Arquivo Nacional. IG 1 481. Ministério da Guerra. Ofícios Antônio Carneiro Leão. (quadro demonstrativo datado do dia 07 de janeiro de 1869, referente ao exercício do ano de 1868).

Quadro demonstrativo de toda a despesa realizada durante o ano de 1868, por esta Repartição:	
Vencimentos dos empregados da Secretaria	4:146,000
Despesas vindas da Repartição	4:800,000
Obras no Arsenal de Guerra	1:100,000
Idem no Asilo dos Inválidos da Pátria	437:072,000
Idem na Fortaleza de S. João	63:094,000
Idem na de Santa Cruz	2:000,000
Idem na da Praia Vermelha	17:000,000
Idem no Hospital Militar da Corte	4:189,660
Idem no Laboratório Pirotécnico do Campinho	91:301,330
Idem no Quartel do 1º Regimento de Cavalaria	6:680,000
Idem no Quartel do Picadeiro	4:580,000
Idem no Quartel pequeno de Cavalaria	462,000
Idem, em diversos edificios militares	380,000
	Rs\$ 636:805,277

Sem dúvida, a diretoria esteve empenhada, pelo menos os seus maiores recursos e homens, para a construção do asilo. Naquele ano, e no anterior, os empregados da diretoria praticamente se engajaram em sua construção, ou pelo menos, a prioridade era a concretização daquele estabelecimento em detrimento de qualquer outra obra que pudesse ser promovida na Corte. Mas, certamente, um empenho apenas operacionalizado por Carneiro Leão, que estava sob ordens de um superior, não necessariamente o ministro da guerra, ao qual devia satisfações, quase que semanais.

Em abril de 1867, D. Pedro observou inúmeros detalhes da obra que estava sendo feita no Bom Jesus.⁵⁷² Uma minudência interessante, é bom frisar, é que elas só se encerraram, de fato, dezoito meses depois deste documento, o que indica que ainda muito estava por ser feito, e o que foi planejado e realizado, o foi pelas visitas, estudos e aprovação do imperador, em conversas com os seus colaboradores e pautadas por vistorias periódicas. Para ele, havia a necessidade de se ampliar o espaço onde seria construído o refeitório, cujo *projeto primitivo de edificação* era para 800 a 900 barras (leitos). Ele ressaltou que era *preciso também construir casa para enfermaria, botica e oficiais, assim como para as irmãs de caridade*. Havia a necessidade desse pessoal, e da construção de seus alojamentos, para que lá se mantivessem e administrassem intensivamente o asilo, porque *também para os inválidos estarem durante o dia e ali se ocuparem de algum trabalho, tempo e que se limpem os dormitórios*. É certo que a ociosidade daqueles homens deveria ser evitada por todos os meios ao alcance.

⁵⁷² Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. “Marquês de Paranaguá”. (Lata 313, pasta 43).

Em um ambiente asilar, o trabalho se reveste de um novo valor. Foucault, quando analisou o *nascimento do asilo*, observou que o trabalho de seus internos *será despojado de todo valor de produção; só será imposto a título de regra moral pura; limitação da liberdade, submissão à ordem, engajamento da responsabilidade com o fim único de desalienar o espírito perdido nos excessos de uma liberdade que a coação física só limita aparentemente*.⁵⁷³ Homens indisciplinados, fazendo correrias pela Corte, que, como se verá com os doutores Pereira Rego e Rosendo, detentores do saber, que não respeitavam as boas “regras do regime”, deveriam por lá, naquele espaço específico em construção, serem contidos e disciplinados.

E, o grande arquiteto do asilo foi o imperador; afinal, quando pensou em seu pessoal de serviço, justamente teve uma decisão estratégica que manteria o estabelecimento como corpo autônomo, mas respondendo ao ministério, e perante ele próprio. Tanto é que, continuando a leitura do bilhete, aqueles *anexos* poderiam ser construídos *perto da praia de ambos os lados da ladeira*. Uma referência evidente sobre os prédios que existem até hoje, conhecidos igualmente como edifícios administrativos, e que receberiam o pessoal necessário para, é óbvio, a administração. O monarca chegou a afirmar e perguntar, apreensivo, que *dentro de quatro meses* estaria pronta *a obra contratada*, mas encerrou indagando: “*mas os anexos?*” A obra que havia sido prevista, e contratada, era a que tratava da reforma do antigo convento, da construção do *chalet*, e dos outros edifícios, que estavam sendo construídos atrás da igreja; mas os da administração, bem como do museu militar e oficina ainda nem haviam sido cogitados. Foi ele que apresentou a ordem. Ali, onde existiria o desembarque, e os prédios por ele previstos havia, originalmente, uma mata, e mais à frente, a praia, e segundo referências, algumas ruínas do tempo que por lá funcionava o convento. O asilo estava previsto, mas as instalações, fundamentais, para a administração, oficinas, museu e enfermaria, ainda nem haviam sido colocadas no papel. Em um primeiro momento a prioridade foi dirigida, unicamente, para o alojamento, e não para administração, o que poderia se transformar em um outro problema para ele e seus ministros (**Anexo do projeto “Museu e Oficina” do AIP**).

Encerrando o seu bilhete a Paranaguá, o imperador informou que havia se informado sobre todos aqueles detalhes, e deficiências, quando esteve naquele dia 12 de abril, inspecionando o que estava sendo promovido no Bom Jesus, e conversando com o

⁵⁷³ Michel Foucault. *História da Loucura*. 8ª edição. Perspectiva. São Paulo, 2005. (página 480).

engenheiro diretor das obras, certamente Carneiro Leão, que seguia as suas recomendações, acrescento, à risca.

Em abril de 1867, o cólera voltava a ameaçar as operações no Paraguai. No dia 27, um novo bilhete foi remetido a Paranaguá, desta vez, o assunto era sobre os exércitos em operações.⁵⁷⁴ Para ele, as *notícias* que vinham do Paraguai pareciam ser boas, e *honrosas*, mas que o cólera exigia os *seus cuidados* e era *preciso* que se enviassem *médicos em número suficiente para os doentes* que existiam ou pudessem *haver*. Curiosamente, após fazer outras ressalvas, sobre *comedorias e transportes*, o imperador salientou que sabia que se tinha, até ali, *procurado fazer sobre a desaglomeração de inválidos*. E, que, ainda, estivera na *Armação*, e que no outro dia, falaria *sobre o asilo*. Algo deveria ser tratado com Paranaguá, sobre o “estabelecimento” e os inválidos, mesmo porque, além da presença do cólera no Paraguai, e que poderia, obviamente, chegar pelos transportes, uma outra preocupação que revelou era com o grande número dos homens, espalhados pela Corte, pois *no quartel do campo* havia em *um depósito* 300 (inválidos), e *no quartel de cavalaria* 164, *se bem* se recordava. Neste último, não havia qualquer lugar que apresentasse um bom asseio.

Parece-me que todo o conteúdo do seu bilhete deixou antever algo que realmente o preocupava, porque *a intensidade do cólera* poderia *impedir as operações*. Mas, igualmente, deixou patente que o flagelo não respeitava distâncias. O episódio do *Vassimon*, que foi ocorrer um pouco mais de um ano depois, é uma prova de sua atenção sobre esses aparentes detalhes, e é importante frisar que, se Pereira Rego, entre outros nomeados para as competentes funções, não tinham poder para a total intervenção, os assuntos sanitários e higiênicos ligados à Corte, eram tratados, em muitos dos seus aspectos, pelo próprio imperador, coadjuvado pelos seus ministros e por médicos que, como Pereira Rego ocupavam importantes postos na Corte.

Um dos reais problemas que se apresentavam para a ocupação do asilo era a água, ou a ausência do precioso líquido. Algo que estava sendo resolvido com os inovadores encanamentos, e a finalização do reservatório em São Cristovão. Sendo assim, se deve compreender quais os problemas acarretados quando o líquido fosse mal administrado ou quando faltava em quantidades suficientes para manutenção do asseio de qualquer espaço com uma finalidade específica.

⁵⁷⁴ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. “Marquês de Paranaguá”. (Lata 313, pasta 43).

A água era tão importante em estabelecimentos com a função hospitalar, que novamente invoco José Pereira Rego, o médico higienista, que se manifestou sobre o assunto, curiosamente em abril de 1867, quando avaliou a situação do Hospital Marítimo em Santa Isabel, ou Jurujuba, em correspondência ao ministro do império, ressaltando, em um mês em que as ameaças do cólera voltavam a se apresentar para os administradores. Foi nesse mesmo estabelecimento que muitos *inválidos da pátria* foram tratados, bem como se envolveram em confusões com marinheiros franceses, conforme foi aqui trabalhado:

“Duas coisas indispensáveis às boas condições dos hospitais regulares são a abundância de água em seu recinto, e a existência de latrinas inodoras em proporção ao número de doentes que podem eles admitir. Essas duas condições faltam absolutamente no hospital marítimo de Santa Isabel, por quanto em 1º lugar não há latrinas; em 2º, embora haja abundância de água, e excelente, no lugar em que se acha colocado no edifício, é preciso ir tomá-la em barris na fralda da montanha, e conduzi-la à cabeça. Isto dificulta em extremo o serviço, tornando indispensável grande número de serventes, tanto para conduzir água necessária às provisões do estabelecimento, como para a lavagem constante das vasilhas de que se servem os doentes para satisfazer as funções excrementícias. Se estas faltas são graves em qualquer hospital, muito mais se tornam à aquele, o qual, como se sabe, é destinado exclusivamente para tratamento de doentes eivados de moléstias pestilenciais e epidêmicas, nas quais convém retirar sem demora do aposento dos doentes as matérias excrementícias tanto em benefício deles como das pessoas que os tratam.

A vista do que acabo de expôr, peço permissão a V. Excia. para ponderar-lhe a necessidade da execução destas medidas, aos quais creio poderão ser levadas a efeito sem maior dispêndio, atendendo-se à colocação do hospital, e à existência da grande quantidade de água que ali se dá, visto como me parece fácil encanar-se esta pela encosta da montanha a vir ter ao centro do pátio do edifício, e daí derivá-la para a cozinha, enfermarias e latrinas, que devem ser lavadas por corrente contínua, assim como conduzir as matérias excrementícias por canos que, partindo das latrinas, vão ter a um cano geral que as conduz diretamente ao mar. A condução das matérias excrementícias ao mar não é sem dúvida o melhor meio a adotar em tais ocasiões, por isso que daí podem originar-se alguns inconvenientes às populações circunvizinhas, embora as águas do mar, em virtude de sua composição química, possam vantajosamente atuar sobre elas, atenuando e mesmo neutralizando os princípios infectuosos; mas não vejo outro expediente nem mais pronto, nem mais adotável para a localidade em que está situado o hospital.

Deus Guarde V. Excia.

Illmo. Exmo. Snr. Cons. José Joaquim Fernandes Torres
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.

Dr. José Pereira Rego
Inspetor”.⁵⁷⁵

A água é o líquido por excelência para manter a limpeza; entretanto, se não fosse bem manuseada e armazenada, poderia ocasionar problemas, ainda mais se fossem dentro de um estabelecimento voltado para o isolamento e tratamento de pacientes com doenças epidêmicas, e que, portanto, oferecia riscos como naquele caso.

⁵⁷⁵Arquivo Nacional. IS 4 11. Inspeção de Saúde dos Portos. (1866 – 1867).

Foucault,⁵⁷⁶ quando analisou a medicina social, dirigiu sua atenção para o seu desenvolvimento na França, e as suas particularidades. Em princípio constatou que com a urbanização é que a medicina social se desenvolveu. Havia a necessidade, com o processo, de se constituir *a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado*.

A medicina urbana e política tinha *três grandes objetivos: analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano pudesse provocar doença*, e o combate dos lugares que apresentassem os *fenômenos epidêmicos ou endêmicos*. Um outro objetivo era o *controle da circulação*, não dos indivíduos, *mas das coisas ou dos elementos* essenciais como a *água e o ar*. O ar era interpretado como um elemento que exercia *influência direta sobre o organismo por veicular miasmas*, ou melhor, *era considerado um dos grandes fatores patogênicos*. A água igualmente era um outro elemento fundamental para a manutenção da boa higiene. Seu controle, de recebimento e eliminação, inseridos na *organização de distribuições e seqüências*, garantia *lavar a cidade dos miasmas que sem isso permaneceriam*. Seu fornecimento e escoamento, portanto, eram imprescindíveis para a manutenção da salubridade.

A garantia da *salubridade*, era uma poderosa forma para se controlar *o meio e seus elementos constitutivos*. A *salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos*, e *é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde*. A higiene pública, a *noção da medicina social francesa – é o controle político científico deste meio*. Manter a salubridade, era manter o poder.

Mas, fora a água, e como sua consequência, outro acessório - produto de sua abundante existência - era importante para as boas condições de um estabelecimento que recebesse numerosos doentes. Os aparelhos sanitários, que conforme Pereira Rego denominou, *latrinas inodoras*, que estivessem instaladas *em proporção dos doentes que pudessem admitir*.

Oras, é também nos documentos encerrados na pasta que guarda os papéis referentes à *Diretoria Geral das Obras Militares da Corte*, que se percebe o interesse no ministério da guerra quanto ao andamento das obras e as suas particularidades. Além dos relatórios anuais, alguns ofícios foram encontrados, entre o responsável pela

⁵⁷⁶ Michel Foucault. *Microfísica do Poder*. 13ª edição. Graal. Rio de Janeiro, 1998. (páginas 79 a 98, “*O Nascimento da Medicina Social*”).

diretoria, que deveria periodicamente prestar contas ao ministro. Antônio Carneiro Leão sempre comunicava, nos meses em que esteve supervisionando a obra, a conclusão de beneficiamentos aparentemente insignificantes, antes e mesmo após a inauguração oficial do AIP, como *a construção de uma casa em forma de chalet para latrina*,⁵⁷⁷ *as latrinas inodoras, seus encanamentos, urinatórios, pias de mármore e banheiras*,⁵⁷⁸ *a pintura e doiramento da Igreja da Ilha do Bom Jesus*, como *a caição das frentes dos edifícios dos lados da mesma igreja*,⁵⁷⁹ *as obras internas concluídas no edifício em construção na ilha do Bom Jesus*,⁵⁸⁰ *um desaterro do terreno constituído ao edifício*,⁵⁸¹ para completar as devidas bases, para o início de um segundo prédio, que fosse utilizado pela administração do asilo, e que o foi, durante décadas, como museu militar, e até mesmo sobre o fornecimento de gás, que seria utilizado para a iluminação.⁵⁸²

Mas, o que ocasionava essa pressa na execução dos serviços para o erguimento do AIP? E, por que o responsável pela execução da obra se manifestava periodicamente relatando a realização de coisas aparentemente sem importância - ou objetos no mínimo constrangedores - que eram utilizados para a manutenção da higiene pessoal, em ofícios dirigidos ao ministro da guerra? Quando Carneiro Leão comunicava o ministério de suas aparentemente simples realizações, era porque o ministro deveria prestar contas à alguém sobre o andamento da obra. O ministro devia satisfações a uma outra esfera, superior. No entanto, isso continuará sendo desenvolvido quando analisar outros “bilhetinhos” que o meticoloso D. Pedro, até nos mínimos detalhes, remetia aos seus ministros, bem como os documentos que os ministros lhe enviavam periodicamente.

José Pereira Rego, responsável pela saúde da Corte, presidente da *Junta Central de Higiene Pública*, e respondendo pela *Inspeção de Saúde do Porto*, em dois documentos, me possibilita o estudo sobre as questões higiênicas levantadas naquele contexto, principalmente porque envolveram observações sobre os inválidos. Entretanto, começo esse assunto, sobre higiene, com as instruções redigidas pelo próprio Pereira Rego, em 1865, (anexo C), sobre as medidas que deveriam ser tomadas para se combater o cólera, se atuasse na Corte. Em 1866, Angelo Moniz da Silva Ferraz,

⁵⁷⁷Arquivo Nacional. IG 1 481. Ministério da Guerra. Ofícios Antônio Carneiro Leão (documento datado do dia 12 de maio de 1868).

⁵⁷⁸Arquivo Nacional. *op. cit.*, (documento datado do dia 13 de agosto de 1868).

⁵⁷⁹Arquivo Nacional. *op. cit.*, (documento datado do dia 14 de agosto de 1868).

⁵⁸⁰Arquivo Nacional. *op. cit.*, (documento datado do dia 26 de outubro de 1868).

⁵⁸¹Arquivo Nacional. *op. cit.*, (documento datado do dia 26 de outubro de 1868).

⁵⁸²Arquivo Nacional. *op. cit.*, (documento datado do dia 23 de dezembro de 1868).

então ministro, transmitiu ao arsenal as referidas instruções impressas, ordenando *auxílio e cooperação* com a Junta de Higiene.⁵⁸³

Elas estão divididas em seis artigos, que estabelecem as medidas necessárias para se combater o mal. Foram previstas a formação de comissões médicas paroquiais que teriam como função a inspeção em *prisões, quartéis, hospitais, oficinas, teatros, hotéis, estalagens, cortiços e mercados*. Igualmente teria como obrigação, obstar a *aglomeração de pessoas em casas e lugares insalubres*, tomando providências para executar as mudanças, quando fossem necessárias. Era igualmente seu dever exigir das autoridades competentes, a *limpeza das ruas, praças e praias, bem como o esgoto de águas estagnadas*, e proceder na averiguação, com visitas regulares em domicílios, para *promover o asseio e limpeza de todos os pontos em que* fossem necessários. Também seria de seu encargo a prestação de socorros às *famílias indigentes*, bem como oferecer postos de socorros voltados para elas. Em seu artigo 3º, era-lhe imposto, para os seus membros, que realizassem *visitas domiciliares, pelo menos uma vez por dia, não só em todas as casas dos habitantes pobres que* pertencessem à jurisdição de seu distrito, mas da mesma forma em *todos os estabelecimentos em que* residissem ou trabalhassem *muitos indivíduos* de maneira promíscua. A organização de informações estatísticas não ficou de fora, era de responsabilidade das comissões que se organizassem mapas demonstrativos e executassem estudos, detalhando a *natureza, tratamento e modo de propagação, colhendo todos os dados a fim de que se* pudessem *organizar os quadros estatísticos convenientes*. Os mapas deveriam contar as observações dos casos, sendo que deveriam ser divididos em três categorias: *diarréia premonitória, colerina e cólera confirmada*.

Como o documento impresso é de novembro de 1865, quando a guerra já estava em andamento há cerca de um ano, convém observar algumas coisas. A primeira é que o cólera grassava em outras regiões do mundo, e como no trágico ano de 1855, poderia voltar a atuar no Brasil, e mais preocupante, agir na Corte, provocando as mesmas trágicas cenas registradas nos anos anteriores, quando ceifou muitas vidas no Rio de Janeiro, entre outros lugares do império. Pereira Rego, em um outro trabalho, afirmou que até 1850, o Brasil ignorava as grandes epidemias; porém, com a de febre amarela, em 1850, e a de cólera morbo em 1855, conheceu a destruição que elas provocavam

⁵⁸³ Arquivo Nacional. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra. (1866).

durante aquela década.⁵⁸⁴ Elas foram atuantes, segundo o médico higienista, porque *foram a expressão do castigo Providencial pelo desleixo e abandono* com que foi deixada a *higiene pública e a polícia sanitária*.⁵⁸⁵ O cólera atacou principalmente *pretos, homens de cor e também mendigos, que praticamente desapareceram*.

Com essas observações, volto aos documentos expedidos pelo próprio José Pereira Rego, no ano de 1867 - mais uma vez quando o cólera voltava perigosamente a atuar - e suas observações envolvendo soldados que retornavam do Paraguai. É imprescindível ressaltar que os dois ofícios foram encontrados nos documentos que fizeram parte da correspondência entre o ministério do império e o de guerra. O primeiro, como tinha José Pereira Rego como subordinado, era obrigado a se corresponder com o da guerra, sobre eventuais problemas sanitários causados pela presença de elementos militares:

“Inspeção de Saúde do Porto

Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1867.

Em cumprimento ao Aviso de V. Ex. com data de hoje ordenando-me que fizessem remover para o Hospital Marítimo de Sta. Isabel dois doentes que existiam ao vapor “Santa Cruz”, que acabava de entrar nesta ponte, e que se supunha ser de Cólera-Morbus, dirigi-me imediatamente a bordo do mesmo vapor para dar providências, segundo as ordens que me foram transmitidas, e aí soube que ambas eram falecidas; que um tinha sucumbido antes da entrada da ponte, e que o outro havia falecido horas antes da minha chegada. E conquanto não duvido que em ambos eles se apresentassem fenômenos semelhantes aos de Cólera-Morbus (...) atendendo às circunstâncias, que procederam a morte, segundo a própria narração do médico de bordo e de outras pessoas que aí estavam, creio que isto foi devido antes a desordens profundas de (...) motivada por desregramentos excessivos do regime, do que a um elemento colérico, sobretudo no que respeita ao último falecido, que ainda hoje amanhecera sem novidade; do contrário o navio não teria admitido a livre prática pelos médicos da visita, os quais nada a respeito me participaram como sempre costumam.

Fazendo esta comunicação, não posso deixar de ponderar a V. Ex. que nenhum asseio e limpeza havia a bordo, sobretudo na parte do navio em que estavam aquarteladas os inválidos e soldados doentes. Tendo a vista disto concordado com o médico de bordo que se fizessem lavar o navio, desinfetar e tomar todas as cautelas necessárias e indispensáveis, afim de neutralizar qualquer infecção que pudesse existir pelas causas nele acumuladas, visto que toda e qualquer providência seria inútil, depois de terem desembarcados para o seio da população grande número de passageiros, e estar o navio com comunicação com todas as pessoas que até na hora tinham querido comunicar com ela.

Illm. Exm. Sr. Conselheiro Joaquim Fernandes Torres,
Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios do Império.

⁵⁸⁴ José Pereira Rego. *Esboço Histórico das Epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870*. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1872. (páginas 83,

⁵⁸⁵ José Pereira Rego. *op. cit.*, (página 83).

Pereira Rego observou que o navio transporte, oriundo provavelmente do Paraguai, não tinha boas condições de salubridade. Notório é que a parte reservada na embarcação para os inválidos e soldados doentes - estes últimos eram considerados inválidos - não era asseada e não possuía limpeza, tornando-se um perigoso foco de temerosos males, que poderiam atingir, com todas as suas funestas conseqüências o *seio da população*, provocando apreensivos contratempos nas esferas social, política e econômica da Corte, centro do império. José Pereira Rego teve oportunidade de observar o que algumas epidemias provocaram na cidade, quando pensou, produziu e publicou dois trabalhos sobre os estragos que elas causaram. O primeiro em 1851⁵⁸⁷ e o segundo em 1872.⁵⁸⁸ Era um homem que há anos vinha se dedicando aos estudos e ao combate dos perigos epidêmicos, pelo menos no que se tratava de sua profilaxia. Segundo o *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832 – 1930)*, em sua versão *on-line*, o higienista fez parte, em 1850, da Comissão de Saúde Pública, para auxiliar no planejamento das *medidas sanitárias contra a epidemia de febre amarela que avançava* sobre o Rio de Janeiro, foi posteriormente presidente da Junta Central de Higiene Pública, a partir de 1864, e publicou um relatório, sobre a *explosão* do cólera, que relatava *detalhadamente a incidência e a difusão* da enfermidade.⁵⁸⁹ Com base em seus conhecimentos, ele acreditava que o vapor *Santa Cruz* poderia trazer o cólera-morbo, com todas as suas prováveis e funestas conseqüências, ameaçadoras da boa ordem e do crescimento econômico. Neste caso, exposto no documento acima transcrito, os regulamentos de fiscalização sanitária não foram respeitados, da mesma forma, recorde, a inspeção feita no transporte *Vassimon* em setembro de 1868. O risco, temido pelo médico, era do cólera, já que aparentemente dois passageiros foram desembarcados, mortos, e que segundo depoimento do próprio médico da embarcação, entre outras testemunhas, tudo levava a crer que era a temida doença. No entanto, Pereira Rego acreditava que aquele mal era na verdade fruto de

⁵⁸⁶ Arquivo Nacional. IG 1 351. Ministério da Guerra. Correspondência do Ministério do Império ao Ministro da Guerra (1866 – 1867).

⁵⁸⁷ José Pereira Rego. *História e Descrição da Febre Amarela Epidêmica que Grassou no Rio de Janeiro em 1850*. Typographia de F. de Paula Brito. Rio de Janeiro, 1850.

⁵⁸⁸ José Pereira Rego. *Esboço Histórico das Epidemias que tem Grassado no Rio de Janeiro desde 1830 a 1870*. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1872.

⁵⁸⁹ <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/regojope.htm>

desordens profundas e desregramentos do regime. O que significavam essas expressões? O que o médico queria dizer quando se utilizava delas?

Na Gambôa, na Corte, alguns meses após a ocorrência do vapor *Santa Cruz*, Pereira Rego observou mais desregramentos higiênicos envolvendo inválidos, como a suspeita da terrível doença, levantando, inclusive, questões disciplinares, que, segundo sua opinião, ocasionavam as temidas irregularidades sanitárias:

“Junta Central de Higiene Pública. Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1867.

Illm. Exm. Snr.

Tendo ontem visitado a enfermaria de Nossa Senhora da Saúde na Gambôa, soube que, nos dias 28 e 29, tinham para ali entrados doentes de Cólera (...), pela maior parte vindos do Quartel do Campo, montando o número destes a 20, que reunidos a 6 que tinham entrado nos dias 21, 23 e 24, perfaziam um total de 26 doentes daquela procedência, dos quais em não pequeno número a moléstia terminou fatalmente poucas horas depois de sua entrada.

Então, dirigi-me a aquele estabelecimento para conhecer das causas que para isso poderiam concorrer, e aí soube que todos os doentes pertenciam as companhias de depósito, e eram em quase sua totalidade soldados em baixa, ou por moléstias que os impossibilitavam do serviço, ou por defeitos físicos adquiridos no teatro da guerra atual com o Paraguai; e que o regimento de cavalaria por ora nada tinha sofrido. Passando depois a examinar, em companhia dos dignos comandantes do depósito e do regimento de cavalaria, os quartéis das diversas companhias, as prisões, e todas as mais dependências do edifício, não incluindo mesmo as latrinas, tanque de lavagem, mijadouras e estrabaria, nada encontrei que pudesse notar com relação a falta de asseio e limpeza.

O mesmo direi a respeito da alimentação, que era a melhor possível, como pude verificar, franqueando-me a entrada na dispensa do estabelecimento.

Já se vê pois que a moléstia não tem ali aparecido com essa freqüência e intensidade nestes últimos dias por falta de condições higiênicas do edifício e por má alimentação; que outras são as causas que para isso tem concorrido; umas inerentes ao estado constitucional dos doentes atacados, outras devidas sem dúvida a desvios de regime, principalmente à falta de limpeza, ao uso de frutas verdes e outras causas idênticas, visto como não estando eles sujeitos às regras severas do regime militar podem cometer facilmente todos os abusos nos passeios que fazem pela cidade, e é aí resultar o acometimento do mal, para cuja manifestação tanto influem as perturbações das funções digestivas, e os exercícios de toda a ordem, mormente quando condições meteorológicas importantes aparecem, como sucedeu na tarde do dia 26 do corrente.

Deus Guarde a V. Exa. Illmo. Exmo. Snr. Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres
Ministro e Secretário d'Estado do Império

Dr. José Pereira Rego, Presidente”.⁵⁹⁰

Homens que eram em quase sua totalidade soldados em baixa, ou por moléstias que os impossibilitavam do serviço, ou por defeitos físicos adquiridos no teatro da

⁵⁹⁰ Arquivo Nacional. IG 1 351. Correspondência do Ministério do Império ao Ministro da Guerra. (1868 – 1869).

guerra atual com o Paraguai podem, sem sombra de dúvidas, serem chamados de *inválidos da pátria* que permaneciam nas *companhias do depósito*; aliás, quase a mesma expressão utilizada por D. Pedro na *Fala do Trono* do ano de 1868, quando afirmou que o cólera havia aparecido na corte, fazendo *vítimas* nos *transportes* e *depósitos*, que encerravam militares que retornavam do Paraguai. No caso, de inválidos que foram distribuídos em hospitais e aquartelamentos de Niterói e da Corte. O ministério da guerra deveria tomar alguma providência.

Em sua inspeção ao aquartelamento suspeito do Campo (da Aclamação?), constatou que não existiam problemas de asseio e limpeza, e nem com a alimentação fornecida, que *era a melhor possível*. Uma maneira de livrar o comando de críticas ou qualquer outra situação contrangedora. Todavia, *outras* eram *as causas* que contribuíam para o aparecimento da moléstia. O estado físico dos doentes era uma das razões, estavam debilitados e por isso, vulneráveis. Eram inválidos. As demais eram o *desvio de regime*, a *falta de limpeza*, o *uso de frutas verdes*, e aqueles homens não estavam sujeitos às *regras severas do regime militar*; portanto, poderiam *cometer facilmente todos os abusos* que faziam *nos passeios pela cidade*. Esses excessos, certamente, eram as bebidas alcoólicas, as correrias, as transgressões que os inválidos provocavam em seus movimentos por Niterói e na Corte. Se isso provocava um mal, a perigosa insalubridade, para combatê-la da maneira a mais eficaz, profilaticamente, era necessário encerrá-los em um quartel, que além de oferecer ideais condições higiênicas e sanitárias, conseguisse isolar e submetê-los às *regras severas do regime militar*, isto é, as garantias de que seriam disciplinados e não causariam *desordens profundas* resultantes dos *desregramentos do regime*.

Em relatório de 1867, o ministro da guerra trouxe mais subsídios quando expôs os critérios de escolha da ilha do Bom Jesus como local para a construção do AIP:

“O governo imperial, solícito sempre pelo bem estar dos servidores, que pagam à sua pátria o mais oneroso de todos os tributos de sangue, tem recebido e acomodado o melhor possível, grande número de praças do exército inutilizadas na guerra atual, e envida todos os seus esforços para que cedo esteja pronto um edifício onde eles encontrem hospedagem cômoda e decente.

A localidade que, segundo a opinião de profissionais, melhores condições reúne para se estabelecer o asilo, é a ilha do Bom Jesus, situada na baía desta capital. Pela sua posição é ela abrigada dos miasmas paludosos, e conveniente refrescada pelos ventos gerais, isolados do resto da população, seus moradores encontram facilidade de se transportarem para a cidade, ou desta regressarem para a mesma ilha.

Com a extensão suficiente para um estabelecimento, como deve ser o asilo de inválidos, por toda a parte oferece a ilha do Bom Jesus excelentes banhos de mar, presta-se

perfeitamente não só ao plantio de arvoredos, formando lindas alamedas, senão com a cultura dos vegetais próprios das hortas e jardins; ao passo que favorece o entretenimento da pesca.

Estas condições, reunidas na Ilha do Bom Jesus, moveram o governo à escolhê-la de preferência para o estabelecimento do asilo dos inválidos da pátria.

(...)

Um grande inconveniente apresentou-se logo, por si só bastante para neutralizar as condições vantajosas que a ilha oferecia para um estabelecimento desta ordem: era a falta de água potável; mas, depois dos necessários estudos feitos pela diretoria das obras militares, reconheceu-se poder levar-se com facilidade para ali água precisa, e, de acordo com o ministério da agricultura, foi olviado aquele inconveniente, fazendo-se a obra reclamada por essa necessidade, de sorte que há hoje na ilha água em suficiente quantidade e de boa qualidade. É mui breve será inaugurado o asilo de inválidos da pátria naquela localidade, que para um fim tão piedoso apresenta as seguintes condições:

1º Isolamento das habitações vizinhas.

2º Terreno elevado, seco, e por sua natureza e disposição favorecendo o escoamento das águas pluviais.

3º Exposição, por todos os lados, aos raios solares quer de verão, quer de inverno.

4º Não ter em sua vizinhança nem fábricas nem depósitos de materiais animais e vegetais.

5º Lavada por todos os ventos, não deverão sobre ela influir os miasmas da vizinhança.

6º Finalmente, possui excelente água potável em quantidade suficiente.

No entretanto, urgente era a necessidade de abrigar, alimentar e livrar da penúria o grande número de inválidos, vindos do teatro da guerra, e já excedentes a mil. Por isso determinei que, enquanto não se concluem as obras da ilha do Bom Jesus, fossem eles alojados no quartel da Armação, modificado e convenientemente preparado, como se acha.

Reunidos em um corpo, os inválidos da pátria formam hoje cinco companhias, das quais se acham quatro na Armação, e uma, por conselhos higiênicos, está provisoriamente estabelecida na fortaleza da Praia Vermelha, até cessarem os receios do cólera.”⁵⁹¹

Em seu relatório, Cunha Paranaguá informou que *segundo opiniões de profissionais*, o local que reunia as condições as mais satisfatórias possíveis era a ilha do Bom Jesus, que era *abrigada de miasmas paludosos*, atingida pelos *ventos gerais*, que mesmo isolando seus moradores - situação elencada na primeira condição - estes não encontravam dificuldades com o transporte para a cidade. O imperador, pelo menos neste aspecto, recebia a assessoria de profissionais médicos. A ínsula igualmente proporcionava aos seus moradores, salutar *banhos de mar*, e prestava-se às ocupações úteis como o *plantio de arvoredos* - um ato embelezador que formaria *lindas alamedas* - como os misteres da *cultura dos vegetais próprios das hortas e jardins*, e o entretenimento da pesca. Isolada, não receberia os *miasmas prejudiciais da vizinhança*. Pelo fato de não ter fábricas ou depósitos, não teria em seu redor material orgânico em decomposição, e portanto, não liberando substância nocivas à saúde tão temidas aos não contagionistas. Uma das companhias de inválidos, *por conselhos higiênicos*, estava

⁵⁹¹ BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na Primeira Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Guerra. João Lustoza da Cunha Paranaguá*. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1867.

mais isolada que as demais, na *Praia Vermelha*, por causa do cólera. Isso quer dizer que as autoridades sanitárias estavam atentas com os veteranos que desembarcavam no Rio de Janeiro, e que por suas condições físicas, consideradas de risco, ficavam isolados em aquartelamentos. José Pereira Rego, pela documentação, da mesma forma estava vigilante. Entretanto, em 1866 já havia a presença de inválidos no Bom Jesus. Em setembro de 1866, portanto quase dois anos antes da inauguração oficial do AIP, existem pedidos de material para os *inválidos que se achavam na ilha*. O primeiro, datado do dia 5, pede sempre na quantidade de uma centena, vestimentas para os inválidos. De blusas, camisas, mantas de lã à sapatos, tudo foi pedido na quantidade de uma centena, e os calçados igualmente fornecidos em cem pares.⁵⁹² No mesmo mês se fez a solicitação de equipamentos do *escaler* que estava a serviço do *Asilo dos Inválidos da Corte na Ilha do Bom Jesus*.⁵⁹³ Quase um ano antes, em maio de 1865, foi pedido ao arsenal de guerra, que providenciasse à *enfermaria*, situada na ilha do Bom Jesus, do 4º *Corpo de Voluntários da Bahia*, os *utensílios* reclamados em lista.⁵⁹⁴ Algumas unidades que vinham de outras províncias, lá se aquartelavam. Era a cautela de uma medida profilática criada em 1865, pois os recrutados de outras regiões, que rumavam ou retornavam do Paraguai, poderiam trazer temerárias doenças à Corte. E, conforme as reminiscências de veteranos, brasileiros, argentinos e uruguaios, os doentes acarretaram muitos problemas nos anos iniciais da guerra, como, é lógico, durante a própria campanha. Não se deve ouvir das memórias de Azevedo Pimentel, que foi trabalhado em capítulo anterior, quando disse que parte de seu efetivo original ficou em algumas províncias, convalescendo de doenças que surgiram, e que poderiam ser transmitidas ao restante da tropa. E, deve-se considerar que nem Bom Jesus seria suficiente nos primeiros anos, para alojar tantas unidades vindas de outras províncias, principalmente em 1865, e que obrigatoriamente passavam pela Corte, seja para receber os equipamentos apropriados, seja mesmo para receber acréscimos em seu efetivos. Pereira Rego fez novas observações, eu diria sugestões, referentes à febre amarela, em ofício reservado datado de janeiro de 1870, ao ministro do império, quando havia o retorno de algumas unidades do Paraguai, o deslocamento de pessoas do interior para a capital, bem como os imigrantes, que desembarcavam no Rio de Janeiro:

⁵⁹² Arquivo Nacional. IG 7 461. Arsenal de Guerra da Corte. (1866)

⁵⁹³ Arquivo Nacional. IG 7 461. Arsenal de Guerra da Corte. (1866).

⁵⁹⁴ Arquivo Nacional. IG 7 385. Arsenal de Guerra da Corte. (1865).

“Illmo. Exmo. Snr.

Tendo ultimamente aparecido na população mais próxima do litoral, casos mais amiudados de febre amarela em recém chegados, quer vindos do interior, quer da Europa, e constando-me que alguns Corpos do Exército, que se retiram do Paraguai, têm de vir estacionar nesta Corte, antes de seguir para seu destino, não posso deixar de levar ao conhecimento de V. Excia. a inconveniência de tal aglomeração de homens nesta Capital, pelo receio de que venham alimentar a gravidade das condições sanitárias desta Capital, que de um momento para outro pode ser invadida por uma epidemia mais ou menos intensa de febre amarela, sobretudo se as condições climatéricas se conservarem como as da atualidade.

Por isso permita V. Excia. ponderar-lhe que julgaria mais acertado que as tropas que se retirassem da guerra, estacionassem em Santa Catarina e de lá mesmo partissem para as respectivas Províncias, por onde tem de serem distribuídas.

O Governo Imperial, porém, resolverá como mais acertado parecer em sua sabedoria”.⁵⁹⁵

As praças que estavam aquarteladas na Praia Vermelha, mencionadas no relatório de Cunha Paranaguá, em outra passagem acima transcrita, não foram liberadas, se se tratar do mesmo efetivo observado - pois acredito que eles eram transferidos periodicamente - acabaram sendo removidas para o asilo provisório da Armação em junho de 1867.⁵⁹⁶ Sei disso porque existe o pedido de transporte, para a execução da remoção, para *pelo menos 200 inválidos* ao arsenal de guerra e que estavam alojados na Praia Vermelha. É digno de nota que esses inválidos não eram o efetivo completo, mas apenas uma fração do AIP, que, como outras, foi distribuída pelos aquartelamentos à disposição na Corte. E, neste último documento de Pereira Rego, sugeriu-se que os veteranos nem ao menos pisassem na cidade, dadas as condições *climatéricas* que poderiam contribuir, segundo a visão daquele momento, com uma epidemia de febre amarela, achando-se melhor estacioná-los em Santa Catarina (Desterro?). O que me chamou a atenção é que esse tipo de preocupação não ficou restrita à Corte. Veteranos paulistas, durante a desmobilização, do mesmo modo foram observados por esse olhar perscrutador e ao mesmo tempo inquieto dos administradores, que visava a boa higiene e a manutenção das satisfatórias condições sanitárias. Esse foi o teor da correspondência entre o presidente de província de São Paulo⁵⁹⁷ e o ministro da guerra, sobre a desmobilização do veterano 35º CVP⁵⁹⁸:

“Nº 27

3ª Secção. Palácio do Governo de São Paulo, 29 de Abril de 1870.

⁵⁹⁵ Arquivo Nacional. IS 4 27. Saúde. Ministério do Império. Junta Central de Higiene Pública.

⁵⁹⁶ Arquivo Nacional. IG 7 409. Arsenal de Guerra da Corte. (1867).

⁵⁹⁷ Edgard Luiz de Barros. *Os Voluntários Paulistas na Guerra do Paraguai*. Imesp. São Paulo, s.d.

⁵⁹⁸ Paulo de Queiroz Duarte. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Volume 3, Tomo II. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1988. (página 149).

Illmo. Exmo. Snr.

Tendo chegado a Santos, no dia 26 do corrente mês, o 35º Batalhão de Voluntários da Pátria, entendi que não o devia deixar permanecer naquela cidade por ter ali recrudescido a febre amarela. Assim, pois, fez o Batalhão a sua entrada nesta Capital no dia imediato (27) pelas 11 horas da manhã.

Mandei-o convenientemente aquartelar, e expedi as precisas ordens para que seja hoje dissolvido pelas 3 horas da tarde, e para que o respectivo armamento e equipamento seja recolhido ao Depósito de artigos bélicos desta cidade, tudo na forma por V. Excia. ordenada em Aviso de 20 deste dito mês.

Deus Guarde a V. Excia.

Illmo. Exmo. Snr. Conselheiro Barão de Muritiba, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra.

Antônio Cândido da Rocha”.⁵⁹⁹

Na medida em que se mobilizavam ou desmobilizavam homens, em grande quantidade, em quase todo o território nacional, para o esforço de guerra, e até mesmo no fim dela, que ocasionava a grande movimentação de tropas, comunicando, por isso, vários pontos do império; o perigo de uma epidemia se tornava, por consequência, algo próximo ou visto como eminente. Novamente apelo para Pereira Rego, e suas observações quando prestou contas das atividades do Instituto Vacínico, referentes *ao ano financeiro de 1867 – 1868*, sobre o combate à varíola, ao ministro do império. Ele observou, em janeiro de 1869, que:

“Em nenhum ponto do Império tive notícia oficial de haver aparecido a varíola com caráter impetuoso, a exceção dos estragos feitos por ela no Exército e Armada no Paraguai, sem que, todavia, tomasse a expansão pavorosa da epidemia que aterrou a Província de Mato Grosso nos anos de 1866 a 1867, um número extraordinário de vidas. As causas gerais que dão em toda a parte lugar a que de tempos a tempos o flagelo da varíola ainda dizime algumas dezenas de indivíduos nos diversos pontos do Império tem sido já por mim levadas ao conhecimento do Governo, em todos os meus anuais relatórios: elas continuam a ter a mesma razão de ser que até aqui, a ignorância, o desleixo dos próprios chefes de famílias e das autoridades. Continua, pois, não só em povoações isoladas, como nas próprias Capitais, a incúria de deixarem as crianças e adultos sem receberem o benefício da vacinação, do que resulta haver sempre termo apropriado para o incremento da varíola, logo que por ventura aí seja levado o germen. Esta circunstância, e o grande movimento de massas de povo de um ponto à outro à que tem dado lugar a terrível guerra que o Império sustenta há quatro anos no Estrangeiro, deram ocasião ao desenvolvimento da varíola em algumas Províncias e até nos acampamentos do Exército e na Armada”.⁶⁰⁰

A falta de vacinação, não pela ausência de material, mas pela incúria e *ignorância* dos responsáveis, bem como a mobilização em massa promovida em todo o

⁵⁹⁹ Arquivo Nacional. IG 1 160. Correspondência do Presidente de Província de São Paulo ao Ministro da Guerra. (1870 – 1873).

⁶⁰⁰ Arquivo Nacional. IS 4 27. Série Saúde. Ministério do Império. Junta Central de Higiene Pública.

império contribuíam para que a varíola se manifestasse, e eventualmente atuasse com mais letalidade. Pereira Rego informou que cerca de 28.373 pessoas receberam a vacina em todo o império e no município neutro. Entrementes, era um número *longe de ser de rigorosa exatidão*, pois algumas províncias não haviam despachado os seus relatórios sobre o assunto. Quanto ao serviço que envolvia os militares, Pereira Rego precisou fazer uma observação constrangedora, pois na Corte, de 1865 até aquele momento, haviam sido vacinadas apenas 5548 praças. No mesmo documento, apresentou algumas desculpas, e observou que poderia ser pior, como em uma outra província atacada pela epidemia:

“Nem esta circunstância, nem a avultada soma de fluído vacínico que hei enviado, tanto para o Exército, como para a Armada nos lugares onde existiam, puderam prevenir da varíola as vítimas que ali foram flageladas por essa terrível enfermidade. Todavia, o quadro de tão desoladoras perdas, em nada se aproxima do que teve lugar em Mato Grosso”.

Talvez, as vacinas, ou *fluidos vacínicos*, fossem de qualidade inferior, por isso não tiveram eficácia, fora o pequeno número de praças que foram vacinados, em detrimento do grande número de homens mobilizados. Apesar de tudo, recordou que, se não foi eficaz a vacinação dos soldados que rumavam para o sul, pelo menos não houve a mesma situação, crítica, que atingiu as forças que rumaram ou que estavam estacionadas no longínquo Mato Grosso.

Uma tese defendida em 1868, na faculdade de medicina do Rio de Janeiro, e que foi publicada por um médico, já conhecido, veterano do Paraguai, chama a atenção para a moléstia de cólera e as suas prováveis causas. Rosendo Moniz Barreto, o médico ansioso para desfrutar dos belos atrativos da Corte, que já teve sua presença marcada neste texto - em outra ocorrência, envolvendo a enfermidade e o transporte de guerra *Vassimon* - 2º cirurgião de comissão da Armada, e ex-empregado no hospital de sangue da esquadra em operações no Paraguai, teve como temas, em sua dissertação, na seção médica: o “*cholera-morbus*”, na seção cirúrgica: “*das amputações nas feridas por arma de fogo*”, e em sua seção acessória: “*distinção entre morte real e morte aparente*”.⁶⁰¹ Certamente três assuntos que teve oportunidade de observar intensamente nos anos em que serviu na esquadra e no exército, atendendo centenas de pacientes.

⁶⁰¹Rozendo Moniz Barretto. *Dissertação (seção médica) Cholera-Morbus; Proposições (seção cirúrgica) Das amputações nas feridas por arma de fogo; (seção acessória) Distinção entre morte real e morte aparente*. Typographia Perseverença. Rio de Janeiro, 1868.

É bem provável que Rosendo não conhecia o trabalho de John Snow,⁶⁰² sobre o cólera, escrito em Londres, alguns anos antes de sua dissertação. É, ainda na época de Snow, que *no plano das idéias, acreditava-se que tanto a causa do cólera, como de outras doenças pestilenciais residia nos miasmas, o permanente odor fético exalado dos populosos e malcheirosos bairros de trabalhadores*.⁶⁰³ E, mesmo em seu país, Snow teve seu trabalho reconhecido por muitos, tardiamente, apesar das observações corretas que fez sobre a doença, quando pesquisou sua ação em Londres. Segundo alguns autores, Snow foi responsável pelo surgimento da epidemiologia, pois apresentou um estudo, detalhado, dos hábitos cotidianos, das condições de alimentação, de trabalho e moradia da população. Foi em sua investigação, que comparou a mortalidade e morbidade do flagelo entre vilas e distritos que apresentavam desiguais condições de infra-estrutura e de qualidade de vida de seus habitantes. Ele, segundo suas minuciosas investigações, chegou à conclusão *de que saindo do corpo por meio das fezes, o veneno do cólera contaminava mãos, objetos, roupas e também* misturava-se à água, e era através dela que o cólera ultrapassava *aglomerados das pessoas de poucos recursos e que principalmente poderia alcançar as classes mais favorecidas da comunidade*.⁶⁰⁴

Já Barreto, foi mais simples em suas pretensões acadêmicas, e investigativas, e traçou um pequeno histórico sobre o cólera, sua ação pelo mundo e suas variantes. Apontou que não se sabia *o lugar de sua origem e o motivo capital de sua propagação, como a sua real natureza*. Em suas leituras, notou que existiam várias teorias sobre *a natureza* da doença. Alguns acreditavam que fosse *uma asfixia, uma super-excitação nervosa, uma febre algida, uma inflamação gastro-intestinal, ou um envenenamento, produzido por miasmas especiais que carregavam o ambiente*.

Analisando várias teorias sobre a etiologia do mal, presentes naquele momento, e segundo suas particulares leituras, refutava-as gradativamente. Porém, quando indagou sobre qual era a *verdadeira natureza do cólera*, respondeu:

“A resposta nos meus lábios é o silêncio dos túmulos; entre os nobres da ciência essa resultante de hipóteses ainda perscruta um mistério insondável. Quem há no mundo que conheça a natureza do cólera? Apresente-se, que além dos grandes prêmios de ouro e dos honoríficos diplomas, oferecidos pelo império da ciência, receberá as bençãos e gratidões da humanidade inteira.

⁶⁰² John Snow. *Sobre a Maneira de Transmissão do Cólera*. 2ª edição. Revista e ampliada sob a direção de José Ruben de Alcântara Bonfim, médico sanitário. Hucitec/Abasco. São Paulo. Rio de Janeiro, 1990.

⁶⁰³ John Snow. *op. cit.*, (página 14).

⁶⁰⁴ Dina Czeresnia. *op. cit.*, (páginas 68 e 69).

Sim; quem, medindo a profundidade dos males que estão sobre a cabeça e debaixo dos pés do homem, desde que ele pisou no planeta ainda quente da primeira ebulição, chegar a conhecer a verdadeira natureza do cólera, também descobrirá ou ensinará a descobrir um específico para combater e sobrepujar o flagelo. Esse predestinado será mais bem feito, (...) porque desarmará um inimigo que em poucos dias pode ceifar metade dos habitantes de um globo.”⁶⁰⁵

Na parte seguinte, ele trabalhou com a *marcha e propagação do cólera*. Lamentava-se que os *grandes elementos da civilização e riqueza* tinham *servido como veículos a enfermidades e danos*, pois os *condutores terrestres e marítimos do comércio entretido pela Rússia e a Turquia* foram os responsáveis, na *Europa*, pela *a entrada* daquele *visitante horrível*. O ano de 1823 foi o *núncio de incuráveis enfermidades às raças industriais e ilustradas da vetusta Europa*. É certo que algumas iniciativas foram tomadas, porém:

“As regras prescritas da mais rigorosa e salutar higiene foram desde então postas em prática por todos os clínicos.

(...)

Porém, baldados esforços! O destruidor dos exércitos, das caravanas e dos comboios não respeitou os esforços humanitários e sublimes dos sustentáculos da saúde do homem.

Era forçoso que esse continente europeu, tão enriquecido e avantajado por tão luminosas descobertas, indústrias e letras de seus filhos, provasse todos os reveses causados pelo cólera asiático”.⁶⁰⁶

Rosendo observou que a epidemia teve sua ação enfraquecida quando passava por regiões *quase desertas*, de população rareada, com *falta de comunicação*; mas que ao contrário, com rapidez quando atingia *nações populosas*, notadamente de *países marítimos*. Quanto mais *comunicações mercantis ofereciam*, mais *estragos sofreram as localidades*. Havia uma *triste compensação para os grandes inventos e obras da humanidade*, pois o mal agia, sobretudo, onde havia *comércio e relações dos povos*. Como exemplos, ofereceu casos, retirados da literatura médica europeia que analisava a ação do mal pela formação de exércitos, a presença de prisioneiros de guerra, e mesmo em alguns casos, quando a doença não chegava a fazer tantos estragos, graças às *medidas sanitárias muito escrupulosas* que eram tomadas, visando resguardar as populações e cidades. O Brasil havia sido atacado em 1855, e seus vizinhos, até então *invioláveis*, principalmente os *banhados pelo Prata, pelo Paraná e pelo Paraguai* foram

⁶⁰⁵ Rozendo Moniz Barretto. *op. cit.*, (páginas 08 e 09).

⁶⁰⁶ *Ibid.*, (páginas 10 e 11).

preservados; entretanto, em 1866, foram duramente atacados pelo mal. Ele perguntou, nesta parte:

“Seria uma coincidência o fogo da guerra, travada nesses países, com a aparição das iras do cólera, ou o aumento de comunicações entre o Paraguai e o Rio de Janeiro, infectado pela Europa, deu em resultado a propagação da epidemia em Montevidéu, Buenos Aires, Paraná, Cordova, Santa Fé, Rosário, Corrientes e Paraguai?

Os contagionistas concordarão com a segunda razão, mostrando os estragos que a enfermidade produziu nos exércitos beligerantes e nos vapores que transportavam tropas brasileiras ao teatro da guerra; os anti-contagionistas dirão que, se o cólera foi importado da Corte do Brasil ao teatro da guerra, no Paraguai, admira que nessa ocasião não se propagasse em todo o império americano e só se restringisse ao Rio de Janeiro, apresentando tanta benignidade. Demais as quarentenas em Montevidéu e Buenos Aires foram mui rigorosas.

Fugindo agora de tratar do contágio ou infecção do cólera, e só me reportando à teoria da sua marcha e propagação no mundo, admiro as vicissitudes dessa horrível moléstia que em menos de um século tem devastado quase todos os países de todos os continentes do globo, (...) frustrando recursos da mais prevenida e rigorosa higiene.

(...) parece que ninguém pode mais assinalar ou limitar latitudes e longitudes pequenas à marcha de um flagelo que tem, por assim dizer, circundado todo o globo.”⁶⁰⁷

Moniz Barreto se absteve de analisar a *causa primordial e absoluta do cólera*, mas se propôs a entender suas *causas secundárias*, graças às suas *observações e experiências*. Ele dividiu essa parte em três ordens, tendo como critério a *causa, as relações que apresentavam entre as individualidades e a moléstia*. Denominou-as de *causas predisponentes, causas ocasionais e causas determinantes*. Basicamente, deixando de lado, naquela momento, as *influências telúricas e meteorológicas do contágio e da infecção*, informou que daria prioridade para as *condições diversas de sexo, de idade, de profissões, de constituição, de disposição física e moral, das influências da prenhez, do parto e da menstruação*.

Sua primeira observação foi sobre a influência nos sexos, como *causa predisponente*. Apesar de ter tido oportunidade de *presenciar todas as fases da epidemia do cólera, no teatro da guerra, o número de mulheres era diminuto*, não tendo, então, a oportunidade de observar sua ação no sexo feminino. Entretanto, tendo por base outros escritos, feitos por médicos que tiveram a ocasião, tentou traçar algo plausível sobre o assunto. Sobre a idade, tendo-se em conta a *causa predisponente*, observou inicialmente que, assegurando-se nas estatísticas dos melhores autores, notava-se que o *cólera encontrava mais suscetibilidades nos homens de 20 a 30 anos, do que nas idades inferiores ou superiores a esses dois números*. Um dos seus maiores problemas, para analisar esse item tendo como objeto a guerra, foi a ausência de

⁶⁰⁷ *Ibid.*, (páginas 22 e 23).

documentação para fins estatísticos que deveria ter sido produzida em momento oportuno:

“Quando tratar do cólera nos acampamentos não poderei mostrar nos meus dados estatísticos a verdade prática dessa minha asserção, porque infelizmente a respeito de idades bem pouco se ocuparam os encarregados das enfermarias, não só porque o muito trabalho não permitia minudências, como também porque não se visou a confecção de um mapa geral resultante de todos os casos acontecidos nos dois corpos do exército”.⁶⁰⁸

O médico e cirurgião chegou mesmo a apresentar um mapa estatístico, fornecido por um colega, que computava 100 pacientes, mas que 38 destes não possuíam a informação referente à idade. Sabendo de sua falta de documentos para análise, asseverou que, segundo observou, *todos os casos de cólera de que tratou e foi testemunha ocular no acampamento de Tuiuti, em 1867, a maior parte foi nas organizações de idades viris.*

Sobre as profissões, também se valeu, unicamente, de suas observações na Bahia e no Paraguai, chegando à conclusão de que os indivíduos atingidos pelo mal, eram, em sua maioria, os que exerciam as *profissões sedentárias*. No exército em campanha, os militares de cavalaria e artilharia eram mais propensos aos ataques do que os de infantaria, que trabalhavam mais do que os demais. Neste próximo fragmento do texto, adicionou mais algumas observações:

“Pois bem, partindo daqui, chego ao meu fim que é justificar a asserção de que o cólera acomete mais os sedentários do que os ativos. Basta ponderar que os soldados de infantaria do primeiro corpo do exército em Tuiuti foram relativamente mais poupados que os de artilharia e cavalaria, armas que na ocasião dos estragos do flagelo bem pouco serviço prestaram.”⁶⁰⁹

A *influência das constituições* se fez presente em seus escritos, mesmo que Rosendo se esquivasse novamente pela falta documentos. No entanto, garantia suas asseverações pelas experiências do tempo em que havia atuado no Paraguai, assegurando que os enfermos de cólera, curados e vistos por ele, eram *pela maior parte, constituídos de modo a suportar todas as fadigas de uma procrastinada luta*. O que mais o surpreendia era que homens robustos eram atacados em poucas horas pelo mal, como da mesma forma ficava impressionado como eles, portadores de *saúde e robustez*, eram *subitamente transfigurados pelo cólera e reduzidos a cadáveres!*

⁶⁰⁸ *Ibid.*, (página 27).

⁶⁰⁹ *Ibid.*, (página 29).

Seu colega, aqui já tratado, Justiniano de Castro Rebelo,⁶¹⁰ na seção acessória de seu trabalho, intitulada *Distinção entre a morte real e a morte aparente*, como Rosendo o fez na sua, chamou a atenção do porquê desta impressão, e da necessidade de distinção. Para ele, era de *grande importância a distinção entre a morte real, e a morte aparente, sobretudo durante as epidemias de moléstias contagiosas*. Naquelas terríveis circunstâncias, continuamente recordadas pelos veteranos, os vivos se confundiam com os mortos, simplesmente porque uma doença, dependendo de sua gravidade e marcha, transformava os vivos, aparentemente, em mortos. Uma definição melhor foi feita por um veterano: *eram cadáveres quentes*.⁶¹¹

Algumas particularidades apresentadas pelos organismos não serviam para que o *prático* constatasse se o indivíduo havia falecido. O *resfriamento do corpo, a insensibilidade, a face plúmbea* não tinham valor *por si só* como sinais de morte real. Da mesma forma que a *dilatação permanente da pupila, os sinais negativos tirados de embaciar-se o espelho, de não vacilar a chama da vela em frente à boca, e as narinas, e de não ocilar o nível da água em um vidro colocado sobre o peito do indivíduo, cuja morte se quer verificar. A parada dos batimentos do coração reconhecida pela escuta* não bastava para revelar a morte real e todos estes sinais mencionados tinham *pouco valor* quando *atendidos em separado*. No entanto, o *relaxamento dos esfínteres*, com as suas conseqüências, a *tração do polex sobre a mão*, entre outras características, tinham a *importância muito atendível como sinais de morte real*, isto é, quando reunidas aos outros sinais *equivocos* que levassem ao *grau de certeza*. Porém, esta última poderia ser percebida pela *rigidez cadavérica bem caracterizada*, pela *ausência completa da contratibilidade muscular sob a influência do eletro-galvanismo*. Mas, havia uma, que não possibilitava dúvidas, mormente em um hospital de campanha abarrotado de coléricos, nos períodos em que o flagelo assolou os corpos de exército, quando possivelmente, não houvesse tempo suficiente, dada a ausência de pessoal, para se dar ao trabalho de tantas investigações que eram reclamadas em tantos corpos, confusos em sua situação eminentemente biológica, que entravam e saíam diuturnamente dos estabelecimentos:

⁶¹⁰ Justiniano de Castro Rebelo. *op. cit.*, (Secção Accessória – *Distinção entre a morte real e a morte aparente*, páginas 33 e 34).

⁶¹¹ Dionísio Cerqueira. *op. cit.*, (página 183).

“A putrefação bem caracterizada, confirma, e tira todas as dúvidas sobre a existência da verdadeira morte.”⁶¹²

O laconismo de Justiniano dá azo para pensar sobre o que Jorge Crespo pensou sobre a questão da morte aparente, e o quanto ela representou para uma sociedade, ao longo do XIX, que cada vez mais atribuía importância ao corpo.⁶¹³ O fato do assunto carecer de uma resposta da saúde pública, deixava assinalado, no *quadro mental de uma sociedade*, o quanto ela estava *dominada pelo temor da morte e, também por muitas culpabilidades*; afinal, o corpo, durante séculos, era algo que não deveria ser profanado. Entretanto, Crespo acredita que existiam outras razões, ou *um nível mais profundo e subterrâneo*, porque esses fenômenos *relacionavam-se com velhos comportamentos resultantes de mentalidades forjadas na permanente repugnância pelos mortos*.

Ele notou o quanto a intervenção médica se debruçou e deu importância sobre o assunto, pois ela apontava a *necessidade de tornar obrigatória a prática de manter em observação os mortos, durante um período de quarenta e oito horas, antes da realização do funeral*. Era necessário que o poder público, e os seus responsáveis, agissem e intervissem pela higiene das populações, e que, portanto, não poderiam apartar-se *do desenvolvimento de um processo de controle da vida e da morte*. As doenças contagiosas eram as que deixavam mais dúvidas sobre a questão, que proporcionavam uma intensa confusão da vida e da morte. Como o corpo já estava ligado ao processo produtivo, *a idéia da morte era a negação de tudo e a vida a afirmação plena da humanidade*. Os homens, independentemente de vivos e mortos, *pertenciam à comunidade inteira e deviam assim se submeter a um processo institucional, com as suas competências próprias*. O corpo não era mais algo sagrado, inacessível aos homens comuns, era um objeto de estudo e intervenção, inserido, é óbvio, na economia dos corpos.

Entretanto, a observação da morte causava outros inconvenientes, seguindo a lógica da higiene. Havia o medo de que, durante a observação, a *eventual putrefação dos cadáveres pudesse desenvolver epidemias*, e a *ansiedade* poderia *atingir níveis mais elevados sempre que as causas das mortes eram inspiradas em doenças perigosas, podendo semear novos acontecimentos funestos e alargando as conseqüências do mal*. A morte não incutia apenas medo pela sua temida presença, mas igualmente à *possibilidade de contágios decorrentes dos efeitos de putrefação*.

⁶¹² Justiniano de Castro Rebelo. *op. cit.*, (página 34).

⁶¹³ Jorge Crespo. *op. cit.*, (páginas 257 a 270, “A morte aparente”).

Era imprescindível a intervenção, porque *higiene e a moral estavam presentes em relação mútua, contribuindo para a formação de uma nova mentalidade, cada vez mais fundamentada nas inovações permitidas pela ciência e nos valores, que se queriam universais, da civilização*. Era a chance para *fazer acreditar nas insuficiências do passado e, também, na oportunidade de iniciativa*.

Enterrar pessoas ainda vivas, era um *fenômeno indigno do mundo civilizado*, e, dada a idéia, cada vez constante, de produtividade, o imperdoável erro agravava a falta de braços fundamentais para o trabalho. A medicina estava em defesa da vida humana, e não titubeava em impor *determinados condicionamentos na maneira de tratar os presumidos mortos*.

Foram criados alguns critérios, racionais, para a distinção da morte, da verdadeira e da falsa. Desde os mais vulgarizados até os mais complexos. Os primeiros se caracterizavam pela ausência de movimento, pulso, respiração, a falta de sensibilidade, que assinalavam, apenas, as manifestações de sinais exteriores, da mesma forma que os olhos perdiam o seu brilho, os excrementos se soltavam livremente e a boca abria-se. Era um *conjunto de dados* que se revelava *nitidamente insuficiente para proporcionar uma informação válida*, ou confiável. *As incertezas eram muitas e adquiriam maior dimensão no caso de certas doenças ou acidentes*, como a apoplexia e o afogamento, que poderiam proporcionar a *letargia*, que se diferenciava de indivíduo para indivíduo. Para vencer uma realidade passada, era necessária uma mudança de atitude, traduzida na eliminação de comportamentos subordinados *aos sinais exteriores e mais superficiais da morte*. Os sinais mais visíveis de *algidez do corpo, a impotência dos membros e a abolição dos sentidos externos, trilogia de indicadores mais habitualmente utilizados para definir a morte*, eram sinais muito duvidosos. Em um primeiro momento, parecia que *somente a putrefação e o respectivo odor cadavérico podiam conceder alguma segurança a quem tinha a responsabilidade de decidir*, mas que ameaçava um período de tolerância, visando respeitar a segurança higiênica e sanitária. Esperar o cadáver começar a apodrecer poderia provocar riscos à saúde geral.

As *doenças crônicas*, não deixavam margens para grandes dúvidas, porque o indivíduo havia *passado por todas as fases da doença*, e apresentava os *sintomas habituais*. A enfermidade havia proporcionado a chance para a observação, de determinação e avaliação pelo médico. Entrementes, e para compreender o posicionamento dos cirurgiões veteranos, a possibilidade de tanta margem de segurança

se perdia, ou ficava rarefeita com as *doenças agudas, porque nestas já surgiam oportunidades para algumas surpresas.*

Nesses casos, a *imprevisibilidade aumentava na medida em que o tempo de observação se reduzia, e os médicos se encontravam desprevenidos quanto à evolução das situações.* Nestas circunstâncias, a presença da morte deveria obedecer *a um conjunto de fatores*, ou precauções mais amplos. Outros sinais deveriam ser avaliados. *A perda de visão e da audição, a espuma na boca e as lágrimas que corriam dos olhos dos moribundos.* Mas, como as enfermidades eram *repentinas*, como as epidêmicas, *não havia qualquer hipótese de sustentar um tempo de observação suscetível de permitir o controle e segurança dos fatos.*

Daí que somente a *putrefação*, por mais estranho que possa ser, e até mesmo contraditório com as idéias em voga, sobre saúde e salubridade, que proporcionava com segurança a avaliação e a constatação da morte real. No entanto, a decomposição era perigosa, e deveria ser evitada quando possível; porque ainda que não proporcionasse total segurança, os médicos deveriam dispor *de um conjunto de sinais de morte*, como o *desfiguramento do rosto*, que se tornava *pálido, cor de chumbo*; o corpo se tornava mais pesado, havia a *inflexibilidade dos membros*, a *perda da transparência da córnea e a laxidão dos olhos.* O médico faria a avaliação, e decidiria pelas melhores soluções possíveis.

É essa incerteza que Crespo apontou, que igualmente se observa na tese de alguns cirurgiões veteranos. Os médicos tinham um outro dilema para resolver, a grande quantidade de moribundos que permaneciam nos hospitais. Mas, para a tropa, os de campanha eram temidos porque assinalavam poucas chances de sobrevivência quando estudados pelos seus serviços cirúrgicos e já trabalhados; eram estabelecimentos que representavam “cemitérios de vivos”, ou lugares que antecedia a sepultura, que incutiam medo por serem recintos onde mortos e vivos se confundiam nas tarimbas, e que tanto marcaram Dionísio, entre outros ex-combatentes.

Rosendo, em outra parte, intitulada *influência das disposições morais*, analisou a importância do *conhecimento das índoles e das diferentes afecções morais que atuavam sobre cada indivíduo, porque elas muito influenciavam para baldar todos os esforços da medicina.* Segundo ele, não era só o medicamento que obtinha a cura, era também a *placidez, ou energia da natureza; energia e placidez que eram proventos da boa predisposição do espírito do enfermo.* Quando se estudava situações que envolviam a

matéria e o espírito, havia uma ligação íntima, um ponto de contato, por assim dizer, entre essas duas potências constituintes da vida. Portanto, para ele:

“Assim pensando, levo-me a crer que nesse ponto de contato, em que se confundem espírito e matéria, e que ainda não foi marcado por alguém, quando acontece que o corpo não logra subtrair-se aos danos de alguma influência física, é de palpitante necessidade, para que uma existência não se perca, que os poderes da alma resistam ao curso impetuoso das influências morais que tentam amesquinhá-las.”⁶¹⁴

Obviamente, tendo essa premissa, o comportamento do indivíduo do mesmo modo era primordial quando se tentava combater um mal como o cólera. Era o seu procedimento, sua força moral, a sua disciplina que, bem relacionados, devidamente equilibrados entre si, poderiam oferecer resistência à moléstia, ou mesmo evitar um dano maior ao organismo. A doença incutia grandes temores às pessoas, que deveriam, no mínimo, ter auto-controle para enfrentar esses perigos:

“É pois necessário que esse flagelo, quando apodere-se de todas as molas da matéria para destruí-la, não encontre o espírito pronto a romper todos os vínculos que o prendem ao seu invólucro, por efeitos de uma influência moral que se origina do medo, da raiva, do ciúme, da saudade, do arrependimento, da ambição, da descrença na eficácia da ciência e de todas essas perturbações mentais entregues a desalentos ou alucinações. A disposição moral do indivíduo é indubitavelmente de suma importância em uma quadra epidêmica.

O homem que, por testemunhar o triste desenlace da vida de outro, entende que forçosamente acontecerá o mesmo consigo, e não se premune dos meios ao seu alcance para combater e triunfar, quando lhe bata à porta o flagelo, esse homem vive sob um influxo perigoso e, muitas vezes, não há dedicações e medicamentos que o salvem.

O contrário sucede com o indivíduo de moral enérgica e sã, que ante o aspecto hediondo de uma enfermidade mortífera, auxilia todos os esforços do médico, recebe pressuroso e alegre todo o salvatério que se lhe dá, equilibra com o sossego do espírito e revolução em que labuta o seu corpo, e ainda que lúcido da alma, veja com olhos plácidos todos os riscos e negros da sua situação, diz, estribado num sustentáculo que ele não mira, mas que sente; - Eu não morro, porque não quero morrer.

Feliz o médico que estiver à cabeceira de um tal doente!”⁶¹⁵

Em outra parte, Moniz Barreto analisou as *condições atmosféricas* que poderiam concorrer para o desenvolvimento da doença. Após elencar alguns autores, não apresentou algo novo, a não ser que as *influências atmosféricas como causas predisponentes do cólera* não tinham o valor bem discriminado e absoluto.

Em *causas ocasionais*, acreditava que elas eram definidas da seguinte maneira:

⁶¹⁴ *Ibid.*, (página 33).

⁶¹⁵ *Ibid.*, (página 34).

“Medindo-se o peso dessas causas, vê-se que elas são muitas vezes difíceis de uma discriminação e que se restringem às circunstâncias relativas às influências das disposições morais, aos alimentos, às bebidas, aos resfriamentos, às fadigas, e a certas medicações que observava o doente antes de ser atacado pelo cólera. Quanto às emoções morais já fiz ver a sua importância como causa predisponente e meio de restabelecimento na moléstia (...)”⁶¹⁶

Segundo ele, a alimentação irregular ou imprópria, somada à falta de disciplina, eram motivos ocasionais para agravar a situação:

“Quanto não viesse em meu socorro esta asseveração, eu poderia apresentar muitos fatos acontecidos à minha vista, e que provam quanto influe a má alimentação para os acontecimento do cólera.

Alguns desses fatos deram-se no acampamento de Tuiuti. Homens do norte, acostumados a comer carne bem assada e, a usar bebidas alcoólicas caíam fulminados pela moléstia depois que entravam a imitar os rio-grandenses do sul, habituados ao *churrasco*, invariável comida que irritava os intestinos (...)

Notei também que usavam muito das bebidas aquosas e aciduladas, e essas de má qualidade; acrescento que a água do consumo dos soldados era sempre de pântanos ou de cacimbas mal feitas. Essa água, bebida em grande quantidade, produz continuamente diarréias e caquexias.

Posso afiançar que muita gente sucumbiu de cólera, no teatro da guerra, por excesso de alimentações, quer antes quer na ocasião de apresentarem-se os sintomas prodômicos da moléstia.

Eu mesmo tratei de soldados que no uso de rigorosa medicação, atiravam-se a uma caldeirada de peixe ou a uma feijoada com a mesma facilidade com que avançavam para as linhas inimigas. E esses homens eram vítimas de sua incredulidade ou da malvadeza contra si próprios!

Firmado nesses acontecimentos, sou da opinião que o sistema alimentício é de grande importância para o aumento ou diminuição dos casos do cólera que, de ordinário, ataca pelo tubo intestinal. É pois necessário que os habitantes de qualquer localidade infeccionada nem se desviem dos seus antigos regimes, se forem bons, nem cometam imprudências, alimentando-se exageradamente com os comestíveis pesados ou com bebidas aquosas e nocivas.

Quanto ao resfriamento e fadigas é de supôr que sejam causas ocasionais, quando as pessoas fatigadas ou resfriadas não recorrem a meios restauradores desses estados anti-higiênicos. Resfriamentos desprezados ou fadigas continuadas, num corpo que não dispõe de forças para tanto, é de crer que sejam causas contraiadoras de enfermidades prontas a complicar-se de cólera. Em todo caso, ligo muito mais apreço à influência dos alimentos e das bebidas, do que às impressões morais, a resfriamentos e cansaços, porque levado pelo que presenciei no Paraguai, sou de opinião que o tubo digestivo é a sede principal do cólera, muito mais quando esse tubo sofre de moléstias agudas ou crônicas, como a diarréia, a disenteria, a gastro-enterite, a gastralgia, a entero-colite, etc. Notando para mim que a diarréia pode ser uma causa predisponente, ocasional e até determinante.

Dos soldados que tratei e dos outros que foram tratados na enfermaria em que servi, muitos já sofriam de diarréias crônicas, outros provocavam-nas e alguns exacerbavam-nas, infringindo as proibições médicas.”⁶¹⁷

⁶¹⁶ *Ibid.*, (página 38).

⁶¹⁷ *Ibid.*, (páginas 39, 40 e 41).

A falta de disciplina dos soldados fazia com que, segundo Moniz Barreto, sua situação piorasse, predispondo-os ao cólera. Talvez, alguns destes homens, indisciplinados, e inválidos, o acompanharam na viagem do *Vassimon*. De mudanças radicais de dieta, até não considerarem seriamente os conselhos, não praticando-os por não se fiarem na sabedoria médica, pretensamente isenta de paixões, e portanto sem contestação de pessoas leigas, provocavam situações difíceis e perigosas, como foi observado pelo médico, em mais de uma ocasião, nos acampamentos e até em um transporte de guerra. A água, já trabalhada, quase sempre vinha das cacimbas ou de “pântanos”, e é comum nas memórias de veteranos que ela, propriamente dita potável, tivesse sido praticamente inexistente durante a guerra, e que a que se bebia ocasionava constantes diarreias e disenterias, os males temidos porque antecedia algo pior.

Homens dessa natureza precisavam viver, para se evitar a moléstia - para eles e quando inseridos na coletividade - em uma situação mais equilibrada, disciplinada, seja porque bebiam água não potável, de lugares impróprios, seja por causa dos péssimos hábitos, provenientes da vida desregrada que levavam, permanecendo em situações propícias e precárias que ofereciam oportunidades para o aparecimento de alguma doença mais letal, como o cólera, e acrescento, até mesmo sendo perigosos vetores de uma epidemia no *seio da população*.

As *causas determinantes* foram alvo da atenção de Rosendo. Para ele, numa *localidade habitada por muitos indivíduos, a causa determinante poderia ser explicada por quatro razões, a primeira consistindo de sua má disposição, a segunda no acúmulo de gente, a terceira no desprendimento de gases deletérios, resultantes de matérias putrefeitas, a quarta e última causa, na comunicação da localidade intacta com a afetada*. Tendo suas observações no Paraguai como guias, reinicia sua reflexão:

“Tomamos por ponto de apoio o teatro da guerra, vou provar a existência dessas causas determinantes, e, comparando os dois acampamentos de Tuiuti e de Curuzú, mostrar a diferença de intensidade do cólera pela diferença da intensidade ou quantidade dessas causas.

Quem visitou os dois acampamentos deve lembrar-se que o de Tuiuti era mais vasto, menos rodeado de matas e relativamente menos coberto de pântanos, terreno arenoso e portanto menos úmido que o de Curuzú, que era barrento. O perímetro do campo de Curuzú era de menos de uma légua ao passo que o de Tuiuti era de mais de cinco. Em Curuzú havia perto de 10.000 homens; em Tuiuti 26.000. Em Curuzú, por ocasião de levantar-se o grande reduto, que de nada serviu às operações da guerra, ninguém podia suportar as exalações dos detritos animais, resultantes dos cadáveres putrefeitos, que foram quase que exumados, quando cavou-se a face do acampamento, que dava para o rio, e em que foram soterrados todos os mortos dos combates de 3 e 22 de setembro.

Em Tuiuti o cemitério jazia muito longe dos abarracamentos, as exalações de detritos animais só eram sentidas, quando, por descuido, ficavam no campo restos de algumas das reses mortas para consumo do exército, ou quando deixavam de enterrar algum cavalo que morria inanido.

Convém dizer que o atual general em chefe das forças brasileiras no Paraguai esmera-se muito no asseio e polícia do acampamento em que vive.

De Curuzú com a esquadra e com os transportes que enviam de Corrientes, era mais fácil continuada e pronta a comunicação, porque aquele acampamento estava à margem do rio; o que não se dava com o acampamento de Tuiuti, que distava três milhas do Passo da Pátria.

Agora, basta ver qual dessas duas localidades foi primeiro atacada, com que intensidade e em que proporções, para quem seja dado o verdadeiro valor à influência das causas determinantes que mencionei.

Curuzú foi invadido pelo cólera antes de ser Tuiuti. Em Curuzú houve dias de morrerem 80 e 100 pessoas; em Tuiuti não sucedeu outro tanto; para Tuiuti o número de afetados calculo em 2.200, durante o período de dois meses; para Curuzú, segundo um relatório do Dr. Corrêa, apresentado ao conde de Porto Alegre, o número de doentes foi de 2.789, número que para muitos dos que assistiram às cenas do flagelo nesse acampamento está aquém da realidade.

Se há engano ou falsidade, a culpa não é do relatório do Dr. Corrêa e sim das bases ruins e inexatas em que ele se firmou, depois de concluída a epidemia, foi, ao empossar-se do cargo de chefe do serviço de saúde, obrigado a apresentar esse relatório.

Pelo que está escrito, pode aquilatar-se a importância das causas determinantes, com quanto os contagionistas ou os anti-contagionistas respondam que tais condições, apontadas por mim como causas importantes, nada provam, porque a invasão e expansão da epidemia só dependem do contágio ou da infecção.”⁶¹⁸

Curuzú, ligada à outras regiões pelo rio, provavelmente recebeu o cólera por contatos externos, além de ter como agravante, em um pequeno espaço, um maior número de homens. Já Tuiuti, apesar de possuir um maior número de militares, tinha um terreno mais amplo do que Curuzú, o que fazia com que os indivíduos não ficassem, acumulados, ou melhor, aglomerados, sendo que pelo comando disciplinador de Caxias, o asseio do acampamento era mantido. Curuzú, além de ter um reduzido espaço, amontoado de pessoas, ligação com o rio, possuía, bem próximo à área do novo acampamento, um cemitério com os cadáveres mal enterrados, dos combates da tomada de Curuzú e o mal sucedido ataque de Curupaiti, que produziu, pelo menos, centenas deles.

Nas memórias de veteranos, Curuzú era sinônimo de dificuldades e mortes. Joaquim Silveira de Azevedo Pimentel, se recordou quando voltou à antiga área do acampamento, apesar, como quase sempre, de procurar equilibrar o sentimento negativo, quando apresentou outros, mais positivos:

“26 de março de 1868. Fomos oficiais e praças visitar o antigo acampamento de Curuzú.

⁶¹⁸ *Ibid.*, (páginas 42 e 43).

Quanto é variada e caprichosa a alma humana! Aí estivemos acampados dez meses e toda sorte de desgostos nos afligia. Perdemos pela primeira vez um combate; fomos assaltados por uma temível epidemia do “cólera morbus”, que nos ceifou mais de metade do Exército.

Éramos atormentados diariamente por terríveis bombardeamentos do inimigo; deixamos em Curuzú o mais povoado dos cemitérios, e no entanto, voltamos agora lá e sentimos o bem estar e a saudosa recordação daquele terrível acampamento cujos luazes em noites formosas eram sempre a recordação boa que dele guardávamos”.⁶¹⁹

Rosendo, com sagacidade, entendeu definir o que era *contágio* e o que era *infecção*. Em princípio, manifestou-se sobre a grande controvérsia que envolvia o assunto, naquele momento, entre *contagionistas* e *não-contagionistas*, para depois conceituar, tomando de empréstimo de um outro autor, as teorias:

“Quer mediato, quer imediato, o contágio não é infecção. Esta pode nascer como aquele de influências telúricas ou atmosféricas; porém repito-o, há entre os dois uma diferença capital que é o seguinte: - o contágio transmite ao homem são os germens mórbidos que se desenvolveram no organismo de um homem doente, com a infecção não sucede o mesmo.”⁶²⁰

E, aproveitando-se da definição ou diferenciação, afirmou que:

“O cólera não se transmitiu nem se transmite só por infecção. O cólera não se propagou nem se propaga só por contágio. Essa enfermidade é, por assim dizer, infeccio-contagiosa.”⁶²¹

E, para provar sua nova e revolucionária assertiva, descreveu numerosos casos que, suspeitava-se, foram por infecção e contágio, e que encontrou na literatura médica européia e americana. Após descrevê-los, foi ao ponto:

“A vista de todos esses fatos notórios e contrastáveis, é forçoso que cheguem todos a um acordo. A epidemia do cólera é infecciosa, porque, antes de tudo, é natural que os seus primeiros germens rebentassem espontaneamente de influências nocivas geológicas ou atmosféricas. O animal atacado pelo flagelo recebeu-o da terra com a geração do cólera o que sucedeu com a geração do primeiro homem.

(...)

A epidemia do cólera é contagiosa, porque faz que haja transmissão de um afecção mórbida do indivíduo doente a um ou mais indivíduos sãos, por intermédio de um princípio material, produzido por uma elaboração mórbida específica, princípio, que transmitindo-se ao indivíduo são, determina-lhe, os mesmos fenômenos e expressões sintomáticas observadas no indivíduo de onde procedeu.

(...)

⁶¹⁹ Joaquim Silverio de Azevedo Pimentel. *op. cit.*, (página 75).

⁶²⁰ Rozendo Moniz Barretto. *op. cit.*, (página 44).

⁶²¹ *Ibid.*, (página 44).

Ainda que, como causas sejam opostas, porque não admitir que o contágio e infecção sejam causas concorrentes na mesma epidemia, modificando-se uma ante à qualidade ou quantidade das influências telúrico-meteorológicas, e outra ampliando-se conforme a negligência dos regimes doméstico-higiênicos?”⁶²²

Para ele o cólera era uma doença infecto-contagiosa. Se as *influências telúrico-meteorológicas* agiam para o aparecimento do mal, igualmente era preocupante que a *negligência dos regimes domésticos-higiênicos* contribuísse para o desenvolvimento da moléstia. O médico não obteve uma outra saída para explicá-lo. Ele indagou sobre o porquê da doença invadir *um quarteirão habitado por gente rica e asseada, poupando os bairros pobres e imundos*, sendo que em outras ocasiões, atacava *habitantes de uma cidade que não se comunicava, havia três anos, com pessoas de fora*.

Malgrado tudo, ressaltou que:

“Demais no estudo do contágio e infecção, é preciso estabelecer que as predisposições ficam sempre fortes, por efeito, da intensidade da força vital inquebrantável, ou tornam-se fracas em razão de certos desregramentos nos hábitos e desprezos para certos achaques, por menores que sejam.”⁶²³

A questão de auto-controle é, além de outras, o que se explicita nos seus escritos. Seja a doença infecciosa ou contagiosa, a disciplina dos indivíduos, em sua higiene, tanto física quanto mental, era imprescindível para a tentativa de, num primeiro momento, evitar uma moléstia como o cólera e após um segundo, do “infecto-contágio”, um estado de espírito tal que colaborasse decisivamente com o tratamento prescrito pelo saber médico, baseado na ciência. Então, sabendo dessa observação, pergunto: como homens, inválidos, debilitados, fazendo correrias e transgressões, motivadas por várias razões, mas muitas vezes regadas por bebida alcoólica, não seriam atingidos por algum mal? Como manter, sob controle, homens que mesmo enfraquecidos, se entregavam a *uma caldeirada de peixe*, ou mesmo amontoados, e indisciplinados, em vários pontos da Corte e em Niterói? O grande número de inválidos do mesmo modo não se constituía uma preocupação sanitária? Encerrados nos aquartelamentos, mas ainda tendo contato com a população, não poderiam, perigosamente, contribuir para o aparecimento de uma epidemia?

Moniz Barreto vai mais além, porque buscou uma saída para tentar convencer seus arguidores sobre a possibilidade de seu pensamento. Ele se utilizou de algo que denominou de *incubação* ou *silêncio dos germens*:

⁶²² *Ibid.*, (páginas 45 e 46).

⁶²³ *Ibid.*, (página 47).

“Resta-me agora estudar e dizer a causa que atua para que muitas vezes um indivíduo em perfeita saúde, saindo de um porto infectado do cólera, chegue a uma localidade intata e, poucos ou muitos dias depois, apresente-se com todos os sintomas da moléstia. Isto quer dizer incubação, que muitas vezes se explica pelo silêncio dos germens morbíficos, manifestados à proporção que acham condições favoráveis a seu desenvolvimento. Tudo isto pratica-se quer por experiências feitas nas plantações normais, quer por descobertas de certos enamorados pela investigação das maravilhas da natureza, quer por fatos acontecidos e notórios.

No primeiro caso estão as sementes de cevada, que, plantadas ao mesmo tempo, admiram o plantador, quando este vê, que depois de três meses brotam folhas da quarta ou quinta parte dos grãos. E não se dão esses fenômenos só com os germens nas mesmas condições de terreno, de ar, de sol e de água.

(...)

Aplicando ao cólera a teoria do silêncio dos germens, ela favorece a minha opinião, porque pode provar o contágio ou a infecção desta moléstia: - contágio quando se queira atribuir infecção ao indivíduo que se apresenta com os sintomas do cólera num lugar inviolado pela epidemia, sem se saber que esse indivíduo já esteve numa localidade; - infecção, quando se queira atribuir contágio ao indivíduo que, sem comunicar-se com lugares, pessoas ou objetos contaminados pela epidemia, é vítima dela, que foi trazido talvez pelos ventos.

Seja o cólera contagioso, seja infeccioso ou seja infecioso-contagioso, o certo é que todas as cautelas são poucas e é de mister que fale o médico ao povo com toda a verdade exigida pelo juramento que prestou.

Ou porque eu não compreenda todas essas teorias que por aí pululam ou porque elas não tenham bastante fundamento, melhor é que me deixe arrastar pela corrente dos fatos. Esses fatos são de duas ordens antagônicas: crendo em ambas e convicto de que o contágio não exclui a infecção, atrevo-me ainda a dizer que o cólera é infeccio-contagioso.”⁶²⁴

Poder-se-ia considerar os *inválidos da pátria* como incubadores do *germen*?

Talvez, alguns dos homens que estivessem com ele, a bordo do transporte *Vassimon*, retornando de Humaitá, portassem o *germen* incubado, e fossem indivíduos que não observavam um comportamento equilibrado, e dadas essas circunstâncias, a doença manifestou-se em seus organismos “surpreendentemente”, nos locais em que foram inicialmente alojados, para depois serem transferidos, inválidos e prisioneiros, pelo preocupado Muritiba, sob ordens do inquieto imperador, para Jurujuba. É óbvio que a tese de Rosendo foi uma tentativa de justificação por sua incúria, quando liberou, junto com o *Dr. Guaíba*, todos os passageiros, ocultando as reais condições sanitárias do navio, que foi *seqüestrado*, para *desinfecção*. Seu texto foi uma tentativa de se livrar de qualquer e eventual punição ou censura que lhe fosse dirigida pela sua falta de responsabilidade, e que, conforme foi visto, motivou grandes preocupações em outras esferas, em outros indivíduos que se inquietavam e tinham como responsabilidade a

⁶²⁴ *Ibid.*, (páginas 49 e 50).

manutenção sanitária e higiênica da Corte, como Jose Pereira Rego, os ministros e até mesmo o imperador, que certamente nunca esteve afeito aos assuntos. Rosendo sabia que o seu ato, ou a ausência de um, ocasionou problemas envolvendo as autoridades. Sua tese, tratando do assunto, foi uma tentativa, a mais à mão, para apagar uma mácula em sua carreira, que estava em seu início. Uma estratégia para se reabilitar.

Entretanto, se nem todos fossem, potencialmente, partidários das idéias de Rosendo, no fundo, não significa muito, porque sua tese, apesar de ser, em um primeiro momento, simplesmente, uma tentativa de se justificar pela razão de seu comportamento e responsabilidade no episódio do *Vassimon* em setembro de 1868, e que buscava, com ela, a sua reabilitação profissional e moral; é certo que igualmente ofereceu muitos e importantes subsídios, quando operacionalizou suas idéias na tese, como do mesmo modo possibilitou condições para perceber e pensar a relevância de como as incertezas, produzidas pelas quase que intermináveis discussões entre *contagionistas* e *não contagionistas* poderiam ter influenciado a criação do AIP, e o quanto os *inválidos da pátria*, dadas as suas particularidades físicas, e até mesmo seu comportamento, indisciplinado, pudessem infundir medo nas autoridades. Independentemente de contágio ou infecção, o que vai ficando claro é de que essas discussões médicas, higiênicas e sanitárias não podem ficar de fora quando se pensa no AIP, e até mesmo em uma dimensão bem mais ampla e complexa como a guerra e as suas diferentes fases, tradicionalmente delimitadas pelas trocas dos diversos comandos gerais, dos “grandes comandantes”. Se as observações sanitárias envolvem dimensões que soam relativamente estranhas - isto é, se não for levado em consideração em que contexto foram presentes e em que casos ou circunstâncias, e que envolveram disciplina e auto-controle, a busca de um *espírito* mais equilibrado - naquele momento não era algo que passava despercebido ou era irrelevante. Da mesma forma, se o conhecimento científico sobre essa doença, entre outras, era incerto, no mínimo em sua etiologia - conforme fica explícito no trabalho do médico veterano, incerteza presente nas práticas sanitárias e higiênicas promovidas pelas atividades médicas das comissões de saúde pública - as opiniões emitidas pelas autoridades igualmente eram dúbias sobre o assunto, da mesma forma que suas iniciativas. Defendo que os inválidos poderiam ser enquadrados em, absolutamente, todas as medidas sanitárias ao alcance, quer as explícitas, quer as implícitas, quer as que fossem produto da suspeição médica, consubstanciadas nos corpos e suas particularidades fisiológicas, nos lugares interpretados como salubres e insalubres, e nos indivíduos indisciplinados e descontrolados, e portanto com um estado

de espírito tal que os predispunha ao mal, nascente e de livre desenvolvimento em seus organismos debilitados. A intenção da construção do AIP envolvia, recorde, numerosas pessoas, que exerciam o comércio, que eram militares ou mesmo funcionários da administração pública, e conforme se viu ou se verá, todos tinham, de uma forma ou de outra, preocupações com os aspectos sanitários ou disciplinares que envolvessem os *inválidos da pátria*.

Rosendo continuou com sua tese, e em sua parte intitulada *profilaxia* apresentou alguns dados importantes. Ele sabia, que mesmo que todas as regras de higiene fossem rigorosamente cumpridas, elas não garantiriam que uma epidemia de cólera desaparecesse, pois, o mais importante era que cada indivíduo ficasse atento com *seus hábitos, costumes e alimentações, porque da regularidade e discricção em todos eles resultariam grandes vantagens aos que por livres de um contágio, não estavam imunes às influências morbíficas do ambiente infeccionado*. Tanto acreditava nisso, que exemplificou:

“O velho que abatido nas forças físicas, mas cuidadoso de equilibrar um resto de forças com um modo de viver próprio à senilidade, repentinamente muda de hábitos e refeições, julgando, talvez, que essa mudança sirva de readquirir-lhe o vigor já perdido e abroquea-lo contra as fúrias de uma epidemia reinante, o velho que assim procede não poderá escapar ao flagelo.

O jovem que, estribado nos ardores da mocidade e na robustez de que ela dispõe, continua nos seus hábitos desregrados, nos seus vícios antigos, entrando nas orgias, saindo delas embriagado de prazer alcoólico e só dormindo o tempo necessário para o recomeço da crápula, esse ente inimigo de si mesmo, apesar da exuberância da seiva que os poucos anos lhe dão, é a mais fácil das vítimas da enfermidade epidêmica.

A mulher que, no período do fluxo catamenial, ouvida-se do resguardo que lhe convém em tal ocasião, e toda entrega-se a variedades de hábitos loucos que lhe alimentam a vaidade, certamente que não será preservada ante os horrores de uma epidemia, qual a do cólera.

O desajudado obreiro que, à mingua de recursos para sustentação de sua pobre família, emprega, a todas as horas do dia, o braço honrado a tirar das maravalhas da plaina os vinténs da custosa subsistência, e quando regressa ao desventurado lar nem acha com que enxugar os suores da fronte e agasalhar no catre os membros extenuados que só pedem o sono; esse infeliz homem, que nem pode observar uma dieta, se a caridade do médico lhe não proporcionar os meios, será dos melhores alvos à sanha da epidemia do cólera.

O mesmo sucederá com o prisioneiro que estiver num país, onde a enxovia seja um meio torturador do corpo e não a farmacopéia das úlceras da alma, que dão lugar muitas vezes aos ímpetos e reincidências do assassinio e do roubo.”⁶²⁵

O conhecimento médico quer entrar nos lares e nas prisões, quer manter a sua atenção inquisidora para os logradouros, imiscuir-se na vida de cada um, idosos, jovens,

⁶²⁵ *Ibid.*, (páginas 62 e 63).

mulheres, soldados, operários e presos. É explícito na tese de Rosendo, também o é nas instruções das comissões paroquiais criadas por José Pereira Rego. A intervenção na sociedade se consubstancia na vigilância, no policiamento de tudo que pudesse ser causador da doença. Era, igualmente, como seu objetivo, a destruição dos componentes do espaço social interpretados como perigosos, porque o eram como causadores de desordens médicas; era transformar uma desordem em ordem, por meio de esforços e ações contínuas e planejadas de policiamento e controle da vida social.⁶²⁶ Uma vida desregrada, cujo indivíduo não observasse *a regularidade*, a permanência dos bons hábitos e da disciplina seria fatalmente atingido pelos flagelos epidêmicos. Os que tivessem *hábitos loucos, desregrados e vícios antigos*, e que vivessem constantemente em *orgias*, na *crápula* e na *embriaguez* seriam mais facilmente *vítimas da enfermidade epidêmica*. O que envolvesse a saúde, pública, era objeto dessa medicina social; mormente os perigosos hábitos dos cidadãos, que pelas maneiras de se interpretar a profilaxia, acabavam se transformando em objetos de estudo e de constante intervenção. Essa era a intenção dos médicos higienistas, bem como determinavam, nessas condições, indisciplinadas e irregulares, as medidas que estavam ao alcance das autoridades políticas, como os ministros e o próprio imperador, que possuíam o poder de decisão e execução dos atos administrativos, que visavam a manutenção da higiene pública.

Novamente retorno ao livro *Danação da Norma*,⁶²⁷ para pensar sobre a conduta, e o controle sobre os homens. É claro que a medicina social, possuía o saber, e desejava o poder de efetiva intervenção, isto é, ser social e ao mesmo tempo política. A chance de transformação se legitimava no social; mas apenas quando colocada em prática no plano político. Não era apenas considerar a doença de forma isolada, e Rosendo deixa isso explícito em suas observações. A atenção e o objeto da medicina se deslocava da doença e se ocupava com a saúde; porque era social, mas igualmente preventiva. Não era somente com a cura que se deveria ocupar, ela deveria do mesmo modo estar atenta e ser responsável quanto às medidas que fossem tomadas para se evitar ou dificultar ao máximo que a enfermidade surgisse. Esta medicina não ficava restrita apenas ao corpo enfermo; mas do mesmo modo, ser cuidadosa com aquilo que o rodeava, em sua circunvizinhança, no meio ambiente. *O médico vigilante devendo atuar para proteger os indivíduos contra tudo o que, no espaço social, pudesse interferir no seu bem-estar*

⁶²⁶ Roberto Machado *et ali. op. cit.*, (página 258).

⁶²⁷ Roberto Machado *et ali. op. cit.*, (página 247, “*Nada do que é urbano lhe é estranho*”).

físico e moral.⁶²⁸ Ela, a medicina social, representava um novo tipo de conhecimento sobre o homem, tematizando-o física e moralmente. Sua atenção e intenção não ficaram restritas ao seu contorno, mas ampliaram-se, observando e estudando-o através de sua relação com o meio em que vivia, como, da mesma forma, na análise da natureza e da sociedade. Sua ação não se limitava ao organismo vivo, porque ele integrava um outro, o social. Sua intenção, como portadora de saber, e de ação, era civilizá-lo; portanto, disciplinar o organismo no meio urbano.

O conhecimento médico considerava-se uma ciência de observação, e como tal, igualmente detentor e operacionalizador da investigação científica; por isso, não possuía fronteiras. No entanto, a saúde havia se tornado uma questão social, porque eram necessárias autoridades efetivas, com a função de preservá-la. Do ponto de vista sanitário - e não apenas restrito ao sujeito - para haver a regularização e a organização, eram necessários a supervisão da saúde da população, o esquadramento dos espaços, o bem estar dos seus habitantes e a conseqüente segurança do Estado. Havia, para abranger todos estes aspectos, a necessidade da medicina se organizar como um poder político, projetando-se para o futuro, na formação do cidadão, que só o seria se fosse transformado de povo - massa confusa guiada pelos instintos e sentidos, pelo arcaico - para um homem identificado e percebido em relação com outros homens, imersos em um convívio harmônico; mas, intrinsecamente, e sempre, um cidadão condicionado e vigiado por uma ação perene de verificação, avaliação e controle.

Entretanto, não se deve esquecer que durante os anos da guerra, a instituição médica estava em um processo de desenvolvimento e consolidação no Brasil, buscando seguir modelos europeus que foram sendo, gradativamente, apropriados e adaptados, na medida do possível, pelos médicos brasileiros. A tese dos cirurgiões veteranos, e o trabalho de Carlos Frederico deixam isso explícito, mas é algo que ainda não foi analisado, profundamente.

Todavia, chama a atenção, que, no início da segunda metade do XIX, as discontinuidades administrativas, presentes nas trocas de gabinetes, a presença de um ensino sem condições para atender às demandas e exigências de qualificação profissional, a falta de critérios que levassem em consideração o mérito, e o trabalho médico ocupando uma posição subalterna, quando disposto no conjunto das iniciativas governamentais, e inclusive, sob a dependência da burocracia imperial, desprestigiavam

⁶²⁸ *Ibid.*, (página 248).

os que escolhiam a carreira, e eram sinais inequívocos dos limites dos médicos, em relação à sua participação no poder decisório. Segundo Flávio Coelho Edler, que analisou as reformas do ensino médico, na Corte, entre 1854 e os trinta anos posteriores, até então, e segundo uma linha de pesquisa da qual discordou, que havia considerado a *idéia de existência de um vínculo funcional entre o projeto médico sanitário e a ordem social imposta pelo Estado Imperial*, como se fosse algo *plenamente estabelecido, consolidado institucionalmente, estável e homogêneo*, que pressupunha *uma harmonia de interesse entre os médicos – agentes veiculadores do saber produzido e reproduzido pelas instituições médicas e a classe senhorial dominante*. Havia uma dedução mecânica - por aquela linha de interpretação - *tanto da legitimidade, quanto o status privilegiado e uma suposta autonomia da medicina*.

Buscando uma nova interpretação, e em contrapartida, Edler procurou fazer uma *análise processual da medicina, de sua institucionalização*. Buscou verificar *à trajetória que levou à legitimação profissional dos discípulos de Esculápio*. Para isso, verificou as *mediações políticas e ideológicas referentes ao processo de apropriação e adaptação das disciplinas científicas e dos modelos institucionais*, flexíveis e especializados, *que revolucionaram a medicina acadêmica européia, no século XIX*, bem como *a apropriação dos diferentes paradigmas disciplinares pelos médicos brasileiros, os programas de pesquisa reivindicados pelas elites médicas e a sua capacidade em impor reformas institucionais que ampliassem o poder corporativo*. A rigidez que marcou as instituições médicas herdadas e mantidas até meados do século XIX, no império, gerou *uma profunda crise da profissão*. As reformas, no ensino, presentes naqueles anos, deixaram claro, ou *revelaram um crescente consenso sobre o esgotamento dos padrões institucionais* vigentes, e que precisavam ser renovados ou substituídos. Da mesma forma, *impuseram fissuras nos mecanismos de aliciamento e cooptação das elites médicas forjados no período de maior estabilidade de todo Império*.⁶²⁹ Havia a necessidade de mudança, para sair da excessiva influência da burocracia imperial, o que assinala que os médicos não possuíam tanto poder e prestígio, sendo então precipitado considerá-los “onipotentes” na execução de medidas que visavam assegurar a saúde pública. O conhecimento científico sobre o assunto influenciou as medidas de manutenção, em um lugar estratégico, como a Corte; mas até

⁶²⁹ Flávio Coelho Edler. *As Reformas do Ensino Médico e a Profissionalização da Medicina da Corte do Rio de Janeiro. (1854 – 1884)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. História Social. São Paulo, 1992.

aí, afirmar que foram os profissionais médicos que as impuseram, é algo distante, e certamente carece de pesquisas. Tenho em mente que, tendo o AIP como objeto de estudo, e um curto período, limitado aos anos da guerra; a burocracia imperial não ficou alheia ao que era discutido e defendido, sobre a matéria, na Europa, e principalmente em seu cotidiano exercício de poder, quando buscava, junto com os médicos lotados nas instituições oficiais, ou “cooptados”, implementá-las.

Tendo em conta o AIP, e os *inválidos da pátria*, como do mesmo modo, observando as posições médicas, que interpretavam ao seu modo a origem dos males, nota-se, em um primeiro momento, grandes diferenças entre partidários do *miasma* e do *contágio*, presentes na prevenção, no combate ao mal e na terapêutica a mais apropriada; mas, que, no entanto, em um segundo, ainda que guardassem, em seu bojo, vários conflitos, ou se chocassem em alguns aspectos, surgidos pelas contendas presentes em suas diferentes interpretações, observa-se que os partidários das teorias levavam sempre em consideração, invariavelmente, as condições provenientes do mundo externo e, ou, o contato entre os homens. Isto é, se o contato entre os homens doentes e os sãos poderia acarretar o contágio, indivíduos indisciplinados, aparentemente saudáveis, todavia que não observassem uma vida regrada, disciplinada e equilibrada, provocavam condições, ou predisposições orgânicas, e igualmente mentais, para serem atingidos pela enfermidade, que poderia se desenvolver com o contato com outros homens doentes, ou em lugares que ofereciam condições interpretadas como insalubres, e portanto que liberavam o veneno do cólera, entre outros, e que adentravam no organismo debilitado ou com predisposição. A própria condição moral, se não estivesse equilibrada, era, igualmente, uma outra enfermidade passível de atuação pelos seus perigosos desdobramentos.

A tese de Rosendo é um exemplo de como essas teorias, aparentemente opostas, se aliavam, em determinados momentos, quando conservavam como objeto de estudo e intervenção os lugares e os homens. O AIP não foi criado, acredito, por uma comissão médica, composta por lentes e catedráticos que com o seu saber médico, de bases pretensamente científicas, definiram-no em seus contornos externos e internos, e que estudaram o estabelecimento e os homens que receberia. O único que fez menção sobre essa parte foi Paranaguá, em seu relatório anual, mas, as discussões entre *contagionistas* e *não-contagionistas* e os seus pressupostos gerais podem ter influenciado os administradores, e principalmente o próprio imperador, na hora de criá-lo, visando a atender um tipo de indivíduo - o inválido, doente, mutilado, sem disciplina - que

precisava ser encerrado em um estabelecimento dirigido e especializado a ele e suas características gerais, físicas e morais.

Tendo por base um outro estudioso da matéria, Rosendo citou algumas condições para a atenuação dos males:

“E já que falei nas condições higiênicas, que por vezes têm obrigado as populações contra a epidemia, transcrevo aqui, textualmente, o que diz o Dr. Jackson, relativamente à Filadélfia, que por tais condições pôde atenuar a violência da epidemia, circunscrevê-la e diminuir a mortalidade:

I. – A edificação da cidade; apresenta vastas praças, separadas por espaçosas ruas bem calçadas; conseqüentemente não há acúmulos, o arejamento é suficiente e o asseio é facilmente mantido.

II. – Água pura e abundante, que assegura à população uma bebida salubre e permite um estado de perfeita limpeza às ruas, aos becos e aos passeios públicos.

III. – As ordens da polícia sanitária. A execução delas era confiada aos conselhos da cidade, aos comissários dos diferentes subúrbios, às juntas de higiene por eles nomeadas e ao conselho supremo de saúde. Eis quais as principais medidas ordenadas: pesquisar todas as causas de insalubridade e arredá-las imediatamente; velar sempre no asseio da cidade, estabelecer em diversos pontos hospitais abundantes de médicos necessários ao tratamento do cólera; publicar as instruções da junta de saúde para dar a conhecer os meios mais seguros à prevenção da moléstia, ou a combater os seus primeiros sintomas.

IV. – Antes de rebentar a epidemia em Filadélfia, a missão enviada ao Canadá instruiu o povo a respeito da evolução dos diferentes períodos do cólera, assinalou a existência quase constante dos sinais premonitores, indicando os seus caracteres distintivos. Essas instruções chegaram ao domínio público, por meio de gazetas e documentos distribuídos e afixados. Resultou que, antes de chegar a moléstia, toda a população ficou ciente da sua etiologia e do seu tratamento; conheceu o modo de invasão e os sintomas iniciais; soube também que podia combater vantajosamente a epidemia, durante esse primeiro período, contanto que recorresse logo aos conselhos dos médicos. Ora todas essas precauções foram desprezadas em Quebec, em Montreal e em New York, que se deixaram surpreender pelo flagelo, bem longe de preveni-lo, e, quando, finalmente, usaram de medidas análogas, já lavrava o cólera em toda sua violência.

V. – Os cidadãos, confiados na sabedoria do conselho de saúde, na salubridade de sua cidade, nas instruções dos médicos, ficaram tranqüilos e calmos, sem que nem um se entregasse a um terror pânico; esse estado moral contribuiu muito para abrandar a severidade da epidemia e diminuir o número dos enfermos. Não se fecharam os armazéns, ninguém se retirou para o campo antes do estio rigoroso. Um estrangeiro que entrasse em Filadélfia e visse a atividade alegre que reinava nas ruas, jamais teria suspeitado que estávamos sob o peso do mais terrível dos flagelos.

(...)”⁶³⁰

Água potável, *pura*, abundante, portanto salubre - e o mais importante, que *permite um estado de perfeita limpeza*, sendo os seus alvos as *ruas*, os *becos* e os *passeios públicos* - sempre foi um item presente nos relatórios que tratavam sobre a construção de asilos para os militares. Recordo as observações de José Pereira Rego sobre Jurujuba, e em seu texto impresso sobre a higiene necessária na cidade, que

⁶³⁰ *Ibid.*, (páginas 63 e 64).

deveria ser promovida pelas comissões paroquiais, de 1865, no primeiro ano da guerra.

A água, ou a ausência dela, resultou em uma preocupação e limitação evidentes nas observações da comissão da marinha promovida na década de 50, para o erguimento de um asilo para os marinheiros, também se fizeram patentes, a preocupação e a limitação, nos estudos realizados pela comissão de obras militares, sobre o terreno que seria doado na região entre *a Lagoa Rodrigues de Freitas e Copa-Cabana*, na *Restinga*, e que foi recusado pela falta do líquido em condições suficientes, ou mesmo na construção do AIP na ilha do Bom Jesus, que só foi possível com a construção de um custoso e inédito sistema de abastecimento de água que se utilizava de canos de chumbo submarinos, importados de Liverpool, ligados do morro do Barro Vermelho, em São Cristovão, ao reservatório de água recém construído e localizado na parte mais elevada da ilha e que demandou, além de grandes gastos com o material importado da Inglaterra, técnicas de engenharia nunca antes realizadas no país e no continente, e, segundo os jornais, supervisionada e inaugurada pelo próprio imperador. Estabelecer *em diversos pontos os hospitais*, da mesma forma era um recurso para se combater uma epidemia, pois o acúmulo, pelo grande número de homens, (*aglomerados*), era um foco perigoso do mal, e um foco agravado pelos que mantivessem comportamentos desregrados. Entrementes, quando esses estabelecimentos fossem distribuídos, a sede potencialmente pestilenta se enfraqueceria, além de tornar o combate de uma provável epidemia mais fácil e as suas inconvenientes conseqüências serem praticamente anuladas. A repartição de inválidos nos quartéis da Corte e em Niterói, bem como a partilha de casos crônicos para serem tratados nos hospitais militares da Corte e de Andaraí, e a formação, durante um certo momento, por *conselhos higiênicos*, de uma companhia de inválidos na Praia Vermelha, visavam isso.

A preocupação era latente, pois que em correspondência do dia 25 de abril de 1870 - portanto um pouco mais de um mês após o encerramento da guerra, e inserida no período de desmobilização, com várias unidades retornando ao Rio de Janeiro - entre o presidente de província, Diogo Teixeira de Macedo e o ministro da guerra, Barão de Muritiba - o primeiro manifestou uma inquietação; *os inconvenientes que resultavam do transporte das praças enfermas de febre amarela aquarteladas na Armação*, para a Corte, nas *barcas* regulares, que ligavam Niterói à Corte, com os seus habituais passageiros. Criava-se, com esse procedimento, *o perigo que podia dar-se de infecção e*

*contágio nas pessoas dos passageiros.*⁶³¹ O presidente acreditou ser justa a consideração, que parecia, para ele, muito bem fundada.

Rosendo, em outra parte intitulada *tratamento do cólera*, recomendou uma série de medidas para tratar dos pacientes, entre elas, estão as substâncias apontadas por ele como as mais eficazes, os locais mais propícios para a recuperação, bem como a maneira como o tratamento deveria ser executado. Segundo ele, *quando em tal período esses medicamentos não forem auxiliados pelo repouso e por uma restrita dieta, sempre resultariam o agravamento do mal com a aparição do segundo período, mormente se a quadra for epidêmica*. Ele aconselhava que:

“Quando a epidemia do cólera flagelar numa localidade que previamente não seja o foco de moléstias rebeldes, o obter da reação um resultado pronto e satisfatório há de ser mais fácil ao médico, do que nos lugares já viciados por essas moléstias, atento que os doentes desembaraçados do cólera voltarão a sofrer mais gravemente das enfermidades antigas ou começarão a manifestá-las, por efeito da tendência que tem a contraí-las a organização que tão alterada foi pelos estragos do flagelo. Abalanço-me a dizer isto, porque presenciei-o no teatro da guerra.”⁶³²

A ilha do Bom Jesus, tradicionalmente detentora de funções de isolamento, que comportou um leprosário, local utilizado para quarentena de navios e mesmo de enfermarias e unidades militares, inclusive pequenas frações de inválidos, estava livre de *vícios* de *moléstias* pela sua própria topografia, e que era servida, constantemente, pelos ventos que adentravam pela Baía da Guanabara, conforme Paranaguá observou em seu relatório anual à Assembléia. Muitos *inválidos da pátria*, certamente, durante o tempo em que ficaram em campanha, adquiriram várias doenças, e possivelmente muitos eram sobreviventes do cólera e até mesmo da febre amarela, varíola e tifo. Se eram homens enfraquecidos pelas moléstias, eram perigosos por estarem, segundo as observações do doutor Rosendo, propícios, por sua debilidade orgânica, à ação do flagelo, bem como outras doenças de caráter epidêmico. Além disso, conforme já trabalhado e que será melhor desenvolvido, não tinham disciplina - comportamento essencial para resguardá-los, e conseqüentemente assegurar a boa saúde da cidade – e que cometiam numerosas desordens pela Corte e em Niterói.

Defendo a tese de que o inválido pode ser somado ao grupo indesejável, isto é, quando situado explicitamente no contexto de reordenamento na Corte, da expansão

⁶³¹ Arquivo Nacional. IG 1 146. Ministério da Guerra. Correspondência Presidente de Província do Rio de Janeiro. (1866 – 1870).

⁶³² *Ibid.*, (páginas 72 e 73).

urbana condicionada pelo aumento gradativo de mão de obra livre, proveniente da imigração, do tráfico interno de escravos, sendo que as idéias e práticas de salubridade pública, de higienização, se tornavam gradativamente mais fortes, junto com o capital que igualmente se expandia pelos espaços, e que acabaram por orientar cada vez mais as práticas administrativas que visavam o efetivo controle sobre essa parcela da população, em constante suspeição, que deveria ter sua vida de todas as maneiras possíveis controlada. Porém, os *inválidos da pátria* possuíam algumas particularidades, que merecem consideração, que não podem ser perdidas, mesmo porque são elas que legitimam todos os discursos sobre eles, seja o de caráter assistencial ou um outro, de traços paternalistas, utilizado pelo magnânimo imperador. Eles eram produto de uma guerra na qual o Brasil estava envolvido, de um conflito visto e justificado aqui como o da civilização contra a barbárie, “fruto” de uma mobilização em massa com apelos patrióticos, mas assegurada, em sua aparência, por decretos que visavam beneficiar os voluntários e suas famílias, e que na prática pouco representaram naquele momento. Deixá-los sem assistência seria se igualar ao inimigo, um ato bárbaro do civilizado império, mormente se permanecessem desprotegidos e esquecidos; mas, inoportunamente, e de maior significado, apesar de ser “subterrâneo”, seria criar um novo problema social, com homens ociosos, mutilados e doentes perambulando pela Corte ou em suas províncias de origem e conseqüentemente causando problemas disciplinares e sanitários às autoridades, como na prática foram promoveram durante os anos da guerra. Talvez, e aí reside a minha afirmação, a melhor saída fosse a criação do *Asilo dos Inválidos da Pátria*, ou a reformulação da antiga idéia, de um *Asilo de Inválidos da Marinha* ou do *Exército*, aparentemente, segundo todos os discursos - que ainda subsistem nos dias atuais, presentes nas poucas referências sobre o AIP, como a do contemporâneo senador - um símbolo das supostas gratidão e justiça, fruto da dívida de reconhecimento que o governo e a sociedade nominalmente contraíram com os que derramaram seu sangue pelo país; e que, por isso, mereciam um melhor tratamento; mas, que encerrava em seu interior e ao redor, homens que eram temidos e indesejáveis pelas suas peculiaridades e que pelo mesmo estabelecimento seriam higienicamente isolados, vigiados e disciplinados por um condicionamento militar. No entanto, não descarto a conveniência de se resolver, com a criação do AIP, e isso da mesma forma transparece na documentação, os problemas oriundos de militares inválidos da marinha e do exército em tempos de paz. O estabelecimento havia sido desejado pela administração pública décadas antes de se concretizar definitivamente em 1868, e

posteriormente, durante quase um século, serviu de abrigo aos militares que estavam na situação de inválidos, permanentes ou temporários. Todavia, com a demanda da guerra, o problema não poderia mais ser resolvido da maneira com que até então havia sido administrado; ou seja, o funcionamento de asilos, efêmeros, com efetivos de companhias, que não tinham a capacidade de alojar quantidade significativa de internos, e o que é pior, recordando a fala de João Lustosa da Cunha Paranaguá, o ministro da guerra, no relatório de 1867; *sem disciplina, ordem e asseio*, que, na prática, eram (...) *mais centros de distúrbios, e focos de vícios do que asilos protetores dos mutilados da pátria*.⁶³³ Acredito que a fixação do asilo resolveria - além de isolar os homens doentes e mutilados oriundos do Paraguai - outrossim os problemas que se constituíam os reformados inválidos, comuns usuários dos antigos e fracassados asilos, cuja má experiência, para a administração, ou os seus treinados membros, alertou para a execução de um novo projeto, sendo que não se poderia mais cometer os mesmos erros, ainda mais em uma conjuntura que envolvia uma guerra que pela primeira vez havia provocado a mobilização nacional e o embranquecimento dos cabelos e barbas do imperador.⁶³⁴

Talvez, o seguinte documento, publicado em um jornal da Corte, em março de 1868, possa oferecer mais subsídios sobre o que afirmei no último parágrafo e certamente para outras constatações:

“O Inválido da Pátria

I – O que o mundo chama defeito, no inválido significa nobreza.

A elegância efeminada encobre as mutilações, disfarçadas, supre-as; o inválido, pelo contrário, tem orgulho de expô-las a todos os olhos porque assim prova a bravura dos seus feitos e demonstra o denodo do seu patriotismo.

Falta-lhe um braço?

Perdeu-o, combatendo o inimigo.

Teve de menos um olho, as mãos, as pernas?

No meio da pugna, as balas lh’as deceparam, e como despojos inúteis, lá ficaram no campo dos combates.

O que provam tais mutilações?

Que ele barateou a vida em prol da honra de seu país.

Compete-nos a nós criar erguer e sustentar abrigos aonde o inválido encontre repouso, e possa, isento de privações, passar acatado o resto de seus dias.

Bem dignas de respeito são as cicatrizes do soldado que se tornou inválido no serviço da sua nação.

⁶³³ BRASIL. *Relatorio apresentado a Assembléa Geral na Primeira Sessão da Decima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios da Guerra João Lustosa da Cunha Paranaguá*. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1867. (página 40).

⁶³⁴ Lilia Moritz Schwarcz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Companhia das Letras. São Paulo, 2002.

II – Que falange brilhante de guerreiros é essa, que aí vem ao som de vivas populares?
Para onde ides, soldado?
A castigar a insolência do estrangeiro vizinho, e vingar a dignidade ultrajada da nação.
Deus proteja a causa santa que ides defender, e vos reconduza ao seio da pátria cobertos de louros, afim de receberdes as devidas recompensas da nossa gratidão.
E a falange marcha, e marcha aos festivos sons de música marcial.
É fora do embarque e das despedidas.
O oficial mais graduado sai das fileiras; oscula a mão augusta do chefe da Nação, e ao receber a honra do abraço imperial, recebe o estandarte auri-verde, em seu nome, e no dos seus camaradas, para defender esse penhor sagrado da nossa nacionalidade até a última gota de sangue.
E jamais contou-se perjúrio entre os defensores da pátria.
Inutilizam-se, morrem; mas não mentem o juramento, e nem se rendem ao inimigo.
Abençoados seja o soldado que assim se cobre com os louros da vitória.

III – Vede
Deu sinal o clarim da pugna.
Frente à frente com o inimigo, investem os nossos bravos.
Ei-los quais leões arremessados no meio das hostes adversas. É uma confusão tremenda.
O campo junca-se de cadáveres. O chão ensopa-se de sangue, e só estrugem no espaço medonhos estampidos.
É a convulsão da natureza promovida pelos meios destruidores da ciência militar.
Quando o fumo se dissipa, lá está flutuando radiante o estandarte auri-verde, diante da nossa falange de bravos.
E, vencedor, marcha o exército da liberdade e da civilização por entre destroçados inimigos; e ei-lo a persegui-los na fuga desordenada, em que se precipitam para salvar a vida.
Abençoado seja o soldado que assim se cobre com os louros do triunfo.

IV – Vencemos, embora o chão se alastresse de cadáveres de nossos guerreiros e, estendidos pelo campo, gemam soldados feridos.
O pavilhão flutuando assevera que ganhamos mais uma vitória.
Hosamos ao vencedor, e sempre assim será, porque no peito do nosso soldado o entusiasmo é fibra, que só não funciona quando o frio da morte se derrama por todas as veias da vida.
E que sentimentos patrióticos!!
No exalar o último alento antevê as bênçãos da pátria, a segurança da família, a educação dos filhos, o sustento da mulher, e a veneração de seus feitos pelos vivos, e pela história.
Inutilizados na contenta, tem nos asilos da pátria o abrigo necessário, e na magnificência do nosso príncipe a remuneração dos seus serviços.
Vitorioso e coberto de louros, o soldado de antemão, embriaga-se nos festejos do regresso, e pensa achar-se já no lar doméstico, contando aos filhos as peripécias da guerra.
Só não lhe passa pela imaginação a honra de hospedar um rei, e hospedá-lo como se fosse um companheiro das lides.
Tão fora do molde ordinário é tal recompensa, que, por esplêndida de mais, a não pode prever.
Apesar disso, teve-a, e grossaram os nossos valentes inválidos.
E hoje, o nosso asilo de inválidos, de uma mansão de pobres soldados, elevou-se à régia habitação.
A majestade do rei, sentando-se à mesa do inválido, e tomando a refeição do súdito, repartiu com eles a magnificência da posição, e subiu o último degrau da escala democrática-social.
Era o único sacramento popular, que faltava ao atual Imperador para ser o verdadeiro ungido da realeza americana.

V – Serviste dignamente o Império, soldado!
Em recompensa dos serviços, aí tens no Asilo um leito para o sono, e a mesa da ração.
E acima desses bens materiais, tens um, que satisfaz a todas as aspirações nobres: o acatamento dos vivos.
Quando passas, contemplam-te com respeito; e consignais de deferência o povo aponta-te como um valente mártir da pátria.
E para maior glória tiveste em tua mesa como comensal o chefe da nação; e elevaste-te à altura régia.
Parabéns a ti, inválido; merecias a consideração que recebeste, mas não tinhas direito de a reclamar, porque nunca te a prometeram.
Fatos desses exaltam os que os praticam; mas cativam para sempre a vontade dos que os recebem.
Quem não desejará hoje expor-se pela pátria para ser um dos seus inválidos?”⁶³⁵

Pela proposta de uma nova interpretação, as amputações e ferimentos não deveriam, no caso dos *inválidos da pátria*, serem vistos como algo humilhante, depreciativo, *efeminado*, sinônimo de incapacidade, ou até mesmo perigosos, ou ameaçadores, não em uma mesma sociedade que não tinha capacidade, como não o tem ainda, de absorver indivíduos com essas particularidades. Apesar dos *despojos inúteis* que ficaram nos campos da batalha, o inválido não deveria ter vergonha de exibir a ausência dos membros e suas cicatrizes, pois eram sinais de sua *bravura* e *patriotismo*, de quem lutou em prol da *liberdade* e da *civilização*. Eram, ou deveriam ser sinais envaidecedores para os soldados idealizados. Eram vestígios indelévels em seus corpos, dignos de *respeito*. Em retribuição ao seu sacrifício, o *inválido da pátria* não seria esquecido, caberia à mesma sociedade *criar, manter e sustentar* um estabelecimento como o AIP, que garantiria o essencial, o *leito para o sono, a mesa para ração*, e o mais importante, em uma sociedade medularmente excludente, igualmente despreparada para receber homens inválidos, *o acatamento dos vivos*!

O corpo não é um dado imutável, o seu estudo revela que há a sua *historicidade*, conforme Jorge Crespo salientou⁶³⁶ Com o aparecimento de novos valores, com o surgimento *das idéias de acumulação e poupança, as preocupações de consumo e dispêndio de energias*, o corpo necessariamente passou por novas interpretações e ações. Essas tiveram origem e resultado *de um longo processo de elaboração social*. Surgiram *novos valores de beleza, felicidade ou juventude*, ligados ao *corpo que se transforma em objeto de cuidados e desassossegos*. Existem, sempre, novas maneiras de *pensar, sentir e agir o corpo* e as suas práticas são o *entrecruzamento dos múltiplos*

⁶³⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, número 68, 10 de março de 1868.

⁶³⁶ Jorge Crespo. *A História do Corpo*. Bertrand Brasil. Difel. Lisboa, 1990 (“introdução”).

elementos políticos, econômicos e culturais. Nas teses dos veteranos cirurgiões, ele é comumente denominado como uma “economia”. Segundo Foucault,⁶³⁷ o capitalismo no final do século XVIII e o início do século XIX, *socializou um primeiro objetivo que foi o corpo enquanto força de produção*, de trabalho. A operação de poder atuante sobre o indivíduo não se fazia apenas na consciência ou pela ideologia, mas iniciava *no corpo, com o corpo*. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. Entretanto, penso que se em primeiro momento, perder um braço ou uma perna era algo aterrorizante, ou lamentável, porque o era em uma esfera eminentemente utilitária, inserida na esfera da produção, visto que os homens haviam se inutilizado; no caso dos inválidos, *da pátria*, com um outro olhar, considerando-se a *pátria*, poderiam ser interpretados, eles e as suas mutilações, como uma prova inequívoca de bravura sob fogo, de homens portadores de um senso de responsabilidade perante o ultraje nacional, o que permitia, então, a existência, em conjunto com a caridade, de uma tolerância, ainda que limitada, em relação aos corpos mutilados, incompletos, inconstantes, indisciplinados e invariavelmente perigosos por suas condições físicas e morais. Uma tolerância que precisava da identificação, para se tornar prática. Se eram *inválidos da pátria*, eram passíveis às ações, e seriam submetidos ao controle, não por meio de forte coerção, mas por domínios “caritativos”. Mas, é certo que muitos inválidos souberam se aproveitar dessa situação, para agirem em benefício próprio.

Outras dimensões que o problema acarretava não foram esquecidas pelo artigo, a *segurança da família, a educação dos filhos, o sustento da mulher, e a veneração dos seus feitos pelos vivos, pela história*. Tudo isto, com a execução do AIP não seria omitido, e serviu como fortes argumentos quando se procurou implementar, com dinheiro de origem pública, graças à subscrição nacional, o projeto de um nosocômio com a finalidade do asilo.

A figura do imperador não foi omitida pelo laudatório, nem quando se despedia no cais, quando as unidades combatentes rumavam em direção ao Paraguai, nas cerimônias de entrega da bandeira, e quando um oficial era selecionado para receber, simbolicamente, em nome de toda a unidade, um aperto de mão do augusto senhor,⁶³⁸ e mesmo depois da pugna, mantinha o seu paternal interesse pelos necessitados. Um rei,

⁶³⁷ Michel Foucault. *Microfísica do Poder*. 13ª edição. Editora Graal. Rio de Janeiro, 1988. (página 80, “O nascimento da medicina social”).

⁶³⁸ Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel. *op. cit.*, (página 34).

que se sentava com os inválidos na mesa, repartindo sua *magnificência*, e subindo o último degrau da escala democrática-social. E com boa dose de exagero, o artigo indagou, sobre quem não desejaria, com tantos benefícios e reconhecimentos à disposição, ser mais um *inválido da pátria*, para poder desfrutar de tanto respeito e consideração com o surgimento do AIP. Porém, não se pode perder de vista que esta publicação “*O inválido da pátria*”, possa ter sido feita para alertar alguns inválidos que estavam promovendo *correrias* pela Corte e Niterói, e que pela visão que deixou transparecer em suas linhas, censurados pela sua conduta eivada de transgressão, deixando evidente que, aqueles que não tinham um comportamento condizente com a imagem construída sobre os *inválidos da pátria*, (humildes e agradecidos pelos gestos caridosos que eram passíveis por suas condições. **Figura 17**), não eram merecedores da compaixão popular - fisicamente provada, em um primeiro momento, no asilo que estava, naquele momento, sendo construído no Bom Jesus - nem dos esforços caritativos e solidários do monarca, homem magnânimo e igualmente humilde, que descia do alto de seu trono, para privar com os homens, em suas simples refeições, dividindo a sua realeza com eles em troca de seu sacrifício de sangue pela pátria. Não se pode deixar de conjecturar se não foi o próprio imperador, ou um colaborador, que fez o tal artigo. E, se ainda não o for, não deixou de estar alinhado com a imagem que o monarca queria transmitir, sobre si mesmo, utilizando-se dos inválidos para a sua projeção. É certo, quando se estuda a vida do monarca, que ele passou boa parte de sua vida mais preocupado com a sua *representação pública do para si próprio*.⁶³⁹

A imagem comum, pública, do qual é comumente interpretado D. Pedro II, é de um homem caridoso, gentil, justo e sábio. Mas, o que o impulsionava para a construção do asilo? Será que ele estava realmente preocupado com os inválidos e o seu bem estar? Uma inquietação limitada à sua benevolência? É igualmente importante estudar a movimentação do imperador, tanto nos jornais, quanto no conteúdo dos seus “bilhetinhos” aos ministros. São notórias, naqueles meses, antes e após a inauguração do Bom Jesus, que suas visitas à Armação e à ilha chegaram a ser em princípio semanais, e posteriormente diárias. Em um mesmo dia, ele saía pela baía da Guanabara e ia visitar os homens em Niterói, depois, atravessando a baía novamente, desembarcava no Bom Jesus para visitar as obras, e conversar com Carneiro Leão, para só assim, à tarde, voltar aos seus afazeres administrativos, e aí, entre outros assuntos, fazer, por

⁶³⁹ Lília Moritz Schwarcz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Companhia das Letras. São Paulo, 2002. (página 379).

escrito, pequenos lembretes aos seus ministros, entre outros servidores. O que deixava o monarca apreensivo?

Em 1866, em um bilhete a Paranaguá, o imperador informou que *conversando com o Dr. Fontes*, soube que existiam 700 *inválidos no Bom Jesus*. Isso assinala algumas questões relevantes. Primeiro, que ele mantinha uma rede de informações e observações, por intermédio de seus ministros, entre outros que desempenhavam alguma função administrativa relevante na Corte. O *Dr. Fontes* foi chefe do serviço médico do exército durante aqueles anos, e mantinha o seu superior informado sobre questões sanitárias e higiênicas envolvendo a força. Também foi assim em outras questões sanitárias, quando era ouvido Jose Pereira Rego, um outro informante, nas conversas, eventuais, que tinha com o monarca. Os médicos, do mesmo modo, recordo, que estiveram envolvidos no episódio do *Vassimon*. É certo que deveria existir o seu congênere na marinha. Mas, as observações de Pedro II salientam, igualmente, que foi no início da guerra que a ilha começou a ser ocupada por inválidos e as tropas recém chegadas à Corte, que, segundo passagens comuns, normalmente muitos dos homens que formavam as unidades de *voluntários da pátria* desembarcavam em condições de saúde precárias, e exigindo, pelo seu péssimo estado físico, a recuperação em algum lugar isolado. Tanto Bom Jesus, quanto a Armação cumpriam esse papel, e tendo em vista essas informações, não há como negar a conveniência sanitária em que havia se constituído a ilha e de como ela era conhecida pelo imperador, quando em conversa com um médico, responsável pelo serviço de saúde do exército.

Aproveitando o ensejo, afirmo que ela só poderia ser efetivamente ocupada, por grandes efetivos, em caráter definitivo por um estabelecimento, se oferecesse condições convenientes aos que fossem habitantes. A água, ou o seu sistema de abastecimento e armazenagem, e a construção dos prédios do AIP, eram o coroamento de um asilo que seria, idealizadamente, eficaz, e que poderia encerrar cerca de mil homens; mas, parece-me, não mais que isso. Se sua área construída fosse ampliada, com o erguimento de novos prédios, talvez sim. No entanto, o que foi erigido por ali, entre 1867-68 tinha capacidade de alojar, com relativo conforto, e deixando o serviço da administração ainda com sua capacidade de atuação relativamente em equilíbrio, um efetivo fixado entre 500 e 700 homens. O problema era que a guerra possuía a inconveniência de ser uma fornecedora eficaz de inválidos. Por exemplo, é naquele mesmo ano do bilhete de D. Pedro, 1866, e segundo os documentos encerrados no Arquivo Nacional, que durante só o mês de outubro, foi determinado que fornecessem ao asilo *400 enxergões com*

travesseiros.⁶⁴⁰ Foi mesmo mês que se pediu água para os *edifícios da Armação*, onde foram *aquarteladas duzentos e dezoito praças*.⁶⁴¹ Um sinal, que só naquele período, havia entrado pelo menos duas centenas de homens, vindos do Paraguai. Foi um ano, como os posteriores, em que os desembarques de inválidos se tornaram mensais, e algo quase impossível de ser equacionado, dado o seu grande número. Uma resposta ao problema, e que foi executada, era de remeter muitos daqueles para as suas províncias, e que por lá aguardassem os despachos referentes a seus direitos. Em abril de 1867, por exemplo, um grande pedido foi feito ao arsenal, para o fornecimento de grande quantidade de material para ser entregue ao asilo provisório da Armação, na verdade, um indício de que mais um grande contingente foi ou seria desembarcado no Rio de Janeiro. A lista é ampla, mas sobressairam-se pedidos como: *1000 camisas de algodão, 500 mantas de lã, 500 colchões para praças, como 30 camas de ferros para enfermaria, 50 pares de muletas, 20 pernas de pau, lado esquerdo, 10 também de pau, para o lado direito*, esses últimos, sinais inequívocos de que muitos estavam voltando de Andaraí. Na mesma lista, existem outros pedidos, de numerosos materiais para a execução de limpeza do estabelecimento: *72 vassouras de piaçava, 48 vassouras de palha, 24 escovas de piaçava de cabo comprido, 6 carrinhos de mão para faxina, 12 baldes de zinco ou de madeira e 12 pás grandes, de ferro, para faxina*.⁶⁴² Naqueles anos, a administração sabia que poderia esperar maiores *incluimentos* que invariavelmente chegariam à Corte, oriundos do Paraguai pelos transportes de guerra, em suas constantes viagens.

O problema social em que se transformaram os inválidos começou a pesar para a administração pública. Os homens estavam retornando do Paraguai, ou das províncias argentinas, bem como do Uruguai, todos feridos ou doentes, oriundos dos hospitais, e com a sua chegada à Corte, não havia um lugar apropriado para recebê-los. Para o monarca, dando continuidade à leitura de seu lembrete a Paranaguá, de 1866, era de suma importância *a necessidade de pronta remoção de parte deles para a Armação*. A *limpeza e o bom tratamento dos inválidos* era a sua preocupação, era-lhe de *muito cuidado* a indispensabilidade de um novo tratamento, ou uma saída, *nomeando-se um diretor militar e ativo, e encarregando-se o serviço, que não tivesse na natureza militar*. Mas, para que não tivesse tal natureza, o imperador deu uma sugestão, quando se

⁶⁴⁰ Arquivo Nacional. IG 7 461. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra. (1866).

⁶⁴¹ Arquivo Nacional. IG 7 461. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra. (1866).

⁶⁴² Arquivo Nacional. IG 7 401. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra. (1867).

recordou que com as *Irmãs de Caridade tudo se conseguiria*. E, acrescento aqui, até com a nomeação de Manoel Cunha Barbosa - que será trabalhada em outra passagem - que foi o primeiro comandante do AIP. Esse homem não tinha um perfil estritamente militar, de um comandante de tropa. Seria, pela sua experiência, um administrador de hospital, o que explica a sua designação para a direção do asilo, e como o imperador interpretava o estabelecimento. Uma outra característica de hospital que o AIP deteve, naqueles anos, foi a promoção dos serviços das *irmãs de caridade*. As religiosas prestavam serviços em nosocômios e em enfermarias, e a sua utilização pelo imperador, no asilo, tanto o provisório, quanto o da ilha, era uma tentativa de descaracterizá-lo como um estabelecimento eminentemente militar. A presença das mulheres foi prioritariamente promovida por ele, sendo que foi a sua constante orientação que deu o tom das atividades delas. Se Paranaguá se manifestou, no documentos, sempre a seu favor e até, inclusive, ampliando os seus poderes, em detrimento dos regulamentos internos e dos advindos choques com os oficiais da administração, com funções igualmente previstas pelas normas internas, certamente; não se pode olvidar, que o ministro estava recebendo orientações de seu superior.

No mesmo documento, o bilhete para Paranaguá, o monarca manifestou muita prevenção com o *hospital*, não fazendo maiores referências sobre o estabelecimento, mas observando que ele estava *se enchendo* e seria preciso *restabelecer as enfermarias* para os *doentes*. Igualmente havia a urgência de se convocar *os médicos para evitar alguma epidemia*.⁶⁴³

No entanto, apesar dos discursos, sempre presentes na subscrição pública, nos jornais, nas falas que homenageavam os anônimos heróis, mutilados da pátria, defendendo que, na prática havia uma outra situação, mais obscura, pelas ruas da Corte e das imediações, consubstanciada nas questões disciplinares, higiênicas e sanitárias levantadas pela presença dos inválidos e que não foi explicitada, é simplesmente captada quando se analisa o discurso, o que está por detrás das afirmações e observações encontradas nos documentos, envolvendo ocorrências policiais, ou papéis com conteúdos reservados que não seriam publicados ou reproduzidos, mas utilizados na discreta correspondência de várias autoridades administrativas e principalmente policiais que atuavam em um momento difícil, proporcionado pela guerra, pelo intenso esforço nacional, pela grande mobilização no império, e o medo cada vez mais presente,

⁶⁴³ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 313, pasta 37. (*Marquês de Paranaguá*).

ou cada vez maior, oriundo das funestas epidemias que poderiam atingir os locais, que devido à movimentação de um enorme contingente, quase que ininterrupto de homens recrutados, os recebia.

Capta-se essas intenções, obscuras, até mesmo em teses de cirurgiões ou em documentos que encerram observações sobre os doentes e feridos que a guerra provocava, mas que ainda assim, como eram trabalhos e correspondências “científicas”, tinham a pretensão de serem neutras. Homens, que, nas piores situações físicas e até mesmo psicológicas eram desmobilizados na Corte e, pelas perigosas consequências “impressas”, interna e externamente em seus corpos, e mentes, deveriam ser segregados em algum estabelecimento específico para recebê-los. Separação que somente era exaltada, sempre, em seus aspectos aparentemente positivos, isto é, no empreendimento, movido, mas igualmente pela aparência, por uma gigantesca subscrição pública e nacional que promoveria um estabelecimento com funções prioritárias de caridade e justiça; mas que sempre ocultou o que realmente os homens significavam para os seus executores.

Se sabe, hoje, que muitos veteranos eram capoeiras, formadores de temidos grupos freqüentadores das ruas da Corte, e sério problema às autoridades, porque eram atuantes muitas décadas antes da guerra.⁶⁴⁴ Aliás, houve um momento, segundo Holloway, em que a força policial se empenhou, ou se dirigiu para combater esse problema “contestatório”. Se sabe que muitos deles foram recrutados para lutarem no Paraguai, e que foi inclusive, uma opção necessária para se retirar alguns indesejáveis da Corte e não por causa de suas qualidades marciais como alguns contemporâneos, otimistas, interpretam, mesmo levando em consideração o *estigma* que os capoeiras carregavam.⁶⁴⁵

Carlos Eugênio Líbano Soares, em seu trabalho, fruto de uma pesquisa de um riquíssimo mestrado,⁶⁴⁶ levanta a interessante e forte possibilidade de capoeiras terem sido recrutados para a guerra, mas o mais importante, como aqueles homens igualmente redefiniram a política emanada da Corte, nas décadas posteriores ao conflito. Investigando os documentos remanescentes das prisões do Rio de Janeiro, isto é, os expedidos após 1870, ele conseguiu identificar que muitos com passagem pela polícia

⁶⁴⁴ Carlos Eugênio Líbano Soares. *A Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. Editora da Unicamp. Campinas, 2001.

⁶⁴⁵ Marco Antonio Cunha. *op. cit.*, (página 78).

⁶⁴⁶ Carlos Eugênio Líbano Soares. *A Negregada Instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1994.

por capoeiragem, anteriormente, haviam sido combatentes no Paraguai. O que lhe chamou a atenção foi que, tudo leva a crer, *o retorno dos capoeiras recrutados para a guerra desencadeou uma sangrenta disputa de posições com os que ficaram*.⁶⁴⁷ Afinal, quando começou o recrutamento, em suas diversas fases, ou levadas, muitos que permaneceram na Corte, e até em Niterói, tomaram a frente e os territórios que pertenciam aos que foram para o sul.

Com estas informações, volto à situação de Niterói, sendo que no periódico niteroiense *Diário Fluminense*, no dia 24 de março de 1868, foi publicada a seguinte e esclarecedora notícia:

“As regiões do poder e os inválidos

É necessário que as regiões do poder atendam seriamente para o que se passa na capital desta província com referência aos inválidos da pátria.

A segurança e tranqüilidade pública assim o exigem, e sobretudo que essas regiões mudem o sistema especial, até agora adotado, de beneficiar inválidos, sistema negativo e prejudicialíssimo à ordem pública.

Por vezes temos já tocado neste assunto; mas as circunstâncias especiais da nossa capital, com o estabelecimento do - Asilo de Inválidos - nela, e dirigido como o está, exige que não durmamos na espécie, nem durma o governo responsável afim de não acordar em triste e muito triste sobressalto!

Sabemos que por vezes o governo da província tem solicitado a remoção dos inválidos para outra localidade em que eles sejam mais disciplinados e úteis à si e à sociedade; sabemos que já até se ofereceu uma proposta aproveitável, a qual, aceita, daria melhor incorporação a esse pessoal, e aproveitaria bem a atividade moderada, em trabalho, dos mesmos inválidos; mas infelizmente sabemos também que essa proposta foi repelida por alto poder.

Qual o legítimo e moral fundamento da repulsa ignoramos.

O que é, porém, verdade, é que as causas não podem, nem devem continuar como estão.

A tranqüilidade, o sossego, a moralidade pública exigem nova ordem, novo método, disciplina eficaz nas funções do Asilo.

Não há dia em que a população desta cidade se não sinta sobressaltada por causa de excessos de algumas dezenas de inválidos, que andam à noite em correrias animadas pelas ruas e praças da cidade, e esse inconveniente toma proporções um tanto sérias nos domingos e dias santos.

Em magotes, um tanto desordenados, introduzindo-se e pernoitando nos casebres chamados cortiços, eles provocam conflitos, que quase sempre terminam por desordens sérias, e se alguém lhes vai dar conselhos e pedir acomodação, sofre inevitavelmente ofensa.

A princípio a população queixava-se contra o comandante e oficialidade aquartelada no Asilo, e fazio-os responsáveis pelos distúrbios ocorridos; mas ter necessidade de fazer justiça a essa oficialidade e ao comandante, porque começou a ver que a sua autoridade não era devidamente respeitada pelos inválidos, tirando-se inteiramente a força moral indispensável a essa autoridade.

É penoso ter de escrever estas coisas; mas o amor a verdade e o interesse da tranqüilidade e moralidade pública o exige.

⁶⁴⁷ Carlos Eugênio Líbano Soares. *op. cit.*, (página 57).

Visitas superiores feitas ao Asilo, tem (...) chegado ao nosso conhecimento por mais de uma vez, animam à indisciplina a parte dos inválidos que não é de bons costumes, mesmo em presença dos oficiais, tirando-lhes absolutamente a força moral e a autoridade necessária à repressão correccional dos excessos desses inválidos.

Daí resulta que nessas visitas não há dia que os inválidos, por modo altanado, não façam às visitas superiores, mesmo em presença de oficiais, queixas duras e inconvenientes, pondo em má posição os oficiais, e então desejando estes não incorrer no desagrado dos visitantes, tendo antes incorrido nos dos queixosos, relaxam por necessidade a sua autoridade disciplinar, mesmo porque sabem – ser-lhes há perigoso e funesto usar do rigor indispensável.

Não há exageração no que levamos dito esta crença está na consciência pública, e o espírito da população vai se prevenindo seriamente contra o – Asilo de Inválidos – estabelecido aqui na capital.

Escrevendo estas linhas fazemo-los sobre a impressão dos maus atos praticados por alguns inválidos em correrias um tanto numerosas nestes últimos dias santificados, e agravados agora ao cair da noite de domingo, à rua da Conceição, no beco vulgarmente conhecido pelo Beco do Jó e Canelas.

Aí alguns inválidos fizeram motim, e feriram um pobre homem, sendo mister empregar força e força séria para prender os dois principais amotinadores.

Cumpra em honra da verdade declarar que houveram alguns inválidos que se pronunciaram, segundo nos informam, contra a conduta desregrada dos seus companheiros, e concorreram para que o motim não fosse maior.

Não queremos carregar o quadro; devemos, porém, dizer que podem dar-se perturbações muito sérias, como fatos muito graves, se de pronto não for removido desta cidade o Asilo, ou reconhece-se a necessidade de disciplinar o corpo de inválidos e utilizar bem a sua atividade, com proveito para eles e para o público.

Sem força pública para se fazer policiar a cidade, quando a autoridade devia encontrar auxílio nos inválidos, em caso de necessidade de correção a impor aos vadios e vagabundos, ao contrário sente-se em não pequena porção desses infelizes o mais sério perigo para a ordem, tranquilidade e boa polícia pública, e sente-se que esse mal é devido à animação que dispensam superiores regiões à indisciplina, e isto está na consciência pública!

Repetimos, não exageramos!

Domingo estive parte da população, como sempre, em sobressalto, e o Sr. delegado de polícia teve necessidade de andar fazendo, auxiliado de homens do povo, rondas por si mesmo e distribuir outras, recorrendo a todos os donos de casas de negócios para não consentirem nas casas senão unicamente indivíduos que fossem fazer seus suprimentos, ordenando-lhes de saírem imediatamente feitos!

Este estado de coisas não deve, nem pode continuar por bem da moralidade pública, e não é prudente animar ou acoroçar mais este elemento de perturbação geral na sociedade, que de um dia para outro pode trazer tristíssimos desastres.

É indispensável que voltemos a este assunto e havemos de fazê-lo.”⁶⁴⁸

A denúncia - quatro meses antes da inauguração oficial do AIP no Bom Jesus, quando as obras estavam sendo visitadas semanalmente pelo imperador, sendo que o efetivo ainda estava alojado na Armação - foi publicada para chamar a atenção das autoridades, e trazer para o público os problemas que os *inválidos da pátria* estavam provocando em Niterói. Em princípio, recordou-se sobre as propostas que foram apresentadas para que os inválidos trabalhassem moderadamente; talvez, empregados

⁶⁴⁸ *Diário Fluminense*. Número 64, 24 de março de 1868.

nos postos que seriam vagos pelos policiais que fossem recrutados no ano anterior; mas *o alto poder* - daí o título do artigo, que provavelmente envolvia o ministro - recusou a iniciativa, certamente o imperador, não se sabendo, segundo o articulista, a razão de sua conduta por recusar a proposta de trabalho, edificante, aos inválidos. Aliás, fica entendido que apesar de não citá-lo, explicitamente, a visita quase que semanal do monarca criava contratempos para a cidade e até mesmo para os oficiais do asilo. Não se sabe ao certo o que aconteceria ali, talvez alguma cumplicidade silenciosa, ou uma velada proteção. Certamente que os homens se valiam da situação e identificação de *inválidos da pátria*, para garantirem alguma prerrogativa que acreditavam que possuíam devido à sua particular situação, e até de outras, que se não detinham, a sua condição física não permitia maiores punições ou perseguições contra eles e o seu comportamento, nada exemplar. Afirmar que D. Pedro II ignorava o que estava ocorrendo em Niterói é um equívoco, porque é bem improvável que ele, se não tivesse lido os jornais, certamente seria comunicado do seu conteúdo pelos seus ministros, ou até mesmo pelos que se sentiam prejudicados e ameaçados; entretanto, o imperador visitava o asilo, e não poderia estar completamente alienado sobre as questões disciplinares que envolviam os homens que lá estavam, como internos. Aliás, essa pode ter sido uma outra forte razão, fora as questões sanitárias já trabalhadas, para a rápida construção do asilo na ilha. Pois, se havia a necessidade de isolar os homens, não permitindo a sua circulação por questões higiênicas e sanitárias, a sua boa conduta era fundamental para uma boa saúde, física e mental, e até da imagem do monarca - visto ou interpretado como o grande protetor dos *inválidos da pátria* - e responsável, direto, pela construção do AIP e nominalmente pela subscrição nacional.

Mas, parece que as visitas causavam realmente muitos problemas, porque em frente aos seus oficiais, segundo o conteúdo do jornal, alguns asilados, mais indisciplinados, criticavam o seu comando e as falhas que o estabelecimento deveria apresentar. No entanto, como *a tranquilidade, o sossego e a moralidade pública* estavam seriamente ameaçados, era indispensável uma *nova ordem*, um *novo método e disciplina eficaz nas funções do Asilo* provisório, algo que, devido a conduta do imperador, de certa forma tibia, para não dizer cúmplice, não poderiam ser executados, e ainda mais, internamente, se os inválidos não respeitassem o seu “comando”, já desmoralizado e que não detinha mais nenhuma autoridade sobre os homens. Talvez Bom Jesus fosse a resposta para essas apreensões e sugestões. Entretanto, há referências de que os inválidos entravam nos cortiços, locais temerários, por abrigarem gente vista

como potencialmente perigosa.⁶⁴⁹ Segundo estudos de Chalhoub, tendo como guia os documentos *das repartições públicas*, eram lugares igualmente ameaçadores porque *supostamente geravam e nutriam “o veneno” causador do vômito preto*. Seus habitantes eram duplamente perigosos, *porque propagavam a doença e desafiavam a política de controle social no meio urbano*.⁶⁵⁰ E, se deve acrescentar, encerravam em seu interior muitos capoeiras, que agiam livremente no meio urbano, para lá voltar e permanecerem ocultos.

Em *dias santificados* os inválidos fizeram grandes desordens, que tomaram *proporções sérias*, e em um *domingo*, parte da pacata e ordeira população niteroiense esteve *em sobressalto*. Informações significativas para entender parte do efetivo, e o que ele significava para as autoridades, tanto para o delegado de Niterói, que não tinha como combatê-los, e o fraco comando do AIP, que, segundo deixa entender o artigo, devido às visitas do monarca, inspirava uma confiança gigantesca em seus internos, quase que uma garantia, para saírem pelas ruas, entre outros logradouros e provocarem as *correrias*. Segundo Líbano Soares, quando os capoeiras dominavam uma determinada área, *fosse uma pequena praça, ou uma grande freguesia*, permitia-se que os seus dominadores tivessem *acesso a uma determinada ordem de privilégios, e um nível de poder sobre os que ali trabalhavam e viviam*. Segundo ele, estudando alguns padrões de comportamento desses grupos; constatou-se que quando uma *malta* invadia o espaço de uma outra, o momento daquela ação *coincidia com o calendário das festas religiosas, nacionais e dias de folga da escravaria urbana*, e para ele, esses “dias de folga”, provavelmente se relacionavam *com a tradição escrava de reuniões fora dos momentos de trabalho, e muitas vezes com as temidas rebeliões e levantes*.⁶⁵¹ E, Carlos Eugênio chamou a atenção para estes dias, especiais, domingos e *dias santos*, que *eram ocasiões preferidas para resolver contendas, por dois motivos básicos: não apenas era um dos raros momentos de folga da escravaria urbana – folga essa muitas vezes entendida pelos escravos como um direito entre os costumes peculiares da vivência urbana; mas igualmente pelo fato de a hora noturna - não se esquecendo que a denúncia apontou em que horas aconteciam muitas das correrias, promovidas nas ruas e praças de Niterói - ser particularmente importante para tecer relações com outros cativos, sair um pouco da vigilância policial diurna*. Para ele, é necessário entender e diferenciar que se na

⁶⁴⁹ Sidney Chalhoub. *Cidade Febril. Cortiços e epidemias na Corte imperial*. 3ª Reimpressão. Companhia das Letras. São Paulo, 2004.

⁶⁵⁰ Sidney Chalhoub. *op. cit.*, (página 08).

⁶⁵¹ Carlos Eugênio Líbano Soares. *op. cit.*, (página 66).

segunda metade do século XIX, havia a *presença esmagadora de homens livres* na capoeira, ainda assim, a sua prática *retinha muito da cultura escrava forjada pelos africanos no ambiente urbano dos primeiros decênios do século XIX*.⁶⁵²

Em resposta ao último documento transcrito, muito provavelmente feito e mandado publicar no *Diário Fluminense* pelo próprio delegado ou os que estavam se sentindo mais ameaçados pela livre circulação dos inválidos, há uma defesa redigida, possivelmente, pelo comando do asilo, e que foi publicada no *Diário do Rio de Janeiro*:

“Publicações a Pedido

Sr. Redator – Peço o seu concurso para que se restabeleça a verdade acerca dos negócios do Asilo dos Inválidos.

O Diário Fluminense em seu n. 24, descreve esse estabelecimento como em estado de indisciplina, e mostra-se apreensivo de que a mesma ordem pública se perturbe em Niterói, por causa de excessos dos inválidos.

Mera exageração! Se o Diário Fluminense, quisesse (...) a verdade notória, diria que o Asilo tem progressivamente melhorado desde sua fundação até hoje, quer com relação à ordem e disciplina, quer com relação ao seu regime econômico.

Quem viu o Asilo outrora e o vê presentemente, admira-se da limpeza dos seus alojamentos, asseio de enfermarias, abundância e excelência de comida, e nota a sensível diferença no respeito e subordinação das praças para com os seus superiores.

Pretender-se que um estabelecimento militar, sobretudo de inválidos, homens mutilados no serviço da pátria, se use de bárbaros castigos corporais, seria coisa desumana, ilegal e mesmo inútil, porque há outros meios eficazes de correção.

A desumanidade não é preciso demonstrar-se; a ilegalidade é manifesta nas leis militares que vedam castigos arbitrários; resta a punição regular precedendo julgamento, e esta tem sido efetivamente imposta.

Atualmente por exemplo, consta-nos que há 25 praças respondendo a conselho por crimes militares, sem falar de outros que estão cumprindo sentença por crimes anteriores.

Como dizer-se, pois, que o Asilo está desgovernado, se a punição se faz efetiva?

Ter-se-á a pretensão de que ali não se cometam faltas militares? Que os inválidos sejam anjos?

Fala-se em distúrbios feitos por inválidos na cidade de Niterói.

Entendamo-nos. É impossível evitar-se que uma ou outra praça pratique algum desvio, porém que tragam a cidade em sobressalto, que todos os moradores suponham o inimigo às suas portas, é um romance de mau gosto, porque assenta em uma inverdade.

O que todos sabem é que neste particular difere muito o procedimento atual do que tinham os inválidos logo que foram instalados na Armação; presentemente raro é o distúrbio feito por eles.

Não se confunda os inválidos aquartelados com praças reformadas, escusas do serviço, mas que não pertencem ao Asilo, e que, vindas da Corte, freqüentam as ruas de Niterói. Se estes praticam desacertos, não os lancem a conta dos inválidos.

No que, porém, o articulista não foi simplesmente injusto, porém malévolo, foi em atribuir às visitas imperiais a suposta desorganização do Asilo.

Há grande inconveniência em procurar pretextos para discutirem-se atos que só revelam o patriótico zelo imperial; mas essa inconveniência, que é do articulista, sem que nos demora do propósito de abstermos nós de tal discussão, obriga-nos contudo a fazer saliente o fato de que, assim como as visitas imperiais aos estabelecimentos públicos,

⁶⁵² Carlos Eugênio Líbano Soares. *op. cit.*, (página 67).

arsenais e fortalezas têm concorrido para o melhoramento de certos ramos do serviço público, não podem nem têm produzido efeito contrário no Asilo.

Antes quer-nos parecer que a direção do Asilo, distingui-se pelo asseio do estabelecimento, ordem do serviço, abundância nos fornecimentos, probidade nos contratos e harmonia de seus oficiais, e isto provenha diretamente da própria consciência dos deveres destes; contudo o zelo não deixa de achar incentivos quando é conhecido de perto pelo chefe da nação.

Publicando estas linhas, Sr. redator, fará especial obséquio ao seu.”⁶⁵³

O defensor do comando primeiro deixou claro que o serviço no asilo era exemplar, afinal, o seu *zelo não deixava de achar incentivos quando era conhecido de perto pelo chefe da nação*. Mais uma referência, em resposta ao artigo anterior, do *Diário Fluminense*, sobre o imperador, que neste foi bem claro sobre a sua presença em uma outra passagem. Outro detalhe que chama a atenção é quando afirmou que não se praticaria punições, utilizando-se de explícita violência física, o que deixa antever que essa decisão foi igualmente promovida e emanada por D. Pedro II, quando em uma outra ocasião, em 1866, ainda na formação AIP, observou que queria tirar dele a sua *natureza militar*. Daí a razão de ter se lembrado e chamado as irmãs de caridade para prestar os seus serviços, e creio eu, até optado por Manoel da Cunha Barbosa como o seu primeiro comandante. Tirando-lhe a sua *natureza militar*, poderia estar querendo dizer ao ministro, naquele bilhete, que não desejava que os *inválidos da pátria* recebessem as punições comumente praticadas no exército e marinha de então, fora querer lhe imprimir um papel mais propício a um hospital, do que a de um quartel.

No dia posterior, na *correspondência* do *Diário do Rio de Janeiro*, publicaram-se mais denúncias, um tanto quanto irônicas, e de certa forma hilárias, e mais um indício de capoeiragem, atuante entre os *inválidos da pátria*, ou pelo menos parte de seu efetivo:

“Correspondência

Niterói, 26 de março de 1868 – Na tarde do dia 22 do corrente esta cidade apresentava o aspecto de um grande circo, não de gladiadores, como os dos antigos romanos, porém, de pugiladores ou jogadores de murraça à inglesa, e do bastão à portuguesa.

Os inválidos da pátria, procedentes do seu asilo da Armação, derramaram-se por todas as ruas, e provaram praticamente que, sem ter lido as obras de Plauto, compreendiam demasiadamente bem o PUGNIS REM SOLVERE deste autor.

Felizmente, a polícia da terra interveio nos diversos *ajustes de contas*, e, como soube cumprir o seu dever, não foram as *festas circenses* tão prolongadas como poderiam ter sido.

Não terão os Srs. oficiais do *corpo de inválidos* algum meio de obstar a reprodução destas cenas, as quais vão sendo tão freqüentes que não poucas famílias já evitam sair a passeio

⁶⁵³ *Diário do Rio de Janeiro*. Número 84, 26 de março de 1868.

aos domingos, com receio de presenciá-la, ou serem vítimas? De certo que hão de ter; e deles espera esta população algumas providências capazes de tornar desnecessária a ação do Sr. Ministro da guerra, em favor da ordem pública.”⁶⁵⁴

No entanto, novamente pelo *Diário Fluminense*, em julho de 1868, próximo à inauguração do AIP no Bom Jesus, novas denúncias sobre os inválidos são publicadas, o que indica que a situação em Niterói não havia mudado, pelo contrário, através do tempo que o asilo por lá ficou instalado, se aguçou, tornando a vida de muitos ali, principalmente dos responsáveis pela segurança pública, um verdadeiro inferno:

“Um fato que atesta não serem de certo alguns dos inválidos existentes nesta cidade absolutamente respeitadores da disciplina, e sim perturbadores da ordem e provocadores de conflitos lamentáveis, deu-se a semana passada, e graças à autoridades e independência do delegado de polícia o Sr. coronel Francisco Antonio, não ficou desconhecido da autoridade superior, e naturalmente será devidamente punido:

O fato foi o seguinte:

Um inválido, sargento, estava defronte da guarda da tesouraria, maltratando escandalosamente uma mulher. Não atendendo às admoestações da guarda, foi preso.

Daí a pouco, porém, um grupo de companheiros apresentou-se a guarda em caráter hostil, e esta receiando conflito, cedeu à pressão deixando livre o preso!

Este fato não carece comentários. Ele justifica os clamores que se levantam contra muitos dos inválidos, os quais desrespeitam e provocam seus próprios oficiais, por que, dizem eles “tem costas quentes pelo alto”.

A que condições morais estamos reduzidos; aqueles que deviam oferecer garantias de ordem e segurança pública, são ao contrário, os agentes de provocações e conflitos perigosos”.⁶⁵⁵

Novamente, mais inválidos envolvidos, desta vez, a transgressão de um sargento, e que chegou ao comando, que, segundo a denúncia, deveria ser punido, e um grupo que foi identificado, talvez uma *malta*, que liberou um camarada da prisão, mas é claro, de maneira bem *hostil*. Repete-se a situação das denúncias anteriores. Alguns dos inválidos fiavam-se nas visitas do monarca para fazerem o que bem entendessem por Niterói, afinal, tinham *costas quentes do alto*. Quem eram os *inválidos da pátria*? Sei que freqüentavam cortiços e que eram indisciplinados, possivelmente muitos deles eram capoeiras, por causa das *correrias* noturnas, nos *domingos* e *dias santificados*, e, que estavam participando de um outro “campo” de batalha. Provavelmente, muitos ali, veteranos, quando retornaram, estavam querendo reconquistar os seus territórios de origem, e, não se deve descartar a hipótese, que poderiam estar reconquistando territórios de outros *camaradas*, que, ou morreram na guerra, ou ainda estavam nela,

⁶⁵⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, número 85, 27 de março de 1868.

⁶⁵⁵ *Diário Fluminense*, número 142, 01 de julho de 1868.

com a perspectiva de retorno. No próximo documento transcrito, de junho de 1868, componente de uma troca de ofícios entre autoridades policiais, envolvendo delegados, funcionários da presidência de província e ministério da guerra, encontra-se uma cópia da correspondência entre o desesperado e solícito delegado de Niterói, o *Sr. coronel Antônio Francisco* e o chefe de polícia da província do Rio, um pouco mais de um mês antes da inauguração do AIP. Talvez haja aí uma resposta:

“Delegacia de Polícia de Niterói, 3 de Junho de 1868.

Illm. Exmo. Snr.

Honrado com a nomeação de Delegado de Polícia, cujo cargo ainda exerço, não tenho até o presente senão de tecer os maiores elogios aos habitantes desta capital. A maior parte deles, proprietários, negociantes, empregados públicos provinciais e gerais, compreendem que a liberdade e a segurança individual dependem finalmente da boa ordem, porque a boa ordem e a liberdade é (sic) a segurança de todos. Excetuando-se, porém, alguns fatos particulares, mas de pouca gravidade, como soem dar-se em todos as povoações, o sossego e o bem estar dos cidadãos nunca foi perturbado. Este sossego, este bem estar vê-se hoje ameaçado por causa do acantonamento de perto de mil inválidos vindos do Exército, do Paraguai, que se acham no lugar denominado “Armação” entre os quais acham-se muitas praças, que sem terem sofrido mutilações e gozando saúde, vagueiam dia e noite em grupos de oito, dez e mais, por todos os pontos desta capital e seus subúrbios, entregando-se à devassidão e à crápula. Desordens originadas por alguns deles tem tido lugar, e a falta de cuidado de seus comandantes, que não coíbem que andem fora do aquartelamento, os há tornado andarilhos e insolentes, não obedecendo às ordens das autoridades quando os intimam de (...) recolherem-se à seus quartéis, pois eles tem chegado a declarar que não conhecem outra autoridade se não a do seu comandante. Há bem poucos dias que ia sendo vítima de um desses, que sendo preso por desordem e metido ao Quartel do Corpo Policial, achando-me eu nessa ocasião ali, não só não quis entrar para a prisão como procurou apoderar-se de alguma das armas que ali estavam, e depois de me ter dirigido as palavras as mais atroz e injuriosas, declarou que entrava para o xadrez porque queria. Já vê V. Excia. que por este fato, e por outros que se tem dado, qual o estado de insubordinação em que se acham aqui os inválidos! Permita-me vossa excelência que eu exponha algumas considerações acerca da aglomeração de tantos homens ociosos em um lugar tão próximo a esta cidade, onde não há tropa suficiente para repelir qualquer tentativa de aglomeração da parte deles. Não será porventura de recear que homens entre os quais talvez existam alguns arrancados há pouco da escravidão, outros réus de polícia tirados das prisões e a espuma das províncias, que não se tornem capazes de atentados contra a ordem e sossegos públicos? Não terão os cidadãos pacíficos razão de estar desasossegados pela sua segurança individual e de suas propriedades? De mais, Exm. Snr., há dias que se espalhou por esta cidade o boato, falso ou verdadeiro de que esses pretendiam assaltá-la, notícia esta que aterrorizou a muitos habitantes dos quais alguns ofereceram-se para coadjuvar a polícia afim de que fosse mantida a tranqüilidade pública e o sossego de suas famílias. V. Excia. não ignora quão limitado é o número de guardas aqui destacados, que mal chegam para guarnecer os estabelecimentos públicos, e em caso de agressão que força terá a autoridade de opor? Permita-me V. Excia. que pondere, como já por outras vezes tenho feito, a conveniência de reclamar do Governo providências para que não seja permitido que de noite os inválidos andem vagando pela cidade em grupos, pois que isso se torna um perigo para os costumes, para a ordem e tranqüilidade pública. É público e notório que a maior parte deles, que são vistos sem mutilações, trazem consigo facas e outras armas proibidas, e que por ocasião de desordens tem arrancado delas contra seus contendores. A vista do que tenho a honra de expor a V.

Excia. espero que V. Excia tomando na devida consideração, solicitará ao Governo àquelas providências que em sua sabedoria julgar mais acertadas, para que fiquem tranqüilos os ânimos dos cidadãos pacíficos desta capital, e se restabeleça a confiança e seguridade deles.

Deus Guarde a V. Excia.

Illm. Exmo. Snr. Dr. Antonio Carneiro de Campos, Chefe de Polícia interino da Província do Rio de Janeiro.

O delegado Francisco Antônio de Almeida”⁶⁵⁶

O tom deste ofício foi bem mais moderado quanto às críticas anteriores, mas extraordinariamente elucidador em outros aspectos, principalmente porque era um documento entre autoridades e continha uma assinatura, e não uma denúncia, anônima, publicada em jornal, como vinha sendo praticado igualmente naqueles meses, entre março e julho de 1868. O delegado, habilmente, afinal, dependia daquele emprego, e deixa isso bem claro quando agradeceu a lembrança de sua nomeação, não fez nenhuma menção sobre o imperador, nem ao menos sinalizou sobre a visita de *alto poder* que com a sua presença incutia uma confiança quase que ilimitada em alguns inválidos. Niterói, segundo informações do remetente, estava em pânico. *Proprietários, negociantes, empregados públicos provinciais e gerais*, gente considerada - tradicionalmente - de bem, seria a mais atingida. A *ordem* e o *sossego* públicos eram seriamente ameaçados pelo numeroso efetivo de inválidos, *mil* deles, oriundos do *exército do Paraguai* que vagavam *dia e noite em grupos por todos os pontos* da cidade e inclusive em seus subúrbios, entregando-se à *devassidão* e à *crápula*; aliás, curiosamente, termos estes igualmente utilizados pelos médicos que, como o doutor Rosendo, observavam os indivíduos que não respeitavam um regime ideal para se evitar as doenças epidêmicas. O delegado, preocupado com sua autoridade, resultante do pequeno número de guardas, informou que esses homens, nem todos mutilados - mas certamente debilitados pelas doenças comuns que atingiam os efetivos do exército - eram *audaciosos e insolentes*, a ponto de não reconhecerem a sua autoridade de polícia. Em sua opinião, era realmente alarmante o grande número de *homens ociosos em um lugar tão próximo* àquela cidade, e com o agravante de que os seus superiores não detinham controle algum sobre a sua conturbada movimentação. O boato de que a povoação seria assaltada acabou por mobilizar alguns habitantes, os mais “cívicos” e provavelmente os mais ameaçados, que se ofereceram para, junto com a polícia,

⁶⁵⁶ Arquivo Nacional. IG 1 146. Ministério da Guerra. Correspondência Presidente de Província do Rio de Janeiro. (1866 – 1870).

combatê-los. *A maior parte* dos inválidos, segundo observações do delegado, trazia *facas e outras armas proibidas* utilizadas em seus entreveros.

Esta última informação, sobre as *facas e outras armas proibidas*, para mim, significa e corrobora que muitos deles eram capoeiras, que se valiam desses instrumentos em suas lutas. E, informação muito mais expressiva era de que alguns homens, na condição de *inválidos da pátria*, tinham sido, no passado recente, *arrancados da escravidão, outros réus de polícia tirados da prisão* e muitos outros considerados como a *espuma das províncias*. Em suma, o que era considerado como corja, rebotalho e perigoso para uma sociedade que se queria pautada no trabalho (alheio é óbvio), no progresso e na civilização, ou melhor, como Salles recorda, um império pretensamente a par e passo com os parâmetros culturais e políticos europeus, igualmente idealizados e dotados, em sua base, do progresso e da razão.⁶⁵⁷

O que fica claro é que o grande contingente de inválidos causava situações explosivas, de violência e desrespeito à propriedade, fora as questões sanitárias aqui já trabalhadas. A guerra entre as maltas rivais, possivelmente dos recém-chegados e dos que por lá permaneceram, fez o seu primeiro “campo” de batalha na pequena, mas ordeira cidade de Niterói, que, não se deve esquecer, é uma cidade muito próxima, e se desordens aconteciam ali, tão perto do centro político e comercial do império, o que poderia impedir que esses distúrbios acontecessem na Corte? A cidade vizinha, após anos, durante o período de guerra alojando os inválidos, não suportava mais sua presença, e a prematura inauguração do AIP - estimulada por anos de discursos patrióticos e assistencialistas, um pouco mais de um mês depois desta correspondência entre as autoridades policiais - certamente foi uma medida necessária para assegurá-la, como, da mesma forma, resguardar o próprio centro político e econômico do império, que passou pelos mesmos problemas, isto é, capoeiras de lá foram recrutados, e muitos, se não haviam voltado, estariam ali quando as unidades retornassem entre 1869-70.

Recordo sobre os critérios da comissão da marinha, cerca de 15 anos antes, sobre a escolha da Armação para receber um asilo de inválidos. No início do presente capítulo, demonstrei, pela documentação, que naquele momento a localidade era distante da povoação; mas, anos depois, com o grande número de inválidos e ainda assim, sem ter seus movimentos tolhidos, Niterói passou por apuros que foram previstos pelas perspicazes observações dos militares da marinha, notoriamente de José Joaquim

⁶⁵⁷ Ricardo Salles. *op. cit.*, (página 47).

Ignacio, porque, se a Armação era um lugar aprazível e próprio para a instalação de um asilo, o militar recordou, em outubro de 1859, em relatório da comissão dividido em três partes,⁶⁵⁸ que *um muro que separasse o terreno das propriedades particulares era acessório* necessário ao projeto. Essa separação, bem como entre o asilo e a moradia dos empregados não era algo gratuito, ou sem sentido. Sua idéia era de encerrar esses homens, ocupando-os em atividades produtivas em *hortas, jardim, tanques de banhos e lavagem e as ruas de recreio*, e que evitaria as suas conturbadas andanças pela cidade. É certo que Ignácio não estava pensando nos capoeiras, mas sobre um problema que foi presente naquele ano, de 1859, e que o foi em 1868, no asilo provisório. Havia a necessidade, imprescindível, de isolá-los, tolhendo, de todos os modos possíveis, a sua movimentação, que poderia ser fonte de problemas.

Não se deve perder de vista que esses inválidos, antigos libertos, ex-prisioneiros e também, segundo o solícito delegado, *a espuma das províncias*, não eram oriundos das fainas diárias quando aquartelados em recintos da marinha ou do exército. Eles eram homens que haviam vivido, talvez por um longo tempo, situações de combate no Paraguai, sendo que muitos deles tiveram que matar, outros foram feridos, e todos, de uma forma ou de outra, foram atingidos pelos combates e doenças, e por essa razão eram considerados *inválidos da pátria*.

O comandante naquele momento era Manoel da Cunha Barbosa, que em ofício ao ajudante general, igualmente esclarecedor, informou primeiro que não sabia de coisa alguma sobre o inválido que havia sido detido, mas que:

“(…) É certo que as praças d’esto Asilo freqüentam a cidade de Niterói, e que é devido, como V. Excia. bem compreende, a natureza da mesma Cidade; entretanto, as providências são dadas de modo a evitar o mais possível este inconveniente, para o que muito concorre a ronda estabelecida por ordem de V. Excia.

São esses os únicos pontos que me parecem relativos ao Asilo sob meu comando, visto como os outros referem-se a Junta Médica de inspeção e ao Governo Imperial, à aquela, por julgar o Delegado de Polícia existirem Inválidos de perfeita saúde, e a este por ter mandado para o Exército libertos e sentenciados”.⁶⁵⁹

A modo de evitar o mais possível o inconveniente de movimentação de inválidos pela cidade. Apesar de suas observações quanto ao *grau de força de seu comando*, é peremptório que o militar, pelas ocorrências observadas, não tinha suficiente autoridade sobre esses homens como se arrogava. Cunha Barbosa igualmente era um *inválido da*

⁶⁵⁸ Arquivo Nacional. XM 676. Ministério da Marinha.

⁶⁵⁹ Arquivo Nacional. IG 1 146. Ministério da Guerra. Correspondência Presidente de Província do Rio de Janeiro (1866 – 1870).

pátria e, de certa forma, veterano da campanha. Digo de certa forma, e com muitas ressalvas, pensando principalmente o que ele significava, ou representava, para as centenas de homens que, supostamente, tinha sob o seu comando, porque no Arquivo Nacional existem dois pedidos seus, de abril de 1865, antes de marchar para o sul, sendo que o primeiro tratou do pedido de um revólver e o segundo de uma barraca.⁶⁶⁰ À primeira vista, tudo leva a crer que tenha sido um oficial combatente; porém, há outras informações a seu respeito no livro do veterano e capelão Honorato - ⁶⁶¹ que inclusive “combateu” com ele nos mesmos hospitais de campanha, quando serviram - apontando que Cunha Barbosa era natural do Rio de Janeiro, bacharel *formado em matemáticas e ciências físicas pela escola militar do Rio de Janeiro*. Mas, explicitando também que ele, em 1865, foi nomeado para seguir para o Paraguai. Entrementes, na guerra, segundo o capelão, ficou encarregado, sempre, de organizar hospitais de campanha, como o fez na *vila do Salto Oriental e Corrientes*, como em *Lagoa Brava*, quando foi nomeado *diretor geral dos hospitais ambulantes e de sangue*, sendo que posteriormente, mesmo *tendo deteriorado sua saúde em tão terríveis e arriscadas comissões*, foi nomeado *diretor geral dos hospitais de Corrientes*. Com a piora de sua situação física, e não tendo mais condições de permanecer por lá servindo, deixou seus afazeres para retornar ao Rio de Janeiro em outubro de 1866, sendo nomeado, provavelmente após a sua aparente recuperação, comandante do AIP, em sua criação formal, no dia primeiro de abril de 1867.

Segundo o capelão, Cunha Barbosa deixou o comando do estabelecimento *em consequência de seu mau estado de saúde* no dia primeiro de outubro de 1868 (quatro meses após as observações do delegado e a sua); entretanto, acredito que isso não tenha sido o motivo real, dados os problemas disciplinares dos inválidos que tentou equacionar e responder perante seus superiores, afinal, para todos os efeitos, era comandante do AIP. Ele, como os demais que “dirigiram” o asilo, não detinha controle efetivo sobre seus homens, e esse domínio, possivelmente, não tinha as mesmas características dos comandos exercidos na guerra, no campo, quanto todos estavam submetidos às situações de combate, aqui já tratadas. Cunha Barbosa, apesar de ter realizado tarefas complicadas e arriscadas no teatro de operações ou próximo a ele, e aparentemente com muita competência, não era um ex-combatente, em seu sentido

⁶⁶⁰ Arquivo Nacional. IG 7 383. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra. (1865). Os dois pedidos estão nesta pasta.

⁶⁶¹ Manoel da Costa Honorato. *op. cit.*, (página 96).

estrito, parece-me que nunca precisou marchar com seus subordinados, em *colunas* ou *fileiras*, sob o mortífero fogo de artilharia e fuzilaria paraguaia, sob a ação das *balas rasas*, sob os disparos da “vovó”, igualmente não viu o deslocamento das conhecidas como “*queijo do reino*”, ou 68, e até os velozes *projéteis esféricos* e eventualmente *cilindros cônicos*. Pela sua atividade hospitalar-administrativa, certamente ele constatou os seus resultados; mas não quando estavam “obrando”, propriamente, nas “economias”, nem as alheias - muito próximas, para serem contempladas em todos os seus temerosos efeitos - e nem na sua. Talvez, quando comandante do AIP, e em uma situação na qual a figura do imperador, pelo menos fisicamente, e semanalmente, o pressionava, tenha tentado negociar a sua pretensa autoridade, sendo que os inválidos, mesmo teoricamente dentro de uma instituição como o AIP, possuíam poder de locomoção e promoviam atividades não controladas pelo comando, e como seu chefe possivelmente fosse um *espada virgem*, ou que nunca tinha tido o grande trabalho, com ela, e com o seu revólver solicitado em 1865, de perfurar um ventre, uma cabeça, um peito ou as costas de um paraguaio, em combate, e não em uma “mesa” de cirurgia, talvez não merecesse muito acatamento, apesar de ser, ainda assim, um superior. Isso se torna um outro problema, ainda sem uma resposta adequada, e estabelecida por uma pesquisa, sempre fundamental. Cunha Barbosa, possivelmente, para uma grande parte dos inválidos, não era um oficial que merecesse respaldo, porque não era um combatente, por isso não teria o seu apoio ou até suas ordens não teriam muito acatamento entre a tropa de inválidos, já que poderia ser considerado um superior, mas sem respaldo moral porque não era um ex-combatente, como eles. Para uma outra parte do efetivo, talvez menor, ele não fazia parte da lógica das maltas, e por isso, descartado, e até mesmo, com a presença do imperador, interpretado como uma ferramenta sem importância, já que havia uma outra, muito mais significativa e eficaz para os seus intentos e que por eles era muito bem explorada. Daí, dessa situação, que talvez o imperador buscasse tirar o caráter, ou a *natureza militar* do asilo, porque já havia antevisto os problemas que tudo aquilo poderia ocasionar, como, efetivamente, aconteceu. Fora uma certa tolerância, que aparenta ter sido uma das razões da indisciplina entre os inválidos. Foi comum, pela documentação, constatar que muitos que estavam enquadrados como *inválidos da pátria* não aparentavam algum mal ou mutilação. Penso que estes homens poderiam, igualmente, se transformar em ferramentas. Se for considerado que no século XIX, no Brasil de antanho, havia uma forte presença das práticas clientelísticas e do favoritismo - ter êxito na política, para

todos significava, obrigatoriamente, tecer uma forte rede de relações pessoais em todas as estâncias possíveis. Ser protegido e proteger era algo muito forte e era uma das chaves do bom êxito na carreira pública, entre outras aspirações. É provável, e não descarto a hipótese, de que muitos inválidos, capoeiras, receberam, indevidamente, o “*status*” de *inválidos da pátria* para retornarem mais cedo à Corte, e com a saúde plena, para reconfigurarem, com a sua ação, o terreno - físico e de negociação - de atuação de muitos conservadores e liberais ansiosos, por poder e por medo, proporcionado pela chegada de alguns homens da guerra. É uma boa possibilidade de investigação (**Figura 18**).

Em uma gravura constituinte do trabalho *Memória & Imagens*, de Ricardo Salles, talvez existam mais algumas pistas sobre o assunto. Em *O Arlequim*, além de um inválido que retornou com “vantagens”, por ter “trocado” um braço por “três pernas”, e um outro que viu a ação da artilharia paraguaia *bem de perto*, foram desenhados, ou “acidamente” retratados dois negros. Um, porta uma faixa sobre o queixo, assinalando que não poderia se alimentar, mas que enxergava muito bem, o outro, com uma outra envolta em sua cabeça e um dos olhos, que não poderia ver bem, mas que mastigava *como gente*. É certo que se trata de uma gravura eivada de preconceito; mas deixa espaço para várias interpretações. A primeira delas é que muitos voltavam para Corte, em plena guerra, mas que não eram realmente inválidos, ou melhor, que os seus ferimentos ou doenças não fossem tão graves que justificassem o seu retorno para o Brasil, considerados como incapacitados para o serviço militar. O que mais chama a atenção é que foram retratados como negros, veteranos, e “inválidos”, talvez uma indicação, indireta, sobre a atuação dos *capoeiras* na Corte e em Niterói. Homens que não apresentassem mutilações, ou doenças crônicas, e acrescento, ociosos, poderiam causar alguns problemas. Se os negros não eram os únicos que faziam parte das *malts*, ainda assim, elas eram estigmatizadas, ou melhor, seus membros, na maioria das vezes identificados como negros; portanto, sujeitos interpretados com suspeição, e que sempre, potencialmente, fossem causadores de desordens. A *capoeira* detinha uma forte tradição afro-brasileira. Em suma, homens que foram desmobilizados na condição de *inválidos da pátria*, ainda que temporários, mas que realmente não o eram, como os que foram retratados no documento em anexo. O jovem, branco, que está ao lado, da mesma forma não é um inválido, apenas apresenta um pequeno, mas comprometedor curativo no nariz, e pela legenda que leva, deixa claro que era um galanteador, ou possivelmente um arrivista. Alguém que voltou ao Brasil por puro oportunismo, ou por ligações

pessoas que garantiram a sua volta, e que desfrutava das benesses da vida citadina. Há uma diferença gritante entre as representações. Enquanto o branco tem possibilidades de “ascensão” na carreira, ainda que remotas, mas com vantagens, os dois negros têm a perspectiva de viverem com o básico, enxergarem e se alimentarem, mas na condição de homens livres.

Uma outra interpretação, é que na categoria de mobilizados, e não mais de “cativos”, desfrutariam de uma vida que até então, em sua condição anterior, não poderiam viver.

Mas, sobre o AIP, o mais interessante sobre Cunha Barbosa é que foi nomeado, tudo leva a crer, porque já detinha uma vasta experiência em administrar hospitais, principalmente em Corrientes, que teve, durante a sua existência, muitos doentes oriundos de epidemias; todavia, não era um combatente, e possivelmente tenha sido um erro, do imperador, nomeá-lo para essa derradeira tarefa no asilo de Niterói e que chegou a comandá-lo no Bom Jesus. Como de fato era um estabelecimento visto como hospitalar, achou-se mais eficiente nomear o experimentado Cunha Barbosa para dirigi-lo; mas, porventura, se fosse um comandante ex-combatente, em seu sentido estrito, a situação disciplinar no asilo poderia ter sido diferente; no entanto, isto seria história virtual, por mais que a proposta seja sedutora, não compete nessas linhas, mesmo porque o mais interessado pela questão morreu em Paris, em 1891.

No ofício em sua defesa, o comandante do AIP maliciosamente informou que sua responsabilidade era limitada quanto às denúncias da autoridade policial, estendendo o problema para a junta médica, responsável pelos pareceres de saúde, muitos aparentemente sem rigor, ampliando o conceito de *inválido da pátria* para homens que não o eram verdadeiramente, e até mesmo ao governo imperial, por ter recrutado *libertos e sentenciados*. Em suma, a marginália sem disciplina e que não acatava as suas ordens. Isto deixa margem para outras questões. O asilo não serviria, quando dava guarida para muitos que não eram estritamente *inválidos*, como um estabelecimento que os controlasse? Me explico melhor, para essa possibilidade. Será que os capoeiras não eram, já, um problema visualizado pela administração, ainda quando estavam na guerra.? Talvez, muitos daqueles homens tenham recebido o asilamento, ainda que temporário, mesmo não sendo, estritamente, *inválidos da pátria*, porque foi uma tentativa de controle sobre eles, e por consequência, da movimentação marginal pela Corte. Favorecê-los com alguma pensão, ou reforma, vitalícia, não seria uma maneira de tentar controlá-los? Desmobilizados, em plena guerra, com alguns

direitos garantidos não era uma maneira, mas sutil, de tentativa de controle e até um espaço para negociação? Mais uma possibilidade, interessante, de pesquisa. Entretanto, qual seria, então, a maneira mais eficaz para pôr termo às ocorrências disciplinares e principalmente sanitárias causadas pelos *inválidos da pátria*? E, conforme é lido, o comandante do asilo provisório observou que Niterói tinha algo particular, dada a sua *natureza*. O que queria dizer com isso?

O isolamento na ilha do Bom Jesus, aparentemente, sanaria o problema, algo que Niterói não poderia assegurar, por sua *natureza*. Era uma cidade próxima à Corte e com povoação, onde, por mais que as rondas (de inválidos!) operassem patrulhando seus logradouros, não impediam que os homens tivessem contato com a população, resultando daí todos os contratempos às autoridades. E, ainda assim, se houvesse uma patrulha formada por inválidos, nada impediria que entre eles, e os que estivessem no quartel, se estabelecesse uma rede de ajuda e solidariedade mútua, como nos campos do Paraguai, tornando-se cúmplices, ou *camaradas*, nos momentos em que transgrediam por Niterói, e eventualmente enfrentassem a polícia.

Para mim, é curioso que no mesmo período, durante a acelerada construção do AIP na ilha do Bom Jesus, nos anos de 1867 e 1868, a cargo da *Diretoria Geral das Obras Militares da Corte*, e quando pairava a ameaça de epidemias na Corte, que as visitas do imperador, pela sua rápida galeota à vapor, foram quase que diárias. O asilo provisório da Armação do mesmo modo recebeu suas inspeções, e isso pode ser constatado pelos jornais que noticiavam o cotidiano do monarca, *e os seus semanários*, todos os dias. Vinculando sua presença, anunciada nos periódicos, com os pequenos bilhetes que remetia periodicamente aos seus ministros, pode-se tentar apreender as preocupações que o atingiam.

Por exemplo, em fevereiro de 1868, quando a ilha era um grande canteiro, Paranaguá foi convocado para fazer uma visita com o monarca, nas obras do Bom Jesus. O ministro, um dia antes, teve que lhe encaminhar *as plantas das referidas obras*.⁶⁶² Possivelmente para estudá-las, acrescentar ou modificar algo, em conjunto com Carneiro Leão.

Entretanto, antes disso, retomo mais alguns conteúdos, necessários, do *Danação da Norma*.⁶⁶³

⁶⁶² Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 1739/77 – 142-6992).

⁶⁶³ Roberto Machado *et ali. op. cit.*, (página 278 – “*Medicalizar as instituições*”).

Com a formação e o crescimento dos espaços urbanos, e a necessária vigilância e regularização em seu interior, houve a necessidade de igualmente criarem os *espaços específicos*, que tinham a função de alcançar algum objetivo social. Eram, sobretudo, uma condicionante da complexidade crescente da vida social; mas que, no entanto, também representavam uma intrincada contradição para o saber médico. Se eram necessários para o reordenamento e controle, igualmente possuíam as mesmas e prejudiciais características dos centros urbanos, isto é, configuravam-se como espaços insalubres, e que representavam perigo para o meio urbano do qual haviam sido separados. E, quando inseridos na lógica do esquadrinhamento e divisão, não poderiam ser abolidos, muito menos mantidos como até então o eram. Havia a necessidade de reflexões e transformações empreendidas pela medicina. A grande questão era, como mantê-los - os *espaços específicos*, como hospitais, asilos, cemitérios, prisões, etc - tendo em vista o seu original objetivo, de segregação, sem denotações negativas, e principalmente controlar o perigo que encerravam em seu interior? Isto se aplicava tanto aos doentes como aos inválidos, mortos e criminosos.

Foi utilizando a mesma estratégia suscitada pela cidade para responder, na prática, a questão. Esquadrinhar e totalizar. Era necessário o estudo topográfico, *ao mesmo tempo que se inte-relacionavam os elementos no conjunto da organização. Além disso, isolar teoricamente os componentes e estabelecer as causas de suas relações nefastas* possibilitava *planejar a ordenação racional de uma população, com características e funções específicas, em um espaço organizado e distribuído.*⁶⁶⁴

Havia a inevitabilidade de expulsão do centro da cidade. A sua localização era determinada por critérios de salubridade, condicionados, por exemplo, por muros, lugares afastados do meio urbano, como a Armação ou Andaraí, ou até mesmo uma ilha. Situar esses *espaços específicos* em lugares inapropriados poderia, pelas características e particularidades físicas da região, e dos estabelecimentos, provocar uma situação de agravamento, de contágio e infecção. Mantê-los, eventualmente, sob disposições provisórias, ofereceria o risco de desprovê-los de cruciais recursos naturais como a água, ou até mesmo por influências nefastas do todo urbano, produzidas pela descontrolada movimentação de elementos externos, e até de internos, que deveriam, teoricamente, estar encerrados, disciplinarmente, em seu interior, ou porque *as exalações e os miasmas gerados nesses espaços fechados infectavam não só os que*

⁶⁶⁴ *Ibid.*, (página 279).

estivessem dentro, numa contínua e contraproducente relação de insalubridade; mas, perigosamente, atingir a cidade, *constituindo-se em focos de epidemias e contágio*.⁶⁶⁵

Muitos inválidos que chegaram ao asilo, entre 1866 e os anos consecutivos, não ficaram no Rio de Janeiro, principalmente os que eram de outras províncias. Eventualmente, encontram-se pedidos de transporte para remetê-los aos seus lugares de origem. Foi assim em janeiro de 1869, quando o ajudante general informou que haviam seguido *para o Norte, no vapor Tocantins, quarenta praças inválidas, e inclusive um sargento prisioneiro de guerra com destino à Província de Pernambuco*.⁶⁶⁶

Fica claro que os homens, inválidos, na medida em que iam chegando à Corte, eram remetidos o mais rápido possível, isto é, quando não demandavam maiores tratamentos, pois se o seu estado de saúde reclamasse um melhor tratamento, então eram remetidos para outros lugares, como Andaraí ou o hospital militar situado no Castelo. Mas, ainda assim, se houvesse a recuperação, então deveriam ficar um certo tempo na Corte, aguardando o transporte e o pagamento de algum direito mais imediato, antes de partirem. Entretanto, em uma documentação encontrada no Arquivo Nacional, mais algumas possibilidades de entender essas particularidades são colocadas.

Em abril de 1869, foram confeccionados dois mapas, de duas companhias do AIP,⁶⁶⁷ a 2ª e 3ª. São documentos constituintes das pastas do *ajudante general*, e que informam as províncias de seus integrantes, bem como seus postos, e a sua *qualidade*, isto é, se eram originais de unidades de *voluntários da pátria, designados*, ou mesmo do *corpo de polícia da Corte*. Estes foram confeccionados para verificar o atraso de pagamento das praças relacionadas, possivelmente, por causa das denúncias publicadas nos jornais:

Anexo 06

“Relação demonstrativa dos vencimentos, atrasados de companhia a quem tem direito as praças abaixo mencionadas, organizada à vista da declarações das mesmas”.

2ª Companhia de Inválidos

PROVÍNCIA	2º CIA 1869	2º CIA 1869 (%)	TOTAL	TOTAL (%)
Alagoas	5	4,95%	5	4,95%
Amazonas	0	0,00%	0	0,00%
Bahia	18	17,82%	18	17,82%
Ceará	7	6,93%	7	6,93%

⁶⁶⁵ *Ibid.*, (página 280).

⁶⁶⁶ Arquivo Nacional. IG 2 20. Ministério da Guerra. Administração/Ajudante General (1868).

⁶⁶⁷ Arquivo Nacional. IG 2 21. Ministério da Guerra. Administração/Ajudante General (1869).

Espírito Santo	2	1,98%	2	1,98%
Fernando de Noronha	0	0,00%	0	0,00%
Maranhão	7	6,93%	7	6,93%
Minas Gerais	4	3,96%	4	3,96%
Montevideu	0	0,00%	0	0,00%
Pará	1	0,99%	1	0,99%
Paraíba	0	0,00%	0	0,00%
Paraíba do Norte	4	3,96%	4	3,96%
Paraná	1	0,99%	1	0,99%
Piauí	1	0,99%	1	0,99%
Pernambuco	18	17,82%	18	17,82%
Portugal	1	0,99%	1	0,99%
Rio Grande do Norte	0	0,00%	0	0,00%
Rio Grande do Sul	11	10,89%	11	10,89%
Rio de Janeiro	9	8,91%	9	8,91%
Santa Catarina	1	0,99%	1	0,99%
São Paulo	4	3,96%	4	3,96%
Sergipe	7	6,93%	7	6,93%
Províncias Ignoradas	0	0,00%	0	0,00%
		TOTAL		
		ANO		
		101	100,00%	101 100,00%

2º CIA POSTO	1869	1869 (%)	TOTAL	TOTAL (%)
1º Sargento	2	1,98%	2	1,98%
2º Sargento	2	1,98%	2	1,98%
Furriel	1	0,99%	1	0,99%
Anspeçada	12	11,88%	12	11,88%
Cabo	7	6,93%	7	6,93%
Soldado	76	75,25%	76	75,25%
Recruta	0	0,00%	0	0,00%
Músico	0	0,00%	0	0,00%
Tambor	0	0,00%	0	0,00%
Corneta	0	0,00%	0	0,00%
Particular	1	0,99%	1	0,99%

TOTAL	
101	100,00% 101 100,00%

Qualidade de praça	1869	1869 (%)	TOTAL	TOTAL (%)
Voluntário da Pátria	45	44,55%	45	44,55%
Exército	32	31,68%	32	31,68%
Voluntário do Exército	9	8,91%	9	8,91%
Corpos de Polícias	2	1,98%	2	1,98%
Designado	13	12,87%	13	12,87%
		101		

3ª Companhia de Inválidos

PROVÍNCIA	3º CIA 1869	3º CIA 1869 (%)	TOTAL	TOTAL (%)
Alagoas	3	3,37%	3	3,37%
Amazonas	0	0,00%	0	0,00%
Bahia	16	17,98%	16	17,98%
Ceará	7	7,87%	7	7,87%
Espírito Santo	0	0,00%	0	0,00%
Fernando de Noronha	0	0,00%	0	0,00%
Maranhão	2	2,25%	2	2,25%
Minas Gerais	7	7,87%	7	7,87%
Montevideu	0	0,00%	0	0,00%
Pará	3	3,37%	3	3,37%
Paraíba	0	0,00%	0	0,00%
Paraíba do Norte	1	1,12%	1	1,12%
Paraná	0	0,00%	0	0,00%
Piauí	1	1,12%	1	1,12%
Pernambuco	20	22,47%	20	22,47%
Portugal	0	0,00%	0	0,00%
Rio Grande do Norte	1	1,12%	1	1,12%
Rio Grande do Sul	6	6,74%	6	6,74%
Rio de Janeiro	10	11,24%	10	11,24%
Santa Catarina	1	1,12%	1	1,12%
São Paulo	7	7,87%	7	7,87%
Sergipe	4	4,49%	4	4,49%
Províncias Ignoradas	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL				
89		100,00%	89	100,00%

POSTO	1869	1869 (%)	TOTAL	TOTAL (%)
1º Sargento	5	5,62%	5	5,62%
2º Sargento	3	3,37%	3	3,37%
Furriel	1	1,12%	1	1,12%
Anspeçada	5	5,62%	5	5,62%
Cabo	16	17,98%	16	17,98%
Soldado	58	65,17%	58	65,17%
Recruta	0	0,00%	0	0,00%
Músico	1	1,12%	1	1,12%
Tambor	0	0,00%	0	0,00%
Corneta	0	0,00%	0	0,00%
Particular	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL				
89		100,00%	89	100,00%

Qualidade de praça	1869	1869 (%)	TOTAL	TOTAL (%)
--------------------	------	----------	-------	-----------

Voluntário da Pátria	42	47,19%	42	47,19%
Exército	33	37,08%	33	37,08%
Voluntário do Exército	7	7,87%	7	7,87%
Corpos de Polícia	2	2,25%	2	2,25%
Designado	5	5,62%	5	5,62%
TOTAL				
89		100,00%	89	100,00%

1869 2ª COMPANHIA POR PROVÍNCIA

1869 2ª COMPANHIA POR POSTO

QUALIDADE DE PRAÇA 2ª COMPANHIA 1869

1869 3ª COMPANHIA POR PROVÍNCIA

1869 3ª COMPANHIA POR POSTO

QUALIDADE DE PRAÇA 3ª COMPANHIA 1869

A maior parte dos inválidos das duas companhias, era oriunda das províncias do nordeste, sendo que se sobressaíram as de Pernambuco, Bahia e Ceará. Na 2ª companhia, um pouco mais da metade do efetivo vinha do nordeste; na 3ª companhia, situação idêntica. Sendo assim, é bem provável que, uma parte do efetivo deveria receber tratamento nos hospitais militares, e dali, depois de um período de recuperação, era remetida às províncias de origem. Outra parte, simplesmente era acantonada nas dependências do AIP, e lá era mantida, para que aguardasse que os seus direitos fossem providenciados. Pode-se conjecturar que eram mantidos ali para receberem alguns

atrasados, bem como a documentação de reforma ou quaisquer outros papéis, referentes aos seus direitos, de usufruto próprio, e que permaneceriam recebendo, mas posteriormente, em suas províncias. A Corte era passagem obrigatória, sendo assim, ali eram desembarcados para tratamentos e para lhes serem entregues quantias que lhes eram devidas. Sobre as demais províncias, chamou a atenção que as do sul possuíam, comparativamente, um menor efetivo. Um sinal de que, quando eram evacuados do Paraguai, pelos transportes de guerra, muitos desembarcaram em suas províncias. Pode ter sido por própria decisão, evitando-se, então, que fossem remetidos à Corte. Muitos deveriam estar ansiosos para voltar para as vilas e cidades natais. No entanto, não se deve descartar a hipótese de que pode ter sido uma ordem do governo, para diminuir o número de asilados das maneiras mais ao seu alcance. Teoricamente, dariam entrada em seus papéis, e direitos, por intermédio dos quartéis ou pelo presidente de província.

Nas do sul, o Rio Grande apresentou um maior efetivo, primeiro porque foi a província que mais forneceu militares para o exército, e é uma pista que muitos foram remetidos para o Rio de Janeiro, para receberem um melhor tratamento em Andaraí, ou em Castelo. Estes tratamentos seriam, provavelmente, cirurgias reparadoras em amputações já promovidas, isto é, casos que apresentavam maior gravidade, de *marcha lenta* e portadores, talvez, de doenças crônicas, e que, por consequência, deveriam receber um acompanhamento mais intensivo, algo que provavelmente a sua província, ou os hospitais locais, não poderiam promover, além de que, tenho a impressão, só poderiam dar baixa do exército se estivessem relativamente recuperados. Sobre este último aspecto não consegui obter documentos. Entrementes, as companhias apresentaram um razoável número de militares provenientes do Rio de Janeiro, e é certo que eram casos mais graves e que foram remetidos aos dois hospitais sob responsabilidade do exército. É provável que, após a recuperação, muitos, naturais do Rio, retornavam aos lugares de origem, suas vilas e cidades. Se então não fosse necessária a sua estada em algum nosocômio, eram simplesmente liberados, e pelo visto, compulsoriamente. Não se deve, no entanto, neste, como no próximo documento, descartar que muitos simplesmente partiram após receberem os direitos que lhes eram devidos, pelo menos os mais eminentes, como soldo atrasado, por decisão própria, motivada pelo simples desejo de voltarem para seus locais de origem. No entanto, pelos documentos, sobretudo os bilhetes do imperador, fica saliente que muitos foram desmobilizados meramente porque o asilo não tinha condições de alojá-los, dado o seu grande número, e sobretudo por causa dos inconvenientes disciplinares, higiênicos e

sanitários que suscitavam. Teoricamente, era em suas províncias, pelos aquartelamentos lá localizados, que deveriam, então, continuar recebendo a reforma. Algo, do mesmo modo, que merece uma investigação mais minuciosa.

Nos postos, percebe-se que a maior parte era constituída de soldados, anseçadas e cabos, sendo que prevaleceram os primeiros. No entanto, o AIP recebeu oficiais, mas em número diminuto, porque provavelmente muitos optaram por não permanecerem no estabelecimento. É provável que desejassem, como muitos dos praças, permanecer em sua terra natal, com os mais próximos, isto é, quando os seus casos não exigissem algum tratamento médico cirúrgico. O próximo mapa que será trabalhado apresenta alguns deles, mas apenas inferiores, como cadetes. Não há contagem de oficiais, certamente porque era um mapa que promoveu, somente, a contagem de praças e com os pagamentos atrasados.

As duas companhias tinham, em números totais, um maior contingente formado por *voluntários da pátria* e soldados do exército. Os demais foram denominados *voluntários do exército*, alguns vindos dos *corpos de polícia* e outros *designados* da guarda nacional. O que demonstra que o asilo, em um primeiro momento, não alojou marinheiros, mas indivíduos procedentes unicamente do exército. Tendo todos os destinos possíveis, não servindo, apenas, aos *voluntários da pátria*.

Em um outro documento encerrado no Arquivo Nacional, intitulado “*relação nominal das praças que a seu pedido seguiram para as suas províncias a aguardar decisão do Governo conforme as ordens em vigor*”,⁶⁶⁸ feito entre fevereiro e março de 1870, e provavelmente por causa de denúncias de que o governo estava despachando os homens, sem ao menos terem os seus direitos pagos, pode-se observar um precioso mapa de movimentação do AIP, (não existe algo próximo nem na documentação do próprio asilo, encerrada no AHEx), que envolveu 1282 inválidos, informando seus postos, anos em que foram incluídos no efetivo do AIP, bem como as suas províncias de origem. Esses foram remetidos para as suas províncias, e, ainda que tenham sido remetidos *a seu pedido*, fica claro, conforme se observará na correspondência do imperador, que o grande número deles, principalmente entre 1868 e 69, foi um grande problema para ser resolvido, porque o estabelecimento não poderia, dadas as suas limitações físicas, comportar um número expressivo de homens.

⁶⁶⁸ Arquivo Nacional. IG 2 22. Ministério da Guerra. Administração/Ajudante General (1870).

Anexo 07

PROVÍNCIA	1867	1868	1869	1867 (%)	1868 (%)	1869 (%)	TOTAL	TOTAL (%)
Alagoas	15	15	58	6,12%	6,22%	7,29%	88	6,86%
Amazonas	0	0	1	0,00%	0,00%	0,13%	1	0,08%
Bahia	53	32	132	21,63%	13,28%	16,58%	217	16,93%
Ceará	17	32	113	6,94%	13,28%	14,20%	162	12,64%
Espírito Santo	1	2	5	0,41%	0,83%	0,63%	8	0,62%
Fernando de Noronha	0	1	0	0,00%	0,41%	0,00%	1	0,08%
Maranhão	7	13	40	2,86%	5,39%	5,03%	60	4,68%
Minas Gerais	1	7	18	0,41%	2,90%	2,26%	26	2,03%
Montevideu	0	1	0	0,00%	0,41%	0,00%	1	0,08%
Pará	5	9	41	2,04%	3,73%	5,15%	55	4,29%
Paraíba	17	13	40	6,94%	5,39%	5,03%	70	5,46%
Paraná	0	1	3	0,00%	0,41%	0,38%	4	0,31%
Piauí	5	6	19	2,04%	2,49%	2,39%	30	2,34%
Pernambuco	32	50	127	13,06%	20,75%	15,95%	209	16,30%
Rio Grande do Norte	6	14	26	2,45%	5,81%	3,27%	46	3,59%
Rio Grande do Sul	28	23	100	11,43%	9,54%	12,56%	151	11,78%
Rio de Janeiro	4	4	1	1,63%	1,66%	0,13%	9	0,70%
Santa Catarina	3	0	5	1,22%	0,00%	0,63%	8	0,62%
São Paulo	5	7	28	2,04%	2,90%	3,52%	40	3,12%
Sergipe	9	8	39	3,67%	3,32%	4,90%	56	4,37%
Províncias Ignoradas	37	3	0	15,10%	1,24%	0,00%	40	3,12%
TOTAL ANO	245	TOTAL ANO	TOTAL ANO	100,00%	100,00%	100,00%	1282	100,00%
TOTAL PERÍODO								
	1282							

POSTO	1867	1868	1869	1867 (%)	1868 (%)	1869 (%)	TOTAL	TOTAL (%)
1º Cadete	1	0	0	0,41%	0,00%	0,00%	1	0,08%
2º Cadete	3	3	0	1,22%	1,24%	0,00%	6	0,47%
1º Sargento	2	2	8	0,82%	0,83%	1,01%	12	0,94%
2º Sargento	5	12	23	2,04%	4,98%	2,89%	40	3,12%
Furriel	3	2	8	1,22%	0,83%	1,01%	13	1,01%
Anspeçada	9	10	46	3,67%	4,15%	5,78%	65	5,07%
Cabo	18	14	78	7,35%	5,81%	9,80%	110	8,58%
Soldado	193	193	621	78,78%	80,08%	78,02%	1007	78,55%
Recruta	8	4	6	3,27%	1,66%	0,75%	18	1,40%
Músico	2	0	4	0,82%	0,00%	0,50%	6	0,47%
Tambor	1	0	1	0,41%	0,00%	0,13%	2	0,16%
Corneta	0	1	1	0,00%	0,41%	0,13%	2	0,16%

TOTAL ANO	TOTAL ANO	TOTAL ANO					
245	241	796	100,00%	100,00%	100,00%	1282	100,00%
TOTAL PERÍODO							
1282							

EFETIVO DE INVÁLIDOS ANO X PROVÍNCIA

TOTAIS POR PROVÍNCIA

1867 DISTRIBUIÇÃO POR PROVÍNCIA

1868 DISTRIBUIÇÃO POR PROVÍNCIA

1869 DISTRIBUIÇÃO POR PROVÍNCIA

EFETIVO POR POSTO

EFETIVO POR POSTO

EFETIVO POR POSTO

Repete-se, neste mapa, que foram contabilizados 1282 indivíduos, com algumas informações extraídas das companhias, de 1869. (2ª e 3ª cias.). Os militares do Nordeste se constituíram no maior número de inválidos, mormente os das províncias da Bahia (16,93%), que forneceu o segundo maior efetivo para a guerra; Pernambuco (16,30%) e Ceará (12,64%). Sendo que outras, da mesma região, igualmente exprimiram maiores números, mas abertamente menores quando confrontados com as que mais detinham. Alagoas (6,86%) e Paraíba (5,46%) foram exemplos. No entanto, o Rio Grande do Sul (11,78%), também ofereceu uma porcentagem alta, ainda que menor quando comparado, distintamente, com as três primeiras províncias em efetivos. Se esta foi a que forneceu o maior contingente para a guerra, pela lógica, seria a de maior representação no AIP, o que não foi constatado pelo documento, e que corrobora, novamente, nas suspeitas de que muitos inválidos nem para o Rio de Janeiro foram mandados, e se naqueles três anos, apresentou 151 inválidos, certamente é porque os homens foram remetido à Corte, em sua maioria, para receberem o tratamento médico cirúrgico já estudado.

O Rio de Janeiro, com importante participação em efetivos na guerra, representou, apenas, 0,70%. Isto que quer dizer que os homens estavam sendo remetidos para as suas vilas e cidades, ou até mesmo para a Corte. Não significa que o de origem fluminense era diminuto em relação às demais províncias; mas que estava

sendo, o quanto antes, mandado para casa, mais um inequívoco sinal de que o asilo não poderia alojar os homens por ausência de meios apropriados.

Significativa parte do efetivo do AIP era de soldados (78,55%). Os demais postos apresentaram números baixos, comparados com o majoritário. Cabos e anspeçadas corresponderam, respectivamente em 8,58% e 5,07%. Interpreto a informação como mais uma razão para evidenciar o caráter emergencial do asilo. A guerra provocou inválidos, não distinguindo os postos, e pelo que se pode depreender, o asilo só contabilizou os oficiais inferiores, que se apresentaram em números inexpressivos, ou melhor, sete indivíduos, tendo um 1º cadete (0,08%), e seis 2º cadetes (0,47%), e isso representa que muitos oficiais não ficaram no asilo, ou nem para lá foram remetidos, provavelmente por própria opção, e que a grande quantidade de soldados que dele fizeram uso, eram de outras províncias, permanecendo adidos ao asilo para o tratamento, e quando houvesse transporte à disposição, seriam mandados de volta.

Qual era a razão da desmobilização promovida dentro do asilo? Por que os homens estavam sendo rapidamente remetidos para as províncias? Afinal, teoricamente, o AIP deveria alojar, essa era a intenção, e justificativa, explícita na campanha de arrecadação da *Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria*, os *inválidos da pátria* que por ela, pela pátria, derramaram seu sangue. Porém, é certo, não havia espaço para aquartelá-los. O próprio imperador, e seus ministros, manifestavam preocupações com o seu abundante número de internos, e quiçá, o problema não estivesse, apenas, restrito à questão dos perigos oriundos da aglomeração de homens, mas à falta até mesmo de pessoal médico para prestar serviço aos necessitados, mutilados e doentes crônicos. Nestes bilhetes se constata, sempre, a inquietação com o numeroso efetivo, regularmente desembarcado no porto da Corte.

Em 03 de agosto de 1868, alguns dias após a inauguração do Bom Jesus, mas com o efetivo, ainda, temerosamente estacionado em Niterói, o imperador voltou a fazer mais um de seus bilhetes, que não apresenta referência ao nome do destinatário, mas, pela data e o assunto tratado, só poderia ser para Muritiba. Em princípio, demonstrando grande impaciência, disse que *a direção do asilo* deveria dizer *o que era preciso*. Igualmente, comentou que *as camas não* serviam, e que as que estavam na *enfermaria do Bom Jesus* eram *boas*, e *assim* deveriam ser as *das companhias*. Era mister que desde aquele momento fossem criadas *no Asilo*, *as aulas de primeiras letras*, que seriam ministradas *pelo capelão*. Com sofreguidão, informou que as obras na ilha estavam se

desenvolvendo bem, e que se encerrariam brevemente, *para que a mudança não se demorasse*. Como em outro bilhete, notou que Bom Jesus carecia *de lancha a vapor para seu serviço*, e que *havendo diligência* poderiam *mandar-se os inválidos para Bom Jesus* naquele mês.⁶⁶⁹ É certo que D. Pedro II queria a remoção dos inválidos o quanto antes, para se evitar os problemas em Niterói.

Seu desassossego não se encerrou aí, no dia 20, segundo as informações que obteve quando visitou o *Bom Jesus*, estava satisfeito com a *diligência* do ministro que por lá estava *empregando*, e se tudo desse certo, *os inválidos* poderiam ir *para lá até o final* daquele mês. Nesses meses, o imperador estava impaciente para que a ilha recebesse os inválidos.⁶⁷⁰ Mas, se ele demonstrou grande irritação, inquietação ou até frustração porque o efetivo permaneceu na Armação, nos meses anteriores a sua preocupação já era manifesta.

Em um outro bilhete, do início de julho de 1868, a data para a inauguração foi fixada por ele - 29 de julho - data natalícia de sua filha mais velha. Ele ressaltou que o diretor das obras, Carneiro Leão, já sabia que era *urgente para que tudo* estivesse *pronto neste dia*. Mas, além disso, o imperador manifestou mais uma apreensão, a *desapropriação da ilha, cujos os papéis* estavam *no Tesouro*. Deveria haver, segundo ele, *um ajuste com os religiosos de Santo Antônio e o Telles, proprietário direto da ilha, a fim de evitar questões futuras*. Aquilo era *de urgência* resolver.⁶⁷¹ Mais uma prova de que o asilo foi rapidamente promovido, porque não havia nem se acertado, com os religiosos, e a família Telles, sobre a compra da ilha. Certamente a decisão do erguimento do estabelecimento foi algo tomado às pressas, e do mesmo modo foi a sua construção, simples, e regularmente inspecionada. A diretoria de obras para lá foi deslocada, com os seus operários, para que preparassem rapidamente as instalações.

Foi durante aquele mês de julho, para ser mais exato, no dia 09, que ele voltou a se comunicar com Paranaguá, informando sobre mais alguns detalhes. *As obras em Bom Jesus iam bem, e a inauguração do Asilo* poderia *ser no dia 29*, mas era *preciso que existissem camas* *guarnecendo, ao menos, a enfermaria, e cumpria cuidar disso o quanto antes*. *Também* poderia *haver mesas e bancos decentes nos refeitórios; do que urgia cuidar*.⁶⁷² Se queria que pelo menos a enfermaria funcionasse, era porque havia grande número de inválidos, em recuperação, que poderiam ser removidos dos hospitais

⁶⁶⁹ Arquivo Histórico do Museu Imperial (documento 1965/77 144 – 7045).

⁶⁷⁰ Arquivo Histórico do Museu Imperial (documento 1968/77 144 – 7045).

⁶⁷¹ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 2159/77 – 144 – 7045).

⁶⁷² Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Lata 313, pasta 57. “Marquês de Paranaguá”.

militares, mas que, dada a falta de espaço no asilo provisório, ocupavam um leito que poderia ser utilizado por outros que estavam retornando. Bom Jesus, pelo menos naquele aspecto, para ele, já poderia ser aproveitada.

No dia 23 de julho, já escrevendo para Muritiba, que assumiu no novo Gabinete de 16 de julho de 1868,⁶⁷³ ainda tinha esperanças de ver os inválidos por lá instalados, porque era de seu *muito desejo que no dia 29 não se inaugurasse somente o asilo d'inválidos, mas aí ficassem eles instalados*. É certo que esperava algo mais do seu novo ministro, ansioso por servir. Como era recém empossado, pensou em lhe explorar para que acelerasse as obras, algo que constantemente deve ter tentado com Paranaguá e até mesmo Carneiro Leão, quando inspecionava pessoalmente as construções. Mas, se não fosse possível a mudança do efetivo, integralmente, *da Armação para o Bom Jesus, estimaria que ao menos ficasse a enfermaria preparada com as respectivas camas*, mas igualmente as *camas, mesas e bancos*. Novamente, uma pista de que os inválidos cronicamente doentes, ou com uma nova amputação, ou até com reparações daquela natureza, portanto recentes, o preocupavam. Se fosse o caso, e se possível, aqueles deveriam ficar no Bom Jesus, em uma enfermaria, para serem tratados, e com algum alojamento, para que ficassem por lá os encarregados do serviço. Não se deve, no entanto, descartar outra hipótese, já levantada. Com a ocupação da enfermaria do Bom Jesus, muitos inválidos, encerrados nos hospitais militares, poderiam ser internados no asilo, tanto o provisório quanto o da ilha. Quanto aos convidados, ele indicaria os *Senadores e os Ministros passados, em cuja administração se fizeram as obras*. Não se esqueceu de convidar os seus colaboradores, principalmente Paranaguá, que, mesmo estando fora da pasta, deveria ser chamado, configurando-se num gesto de reconhecimento pelo seu precioso auxílio para a concretização do AIP. Como um bom observador que era, Pedro II informou, novamente, que era inevitável *a desapropriação das pequenas casas da ilha*, principalmente *para que houvesse disciplina no estabelecimento*. Ele não encontrava *razão para que o asilo não servisse também para os inválidos da marinha*, e não havia *inconveniente em que fosse da guerra a direção do estabelecimento*. Não deixou de notar sobre os fundos que deveriam mantê-lo, e neste caso, deu duas sugestões. Porque *o capital reunido para a continuação do Asilo de Inválidos da Marinha, junto ao da subscrição para o Asilo de Inválidos da Pátria, serviria para a renda do estabelecimento comum*. A comissão da marinha, que estudou

⁶⁷³ Miguel Arcanjo Galvão. *op. cit.*, (relação de ministros).

a realização do projeto de um asilo, aqui já trabalhada, da década anterior, contava com o capital das contribuições obrigatórias que seus membros recebiam, dos descontos compulsórios em seus pagamentos mensais. Terminando esse *bilhetinho*, opinou que o estabelecimento careceria *de uma lanchinha a vapor para seu serviço*, e sobre a idéia da junção entre os asilos, sugestionou que Muritiba pensasse, *com o seu colega da marinha, sobre a sua idéia*.⁶⁷⁴ A idéia de se juntar os efetivos das duas forças, tinha um fundamento, e achou-se melhor, ainda naquele instante, conforme se observará, não reuni-los no novo estabelecimento. Talvez, por causa do grande número de inválidos do exército, e que havia se tornado uma prioridade para a administração equacionar. É em um interessante mapa demonstrativo que se pode avaliar o numeroso efetivo do AIP durante pelo menos 18 meses. Ele foi feito no próprio asilo, em dezembro de 1868, e compreende os *incluirmentos* que foram executados entre os meses de julho de 1867 até dezembro de 1868, apesar deste último mês não registrar nenhum movimento, provavelmente porque se esperava que ele terminasse, para serem apresentados os seus números correspondentes totais. O documento foi redigido, visando ao número exato de *inválidos da pátria* que foram incorporados ao estabelecimento; mas que foram distribuídos em vários pontos, entre a Corte e Niterói. Segundo observações, as informações começaram a ser registradas a partir do dia 9 de julho, *por não haver escrituração anterior*, o que indica que nos meses, e certamente nos anos anteriores, apesar da idéia de asilo existir, principalmente encampada pela subscrição pública, a administração não havia centralizado uma administração, militar, específica e dirigida para resolver o problema e, do mesmo modo, trabalhar com as que pudessem ser coletadas. A questão, aparentemente, estava sendo ignorada, e se existisse algo parecido na Armação, não recebia a devida atenção. Se só foi computado a partir de julho de 1867, é porque a partir daquele mês, alguém, ou alguns começaram a se responsabilizar pelos serviços administrativos, do “asilo”. Pelo visto, naquele mês de 1867, os inválidos estavam se evidenciando demais para que fossem ignorados. Possivelmente foi um serviço feito por oficiais, inválidos, promovido no ministério da guerra, algo sobre o qual não consegui referências. Fica a indagação de como ficaram os homens nos anos de 1865, 1866 e primeiro semestre de 1867. Em que lugares eles foram colocados? Distribuídos em fortalezas? Somente na Armação? Ou, imediatamente remetidos aos seus destinos de origem? É certo que, em 1865, os homens retornavam para a Corte,

⁶⁷⁴ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 1961/77 – 144 – 7045).

mas suas pistas são difíceis de serem localizadas, exceto poucas referências que não trazem números que forneçam outras pistas ou melhores análises.

Este mapa, de 1868,⁶⁷⁵ apresenta as seguintes informações:

Anexo 08

2450 inválidos, distribuídos segundo os meses que foram incluídos no AIP.

MÊS	1867/68 INCLUI.	1867/68 (%)	TOTAL	TOTAL (%)
Julho – 1867	63	2,57%	63	2,57%
Agosto	308	12,57%	308	12,57%
Setembro	141	5,76%	141	5,76%
Outubro	293	11,96%	293	11,96%
Novembro	78	3,18%	78	3,18%
Dezembro	51	2,08%	51	2,08%
Janeiro – 1868	121	4,94%	121	4,94%
Fevereiro	23	0,94%	23	0,94%
Março	151	6,16%	151	6,16%
Abril	6	0,24%	6	0,24%
Maiο	160	6,53%	160	6,53%
Junho	156	6,37%	156	6,37%
Julho	203	8,29%	203	8,29%
Agosto	107	4,37%	107	4,37%
Setembro	405	16,53%	405	16,53%
Outubro	60	2,45%	60	2,45%
Novembro	124	5,06%	124	5,06%
Dezembro	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL			TOTAL	
2450		100,00%	2450	100,00%

Anexo 09

⁶⁷⁵ Arquivo Nacional. IG 2 20. Ministério da Guerra. Administração/Ajudante General. (1868 – 1869).

INCLUIMENTOS JULHO 1867 À DEZEMBRO 1968

Percebe-se, durante esses meses, quando pairavam sobre a Corte os perigos de epidemias, que a entrada de novos *inválidos da pátria* - de um grande efetivo, fracionado - foi algo real. Em 1867, só o mês de agosto apresentou 308 homens (12,27%), e outubro 293 (11,96%). O total naquele ano foi de 934 homens (38,2%), sendo que no ano posterior, 1868, 1516 homens foram incluídos no efetivo (61,8%). Sendo os mês de setembro, com 405 homens (16,53% - o mês da ocorrência do transporte *Vassimon*), o que mais apresentou *includimentos*, ou uma quantidade de indivíduos jamais vista. E é durante esse período que os problemas referentes aos perigos de contágio e infecção e a própria disciplina se fizeram presentes e já explorados. Este período foi, resalta-se, igualmente marcado pelas regulares visitas do imperador ao Bom Jesus, para inspecionar suas obras, e ao efetivo da Armação, curiosamente cada vez mais intensas. Mas, chamo a atenção para os meses que ficaram em segundo e terceiro lugares, condicionados pelo maior número de inclusões. O de agosto de 1867 (308 inválidos, ou 12,57% do total), e outubro do mesmo ano (293 inválidos, ou 11,96%). Foi em setembro daquele ano que Niterói, ou a sua população, havia sido atacada, e foi justamente dessa situação, ou melhor, para enfrentá-la, que a idéia de uma patrulha armada foi executada por Paranaguá. No mês anterior, numeroso contingente de inválidos havia desembarcado em Niterói, e entre eles, certamente existiam capoeiras que estavam tentando recuperar territórios perdidos, ou mesmo tomar os dos seus adversários. Foi para esta situação, incontrolável, que o delegado de

Niterói pediu que fossem tomadas providências, porque os veteranos, após voltarem da guerra, assediavam os “territórios alheios”, causando um novo conflito, parece-me que restrito à cidade vizinha. Entretanto, o ministro sabia que no próximo mês, novo contingente de inválidos - e possivelmente nele inseridos muitos capoeiras - desembarcaria. Se o delegado ou chefe interino de polícia fez a sugestão, era porque provavelmente acreditava que ao tê-los sob o seu comando, de certa forma os controlaria. Não descarto a possibilidade de que fosse um pequeno grupo, que exercia controle e até liderança abertamente aceita por outros inválidos, mesmo que estes não estivessem envolvidos no mundo das maltas. Todos ali eram *camaradas*. Talvez, se esse grupo, de líderes, fosse “cooptado”, em setembro de 1867, pelo benefício de serem eles mesmos policiais, e que ganhassem assim o território, fora as vantagens de terem mais uma renda porque, conforme Antônio Carneiro de Campos observou, “*conservadas em toda ordem, parte as vantagens de que gozão como praças reformadas do exército*”, o problema poderia ter sido resolvido. Paranaguá, que era mais sagaz, provavelmente pensou a mesma coisa, porque mantendo-os sob o comando do AIP, estariam sob o seu controle, *de acordo com os estilos militares*, e se fossem transferidos para o corpo policial, acreditava que gerariam uma guerra entre os recém chegados, os que lá estavam, e os que desembarcariam, em proporções que sairiam do seu suposto controle. Ainda assim, pelo número de inválidos que estavam retornando naquele ano, e nos dois posteriores, seria impossível que os conflitos não chegassem, naturalmente, à Corte, o que era, portanto, uma preocupação mais relevante.

Mas, a tão desejada inauguração ocorreu no dia 29 de julho de 1868, no *vigésimo segundo aniversário natalício* da princesa Isabel. Manoel da Costa Honorato escreveu sobre a concorrida festividade.⁶⁷⁶

Milhares de pessoas, ou cerca de 3.000, segundo as fontes dos jornais, estiveram presentes. De vários corpos militares, convocados para participar da solenidade, e outras centenas que desembarcavam na ilha, provenientes dos transportes que foram colocados à disposição da população. A família imperial vinha acompanhada de seus ministros, os novos e os antigos, do corpo diplomático estabelecido no Rio de Janeiro, bem como dos comandantes de navios estrangeiros estacionados no porto, e alguns representantes do comércio do Rio de Janeiro.

⁶⁷⁶ Manoel da Costa Honorato. *Descrição Topographica e Histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Patria*. Typographia Americana. Rio de Janeiro, 1869.

Após o desembarque da galeota imperial, o próprio imperador fez questão de ajudar os inválidos no seu desembarque, mais um gesto, público, do monarca magnânimo:

“Ao mesmo tempo que chegou a galeota imperial, aproximava-se o vapor que conduzia os inválidos, que vinham da ponta da Armação receber as honras que se lhes fazia; o Imperador desembarcou com a sua comitiva, e não consentiu que nenhum outro barco atracasse naquela ocasião enquanto os inválidos não tivessem desembarcado. Ele mesmo com sua imperial Família e sua corte pôs-se no lugar do desembarque, afim de receber os infelizes que eram o objeto da solenidade, e colocaram-se na ponte na ordem seguinte: de um lado o Imperador, a Imperatriz, a Princesa Imperial, a Princesa D. Leopoldina, as Damas do Paço, os ministros de estado, e assim por diante; do outro lado o Sr. Conde d’Eu, o capelão, o médico, e as irmãs de caridade em serviço do asilo, o ajudante general do exército e mais oficiais, e assim por diante”.⁶⁷⁷

No *Jornal do Commercio*, tradicional “porta-voz” dos negociantes situados no Rio de Janeiro, o laudatório igualmente deu o tom da notícia sobre o dia. O que chama a atenção é que ele começou com os seguintes trechos:

“Cumpre-se enfim a palavra.
Está paga uma dívida de honra para o soldado brasileiro (...)”⁶⁷⁸

Não, a dívida ainda não havia sido paga, pelo menos pelos comerciantes, os caridosos promotores da subscrição. Em seu desenvolvimento, foi ressaltado que o inválido não seria *mais o mendigo a quem a caridade pública sustentava com o pão amargo dos infelizes*. O dia da inauguração do asilo era *notável nos anais da história brasileira*, porque marcou *em páginas eternas no grande livro da humanidade uma época e um fato ilustre, que a posteridade honrada e cheia de reconhecimento, agradecendo a mão benéfica que impeliu o governo e o povo a tal empenho, tudo quanto se fez*, e ainda seria feito *em prol dos míseros inválidos da pátria*, que estavam *atirados à margem do caminho como um fardo inútil, ou máquina de guerra que se arruinou*.

Novamente, utilizo-me de um documento constituinte do trabalho de Ricardo Salles, *Guerra do Paraguai, Memórias & Imagens*, para pensar sobre o AIP. A reprodução que está no anexo (**Figura 19**), retirada de uma outra publicação depositada na Biblioteca Nacional, esclarece algumas situações. A primeira, e a principal, é que o asilo era um “canteiro de obras”. Observando a gravura feita, para representar o dia de

⁶⁷⁷ Manoel da Costa Honorato. *op. cit.*, (página 25).

⁶⁷⁸ *Jornal do Commercio*, dia 29 de julho de 1868.

sua inauguração - 29 de julho de 1868 - o prédio que foi utilizado como oficina e museu não estava finalizado, sendo apenas o térreo presente, e aparentemente, com as suas paredes externas levantadas. Eram necessários o pavimento superior e os acabamentos. A diretoria de obras, de Carneiro Leão, não havia começado a montar o desembarque de pedra, até hoje existente, mas com ligeiras modificações, sendo que em seu lugar foram montados, ou representados dois, provisórios, constituídos de madeira, com escadas e plataformas, o que deixa assinalado que muito precisava ser feito. Dois convidados manifestaram preocupação, isto é, que o desembarque provisório pudesse ceder ao peso da comissão de recepção, e que todos se afogariam!

A administração, ou o edifício que serviria para alojar os oficiais, as irmãs de caridade e a enfermaria já estava pronto, e os alojamentos, cozinha e refeitório, próximos à igreja, situados no alto do morro, ainda demandavam outros acabamentos. Pela documentação do ministro, e de Carneiro Leão, alguns pequenos detalhes foram observados, relativos aos acabamentos, mas, para as maiores demandas, ou as mais relevantes, já havia algo pronto. A ilha poderia, pelo desenho, ser ocupada pelos inválidos, em instalações que respondessem às carências mais prementes. A oficina e o museu poderiam ser finalizados posteriormente. Eram relevantes, mas não tanto quanto os edifícios ou salas que comportariam os alojamentos, a cozinha, o refeitório e a administração. Uma outra situação explícita é a improvisação que regeu aquele dia. Uma senhora que “pula” em uma balsa, no arsenal de guerra, para o embarque; os convidados, colocados em desconfortáveis situações, desprovidos de instalações adequadas para a espera que a festividade demandou; uma senhora que, aparentemente, havia sido transportada em uma rústica e humilhante carroça de serviço; e uma outra que, para subir no “desembarque” foi “puxada” por dois militares. Situações constrangedoras que não se combinavam, convenientemente, com um dia e uma instituição tão especial e desejada. Quando se lê o que foi publicado nos jornais, uma das reclamações mais constantes sobre o dia, foi a ausência de comodidades para os convidados e visitantes. A falta de lanches foi uma observação geral. Inclusive, foi publicado um agradecimento - provavelmente do próprio “coronel Lázaro José Gonçalves” - de um dos “convidados”, para o militar, que, precavido, montou uma “mesa” de aperitivos em um canto da ilha, mas que por lá só recebia seus convidados.⁶⁷⁹

⁶⁷⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, nº 208, 30 de julho de 1868: “Agradecimento. Fomos ontem à ilha do Bom Jesus, assistir à inauguração do AIP, a festa estava tão magnífica, não tínhamos senão louvores a tecer, quando o nosso estômago começou a impacientar-se, procuramos então comprar alguma coisa com o

É por isso que em seu canto inferior direito, há um homem com um “apetite foraz” quando chegou em sua casa, após a festividade, e com a seguinte e sarcástica legenda: *“um que voltou da ilha sem ver o Sº Lázaro”*. O coronel procurou alargar o seu “capital social”, quando se precaveu de um, aparente, insignificante detalhe. A inauguração do asilo foi a oportunidade única para muitos, e não apenas ao imperador, como se verá.

No álbum, em sua respectiva legenda, há a seguinte observação: *“Para muitos mutilados a volta para casa significou a internação no Asilo dos Inválidos da Pátria”*. Para muitos daqueles homens, que foram desmobilizados e rapidamente remetidos para as suas províncias e localidades de origem, o asilo não chegou mesmo a servir para tal fim.

O asilo, tão desejado, ficou aberto à visitação pública após sua festiva inauguração. Afinal, era um exemplo de um império civilizado, que, por sua ilustração, copiava o que era considerado de melhor da Europa das luzes e da razão. Além disso, e talvez para a maioria, havia sido construído pelos resultados da subscrição pública e nacional, ativamente promovida nos anos anteriores, e durante a guerra. Possivelmente muitos que por lá estiveram quando permaneceu aberto à visitação, pensaram que em alguma coisa haviam contribuído para a concretização daquele espaço reservado aos *inválidos da pátria*. No entanto, após o final de julho, e durante alguns meses, as obras permaneceram sendo executadas, para encerrarem o conjunto do AIP, sendo que só em outubro daquele ano os inválidos começaram a ocupar efetivamente a ilha. Nesse ínterim, com parte do asilo como canteiro de obras, e aberto ao público - era um estabelecimento famoso e desejado nacionalmente - Carneiro Leão, que sempre tinha “missões” intrincadas, ficou encarregado de sua segurança. Foi, em ofício de agosto de 1868, que relatou ao ministro que *798 pessoas de ambos os sexos visitaram o asilo no dia anterior ao documento - o que hoje se chama pejorativamente de “povão” - sendo que pequenas ocorrências determinaram a prisão e pouco depois a soltura, pelo próprio subdelegado, de alguns indivíduos por espiritualidade* (entenda-se bêbados), como igualmente registrou a queda de *um preto* ao mar, que foi salvo imediatamente, mas o mais importante para ele, *ficando os edifícios completamente intactos*.⁶⁸⁰

que satisfizéssemos e grande foi nosso desapontamento quando soubemos que nada havia ali que se pudesse comprar. Já nos desesperávamos quando apareceu-nos o Sr. Coronel Lázaro José Gonçalves e convidou-nos a tomar um copo de cerveja. Aceitamos. Levou-nos então a um retiro, onde tinha preparado uma modesta, porém abundante mesa para obsequiar os seus amigos, e várias pessoas que lhe foram apresentadas tiveram a ventura de ser acolhidas com a maior urbanidade por tão digno cavalheiro. De coração agradecemos a este amigo as atenções que teve conosco. O Amigo.”

⁶⁸⁰ Arquivo Nacional. IG 1 481. Ministério da Guerra. Ofícios Antônio Carneiro Leão.

Entretanto, fora a divulgação do estabelecimento, não deixa de ter sido um teste de disciplina e controle que a ilha poderia oferecer, operacionalizados pelos que ficaram responsáveis pelos prédios; afinal, a fiscalização dos visitantes se fez pelas embarcações que adentraram a ilha, e ficava patente que, apesar do seu grande número, o controle era algo alcançável. Foi naqueles dias, após a inauguração, que o asilo ficou aberto à visitação, com transportes à disposição, por módicos preços, que, inclusive, os jornais noticiaram como uma campanha, para que o povo lá fosse, para pelo menos conhecer as suas instalações, podendo ainda ajudar a terminar a sua construção, com mais quantias arrecadadas pelas passagens.⁶⁸¹

A ausência de água, pelo menos suficiente para o abastecimento de um efetivo com um pouco mais de mil pessoas, acredito, foi o maior empecilho para a ocupação dos inválidos nos prédios novos ou recém reformados. O que talvez não tenha sido o único motivo, porque as obras não haviam sido concluídas, demandando mais algum tempo para serem finalizadas; no entanto, novamente, Antônio Carneiro Leão pôde oferecer mais dados quando se dirigiu, por ofício, ao ministro da guerra:

“Nº 305. Diretoria Geral das Obras Militares da Côrte
Em 19 de Setembro de 1868.

Illm. Exmo. Snr.

Levo ao conhecimento de V. Excia. que acha-se concluída a construção de uma caixa d’água na ilha do Bom Jesus afim de fornecer esse elemento a todos os edificios destinados a Asilo dos Inválidos da Pátria, como foi ordenado pelo antecipar de V. Excia. em Aviso de 5 de Junho do corrente ano.

Deus Guarde V. Excia.

Illmo. Exmo. Snr. Conselheiro Barão de Muritiba

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra.

Antônio Carneiro Leão.”⁶⁸²

Tudo leva a crer que o fornecimento foi ininterrupto; entrementes, cerca de dois meses depois, o comandante comunicou que havia nova falta de água, e em uma situação mais crítica, porque o estabelecimento havia acabado de receber todo o efetivo da Armação. Essa situação foi presente porque, provavelmente, ou o projeto de Carneiro Leão não dera certo, ou a água do reservatório do Morro do Barro Vermelho não chegava ao asilo, devido às ligações, novas, no reservatório, diminuindo o seu volume,

⁶⁸¹ *Jornal do Commercio*, 31 de julho de 1868.

⁶⁸² Arquivo Nacional. IG 1 481. Ministério da Guerra. Ofícios Antônio Carneiro Leão.

e vazão, ou mesmo pode ter ocorrido a quebra dos encanamentos, já dispostos no leito do mar, entre a Ponta do Caju e a ilha.⁶⁸³

Mas, mesmo após a inauguração do AIP, dado aparentemente ao grande número de inválidos, esses homens tiveram que ser distribuídos por quartéis e fortalezas da Corte, tudo sob a atenção do vigilante Francisco Raposo, engenheiro, que já aqui foi apresentado, quando esteve, igualmente, envolvido em questões sanitárias incluindo inválidos, na construção do AIP no Bom Jesus, e que será estudado, em outro capítulo, quando projetou o *Asilo dos Inválidos da Marinha*, ainda na década de 50:

“1ª Secção. Repartição do Quartel-mestre General anexa a Secretaria d’Estado dos Negócios da Guerra.

Rio de Janeiro em 12 de Maio de 1869.

nº 109

Illm. Snr.

De ordem de S. Exm. Snr. Ministro mande V. S. pôr a disposição do oficial do Asilo de inválidos, que se apresentar no arsenal, amanhã para fazer pagamento as praças do mesmo Asilo que se acham nas fortalezas os meios de transporte para esse fim.

Deus Guarde a V. S.

Snr. Diretor int. do
Arsenal de Guerra

Francisco Antonio Raposo”.⁶⁸⁴

“1ª Secção. Repartição do Quartel-mestre General anexa a Secretaria d’Estado dos Negócios da Guerra.

Rio de Janeiro em 14 de Maio de 1869.

nº 111

Illm. Snr.

Determinando S. Exm. Snr. Ministro que sejam alojadas e arranchadas no quartel do Largo do Moura 70 praças que tem se vir do Asilo de Inválidos, providencie V. Sa. para que no mesmo quartel se preparem as acomodações precisas afim de que sejam aí recebidas a manhã a tarde.

Deus Guarde a V. Sa.

Snr. Diretor int. do Arsenal
de guerra da Corte

Francisco Antonio Raposo”.⁶⁸⁵

Mas, voltando para a situação de antes da inauguração, para desespero das autoridades, as desordens que os inválidos estavam provocando não ficavam restritas e

⁶⁸³ Arquivo Nacional. IG 2 20. Ministério da Guerra. Administração/Ajudante General. (1868 – 1869) – “novembro de 1868”.

⁶⁸⁴ Arquivo Nacional. IG 7 439. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra (1869).

⁶⁸⁵ Arquivo Nacional. IG 7 439. Ministério da Guerra. Arsenal de Guerra (1869).

findaram-se em Niterói. Existiram outras, envolvendo-os em correrias pela Corte, o que assinala que os inválidos não ficaram apenas na Armação; mas conforme a demanda e o seu grande contingente, informação exaustivamente trazida pelos documentos, foram distribuídos entre as várias fortalezas e quartéis da Corte, antes e inclusive depois de outubro de 1868, quando o efetivo do asilo foi transferido para o Bom Jesus. Essas frações do efetivo de inválidos, estabelecidas em diversos locais, do mesmo modo foram fontes de problemas durante aqueles anos.

O que motivava essa divisão do efetivo? O problema mais comum enfrentado, que os documentos explicitam, e o que é igualmente utilizado como justificativa para as ações da administração pública, é o grande número de homens, que não poderia ser convenientemente alojado e tratado em um só estabelecimento, por isso os que chegavam eram divididos em grupos, e alojados em vários pontos da Corte ou até mesmo próximos a ela. Porém, indiretamente, localizam-se outras causas, nos próprios documentos, para mim mais plausíveis, como o que foi expedido pelo cirurgião-mór do exército, doutor José Ribeiro de Souza Fontes, para o ministro da guerra, Cunha Paranaguá:

“Secretaria do Corpo de Saúde do Exército na Corte, em 11 de janeiro de 1868.

Illmo. Exmo. Snr.

Tendo-me participado o médico do Asilo de Inválidos da Corte que se dera um fato de colerina em um soldado naquele Estabelecimento e o 1º Médico do Hospital Militar que em um dos doentes vindo do transporte Marcílio Dias se dera um caso de cólera-morbus, convêm tomar-se as devidas cautelas, afim de que o mal se não propague a população, e entre os meios que julgo capazes disso produzir, além das quarentenas bem entendidas e executadas a não existência de muitos focos da moléstia formados pela divisão dos doentes por diversas localidades é a meu ver o meio mais seguro para sufocar qualquer epidemia que comece, para isso proponho que o Ministério da Guerra se entenda com a Provedoria da Santa Casa da Misericórdia afim desta abrir quanto antes uma enfermaria para coléricos para a qual deverão ser remetidos os casos que formos tendo, as outras medidas se achão exaradas nas instruções para os quartéis, e hospitais militares (...).⁶⁸⁶

No próprio documento, há observações de que estavam providenciando as propostas do cirurgião-mór. Além da situação crítica, proveniente dos riscos de uma temerosa epidemia, de cólera, e que foi atuante entre os anos de 1867 e 68, aliaram-se a ela, naquela conjuntura, os freqüentes problemas disciplinares, como se pode observar novamente nos seguintes documentos, o próximo, de maio de 1867:

“Noticiário

⁶⁸⁶ Arquivo Nacional. IG 6 14. Ministério da Guerra. Hospitais.

Desordeiros – Pessoa séria nos escreve a seguinte carta. Para ela chamamos a atenção das autoridades competentes.

“Srs. Redatores – Sendo VV.SS. os únicos que se atrevem a dizer a verdade nua e crua perante o público, e por conseqüência os únicos que representam a imprensa neste país, submergido pela inércia e pelo patronato, sirvam-se tomar nota do que vamos exarar e em artigo próprio noticiar o fato, analisá-lo e pedir providências às autoridades para que não sejamos lançados em plena anarquia.

As praças aquarteladas no campo da Aclamação divagam em magotes de dia e de noite pelas ruas adjacentes ébrias e fazendo desordens.

Sábado, 4 do corrente, um grupo de 7 ou 8, seriam 7 ½ horas da noite, assustou aos moradores da rua da Princesa dos Cajueiros com feroz algazarra, tendo à sua frente um inválido crioulo que quotidianamente se encontra na última taberna da rua Largo de São Joaquim ao sair ao campo, tocando viola.

Esse grupo entrou em uma taberna da dita rua da Princesa, próximo da rua Formosa, e travaram desordem com uns pacíficos operários, esbordoando-os e finalmente deram uma facada na região inferior do ventre de um pobre ferreiro, pondo-lhes os intestinos de fora, que foi socorrido pelo distinto médico Dr. Silva Velho, ali morador.

Debalde se chamou e pediu socorro, a polícia estava dormindo; nem uma patrulha, nem um inspetor, nem um urbano!

Os assassinos retiraram-se calma e pausadamente, sem que ninguém os perseguisse ou incomodasse, e é natural que fiquem impunes e se preparem para novas excursões!

Isto assim vai mal!

Aonde está a polícia? Porque a autoridade militar há de consentir de noite praças fora do quartel, contra todas as práticas?

O estado de dissolução social, para que aceleradamente marchamos inspira graves receios!”⁶⁸⁷

Na edição seguinte do mesmo jornal,⁶⁸⁸ foram noticiados o falecimento do agredido, um dos *pacíficos operários*, cujo nome era Antonio Moreira dos Santos, *ferido gravemente pelo inválido da pátria Epiphano Antonio da Silva*, e a *captura do inválido da pátria* agressor. Carlos Eugênio igualmente observou que se outros marginais procuravam permanecer ocultos, os capoeiras, pelo contrário, por, talvez, *um código hierarquizado*, necessitavam da *notoriedade e da fama*. Percebe-se que eles atuavam muitas vezes em três espaços lúdicos: *a procissão católica*, o *desfile militar*, e o *Carnaval do povo*. Seguir *bandas militares*, *interromper procissões*, *invadir recintos de festa*, *sob os olhares da multidão*, certamente *faria seus nomes cruzarem as conversas do povo*, e seria uma parte do *prestígio conquistado na arena das ruas*.⁶⁸⁹ Epiphano, se não estivesse acertando contas com elementos de uma outra malta, pelo menos queria reconquistar uma posição perdida, do território da sua, quando foi recrutado para a guerra. As batalhas recomeçariam pela Corte também.

⁶⁸⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, número 111, 06 de maio de 1867.

⁶⁸⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, número 112, 07 de maio de 1867.

⁶⁸⁹ Carlos Eugênio Libano Soares. *A Negregada Instituição...*(páginas 73 a 75).

Ainda na Corte, em junho de 1867, um mês após a última ocorrência transcrita, novos distúrbios envolvendo inválidos - um temido grupo, apenas uma fração do efetivo total do AIP, certamente uma outra malta - formada por homens *armados de cacete e faca*, situada na Praia Vermelha e que atuava no período noturno:

“Noticiário

Para conhecimento da polícia – Consta-nos que nesses últimos dias grupos de soldados inválidos, que se achavam na fortaleza da praia vermelha, armados de cacete e faca, tem depois das 10 horas da noite acometidos os transeuntes, pondo os moradores da rua do Pasmado e da do Hospício de Pedro II em sobressalto.

Chamamos a atenção do Sr. chefe de polícia, e do comandantes daquela fortaleza, para que se não reproduzam aquelas ocorrências.”⁶⁹⁰

Outra vez, na Corte, após a inauguração do AIP, mais ocorrências envolvendo inválidos foram noticiadas, algumas, comunicando novas confusões perto do Largo do Moura, que na correspondência de Raposo, redigida alguns dias antes, deveria receber um efetivo:

“Gazetilha – Desordem – No quartel do Largo de Moura acha-se aquartelado um destacamento de praças inválidas, que fazem o serviço das guardas para o arsenal de guerra. As praças deste destacamento, porém, tem trazido os moradores daquelas imediações em contínuo sobressalto pelos desacatos que cometem.

Ainda ontem, às 11 horas da manhã, uma praça foi comer na taverna da rua de D. Manoel, n. 32, e quando se tratou de pagar a despesa não quis satisfazer o que lhe pediam. Daí principiou a questão. Veio o urbano rondante e admoestou o soldado, este puxou a espada que trazia e saindo para a rua desafiou a tudo e todos.

Reuniu-se força, mas ninguém ousava prendê-lo porque ele atirava cutiladas a torto e a direito, a ponto de ferir um urbano gravemente numa perna.

Finalmente, depois de muito barulho, conseguiu-se a prisão do soldado.

A tranqüilidade dos moradores da vizinhança daquele quartel reclama providências enérgicas.”⁶⁹¹

Desta vez, um inválido, certamente capoeira, de um destacamento aproveitado na guarda do quartel do Largo do Moura, cometeu outras transgressões. Não pagou uma dívida, certamente de um lugar que deveria estar localizado no que estava se tornando seu território, e ainda quando resistiu e “cutilou” um urbano, seu eterno perseguidor. Carlos Eugênio, em seu estudo, observou que na segunda metade do século XIX, *as relações entre o mundo militar e o universo da capoeiragem foram caracterizados por uma estranha simbiose*. Alguns seguiam *bandas militares*, nos desfiles, e se utilizando da *proteção da corporação militar para seus conflitos com a polícia, misturando-se*

⁶⁹⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, número 152, 16 de junho de 1867.

⁶⁹¹ *Jornal do Commercio*, 26 de maio de 1869.

*com soldados fardados em maltas, os capoeiras, principalmente nas décadas de 1870 e 1880, criaram um modus vivendi com a caserna que ameaçou, algumas vezes, a própria hierarquia militar. Se na década de 50, a capoeira já se confundia com o serviço das armas, centralizado pela Guarda Nacional,⁶⁹² porque com o fim da escravidão, muitos ex-escravos foram incorporados nela; após a guerra com o Paraguai, muitos dos seus praticantes, com medalhas presas em suas túnicas, à altura do peito, se estabeleceram, seguindo essa *simbiose*, nos quartéis do exército e da marinha, e alguns, quando inválidos, certamente fizeram parte do AIP. Muitos ‘navalhista’ foram recrutados para a guerra, porque ela representou a mudança do eixo militar no país, cuja base social, do exército, se ampliou consideravelmente com a eclosão do conflito. E, o que lhe chamou a atenção, foi que no pós-guerra, a convivência entre maltas de capoeira e soldados do Exército se tornou mais freqüente e problemática, como se percebe nas fontes da imprensa.⁶⁹³*

No mesmo local da ocorrência, dois jornais, distintos, noticiam, dois meses após a última transcrita, a mesma “desordem”:

“Desordem e ferimento – Dois inválidos do que se acham aquartelados no largo de Moura, tiveram ontem de manhã uma altercação, à praça das Marinhas, com Antonio José Ferreira, resultando ficar este ferido no braço esquerdo. Comparecendo alguns urbanos, foram os desordeiros presos, não sem terem resistido à ordem de prisão e ferido um urbano.

Encerrados no xadrez da estação, à rua Sete de Setembro, ali foram ter para mais de 20 companheiros dos presos, e procuraram livrar os dois detidos, sendo baldado esse intento por ter sido reforçada a guarda da estação.

Os presos chamam-se Benedito Ferreira do Amaral e Severiano Antonio Martins.”⁶⁹⁴

“Gazetilha – Desordem e Ferimentos – Temos já, por mais de uma vez, chamado a atenção para os inválidos aquartelados no largo de Moura, que, provocando constantes desordens, trazem assustados os vizinhos e quem por ali transita. Ainda ontem, das 10 para as 11 horas da manhã, os inválidos Benedito Ferreira do Amaral e Severiano Antonio Martins, em consequência de uma altercação que tiveram com Antonio José Ferreira, súdito português, na praça das Marinhas, feriram-no com uma facada no braço. Acudiu o urbano rondante, que deu voz de prisão aos dois inválidos, estes, porém, não se quiseram submeter; e urbano apitou, acudiram várias praças de urbanos e efetuou-se a prisão dos dois desordeiros, que foram levados para a estação próxima. Reuniram-se mais de 20 inválidos e tentaram atacar o posto para tirar dali os presos mas, encontrando a guarda reforçada, recuaram tendo ferido o rondante e uma praça da guarda.”⁶⁹⁵

⁶⁹² Carlos Eugênio Libano Soares. *A Negregada Instituição...*(páginas 75 e 76).

⁶⁹³ Carlos Eugênio Libano Soares. *A Negregada Instituição...*(páginas 77 e 79).

⁶⁹⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, número 191, 13 de julho de 1869.

⁶⁹⁵ *Jornal do Commercio*, 13 de julho de 1869.

Um grupo de 20 *inválidos*, provavelmente um de capoeira, uma malta conquistando, ou reconquistando o seu território, tentou liberar os seus colegas presos, primeiro porque estavam acertando contas com um provável novo capoeira, um *súdito português*, que, como centenas de seus compatriotas, igualmente entrou para as maltas, que durante e após a guerra se reconfiguraram, não tendo, majoritariamente, cariocas e negros em suas fileiras. Carlos Eugênio recordou, sobre esse aspecto, que em Portugal havia o *fadista*, um congênere do capoeira. Da mesma forma, eram homens pobres, faziam parte de uma cultura acentuadamente excludente e desigual, na maioria das vezes não possuíam profissão definida, e cometiam as suas transgressões nos territórios pelos quais eram “responsáveis”, e perseguidos pela polícia. Não se deve esquecer, para entender esse episódio, da massa de imigrantes que adentraram no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX. A sua maioria era constituída por portugueses.⁶⁹⁶

Na estação policial, seus *camaradas* não conseguiram realizar o intento, que era livrá-los, mas feriram as praças policiais que, com dificuldades, mesmo reforçadas, rechaçaram o ataque. Existia uma grande rivalidade entre esses grupos, marginais e os corpos policiais. As primeiras, quando praças do exército ou da marinha, se valiam, sempre, de sua condição de militar, e de eventuais proteções de oficiais para desafiar a polícia na via pública. Para Carlos Eugênio, *de qualquer forma, o capoeira, na vida militar, baseado em sua experiência social, reordenava valores e comportamentos, marcando sua presença por novos laços de identidade no seio da tropa*. E, havia, entre eles, uma *ética da valentia e da força que, naquele momento, tinha forte penetração na vida militar, e se coadunava fortemente com a visão de mundo, dos capoeiras*.⁶⁹⁷

Igualmente é digno de nota que Carlos Eugênio afirma que o *ritual da capoeira*, no século XIX, *era tremendamente diferente do que significa este termo hoje*. Segundo suas pesquisa, fica explícito que havia *uma ritualização que obedecia um objetivo determinado: a consolidação do grupo, sua identidade, sendo cristalizada pela ação conjunta, pela auto defesa grupal, por um “patriotismo” de freguesia, uma ligação forte e envolvente com a área de atuação da malta, mesmo sendo um local restrito e ermo*.⁶⁹⁸ Entretanto, não se deve descartar a hipótese de que os homens haviam sobrevivido à guerra, e que procuravam reconquistar as suas áreas de atuação quando entraram em choque com os que haviam se apossado delas, os antigos territórios de

⁶⁹⁶ Carlos Eugênio Libano Soares. *op. cit.*, (páginas 155, 158 e 165).

⁶⁹⁷ Carlos Eugênio Libano Soares. *A Negregada Instituição...*(página 79).

⁶⁹⁸ Carlos Eugênio Libano Soares. *A Negregada Instituição...*(página 68).

atuação deles, ou de outros companheiros que morreram nos campos ou na mão de homens como o Dr. Rosendo. Talvez, muitas maltas tenham sido configuradas ou reconfiguradas nos acampamentos de Tuiuti e Curuzú, entre outros lugares célebres pela historiografia militar tradicional. É sintomático, segundo Carlos Eugênio, que *nos primeiros meses da década de 1870, a Corte assistiu ao ressurgimento das maltas de capoeira, como problema maior de ordem urbana*. Os homens estavam desembarcando no porto, vindos do Paraguai. Todos eles veteranos, defensores da pátria e que por essa razão, estavam em uma nova situação. Chama a atenção que, durante aquele ano, existiram numerosos *assassinatos de figuras de proa do universo da capoeiragem*. *Em poucos meses, importantes chefes de malta foram eliminados, o que, aparentemente, teria sido um rearranjo das posições em consequência do retorno dos que haviam assentado praça*.⁶⁹⁹

Em 1868, o último registro da Casa de Detenção da qual se valeu Carlos Eugênio, ofereceu uma outra constatação, de que naquele ano, de guerra, só 12 capoeiras foram presos, o que *revela a extensão de um conflito que varreu a capoeiragem das ruas do Rio para servir como “voluntários da pátria”*.⁷⁰⁰ Mas, acrescento, se “varreu” aqueles homens, muitos retornaram por outros meios, e que não deveriam ser esquecidos. Alguns regressaram no período de desmobilização, entre 1869 e 1870, outros um pouco antes, ainda quando estavam sendo promovidas as levas de recrutamento, como as de 1865, 1866 e 1867, na condição de *inválidos da pátria*, e com segurança pode se afirmar, que foram a “ponta de lança” dos capoeiras-soldados, veteranos do Paraguai. Atuaram em Niterói, da mesma forma que agiram na Corte. Suas ações eram temidas, e, de alguma forma, ou a mais à mão, deveriam ser contidos, quando possível.

Foi pelo registro policial, cada vez mais minucioso, que Carlos Eugênio percebeu que alguns que estavam sendo presos, naqueles anos, como capoeiras, haviam lutado, anteriormente, na guerra. Para o pesquisador, eles *representavam a vanguarda, dos capoeiras-soldados que logo regressariam à Corte, e mudariam os rumos da vida política na cidade*.⁷⁰¹ De maneira surpreendente nos anos de 1870, que *se abrem como uma enchente de registros*. Só entre julho de 1870 e janeiro de 1871, foram trinta e sete entradas, um sinal inequívoco resultante *do regresso dos soldados do Sul, depois de*

⁶⁹⁹ Carlos Eugênio Líbano Soares. *op. cit.*, (páginas 192 e 193)

⁷⁰⁰ *Ibid.*, (página 108).

⁷⁰¹ *Ibid.*, (página 108).

*cinco longos anos de guerra.*⁷⁰² Alguns *inválidos da pátria*, então, não fariam parte da *vanguarda* de capoeiras que retornaram antes de 1870? Certamente, e recomeçaram a atuar nas ruas de Niterói e da Corte, nos anos em que o asilo estava sendo construído, da mesma forma que, fora as questões sanitárias e higiênicas, transformaram-se em um grave problema disciplinar para ser resolvido pelas autoridades. E outro fato notável, é que, daquelas prisões, *cerca de 62% dos capoeiras eram nascidos na Corte*, isto significa que *a hegemonia carioca seria desafiada pela presença de províncias de todo o Império. A transformação da capital em pólo distribuidor de soldados durante a guerra a tornaria, nos anos 1870, a rota final para muitos africanos fugidos, sertanejos, desempregados, aventureiros e toda a fauna forasteira das ruas.*⁷⁰³ Daqueles presos, *cerca de 62% eram nascidos na Corte*. Os demais eram de outros lugares, o que é um divisor de águas na capoeiragem atuante na Corte, e nas suas redondezas, como Niterói. No caso, certamente muitos indivíduos originários de outras províncias, ou até imigrantes, desocupados, e que permanecessem na Corte, estavam sendo “arregimentados” para as maltas que se já existiam ou estavam se formando.

Surge, aí, mais uma razão para acelerar a construção do AIP. Possivelmente a *espuma das províncias* estava se agrupando com os capoeiras nativos, estes que eu chamaria, seguindo a lógica do solícito delegado - de “espumas nativas”, e aprendendo com ela algumas das velhas práticas de contestação e subversão, e que já vinham sendo combatidas pela cada vez mais eficiente polícia carioca há décadas. O efetivo do asilo tinha uma alta proporção de praças oriundas do nordeste, e de outras províncias, quando somadas, segundo se observa nos mapas remanescentes, e que foram remetidas em vários anos para as suas regiões de origem. Contudo, muitos ficaram pela Corte, causando os problemas disciplinares.

A capoeira, segundo Carlos Eugênio, foi um problema que se tornou mais crítico para as autoridades e para a polícia, nos vinte anos posteriores à guerra, sendo que só em 1890, na república, é que os *importantes chefes de maltas, os mais velhos, guardiães das tradições, e os maiores ases da capoeiragem* foram presos, rompendo-se o *elo fundamental da reprodução cultural*. Para se *cortar o mal pela raiz*, foram deportados *para a distante ilha de Fernando de Noronha.*⁷⁰⁴ Vinte e dois anos depois, muitos foram remetidos para um lugar atualmente visto como paradisíaco pela sonhadora classe

⁷⁰² *Ibid.*, (página 108).

⁷⁰³ *Ibid.*, (páginas 108 e 109).

⁷⁰⁴ Carlos Eugênio Libano Soares. *op. cit.*, (página 129).

média urbana, justificado e colocado em ação, é óbvio, por um espírito de ordem e progresso que a república queria instrumentalizar, nem que fosse da maneira mais violenta e atrabiliária possível, como na maioria das vezes aconteceu, e ainda, de certa forma, acontece; embora, a “tecnologia” de se mandar alguma gente indesejável para ilhas já fosse conhecida e dominada havia décadas. O imperador, e os seus *semanários*, estes, em todos os sentidos possíveis, independentemente de terem sido ministros, ou efetivamente camaristas, deixaram a “escola”; mas os métodos perderam um pouco do seu caráter magnânimo, oferecido pela realeza dos trópicos.

Carlos Eugênio sustenta que, se a guerra politizou os oficiais, para ele, igualmente *politizou os soldados*. Concorro com a sua abalizada opinião. Foi, em um primeiro momento porque os *registros de xadres da política da Corte* deixaram de registrar, de 1866 a 1871, a prisão por capoeiras.⁷⁰⁵ Aqueles homens foram mandados para o Paraguai, no entanto, observo, voltaram, muitos deles como *inválidos da pátria*, e por esta nova identificação, tiveram quase que a garantia não serem molestados, ainda que se caracterizassem também por um forte estigma, por serem considerados indivíduos inúteis e sujeitos à caridade pública. Eles souberam explorar tal designação, acredito que perceberam aspectos positivos na posição e situação de *inválido da pátria*; afinal, eram heróis, e portanto se aproveitaram da oportunidade para promover ações que acharam as mais sensatas ou que estavam ao seu alcance para benefício próprio, segundo a sua percepção. Se estavam inseridos em uma sociedade fortemente, e quiçá, irremediavelmente excludente e desigual, criaram, eles mesmos, novas estratégias de atuação, se aproveitando de sua nova condição, quase que inatacável, bem como se utilizando de uma outra ferramenta que puderam dispor, e que acreditava, pela sua “alta sabedoria”, que estava se utilizando deles, dos *inválidos da pátria*, para reafirmar a sua imagem, sempre (re)construída, de magnânimo.

Em dezembro de 1869, um curioso documento trouxe mais pistas sobre os inválidos e os problemas disciplinares que provocavam:

“Repartição do Ajudante General, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1869.

Illmo. Exmo. Snr.

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Excia o ocorrido no levantamento que se deu, no dia 4 do corrente pelas 5 ½ da tarde, entre os presos praças do Asilo, que se achavam no xadrez do Depósito Provisório no Quartel do Campo da Aclamação, e cujo acontecimento, posto não fosse de grandes proporções, atraiu no entretanto aí a presença

⁷⁰⁵ *Ibid.*, (página 189).

de V. Excia, e submeto a aprovação de V. Excia, a deliberação que tomei relativamente ao mesmo acontecimento.

Por parte escrita do oficial de Estado Maior, que me foi dirigida pelo Comandante daquele Depósito, consta que no sobredito dia e hora atraído pelo alarido, que havia no xadrez, mandou ele formar a guarda e aí penetrando com duas praças e o comandante da mesma guarda encontrou o cabo Francisco Joaquim dos Santos armado de canivete com algumas nódoas de sangue, procedido dos ferimentos que havia feito no soldado do mesmo Asilo Antônio Vieira dos Santos, e em grande algazarra os soldados Miguel Ferreira do Couto, Ignácio Francisco da Silva, José Antônio de Freitas, Antônio Dias Ferreira, Bernardo Júlio da Silva, Francisco Dionísio dos Santos e Manoel Corrêa da Silva. Pedindo então o referido oficial ao sobredito cabo que lhe entregasse o canivete e dizendo este que o atenderia, mete-o no entretanto no bolso, passando depois a um soldado e este a um outro, até que o de nome Miguel Ferreira do Couto apagou o gás, por cujo motivo teve o dito oficial de retirar-se do xadrez com o inferior da guarda ordenando, no entretanto a este que fechasse a porta da prisão, o que foi feito, sem que pudesse tirar as chaves, em razão de uma forte pancada que recebeu nas costas, pelo que teve de recolher-se ao Hospital.

Seguiu-se então um chuveiro de projéteis, tábuas de barras, garrafas e pratos, eram arremessados pelos presos para fora, e aceso de novo o gás, puderam apoderar-se das chaves, e de alguns rifles das praças, travando-se daí um conflito, do qual saíram feridos o 1º Sargento João de Carvalho Braga, pelo soldado Antônio Pereira Custódio, na janela do Xadrez, e na porta dele alguns soldados mais.

Felizmente nenhum desses ferimentos é grave, e o levantamento, foi no mesmo dia sufocado, como V. Excia. o presenciou às 11 horas da noite.

Dei ordem a que se procedesse a um rigoroso inquérito, afim de conhecer-se a causa que determinou tal acontecimento e quais os delinquentes, afim de se lhes fazer efetiva a responsabilidade e punição, como convém a bem da disciplina e cumpre em casos tais.

E para maior segurança dos delinquentes solicitei do Snr. Chefe de polícia a reclusão deles na casa de Detenção, o que S. Exa. satisfaz logo.

Submeto, pois, à aprovação de V. Excia. essa minha deliberação.

João Frederico Caldwell”.⁷⁰⁶

A ocorrência acima se deu no quartel do Campo da Aclamação; portanto, próximo ao ministério da guerra. Então, possivelmente, se o ministro não estava visitando o aquartelamento naquele momento, teve oportunidade de se locomover rapidamente até o estabelecimento quando foi informado, ou pelos disparos, ou por aviso, sobre o que estava acontecendo, já que algumas centenas de metros separavam o ministério do quartel. O fato, pelas observações de Caldwell, se iniciou por volta das cinco e meia da tarde, quando uma praça do asilo feriu outra, com um *canivete*, sendo completamente reestabelecida a ordem no final da noite. Deixa-se subentendido que durante cerca de cinco horas foi negociado o fim da rebelião dos prisioneiros. Não sei se os inválidos que estavam encarcerados e que se envolveram, resistiram durante essas horas, sendo combatidos por outras forças militares e ou policiais. Certamente que, durante aquele período, a guarda do quartel, bem como outras forças, foram deslocadas para garantir a supressão da indisciplina. Como eram presos e amotinados,

⁷⁰⁶ Arquivo Nacional. IG 2 21. Ministério da Guerra. Administração (1869).

possivelmente se entricheiraram em algum lugar, armados com *rifles*, esperando uma ocasião propícia para fuga ou mesmo para se render de maneira segura, e mediante negociação, preservar suas vidas.

Aqueles presos provavelmente estavam ali, para serem contidos por razão das ocorrências de que foram responsáveis em Niterói ou na Corte. Estavam no xadrez do depósito. É quase certo que eram capoeiras, pois que a ocorrência envolveu um instrumento perfurante. Digna de nota é a forma como burlaram a guarda. Em princípio passaram o instrumento entre eles, recusando-se a entregá-lo, depois, apagando a luz, com o desligamento do gás, obrigando a guarda a se retirar do recinto, e atacando o responsável pelo fechamento da cela, conseguindo se livrar, tomando as armas que estavam mais próximas e iniciando provavelmente uma troca de tiros, algo que o documento faz menção, mas não esclarece. Estes, segundo observações do ajudante general, foram remetidos à Casa de Detenção e provavelmente não retornaram ao asilo. Já muitos outros, que provocaram problemas daquela natureza, possivelmente foram encerrados na ilha do Bom Jesus ou em quartéis que garantiam a sua permanência.

Ao estudar aqueles anos, Carlos Eugênio observou:

“Para a grande maioria dos moradores da Corte, entretanto, a presença numerosa dos ex-soldados nas ruas era motivo de inquietação. Ex-escravos criminosos, desordeiros, marginais, eles agora exibiam pelas ruas uniformes, medalhas e o título de defensores do Império e “heróis da pátria”. Seria inevitável que o confronto com antigos desafetos, perseguidores, senhores, despertasse sentimentos de medo e suspeita (...).⁷⁰⁷”

O asilo era uma tentativa de se evitar essa situação que inspirava temor, e as praças envolvidas na ocorrência já estavam trancafiadas no quartel do Campo da Aclamação. Mas, e as que permaneciam na ilha do Bom Jesus, já estavam sob domínio? Enfim, se o maior problema foi o grande número de homens provenientes da guerra, como inválidos, isso a partir de 1866, a questão, com o surgimento do asilo, era a procura, ou a tentativa de minorá-la com o passar dos anos de 1868 e 1869, porque muitas outras praças foram remetidas para suas províncias de origem, situação prevista pelos próprios regulamentos do AIP.

Ainda assim, depois da inauguração e até quando o efetivo foi removido para a ilha, o imperador permaneceu visitando o estabelecimento e os seus internos. Em seus bilhetes, pode-se visualizar as suas maiores preocupações.

⁷⁰⁷ Carlos Eugênio Líbano Soares. *op. cit.*, (página 192).

No dia 29 de outubro de 1868, em mais um bilhete para o ministro,⁷⁰⁸ notou que o capelão faltava *às suas obrigações*. Naquele dia da visita, para inspecionar a tão desejada tranferência dos inválidos, um empregado fundamental para incutir disciplina aos homens, *não estava no asilo*, e foi *por isso que* o imperador encontrou *fechada a sala de aula de primeiras letras*. Uma crítica explícita à atuação, ou à ausência dela, de Honorato, que foi nomeado para a função em outubro de 1867,⁷⁰⁹ ficando por lá, oficialmente, até dezembro de 1868, conforme consta em sua documentação encerrada no Arquivo Nacional.⁷¹⁰ Segundo o imperador - sempre bem informado, apesar de não nomeá-lo - Honorato teria *compromissos na cidade que o distraíam do serviço do asilo*.

Uma outra observação, curiosa, para que o estabelecimento funcionasse sem problemas, é que era *preciso que só* estivessem *no Asilo os reconhecidamente inválidos*. No entanto, outras questões se fizeram presentes. No dia anterior, todo o efetivo estacionado na Armação havia sido transferido, definitivamente, para o Bom Jesus, apesar, de, segundo ele, ter sido feita *contrariamente ao que primeiro se resolvera*, dando margem para as suas críticas, porque havia *aglomeração de gente*, cuja *maior parte* dormia *em barras*, que *não deviam existir no Asilo*, nem ao menos para os homens que estivessem de serviço. No caso, as barras eram as tarimbas, não havendo colchões suficientes para serem entregues a todos. O imperador estava preocupado com a limpeza, porque, segundo ele, *as mesas do refeitório* deveriam *ser cobertas de mármore*, porque *o oleado já* estava *tornando-se pouco decente*.

Além desses inconvenientes, as irmãs de caridade não estavam mais suportando administrar o asilo, ou a sua demanda de serviço. Segundo o monarca, *por causa do grande número de praças que* havia, as religiosas não podiam *cuidar da lavagem de roupa*, e do *serviço da cozinha*, que igualmente, *para elas* era *muito pesado*, principalmente se não ampliassem *o número delas no Asilo*.

Um antigo problema de disciplina se apresentou no novo aquartelamento, logo no dia em que o asilo recebeu o seu contingente definitivo. O imperador sabia *de duas vendas*, nas imediações e na própria ilha, *das quais uma* pertencia *ao inspetor do quartelão*. E *no dia da mudança dos inválidos*, *já um deles se embriagou*. Era necessário, junto com o paiol de *pólvora da marinha*, alguma providência urgente do ministro. Em suma, que ele retirasse aquele inconveniente comércio, principalmente

⁷⁰⁸ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 1985/77 – 144 – 7045).

⁷⁰⁹ Manoel da Costa Honorato. *op. cit.*, (páginas 98 e 99).

⁷¹⁰ Arquivo Nacional. Coleção Eclesiástica. Requerimentos. Caixa 935/Pacote 106/documento 64.

para a manutenção da disciplina dos internos, e o perigoso prédio. Algum tempo depois, a sua preocupação não se mostrou infundada.

Sobre Honorato, é imprescindível apontar que em visita ao hospital militar, no mês de fevereiro de 1869,⁷¹¹ D. Pedro se deparou novamente com o padre, internado na *enfermaria de oficiais*, e informou ao seu ministro que *o ex-capelão do Asilo d'Inválidos ali estava há muito tempo e queixava-se de que o seu estado de saúde, naquela enfermaria agravava o seu padecimento*. O imperador notou que antes de Honorato – novamente não o nomeando - *ser recolhido ao hospital*, havia falado a ele sobre uma *licença, sobretudo para ir ver os irmãos em Pernambuco*, e que segundo o que clérigo *expôs, parece* que *tinha razão para desejar aquela licença*. O imperador não deu a ordem, mas sinalizou que se poderia conceder a tão desejada licença ao padre pernambucano.

Honorato estava em convalescença, provavelmente sofrendo dos efeitos das doenças que contraiu em campanha, quando auxiliou na administração dos hospitais militares. Estava há tempos no hospital da Corte, e desejava uma licença para voltar para Pernambuco. Rogou, e pelo teor das linhas de D. Pedro, conseguiu o seu intento. Possivelmente o seu livro, de 1869, quando já não era mais capelão, apesar de informar que ainda o era, foi uma retribuição pelo grande favor concedido por D. Pedro, porque, segundo se depreende dos bilhetes, em um, Honorato, em dia crucial para o asilo e seu efetivo, quando este havia sido transferido definitivamente, nem esteve presente. Uma falta grave perante a atenção, sempre alerta, do monarca. Igualmente não se responsabilizou, apesar de se gabar em seu livro, da escola de primeira letras e o bom tratamento que os inválidos deveriam receber, gesto que do mesmo modo foi ausente de sua parte, e talvez, como o doutor Rosendo, publicou algo para se reabilitar por erros cometidos, e muito bem observados pelo *alto poder*.

Em outro bilhete,⁷¹² sem data, o imperador reparou que *por falta de petróleo*, há *dois dias* que o asilo estava *sem luz*. Faltava material para a escola, *e a frequência* poderia *ser de 30* alunos. Havia *espaço para colocar mesas próprias suficientes*. No refeitório, nova crítica quanto à higiene, já que *a cobertura da mesa* estava *ficando miserável*, porque não havia recebido o revestimento de mármore, como era de seu desejo.

⁷¹¹ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 2039/77 – 144 – 7045).

⁷¹² Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 2301/77 – 144 – 7045).

No dia 07 de dezembro de 1868,⁷¹³ apontou a *falta completa de água corrente desde o dia dois*. Um sinal de que os canos submarinos, ou o reservatório de São Cristovão apresentavam defeitos, ou insuficiências, e algo que poderia acarretar condições insalubres. Reparou, mais uma vez, que *as barras* deveriam ser substituídas *por camas de ferro* e que as mesas do refeitório deveriam ter *cobertura de mármore*. O imperador sugeriu que fosse estabelecido *um cabo elétrico submarino entre o Asilo e o Caju, ligando à linha telegráfica ao quartel general*. Reparou, outra vez, que *o número de inválidos era muito grande*, e o serviço do gasômetro era muito pesado. Ele havia encontrado *um moço, Manoel Jacinto Pinto, de Minas, que podia voltar para o exército*. Outra pista que muitos que foram considerados inválidos, na verdade possuíam condições de até continuarem prestando seus serviços, no Paraguai.

No dia 02 de fevereiro de 1869,⁷¹⁴ observou a falta de colchões, *havendo bastante inválidos* que se deitavam *na táboa das barras*. Faltavam *muletas e um escaler, além do do comandante, que não podia fazer todo o serviço*, porque *não prestava a lancha a vapor*. Tinha *havido falta de petróleo*, e se não chegasse o que havia mandado buscar, não teria condições para a produção do gás, que seria utilizado naquela noite. Aliás, *o serviço no gasômetro era feito por inválidos, que não duravam nele, sobretudo sem remuneração equivalente ao trabalho, que era incômodo*, e que inclusive poderia *dar lugar à alguma explosão* pela incúria em sua complicada operação. O petróleo deveria ser colocado longe do fogo, e o *depósito de água* estava *marejando em quantidade* que era *muito visível*. Uma nova tempestade havia *destelhado* quase todo o asilo, e *sobretudo o chalet*. Convinha *que o diretor, que ainda não havia sido nomeado para aquele lugar, morasse fora da casa destinada para os oficiais, que não tinham família; porém perto do asilo, porque o ajudante morava na cidade, por ter família e numerosa, sofrendo o serviço necessariamente com isto*. D. Pedro queria saber sobre os precedentes do novo capelão, João Felipe Pinheiro, que antigamente havia sido *franciscano*. Era necessário que o ministro pesquiasse sobre ele na *secretaria de justiça*.

O que fica claro nesse último, é que o asilo estava, novamente, sem um comando, o que, aliás, D. Pedro não denominava comando, ou comandante; mas diretor, porque era a maneira que interpretava o estabelecimento. Para ele não era um

⁷¹³ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 1994/77 – 144 – 7045).

⁷¹⁴ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 201577 – 144 – 7045).

aquartelamento, uma organização militar, era algo que igualmente não definiu, mas que procurou tirar a sua *natureza militar*.

No dia 19, remeteu um outro, notando que era preciso *apressar a saída dos que segundo o regulamento, pudessem sair do estabelecimento. Por causa do grande número de inválidos dormiam eles mal, e havendo um só refeitório, e chegando tarde da cidade, por falta de oportuna condução, alguns gêneros precisos para o almoço só às 11 horas é que chegavam para a última mesa. Havia falta de objetos para que freqüentassem a escola com proveito o número de inválidos que pudessem fazê-lo*. Com certa veemência, o imperador insistia *na casa separada para o petróleo*, para que um incêndio não destruísse o *gasômetro*, e, ainda veemente, observou que *as mesas ainda não tinham cobertura de mármore e cada dia ficavam mais porcas*. Mas, o mais interessante desse bilhete, é que nas observações sobre a Armação, que já não era mais o lugar que funcionava o asilo provisório, notou que *a falta de espaço para doentes que chegaram do exército o preocupavam*.⁷¹⁵

Em abril de 1869, Muritiba respondeu um dos bilhetes,⁷¹⁶ e informou que *nenhuma representação das irmãs de caridade do Asilo tinha recebido naqueles últimos tempos, mas que as anteriores sempre tinham sido tomadas em consideração*. Parece que um novo capelão foi nomeado, ainda que Muritiba soubesse, como informou o monarca, *que os padres não queriam estar até certo ponto segregados do mundo, como acontecia aos que iam para o Asilo*, pois era dessa situação de isolamento, que vinha *a dificuldade da permanência dos que tinham lá sido mandados*. Mais uma pista da ausência de Honorato, que era um homem ambicioso e não desejava terminar os seus dias como capelão de um asilo situado em um lugar tão distante, e isolado. As irmãs, segundo Muritiba, *até desejavam muito a presença de um padre francês*, desejo aquele que ele não achou prudente por *externar a tal ponto o estabelecimento de nossa nacionalidade*. Afirmou também que *nem se pode colher boas informações do inculcado daquelas Senhoras, e de mais ele não poderia reger a escola portuguesa, cuja língua pouco ou mal conhecia*.

Uma medida para se diminuir o número de inválidos no asilo, segundo o imperador, em um bilhete, de maio de 1869,⁷¹⁷ era *aliviar o xadrez depressa, se lá só se detivessem os de correção*. Uma sugestão, do imperador, que chama a atenção sobre

⁷¹⁵ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 2032/77 – 144 – 7045).

⁷¹⁶ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 1097/78 – 150 – 7224).

⁷¹⁷ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 2083/77 - 144 – 7045).

uma outra função que o asilo estava, estranhamente, cumprindo naquele momento. Havia um número de “inválidos” respondendo ao conselho de guerra, que foram “encarcerados” no Bom Jesus. Isto é, a ilha encerrava uma prisão, dadas as suas particularidades. O que não ficou claro, sobre este aspecto, é se era uma prisão de inválidos, respondendo e aguardando o conselho, ou de criminosos militares, não inválidos, que para lá foram levados, temporariamente. Contudo, era imprescindível, pelo menos, que os que por lá permaneceram, fossem transferidos.

Em outra resposta, de maio de 1869,⁷¹⁸ Muritiba informou que estava *dando cumprimento às ordens de Vossa Magestade*, e que estava *aliviando o Asilo de boa parte dos inválidos, pelo que já havia mandado alugar uma casa onde fosse transferida a Repartição das obras militares a fim de receber no edifício do Quartel do Campo que servia à Repartição cerca de 150 a 200*. Para o ministro, *depois da retirada a que acima havia se referido, o xadrez ficará mais vazio*. O asilo estranhamente estava servindo de prisão, para os que seriam julgados, ainda em plena guerra, e menos de um ano de sua inauguração e ocupação pelo efetivo.

No dia 21 de agosto de 1869,⁷¹⁹ após outra visita ao Bom Jesus, o imperador observou a necessidade de se promover a *caiação* do aquartelamento, bem como o *esgoto das águas da cozinha em cano até o mar*. Deveriam ser *arranjados colchões, travesseiros e mantas*. O xadrez do asilo, tão necessário naquela quadra, estava *em péssimo estado, e ele não sabia por que ali se encontravam soldados em processo*, ou que não eram estritamente disciplinares, por ordem do comando do asilo, mas que estavam aguardando julgamento pelo tribunal militar; portanto, teoricamente, eram presos que apresentavam maior periculosidade, como praticantes de transgressões mais graves. Mas, o que mais chamou a atenção nesse bilhete, foi a sua intenção para com os inválidos. Ele falaria, talvez na próxima visita, ou quando em reunião com o ministro, isto não está bem claro, *de um aviso do ministério sobre pensões e reformas dos inválidos*, porque *o pensamento de criação daquele estabelecimento foi todo de generosidade para os inválidos, que nele poderiam não residir em todas e qualquer circunstância, não havendo liberdade também para sair sendo para aqueles que não tinham meios de vida honestos fora dele*. A razão para esse aviso, o do ministério, e no pensamento do imperador, era, conforme já constatado, para que *visasse diminuir o número dos inválidos moradores do asilo*. Os que saíssem teriam condições de

⁷¹⁸ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 1154/78 – 150 – 7224).

⁷¹⁹ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 2120/77 – 144 – 7045).

sobreviver, segundo ele, já que os que obtivessem *reformas e pensão* teriam *meios de vida honestos*, podendo se retirar. Tudo isso deveria ser promovido *para o bem do asilo*. A primeira questão que o documento põe, é que a iniciativa de esvaziamento partiu do próprio imperador, em agosto de 1869, quando, tudo leva a crer, ainda deveria alojar um número excessivo de inválidos, mesmo que muitos já tivessem sido despachados para as suas províncias. No entanto, o anúncio desse aviso deixa um outro problema. O tal ato seria discutido em agosto de 1869, portanto, menos de um ano para a guerra chegar ao seu término, mas muito tempo depois de ter se iniciado. Como ficaram os que foram desmobilizados, como inválidos, entre 1865 até início de 1869? Não consegui respostas para a questão.

Em outro, de setembro de 1869,⁷²⁰ o monarca, além das observações comuns dos demais comunicados, reparou que apesar da escola ter *98 matriculados*, era *freqüentada por muito menos*. Ali, faltava *disciplina, achando bebidas à venda em algumas das choupanas que rodeavam o asilo*, e que haviam sido *levantadas por soldados, mas talvez se prestassem a negócio de oficiais*. Cumpria *acabar com elas, mesmo porque o número de asilados era menor*. Mas, é no mesmo documento, após o asilo ser aliviado de grande número de inválidos, e outro que por lá estavam sendo “alojados”, que o imperador recordou sobre o patrimônio que a associação tinha *formado, e que já era quase de 40 contos anuais*, e que *muito benefício poderia assim fazer aos inválidos, além do que incumbisse ao governo*, que em todos aqueles anos tinha tido gastos em demasia, sem ao menos ter recebido o apoio dos comerciantes, mesmo após a campanha nacional, para a construção do asilo, por eles concretizada.

Em dezembro de 1869, disse que faltavam *blusas de brim para os inválidos*, o *xadres* não possuía *portas que o fechassem*, e que encerrava *presos respondendo a conselho, e que podiam estar na cidade, pois que as testemunhas dos conselhos, para lá iam*. Ele ressaltou *que o xadrez do Asilo deveria servir somente para prisões correcionais*.⁷²¹

Em outro, sem data, mas que provavelmente foi redigido no último bimestre de 1869,⁷²² porque mencionou sobre um *plano aprovado, dentro do futuro ano financeiro, e o de 1871 a 72*, D. Pedro fez mais observações. Dessa vez, não falou mais em *diretor*, mas que o asilo carecia *de um comandante que acreditasse na permanência da*

⁷²⁰ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 2126/77 – 144 – 7045).

⁷²¹ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 2145/77 – 144 – 7045).

⁷²² Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 1995/77 – 144 – 7045).

instituição e fosse zeloso, e como um pai para os asilados. Ainda que naquele momento fosse um comandante, e portanto estivesse revestido de uma natureza militar, o homem que fosse assumir o “comando” do asilo deveria ser como um pai. Portanto, embuído de um forte espírito de tolerância, e compreensão para avaliar e orientar os homens que tinha sob sua tutela. Os contínuos problemas de conduta, dos inválidos, possivelmente fizeram com que D. Pedro renomeasse a função. Foi naquele mês de dezembro a ocorrência no Campo da Aclamação.

Mais uma vez, de diversas outras, o monarca observou a *vendas perto do Asilo, e a pólvora da marinha, que era um perigo incessante.* Se mencionou, indiretamente, sobre o comércio de bebidas que era atuante no Bom Jesus, é porque a disciplina estava se deteriorando, e um homem, sem a *natureza militar*, não teria como resolver a grave situação; mas que, porventura um *comandante*, ainda que sendo *um pai para os asilados*, não tão brando, mas igualmente não sendo truculento, poderia tentar solucionar o caso. Essa era a impressão do imperador.

Em abril de 1870,⁷²³ Pedro II fez sérios comentários sobre a conduta de um ex-comandante do AIP. Parece que o desempenho do *major Raimundo* foi péssimo, e o imperador queria ser informado sobre o *procedimento* daquele homem. Para substituí-lo, foi nomeado *o Palha*, recentemente *demitido do comando da Polícia*, por algum motivo que não ficou claro, e que brevemente assumiria o comando. O monarca, com este, igualmente, possuía desconfianças, porque não sabia se dirigiria o AIP *com o zelo que requeria o estabelecimento.*

Muritiba, no dia 22 de agosto de 1870, informou que o *motivo de retirar do asilo Major Raimundo* era o *desleixo com que tratava o estabelecimento onde quase nunca se achava.* Voltava, todas as noites, para *a casa no quartel do campo.* Era coisa recente que ele foi *considerado em grave falta quanto às atribuições no conselho econômico, deixando um déficit considerável que foi necessário cobrir com os vencimentos dos meses seguintes e diminuição dos objetos do rancho.* Não era conveniente permanecer no comando do AIP, *tanto porque se descobriam seus maus precedentes.*⁷²⁴

Era decepcionante, para o imperador, que um estabelecimento que tinha, obrigatoriamente, de ser um modelo de disciplina e trabalho, possuísse um comandante das qualidades de Raimundo, que, segundo Muritiba, não eram muito abalizadas, moralmente falando.

⁷²³ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 2281/77 – 144 – 7045).

⁷²⁴ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 2308/78 – 158 – 7386).

Em julho do mesmo ano,⁷²⁵ o imperador reparou sobre a nova necessidade de reposição de fardamento. O xadrez, foi ressaltado mais uma vez, só deveria ter presos para correção, e por pouco tempo. O *capelão não explicava o Evangelho aos domingos, nem visitava a enfermaria*. O médico igualmente não visitava o estabelecimento, e os inválidos freqüentariam *mais a escola, se os oficiais e o capelão influenciassem para isso*. Parece que não havia uma boa disciplina no asilo, que estava sem um comando efetivo, e cujos prestadores de serviço, como o capelão e o médico, elementos fundamentais para a sua manutenção, nem apareciam para cumprir com as suas obrigações.

Os graves problemas disciplinares persistiam, e foram mais penosos em um episódio, porque ocorreu no novo asilo, e que provavelmente chegou a um nível de intolerância para a administração, sendo, pela sua grave consequência, repetidamente centro de atenção de autoridades, alvo de ofícios trocados entre o ministério da guerra que exigia de seu congênere, da justiça, providências junto à polícia. Em junho de 1870, novas desordens foram cometidas, em razão da venda indiscriminada de bebida alcóolica, resultando daí um inválido ferido, e, segundo uma passagem em um documento, morto em decorrência do ferimento. As observações constantes nos documentos revelam situações que já haviam preocupado o imperador, quando em visita ao AIP, e que quando observou os problemas, não deixou de comunicá-los ao seu ministro da guerra, para que tomasse alguma providência. No entanto, ainda assim:

“Despacho do S. Excia. Snr. Ministros
Corte

Reclamação contra a venda de bebidas espirituosas no Asilo de Inválidos da Pátria.

Em aviso de 30 de junho último, ao qual acompanha uma cópia do ofício do Inspetor do Asilo dos Inválidos da Pátria ao Ajudante General, reclamando contra a venda de bebidas espirituosas no referido asilo, o Snr. Ministro da Guerra pede que pela Polícia sejam tomadas providências a tal respeito.

Muito concorre para as continuadas desordens entre os inválidos, segundo consta da aludida cópia, o grande número de tavernas existentes na ilha do Bom Jesus, das quais o principal negócio consiste na venda de bebidas espirituosas às praças do asilo, especialmente em dias de pagamento de soldo, sendo notável que o inspetor de quartirão seja um dos principais vendedores do mencionado gênero. Para por côbro a tantas desordens, o inspetor do asilo propõe: ou que o Governo proíba expressamente aos vendelhões o negócio das bebidas espirituosas naquelas tavernas, ou que se construa um muro que separe os terrenos do asilo dos do resto da ilha.

O primeiro dos alvites lembrados parece ser o menos atendível, porquanto a separação a que (...) o segundo desses alvites poderá ser levado a efeito com pequena despesa,

⁷²⁵ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 2262/77 – 144 – 7045).

empregando-se para tal fim uma cerca de espinhos, por meio da qual, havendo severa disciplina no asilo dos inválidos, se conseguirá completa separação entre as respectivas praças e os habitantes da ilha.

Proibir os vendelhões o negócio das bebidas em suas tavernas seria medida que iria peiar o exercício do direito de propriedade e a indústria comercial.

Em duas palavras, entendo que não se podendo nem mesmo por meio de uma postura da Câmara Municipal, proibir o estabelecimento das tavernas na ilha, o único alvitre admissível é separar eficazmente os terrenos do asilo do resto da ilha, levantando-se o muro necessário para esse fim.

Enquanto isto não se faz, a administração do asilo pode empregar mais fiscalização e vigilância para com os inválidos ali existentes.

O que se deve fazer em todo caso é recomendar-se ao Chefe de Polícia que providencie aquele respeito como couber em suas atribuições, fazendo demitir o tal Inspetor de Quarteirão a que se refere o ofício extratado, e comunicando-se isto ao Ministério da Guerra. 2 – 7 – 70.

F. Fernandes – Dir. Inte.”. ⁷²⁶

Outra vez aparece a denúncia de que um funcionário, pelo menos que possuía alguma função no AIP, praticava o tal “contrabando” de bebidas, ou para ser mais exato, a autoridade que deveria, teoricamente, ser responsável pelo combate de todos os tipos de transgressões que ocorressem na ilha, e a embriaguez era um deles, fora a tentativa de homicídio desse caso, que foi praticada em consequência das desordens decorrentes do grande consumo de aguardente. Era o próprio inspetor, pelo menos o principal vendedor de bebida aos internos do asilo. A proposta de se isolar o que já era isolado foi feita – idênticas às observações de José Ignácio, quando estudava o erguimento de um asilo na Armação, muitos anos antes – isto é, a construção de um muro que apartasse o asilo do restante do Bom Jesus, que naquela época ainda possuía outros habitantes, civis, espalhados pelos cantos da ilha, o que pode ser observado pelo mapa desenhado em março de 1868, por ordem de Cunha Paranaguá, e que está em anexo. Os engenheiros encarregados do estudo, Capitão Carlos Frederico de Lima e o Tenente Cornélio Carneiro de Barros Azevedo, não se descuidaram desse aspecto, mesmo porque, o mapa foi feito pelas ordens do ministro, que queria conhecer melhor a situação da ilha, promover a sua ocupação e, para gradativamente serem adquiridos os terrenos particulares para o exército. (**Anexo Mapa da Ilha do Bom Jesus – 1868**). Não descarto que com a construção do asilo, a ilha recebeu novos moradores, que fizeram novos negócios, visando, com a presença de grande número de homens que recebiam soldo, vender algum produto. O importante, segundo as observações, era não proibir *o exercício do direito de propriedade e a indústria comercial*.

⁷²⁶ Arquivo Nacional. IJ 1 1015. Ministério da Justiça. Avisos do Ministro da Guerra ao Ministro da Justiça. (1869 – 1873).

Em nova comunicação, envolvendo o chefe de polícia, o subdelegado de Inhaúma e até mesmo o *inspetor da ilha do Bom Jesus*, mais algumas informações são fornecidas:

“(…)

O inspetor de quartirão informa, que há na ilha 3 tavernas, das quais uma está situada em terras do mesmo asilo, próxima aos quartéis; outra, pertencente ao informante, em terras de sua propriedade, dista 600 ou mais braças dos quartéis; e a terceira, pertencente a uma portuguesa, está colocada na mesma distância do aquartelamento.

Em terrenos do próprio Asilo, distando cerca de 50 braças do quartel, existe uma grande barraca, que vende bebidas alcóolicas e pertence ao cabo Manoel de tal. Além desta barraca, existem muitas outras pertencentes a diversas praças, sem falar nos muitos mascates e vendedores ambulantes de cachaça, que todos os dias aportam ao mesmo Asilo, podendo-se calcular que nele consome-se diariamente, termo médio, 150 medidas de aguardente. O informante tem no Tesouro um lançamento de duas pipas por ano, o que prova que não é ele o fornecedor da grande quantidade de aguardente que se consome na ilha.

O subdelegado confirma esta informação e, não tendo um lugar onde possa deter em custódia os desordeiros e embriagados, até aqui remetidos para o xadrez da freguesia do Engenho Novo, o qual hoje se acha em completa ruína, insiste em representar sobre a urgente necessidade de uma Casa de Detenção na freguesia de Inhaúma, podendo servir para tal fim uma casa situada na Venda Grande, a qual é alugada por módico preço e com pequena despesa poderá ser transformada em boa detenção.

O Chefe de Polícia acha conveniente satisfazer-se à requisição do subdelegado quanto à aquisição da casa de detenção na freguesia de Inhaúma.

A vista destas informações, parece que cessarão os inconvenientes resultantes do grande consumo de bebidas alcóolicas no Asilo de Inválidos, fazendo-se remover das terras do mesmo asilo a taverna que ali existe, proibindo-se nelas a entrada de mascates de aguardente, e pondo-se termo ao negócio do cabo Manuel de tal e seus companheiros. Estas medidas poderão achar eficaz auxílio em uma severa disciplina.

Quanto ao incidente da aquisição de casa para detenção na freguesia de Inhaúma, V. Excia. apreciará a conveniência de ordená-la, ouvida previamente a 4ª Secção. Quanto ao fato principal, das informações extratadas resulta que a venda das bebidas alcóolicas é feita no próprio recinto do terreno pertencente ao asilo e, o que mais é; por praças do próprio asilo; proponho portanto que se remetam ao Ministério da Guerra as ditas informações, porque a vista delas serão sem dúvidas expedidas as providências necessárias para que a administração do asilo empregue mais vigilância e fiscalização em ordem de fazer desaparecerem os motivos da representação que veio a esta Secr. de Est. 20 – 7 – 70

F. Fernandes. Dir. intr.”. ⁷²⁷

Talvez, esse documento possa trazer mais alguns problemas sobre a questão de bebidas. Foi informado, pela declaração, oficial, de cobrança de impostos devidos ao tesouro, que o inspetor adquiria apenas *duas pipas* anuais de aguardente, para revendê-las. Isto não significa que o *Tesouro* poderia, como quase sempre pode, não ser ludibriado. Seus concorrentes eram, o cabo *Manoel de tal*, inválido, com uma barraca

⁷²⁷ Arquivo Nacional. IJ 1 1015. Ministério da Justiça. Avisos do Ministro da Guerra ao Ministro da Justiça. (1869 – 1873).

que fornecia o líquido, dentro da área do próprio asilo, para os camaradas, ou muito próximo a ele; uma portuguesa, igualmente distante do aquartelamento, ou situada à mesma distância da venda do inspetor, e vários vendedores, ou companheiros, com barracas, e mascates, de aguardente, que desembarcavam na ilha diariamente e aparentemente sem controle algum, e bem abaixo das vistas do comando. Do mesmo modo foi sugerida a aquisição de um imóvel, localizado em Inhaúma, que é próxima, e que após uma reforma, se transformaria em uma excelente *Casa de Detenção*, apropriada para prender os *desordeiros e embriados*. De quem seria essa casa, que poderia *ser alugada por módico preço*?! Já naquele tempo a construção de prisões, por mais singelas que fossem, em seus aspectos físicos, era a panacéia para se resolver o problema de “segurança pública”. O mais interessante é a proposta de se acabar com quase todos os concorrentes do inspetor de quarteirão; afinal, se deveria remover a barraca do inválido, *e seus companheiros*, e não permitir a entrada dos vendedores ambulantes. Nos dias de pagamento do soldo, os inválidos, com algum dinheiro, poderiam adquirir facilmente os produtos desejados em outras vendas, principalmente a de um camarada ou até mesmo de outras pessoas, e que não seria o inspetor o fornecedor de suas compras, e por conseqüência, da grande quantia proveniente de centenas de praças que gastariam os seus recursos.

Em uma outra visita, de setembro de 1870,⁷²⁸ o imperador novamente notou que *faltavam sapatos e mantas*. Existiam goteiras no prédio, já que chovia *em diversos pontos* e que *um dos xadrezes estava tão estragado que não servia*. *Urgia consertar os condutores dos para-raios*. Como o verão estava se aproximando, certamente o Rio seria tomado pelas grandes chuvas, ou tempestades características da estação.

As casinhas das Irmãs, e dos oficiais principalmente, ainda se enchiam de *fumaça* e as vendas na ilha continuavam a *prejudicar a disciplina*, sendo que uma delas pertencia ao fiscal, devendo-se *cassar-lhe a licença, logo que se pudesse fazê-lo*. O *edifício, destinado para oficinas* ainda não era utilizado e *a aula* deveria *ter mais discípulos*.

Naquele dia, o imperador notou que *um inválido não podia andar, e carecia de movimentação para melhorar de saúde*. Para aquele homem, poderia ser providenciado *um carrinho, que pouco custaria*, provavelmente uma cadeira de rodas feita de ferro. Sobre o novo comandante, o imperador observou *que o Palha parecia zeloso, mas*

⁷²⁸ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 2289/77 – 144 – 7045).

convinha *que fosse o comandante para o Asilo, e se ele fosse atuante, e as repartições competentes o ajudassem* (leia-se os ministérios da guerra, da justiça e arsenal de guerra), *o estabelecimento poderia tornar-se, em breve, digno de ser visitado, acreditando a administração pública.*

A imagem de Sant'Ana que veio do Paraguai, para onde deveria voltar, até por ter sido essa restituição lembrada de lá pelo seu genro, o Conde D'Eu, ainda estava na igreja do Asilo.

A bebida foi presente no estabelecimento, e com a chegada do comandante Palha, foram promovidas algumas mudanças na disciplina no local, pois nos documentos internos do AIP, em suas ordens regimentais, foi comunicado, e muito provavelmente lido para o efetivo, que era colocado em forma, por companhias, como na guerra, para ouvir o comandante, ou pelo menos suas ordens, que não se toleraria mais a existência daquele comércio, e de maneira radical, seriam dispostas guardas, no dia de pagamento, para que impedissem que os *inválidos da pátria* adquirissem as bebidas *espirituosas*. O curioso é que a primeira ocorrência documentada é do mês de julho de 1870, e esta ordem é de novembro de 1871, um sinal de que os problemas no AIP continuaram presentes por aqueles meses, com grande efetivo e mesmo com as costumeiras visitas do imperador:

“Quartel do Comando do Asilo de Invalidos da Pátria, 24 de novembro de 1871.

Ordem do dia nº 79

Tendo-se reconhecido que todas as desordens, insubordinação que se tem dado entre as praças deste Asilo, são provenientes da embriaguez e convindo lançar mão de todas as medidas possíveis para que de algum modo esse mal, determino que nos dias de pagamento e nos quatro seguintes sejam por todas patrulhas nos arredores das duas vendas existentes nesta ilha, com ordem expressa de proibirem que as praças deste Asilo entrem nas referidas vendas. Esta ordem sendo exatamente cumprida, deve produzir o efeito que ela se espera e por isso recomendo ao Snrs. Oficiais e ao Snr. Major Fiscal toda a costumada atenção a tal respeito”.⁷²⁹

Sobre a imagem, até hoje tida como a que foi retirada da igreja de Humaitá, as observações do imperador fornecem mais pistas de seu paradeiro. Em um outro arquivo foram encontrados mais alguns documentos sobre a “reliquia”, e que aqui podem ser explorados (**Figura 20**).

⁷²⁹ Arquivo Histórico do Exército. Arquivo AIP. Livro de Registro das Ordens do Dia do Comandante do AIP, (1866 – 1885), livro nº 01, página 43.

Alguns dias depois do último bilhete, em ofício do dia 29 de setembro de 1870, de Garcez Palha, o novo comandante, disciplinador, do AIP, comunicou a Caldwell, ajudante-general que, devido à ordem, fosse *reconduzida para a República do Paraguai a Imagem da Snra. Santa Ana*. Ficou sabendo, depois de ter se inteirado do fato, que foi providenciada a sua remessa *ao Arsenal de Guerra para ser enviada à mencionada República a 22 do mês de Abril* daquele ano, *sendo conduzida pelo padre capelão* daquele *asilo*. No entanto, no estabelecimento, existia *uma imagem da mesma Senhora Santa Ana, mas* que originalmente pertencia *a sua capela*. Justificando-se, Palha observou que quando o imperador visitou o asilo, *supôs que a Imagem* que existia *na capela era a do Paraguai*, mas que naquele momento, da visita, Palha nada pôde *dizer ao mesmo Augusto Senhor* porque *não* estava *ao fato* daquela remessa.⁷³⁰ Alguns dias depois do ofício de Palha, em resposta da repartição do ajudante, novo ofício foi redigido, dirigido ao ministro da guerra, limitando-se a repassar as informações prestadas pelo comandante do AIP, e não sendo localizado mais nada sobre o assunto.

Estes documentos, então, deixam espaço para dúvidas se a atual imagem de Santa Ana, existente na igreja do antigo asilo e venerada pelos de prática católica, seja realmente a que foi pilhada em Humaitá. Pode ser que seja, pode não ser. Se esta questão não tem importância, isso é só aparência, e novamente me sinto à vontade para fazer algumas suposições, e o que ela pode ter representado para a maioria dos inválidos. Se Palha, o comandante recém chegado, certamente afirmando e negociando diuturnamente a sua autoridade, no dia da visita-inspeção do imperador, sempre provido de diversas questões que estão presentes em seus bilhetes, dia este em que seu comando era colocado a dura prova; respondeu-lhe que nada sabia sobre ela. Em um ofício despachado alguns dias depois ao ajudante general, portanto, um canal mais simples de comunicação, e menos comprometedor - se for pensado o que acarretaria se fizesse esse tipo de afirmação em frente do imperador, e dos asilados que tinha sob comando - certificou, após ser melhor informado no asilo, que a imagem já havia sido remetida ao Paraguai meses antes. No entanto, o final de seu ofício foi quase que uma justificativa, porque, parece-me, se utilizou, no dia da visita do monarca, de sua ignorância, para nada informar sobre a imagem, porque, tudo leva a crer, esperou um tempo para tomar alguma iniciativa, e em canais mais simples, como a correspondência entre ele e o ajudante general, observou que havia uma outra imagem de Santa Ana na capela.

⁷³⁰ Arquivo Nacional. IG 2 22. Ministério da Guerra. Administração. Ajudante General. (1870).

Talvez, não descarto a hipótese, fosse uma tapeação, promovida pelos asilados, possivelmente comunidos com o novo comandante - que sempre deveria negociar a sua autoridade – para que a imagem, que havia custado tanto sangue para muitos, para ser conquistada, fosse conservada no asilo, como um “prêmio” da onerosa, em vidas, “conquista” de Humaitá. Mas, não se deve descartar que a imagem tenha realmente sido mandada em abril de 1870 para o Paraguai. Porém, acredito que pouco importa esse detalhe, entre os atuais e católicos moradores do Bom Jesus, afinal, a questão é de fé?! Então, por que é comum, entre os moradores, dizer que a tal imagem é a da igreja da famosa fortaleza?

E, se problemas disciplinares foram presentes após a ocupação da ilha. Outros, possivelmente considerados mais graves, do mesmo modo preocupavam a administração do asilo e o ministério da guerra. Em um novo ofício, Caldwell apresentou um documento, com as observações do comandante do AIP, sobre uma ocorrência com o *chalet*, prédio recentemente construído e que comportava, pelo projeto original, um refeitório em seu primeiro andar, uma sala de diversões no segundo e o alojamento do comandante no terceiro. As observações do comandante não estão em anexo, somente a de Francisco Raposo, o engenheiro, que aproveitou o mesmo ofício para redigir, nos espaços disponíveis, o que aconteceu naquela noite de tempestade:

“Repartição do Ajudante General. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1868.
Nº 14940.

Ilmo. Exmo. Snr.

Apresento a V. Excia. incluso ofício datado de hoje em que o Comando do Asilo de Inválidos dando conta dos estragos feitos no respectivo Quartel pelo temporal que desabou ontem à noite por ocasião da trovoadas, pede ao mesmo tempo que sejam aqueles estragos reparados com urgência.

Acabo de oficiar à Dir. das O. Militares, dando-lhe conhecimento do despacho acima fim de cumpri-lo. Julgo, porém, acerca deste objeto chamar a atenção de V. Excia para uma ocorrência que reclama mais uma medida urgente. Segundo informações verbais que acabam de ser me prestadas pelo Comandante do Asilo, todas as praças que se achavam alojadas no edifício denominado de Chalet, fugiram dali precipitadamente e apavoradas, por causa dos estremecimentos que sentiram e dos freqüentes estalos que se ouviram no madeiramento do teto, do mesmo edifício, em consequência do que repugnam absolutamente voltar de novo a recuperá-lo. Conquanto o pavor exagere às vezes os mais pequenos efeitos, entendo todavia que não deixa de ter algum fundamento o receio que o motivou. A altura daquele edifício, a sua posição elevada, o seu isolamento, a sua disposição anterior sem paredes divisórias (...) que travem e reforcem suas paredes mestras e finalmente a sua situação nos pavimentos de uma ribanceira, cujas terras tendem a abater de um lado (...), bem podem dar azar a um desabamento e grande catástrofe. É pois, prudente, antes de ocupá-lo de novo, nomear-se uma Comissão que examine com muita atenção o seu estado e a natureza da sua construção e proponha o que julgar conveniente adotar-se para reforçá-lo no caso de que não ofereça toda a segurança.

Em 12-11-68
Raposo”.⁷³¹

Em observações para seu ministro, em mais um bilhete, no mesmo dia 12 de novembro de 1868, o imperador ressaltou que *toda a cautela a bem dos inválidos era pouco*, e que além disso, cumpria *refletir que grande parte dos Inválidos* desejaria *voltar para perto da povoação*.⁷³² O que o imperador queria dizer com isso?! Os homens já estavam no Bom Jesus. O que significava *povoação*?! Naquela noite de tempestade, provavelmente muitos internos do asilo entraram em pânico, quando o *chalet*, pelos ruídos de suas estruturas, ameaçou ruir, e os inválidos correram para as casas, ou choupanas e casebres que ficavam ao redor, ou próximos, pelo menos isso é o que deixa antever pelas suas observações. Mas, não queria dizer que os inválidos, por causa da ocorrência, não desejariam retornar para a Armação, da qual tinham sido removidos um mês antes? Afinal, por lá ficaram por anos, antes de serem transferidos para a ilha, e que era em Niterói que estavam acostumados, fora lá poderem sair pela cidade, enquanto o novo AIP não permitia esses passeios. No dia posterior, em novo bilhete, observou uma série de detalhes que Raposo, entre outros, como o próprio Carneiro Leão, lhe passaram, e escreveu no final de seu bilhete a Muritiba: “*Está bem entendido que os inválidos não devem em nenhum caso ficar expostos às intempéries*”.⁷³³ Sua preocupação, pelo visto, não estava restrita à saúde dos internos. É bem possível que aquele quase acidente servisse de pretexto, ou uma forte razão, para que os inválidos desejassem, pelo menos em sua maioria, retornar para Niterói.

A obra foi feita com muita rapidez, pois visava dar um destino aos inválidos remanescentes, isto é, os que não foram despachados para as províncias. O terreno da elevação, que não estava ocupado pelo convento, foi aproveitado, e possivelmente, com a urgência da construção, muitos estudos que deveriam ser feitos previamente nem ao menos foram observados. O referido *chalet* não desmoronou naquele tempo, porque provavelmente recebeu algum tipo de reforço em suas estruturas, e até no *madeiramento*, algo que não consegui localizar nos arquivos; mas, por questões disciplinares, foi destruído algumas décadas depois, para ser exato, em janeiro de 1909, por um incêndio provocado por dois marinheiros e que será trabalhado em outro capítulo. As observações de Raposo, um engenheiro, quanto aos seus aspectos externos,

⁷³¹ Arquivo Nacional. IG 2 20. Ministério da Guerra. Administração/Ajudante General. (1868 – 1869).

⁷³² Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 1986/77 – 144 – 7045).

⁷³³ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 1987/77 – 144 – 7045).

são perceptíveis na estampa, de vista frontal do AIP, que está no início do anexo. Em duas, o *chalet* já estava destruído, e como as fotos são de 1909, as marcas do incêndio são bem perceptíveis (**Figura 21**).

Um outro problema evidente, e localizado em alguns documentos redigidos em diversas épocas - continuando a responder às indagações de Otto Marques da Silva sobre o asilo - foram as inadequadas instalações construídas para pessoas de necessidades especiais. No entanto, este documento deixa claro que os problemas que vinham desde Niterói, não cessaram quando o asilo foi instalado na ilha:

“Asilo de Inválidos

A uma só vez dizem todos os inválidos existentes na ilha do Bom Jesus que o amigo que estes têm é precisamente o augusto voluntário, que não cessa de dispensar-lhes toda a proteção e interesse por sua sorte. Alma grande e nobre, espírito eminentemente patriótico, ele não constrange-se em aproximar de si o pobre inválido, ouvir-lhe os pedidos, providenciar pelo melhoramento de sua sorte, porque no inválido vê representada a pátria, nas suas mutilações o muito que ela tem sofrido com a guerra tão longa que sustentamos.

Mas, não sabemos porque estranha aberração da natureza humana, em vez de serem todos acordes em render homenagem aquela augusta e paternal solicitude, de vez em quando surge um ou outro anônimo a atribuir-lhe indiferença para com aqueles valentes, mas hoje inválidos da pátria.

A burra velha do Diário Fluminense para com o asilo não cansa!...

Agora fala nas privações que sofrem os oficiais que estão aquartelados no Asilo, por falta de cômodos, o que constrata com a largueza de vida que levam as irmãs de caridade existentes no estabelecimento, com o luxo de seus aposentos, riqueza de suas mobílias, etc.

Pobres irmãs de caridade!...vida folgada!...elas as cozinheiras e enfermeiras da casa!

Luxo e riqueza de suas mobílias, que se distinguem pela sua modesta simplicidade!

Ninguém no Asilo pode presentemente ter grandes cômodos, enquanto ali estiverem 1,200 homens, sem que o edificio esteja de todo acabado.

Se por tal razão os oficiais não tem de sobra, certo é que nenhum deixa de ter os precisos.

Eles vivem na melhor harmonia e como que formando uma só família pela cordialidade de suas relações, pela recíproca afeição e respeito com que se tratam.

Alguns têm suas famílias fora da ilha, porque ainda não há casas para residência delas; mas a eles não faltam cômodos para que se demorem no estabelecimento, quando o queiram fazer, ou o serviço o exija.

Até se quer supor que os mutilados são obrigados a subir e a descer repetidas vezes as escadas do sobrado onde estão alojados, eles que não têm pernas e só muletas para tão penosa penitência!

Alojamentos existem nos pavimentos superiores, é certo, ninguém o encobre, o Sr. ministro da guerra o disse, no seu relatório; porém, o que o Diário não quis dizer foi que, desde que os inválidos passaram para o Bom Jesus assentou-se logo que ficassem no pavimento térreo, nos alojamentos da 1º e 3º companhias, todos quantos usassem de muletas.

Se algum vai ter aos pavimentos superiores, por que assim lhe apraz por conveniência com outros companheiros não amputados que ali residem, ou mesmo se um ou outro, mais ágil, tem pedido permissão para aquartelar-se nos ditos pavimentos, muito a aprazimento seu, que mal tem vindo d’ali?

Quem não sabe das coisas inventa, é o caso do Diário Fluminense.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1869”.⁷³⁴

Entre outras importantes questões, quando se visita as instalações do antigo asilo, as de acesso, levantadas pelo artigo, são bem perceptíveis, pelo menos nas construções remanescentes, como nas vias de acesso que já existiam naquela época e que até hoje são presentes e utilizadas pelos atuais moradores. Conforme a reprodução de ilustrações do asilo, nota-se, sem exceção, que todos os prédios possuíam, como os remanescentes ainda possuem, escadas internas para o acesso aos pavimentos superiores. Todos os prédios construídos, ou que lá estavam, remanescentes do antigo convento, tinham mais de um pavimento. Inclusive, inicialmente, o prédio que deveria alojar a maioria dos inválidos localizado no alto do morro da ilha, os das laterais da igreja e situados atrás do antigo convento, da mesma forma possuíam mais de um pavimento, pelo menos com escadas internas. Só o que era conhecido como *chalet*, que abrigava o refeitório, foi edificado com três andares. Encerrá-los no andar térreo dos prédios destinados para alojamento não diminuía o problema, porque, por exemplo, o refeitório (*chalet*) se situava próximo à igreja, demandando o deslocamento pelas ruas laterais dos prédios, não sem antes o indivíduo ter que descer alguns degraus do alojamento ainda que no térreo, e subir os poucos que existiam no próprio refeitório, fora a ladeira, que já se tornava íngreme quando em frente ao *chalet*. Para quem estava indo em direção ao *chalet*, deveria descê-la, e ao contrário, possivelmente só com a ajuda de um outro. Para quem estava no museu (que comportava a oficina de trabalho), ou no edifício inaugurado em 1868, havia um outro acesso, mas custoso para os portadores de mutilações nos membros inferiores: é a escada existente atrás do museu e que termina na rua, em frente à igreja. Se alguns estivessem nesse prédio de 1868, que servia de enfermaria, alojamento de oficiais, irmãos de caridade e guarda, que fica em frente à praia, eram obrigados a subir a ladeira de acesso e subir igualmente a rua situada em frente à igreja, e ainda vencer mais um lance de escada do *chalet* para entrar no rancho. Se estivessem no antigo convento, o trabalho seria menor; no entanto, teriam que descer alguns degraus do alojamento térreo e subir outros para adentrar ao refeitório. Ninguém, absolutamente, escaparia desses “obstáculos” onde quer que estivesse alojado, tanto próximo como distante. O acesso a essa parte, da antiga administração à área de concentração dos inválidos, só era permitido pela subida de uma íngreme rampa, até hoje existente e reproduzida no anexo. Se o comandante desejasse

⁷³⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, número 169, de 20 de junho de 1869.

visitá-los, deveria subir por ela; se os inválidos desejassem algo na administração, na guarda, na enfermaria, e até mesmo se servissem dos escaleres de serviço, deveriam descê-la. Não sei dizer se a atual rua que liga as casas, de construção mais recente, com a parte inferior dos prédios (igreja) existia, e, ainda se fosse presente, algo que não acho plausível, ela é igualmente íngreme, só sendo percorrida, independente do sentido tomado, mormente por alguém portando uma *perna pilão*, ou até cadeiras de roda, de ferro, se possuísse algum auxílio para transportá-lo para cima, quase que o carregando, ou segurá-lo na descida. Os engenheiros da comissão de obras militares talvez tenham pensado na situação, digo talvez porque o asilo foi construído rapidamente, cuja ocupação visava o aproveitamento da ilha como um lugar isolado, inclusive com a presença semanal do imperador para, além de visitar os doentes que lá ficaram estacionados, fiscalizar o andamento das obras. O grande número de inválidos espalhados por Niterói e na Corte, acabou ocasionando problemas, graves, que os artigos anteriores noticiaram. Mas, quando o AIP se instalou definitivamente no Bom Jesus, estas questões permaneceram pela grande quantidade de inválidos. Entretanto, dada a rapidez com que a obra foi feita, mesmo que aparentemente visasse alojar homens inválidos, esses detalhes não foram, aparentemente, levados em consideração, ou mesmo, não havia esta sensibilidade que até hoje poucos possuem sobre o assunto, visto que muitos prédios ainda são construídos sem ao menos seus arquitetos e engenheiros suscitarem a questão de acesso de pessoas com necessidades especiais. Às vezes, são recordadas porque, para haver a homologação do projeto, existem leis que prevêm o assunto.

Mas, ainda que se tenha aproveitado a ilha, um lugar isolado, para a construção do asilo, utilizou-se do antigo convento, reformando e ampliando-o. Conforme se observou nos bilhetes do imperador, o convento deveria ser adquirido dos religiosos e a ilha de membros da família Telles. É evidente que não havia tempo para construir o asilo em outros lugares do Bom Jesus. A investigação de Carneiro Leão assinala que talvez nem houvesse um lugar condizente. Além do mais, o convento, mesmo na ilha, era póximo ao continente. Talvez vinte minutos, de escaler, entre o desembarque e a Ponta do Caju, que, fora proporcionar alguma proximidade, de certa forma propiciava isolamento, e o encanamento submarino é uma prova (**Figura 22**).

Um outro forte indício de que o asilo não era algo definitivo, para alojar a totalidade dos mutilados, era a própria limitação do espaço. Quando se visita suas instalações, e se observa até mesmo onde se localizavam os alojamentos, fica explícito

que o estabelecimento foi somente um paliativo e que suas instalações originais mal comportavam, com algum conforto, um efetivo entre 600 a 800 homens. Aliás, grande parte dos inválidos nem chegou a conhecer o Bom Jesus, como um asilo, porque já havia sido remetida para as províncias, entre os anos de 1865 e 1868, sendo que só uma parte ficou por lá alojada entre os anos de 1868 e 1871. Com o tempo, e com a opção de poderem ir embora, prevista no regulamento, mas recebendo os seus parques direitos; muitos optaram por morar na cidade ou voltaram aos seus lugares de origem, servindo o asilo, na prática, e através de décadas, inclusive as últimas do XIX e as primeiras do XX, mais para militares inválidos nos serviços e fainas diárias, e para um pequeno efetivo de veteranos da guerra, que teve presença constante, segundo os registros, até o final da década de 30.

deus Hermes...que corresponde ao Mercúrio romano...entre suas várias atribuições, incluíam-se as de protetor das estradas e de seus viajantes; condutor das almas ao Estige; deus da fortuna, da eloquência e do comércio; patrono dos ladrões e inventor da lira ... caracterizado por sua grande inteligência e vivacidade.

4. Subscrição Pública e Nacional.

Fonte de diversas polêmicas na república, envolvendo generais, jornalistas, políticos e grandes comerciantes, é a subscrição pública e nacional promovida pela Praça do Comércio do Rio de Janeiro – atual Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)⁷³⁵ – para a construção da sede do AIP, ainda durante a guerra.

A *Praça do Comércio*, nominalmente sob o comando do imperador, na verdade sob sua égide, criou inicialmente uma comissão de arrecadação da subscrição para o AIP, que posteriormente passou a ser denominada *Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria*.⁷³⁶ Ela tinha como função primordial arrecadar e posteriormente administrar os recursos que seriam utilizados na construção do AIP, na subsistência dos inválidos, como no auxílio às famílias dos mortos e aos órfãos da guerra. Grandes comerciantes foram “recrutados” para a organização da SAIP, responsabilizando-se pela execução da campanha, pela formação de postos e contatos de arrecadação de fundos. Parece-me que todos eles, essenciais na execução da sociedade, se destacaram em inúmeros empreendimentos comerciais no Brasil durante a segunda metade do século XIX, sendo o maior desafio, de quem for se aprofundar no assunto, trazer dos arquivos a suas trajetórias, interesses e ações.

Ainda durante o império, em uma ação obscura, a SAIP foi extinta, sendo o seu capital de origem pública integralmente incorporado ao da ACRJ. Posteriormente, segundo a documentação depositada no AHEx, os recursos da antiga sociedade foram utilizados na construção da sede da associação e aí é que se inicia a polêmica a que me referi. Quando se foi organizar o colégio militar,⁷³⁷ teoricamente dirigido aos órfãos da

⁷³⁵ Associação Comercial do Rio de Janeiro, doravante ACRJ.

⁷³⁶ Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria, doravante SAIP.

⁷³⁷ O colégio possuiu dois regulamentos: o aprovado por decreto de 09 de março de 1889, sendo designado por “Imperial Colégio Militar”, e o decreto de 02 de maio de 1890, com a designação de “Colégio Militar”.

Neste último, fica explícito para quem era destinado o estabelecimento:

“Capítulo I – Da organização e Fins do Colégio.

Art. 1º O Colégio Militar, criado em 09 de março de 1889, inaugurado em 06 de maio do mesmo ano na cidade do Rio de Janeiro, é destinado a dar educação e instrução gratuitamente aos filhos e netos de oficiais efetivos e reformados do Exército e da Armada, bem como os filhos e netos de oficiais honorários por serviços de guerra e das praças de pret mortas em combate; e, mediante contribuição pecuniária, a alunos procedentes de outras classes sociais;”.

Sobre as despesas, estes artigos também são explícitos sobre de quem era a responsabilidade pela manutenção do colégio:

“Art. 70. Para ocorrer às despesas com a manutenção e custeio do Colégio Militar, serão aplicadas: 1ª, a verba ou as verbas para este fim consignadas no orçamento da guerra; 2ª a importância da jóia e pensão pagas pelos alunos contribuintes; 3ª, a renda do patrimônio do Asilo dos Inválidos da Pátria.

Art. 71º As quantias provenientes da jóia e pensão dos alunos contribuintes e da renda do patrimônio daquele asilo serão recolhidas ao cofre do colégio e com elas se fará o pagamento dos ordenados das

guerra, digo teoricamente porque a guerra já havia se encerrado 19 anos antes; a irregularidade da cessação da SAIP se tornou evidente, pois se questionava a legalidade da incorporação dos recursos da sociedade ao patrimônio da ACRJ, ainda mais porque, além de auxiliar os inválidos da guerra, que naquele ano eram numerosos, e suas famílias, bem como as dos mortos; esses recursos deveriam ser obrigatoriamente empregados na construção de um colégio destinado aos órfãos. O conseqüente litígio iniciado no fim do século XIX, envolveu asilados veteranos da guerra, generais, ministros, comerciantes, jornalistas e advogados, e se estendeu até o final da década de trinta, durante o governo de Getúlio Vargas. No entanto, ainda na década de cinquenta, com Vargas novamente ao poder, a pendência voltou à tona. Não é o objetivo aqui desenvolvê-la, pelo menos em seus aspectos mais recentes, já que há outras prioridades e problemas em relação ao AIP e aos militares asilados; fora sair completamente dos objetivos principais deste texto. Porém, é necessário o seu estudo, para entendimento dos motivos e argumentos da subscrição pública promovida em todo o Império, como em alguns países, para arrecadação de fundos para a construção do AIP no momento do conflito, e igualmente para entender e pensar sobre a imagem que foi construída sobre os inválidos, a percepção que a sociedade manteve sobre eles naquele momento.

Durante a guerra, o que impulsionava as pessoas a auxiliarem com qualquer quantia às comissões nomeadas por todo o Império? Em julho de 1865, a fim de estimular as contribuições à comissão de arrecadação, foram publicadas as seguintes observações por um membro da então *Praça do Comércio*:

“Asilo dos Inválidos da Pátria

Quando vimos as nossas armas empenhadas em uma luta justa e santa, qual a que tem por fim o desagravo da honra de uma nação inofensiva, ultrajada pelo mais descomunal sectário da barbárie, como é o tirano a quem hoje obedecem os míseros filhos do Paraguai, corremos ao convite que nos dirigiu a patriótica comissão da Praça do Comércio do Rio de Janeiro.

No seio dessa reunião, animada do mais fervente e acrisolado patriotismo, fizemos sentir a nossa fraca voz e opinião, e demonstramos que nada de melhor poderíamos fazer do que associarmo-nos, promovermos uma subscrição, para com o seu produto se levantar uma casa que servisse de guarida à aqueles que, expondo-se aos trabalhos e privações da guerra, sofressem mutilação, adquirissem enfermidades que os impossibilitassem para o honroso trabalho da vida.

Prevíamos que a luta travada havia de tomar grande vulto, perdurar por muito tempo, mais do que era de esperar e causar a muitos essa impossibilidade física, que, adquirida no

gratificações marcadas na tabela de vencimentos anexa”. (BRASIL. *Decisões do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1º Fascículo. “15 de novembro de 1889 a 31 de março de 1890”. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1892)

serviço da pátria, deve pela pátria ser completamente remediada, como um de seus mais sacrossantos deveres.

Criando-se o asilo de inválidos temos auxiliado e habilitado o Estado a cumprir esse dever, que ele solenemente contrai, com os seus filhos no sacrifício de vida e de saúde.

Nossa idéia, que era de muitos, nosso sentimento, que era de todos, entrou em caminho de realização, e aí trabalham comissões paroquiais no intento de levantar por subscrição os meios de se levar avante este pensamento.

Cumpra não arrefecer o zelo, trabalhar com coragem, esforçar-se com dedicação: nada é impossível perante a vontade.

Paisandú foi um lugar de glória para as nossas armas, em Paisandú teve mutilados e inválidos que devem ser curados com desvelo e atenção.

A maior glória da pátria empalidece, descora, avilta se talvez, quando se vê algum dos agentes denodados dessa glória esmolando o pão da caridade pelas ruas.

Acaba de chegar a nova de uma batalha naval, a primeira da América do Sul, em que a marinha imperial, coadjuvada por soldados valentes e aguerridos e voluntários da pátria, conquistou para a história de seu país uma das páginas mais gloriosas. Essa batalha nos deve enobrecer aos olhos do mundo e da posteridade: o inimigo era valente, ousado e cheio de tática e estratégia.

(...)

Não temos que invejar a glória militar de nenhum povo depois do dia 11 de Junho; outros fariam tanto, ninguém, porém, podia fazer mais.

Essa vitória, porém, onde se deram os fatos de heroísmo dignos da antiga Roma, prova ainda a necessidade de colhermos quanto antes os meios com que se levante o asilo de inválidos.

No meio do entusiasmo que nos arrebatava contemplando o país coberto de glória, não esqueçamos os sofrimentos e as dores, as desgraças e a miséria que aquela ação causou e pode causar.

A pátria não pode deixar de ser grata a tanto denodo e galhardia.

Não se cegue o prazer de maneira a não ver a miséria individual que aquele fato de estrondosa admiração terá trazido para alguns de seus dignos representantes: não se torne surda aos gemidos daqueles que aí ficaram para sempre sepultados no sofrimento de males incuráveis adquiridos no trabalho e denodo com que souberam defender os direitos, o brio, a honra do império sul-americano.

Se a jornada de Riachuelo é para nossos filhos data memorável e imorredoura de recordação de glória, não seja ela nunca motivo de maldição contra a pátria, lançada por aqueles que ingratamente tiveram sido por ela esquecidos.

Não, esse grito de maldição não pode ser ouvido, porque os bravos mutilados e estropiados em Riachuelo são dignos de toda a gratidão; não, porque as famílias desses bravos devem ser cuidadosamente tratadas; não finalmente, porque seus filhos devem ser educados a se tornarem dignos desses heróis.

Essa gratidão é facilmente traduzida na existência do asilo de inválidos da pátria

Não abandonemos o intento que temos tomado a peito, envidem às comissões paroquiais seus esforços, seu trabalho e sua fervorosa dedicação, e temos consciência firme e robusta de que os meios serão prontamente realizados.

Se há algum arrefecimento, a recordação de Paisandú, a palpitante nova de Riachuelo, deve tê-lo exterminado, e portanto hoje, como no dia da iniciação, trabalhemos para que se leve avante o asilo de inválidos da pátria.

Thomaz Alves Junior

Rio de Janeiro, 1º de Julho de 1865".⁷³⁸

⁷³⁸ *Jornal do Commercio*, 02 de julho de 1865.

Como se vê, as vitórias militares numa *guerra justa e santa* em Paisandú, e posteriormente em Riachuelo, a primeira *batalha naval* na América do Sul, coadjuvada, segundo o próprio artigo, pelo auxílio dos *voluntários da pátria*, serviram, foram uma das razões apresentadas para a legitimação da arrecadação promovida pela *Praça do Comércio*. Novos combates, fatalmente novos inválidos; afinal, ainda em trecho do artigo, o articulista foi bem claro: *não esqueçamos os sofrimentos e as dores, as desgraças e a miséria que aquela ação causou e pode causar*. A guerra não tinha um prazo, um limite observável, um determinado tempo para se encerrar. Não se sabia o quanto iria durar, e essa preocupação, diante das incertezas daquele momento, foi comum. Com o recrutamento em massa e a remessa de milhares de soldados para a frente de combate, nas difíceis condições que a guerra proporcionava, o aparecimento de numerosos soldados mutilados e inválidos era inevitável, bem como os problemas sociais e sanitários advindos da situação.

Um dos argumentos presentes no artigo, que legitimou a subscrição era para que os *mutilados e inválidos* não esmolassem *o pão da caridade pelas ruas*, o que seria vergonhoso para o império, que cometeria um erro, e uma injustiça, em não saber recompensar os que derramaram seu sangue por ele. Não obstante, o que seria dos que ficassem perambulando, ociosos, pelas ruas de suas cidades e províncias? E o destino e ações dos que permanecessem vagando pela Corte?

O artigo deixou claro que era uma iniciativa de particulares a subscrição da praça, pois *criando-se o asilo de inválidos* tinha-se *auxiliado e habilitado o Estado a cumprir esse dever, que ele solenemente contraíra com os seus filhos no sacrifício de vida e de saúde*. A arrecadação, promovida pela Praça foi fruto de trabalho, majoritariamente, dos membros da associação, e não do governo, apesar de estar, nominalmente, sob a proteção pessoal do imperador, que havia empenhado o seu nome na campanha. Durante a maior parte dos anos, a comissão mobilizou-se em todo o território nacional, por intermédio de nomeações, buscando concretizar o seu intento. No livro de Honorato, em seus anexos, estão reproduzidas as cartas remetidas aos presidentes de províncias, bem como a outras autoridades, que foram “recrutadas” para a promoção daquele estabelecimento, desejado e necessário.

O artigo mencionou, entre outros argumentos, a educação dos filhos dos *bravos mutilados e estropiados*. Sobre a educação dos filhos de inválidos e dos órfãos dos mortos que a guerra fazia, posso apresentar um interessante documento de março de

1865; portanto do início da guerra, no qual já se manifestava preocupação em relação ao problema dos dependentes de oficiais e praças de *pret*:

“4ª seção Rio de Janeiro, Ministério dos
Negócios do Império em 2 de Março de 1865

Agradecendo os esclarecimentos que com prontidão V. Excia. pode obter, e me ter remetido em Aviso do 15 do mês passado, acerca dos filhos que deixaram os militares brasileiros mortos no combate de Paisandú, ou em consequência de ferimentos nele recebidos. Aguardo os que V. Excia. tem ainda de dar a este respeito, não só sobre os filhos que deixou o Capitão Antônio Fernandes Borges, cuja família V. Excia. não sabe por enquanto se quer aproveitar-se do oferecimento que fez o Diretor do Colégio Vitória, mais também relativamente aos filhos que por ventura deixaram assim os mais oficiais que eram casados, e as praças de *pret*, a respeito dos quais nada pode V. Excia. informar já, bem como os oficiais e praças da Guarda Nacional.

Aproveito a oportunidade para comunicar a V. Excia. que o Diretor do Colégio Marinho fizera igual oferecimento ao daquele Diretor. As informações com que V. Excia. tem de completar ao que acaba de dar-me me habilitarão para que seja igualmente aproveitado este novo oferecimento.

Deus Guarde a V. Excia.

José Liberato

Sr. Visconde de Camamú”⁷³⁹

Anos depois, o ministério do império, por decreto de 01 de fevereiro de 1868, ampliou o número de pensionistas gratuitos do colégio D. Pedro II, *a fim de poderem ser admitidos mais alguns órfãos, filhos de militares falecidos na guerra contra o Paraguai*.⁷⁴⁰ Quem certamente poderia frequentar o colégio? Não os pobres, filhos de praças de *pret* e oficiais sem apadrinhamento, obviamente. Além do mais, a questão da educação dos órfãos e dos filhos de inválidos foi um problema, na prática, insolúvel, pois pouco foi feito, realmente, para beneficiar a totalidade de órfãos, e, acrescente-se a isto, a ausência de interesse e ação para ser resolvido. Por ações paliativas, conseguia-se vagas para alguns; mas não para todos.

Quando a comissão de arrecadação para o AIP foi criada, tinha como meta - e utilizava-se amiudadamente deste argumento, em suas manifestações e justificativas – igualmente prestar auxílio aos órfãos, pois eles teriam possibilidades de continuar ou iniciar seus estudos se recebessem adequada ajuda da comissão. No documento de 1865, acima transcrito, as autoridades que estavam encarregadas de prestar algum apoio ainda dependiam da boa vontade de particulares para dar alguma solução ao problema. No caso, dois colégios da Corte ofereceram bolsas de estudo às famílias dos órfãos; entretanto, a guerra criava centenas deles e as autoridades não poderiam contar com o

⁷³⁹ Arquivo Nacional. IG 350. Ministério da Guerra. Gabinete do Ministro.(março de 1865).

⁷⁴⁰ *Jornal do Commercio*, 07 de fevereiro de 1868.

oferecimento espontâneo de bolsas para sanar a demanda. Mais uma razão apresentada para que as pessoas se sensibilizassem e contribuíssem com qualquer quantia às comissões arrecadadoras.

A comissão, e posteriormente SAIP, realmente recebeu depósitos oriundos de uma campanha nacional, envolvendo milhares de colaboradores, tanto de origem humilde com contribuições simbólicas; mas certamente autênticas e de boas intenções, como auxílios mais significativos, mormente de municípios, comunidades, instituições, ordens religiosas, artistas e pessoas ricas que concorreram impulsionadas por sentimentos suscitados pelo impacto da chegada dos inválidos à Corte ou como uma tentativa de se promover, de se destacar frente ao imperador, pois o asilo desfrutava de favores do monarca e estava, para todos os efeitos, junto com os seus inválidos, sob sua égide. O AIP, durante anos, recebeu periodicamente a sua visita, e na república, anos após sua proclamação, alguns militares se queixavam, na documentação administrativa, que o novo regime não manifestava tanta predileção pelo estabelecimento, como D. Pedro II. Este é comumente retratado como tendo um interesse *paternal* sobre os inválidos e o seu destino. Suas referências, nos documentos envolvendo o asilo, o retratam como um homem provido de um ilibado senso de justiça, bondade e misericórdia.

Como exemplo, o abaixo, sem data, mas certamente do início da guerra, pode ser mais contundente no que afirmo:

“Os empregados das Secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros, Império, Justiça, Marinha, Guerra e Obras Públicas tem a honra de responder ao convite que lhes dirigiu a Ilustríssima Câmara Municipal para ornarem e iluminarem durante três dias o quarteirão compreendido entre a Praça da mesma Câmara e a Praça 11 de Junho. Eles teriam a maior satisfação em aceder a esse convite, se lhes não fosse impossível preencher dignamente em tão pouco tempo a obrigação que deles lhes resultaria, e, atendendo por outro lado ao desejo que, segundo lhes consta, manifestou Sua Majestade O Imperador na Província do Rio Grande, resolveram oferecer para a fundação do Asilo de Inválidos a quantia com que poderem concorrer e que teria de ser aplicada àquele outro objeto. Respondendo assim em nosso nome e no dos outros. Empregados das mencionadas Secretarias, temos a honra de ser com a maior consideração.

De V.V.J.J.
Obediente Criado
Joaquim Thomaz do Amaral”.⁷⁴¹

Em outro, do dia 07 de novembro de 1865, encontra-se o mesmo intento, para o mesmo evento:

⁷⁴¹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-1-48 (Guerra do Paraguai).

“Os abaixo assinados acusam recebido o honroso officio de VV.JJ. com data de 30 do mês passado e respondem.

O limitado espaço de tempo que tem a Comissão nomeada por VV.JJ. para o fim de desempenhar o mandato recebido, embarga a realização dos melhores desejos que animam a Comissão, e, assim resolveu esta entregar ao Exmo. Ministro do Império a soma de réis 1:000\$000 para ser aplicado ao Asilo dos Inválidos da Pátria, na deficiência absoluta de tempo necessário para que fosse de um modo altamente festiva recebido S. M. o Imperador.

Deus Guarde a VV.JJ.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1865.

Ilmo. Sr. Presidente e mais vereadores da ilustríssima
Câmara Municipal

Francisco das Chagas

Luis

Amaral

Fortuna Carvalho ” ⁷⁴²

No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, há alguns recibos, impressos, da comissão da Praça do Comércio. Seus valores não são altos, o que prova que a subscrição recebeu contribuições de pessoas sem muitos recursos, e que foi realmente popular, ao contrário do que afirmavam os comerciantes fluminenses, décadas depois, quando processados por estarem gerindo, irregularmente, as apólices oriundas do dinheiro arrecadado durante a guerra, e o que é pior, tudo leva a crer que, possivelmente, desfrutando dos juros das mesmas, impunemente.⁷⁴³

Mas, em relatório publicado em jornal, pela comissão de arrecadação de fundos para o AIP, em 1867, existem informações para se entender as forças e recursos mobilizados naquele momento:

“(…) O primeiro passo da comissão foi chamar em seu auxílio o esforço de outros cidadãos prestantes, cujos nomes eram já laureados por outros atos de abnegação.

Foram distribuídas 42 cartas de convite para uma nova reunião no dia 27 (...) e dela nasceu a – comissão central – composta de 35 cidadãos, que tomarão a seu cargo promover a subscrição na Corte e província do Rio de Janeiro, ficando a comissão da praça a obrigação de invocar a generosidade pública, em todas as outras províncias do Império.

Neste intuito deliberou a comissão solicitar o apoio da imprensa, o mais poderoso elemento da civilização, dirigindo para esse fim uma circular a todos os periódicos de que teve conhecimento, publicados no Império.

No mesmo sentido, oficiou a comissão à 434 câmaras municipais, a todos os juizes de direito, aos presidentes de todas as províncias, às praças e associações comerciais, aos representantes do Brasil na Europa, ainda à muitos cidadãos que, não pertencendo a alguma dessas classes, podiam com os seus donativos, com sua influência, com os seus conselhos, com o seu apoio de qualquer gênero, coadjuvar a comissão da praça.

⁷⁴² Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-1-48 (Guerra do Paraguay).

⁷⁴³ Esses recibos estão arquivados no códice 44-1-48 (Guerra do Paraguay).

Cumpra-se notar que nunca uma causa pública despertara no Brasil tão súbito número de simpatias!

Criaram-se espontaneamente comissões parciais, com o fim de promoverem a subscrição. Deram-se espetáculos públicos, promovidos pelos nobres ornamentos do belo sexo desta Corte, objetos preparados, ou oferecidos para este fim, por pessoas igualmente devotadas à causa do país, e que serviam de pretexto a generosidade de muitos cavalheiros, que, a título de pagamento, depositavam nos cofres avultadas quantias”.⁷⁴⁴

A comissão, ainda que detivesse uma função, interpretada com simpatia e digna de contribuições de vários lugares e pessoas, não escapou às críticas quanto aos seus trabalhos, porque muitas vezes designou, como um gesto atribulário, os membros de comissões eleitas rapidamente. Nos jornais foram localizadas, e fazem pensar sobre os abusos cometidos naquele momento, ocultos por discursos patrióticos e assistencialistas, que não ficaram restritos à ereção do AIP:

“Asilo dos Inválidos da Pátria – Como é que o governo consente que as comissões que agenciam donativos para essa instituição sejam compostas de autoridades, sem dúvida, para que todos concorram, quer possam, quer não, e além deste escândalo, quando não encontraram as pessoas a quem procuraram, deixam dito a quantia que querem receber, não sendo nada menos de 50\$; nem que esses senhores estejam ao fato das circunstâncias de cada uma pessoa, a quem se dirigem.

Muitos que não gostam de abusos.”⁷⁴⁵

As outras comissões, localizadas em freguesias ou outros municípios foram criadas sem consulta prévia. Parece-me que eram eleitos simplesmente por serem personalidades destacadas na região. Muitos, provavelmente foram surpreendidos com suas nomeações publicadas nos jornais, quando não a receberam, com surpresa, pelas visitas inesperadas de outros que gostariam de contribuir para a construção do AIP, e que, por consequência, eram, sem querer, portadores das notícias das suas nomeações.

Sobre a campanha de arrecadação, há informações de que até mesmo dinheiro do exterior foi remetido, fruto igualmente de atividades de brasileiros em países da Europa. No livro do capelão Honorato,⁷⁴⁶ existem as tabelas com valores provenientes do exterior, como de outras províncias e particulares. Seu trabalho foi utilizado nos posteriores processos judiciais entre o exército e ACRJ, por trazer nomes e quantias das principais contribuições em favor da SAIP, servindo de prova aos defensores do asilo que o apontavam como produto de subscrição pública e nacional. O curioso é que o livro, nas cópias do processo promovido décadas após a guerra, encerradas no AHEx,

⁷⁴⁴ *Jornal do Commercio*, 24 de janeiro de 1867.

⁷⁴⁵ *Jornal do Commercio*, 07 de abril de 1865.

⁷⁴⁶ Manoel da Costa Honorato. *op. cit.*, (anexos)

foi apontado como uma prova sem valor, um trabalho sem merecimento de crédito pelas interpretações dos gongóricos advogados da ACRJ. Apesar de Honorato prestigiar, logo nas suas primeiras páginas, os comerciantes fluminenses e sua bela iniciativa, seu trabalho foi estrategicamente colocado em dúvida, porque, por trazer as listas com nomes de pessoas e instituições que fizeram contribuições à comissão, provava, (ainda em 1869, ano da sua publicação, e portanto, longe das posteriores pendengas), a contragosto da ACRJ, naquele momento com outras intenções, que a subscrição era eminentemente pública e não apenas restrita às contribuições, se existiram, dos comerciantes.

Se a guerra mobilizou todo o império envolvendo pessoas dos recantos mais longínquos, sejam eles homens livres, ex-escravos e escravos, as subscrições públicas foram ações comuns em todo o país, sendo os seus objetivos variados, podendo ser para a aquisição de fardas, bandeiras, fios para curativos, que eram utilizados em vários feridos; novos voluntários, libertos, armamentos, ou prêmios em homenagem a militares vistos como responsáveis por determinadas vitórias. Mereciam uma pesquisa detalhada as comissões e subscrições. É uma rica possibilidade, e poucas vezes suscitada, talvez porque demande anos de estudo e identificação de seus promotores. É sabida, como aqui desenvolvo, a promoção de bazares, organizados por mulheres, para arrecadação de fundos para o AIP:

“Noticiário

Bazar de Caridade – É hoje o último dia da piedosa feira em favor do Asilo dos Inválidos da Pátria.

Das 5 horas da tarde às 10 da noite estarão abertos os salões da escola central.

As espórtulas serão recebidas à entrada pela voluntária Jovita Alves Feitosa, sargento do batalhão de voluntários do Piauí.

Servirá ao menos assim a curiosidade que desperta essa heróica moça, para um fim útil e generoso.

A iluminação será feita por luz solar que faz aparecer as cores durante a noite tão brilhantes como se ferisse os objetos a luz do sol.

Mais uma vez faremos apelo à generosidade, aos brios de todas as classes de nossa sociedade, e sobretudo da classe rica, a quem nestas festas deve caber direito o primeiro lugar.

A esmola, o donativo não podem revestir forma mais amena, mais delicada, que mais facilite a contribuição de todas as bolsas, ainda as mais modestas, e ninguém, dos que podem se deve eximir de concorrer para a fundação de um estabelecimento que honra uma nação inteira.

Todos, nacionais e estrangeiros, tem interesse na glória e nos créditos do país que habitam, onde a hospitalidade é franca e a existência pacífica e segura.

As distintas damas que empreenderem o caridoso bazar, também devem esperar que a amabilidade das numerosas pessoas de sua amizade corresponda a generosa idéia que as dirigiu.

Estamos convencidos que hoje o concurso será numerosíssimo e o produto da venda dos mais fartos.”⁷⁴⁷

O evento, segundo o jornal, contou com a colaboração da então famosa Jovita Feitosa, mulher que, como voluntária, quis participar da guerra. O articulista, não conseguiu disfarçar o seu preconceito em relação à ela, quando acreditava que sua presença no evento, seria *para um fim útil e generoso*.

Mas, diante da campanha nacional, e a propaganda que o asilo demandava, até no carnaval ele não foi esquecido, sendo que alguns tenham se aproveitado da festa para auxiliar na coleta de fundos:

“Noticiário

Asilo dos Inválidos da Pátria – Continuamos a publicar o resultado da subscrição promovida em favor deste estabelecimento:

(...)

Recebido do máscara “Voluntário da Pátria” metade da colheita que fez nos dias de carnaval 4!\$300.

Idem da Sociedade Euterpe Comercial metade da colheita que fizeram os “Tenentes do diabo” nos dias de carnaval 506\$320

(...)”⁷⁴⁸

Fotógrafos estabelecidos na Corte, propagaram suas filantrópicas e honestas intenções:

“Em benefício do projetado asilo dos Inválidos da Pátria.

O fotógrafo modesto (Rua do sabão n. 123, sobrado) ofereceu a comissão da Praça do Comércio, que agencia a subscrição para o projetado asilo, e foi por ela aceito, todo o lucro líquido que tiver no seu estabelecimento em todo o presente mês de Abril.

Participa, portanto, a todas as pessoas que desejaram concorrer sem sacrificio algum para tão patriótico como humanitário fim que se acha em seu estabelecimento todos os dias, desde as 10 ½ horas da manhã às 2 ½ horas da tarde.

Há um livro que todas as pessoas que tirem seu retrato, terão a bondade de se inscrever, declarando a quantia que subscvem, a qual será entregue a mesma comissão, assim como um álbum contendo os retratos das mesmas pessoas”.⁷⁴⁹

Outros comerciantes, com comércio de plantas, do mesmo modo contribuíram para a proposta de construção do estabelecimento:

“Aviso Grande Leilão de Plantas no dia 15 de Agosto – dia desocupado – às 9 horas da manhã. B.T. Borges fará leilão, no dia 15 de Agosto próximo futuro, no estabelecimento

⁷⁴⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, número 222, de 14 de setembro de 1865.

⁷⁴⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, número 105, de 30 de abril de 1867.

⁷⁴⁹ *Jornal do Commercio*, 02 de abril de 1865.

hortícola fluminense em Mataporcos (estação da estrada de ferro da Tijuca), na propriedade do Sr. Antonio Machado Coelho de Castro, de uma grande porção de plantas frutíferas e ornamentais, que serão especificadas no catálogo que distribuir-se-há no dia do leilão.

N.B. Do produto deste leilão serão tirados 10% para o Asilo dos Inválidos da Pátria.”⁷⁵⁰

Festivos passeios de barco pela Baía da Guanabara, em direção à ilha de Paquetá igualmente foram promovidos, visando o mesmo objetivo:

“Grande Passeio Marítimo Em Benefício dos Inválidos da Pátria. No Domingo 10 do corrente, às 3 horas da tarde.

Largarão do cais de Marinhas, no domingo 10 do corrente, às 3 horas em ponto, duas lindas barcas, todas embandeiradas, em passeio à pitoresca ilha de Paquetá, levando a seu bordo uma distinta sociedade de música particular, que generosamente se presta ao fim caridosos para que é destinado este benefício.

(...)

O abaixo assinado, promovendo este benefício para os infelizes inválidos da pátria, pede a proteção das almas benfazejas, fazendo entrega ao Illm. Sr. tesoureiro do Asilo dos Inválidos do produto deste benefício logo depois de realizado, o que fará público.”⁷⁵¹

Alguns concertos e bailes musicais, sendo o mais famoso promovido por Gottschalk:

“Publicações a pedido

Em Benefício ao Asilo dos Inválidos da Pátria.

Consta-nos que os distintos professores Srs. Achilles Arnaud e João Tronconi estão combinados para dar um concerto musical em benefício do Asilo dos Inválidos da Pátria, no qual os mais belos talentos musicais da Corte se prestarão para abrilhantar esta festa toda nacional.

A lembrança é das mais generosas, e será por certo coroada do mais feliz resultado, atenta a distinção e talento dos discípulos dos ditos professores que formarão o elemento exclusive do programa deste concerto, e o fim altamente nobre que eles tem em vista.

Quando ao mérito artístico o mais reconhecido associa-se à caridade, que é o verdadeiro patriotismo, porque estende-se a toda a humanidade, então o mérito sublima-se até a divindade, da qual é a mais pura, a mais evidente emanção.

Bravos! Sr. Arnaud e Tronconi! O país que há tantos anos reconhece o vosso talento, saberá apreciar devidamente vosso nobre e generoso coração.

Um Brasileiro.”⁷⁵²

“Inválidos da Pátria

O tesoureiro da sociedade os Inimitáveis roga aos senhores que aceitaram o convite para o baile que se deu no Club Fluminense em 22 de Fevereiro do corrente ano, em benefício do asilo dos inválidos da pátria, de mandarem suas espertolas fechadas num envelope com seus nomes, à rua do sabão, n 331, 1º andar – O tesoureiro, Piacentini.”⁷⁵³

⁷⁵⁰ *Jornal do Commercio*, 30 de julho de 1865.

⁷⁵¹ *Jornal do Commercio*, 09 de março de 1867.

⁷⁵² *Jornal do Commercio*, 10 de novembro de 1867.

⁷⁵³ *Jornal do Commercio*, 24 de maio de 1868.

Até uma tradução de *Fausto*, feita por um português, foi utilizada para a arrecadação:

“Asilo dos Inválidos da Pátria

Goethe

Tendo o Exmo. Sr. Agostinho de Ornelas, deputado às câmaras portuguesas, oferecido ao asilo de inválidos um certo número de exemplares da sua tradução do Fausto de Goethe, e tendo esses livros chegado pelo último vapor, a diretoria participa às pessoas que desejarem possuir essa obra, que a encontrarão no escritório do secretariado da praça do comércio. Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 1868 – Pelo Sr. Presidente, Carlos João Kunhardt, secretário da praça do comércio.”⁷⁵⁴

Segundo José Murilo de Carvalho,⁷⁵⁵ Louis Moreau Gottschalk chegou ao Brasil em maio de 1869, e, em busca de oportunidades, não perdeu a chance de explorar o *entusiasmo cívico do final da guerra contra o Paraguai*. Como era um pianista relativamente famoso, teve ampla e favorável cobertura na imprensa da Corte, e seus concertos foram contemplados com a presença da família imperial. Conforme obtinha sucesso, suas apresentações se tornaram, gradativamente, maiores, exigindo mais recursos. Ele se caracterizou pela execução das *Suas Variações sobre o Hino Nacional*, e, após decidido apoio do monarca, conseguiu executar um *concerto-monstro*, reunindo *650 músicos. Só da Guarda Nacional havia nove bandas, acrescidas de quatro da Marinha e duas do Exército, além de várias orquestras particulares*. O tão esperado concerto ocorreu no dia *24 de novembro*, sendo que até *canhões troaram nos bastidores*. Entre as suas apresentações, Gottschalk chegou a fazer doações para a construção do AIP, e quando faleceu, em 18 de dezembro, mereceu de uma publicação ilustrada da Corte, uma ilustração com um *inválido da pátria* lhe homenageando, e lamentando a sua morte. Observando essa representação do inválido, fica claro que foi “leve”, sugerindo a idéia de que aquele homem, por uma mera questão de tempo, se recuperaria de seus ferimentos. Imagem contrária às outras, igualmente publicadas nos periódicos, e principalmente às descrições dos cirurgiões veteranos (**Figura 23**).

A “febre” de comissões que eram propostas e executadas durante o início da guerra pode ser percebida no seguinte documento, esquivo, por ter a do AIP como prioritária, e talvez um outro fardo, cívico, a ser carregado:

⁷⁵⁴ *Jornal do Commercio*, 09 de novembro de 1868.

⁷⁵⁵ José Murilo de Carvalho. “Gottschalk: glória e morte de um pianista no Rio” In *Pontos e Bordados. Escritos de História e Política*. Editora UFMG. Belo Horizonte, 1999. (páginas 396 a 399).

“Ilmo. Snr.

Tive a honra de receber o ofício que a Ilma. Câmara Municipal desta cidade se dignou dirigir-me em data de 3 do corrente comunicando-me que fora nomeado para membro da comissão encarregada de agenciar os donativos com que os moradores da Freguesia de Sta. Ana, concorressem para o brinde que tem de ser oferecido ao Exmo. Sr. Visconde de Tamandaré em sinal de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados por S. Exa. Como chefe das nossas forças navais nas águas do Prata.

Louvando tão patriótica idéia sinto não poder encarregar-me desta honrosa comissão por já achar-me encarregado de outra idêntica e na mesma Freguesia, qual é a de agenciar a subscrição para o Asilo dos Inválidos da Pátria, cujo desempenho embaraça-me de promover outra ao mesmo tempo.

Apresentando, pois, a minha isenção peço a S. Ex que se digne leva-la ao conhecimento da Ilustríssima Câmara Municipal assim como os protestos do meu reconhecimento pela honra com que se dignaram distinguir-me.

Em 28 de abril de 1865.

Ilustríssimo Dr. João Baptista dos Santos, presidente da Câmara Municipal da Corte

Jerônimo José Teixeira.”⁷⁵⁶

Até mesmo uma comunidade de portugueses prestou o seu auxílio à subscrição, o que motivou um agradecimento do ministro da justiça ao presidente de província do Rio de Janeiro.⁷⁵⁷

Os inválidos deveriam retornar para suas províncias causando impacto entre a população. A chegada, além de causar preocupação com seu destino, fazia com que as pessoas se sensibilizassem com a situação peculiar e difícil desses homens e suas famílias, quando as tinham, dando oportunidade para que muitos contribuíssem com qualquer quantia à SAIP, por intermédio de inúmeras comissões que foram nomeadas em várias capitais e municípios e que se prontificavam a arrecadar e a remeter as quantias depositadas à SAIP, no Rio de Janeiro.

Sobre o destino de todos os recursos da sociedade, da administração do capital em forma de apólices e os posteriores processos judiciais entre o ministério da guerra e a ACRJ, por falta de documentação se transforma em um intrincado problema, complexo e infelizmente obscuro, porque não possuo muitos documentos sobre o caso; porém, acredito que o que tenho é satisfatório para problematizar o assunto e direcionar a discussão, pelo menos nos anos da guerra, e nos posteriores. Durante a investigação em arquivos, acabei me deparando com uma estranha proposta de dissolução do asilo ainda no século XIX, em pleno império, mas em um ano significativo, por parte de

⁷⁵⁶ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-1-47. (Guerra do Paraguay).

⁷⁵⁷ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. (coleção 8/dossiê 68/caixa 24/1868), maço 14, presidente de província.

personalidades importantes da sociedade e do governo, e a troca de observações feitas por eles, sobre o assunto, o que certamente não é algo desprezível. De fato havia interesse em dissolver o AIP. Defendo a idéia de que só com o fim do asilo, a extinção da SAIP poderia ser aceita sem resistência, já que não haveria mais nenhum asilado dependendo diretamente do AIP; mas apenas recebendo seus parcos soldos em sua terra natal, isto é, os que recebiam, pois no final do presente trabalho se poderá observar que um veterano, na década de 20, isto após 50 anos do fim da guerra, nada auferiu, mesmo após portar, nominalmente, sua reforma durante os anos do conflito.

É necessário registrar que o arquivo da ACRJ certamente possui documentação muito mais esclarecedora, fruto de décadas administrando os fundos e apólices da antiga SAIP; só que o acesso ao arquivo é um outro problema. Da minha única tentativa de consultá-lo, em 2003, fui informado que estava muito desorganizado, não sendo permitidas pesquisas nas atuais condições. Tenho em mente que a questão da dissolução da SAIP e sua fusão com a ACRJ reside em um velho problema que enfrentamos em nosso país; a confusão entre o que é público e o que é privado. Os atuais dirigentes e colaboradores da associação sabem muito bem o que estão fazendo, quando não franqueiam acesso aos seus arquivos. A ACRJ possui uma excelente documentação, pois nos anos em que os processos correram, seus advogados apresentaram em júri, diversos recibos de parcas quantias oferecidas a inválidos e para viúvas de veteranos - uma espécie de compensação - e bom argumento a seu favor, nos processos, quando acenavam, naquele momento, que estavam prestando auxílio com algum pecúlio, isto segundo o que previam os originais e antigos estatutos da SAIP. Alguns destes beneficiários da “caridade” dos comerciantes foram utilizados também nos processos, e é claro que para defender a associação, provavelmente para não perderem uma fonte a mais de renda, que, se não era expressiva, pelo menos lhes garantia algum conforto.

Numa conversa informal com um militar de alta patente do exército brasileiro, tive algumas referências de que o colégio militar do Rio de Janeiro ainda possui pendências, “adormecidas” com a ACRJ e, além do mais, informou-me que o assunto entre o exército e ACRJ não interessa a mais ninguém, já que as coisas estão acomodadas há décadas, e ficar levantando novas questões pode prejudicar as atuais e saudáveis relações entre os militares e comerciantes. A isto acrescento, a questão de patrocínio que eventualmente os últimos promovem, principalmente sobre empreendimentos culturais. Uma outra razão, que não foi apontada pelo militar, mais oculta e constrangedora, mormente para o exército, é de que quando se estuda a SAIP,

invariavelmente aparece o nome do Visconde de Tocantins, que foi militar, e o irmão mais novo de Caxias e um dos mais destacados e atuantes membros na história da atualmente denominada ACRJ (foi a mais longa presidência, em toda a história da associação de comerciantes). Aliás, foi em sua gestão que a Praça do Comércio recebeu o novo nome, que até hoje traz. Levar à tona este homem, responsável pela formação das primitivas comissões arrecadadoras, a criação da SAIP, inclusive foi em sua presidência que a fusão irregular da SAIP foi consolidada, pode acarretar problemas ao irmão, inatacável abertamente, até hoje, dentro das fileiras militares (**Figura 24**).

Acredito que no momento da guerra, os comerciantes fluminenses aproveitaram a situação para tentarem resolver o problema que os veteranos representavam, justamente sobre aqueles que não pudessem se sustentar e que ficariam ociosos. O que quero dizer é que era unir o útil ao agradável. Significou para os comerciantes a utilidade de arrecadar muito capital, produto de uma subscrição pública legitimada pela guerra e posteriormente valer-se da alta quantia recebida, transformando-a em apólices que geraram juros desfrutados por décadas, possivelmente pela associação comercial, que ainda que não desfrutasse do benefício, permaneceu como depositária da quantia total das arrecadações. Mas, além de se apropriarem do dinheiro, por consequência, com a intenção da construção do AIP, afinal, alegaram isso em todo o momento para legitimar a existência e as atividades da comissão de arrecadação, os comerciantes defenderam, indiretamente, a idéia de tirar de circulação das ruas homens que poderiam causar problemas, como de fato aconteceu em Niterói quando instalados em um asilo provisório, ou mesmo na Corte, conforme trabalhei no texto.

Sempre com isso em mente, fui investigar no que me era possível, isto é, nos jornais, a campanha de arrecadação de fundos, em forma de subscrição pública, promovida pela comissão em várias localidades do império. Foram publicadas no *Jornal do Commercio*, por diversas vezes, regularmente, durante a guerra, as listas com as comissões paroquiais, as quantias arrecadadas através dos anos que elas atuaram e com os nomes de seus integrantes.

No início da guerra, alguns artigos publicados no *Jornal do Commercio* chamaram-me a atenção. Em março de 1865, foi publicado este:

“Asilo dos Inválidos da Pátria – A idéia de criação de um asilo, para aqueles que deram ao serviço militar do Brasil os mais belos anos de sua vida, suas forças, sua saúde e parte de seu sangue, não é nova entre nós: mas nem por isto são menos dignos de gratidão desses infelizes o Sr. Dr. Thomaz Alves Junior, que aventuro-a no seio da filantrópica

corporação do comércio do Rio de Janeiro, e os generosos estrangeiros e nacionais que recorreram para realização dela.

Sabemos que o pensamento de tal criação vinha instintivamente ao espírito de quantos visitam o mesquinho asilo até agora concedido, na fortaleza de São João, aos mutilados e inválidos de nosso exército, que não preferiram mendigar.

Esse pensamento era de há muito ruminado por um general filósofo, que acaba de ter assento nos conselhos da Coroa, o Exm. Sr. Beurapaire Rohan, e se é provável que S. Ex. não o levaria a efeito com a magnificência, que lhe darão os protetores do projeto do monumento da gratidão à bravura, quase podemos assegurar que a passagem de S. Ex. pelo poder deixaria ao exército o testemunho de sua solicitude, por seus irmãos das armas em uma obra de tão sentida necessidade, se lhes não embargassem o passo os trambolhos de nossa administração.

A prova de nossa confiança está em ter S. Ex. iniciado a realização de seus desejos com a escolha de sítio, a nosso ver o mais feliz para o assento de tal estabelecimento.

Percorrendo as fortificações do litoral da Corte, quando presidia a comissão de melhoramentos do material do exército, e chegando as existentes em abandono na fazenda de Copacabana, compreendeu S. Ex. de quanta utilidade seria ao Estado a aquisição dessa fazenda pelas vantagens oferecidas por sua situação estratégica, salubre e pitoresca, e por outras que dela auferiria o serviço público.

Viu nela o infeliz sítio para um asilo de inválidos, porquanto, ao mesmo tempo em que estes arredados do centro da população, e conseqüentemente do foco de vícios, poderiam ainda ser úteis a si e a essa população, tornando-se produtores pela pesca e pela pequena cultura em vez de meros consumidores, constituirão a guarnição daquelas fortificações em tempo de paz externa, e impedirão o contrabando e a fuga de grandes criminosos, tantas vezes praticados naquelas formosas praias.

Ainda outra vantagem viu S. Ex. nessa fazenda a criação de um pasto artificial para refocilamento da fatigada cavalaria da guarnição da Corte, atualmente obrigada a procurá-lo a mais de uma dezena de léguas!

Quando ministro, cuidou logo S. Ex. da satisfação de seu pensamento, e achando no proprietário dessa fazenda, o Sr. Francisco José Fialho, disposição para cede-la ao Estado por preço razoável, quis ouvir a sobredita comissão de melhoramentos enviando-lhe a proposta deste senhor.

Não desconhecemos que nossos hábitos de concentração farão parecer mui fora da cidade aquela localidade para Asilo de inválidos da pátria; nós, porém, consideramo-la apropriadíssima pelas razões de conveniência pública supramencionadas.

E senão, respondam nossos contraditores: o que pretendeis que faça o militar inválido que alojardes no centro da cidade? Com que ocupará seus lazes? Não receais que a ociosidade, mãe dos vícios, o leve a taberna, se lupanar, às casas de jogos mais multiplicadas na Corte do que cogumelos em pão podre? Dentre um cento destes homens não colhereis meia dúzia habilitados em ofícios mecânicos de cujos trabalhos fruem alguns vinténs.

Ponde-os, porém, fora do freqüente contato da população, na Copacabana ou em sítio equivalente, e vereis que esse ócio aqui tão funesto, será convertido em serviço produtivo. As praças daquela fazenda lhes oferecerão abundante pesca; suas terras são ainda famosas pela abundância de ananases e de muitos outros frutos com que abasteciam a cidade, quando eram cultivadas. Atualmente reside em suas imediações uma família, que colhe anualmente de sua pequena plantação de abacaxis cerca de 4:000\$000!

Não será, portanto, dupla filantropia o dar-se ao inválido da pátria asilo salubre e condições de produzir em seu proveito e de todos nós, em vez de o encerrarmos em um palácio, onde nada de bom poderá fazer?

Deixamos ao ilustrado critério dos diretores da obra projetada a solução deste problema: ambicionamos somente vê-los preencher os fins que têm me vistas com sua patriótica empresa.

A *fazenda de Copacabana*, naquele momento, era um lugar isolado da Corte, e não foi a única vez que a região, ou suas proximidades, pelas suas características, de isolamento, foram especuladas para receberem o asilo, conforme já foi visto. Quando o articulista assume que os *hábitos de concentração* fariam *parecer mui fora da cidade aquela localidade*, isso é explícito. Copacabana era uma *estratégica, salubre e pitoresca* localidade. Mas, e mais importante para o trabalho, é a interpretação de que a Corte, com sua população, eram *focos de vícios*, que acarretariam o *ócio tão funesto*, a improdutividade em que ficariam os inválidos sujeitos quando lá estabelecidos. O autor do artigo se esforçou em retratar a Corte como um lugar que proporcionaria *ociosidade - a mãe dos vícios* aos inválidos - que sem *lazer*es, procurariam *a taverna* e as *casas de jogos, mais multiplicadas na Corte do que cogumelos em pão podre*. Um asilo de inválidos na quase erma e longínqua Copacabana, além de possibilitar o arredamento estratégico destes *focos de vícios*, poderia do mesmo modo contribuir para com o *serviço produtivo* que os inválidos poderiam saudavelmente prestar. Eles se tornariam *produtores da pesca, da abundante pesca e da pequena cultura*, e com a sua presença atuante, e não como *meros consumidores*, mas sim como constituintes da *guarnição daquelas fortificações em tempo de paz*, que impediriam o *contrabando* e a fuga de *grandes criminosos* (escravos fugitivos?). Os inválidos foram retratados também como completamente desqualificados diante do trabalho, já que, *dentre um cento* daqueles *homens não se encontrariam meia dúzia habilitados em ofícios mecânicos de cujos trabalhos pudessem fruir alguns vinténs*.

O que está por detrás do artigo do *Jornal do Commercio*, tradicional órgão de comunicação utilizado pelos comerciantes em pleno início da guerra, quando não há a mínima idéia de quanto tempo a campanha perduraria, ou, para ser mais objetivo, ainda não se sabia onde a sede do AIP seria construída? Quem o escreveu desejava o quê? Seria algum dos comerciantes da Praça do Comércio, que freqüentemente definiam-se como uma classe de grandes iniciativas, do trabalho, em detrimento do omissso Estado? Talvez, como a venda daquelas isoladas terras fosse executada por um preço módico, seria vantajoso instalar os inválidos por lá; mas, quando se demonstra preocupação com o provável ócio dos inválidos, não se está igualmente apreensivo com o iminente problema se eles estivessem nos *focos dos vícios*? Eles não se somariam,

⁷⁵⁸ *Jornal do Commercio*, 27 de março de 1865.

inconvenientemente, na Corte, ao grande número de pessoas que formavam as *classes perigosas*?

Não se deve perder de vista que o artigo foi publicado no início da guerra, quando a campanha para arrecadação de fundos para a construção do AIP estava se iniciando; portanto, com poucas quantias recebidas em caixa. Porém, quase dois anos depois, ainda no *Jornal do Commercio*, em um anexo do relatório da *comissão da praça do comércio do Rio de Janeiro*, para a fundação do AIP, e a comemorada nomeação de José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, para a presidência e administração do fundo da SAIP, foi publicado:

“Indo ao paço imperial agradecer tão lisonjeira prova de consideração, coube-me ainda a honra de conferenciar com Sua Majestade sobre este assunto, e não há inconveniência em transmitir-nos a respeitável opinião do Imperador, manifestada com judiciosas reflexões. É fácil calcular que a importância da subscrição, embora avultada em relação às circunstâncias do país, é insuficiente para a edificação de uma casa já construída e em condições de ser adotada para tal fim, e essa só podia ser encontrada entre os conventos. Felizmente, por deliberação do governo, foi escolhido, e é ofertado para a instituição, o convento de Santo Antônio, na Ilha do Bom Jesus, que aquela ordem cedera ao Estado para ser aproveitado como estabelecimento de caridade. Este convento, pelas comodidades que oferece, pelas suas condições higiênicas, e por outros motivos plausíveis, é considerado preferível a qualquer outro prédio que se pudesse obter. Assim daremos impulso a um estabelecimento que, no futuro, honrará o Brasil, patenteando à posteridade os nomes de todos aqueles que lhe fundarão os alicerces”.⁷⁵⁹

Já não se estava mais cogitando a construção de um novo asilo, como no artigo publicado em março de 1865. Considerava-se a ocupação de um convento, de propriedade do Estado, e por conseqüência, a conveniência - obviamente, não explícita - de não ser preciso gastar com nenhuma nova construção de grande monta, e, naquele momento, até com a aquisição do terreno, algo que foi feito entre 1872 ou 1874. No máximo, como aconteceu no ano de 1867, no antigo convento, o prédio sofreria uma reforma e algumas ampliações que podem ser constatadas em rápidas notícias encontradas nos jornais, como nos relatórios anuais do ministro da guerra à assembléia de deputados, principalmente em sua parte sobre *obras militares* executadas, e nos próprios documentos da diretoria sob responsabilidade de Carneiro Leão. Pelo menos essa era a intenção.

É óbvio o cinismo de Tocantins, porque nos bilhetes, ainda quando o asilo estava sendo construído na ilha, o imperador chamou a atenção de seu ministro para a

⁷⁵⁹ *Jornal do Commercio*, 24 de janeiro de 1867.

necessária ajuda da ACRJ, que não havia auxiliado em nada, apenas arrecando o dinheiro, da subscrição, e colocando-o em seu cofre. Em uma outra gravura, publicada em 1869, fica assinalado, pelo obeso *fornecedor da guerra*, que muitos ganhavam com a guerra, apesar dela produzir, por sua própria dinâmica, uma ampla demanda social, como os *inválidos da pátria* (**Figura 25**).

A comissão mencionou que as *condições higiênicas e outros motivos plausíveis* seriam motivos, ou vantagens para se estabelecer o AIP na ilha. Sobre as condições higiênicas, corriqueiramente alegava-se que a ilha era atingida pelos raios do sol quase que o dia inteiro, além de receber brisas e que as águas pluviais escorressem direto para a baía. Não se pode perder de vista a dimensão sanitária, essencial naquele momento, mas, fica a dúvida quanto aos *outros motivos plausíveis*. Seria o isolamento do resto da cidade? Afinal, o local escolhido era uma ilha, com um convento que lá estava estabelecido desde o século XVIII. E, também não seria interessante fixar o AIP lá, com poucos gastos, pois, se fosse construído um novo edifício, mais dinheiro seria consumido na obra? Talvez, o que o se queria dizer, ou ocultamente intentar, é que o dinheiro da arrecadação seria preservado em quase toda a sua integridade, ou no máximo, serem empregados os juros produzidos pelas apólices oriundas do capital arrecadado ainda naqueles anos da guerra? Pelo menos acredito que essa era a postura dos filantrópicos membros da Praça do Comércio do Rio de Janeiro, liberais arrojadados, muito eficientes, que capitanearam uma grande comissão em prol dos necessitados.

Ficaria, então, uma dúvida, tendo em conta os gastos feitos com a construção do AIP no Bom Jesus, e aqui já explorado. Sabe-se, pelos documentos da *Diretoria Geral das Obras Militares da Corte*, órgão sob responsabilidade de Antônio Carneiro Leão, que os gastos foram enormes, principalmente com a construção dos “revolucionários” canos submarinos, que ligavam o morro do Barro Vermelho à Ilha do Bom Jesus, para ser mais exato, o seu reservatório de água, posicionado em sua parte mais elevada, bem como os prédios da administração, as reformas no antigo convento e da igreja, entre outras melhorias que parte da ilha teve que passar, para receber com certa conveniência, os inválidos. Entretanto, segundo observações feitas nos relatórios do ministério da guerra, quem arcou com aquelas despesas foi o próprio Estado, tanto que Paranaguá, então ministro, reparou em 1868, no relatório referente a exercício de 1867, ano em que o AIP estava sendo construído:

“Asilo de Inválidos da Pátria – Estão prestes a concluir-se as obras importantes que mandei fazer na ilha do Bom Jesus para o estabelecimento do asilo de inválidos, e por este motivo o seu pessoal continua no aquartelamento provisório da Ponta da Armação, onde são tratados com desvelo, e verdadeira caridade os que pela pátria se invalidaram nos combates. Atualmente o seu número é de 32 oficiais e 1.163 praças. Continua-se a colher todas as vantagens da piedosa administração e dedicado serviço das irmãs de São Vicente de Paula.

O governo tem aplicado séria atenção na construção do edificio em que encontrarão abrigo os militares que, na desafronta das ofensas feitas à honra nacional que, expuseram sua vida em ações de guerra, e nela se inutilizaram. As obras prosseguem com atividade, e conto em breve poder remover os inválidos para o edificio do Bom Jesus. Este estabelecimento, se não corresponder aos nossos desejos pelo apreço em que temos os serviços daqueles a quem é destinado, ao menos proporcionará uma morada espaçosa, com todas as comodidades e decência, sendo ao mesmo tempo observadas as regras de higiene, e do melhor tratamento dos enfermos.

Sendo de reconhecida necessidade a desapropriação da referida ilha, mandei pela repartição das obras militares, levantar a respectiva planta para se ter conhecimento exato de toda a extensão, e da parte ocupada por moradores e rendeiros, e tratar-se depois de desapropriá-las.

Com exatidão se concluirão os trabalhos topográficos pelos quais já ficou reconhecido haver na ilha 32 moradores.

Como vos disse no meu relatório do ano passado, existe um projeto apresentado pela associação dos distintos membros da praça do comércio desta Corte para idêntico objeto, e muitos donativos têm sido arrecadados dos nossos concidadãos e de vários estrangeiros generosos, que não duvidaram concorrer para um fim tão patriótico quanto humanitário. O governo imperial, apreciando tão nobres sentimentos, está disposto a coadjuvar aquela associação com os meios a seu alcance, e quando for necessário, recorrerá ao vosso patriotismo para auxiliar, em tão sagrado objeto, com as medidas que foram de vossa competência.”⁷⁶⁰

O relatório trouxe algumas informações importantes, como o número de 1.163 praças inválidos beneficiários do asilo provisório, mas neste documento, quero trabalhar com o último parágrafo, sobre a arrecadação promovida pelos comerciantes. Fica claro, segundo as observações do cauteloso Paranaguá, que o governo até ali, tinha arcado com todas as despesas, sozinho, tanto no alojamento provisório da Armação, quanto na ilha do Bom Jesus, e que, segundo o ministro, a altruísta associação seria chamada para auxiliar o governo em momento oportuno, já que os comerciantes tinham um *idêntico objeto*, inclusive aprovado pelo próprio imperador. Então, até 1867, pouco menos de um ano para a inauguração do AIP em julho de 1868, na ilha do Bom Jesus, apesar da campanha de subscrição já estar sendo executada e alardeada por mais de dois anos, a Praça do Comércio em nada havia auxiliado, ficando única depositária dos fundos. Entretanto, quando se lê os relatórios do ministro da guerra à assembléia legislativa, a situação vai ficando mais clara, e se forem cotejados com a documentação disponível,

⁷⁶⁰ BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatorio apresentado a Assembleia Geral na Segunda Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, João Lustoza da Cunha Paranaguá*. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1868.

como no bilhete em que o imperador observou que a associação poderia auxiliar, isto em setembro de 1869, bem explícita.

Nos relatórios dos anos de 1872, há a informação de que continuavam depositados, no *Tesouro*, os *avultados donativos subscritos para a fundação e custeio do estabelecimento*.⁷⁶¹ Já no ano seguinte, o relatório foi mais incisivo. Havia o problema de se adquirir toda a ilha para o asilo, por 30:000\$000, da qual se propôs a SAIP, mas que no entanto, *a propósito* daquela *associação*, ela seria comunicada que, apesar de ter *procurado sempre auxiliar a manutenção do Asilo*, parecia, *entretanto que, em vista da alta soma a que tinha atingido o seu fundo social, que elevava-se em 31 de Dezembro do último ano a 745:629\$680, fruto de subscrições nacionais e de valiosos donativos, e de destinar a sociedade exclusivamente à aqueles fins, como claramente indicava o seu título, poderia ela concorrer com quantia superior para o objeto a que se propôs o Governo*. Já era tempo de *começar a mesma sociedade a dar execução aos altos princípios de moral e caridade consignados no art. 1º dos seus estatutos, em virtude do qual lhe compete tomar o encargo de cuidar da educação dos filhos dos militares falecidos em campanha e de auxiliar a subsistência das viúvas, mães e filhas desses servidores da pátria que caírem em indigência*.⁷⁶²

É certo que se comparar o valor total da ilha, e da subscrição, fora o juros que eram anuais, ainda que a SAIP a adquirisse para o exército, como o fez, correspondia a apenas uma parte, bem pequena do total arrecadado. E o trecho, retirado do relatório, deixa transparecer uma certa animosidade, que se já existia entre o ministério e a ACRJ, acabou se explicitando através dos anos, e se ampliando conforme a associação se recusava, mesmo tendo arrecadado uma verdadeira fortuna, a auxiliar o asilo, ou até mesmo as viúvas, órfãos e mutilados de guerra, que foram as razões apresentadas para a justificação da subscrição promovida por ela, e pelos seus filantrópicos membros, como o Visconde de Tocantins.

Também não descarto uma interessante possibilidade de investigação sugerida pela leitura dos trabalhos de George Rosen,⁷⁶³ e suas observações sobre a quarentena e sua inconveniência econômica, notoriamente em regiões portuárias, portanto

⁷⁶¹ BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatorio apresentado a Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima-quinta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra João José de Oliveira Junqueira*. Typographia Universal de Laemmert. Rio de Janeiro, 1872 (páginas 71 e 72).

⁷⁶² BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatorio apresentado à Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, João José de Oliveira Junqueira*. Typographia Commercial. Rio de Janeiro, 1873. (páginas 32 e 33).

⁷⁶³ George Rosen. *Uma História da Saúde Pública*. Hucitec. Unesp. Abrasco. São Paulo, 1994. (páginas 215 e 216).

comerciais. É sabido que um regime de quarentena é prejudicial às relações comerciais. Uma cidade, como a do Rio de Janeiro, o principal porto do Império, com uma histórica⁷⁶⁴ e forte presença de comerciantes, seria prejudicada se qualquer tipo de isolamento, em grande escala, fosse colocado em prática. Certamente, o grande comércio, tanto de importação quanto de exportação seria prejudicado, e por consequência, as relações comerciais, e é lógico, os grandes lesados seriam os comerciantes fluminenses, ou os que possuíam negócios na praça.

Uma epidemia seria, certamente, catastrófica para o comércio. Além dos problemas oriundos e consequentes, como grande número de atacados pelos males, o receio de embarque e desembarque na cidade, via marítima ou terrestre.

Não se deve perder de vista, entretanto, que, fora a questão epidêmica, em 1864, ano que se inicia a guerra, há uma grande crise comercial no Rio de Janeiro.⁷⁶⁵ E que a subscrição pode ter servido de pretexto, ainda que remoto, mas não completamente descartado, para que os comerciantes estabelecidos na Corte arrecadassem grandes quantias, e as aplicassem em apólices, atenuando, assim, os prejuízos de que foram vítimas naquele sinistro ano.⁷⁶⁶

Mas, do mesmo modo é oportuno, nesta parte, apresentar rapidamente o competente trabalho de Walter Fraga Filho,⁷⁶⁷ que pesquisou sobre mendigos, desocupados e menores, todo um *grupo de indesejáveis*, alvo de políticas de controle que oscilavam entre *caridade, asilamento e criminalização*, ainda no século XIX na Bahia. Talvez, a subscrição, promovida em nível nacional, para a concretização do asilo, que acabou sendo construído por empenho pessoal do imperador, e com o dinheiro público, mas de dotação da *Diretoria Central de Obras Militares*, tenha feito escola por outras associações comerciais no império. Se desta vez o dinheiro veio dos comerciantes da Bahia, as intenções eram as mesmas dos seus congêneres fluminenses.

Em 1876, após inúmeras tentativas de controlar a circulação dos mendigos de Salvador, muitas delas idealizadas em décadas anteriores por médicos e comerciantes, foi inaugurado no dia 29 de julho de 1876, o Asilo de Mendicidade. Por incrível ou

⁷⁶⁴ João Luís Ribeiro Fragoso. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. (1790-1830)*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1998.

⁷⁶⁵ Sebastião Ferreira Soares. *Esboço ou Primeiros Traços da Crise Commercial da Cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*. Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro, 1865.

⁷⁶⁶ Pedro Antonio Ferreira Vianna. *A Crise Commercial do Rio de Janeiro em 1864*. B. L. Guarnier Editor. Rio de Janeiro, 1864.

⁷⁶⁷ Walter Fraga Filho. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX*. Hucitec/Edufba. São Paulo/Salvador, 1996.

estranho que pareça, no aniversário da princesa Isabel, e do AIP, que havia sido inaugurado oito anos antes. Fraga Filho, na sua descrição da inauguração do asilo baiano, parece remontar a inauguração do AIP em 1868 que está descrita no livro do capelão Honorato. Foi festividade concorrida, com a presença de personalidades ilustres da província, representada por militares, religiosos, grandes comerciantes e políticos. Tudo ao som das bandas militares que se apresentaram para animar a festa de tão almejado estabelecimento. O aparecimento de mais um asilo era visto como *mais uma vitória da civilização em terras baianas*. Entretanto, os que mais se sentiram aliviados com o asilo de mendigos, segundo Fraga Filho, foram os comerciantes da Associação Comercial da Bahia. Em uma reunião interna em 24 de janeiro de 1877,⁷⁶⁸ aqueles homens aprovaram o ato *civilizador* de se retirar das ruas e praças de Salvador o *espetáculo* constrangedor da movimentação dos mendigos na capital e que sem dúvida alguma causava contratempos aos seus negócios, e à higiene da capital.

Será que os comerciantes baianos aprenderam essas coisas com seus colegas fluminenses que formavam a antiga praça de comércio do Rio de Janeiro? Será que a existência do AIP, ainda na década de sessenta serviu de exemplo, dez anos depois, aos negociantes soteropolitanos na hora que precisaram retirar parte de um grupo de indesejáveis que estava simplesmente causando problemas nas ruas pela sua “nauseabunda” presença?!

Mas, retornando a guerra, deve-se compreender que o AIP, teoricamente, era orientado para receber os *inválidos da pátria*, e não somente os oriundos do exército. Deveria alojar, era essa a intenção, os que fossem feridos ou mutilados da marinha. A campanha, de subscrição pública era dirigida para a construção de um asilo de *inválidos da pátria*, isto é, era voltada ao benefício de todos os inválidos, independente das forças em que haviam servido, sido feridos ou enfermos. Para se entender isso, há a necessidade também de se estudar uma importante documentação do *Visconde de Santa Teresa* (Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão), membro da comissão da SAIP, promovida na freguesia da *Lagoa Rodrigues de Freitas*, e igualmente um dos membros de uma outra comissão, para realizar um estudo, durante e depois da guerra, que tinha como proposta inicial empreender a junção dos dois efetivos de inválidos, e que, depois de permanecer durante alguns anos inativa, em 1877, ressaltado, um significativo ano, descambou para uma estranha proposta de “liquidação” do asilo, e a remoção dos

⁷⁶⁸ *apud*. Walter Fraga Filho. *op. cit.*, (página 159).

inválidos remanescentes para suas províncias de origem, com todos os direitos pagos, e que teriam, ainda assim, segundo as observações dos defensores do fim do AIP, condições, teóricas obviamente, de sobrevivência.

Mas, para compreender melhor o conteúdo da documentação do Visconde de Santa Teresa, pelo menos sobre os asilos da marinha e do exército, há a necessidade de um recuo ainda maior no tempo. Sendo assim, volto à comissão da marinha que tinha como função, na década de 50, a escolha de uma localidade, a mais apropriada, para lá ser construído um *Asilo de Inválidos da Marinha*.

Francisco Antônio Raposo, personagem já observado na documentação sobre os inválidos e o AIP, era engenheiro e foi responsável, no final da década de 50, por um projeto, e orçamento, do asilo da marinha que havia sido estudado pela comissão que estava encarregada de encontrar um lugar adequado, entre os muitos que foram investigados, para recebê-lo. Sua documentação é extensa, e optei por trabalhá-la em apenas alguns de seus aspectos que considero valiosos, ou relevantes, como a importância do estudo de um projeto de um asilo, algo que não consegui localizar na documentação sobre a diretoria de obras militares, de Carneiro Leão, o que não deixa de ser mais uma pista que o AIP, do Bom Jesus, foi uma decisão pessoal do imperador, acompanhada pela rápida construção do asilo, sem muito planejamento, ou grandes estudos e respectivos registros arquitetônicos, sanitários e higiênicos. Tudo, parece-me, foi resolvido na improvisação, adaptação e comunicação e troca de idéias entre os principais envolvidos.

Em novembro de 1866, durante a guerra, e dois meses após o desastre de Curupaiti, Raposo remeteu a alguém, cujo nome não está explícito, um projeto descritivo e um orçamento do asilo que tinha sido estudado na década anterior. Em um bilhete, ele informou que, o que estava mandando estava *abaixo do que realmente deveria constar*, porque, na época em que esteve empenhado naquele serviço, apresentou um, *mais baixo, para não assustar o ministro de então que mostrava-se desejoso de levá-lo a efeito*.⁷⁶⁹

Os documentos, tanto os da comissão, do início da década de 50, como os de Raposo, pelo fato de fazerem parte de uma mesma coletânea de estudos, ficaram encerrados com, segundo Raposo, *Dr. Je_ Carlos de Carvalho*, que, parece-me, deveria

⁷⁶⁹ Arquivo Nacional. XM 676. Ministério da Marinha.

ter falecido, ou estava ausente, já que nos documentos constava: *em poder de cuja família se achavam os papéis.*

Nos escritos de 1858, Raposo informou que, no *projeto de um edificio*, havia delineado *acomodações amplas para todos os seus empregados, e para um pessoal de 208 inválidos pensionistas*. Ele concebeu o prédio dividido em duas partes, sendo que em uma *metade do edificio* estariam as *acomodações que pudessem servir para o Hospital da Marinha*, ficando a outra, para o asilo. Daí, entende-se a razão das observações de Joaquim José Ignácio, quando apresentou objeções em ter um hospital dividindo, com os seus enfermos, perigosamente, as suas instalações, com o asilo e os seus internos.

Entretanto, Raposo apresentou dois argumentos para haver o aproveitamento do espaço, pelos dois estabelecimentos. O primeiro, é que os envolvidos no estudo e avaliação deveriam pensar no futuro e o quanto poderia ser benéfico que o hospital da marinha - parece-me, que comumente apresentava problemas porque quase sempre ocupava um imóvel não condizente com sua situação de nosocômio - pudesse ali, neste novo projeto, quando concretizado, se fixar convenientemente, e de maneira prevista no estudo da composição do prédio. Algo que não poderia acontecer nos que eram alugados, ou muito antigos, que não tinham as especificidades técnicas que um estabelecimento daquela natureza exigia. Em segundo, argumentou a favor da economia. Apesar de ocuparem o mesmo edificio, os dois estabelecimentos seriam escrupulosamente separados, tanto pela administração, ou melhor, *isolando na frente pela interposição das casas da administração, e no fundo pela capela, sem que isto prejudicasse à unidade e comunidade de todas as repartições do serviço*. A grande vantagem era a *mútua dependência* dos nosocômios, a *concentração da sua administração, redução de pessoal e a economia*.

Então, fica entendido que haveria uma economia geral, igualmente detentora de um maior controle, pelo menos essa era a intenção de um engenheiro que deu forma às suas idéias, envolvendo duas instâncias, a administrativa, e os que fossem passíveis de controle e resguardo, seja porque estariam realmente enfermos, ou porque fossem internos, de um outro espaço específico. Aliava-se o hospitalar e o terapêutico. Haveria, no mesmo edificio, de um lado, o asilo, e do outro o hospital, e os dois, essencialmente, seriam administrados por um centro, econômico, formado por empregados que fossem responsáveis pelo controle de todo o prédio; portanto, eficientes e racionais. De asilado para enfermo, e de enfermo para asilado, era apenas, fora os processos, de estudo e

aprovação, inseridos e engendrados pela burocracia administrativa militar, uma simples caminhada, aprovada, entre as alas do prédio, que, não se pode esquecer, segundo as observações de Joaquim José Ignácio, deveria separar os funcionários, como igualmente possuir um muro, havendo a separação do mundo externo. Parece-me que para Ignácio, haveria muita promiscuidade em um projeto com aquelas propostas.

A *Descrição e Orçamento do Projeto do edifício para Asilo de Inválidos da Marinha* apresentou algumas observações interessantes. Raposo previu uma série de itens indispensáveis, como a *circulação de ar*, os espaços e as divisões as mais apropriadas, a constituição dos materiais, sendo apresentados os mais econômicos e salutareis, as alturas de suas dimensões, os lugares de acesso e saída, e a disposição dos internos e de sua administração.

Mas, o mais esclarecedor, está presente em uma cópia da *Secção de Arquitetura da Imperial Academia*, datada de fevereiro de 1859. Seu conteúdo foi o seguinte:

“A Secção de Arquitetura desta Imperial Academia, tendo examinado atentamente o projeto de edifício para o asilo de Inválidos da Marinha, que lhe foi remetido para sobre ele dar o seu parecer, tem a honra de apresentar à Congregação o resultado do exame refletido, e minucioso a que procedeu nos planos e orçamento do dito projeto. A Secção de Arquitetura, em seu humilde entender é de parecer que o projeto examinado foi perfeitamente delineado no todo e em suas partes, e é completamente exequível, pois nele se vê que o seu distinto autor não omitiu nenhuma das conveniências e condições exigidas pela Ciência e pela Arte em projeto e estabelecimento deste gênero de construções. O exterior deste edifício, sendo de uma aparência muito simples, mas que não exclue o belo que resulta de uma boa disposição e de uma perfeita simetria, ostenta o caráter próprio destes edificios; o seu interior apresenta a mais judiciosa, cômoda, agradável e sadia distribuição, assim com todas as condições de mais perfeita economia se manifestam em seu orçamento que indubitavelmente não foi calculado considerando a carestia atual de mão-de-obra e os elevados preços dos materiais que hoje existem nos nossos mercados.”

770

Sobriedade, equilíbrio, economia, higiene, boa administração e controle. Eis o que um asilo que recebesse militares inválidos, normalmente de postos subalternos, deveria ser. O AIP, pode ser interpretado desta maneira, porque, por mais que tenha sido feito às pressas, foi construído seguindo esses critérios, basilares, observados pelos membros da *secção de arquitetura da imperial academia*, e na medida do possível contemplados em sua edificação rápida, por decisões diárias, ou condicionadas às visitas e à troca de idéias.

⁷⁷⁰ Arquivo Nacional. XM 676. Ministério da Marinha.

Não deixaria de trazer outras reflexões, direta ou indiretamente, de Foucault, sobre a arquitetura, isto é, não aquela somente executada para *ser vista*, ou para *vigiar o espaço exterior*, mas para *permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram*. Significa uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. O da marinha visava justamente essa função, cuja composição seria de um asilo-hospital, onde não haveria a organização gradativa da ação médica, mas possuiria, efetivamente, essa organização em seu interior. A administração, entre os “dois” estabelecimentos, permitiria a observação sobre os doentes, e os asilados, a coordenação dos cuidados de ambos; mas que, como “dois” estabelecimentos, seriam separados, para que se impedisse o contágio. O estabelecimento, em hipótese alguma poderia ser insalubre, e se o fosse, em níveis de tolerância. A ventilação deveria ser observada, a higiene praticada. De fato, havia se tornado um *espaço terapêutico*. E, ficam claras as distinções entre as idéias de Raposo e Inhaúma. O primeiro, engenheiro, procurou salientar a economia, a administração, a disciplina, buscou agir racionalmente sobre os que “deles” fizessem uso, como internos, observou o domínio sobre o seu comportamento, ofereceu os homens ao conhecimento médico e submetidos à disciplina constante. Já Inhaúma, desaprovou as idéias de Raposo, porque acreditava em um malefício moral, de influências nefastas acarretadas pelo contato com os internos do hospital e os asilados. Ele propôs a construção de um muro, para o impedimento de entrada e saída, um controle do externo e do interno. A conexão deveria ser controlada, permitindo aos administradores exercerem a sua vigilância. A concepção de muro, para o domínio e verificação, foi sendo substituída, na história, pelos eficazes cálculos de que Raposo fez uso, quando observou *as aberturas*, *os cheios e vazios*, *as passagens* do estabelecimento e a proposta de uma *vigilância hierarquizada*; afinal, um estabelecimento “híbrido”, daquela natureza, demandaria enfermeiros, padre, médicos, administradores, faxineiros, etc.⁷⁷¹

Carneiro Leão, no Bom Jesus, e sob supervisão, teve que aproveitar o espaço disponível do antigo convento, e a sua frente, na praia, quando precisou construir os prédios dos alojamentos, a enfermaria, a cozinha, a administração, o museu militar e o desembarque. Itens considerados fundamentais para o estabelecimento que encerraria

⁷⁷¹ Michel Foucault. *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*. 30ª edição. Editora Vozes. Petrópolis, 2005. (páginas 143 a 148 “A Vigilância Hierárquica”).

em seu interior homens que tivessem se invalidado em uma longa guerra, que ainda estava em andamento, e que produzia numerosos e potenciais internos. Alojamentos com a separação entre solteiros e casados, uma administração, formada pelos oficiais e irmãs de caridade, para manter, controlar e disciplinar os inválidos e ser, igualmente, elementos de ligação, com relativo poder de decisão, com o ministério, sendo as suas atribuições as de aprovar ou rejeitar os pleitos dos internos, tratá-los, detê-los ou premiá-los, segundo a suas condutas e principalmente no que estivesse previsto nos regulamentos. O desembarque, porque era o único local, segundo os seus regulamentos, em que se podia entrar ou sair da ilha, oficialmente. Só se poderia ir ou voltar da ilha, pelos escaleres de serviços, controlados pela administração. E o museu militar, porque foi uma tentativa, junto com outras iniciativas, de cópias de um modelo civilizador e civilizado. A guerra precisava ser rememorada, e um museu poderia fazer isso, quando encerrava peças do armamento e do fardamento inimigos e da nação; mas, teria uma lógica, ou um reforço, para os de fora, e para os de dentro, se possuísse ao seu redor, veteranos daquela campanha, que o tinham como um outro fator para as suas lembranças e sacrifícios. Para o aproveitamento daquela área do museu, parte do morro teve que ser removida, para basear um dos edifícios.

Mas, antes do AIP, e até mesmo do asilo da marinha, não se pode esquecer do projeto arquitetônico encontrado no Arquivo Nacional, datado de 1844, sobre um, igualmente planejado para receber inválidos, porém não possui informações sobre o local em que seria construído, ou até de outras sobre ele, a não ser o seu projeto arquitetônico, mas que, ainda com esta deficiência, quando confrontado com o que foi executado no Bom Jesus, dá condições para se entender a rapidez, a urgência, a ansiedade com que este foi montado na ilha, em poucos meses - provavelmente não sendo mais ágil por falta de um maior número de operários, bem como os encanamentos submarinos, que demandaram um maior tempo para serem importados da Inglaterra, e do mesmo modo para a sua montagem, porque envolvia uma operação nunca antes praticada no país – já que fica claro que o asilo foi feito “a toque de caixa” da *Diretoria de Obras Militares na Corte*, e como foi um empreendimento propiciado pelos esforços pessoais do imperador, e não pelos membros do comércio, pode não ter sido mais rápida a sua construção, ou a mais próxima possível ao documento de 1844, por falta de um orçamento condizente, visto que o país estava em guerra, com excessivos gastos para manter o esforço, e as finanças do Estado se mantinham deficitárias. No entanto, não se poderia deixar de lado, até mesmo, a palavra do imperador. É certo que a SAIP estava,

nominalmente, sob a sua égide, e quando o monarca percebeu que não estava recebendo a ajuda prometida, a partir do segundo semestre de 1866 e o primeiro do ano seguinte, viu-se obrigado a construir o asilo, para os homens que retornavam do Paraguai. Seria escandaloso que, mesmo após muitos terem concorrido com a subscrição para a construção do AIP, ele não fosse efetuado. O nome do imperador estava envolvido, e recordei quando, em um bilhete ao ministro, e preocupado, mais uma vez, pelo grande número de inválidos, ressaltou que *o pensamento de criação daquele estabelecimento foi todo de generosidade*. É óbvio que o asilo era, meramente, um paliativo, ou de resultados efêmeros para quem era dirigido. Era, puramente, a execução do empenho de sua “alta” palavra, que deveria permanecer imaculada diante da população. Se fosse, de fato, um estabelecimento que resguardasse a maioria dos inválidos, teria sido construído, pelo menos, nos moldes e proporções do projeto de 1844; mas como era algo que foi construído às pressas, não foram contempladas, em sua totalidade, e detalhes, as questões que Raposo observou na da Marinha, na década anterior, previsto para existir na Armação. Pelo menos não há documentos sobre o assunto, e quando se visita as antigas instalações, nota-se que havia um grande distanciamento da administração, pelos edifícios remanescentes, e dos alojamentos dos internos. A ausência, física, dos primeiros “comandantes” foi uma preocupação explícita nos “bilhetinhos”.

É certo que, quando se visita os antigos prédios, da administração e oficina, constata-se que possuem amplas janelas em todos os pavimentos, portas de acesso e controle, e principalmente edifícios localizados em uma “ilha”, não possibilitando a saída, sem autorização, de seus usuários; mas que, no entanto, tendo em vista o grande efetivo que teria que alojar e administrar, carregados de uma certa improvisação.

O projeto de 1844, que está em anexo, dá a entender, não só pelos desenhos, mas por suas legendas - que apontam quais as funções que cada ala exerceria no conjunto - que, se fosse realmente construído, seria superior ao AIP do Bom Jesus, e que durante a guerra, teria condições para alojar o efetivo de inválidos oriundo de cinco anos e meio de combates e enfermidades. Ele foi inspirado do modelo parisiense, e no ano de 1844, no Brasil, uma primeira tentativa de cópia em proporções mais modestas (**Figura 26**).

Se, ainda que o regulamento do asilo prevesse a opção, aos internos, para que vivessem em suas províncias, creio que foi somente uma solução, para “legitimar” a remessa de grande número de inválidos para as suas províncias de origem. Se por um lado, deveria respeitar a escolha dos homens, por outro ficaria aliviado se a maioria

deles “optasse” pela saída do estabelecimento. O asilo, essencialmente, era, naqueles conturbados anos de guerra e epidemias, um posto de permanência temporária, da mesma forma como a localidade havia sido utilizada, naqueles anos, pelas tropas em trânsito.

Não tenho o projeto original do Bom Jesus. Entretanto, as observações de Honorato são válidas quando descreveu os aspectos físicos, externos e internos, do novo e efetivo asilo.⁷⁷²

Na parte referente às descrições, o capelão as dividiu atendendo cada um dos prédios que fossem apresentados. Ele iniciou a exposição, na área do desembarque, e em frente aos pavilhões da administração e do museu militar, sugeridos pelo imperador. Havia um *cais de 745 palmos*, e prolongando-se paralelamente, o *edifício destinado às oficinas, na extensão de 245 palmos*. Os prédios situados atrás do desembarque, formado *de pedra, com duas escadas, sendo uma de cada lado*, apesar de *não tão elegantes, quanto foram aqueles que o faustoso Luiz XIV fez edificar para os seus soldados*, eram *tão singelos quando pudessem ser os bons sentimentos daqueles que os fizeram fundar*. Uma clara referência à ação do monarca, quando, por esforço próprio, levou a cabo a sua execução.

Honorato advertiu seu leitor que ele não encontraria no Bom Jesus, e em suas construções, *suntuosidades de grandes e majestosos palácios*, nem o *mármore em relevo a cada canto*, nem *ricas e colossais colunas*, como era o congênere francês. O luxo, no AIP, havia sido banido, porque não era decente. O homem que havia se sacrificado pela pátria não exigia isso, mas desejava unicamente a *simplicidade*, a *singeleza*, gostava do *asseio*, e abominava tudo quanto se pudesse *afagar a vaidade*.

Dos dois edifícios, ou pavilhões, um está situado à direita e o outro à esquerda do desembarque. Ambos possuem numerosas janelas, na frente e atrás, para a circulação de ar. O que está à frente do morro da igreja, tem dois pavimentos, *dos quais o inferior era destinado às oficinas dos inválidos*, cujo plano está em anexo, e o *superior ao museu militar*. As atividades das oficinas foram sendo implementadas com o passar do tempo, apesar de funcionarem por períodos irregulares; porque, em 1872, em junho, devido a uma reforma, a *oficina de alfaiates* foi removida para um outro lugar, e o antigo, foi ocupado pela *escola de primeiras letras*. Em outubro do mesmo ano, foi estabelecida uma outra, de *sapateiro*, inclusive com a contratação de *um mestre*, e a

⁷⁷² Manoel da Costa Honorato. *op. cit.*, (página 31 – “*Descrição dos edificios que constituem o asylo dos invalidos*”).

convocação das *praças* que quisessem *aprender* o trabalho, e que poderiam usufruir dos *lucros* que lhes garantia o *regulamento*.⁷⁷³

O *segundo edificio*, apesar de ser *todo simétrico ao primeiro*, mantinha *alguma diferença quanto às suas subdivisões internas e ao fundo*. Era ali que, no térreo, ficava o *corpo da guarda*, e à esquerda um outro *compartimento*, que servia para *depósito de vários objetos*. Tanto em um como em outro lado estavam colocadas em seus cabides as *armas*, que serviam à *guarda diária*, porque a ilha tinha um destacamento que a patrulhava, pelo menos na área referente ao asilo, bem como controlava os passageiros que chegassem e saíssem pelo desembarque e dos escaleres que ligavam a ilha à Ponta do Caju.

A ligação entre os dois pavimentos era, como ainda o é, feita por uma *espaçosa escada*, com *corrimãos e balaustres envernizados*, no patamar da qual, *fronteira à porta*, vê-se gravada em uma pedra de mármore a seguinte legenda:- “No reinado do Sr. D. Pedro II, sendo ministro da guerra o conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, erigiu-se este edificio em 1868”. A placa existe até hoje. No entanto, ela recebeu uma ligeira, mas representativa modificação, em sua parte superior, que se situa sobre as armas imperiais, porque no lugar onde talvez havia, originalmente, a representação de uma coroa, há um barrete frígio.

A escada leva para os lados direito e esquerdo dos pavimentos superiores. O direito possuía uma *enfermaria*, onde se acomodavam *perfeitamente cinquenta leitos com as respectivas mesas e retretas*. E, em seus *compartimentos*, um com duas *banheiras com torneiras* que forneciam água quente e fria, e outro com cinco *latrinas inodoras para uso dos inválidos doentes*. Em uma ala daquela parte, *existe uma espaçosa sala com três janelas de cada lado e duas no fundo, que tinha sido destinada para dormitório das irmãs de caridade*, mas que em 1869, havia sido convertida *por elas em capela particular*, onde se conservava o SS. *Sacramento*, e em que se celebrava, diariamente, o *Santo Sacrifício da Missa para elas*. No piso inferior, por aquele lado, havia a *botica*, também a cargo de uma *irmã de caridade*. No lado esquerdo, o *pavimento inferior era ocupado pela secretaria, casa da ordem, arrecadação do fardamento, refeitório dos oficiais, cozinha, e latrinas para o uso dos mesmos*. O

⁷⁷³ Arquivo Histórico do Exército. *Arquivo AIP*. Livro nº 01 (1866 – 1885). Ordem de dia nº 119 (junho) e 130 (outubro), integrantes do “Livro de Registro das Ordens do Dia do Comandante do AIP” (páginas 53 e 57).

pavimento superior daquele *mesmo lado* tinha *duas salas e vinte quartos*, que eram *ocupados pelos oficiais empregados no asilo*.

É fundamental pensar sobre a hegemonia que as irmãs detinham naquele momento e o quanto isso pudesse representar, para além de uma imposição verbal e confusa de Paranaguá, que visava a manutenção dos seus preciosos serviços. Como elas estavam situadas no piso superior, demonstraram a sua superioridade em relação até mesmo à administração do asilo, e em paridade com os demais oficiais, empregados, que estavam alojados do outro lado da escada; porém, fica uma outra questão, bem prática, sobre essa particularidade. Se a enfermaria funcionava no piso superior, como inválidos, doentes e mutilados poderiam subir e descer pelos lances da escada? Porque ela, naquela época, e o é assim até hoje, possuía dois lances, acentuados, o que impossibilitava, certamente, que os inválidos se locomovessem sem auxílio. Essa situação, de constante ajuda aos que desciam e subiam, pode ter acarretado problemas entre os oficiais do asilo e as irmãs, porque as religiosas deveriam solicitar e até mandar, por diversas vezes ao dia, que a guarda, que estava próxima, carregasse os homens para cima e para baixo, e sempre quando fosse necessário. Situação que deve ter chegado aos seus limites entre os oficiais do asilo, igualmente próximos, e que provavelmente se sentiram prejudicados e até mesmo ameaçados pelas irmãs. E, supondo que houve uma mudança da enfermaria para o térreo, para as conveniências do serviço, ainda assim, era a mesma guarda que deveria levar os homens, através da rampa de acesso, situada à retaguarda dos prédios, para os alojamentos, ou trazer inválidos que tivessem alguma necessidade médica, vindos dos alojamentos situados acima do morro, isto é, quando não detinham condições físicas para eles mesmos se locomoverem, pois, em um estabelecimento que durante a guerra chegou a ter mais de mil internos, é certo que uma parcela significativa deles não tinha condições físicas de locomoção, deficiências presentes em amputações em membros inferiores, recentes amputações reparadoras, ou mesmo doenças crônicas e debilitantes. As pernas de pau e muletas que foram encomendadas no arsenal, em conjunto com a compra de cadeiras de roda, constituídas de ferro, são uma prova da existência desses homens.

Os problemas como o do alferes Agostinho já ocorriam desde quando estavam na Armação, porque a sua primeira representação é de julho de 1867; entretantes, quando instalados no Bom Jesus, devem ter se aguçado, pois a segunda representação do *inválido* nomeado como agente do estabelecimento é de fevereiro de 1869. Talvez tenha sido uma forma sutil e perspicaz de prejudicá-las, porque não se estava colocando

a questão do inconveniente em que havia se transformado, por exemplo, o transporte de *inválidos* pelos andares, ou mesmo entre os alojamentos e a enfermaria, algo que tenho a impressão, soaria muito mal no ministério; e até perante o imperador, mas utilizando-se dos próprios regulamentos, e os choques advindos deles e das atribuições e poderes destas mulheres para obstá-las e retirar-lhes o seu grande poder, dado, para todos os efeitos, verbalmente, por João Lustosa da Cunha Paranaguá, quando era ministro. Contudo, o choque de funções e atribuições permanecia.

Em dezembro de 1869, muito depois da segunda representação de Agostinho, do grande número de inválidos, que tornavam o serviço *pesado* para as irmãs, o imperador remeteu um bilhete ao seu ministro da guerra,⁷⁷⁴ o Barão de Muritiba, observando que *a saída das Irmãs de Caridade do Asilo de Inválidos seria muito prejudicial, e cumpria evitá-la*. Nessa parte, terminou indagando, *a que estavam expostas as Irmãs?*

No dia seguinte, 10 de dezembro, em um outro bilhete,⁷⁷⁵ o imperador afirmou que *não via razão para que as Irmãs quisessem deixar o serviço*. *A Superiora* havia se queixado, sobre *furtos no fornecimento do rancho, que elas observavam sem poder impedi-lo*. Mais uma questão permanece. Quem furtava os gêneros? Agostinho, ou alguém que estivesse comunado com ele? Era de responsabilidade do *agente* do AIP, verificar essas questões, e controlar o bom andamento do serviço, principalmente com os gêneros alimentícios. Talvez, uma maneira para prejudicar as irmãs, mormente em um serviço em que elas se sobressaíam positivamente desde a Armação. Se percebe que em três importantes tarefas, pelos documentos, as irmãs eram preciosas. Na lavagem da roupa, que existia em grande quantidade, simplesmente porque cada inválidos possuía pelos menos dois fardamentos, na escolha e preparação da alimentação, trabalho do mesmo modo pesado, já que era promovido para a alimentação de mais de mil homens, e se inclusive for contabilizado o pessoal de serviço, como os oficiais, praças de serviço e pessoal do escaler, e no trabalho de enfermaria, que ali era essencial e que apresentava certa importância, quando comparado com outros quartéis. A recuperação dos inválidos não era apenas promovida no hospital da Corte, ou Andaraí; mas, no estabelecimento, eram colocados em convalescença, e em grandes números, principalmente quando seus ferimentos ou doenças não eram tão graves.

É certo que a vinda e permanência das religiosas era uma ordem do imperador, mas que, por vários motivos, desde o serviço muito pesado, até os problemas de

⁷⁷⁴ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 2144/77 – 144 – 7045).

⁷⁷⁵ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 2145/77 – 144 – 7045).

atribuições com outros oficiais, e o choque advindo que ampliava-se diariamente, mesmo com o apoio do monarca, as obrigou a se retirarem do AIP. Tanto foi assim, que, alguns anos depois, em abril de 1872, o major, comandante do AIP, João Antônio Garcez Palha de Almeida, em interessante ordem do dia, de número 101, observou que:

“Quartel do Comando do Asilo dos Inválidos da Pátria, 08 de fevereiro de 1872.

Ordem do dia nº 101.

Tendo Sr. Excia Conselheiro Ministro da Guerra, permitido que as Irmãs de Caridade se retirem deste Asilo como me foi participado em Ofício da Repartição do Ajudante General datado de ontem, determino que o serviço de rancho das praças seja feito de amanhã em diante conforme está determinado por lei para os corpos do Exército (...) O exato cumprimento desta ordem fará com que não seja tão sensível como parece a saída das dignas Irmãs de Caridade que têm bons serviços prestados ao Estabelecimento, esperando do zelo dos Snrs. Oficiais encarregados deste mister (...).⁷⁷⁶

O comandante não conseguiu ocultar a animosidade, apesar do tom aparentemente moderado, quando reconheceu que as irmãs prestavam relevantes serviços. Se o fez, provavelmente foi para não contrariar de todo o imperador e o ministro. Os desentendimentos cada vez mais presentes e crescentes entre as irmãs e os oficiais provocou a saída delas, e um alívio para os que permaneceram como empregados na administração, como Agostinho.

No entanto, voltando a Honorato e sua descrição, atrás do prédio, havia um jardim, e a 20 palmos dele, estava a *lavanderia com quatro tanques destinados à recepção de água para a lavagem de roupa dos inválidos; e na distância de 25 da lavanderia, em um pequeno, mas elegante edifício em forma de chalet*, estava instalado o *gasômetro que fornecia o gás extraído do petróleo para a iluminação de todo o estabelecimento*. Dali, partiam os canos que eram distribuídos por todo o asilo, que possuía, em todos os edifícios, as *arandelas e candeeiros*.

Do desembarque parte a ladeira que dá subida ao segundo morro, formando um zigue-zague em sua extensão, cercada de uma muralha, que serve de parapeito, e calcado pelo sistema de paralelepípetos, com lampiões de gás para a iluminação necessária, até a frente da igreja. Era em cima do morro que existia o *chalet*, um prédio de 220 palmos de fundo sobre 45 de largura, com três pavimentos, e grandes varandas de ferro na frente. O primeiro pavimento, pelo projeto original, era destinado para o refeitório dos soldados, o segundo para o recreio dos mesmos, e o terceiro para

⁷⁷⁶ Arquivo Histórico do Exército. *Arquivo AIP*. Livro nº 01 (1866 – 1885). “Livro de Registro das Ordens do Dia do Comandante do AIP” (página 48).

habitação do comandante do asilo. No entanto, Honorato esclareceu que em 1869, só o primeiro era utilizado para o fim projetado, sendo que os demais serviam de alojamento para duas companhias de inválidos porque, é claro, o grande número de internos não permitia que as funções originais do recinto fossem preenchidas. Fica a pergunta de como indivíduos sem uma ou as duas pernas conseguiriam subir para o segundo pavimento.

Os homens recebiam três refeições ao dia. A primeira às oito horas da manhã, a segunda às treze e a última às dezessete horas. Era na frente do *chalet*, pregada em sua parede, que havia uma placa de mármore, com a seguinte inscrição: “*D. Pedro II, Imperador do Brasil e perpétuo defensor, mandou erigir este asilo para os bravos que ficaram inutilizados na defesa da pátria, 1868*”. Em outra pedra, também de mármore, à direita, havia mais uma com, segundo Honorato, *emblemas marciais*, e onde se lia a data de inauguração oficial do asilo, e *em simetria* via-se *à esquerda da pedra, ainda em branco*, que serviria para marcar a data da conclusão da guerra. Era sobre a sacada do segundo pavimento que se encontravam mais *três escudos*, igualmente *de mármore*, com as seguintes inscrições: - no centro: *Marquês de Caxias*, à direita: *General Polidoro*, e à esquerda: *Visconde do Herval*. Na do terceiro pavimento, existiam outras três placas de mármore, em forma de *escudos*, com as seguintes inscrições: - no centro: *Conde de Porto Alegre*, à direita: *Barão do Triunfo* e à esquerda: *General Argolo*.

Era entre este edifício, e o convento, que se situava a cozinha. Era *uma área de 40 palmos com uma grade de ferro na frente; e no fundo daquela área via-se a cozinha dos inválidos, ligando os dois edifícios*. Era *espaçosa, ladrilhada de mármore e com todas as proporções para preparar comida para 1.000 praças com todo asseio e prontidão*. Então, as irmãs ficavam restritas em dois lugares, em um dos prédios, próximo ao desembarque e à praia, e em cima do morro, na cozinha do estabelecimento. Era dali que se passava para a *dispensa do asilo, e ao alojamento dos prisioneiros paraguaios*, que ficava *no andar térreo do convento*. Naquele mesmo andar existia a *penitenciária dos inválidos, convenientemente preparada* (**Figura 27**).

O convento possuía dois pavimentos superiores, com *claustro e a cisterna*. Uma capela que existia na portaria, *denominada santuário*, que havia sido *transformada em estado maior do asilo*, e os dois andares do convento, que foram transformados em *quatro espaçosos salões*, servindo de *dormitório de duas companhias*, sendo que na frente existia uma sala, onde funcionava a *escola primária dos inválidos a cargo do respectivo capelão*.

Era *pelo fundo da igreja* que se passava para o outro edifício, que, construído em simetria ao antigo convento, com dois pavimentos, formando dois espaçossíssimos salões, que serviam de dormitórios a outras duas companhias dos inválidos. Tanto aquele, como o antigo convento, tinham grandes varandas com grades de ferro na frente, que serviam de recreio aos inválidos, isto é, os que tivessem condições de subir pelas escadas internas. No fundo da igreja, tanto em um como em outro andar, existiam 32 latrinas inodoras de gosto moderno, com vasos de porcelanas e torneira para lavagem, para o uso dos inválidos. Segundo Honorato, naquele serviço, não poderia haver mais asseio do que o que existia.

Ao lado, um pouco mais acima do morro, talvez cem passos distante do último edifício, há a caixa d'água, hoje em uso, que, com cem palmos em quatro, e todas as proporções para conter a quantidade d'água necessária ao gasto do asilo em três dias.

Sabe-se que a sua inauguração foi festa concorrida, tanto pelos escritos de Honorato, quanto pelos conteúdos publicados no *Jornal do Commercio* e o *Diario do Rio de Janeiro*, e que no dia, estima-se para mais de três mil pessoas presentes, entre altas autoridades convidadas, tropa convocada e até mesmo o povo, que, curioso foi ver de perto o asilo que acreditou ter auxiliado na construção. Os que não foram até lá, puderam ver a festa de longe, pela Ponta do Caju, e nos pequenos barcos que ficaram estacionados ao redor da ilha, cujos tripulantes acompanharam a comemoração de tão desejado estabelecimento; entretanto, mais algumas possibilidades podem ser exploradas sobre o que representou aquele festivo 29 de julho de 1868.

Lilia Moritz Schwarcz procurou entender como a monarquia, pretensamente européia, por aqui sobreviveu quando permaneceu no poder por cerca de sessenta anos, rodeada pelo indígena, pelo negro e o mestiço e por repúblicas, nem sempre amistosas.

Para ela, na tentativa de garantir e criar uma nova nação, não mais ligada à “pátria” portuguesa, *as elites do sul do país apostaram claramente na monarquia e na conformação de uma ritualística local*. Um reino seria a garantia da manutenção da unidade territorial, ou, uma tentativa da sua não fragmentação, cujo exemplo podia ser observado nas vizinhas ex-colônias espanholas. Foi com esse espírito de conservação, mas, do mesmo modo, de adaptação, que *a monarquia se transformou em um símbolo fundamental em face da fragilidade da situação*. Transcendendo a figura humana do rei, *as representações simbólicas do poder imperial* evocaram elementos de “longa

duração”.⁷⁷⁷ Para Schwarcz, *entre continuidades e rupturas dinásticas, persistências rituais e atualizações, misturaram-se valores seculares e profanos*. Não se perdia a origem européia, e esta se combinava, freqüentemente, das maneiras as mais inusitadas, em um ambiente particular.

Ainda que fosse uma cultura enxertada, *acompanhou a diferenciação da sensibilidade local*. Uma cultura baseada em *empréstimos ininterruptos, os quais, no entanto, incorporou, adaptou e redefiniu ao justapor elementos externos a um novo contexto*. O Segundo Reinado, *momento fundador de um modelo de nacionalidade*, foi rico na construção de numerosas imagens, ou criador de *ícones nacionais, entre hinos, medalhas, emblemas, monumentos, dísticos e brasões*. Mas, igualmente foi construída uma imagem pública de um monarca, uma figura *que parecia simbolizar a pátria*.

Era por meio do ritual que o rei reproduzia a sua imagem, ampliava o seu poder e aplicava sua representação, e era sobre a sua pessoa, e o mito criado e realimentado, que o rei era sobretudo *um objeto ritual, uma imagem evidente do poder*.

D. Pedro II sabia trabalhar bem com a sua. Se investia em sua representação de monarca-cidadão, vestido como qualquer cavaleiro civilizado do século XIX, e utilizando-se da popularização de novos meios de reprodução; demonstrava, por gestos, explícitos, que era caridoso e magnânimo com os seus súditos, que o desejavam assim. O sonho de todo o povo era (é) ter um monarca bondoso. Se durante a guerra, ele passou a ser representado como um *rei guerreiro*,⁷⁷⁸ o “voluntário da pátria número um”, com uma impetuosidade, ou belicosidade jamais vista, igualmente permaneceu se utilizando de sua bondade como demonstração de paciência, tolerância e solidariedade para com os que sofriam. Entretanto, a causa ficou cada vez mais impopular, porque com o desenrolar do conflito e o alto custo social cobrado, não havia uma boa justificativa para que o exército permanecesse por todos aqueles anos no Paraguai, sendo dizimado pelas epidemias e os combates. D. Pedro, distante e protegido deles, mas acrescento, não de suas conseqüências, continuava cumprindo com a sua agenda na Corte. *Visitava escolas, examinava provas e percorria hospitais*. Schwarcz chamou a atenção sobre o seu padroeiro, seu santo, São Pedro de Alcântara, *conhecido por sua ação caridosa junto aos doentes*.

⁷⁷⁷ Lilia Moritz Schwarcz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Companhia das Letras. São Paulo, 1998. (página 18).

⁷⁷⁸ Lilia Moritz Schwarcz. *op. cit.*, (página 295 a 318, “A Guerra do Paraguai: O ‘Voluntário Número Um’”).

Seu comportamento, de rei, não seria, então, diferente, em tempos em que a sua imagem poderia sofrer irremediáveis desgastes. Além da guerra, cada vez mais vista como inconseqüente, injustificável e estúpida, consumidora de vidas e principalmente recursos, somam-se à conjuntura os perigos, entre 1867 e 68, de uma temerosa epidemia de cólera, que seria mais grave se fosse atuante na Corte. Um numeroso contingente de inválidos adentrava, periodicamente, pelo porto da cidade e durante o ano de 1868, quando a construção demandava a maior parte do orçamento da diretoria de obras, *D. Pedro II* passou a ser, *inclusive*, muitas vezes responsabilizado pela continuidade da guerra, por causa de sua obsessão de só dar por encerrada após a deposição de López.

O que significava o asilo, para o imperador? Acredito que muitas coisas; entretanto, seria aqui mais apropriado pensá-lo, se se transformasse em uma frustrante lacuna, ou perigosamente uma quebra de palavra perante a sociedade de que era soberano. É provável que, o que o compeliu a construí-lo residisse, em um primeiro momento, na falta de empenho e palavra da ACRJ. Nos principais documentos sobre a comissão e da SAIP, o monarca benfeitor foi sempre apontado como o protetor da coleta, e da ação caridosa de seus membros. Sob sua égide, ainda que apenas nominal, milhares contribuíram com as comissões. Ele se fiou na palavra dos comerciantes, e de certa forma delegou poder a eles, em seu “soberano” nome, para que fossem os responsáveis pela coleta e aplicação do capital para a construção de um asilo, e só com esse dinheiro ele seria edificado. Com o passar de 1865 e 1866, ele, talvez despreocupado, ou ainda fiando-se na palavra dos homens do comércio, pôde constatar, apesar do palavrório, sempre presente nos documentos impressos, ofícios trocados e até artigos de jornais, que não estavam dispostos em ajudá-lo. Talvez com módicas quantias, mais emergenciais, mas nunca com o montante arrecadado. Então, se o asilo não fosse realizado, uma falta gravíssima pairaria sobre a sua real imagem. Daí, a razão de ter aguardado até o primeiro semestre de 1867, para começar realmente a construir o asilo, ainda que no segundo de 1866, Carneiro Leão já andasse pela ilha, e adjacências, estudando uma maneira, eficaz, e relativamente econômica, de lhe fornecer água. Os inválidos de 1865 e 1866 certamente ficaram sob sua própria “conta e risco”, pois a maior parte da documentação faz referência aos homens a partir de 1867. O engenheiro da diretoria de obras estava sob o seu mando, condicionado por sua preocupação, cada vez mais crescente entre o segundo semestre de 1866 e o primeiro do ano posterior.

É dessa situação que se compreende o seu empenho pessoal, quando esteve na Armação, em Bom Jesus, e quando conversava, pelos bilhetes, com os seus ministros,

ou mesmo ouvia o que Carneiro Leão tinha a dizer sobre as obras. Mas, esta seria uma das razões, ou a mais importante, para se entender o seu comportamento. As demais, conforme já foram exploradas, residiam nas questões de higiene e disciplina, e envolviam fisicamente os inválidos.

O dia 29 de julho de 1869, possuía um outro significado, fora a intenção de proporcionar um conveniente destino aos inválidos remanescentes.

As festas tinham um papel fundamental no império, e no *calendário das festas religiosas no Rio de Janeiro durante o século XIX*, o dia 29 fazia parte, oficialmente. É daí, certamente, que o imperador, mesmo que o asilo ainda fosse, naquele dia, um canteiro de obras, fixou-o para ser inaugurado o AIP.⁷⁷⁹

Entretanto, quando se debruça sobre elas, as festas, como a do Império do Divino e a sua história, igualmente se tem a chance de adquirir importantes subsídios para a compreensão⁷⁸⁰ dos mecanismos *impositivos e restritivos* que se desenvolveram na Corte, para a promoção do controle e disciplina, porque, se foram presentes e engendraram o AIP, fundamentando-o, igualmente o foram nas festas. As manifestações populares e o asilo, faziam parte, ou eram submetidos às ações emanadas de uma mesma intenção. Martha Abreu, em rico estudo, debruçando-se sobre a documentação, notou o desenvolvimento de *uma polícia de controle sobre as festas religiosas e divertimentos populares*. Estas atividades eram caracterizadas pela grande participação popular e visualizadas como aglutinadoras de vagabundos, golpistas, vendedores ambulantes sem licença, escravos - com os seus batuques e danças imorais - capoeiras, entre outros personagens populares. A permanência dos eventos, sem qualquer controle, significava um desafio aos poderes constituídos, imbuídos, gradativamente, de padrões estéticos que se arrogavam como civilizados, ou cada vez mais portadores de um sentido europeizante, do mesmo modo, uma *polícia de controle* munida de um projeto político e certamente contrário a uma forte herança católica, colonial, mestiça, africana, popular e interpretada pelos novos padrões introjetados pela elite, como inconvenientes, e na medida do possível, que deveriam ser suprimidos, enfraquecidos ou reorientados. O controle buscava a sua justificação na tentativa de se incutir padrões de comportamento vistos como civilizados e de boa moral, ou os que se acreditavam como os mais adequados. Procurava-se a mudança, de condicionamento de disciplina nos

⁷⁷⁹ *Ibid.*, (página 247, “O império das festas e as festas do império”).

⁷⁸⁰ Martha Abreu. *O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro*. (1830 – 1900). Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1999.

comportamentos e divertimentos, de direcionamento assistido. Um exemplo dessas intenções e gestos pode ser encontrado nos critérios das licenças emitidas para o trabalho nas ruas. Só poderiam ter barracas, entre outros negócios de pequena monta, sem ponto fixo - ambulantes, situados nos logradouros - os que as portassem. Do mesmo modo, essa ação disciplinadora atingiu as festas do Divino, que foram deslocadas para outros lugares, obviamente sendo retirados dos tradicionais, já que eram de livre circulação, sempre, e ainda mais naqueles dias especiais, quando a “gentalha” que deveria ser combatida se tornava inconveniente por causa de seus comportamentos espontâneos. Fora a demolição e transferência dos antigos templos, que portavam um forte significado quando inseridos na festa. Entretanto, essa ação foi intermitente, porque foi marcada por momentos de tolerância, e outros de forte repressão. Esta, com o desenvolvimento do aparelho policial, tornou-se mais sistematizada na própria administração das licenças, à medida que idéias como higiene, civilização refinada e boa moral definiram a sua ação.

A festa do Divino, e a sua repressão, ainda que de maneira excessivamente sucinta, não deixa de ser um interessante contraponto ao 29 de julho de 1868, outra data obrigatória do calendário de festas oficiais; mas, com sua própria especificidade. Naquele dia, a data receberia um novo significado, quando se está pensando na lógica de adaptação cultural. Era este dia de dupla comemoração, primeiro porque deveria ser recordado como mais uma prova inquestionável da presença da civilização no império, que igualmente avançava em direção ao moderno, do solidário, da caridade e do bem estar; enfim, das luzes; mas, da mesma forma, o vigésimo segundo aniversário da princesa Isabel, herdeira dessa civilização original, dos trópicos.

Era, sem dúvida, uma festa desejada, sem controle aparente, ou ostensivo, sem ambulantes, entre outros indesejáveis, porque os que lá eram, em potencial, foram provavelmente selecionados, e mandados, em um pequeno grupo, de representação, para participarem do *Te-Deum*, e com o final da solenidade, não mais úteis, retornaram para a Armação; afinal, o asilo só foi realmente ocupado, por todo o efetivo, cerca de três meses depois. Era uma festa que serviria para confirmar a concórdia de um império progressista, solidário e ao mesmo tempo arrojado, porque o estabelecimento guardaria, e resguardaria, em seu interior, homens inválidos, mutilados e doentes; mas engendrados de um Brasil com uma nova faceta, como o seu soberano, um Brasil belicoso, que fazia a guerra contra a barbárie, quando provocado e fosse preciso. E, reparo, não deixou de ter sido um presente do pai para a filha; afinal, havia sido o

“empresário”, e é certo que para ele aquilo lhe pertencia. Entretanto, outras dimensões não devem ser perdidas, principalmente pelas observações de Schwarcz.⁷⁸¹

As festas promovidas durante o império eram carregadas de *um arsenal de símbolos, costumes e valores* e foi prática que se criassem festas próprias e *leituras originais de um material que lhes era anterior*. Porventura a inauguração do AIP, naquele dia, específico, seja a confirmação da última observação. Pois, o asilo foi uma tentativa de cópia, ainda que infinitamente mais singela, de um outro, tradicional, e que até mesmo serviu de modelo, para outros países europeus. Sua inspiração era o *l'hôtel des invalides*, de Paris, lá situado desde 1674. Construído, segundo a história tradicional, por empenho pessoal de Luís XIV,⁷⁸² interpretado, em seu gesto, como um ato de piedade real, de sensibilização para com seus oficiais e praças que haviam se batido e estropiado pela França. É certo que o modelo igualmente apresentava problemas disciplinares, sendo estabelecidos regulamentos sobre a conduta de seus internos, regras de admissão, a divisão por companhias, a obrigatoriedade do acompanhamento religioso pelos padres, do trabalho em algum ofício ou atividade aproveitável para que os internos não se mantivessem ociosos, e que recebessem auxílios prestados por irmãs de caridade que trabalharam nas suas enfermarias e botica, como igualmente, desde o seu início, tendo a higiene como uma das maiores preocupações e norteadoras das ações de seus “governadores”. No final do século XVIII, segundo Anne Muratori-Philip, as mesas receberam o mármore em sua superfície, para se evitar as despesas com toalha de mesa; além, é óbvio, da promoção da boa higiene, conforme era a intenção de D. Pedro II, expressa em seus bilhetes para um dos seus ministros.

Durante um bom tempo, após a sua construção, apareceram muitos cirurgiões que se destacaram em sua atividade, e em suas dependências, transformando-o em centro de estudos cirúrgicos, e alguns deles serviram, com as suas publicações, para muitos outros que atuaram na guerra do Paraguai.

O estabelecimento francês comportava um museu de maquetes de fortalezas e, no período napoleônico, transformou-se em guardião dos heróis, isto é, guardou, em partes de suas dependências, os corpos dos grandes comandantes. Pelas informações depreendidas, é certo que a literatura sobre o asilo francês foi fonte de inspiração para que o imperador empreendesse no Bom Jesus, um outro, de proporções bem mais

⁷⁸¹ Lilia Moritz Schwarcz. *op. cit.*, (páginas 247 a 294, “*O Império das Festas e as Festas do Império*”).

⁷⁸² Anne Muratori-Philip. *Histoire des Invalides*. Perrin, 2001.

simples em todos os aspectos e limitado a ser construído em poucos meses, ao contrário de seu modelo, dadas as urgências que já foram trabalhadas, como as questões sanitárias, higiênicas e disciplinares, fora o limitado orçamento de que teve que se utilizar. Aquele monumento da civilização dos trópicos foi proporcional à palavra e capacidade do monarca empreendedor.

Grande parte do que foi implementado no Bom Jesus, era tributário de idéias que foram colocadas em prática no modelo europeu. O asilo só não foi um centro cirúrgico por questões óbvias. Essa função, dependendo do caso, e a sua gravidade, era preenchida em Andaraí ou Castelo.

É certo que uma investigação no remanescente da biblioteca da família imperial - algo que não teve condições de fazer - pode trazer mais luzes sobre a tentativa de cópia. É provável que o imperador possuísse algo, impresso, talvez um livro, sobre a história do estabelecimento francês, porque até mesmo o mármore das placas comemorativas, e das mesas dos *invalides*, procurou copiar. Sim, era uma cultura enxertada, mas que acompanhava, vivamente, as exigências do ambiente particular em que estava inserida.

Mas, ainda assim, mesmo que o asilo fosse um canteiro de obras, faltou algo, fundamental, para ser absorvido pelo AIP. Era necessário, conforme o seu modelo, que fosse um panteão de heróis; portanto faltava-lhe um cadáver, e de preferência que tivesse tido uma morte gloriosa no campo da pugna. Não deveria ser tão difícil, mas não seria tão fácil, porque, se a guerra apresentava milhares deles anualmente, era óbvio que para ser um herói, precisava ter sido alguém que possuiu, um dia, no passado recente, no Paraguai, uma alta patente, e cujo corpo, ou melhor, os restos mortais, ainda pudessem ser identificados e trazidos, ou talvez não pudessem, porque qualquer esqueleto pode servir para essas coisas. Não tiveram muitos problemas, e invocaram, literalmente, Sampaio, atual patrono da infantaria do exército brasileiro, para preencher mais uma qualidade do AIP. O seu funeral, no Bom Jesus, envolveu uma interessante troca de ofícios, e instruções entre autoridades da Corte, e se constituiu em mais um interessante episódio envolvendo o asilo e os seus internos.

Em dezembro de 1869,⁷⁸³ foi preparada, minuciosamente, a cerimônia que encerraria os *restos mortais do Marechal de Campo, Antônio de Sampaio*, no AIP, e que deveria ser conduzido, *o seu cadáver, por mãos, desde a capela do arsenal de guerra,*

⁷⁸³ Arquivo Nacional. IG 7 358. Arsenal de Guerra. (1869).

onde se achava recolhido, até a do Asilo de Inválidos, onde tinha que ser depositado. A capela do arsenal deveria ser armada de preto. No arsenal deveria haver uma *brigada da Guarda Nacional*, com efetivos de *infantaria e artilharia*. Em outras localidades, como o *Largo do Moura e rua D. Manoel, Praia de Santa Luzia*, também deveriam receber alguns efetivos, para efetuarem as *salvas correspondentes*. Na ilha, deveria ser posicionada, com *antecedência, uma bateria de artilharia, a fim de prestar as mesmas honras*. Os inválidos deveriam *formar alas desde o cais do desembarque na Ilha até o adro da Capela*. Seguiriam, após a chegada do fêretro, *na retaguarda, fechando o acompanhamento*. O ministro da guerra designaria, *entre os convidados, os que teriam de pegar no caixão, para conduzi-lo, e os que, chegando no Bom Jesus, deveriam recebê-lo, alternando durante a subida das ladeiras*. A *fortaleza de Santa Cruz* responderia com outra salva. *Vapores, galeotas e escaleres* foram disponibilizados para o evento e, do mesmo modo, deveriam seguir uma ordem pré-estabelecida. A *galeota* que transportasse o *cadáver* iria na frente, as demais embarcações seguiriam nesta ordem: *galeota dos capelães militares e mais padres, a galeota do estado, um vapor conduzindo a banda militar, os convidados nas galeotas, escaleres e demais embarcações dos arsenais de guerra, marinha e dos navios de guerra*. As salvas e o deslocamento deveriam ser sincronizados, para não haver qualquer problema. Tudo deveria ser, de antemão, preparado e organizado.

Na histórica capela do asilo, deveriam ser posicionados, para as *exéquias, os arranjos dos padres e a música sacra para o ofício*.

Em anexo ao programa, formulado entre os administradores, do exército, existem outros ofícios, reportando sobre alguns acessórios utilizados na cerimônia. Foram preparadas as *eças*, na capela do arsenal e do asilo; contratados os alugueiros de algumas embarcações, de *50 velas de cera e de cento e cinqüenta tochas*.

O que estava faltando, em julho de 1868, foi providenciado em dezembro do ano posterior. Um cadáver também, naquele momento, em 1869, graças aos esforços da administração, e provavelmente do imperador, fazia parte do AIP, e ficou lá encerrado durante alguns anos. O asilo era, finalmente, um panteão de heróis. Osório, anos depois, ou pelo menos os seus restos, foram para lá foram remetidos. O museu, por exemplo, foi gradativamente sendo montado no AIP. Em correspondência de agosto de 1868, Muritiba informou ao imperador que acabavam de chegar *4 bandeiras paraguaias*

*tomadas no Humaitá. Elas poderiam ser doadas ao Asilo e colocadas na Igreja.*⁷⁸⁴ Naqueles anos, pela investigação, é perceptível a formação de um acervo, constituído por equipamentos e fardamentos capturados, dos paraguaios, para a montagem de um museu na ilha.

Entretanto, na documentação encerrada no Arquivo Nacional, de Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, (Visconde de Santa Teresa),⁷⁸⁵ que comandou tropas na guerra, pode-se procurar mais algumas pistas sobre a ACRJ e o AIP.

Polidoro foi o presidente da comissão para a promoção da subscrição na *freguesia da Lagoa*. (Lagoa Rodrigo de Freitas?), e em sua pasta, consta uma carta de convocação, e um impresso, datado de 25 de fevereiro de 1865, sobre a aprovação da comissão, em todo o território nacional, para a promoção do asilo, entre outras demandas, já trabalhadas. Há uma carta, de um dos membros da comissão central, convidando Polidoro para que comunicasse qualquer resultado sobre a sua atividade, para que fosse publicada nos jornais, conforme pode ser constatado, nas periódicas prestações de contas encontradas em jornais, como o *Jornal do Commercio*.

Em agosto de 1868, Polidoro foi nomeado, junto com o *Barão de Suruí* e *Francisco Antonio Raposo*, para, de acordo com outra que foi designada pelo *Snr Ministro da Marinha* e que se compunha dos *Chefes de Esquadra Elisário Antônio dos Santos, Joaquim Manoel de Oliveira Figueiredo e do Conselheiro João Capistrano Bandeira de Melo*, para que tratassem dos meios de reunir no Asilo recentemente inaugurado os inválidos da Marinha e do Exército. A referida comissão chegou a fazer alguns estudos e um de seus membros apresentou um projeto, ou *esboço*, de um novo regulamento para o estabelecimento que teria os dois efetivos. Entre outros documentos, há um que, entre outras observações, em um parágrafo, determinava que:

“A quantia que atualmente pertence ao Asilo de inválidos da Marinha serão entregues à Diretora da supra-dita Sociedade, para que convertidas em apólices fiquem sob a gerência e administração da mesma Sociedade, para os fins indicados nos seus estatutos.”

Fora a gigantesca quantia arrecada para o AIP, durante a guerra, alguém teve a idéia de que o dinheiro arrecadado durante anos, por descontos nos soldos dos marinheiros, igualmente deveria ser entregue à SAIP, para que ela fizesse o mesmo com a quantia arrecadada da subscrição nacional, isto é, transformasse em apólices, para

⁷⁸⁴ Arquivo Histórico do Museu Imperial. (documento 1770/77, 142-6997).

⁷⁸⁵ Arquivo Nacional. Coleção/Fundo Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. (Caixa 13, pacote 02)

serem usufruídos os juros. Era com essa quantia que seria erigido o asilo da marinha, na Armação, que foi estudado pela comissão da década de 50.

Sobre a nova comissão, para juntar os dois efetivos, os documentos se encerram naquele ano. Entretanto, em 1877, curiosa proposta foi remetida à Polidoro, sobre a liquidação do AIP.

Antônio José do Amaral, em carta do dia 30 de julho de 1877, informou que *em cumprimento de Sua Alteza o Snr. Conde D'Eu*, havia remetido o ofício que estava em anexo, no qual o *general Barão da Penha* aventava a idéia *de se lembrar o governo da conveniência de se dissolver o Asilo de Inválidos da Pátria, passando os internos a perceberem seus vencimentos em dinheiro e viverem onde quisessem, tendo mais uma pensão tirada dos juros das 945 apólices*, que a *humanitária* SAIP portava e administrava. Polidoro deveria propor algo sobre o assunto.

Oito dias anteriores, isto é, 22 de julho, o Barão da Penha remeteu ao Conde uma interessante carta, com a proposta de dissolução do asilo. Isto significa que realmente, se alguns dias depois Polidoro recebeu a sua, o Conde D'Eu aceitou a proposta, e foi um dos seus entusiastas. Mas, é necessário trazer os escritos do Barão da Penha, para o entendimento sobre o assunto:

“Senhor

O desejo de ver melhorada mais uma classe do Exército – a dos Inválidos da Pátria, e o hábito de ver Vossa Alteza sempre Protetor de todos os melhoramentos de qualquer ordem animam-me a suscitar em Vossa Alteza uma idéia que, acolhida por Vossa Alteza debaixo de sua valiosa proteção, se dela for digna, tornará sem dúvida o vulto que me afigura.

A apresentação ao Governo Imperial do Projeto de Regulamento, para as Prisões Militares, feito pela Comissão da Legislação do Exército, é devida só aos esforços de Vossa Alteza; o que tão bem se me afigura um grande serviço por Vossa Alteza prestado ao Exército e à Sociedade.

Das vantagens dela resultantes, ninguém melhor do que Vossa Alteza se acha compenetrado; que, a tanto se resolvendo, externa sua opinião a respeito, vendo de um relance por sua ilustração o que muitos não alcançaram.

Como porém o lugar mais apropriado para se estabelecerem as Prisões Militares seja a Ilha do Bom Jesus, onde atualmente se acha o Asilo dos Inválidos da Pátria, releve-me a ousadia de oferecer-lhe algumas considerações a respeito, que me sugere o zelo com que me dedico admirando, acatando e seguindo o que Vossa Alteza manifesta grandioso pela Pátria que adotou.

Passa em julgando que foi realmente patriótica, humanitária e generosa a criação desse Estabelecimento, e a dos dignos Instituidores da Sociedade – Asilo dos Inválidos da Pátria – como demonstram os respectivos Estatutos; mas é forçoso confessar que a realização de tão grata idéia não correspondeu à seus fins, e creio que nunca corresponderá.

Como quer que seja essa instituição considerada, ou se comporte em relação à outros países, não me parece que ela não possa convir. O Brasil não é uma nação guerreira nem

nunca o deverá ser senão quando à sua honra, dignidade e integridade estiverem comprometidos para ser um país de vastíssima extensão e de difícilíssimas comunicações.

Ora, se em uma ou outra guerra se invalidarem alguns soldados, esses infelizes, como prêmio de seus serviços, hão de ser condenados a viverem eternamente em uma ilha, longe de suas famílias, de seus amigos, de suas Províncias, sujeitos à Regulamentos que lhes marcam horas de acordar, comer e dormir, não podendo sair nem passear sem licença? Não seria mais humanitário e generoso que esses infelizes fossem viver no seio de suas famílias ajudando-as com o seu pequeno prêmio e pensão?

Não seria isso também uma proteção indireta e justa à essas famílias pobres? Essas famílias não tratariam com mais desvelo esse inválido, que lhes servir de proteção com os seus vencimentos? Os inválidos que não tem família não preferirão viver em suas Províncias adidos a qualquer Corpo do Exército ou Companhia para receberem quartel, etapa e mais vencimentos a que tiverem direito, se outro arranjo não achassem?

Não estariam aí muito mais satisfeitos entre seus antigos camaradas e conhecidos do que em uma ilha longe inteiramente de todos os seus? O Estado não lucraria com a diminuição de despesa avultada que faz com este Estabelecimento?

Se, portanto, Vossa Alteza julgar dignas de atenção as considerações que acabo de apresentar, e se se dignasse de proteger também os infelizes Inválidos da Pátria, pelos quais intercedo, aproveitando aquela circunstância de ser a ilha do Bom Jesus o lugar mais azado para as Prisões Militares; e quando remetesse ao Governo o Projeto do Regulamento para essas Prisões, se dignasse de lembrar a conveniência de ser dissolvido o Asilo de Inválidos passando estes a perceberem seus vencimentos em dinheiro para viverem onde quisessem e os que não tivessem família a serem adidos aos Corpos do Exército, estacionados em suas Províncias, quando o quisessem, para terem quartel etapa e mais vencimentos; penso que tal ato seria de uma Magnanimidade inexcédível e só próprio de Vossa Alteza.

A Sociedade – Asilo de Inválidos da Pátria – que possui 945 Apólices da Dívida Pública de Cento de réis, e portanto uma renda de 56:700#000rs. anuais de muito bom grado concorrerá para melhorar a sorte desses inválidos, estabelecendo pensões que eles poderão receber conjuntamente com os vencimentos concedidos pela Lei. E, como os inválidos com direito a tais favores são unicamente aqueles que se invalidaram na guerra ou na paz, mas em ato do serviço, creio que não excederá o seu número de 500; e neste caso poderá cada pensão sem grande ônus, ser arbitrada em 10#000 rs mensais ao menos o que junto à que o Governo conceda e ao soldo respectivo protegerá os Inválidos da Pátria de suas necessidades mais urgentes.

Queira Vossa Alteza, pelo mérito do objeto, desculpar-me do abuso que faço de sua tão animadora benignidade.

Sou com a maior consideração e respeito.

De Vossa Alteza

Sr. Mal. do Exército Conde D’Eu

Rio de Janeiro. 22 de Julho de 1877

O mais obediente súdito
Barão da Penha”

O esclarecido barão reconheceu que a ilha era isolada, e quase que uma prisão para os homens que lá eram internos. Isso foi observado nove anos após a instalação do AIP. Segundo Sacramento Blake,⁷⁸⁶ o *Visconde da Penha*, João de Souza da Fonseca Costa, igualmente veterano do Paraguai, se salientou por causa de algumas publicações sobre o assunto que propôs ao Conde. Em 1871 publicou *Prisões Militares*, e em 1877,

⁷⁸⁶ Sacramento Blake. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 6º volume. Conselho Federal de Cultura. 1970.

ano da proposta encaminhada ao príncipe, trouxe ao público o *Projeto de Regulamento* para prisões militares. Até aí, tudo leva a crer que fosse um homem realmente empenhado em praticar as suas idéias. Era um pensador do sistema carcerário, ou melhor, da fundamental disciplina no exército, e visualizou na Ilha do Bom Jesus, uma excelente localidade, nem tão perto, nem tão longe, mas isolada, e que poderia receber um excelente estabelecimento que encerraria apenas militares. Talvez haja algo mais.

O argumento da construção de uma prisão justificava, por ser mais uma questão candente naquele momento, o fim do asilo. Entretanto, esse fato não ocorreu, isto é, a prisão não foi erguida naqueles anos. Curiosamente, o AIP, um pouco mais de sessenta anos depois da carta remetida a Polidoro, teve em seu nome o seguinte acréscimo: “*Prisão Militar do Bom Jesus*”. Uma pista de que décadas depois alguém se apossou das idéias do barão para ali tentar estruturar uma prisão, propriamente dita (**Figura 28**). Não tive acesso às suas publicações, mas creio que na de 1877 possa ter aventado a idéia do presídio na ilha. Em anexo há um projeto, da década de 40, do XX, sobre um presídio militar que a ilha comportaria (**Figura 29**).

Uma outra ressalva merece ser levantada. É óbvio que a ACRJ, a tão patriótica associação e seus filantrópicos membros, possuíam fortes interesses na dissolução do asilo; porque, se fossem estipulados apenas 500 inválidos como beneficiários, só com o juros anuais que ela obtinha, do total das polpudas apólices da dívida pública, frutos da subscrição, poderiam cobrir os gastos. Entretanto, fora o juros, que já, supondo, poderiam ter sido entregues ao exército, igualmente é certo que os bondosos comerciantes embolsariam o montante. A quantidade de internos apontada no documento não correspondia ao número exato. A guerra havia se encerrado havia apenas sete anos, e existiam numerosos inválidos, ainda bem vivos, em suas províncias, bem como abundantes viúvas e órfãos, estes com idade para receberem pensão, principalmente os menores de dezesseis anos. Com o fim do asilo, algo mais relevante seria proporcionado, não haveria mais constrangedores questionamentos sobre o dinheiro que a associação deveria ter entregue, anos antes, ao governo, para que fosse construído o estabelecimento.

Mas, os comerciantes não queriam remeter as quantias, em sua totalidade, para a administração pública. Pensavam que até poderiam ajudar nos pagamentos dos benefícios, mas em número já estipulado, limitado, e creio eu circunscritos, em seus valores, às quantias auferidas pelos anuais juros, e talvez até abaixo.

Se foram contabilizados apenas 500 que poderiam ser beneficiados, e ainda assim, com muitos que não eram veteranos, porque haviam se invalidado no serviço diário, depois de 1870, fica a questão de que muitos, ou foram realmente remetidos para as suas províncias, sem receberem os seus devidos direitos, ou apenas estavam sendo contabilizados os que realmente permaneceram na ilha, não tendo direito à pensão proveniente da ACRJ, os que, ainda que fossem *inválidos da pátria*, não morassem nas dependências do asilo.

Foi estratégico, para os comerciantes, os quais o barão provavelmente representava, que fosse ventilada a idéia entre altos membros do governo. Tenho a impressão, por mais que seja temerário observar esse tipo de coisa, que o barão possuía dois interesses. O mais óbvio era concretizar uma idéia que já existia, pelo menos em seus documentos, há sete anos; e da qual, parece-me, apresentava ser um fervoroso defensor; a outra, era de alguma vantagem que poderia obter, já que, inclusive, falou pela própria associação, e certamente em decorrência de comunicações diretas, provavelmente com Tocantins. Se prestou as informações, detalhadamente, sobre como a ACRJ se comportaria, no caso de ser aprovado o seu projeto, é porque já havia tratado dos detalhes com os comerciantes.

Não se deve esquecer que a proposta foi localizada nos documentos de um militar de alta patente do exército, igualmente veterano e do mesmo modo “acionista”, ou sócio da SAIP, porque havia sido presidente da comissão promovida na “freguesia da Lagoa”, e como a auxiliou na arrecadação, detinha interesses pelo encerramento das atividades do asilo e até mesmo tinha direito de participação nas anuais reuniões da sociedade.

Quando o barão procurou o Conde D’Eu, visava, primeiro, que ele pudesse ser utilizado para legitimar a dissolução do estabelecimento, e com o seu aval, seria provável que não surgissem pessoas contrárias às idéias aventadas na carta. Porém, outro fator importante, para a busca de compreensão sobre o que estava acontecendo, é conjecturar sobre a ambição do príncipe, porque naquele ano, o principal interessado no funcionamento ou não do asilo, e pela sua rápida construção, estava em sua segunda grande viagem ao exterior. Havia partido em 1876, retornando após 18 meses e chegando à Corte só no dia 26 de setembro de 1877,⁷⁸⁷ o que fortalece a hipótese de que nem soubesse o que estava acontecendo; afinal, não responderia, pessoalmente, pelo fim

⁷⁸⁷ Lilia Moritz Schwarcz. *op. cit.*, (páginas 373 a 382).

de um asilo que havia sido tão desejado durante a guerra e que só por ele foi promovido. Se o príncipe aceitou a proposta, fica uma outra hipótese para o caso. Talvez ele não se preocupasse com os inválidos, e muito menos com a ilha e a sua ocupação, porque, possivelmente, obteria algo da nova “transação” proposta; obviamente um útil presídio, dirigido contra os problemas disciplinares presentes no exército; mas porventura algo mais.

Seria igualmente limitador afirmar que o príncipe, alguns indivíduos do alto escalão do exército e os da ACRJ só estavam visando o bem estar dos inválidos e a construção de um presídio no Bom Jesus. É certo que não era isso o que os compelia. Cada um dos envolvidos detinha um interesse, e o fim do asilo, a sua completa e oficial dissolução, legitimava, juridicamente, conforme previsto nos regulamentos, o fim da SAIP; isto é, extinguindo o AIP, algo que era previsto nos regulamentos da *Sociedade*, todo o capital doado – uma vultuosa quantia – seria incorporado à ACRJ. Nos estatutos da SAIP, que estão em anexo, pode-se observar que:

Art. 2º. A sociedade durará por todo o tempo que existir o Asilo dos Inválidos da Pátria, e, dada cessação deste, a assembléia geral dos sócios deliberará o que entender a tal respeito, de conformidade com a disposição do art. 15.

O artigo 15, é menos esclarecedor sobre esse assunto:

Art. 15º. As apólices compradas pela sociedade ou que constituírem seu fundo ou patrimônio, e cujo rendimento é aplicável ao Asilo dos Inválidos da Pátria serão inalienáveis enquanto este existir e prestar os socorros para que é instituído; pelo que, com sua cessação, volverão ao domínio social para terem o destino ou aplicação em favor de algum ou alguns dos estabelecimentos pios existentes ou fundação de algum novo de que haja necessidade, conforme resolver a sociedade sobre proposta do conselho diretor; para esta deliberação, porém, deverão estar presentes pelo menos 200 sócios.⁷⁸⁸

Se os artigos fossem respeitados, a SAIP desapareceria somente em 1977, quando o asilo foi oficialmente dissolvido. Se, em 1877 eles não conseguiram realizar o seu intento, em um futuro relativamente próximo, os comerciantes fizeram com que a SAIP tivesse suas atividades encerradas, e tudo o que lhe pertencia foi incorporado ao patrimônio da ACRJ, sendo o irmão do Duque de Caxias, presidente da associação e da sociedade, o principal articulador da irregular fusão. Em uma cópia encerrada no

⁷⁸⁸ Manoel da Costa Honorato. *op. cit.*, (páginas 86 a 90).

Arquivo Histórico do Exército, pode-se entender o que aconteceu em 1884, quando foi proposta a dissolução da SAIP.

Em uma *ata da assembléia geral extraordinária da SAIP*, no dia 12 de agosto de 1884, *achando-se reunidos ao meio-dia no salão do Banco do Brasil, a convite do Conselho Diretor da SAIP, o Visconde de Tocantins, buscando sujeitar a consideração e deliberação dos sócios uma proposta que trataria da dissolução da sociedade*, desde que fosse obtida *a aquiescência do Governo Imperial*.

Entre os argumentos, foram utilizados não só o *insignificante número de asilados, mas também* o fato de o *Governo Imperial para a sustentação do Asilo, jamais ter carecido do auxílio da mesma Sociedade*. Afirmação esta, que se constata, simplesmente, não ser verdadeira, principalmente quando cotejada pela leitura dos relatórios do ministro da guerra, no final do conflito e em alguns anos, posteriores, e segundo as observações feitas pelo próprio imperador, em um de seus “bilhetinhos”.

Além disso, e segundo as observações dos responsáveis pela SAIP, a comissão arrecadadora *foi criada por iniciativa exclusiva da Associação Comercial*, fora ter sido executada, em sua maior parte, na *Capital*, o que deixava bem entendido que fôra, apenas, uma prestação de serviço, em um momento tão difícil, pelos comerciantes, patrióticos, estabelecidos, e membros da antiga Praça do Comércio, do Rio de Janeiro. Foram feitas propostas para se manter outros serviços, ligados ao comércio, e que, supostamente, favorecessem os filhos, e os próprios *servidores do Estado* que se achassem *em idade avançada ou que tinham se invalidado no serviço do país* e, o mais importante, a Associação não poderia *alienar ou por qualquer modo onerar as apólices que recebeu*, ou melhor, as apólices que correspondiam *ao total primitivo produzido pela subscrição*, acrescento, pública, nacional, e sob a égide e legitimação do imperador.

A proposta foi aceita pelos membros da assembléia, presidida por Tocantins, e concorreu para os anos da pendenga, aliás, décadas, entre o exército e a ACRJ.⁷⁸⁹

Mas, como um parecer, e junto com os documentos encerrados no Arquivo Nacional, de Polidoro, anexo aos papéis referentes ao AIP, e em resposta ao general, o Visconde do Rio Branco, com cautela e muita ponderação, respondeu, certamente porque foi inquirido, sobre a ação que se queria promover. Não descarto a possibilidade dele ter sido contra a dissolução porque portava outros interesses, contrários aos

⁷⁸⁹ Arquivo Histórico do Exército. Arquivo AIP. “Registro Histórico do AIP”.

membros do comércio, e que não estavam restritos, meramente, às questões cotidianas de atos administrativos emanados dos gabinetes que procuravam ter bom senso. Sabe-se que esses homens, tanto os comerciantes, quanto Rio Branco, detinham numerosos interesses econômicos, muitas vezes não convergentes, e uma manobra bem dada em um gabinete quando eventualmente exercia a pasta de algum ministério, poderia ser uma boa resposta às ações e interesses financeiros e econômicos divergentes e concorrentes. A carta foi com a observação “particular”:

“Particular

Illmo. Exmo. Sr. General
Visconde de Santa Teresa.

Devolvo a V. Excia. os papéis que se dignou confiaram-se, relativos à proposta do Sr. Barão da Penha para extinção do Asilo dos Inválidos do Exército.

A matéria é importante e grave, que eu de medo aventurei algumas idéias sobre ela.

Com razão (...) aos sentimentos e luzes de V. Excia. essa medida. Sobre este ponto minha convicção é firme: não convém extinguir aquele Estabelecimento.

A extinção fora uma quebra de palavra honrada, e uma triste desilusão.

A ser conveniente, o que contesto, devia compreender o estabelecimento irmão que há na marinha. A desigualdade seria inexplicável e de péssimo efeito.

O local não é bom, ou é preferível para outro destino? Não é razão para se condenar uma instituição, que os outros países mantêm como um dever sagrado e um grande estímulo.

Também eu quisera o Asilo do Exército em terra firme, junto a algum de nossos grandes estabelecimentos militares, e portanto à vista da população, e próximos dela. O Arsenal que se constrói no Campo Grande, talvez ofereça a vizinhança que julgo mais útil.

Mas não condenar a instituição por esse motivo.

A idéia de não forçar os Inválidos a viverem nessa comunidade, é idéia útil e conforme à prática de outras Nações. Dê-a ao Inválido essa liberdade, com metade da pensão que corresponder à sua despesa no Estabelecimento. Em França dá-se uma pensão proporcionada ao soldo.

Possa ele viver fora enquanto lhe aprouver, e voltar para o seu Asilo quando lhe convier.

É questão de meios, questão importante, mas não impossível; e (...) também esperar o tempo e (...) nesse grande empenho.

A instituição merece estudo, e envolve em si a idéia geral de um Monte-Pio para o Exército, mediante contribuição de todos os militares, e de outras (...) como doações e legados, e as heranças vagas dos mesmos militares.

Se o nosso exército é ainda pequeno, irá crescendo naturalmente com o tempo, e o sistema atual de meio soldo, sem contribuição dos internados, tirado da renda geral do Estado, não será praticável, e não tem exemplo entre as Nações mais civilizadas.

Entre nós dá-se até uma desigualdade entre o Exército e a Armada, cujas praças contribuem para o seu Monte-Pio. Não é este uma instituição perfeita, mas é sempre melhor do que a lacuna que se dá nos do Exército.

Temos necessidade de mais uma prisão militar na Corte? V. Excia é melhor juiz do que eu. Se o Exército vai ceder Fernando de Noronha (manda do orçamento em discussão), à Justiça civil, precisa da Ilha do Bom Jesus para igual fim?

Os presos mais importantes, pela qualidade das penas, desperia(?) a farda, trocam-se presos civis: irão para aquele Presídio, que por isso se julga mais próprio da Administração da Justiça Civil.

Para os presos militares não bastam as prisões dos quartéis e fortalezas?

Seja como for, não é isso motivo para se acabar com o Asilo, que o Sr. Ministro da Guerra dita em seu relatório que tem oficinas cuja receita cobre a despesa, e concorrem para moralizar os Inválidos. E parte dessa despesa seria menor, se eles, colocados junto a um Arsenal, por exemplo, pudessem trabalhar nas oficinas deste.

Reforme-se o Asilo sobre uma base larga, tendo em vista o presente e o futuro, dê-se mais liberdade aos Inválidos, mas não se acabe com a instituição, que honra a classe militar e a gratidão de que ela é digna. Se não podemos já imitar a Luís 14, também não nos mostremos retrógrados e imprevidentes nos socorros de que é merecedora essa classe.

Desculpe V. Excia. a imperfeição deste parecer, que não arriscaria, se contasse com a sua bondade e ilustrada experiência.

S. Excia.

Afetuosos amigos e (...)

Visconde do Rio Branco

Rio de Janeiro

12 de Setembro de 1877”.

Fernando de Noronha foi mais uma vez suscitada. A ilha prisão era lá, e a ilha “asilo” situada próxima da Corte. Não deveria haver confusão, ainda que a mesma intenção houvesse compelido a construção do asilo. Não era mais possível imitar Luís XIV, e construir algo colossal. A guerra já tinha acabado, e os veteranos estavam em suas províncias. Os que permaneciam no asilo trabalhavam em suas oficinas, para o trabalho moralizante. O asilo serviria, ainda que com muitas deficiências, para eventuais conflitos (Argentina?), e deveria estar pronto para que se recebessem novos inválidos, de guerra, e dos serviços de paz. Rio Branco observou sobre uma outra grande lacuna nas pesquisas. Um montepio foi sugerido, e talvez, das questões colocadas sobre o asilo, tenha nascido um, que se configurou por décadas.

Mas, se o assunto se referia a prisão, então um presídio militar dá muito o que pensar sobre indisciplina militar, mas não que ficasse restrita, meramente, aos praças. Durante o desenvolvimento da década de 70 o exército, ou melhor, seus oficiais se sentiam cada vez mais desprezados pelo governo imperial. John Schulz, em capítulo de seu trabalho intitulado *O Exército Desprezado*,⁷⁹⁰ trouxe algumas considerações oportunas, que igualmente auxiliam no entendimento da criação de um *presídio militar* no Bom Jesus. Foi uma década marcada pelo descaso dos políticos para com os militares, do mesmo modo o foi pela presença de baixos rendimentos, promoções demoradas e injustas, condições de vida miseráveis e falta de pensões para viúvas, inválidos e órfãos que a guerra havia produzido. Em suma, de crescente descontentamento entre o meio militar, notoriamente de oficiais ocupando postos hierárquicos inferiores, ou, como Wilma Peres Costa definiu, do *ressentimento*

⁷⁹⁰ John Schulz. *O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar. (1850 – 1894)*. Edusp. São Paulo, 1994. (páginas 75 a 93, “*O Exército Desprezado*”).

*acumulado do exército diante da ingratidão demonstrada pelos sucessivos governos monárquicos em relação aos sacrifícios vivenciados pela instituição militar na Guerra do Paraguai.*⁷⁹¹

Muitos oficiais manifestavam-se pela imprensa, principalmente a que era dirigida por militares e seus simpatizantes. Com a dívida ocasionada pela guerra, as despesas precisaram ser contidas e o ministério não teve o seu orçamento ampliado, ao contrário, pois se antes do conflito o exército era contemplado com cerca de 20% a 25% do orçamento, após 1870, viu sua parcela reduzida para 10%, e isso se constituía em um forte argumento, dos legisladores e políticos, para que não providenciassem aumentos nos soldos. Segundo Schulz, a imprensa militar gradativamente defendia a abolição, a imigração, a construção de ferrovias e a proteção à indústria nacional. A abolição e a imigração estavam intimamente ligadas às questões do recrutamento. Os oficiais esperavam que a implementação delas pudesse proporcionar ao Brasil um grande exército de trabalhadores brancos voluntários, *que substituísse o pequeno exército compulsório de ex-escravos preguiçosos*. O exército, segundo seus anseios, deveria ser formado por cidadãos livres. As promoções, ou a ausências delas, do mesmo modo foram presentes e definiram muito da animosidade igualmente cada vez mais crescente entre os militares e os membros do governo. O sistema era visto como extremamente demorado e normalmente injusto, sendo que a política, ou os seus membros, quando contemplavam alguém, o faziam somente por questões pessoais, de clientelismo, e não por mérito. A guerra, ou a sua demanda social, foi uma outra bandeira que gradativamente foi levantada pelos militares, ou como Schulz denomina, *novos pontos de conflito entre a elite e a oficialidade*. De acordo com a lei que criou os corpos de *voluntários da pátria*, estes deveriam ter preferência na ocupação de cargos públicos, no entanto, *muitos deles estavam morrendo de fome por não terem empregos*. E, para constrangimento do governo, e segundo as pilhas de processos encerradas no Arquivo Nacional, conforme Schulz salientou, *muitas viúvas, órfãos e aleijados não recebiam suas pensões*. Foi no mesmo período, de crise, que muitos oficiais começaram a se aproximar dos movimentos abolicionista, do republicano e do positivismo. Foi com a propagação desses movimentos civis, que houve uma crescente participação política do corpo de oficiais, e que começaram a desafiar a ordem vigente.

⁷⁹¹ Wilma Peres Costa. *A Espada de Dâmocles. O Exército, A Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. Editora Hucitec. São Paulo, 1996. (página 20).

Ainda que Schulz afirme que nos dez anos posteriores ao conflito, o descontentamento dos oficiais subalternos e médios permanecesse sob a superfície, talvez um movimento de contestação da ordem existente fosse perceptível, ainda que os maiores comandantes do exército estivessem vivos, como Caxias, Osório, Polidoro e Porto Alegre. Era óbvio, aos mais novos, que os velhos, comprometidos com a ordem estabelecida, um dia morreriam, como de fato aconteceu naqueles anos, e que não mais conseguiriam inibir, pela hierarquia, e persuasão provinda de seu prestígio, as manifestações e inquietações dos mais novos, e que não possuíam identificação com a monarquia, muito menos com a sua burocracia especializada e treinada.

Schulz dividiu as questões, ou demandas, em duas amplas categorias. As reformas nacionais e as da corporação. Os jornais, porta-vozes dos militares, manifestavam-se sempre por um pagamento mais justo e mais regular, que as promoções fossem agilizadas e imparciais, que pensões e privilégios para os veteranos fossem implementadas pela burocracia, e que o exército fosse melhor recrutado, treinado e armado. Para o país, os jornais se manifestavam em favor da abolição, da imigração, da construção de ferrovias, das tarifas protecionistas e de uma burocracia honesta.

Não descarto, então, que o presídio militar na ilha do Bom Jesus fosse uma providência, bem conveniente, de demonstração de poder e de coação, do governo imperial, principalmente emanado do Conde D'Eu, que ainda estava inserido no exército, e tributário de algum prestígio entre a força - que foi perdendo naqueles anos - e tendo muitos como aliados, para “conter”, pela ameaça velada, e quando necessário, a exclusão, ou melhor, a reclusão, de um crescente número de oficiais que se tornavam cada dia mais contrariados com a presença da monarquia no país. É certo que não fariam contestações pesadas, ou contundentes, mas pode ser que no final da década de setenta, a situação já fosse percebida pelo príncipe e até mesmo pelo barão da Penha. Um presídio no Bom Jesus seria uma prova incontestável de poder próxima à Corte, idealizadamente inibidora de qualquer provável sedição promovida entre oficiais insatisfeitos, ou mesmo que passassem a fazer oposições mais intensivas e ostensivas contra o governo imperial, e é claro, coadjuvados pela tropa que tinham sob comando, porque um presídio seria feito para todos, independente de posto.

Entretanto, o que se depreende desses documentos de Polidoro é que, primeiro a ACRJ auxiliou com poucos recursos o asilo, isto é, considerando que apenas adquiriu a ilha, em 1873 ou 1874, e não descarto a possibilidade de que eventualmente tenha

auxiliado o governo até em sua construção, um importante detalhe sobre o qual absolutamente nada consegui, e as únicas referências sobre o assunto dizem respeito à ausência dos comerciantes em suas obrigações. Fora isso, não auxiliou em mais nada, a não ser quando a associação era constantemente acionada na justiça, e conforme se observa nas cópias dos processos entre o exército e os seus advogados. Só muitas décadas depois, na república, é que se começou a pagar algumas pensões para veteranos inválidos e viúvas remanescentes, mas, para instrumentalizados em sua defesa nos processos. Não foram todos os veteranos remanescentes que receberam o tão desejado auxílio dos comerciantes. Durante a guerra, o asilo não foi auxiliado pela associação, que estrategicamente se utilizou dos inválidos e da comoção nacional para obter muito capital oriundo da subscrição. Do mesmo modo é explícito que o imperador esperou ao máximo para receber o tão desejado auxílio, tanto que quando constatou, no primeiro semestre de 1867, quase três anos depois do começo da guerra, que a associação em nada o auxiliava, decidiu ser ele mesmo o “construtor” do estabelecimento, e promovendo, junto à *Diretoria* de obras militares, Carneiro Leão, e com os seus ministros, a rápida construção na ilha do Bom Jesus. Era naqueles anos que a epidemia de cólera se fazia mais presente, fora as questões disciplinares suscitadas em Niterói e na Corte, além de milhares de homens que desembarcavam na cidade, e que se constituíam em uma grande demanda social para o imperador equacionar.

Ademais, foi uma situação que determinou numerosos choques entre os comerciantes e o governo nos oitenta anos seguintes. Em dois livros, de carácter oficial, contando a história da ACRJ, nos capítulos que foram reservados à pendenga, ela sempre se fez de vítima. Foi assim no de Eudes Barros, retratando-a como uma associação de *lutas, sacrifícios e realizações*,⁷⁹² e em um de publicação mais recente, de Herculano Mathias, um estudo com a pretensão de trazer ao público *a história de uma das mais antigas instituições brasileiras, a partir de sua criação*, quando se iniciou *em plena economia colonial, para terminar em nossa civilização eletrônica*.⁷⁹³ Quando se acessa o *site* da instituição, no *link* correspondente à sua biblioteca, a capa do livro de Barros se encontra reproduzida, sinal de que os atuais comerciantes, além de não desejarem suscitar muitas pesquisas sobre o assunto, depositam uma “fé inabalável”

⁷⁹² Eudes Barros. *A Associação Comercial no Império e na República. Antecedentes Históricos*. Rio de Janeiro, 1959.

⁷⁹³ Herculano Gomes Mathias. *Comércio. 173 Anos de Desenvolvimento. História da Associação Comercial do Rio de Janeiro. (1820 – 1993)*. Expressão e Cultura. Rio de Janeiro, 1993.

como vanguarda financeira, econômica e empreendedora de um país, que os transforma, intermitentemente, em vítimas de suas abnegadas intenções.⁷⁹⁴

É certo que o estudo do AIP, no pós-guerra, pelo menos a partir da segunda metade da década de setenta igualmente pode esclarecer alguns aspectos, ou particularidades entre o imperador, a família imperial, os comerciantes, e os oficiais do exército insatisfeitos com o sistema. Mas isso é uma outra história.

⁷⁹⁴ <http://www.acrj.org.br>

**“ Foi nos matagais, nos campos de Tuiuti
Em Humaitá, Estabelecimento e Tagi
Que colhemos vitória
No entanto, quando a pátria voltamos
Fomos ao grande Monarca e contamos
Toda a nossa história**

**E o Rei contente com os risos nos lábios
Ouviu-nos sentindo os maiores resabios
De glória e afã!
E depois disse-nos: ide para nossos lares
Em procura dos velhos antigos solares
E do dia de amanhã!**

**No entanto, andamos, velhos e alquebrados
Sem um vintém, sem nada e andrajados
Gemendo de dor
Sabeis o que sentem os soldados da liberdade?
É fome! Dai-lhes esmolas por caridade
E pelo vosso amor**

**Nós que a pátria defendemos cantando
Lutando sempre procurando a glória
E que por ela derramamos sangue
Colhendo louros para dar a história
Trocando o solo e os amenos lares
Pelos vastos pampas do país do sul
Somos quem ora triste mendigamos pão
Olhando a terra e o firmamento azul**

**Somos quem por ela empunharam as armas
Ainda virgens das mundanas lidas
E quem lhes dera os seus corpos e almas
Lutando sempre com as fronte erguidas!
E quem deixaram o mundo a roçar os céus
Buscando a palma para lhe pôr na mão!
Mas que ora vagam acabrunhados, tristes,
Pelas vossas portas mendigando o pão!**

**Somos os bravos que o Paraguai correram
Enfrentando as balas do fatal canhão!
Somos os heróis que tantas vezes venceram
As bravias hostes do Ditador-leão!
E quem pelas matas como tufão passaram
Varrendo aos pampas do funéreo – chão!
Mais que ora triste à vossa frente surgem
Com a voz roquenha mendigando o pão!**

**Somos quem as balas enfrentaram altivos
Ainda crianças no burburinho da guerra;
E que os pampeiros tantas vezes viram
Levar por frente vagalhões de terra!
E quem na luta sempre foram valentes,
Encarando o inimigo e o fatal canhão!
Mas que andam neste mundo errantes,
Pelos vossos lares mendigando o pão!**

(José Francisco Paes Barreto. *História da Guerra do Paraguay*. Typographia de F. P. Boulitreau. Recife, 1893).

5. Os Processos de Asilamento.

Durante os meses que pesquisei no AHEx, coletei algumas centenas de documentos oriundos da administração do AIP. Entre eles, existem alguns que são conhecidos como processos de asilamento, na sua maior parte petições dirigidas ao ministério da guerra solicitando asilamento, fixação de residência na ilha do Bom Jesus, transferência de etapa para esposas e filhos menores de dezesseis anos, recebimento de soldo em algum Estado, etc. A maioria dos processos trata de veteranos da “guerra do Paraguai”, também chamados de peticionários. Entretanto, esse capítulo só será trabalhado para o entendimento acerca das condições com que muitos homens, na condição de inválidos, fisicamente falando, foram desmobilizados, e que não tiveram acesso aos direitos que lhes eram devidos por décadas. Somente no final da vida, é que alguns desses, que chegaram pelos documentos, conseguiram obter algum benefício dada a sua situação.

Quase todos os peticionários, já muito idosos e sem condições de se sustentarem se beneficiaram inicialmente do decreto de 1907⁷⁹⁵ que estabelecia pensão vitalícia aos voluntários da pátria. Muitos ex-combatentes tinham dificuldades em provar que haviam participado da guerra porque não possuíam mais a documentação necessária para certificar seu passado militar, pois não restava muita coisa de um documento

⁷⁹⁵ BRASIL. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1907*. volume I. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1908:

“Decreto n. 1687. Guerra e Marinha. Decreto de 13 de agosto de 1907. Concede vitaliciamente aos oficiais e praças de pret sobreviventes dos corpos de Voluntários da Pátria e Guarda Nacional e aos auditores da guerra e estudantes de medicina e farmácia, que serviram no Exército e na Armada, por ocasião da guerra do Paraguai, o soldo regulado pela tabela atualmente vigente e dá outras providências.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1º É concedido vitaliciamente aos oficiais e praças de pret sobreviventes dos corpos de ocasião da guerra do Paraguai, o soldo regulado pela tabela atualmente vigente, correspondente aos postos e à situação em que se achavam ao tempo em que foram dispensados do serviço militar.

Parágrafo 1º Igual concessão é extensiva e nas mesmas condições, aos auditores de guerra e estudantes de medicina e farmácia que serviram como voluntários na referida campanha.

Parágrafo 2º Os oficiais e praças que já estiverem no gozo de pensão terão de optar entre ela e o soldo que a presente lei lhes concede.

Art. 2º Para que os interessados possam perceber o soldo vitalício que esta lei lhes assegura, é indispensável que se mostrem habilitados com as respectivas patentes, baixas ou documentos equivalentes, assim como os atos, expedidos pelas repartições dependentes dos Ministérios da Guerra, Marinha e da Justiça, ou por certidões autênticas, isentas de selos, extraídas das mesmas, ou de quaisquer outras repartições públicas, da União ou dos Estados.

Art. 3º Fica o Presidente da República autorizado a abrir os créditos necessários para execução desta lei.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1907, 19º da República.

Afonso Augusto Moreira Pena; Hermes R. da Fonseca e Alexandrino Faria de Alencar”.

confeccionado décadas antes. Os papéis comprobatórios que poderiam ser anexados eram os diplomas da medalha de mérito, instituída em 1868 ou da medalha geral de campanha, instituída em 1870⁷⁹⁶. Esta última foi concedida aos oficiais gerais, superiores, capitães, subalternos e praças de *pret* dos diferentes corpos que compuseram nossas tropas, no exército ou na marinha. Funcionários civis que serviram durante a guerra no Paraguai, Uruguai e Argentina também a receberam.

Outra dificuldade era que muitos veteranos moravam longe das capitais de seus Estados ou do Rio de Janeiro, por isso não tinham acesso aos lugares que poderiam fornecer certidões atestando seu passado. Certamente essa limitação foi um fator importantíssimo para que muitos ex-combatentes não conseguissem receber seus direitos, isto é, quando tinham conhecimento deles.

Em alguns processos, observei que os suplicantes apresentavam seus nomes destacados das ordens do dia dos exércitos que foram publicadas, procurando sempre estarem munidos de cartas de autoridades como delegados ou juízes da região onde residiam que afirmavam sua identidade ou mesmo de outros veteranos que reconheciam por carta assinada o requerente como participante da guerra contra o Paraguai. Sobre este último caso, que sem dúvida se trata de um gesto de solidariedade entre ex-combatentes, posso apresentar interessante observação feita por iminente historiador militar inglês, John Keegan, que afirma que o pesquisador deve prestar atenção para uma série de fatores, dentre eles, ao *respeito mútuo subtil, natural, uma solicitude*, entre os veteranos, sempre *para proteger ou mesmo para favorecer os interesses uns dos outros*, justamente porque *são homens que estiveram no mesmo barco*⁷⁹⁷. Isso pode ser observado nos documentos anexados aos processos, em que encontrei declarações de homens que estiveram em uma mesma campanha, em uma mesma batalha, auxiliando-se tanto no passado, no momento da peleja, quanto na composição de um documento para auxiliar um colega que pleiteava um pequeno pecúlio em sua velhice.

Os processos, também chamados de requerimentos de asilamento, são complexos. São numerosos, sendo quase todos de inválidos após a guerra, a maioria considerada inválida por velhice, mas que tinham direito a uma pequena quantia para a própria subsistência. Os processos não tratam apenas de ex-combatentes da campanha do Paraguai; mas alguns são de militares que lutaram em Canudos, no Contestado ou

⁷⁹⁶ Francisco Marques dos Santos. *A Guerra do Paraguay na Medalhística Brasileira*. Tipografia Siqueira. São Paulo, 1937.

⁷⁹⁷ John Keegan. *O Rosto da Batalha*. Editora Fragmentos. Lisboa, 1988. (páginas 57 e 58).

participantes de ações militares que sufocaram revoltas e rebeliões e nessas operações foram feridos. Porém, aqui, só serão trabalhados, parcialmente, os veteranos do Paraguai.

Sobre os direitos adquiridos em favor dos ex-combatentes, mereceria uma pesquisa toda a provável discussão feita no meio parlamentar. Outro assunto praticamente ignorado é a situação dos homens oriundos das guerras da primeira metade do século XIX. Nem ao menos sabemos sobre os da guerra de independência, apesar que, durante a guerra contra o Paraguai, o governo aprovou pelo decreto número 1254 de 08 de julho de 1865, etapas para os oficiais de 1822 e 1823⁷⁹⁸.

Chamou minha atenção que ainda nos dias de hoje, no Arquivo Nacional, exista um remanescente armário, portador de fichas amareladas pelo tempo, portadoras dos nomes dos participantes da guerra de 1864 a 1870, retirados de ordens do dia e que, segundo informações de funcionários, serviu de consulta para viúvas e filhas de ex-combatentes no momento de requererem uma pensão. Acredito que as ordens do dia dos exércitos em operações foram re-impressas por *Francisco Alves de Souza* no final do século XIX, com a intenção de organizar a consulta, facilitando a pesquisa para o pagamento de pensões e a conseqüente regularização da situação dos ex-militares e de seus dependentes.

Mas, sobre os processos dos ex-militares da campanha do Paraguai (anexo 10), posso dizer que merecem uma classificação especial, um estudo mais pormenorizado. Os requerimentos se concentram nos anos de 1919 a 1923. Nesta época, pela investigação na *coleção das leis do Brasil*, notei que alguns decretos estavam sendo aprovados visando reservar créditos especiais para pagamento de soldos vitalícios aos voluntários da pátria. Acredito, mas ainda não posso provar por falta de competente documentação que, quando o veterano requeria o direito aprovado em 1907, era informado que melhoraria sua situação solicitando o “asilamento”, já que poderia ser considerado um “inválido da pátria” e portanto, receber, por direito aprovado, soldo e etapa.

Durante o período de concentração de protocolos dos processos - entre o final da década de dez e os primeiros anos da década de vinte - há na Europa uma intensa discussão sobre o destino de milhares de homens que ficaram inválidos nos combates da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918). Muitos veteranos dos exércitos europeus

⁷⁹⁸ BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Tomo XXV, parte I. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1865.

retornavam aos seus lares inválidos pelo conflito, e talvez por isso, por esta evidência, os governos europeus e possivelmente dos Estados Unidos da América, de alguma forma se mobilizaram para fornecer algum auxílio aos seus mutilados. No Brasil, talvez também por influência da questão do inválido do primeiro conflito mundial, nossos veteranos acabaram se tornando por um tempo o centro das atenções, após décadas de esquecimento. É notório que o ex-combatente de 1864 a 1870 tornou-se visível, já que há uma considerável quantidade de processos de asilamento concentrados neste período, bem como uma série de leis que foram aprovadas naqueles anos, apesar de seguirem uma trajetória própria, isto é, serem decretos que reservavam recursos do tesouro público para pagamento de *soldo vitalício* a esses homens e que foram aprovados entre os anos de 1910 a 1932⁷⁹⁹. Segundo o historiador André Corvisier; *depois das guerras da Revolução e do Império*, na França, o inválido de guerra tornou-se popular. E isso ainda tornou-se mais verdadeiro depois da Primeira Guerra Mundial.⁸⁰⁰ É durante o mesmo período que são localizados alguns textos, de brasileiros, como Lima Barreto e Monteiro Lobato, sobre os veteranos da guerra do Paraguai. Aqui serão explorados em momento oportuno.

Um dos veteranos, José Luiz Rodrigues da Silva, em sua reminiscência, fez interessante observação sobre a década de 20, quando redigiu o seu trabalho:

“Na plenitude considerável da guerra, é opinião firme dos historiadores, foi a força expedicionária de S. Joaquim a que mais se salientou em sacrifícios descomuns. Felizmente os nossos pro-homens políticos, após meio século de acabada a epopéia brasileira nos campos inóspitos do Paraguai, vão reconhecendo a relevância dos serviços prestados aí pelos seus poucos compatriotas, que ainda existem alquebrados, valetudinários, no último quartel da vida. Permitiram-lhes, aos reformados e Voluntários da Pátria, cujo soldo era pago pelo da tabela antiga, que o fosse pela da atual. Recentemente prestaram grande homenagem, não há dúvida, a certa ordem de oficiais, concedendo-lhes as honras de General de Brigada.

⁷⁹⁹ Pela *Coleção das Leis do Brasil* é possível identificar, na seção reservada ao Ministério da Guerra, entre os anos de 1910 a 1932, vinte e dois decretos aprovados que reservaram *créditos para pagamento de soldo vitalício aos voluntários da pátria*:

Decreto nº 7903, de 17 de março de 1910; decreto nº 8402, de 28 de novembro de 1910; decreto nº 8580, de 01 de março de 1911; decreto nº 9016, de 11 de outubro de 1911; decreto nº 9892, de 03 de dezembro de 1912; decreto nº 10627, de 24 de dezembro de 1913; decreto nº 12.224, de 04 de outubro de 1916; decreto nº 13.022, de 09 de maio de 1918; decreto nº 14.472, de 11 de novembro de 1920; decreto nº 14.702, de 02 de março de 1921; decreto nº 14.762, de 07 de abril de 1921; decreto nº 15.041, de 06 de outubro de 1921; decreto nº 15.041, de 06 de outubro de 1921; decreto nº 15.883, de 15 de dezembro de 1922; decreto nº 15962, de 16 de fevereiro de 1923; decreto nº 16.186, de 27 de outubro de 1923; decreto nº 16.971, de 08 de julho de 1925; decreto nº 5.260, de 22 de setembro de 1927; decreto nº 17.977, de 10 de novembro de 1927; decreto nº 5593, de 06 de dezembro de 1928; decreto nº 18.574, de 23 de janeiro de 1929 e decreto nº 21.496 de 09 de junho de 1932.

⁸⁰⁰ André Corvisier. *A Guerra. Ensaio Histórico*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1999. (página 256).

Parecerá talvez ao Congresso que, assim procedendo, remunerou generosamente os veteranos da homérica guerra; que disse a última palavra em assunto de tanta magnitude. No entanto, isso não representa um ato de importância suprema.

O Estado Argentino e o Oriental do Uruguai, que, em relação aos nossos recursos, são dois pigmeus, e os não devemos julgar com mais patriotismo que nós, há muitos anos mandaram incluir, como prontos nas fileiras do exército, os seus veteranos, para vencerem sempre como os efetivos, o soldo e todas as gratificações a que estes tiverem direito.

Na terra do Cruzeiro, pratica-se, para com os seus servidores beneméritos, sensíveis injustiças. Vencem, sim o soldo geral, mas sem direito a mais nada. Agora mesmo, devido à carestia da vida, concedeu-se um aumento à oficialidade dos corpos, declarando-se logo não se estender aos inativos, como se a favor destes não militasse causa igual.

As honras do posto de General, simplesmente, outorgada àqueles que não as tinham, certo, desvanecem o espírito adormecido da sua velha hierarquia militar, mas não caucionam uma existência ao abrigo das conhecidas dificuldades do momento.

É verdade que Anatole France lembrou-se um dia de dizer: “As recompensas mais estimadas, são as que dão honra sem proveito.” O ilustre escritor, porém, no arroubo do pensamento, olvidou o *primo vivere*...Hoje, pelo menos, a existência honesta e decente, é um ponto de interrogação no ar.

Os sobreviventes dessa falange que, noite e dia, em largo período, escudando a honra nacional, esgotou por completo o seu inestimável capital de vigor e juventude, estão em número limitadíssimo, incapaz, por isso, de esmagar o tesouro público.

Porque, então, trepida-se em ampara-los contra os golpes cruentos da sorte?”⁸⁰¹

Nas constantes trocas de informações entre os departamentos do ministério da guerra, é notório que sempre havia o registro assinalando que o peticionário já recebia o direito de 1907. Acredito que não era difícil receber o “asilamento” naquele momento. O valor era baixíssimo, sendo necessário para um bom entendimento, a conversão dos valores daquela época para os atuais, proporcionalmente, possibilitando assim uma análise mais criteriosa sobre o caso. Em muitos requerimentos da década de vinte, o suplicante manifestava descontentamento sobre o desvalorizado soldo vitalício de 1907 e que, segundo algumas passagens, era insuficiente inclusive para sua própria alimentação.

Nas atas de inspeção de saúde, as doenças diagnosticadas são comuns em pessoas idosas. Para facilitar um despacho favorável, eram sempre apresentadas cicatrizes e amputações oriundas de combates à comissão médica militar. Há alguns casos de demência que eram apontados como consequência da guerra. Exemplo é o processo de um voluntário, em cuja ata de inspeção se encontra registrada:

“(...) perturbação mental provavelmente adquirida na Retirada da Laguna, na qual tomou parte e que constantemente se refere – Senilidade – 17 de dezembro de 1923”⁸⁰²

⁸⁰¹ José Luiz Rodrigues da Silva. *op. cit.*, (páginas 87 e 88).

⁸⁰² Arquivo Histórico do Exército. Arquivo AIP. Processos de Asilamento. Letra J. Asilado José Pereira Campos (1923).

Muitas complicações de saúde decorrentes de doenças contraídas em campanha se manifestaram anos após a desmobilização. São os casos dos generais Tibúrcio e Pinheiro Guimarães que faleceram alguns anos após a guerra, em decorrência de doenças que contraíram no Paraguai. Em carta a um amigo, de 1879, Floriano Peixoto afirmava:

“Não sabia da enfermidade do Tibúrcio, fui surpreendido ao lê-la no Jornal do Commercio. Tens razão, o Paraguai estragou a todos nós; não valem mais nada.”⁸⁰³

Em jornais da Corte em 1877, o anúncio da morte de Pinheiro Guimarães se fez presente, inclusive alguns periódicos assinalaram a provável causa do falecimento:

“Desde a sua volta da campanha, que a sua saúde debilitava-se cada vez mais (...)”

“Regressou da guerra coberto de louros e de glória, mas trazendo inoculado em seu organismo o germe do mal, que fatalmente tinha que arranca-lo tão cedo à Pátria e à família!”⁸⁰⁴

Dionísio Cerqueira, no final de sua clássica reminiscência, apontou as condições de vida e a provável causa da morte de um camarada, simples praça, que lhe acompanhou na maior parte da guerra, inclusive em seus momentos particularmente difíceis, após muitos anos da desmobilização, sem não antes ter se reengajado no serviço do exército:

“(...) o bagageiro Antonio Faustino, engajou-se, mais uma vez, e chegou a furriel. Vi-o na Bahia já muito doente. Sofria do coração, talvez pelas inúmeras comoções da campanha ou pelo ferimento que recebera gloriosamente no ataque do Estabelecimento. Teve baixa por incapaz (...) Fui despedir-me dele na ladeira do Alvo, onde morava com a velha mãe. O ofício de sapateiro não lhe dava para viver (...), o coração cansava-o muito; por isso, trabalhava pouco e com dificuldade”⁸⁰⁵

Se muitos foram desmobilizados inválidos por amputações oriundas dos combates ou doenças crônicas que já haviam se manifestado durante a guerra, outros retornaram com seus organismos debilitados pelas inúmeras doenças que atingiam as

⁸⁰³ *Apud.* José Aurélio Saraiva Câmara. *Um Soldado do Império. O General Tibúrcio e seu Tempo.* Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 2003. (página 318).

⁸⁰⁴ *Apud.* Francisco Pinheiro Guimarães. *Um Voluntário da Pátria. Folha de serviços prestados pelo General Dr. Francisco Pinheiro Guimarães às Classes Armadas.* 2ª edição. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1958. (páginas 315 e 319).

⁸⁰⁵ Dionísio Cerqueira. *op. cit.* (páginas 355 e 356).

tropas, morrendo posteriormente, provavelmente sem nenhum auxílio do governo. Não consegui, na investigação, um documento sequer de veterano ainda relativamente jovem que tivesse sido asilado em decorrência de doenças contraídas no Paraguai após alguns anos da guerra. O AIP, durante as duas últimas décadas do século XIX, recebeu militares de outras operações em que o exército ou a marinha haviam se envolvido como Canudos e também militares que ficaram inválidos em decorrência do serviço. Durante décadas, ex-combatentes de campanhas e expedições conviveram na ilha do Bom Jesus.

Mas, mesmo idosos, anos após o final da guerra, nas primeiras décadas do século XX, se um veterano solicitasse residência no asilo, teria dificuldades em seus intentos, porque o AIP sempre teve problemas de espaço para alojar os asilados. Em alguns processos, o requerente ou um procurador solicitava a residência no Bom Jesus; mas sempre alegava um motivo excepcional, informando que o peticionário não poderia mais viver fora por não ter condições de se locomover e que necessitava de auxílio. Porém, a maioria desejava receber seu soldo e continuar residindo em sua casa, com sua família em sua cidade. Parece-me que o “asilamento” na década de vinte era apenas uma maneira de implementar uma aposentadoria ou mesmo ter alguma fonte de renda certa até a morte para muitos. Curiosamente, nesta mesma década, a guerra voltou a ser discutida.⁸⁰⁶ Os antigos militares do império, esquecidos no asilo ou em seus Estados, se tornaram repentinamente o centro das atenções. Na exposição internacional promovida no Rio de Janeiro em 1922, foram convidados asilados, veteranos do Paraguai, para participarem de um almoço promovido pela Liga de Defesa Nacional.⁸⁰⁷ Em um álbum de fotografias confeccionado e distribuído pela prefeitura do então Distrito Federal,⁸⁰⁸ em comemoração ao primeiro centenário da independência, um retrato feito por Augusto Malta⁸⁰⁹ situa o asilo na galeria dos lugares mais em evidência na cidade do

⁸⁰⁶ Francisco Cabral Alambert Júnior. *Civilização e Barbárie. História e Cultura: representações culturais e projeções da “Guerra do Paraguai” nas crises do Segundo Reinado e Primeira República*. Tese de Doutorado. História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1998.

⁸⁰⁷ Arquivo Histórico do Exército. Arquivo AIP. Boletins de 1922 a 1923 (11). Livro 47. Boletins nº 314, de 06.12.1922; nº 316, de 08.12.1922; nº 324, de 16.12.1922 e nº 326, de 18.12.1922.

⁸⁰⁸ Biblioteca Nacional. Iconografia. “*Álbum da Cidade do Rio de Janeiro. Commemorativo do 1º Centenário da Independência do Brasil. 1822 – 1922*”. Edição da Prefeitura do Distrito Federal. Foto: *Quartel dos Inválidos da Pátria. Ilha do Bom Jesus*. (negativo 18781).

⁸⁰⁹ Augusto Cesar Malta de Campos (Mata Grande AL 1864 – Rio de Janeiro, RJ, 1957). Fotógrafo. Transfere-se para o Rio de Janeiro em 1888, integrando a Guarda Municipal entre 1889 e 1893. Após tentar a sorte, sem muito sucesso, como guarda-livros, comerciantes de secos e molhados e de tecidos finos, encontra na fotografia a vocação que o tornaria célebre como o mais expressivo cronista visual, da vida e da paisagem carioca na primeira metade do século XX. Primeiro fotógrafo oficial da Prefeitura do

Rio de Janeiro (**Figura 30**). O álbum possui legendas em português e francês, o que indica que era distribuído aos estrangeiros e em outros países, servindo como material de propaganda do “Brasil” no exterior.

Anexo 10 - Processos de veteranos da guerra contra o Paraguai.

Ano do		Posto	
Protocolo	Nº de processos		
1910	2	alferes	1
1917	1	cadete	1
1918	1	1º sargento	9
1918	2	2º sargento	5
1919	14	furriel	5
1920	11	cabo	17
1921	12	anspeçada	6
1922	4	soldado	31
1923	9	sem informação	1
1924	5	total	76
1926	1		
1927	3	Estado	
1931	2	Rio de Janeiro	24
1932	1	Rio Grande do Sul	13
1933	3	Mato Grosso	11
1934	1	Pernambuco	6
1935	2	São Paulo	4
1936	1	Paraíba	3
1937	1	Ceará	3
1938	1	Pará	2
Total	76	Bahia	2
		Minas Gerais	2
idade		Rio Grande do Norte	1
62 anos	1	Sergipe	1
68 anos	1	Goiás	1
69 anos	1	Alagoas	1
70 anos	3	sem informação	2
72 anos	4	total	76
73 anos	7		
74 anos	3		
75 anos	5		
76 anos	7		
77 anos	4		
78 anos	1		
79 anos	4		
80 anos	6		
81 anos	1		

Rio de Janeiro, contratado em 1903 para documentar as radicais reformas urbanísticas promovidas pelo prefeito Pereira Passos, permanece nessa função até sua aposentadoria, em 1936. Neste período, produz mais de 30 mil fotografias. Além de documentar as transformações por que passou a cidade, fotografou a Exposição Nacional de 1908; a Exposição do Centenário da Independência e o desmonte do morro do Castelo, ambos em 1922; registrou diversos aspectos da vida carioca como o carnaval de rua, a prostituição da zona portuária; e ainda retratos de artistas, políticos e intelectuais. (www.itaucultural.org.br).

82 anos	5			
83 anos	2			
84 anos	5			
85 anos	2			
86 anos	4			
92 anos	1			
93 anos	1			
94 anos	1			
96 anos	2			
98 anos	1			
Sem informação	4			
Total	76			

Anexo 11 -Diagnóstico das Inspeções de Saúde – Veteranos do Paraguai

1. arteriosclerose generalizada, catarata no olho esquerdo com cegueira absoluta no mesmo.
2. arteriosclerose generalizada. Dispepsia atônica e hemorróidas.
3. cicatriz viciosa de fratura por bala.
4. esclerose generalizada, tremor senil, cicatrizes antigas no terço inferior da perna esquerda em consequência de ferimentos por arma de fogo.
5. acidentes produzidos pelo frio, periostite.
6. reumatismo articular crônico.
7. arteriosclerose
8. insuficiência aórtica e mitral. arteriosclerose generalizada.
9. deformidade adquirida, impedindo o funcionamento do pulso direito e perna esquerda, produzido por arma de fogo.
10. hérnia dupla.
11. arteriosclerose generalizada. Cicatriz no terço superior.
12. cicatriz por ferimento de arma de fogo no joelho esquerdo, hérnia inguinal esquerda e arteriosclerose generalizada.
13. arteriosclerose.
14. hérnia inguinal.
15. arteriosclerose generalizada.
16. asma cardíaca.
17. arteriosclerose generalizada.
18. arteriosclerose generalizada e ferimento por projétil de guerra na coxa esquerda (terço inferior)
19. arteriosclerose
20. demência senil.
21. astenia geral e fratura por arma de fogo.
22. arteriosclerose generalizada.
23. reumatismo articular crônico e arteriosclerose.
24. arteriosclerose generalizada.
25. hérnia inguinal direita, cicatriz de ferimentos por arma branca no braço direito, e cicatriz de ferimentos por arma de fogo.
26. arteriosclerose cardíaco renal, reumatismo.
27. arteriosclerose cardíaco renal. Hérnia inguinal esquerda. Surdez por esclerose do tímpano. Cicatriz na perna direita por ferimento adquirido em combate.
28. arteriosclerose cardíaco renal.
29. catarata do olho esquerdo com perda total da visão do mesmo olho, começo do mesmo mal no olho direito prejudicando já enormemente a visão. Hemorróidas, bronquite e astite crônicas. Arteriosclerose generalizada com predominância para o aparelho cardíaco-renal.
30. ferimentos por arma de fogo.

31. arterite e nefrite.
32. ertásia aórtica. Cicatriz de ferimento por arma de fogo na perna direita.
33. ateroma generalizada. Perda de visão do olho esquerdo e quase abolição no direito.
34. menuplegia do lado esquerdo, consequência de hemorragia cerebral.
35. amaurose dupla.
36. arteriosclerose generalizada.
37. arteriosclerose, miocardite degenerativa.
38. ferimento por arma de fogo no terço inferior da perna direita e úlcera sífilítica.
39. falta do braço esquerdo.
40. arteriosclerose generalizada.
41. arteroma generalizado.
42. arteriosclerose generalizada e perda da perna esquerda.
43. arteriosclerose generalizada.
44. insuficiência aórtica.
45. arteriosclerose generalizada.
46. arteriosclerose e edema crônico da perna direita em consequência de ferimento.
47. paresia dos membros toraxica e abdominal direitos, consequente de hemorragia cerebral.
48. arteriosclerose generalizada.
49. enfraquecimento pronunciado dos aparelhos auditivos, visual e senilidade.
50. arteriosclerose generalizada.
51. arteriosclerose generalizada.
52. artrite e catarata
53. reumatismo articular crônico
54. Mania, melancolia ou loucura maníaca, depressiva e doença dos dentes
55. rânula, mania, melancolia ou loucura maníaca, depressiva.
56. arteriosclerose generalizada.
57. rânula.
58. deformação pronunciada da mão esquerda, diversas cicatrizes. Arteriosclerose generalizada.
59. cistite crônica. Cicatriz larga do joelho esquerdo, com retração dos tecidos e embaraço da marcha.
60. hepato esferite de origem palúdica.
61. arteriosclerose generalizada. Doenças dos olhos. Cicatrizes várias por projéteis de arma de fogo.

Dos quinze processos restantes, cinco possuem as atas de inspeção de saúde acusando senilidade e dez não possuem a respectiva ata; portanto, não há como identificar a moléstia do peticionário.

Quais eram os argumentos levados em consideração quando se era preciso asilar ex-militares que estavam afastados há pelo menos 50 anos das fileiras do exército? Como, depois de tanto tempo, “reintegrar” veteranos da campanha do Paraguai? Quando era possível, apresentava-se, entre outros problemas, cicatrizes provenientes de ferimentos causados no combate. Era uma maneira de facilitar o deferimento do processo, já que no regulamento do AIP, sempre em vigor, só poderiam ser admitidos no estabelecimento os:

“Art. 2º. Serão admitidos ao asilo:

§ 1º As praças do exército, que se impossibilitarem para o serviço militar em consequência de ferimentos recebidos em combate, velhice, desastres ou moléstias adquiridas no mesmo serviço, e não poderem, por qualquer destes motivos, obter os meios de sua subsistência.

§ 2º As praças de pret do exército reformadas, que não se acharem inteiramente impossibilitadas de promover os meios de sua subsistência, e o requererem.

§ 3º As atuais praças do asilo de inválidos, tanto da Corte como das províncias.⁸¹⁰

Anexo 12 - Processos (Paraguai)

Em 1920⁸¹¹, João Rodrigues Gonçalves, por intermédio do seu primeiro procurador, um capitão de corveta reformado, solicitou ao ministério da guerra o pagamento de sua reforma. O interessante é que o veterano tinha direito ao recurso desde 1867. Ferido em combate, foi reformado e recambiado para sua província, o Rio Grande do Sul. Lá, isolado nas proximidades de Itaqui, trabalhou durante décadas como lavrador, sustentando-se com os recursos de sua atividade até sua velhice. Anos depois, requeria o pagamento de seu direito que nunca havia recebido.

O processo percorreu os departamentos do ministério da guerra durante dois anos, é composto por quarenta e cinco páginas, o que para um requerimento é excessivo. As trocas de ofícios entre os departamentos do ministério da guerra fornecem pistas para se compreender a burocracia até hoje presente.

O requerimento se inicia em abril de 1920, com uma solicitação de pagamento de pensão. Foram anexadas uma procuração autenticada, uma carta assinada por outros veteranos que reconheciam João como ex-combatente do 7º corpo de cavalaria da

⁸¹⁰ Manoel da Costa Honorato. *op. cit.*, (página 82).

⁸¹¹ Arquivo Histórico do Exército. Processos de Asilamento. Letra J. Arquivo AIP. (João Rodrigues Gonçalves), 1920.

guarda nacional e uma certidão do supremo tribunal militar, registrando a cópia da provisão de reforma do peticionário que era de setembro de 1867.

Após algumas observações, a diretoria geral de contabilidade apresentou, em anotações de um diretor do dia 07 de agosto de 1920, a seguinte ponderação:

“O requerente poderá ser incluído na companhia de reformados com o soldo que lhe concedeu sua provisão, recebendo a parte relativa ao corrente ano e passando-lhe o título da dívida da que se refere ao período anterior de 31.03.1915 a 31.12.1919. O período decorrido de 1867 até então se acha prescrito perante o pagamento”

Apesar da consideração acima, o pedido foi indeferido. Talvez – e isto vai ficando claro na leitura do processo – alguém no ministério temesse que precedentes fossem abertos se concedidos o pagamento de reforma a partir da data da aprovação do requerimento ou cinco anos retroativos ao deferimento do processo, já que poderia haver a possibilidade de o procurador do ex-combatente, em uma nova petição, solicitar o pagamento retroativo de 1867 até a data da primeira prestação da pensão, pois se a primeira petição recebesse despacho favorável seriam reconhecidos os direitos de João Rodrigues Gonçalves. Em nenhum momento se encontra no requerimento a informação de que o peticionário desejava o pagamento integral da reforma, isto é, a integralidade do pagamento retroativo; mas nas trocas de informações entre os departamentos do ministério da guerra o temor de tal pretensão transparece na cautela dos pareceres de alguns burocratas. Também é caso para se pensar que os dois procuradores que João teve em sua defesa ao longo do requerimento só estavam lhe representando, inclusive arcando com todas as despesas do processo, por pura filantropia. O veterano era um pobre lavrador, analfabeto e sem a competente documentação que provasse sua condição de ex-combatente e que provavelmente, em conversa com alguém, acabou informando sua situação de veterano reformado, o que possivelmente aguçou a cobiça de alguns. Os homens que se propuseram representá-lo talvez desejassem uma participação na “fortuna” que João pudesse receber se fossem pagos integralmente seus direitos, portanto os valores que teria que receber de 1867 até aquele ano.

Em março de 1921, um novo procurador de João, um capitão reformado do exército, apresenta nova petição solicitando reconsideração do despacho que julgou prescritos os direitos do peticionário como soldado reformado:

“Pedido reconsideração do despacho por nunca ter recebido vencimentos da reforma. Como provou, foi mantido o despacho anterior, pelo que em Agosto de 1920 foi requerido

o pagamento do soldo de sua reforma, sendo também indeferido por estar prescrito o seu direito, por serem decorridos mais de 30 anos.

Em virtude deste despacho fica o peticionário privado à recompensa que a Nação lhe concedeu, não só por haver derramado seu sangue em defesa da Pátria, como por haver se inutilizado em seu serviço, porquanto lhe foi negado o soldo vitalício e julgado prescrito o de sua reforma, pelo que vem respeitosamente, pedir reconsideração deste último despacho, sendo-lhe assegurado às vantagens até os cinco anos da data em que as reclamou, pelas razões que passa a expor, com a devida vênia:

1. Devido às dificuldades de comunicações na época em que foi reformado (1867), nunca lhe chegou às mãos a sua provisão de reforma, visto ter sempre residido na fronteira, donde fez viagens à capital da ex-província do Rio Grande do Sul, em anos vários e com muitos sacrifícios, sem nada receber a repartição pagadora, à falta daquele documento.

2. Analfabeto, em extrema pobreza, nunca encontrou quem se interessasse realmente pela sua situação, pelo que não teve conhecimento do despacho de duas petições que dirigiu ao Governo Imperial, conservando porém a esperança de em qualquer tempo receber o que a Pátria lhe garantia por haver se inutilizado em serviço.

3. Tendo sempre vivido suportando duras privações, julgava-se a coberto da completa miséria na sua decrepitude de quase octogenário, ao ser decretado o soldo vitalício para os veteranos do Paraguai, que lhe foi negado por assistir-lhe o direito ao soldo dobrado, por ter sido reformado por motivo de ferimentos recebidos em combate.

4. Sendo julgado prescritos os direitos do peticionário como reformado, e julgado também não estar nas condições de receber o soldo vitalício, sofre ele uma injustiça, ficando em plano inferior ao de seus companheiros de campanha, sendo também prejudicado o magnânimo espírito de benemerência do Governo da República que quis amparar na extrema velhice os veteranos da árdua Campanha.

5. Finalmente, o peticionário crente de não ter caducado o seu direito de reformado pelo fato de não ter recebido as vantagens pecuniárias por motivos estranhos à sua vontade e julgando em qualquer tempo lhe ser lícito habilitar-se, não às vantagens anteriores, e sim às do último quinquênio de prescrição;

Confia que V. Excia. enaltecerá sua administração com mais um ato de justiça e equidade, fazendo a reconsideração do despacho que julgou prescrito o seu direito, para julgar a prescrição parcial, abrangendo o período da data de sua reforma (1867) até 1915; sendo assegurado o seu direito, pagando-lhe o soldo de Agosto de 1915 até à época atual, por haver reclamado os seus direitos em Agosto de 1920, podendo assim receber as vantagens que não foram atingidas pelo último quinquênio para prescrição.”

As observações transcritas possibilitam entender que o ex-combatente não poderia receber o soldo vitalício porque o direito de 1907 não era extensivo aos reformados. O peticionário para todos os efeitos era ainda considerado na situação na condição anterior, mesmo não percebendo quantia alguma nos cinquenta e três anos de sua reforma e nessas circunstâncias não poderia receber o soldo vitalício. A burocracia criou um impasse e o procurador lembrou o ministério que uma injustiça não poderia ser cometida com antigo servidor do país, que por ele derramou seu sangue.

Talvez ninguém no ministério estivesse interessado nas dificuldades que os veteranos enfrentavam para conseguir receber seus direitos estabelecidos por lei. Como um veterano que morasse no interior, na fronteira, em terras distantes, sem quartéis, receberia seus direitos? Como um ex-combatente, ainda no século XIX ou até a década

de trinta do século XX acompanharia sua situação no ministério da guerra, a centenas de quilômetros de distância, muitas vezes sem o dinheiro, tempo e condições para fazer uma viagem até a capital mais próxima e por ali procurar, pela unidade militar, protocolar um requerimento dirigido ao ministério da guerra? A maioria deveria ignorar as leis que poderiam lhe dar uma pensão, um soldo ou uma etapa. Certamente milhares de homens como João Rodrigues Gonçalves retornaram à sua terra natal no final da guerra e ali viveram até o dia de sua morte sem ao menos receber o que tinham direito, mesmo sendo quantias muito baixas; mas que fariam diferença no seu sustento.

Nos processos de veteranos do Paraguai coletados, verifiquei as localidades em que foram protocolados: Em primeiro lugar ficou o Rio de Janeiro (24), em segundo o Rio Grande do Sul (13) e em terceiro o Mato Grosso (11).

Acredito que a antiga capital federal se encontra em primeiro lugar pela facilidade que o ex-combatente tinha em dar entrada em seus papéis, pois a cidade detinha a sede do ministério da guerra e outros arquivos como o nacional e os militares disponibilizando maiores recursos ou informações para a composição do processo. Até os dias de hoje os arquivos, principalmente os militares, são diariamente visitados por ex-militares e descendentes que buscam na documentação fortes argumentos para conseguirem algum tipo de benefício. Isso eu pude acompanhar de perto, nos meses que passei pesquisando nesses locais.

Em segundo lugar fica o Rio Grande do Sul. Acredito que por duas razões principais: a primeira é porque foi uma das províncias que mais forneceu militares para a guerra e a significativa quantidade de unidades militares em seu território, o que facilitava os despachos para o ministério. Além disso, ao residir próximos aos quartéis, muitos veteranos deveriam manter contato com militares da ativa que eram informados periodicamente, devido ao seu serviço, das leis que se referiam aos ex-combatentes. No processo aqui trabalhado isso é uma exceção, porque mesmo João residindo em Itaquí, não recebeu benefício algum até a década de vinte.

Em terceiro ficou o Mato Grosso, talvez porque foi a segunda frente da guerra. Possuía também bastante militares e após o conflito, visando assegurar essa província, o governo provavelmente mandou muitos veteranos reengajados para servirem nas unidades de fronteiras e elas serviram, posteriormente, para que os ex-combatentes fixados próximos protocolassem suas petições.

Mas sobre o processo aqui trabalhado, posso dizer que a insensibilidade do ministério da guerra pode também ser apontada como responsável pelos sucessivos

indeferimentos de que João foi vítima. Acredito que longe das dificuldades desses homens, muitos burocratas como os ministros não conseguiam sabiamente distinguir as dificuldades enfrentadas pelos veteranos, e talvez, não tivessem o menor interesse sobre o assunto.

O processo continuava crescendo, sendo anexada uma carta assinada pelo delegado de Itaqui com duas fotos do veterano atestando a sua identidade e residência. Sobre as fotos, que estão em anexo, chamo a atenção para o fato de que João Rodrigues Gonçalves não possuía mais o olho direito, bem como as pontas de dois dedos de sua mão que está colocada sobre seu peito, amputações feitas durante a guerra e que foram justamente fotografadas para auxiliar o ex-combatente em um despacho favorável, bem como provar que o peticionário era de fato um ex-combatente da campanha contra o Paraguai (**Figura 31**).

Em novo parecer da diretoria geral de contabilidade, há novamente uma posição favorável ao pagamento de um dos direitos:

“Não me parece possa ser atendida a solicitação do requerente que tem contra ela o disposto no art. 178, parágrafo 10, n. VI do Código Civil (prescrição após 30 anos). Mas, anulada, desse modo, não é justo que produza efeito para impedir se dê ao requerente a compensação que a Nação resolve conceder, com o Decreto nº 1687 (soldo vitalício), aos que, em hora aflitiva, puseram suas vidas à disposição da Pátria. Demais o fundamento pelo qual se tem negado aos voluntários reformados às vantagens do citado decreto, é o já gozarem eles da assistência oficial, em pé de igualdade com quaisquer outros voluntários que já recebam pensões do Tesouro Nacional; que não podem ser habilitados à percepção de soldo vitalício, conforme estabelece a lei. Disso se infere que o pensamento do Governo foi, uma vez apurados os serviços prestados, amparar na velhice extrema, quando já não podem prover à sua subsistência, os que, espontaneamente, dando prova de elevada compreensão dos seus deveres cívicos, expuseram a vida em defesa da Pátria, no Paraguai.

Assim, penso, que, em favor do soldado Voluntário da Pátria J.R.G. pode-se expedir título de soldo vitalício, de trezentos e sessenta réis diários, nos termos do Decreto n. 1687, (...) devendo ser paga ao seu procurador a importância a que tiver feito jus de 24 de agosto de 1907, data em que o Decreto 1687 entrou em execução, até hoje

1ª Sub Diretoria, em 20 de Abril de 1921”

Outro funcionário da mesma diretoria, superior hierárquico do primeiro, observou:

“Penso que não tendo o requerente usufruído as vantagens da reforma, poderia V. Excia, pelo menos como uma medida de equidade, autorizar a expedição do título, em garantia da percepção do soldo vitalício. Em 22 de Abril de 1921.”

Mesmo assim, foi mais uma vez indeferido o requerimento. A observação do despacho se encontra manuscrita, no canto superior direito do parecer da diretoria de contabilidade:

“Não é possível atender. A sua qualidade de praça reformada impossibilita a concessão do soldo vitalício. Em 30-4-21.”

Quem fez a observação pode ser definido da seguinte maneira: ou era desatencioso com as informações prestadas pelos funcionários da diretoria de contabilidade ou era extremamente, radicalmente zeloso com o dinheiro público ou mesmo temesse que o procurador solicitasse o recebimento das pensões retroativas oriundas da reforma de João, de 1867.

Novo pedido de reconsideração foi feito no dia 10 de maio de 1921, argumentando:

“(…) tendo requerido em data de 6 de Março último, reconsideração de despacho para ser julgada parcial a prescrição dos vencimentos de sua reforma, atingindo esta até a data anterior ao último quinquênio em que reclamou os vencimentos de sua reforma, por ser líquido o seu direito de reformado, podendo em qualquer tempo habilitar-se a percepção de vencimentos, menos aos caídos em prescrição de mais de 30 anos, obteve em 6 do corrente, despacho sem estar em relação como que havia solicitado, nos seguintes termos – “Não pode ser atendido. A sua qualidade de reformado não permite a concessão do soldo vitalício”. Assim pois, não tendo pedido o soldo vitalício e sim que fosse julgada parcial a prescrição, vem novamente pedir reconsideração de despacho e assegurado o direito a reforma, habilitando-se aos respectivos vencimentos desde o último quinquênio, a contar de 1919, ano em que fez a primeira reclamação.

Havendo o Governo da República procurado amparar todos os voluntários do Paraguai e melhorado a situação dos reformados que tomaram parte na dita campanha, não é possível o suplicante ficar excluído dos benefícios da lei, quando jaz em extrema miséria, nunca havendo recebido vencimentos de sua reforma pelas razões que patenteou na petição anterior, porém hoje reivindica esses direitos, pedindo, a contar do ano de 1914, o pagamento do soldo de sua reforma ao seu bastante procurador”.

O procurador não abriu mão da reforma, seu objetivo era o pagamento de uma parte dos vencimentos da pensão.

Em novo parecer da diretoria de contabilidade, há um pequeno histórico do processo. Novamente o funcionário foi favorável ao pagamento de algum direito:

“(…) penso, pois, que a não ser concedido o soldo vitalício, cabe ao requerente as vantagens da reforma, como soldado – 180 réis diários, soldo dobrado de acordo com a sua provisão – a partir de 31 de março de 1915, isto é, de cinco anos antes da data de sua petição. 1ª Sub-diretoria em 01 de Setembro de 1921”.

Ainda, em documento da diretoria geral de contabilidade do ministério da guerra, foi traçado um histórico de quatro páginas, explicando a dificuldade do processo. Esclarecedores são as informações fornecidas pelo diretor neste trecho:

“De fato, e com a devida vênia, havendo o Snr. Ministro resolvido não atender ao que parecera aos informantes, de uma preferência, na concessão, pelo soldo vitalício, deixou, ao lançar seu despacho nesse sentido, de considerar a própria petição, que assim ficou sem solução definitiva.

Justo é, pois, considera-la.

(...) Pelas razões invocadas, ainda se me oferece pensar como me manifestei a fls. 12v; e, se dúvida alguma a respeito se me sugerisse, seria dissipada, considerando, em consulta aos comentadores do nosso Código que “a dívida passiva do Fisco para com aquele que tem de receber pensão de montepio, aposentadoria, etc, é uma dívida consistente em prestações (cada uma das quais com vencimento distinto e, portanto, com prescrição própria), que devem ser pagas ao pensionista enquanto vivo for: por isso, qualquer que seja o tempo durante o qual o pensionista tenha deixado de cobrar as suas pensões, conservará sempre viva a ação para haver as últimas que ainda não tenham cinco anos de vencidas” Paulo de Lacerda - Manual do Código Civil.

E nesse sentido julgo que a petição merece deferimento.

Em Setembro de 1921.”

Funcionários apresentavam novos argumentos ao ministro. Porém, as opiniões da diretoria de contabilidade não foram ouvidas. O problema foi levado para o consultor geral da república, para que desse um parecer sobre o caso, aparentemente insolúvel. Em 28 de outubro o consultor respondeu à questão levantada pelo ministério:

“Com o ofício n. 13 de 7 do corrente, submeteu V. Ex. a meu estudo os papéis relativos ao pedido de soldo feito por João Rodrigues Gonçalves, soldado Voluntário da Pátria reformado.

Dos papéis se evidencia que o requerente, havendo se invalidado em campanha, foi, por decreto de 13 de fevereiro de 1867, reformado na conformidade do art. 10 do Dec. n. 3.371 de 7 de janeiro de 1865.

Afastado do serviço militar, cabia-lhe o soldo dobrado de voluntário.

Aconteceu, porém, que o requerente jamais percebeu esse soldo de reforma.

Em 18 de março de 1918 requereu o mencionado voluntário o soldo vitalício instituído pela Lei n. 1.687 de 13 de agosto de 1907, sendo, entretanto, seu pedido indeferido pelo despacho de V. Ex. de 2 de fevereiro de 1920, com fundamento no art. 2 let. h das Instruções aprovadas pelo Dec. n. 6.768 de 11 de dezembro de 1907 para execução da referida lei.

Nesse mesmo despacho dizia V. Ex. que o requerente, caso quisesse, poderia requerer as vantagens da reforma para ser objeto de estudo e resolução.

Desde então tem, por diversas vezes, o voluntário, pedido reconsideração do primeiro despacho ou pagamento do soldo de reformado, sendo sempre seus requerimentos indeferidos, quanto ao soldo vitalício, por ser o requerente reformado, quanto ao soldo de reformado, por estar o direito prescrito.

Reiterando ainda uma vez o interessado seu pedido, dignou-se V. Ex. solicitar minha opinião e, havendo eu estudado convenientemente a espécie, devo dizer, Snr. Ministro, que não encontro fundamento legal para a repulsa da pretensão do requerente.

Quanto se considere que, tendo sido reformado, passou ele para o Exército e assim incidiu na exclusão do art. 2, let. h das Instruções de 1907, relativas à percepção de soldo vitalício, parece-me evidente que sua situação de reformado não pode ser desconhecida em qualquer tempo e conseqüentemente o seu direito às vantagens correspondentes à reforma.

É matéria já resolvida e pacífica na jurisprudência que nos casos de pagamentos periódicos decorrentes de uma situação como a do aposentado ou do pensionista, a prescrição quinquenal não afeta o direito em si, mas às pensões ou pagamentos que deixem de ser reclamados por tempo maior de 5 anos.

Nesta conformidade sou de parecer que ao requerente se deve mandar pagar o soldo de soldado voluntário reformado a contar de 5 anos antes de seu primeiro requerimento.

Submetendo este meu parecer ao critério superior de V.Ex., devolvo os papéis e tenho a honra de reiterar a V. Ex. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Rodrigo Araújo”

Em primeiro lugar confirma-se o que os funcionários da diretoria de contabilidade afirmavam, o ex-combatente tinha direito a sua reforma, pelo menos nos últimos cinco anos, os anteriores já estavam prescritos, por isto João não poderia recebê-los. Em segundo lugar o procurador reconheceu a situação de reformado do veterano e aproveitou para lembrar ao ministro que ele, anteriormente, em despachos do ministério havia afirmado que o procurador do ex-combatente poderia requerer as vantagens de reformado e que o requerimento *seria objeto de estudo e resolução*; portanto se não quisesse, não teria provocado essa situação acenando com coisas que não iria fazer. No parecer consta a seguinte parte manuscrita: “*deferido, de acordo com o final deste parecer. Em 29.10.21*”. Quer dizer que João conseguiu pelo menos o direito de recebimento dos últimos cinco anos de reforma; entretanto não significa que recebeu imediatamente as quantias que o direito lhe garantia.

Em novo requerimento de cinco de dezembro de 1921; portanto mais de um mês do deferimento, o procurador solicitava o pagamento do *soldo da reforma*. Em outro documento da diretoria geral de contabilidade há a seguinte observação:

“João Rodrigues Gonçalves, soldado voluntário da Pátria reformado, vendo confirmados, por despacho do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, de 29 de outubro último, seus direitos ao soldo de reforma, pede pagamento do que lhe couber no período não atingido por prescrição.

Para o efeito, penso que o requerente deve ser incluído na companhia de reformados com o soldo de sua provisão – certidão da folha 8 – podendo-lhe ser pago o soldo correspondente aos anos: corrente e de 1921, passando-lhe título da dívida do referente ao período de 1º de Abril de 1915 – data até quando recua a prescrição por efeito do requerimento da folha 1 – a 31 de Dezembro de 1920.

1ª S. Diretoria em 15 de Fevereiro de 1922.”

O parecer foi acatado, o procurador de João recebeu os minguados valores de dois anos, os de 1922 e o anterior, além de um título da dívida que se referia aos cinco anos retroativos. Um novo requerimento, de maio de 1922, solicitava a devolução de documentos do veterano para que continuasse a receber o dinheiro em Itaqui, encerrando o processo. O ex-combatente foi incluído na companhia de reformados do AIP, mas apenas para *efeitos da percepção do soldo*, portanto era um “asilado” que recebia apenas seu direito, mas que não residiu no AIP. Após isso, nada sei sobre João Rodrigues Gonçalves, desconhecendo quanto tempo o ex-combatente recebeu seu soldo e em que ano faleceu. Infelizmente o processo não trouxe essa informação.

Outros permaneciam em uma situação pior do que a de João Gonçalves, pelo menos em relação à sua própria sobrevivência, física, como o veterano do 33º CVP, Benvindo Machado Lages, residente em Itabaiana, em Sergipe, que foi asilado em 1932. Segundo as informações provenientes de sua documentação, mesmo recebendo o direito do decreto número 1687, de 1907, se achava em *extrema pobreza, com 82 anos de idade, quase cego, doente, sem poder prover os meios de sua subsistência, mendigando por isso à caridade pública*.⁸¹² Aliás, é informação comum, em muitos dos processos observados, que muitos veteranos se transformaram em “indigentes”, que só sobreviviam graças ao auxílio de pessoas que se sensibilizavam com a sua precária situação. Muitos podem ter se utilizado do recurso, dramático, para verem os seus requerimentos aprovados; no entanto, acredito que não fosse algo comum, a utilização de meios dramáticos, nas informações prestadas nos documentos, para muitos deles que realmente viviam precariamente. Um exemplo é o veterano, paraibano, Gregório Tavares da Encarnação, 80 anos de idade, ex-furriel do 11º CVP, residente no Rio de Janeiro, *completamente surdo, sem meios de subsistência, que se achava em estado de completo abandono* e que morava, *por condescendência, em um cômodo que lhe dava uma família caridosa*.⁸¹³ Em sua inspeção de saúde, foi acrescentado um importante detalhe, para auxiliá-lo em seu intento: *cicatriz na perna direita por ferimento adquirido em combate*.

Observam-se outras curiosas características nos processos de asilamento. Alguns veteranos, ou talvez seus representantes, ou orientadores, se valiam de “vantagens” para conseguir seus objetivos. Foi o caso do *segundo sargento* Torquato Bicalho, leitor de

⁸¹² Arquivo Histórico do Exército. Processos de Asilamento, letra B. Arquivo AIP. (Benvindo Machado Lages), 1932.

⁸¹³ Arquivo Histórico do Exército. Processos de asilamento. Letra G. Arquivo AIP. (Gregório Tavares da Encarnação). 1919.

Taunay, ex-combatente do 1º batalhão de *Voluntários da Pátria*, que em 1918 entrou com o seu processo. A letra de sua assinatura é idêntica à que foi utilizada na redação do requerimento, e até mesmo da carta que remeteu ao comandante do AIP, explicando, após o seu deferimento, e depois que foi alertado pelo coronel, em que lugar fixaria residência, para fins de regularização de sua nova situação, de asilado. O documento ao comandante foi muito bem redigido, em primeira pessoa. Parte do conteúdo da petição do veterano, de 73 anos de idade, deixa explícito que se valeu de uma conhecida obra, para conseguir o seu intento:

“Torquato Bicalho, brasileiro, do extinto 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, que em Maio de 1865, na 1ª Brigada de Minas Gerais, sob o comando do Coronel José Antônio da Fonseca Galvão, partiu com destino à Província, hoje Estado de Mato Grosso, junto da qual, fazendo parte do Corpo Expedicionário, entrou nos combates dos dias 6, 8 e 11 de Maio de 1867, sob o comando em chefe do coronel Carlos Camisão, operando em seguida a Retirada da Laguna ao Norte da República do Paraguai; achando-se agora alquebrado com avançada idade (...) e sob a premente pressão das necessidades e faltas de recursos para ocorrer-lhe aos meios de subsistência...”⁸¹⁴

José Pereira Campos, de Minas Gerais, em 1923, se utilizou do mesmo recurso para obter o asilamento. Em sua inspeção de saúde, constatou-se que estava sofrendo de *catarata, hemorróidas, bronquite*, entre outros males, além de constar, pelo médico que o examinou, a seguinte observação: *perturbação mental, provavelmente adquirida na retirada da Laguna, na qual tomou parte e que constantemente se refere. Senilidade.*⁸¹⁵

João Cavalcante de Albuquerque, veterano do 26º CVP, que perdeu o braço esquerdo em Tuiuti, teve que entrar com um processo de asilamento em 1919, para continuar sobrevivendo em Fortaleza. Em seu requerimento, parece-me que assinado pelo próprio ex-combatente, já que sua assinatura foi grafada com a letra “tremida”, e borrada, porque quando assinou não prestou a devida atenção ou teve dificuldades com as mãos, a pena, a superfície do papel e a tinta fresca. Apesar de receber os seus direitos desde a sua reforma, aprovada durante a guerra, permaneceu *lutando com as maiores dificuldades para manter-se com sua família e, velho, fraco, sem um braço, já não poderia trabalhar de modo a ganhar o necessário para sobreviver. Acrescendo o horror*

⁸¹⁴ Arquivo Histórico do Exército. Processos de asilamento. Letra T. Arquivo AIP. (Torquato Bicalho), 1919.

⁸¹⁵ Arquivo Histórico do Exército. Processos de asilamento. Letra J. Arquivo AIP. (José Pereira Campos), 1923.

*da seca que se manifestava com o seu cortejo de misérias.*⁸¹⁶ Como de praxe, e segundo o que estava previsto nos regulamentos, há um atestado de delegado, ou melhor, dois, um do *delegado de polícia do 2º distrito* daquela *capital*, informando que João era *cabo voluntário da Pátria, inválido por ferimentos recebidos na Batalha de 24 de Maio de 1866*, e o outro, do *delegado fiscal do tesouro* de Fortaleza, que deveria, por aquela repartição, certificar quanto recebia, mensalmente, o veterano.

Um outro Rosendo, de Fortaleza, em 1910, de 62 anos, igualmente pediu o asilamento, por estar *sofrendo de uma perna devido ao ferimento de uma bala recebido na guerra*, que o impossibilitava de trabalhar.⁸¹⁷

João de Deus Leite, de Cuiabá, ainda que estivesse em condições razoáveis de saúde, em 1931, com 82 anos, e como ex-combatente, igualmente deu entrada em seu requerimento de asilamento. No entanto, segundo as informações que estão em seu processo, era responsável, segundo o delegado de polícia de Cuiabá, Adamastor de Souza, por *uma filha viúva, de nome Corsina Gomes da Costa, com quatro filhos, sendo Hermínia de dezenove anos de idade, solteira, Celestino com quatorze anos de idade, Maria de onze anos de idade, os quais viviam e residiam em sua companhia, achando-se o veterano sem meios para garantir suas subsistências.*⁸¹⁸

Já o pernambucano Belarmino Francisco Vieira, de Recife, ferido, como Dionísio Cerqueira, no combate de *Lomas Valentinas*, apresentou outros problemas, para a burocracia. Mesmo sendo reformado no posto de *cabo de esquadra*, ainda no ano de 1927, entrou com os papéis para reaver alguns direitos que não recebia há *20 anos, por haver desaparecido a sua provisão de reforma quando se incendiou a palhoça onde morava*. Em sua inspeção de saúde, de 1928, constou que estava inválido por causa de um *ferimento por arma de fogo*. Junto ao seu processo, foi anexada uma pequena carta, datilografada, e com algumas assinaturas. O seu conteúdo é o seguinte:

“Atestamos conhecer o ex-cabo BELLARMINO FRANCISCO VIEIRA, natural deste Estado, com 80 anos de idade, residente em Beberibe, Estrada da caixa d’água, n. 535, e ser o mesmo que serviu na campanha do Paraguai”⁸¹⁹

⁸¹⁶ Arquivo Histórico do Exército. Processos de asilamento. Letra J. Arquivo AIP. (João Cavalcante de Albuquerque), 1919.

⁸¹⁷ Arquivo Histórico do Exército. Processos de asilamento. Letra R. Arquivo AIP. (Rosendo Pereira da Silva), 1910.

⁸¹⁸ Arquivo Histórico do Exército. Processos de asilamento. Letra J. Arquivo AIP. (João de Deus Leite), 1931.

⁸¹⁹ Arquivo Histórico do Exército. Processos de asilamento. Letra B. Arquivo AIP. (Belarmino Francisco Vieira), 1927.

O referido documento foi assinado por militares, e por pelo menos um veterano da guerra, *João Batista de Vasconcelos, Te.Cel. Veterano do Paraguai*, que certamente assinou o documento para auxiliar um antigo camarada em uma outra campanha - tão sacrificante quanto a anterior – nos nebulosos campos da burocracia. Entretanto, não foi a primeira vez que João Batista atuou para favorecer um ex-combatente. Da mesma forma, foi o recurso utilizado no processo de Honório Joaquim de Melo, de Recife, alguns anos antes, ou para ser exato, em 1921. Honório entrou com a sua documentação a *rogo*, por não ter mais condições de se sustentar, além de residir *em um mucambo na travessa de D. Luís, achando-se passando necessidade devido sua idade e moléstias antigas, provindo da referida guerra*. Em seus documentos, há um atestado, assinado por dois oficiais *honorários*, que certificavam o requerente, de 78 anos, como *voluntário da pátria* e que não poderia mais trabalhar. Um deles foi *João Batista de Vasconcelos, Te.Cel Honorário do Exército*.⁸²⁰ Talvez os ex-combatentes de Pernambuco, tenham encontrado um meio para se auxiliarem e conseguirem os deferimentos. Em 1920, um outro veterano, igualmente de Recife, *Tertuliano de Mello Carneiro, segundo sargento reformado*, de 72 anos, teve o seguinte documento anexado em seu processo:

“Nós abaixo assinados, por termos inteiro conhecimento e sermos testemunhas ocular, atestamos, que o Snr. Tertuliano de Mello Carneiro serviu como segundo sargento do 23º Corpo de Voluntários da Pátria, na guerra contra o Paraguai, desde o seu começo até sua terminação, tendo sido ferido em combate em um dos joelhos, que tem numerosa família e acha-se hoje alquebrado com 72 anos, sem forças para angariar os meios de subsistência...

Antônio Francisco Cordeiro de Mello
João Batista de Vasconcelos.”⁸²¹

Fica a questão se João Batista, entre outros veteranos, teriam fornecido os atestados por respeito e solidariedade aos amigos, ou mesmo se desejavam auferir algumas vantagens quando seus antigos camaradas recebessem os seus direitos. Poderiam ser camaradas ou “advogados”? Uma interessante possibilidade de pesquisa.

Carlos Ribeiro dos Santos, veterano, que fez toda a campanha, morador do Rio de Janeiro, em 1919, da mesma forma entrou, como os seus antigos camaradas, com o processo de asilamento. Em seu corpo carregava a violência dos combates. Segundo

⁸²⁰ Arquivo Histórico do Exército. Processos de asilamento. Letra H. Arquivo AIP. (Honório Joaquim de Melo), 1920.

⁸²¹ Arquivo Histórico do Exército. Processos de asilamento. Letra T. Arquivo AIP. (Tertuliano de Mello Carneiro), 1920.

informações retiradas de sua inspeção de saúde, que não está junto ao processo, mas que apenas foi reproduzida em uma informação prestada por um dos departamentos do ministério, sofria de *hérnia inguinal direita, cicatrizes de ferimentos por arma branca no braço direito; e cicatrizes de ferimentos por arma de fogo*.⁸²²

Talvez, pior que a atuação do inimigo, tenha sido a burocracia que João Batista da Silva enfrentou, *ex-anspeçada do exército*, para conseguir o seu asilamento. Residindo em Corumbá, com 76 anos de idade, seu primeiro pedido foi feito em 1920. Em sua primeira folha, observou que a *sua excusa do serviço* havia sido *extraviada, pelo que não pode provar o alegado, já tendo requerido certidão por diversas vezes e ainda não* havia sido *favorecido*. A burocracia não concedia o seus direitos, bem como não expedia novos documentos, necessários, para que João desse entrada em outras petições. Como desculpa, o seu primeiro requerimento foi *indeferido, por não se verificar se a moléstia foi realmente adquirida em campanha*. Em uma nova petição, no ano seguinte, uma outra anotação é feita em seu processo: “*aguarde oportunidade*”; mas somente entre 1923 e 1924, em mais uma tentativa, conseguiu ser contemplado com o *deferido*. Da primeira petição até a última, se passaram quase quatro anos. A ausência de documentos e até de selos - comprovantes dos pagamentos de emolumentos devidos - serviram de “argumentos”, utilizados pelos burocratas, para prolongar a angustiosa espera do veterano, e de outros processos que foram protocolados naqueles anos.

Talvez um, hoje conhecido, funcionário do ministério da guerra, e que viu e tratou de perto, por anos, com os veteranos, possa auxiliar sobre o entendimento de algumas características da burocracia presente nos departamentos que cuidavam dos processos dos ex-combatentes, ou possivelmente, a teimosia e o desespero de alguns peticionários, para conseguirem que os seus processos recebessem deferimentos, fora a oportunidade - segundo as suas próprias observações proporcionadas pelo trabalho, diário, durante 15 anos na *secretaria da guerra* - do que seria para os mais simples, serem considerados ex-combatentes da guerra do Paraguai.

Lima Barreto, funcionário público, barnabé, com *quinze anos* de trabalho, servindo em uma repartição do ministério da guerra, em 1918 - ⁸²³ quando muitos processos estavam sendo protocolados, e os veteranos voltaram a ser discutidos, principalmente por causa da demanda social, de inválidos, oriundos do conflito

⁸²² Arquivo Histórico do Exército. Processos de asilamento. Letra C. Arquivo AIP. (Carlos Ribeiro dos Santos), 1919.

⁸²³ Afonso Henriques de Lima Barreto. “*A Matemática não Falha*”, in “*Bagatelas*”. Editora Brasiliense. São Paulo, 1956.

mundial, na Europa - se recordou de alguns tipos, curiosos, que lá apareciam, teimosamente e com certa persistência e para a sua própria infelicidade e rezinga costumeira.

Aliviado por estar afastado de um lugar que lhe acarretou grandes angústias, Lima Barreto escreveu o pequeno texto para se recordar de alguns *voluntários da pátria* que para lá iam teimar e resmungar sobre os direitos que, acreditavam, detinham. O primeiro deles observado, foi *Agostinho Petra de Bittencourt*, que fôra *músico de um batalhão de voluntários da pátria*. Negro, afirmava que era filho de um padre branco, que havia deixado uma *fortuna* no *tesouro*. Entretanto, Agostinho não ia à secretaria para exigir a tal fortuna, mas para conseguir uma “outra”. Pela lei de 1907, aqui já tratada, que concedia pensão vitalícia aos voluntários, de *soldo dos postos e graduações com que foram dispensados, ao terminar a guerra*. O ex-combatente desejava receber uma, de *mestre de música*, e não como *músico de 1º classe*, como havia sido registrado na documentação remanescente. O veterano não se conformava com a injustiça de que estava, segundo ele próprio definia, sendo vítima. Os funcionários da *contabilidade de guerra* se mobilizaram para investigar a vida militar de Agostinho, para encontrarem uma nova documentação que pudesse esclarecer o seu nebuloso caso. Segundo Lima Barreto, *os documentos originais de época* foram consultados, confirmando, no entanto, a situação anterior de Agostinho, como de *1º classe*. O requerente, insatisfeito, *arranjou uma biblioteca de Ordens do Dia da guerra contra Lopes* - como o ambicioso Manoel da Costa Honorato fez, décadas antes - e *que ele sobraçava dia e noite, onde o seu nome figurava como mestre de banda*. O veterano procurou, naqueles anos, os ministros da guerra, e os seus ajudantes, entre outros, que como Lima Barreto acidamente definia, *a todo o pessoal majestoso que recebe luz de Sua Excelência*, para denunciar a negligência dos barnabés, de que estava sendo vítima. Os *grandes* aconselhavam que ele *requeresse, e ele requeria sem dó nem piedade*. Algo que ficou assinalado nas observações do consultor geral da república, Rodrigo Araújo, quando discorreu sobre a situação, irregular, de João Rodrigues Gonçalves. Durante anos *levou ele*, Agostinho, *pelos corredores do Quartel-General, sobraçando a sua biblioteca belicosa, requerendo, resmungando, reclamando e um mês até deu entrada a mais de dez requerimentos no sentido da sua modesta pretensão*. Lima Barreto não falou sobre o final deste, que, inclusive, no momento em que escrevia, informou continuar existindo, mesmo que ele, para o seu alívio, já estivesse afastado da *Secretaria de guerra*.

Para o escritor, era possível que o *Império e a literatura patriótica* tivessem *posto no espírito dos voluntários do Paraguai grandiosas esperanças de toda ordem*. Todos os governos, segundo ele, faziam uso de promessas, para alimentar as suas guerras, e o Brasil, ou melhor, o seu governo, não fugiu dessa regra. Se, segundo Lima, não houvesse prometido, francamente, que os desmobilizados não teriam mais que trabalhar, *pelo menos prometeu com certeza grandes coisas*, pois todos que conheceu, e tratou, na secretaria, em seus anos de servidor, estavam *possuídos de uma forte convicção dos deveres do Estado para com eles*.

Lima se lembrou de um outro, com uma história igualmente curiosa. Para o escritor, foi este sentimento de convicção, *centuplicado e também deformado no espírito simples, primitivo e vaidoso de um ingênuo e ignorante preto que levou o major honorário do Exército, voluntário da Pátria, José Carlos Vital, ao mais completo dos desastres que se pode imaginar*.

O “major” Vital era muito cioso das continências que para ele deveriam ser prestadas, e nunca se esquivava - quando lhe pagavam um copo de *parati* - de narrar suas peripécias, durante a guerra. Personagem conhecido da população carioca, como o Príncipe Obá, Vital, na república, andava com o *seu fardão, o seu espadagão, o seu colarinho sujo, as suas botas cambaias e o seu charuto de tostão*, mesmo que fosse simples servente do arsenal de guerra, e em algumas ocasiões, *em dias festivos*, fazia questão de comparecer ao *Catete para cumprimentar o Presidente*. Entretanto, um certo José Carlos Vital, de Pernambuco, *major como ele, Voluntário da Pátria, mas branco, vivendo modestamente, recebendo etapa de asilado, como o seu homônimo recebia*, apareceu. A situação representava que algo irregular pudesse estar acontecendo, e por isso foi aberto um *inquérito*, concluindo-se que o de Pernambuco, o *branco*, era o verdadeiro. O *preto* perdeu o *emprego, as zonas, a etapa de asilado*, “*enviúva do fardão*”, *para sumir-se dentro de um velho fraque de paisano vulgar*.

Um terceiro foi lembrado por Lima Barreto. José Dias de Oliveira, que chamou a *aritmética* em seu auxílio. Era porteiro adido do *extinto* hospital de Andaraí, e sempre, quando ia até a secretaria, pedia para ver “o *livro dos voluntários da Pátria*”. Sempre o pedia com a *máxima insistência*, que chegava a ser irritante. Queria o hipotético documento, para provar, pela sua matemática, que tinha mais direitos do que percebia. Argumentava que era *tenente honorário*, mas igualmente fôra *tenente de polícia no Paraná*. Sendo, então, segundo os seus cálculos: $2 + 2$ são *quatro*. Como resultado,

acreditava que possuía *quatro galões*, ou o mesmo que um *major*, e como um, tinha direito ao recebimento dos direitos do posto.

Muitos que visitaram a repartição na qual Lima Barreto trabalhava, o inspiraram para a criação de alguns dos seus personagens mais famosos. Sua obra, pelo menos a mais conhecida, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, trouxe o “veterano” e “general” Albernaz, que desejava, muito, casar as filhas, e como passatempo, um tanto quanto prestigioso, narrar as grandes batalhas de que não participou, durante a guerra do Paraguai.⁸²⁴ É certo que Lima Barreto foi um arguto observador de seu tempo, e normalmente das camadas mais baixas que constituíam a sociedade carioca de então. Solitário no meio em que viveu, tanto de dia, quanto de noite, não deixou de observar os tipos populares, e com ironia e até rebeldia, o cinismo e arrivismo reinantes na sociedade pequeno-burguesa da *velha República*. Ou como Nicolau Sevcenko observa, seu *temário inclui: movimentos históricos, relações sociais e raciais, transformações sociais, políticas, econômicas e culturais; ideais sociais, políticos e econômicos; crítica social, moral e cultural; discussões filosóficas e científicas, referências ao presente imediato, recente e ao futuro próximo; ao cotidiano urbano e suburbano, à política nacional e internacional, à burocracia, dados biográficos, realidade do sertão, descrições geológicas e geográficas (fragmentos) e análises históricas*. A galeria de seus personagens é formada por *uma legião de figuras representativas dos mais diversos meios. São burocratas, apaniguados, padrinhos, “influências”, grandes, médios e pequenos burgueses, arrivistas, charlatães, “almofadinhas”, “melindrosas”, aristocratas, militares, populares, gente dos subúrbios, operários, artesãos, caixeiros, subempregados, desempregados, violeiros, vadios, mendigos, mandriões, ébrios, capangas, cabos eleitorais, capoeiras, prostitutas, policiais, intelectuais, jornalistas, bacharéis, ex-escravos agregados, criados, políticos, sertanejos, moças casadeiras, noivas, solteironas, recém-casadas, mulheres arrimos de família, crianças, casais, loucos, tuberculosos, leprosos, criminosos, adúlteros, uxoricidas, agitadores, estrangeiros, usurários, mascates, grandes e pequenos comerciantes, atravessadores, banqueiros, desportistas, artistas de teatro, cançonetistas, coristas e alcoviteiras*.⁸²⁵

Seu fim foi melancólico, e, de certo modo, suas obras carregam muito de si e de sua lucidez insulada, permeada por uma forte crítica social, após uma curta vida

⁸²⁴ Afonso Henriques de Lima Barreto. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Martin&Claret. São Paulo, 2006.

⁸²⁵ Nicalu Sevcenko. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. Companhia das Letras. São Paulo, 2003. (página 191 e 192).

atribulada, mediada entre o alcoolismo, os hospícios e frustrações pessoais e profissionais.

Os veteranos do Paraguai, e a guerra, entre as décadas de dez e vinte, não só chamaram a atenção de Lima Barreto. Em 1925, Monteiro Lobato produziu, entre outros, o texto “*As fitas da vida*”.⁸²⁶ Se ambienta na *hospedaria dos imigrantes*, situada no Brás, então bairro operário, de intenso movimento humano. Em um tempo em que a lavoura demandava numeroso contingente, fornecido por sucessivas levadas de *triste carne de trabalho, irmã da carne de canhão*, em um momento, 1906, *mais ou menos*, em mais uma, oriunda do Ceará, *flagelado pela seca*, chega um indivíduo, *cego, velho de mais de sessenta anos*, veterano, ex-voluntário da pátria, que deveria ter ido para o AIP, mas que, por engano, *como carga incômoda que entope o navio e cheira mal*, junto com os demais, migrantes, de seu Estado, veio para São Paulo. Foi na guerra que apanhou a doença que o deixou cego, e tinha a esperança, também ardente, de encontrar o seu antigo capitão, porque com ele, *até os olhos seria capaz de reviver*. Se tivesse ao seu lado o chefe de um tempo passado, sua situação, acreditava, melhoraria. Pelas coincidências da vida, o responsável, ou diretor do estabelecimento, era o próprio capitão. Após, como o próprio Lobato observou, um *arranjo para terceiro ato de dramalhão lacrimogênio*, o comandante, paulista, identifica e, sem não antes testar a lealdade, acolhe o seu antigo comandado, o cego, cearense, de quem havia salvado a vida na *passagem do Tebiquari*.

É certo que Monteiro Lobato - conforme Francisco Alambert⁸²⁷ bem observa - percebeu as transformações advindas com a república, e como deu atenção ao tema da modernização e os impactos do progresso capitalista nos âmbitos econômico, político e cultural no Brasil. Então, não foi gratuito que Monteiro Lobato tenha ambientado a chegada de um veterano, do império, da guerra contra o Paraguai, cego e inválido, que originalmente ia para o AIP, mas que acabou sendo, por engano, remetido à hospedaria, responsável pelo grande fluxo de imigrantes e migrantes, em São Paulo. No fundo, as criações dos personagens, o inválido e o comandante paulista, e o ambiente em que atuaram, foram apenas pretextos para uma discussão maior. A apologia à modernidade era o seu objetivo. A hospedaria era a porta de entrada para a formação de um mundo

⁸²⁶ José Bento Monteiro Lobato. “*As Fitas da Vida*” In “*Negrinha*”. Editora Brasiliense. São Paulo, 1956. (páginas 13 a 20).

⁸²⁷ Francisco Cabral Alambert Jr. *Civilização e Barbárie, História e Cultura. Representações culturais e projeções da “Guerra do Paraguai” nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1998. (páginas 246 a 268, “*a história a contrapelo segundo monteiro lobato*”).

novo, ou como o próprio Lobato observou no texto: “*uma nova raça, liga, amálgama, justaposição de elementos étnicos que temperam o neo-bandeirante industrial, anti-jéca, anti-modorra, vencedor da vida à moda americana*”. Era naquele espaço, segundo a visão do escritor paulista, que começariam a ser formados o novo, o dinâmico, o empreendedor, o que trabalhava, contrário ao que até então havia determinado o país em seu marasmo, em seu atraso, em sua invalidez. O veterano cearense representava o retardamento. Não via as luzes, porque era cego; miserável, por não ser empreendedor, porque era velho e principalmente um inválido; mas com o auxílio de seu antigo chefe, segundo expressão de Lobato, *nobre figura de paulista dos bons tempos*, responsável pela regeneração de seu antigo comandado, e que faria com que ele enxergasse a realidade, não mais vivendo nas trevas, e das lembranças de um passado, nem um pouco glorioso. A guerra, para Lobato, e segundo Alambert, possuía um significado bem diferente do que até então, ou comumente, se desenvolvia. Para Alambert, quando analisa alguns outros textos que têm como temática a guerra, Lobato *se choca radicalmente com a maneira com que as heranças e conseqüências do conflito vinham sendo abordadas*. Ao contrário de seus contemporâneos, como Baptista Pereira, *e dos ideólogos da Guerra dos anos 20*, o escritor era mais crítico.

6. O Asilo dos Inválidos da Pátria, no pós-guerra.

Em um artigo publicado na revista *Kosmos*, no ano de 1909,⁸²⁸ tendo como articulista Leal de Souza, há um pequeno histórico sobre o convento da Ilha do Bom Jesus, construído pelos franciscanos. Em 1824, não se esquivando de suas originais funções, o antigo convento serviu por um tempo como hospital da marinha, depois, em 1830, passou a servir de leprosário, cujos internos foram posteriormente transferidos para São Cristovão. A partir de 1850, *continuando suas tradições hospitalares, transformou-se o convento em Asilo para os enfermos de febre amarela*. Entre os anos de 1852 e 1853, recebeu um *estabelecimento de ensino dirigido pelas pias irmãs do Sagrado Coração de Maria*. No ano de 1855, quando a Corte foi assolada por uma epidemia de cólera, *o deserto edifício tornou à sua função hospitalar* e, quando extinta a moléstia, foi utilizado para *depósito de colonos*, possivelmente com a função de alojar imigrantes que adentravam na baía da Guanabara, e tudo leva a crer, para encerrá-los em regime de quarentena. Durante a guerra, em 1865, serviu como aquartelamento de algumas unidades de *voluntários da pátria*, provavelmente com a intenção de se isolar os militares que chegavam à Corte, vistos, naquele contexto, como potencialmente vetores de doenças e epidemias que estariam assolando outras províncias.

Leal de Souza alimentava a idéia do monarca magnânimo, de que em seu governo o asilo prosperou, tendo *belos jardins, claras escolas, alegres oficinas, largas enfermarias* e um *museu militar*, que guardava os *gloriosos troféus guerreiros*, e, *não raro, nos dias festivos, em salas apropriadas, os inválidos*. Era durante o império, que os internos possuíam uma vida aprazível, vivida em *belos jardins, escolas* para se instruírem e conseqüentemente civilizarem-se. Foram empregados em *alegres oficinas* para o trabalho honesto e preenchiam o seu dia-a-dia honesta e agradavelmente, evitando o temerário ócio, fonte de inúmeros vícios; bem como eram usuários de *largas enfermarias* que ofereciam o tratamento apropriado aos necessitados e que não eram poucos. Foi mencionado o museu militar, que guardava *gloriosos troféus guerreiros*, que era detentor de diversos objetos utilizados e capturados, provavelmente apenas durante a guerra, e que ficou instalado por muitos anos na ilha. Emblemático que quem tivesse disposição para visitá-lo nos *dias festivos*, poderia, ao chegar, deparar-se, além das peças de importância histórica, com os próprios veteranos, pois os *heróis despojavam-se dos louros marciais e disputavam os de João Caetano*, porque, segundo

⁸²⁸ Biblioteca Nacional. Periódicos. Revista *Kosmos*, janeiro de 1909.

o articulista, o *Museu Militar*, como o AIP, foi criado pelo segundo Imperador, que desejando reunir, para o mesmo grato culto, no mesmo local, os veteranos mutilados na guerra e as nossas relíquias militares, fez construir o pesado edifício, destruído, mais tarde, pelas intempéries, quando o descuroou o zelo dos governantes.⁸²⁹

Porém, com a república, tudo havia passado, porque naquele ano, 1909, o que ainda não era ruína tendia para a ruína. Leal reparou que a ilha de Sapucaia, depósito de lixo da cidade, era uma vizinhança imunda, sob negras nuvens de moscas. A igreja estava abandonada, ameaçada de desabamento, à melancólica vergonha de ter envelhecido sem história e sem sacerdote. Os restos mortais do general Osório, que lá não estavam mais, ficaram encerrados por cerca de vinte anos, e Leal, aproveitando-se da oportunidade, comparou o tratamento que os restos de Napoleão receberam na França, e o que o herói cavalariano brasileiro recebeu no Bom Jesus, pois o incomparável general esperou uma tumba, esquecido num quarto sórdido, que em sua visita, uma rapariga lavava. O prédio que servia para o museu havia sido destruído pelas intempéries, quando o descuroou o zelo dos governantes. Seu acervo foi transportado, sob a república, para a Escola Militar da Praia Vermelha, por lá perdendo-se com o passar do tempo.

Em 1909 alguns asilados residiam na ilha, bem como suas famílias e nove remadores do escaler. Os solteiros ocupavam os alojamentos do asilo, e os casados residiam nas casitas circunvizinhas, vivendo, todos, sem obrigações. Excetuando-se as mulheres, que cozinhavam e lavavam, e a administração que, prodigiosamente, dentro de um orçamento miserável, escorava e mantinha aquelas ruínas. O asilo já não era mais um estabelecimento que preocupava os administradores. Seus internos sobreviviam com pequenas dotações orçamentárias, oriundas do ministério da guerra, e servia, unicamente, para alojar os veteranos remanescentes, suas famílias, e novos militares, recém reformados, nas fainas diárias do serviço de paz. Naquele ano, o asilo ainda alojava veteranos de Canudos, que lá estiveram por décadas, e depois, outros militares envolvidos em diversas operações em que o exército ou marinha se empenharam.

⁸²⁹ Segundo Adler Honero Fonseca de Castro: “O exército criou um museu militar em 1868, para recolher os troféus da Guerra do Paraguai, mas este foi montado no Arsenal de Guerra, com acesso restrito. Mais tarde o museu foi transferido para o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus (hoje Fundão) – um local de visitação ainda mais complicado, tanto é que o museu acabou sendo extinto, com perda de objetos e informações.” In “Um tiro na memória. A crescente preocupação com a violência nas cidades, materializada a campanha de desarmamento, pode prejudicar os estudos sobre a história militar do Brasil”. Revista *Nossa História*, número 24, outubro de 2005.

Ninguém mais trabalhava. Mesmo após mais de quarenta anos de sua inauguração, um problema, observado pelo cronista, persistia no meio dos asilados, pois *sobriamente garantida pelo Estado, a ociosidade florescia em vícios, que agitavam a vida da Ilha*; mas, e mais importante, *não perturbavam a da Humanidade, tantas vezes sacudidas por sonhadores ociosos*. Por mais que existissem problemas, eles ficavam restritos à ilha, porque simplesmente seus internos eram totalmente isolados, não trazendo maiores consequências para a cidade (**Figura 32**)

Em 1909, as instalações do convento estavam praticamente desabitadas. Possivelmente, o que determinou a ociosidade das instalações foi a *construção das casinhas esparsas pela ilha*, o que fez com que as famílias comessem a residir nas edificadas ao redor do AIP ou mesmo mais distantes, em algum outro ponto do Bom Jesus. A igreja era um *divertido alojamento de soldados*, pois *entre escarradeiras e baús, ao pé de cada altar, sob a guarda beata de um santo, uma cama de ferro com a sua manta encardida profanava a ante-câmara do céu*. O templo estava sendo usado, provisoriamente, como alojamento, porque o antigo chalé, de três pavimentos, que servira aos asilados solteiros, havia sido *revolucionariamente incendiado* por marinheiros asilados, um pouco antes da visita de Leal:

“José Ferreira Braga e Oscar Baptista, não podendo sofrer na preguiçosa inércia da ilha os pardos tédios da inatividade, resolveram perturbá-la faustosamente iluminando com as flamas revolucionárias de um incêndio as épicas narrativas dos veteranos. Libaram zurrapas baratas e, invocando Baco, sentiram na alma o furor belicoso de Marte. Entrincheirados nos alojamentos cedidos à sua fúria pela prudência tímida dos habitantes, amontoaram colchões, malas e móveis e, incendiando o edifício, aguardaram a morte olímpicamente abaluardos nas barricadas que o fogo, consumindo, defendia. Bastavam duas balas para abater a rebelião e salvar o prédio, mas em Bom Jesus não havia uma espingarda. Sitiados pelas chamas, os rebeldes, que o espírito mavórcio abandonara fugindo com a diluência dos vapores báquicos, deliberaram viver, embora vencidos e presos. Dispostos a descerem do segundo andar, em que se achavam, arranjaram amarrando lençóis, uma escada, que o peso de Oscar arrebentou. Este, com os ossos moídos da queda, foi socorrido e entregue, depois, a uma patrulha enviada, tarde, pelo ministro da Guerra; e Braga, não conseguindo sair do casarão incendiado, morreu neroniamamente lambido pelas raivosas labaredas que ateara. Subsistindo entre os asilados as rivalidades das classes armadas, os outros marinheiros, ofendidos com a entrega de Oscar ao Exército, combinaram arrasar o Asilo ensangüentado-o, e na noite escolhida para o motim, mas antes da hora assinalada, foram afetuosamente despertados por duas companhia (sic) de infantes sadios, que lhes serenaram os ânimos afogueados, arrastando-os para as confortáveis masmorras da Ilha das Cobras, com o delicado respeito devido à benemerencia turbulenta.”

Problemas com indisciplina ainda persistiam no Bom Jesus, e até se tornaram mais violentos. Leal atribuiu culpa ao ócio e ao álcool. Pela documentação do asilo, não

consegui encontrar nenhuma pista sobre o que aconteceu naquele dia, mas fica a dúvida de que só isso tenha provocado a revolta. Não descarto a possibilidade, que não é remota, dos dois marinheiros se rebelarem pelas condições humilhantes a que estavam sendo submetidos pelo comando do asilo. Talvez fossem obrigados a cumprirem serviços exaustivos, ou até mesmo sofressem, eventualmente, castigos de pancadas, pois não se deve esquecer que cerca de um ano depois, o episódio conhecido como a *revolta da chibata* aterrorizou a cidade do Rio por alguns dias.

Alguns veteranos da campanha do Paraguai foram procurados no aquartelamento; porém, não formavam *uma dezena* o que se conseguiu reunir. Um, dos que conversaram com Leal, era o morador mais antigo da ilha, Antônio Francisco Rodrigues, corneteiro, que se alistou em 1866, e incorporado ao 2º Corpo de Exército, combateu e foi ferido em Curuzú, tendo em uma *barca hospital* o seu braço amputado em decorrência da lesão sofrida. Voltando ao Rio, instalou-se provisoriamente na Armação e chegou a participar da festividade de inauguração do AIP. Apesar das limitações físicas, não foi impedido de construir uma pequena casa, para ele e a sua família. O ex-combatente tinha verdadeira admiração pela família imperial, considerada por ele como *amiga dos inválidos*. Recordou-se das visitas que os internos recebiam da princesa Isabel *plena de bondade meiga*, do Conde d'Eu que os *amava*, e por fim, do próprio imperador de *pródiga generosidade*. O jornalista observou, quando *o velho Rodrigues* contou, *sem intenções humorísticas, embora de modo pitoresco*, que nunca tinha tido vícios, exceto um, o da bebida. Chegou mesmo a reproduzir a suposta fala do veterano:

“-Nunca tive vícios. Isto é, tive um. Gostava da bebida. Bebia cachaça. Também bebia vinho. Misturava tudo. Tomava bebedeiras fantásticas!”

Faziam parte do efetivo do AIP, segundo o articulista, oitocentos asilados, quase todos eles, *com licença ministerial, que foram residir nos seus Estados*. Os *asilados residentes* eram os *veteranos do Paraguai, militares estragados, sem brilho, em desastres inglórios; soldados das guerras civis e jovens marinheiros tuberculosos*. Em 1909, eram poucos os veteranos da *Grande Campanha*. Para vê-los e ouvi-los, Leal trilhou *sinuosos caminhos, e ao cabo de longas horas, estafado, depois de ter corrido a insula toda*, conseguiu reunir os que conseguiu encontrar. Eram cinco: *o forriel Vicente*

Ferreira Passos, o cabo Antônio Ferreira Lima, o anspeçada José Joaquim Gonçalves, e os soldados Ildefonso de Barros e Deocleciano da Rocha (Figura 33).

Os ex-combatentes foram descritos desta maneira:

“Exaustos, olvidados na merencória solidão onde jazem, estes heróis não seguiram a marcha dos homens válidos, e, desconhecendo o Brasil moderno – estrangeiras na pátria, as suas almas antigas vivem exiladas na era nova. Os seus ouvidos, fechados a todos os incômodos rumores de nosso tempo, escutam, surdo, em ecos renovados, o fragor das batalhas soberbas, e o seus murchos olhos, cegos para as coisas vivas do presente, apenas vêem, nas paisagens mortas de Outrora, as massas épocas dos guerreiros. Não se individualizam nas façanhas evocadas e conservam-se, narrando-as, no seu posto anônimo nas filas dos batalhões. Reconstituindo a tela rota do lustro heróico, os seus abatidos corpos rejuvenescem; movem-se leves, com agilidade airosa e moça. Álacres, em voz agora vibrante, encadeiam os episódios...”

Leal não perdeu a oportunidade para, o que acredito, ridicularizar os inválidos veteranos. O primeiro, o *anspeçada Gonçalves*, ex-combatente do 46º CVP, afirmou que o batalhão, no combate de Tuiuti, não havia recuado. O jornalista, simulando certa complacência, erudita, observou que *ninguém de certo*, condenaria o *encanecido voluntário*, por *pretender acrescentar um louro falso aos numerosos verdadeiros*, pois *não à própria glória, mas à da pátria* almejava servir com a sua mentira, depois de a ter servido com as suas armas.

Com um outro veterano, o articulista foi bem mais mordaz. *O soldado Deocleciano, baixo e preto*, falava pouco e parecia idiota. *Fez toda a campanha, e, sob o comando de diversos chefes, pelejou em todas as batalhas*. Leal, não atribuindo grande importância aos que ocuparam o *posto anônimo nas filas dos batalhões*, não perdeu a oportunidade de louvar os chefes militares, porque mesmo que Deocleciano, o que era *preto* e parecia *idiota*, falasse sobre os combates dos quais participou, o jornalista procurou descrever e enaltecer apenas seus comandantes, utilizando-se do asilado apenas como uma oportunidade para o laudatório:

“...e sob o comando de diversos chefes, pelejou em todas as batalhas. Ao seu lado, no turbilhão voraginoso dos combates, o eloquente Mitre recitou palavras sublimes no lindo idioma de Castela; Osório deslizou alado e, sofrendo, possante, o árdego cavalo, atirou o poncho plebeu dos campeiros aos ombros régios da Vitória; coberto de ouro, no seu corcel de rútilos jaezes, Porto-Alegre passou, fulgurando como um clarão; inculta a espessa cabeleira de caudilho, Venâncio Flores investiu à frente da guapa hoste uruguaia; apareceu, prudente e frio, o velho Polidoro, cercado de oficiais ardentes, Caxias perpassou, severo, distribuindo ordens com serenidade, à maneira impassível de um deus; Mena Barreto, belo na fúlgida pompa do seu uniforme de general moço baqueou: com um pedaço de ferro no flanco e um grito corajoso nos lábios; e, a espada forte na mão

augusta, Gastão de Orleans surgiu pelejando com o entusiasmo ígneo dos bravos e a elegância gentil dos príncipes!

Novamente, Leal ponderou:

“Os veteranos vivem vida irreal, regressam para o passado como se fossem para o futuro, e, insulados na nostalgia das batalhas, encaram os homens sem os ver e não percebem a morte que chega.”

Homens esquecidos e perdidos em um passado remoto, *insulados na nostalgia das batalhas*, não viam o presente, como não percebiam o futuro. Talvez, o isolamento físico da ilha tenha os obrigado a sobreviverem presos ao passado, completamente alienados. É um indício, pela ótica de Leal de Sousa, do triunfo da idéia executada com a realização do AIP, quase quatro décadas antes, de rigoroso afastamento dos homens do resto do mundo.

A maioria dos internos era oriunda de uma situação que ele interpretava como irregular, pois que, *os mais numerosos, não têm passado, nunca aspiraram o cheiro da pólvora, jamais ouviram o clangor da batalhas, não testemunharam feitos heróicos, e muitos rasgaram, asilando-se, a lei que criou o Asilo unicamente para os militares inutilizados ao serviço do país*. Para Leal, ter passado, para um soldado, era ter lutado, algo que não fez parte da vida da maioria que estava encerrada no asilo. Qual era a sua intenção quando escreveu o artigo para a revista *Kosmos*?

Não descartaria a possibilidade de que estivesse sob a influência da ACRJ, que mantinha pendengas com o exército, por causa do capital reunido pela atividade da subscrição pública. Entretanto, isso é um outro assunto; porém, procurando pensar o que significava a *Kosmos*, apoio-me em Antonio Dimas, cujo trabalho, fruto de um doutorado, utilizou-se da revista para suas idéias.⁸³⁰ Em princípio, deve-se entender em que contexto ela foi concebida e publicada.

Dimas percebe que a criação literária das últimas décadas do século XIX havia sido fecunda, riqueza presente em trabalhos como *Os Sertões* e *Canaã*. No entanto, a cidade capital, da primeira década do XX, *núcleo gerador de nossas forças – retrai-se intelectualmente para concentrar suas energias em favor de um processo de*

⁸³⁰ Antonio Dimas. *Tempos Eufóricos (Análise de Kosmos: 1904 – 1909)*. Tese de Doutorado. Letras. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 1975.

urbanização. *A atividade administrativa da dupla Campos Sales – Pereira Passos exigia todas as atenções.*

O periodismo, *carente de assunto depois da Abolição-República*, nas primeiras décadas do XX *retoma seu lugar vigorosamente, catalizando e deglutindo as forças dos intelectuais em disponibilidade. Acenando-lhes com uma possibilidade de profissionalização, ainda que em termos precários, a Imprensa já se mostrava como uma alternativa da burocracia estatal. E os que haviam desistido completamente da Literatura (Aluísio Azevedo, por exemplo), ou os que, embora cansados, nela ainda acreditavam, talvez não se sentissem animados a enfrentar as exigências do periodismo. Do grupo agitado que fomentou a vida literária na virada do século e que ajudou na organização, estabelecimento e consolidação da Academia Brasileira de Letras, apenas Bilac e Coelho Neto aceitaram abertamente o desafio da imprensa diária.*

É neste contexto, *rarefeito*, que surge a revista *Kosmos* entre janeiro de 1904 até abril de 1909. Era uma publicação mensal, distribuída em todo o país, sendo sua sede situada na cidade do Rio. Seu formato *era grande (31cm X 25cm), o papel “couché”, o uso intenso de cores nas capas e no interior, a fartura de ilustrações, a diagramação sofisticada e uma certa amostra hesitante de Art Nouveau em suas vinhetas adequavam-se perfeitamente a um grupo de consumidor burguês que suspirava pelo Bois de Boulogne, procurando compensar-se de sua latino-americanidade. Segundo Dimas, os jornais da época aproximavam Kosmos das publicações européias inteligentes e civilizadas, tomadas como padrão de referência.*

O periódico em questão é interpretado por Dimas, quando colocado em uma situação de competitividade com outras revistas, como *talvez dirigido para a faixa de um consumo mais genérico, mais diversificado e, por conseguinte, menos “profissional”*. *Kosmos* fazia parte de um grupo de revistas de “ilustração”, de popularização, para preencher o ócio com dignidade. Uma publicação feita mais para os olhos do que para o cérebro. Foi produzida no bojo da euforia urbanizadora e embelezadora deflagrada pela dupla Campos Sales – Pereira Passos, que exigia, pela euforia reinante, um correspondente *da imprensa de bom gosto, fina “up to date”, ainda que seu alcance se limitasse à Rua do Ouvidor e Botafogo. Era no otimismo da construção de uma avenida majestosa, quando aparentemente debelava-se o perigo da febre amarela - e por fim, quando civilizávamo-nos – que era urgente, era preciso mostrar (a nós mesmos antes de mais nada), que já tínhamos uma imprensa à altura da*

Avenida Central e dos prédios bolo-de-noiva. No plano jornalístico, Kosmos correspondia ao esforço brasileiro de europeizar-se, de promover uma imagem favorável e “vendável” do país. A revista era ato de afirmação; veículo móvel, comprobatório do remodelamento urbano, sua extensão. Protagonista de uma consciência urbana moderna que se modelava à custa de negligência dos subúrbios cariocas, espaço da competência de Lima Barreto. Constituía-se, pode-se afirmar, dentro dos esforços provocados pela ânsia de renovação, de remodelamento, mormente porque se operava em começo de século, que, em si, sempre deveria trazer, latente, desejos de reorganização.

Entretanto, a revista não estava somente umbilicada ao remodelamento urbano. *Kosmos poderia ser tomada como exemplo de mentalidade jornalística nova, de cunho empresarial, que não se deixa enganar, até certo ponto, por uma suposta rede de consumo amplo. Com um pé na aventura, o outro finca-se na realidade de um país, cuja margem de analfabetismo é imensa. O periódico desejava ser mais informativo do que artístico, manipulando ambas informações num tom não exibicionista e mantendo sempre como suporte o anúncio publicitário.*

Sendo assim, e continuando a leitura de Jaime Benchimol,⁸³¹ é certo que a primeira década do XX foi marcada por mais um forte impulso de modernização. As habitações coletivas, no pós guerra, passaram por nova gana fiscalizadora e repressora, principalmente dos órgãos de saúde do Estado. As drenagens, os aterros, o abastecimento de água, a canalização dos rios e esgotos e a conservação das florestas continuavam a fazer parte da pauta governamental, para a manutenção da boa higiene, em decorrência das atuantes epidemias na Corte, e posteriormente capital da república. Durante os últimos vinte anos do império, e as primeiras décadas do XX, a habitação popular havia se tornado um grande problema para ser resolvido. Fora a sua carestia, as que existiam, localizadas na Cidade Velha ou centro, comportavam aglomerações de trabalhadores que prestavam seus serviços. Eram prédios cujas instalações eram interpretadas como produtoras de epidemias, não apenas pelo o seu grande número de moradores; mas igualmente pela ausência de higiene que marcou as habitações coletivas populares. Com o constante fluxo de imigrantes, principalmente portugueses, a cidade necessitava de um novo remodelamento em suas estruturas, que só poderia ser

⁸³¹ Jaime Benchimol. *op. cit.*, (páginas 167 a 184, “*A Virada do Século: Aspectos Conjunturais do Período, 1890 a 1900*”).

operacionalizado com o argumento do progresso, da civilização rigorosa de regeneração estética e sanitária. Era a intenção de substituir a cidade colonial, atrasada, arcaica, anti-estética, suja e enferma, pela remodelada segundo os mais “novos” preceitos higiênicos da civilização das luzes. Era necessário abrir de vez o grande caminho para a civilização, nem que desta vez fosse preciso o uso da força.

A renovação deveria agir sobre uma outra obra, não restringindo os seus movimentos de destruição unicamente sobre os edifícios coloniais que deveriam desaparecer; mas sobre os homens que lá moravam, trabalhavam, especulavam, divertiam-se, isto é, que mantinham uma *trama complexa de relações sociais*. Demolir as paredes das velhas construções visava outras destruições, mais significativas e acalentadoras. Era o contraste de *certas oposições ideológicas chaves, tais como prédios estéticos e higiênicos x edificação de mau gosto e repugnante; cidade moderna e civilizada x cidade colonial e rotineira*.

O porto, fundamental para a manutenção da cidade, deveria receber remodelamento em suas estruturas, simplesmente porque elas não condiziam com as *novas necessidades colocadas pela acumulação e reprodução do capital, pela circulação das mercadorias e da força de trabalho (imigração), e pelas exigências fiscais do próprio Estado*. Entretanto, para operar o porto, evitando que entrasse em colapso, pela intensa atividade comercial que comportava, era necessário atuar sobre as proximidades, as ruas que serviam de elo entre a ferrovia e os navios. As mesmas que serviam para escoar em um intenso fluxo as mercadorias vindas de fora e de dentro. As que também comportavam um irregular, ou indisciplinado trânsito de todos os tipos sociais presentes nos centros urbanos. A retificação da linha irregular do litoral obrigava a demolição de centenas de prédios, e o aterro de diversas enseadas existentes na orla.

Era naquele momento que deveria haver o prolongamento do canal do Manguê, e a abertura de três avenidas. Uma delas era a Central, que seria projetada *com a intenção de transformar a velha, suja e pestilenta cidade colonial portuguesa numa metrópole moderna e cosmopolita*. Ela deveria romper, *de mar a mar, o coração da Cidade Velha, o labirinto de ruas estreitas e movimentadas, em cujas estalagens, cortiços ou casas de cômodos residia grande parte do proletariado carioca*. A novíssima avenida deveria atingir em cheio *o centro nevrálgico da capital da República*, que concentrava as *atividades administrativas, comerciais e financeiras*, e certamente onde existiam outras atividades ligadas ao trabalho urbano, constituído por pequenas oficinas artesanais. A sua operação provocaria a *expropriação ou segregação*

de determinadas frações sociais de uma área privilegiada “central”, do espaço urbano, em proveito de outras frações sociais, atuando o Estado como o executor do processo, através de mecanismos econômicos e jurídicos e expropriação e valorização.

Entretanto, toda aquela atividade febril era justificada como um ato de “embelezamento” da cidade, que, segundo Benchimol, é um termo que *tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época*. Além de manifestar a *imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica*, ocultava *múltiplas estratégias*. Intentava retirar daquela área a massa de trabalhadores que por lá residiam e trabalhavam, igualmente visava a *mudança de função do centro*, para atender aos reclamos dos *interesses especulativos* que desejavam a área que seria trabalhada, condicionados *pelas exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro*. Da mesma forma, havia uma razão fortemente política, porque o Estado republicano ali tinha a sua sede, e que precisava ser uma área controlada da maneira mais eficaz para garantir a sua segurança.

A construção da avenida Central, inserida em um ambiente fortemente marcado pela presença do trabalho assalariado, nas relações capitalistas de produção, consumo e circulação, com todas as suas contradições, foi mais uma tentativa de efetivo poder e disciplina sobre as camadas mais baixas da população, compelidas por meios coercitivos, sempre, a serem colocadas às margens. A contradição, ou pelo menos a principal, foi que, apesar do discurso do embelezamento, do racional, da boa estética e da civilização, boa parte dos que foram expulsos do centro efetivaram a ocupação das zonas periféricas da cidade desprovidas de qualquer infra-estrutura, e dos morros localizados ao redor de uma área que se procurava limpar das epidemias, entre outros males.⁸³²

Temendo ser fastidioso, novamente chamo a atenção para a visão comum que se tem sobre os inválidos. O artigo foi bem explícito, pois deixou transparecer uma série de idéias vulgares sobre os ex-combatentes, mesmo tendo passado mais de quarenta anos da existência do AIP. A primeira, já estava estampada em sua primeira página. Inválidos que viviam sem preocupações, em completo ócio, fonte de vícios, e que eram mantidos pelo Estado, junto com outros veteranos, de outras operações e campanhas que faziam parte do efetivo, sempre renovado. O veterano mais velho - recorda-se - teve

⁸³² Jaime Benchimol. *op. cit.*, (páginas 204 a 226, “*A Transformação da Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século XX*”).

no passado o vício da bebida, enquanto os demais eram retratados como anódinos ou idiotizados, quando não definidos pelos seus traços físicos.

Oras, tendo as observações de Dimas, chega-se à conclusão de que a atitude de Leal de Sousa não poderia ser diferente da que teve manifestada nas linhas de seu artigo. O AIP representava o que acredito que ele considerava atrasado, arcaico, ligado a um período relativamente próximo que representava a decadência, a escravidão, o marasmo. Um Brasil que era combatido nas remodelações urbanas promovidas no Rio de Janeiro – remodelações, não se pode perder de vista, tributárias diretas das práticas e saberes não-contagionistas desenvolvidos no século XIX - portador de doenças epidêmicas, ocioso, compelido a viver em “eterno degredo” nas regiões suburbanas e nos morros e que não era desejado pelos que possuíam sede de modernidade. Possivelmente Leal olhasse o AIP como uma “porta” do tempo. Se o centro passaria por um remodelamento desejado, para embelezar uma cidade que se queria participante, efetiva, de uma grande civilização, evoluída, é certo que no estabelecimento, relativamente próximo - uma *ínsula* – em que ainda se poderiam encontrar características, intenções, desejos e vivências de um período, e principalmente de sujeitos que deveriam ser “erradicados”. Ainda era uma ilha, onde o tempo “parou”, lugar onde os veteranos ficaram encerrados, presos ao passado que deveria - para alguém que era pretensamente moderno, ou pretensamente representante de uma “*avant-garde*”; mas que, no entanto, em seu âmago, somente sofisticado – ser profilaticamente longínquo. Os ex-combatentes eram evidentes, falavam e gesticulavam - ainda que de maneira ridícula - mas da mesma forma alienados por não estarem vivenciando o tempo presente. Subsistiam pelo pretérito.

Não deixei de aproveitar o que mais se sobressaiu da revista *Kosmos*, isso segundo a visão de Dimas, e reproduzi as fotos que acompanharam o artigo publicado em 1909. É um excelente material, desde que devidamente analisado. Uma das poucas fotos que consegui encontrar retratando veteranos, e até mesmo uma outra fotografia com uma criança e asilados, material também raro de se localizar, registrando o AIP. Em uma, em frente à enfermaria, há veteranos de todas as campanhas. Eram homens que portavam pernas de pau (perna pilão), bengalas, muletas e um, o que está no centro, sem as duas pernas, que está sentado sobre uma antiga cadeira de rodas de ferro (**Figura 34**).

Antonio Francisco Rodrigues - devidamente fardado, e como os demais veteranos da campanha, portando suas condecorações - o veterano de Curuzú,

igualmente aqui se encontra, pousando em frente de sua casa, com a sua esposa, talvez duas filhas, e dois homens, seus filhos, que como ele, se transformaram em militares **(Figura 35)**.

“Comando do Asilo de Inválidos da Pátria – Quartel na Ilha do Bom Jesus, 12 de setembro de 1928.

Boletim n. 210

Recolhimento de medalhas e diplomas

O Snr. comandante da 1ª companhia em parte de ontem datada, comunicou ter recolhido ao almoxarifado, 3 medalhas; sendo 1 da campanha do Paraguai com passador nº 5, 1 de bronze da República Argentina e 1 de bronze da República Oriental, todas com as respectivas fitas e 1 diploma da medalha da República da Argentina, pertencentes ao falecido Anspeçada graduado da referida companhia, José Joaquim Gonçalves, afim de ser cumprido o que está determinado em boletim regimental nº 205 de 5 do corrente.

Antonio José Leal – Cel.”

Considerações Finais

O asilo, de 1868, poderia ser interpretado como uma forma segura de segregação de homens doentes e ociosos, talvez configurando-se como uma maneira, a mais garantida, para encerrá-los, inclusive por uma eventual e gradativa demanda, dado que a guerra ainda não havia se encerrado. O desejo de um estabelecimento similar ao AIP, foi presente por décadas antes da construção, na Ilha do Bom Jesus. Isto é perceptível nos esforços consubstanciados na *coleção de leis do Brasil*, pelos decretos e leis que visavam a construção e operação de estabelecimentos com aquela função. Porém, a guerra, com a sua própria dinâmica, com o esforço exigido, condicionou as autoridades para a emergencial edificação do AIP, que, se não era um estabelecimento ideal, constituía-se, pelo menos, em suas funções primárias. Além do mais, com o asilo na ilha, poderia, muito bem, ser utilizado, como o foi por décadas, para asilar militares de outras campanhas e, inclusive, os reformados, inválidos, que constituíam um fluxo estável de internos, proporcionado, simplesmente, pela presença dos efetivos que serviram nos tempos de paz.

Os inválidos eram inconvenientes do ponto de vista higiênico e sanitário, e em um momento em que as epidemias recrudesciam, era inevitável que homens doentes e ociosos precisassem ser encerrados em estabelecimentos específicos para o seu atendimento, controle e principalmente que os disciplinassem.

Entretanto, não havia um controle garantido, ou efetivo, sobre os *inválidos da pátria*, pois a subversão igualmente foi presente pelas ruas de Niterói, da Corte e até no Bom Jesus. Talvez, a construção promovida na ilha, tenha sido mais acelerada pela rebeldia de alguns, do que a grande demanda provocada pela guerra. A reconfiguração dos territórios das maltas na Corte e adjacências, da mesma forma era fonte, interminável, de preocupações no ministério da guerra e do imperador.

O asilo era uma tentativa de organização, e controle, sobre um efetivo desordenado, indisciplinado, quase que irracional, classificado, em um espaço previamente previsto e estudado, salubre, relativamente bem distribuído, bem ventilado e constantemente sob manutenção. Porém, os homens, em sua maioria, foram remetidos aos seus lugares de origem, permanecendo alguns poucos veteranos nas instalações do AIP, o que se constitui em mais um forte sinal do caráter emergencial do estabelecimento que, se não serviu, efetivamente, para o fim desejado por um longo tempo, pelo menos teve a sua demanda muito bem explorada pela ACRJ, que soube

trabalhar, magistralmente, com o anseio popular e a filantrópica subscrição pública e nacional. Em última análise, mas que merece ser ampliada e melhor problematizada, pelo menos circunscrita entre 1865 e 1873, os comerciantes pouco ajudaram os *inválidos da pátria* e na construção, imprescindível, do *Asilo dos Inválidos da Pátria*. Conforme afirmado em outro trecho, foi, apenas, uma comum confusão, aqui, entre o que “o que foi público”, e “que se tornou privado”.

A dimensão epidêmica, também não poderia ser olvidada. Foi em 1867 e nos anos seguintes que a ameaça do cólera pairou sobre a Corte, que já havia, décadas antes, sido atacada pela terrível enfermidade. A sua segurança não se restringia apenas ao controle de corpos, indisciplinados, por conveniência da segurança pública. Era necessário, ainda, que estes mesmos corpos, mutilados e enfermos, ficassem restritos ao espaço, específico, que os encerraria.

Mas, subjetivamente - algo complicado quando não se tem documentos de qualquer espécie sobre o assunto - para muitos daqueles homens que retornaram do Paraguai, que não permaneceram nos cemitérios de campanha, nas fossas dispostas nas imediações dos hospitais e enfermarias e sepultados nas cidades próximas à rota que ligava o teatro de operação com a Corte, se o asilo, em um primeiro momento e de importância fundamental, significava o sustento garantido – simbolizava e operava a subsistência meramente física - ainda que desprovida de grandes recursos materiais, e que os encerrava originalmente por outras intenções e gestos, ocultos nos explícitos discursos, caritativos, assistencialistas, magnânimos e solidários; ainda, malgrado tudo, não deixou, provavelmente, de ter sido, para muitos daqueles que foram seus internos e usuários, no XIX, e até início do XX, quando idosos, um monumento à sua sobrevivência, tanto na guerra, quanto na paz, após a desmobilização. Esta é uma outra dimensão que não se pode perder de vista. Talvez o AIP fosse a lembrança, constantemente afirmada em seus contornos externos e internos, nos símbolos, equipamentos e fardas encerrados em seu pequeno museu, nas lembranças revividas e redimensionadas com o forçoso convívio com outros veteranos, da mesma campanha, que para muitos daqueles homens, foram sobreviventes dos combates, dos hospitais de campanha, das amputações e epidemias, dos transportes, de Jurujuba e Andaraí. Aquele acanhado lugar poderia ter sido algo mais, poderia ser um monumento à vida.

Malgrado tempos e contextos completamente diferentes, não deixaria, esta consideração final, sempre inconclusa, e desejando melhores e necessários estudos sobre aqueles homens, sem observar, provocativamente, já que não poderia, por um

agradável dever do ofício, olvidar, que, de certa forma, os *inválidos da pátria* permanecem bem vivos em nosso meio. Certamente não são os veteranos de campanhas recentes, apenas, ou até mesmo as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência (cerca de 24 milhões, em nossa população, e que só agora, parece-me, estão sendo visualizadas, talvez não por respeito, mas interpretadas como um “filão” para ser explorado). Isso representa algo mais sutil e, ao mesmo tempo, por mais paradoxal que seja, bruto e onipresente. Talvez, os inválidos, e seus descendentes - mas não necessariamente de carne, fruto de uma suposta ancestralidade, física, por mais negativamente interpretada que seja, o que pouco importa, e que quase sempre, sobretudo na história, descamba em perigosas armadilhas redutoras - permaneçam resistindo nas periferias das grandes cidades; não mais se utilizando de pés ou instrumentos perfurantes, porque agora, seguindo, eles também, a lógica do capital, portam AK-47, AR-15, entre outras ferramentas, mais eficazes, precisas, letais e de relativo baixo custo. Também estão massivamente presentes em facções criminosas que se atacam, e promovem *correrias*, igualmente negociam, e possuem os seus interlocutores e ferramentas, de uma forma ou de outra, em todas as instâncias, e ainda por mais que estejam, estas facções, submetidas, em sua maior parte, idealizadamente, sob um ambiente disciplinar que se quer total. “Ilhas” que se arrogam de segurança máxima, produtoras e usuárias da mais alta e custosa tecnologia de controle de corpos pelo menos organicamente vivos; mas que em essência - o *panóptico* – monumento ao nosso cinismo, que por mais eficiente que seja em sua disposição física, de nada vale, quando o que está dentro, em todas as suas estâncias e funções, negocia, e do ajuste extrai o seu amplo poder - interno, para negociar - e externo, que “não recua um milímetro”, para ludibriar e eleger os *bodes expiatórios* contemporâneos, utilizando-os para incutir um terror que foi sempre confuso, para os que estão fora, pela oculta negociação; mas que sempre provoca a inevitável e desejada aglutinação de forças, que aparentemente são contraditórias, mas que pelo medo, acabam legitimando o poder dos que estão nos *panópticos*, que fisicamente são de concreto, portam grossos vidros escurecidos, recheados pela última palavra em eletrônica vigilante e baseados em aço, mas em essência é só aparência, um investimento contínuo de poder garantido.

Eles, os inválidos, estão presentes nos *beneficiários* dos programas mendicantes do governo federal, que se já não é de *alto conhecimento* há tempos, utiliza-se, da mesma estratégia de dependência e dominação, que ainda sobrevive, de alguma maneira, não apenas em nossos dirigentes, aqueles que, como o imperador, visitavam o

asilo-*calipal-mangue* e prometiam segurança-*balsas* aos ilhados-isolados. Se tínhamos uma classe de comerciantes, com discursos, intenções e práticas completamente diferentes entre si, talvez os tenhamos em nossos atuantes legislativos, eternamente onerosos, moralmente pífios e essencialmente ilegítimos. Da mesma forma os temos em nossos grandes empresários, hoje, consensuais de sua responsabilidade social, e portanto “amigos da criança esperança”, que em suas melhores perspectivas vão virar funcionários-padrão, ou nas piores, ir para as facções. O que não deixa de ser um bom investimento, mesmo que permaneçam em pólos diametralmente opostos, mas só em sua aparência para o capital.

Por fim, é bem possível que os *inválidos da pátria* estejam presentes nos camelôs que viviam até há pouco tempo no Largo da... Concórdia, no velho Brás, bairro que recebeu os meus antigos quando chegaram ao Brasil, pela última classe de um navio, *infectado* pela “*gripe da Espanha*”. Aquela mesma região que comportou a imaginação de Monteiro Lobato, quanto escreveu o seu pequeno texto sobre o veterano, inválido, cearense, angustiado, desprotegido e cego, que esperava reencontrar o seu comandante, velho paulista, o benfeitor. A mesma região, segundo alguns, onde Castro Alves, o poeta que escreveu *Espumas Flutuantes*, recebeu um acidental ferimento, por *arma de fogo*, e que após algum tempo, teve uma morte igualmente próxima, por *acidente*, como de muitos veteranos, no Paraguai e em Andaraí. Um largo, em que, antes de sua reforma, após intensa campanha, também promovida pela rádio Bandeirantes, um dos modernos *bastiões* das vigorosas tradições, foi “revitalizado”, e segundo os depoimentos levados *ao ar* - este eterno espaço de possibilidades da comunicação, e encerramento, para além do simplório bem e do mal - seus usuários, de maneira geral, comerciantes e consumidores, manifestaram-se muito satisfeitos pelo embelezamento do tradicional local e principalmente felizes pela sua higiene; além, algo que não foi mencionado em qualquer meio, é óbvio, de proporcionar à *Subprefeitura Móoca*, inserida numa hierarquia de poder e esquadrinhamento urbano em cômodas, incorruptíveis e vigilantes disposições; um controle construtivo, que se quer do bem, edificante, eu diria cristão, sobre os que estavam por lá espalhafatosamente trabalhando, sem portar documentos, as *tpu's* (Termo de Permissão de Uso), totalmente irregulares, indisciplinadamente, (in)dispostos e não pagando os devidos impostos. Pela benéfica, incontestável, filantrópica e quase afetuosa-amorosa ação dos dirigentes, os antigos camelôs entrarão em uma nova era, a do *empreendedorismo cidadão*. Eficiente e moralmente higiênico.

Agora, financiados, ou melhor, eficaz e escrupulosamente registrados nos bancos, poderão adquirir - quando portadores do *cartão magnético da cidadania*, poupando o seu e dos demais, preciosos tempos, mas pagando os juros mensais - seus higiênicos carrinhos de alumínio, muito práticos em sua limpeza e até móveis - eles têm rodinhas acopláveis - e vender os churrasquinhos, as tapiocas, as batatinhas-fritas, os churros, os cachorros-quentes, e os diversos artigos elétricos e eletrônicos, de baixíssimo custo de produção, por causa da baixa tecnologia e mão-de-obra barata empregadas no processo, provenientes, em um segundo momento, das grandes e sortidas lojas de *Ciudad del Este*, que, do mesmo modo, e sempre, têm o seus *inválidos da pátria* por lá e em trânsito.

Os que resistiram no largo, e foram muitos, se não tinham os seus AK's ou AR's, ainda assim decidiram enfrentar a tropa de choque, muito bem disciplinada pelo *cdc* (controle de distúrbios civis), sendo que com algumas simples ordens emanadas pelo oficial, os comandados tomam posições as mais eficientes ou econômicas para fazerem frente aos corpos indisciplinados, portadores de mentes igualmente insanas e enfermas, não sem antes usarem alguns acessórios modernos, como as granadas *cs* e *cn*.

Agora, após a benfazeja ação dos dirigentes, todos poderão levar as suas mercadorias, por módicos preços, sem disputar ou serem atrapalhados por ratos, entre outros seres que inspiram repugnância ou até compaixão, sentimentos emanados por um aprendizado e saber condicionantes, sempre renovados e incutidos. Como justificativa, era realmente desagradável que as pessoas circulassem em pequenos, desorganizados e abafados espaços anti-higiênicos, normalmente com aquele sempre presente e repugnante odor, quase que miasmático, de gordura rançosa, oriunda de dezenas de frituras, e que era imprevidentemente jogada nas bocas de lobo, sem sofrer um processo de reciclagem auto-sustentável, que poderia ter sido promovido em alguma apaziguadora e disciplinadora cooperativa de “ex”-mendigos, e normalmente localizada embaixo de algum cinzento viaduto urbano, que, às vezes, próximas as eleições, recebe as visitas dos dirigentes magnânimos. A mesma gordura que antevê corpos perigosamente sedentários, obesos, prematuramente envelhecidos, de uma velhice que é sinônimo de desgraça, decadência e melancolia. São corpos que inspiram algo não sensual, não produtivo, mentalmente refratário, e que portanto são passíveis, pelas práticas e critérios estéticos, a serem disciplinados nas badaladas, ultra-sexuadas, eternamente juvenis, quase infantis, e contemporâneas academias de ginástica, ou *malhação*, construídas internamente por espelhos e externamente por vidros

transparentes, para serem vistas, contempladas e desejadas pelos de fora, e contempladas, eles e elas, em todos os ângulos possíveis. São, em suma, *espaços específicos* movidos pelo moderno - em pulso rítmico, *body combat* - entre outros movimentos e gestos disciplinares das mentes, corações e sobretudo dos corpos.

Talvez haja algo, muito forte, que nos liga aos inválidos, e ao mundo em que viveram. Porventura sejamos os seus herdeiros, porque eles foram herdeiros de alguém.

Quanta espuma já não vimos na vida, e ainda veremos? Entretanto, essencialmente, e nunca devemos nos esquecer, que é apenas, por uma percepção fortemente material, eminentemente física e química, e eternamente - um *gás qualquer disperso sob uma superfície líquida ou sólida*.

Para um outro, em um canto, igualmente romântico, em um eterno prólogo:

“Uma esteira de espumas.. – flores perdidas na vasta indiferença do oceano. – Um punhado de versos... – espumas flutuantes no dorso fero da vida!...

E o que são na verdade estes meus cantos?...

Como as espumas, que nascem do mar e do céu, da vaga e do vento, eles são filhos da musa –este sopro do alto: do coração – este pélago da alma.

E como as espumas são, às vezes, a flora sombria da tempestade, eles por vezes rebentaram ao estalar fatídico do látego da desgraça”.